



# Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

Edição Nº 1814

Quarta-feira - 26 de Agosto de 2015

Florianópolis/SC

## Sumário

### Municípios

Abdon Batista .....	2	Gaspar .....	179	Paulo Lopes .....	371
Água Doce .....	3	Governador Celso Ramos .....	182	Penha .....	385
Alto Bela Vista .....	4	Grão Pará .....	183	Peritiba .....	387
Antônio Carlos .....	5	Guaraciaba .....	184	Pinheiro Preto .....	388
Arroio Trinta .....	6	Guaramirim .....	185	Pomerode .....	391
Ascurra .....	21	Guarujá do Sul .....	187	Ponte Serrada .....	392
Bela Vista do Toldo .....	22	Herval d'Oeste .....	188	Porto Belo .....	399
Biguaçu .....	23	Ibiam .....	193	Porto União .....	400
Blumenau .....	29	Ilhota .....	194	Presidente Castello Branco .....	401
Bom Jesus do Oeste .....	39	Imarui .....	196	Presidente Nereu .....	402
Bom Retiro .....	42	Imbituba .....	197	Rio dos Cedros .....	418
Braço do Trombudo .....	43	Indaial .....	200	Rio do Sul .....	405
Brusque .....	108	Iomerê .....	203	Santa Rosa do Sul .....	420
Caçador .....	114	Ipumirim .....	204	Santa Terezinha do Progresso .....	421
Camboriú .....	118	Irineópolis .....	214	Santiago do Sul .....	422
Campo Alegre .....	119	Itá .....	217	São Bento do Sul .....	425
Campo Erê .....	131	Itaiópolis .....	218	São Cristóvão do Sul .....	431
Campos Novos .....	132	Itapoá .....	219	São Domingos .....	432
Canoinhas .....	140	Ituporanga .....	224	São José .....	435
Capinzal .....	145	Joaçaba .....	226	São José do Cedro .....	438
Catanduvas .....	146	Lages .....	233	São Lourenço do Oeste .....	439
Celso Ramos .....	147	Lauro Muller .....	236	São Miguel do Oeste .....	441
Chapadão do Lageado .....	148	Leoberto Leal .....	241	São Pedro de Alcântara .....	443
Cocal do Sul .....	150	Lindóia do Sul .....	244	Schroeder .....	444
Concórdia .....	151	Luzerna .....	245	Serra Alta .....	450
Cordilheira Alta .....	153	Macieira .....	246	Sombrio .....	451
Coronel Freitas .....	155	Mafra .....	251	Sul Brasil .....	499
Coronel Martins .....	156	Maravilha .....	253	Tigrinhos .....	502
Correia Pinto .....	161	Massaranduba .....	255	Timbó .....	509
Corupá .....	162	Modelo .....	256	Trombudo Central .....	511
Curitibanos .....	163	Monte Carlo .....	258	Turvo .....	513
Dionísio Cerqueira .....	164	Navegantes .....	275	Urussanga .....	518
Forquilha .....	165	Nova Trento .....	291	Vargem Bonita .....	520
Fraiburgo .....	166	Novo Horizonte .....	296	Videira .....	521
Frei Rogério .....	170	Orleans .....	297	Vitor Meireles .....	527
Galvão .....	171	Palhoça .....	298	Xanxerê .....	528
Garopaba .....	172	Passo de Torres .....	369		
Garuva .....	175	Passos Maia .....	370		

### Consórcios

CIGA .....	530
CIMCATARINA .....	530
CIS Nordeste .....	531
CIS/AMARP .....	553

# Abdon Batista

## PREFEITURA

### **PREGÃO PRESENCIAL 87/2015**

MUNICIPIO DE ABDON BATISTA – SC

RESUMO EDITAL DE LICITAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO 104/2015

MODALIDADE:PREGÃO PRESENCIAL 87/2015

Objeto: AQUISIÇÃO DE VEICULO ZERO QUILOMETRO PARA USO OFICIAL DO PREFEITO.

TIPO : Menor preço POR ITEM.

Abertura da Sessão: 10:00hs. do dia 09/09/2015. Informações complementares e Edital obedecendo as normas e artigos da Lei 8.666/93, Lei 10.520/02 e suas alterações, estarão a disposição dos interessados no Setor de Compras e Licitações na Prefeitura Municipal, sito à Rua Valeriano Demeneck, Centro ou fone fax 49 3545 11 33, das 08:00 as 12:00 e das 13:00 as 17:00 hs.

Abdon Batista, SC, 19 de agosto de 2015.

LUCIMAR ANTONIO SALMORIA

Prefeito Municipal

# Água Doce

## PREFEITURA

### GABARITO PROVA 2 CMDCA

DIVULGAÇÃO DO GABARITO DA PROVA ESCRITA DO PROCESSO DE ESCOLHA UNIFICADO DOS CONSELHEIROS TUTELARES DO MUNICÍPIO DE ÁGUA DOCE - SC REFERENTE AO EDITAL Nº. 002/2015 - CMDCA

A Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Água Doce, Estado de Santa Catarina e a Coordenação dos Concursos Públicos da Fundação Universidade do Oeste de Santa Catarina, atuando de forma conjunta, no uso de suas atribuições legais, tornam pública o gabarito da prova escrita do processo de escolha unificado dos conselheiros tutelares do Edital n.º 002/2015 – CMDCA:

### GABARITO

1	B	6	A	11	B	16	B	21	B
2	D	7	C	12	C	17	A	22	C
3	A	8	D	13	C	18	D	23	A
4	C	9	C	14	A	19	A	24	D
5	C	10	A	15	D	20	C	25	C

Água Doce, SC, 25 de agosto de 2015.

Silvana Aparecida Do Nascimento Cavali

Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Água Doce, Estado de Santa Catarina

# Alto Bela Vista

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 2.059 DE 24 DE AGOSTO DE 2015

EXONERA SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL DE CARGO POR ADMISSÃO DE CARÁTER TEMPORÁRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

CATIA TESSMANN REICHERT, Prefeita Municipal de Alto Bela Vista/SC no uso das atribuições conferidas por Lei;

Considerando a realização e homologação do concurso público 001/2015 com o preenchimento da referida vaga;

#### DECRETA:

Art. 1º Fica exonerada a Servidora Pública Municipal, Matrícula 645, do ANELIZE CAMILA STALLBAUM, cargo de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE – MICRO ÁREA 2, cargo por Admissão de Caráter Temporário do quadro de Pessoal do Poder Executivo.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto serão consignadas em Dotação Orçamentária Geral do Município.

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando o Decreto nº. 1929 de 19 de novembro de 2014 e as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita de Alto Bela Vista/SC, 24 de agosto de 2015.  
CATIA TESSMANN REICHERT  
Prefeita Municipal

Registrado e Publicado em data supra.

FATIMA LORETE CLEIN DA SILVA  
Responsável Pelas Publicações

### PORTARIA Nº 112 DE 24 DE AGOSTO DE 2015

NOMEIA SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL EM CARGO EFETIVO

CATIA TESSMANN REICHERT, Prefeita Municipal de Alto Bela Vista, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei; especialmente na forma da Seção IV artigos: 14 e seus parágrafos; 15; 16; 17; 18; 19; 20 e 21 da Lei Complementar 011, de 10 de janeiro de 2005.

#### RESOLVE

Art. 1º Nomear a Sra. ANELIZE CAMILA STALLBAUM para exercer o cargo efetivo de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, MICRO ÁREA 2, 40 horas semanais; classificada em 1º Lugar no Concurso Público nº 001/2015 e homologado pelo Decreto nº 2047, de 06 de julho de 2015, com vencimento previsto no Anexo III da lei Complementar Nº 012, de 10 de janeiro de 2005 e suas alterações.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação desta portaria serão consignadas em Dotação Orçamentária Geral do Município.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Alto Bela Vista/SC, 24 de agosto de 2015.  
CATIA TESSMANN REICHERT  
Prefeita Municipal

Registrada e publicada em data supra.

FÁTIMA LORETE CLEIN DA SILVA  
Responsável Pelas Publicações

### PORTARIA Nº 113 DE 25 DE AGOSTO DE 2015

CONCEDER FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

CATIA TESSMANN REICHERT, Prefeita Municipal de Alto Bela Vista, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente na forma do art. 76 da Lei Complementar n.º 011, de 10 de janeiro de 2005;

#### RESOLVE:

Art. 1º Conceder 30 dias de férias ao Servidor Público Municipal, ELMAR HOFFMANN ocupante do cargo efetivo de OPERADOR DE BALSA, lotado na Gerência de Transportes e Obras.

Art. 2º Período aquisitivo de 31/08/2013 a 30/08/2014, período de gozo de 26 de agosto a 24 de setembro de 2015.

Art. 3º As despesas decorrentes da aplicação desta portaria serão consignadas em Dotação Orçamentária Geral do Município.

Art. 4º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Alto Bela Vista em 25 de agosto de 2015.  
CATIA TESSMANN REICHERT  
Prefeita Municipal

Registrada e publicada em data supra.

FATIMA LORETE CLEIN DA SILVA  
Responsável pelas publicações

# Antônio Carlos

## PREFEITURA

### EXTRATO DE CONTRATO - CONTRATO Nº. 145/2015

#### EXTRATO DE CONTRATO

Contrato nº. 145/2015; Origem: Edital de Credenciamento nº 06/2015; Credenciante: Município de Antônio Carlos/SC; Credenciada: POESIS ASSOCIAÇÃO CULTURAL E ARTÍSTICA DE ANTÔNIO CARLOS – RÁDIO COMUNITÁRIA POESIS; Objeto: O presente contrato tem por objetivo o credenciamento de empresas para prestação de serviços de comunicação, publicidade de programas, projetos, informações diversas e campanhas temáticas ou institucionais. Valor: Pelos serviços objeto deste contrato a CREDENCIANTE pagará à CREDENCIADA por inserção de 30 segundos o valor de R\$ 10,00 (dez reais) e por inserção de 60 segundos o valor de R\$ 20,00 (vinte reais), mediante apresentação de fatura mensal indicando o número de inserções efetuadas. Prazo: 24 de agosto de 2015 a 24 de agosto de 2016.

Antônio Carlos, 26 de agosto de 2015.

ANTÔNIO PAULO REMOR

Prefeito Municipal

# Arroio Trinta

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 1710

DECRETO Nº 1710, de 17 de julho de 2015.

Dispõe sobre Regras do Vale-Alimentação aos Servidores Públicos Municipais, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ARROIO TRINTA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o art. 180 da Lei Complementar nº 1713/2014,

#### DECRETA

Art. 1º. Fica autorizado a conceder aos Servidores Públicos Municipais em atividade, vale-alimentação no valor de R\$ 150,00 (cento e cinquenta reais), mensais.

Art. 2º. O vale-alimentação somente será devido aos servidores públicos municipais ativos, incluindo-se neste conceito, todos os servidores efetivos, comissionados, regime de emprego público e contratados em caráter temporário.

Art. 3º. O Servidor que acumule cargo ou emprego na forma da constituição fará jus à percepção de um único vale-alimentação por mês.

Art. 4º. O valor do Vale-Alimentação de que trata este decreto será revisada por ato do Poder Executivo Municipal sempre no mês de fevereiro, pela aplicação do INPC auferido nos últimos doze meses anteriores a revisão.

Art. 5º. O Vale-Alimentação será concedido mediante o fornecimento de cartão magnético ou outra forma assemelhada, hábil à aquisição exclusiva de gêneros alimentícios em estabelecimentos comerciais.

Art. 6º. O benefício de que trata este decreto, terá caráter indenizatório, para ressarcimento de despesas com alimentação, não sendo considerado verba salarial para qualquer efeito.

Art. 7º. O Vale-Alimentação instituído por este decreto será devido ao servidor afastado do serviço sem prejuízo de vencimentos em virtude de:

- I - férias;
- II - por 08 (oito) dias, em virtude de casamento, contados consecutivamente a partir da data da certidão de casamento civil, inclusive;
- III - por 08 (oito) dias falecimento do cônjuge, companheiro, pais, madrasta ou padrasto, filhos ou irmãos ou pessoa que viva sob sua dependência econômica, guarda ou tutela, contados consecutivamente a partir da data do óbito, inclusive.
- IV - licença médica do próprio servidor ou para cuidar de pessoa da família;
- V - licença por acidente de trabalho ou doença profissional;
- VI - convocação para cumprimento de serviços obrigatórios por lei;
- VII - faltas abonadas nos termos do parágrafo único do art. 92 da Lei nº 8.989, de 29 de outubro de 1979;
- VIII - exercício de outro cargo em comissão ou função na Administração Direta;
- IX - participação em delegações esportivas ou culturais, nos termos da legislação pertinente;
- X - participação em eventos de desenvolvimento profissional, regularmente autorizados pela Administração e desde que não ultrapassem 15 (quinze) dias.

§1º - Na hipótese dos incisos IV, V e VI, em que ultrapassar 15 (quinze dias), o valor do vale alimentação, será pago no percentual de 50% (cinquenta por cento) e ultrapassando 30 dias, não fará jus.

§2º - Na hipótese de atestados médicos superiores a 02 (dois) dias, haverá desconto proporcional a cada dia de afastamento.

§3º - O controle das licenças e dos atestados será de responsabilidade de cada secretário ou diretor da pasta, devendo ser repassado para departamento de recursos humanos.

§4º - Os descontos referidos nos incisos anteriores, serão realizados no mês subsequente daquele em que ocorreram as faltas.

§5º - Outros afastamentos do servidor, ainda que considerados como de efetivo exercício pela legislação municipal, não ensejarão o pagamento do Vale-Alimentação, tais como:

I – licença maternidade e paternidade;

II – licença-adoção;

III – licença para atividade política;

IV – para tratar de interesse particular;

V – cumprimento de mandato de dirigente sindical ou classista;

Art. 8º. O vale-alimentação será oferecido por cartão magnético, cuja contratação para fornecimento será realizada mediante publicação de edital de licitação, nos moldes da Lei Federal nº 8.666/93.

Art. 9º. As despesas decorrentes deste decreto correrão a conta de recursos próprios do Orçamento Municipal vigente.

Art. 10. Este decreto entra em vigor na data de publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 01/07/2015.

Art. 11. Ficam revogadas as disposições em contrário em especial o Decreto nº 1680/2015.

Arroio Trinta - SC, 17 de julho de 2015.

Alcidir Felchilcher

Prefeito Municipal

### DECRETO Nº 1711

DECRETO Nº 1711, de 28 julho de 2015.

Convoca a Conferência Municipal de Assistência Social.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ARROIO TRINTA, em conjunto com a Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social, no uso de suas atribuições e, considerando a necessidade de avaliar e propor diretrizes para a implementação da Política de Assistência Social no Município,

#### DECRETA:

Art. 1º - Fica convocada A CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, a ser realizada no dia 10 de agosto 2015, tendo como tema central: "CONSOLIDAR O SUAS DE VEZ, RUMO A 2026".

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto, correrão por conta de dotação própria do orçamento do órgão gestor municipal de assistência social.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Arroio Trinta - SC, 28 de julho de 2015.

Alcidir Felchilcher  
Prefeito Municipal

### DECRETO Nº 1712

DECRETO Nº 1712, de 28 de julho de 2015.

Dispõe sobre Abertura de Crédito Adicional Suplementar, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ARROIO TRINTA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com o que estabelece o artigo 6º, item I da Lei nº 1.714 de 06/11/2014,

DECRETA:

Art. 1º Fica o departamento de contabilidade da Prefeitura Municipal de Arroio Trinta, autorizado a abrir crédito adicional suplementar no valor de R\$ 5.000,00 (Cinco mil reais), na dotação orçamentária a seguir discriminada:

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

2012.8.244.5.2.10.1 MAN. DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSIST. SOCIAL

33900000-0135-000 Aplicações Diretas R\$ 5.000,00

TOTAL SUPLEMENTADO R\$ 5.000,00

Art. 2º Para suporte dos créditos adicionais suplementares de que trata o artigo 1º deste decreto, ficam utilizados no mesmo valor os seguintes recursos:

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

2012.8.244.5.2.10.1 MAN. DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSIST. SOCIAL

33900000-0135-000 Aplicações Diretas R\$ 5.000,00

TOTAL SUPLEMENTADO R\$ 5.000,00

Art. 3º Este decreto entra e vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Arroio Trinta - SC, 28 de julho de 2015.

Alcidir Felchilcher  
Prefeito Municipal

Este decreto foi publicado nesta Secretaria de Administração em 28 de julho de 2015.

Nelson Campagnin  
Secretário Municipal de Administração

### DECRETO Nº 1713

DECRETO Nº 1713, de 31 de julho de 2015.

Dispõe sobre Abertura de Crédito Adicional Suplementar, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ARROIO TRINTA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com o que estabelece o artigo 6º, item III da Lei nº 1.714 de 06/11/2014,

DECRETA:

Art. 1º Fica o departamento de contabilidade da Prefeitura Municipal de Arroio Trinta, autorizado a abrir crédito adicional suplementar no valor de R\$ 41.116,78 (Quarenta e um mil cento e dezesseis reais e setenta e oito centavos), na dotação orçamentária a seguir discriminada:

SERVIÇOS URBANOS

2006.15.452.16.2.35.1 SINALIZAÇÃO DE VIAS PÚBLICAS

33900000-0112 Aplicações Diretas R\$ 24.597,60

33900000-0312 Aplicações Diretas R\$ 16.519,18

TOTAL SUPLEMENTADO R\$ 41.116,78

Art. 2º Para suporte dos créditos adicionais suplementares de que trata o artigo 1º deste decreto, ficam utilizados no mesmo valor os seguintes recursos:

§ 1º. R\$ 24.597,60 (Vinte e quatro mil quinhentos e noventa e sete reais e sessenta centavos), por conta do excesso de arrecadação na Fonte 0012 – Convênio Trânsito Prefeitura.

§ 2º. R\$ 16.519,18 (Dezesseis mil quinhentos e dezenove reais e dezoito centavos), por conta do excesso de arrecadação na Fonte 0012 – Convênio Trânsito Prefeitura.

Art. 3º Este decreto entra e vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Arroio Trinta - SC, 31 de julho de 2015.

Alcidir Felchilcher  
Prefeito Municipal

Este decreto foi publicado nesta Secretaria de Administração em 31 de julho de 2015.

Nelson Campagnin  
Secretário Municipal de Administração

### DECRETO Nº 1714

DECRETO Nº 1714, de 03 de agosto de 2015.

Dispõe sobre Abertura de Crédito Adicional Suplementar, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ARROIO TRINTA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com o que estabelece o artigo 6º, item III da Lei nº 1.714 de 06/11/2014,

DECRETA:

Art. 1º Fica o departamento de contabilidade da Prefeitura Municipal de Arroio Trinta, autorizado a abrir crédito adicional suplementar no valor de R\$ 31.750,00 (Trinta e um mil setecentos e cinquenta reais), na dotação orçamentária a seguir discriminada:

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

2004.12.361.12.2.26.1 MANUT. DAS ATIVIDADES DO ENSINO FUNDAMENTAL

44900000-0132 Aplicações Diretas R\$ 31.750,00

TOTAL SUPLEMENTADO R\$ 31.750,00

Art. 2º Para suporte dos créditos adicionais suplementares de que trata o artigo 1º deste decreto, ficam utilizados no mesmo valor os seguintes recursos:

Parágrafo Único. R\$ 31.750,00 (Trinta e um mil setecentos e cinquenta reais), por conta do excesso de arrecadação na Fonte 0032 – Transferência de Convênios União/Educação.

Art. 3º Este decreto entra e vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Arroio Trinta - SC, 03 de agosto de 2015.

Alcidir Felchilcher  
Prefeito Municipal

Este decreto foi publicado nesta Secretaria de Administração em 03



de agosto de 2015.

Nelson Campagnin  
Secretário Municipal de Administração

## **EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 0027/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA

### **AVISO DE LICITAÇÃO**

O Município de Arroio Trinta, Estado de Santa Catarina, torna público, para o conhecimento dos interessados, que fará realizar licitação, conforme descrição abaixo:

**OBJETO:** AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE LIMPEZA, MATERIAL DE PROTEÇÃO E SEGURANÇA, COMBUSTÍVEL, MATERIAL DE ACONDICIONAMENTO E EMBALAGEM, MATERIAL DE COPA E COZINHA, APARELHOS E UTENSÍLIOS DOMÉSTICOS, FERRAMENTAS E MANUTENÇÃO DE BENS IMÓVEIS PARA A ESCOLA MUNICIPAL PROFESSORA JACY FALCHETTI-PROJAF E CENTRO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL PROFESSORA FABIANA NUNES POSSATO – PROFABI DO MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA.

Regimento: Lei Complementar 123/2006, Lei nº 10.520/02, Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores.

Entrega dos Envelopes: Até às 09h:00 do dia 10/09/2015

Abertura dos Envelopes: Às 09h:30m do dia 10/09/2015

Retirada do Edital: O Edital poderá ser obtido junto ao Departamento de Licitações da Prefeitura através dos e-mails: [compras@arroio30.com.br](mailto:compras@arroio30.com.br), [compras@arroiotrinta.sc.gov.br](mailto:compras@arroiotrinta.sc.gov.br) ou através do Site: [www.arroiotrinta.sc.gov.br](http://www.arroiotrinta.sc.gov.br).

Informações e esclarecimentos no endereço: Rua XV de Novembro, 26, Centro, de segunda a sexta feira, no horário normal de Expediente ou pelo fone/fax: (0xx 49) 35356000.

Arroio Trinta - SC, 25/08/2015

Alcidir Felchilcher  
Prefeito Municipal

## **LEI Nº 1743**

LEI Nº 1743, DE 02/07/2015.

Dispõe sobre a política Municipal do idoso, Cria o Conselho Municipal do Idoso e o Fundo Municipal dos Direitos do Idoso, e da outras providências.

ALCIDIR FELCHILCHER, Prefeito Municipal de Arroio Trinta, no uso de suas atribuições legais e regimentais e especialmente tendo em vista o disposto na lei Federal nº. 8842, de 04/01/94, faço saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

### **CAPÍTULO I DO CONSELHO MUNICIPAL DO IDOSO**

Art.1º. Fica criado o Conselho Municipal do Idoso – CMI, órgão permanente, paritário, deliberativo e consultivo, com a finalidade específica de coordenar a implantação da política municipal do idoso em Arroio Trinta, estado de Santa Catarina.

Parágrafo Único. O CMI, como órgão pertencente à estrutura organizacional do poder executivo, fica vinculado à secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social (responsável pela coordenação e articulação da política municipal do idoso).

Art. 2º. O CMI será composto por representantes de órgãos

públicos e da sociedade civil, cabendo-lhes as seguintes funções:

I- Formular, acompanhar, fiscalizar e avaliar a Política Municipal do Idoso no Município, observando as proposições e eventuais alterações da política nacional e estadual específicas;

II- Avaliar e elaborar propostas que possibilitem aperfeiçoar a legislação pertinente à política Municipal do Idoso nos tópicos da lei orgânica do Município, por meio de emendas que a atualizem;

III- Indicar as prioridades a serem incluídas no planejamento municipal quanto às questões que dizem respeito ao idoso;

IV- Zelar pelo cumprimento das normas constitucionais e legais referentes ao idoso, denunciando à autoridade competente e ao Ministério Público o desrespeito a qualquer uma delas, e propondo medidas para a observância de seus direitos;

V- Atuar na definição de alternativas de atenção à saúde do idoso nas redes pública e privada conveniada de serviços ambulatoriais e hospitalares com atendimento integral;

VI- Fiscalizar as entidades governamentais e não governamentais de atendimento ao idoso, conforme o disposto no artigo 52 da lei n. 10.741/03;

VII- Inscrever os programas das entidades governamentais e não governamentais de assistência ao idoso;

VIII- Estabelecer a forma de participação do idoso residente no custeio da entidade de longa permanência filantrópica ou casa-lar, nos casos em que a cobrança seja facultada, não podendo exceder a 70% de qualquer benefício previdenciário ou de assistência social por ele recebido;

IX- Apreçar o plano plurianual, a lei de diretrizes orçamentárias e a proposta orçamentaria anual e suas eventuais alterações, zelando pela previsão de investimentos voltados à política de atendimento do idoso;

X- Indicar prioridades para a destinação dos valores depositados no Fundo Municipal dos direitos do idoso, elaborando ou aprovando planos e programas em que está prevista a aplicação de recursos oriundos daquele;

XI- Acompanhar, controlar e avaliar a execução de convênios e contratos das entidades públicas com entidades privadas filantrópicas, onde forem aplicados recursos públicos governamentais do Município, Estado e união nas questões acerca aos direitos dos idosos;

XII- Elaborar o seu regimento interno;

XIII- Assessorar e apoiar instituições públicas ou privadas que promovem eventos educativos, informativos e de lazer voltados para o público idoso, na conformidade desta lei;

XIV- Colaborar para a melhor integração dos órgãos e instituições públicas ou privadas no âmbito local, em todas as ações voltadas para a terceira idade;

XV- Assessorar o governo municipal ou entidades patrocinadoras, quando solicitado, na obtenção e destinação de recursos técnicos e /ou financeiros, para programas à conscientização sobre o envelhecimento e qualidade devida do indivíduo idoso;

Parágrafo único. Aos membros do CMI será facilitado o acesso a todos os setores da administração pública municipal, especialmente às secretarias e aos programas prestados à população. A fim de possibilitar a apresentação de sugestões e propostas de medidas de atuação, subsidiando as políticas de ação em cada área de interesse do idoso.

Art. 3º. O CMI é composto de 10 conselheiros titulares e seus respectivos suplentes, os quais apresentam paritariamente instituições governamentais e não governamentais, sendo:

I- Um representante do Departamento de Assistência Social;

II- Um representante da Secretaria Municipal da Saúde;

III- Um representante da Secretaria Municipal da Educação;

IV- Um representante do Departamento de Esporte e Cultura;

V- Um representante do Departamento de administração/ Finanças.

VI- Cinco representantes dos órgãos não governamentais, eleitos em fórum próprio, sendo um idoso indicado por entidades do meio rural, um idoso indicado por entidade do meio urbano, um idoso indicado dentre entidades ou grupos de idosos, um representante



das entidades prestadores de serviços (LIONS), um representante dos trabalhadores na área do idoso (saúde, assistência social, educação, etc.) e um representante de serviços e organizações de assistência social (igrejas, grupos e centros de convivência de idosos, asilos, casa lar).

Art. 4º. Os representantes das organizações governamentais serão indicados, na condição de titular e suplente, pelos seus órgãos de origem.

Art. 5º. As organizações não governamentais serão eleitas, biennialmente, titulares e suplentes, em fórum especialmente convocado para este fim pelo Prefeito Municipal com 30 dias de antecedência, observando-se a representação dos diversos segmentos, de acordo com os critérios especificados no inciso VI do art. 3º, sob a fiscalização do ministério Público estadual.

Parágrafo único. As organizações não governamentais eleitas terão prazo de 10 dias para indicar seus representantes titular e suplente, e não o fazendo serão substituídas por organização suplente, pela ordem de votação.

Art. 6º. Os conselheiros titulares e respectivos suplentes, indicados pelos órgãos governamentais e não governamentais serão designados por ato do prefeito municipal, cabendo-lhe também, por ato próprio, destitui-los, sempre que fatos relevantes de violação legal ocorrerem a juízo do plenário do conselho.

Art. 7º. A função de conselheiro do CMI, não remunerada, tem caráter relevante e o seu exercício é considerado prioritário, justificando as ausências a quaisquer outros serviços, quando determinadas pelo comparecimento às suas assembleias, reuniões ou outras participações e interesse do Conselho.

Art. 8º. O Mandato dos Conselheiros do CMI é de 2 anos, facultada a recondução ou a reeleição.

1- Conselheiro representante do órgão governamental poderá ser substituído a qualquer tempo, por nova indicação de representado.  
2- Nas ausências ou impedimentos dos Conselheiros titulares assumirão os seus respectivos suplentes.

Art.9º. As entidades não governamentais representadas no CMI perderão essa condição quando ocorrer uma das seguintes situações:

I- Extinção de sua base territorial de atuação no Município;  
II- Irregularidades no seu funcionamento, devidamente comprovadas, que tornem incompatíveis a sua representação no Conselho;  
III- Aplicação de penalidades administrativas de natureza grave, devidamente comprovada.

Art. 10. Perderá o mandato o Conselheiro que:

I- Desvincular-se do órgão ou entidade de origem de sua representação;  
II- Faltar a três reuniões consecutivas ou cinco intercaladas, sem justificativa;  
III- Apresentar renúncia ao plenário do Conselho, que será lida na sessão seguinte à de sua recepção na secretaria do Conselho;  
IV- Apresentar ato incompatível com a dignidade das funções;  
V- For condenado em sentença irrecorrível, por crime ou contravenção penal.

Parágrafo único. Os órgãos ou entidades representados pelos Conselheiros faltosos deverão ser comunicados a partir da segunda falta consecutiva ou da quarta intercalada.

Art. 11. Nos casos de renúncia, impedimento ou falta, os membros do CMI serão substituídos pelos suplentes, automaticamente, podendo estes exercer os mesmos direitos e deveres efetivos.

Art. 12. O CMI reunir-se-á mensalmente, em caráter ordinário, e extraordinariamente, por convocação do seu presidente ou por

requerimento da maioria de seus membros.

Art. 13. O CMI terá a seguinte estrutura:

I- Assembleia Geral;

II- Diretoria

III- Comissões;

IV- Secretaria Executiva;

1- À assembleia Geral, órgão soberano do CMI, compete deliberar e exercer o controle da política Municipal do Idoso.

2- A Diretoria é composta de Presidente e Vice- Presidente, que serão escolhidos por maioria absoluta dos membros titulares do Conselho, para cumprirem mandato de 2 anos, permitida uma recondução, e a ela compete representar o Conselho e dar continuidade às decisões plenárias.

3- No que tange à presidência e vice-presidência, deve haver uma alternância entre as entidades governamentais e não governamentais.

4- Às comissões, criadas pelo CMI, atendendo às peculiaridades locais e às áreas de interfaces da política do idoso, compete realizar estudos e produzir indicativos para apreciação da assembleia geral.

5- À secretaria executiva, composta por profissionais técnicos cedidos pelos órgãos governamentais, compete assegurar suporte técnico e administrativo das ações do Conselho.

6- A representação do conselho será efetivada por seu presidente em todos os atos inerentes a seu exercício ou por conselheiros designados pelo presidente para tal fim.

7- O vice-presidente do CMI substituirá o presidente em suas ausências e impedimentos e, em caso de ocorrência simultânea em relação aos dois, a presidência será exercida pelo conselheiro mais idoso.

8- Cada membro do CMI terá direito a um único voto na sessão plenária, executando o presidente que também exercerá o voto de qualidade, sempre que houver empate.

Art. 14. À secretaria municipal à qual se vincula o CMI compete coordenar e executar a política do idoso, elaborando diagnósticos e o plano integrado municipal do idoso em parceria com o conselho.

Art. 15. As organizações de assistência social responsáveis pela execução de programas de atendimento aos idosos devem submetê-los à apreciação do CMI.

Parágrafo único. As organizações de assistência social com atuação na área do idoso deverão inscrever-se no CMI (devendo seu Controle Social ou estatuto social ser registrado no Conselho Regional de serviço social), conforme exigências legais.

Art.16. Cumpre ao poder executivo providenciar a alocação de recursos humanos, materiais e financeiros necessários a criação, instalação e funcionamento do CMI.

Art.17. Para atendimento das despesas de instalação e manutenção do CMI, fica o chefe do poder executivo autorizado a abrir crédito especial até o limite de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), podendo, para tanto, movimentar recursos dentro do orçamento, no presente exercício.

Art.18. As despesas para a manutenção e desenvolvimento das atividades do CMI, no ano de 2015 e nos subsequentes, constarão da lei de diretrizes orçamentárias – LDO e do orçamento municipal, por meio de: projeto/atividade – manutenção e desenvolvimento das ações do CMI.

Art.19. O CMI terá 30 dias para elaborar e colocar em discussão e aprovação, pela assembleia geral, o Regimento Interno que regulará o seu funcionamento.

1º- O regimento Interno, aprovado pelo CMI, será homologado por decreto do Prefeito Municipal.

2º - Qualquer alteração posterior ao Regimento Interno dependerá de deliberação e aprovação da maioria absoluta dos Conselheiros.

## CAPÍTULO II DO FUNDO MUNICIPAL DE DIREITOS DO IDOSO

Art.20. Fica criado o Fundo Municipal de Direitos do Idoso, instrumento de captação, repasse e aplicação de recursos destinados a propiciar suporte financeiro para a implantação, manutenção e desenvolvimento de planos, programas, projetos e ações voltadas aos idosos no Município de Arroio Trinta SC.

Art.21. Constituirão receitas do Fundo Municipal do idoso:

- I- Recursos provenientes de órgãos da união ou do estado vinculados à política nacional do idoso;
- II- Transferências do Município;
- III- As resultantes de doações do setor privado, pessoas físicas ou jurídicas;
- IV- Rendimentos eventuais, inclusive de aplicações financeiras dos recursos disponíveis;
- V- As advindas de acordos e convênios;
- VI- As provenientes das multas aplicadas com base na lei n.10.741/03;
- VII- Outras.

Art.22. O Fundo Municipal ficará vinculado diretamente à secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social, tendo sua destinação liberada por meio de projetos, programas e atividades aprovadas pelo CMI.

§1º. Será aberta conta bancária específica em instituição financeira oficial, sob a denominação "Fundo Municipal de direitos do idoso", para movimentação dos recursos financeiros do Fundo, elaborando-se, mensalmente, balancete demonstrativo da recita e da despesa, a ser publicado na imprensa oficial, onde houver, ou data ampla divulgação no caso de inexistência, após análise e aprovação do CMI.

§2º. A contabilidade do Fundo tem por objetivo evidenciar a sua situação financeira e patrimonial, observados os padrões e normas estabelecidas na legislação pertinente.

§3º. Caberá a Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social gerir o Fundo Municipal de direitos do idoso, sob a orientação e o controle do CMI, cabendo ao seu titular:

- I- Solicitar a política de aplicação dos recursos ao CMI;
- II- Submeter ao CMI demonstrativo contábil da movimentação financeira do Fundo;
- III- Assinar cheques, ordenar empenhos e pagamentos das despesas do Fundo;
- IV- Outras atividades indispensáveis para o gerenciamento do Fundo.

## CAPÍTULO III DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 23. Para a primeira instalação do CMI, o Prefeito municipal convocará, por meio de edital, os integrantes da sociedade civil organizada atuantes no campo da promoção e defesa dos direitos do idoso, que serão escolhidos em fórum especialmente realizado para este fim, a ser realizado no prazo de 30 dias após a publicação do referido edital, cabendo as convocações seguintes à presidência do Conselho.

Art. 24. A primeira indicação dos representantes governamentais será feita por titulares das respectivas secretarias, no prazo de 30 dias após a publicação desta lei.

Art. 25. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 26. Revogam-se as disposições em contrário.

Arroio Trinta SC, 02 de julho de 2015.

Alcidir Felchilcher  
Prefeito Municipal

Esta lei foi publicada nesta Secretaria de Administração em 02 de julho de 2015.

Nelson Campagnin  
Diretor Departamento de Administração

### LEI Nº 1744

LEI Nº 1744, DE 02/07/2015.

Autoriza o Poder Executivo Efetuar o Ressarcimento de Passagens de Estudantes Arroiotrintenses Matriculados em Universidades e Escolas Técnicas Profissionalizantes de Ensino Médio, e dá outras providências.

ALCIDIR FELCHILCHER, Prefeito Municipal de Arroio Trinta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, comunica que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a efetuar RESSARCIMENTO de passagens a estudantes Arroiotrintenses matriculados e que frequentam regulamente Universidades e Escolas Técnicas Profissionalizantes de Ensino Médio, localizadas nas cidades de Joaçaba e Videira e outras de igual nível.

Parágrafo único: Somente será efetuado o ressarcimento de passagens, referido do caput do presente Artigo a estudantes que utilizarem ônibus de linha em dia que a instituição houver aula.

Art. 2º Os Alunos mencionados no artigo 1º para se beneficiarem das vantagens previstas nesta Lei, deverão estar cursando curso de graduação ou nível técnico.

Art. 3º O ressarcimento das passagens será, somente, para viagens de ida para a cidade de Videira e ida e volta para a cidade de Salto Veloso e ou Joaçaba.

Art. 4º A liberação dos valores do transporte de que trata esta Lei, será efetuada mensalmente, até o 5º dia útil, aos próprios beneficiários, mediante apresentação das passagens e atestado de frequência e aproveitamento, vistados pelo Secretário Municipal de Educação.

Art. 5º Como recursos para aplicação desta lei, serão utilizados aqueles consignados na Secretaria de Educação do Orçamento vigente.

Art. 6º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º Revogam-se as disposições em contrário.

Arroio Trinta – SC, 02 de julho de 2015.

Alcidir Felchilcher  
Prefeito Municipal

Esta lei foi publicada nesta Secretaria de Administração em 02 de julho de 2015.

Nelson Campagnin  
Diretor Departamento de Administração

**LEI Nº 1745**

LEI Nº 1745, DE 02/07/2015.

Institui o Programa de Recuperação Fiscal no Município de Arroio Trinta (REFIS – Arroio Trinta).

ALCIDIR FELCHILCHER, Prefeito Municipal de Arroio Trinta, Estado de Santa Catarina, faz saber a todos que a Câmara aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica instituído o Programa de Recuperação Fiscal no Município de ARROIO TRINTA (REFIS – ARROIO TRINTA), com o fito de regularização de créditos tributários e não tributários do Município, sejam os decorrentes de obrigação própria, sejam os resultantes de responsabilidade tributária, inscritos em Dívida Ativa, ajuizados ou a ajuizar, em razão de fatos geradores ocorridos em 2010, 2011, 2012, 2013 e 2014.

§1º. Poderão ser incluídos no REFIS - ARROIO TRINTA eventuais saldos de parcelamentos com parcelas vencidas ou vincendas e os débitos tributários e não tributários inscritos em dívida ativa até a data da formalização do pedido de ingresso e ainda poderão ser fazer parte deste programa dívidas referentes anos anteriores a 2010.

§2º. O programa será administrado pela Secretaria Municipal da Administração e Finanças, ouvido o Setor Jurídico do Município, sempre que necessário, observados os termos, limites e condições desta Lei, aplicando-se, no que couber, a Lei nº 1077/2004 (Código Tributário Municipal) e suas alterações posteriores, bem como as demais normas previstas na legislação pertinente.

Art. 2º. O ingresso no REFIS - ARROIO TRINTA dar-se-á pela adesão mediante Contrato por Instrumento Particular de Confissão de Dívida firmado entre sujeito passivo, denominado devedor e sujeito ativo, Município de ARROIO TRINTA, denominado credor.

§1º. Os débitos tributários e não tributários incluídos no REFIS - ARROIO TRINTA serão consolidados tendo por base a data da formalização do pedido de ingresso.

§2º. A formalização do pedido de ingresso no REFIS - ARROIO TRINTA poderá ser efetuada até 31 de dezembro de 2015.

§3º. A Secretaria Municipal da Administração utilizar-se-á de todas as informações disponíveis, exceto as sigilosas, na divulgação do REFIS - ARROIO TRINTA para efeito de cobrança dos débitos consolidados, com as opções de regularização previstas nesta Lei.

Art. 3º A formalização do pedido de ingresso no REFIS - ARROIO TRINTA implica no reconhecimento dos débitos tributários e não tributários nele incluídos e fica condicionada à desistência de eventuais ações ou embargos à execução fiscal, com renúncia ao direito sobre o qual se fundam os atos judiciais respectivos e da desistência de eventuais impugnações, defesas e recursos apresentados no âmbito administrativo.

Art. 4º O sujeito passivo ao aderir ao REFIS - ARROIO TRINTA deverá se manifestar pelo pagamento do débito tributário e não tributário consolidado, optando expressamente por uma das seguintes condições:

REGULARIZAÇÃO	DESCONTO DE MULTAS	DESCONTO DE JUROS
Até 05 Parcelas	100%	100%
Até 10 Parcelas	60%	60%

§1º. Nenhuma parcela poderá ser inferior a R\$ 80,00 (oitenta reais).

§2º. Uma vez formalizada a opção por uma das hipóteses de parcelamento previstas no caput deste artigo, o sujeito passivo somente poderá alterar as condições de sua opção com a expressa

concordância do Município de ARROIO TRINTA em instrumento escrito.

§3º. Na hipótese do parágrafo anterior a Secretaria Municipal da Administração e Finanças deverá proceder ao cálculo das diferenças resultantes de alteração do parcelamento, adequando o débito tributário e não tributário consolidado aos limites e percentuais da nova opção atentando, ainda, para a não cumulação das condições de pagamento previstas neste artigo, em especial, os percentuais de descontos.

§4º. Durante o período do parcelamento ficará suspensa a exigibilidade dos créditos tributários e não tributários.

§5º. Verificando-se a hipótese de desistência dos embargos à execução fiscal o devedor concordará com a suspensão do processo de execução pelo prazo do parcelamento a que se obrigou, obedecendo-se o estabelecido no artigo 792, do Código de Processo Civil.

§6º. No caso do parágrafo anterior se liquidado o parcelamento nos termos desta Lei, o Município informará o fato ao juízo da execução fiscal e requererá a sua extinção, com fundamento no artigo 794, inciso I, do Código de Processo Civil, e artigo 39, da Lei de Execuções Fiscais.

§7º. Os depósitos judiciais efetivados em garantia do juízo serão imediatamente liberados ao Município para pagamento parcial do débito.

Art. 5º O vencimento da primeira parcela ou da parcela única dar-se-á na data de formalização do pedido de ingresso no REFIS - ARROIO TRINTA, e as demais parcelas no mesmo dia dos meses subsequentes, para qualquer opção de pagamento tratada no artigo anterior.

§1º. Caso a data do vencimento, referida no caput deste artigo, ocorra em dia que não haja expediente normal, o vencimento da parcela prorrogar-se-á para o primeiro dia útil subsequente sem qualquer prejuízo ou interferência na data de vencimento das demais parcelas.

§2º. Verificado o inadimplemento de duas parcelas, consecutivas ou não, ou o atraso por três vezes consecutivas ou não, ao saldo remanescente serão acrescidos os encargos previstos no Código Tributário Municipal, seguindo-se ou prosseguindo-se com a cobrança judicial do débito.

Art. 6º. O ingresso no REFIS - ARROIO TRINTA impõe ao sujeito passivo a aceitação plena e irretratável de todas as condições estabelecidas nesta Lei e constitui confissão irrevogável e irretratável da dívida relativa aos débitos tributários e não tributários nele incluídos, com reconhecimento expresso da certeza e liquidez do crédito correspondente, produzindo os efeitos previstos no artigo 174, parágrafo único, do Código Tributário Nacional, e no artigo 202, inciso VI, do Código Civil.

Parágrafo único. O ingresso no REFIS - ARROIO TRINTA impõe, ainda, ao sujeito passivo o pagamento regular dos tributos municipais, com vencimento posterior à data do ingresso no programa.

Art. 7º. O sujeito passivo será excluído do REFIS - ARROIO TRINTA, sem notificação prévia, diante da ocorrência de uma das seguintes hipóteses:

I - inobservância de qualquer das exigências estabelecidas nesta Lei, em especial, o disposto no §2º, do artigo 5º;

II - estar em atraso com o pagamento de qualquer parcela há mais de 60 (sessenta) dias;

III - decretação de falência ou extinção pela liquidação da pessoa jurídica;

IV - cisão da pessoa jurídica, exceto se a sociedade nova, oriunda da cisão ou aquela que incorporar a parte do patrimônio assumir solidariamente com a cindida as obrigações do REFIS - ARROIO TRINTA.

Parágrafo único. A exclusão do sujeito passivo do REFIS - ARROIO TRINTA implica a perda de todos os benefícios desta Lei, acarretando as consequências previstas no §2º, do artigo 5º.

Art. 8º. Os benefícios previstos nesta Lei não serão cumulativos com qualquer outro.

Art. 9º. Os débitos não tributários, inclusive os inscritos em Dívida Ativa, poderão ser incluídos no REFIS - ARROIO TRINTA.

Art. 10. A vigência da presente Lei não configura restrição ao direito/dever do Poder Executivo Municipal de propor as medidas judiciais pertinentes para a cobrança dos créditos tributários e não tributários ameaçados pelo alcance do instituto da prescrição.

Art. 11. Esta lei entrará em vigor na data de sua sanção.

Art. 12. Ficam revogadas as disposições contrário.

Arroio Trinta – SC, 02 de julho de 2015.

Alcidir Felchilcher  
Prefeito Municipal

Esta lei foi publicada nesta Secretaria de Administração em 02 de julho de 2015.

Nelson Campagnin  
Diretor Departamento de Administração

### LEI Nº 1746

LEI Nº 1746, DE 20/07/2015.

Autoriza Desapropriação Amigável e Recebe em Doação, a Área de Terras que Discrimina, e dá outras providências.

ALCIDIR FELCHILCHER, Prefeito Municipal de Arroio Trinta, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições comunica que a Câmara Municipal aprova e ele sanciona seguinte Lei.

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a desapropriar amigavelmente e receber em doação área de terras de propriedade do senhor Paulino Zamboni, inscrito no CPF nº 551.996.749-00, conforme abaixo:

“Área de 1.271,615m<sup>2</sup> e possui as seguintes confrontações:  
Norte: com área remanescente 01, com 109,190 metros;  
Sul: com área remanescente 02, com 102,746 metros;  
Leste: com a continuação da Rua Luiz Nesi, com 12,00 metros;  
Oeste: com a área do senhor Daniel Luiz Nesi, com 12,289 metros.”

Art. 2º Na área de terras referida no artigo anterior é para regularizar uma situação já consolidada, onde já existe rua a mais de 10 anos, conforme Mapa e Memorial Descritivo.

Art. 3º O Município será representado nos atos expropriatórios pelo Prefeito Municipal.

Art. 4º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Arroio Trinta – SC, 20 de julho de 2015.

Alcidir Felchilcher  
Prefeito Municipal

Esta lei foi publicada nesta Secretaria de Administração em 20 de julho de 2015.

Nelson Campagnin  
Diretor Departamento de Administração

### LEI Nº 1747

LEI Nº 1747, DE 20/07/2015.

Autoriza Celebrar Convênio com a Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina - CIDASC.

ALCIDIR FELCHILCHER, Prefeito Municipal de Arroio Trinta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faz saber a todos os habitantes, que a Câmara aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica autorizado o Poder Executivo Municipal a celebrar convênio com a Secretaria de Estado da Agricultura e da Pesca, com a interveniência da Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina, com objetivo de conjugação de esforços e cooperação, visando dar suporte a execução das ações de defesa sanitária animal no âmbito do Município, sendo que o presente convênio beneficiará a coletividade, tendo em vista melhor garantir o controle e a sanidade animal e, conseqüentemente, resguardar a saúde pública, bem como proporcionar aos produtores rurais do município satisfatório acesso aos serviços prestados pela CIDASC. Parágrafo único. A minuta do convênio, em anexo, é parte integrante desta lei.

Art. 2º Fica autorizado o Poder Executivo Municipal a ceder servidor efetivo, em favor da Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina – CIDASC, para desenvolver as atividades específicas constantes do convênio.

Art. 3º O convênio estabelecerá as obrigações das partes para consecução dos objetivos propostos.

Art. 4º Os recursos necessários à execução do convênio seguirão por conta de dotações próprias no orçamento do Município.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Arroio Trinta – SC, 20 de julho 2015.

Alcidir Felchilcher  
Prefeito Municipal

Esta lei foi publicada nesta Secretaria de Administração em 20 de julho de 2015.

Nelson Campagnin  
Diretor Departamento de Administração

### LEI Nº 1748

LEI Nº 1748, DE 14/08/2015.

Autoriza o Município de Arroio Trinta a Receber em Cessão de Uso Bem que Especifica, e dá outras providências.

ALCIDIR FELCHILCHER, Prefeito Municipal de Arroio Trinta, Estado de Santa Catarina, faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a receber, por CESSÃO DE USO, DO ESTADO DE SANTA CATARINA, ATRAVÉS DA SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, o bem relacionado neste artigo, que será utilizado no transporte escolar de alunos da rede pública da Educação Básica neste Município:

- 01 ÔNIBUS/MARCOPOLO/VOLARE, ANO 2014, RENAVAL 1503068031, PLACAS QHS 9733, PATRIMÔNIO Nº 842541.

Art. 2º. As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta do município de Arroio Trinta, através de dotações próprias do orçamento vigente.



Art. 3º. É parte integrante desta Lei, o Termo de Cessão de nº 002/2015, que estabelece responsabilidades entre cedente e cessionário e outras normas.

Art. 4º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Arroio Trinta - SC, 14 de agosto de 2015.

Alcidir Felchilcher  
Prefeito Municipal

Esta lei foi publicada nesta Secretaria de Administração em 14 de agosto de 2015.

Nelson Campagnin  
Diretor Departamento de Administração

### LEI Nº 1749

LEI Nº 1749, DE 14/08/2015.

Autoriza Indenização que Específica.

ALCIDIR FELCHILCHER, Prefeito Municipal de Arroio Trinta, no uso de suas atribuições legais, faz saber a todos os habitantes, que a Câmara Municipal, aprovou e eu, sanciono a seguinte Lei.

Art. 1º Fica o Prefeito Municipal AUTORIZADO a indenizar a SENHORA SUZANA RITA NÓRDIO MAFFIOLETTI, brasileira, casada, do lar, inscrita no CPF/MF nº 518,041.589-68 e CI sob nº 1.700.262, residente e domiciliado na Rua Francisco Nava nº 421, Centro Município de Arroio Trinta, na importância de até R\$ 6.150,00 (seis mil cento e cinquenta reais), como forma de reparar os danos causados em seu imóvel, decorrentes de um vazamento no sistema de esgoto, vindo a danificar bens móveis e outros itens na residência. Parágrafo único. A indenização de que trata o "caput" deste artigo, foi apurada de acordo com levantamento efetivado pela Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente, e será paga em única parcela, após a aprovação e sanção da presente Lei, devendo o indenizado firmar termo específico de recebimento e de ressarcimento dos danos causados em seu imóvel.

Art. 2º As despesas decorrentes da execução da presente Lei, correrão à conta de dotação orçamentária própria, podendo o Prefeito Municipal suplementá-la, caso necessário observando-se, para esse fim o disposto no artigo 43 da Lei Federal nº 4.320 de 17 de março de 1964.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Arroio Trinta – SC, 14 de agosto de 2015.

Alcidir Felchilcher  
Prefeito Municipal

Esta lei foi publicada nesta Secretaria de Administração em 14 de agosto de 2015.

Nelson Campagnin  
Diretor Departamento de Administração

### LEI Nº 1750

LEI Nº 1750, DE 14/08/2015.

Dispõe sobre Abertura de Crédito Adicional Suplementar e Anulação de Dotações Orçamentárias, e dá outras providências.

ALCIDIR FELCHILCHER, Prefeito Municipal de Arroio Trinta, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições constitucionais de seu cargo, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o departamento de contabilidade da Prefeitura Municipal de Arroio Trinta, autorizado a abrir crédito adicional suplementar no valor de R\$ 45.000,00 (Quarenta e cinco mil reais), na dotação orçamentária a seguir discriminada:

#### ASSISTÊNCIA E PREVIDÊNCIA

2009.10.306.10.2.25.1 PROGRAMA SUPLEM. DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR

33900000-0100 Aplicações Diretas R\$ 45.000,00

TOTAL SUPLEMENTADO R\$ 45.000,00

Art. 2º Para suporte dos créditos adicionais suplementares de que trata o artigo 1º desta lei, ficam utilizados no mesmo valor os seguintes recursos:

#### GABINETE DO PREFEITO E VICE PREFEITO

2001.28.846.26.0.25.1 AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA MUNICIPAL

46900000-0100 Aplicações Diretas R\$ 45.000,00

TOTAL ANULADO R\$ 45.000,00

Art. 3º - Esta Lei entra em vigência na data de sua publicação, revogando as disposições contrárias.

Arroio Trinta – SC, 14 de agosto de 2015.

Alcidir Felchilcher  
Prefeito Municipal

Esta lei foi publicada nesta Secretaria de Administração em 14 de agosto de 2015.

Nelson Campagnin  
Diretor Departamento de Administração

### PORTARIA Nº 236

PORTARIA Nº 236, de 20/07/2015.

Concede Licença Maternidade para Servidora que Menciona.

ALCIDIR FELCHILCHER, Prefeito Municipal de Arroio Trinta, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com a Lei Orgânica do Município e com o Art. 100 da Lei Municipal Complementar nº 1713/2014 - Estatuto dos Servidores Municipais,

#### RESOLVE:

Artigo 1.º - Conceder Licença Maternidade para a servidora MARILIA BORGHA, ocupante do cargo de provimento efetivo de AUXILIAR ADMINISTRATIVO E DE COMUNICAÇÕES, na forma do Art. 100 da Lei Municipal Complementar nº 1713/2014, pelo período de 17/07/2015 a 12/01/2016, ou seja, 180 (cento e oitenta) dias.

Artigo 2.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 17/07/2015.

Artigo 3.º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Arroio Trinta – SC, 20 de julho de 2015.

ALCIDIR FELCHILCHER  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 237**

PORTARIA Nº 237, de 20/07/2015.

Nomeia Servidor para Cargo Efetivo, e dá outras providências.

ALCIDIR FELCHILCHER, Prefeito Municipal de Arroio Trinta - SC, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto no Artigo 37 da Constituição Federal, combinado com os Artigos 23 e 26 da Lei Orgânica Municipal, Lei Complementar nº 1712/2014, Lei Complementar nº 1713/2014 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais e de acordo com o Edital de Concurso Público nº 001/2015,

**RESOLVE:**

Artigo 1.º - Nomear por Concurso Público, GIZELI MAFFIOLETTI, brasileira, solteira, residente e domiciliado na Linha São Roque, s/n, interior, Município de Arroio Trinta – SC, inscrita no CPF sob nº 088.733.359-18 e Identidade nº 6.066.807, classificado em 3º lugar no Concurso Público, Edital nº 001/2015 para exercer o Cargo de Provimento Efetivo de AUXILIAR ADMINISTRATIVO E DE COMUNICAÇÕES, Nível V - A, Lotado na Secretaria Municipal de Administração do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal, por 40:00 (quarenta) horas semanais, no horário compreendido entre 08:00 as 12:00 horas e 13:30 as 17:30 horas de 2ª à 6ª feira, com vencimentos em Lei, a partir do dia 20 de julho de 2015.

Artigo 2.º - As despesas decorrentes com a execução da presente Portaria correrão por conta de dotações próprias do Orçamento vigente.

Artigo 3.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Arroio Trinta – SC, 20 de julho de 2015.

ALCIDIR FELCHILCHER  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 238**

PORTARIA Nº 238, DE 20/07/2015.

Autoriza Cessão de Servidor.

ALCIDIR FELCHILCHER, Prefeito Municipal de Arroio Trinta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais em conformidade com o disposto na Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

Artigo 1º - Fica cedido o servidor público municipal abaixo especificado, pertencentes aos quadros da Administração Direta, para prestarem serviços junto a COMPANHIA INTEGRADA DE DESENVOLVIMENTO AGRÍCOLA DE SANTA CATARINA - CIDASC, conforme estabelecido no Convênio.

Servidor: GERALDO PEDRO PERAZZOLI  
Cargo: MÉDICO VETERINÁRIO

Artigo 2º - A remuneração do servidor ora cedido, obedecerá às disposições estabelecidas no Convênio, especialmente na Cláusula Segunda.

Artigo 3º - O Município poderá por interesse público, requisitar o servidor cedido de volta aos seus quadros funcionais, de acordo com o disposto no Convênio.

Artigo 4º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficam revogadas as disposições em contrário.

Arroio Trinta – SC, 20 de julho de 2015.

ALCIDIR FELCHILCHER  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 239**

PORTARIA Nº 239, de 31/07/2015.

Exonera Servidor Nomeado para Cargo Comissionado.

ALCIDIR FELCHILCHER, Prefeito Municipal de Arroio Trinta, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Orgânica Municipal,

**RESOLVE:**

Artigo 1.º - EXONERAR o servidor municipal DIRCEU JOÃO FABER, brasileiro, casado, portador da cédula de Identidade nº 459.964 e CPF sob nº 319.103.199-53, residente e domiciliado no Município de Arroio Trinta – SC, ocupante do cargo de DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE TRANSPORTES, a partir de 31 de julho de 2015.

Artigo 2.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Arroio Trinta – SC, 31 de julho de 2015.

ALCIDIR FELCHILCHER  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 240**

PORTARIA Nº 240, de 31/07/2015.

Exonera Servidor Nomeado para Cargo Comissionado.

ALCIDIR FELCHILCHER, Prefeito Municipal de Arroio Trinta, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Orgânica Municipal,

**RESOLVE:**

Artigo 1.º - EXONERAR a servidora municipal ROSE MARI ROTTA, brasileira, solteira, portadora da Cédula de Identidade nº 785.526 e CPF nº 400.693.549-87, residente e domiciliada no Município de Arroio Trinta – SC, ocupante do cargo de SUPERVISORA DO DEPARTAMENTO DE FINANÇAS, a partir de 31 de julho de 2015.

Artigo 2.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Arroio Trinta – SC, 31 de julho de 2015.

ALCIDIR FELCHILCHER  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 241**

PORTARIA Nº 241, de 03/08/2015.

Nomeia Servidor para Cargo Efetivo, e dá outras providências.

ALCIDIR FELCHILCHER, Prefeito Municipal de Arroio Trinta - SC, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto no Artigo 37 da Constituição Federal, combinado com os Artigos 23 e 26 da Lei Orgânica Municipal, Lei Complementar nº 1712/2014, Lei Complementar nº 1713/2014 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais e de acordo com o Edital de Concurso Público nº 001/2015,

**RESOLVE:**

Artigo 1.º - Nomear por Concurso Público, NELZI FERREIRA DE QUEIROZ JUNIOR, brasileiro, solteiro, residente e domiciliado na Rua Francisco Nava, s/n, centro, Município de Arroio Trinta – SC, inscrito no CPF sob nº 068.334.869-80 e Identidade nº 5.276.118,

classificado em 1º lugar no Concurso Público, Edital nº 001/2015 para exercer o Cargo de Provimento Efetivo de MÉDICO CLÍNICO GERAL, Nível XX - A, Lotado na Secretaria Municipal de Saúde do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal, por 40:00 (quarenta) horas semanais, no horário compreendido entre 08:00 as 12:00 horas e 13:30 as 17:30 horas de 2ª à 6ª feira, com vencimentos em Lei, a partir do dia 03 de agosto de 2015.

Artigo 2.º - As despesas decorrentes com a execução da presente Portaria correrão por conta de dotações próprias do Orçamento vigente.

Artigo 3.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Arroio Trinta – SC, 03 de agosto de 2015.  
ALCIDIR FELCHILCHER  
Prefeito Municipal

#### **PORTARIA Nº 242**

PORTARIA Nº 242, de 03/08/2015.

Concede Licença Prêmio em Pecúnia a Servidor que Menciona.

ALCIDIR FELCHILCHER, Prefeito Municipal de Arroio Trinta, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o §2º do art. 117 da Lei Complementar nº 1713/2014 e Decreto nº 1674 de 20/01/2015,

##### **RESOLVE:**

Artigo 1.º - Conceder a pedido, Licença Prêmio em Pecúnia a servidora municipal, FABIANA HOELTGEBAUM, admitida por concurso público para o cargo de AGENTE ADMINISTRATIVO, através da Portaria de Nomeação nº 118 de 02/05/2002, relativas ao período aquisitivo de 01/08/2008 à 31/07/2013, conforme previsto na Lei Complementar nº 1713/2014 e Decreto nº 1674/2015.

Artigo 2.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Arroio Trinta – SC, 03 de agosto de 2015.  
ALCIDIR FELCHILCHER  
Prefeito Municipal

#### **PORTARIA Nº 243**

PORTARIA Nº 243, de 03/08/2015.

Concede Licença Prêmio em Pecúnia a Servidor que Menciona.

ALCIDIR FELCHILCHER, Prefeito Municipal de Arroio Trinta, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o §2º do art. 117 da Lei Complementar nº 1713/2014 e Decreto nº 1674 de 20/01/2015,

##### **RESOLVE:**

Artigo 1.º - Conceder a pedido, Licença Prêmio em Pecúnia ao servidor municipal, CRISTIANO SERIGHELLI, admitido por concurso público para o cargo de AUXILIAR DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS, através da Portaria de Nomeação nº 051 de 01/12/1991, relativas ao período aquisitivo de 01/12/1991 à 30/11/1996, conforme previsto na Lei Complementar nº 1713/2014 e Decreto nº 1674/2015.

Artigo 2.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Arroio Trinta – SC, 03 de agosto de 2015.

ALCIDIR FELCHILCHER  
Prefeito Municipal

#### **PORTARIA Nº 244**

PORTARIA Nº 244, de 03/08/2015.

Concede Licença Prêmio em Pecúnia a Servidor que Menciona.

ALCIDIR FELCHILCHER, Prefeito Municipal de Arroio Trinta, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o §2º do art. 117 da Lei Complementar nº 1713/2014 e Decreto nº 1674 de 20/01/2015,

##### **RESOLVE:**

Artigo 1.º - Conceder a pedido, Licença Prêmio em Pecúnia a servidora municipal, ROSANA NAVA ALVES, admitida por concurso público para o cargo de PROFESSOR (PÓS-GRADUADO), através da Portaria de Nomeação nº 013 de 10/02/1998, relativas ao período aquisitivo de 10/02/2005 à 09/02/2010, conforme previsto na Lei Complementar nº 1713/2014 e Decreto nº 1674/2015.

Artigo 2.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Arroio Trinta – SC, 03 de agosto de 2015.  
ALCIDIR FELCHILCHER  
Prefeito Municipal

#### **PORTARIA Nº 245**

PORTARIA Nº 245, de 03/08/2015.

Concede Licença Prêmio em Pecúnia a Servidor que Menciona.

ALCIDIR FELCHILCHER, Prefeito Municipal de Arroio Trinta, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o §2º do art. 117 da Lei Complementar nº 1713/2014 e Decreto nº 1674 de 20/01/2015,

##### **RESOLVE:**

Artigo 1.º - Conceder a pedido, Licença Prêmio em Pecúnia a servidora municipal, SILVANA BOLZON, admitida por concurso público para o cargo de PROFESSOR (GRADUADO), através da Portaria de Nomeação nº 048 de 08/02/2010, relativas ao período aquisitivo de 08/02/2010 à 07/02/2015, conforme previsto na Lei Complementar nº 1713/2014 e Decreto nº 1674/2015.

Artigo 2.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Arroio Trinta – SC, 03 de agosto de 2015.  
ALCIDIR FELCHILCHER  
Prefeito Municipal



**PORTARIA Nº 246**

PORTARIA Nº 246, de 03/08/2015.

Concede Licença Prêmio em Pecúnia a Servidor que Menciona.

ALCIDIR FELCHILCHER, Prefeito Municipal de Arroio Trinta, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o §2º do art. 117 da Lei Complementar nº 1713/2014 e Decreto nº 1674 de 20/01/2015,

**RESOLVE:**

Artigo 1.º - Conceder a pedido, Licença Prêmio em Pecúnia ao servidor municipal, JOSÉ DA SOLER, admitido por concurso público para o cargo de OPERADOR DE TRATOR AGRÍCOLA, através da Portaria nº 121 de 01/03/2000, posteriormente admitido por novo concurso público para o cargo de MOTORISTA, através da Portaria de Nomeação nº 100 de 03/04/2006 relativas ao período aquisitivo de 01/03/2000 à 28/02/2005, conforme previsto na Lei Complementar nº 1713/2014 e Decreto nº 1674/2015.

Artigo 2.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Arroio Trinta – SC, 03 de agosto de 2015.

ALCIDIR FELCHILCHER  
Prefeito Municipal**PORTARIA Nº 247**

PORTARIA Nº 247, de 10/08/2015.

Concede Férias a Servidor que Menciona.

ALCIDIR FELCHILCHER, Prefeito Municipal de Arroio Trinta, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Inciso IX do Artigo 23 da Lei Orgânica Municipal e de acordo com o Arts. 125 e 160 da Lei Complementar nº 1713 de 03/11/2014 - Estatuto dos Servidores Municipais,

**RESOLVE:**

Artigo 1.º - Conceder férias a servidora municipal, BERNARDETE SCOPEL, brasileira, casada, ocupante do cargo de Provimento Efetivo AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, relativas ao período aquisitivo de 01/08/2014 à 01/08/2015 e gozo das mesmas no período de 10/08/2015 a 08/09/2015, sendo que ao mesmo será pago 1/3(um terço) sobre as férias, conforme determina a Lei.

Artigo 2.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Arroio Trinta – SC, 10 de agosto de 2015.

ALCIDIR FELCHILCHER  
Prefeito Municipal**PORTARIA Nº 248**

PORTARIA Nº 248, de 10/08/2015.

Concede Férias a Servidor que Menciona.

ALCIDIR FELCHILCHER, Prefeito Municipal de Arroio Trinta, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Inciso IX do Artigo 23 da Lei Orgânica Municipal e de acordo com o Arts. 125 e 160 da Lei Complementar nº 1713 de 03/11/2014 - Estatuto dos Servidores Municipais,

**RESOLVE:**

Artigo 1.º - Conceder férias a servidora municipal, ERMINIA LAZZARI, brasileira, casada, ocupante do cargo de Provimento Efetivo

AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, relativas ao período aquisitivo de 01/08/2014 à 01/08/2015 e gozo das mesmas no período de 10/08/2015 a 08/09/2015, sendo que ao mesmo será pago 1/3(um terço) sobre as férias, conforme determina a Lei.

Artigo 2.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Arroio Trinta – SC, 10 de agosto de 2015.

ALCIDIR FELCHILCHER  
Prefeito Municipal**PORTARIA Nº 249**

PORTARIA Nº 249, de 10/08/2015.

Concede Férias a Servidor que Menciona.

ALCIDIR FELCHILCHER, Prefeito Municipal de Arroio Trinta, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Inciso IX do Artigo 23 da Lei Orgânica Municipal e de acordo com o Arts. 125 e 160 da Lei Complementar nº 1713 de 03/11/2014 - Estatuto dos Servidores Municipais,

**RESOLVE:**

Artigo 1.º - Conceder férias ao servidor municipal, GIOVANI JUCIMAR NAVA, brasileiro, solteiro, ocupante do cargo de Provimento Efetivo AGENTE AUXILIAR DE EDUCAÇÃO INFANTIL, relativas ao período aquisitivo de 01/08/2014 à 01/08/2015 e gozo das mesmas no período de 10/08/2015 a 08/09/2015, sendo que ao mesmo será pago 1/3(um terço) sobre as férias, conforme determina a Lei.

Artigo 2.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Arroio Trinta – SC, 10 de agosto de 2015.

ALCIDIR FELCHILCHER  
Prefeito Municipal**PORTARIA Nº 250**

PORTARIA Nº 250, de 10/08/2015.

Concede Férias a Servidor que Menciona.

ALCIDIR FELCHILCHER, Prefeito Municipal de Arroio Trinta, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Inciso IX do Artigo 23 da Lei Orgânica Municipal e de acordo com o Arts. 125 e 160 da Lei Complementar nº 1713 de 03/11/2014 - Estatuto dos Servidores Municipais,

**RESOLVE:**

Artigo 1.º - Conceder férias a servidora municipal, MARCIA BIAVA, brasileira, solteira, ocupante do cargo de Provimento Efetivo AGENTE AUXILIAR DE EDUCAÇÃO INFANTIL, relativas ao período aquisitivo de 01/08/2014 à 01/08/2015 e gozo das mesmas no período de 10/08/2015 a 08/09/2015, sendo que ao mesmo será pago 1/3(um terço) sobre as férias, conforme determina a Lei.

Artigo 2.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Arroio Trinta – SC, 10 de agosto de 2015.

ALCIDIR FELCHILCHER  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 251**

PORTARIA Nº 251, de 10/08/2015.

Concede Férias a Servidor que Menciona.

ALCIDIR FELCHILCHER, Prefeito Municipal de Arroio Trinta, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Inciso IX do Artigo 23 da Lei Orgânica Municipal e de acordo com o Arts. 125 e 160 da Lei Complementar nº 1713 de 03/11/2014 - Estatuto dos Servidores Municipais,

**RESOLVE:**

Artigo 1.º - Conceder férias a servidora municipal, RACHEL MENE-GUZZI MANENTI, brasileira, casada, ocupante do cargo de Provimento Efetivo AGENTE AUXILIAR DE EDUCAÇÃO INFANTIL, relativas ao período aquisitivo de 01/08/2014 à 01/08/2015 e gozo das mesmas no período de 10/08/2015 a 08/09/2015, sendo que ao mesmo será pago 1/3(um terço) sobre as férias, conforme determina a Lei.

Artigo 2.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Arroio Trinta – SC, 10 de agosto de 2015.

ALCIDIR FELCHILCHER

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 252**

PORTARIA Nº 252, de 10/08/2015.

Concede Férias a Servidor que Menciona.

ALCIDIR FELCHILCHER, Prefeito Municipal de Arroio Trinta, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Inciso IX do Artigo 23 da Lei Orgânica Municipal e de acordo com o Arts. 125 e 160 da Lei Complementar nº 1713 de 03/11/2014 - Estatuto dos Servidores Municipais,

**RESOLVE:**

Artigo 1.º - Conceder férias a servidora municipal, SIRLEI PASSONI SPRICIGO, brasileira, casada, ocupante do cargo de Provimento Efetivo AGENTE AUXILIAR DE EDUCAÇÃO INFANTIL, relativas ao período aquisitivo de 01/08/2014 à 01/08/2015 e gozo das mesmas no período de 10/08/2015 a 08/09/2015, sendo que ao mesmo será pago 1/3(um terço) sobre as férias, conforme determina a Lei.

Artigo 2.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Arroio Trinta – SC, 10 de agosto de 2015.

ALCIDIR FELCHILCHER

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 253**

PORTARIA Nº 253, de 10/08/2015.

Concede Férias a Servidor que Menciona.

ALCIDIR FELCHILCHER, Prefeito Municipal de Arroio Trinta, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Inciso IX do Artigo 23 da Lei Orgânica Municipal e de acordo com o Arts. 125 e 160 da Lei Complementar nº 1713 de 03/11/2014 - Estatuto dos Servidores Municipais,

**RESOLVE:**

Artigo 1.º - Conceder férias a servidora municipal, SIRLEIA MARIA

PASSONI, brasileira, solteira, ocupante do cargo de Provimento Efetivo AGENTE AUXILIAR DE EDUCAÇÃO INFANTIL, relativas ao período aquisitivo de 01/08/2014 à 01/08/2015 e gozo das mesmas no período de 10/08/2015 a 08/09/2015, sendo que ao mesmo será pago 1/3(um terço) sobre as férias, conforme determina a Lei.

Artigo 2.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Arroio Trinta – SC, 10 de agosto de 2015.

ALCIDIR FELCHILCHER

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 254**

PORTARIA Nº 254, de 10/08/2015.

Concede Férias a Servidor que Menciona.

ALCIDIR FELCHILCHER, Prefeito Municipal de Arroio Trinta, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Inciso IX do Artigo 23 da Lei Orgânica Municipal e de acordo com o Arts. 125 e 160 da Lei Complementar nº 1713 de 03/11/2014 - Estatuto dos Servidores Municipais,

**RESOLVE:**

Artigo 1.º - Conceder férias a servidora municipal, THAIS NOELLI ARIGONI, brasileira, solteira, ocupante do cargo de Provimento Efetivo AGENTE AUXILIAR DE EDUCAÇÃO INFANTIL, relativas ao período aquisitivo de 01/08/2014 à 01/08/2015 e gozo das mesmas no período de 10/08/2015 a 08/09/2015, sendo que ao mesmo será pago 1/3(um terço) sobre as férias, conforme determina a Lei.

Artigo 2.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Arroio Trinta – SC, 10 de agosto de 2015.

ALCIDIR FELCHILCHER

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 255**

PORTARIA Nº 255, de 10/08/2015.

Concede Férias a Servidor que Menciona.

ALCIDIR FELCHILCHER, Prefeito Municipal de Arroio Trinta, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Inciso IX do Artigo 23 da Lei Orgânica Municipal e de acordo com o Arts. 125 e 160 da Lei Complementar nº 1713 de 03/11/2014 - Estatuto dos Servidores Municipais,

**RESOLVE:**

Artigo 1.º - Conceder férias a servidora municipal, VALÉRIA LUZIA LOCATELI, brasileira, solteira, ocupante do cargo de Provimento Efetivo AGENTE AUXILIAR DE EDUCAÇÃO INFANTIL, relativas ao período aquisitivo de 01/08/2014 à 01/08/2015 e gozo das mesmas no período de 10/08/2015 a 08/09/2015, sendo que ao mesmo será pago 1/3(um terço) sobre as férias, conforme determina a Lei.

Artigo 2.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Arroio Trinta – SC, 10 de agosto de 2015.  
ALCIDIR FELCHILCHER  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 256**

PORTARIA Nº 256, de 10/08/2015.

Concede Férias a Servidor que Menciona.

ALCIDIR FELCHILCHER, Prefeito Municipal de Arroio Trinta, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Inciso IX do Artigo 23 da Lei Orgânica Municipal e de acordo com o Arts. 125 e 160 da Lei Complementar nº 1713 de 03/11/2014 - Estatuto dos Servidores Municipais,

**RESOLVE:**

Artigo 1.º - Conceder férias a servidora municipal, ADRIANA PIROLA ANSILIERO, brasileira, casada, ocupante do cargo de Provimto Efetivo PROFESSOR I (MAGISTÉRIO), relativas ao período aquisitivo de 01/08/2014 à 01/08/2015 e gozo das mesmas no período de 10/08/2015 a 08/09/2015, sendo que ao mesmo será pago 1/3(um terço) sobre as férias, conforme determina a Lei.

Artigo 2.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Arroio Trinta – SC, 10 de agosto de 2015.  
ALCIDIR FELCHILCHER  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 257**

PORTARIA Nº 257, de 10/08/2015.

Concede Férias a Servidor que Menciona.

ALCIDIR FELCHILCHER, Prefeito Municipal de Arroio Trinta, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Inciso IX do Artigo 23 da Lei Orgânica Municipal e de acordo com o Arts. 125 e 160 da Lei Complementar nº 1713 de 03/11/2014 - Estatuto dos Servidores Municipais,

**RESOLVE:**

Artigo 1.º - Conceder férias a servidora municipal, ELOI CRISTINA DA SILVA LIDANI, brasileira, casada, ocupante do cargo de Provimto Efetivo PROFESSOR I (PÓS-GRADUADO), relativas ao período aquisitivo de 02/08/2014 à 02/08/2015 e gozo das mesmas no período de 10/08/2015 a 08/09/2015, sendo que ao mesmo será pago 1/3(um terço) sobre as férias, conforme determina a Lei.

Artigo 2.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Arroio Trinta – SC, 10 de agosto de 2015.  
ALCIDIR FELCHILCHER  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 258**

PORTARIA Nº 258, de 10/08/2015.

Concede Férias a Servidor que Menciona.

ALCIDIR FELCHILCHER, Prefeito Municipal de Arroio Trinta, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Inciso IX do Artigo 23 da Lei Orgânica Municipal e de acordo com o Arts. 125 e 160 da Lei Complementar nº 1713 de 03/11/2014 - Estatuto dos Servidores Municipais,

**RESOLVE:**

Artigo 1.º - Conceder férias a servidora municipal, MARGARIDA DE BORTOLI, brasileira, casada, ocupante do cargo de Provimto Efetivo PROFESSOR I (PÓS-GRADUADO), relativas ao período aquisitivo de 02/08/2014 à 02/08/2015 e gozo das mesmas no período de 10/08/2015 a 08/09/2015, sendo que ao mesmo será pago 1/3(um terço) sobre as férias, conforme determina a Lei.

Artigo 2.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Arroio Trinta – SC, 10 de agosto de 2015.  
ALCIDIR FELCHILCHER  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 259**

PORTARIA Nº 259, de 10/08/2015.

Concede Férias a Servidor que Menciona.

ALCIDIR FELCHILCHER, Prefeito Municipal de Arroio Trinta, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Inciso IX do Artigo 23 da Lei Orgânica Municipal e de acordo com o Arts. 125 e 160 da Lei Complementar nº 1713 de 03/11/2014 - Estatuto dos Servidores Municipais,

**RESOLVE:**

Artigo 1.º - Conceder férias a servidora municipal, MAGDA CRISTINA DONADELI GEMELI, brasileira, casada, ocupante do cargo de Provimto Efetivo FISIOTERAPEUTA, relativas ao período aquisitivo de 01/08/2014 à 01/08/2015 e gozo das mesmas no período de 10/08/2015 a 08/09/2015, sendo que ao mesmo será pago 1/3(um terço) sobre as férias, conforme determina a Lei.

Artigo 2.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Arroio Trinta – SC, 10 de agosto de 2015.  
ALCIDIR FELCHILCHER  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 260**

PORTARIA Nº 260, de 10/08/2015.

Concede Férias a Servidor que Menciona.

ALCIDIR FELCHILCHER, Prefeito Municipal de Arroio Trinta, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Inciso IX do Artigo 23 da Lei Orgânica Municipal e de acordo com o Arts. 125 e 160 da Lei Complementar nº 1713 de 03/11/2014 - Estatuto dos Servidores Municipais,

**RESOLVE:**

Artigo 1.º - Conceder férias a servidora municipal, SALETE SARTORI NESI, brasileira, casada, ocupante do cargo de Provimto Efetivo TÉCNICO EM ENFERMAGEM, relativas ao período aquisitivo

de 01/08/2014 à 01/08/2015 e gozo das mesmas no período de 10/08/2015 a 08/09/2015, sendo que ao mesmo será pago 1/3(um terço) sobre as férias, conforme determina a Lei.

Artigo 2.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Arroio Trinta – SC, 10 de agosto de 2015.

ALCIDIR FELCHILCHER

Prefeito Municipal

#### **PORTARIA Nº 261**

PORTARIA Nº 261, de 10/08/2015.

Concede Férias a Servidor que Menciona.

ALCIDIR FELCHILCHER, Prefeito Municipal de Arroio Trinta, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Inciso IX do Artigo 23 da Lei Orgânica Municipal e de acordo com o Arts. 125 e 160 da Lei Complementar nº 1713 de 03/11/2014 - Estatuto dos Servidores Municipais,

RESOLVE:

Artigo 1.º - Conceder férias a servidora municipal, MARILENE SILVA DA SILVA, brasileira, viúva, ocupante do cargo de Provimento Efetivo TÉCNICO EM ENFERMAGEM, relativas ao período aquisitivo de 01/03/2014 à 01/03/2015 e gozo das mesmas no período de 10/08/2015 a 08/09/2015, sendo que ao mesmo será pago 1/3(um terço) sobre as férias, conforme determina a Lei.

Artigo 2.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Arroio Trinta – SC, 10 de agosto de 2015.

ALCIDIR FELCHILCHER

Prefeito Municipal

#### **PORTARIA Nº 262**

PORTARIA Nº 262, de 10/08/2015.

Concede Férias a Servidor que Menciona.

ALCIDIR FELCHILCHER, Prefeito Municipal de Arroio Trinta, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Inciso IX do Artigo 23 da Lei Orgânica Municipal e de acordo com o Arts. 125 e 160 da Lei Complementar nº 1713 de 03/11/2014 - Estatuto dos Servidores Municipais,

RESOLVE:

Artigo 1.º - Conceder férias ao servidor municipal, VINICIUS PAULO GOMES, brasileiro, solteiro, ocupante do cargo de Provimento Efetivo TÉCNICO MODALIDADE ESPORTIVA, relativas ao período aquisitivo de 01/08/2014 à 01/08/2015 e gozo das mesmas no período de 10/08/2015 a 08/09/2015, sendo que ao mesmo será pago 1/3(um terço) sobre as férias, conforme determina a Lei.

Artigo 2.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Arroio Trinta – SC, 10 de agosto de 2015.

ALCIDIR FELCHILCHER

Prefeito Municipal

#### **PORTARIA Nº 263**

PORTARIA Nº 263, de 10/08/2015.

Concede Férias a Servidor que Menciona.

ALCIDIR FELCHILCHER, Prefeito Municipal de Arroio Trinta, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Inciso IX do Artigo 23 da Lei Orgânica Municipal e de acordo com o Arts. 125 e 160 da Lei Complementar nº 1713 de 03/11/2014 - Estatuto dos Servidores Municipais,

RESOLVE:

Artigo 1.º - Conceder férias a servidora municipal, MARIA IRACEMA DE OLIVEIRA SONEGO, brasileira, casada, ocupante do cargo de Provimento Efetivo AUXILIAR DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS, relativas ao período aquisitivo de 03/08/2014 à 03/08/2015 e gozo das mesmas no período de 10/08/2015 a 08/09/2015, sendo que ao mesmo será pago 1/3(um terço) sobre as férias, conforme determina a Lei.

Artigo 2.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Arroio Trinta – SC, 10 de agosto de 2015.

ALCIDIR FELCHILCHER

Prefeito Municipal

#### **PORTARIA Nº 264**

PORTARIA Nº 264, de 10/08/2015.

Concede Férias a Servidor que Menciona.

ALCIDIR FELCHILCHER, Prefeito Municipal de Arroio Trinta, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Inciso IX do Artigo 23 da Lei Orgânica Municipal e de acordo com o Arts. 125 e 160 da Lei Complementar nº 1713 de 03/11/2014 - Estatuto dos Servidores Municipais,

RESOLVE:

Artigo 1.º - Conceder férias a servidora municipal, SONIA FATIMA NESI, brasileira, divorciada, ocupante do cargo de Provimento Efetivo AUXILIAR ADMINISTRATIVO E DE COMUNICAÇÕES, relativas ao período aquisitivo de 10/08/2014 à 10/08/2015 e gozo das mesmas no período de 10/08/2015 a 08/09/2015, sendo que ao mesmo será pago 1/3(um terço) sobre as férias, conforme determina a Lei.

Artigo 2.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Arroio Trinta – SC, 10 de agosto de 2015.

ALCIDIR FELCHILCHER

Prefeito Municipal

#### **PORTARIA Nº 265**

PORTARIA Nº 265, de 10/08/2015.

Concede Férias a Servidor que Menciona.

ALCIDIR FELCHILCHER, Prefeito Municipal de Arroio Trinta, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Inciso IX do Artigo 23 da Lei Orgânica Municipal e de acordo com o Arts. 125 e 160 da Lei Complementar nº 1713 de 03/11/2014 - Estatuto dos Servidores Municipais,

RESOLVE:

Artigo 1.º - Conceder férias a servidora municipal, FABIANA HOELTGEBAUM, brasileira, solteira, ocupante do cargo de Provimento Efetivo AGENTE ADMINISTRATIVO, relativas ao período aquisitivo



de 01/08/2014 à 01/08/2015 e gozo das mesmas no período de 10/08/2015 a 08/09/2015, sendo que ao mesmo será pago 1/3(um terço) sobre as férias, conforme determina a Lei.

Artigo 2.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Arroio Trinta – SC, 10 de agosto de 2015.

ALCIDIR FELCHILCHER

Prefeito Municipal

#### **PORTARIA Nº 266**

PORTARIA Nº 266, de 10/08/2015.

Concede Férias a Servidor que Menciona.

ALCIDIR FELCHILCHER, Prefeito Municipal de Arroio Trinta, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Inciso IX do Artigo 23 da Lei Orgânica Municipal e de acordo com o Arts. 125 e 160 da Lei Complementar nº 1713 de 03/11/2014 - Estatuto dos Servidores Municipais,

RESOLVE:

Artigo 1.º - Conceder férias ao servidor municipal, NEIVALDO SE-RIGHELLI, brasileiro, casado, ocupante do cargo de Provimento Efetivo OPERADOR DE MÁQUINAS PESADAS, relativas ao período aquisitivo de 03/08/2014 à 03/08/2015 e gozo das mesmas no período de 10/08/2015 a 30/08/2015, e determina o pagamento de 10 (dez) dias a serem trabalhados, sendo que ao mesmo será pago 1/3(um terço) sobre as férias, conforme determina a Lei.

Artigo 2.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Arroio Trinta – SC, 10 de agosto de 2015.

ALCIDIR FELCHILCHER

Prefeito Municipal

#### **PORTARIA Nº 267**

PORTARIA Nº 267, de 10/08/2015.

Concede Férias a Servidor que Menciona.

ALCIDIR FELCHILCHER, Prefeito Municipal de Arroio Trinta, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Inciso IX do Artigo 23 da Lei Orgânica Municipal e de acordo com o Arts. 125 e 160 da Lei Complementar nº 1713 de 03/11/2014 - Estatuto dos Servidores Municipais,

RESOLVE:

Artigo 1.º - Conceder férias ao servidor municipal, SANTO POS-SATO, brasileiro, casado, ocupante do cargo de Provimento Efetivo ADVOGADO, relativas ao período aquisitivo de 03/08/2014 à 03/08/2015 e gozo das mesmas no período de 10/08/2015 a 30/08/2015, e determina o pagamento de 10 (dez) dias a serem trabalhados, sendo que ao mesmo será pago 1/3(um terço) sobre as férias, conforme determina a Lei.

Artigo 2.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Arroio Trinta – SC, 10 de agosto de 2015.

ALCIDIR FELCHILCHER

Prefeito Municipal

#### **PORTARIA Nº 268**

PORTARIA Nº 268, de 24/08/2015.

Concede Licença Maternidade para Servidora que Menciona.

ALCIDIR FELCHILCHER, Prefeito Municipal de Arroio Trinta, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com a Lei Orgânica do Município e com o Art. 100 da Lei Municipal Complementar nº 1713/2014 - Estatuto dos Servidores Municipais,

RESOLVE:

Artigo 1.º - Conceder Licença Maternidade para a servidora CHEILA APARECIDA BONASSA, ocupante do cargo de provimento efetivo de AUXILIAR ADMINISTRATIVO E DE COMUNICAÇÕES, na forma do Art. 100 da Lei Municipal Complementar nº 1713/2014, pelo período de 17/08/2015 a 12/02/2016, ou seja, 180 (cento e oitenta) dias.

Artigo 2.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 17/08/2015.

Artigo 3.º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Arroio Trinta – SC, 24 de agosto de 2015.

ALCIDIR FELCHILCHER

Prefeito Municipal

#### **PORTARIA Nº 269**

PORTARIA Nº 269, de 24/08/2015.

Prorroga a Contratação Temporária por Prazo Determinado Servidor que Menciona.

ALCIDIR FELCHILCHER, Prefeito Municipal de Arroio Trinta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e por excepcional interesse Público,

RESOLVE:

Artigo 1.º - Autorizar a Prorrogação da Contratação Temporária por Prazo Determinado, nos termos da Lei nº 1713 de 03/11/2014, a Servidora Municipal LINDAMIR LUCIA BARBACOVİ CONSTANTINI, brasileira, casada, inscrita no CPF sob nº 565.847.769-72 e Identidade nº 5.615.577, residente e domiciliada no Município de Arroio Trinta – SC, ocupante da função de PROFESSOR I (GRADUADA), do quadro de pessoal do Poder Executivo Municipal, por 20:00 (vinte) horas semanais, no horário compreendido entre 13:15 as 17:15 horas de 2.ª à 6.ª feira, com vencimentos em Lei, pelo período de 25/08/2015 à 18/12/2015.

Parágrafo único - A prorrogação se faz necessário em virtude da Licença para Tratamento de Saúde da Servidora Municipal Keli Marenti.

Artigo 2.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3.º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Arroio Trinta – SC, 24 de agosto de 2015.

ALCIDIR FELCHILCHER

Prefeito Municipal

# Ascurra

## PREFEITURA

**DECRETO Nº 2752, de 03/08/2015**

DECRETO Nº 2752, de 03 de Agosto de 2015.

Dispõe sobre a abertura de Crédito Suplementar por Anulação de Dotação.

MOACIR POLIDORO, Prefeito do Município de ASCURRA, Estado de Santa Catarina, em conformidade com a Lei Nº 1396, de 15 de dezembro de 2014.

Art. 1º - É aberto ao orçamento do exercício de 2015, em favor das Unidades Orçamentárias a seguir relacionadas, créditos adicionais suplementares no valor de R\$ 1.229,28, observadas as seguintes classificações funcionais programáticas.

Dotações Suplementadas	
Código	Descrição
03	SECRETARIA DE ADMINISTRACAO E PLANEJAMENTO
03.001	SECRETARIA DE ADMINISTRACAO E PLANEJAMENTO
03.001.0004	ADMINISTRACAO
03.001.0004.0121	PLANEJAMENTO E ORCAMENTO
03.001.0004.0121.0100	GESTÃO DA ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
03.001.0004.0121.0100.2002	MAN. ATIV. ADMINISTR. FINANCEIRA E ORCAMENTARIA
3339300000000000	TRANSFERENCIAS A CONSORCIOS PUBLICOS
00010000	Recursos Ordinários
Valor: ( 1.229,28 )	

Art. 2º - Os recursos necessários à execução do disposto no art. 1º decorrerão de anulação, no mesmo valor do crédito adicional suplementar, das seguintes dotações orçamentárias.

Dotações Anuladas	
Código	Descrição
03	SECRETARIA DE ADMINISTRACAO E PLANEJAMENTO
03.001	SECRETARIA DE ADMINISTRACAO E PLANEJAMENTO
03.001.0004	ADMINISTRACAO
03.001.0004.0121	PLANEJAMENTO E ORCAMENTO
03.001.0004.0121.0100	GESTÃO DA ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
03.001.0004.0121.0100.2002	MAN. ATIV. ADMINISTR. FINANCEIRA E ORCAMENTARIA
3339000000000000	APLICACOES DIRETAS
00010000	Recursos Ordinários
Valor: ( 1.229,28 )	

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Ascurra em, 03 de agosto de 2015.

MOACIR POLIDORO

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto na forma regulamentar.

Município de Ascurra/SC, 03 de agosto de 2015.

Claudia Dalfovo

Auxiliar Administrativo

# Bela Vista do Toldo

## PREFEITURA

### CONCORRENCIA 002/2015-PREF

Aviso de Licitações

MUNICÍPIO DE BELA VISTA DO TOLDO/SC

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO 026/2015

CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 002/2015

O município de Bela Vista do Toldo, estado de Santa Catarina, torna público e para o conhecimento dos interessados que fará realizar licitação, na modalidade de Concorrência Pública do tipo menor preço global. O objeto a contratação, sob o regime de empreitada por preço global, especializada para execução (com fornecimento de mão de obra, materiais e equipamentos), da construção de Estação de Tratamento de Esgoto com instalação de rede coletora, localizada na Rua Francisco Karvat Sobrinho, centro, no município de Bela Vista do Toldo/SC, conforme projetos, memorial descritivo, planilha de quantitativos e demais anexos.

#### ENTREGA DE ENVELOPES

Até a 16h00min do dia 02/10/2015.

#### LOCAL DA REALIZAÇÃO DA SESSÃO PÚBLICA:

Dia 09/10/2015 às 09h00min, na sede da Prefeitura Municipal De Bela Vista do Toldo/SC, à Rua Estanislau Schumann, 839, centro.

O edital deverá ser retirado no Setor de Licitações do Município de Bela Vista do Toldo/SC, nas condições assim que o Edital estabelece.

Informações poderão ser solicitadas pelo email [compras.licitacao@pmbvt.sc.gov.br](mailto:compras.licitacao@pmbvt.sc.gov.br).

Bela Vista do Toldo, 26 de Agosto de 2015.

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA

Prefeito Municipal



# Biguaçu

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 144/2015

DECRETO Nº 144/2015 DE: 24 DE AGOSTO DE 2015.

Faz remanejamento de dotações dentro da mesma categoria de programação de que trata o artigo 167, inciso VI, da Constituição Federal.

Ramon Wollinger, Prefeito Municipal de Biguaçu, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a autorização que lhe confere o parágrafo 3º do artigo 7º, da Lei Municipal nº 3514/2014 - Lei de Diretrizes Orçamentárias e o artigo 9º, da Lei Municipal nº 3530/2014 - Lei Orçamentária para 2015,

#### DECRETA:

Art. 1º Fica remanejado, dentro da mesma categoria de programação de que trata o artigo 167, inciso VI, da Constituição Federal, as dotações abaixo identificadas e constantes da Lei Orçamentária para 2015, Lei Municipal nº 3530/2014:

#### 0501. SECRETARIA DO ORÇAMENTO PARTICIPATIVO

0501.04.122.0002.2010	Manutenção da Sec. do Orçamento Participativo	1.300,00
	ANULA:	
4.4.90.00/0.1.00.000000	Investimentos	1.300,00
	SUPLEMENTA:	
3.3.90.00/0.1.00.000000	Outras Despesas Correntes	1.300,00

#### 0701. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

0701.12.361.0003.2018	Manutenção do Ensino Fundamental	28.000,00
	ANULA:	
4.4.90.00/0.1.06.000000	Investimentos	15.000,00
3.3.50.00/0.1.01.000000	Outras Despesas Correntes	13.000,00
	SUPLEMENTA:	
3.3.90.00/0.1.06.000000	Outras Despesas Correntes	15.000,00
3.3.90.00/0.1.01.000000	Outras Despesas Correntes	13.000,00

0701.12.365.0003.2026	Manutenção do Ensino Infantil	2.419,38
	ANULA:	
4.4.90.00/0.1.01.000000	Investimentos	2.439,38
	SUPLEMENTA:	
3.3.90.00/0.1.01.000000	Outras Despesas Correntes	2.439,38

#### 1201. SECRETARIA DE DESENV. ECONÔMICO E INOVAÇÃO TECNOLÓGICA

1201.13.691.0007.2073	Funcionamento e Manutenção da Casa do Empreendedor	1.000,00
	ANULA:	
4.4.90.00/0.1.00.000000	Investimentos	1.000,00
	SUPLEMENTA:	
3.3.90.00/0.1.00.000000	Outras Despesas Correntes	1.000,00

Art. 2º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Biguaçu, 24 de agosto de 2015.

RAMON WOLLINGER  
Prefeito Municipal

Reg.publ.n/data

Marivalde Inêz Kons  
Escriturária



**PORTARIA Nº 2231/2015**

PORTARIA nº 2231 de 24 de agosto de 2015

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

**RESOLVE:**

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), ROSELI DE SOUZA CORREA, para desempenhar as funções do cargo não provido de PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL), do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Educação, e jornada de 30 horas semanais, no período de 01/08/2015 a 01/10/2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 01/08/2015.

Biguaçu, 24 de agosto de 2015.

Ramon Wollinger  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 2232/2015**

PORTARIA nº 2232 de 24 de agosto de 2015

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

**RESOLVE:**

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), FRANCIELLY VIEIRA LIVRAMENTO, para desempenhar as funções do cargo não provido de PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL), do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Educação, e jornada de 30 horas semanais, no período de 28/08/2015 a 01/11/2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 28/08/2015.

Biguaçu, 24 de agosto de 2015.

Ramon Wollinger  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 2233/2015**

PORTARIA nº 2233 de 24 de agosto de 2015

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

**RESOLVE:**

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), KLIVER LUIZ DO NASCIMENTO, para desempenhar as funções do cargo não provido de PROFESSOR III (MATEMÁTICA), do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Educação, e jornada de 40 horas semanais, no período de 31/07/2015 a 10/09/2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 31/07/2015.

Biguaçu, 24 de agosto de 2015.

Ramon Wollinger  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 2234/2015**

PORTARIA nº 2234 de 24 de agosto de 2015

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

**RESOLVE:**

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), ELTON FRANCISCO, para desempenhar as funções do cargo não provido de PROFESSOR III (HISTÓRIA), do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Educação, e jornada de 40 horas semanais, no período de 20/08/2015 a 18/12/2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 31/07/2015.

Biguaçu, 24 de agosto de 2015.

Ramon Wollinger  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 2235/2015**

PORTARIA nº 2235 de 24 de agosto de 2015

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

**RESOLVE:**

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), LUCIANA CUNHA TEODOSIO, para desempenhar as funções do cargo não provido de AUXILIAR DE SALA, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Educação, e jornada de 30 horas semanais, no período de 02/08/2015 a 01/09/2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 02/08/2015.

Biguaçu, 24 de agosto de 2015.

Ramon Wollinger  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 2236/2015**

PORTARIA nº 2236 de 24 de agosto de 2015

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

**RESOLVE:**

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), ALINY BORGES PEIXOTO, para desempenhar as funções do cargo não provido de AUXILIAR DE SALA, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Educação, e jornada de 30 horas semanais, no período de 03/07/2015 a 11/08/2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 03/07/2015.

Biguaçu, 24 de agosto de 2015.

Ramon Wollinger  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 2237/2015**

PORTARIA nº 2237 de 24 de agosto de 2015

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

**RESOLVE:**

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), TELMA HELENA DIAS MOREIRA, para desempenhar as funções do cargo não provido de AUXILIAR DE SALA, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Educação, e jornada de 30 horas semanais, no período de 30/07/2015 a 15/10/2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 30/07/2015.

Biguaçu, 24 de agosto de 2015.

Ramon Wollinger  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 2238/2015**

PORTARIA nº 2238 de 24 de agosto de 2015

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

**RESOLVE:**

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), DIANA GISLENE DOS SANTOS, para desempenhar as funções do cargo não provido de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS V (SERVENTE), do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Educação, e jornada de 30 horas semanais, no período de 10/08/2015 a 31/08/2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 10/08/2015.

Biguaçu, 24 de agosto de 2015.

Ramon Wollinger  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 2239/2015**

PORTARIA nº 2239 de 24 de agosto de 2015

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

**RESOLVE:**

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), CLAUDETE MARIA PINHEIRO, para desempenhar as funções do cargo não provido de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS V (SERVENTE), do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Educação, e jornada de 30 horas semanais, no período de 10/08/2015 a 18/12/2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 10/08/2015.

Biguaçu, 24 de agosto de 2015.

Ramon Wollinger  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 2240/2015**

PORTARIA nº 2240 de 24 de agosto de 2015

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

**RESOLVE:**

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), ANA MARIA RIBEIRO, para desempenhar as funções do cargo não provido de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS V (SERVENTE), do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Educação, e jornada de 30 horas semanais, no período de 10/08/2015 a 18/12/2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 10/08/2015.

Biguaçu, 24 de agosto de 2015.

Ramon Wollinger  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 2258/2015**

PORTARIA nº 2258 de 24 de agosto de 2015

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

**RESOLVE:**

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), JUREMA LOPEZ MENDES, para desempenhar as funções do cargo não provido de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS IV (MERENDEIRA), do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Educação, e jornada de 30 horas semanais, no período de 23/08/2015 a 18/12/2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 23/08/2015.

Biguaçu, 24 de agosto de 2015.

Ramon Wollinger  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 2259/2015**

PORTARIA nº 2259 de 24 de agosto de 2015

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

**RESOLVE:**

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), GERALDINA APARECIDA RIBEIRO, para desempenhar as funções do cargo não provido de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS IV (MERENDEIRA), do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Educação, e jornada de 30 horas semanais, no período de 10/08/2015 a 18/12/2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 10/08/2015.

Biguaçu, 24 de agosto de 2015.

Ramon Wollinger  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 2260/2015**

PORTARIA nº 2260 de 24 de agosto de 2015

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

**RESOLVE:**

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), ROSELI FATIMA CARDOSO DE OLIVEIRA, para desempenhar as funções do cargo não provido de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS IV (MERENDEIRA), do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Educação, e jornada de 30 horas semanais, no período de 16/08/2015 a 18/12/2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 16/08/2015.

Biguaçu, 24 de agosto de 2015.

Ramon Wollinger  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 2261/2015**

PORTARIA nº 2261 de 24 de agosto de 2015

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

**RESOLVE:**

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), DIANA GISLENE DOS SANTOS, para desempenhar as funções do cargo não provido de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS V (SERVENTE), do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Educação, e jornada de 30 horas semanais, no período de 31/08/2015 a 18/12/2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 31/08/2015.

Biguaçu, 24 de agosto de 2015.

Ramon Wollinger  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 2262/2015**

PORTARIA nº 2262 de 24 de agosto de 2015

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

**RESOLVE:**

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), RENATA PEREIRA MARAFIGO, para desempenhar as funções do cargo não provido de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS V (SERVENTE), do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Educação, e jornada de 30 horas semanais, no período de 06/08/2015 a 18/12/2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 06/08/2015.

Biguaçu, 24 de agosto de 2015.

Ramon Wollinger  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 2263/2015**

PORTARIA nº 2263 de 24 de agosto de 2015

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

**RESOLVE:**

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), RODRIGO GONÇALVES, para desempenhar as funções do cargo não provido de MOTORISTA III, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Educação, e jornada de 40 horas semanais, no período de 10/08/2015 a 18/12/2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 10/08/2015.

Biguaçu, 24 de agosto de 2015.

Ramon Wollinger  
Prefeito Municipal



**PORTARIA Nº 2264/2015**

PORTARIA nº 2264 de 24 de agosto de 2015

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

**RESOLVE:**

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), FRANCIELLY VIEIRA LIVRAMENTO, para desempenhar as funções do cargo não provido de PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL), do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Educação, e jornada de 20 horas semanais, no período de 03/07/2015 a 28/08/2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 03/07/2015.

Biguaçu, 24 de agosto de 2015.

Ramon Wollinger  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 2279/2015**

PORTARIA nº 2279 de 25 de agosto de 2015

**ERRATA:**

Na portaria 2131/2015, de exoneração do(a) servidor(a) Ana Paula Matias Silveira, ocorreu um equívoco quanto a data.

Portaria 2066 de 12 de agosto de 2015:

Art. 1º Conceder exoneração ao servidor Ana Paula Matias Silveira, detentor do cargo de provimento efetivo de Escrivão, com jornada de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Saúde, inscrito(a) na matrícula funcional nº 8862, a partir de 20/08/2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos passam a vigorar a contar de 03/08/2015.

Passa a ter a seguinte redação:

Art. 1º Conceder exoneração ao servidor Ana Paula Matias Silveira, detentor do cargo de provimento efetivo de Escrivão, com jornada de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Saúde, inscrito(a) na matrícula funcional nº 8862, a partir de 20/08/2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos passam a vigorar a contar de 20/08/2015.

Biguaçu, 25 de agosto de 2015.

Willian Lofy  
Secretário Municipal de Administração

---

**CÂMARA MUNICIPAL**

---

**EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO N. 023/2015**

DISPENSA DE LICITAÇÃO N. 023/2015

EXTRATO DO PROCESSO LICITATÓRIO

OBJETO: Recarga do gás de cozinha e demais utensílios de copa a fim de atender as necessidades da Câmara Municipal de Biguaçu.

FUNDAMENTO LEGAL: Art. 24, II, da Lei Federal n. 8.666/93.

VALOR GLOBAL: R\$ 635,40 (seiscentos e trinta e cinco reais e quarenta centavos).

CONTRATANTE: Câmara Municipal de Biguaçu.

CONTRATADOS: Prado Supermercado Ltda – CNPJ n. 09.199.938/0001-57, Lojas de Departamentos Miliun Ltda – CNPJ n. 83.240.333/0051-84

DOTAÇÃO ORÇAMETÁRIA: 3.3.90.39.99.00.00.00.0.01.00.0.

RATIFICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO: 24/08/2015.

Biguaçu/SC, 25 de agosto de 2015.

Saete Orlandina Cardoso  
Presidente da Câmara de Vereadores de Biguaçu

**EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO N. 025/2015**

DISPENSA DE LICITAÇÃO N. 025/2015

EXTRATO DO PROCESSO LICITATÓRIO

OBJETO: compra de equipamentos de EPIs (Equipamentos de Proteção Individual), a fim de atender as necessidades da Câmara Municipal de Biguaçu.

FUNDAMENTO LEGAL: Art. 24, II, da Lei Federal n. 8.666/93.

VALOR GLOBAL DA DISPENSA: R\$ 230,60 (duzentos e trinta reais e sessenta centavos).

CONTRATANTE: Câmara Municipal de Biguaçu.

CONTRATADOS: Zeus do Brasil Ltda (CNPJ n. 82.699.588/0009-35) e Corsul – Comércio de Produtos para Indústria Ltda (CNPJ n. 09.531.045/0001-67).

DOTAÇÃO ORÇAMETÁRIA: 3.3.90.39.99.00.00.00.0.01.00.0.

RATIFICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO: 25/08/2015.

Biguaçu/SC, 25 de agosto de 2015.

Saete Orlandina Cardoso  
Presidente da Câmara de Vereadores de Biguaçu

# Blumenau

## PREFEITURA

**LEI Nº 8.147/2015**

LEI Nº 8.147, DE 21 DE AGOSTO DE 2015.

DENOMINA DE "PRAÇA CURT SCHOENFELDER", PRAÇA PÚBLICA LOCALIZADA NO BAIRRO ITROUPAVA NORTE.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau. Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º É denominada de Praça Curt Schoenfelder, a praça pública localizada na confluência da Rua São Lourenço (lado esquerdo) com a Rua 1º de Maio, no Bairro Itoupava Norte.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 21 de agosto de 2015.

NAPOLEÃO BERNARDES  
Prefeito Municipal

**LEI Nº 8.148/2015**

LEI 8.148, DE 21 DE AGOSTO DE 2015.

DENOMINA DE "PRAÇA MARIA MATILDE DOS SANTOS", PRAÇA PÚBLICA LOCALIZADA NO BAIRRO VELHA.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau. Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º É denominada de Praça Maria Matilde dos Santos, a praça pública localizada na Rua Paulo Simião Silva, lado esquerdo, entre os lotes 106 e 104 do loteamento Jardim Vila Verde, antes destinada a área verde, no Bairro Velha.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 21 de agosto de 2015.

NAPOLEÃO BERNARDES  
Prefeito Municipal

**LEI Nº 8.149/2015**

LEI Nº 8.149, DE 21 DE AGOSTO DE 2015.

AUTORIZA A CONCESSÃO DE AUXÍLIO FINANCEIRO ÀS ENTIDADES QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau. Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a conceder auxílio financeiro a:

I – Centro de Recuperação Nova Esperança - CERENE, inscrito no CNPJ sob o nº 79.372.108/0001-65, com foro no

município de Blumenau, Lei de Utilidade Pública nº 3.754 de 20/08/1990, no valor de R\$ 84.000,00 (oitenta e quatro mil reais), destinados ao custeio e manutenção em ações de Atendimento Psicossocial em Comunidade Terapêutica, cf. Plano de Trabalho e Termo de Convênio celebrado;

II – Centro Terapêutico Vida – CTV, inscrito no CNPJ sob o nº 72.424.187/0001-61, com foro no município de Blumenau, Lei de Utilidade Pública nº 4.251 de 09/11/1993, no valor de R\$ 42.000,00 (quarenta e dois mil reais), destinados ao custeio e manutenção em ações de Atendimento Psicossocial em Comunidade Terapêutica, cfe. Plano de Trabalho e Termo de Convênio celebrado.

Art. 2º As despesas previstas nos incisos I a II, do artigo 1º desta Lei, correrão por conta das seguintes dotações orçamentárias:

12 – SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL  
1208 – Fundo de Recurso Municipal p/ Ações sobre Drogas  
Atividade 12.08.08.244.0010.2267 – Man. Fundo Rec. Mun. p/ Ações sobre Drogas  
Modalidade 3.3.50 (448) Trans. Inst. Priv. s/ Fins Luc. R\$ 126.000,00  
Fonte de Recurso 0100.00000

Art. 3º As entidades beneficiadas prestarão contas da aplicação dos recursos recebidos, no prazo de 30 (trinta dias), contados da data do repasse.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 21 de agosto de 2015.

NAPOLEÃO BERNARDES  
Prefeito Municipal

**DECRETO Nº 10.714/2015**

DECRETO Nº 10.714, DE 21 DE AGOSTO DE 2015.

PRORROGA O MANDATO DOS ATUAIS MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL – COMSEA-BL (BIÊNIO 2012/2014).

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe conferem os arts. 59, VII, e 75, I, "o", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, em atenção ao Memorando nº. 155, de 17 de agosto de 2015, da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social,

CONSIDERANDO a necessidade de introduzir modificações na Lei Complementar nº. 858, de 25 de maio de 2012, principalmente quanto a necessidade de alteração da representação da sociedade civil no Conselho, conforme decisão do CONSEA na reunião do dia 06 de abril de 2015;

CONSIDERANDO que a modificação na composição do COMSEA-BL deve ser promovida mediante prévia alteração da Lei Complementar nº 858, de 25 de maio de 2012, que atualmente dispõe sobre o Conselho;

CONSIDERANDO que o mandato dos atuais conselheiros se



encerrara no dia 13 de setembro do corrente ano;

**DECRETA:**

Art. 1º Fica prorrogado o mandato dos atuais membros do Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional (biênio 2012/2014), em caráter excepcional, até 31 de dezembro de 2015.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 21 de agosto de 2015.

NAPOLÉÃO BERNARDES  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 19.043/2015**

PORTARIA Nº 19.043, DE 24 DE AGOSTO DE 2015.

NOMEIA CANDIDATOS APROVADOS EM CONCURSO PÚBLICO PARA OCUPAREM CARGOS DE PROVIMENTO EFETIVO.

NAPOLÉÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 59, X, combinado com o art. 75, II, "a" da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, resolve:

NOMEAR,

com fundamento no artigo 9º, I, da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007, e Memorando nº 239/2015, da Secretaria Municipal de Administração – Seleção Pública, os candidatos abaixo, a contar de 20 de agosto de 2015:

MICHELE GIORDANA MOREIRA, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Técnico em Enfermagem, do Quadro Permanente do Poder Executivo, do Grupo Ocupacional Técnico – GT, jornada de 30 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A, aprovada pelo Concurso Público nº 001/2011;

RICARDO DOS SANTOS, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Técnico em Enfermagem, do Quadro Permanente do Poder Executivo, do Grupo Ocupacional Técnico – GT, jornada de 30 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A, aprovado pelo Concurso Público nº 001/2011;

ROSANNA ROSS ESPEZIM DA SILVA, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Professor Anos Iniciais, do Quadro Permanente do Magistério Público Municipal, do Grupo Ocupacional Especialista – GE, jornada de 40 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A, aprovada pelo Concurso Público nº 002/2011;

JULIANO JUNIOR MACHADO, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Professor de Matemática, do Quadro Permanente do Magistério Público Municipal, do Grupo Ocupacional Especialista – GE, jornada de 20 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A, aprovado pelo Concurso Público nº 002/2011;

RAQUEL ALINE DE BARROS, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo, do Quadro Permanente do Poder Executivo, do Grupo Ocupacional Funcional – GF, jornada de 40 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A, aprovada pelo Concurso Público nº 001/2014;

MIRIAN GOULART DE OLIVEIRA, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo, do Quadro Permanente do Poder Executivo, do Grupo Ocupacional Funcional – GF, jornada de 40 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A, aprovada pelo Concurso Público nº 001/2014;

ADILSON KREITLOW, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo, do Quadro Permanente do Poder Executivo, do Grupo Ocupacional Funcional – GF, jornada de 40 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A, aprovado pelo Concurso Público nº 001/2014;

VALDIR DALCANALE, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Agente Comunitário de Saúde, do Quadro Permanente do Poder Executivo, do Grupo Ocupacional Funcional – GF, jornada de 40 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A, aprovado pelo Concurso Público nº 001/2014;

ANDRE LUIZ BRAUN, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Educador Social - Masculino, do Quadro Permanente do Poder Executivo, do Grupo Ocupacional Funcional – GF, jornada de 40 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A, aprovado pelo Concurso Público nº 001/2014;

GIOVANI TAMANINI, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Técnico em Agrimensura, do Quadro Permanente do Poder Executivo, do Grupo Ocupacional Técnico – GT, jornada de 40 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A, aprovado pelo Concurso Público nº 001/2014;

BRUNO GABRIEL OURIQUES QUADROS, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Técnico em Informática, do Quadro Permanente do Poder Executivo, do Grupo Ocupacional Técnico – GT, jornada de 40 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A, aprovado pelo Concurso Público nº 001/2014;

LUCAS HENRIQUE MAÇANEIRO, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Técnico em Informática, do Quadro Permanente do Poder Executivo, do Grupo Ocupacional Técnico – GT, jornada de 40 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A, aprovado pelo Concurso Público nº 001/2014.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 24 de agosto de 2015.

NAPOLÉÃO BERNARDES  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 19.044/2015**

PORTARIA Nº 19.044, DE 24 DE AGOSTO DE 2015.

NOMEIA CANDIDATOS APROVADOS EM CONCURSO PÚBLICO PARA OCUPAREM CARGOS DE PROVIMENTO EFETIVO.

NAPOLÉÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 59, X, combinado com o art. 75, II, "a" da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, resolve:

NOMEAR,

com fundamento no artigo 9º, I, da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007, e Memorando nº 239/2015, da Secretaria Municipal de Administração – Seleção Pública, os candidatos abaixo, aprovados pelo Concurso Público

nº 003/2014, a contar de 25 de agosto de 2015:

FRANCIELE FLORIANI DOS SANTOS, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Agente Comunitário de Saúde, do Quadro Permanente do Poder Executivo, do Grupo Ocupacional Funcional – GF, jornada de 40 horas semanais, Faixa de Vencimento “I”, Padrão de Vencimento A;

LISANGELA BITENCOURT, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Agente Comunitário de Saúde, do Quadro Permanente do Poder Executivo, do Grupo Ocupacional Funcional – GF, jornada de 40 horas semanais, Faixa de Vencimento “I”, Padrão de Vencimento A;

CARLA ROSANA BERTI FUNKE, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Agente Comunitário de Saúde, do Quadro Permanente do Poder Executivo, do Grupo Ocupacional Funcional – GF, jornada de 40 horas semanais, Faixa de Vencimento “I”, Padrão de Vencimento A;

DEISE BRATFISCH, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Agente Comunitário de Saúde, do Quadro Permanente do Poder Executivo, do Grupo Ocupacional Funcional – GF, jornada de 40 horas semanais, Faixa de Vencimento “I”, Padrão de Vencimento A;

GISELA GIANESINI, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Agente Comunitário de Saúde, do Quadro Permanente do Poder Executivo, do Grupo Ocupacional Funcional – GF, jornada de 40 horas semanais, Faixa de Vencimento “I”, Padrão de Vencimento A;

CRISTIANE MACHADO, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Agente Comunitário de Saúde, do Quadro Permanente do Poder Executivo, do Grupo Ocupacional Funcional – GF, jornada de 40 horas semanais, Faixa de Vencimento “I”, Padrão de Vencimento A;

MARIA EDUARDA DE SOUZA EBEL, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Agente Comunitário de Saúde, do Quadro Permanente do Poder Executivo, do Grupo Ocupacional Funcional – GF, jornada de 40 horas semanais, Faixa de Vencimento “I”, Padrão de Vencimento A;

ELAINE CHAQUETE ROSENBROCK, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Agente Comunitário de Saúde, do Quadro Permanente do Poder Executivo, do Grupo Ocupacional Funcional – GF, jornada de 40 horas semanais, Faixa de Vencimento “I”, Padrão de Vencimento A;

ADRIANA FUCH DE SOUZA E SILVA, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Agente Comunitário de Saúde, do Quadro Permanente do Poder Executivo, do Grupo Ocupacional Funcional – GF, jornada de 40 horas semanais, Faixa de Vencimento “I”, Padrão de Vencimento A;

FAGNER UILSON SANTOS MOREIRA, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Agente Comunitário de Saúde, do Quadro Permanente do Poder Executivo, do Grupo Ocupacional Funcional – GF, jornada de 40 horas semanais, Faixa de Vencimento “I”, Padrão de Vencimento A;

MARIA MARLETE SBORZ, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Agente Comunitário de Saúde, do Quadro Permanente do Poder Executivo, do Grupo Ocupacional Funcional – GF, jornada de 40 horas semanais, Faixa de Vencimento “I”, Padrão de Vencimento A.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 24 de agosto de 2015.

NAPOLEÃO BERNARDES

Prefeito Municipal

### **PORTARIA Nº 19.045/2015**

PORTARIA Nº 19.045, DE 24 DE AGOSTO DE 2015.

NOMEIA CANDIDATOS APROVADOS EM CONCURSO PÚBLICO PARA OCUPAREM CARGOS DE PROVIMENTO EFETIVO.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 59, X, combinado com o art. 75, II, “a” da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, resolve:

NOMEAR,

com fundamento no artigo 9º, I, da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007, e Memorando nº 239/2015, da Secretaria Municipal de Administração – Seleção Pública, os candidatos abaixo, aprovados pelo Concurso Público nº 003/2014, a contar de 25 de agosto de 2015:

REGIANE ZANELLA, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Agente Comunitário de Saúde, do Quadro Permanente do Poder Executivo, do Grupo Ocupacional Funcional – GF, jornada de 40 horas semanais, Faixa de Vencimento “I”, Padrão de Vencimento A;

ADRIANA ROSITA THOMSEN, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Agente Comunitário de Saúde, do Quadro Permanente do Poder Executivo, do Grupo Ocupacional Funcional – GF, jornada de 40 horas semanais, Faixa de Vencimento “I”, Padrão de Vencimento A;

NADIR APARECIDA CAMARGO, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Agente Comunitário de Saúde, do Quadro Permanente do Poder Executivo, do Grupo Ocupacional Funcional – GF, jornada de 40 horas semanais, Faixa de Vencimento “I”, Padrão de Vencimento A;

EVA APARECIDA BUGINSKI, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Agente Comunitário de Saúde, do Quadro Permanente do Poder Executivo, do Grupo Ocupacional Funcional – GF, jornada de 40 horas semanais, Faixa de Vencimento “I”, Padrão de Vencimento A;

CARMEN LUCIA NARDES, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Agente Comunitário de Saúde, do Quadro Permanente do Poder Executivo, do Grupo Ocupacional Funcional – GF, jornada de 40 horas semanais, Faixa de Vencimento “I”, Padrão de Vencimento A;

DULCE BARCELOS, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Agente Comunitário de Saúde, do Quadro Permanente do Poder Executivo, do Grupo Ocupacional Funcional – GF, jornada de 40 horas semanais, Faixa de Vencimento “I”, Padrão de Vencimento A;

ZORAYONARA APARECIDA SANTOS, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Agente Comunitário de Saúde, do Quadro Permanente do Poder Executivo, do Grupo Ocupacional Funcional – GF, jornada de 40 horas semanais, Faixa de Vencimento “I”, Padrão de Vencimento A;

BRUNA GABRIELA METZDORF, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Agente Comunitário de Saúde, do Quadro Permanente do Poder Executivo, do Grupo Ocupacional

Funcional – GF, jornada de 40 horas semanais, Faixa de Vencimento “I”, Padrão de Vencimento A;

MAURA CONCEIÇÃO SOUZA DA COSTA, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Agente Comunitário de Saúde, do Quadro Permanente do Poder Executivo, do Grupo Ocupacional Funcional – GF, jornada de 40 horas semanais, Faixa de Vencimento “I”, Padrão de Vencimento A;

IVONETE TEREZINHA DE SOUZA, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Agente Comunitário de Saúde, do Quadro Permanente do Poder Executivo, do Grupo Ocupacional Funcional – GF, jornada de 40 horas semanais, Faixa de Vencimento “I”, Padrão de Vencimento A;

ELONHA JANI KRAUSE, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Agente Comunitário de Saúde, do Quadro Permanente do Poder Executivo, do Grupo Ocupacional Funcional – GF, jornada de 40 horas semanais, Faixa de Vencimento “I”, Padrão de Vencimento A.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 24 de agosto de 2015.

NAPOLEÃO BERNARDES  
Prefeito Municipal

#### **PORTARIA Nº 19.046/2015**

PORTARIA Nº 19.046, DE 24 DE AGOSTO DE 2015.

NOMEIA CANDIDATOS APROVADOS EM CONCURSO PÚBLICO PARA OCUPAREM CARGOS DE PROVIMENTO EFETIVO.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 59, X, combinado com o art. 75, II, “a” da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, resolve:

NOMEAR,

com fundamento no artigo 9º, I, da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007, e Memorando nº 239/2015, da Secretaria Municipal de Administração – Seleção Pública, os candidatos abaixo, aprovados pelo Concurso Público nº 003/2014, a contar de 25 de agosto de 2015:

DANIEL WEBER DA SILVA, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Agente Comunitário de Saúde, do Quadro Permanente do Poder Executivo, do Grupo Ocupacional Funcional – GF, jornada de 40 horas semanais, Faixa de Vencimento “I”, Padrão de Vencimento A;

FERNANDA MEDEIROS LIMA, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Agente Comunitário de Saúde, do Quadro Permanente do Poder Executivo, do Grupo Ocupacional Funcional – GF, jornada de 40 horas semanais, Faixa de Vencimento “I”, Padrão de Vencimento A;

LORECI DA LUZ VELOSO DE SOUZA, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Agente Comunitário de Saúde, do Quadro Permanente do Poder Executivo, do Grupo Ocupacional Funcional – GF, jornada de 40 horas semanais, Faixa de Vencimento “I”, Padrão de Vencimento A;

ANA CLAUDIA BRAUNS DE PINTO, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Agente Comunitário de Saúde, do Quadro Permanente do Poder Executivo, do Grupo Ocupacional Funcional – GF, jornada de 40 horas semanais, Faixa de Vencimento “I”, Padrão de Vencimento A;

MARILDA FARIA DE SOUZA, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Agente Comunitário de Saúde, do Quadro Permanente do Poder Executivo, do Grupo Ocupacional Funcional – GF, jornada de 40 horas semanais, Faixa de Vencimento “I”, Padrão de Vencimento A;

SUELEN CRISTIANE JAGINKI KLABUNDE, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Agente Comunitário de Saúde, do Quadro Permanente do Poder Executivo, do Grupo Ocupacional Funcional – GF, jornada de 40 horas semanais, Faixa de Vencimento “I”, Padrão de Vencimento A;

ELENICE BONETE PUTZEL, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Agente Comunitário de Saúde, do Quadro Permanente do Poder Executivo, do Grupo Ocupacional Funcional – GF, jornada de 40 horas semanais, Faixa de Vencimento “I”, Padrão de Vencimento A;

JAILSON DOMINGOS, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Agente Comunitário de Saúde, do Quadro Permanente do Poder Executivo, do Grupo Ocupacional Funcional – GF, jornada de 40 horas semanais, Faixa de Vencimento “I”, Padrão de Vencimento A;

JANINA CHRISTINA MARINHO IGNACIO, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Agente Comunitário de Saúde, do Quadro Permanente do Poder Executivo, do Grupo Ocupacional Funcional – GF, jornada de 40 horas semanais, Faixa de Vencimento “I”, Padrão de Vencimento A;

GILMAR LANG, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Agente Comunitário de Saúde, do Quadro Permanente do Poder Executivo, do Grupo Ocupacional Funcional – GF, jornada de 40 horas semanais, Faixa de Vencimento “I”, Padrão de Vencimento A;

IZABEL CRISTINA DOS SANTOS QUEIROZ, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Agente Comunitário de Saúde, do Quadro Permanente do Poder Executivo, do Grupo Ocupacional Funcional – GF, jornada de 40 horas semanais, Faixa de Vencimento “I”, Padrão de Vencimento A.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 24 de agosto de 2015.

NAPOLEÃO BERNARDES  
Prefeito Municipal

#### **PORTARIA Nº 19.047/2015**

PORTARIA Nº 19.047, DE 24 DE AGOSTO DE 2015.

NOMEIA CANDIDATOS APROVADOS EM CONCURSO PÚBLICO PARA OCUPAREM CARGOS DE PROVIMENTO EFETIVO.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 59, X, combinado com o art. 75, II, “a” da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, resolve:

NOMEAR,

com fundamento no artigo 9º, I, da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007, e Memorando nº 239/2015, da Secretaria Municipal de Administração – Seleção Pública, os candidatos abaixo, aprovados pelo Concurso Público nº 003/2014, a contar de 25 de agosto de 2015:

PEDRO STANISCE, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Agente Comunitário de Saúde, do Quadro Permanente do Poder Executivo, do Grupo Ocupacional

Funcional – GF, jornada de 40 horas semanais, Faixa de Vencimento “I”, Padrão de Vencimento A;

JURIANA DALANDREA DIAS, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Agente Comunitário de Saúde, do Quadro Permanente do Poder Executivo, do Grupo Ocupacional Funcional – GF, jornada de 40 horas semanais, Faixa de Vencimento “I”, Padrão de Vencimento A;

DEISE MARIA VON CZEKUS ROUSSENQ, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Agente Comunitário de Saúde, do Quadro Permanente do Poder Executivo, do Grupo Ocupacional Funcional – GF, jornada de 40 horas semanais, Faixa de Vencimento “I”, Padrão de Vencimento A;

JOANA DO NASCIMENTO, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Agente Comunitário de Saúde, do Quadro Permanente do Poder Executivo, do Grupo Ocupacional Funcional – GF, jornada de 40 horas semanais, Faixa de Vencimento “I”, Padrão de Vencimento A.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 24 de agosto de 2015.

NAPOLEÃO BERNARDES  
Prefeito Municipal

#### **PORTARIA Nº 19.048/2015**

PORTARIA Nº 19.048, DE 24 DE AGOSTO DE 2015.

CONCEDE EXONERAÇÃO AOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS QUE INDICA.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, “a” da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990 e de acordo com o art. 45, caput, da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007, resolve:

CONCEDER EXONERAÇÃO aos seguintes servidores públicos municipais:

NILCEA DO ROCHO FLORIANO, do cargo de provimento efetivo de Professor, lotada na Secretaria Municipal de Educação - SEMED, a contar de 18 de agosto de 2015, conforme Processo Administrativo nº 5405/08/2015;

ELIANE ODILIA DA SILVA, do cargo de provimento efetivo de Professor, lotada na Secretaria Municipal de Educação - SEMED, a contar de 10 de agosto de 2015, conforme Processo Administrativo nº 5199/08/2015.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 24 de agosto de 2015.

NAPOLEÃO BERNARDES  
Prefeito Municipal

#### **PORTARIA Nº 19.049/2015**

PORTARIA Nº 19.049, DE 25 DE AGOSTO DE 2015.

DESIGNA MEMBROS PARA COMPOR O COMITÊ GESTOR DE REDUÇÃO DE DESPESAS.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, “g”, da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, resolve:

DESIGNAR para comporem o Comitê Gestor de Redução de Despesas com a finalidade de adequar as diretrizes providenciais em

cumprimento ao Decreto nº 10.638, de 20/05/2015, juntamente com os demais membros:

ALEXANDRO EDUARDO FERNANDES, servidor público municipal, ocupante do cargo de provimento em comissão de Secretário Municipal da Fazenda – SEFAZ, em substituição à PÂMELA MEDEIROS REIS, designada pela Portaria nº 18.866, de 22/06/2015;

JEAN HENRIQUE HAVENSTEIN, servidor público municipal, ocupante do cargo de provimento em comissão de Chefe do Gabinete do Prefeito – GAPREF, em substituição à SUSANA RAQUEL BATISTA HESSMANN, designada pela Portaria nº 18.866, de 22/06/2015;

RODRIGO DIEGO JANSEN, servidor público municipal, ocupante do cargo de provimento em comissão de Procurador-Geral do Município, em substituição a CLEYTON LUIZ GRIESHABER, designado pela Portaria nº 18.866, de 22/06/2015.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 25 de agosto de 2015.

NAPOLEÃO BERNARDES  
Prefeito Municipal

#### **EXTRATO 7º TERMO ADITIVO CONTRATO Nº 133/11**

EXTRATO – 7º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 133/11

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU

E A

COMUNHÃO MARTIM LUTERO.

OBJETO: LOCAÇÃO DE UM GALPÃO DE ALVENARIA DESTINADO AO FUNCIONAMENTO DO CEI IRMGARD ZOSCHKE.

FUNDAMENTO LEGAL: Dispensa nº. 08-098/2011.

PREÇO: Reajusta o valor da locação para R\$ 2.604,21 (dois mil, seiscentos e quatro reais e vinte e um centavos) mensais, a contar de 1º de julho de 2015, totalizando o valor do contrato em R\$ 31.250,52 (trinta e um mil duzentos e cinquenta reais e cinquenta e dois centavos).

DATA: 07 de agosto de 2015.

#### **EXTRATO CONTRATO Nº 236/2015**

EXTRATO – CONTRATO Nº. 236/2015

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU

E A

EMPRESA TRANSPORTES RODOPAS LTDA. ME.

OBJETO: Contratação de empresa para serviços de transporte escolar, estabelecido por regiões com fornecimento de veículos, com capacidade mínima de 45 lugares e veículos com características de microônibus com capacidade mínima de 18 lugares, com um condutor e um monitor por veículo, pelo período de 60 dias - SEMED.

FUNDAMENTO LEGAL: Dispensa nº 08-120/2015.

PRAZO: 60 (sessenta) dias ou até que se homologue o Pregão Presencial nº 2014/214, a contar da assinatura do contrato.

PREÇO: R\$ 490.304,40 (quatrocentos e noventa mil, trezentos e quatro reais e quarenta centavos).

DATA: 06 de agosto de 2015.



**EXTRATO CONTRATO Nº 237/2015**

EXTRATO – CONTRATO Nº. 237/2015

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU

E A PROGRESSOTUR

EMPRESA DE TRANSPORTE E TURISMO LTDA. EPP.

OBJETO: Contratação de empresa para serviços de transporte escolar, estabelecido por regiões com fornecimento de veículos, com capacidade mínima de 45 lugares e veículos com características de microônibus com capacidade mínima de 18 lugares, com um condutor e um monitor por veículo, pelo período de 60 dias.

FUNDAMENTO LEGAL: Processo de Dispensa nº 08-120/2015.

PRAZO: 60 (sessenta) dias ou até que se homologue o Pregão Presencial nº 2014/214, a contar da assinatura do contrato.

PREÇO: R\$ 282.927,96 (duzentos e oitenta e dois mil, novecentos e vinte e sete reais e noventa e seis centavos).

DATA: 06 de agosto de 2015.

**EXTRATO CONTRATO Nº 238/2015**

EXTRATO – CONTRATO Nº. 238/2015

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU

E A

EMPRESA RUMO TRANSPORTES LTDA. ME.

OBJETO: Contratação de empresa para serviços de transporte escolar, estabelecido por regiões com fornecimento de veículos, com capacidade mínima de 45 lugares e veículos com características de microônibus com capacidade mínima de 18 lugares, com um condutor e um monitor por veículo, pelo período de 60 dias - SEMED.

FUNDAMENTO LEGAL: Dispensa nº 08-120/2015.

PRAZO: 60 (sessenta) dias ou até que se homologue o Pregão Presencial nº. 214/2014, a contar da assinatura do contrato.

PREÇO: R\$ 331.796,16 (trezentos e trinta e um mil setecentos e noventa e seis reais e dezesseis centavos).

DATA: 06 de agosto de 2015.

**EXTRATO 1º TERMO ADITIVO CONTRATO Nº 257/2014**

EXTRATO – 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 257/2014

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU

E A

EMPRESA LGL ASSESSORIA MÉDICA S/C LTDA.

OBJETO: CREDENCIAMENTO PARA REALIZAÇÃO DE EXAMES CI-  
TOPATOLÓGICOS E ANATOMO PATOLÓGICOS.

FUNDAMENTO LEGAL: Inexigibilidade nº 09-161/2014.

PRAZO: Prorroga prazo contratual por mais 12 (doze) meses, ou seja, de 1º de outubro de 2015 até 30 de setembro de 2016.

PREÇO: Renova o valor pago à contratada que se mantém em R\$ 84.876,59 (oitenta e quatro mil, oitocentos e setenta e seis reais e cinquenta e nove centavos) mensais, totalizando o valor contratual em R\$ 1.018.519,08 (um milhão, dezoito mil, quinhentos e dezanove reais e oito centavos).

DATA: 10 de agosto de 2015.

**EXTRATO TERMO PARCERIA - 2015**

EXTRATO – TERMO DE PARCERIA

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU

E A

AIESEC EM BLUMENAU

OBJETO: Implementar em escolas e CEIs (Centros de Educação Infantil) indicadas pela Secretaria Municipal de Educação do Município de Blumenau/SC, projetos educacionais e culturais desenvolvidos pela AIESEC em seu programa de intercâmbio social, de modo a enriquecer as atividades oferecidas pela rede pública de ensino do Município de Blumenau no contraturno escolar. Esses projetos se darão sempre através da atuação de 2 (dois) intercambistas voluntários e estrangeiros, selecionados e vinculados à AIESEC, em cada uma das referidas escolas e CEIs indicadas, e em intervalos contínuos e prorrogáveis de 6 (seis) semanas nos termos e especificações descritas no termo de parceria.

SECRETARIA GESTORA: Secretaria Municipal de Educação.

FUNDAMENTO LEGAL: Lei 8.666/93.

PRAZO: 01 (um) ano, contados a partir de sua assinatura.

DATA: 15 de junho de 2015.



**EXTRATO Nº 194/2015 - FURB**

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

Extrato nº. 194/2015

PARTES: FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

e

JP de Almeida Capachos ME

**OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA COMPRAS FUTURAS DE TAPETES DE VINIL (CAPACHO) PARA A UNIVERSIDADE.**

FUNDAMENTO LEGAL: Pregão Presencial para Registro de Preços nº. 060/2015 e Contrato nº. 079/2015, firmado em 10 de agosto de 2015.

PREÇO: O preço ofertado pela empresa signatária da presente Ata de Registro de Preços é o abaixo informado, de acordo com a respectiva classificação:

Item	Código FURB	Qtde.	Und.	Descrição do Item	Preço Unitário (em R\$)	Preço Total do Item (em R\$)
1	34844	60	M2	<p>Tapete de filamento de vinil sintético (capacho) personalizado, com as seguintes características:</p> <p>Tolerância: 1cm (um centímetro);</p> <p>Espessura mínima: 9mm (nove milímetros);</p> <p>Características técnicas: Formado por filamentos flexíveis de vinil entrelaçados por fusão térmica no costado sólido (não espumado), antiderrapante;</p> <p>Material: PVC, não propagante a chamas e com inibição ao crescimento de fungos.</p> <p>Cores: cinza 23, em seu contorno terá uma faixa de 10cm de largura na cor azul royal 03; no canto superior esquerdo terá a logomarca da FURB com a palavra "FURB" abaixo.</p> <p>No canto inferior direito terá a seguinte inscrição: "www.furb.br". A logomarca e a inscrição, serão na cor azul royal 03 e fonte será (Arial Black).</p> <p>O tamanho da logomarca, proporcional ao tamanho do capacho).</p> <p>O Processo de confecção será por vulcanização.</p> <p>As dimensões serão informadas no ato da emissão da Ordem de Compra.</p> <p>Garantia mínima: 12 (doze) meses.</p>	160,00	9.600,00
Valor Total Registrado (em R\$)						9.600,00

PAGAMENTO: O pagamento será realizado em até 30 (trinta) dias consecutivos após a efetiva entrega (com descarga e, se for o caso, instalação) dos materiais, desde que estes sejam aprovados pela Gestão Contratual e acompanhados da respectiva Nota Fiscal Eletrônica (NF-e), através de depósito bancário (hipótese na qual a NF-e deverá conter os dados bancários da CONTRATADA) ou de boleto bancário (caso no qual tal documento deverá acompanhar a NF-e).

PRAZO DE VIGÊNCIA: A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura.

DATA: 24/08/2015.

**EXTRATO Nº 195/2015 - FURB**

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

Extrato nº. 195/2015

PARTES: FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

e

Alvo Digital Publicidade Ltda. EPP

**OBJETO:** aquisição de painel acrílico decorativo, com instalação, para a recepção do bloco A do campus I da Universidade.

FUNDAMENTO LEGAL: Dispensa de licitação nº. 135/2015 e Contrato nº. 082/2015, firmado em 19 de agosto de 2015.

**PREÇO:** Pelo objeto contratado, a CONTRATANTE pagará o preço de R\$ 5.390,00 (cinco mil e trezentos e noventa reais), conforme constante dos autos do processo de Dispensa de Licitação nº. 117/2015, especialmente quanto a Proposta de folhas 65, que passa a fazer parte integrante deste instrumento contratual, independente de transcrição, sendo este o preço unitário e a descrição do único item:

Item	Código FURB	Qtde.	Und.	Descrição do Item	Preço Unitário (em R\$)
1	36809	1	Peca	Painel em acrílico cristal 10mm tamanho 1,26 x 6,90 m, dividido em 3 peças de 1,26 x 2,30 m cada / aplicação de adesivo poliéster com textura imitação de aço escovado e adesivo em vinil transparente importado com impressão digital (fotográfica) em uma face / fixação por parafusos e separadores cromados / com instalação	5.390,00
Preço Total (em reais, por extenso)				Cinco mil e trezentos e noventa reais	

**PAGAMENTO:** O pagamento dos pneus será efetuado após a assinatura do contrato pela CONTRATADA.

**PRAZO DE VIGÊNCIA:** A vigência do presente contrato terá início a partir da data de assinatura do instrumento contratual e encerramento vinculado ao recebimento definitivo do painel acrílico com instalação ou, alternativamente, ao término do respectivo exercício financeiro, na forma do caput do artigo 57 da Lei Federal nº. 8.666/93

**DATA:** 24/08/2015.

### EXTRATO Nº 196/2015 - FURB

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

Extrato nº. 196/2015

**PARTES:** FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

e

Tesouro Distribuidora LTDA – ME

**OBJETO:** Registro de Preços para compras futuras de água mineral e vasilhames para diversos setores da Universidade.

**FUNDAMENTO LEGAL:** Pregão Presencial para Registro de Preços nº. 107/2015 e Contrato nº. 084/2015, firmado em 21 de agosto de 2015.

**PREÇO:** O preço ofertado pela empresa signatária da presente Ata de Registro de Preços é o abaixo informado, de acordo com a respectiva classificação:

Item	Código FURB	Qtde.	Und.	Descrição do Item	Preço Unitário (em R\$)	Preço Total do Item (em R\$)
01	936	1.800	Vasilhame	Água mineral natural, sem gás, acondicionada em garrafão plástico retornável, com tampa de pressão e lacre, contendo 20 litros. Produto em conformidade com a legislação em vigor.	6,25	11.250,00
03	826	1.300	Garrafa	Água mineral, natural sem gás, acondicionada em garrafa plástica, com tampa e lacre, contendo 500 ml. Produto em conformidade com a legislação em vigor.	1,00	1.300,00
04	928	900	Copo	Água mineral natural, sem gás, acondicionada em copo plástico, lacrado, com tampa aluminizada, contendo 200 ml.	0,50	450,00
05	16524	300	Garrafa	Água mineral natural, sem gás, acondicionada em garrafa plástica, com tampa e lacre, contendo 1.500 ml.	2,15	645,00
Valor Total Registrado (em R\$)						13.645,00

**PAGAMENTO:** O pagamento será realizado em até 10 (dez) dias consecutivos após a efetiva entrega (com descarga) do(s) produto(s), desde que estes sejam aprovados pela Gestão Contratual e acompanhados da respectiva Nota Fiscal Eletrônica (NF-e), através de depósito bancário.

**PRAZO DE VIGÊNCIA:** A presente Ata de Registro de Preços decorrente desta licitação terá vigência de 12 (doze) meses, a contar da data 21/08/2015 ou a partir de sua assinatura.

**DATA:** 24/08/2015.

**EXTRATO Nº 197/2015 - FURB**

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

Extrato nº. 197/2015

PARTES: FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

e

Vidrotech Comércio de Materiais e Equipamentos para Laboratórios Ltda. EPP

OBJETO: aquisição de balança analítica que será utilizada no projeto de pesquisa "Avaliação do potencial antioxidante de Eugenia involucrata sobre o estresse oxidativo em fígado e rim de ratos diabéticos" na Universidade.

FUNDAMENTO LEGAL: Dispensa de licitação nº. 134/2015 e Contrato nº. 086/2015, firmado em 19 de agosto de 2015.

PREÇO: Pelo objeto contratado, a CONTRATANTE pagará o preço de R\$ R\$ 3.785,00 (três mil e setecentos e oitenta e cinco reais), conforme constante dos autos do processo de Dispensa de Licitação nº. 134/2015, independente de transcrição, sendo este o preço unitário e a descrição do único item:

Item	Código FURB	Qtde.	Und.	Descrição do Item	Preço Unitário (em R\$)
1	36777	1	Peça	Balança analítica digital / capacidade máxima 220g, sensibilidade 0,1mg, repetitividade < 0,1 mg, linearidade +- 0,2 mg, diâmetro do prato 91 mm / 13 undiades de pesagem, equipamento bivolt, saída RS232 / com aprovação do INMETRO	3.785,00
Preço Total (em reais, por extenso)				Três mil e setecentos e oitenta e cinco reais	

PAGAMENTO: O pagamento será efetuado em até 28 (vinte e oito) dias consecutivos após a efetiva entrega da balança, desde que a mesma seja aprovada pelo Gestor designado pela CONTRATANTE e siga acompanhada da respectiva Nota Fiscal Eletrônica (NF-e), através de depósito bancário.

PRAZO DE VIGÊNCIA: A vigência do presente contrato terá início a partir da data de assinatura do instrumento contratual e encerramento vinculado ao recebimento definitivo do painel acrílico com instalação ou, alternativamente, ao término do respectivo exercício financeiro, na forma do caput do artigo 57 da Lei Federal nº. 8.666/93

DATA: 24/08/2015.

**EXTRATO Nº 198/2015 - FURB**

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

Extrato nº. 198/2015

PARTES: FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

e a empresa

Bernard Sistemas LTDA. - EPP

ADITIVO DE SUPLEMENTAÇÃO

CONTRATO Nº. 254/2013 - TERMO ADITIVO Nº. 003

OBJETO: Aquisição de Licença de Uso de Software para a disciplina economia de empresas – Business Games do Departamento de Economia da FURB.

FUNDAMENTO LEGAL: Inexigibilidade de licitação nº. 171/2012 e Contrato Nº. 254/2012, de 26 de julho de 2012.

ALTERAÇÕES: CLÁUSULA PRIMEIRA:

Fica o Termo de Contrato suplementado em R\$ 2.080,97 (dois mil, oitenta reais e noventa e sete centavos) em decorrência da suplementação quantitativa do objeto, correspondente a 18,70% (dezoito vírgula setenta por cento) do valor contratual.

CLÁUSULA SEGUNDA:

Permanecem inalteradas as demais que não conflitarem com as cláusulas e condições previstas no Contrato nº. 254/2013 e aditivos 001 e 002.

DATA: 24/08/2015.

**AVISO DISPENSA LICITAÇÃO Nº 04-003/15 - URB****AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO**

A COMPANHIA DE URBANIZAÇÃO DE BLUMENAU, através do Diretor Presidente, torna público para conhecimento dos interessados que realizará o seguinte procedimento de dispensa de licitação:

Nº 04-003-2015

Objeto: Contratação de empresa para fornecimento de concreto usinado, com base legal no art. 24, inciso V da Lei 8.666/93 e alterações.

A Justificativa do Processo de Dispensa poderá ser obtida no endereço eletrônico [urb.licitacoes@terra.com.br](mailto:urb.licitacoes@terra.com.br) ou retirada na Companhia de Urbanização de Blumenau, à Rua Norberto Seara Heusi, 892, Bairro Asilo - Blumenau/SC, mediante pagamento de R\$ 0,10 (dez centavos) por folha, em dias úteis, no horário das 08h00min às 12h00min e das 13h00min às 17h00min.

COMPANHIA DE URBANIZAÇÃO DE BLUMENAU

Emerson Antunes – Diretor Presidente

# Bom Jesus do Oeste

## PREFEITURA

### CONTRATO Nº 109/2015

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 109/2015 - PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS E OUTRAS AVENÇAS

#### CONTRATANTE

MUNICÍPIO DE BOM JESUS DO OESTE			
PESSOA JURÍDICA DE DIREITO PÚBLICO INTERNO		CNPJ: 01.594.009/0001-30	
ENDEREÇO: AV. NOSSA SENHORA DE FÁTIMA, 120			
REPRESENTANTE LEGAL:			
NOME: AIRTON ANTONIO REINEHR		CARGO: PREFEITO MUNICIPAL	
NACIONALIDADE: BRASILEIRA	ESTADO CIVIL: CASADO	TELEFONE: 4933630200	
CARTEIRA DE IDENTIDADE 1.497.961	ÓRGÃO EMIS- SOR: SSP/SC	CPF/MF: 586.061.579-53	
RESIDÊNCIA: RUA EDUARDO SEHNEM 385		MUNICÍPIO: BOM JESUS DO OESTE	

#### CONTRATADO

SERVIÇO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS DE SANTA CATARINA – SEBRAE/SC		
CNPJ: 82.515.859/0001-06		INSC. ESTADUAL : ISENTA
ENDEREÇO: AVENIDA RIO BRANCO, 611 – CENTRO		MUNICÍPIO: FLORIANÓPOLIS - SC
CEP: 88015-203		FONE/FAX : (048) 221-0800
REPRESENTANTE(S) LEGAL(IS):		
NOME: CARLOS GUILHERME ZIGELLI		CARGO: DIRETOR SUPERINTENDENTE
NACIONALIDADE: BRASILEIRA		ESTADO CIVIL: CASADO PROFISSÃO: ADVOGADO
CARTEIRA DE IDENTIDADE: 6577		ÓRGÃO EMIS-SOR: OAB/SC CPF/MF: 564 875 689-53
NOME: ANACLETO ÂNGELO ORTIGARA		CARGO: DIRETOR
NACIONALIDADE: BRASILEIRA	ESTADO CIVIL: CASADO	PROFISSÃO: ADMINISTRADOR
CARTEIRA DE IDENTIDADE: 13/R 820.207		ÓRGÃO EMIS-SOR: SSP/SC CPF/MF: 384.480.689-04
NOME: SÉRGIO FERNANDES CARDOSO		CARGO: DIRETOR
NACIONALIDADE: BRASILEIRA	ESTADO CIVIL: CASADO	PROFISSÃO: ENGENHEIRO
CARTEIRA DE IDENTIDADE: 1/R 428.448		ÓRGÃO EMIS-SOR: SSP/SC CPF/MF: 298.599.309-10

#### CLÁUSULA PRIMEIRA - FUNDAMENTO LEGAL

O presente instrumento está amparado no artigo 24, XIII, da Lei n.º 8.666/93, e se regerá pelas cláusulas e condições seguintes:

#### CLÁUSULA SEGUNDA - OBJETO

Constitui-se objeto deste instrumento a execução de HORAS DE CONSULTORIA DESTINADAS ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS DO MUNICÍPIO pelo CONTRATADO ao CONTRATANTE, conforme características, objetivos e metodologia discutidos e aprovados de comum acordo entre as partes.

§ 1º. O PROGRAMA DE CONSULTORIA foi desenvolvido pelo CONTRATADO, detentor da metodologia e sua aplicação, configurando-se como única sociedade civil habilitada a desenvolvê-lo.

#### CLÁUSULA TERCEIRA - MODO DE EXECUÇÃO

Para realização dos serviços objeto deste instrumento, o CONTRATADO prestará 125 (cento e vinte e cinco) horas de consultoria durante o prazo estabelecido na cláusula Quarta deste instrumento.

§ 1º. O CONTRATANTE, por sua vez, à sua expensa, colocará à disposição do CONTRATADO, 01 (um) técnico selecionado no município, através de processo seletivo realizado pelo CONTRATADO, a fim de acompanhar e absorver a metodologia do projeto, ficando o mesmo responsável pela implantação das ações ao término do presente instrumento.

§ 2º. O repasse da metodologia implica a consequente assimilação da mesma pelo técnico do CONTRATANTE, tornando-se, portanto, co-responsável pela realização dos serviços.

#### CLÁUSULA QUARTA - PRAZO DE EXECUÇÃO

A execução dos serviços objeto deste instrumento terá a duração prevista de 04 meses, fixando seu início para 01.09.2015.



**CLÁUSULA QUINTA - VALOR AJUSTADO E FORMA DE PAGAMENTO**

O valor global dos serviços objeto deste instrumento é de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) a ser pago da seguinte forma: Parágrafo primeiro: O CONTRATANTE desembolsará o valor total em 02 parcelas iguais e consecutivas de R\$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais), conforme cronograma de desembolso abaixo, perfazendo um total de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais).

Parágrafo segundo: No caso de não pagamento, o contrato poderá ser imediatamente rescindido com a paralisação automática dos serviços contratados.

Número de parcelas	Valor em reais R\$	Datas Pagamentos
01	2.500,00	30/09/2015
02	2.500,00	31/10/2015
Total	5.000,00	

**CLÁUSULA SEXTA - RESCISÃO**

Este contrato poderá ser rescindido:

a) pelo CONTRATANTE, a qualquer momento, desde que liquide o valor correspondente ao custo do trabalho verificado até a data da rescisão, se ocorrer interrupção dos trabalhos por sua responsabilidade; e

b) pelo CONTRATADO, se o CONTRATANTE não cumprir o disposto na cláusula quinta deste instrumento, cuja execução só terá continuidade após o cumprimento da obrigação.

**CLÁUSULA SÉTIMA – PRAZO DE VIGÊNCIA**

O prazo de vigência deste instrumento é de 04 (quatro) meses.

**CLÁUSULA OITAVA - FORO**

Fica eleito o foro da sede do CONTRATANTE, com renúncia expressa de qualquer outro por mais privilegiado que seja, para dirimir eventuais controvérsias oriundas da execução deste contrato.

E por estarem de acordo, firmam o presente contrato em quatro (04) vias de igual teor e forma, perante as testemunhas abaixo assinadas, para que produza os seus efeitos legais.

Bom Jesus do Oeste – SC, aos 25 de agosto de 2015.

CONTRATANTE:

AIRTON ANTONIO REINEHR
Prefeito do Município de Bom Jesus do Oeste

CONTRATADO:

CARLOS GUILHERME ZIGELLI
Diretor Superintendente do SEBRAE/SC

ANACLETO ÂNGELO ORTIGARA	SÉRGIO FERNANDES CARDOSO
Diretor do SEBRAE/SC	Diretor do SEBRAE/SC

Testemunhas:

WALTER NAUJORKS	CELIO FAZZIONI
CIC Nº 446.591.219-68	CIC Nº 892.881.499-53

JOAO PAULO TESSEROLI SIQUEIRA

ASSESOR JURIDICO

OAB – SC Nº 14565 B

**LEI MUNICIPAL Nº 979/2015**

LEI MUNICIPAL Nº 979/2015 de 25 DE AGOSTO DE 2015.

Dispõe sobre autorização ao Chefe do Poder Executivo Municipal para a Concessão de Uso de área de terra do município de Bom Jesus do Oeste/SC para implantação de serviços de internet, e dá outras providências.

O Prefeito do município de Bom Jesus do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais FAZ SABER a todos que a Câmara de Vereadores votou, aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte lei:

Art. 1º.- Fica autorizado o Chefe do Poder Executivo Municipal a promover a cessão de uso gratuito de área de 16m<sup>2</sup> (dezesseis metros quadrados) localizada no imóvel de matrícula nº 3576, identificado como Parte da Chácara Rural 45, com área de 3.000m<sup>2</sup>, Seção Herval Linha Baron, pelo prazo de 10 (dez) anos, para a empresa CPNET Comércio e Serviços de Telecomunicação Ltda.

Parágrafo Primeiro – A cessão se destina exclusivamente a implantação de equipamentos de telecomunicação para atender usuários de internet com tecnologia via fibra óptica e via rádio.

Parágrafo Segundo – As despesas de manutenção, conservação, segurança, água, luz, com pessoal ou prepostos, seguros, inclusive danos a terceiros, dentre outros, são de inteira responsabilidade da cessionária

Art. 2º.- Esta Lei entrará em vigência na data de sua assinatura, ficando condicionada sua eficácia com a publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art. 3º, do Decreto nº. 4450, de 16 de setembro de 2013.

Art. 3º.- Ficam revogadas as disposições em contrário

Gabinete do Prefeito de Bom Jesus do Oeste/SC, em 25 de agosto de 2015.

AIRTON ANTONIO REINHER

Prefeito Municipal

**PREGÃO PRESENCIAL Nº. 1939/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO OESTE

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 1939/2015

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº. 045/2015

O MUNICIPIO DE BOM JESUS DO OESTE, Estado de Santa Catarina, por seu

Prefeito Municipal Sr. Airton Antonio Reinehr, TORNA PÚBLICO, para o conhecimento dos interessados que às 07:30 horas do dia 08 de Setembro de 2015, na sede da Municipalidade, fará realizar Processo Licitatório, na modalidade de Pregão Presencial, tendo como objeto a aquisição de tubos de concreto para recuperação, ampliação de bueiros e pontilhões no perímetro rural e urbano.

O Processo será regido pelas Leis Federais nº 8.666/93 e 10.520/02, e suas alterações posteriores e em especial ao contido no Edital.

A íntegra do Edital e demais informações poderão ser obtidas em horário de expediente, junto à comissão de Licitações da Prefeitura Municipal, sita a AV. Nossa Senhora de Fátima, 120, na cidade de Bom Jesus do Oeste – SC, Fone 049 3363 0200, e-mail: [compras@bomjesusdooeste.sc.gov.br](mailto:compras@bomjesusdooeste.sc.gov.br) ou pelo site [www.bomjesusdooeste.sc.gov.br](http://www.bomjesusdooeste.sc.gov.br).

Bom Jesus do Oeste – SC, aos 26 de Agosto de 2015.

Airton Antonio Reinehr

Prefeito Municipal

# Bom Retiro

## PREFEITURA

### **ERRATA DISPENSA 02 FMAS**

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL  
DE BOM RETIRO/SC

ERRATA MINUTA DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 02/2014

O Município de Bom Retiro através do FMAS vem a público retificar Minuta Dispensa de Licitação 02/2014 de 02 de dezembro de 2014.  
Alterar na Minuta:

Onde se lê: Instituto Xoroquê Eireli ME.

Leia-se: Instituto de Pesquisa, Atendimento, Defesa e Assessoria Estrela de Isabel.

Cumpridas as formalidades, publique-se o presente para que surta efeito legal.

Bom Retiro, 03 de dezembro de 2014.

Albino Gonçalves Padilha

Prefeito

### **EXTRATO CONTRATO 127/2015 FMS**

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO

AVISO DE PUBLICAÇÃO

Extrato Contrato Nº 127/2015 Ata de Registro de Preços nº 01/2015

Contratante: Fundo Municipal de Saúde de Bom Retiro

Contratado: Drogaria Bom Retiro Ltda. ME

Objeto: Registro de Preços, com o maior percentual de desconto sobre a tabela divulgada pela ABC FARMA VIGENTE DO MÊS, para fornecimento parcelado diário de medicamentos não padronizados para o Fundo Municipal de Saúde, que são prescritos pelos profissionais da saúde do Município de Bom Retiro, para atendimento específico e imediato de enfermidades de pacientes atendidos na rede pública de saúde. Valor Total Medicamento Ético: R\$ 9.535,62 (nove mil quinhentos e trinta e cinco reais e sessenta e dois centavos).

Bom Retiro, 26 de agosto de 2015.

Albino Gonçalves Padilha

Prefeito Municipal

# Braço do Trombudo

## PREFEITURA

### RESULTADO DE JULGAMENTO PREGÃO Nº 34/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRAÇO DO TROMBUDO

RESULTADO DE JULGAMENTO

PREGÃO Nº 34/2015

A pregoeira oficial do Município de Braço torna público o resultado de julgamento do Pregão Presencial SRP nº 34/2015 e extrato da Ata de Registro de Preços. Processo licitatório 43/2015. Objeto: Contratação de empresa especializada em serviços de arbitragem para os Campeonatos Municipais de futsal no ano de 2015 (Adulto , Veterano, Juvenil e Feminino), no município de Braço do Trombudo. Após análise e julgamento das propostas, foi declarada vencedora do certame a empresa a seguir: LIGA DESPORTIVA DA MICRORREGIÃO DA CEBOLA CNPJ: 08.801.620/0001-31, LOTE:1 no valor total de R\$ 12.700,00 tornando-se, dessa forma, divulgado o resultado de julgamento do supracitado pregão. Fica registrado em Ata. Vigência: 12 (doze) meses da data de assinatura. Alair Franz Hein - Pregoeira Oficial do Município de Braço do Trombudo. Em 25/08/2015.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 19 2014PMBT

Página: 1/3

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 19/2014

Número do Registro de Preços: 19/2014      Data do Registro: 25/08/2014      Válido até: 25/08/2015						
Objeto da Compra: Registro de Preços para Aquisição de Produtos Químicos para as Estações de Tratamento de Água - ETAs do Município de Braço do Trombudo						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário
1	Hipoclorito de sódio comercial (9216)	KG	M.C.A Com. e Repr. De Prod. Químicos e Petroquímicos (9154)		0	1,0800
			BUSCHLE E LEPPER SA (6502)		0	1,0900
			QUIMISA S/A (8726)	Multicloro	0	1,4300
2	Sulfato de alumínio (granulado-pó) para tratamento de água, isento de ferro. (9215)	KG	M.C.A Com. e Repr. De Prod. Químicos e Petroquímicos (9154)		0	1,3500
			BUSCHLE E LEPPER SA (6502)		0	1,3600
			QUIMISA S/A (8726)	Avanex	0	1,5800



ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 19/2014

Página: 2/3

Número do Registro de Preços: 19/2014		Data do Registro: 25/08/2014		Válido até: 25/08/2015			
Objeto da Compra: Registro de Preços para Aquisição de Produtos Químicos para as Estações de Tratamento de Água - ETA's do Município de Braço do Trombudo							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
3	Ortopolifostato (9217)	KG	QUIMISA S/A (8726)	Quimisa	0	14.0300	1

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 19/2014

Página: 3/3

Número do Registro de Preços: 19/2014		Data do Registro: 25/08/2014		Válido até: 25/08/2015			
Objeto da Compra: Registro de Preços para Aquisição de Produtos Químicos para as Estações de Tratamento de Água - ETA's do Município de Braço do Trombudo							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)

REGISTRO DE PREÇOS Nº 19/2014  
PROCESSO Nº 37/2014

- (6502) - BUSCHLE E LEPPER SA
- (8726) - QUIMISA S/A
- (9154) - M.C.A Com. e Repr. De Prod. Químicos e Petroquímicos

Braço do Trombudo, 25 de Agosto de 2014.

## ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 20 2014PMBT

Página: 1/12

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 20/2014**

Número do Registro de Preços: 20/2014		Data do Registro: 25/08/2014		Válido até: 25/08/2015		Objeto da Compra: Registro de Preços Para Aquisição de Filtros para a Frota de Caminhões, Máquinas, Tratores Agrícolas e Veículos de Porte Pequeno da Secretaria de Obras Serviços Urbanos e Agropecuários do Município de Braco do Trombudo.	
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
1	Filtro AP 2710 (14476)	UND	FILTROSUL COMÉRCIO DE FILTROS E PEÇAS LTDA	(9124) XANFIL	0	36,8000	1
2	Filtro AP 4934 (14477)	UND	MAUCOR DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA	(8851) TECFIL	0	45,9000	2
3	Filtro AP 4960 (14478)	UND	MAUCOR DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA	(8851) XANFIL	0	88,9000	1
4	Filtro AP 7108 (14479)	UND	FILTROSUL COMÉRCIO DE FILTROS E PEÇAS LTDA	(9124) XANFIL	0	89,0000	2
5	Filtro AP 9834 (14480)	UND	MAUCOR DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA	(8851) TECFIL	0	28,7900	1
6	Filtro AP 9836 (14482)	UND	FILTROSUL COMÉRCIO DE FILTROS E PEÇAS LTDA	(9124) XANFIL	0	28,9000	2
7	Filtro ARL 4150 (14483)	UND	MAUCOR DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA	(8851) XANFIL	0	37,4000	1
			FILTROSUL COMÉRCIO DE FILTROS E PEÇAS LTDA	(9124) XANFIL	0	38,9000	2
			MAUCOR DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA	(8851) TECFIL	0	78,3900	1
			FILTROSUL COMÉRCIO DE FILTROS E PEÇAS LTDA	(9124) XANFIL	0	78,4000	2
			FILTROSUL COMÉRCIO DE FILTROS E PEÇAS LTDA	(9124) TECFIL	0	9,4500	1

## ESTADO DE SANTA CATARINA

## PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

## ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 20/2014

Página: 2/12

Número do Registro de Preços: 20/2014		Data do Registro: 25/08/2014		Válido até: 25/08/2015			
Objeto da Compra: Registro de Preços Para Aquisição de Filtros para a Frota de Caminhões, Máquinas, Tratores Agrícolas e Veículos de Porte Pequeno da Secretaria de Obras Serviços Urbanos e Agropecuários do Município de Braço do Trombudo.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

8	Filtro ARL 6091 (14484)	UND	MAUCOR DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA (8851)	TECFIL	0	9.4900	2
9	Filtro ARL 6096 (14485)	UND	MAUCOR DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA (8851)	TECFIL	0	8.6700	1
10	Filtro ARL 8837 (14486)	UND	FILTROSUL COMÉRCIO DE FILTROS E PEÇAS LTDA (9124)	TECFIL	0	8.8000	2
11	Filtro ARS 1029 (14487)	UND	FILTROSUL COMÉRCIO DE FILTROS E PEÇAS LTDA (9124)	TECFIL	0	10.2900	1
12	Filtro ARS 2868 (14488)	UND	MAUCOR DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA (8851)	TECFIL	0	10.3000	2
13	Filtro ARS 7109 (14489)	UND	FILTROSUL COMÉRCIO DE FILTROS E PEÇAS LTDA (9124)	TECFIL	0	19.3500	1
		UND	MAUCOR DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA (8851)	TECFIL	0	19.3900	2
		UND	FILTROSUL COMÉRCIO DE FILTROS E PEÇAS LTDA (9124)	XANFIL	0	28.8500	1
		UND	MAUCOR DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA (8851)	TECFIL	0	28.8900	2
		UND	FILTROSUL COMÉRCIO DE FILTROS E PEÇAS LTDA (9124)	XANFIL	0	18.8000	1
		UND	MAUCOR DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA (8851)	TECFIL	0	18.8200	2
		UND	FILTROSUL COMÉRCIO DE FILTROS E PEÇAS LTDA (9124)	XANFIL	0	28.2500	1
		UND	MAUCOR DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA (8851)	TECFIL	0	28.2900	2

## ESTADO DE SANTA CATARINA

## PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

## ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 20/2014

Página: 3/12

Número do Registro de Preços: 20/2014		Data do Registro: 25/08/2014		Válido até: 25/08/2015			
Objeto da Compra: Registro de Preços Para Aquisição de Filtros para a Frota de Caminhões, Máquinas, Tratores Agrícolas e Veículos de Porte Pequeno da Secretaria de Obras Serviços Urbanos e Agropecuários do Município de Braço do Trombudo.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

14	Filtro ARS 9838 (14490)	UND	FILTROSUL COMÉRCIO DE FILTROS E PEÇAS LTDA (9124)	XANFIL	0	49,0000	1
15	Filtro ARS 9839 (14492)	UND	MAUCOR DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA (8851)	TECFIL	0	55,2500	2
16	Filtro AS-500 (14493)	UND	MAUCOR DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA (8851)	TECFIL	0	58,9000	1
17	Filtro AS 805 (14494)	UND	FILTROSUL COMÉRCIO DE FILTROS E PEÇAS LTDA (9124)	DONALSON	0	59,0000	2
18	Filtro AS 810 (14495)	UND	FILTROSUL COMÉRCIO DE FILTROS E PEÇAS LTDA (9124)	XANFIL	0	22,9000	1
19	Filtros AS 820 (14496)	UND	MAUCOR DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA (8851)	TECFIL	0	38,9500	2
20	Filtro ASR 806 (14497)	UND	FILTROSUL COMÉRCIO DE FILTROS E PEÇAS LTDA (9124)	XANFIL	0	16,1500	1
		UND	MAUCOR DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA (8851)	XANFIL	0	17,5000	2
		UND	MAUCOR DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA (8851)	XANFIL	0	18,8900	1
		UND	FILTROSUL COMÉRCIO DE FILTROS E PEÇAS LTDA (9124)	XANFIL	0	18,9000	2
		UND	MAUCOR DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA (8851)	XANFIL	0	17,2600	1



## ESTADO DE SANTA CATARINA

## PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

## ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 20/2014

Página: 4/12

Número do Registro de Preços: 20/2014		Data do Registro: 25/08/2014		Válido até: 25/08/2015			
Objeto da Compra: Registro de Preços Para Aquisição de Filtros para a Frota de Caminhões, Máquinas, Tratores Agrícolas e Veículos de Porte Pequeno da Secretaria de Obras Serviços Urbanos e Agropecuários do Município de Braço do Trombudo.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

21	Filtro ASR838 (14498)	UND	FILTROSUL COMÉRCIO DE FILTROS E PEÇAS LTDA (9124)	XANFIL	0	19,9000	2
22	Filtro ASR 839 (14499)	UND	MAUCOR DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA (8851)	TECFIL	0	55,2800	1
24	Filtro BF 7954D (14501)	UND	FILTROSUL COMÉRCIO DE FILTROS E PEÇAS LTDA (9124)	XANFIL	0	26,9000	1
25	Filtro FC 161 (14502)	UND	MAUCOR DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA (8851)	TECFIL	0	35,7000	2
26	Filtro FC-164 (E-5KFR2D12) (14503)	UND	FILTROSUL COMÉRCIO DE FILTROS E PEÇAS LTDA (9124)	JETFIL	0	3,2500	1
27	Filtro G1-03/1 (14504)	UND	MAUCOR DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA (8851)	XANFIL	0	3,2900	2
		UND	FILTROSUL COMÉRCIO DE FILTROS E PEÇAS LTDA (9124)	JETFIL	0	4,8500	1
		UND	MAUCOR DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA (8851)	XANFIL	0	4,8900	2
		UND	FILTROSUL COMÉRCIO DE FILTROS E PEÇAS LTDA (9124)	TECFIL	0	14,3000	1
		UND	MAUCOR DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA (8851)	TECFIL	0	14,3400	2

## ESTADO DE SANTA CATARINA

## PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

## ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 20/2014

Página: 5/12

Número do Registro de Preços: 20/2014		Data do Registro: 25/08/2014		Válido até: 25/08/2015			
Objeto da Compra: Registro de Preços Para Aquisição de Filtros para a Frota de Caminhões, Máquinas, Tratores Agrícolas e Veículos de Porte Pequeno da Secretaria de Obras Serviços Urbanos e Agropecuários do Município de Braço do Trombudo.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

28	Filtro G1-04/7 (14505)	UND	MAUCOR DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA (8851)	TECFIL	0	8,0800	1
29	Filtro G1-08/1 (14506)	UND	FILTROSUL COMÉRCIO DE FILTROS E PEÇAS LTDA (9124)	TECFIL	0	8,9000	2
30	Filtro G1-12/7 (14507)	UND	FILTROSUL COMÉRCIO DE FILTROS E PEÇAS LTDA (9124)	TECFIL	0	9,8000	1
31	Filtro PC-2/155 (14508)	UND	FILTROSUL COMÉRCIO DE FILTROS E PEÇAS LTDA (9124)	ORIGINAL FIL	0	5,8500	1
32	Filtro PC-2/255 (14509)	UND	FILTROSUL COMÉRCIO DE FILTROS E PEÇAS LTDA (9124)	ORIGINAL FIL	0	9,8000	1
33	Filtro PEC 3022 (14510)	UND	FILTROSUL COMÉRCIO DE FILTROS E PEÇAS LTDA (9124)	ORIGINAL FIL	0	33,9300	1
34	Filtro PEL 2002 (14511)	UND	MAUCOR DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA (8851)	TECFIL	0	33,9400	2
		UND	MAUCOR DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA (8851)	TECFIL	0	21,4400	1

## ESTADO DE SANTA CATARINA

## PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

## ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 20/2014

Página: 6/12

Número do Registro de Preços: 20/2014		Data do Registro: 25/08/2014		Válido até: 25/08/2015			
Objeto da Compra: Registro de Preços Para Aquisição de Filtros para a Frota de Caminhões, Máquinas, Tratores Agrícolas e Veículos de Porte Pequeno da Secretaria de Obras Serviços Urbanos e Agropecuários do Município de Braço do Trombudo.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

35	Filtro PEL 2003 (14512)	UND	FILTROSUL COMÉRCIO DE FILTROS E PEÇAS LTDA (9124)	TECFIL	0	21,4500	2
36	Filtro PH 346 (14513)	UND	MAUCOR DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA (8851)	TECFIL	0	19,3800	1
37	Filtro PL 366 (14514)	UND	FILTROSUL COMÉRCIO DE FILTROS E PEÇAS LTDA (9124)	TECFIL	0	19,9000	2
38	Filtro PL 519 (14515)	UND	MAUCOR DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA (8851)	TECFIL	0	10,3500	1
39	Filtro PSC 410 (wk940/7) (14516)	UND	FILTROSUL COMÉRCIO DE FILTROS E PEÇAS LTDA (9124)	TECFIL	0	10,3900	2
40	Filtro PSC-496 (14517)	UND	FILTROSUL COMÉRCIO DE FILTROS E PEÇAS LTDA (9124)	XANFIL	0	13,8500	1
			MAUCOR DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA (8851)	TECFIL	0	13,8900	2
			FILTROSUL COMÉRCIO DE FILTROS E PEÇAS LTDA (9124)	TECFIL	0	21,5000	1
			MAUCOR DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA (8851)	TECFIL	0	21,5400	2
			FILTROSUL COMÉRCIO DE FILTROS E PEÇAS LTDA (9124)	TECFIL	0	15,0500	1
			MAUCOR DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA (8851)	TECFIL	0	15,0900	2

## ESTADO DE SANTA CATARINA

## PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

## ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 20/2014

Página: 7/12

Número do Registro de Preços: 20/2014		Data do Registro: 25/08/2014		Válido até: 25/08/2015			
Objeto da Compra: Registro de Preços Para Aquisição de Filtros para a Frota de Caminhões, Máquinas, Tratores Agrícolas e Veículos de Porte Pequeno da Secretaria de Obras Serviços Urbanos e Agropecuários do Município de Braço do Trombudo.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

41	Filtro PSC 72/2 (14518)	UND	MAUCOR DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA (8851)	TECFIL	0	8,7600	1
42	Filtro PSC-744 (H19WK01) (14519)	UND	FILTROSUL COMÉRCIO DE FILTROS E PEÇAS LTDA (9124)	TECFIL	0	8,9000	2
43	Filtro PSD 480/1 (14520)	UND	MAUCOR DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA (8851)	TECFIL	0	16,9300	1
44	Filtro PSD 530/1 (14521)	UND	FILTROSUL COMÉRCIO DE FILTROS E PEÇAS LTDA (9124)	TECFIL	0	18,5000	2
45	Filtro PSD 960/1 (14522)	UND	MAUCOR DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA (8851)	TECFIL	0	34,6000	1
46	Filtro PSH- 112 (14523)	UND	FILTROSUL COMÉRCIO DE FILTROS E PEÇAS LTDA (9124)	TECFIL	0	37,8000	2
47	Filtro PSH 486 (14524)	UND	MAUCOR DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA (8851)	TECFIL	0	23,0300	1
			MAUCOR DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA (8851)	TECFIL	0	23,0400	2
			MAUCOR DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA (8851)	TECFIL	0	35,4500	1
			FILTROSUL COMÉRCIO DE FILTROS E PEÇAS LTDA (9124)	TECFIL	0	36,9000	2
			FILTROSUL COMÉRCIO DE FILTROS E PEÇAS LTDA (9124)	TECFIL	0	62,7500	1
			MAUCOR DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA (8851)	TECFIL	0	62,7900	2
			FILTROSUL COMÉRCIO DE FILTROS E PEÇAS LTDA (9124)	TECFIL	0	18,4000	1

## ESTADO DE SANTA CATARINA

## PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

## ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 20/2014

Página: 8/12

Número do Registro de Preços: 20/2014		Data do Registro: 25/08/2014		Válido até: 25/08/2015			
Objeto da Compra: Registro de Preços Para Aquisição de Filtros para a Frota de Caminhões, Máquinas, Tratores Agrícolas e Veículos de Porte Pequeno da Secretaria de Obras Serviços Urbanos e Agropecuários do Município de Braço do Trombudo.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

48	Filtro PSL- 123 (14525)		MAUCOR DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA (8851)	TECFIL	0	18,4400	2
		UND	MAUCOR DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA (8851)	TECFIL	0	13,3500	1
			FILTROSUL COMÉRCIO DE FILTROS E PEÇAS LTDA (9124)	TECFIL	0	13,5000	2
49	Filtro PSL 280 (14526)		MAUCOR DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA (8851)	TECFIL	0	23,6000	1
			FILTROSUL COMÉRCIO DE FILTROS E PEÇAS LTDA (9124)	TECFIL	0	24,5000	2
50	Filtro PSL 417 (14527)		MAUCOR DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA (8851)	TECFIL	0	27,3700	1
			FILTROSUL COMÉRCIO DE FILTROS E PEÇAS LTDA (9124)	TECFIL	0	29,5000	2
51	Filtro PSL 55 (14528)		FILTROSUL COMÉRCIO DE FILTROS E PEÇAS LTDA (9124)	TECFIL	0	9,7500	1
			MAUCOR DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA (8851)	TECFIL	0	9,7900	2
52	Filtro PSL 560 (14529)		FILTROSUL COMÉRCIO DE FILTROS E PEÇAS LTDA (9124)	TECFIL	0	8,8500	1
			MAUCOR DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA (8851)	TECFIL	0	8,8900	2
53	Filtro PSL 562 (14530)		FILTROSUL COMÉRCIO DE FILTROS E PEÇAS LTDA (9124)	TECFIL	0	8,8200	1
			MAUCOR DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA (8851)	TECFIL	0	8,8400	2



## ESTADO DE SANTA CATARINA

## PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

## ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 20/2014

Página: 9/12

Número do Registro de Preços: 20/2014		Data do Registro: 25/08/2014		Válido até: 25/08/2015			
Objeto da Compra: Registro de Preços Para Aquisição de Filtros para a Frota de Caminhões, Máquinas, Tratores Agrícolas e Veículos de Porte Pequeno da Secretaria de Obras Serviços Urbanos e Agropecuários do Município de Braço do Trombudo.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
54	Filtro PSL 569 (14531)	UND	FILTROSUL COMÉRCIO DE FILTROS E PEÇAS LTDA (9124)	TECFIL	0	26,9000	1
			MAUCOR DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA (8851)	TECFL	0	26,9400	2
55	Filtro PSL 619 (WO-130) (14532)	UND	MAUCOR DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA (8851)	TECFIL	0	8,3900	1
			FILTROSUL COMÉRCIO DE FILTROS E PEÇAS LTDA (9124)	TECFIL	0	8,5000	2
56	Filtro PSL-900 (14533)	UND	FILTROSUL COMÉRCIO DE FILTROS E PEÇAS LTDA (9124)	TECFIL	0	14,4500	1
			MAUCOR DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA (8851)	TECFIL	0	14,4800	2
57	Filtro PSL 909 (14534)	UND	FILTROSUL COMÉRCIO DE FILTROS E PEÇAS LTDA (9124)	ORIGINAL FIL	0	89,0000	1
			MAUCOR DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA (8851)	TECFIL	0	110,5900	2
58	Filtro PSL 962 (WO-480) (14535)	UND	MAUCOR DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA (8851)	TECFIL	0	17,3400	1
			FILTROSUL COMÉRCIO DE FILTROS E PEÇAS LTDA (9124)	TECFIL	0	17,3500	2
59	Filtro R- 12030 MB (14536)	UND	MAUCOR DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA (8851)	PARKER	0	45,0500	1
			FILTROSUL COMÉRCIO DE FILTROS E PEÇAS LTDA (9124)	RACOR	0	46,0000	2
60	Filtro T-250W (TB-1374X) (14537)	UND	FILTROSUL COMÉRCIO DE FILTROS E PEÇAS LTDA (9124)	ORIGINAL FIL	0	58,9000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 20/2014

Página: 10/12

Número do Registro de Preços: 20/2014		Data do Registro: 25/08/2014		Válido até: 25/08/2015			
Objeto da Compra:		Registro de Preços Para Aquisição de Filtros para a Frota de Caminhões, Máquinas, Tratores Agrícolas e Veículos de Porte Pequeno da Secretaria de Obras Serviços Urbanos e Agropecuários do Município de Braço do Trombudo.					
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
61	Filtro TR 1049 (AP-6774) (14538)		MAUCOR DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA (8851)	TECFIL	0	58,9400	2
		UND	MAUCOR DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA (8851)	XANFIL	0	39,1000	1
			FILTROSUL COMÉRCIO DE FILTROS E PEÇAS LTDA (9124)	XANFIL	0	49,0000	2

Página: 11/12

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 20/2014

Número do Registro de Preços: 20/2014		Data do Registro: 25/08/2014		Válido até: 25/08/2015			
Objeto da Compra: Registro de Preços Para Aquisição de Filtros para a Frota de Caminhões, Máquinas, Tratores Agrícolas e Veículos de Porte Pequeno da Secretaria de Obras Serviços Urbanos e Agropecuários do Município de Braço do Trombudo.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
62	Filtro TR 7110 (14539)	UND	FILTROSUL COMÉRCIO DE FILTROS E PEÇAS LTDA (9124)	XANFIL	0	49,0000	1

Página: 12/12

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 20/2014

Número do Registro de Preços: 20/2014		Data do Registro: 25/08/2014		Válido até: 25/08/2015			
Objeto da Compra: Registro de Preços Para Aquisição de Filtros para a Frota de Caminhões, Máquinas, Tratores Agrícolas e Veículos de Porte Pequeno da Secretaria de Obras Serviços Urbanos e Agropecuários do Município de Braço do Trombudo.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)

REGISTRO DE PREÇOS Nº 20/2014  
PROCESSO Nº 38/2014

- (8851) - MAUCOR DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA
- (9124) - FILTROSUL COMÉRCIO DE FILTROS E PEÇAS LTDA

Braço do Trombudo, 25 de Agosto de 2014.

## ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 3 2014FMS

Página: 1/49

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 3/2014**

Número do Registro de Preços: 3/2014		Data do Registro: 26/08/2014		Válido até: 26/08/2015			
Objeto da Compra: Registro de Preços para Aquisição de Material Médico Hospitalar para as Unidades Básicas de Saúde do Município de Braço do Trombudo.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descdo. (%)	Preço Unitário	Classif.
1	ABAIXADOR DE LINGUA C/100 (88)	PCT	PLASMEDIC COM. MAT. MÉD. LABORATORIAL (6542)	THEOTO	0	2,4500	1
			METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)	Estilo	0	2,5200	2
			ALIANCA HOSPITALAR LTDA ME (6072)	ESTILO	0	2,6000	3
			CIRURGICA BELA VISTA COM. PROD. HOSP. LTDA ME (6767)	ESTILO	0	2,6000	4
			LA DALLA PORTA JUNIOR (6559)	THEOTO	0	2,6300	5
2	Água deionizada (destilada) 5 lt. (4270)	GL	PROHOSPITAL COM.DE MAT.MEDICO E ODONTOLOGICO LTDA. (6156)	CAITHEC	0	4,7500	1
			CIRURGICA BELA VISTA COM. PROD. HOSP. LTDA ME (6767)	AQUATEC	0	4,9500	2
			ALIANCA HOSPITALAR LTDA ME (6072)	CAITHEC	0	5,1500	3
			METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)	Calithec	0	5,1800	4
3	Água destilada para diluir medicamentos IM/EV. Ampola c/5ml. Com registro na Anvisa (4272)	AMP	LA DALLA PORTA JUNIOR (6559)	ISOFARMA	0	0,1400	1
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Isofarma	0	0,1900	2
4	Água destilada para diluir medicamentos IM/EV. Ampola c/10ml. Com registro na Anvisa. (4273)	AMP	LA DALLA PORTA JUNIOR (6559)	ISOFARMA	0	0,1400	1
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Samtec	0	0,2100	2

Página: 2/49

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 3/2014**

**Número do Registro de Preços: 3/2014      Data do Registro: 26/08/2014      Válido até: 26/08/2015**

**Objeto da Compra:** Registro de Preços para Aquisição de Material Médico Hospitalar para as Unidades Básicas de Saúde do Município de Braço do Trombudo.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
5	Água oxigenada. 1 lt. (4274)	LT	PLASMEDIC COM. MAT. MÉD. LABORATORIAL (6542)	VIC PHARMA	0	2,6600	1
			METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)	Vic Pharma	0	2,9500	2
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Vic Pharma	0	3,0500	3
6	Aguilha desc. 13x4,5 26G ½, parede fina bisei trifacetado. Cx c/100. (4275)	CX	OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA (6352)	SR	0	3,8000	1
			PROHOSPITAL COM.DE MAT.MEDICO E ODONTOLOGICO LTDA. (6156)	LABORIMPOR	0	4,2000	2
			CIRURGICA BELA VISTA COM. PROD. HOSP. LTDA ME (6767)	RM	0	4,3300	3
7	Aguilha desc. 20x5,5 24G 3/4, parede fina bisei trifacetado. (Cânula siliconizada. Bisei trifacetado. Canhão colorido para facilitar a identificação visual do calibre da agulha. Protetor plástico que garante a total proteção da agulha para um melhor acoplamento à seringa). Cx c/100. (4276)	CX	PLASMEDIC COM. MAT. MÉD. LABORATORIAL (6542)	SOLIDOR	0	4,1000	1
			PROHOSPITAL COM.DE MAT.MEDICO E ODONTOLOGICO LTDA. (6156)	LABORIMPOR	0	4,1300	2
			METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)	Solidor	0	4,1400	3
			LA DALLA PORTA JUNIOR (6559)	LAMEDID	0	4,1500	4
			ALIANCA HOSPITALAR LTDA ME (6072)	LABOR	0	4,1800	5
8	Aguilha desc. 25x7 22G1, parede fina bisei trifacetado. (Cânula siliconizada. Bisei trifacetado. Canhão colorido para facilitar a identificação visual do calibre da agulha. Protetor plástico que garante a total proteção da agulha para um melhor acoplamento à seringa). Cx c/100. (4277)	CX	OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA (6352)	SR	0	3,7800	1



ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 3/2014

Página: 3/49

Número do Registro de Preços: 3/2014		Data do Registro: 26/08/2014		Válido até: 26/08/2015			
Objeto da Compra: Registro de Preços para Aquisição de Material Médico Hospitalar para as Unidades Básicas de Saúde do Município de Braço do Trombudo.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			PROHOSPITAL COM.DE MAT.MEDICO E ODONTOLOGICO LTDA. (6156)	LABORIMPOR	0	3,7900	2
			CIRURGICA BELA VISTA COM. PROD. HOSP. LTDA ME (6767)	MEDNEEDLE	0	4,3300	3
9	Aguha desc. 25x8 21G 1, parede fina bisel trifacetado. (Cânula siliconizada. Bise trifacetado. Canhão colorido para facilitar a identificação visual do calibre da agulha. Protetor plástico que garante a total proteção da agulha para um melhor acoplamento à seringa). Cx c/100. (4278)	CX	OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA (6352)	SR	0	3,7500	1
			PROHOSPITAL COM.DE MAT.MEDICO E ODONTOLOGICO LTDA. (6156)	LABORIMPOR	0	3,7700	2
			CIRURGICA BELA VISTA COM. PROD. HOSP. LTDA ME (6767)	RM	0	4,3300	3
10	Aguha desc. 30x7 22G1 1/4, parede fina bisel trifacetado. (Cânula siliconizada. Bise trifacetado. Canhão colorido para facilitar a identificação visual do calibre da agulha. Protetor plástico que garante a total proteção da agulha para um melhor acoplamento à seringa). Cx c/100. (4279)	CX	CIRURGICA BELA VISTA COM. PROD. HOSP. LTDA ME (6767)	SOLIDOR	0	4,1000	1
			METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)	Solidor	0	4,1200	2
			PROHOSPITAL COM.DE MAT.MEDICO E ODONTOLOGICO LTDA. (6156)	LABORIMPOR	0	4,2000	3
			ALIANCA HOSPITALAR LTDA ME (6072)	LABOR	0	4,4000	4
11	Aguha desc. 30x8 21G1 1/4, parede fina bisel trifacetado. (Cânula siliconizada. Bise trifacetado. Canhão colorido para facilitar a identificação visual do calibre da agulha. Protetor plástico que garante a total proteção da agulha para um melhor acoplamento à seringa). Cx c/100. (4280)	CX	CIRURGICA BELA VISTA COM. PROD. HOSP. LTDA ME (6767)	SOLIDOR	0	4,1500	1
			METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)	Solidor	0	4,1900	2

## ESTADO DE SANTA CATARINA

## FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO

## ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 3/2014

Página: 4/49

Número do Registro de Preços: 3/2014		Data do Registro: 26/08/2014		Válido até: 26/08/2015			
Objeto da Compra: Registro de Preços para Aquisição de Material Médico Hospitalar para as Unidades Básicas de Saúde do Município de Braço do Trombudo.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

12	Agulha desc. 40x12 18G1 1/2, parede fina bisel trifacetado. Cx c/100. (4281)	CX	PROHOSPITAL COM.DE MAT.MEDICO E ODONTOLOGICO LTDA. (6156)	LABORIMPOR	0	4,2000	3
			ALIANCA HOSPITALAR LTDA ME (6072)	LABOR	0	4,4000	4
			OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA (6352)	SR	0	4,0900	1
			PROHOSPITAL COM.DE MAT.MEDICO E ODONTOLOGICO LTDA. (6156)	LABORIMPOR	0	4,1000	2
			ALIANCA HOSPITALAR LTDA ME (6072)	LABOR	0	4,4000	3
13	Álcool 70%. 1 lt.. (4282)	LT	PLASMEDIC COM. MAT. MÉD. LABORATORIAL (6542)	SOLIDOR	0	4,5800	4
			METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)	Solidor	0	4,5800	5
			METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)	Flops	0	3,1500	1
			PLASMEDIC COM. MAT. MÉD. LABORATORIAL (6542)	CICLO FARMA	0	3,4700	2
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Flop's	0	3,6400	3
14	Álcool glicerinado 70%. 1lt. (4283)	LT	ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Vic Pharma	0	4,4500	1
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Vic Pharma	0	8,3400	1
15	Álcool iodado. 1 lt.. (4284)		METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)	Vic Pharma	0	8,3500	2

## ESTADO DE SANTA CATARINA

## FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO

## ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 3/2014

Página: 5/49

Número do Registro de Preços: 3/2014		Data do Registro: 26/08/2014		Válido até: 26/08/2015			
Objeto da Compra: Registro de Preços para Aquisição de Material Médico Hospitalar para as Unidades Básicas de Saúde do Município de Braço do Trombudo.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
16	Álcool 92%, 1 lt., (4285)	UND	METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)	Ilha	0	4,3000	1
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Mega Química	0	4,3400	2
17	Álcool em Gel Anti-séptico 500grms. Acompanha válvula pump,utiliza álcool neutro, bidestilado, isento de contaminantes, Produto biodegradável, elaborado como complemento na higienização de mãos. Gel a base de álcoois que evaporam sem deixar odores residuais, e com largo espectro de ação. (4286)	UND	PROHOSPITAL COM.DE MAT.MEDICO E ODONTOLOGICO LTDA. (6156)	RICIE	0	2,0000	1
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Da Ilha	0	3,7100	2
			METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)	Wirath	0	4,9900	3
18	Algodão hidrófilo 500g.. (4287)	UND	CIRURGICA BELA VISTA COM. PROD. HOSP. LTDA ME (6767)	FAROL	0	8,0500	1
			PLASMEDIC COM. MAT. MÉD. LABORATORIAL (6542)	FAROL	0	8,0900	2
			METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)	Nathalya	0	8,1000	3
			ALIANCA HOSPITALAR LTDA ME (6072)	M.HOUSE	0	8,2000	4
			LA DALLA PORTA JUNIOR (6559)	EUROMED	0	8,3500	5
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Farol	0	8,3800	6
			PROHOSPITAL COM.DE MAT.MEDICO E ODONTOLOGICO LTDA. (6156)	FAOL	0	8,5000	7
			OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA (6352)	MEDHOUSE	0	8,5300	8

Página: 6/49

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 3/2014**

Número do Registro de Preços: 3/2014		Data do Registro: 26/08/2014		Válido até: 26/08/2015		Objeto da Compra: Registro de Preços para Aquisição de Material Médico Hospitalar para as Unidades Básicas de Saúde do Município de Braço do Trombudo.	
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
19	Algodão hidrófilo em bolas. Pct c/100gramas., (4288)	PCT	METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSPLTD (6011)	Nathalya	0	2,4900	1
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Fairol	0	2,9700	2
			OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA (6392)	SUSSEX	0	3,0300	3
20	Almotolia transparente bico reto 100ml / (4289);	UND	PROHOSPITAL COM.DE MAT.MEDICO E ODONTOLOGICO LTDA. (6156)	J.PROLAB	0	1,0000	1
			CIRURGICA BELA VISTA COM. PROD. HOSP. LTDA ME (6767)	J. PROLAB	0	1,1000	2
			METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSPLTD (6011)	J. Prolab	0	1,2200	3
21	Atadura Crepom 6cm x 1,80m Repouso e 4,50 esticado. 13 fios, (confeccionadas em tecido 100% algodão cru, fios de alta torção, que confere alta resistência, com densidade de 13 fios/cm2, possuindo bastante elasticidade no sentido longitudinal). Embalados individualmente, conforme normas ABNT NBR nº 14056, (4290)	UND	PLASMEDIC COM. MAT. MÉD. LABORATORIAL (6542)	BIOTEXTIL	0	0,2300	1
			CIRURGICA BELA VISTA COM. PROD. HOSP. LTDA ME (6767)	MB TEXTIL	0	0,2500	2
			METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSPLTD (6011)	Biotextil	0	0,2700	3
22	Atadura Crepom 10cm x 1,80m Repouso e 4,50 esticado. 13 fios, (confeccionadas em tecido 100% algodão cru, fios de alta torção, que confere alta resistência, com densidade de 13 fios/cm2, possuindo bastante elasticidade no sentido longitudinal). Embalados individualmente, conforme normas ABNT NBR nº 14056, (4291)	UND	PROHOSPITAL COM.DE MAT.MEDICO E ODONTOLOGICO LTDA. (6156)	CREMER	0	0,2900	1
			PLASMEDIC COM. MAT. MÉD. LABORATORIAL (6542)	BIOTEXTIL	0	0,3800	2
			CIRURGICA BELA VISTA COM. PROD. HOSP. LTDA ME (6767)	MB TEXTIL	0	0,3800	3

## ESTADO DE SANTA CATARINA

## FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO

## ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 3/2014

Página: 7/49

Número do Registro de Preços: 3/2014		Data do Registro: 26/08/2014		Válido até: 26/08/2015			
Objeto da Compra: Registro de Preços para Aquisição de Material Médico Hospitalar para as Unidades Básicas de Saúde do Município de Braço do Trombudo.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

			METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)	BIOTEXTIL	0	0,4500	4
			ALIANCA HOSPITALAR LTDA ME (6072)	BIOTEXTIL	0	0,4500	5
23	Atadura Crepom 12cm x 1,80m Repouso e 4,50 esticado. 13 fios. (confeccionadas em tecido 100% algodão cru, fios de alta torção, que confere alta resistência, com densidade de 13 fios/cm2, possuindo bastante elasticidade no sentido longitudinal). Embalados individualmente, conforme normas ABNT NBR nº 14056. (4292)	UND	CIRURGICA BELA VISTA COM. PROD. HOSP. LTDA ME (6767)	MB TEXTIL	0	0,4500	1
			PLASMEDIC COM. MAT. MÉD. LABORATORIAL (6542)	BIOTEXTIL	0	0,4600	2
			PROHOSPITAL COM.DE MAT.MEDICO E ODONTOLOGICO LTDA. (6156)	CREMER	0	0,4800	3
24	Atadura Crepom 15cm x 1,80m Repouso e 4,50 esticado. 13 fios. (confeccionadas em tecido 100% algodão cru, fios de alta torção, que confere alta resistência, com densidade de 13 fios/cm2, possuindo bastante elasticidade no sentido longitudinal). Embalados individualmente, conforme normas ABNT NBR nº 14056. (4293)	UND	PROHOSPITAL COM.DE MAT.MEDICO E ODONTOLOGICO LTDA. (6156)	CREMER	0	0,4500	1
			PLASMEDIC COM. MAT. MÉD. LABORATORIAL (6542)	BIOETXTIL	0	0,5700	2
			CIRURGICA BELA VISTA COM. PROD. HOSP. LTDA ME (6767)	MB TEXTIL	0	0,5800	3
25	Atadura Crepom 20cm x 1,80m Repouso e 4,50 esticado. 13 fios. (confeccionadas em tecido 100% algodão cru, fios de alta torção, que confere alta resistência, com densidade de 13 fios/cm2, possuindo bastante elasticidade no sentido longitudinal). Embalados individualmente, conforme normas ABNT NBR nº 14056. (4294)	UND	PROHOSPITAL COM.DE MAT.MEDICO E ODONTOLOGICO LTDA. (6156)	CREMER	0	0,5600	1
			PLASMEDIC COM. MAT. MÉD. LABORATORIAL (6542)	BIOTEXTIL	0	0,7600	2
			CIRURGICA BELA VISTA COM. PROD. HOSP. LTDA ME (6767)	MB TEXTIL	0	0,7700	3

Página: 8/49

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 3/2014**

Número do Registro de Preços: 3/2014			Data do Registro: 26/08/2014		Válido até: 26/08/2015		
Objeto da Compra: Registro de Preços para Aquisição de Material Médico Hospitalar para as Unidades Básicas de Saúde do Município de Braço do Trombudo.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
26	Avental descartável com manga longa confeccionado em TNT, branco aberto nas costas com tiras para amarrar na cintura e no pescoço. Com elástico nos punhos. Pacote c/10. (4295)	PCT	METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)	Sky	0	9,3900	1
27	Bolsa coletora de urina - sistema fechado 2 litros. (Descartável e estéril. Possui conector universal com ajuste para sondas vesicais, com tampa protetora atóxica - apirrogênica e descartável. Válvula anti-refluxo, alça de sustentação, pinça corta fluxo, tira para transporte, tubo de esvaziamento. Embalada individualmente em papel grau cirúrgico e em blister de filme plástico termofrmável. Esterilizada em óxido de etileno). (4296)	UND	ALIANCA HOSPITALAR LTDA ME (6072)	FARMATEX	0	2,1600	1
28	Bolsa de Urostomia 38mm. Transparente cx c/10 unidades. Bolsa para Urostomia com Válvula Anti-Reflexo é parte integrante do sistema de duas peças. Este sistema consiste de dois itens básicos separados: a placa protetora e a bolsa coletora removível. O sistema de duas peças oferece a flexibilidade de colocação da bolsa coletora sem necessidade de remover a placa protetora da pele. Sur-Fit® Plus Bolsa para Urostomia com Válvula Anti-Reflexo é composta de acetato de vinilítileno (EVA), cloreto de polivinilideno (PVC), polietileno, acetato de vinila e acrílate de metil etileno. (4297)	UND	PROHOSPITAL COM.DE MAT.MEDICO E ODONTOLOGICO LTDA. (6156)	BIOBAG	0	13,6000	1
29	Cateter intravenoso periférico. Agulha siliconizada, com bisel trifacetado, Cânula em fluoretileno-propileno, para maior conforto do paciente e minimização da ocorrência de flebites, visualização do refluxo sanguíneo. Calibre: 18G, com registro na ANVISA (4298)	UND	CIRURGICA BELA VISTA COM. PROD. HOSP. LTDA ME (6767)	SOLIDOR	0	0,5100	1



## ESTADO DE SANTA CATARINA

## FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO

## ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 3/2014

Página: 9/49

Número do Registro de Preços: 3/2014		Data do Registro: 26/08/2014		Válido até: 26/08/2015			
Objeto da Compra: Registro de Preços para Aquisição de Material Médico Hospitalar para as Unidades Básicas de Saúde do Município de Braço do Trombudo.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

30	Cateeter intravenoso periférico. Agulha siliconizada, com bisel trifacetado. Cânula em fluoroetileno-propileno, para maior conforto do paciente e minimização da ocorrência de flebites, visualização do refluxo sanguíneo. Calibre: 20G. Com registro na ANVISA (4299)	UND	PROHOSPITAL COM.DE MAT.MEDICO E ODONTOLOGICO LTDA. (6156)	LABORIMPOR	0	0,5200	2
			ALIANCA HOSPITALAR LTDA ME (6072)	LABOR	0	0,5200	3
			METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSPLTD (6011)	Solidor	0	0,5600	4
			CIRURGICA BELA VISTA COM. PROD. HOSP. LTDA ME (6767)	SOLIDOR	0	0,5100	1
31	Cateeter intravenoso periférico. Agulha siliconizada, com bisel trifacetado. Cânula em fluoroetileno-propileno, para maior conforto do paciente e minimização da ocorrência de flebites, visualização do refluxo sanguíneo. Calibre: 22G. com registro na ANVISA (4300)	UND	ALIANCA HOSPITALAR LTDA ME (6072)	LABOR	0	0,5200	2
			PROHOSPITAL COM.DE MAT.MEDICO E ODONTOLOGICO LTDA. (6156)	LABORIMPOR	0	0,5500	3
			METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSPLTD (6011)	Solidor	0	0,5600	4
			CIRURGICA BELA VISTA COM. PROD. HOSP. LTDA ME (6767)	SOLIDOR	0	0,5100	1
			ALIANCA HOSPITALAR LTDA ME (6072)	LABOR	0	0,5200	2
			PROHOSPITAL COM.DE MAT.MEDICO E ODONTOLOGICO LTDA. (6156)	LABORIMPOR	0	0,5600	3
			METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSPLTD (6011)	Solidor	0	0,5600	4

## ESTADO DE SANTA CATARINA

## FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO

## ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 3/2014

Página: 10/49

Número do Registro de Preços: 3/2014		Data do Registro: 26/08/2014		Válido até: 26/08/2015			
Objeto da Compra: Registro de Preços para Aquisição de Material Médico Hospitalar para as Unidades Básicas de Saúde do Município de Braço do Trombudo.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
32	Cateter intravenoso periférico. Agulha siliconizada, com bisel trifacetado, Cânula em fluoroetilpropileno, para maior conforto do paciente e minimização da ocorrência de flebites, visualização do refluxo sanguíneo. Calibre: 24G. com registro na ANVISA (4301)	UND	PROHOSPITAL COM.DE MAT.MEDICO E ODONTOLOGICO L.TDA. (6156)	LABORIMPOR	0	0,5600	1

32	Cateter intravenoso periférico. Agulha siliconizada, com bisel trifacetado. Cânula em fluoretileno-propileno, para maior conforto do paciente e minimização da ocorrência de flebites, visualização do refluxo sanguíneo. Calibre: 24G. com registro na ANVISA (4301)	UND	PROHOSPITAL COM.DE MAT.MEDICO E ODONTOLOGICO LTDA. (6156)	LABORIMPOR	0	0,5600	1
33	Catgut simples, fio de sutura absorvível c/agulha 2-0 3/8 30mm-75cm cx c/24. (4302)	CX	CIRURGICA BELA VISTA COM. PROD. HOSP. LTDA ME (6767)	SOLIDOR	0	0,5700	2
			METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)	Solidor	0	0,6300	3
			PROHOSPITAL COM.DE MAT.MEDICO E ODONTOLOGICO LTDA. (6156)	MEDLINE	0	65,0000	1
			METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)	Shalon	0	76,3200	2
			LA DALLA PORTA JUNIOR (6559)	ACE	0	79,6500	3
34	Catgut simples, fio de sutura absorvível c/agulha, 4-0 3/8 30mm-75cm cx c/24. (4303)	CX	METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)	Shalon	0	76,2500	1
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Shalon	0	76,3000	2
			LA DALLA PORTA JUNIOR (6559)	ACE	0	79,6500	3
35	Catgut cromado 2-0, fio de sutura absorvível 75cm, c/agulha 3.0. cx c/24. (4304)	CX	METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)	Shalon	0	76,3200	1
			LA DALLA PORTA JUNIOR (6559)	ACE	0	79,6500	2
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Shalon	0	87,8400	3
36	Catgut cromado 4-0, fio de sutura absorvível 75cm, c/agulha 3.0. cx c/24. (4305)	CX	ALIANCA HOSPITALAR LTDA ME (6072)	SHALON	0	65,0000	1

## ESTADO DE SANTA CATARINA

## FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO

## ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 3/2014

Página: 11/49

Número do Registro de Preços: 3/2014		Data do Registro: 26/08/2014		Válido até: 26/08/2015			
Objeto da Compra: Registro de Preços para Aquisição de Material Médico Hospitalar para as Unidades Básicas de Saúde do Município de Braço do Trombudo.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
37	Cinto de segurança tipo aranha para prancha imobilizadora de remoção -adulto. (cinto aranha com fitas de nylon altamente resistente, presilhas em velcro, cintas móveis com regulagem de comprimento, cores individuais para facilitar a imobilização de vítimas. Desenho padronizado para aplicação em pranchas de imobilização). (4306)	UND	METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)	Shalon	0	76,3200	2
			LA DALLA PORTA JUNIOR (6559)	ACE	0	79,6500	3
38	Clorexidina, Solução de digliconato, 2% degermante. Embalagem de 1 litro. (4307)	UND	PROHOSPITAL COM.DE MAT.MEDICO E ODONTOLOGICO LTDA. (6156)	MARIMAR	0	39,9000	1
			METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)	Fibra	0	40,6000	2
39	Clorexidina, Solução de digliconato, 2% degermante. Embalagem de 1 litro. (4307)	UND	CIRURGICA BELA VISTA COM. PROD. HOSP. LTDA.ME (6767)	RESGATE	0	51,9500	3
			METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)	Vic Pharma	0	9,9900	1
40	Clorexidina, Solução de digliconato, solução aquosa 0,2%. Embalagem de 1 litro. (4308)	UND	ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Vic Pharma	0	10,0000	2
			LA DALLA PORTA JUNIOR (6559)	VIC PHARMA	0	14,7000	3
41	Clorexidina, Solução de digliconato, solução aquosa 0,2%. Embalagem de 1 litro. (4308)	UND	METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)	Vic Pharma	0	5,6000	1
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Vic Pharma	0	6,0700	2
42	Clorexidina, Solução de digliconato, solução alcoólica Embalagem de 1 litro. (4309)	UND	LA DALLA PORTA JUNIOR (6559)	VIC PHARMA	0	7,1900	3
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Vic Pharma	0	7,3000	1
43	Clorexidina, Solução de digliconato, solução aquosa 0,2%. Embalagem de 1 litro. (4310)	UND	METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)	Vic Pharma	0	7,3100	2
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Vic Pharma	0	7,3100	2

Página: 12/49

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 3/2014**

Número do Registro de Preços: 3/2014		Data do Registro: 26/08/2014		Válido até: 26/08/2015			
Objeto da Compra: Registro de Preços para Aquisição de Material Médico Hospitalar para as Unidades Básicas de Saúde do Município de Braço do Trombudo.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

			LA DALLA PORTA JUNIOR (6559)	VIC PHARMA	0	8,6100	3
41	Cloridrato de lidocaina 2% com vaso (frasco 20ml). (4310)	UND	ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Hypofarma	0	3,3300	1
42	Cloridrato de lidocaina 2% sem vaso (frasco 20ml). (4311)	UND	LA DALLA PORTA JUNIOR (6559)	HIPOLABOR	0	1,7800	1
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Hipolabor	0	1,8600	2
43	Cloridrato de lidocaina 2% gel. Tubo de 30 gramas.. (4312)	UND	ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Neo Química	0	1,6000	1
			LA DALLA PORTA JUNIOR (6559)	HYPERMARC,	0	1,6200	2
44	Colar cervical regulável, ADULTO. (Possua regulagem de altura com 4 níveis de ajuste. Confeccionado em material injetado (polietileno de alta densidade) e EVA com apoio mentoniano). (4313)	UND	PROHOSPITAL COM.DE MAT.MEDICO E ODONTOLOGICO LTDA. (6156)	MARIMAR	0	13,0000	1
			LA DALLA PORTA JUNIOR (6559)	MARIMAR	0	16,9400	2
			METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)	Ortocenter	0	39,0000	3
45	Colar cervical regulável, INFANTIL. (Possua regulagem de altura com 4 níveis de ajuste. Confeccionado em material injetado (polietileno de alta densidade) e EVA com apoio mentoniano). (4314)	UND	PROHOSPITAL COM.DE MAT.MEDICO E ODONTOLOGICO LTDA. (6156)	MARIMAR	0	13,0000	1
			LA DALLA PORTA JUNIOR (6559)	MARIMAR	0	16,9400	2
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Resgate SP	0	38,8400	3

## ESTADO DE SANTA CATARINA

## FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO

## ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 3/2014

Página: 13/49

Número do Registro de Preços: 3/2014		Data do Registro: 26/08/2014		Válido até: 26/08/2015			
Objeto da Compra: Registro de Preços para Aquisição de Material Médico Hospitalar para as Unidades Básicas de Saúde do Município de Braço do Trombudo.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
46	Coletor para material perfuro-cortante em material resistente a perfurações impermeável, com sistema de abertura e fechamento pratico e seguro ao manuseio, em formato quadrado, com capacidade e 7 lt. (4315)	UND	ALIANCA HOSPITALAR LTDA ME (6072)	EMBALAIRE	0	1,5200	1

46	Coletor para material perfuro-cortante em material resistente a perfurações, impermeável, com sistema de abertura e fechamento pratico e seguro ao manuseio, em formato quadrado, com capacidade e 7 lt. (4315)	UND	ALIANCA HOSPITALAR LTDA ME (6072)	EMBALAIRE	0	1,5200	1
			PROHOSPITAL COM.DE MAT.MEDICO E ODONTOLOGICO LTDA. (6156)	EMBALAIRE	0	1,6000	2
			CIRURGICA BELA VISTA COM. PROD. HOSP. LTDA ME (6767)	EMBALAIRE	0	1,7100	3
47	Compressa cirúrgica para campo operatório não estéril, 04 camadas com cadaço 45x50cm, pct c/50 unidades. (4316)	PCT	PROHOSPITAL COM.DE MAT.MEDICO E ODONTOLOGICO LTDA. (6156)	GAZETEX	0	34,0000	1
			ALIANCA HOSPITALAR LTDA ME (6072)	CLEAN	0	42,0000	2
			CIRURGICA BELA VISTA COM. PROD. HOSP. LTDA ME (6767)	ANDREONI	0	43,1400	3
48	Compressa de gaze 7,5x7,5, 13 fios, pacote com 500 unidades, peso mínimo 465 gramas, conforme normas da ABNT NBR 13843, com dados do fabricante e n° de registro na Anvisa. (4317)	UND	CIRURGICA BELA VISTA COM. PROD. HOSP. LTDA ME (6767)	MB TEXTIL	0	18,8800	1
			METROMED.COM.DE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)	Biotextil	0	19,4600	2
			ALIANCA HOSPITALAR LTDA ME (6072)	M.HOUSE	0	21,5000	3
			LA DALLA PORTA JUNIOR (6559)	NEVE	0	23,1000	4
49	Compressa de gaze 10x10, 13 fios, pacote com 500 unidades, peso mínimo 980 gramas, conforme normas da ABNT NBR 13843, com dados do fabricante e n° de registro na Anvisa. (4318)	UND	PLASMEDIC COM. MAT. MÉD. LABORATORIAL (6542)	MEDBLANC	0	25,4000	1
			PROHOSPITAL COM.DE MAT.MEDICO E ODONTOLOGICO LTDA. (6156)	Meduplis Mast	0	25,5000	2

Página: 14/49

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE BRACO DO TROMBUDO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 3/2014**

Número do Registro de Preços: 3/2014		Data do Registro: 26/08/2014		Válido até: 26/08/2015			
Objeto da Compra: Registro de Preços para Aquisição de Material Médico Hospitalar para as Unidades Básicas de Saúde do Município de Braço do Trombudo.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

			OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA (6352)	HOSPITEX	0	29,0500	3
50	Curativo redondo para punção stooper. Cx. Com 500 unidades (4319)	CX	LA DALLA PORTA JUNIOR (6559)	CIEX	0	9,7000	1
			CIRURGICA BELA VISTA COM. PROD. HOSP. LTDA ME (6767)	COPERTINA	0	9,7400	2
			PROHOSPITAL COM.DE MAT.MEDICO E ODONTOLOGICO LTDA. (6156)	LABORIMPOR	0	10,0000	3
51	Curativo retangular para curativos pequenos. Filme plástico, adesivo acrílico, fibras naturais, fibras sintéticas e polietileno. Cx c/ 50 (4320)	CX	PROHOSPITAL COM.DE MAT.MEDICO E ODONTOLOGICO LTDA. (6156)	HIGGIETOP	0	3,5000	1
			METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)	Higie Top	0	3,6000	2
52	Dreno penrose nº 2 com gaze estéril, embalado individualmente e reembalado em embalagem com 12 unidades. (4321)	PCT	PROHOSPITAL COM.DE MAT.MEDICO E ODONTOLOGICO LTDA. (6156)	TAYLOR	0	24,0000	1
			ALIANCA HOSPITALAR LTDA ME (6072)	C.BRASIL	0	26,3000	2
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Cirurgica Brasi	0	27,4900	3
53	Eletrodo adulto descartável em espuma hiperalérgica. Pacote com 30und. (4322)	PCT	METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)	Solidor	0	6,1600	1
			CIRURGICA BELA VISTA COM. PROD. HOSP. LTDA ME (6767)	MAXICOR	0	6,5600	2
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Maxicor	0	7,2200	3
54	Envelope para esterilização auto selante de produtos médicos e odontológicos com indicador de esterilidade, 70mmx230mm. Cx c/ 100 unidades. (4323)	CX	CIRURGICA BELA VISTA COM. PROD. HOSP. LTDA ME (6767)	HOSPFLEX	0	11,3200	1



## ESTADO DE SANTA CATARINA

## FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO

## ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 3/2014

Página: 15/49

Número do Registro de Preços: 3/2014		Data do Registro: 26/08/2014		Válido até: 26/08/2015			
Objeto da Compra: Registro de Preços para Aquisição de Material Médico Hospitalar para as Unidades Básicas de Saúde do Município de Braço do Trombudo.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

55	Envelope para esterilização auto selante de, produtos médicos e odontológicos com indicador de esterilidade, , 90mmx280mm. Cx c/ 100 unidades (4324)	CX	PROHOSPITAL COM.DE MAT.MEDICO E ODONTOLOGICO LTDA. (6156)	VEDAMAX	0	13,2000	2
			ALIANCA HOSPITALAR LTDA ME (6072)	VEDAMAX	0	14,0000	3
			PROHOSPITAL COM.DE MAT.MEDICO E ODONTOLOGICO LTDA. (6156)	VEDAMAX	0	17,4000	1
			ALIANCA HOSPITALAR LTDA ME (6072)	VEDAMAX	0	17,5000	2
			OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA (6352)	VEDAMAX	0	17,9500	3
			METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)	Vedamax	0	18,8000	4
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Zermatt	0	19,0000	5
56	Envelope para esterilização auto selante, de produtos médicos e odontológicos com indicador de esterilidade, , 150mmx250mm. Cx c/ 100 unidades (4325)	CX	CIRURGICA BELA VISTA COM. PROD. HOSP. LTDA ME (6767)	HOSPFLEX	0	20,3200	1
			PROHOSPITAL COM.DE MAT.MEDICO E ODONTOLOGICO LTDA. (6156)	VEDAMAX	0	27,5000	2
			ALIANCA HOSPITALAR LTDA ME (6072)	VEDAMAX	0	28,5000	3
57	Envelope para esterilização auto selante de produtos médicos e odontológicos com indicador de esterilidade, , 230mmx300mm. Cx c/ 100 unidades (4326)	CX	PROHOSPITAL COM.DE MAT.MEDICO E ODONTOLOGICO LTDA. (6156)	VEDAMAX	0	48,0000	1
			ALIANCA HOSPITALAR LTDA ME (6072)	VEDAMAX	0	48,5000	2
			METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)	Vedamax	0	52,0000	3

Página: 16/49

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO**

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 3/2014**

<b>Número do Registro de Preços: 3/2014</b>		<b>Data do Registro: 26/08/2014</b>		<b>Válido até: 26/08/2015</b>			
<b>Objeto da Compra:</b> Registro de Preços para Aquisição de Material Médico Hospitalar para as Unidades Básicas de Saúde do Município de Braço do Trombudo.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

58	Envelope para esterilização, auto selante de produtos médicos e odontológicos com indicador de esterilidade. , 230mmx350mm. Cx c/ 100 unidades (4327)	CX	PROHOSPITAL COM.DE MAT.MEDICO E ODONTOLOGICO LTDA. (6156)	VEDAMAX	0	50,0000	1
59	Equipo macrogotas para infusão, de soluções parenterais, com injetor lateral, em pvc transparente, estéril, de 1,35 m, com câmara de gotejamento, transparente, maleável, com tubo de pvc tendo em sua extensão pinça rolete e injetor lateral de látex autocicatrizante, conector de plástico com tampa protetora. a data de fabricação e a data de validade deverão vir impressas na embalagem do material. Com registro na ANVISA/MS e RDC nº 59. (4328)	UND	CIRURGICA BELA VISTA COM. PROD. HOSP. LTDA ME (6767)	TKL	0	0,8700	1
60	Equipo para nutrição enteral c/ 1,5m. NBR 14041/1998. (4329)	UND	ALTERNED MAT. ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Biosani	0	0,9900	1
61	Escova para coleta de preventivo. Pct com 100 unidades. (4330)	PCT	ALIANCA HOSPITALAR LTDA ME (6072)	KOLPLAST	0	13,0000	1
			LA DALLA PORTA JUNIOR (6559)	LABOR IMPOF	0	15,3900	2
			PLASMEDIC COM. MAT. MÉD. LABORATORIAL (6542)	KOLPLAST	0	15,4000	3

## ESTADO DE SANTA CATARINA

## FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO

## ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 3/2014

Página: 17/49

Número do Registro de Preços: 3/2014		Data do Registro: 26/08/2014		Válido até: 26/08/2015		Objeto da Compra: Registro de Preços para Aquisição de Material Médico Hospitalar para as Unidades Básicas de Saúde do Município de Braço do Trombudo.				
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.			
62	Esparadrão impermeável branco 10cm x 4,5m c/capa. Esparadrão de tecido 100% algodão com tratamento acrílico, adesivo branco à base de borracha natural e resina (4331)	UND	PROHOSPITAL COM.DE MAT.MEDICO E ODONTOLOGICO LTDA. (6156)	MISSNER	0	4,1600	1			
			CIRURGICA BELA VISTA COM. PROD. HOSP. LTDA ME (6767)	CRAL	0	4,1800	2			
			METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)	Missner	0	4,4800	3			
63	Espátula de Ayres p/coleção de preventivo. Pct 5/100.. (4332)	PCT	PLASMEDIC COM. MAT. MÉD. LABORATORIAL (6542)	ESTILO	0	4,2000	1			
			LA DALLA PORTA JUNIOR (6559)	THEOTO	0	4,3200	2			
			ALIANCA HOSPITALAR LTDA ME (6072)	ESTILO	0	4,4000	3			
			PROHOSPITAL COM.DE MAT.MEDICO E ODONTOLOGICO LTDA. (6156)	LABORIMPOR	0	4,5000	4			
64	Especulo vaginal descartável Tam P. (4333)	UND	PLASMEDIC COM. MAT. MÉD. LABORATORIAL (6542)	KOLPLAST	0	0,7600	1			
			PROHOSPITAL COM.DE MAT.MEDICO E ODONTOLOGICO LTDA. (6156)	LABORIMPOR	0	0,8500	2			
			METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)	Adlin	0	0,8600	3			
65	Especulo vaginal descartável Tam M. (4334)	UND	PLASMEDIC COM. MAT. MÉD. LABORATORIAL (6542)	KOLPLAST	0	0,8000	1			
			PROHOSPITAL COM.DE MAT.MEDICO E ODONTOLOGICO LTDA. (6156)	LABORIMPOR	0	0,8500	2			
			ALIANCA HOSPITALAR LTDA ME (6072)	KOLPLAST	0	0,8800	3			

Página: 18/49

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE BRACO DO TROMBUDO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 3/2014**

Número do Registro de Preços: 3/2014		Data do Registro: 26/08/2014		Válido até: 26/08/2015			
Objeto da Compra: Registro de Preços para Aquisição de Material Médico Hospitalar para as Unidades Básicas de Saúde do Município de Braço do Trombudo.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

66	Fio de sutura 4-0 comprimento do fio 45cm, agulha de 1/2, com corte reverso e 16mm de espessura, poliglactina, incolor/rançada absorvível, (sutura sintética, absorvível, estéril, composta de copolímero obtido a partir de glicólida e lactida, revestida com poliglactina 370 e estearato de cálcio. Incolor, construída por trançamento, esterilizados por óxido de etileno). Cx c/12 unidades. (4335)	CX	OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA (6352)	SHALON	0	99,0500	1
67	Fio de sutura 4-0, c/agulha 3cm cx c/ 24 envelopes (nylon).. (4336)	CX	ALIANCA HOSPITALAR LTDA ME (6072)	PROCARE	0	16,9500	1
			CIRURGICA BELA VISTA COM. PROD. HOSP. LTDA ME (6767)	PROCARE	0	16,9600	2
			PROHOSPITAL COM.DE MAT.MEDICO E ODONTOLOGICO LTDA. (6156)	PROCARE	0	16,9900	3
			METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)	Procare	0	18,3100	4
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Lamedid-Solid	0	18,4800	5
68	Fio de sutura 2-0, c/agulha 3cm cx c/ 24 envelopes (nylon).. (4337)	CX	CIRURGICA BELA VISTA COM. PROD. HOSP. LTDA ME (6767)	PROCARE	0	16,9600	1
			PROHOSPITAL COM.DE MAT.MEDICO E ODONTOLOGICO LTDA. (6156)	PROCARE	0	16,9900	2
			ALIANCA HOSPITALAR LTDA ME (6072)	PROCARE	0	17,4000	3
			METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)	Procare	0	18,3100	4
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Lamedid-Solid	0	18,4800	5
69	Fio agulhado de Nylon-monofilamento preto. Fio USP 2/0 45cm - agulha 20mm 3/8. cx com 24 envelopes. Com registro na ANVISA. (4338)	CX	ALIANCA HOSPITALAR LTDA ME (6072)	PROCARE	0	16,9500	1

## ESTADO DE SANTA CATARINA

## FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO

## ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 3/2014

Página: 19/49

Número do Registro de Preços: 3/2014      Data do Registro: 26/08/2014      Válido até: 26/08/2015							
Objeto da Compra: Registro de Preços para Aquisição de Material Médico Hospitalar para as Unidades Básicas de Saúde do Município de Braço do Trombudo.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
70	Fio agulhado de Nylon-monofilamento preto, Fio USP 2/0 45cm - agulha 25mm 3/8. cx com 24 envelopes. Com registro na ANVISA (4339)	CX	CIRURGICA BELA VISTA COM. PROD. HOSP. LTDA ME (6767)	PROCARE	0	16,9600	2
			PROHOSPITAL COM.DE MAT.MEDICO E ODONTOLOGICO LTDA. (6156)	PROCARE	0	16,9900	3
			METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)	Procare	0	18,3100	4
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Lamedid-Solidi	0	18,4800	5
			CIRURGICA BELA VISTA COM. PROD. HOSP. LTDA ME (6767)	PROCARE	0	16,9600	1
71	Fio agulhado de Nylon-monofilamento preto, Fio USP 3/0 45cm - agulha 20mm 3/8. cx com 24 envelopes. Com registro na ANVISA (4340)	CX	PROHOSPITAL COM.DE MAT.MEDICO E ODONTOLOGICO LTDA. (6156)	PROCARE	0	16,9900	2
			METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)	Procare	0	18,3100	3
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Lamedid-Solidi	0	18,4800	4
			ALIANCA HOSPITALAR LTDA ME (6072)	PROCARE	0	16,9500	1
			CIRURGICA BELA VISTA COM. PROD. HOSP. LTDA ME (6767)	PROCARE	0	16,9600	2
			PROHOSPITAL COM.DE MAT.MEDICO E ODONTOLOGICO LTDA. (6156)	PROCARE	0	16,9900	3
			METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)	Procare	0	18,3100	4
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Lamedid-Solidi	0	18,4800	5

## ESTADO DE SANTA CATARINA

## FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO

## ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 3/2014

Página: 20/49

Número do Registro de Preços: 3/2014 Data do Registro: 26/08/2014 Válido até: 26/08/2015

Objeto da Compra: Registro de Preços para Aquisição de Material Médico Hospitalar para as Unidades Básicas de Saúde do Município de Braço do Trombudo.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
72	Fio agulhado de Nylon-monofilamento preto, Fio USP 4/0 45cm - agulha 30mm 3/8. cx com 24 envelopes. Com registro na ANVISA. (4341)	CX	CIRURGICA BELA VISTA COM. PROD. HOSP. LTDA ME (6767)	PROCARE	0	16,9600	1
	PROHOSPITAL COM.DE MAT.MEDICO E ODONTOLOGICO LTDA. (6156)		PROCARE		0	16,9900	2
	ALIANCA HOSPITALAR LTDA ME (6072)		PROCARE		0	17,4000	3
	METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)		Procare		0	18,3100	4
	ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)		Lamedid-Solidi		0	18,4800	5
73	Fio agulhado de Nylon-monofilamento preto, Fio USP 5/0 45cm - agulha 20mm 3/8. cx com 24 envelopes. Com registro na ANVISA. (4342)	CX	PROHOSPITAL COM.DE MAT.MEDICO E ODONTOLOGICO LTDA. (6156)	PROCARE	0	16,9500	1
	CIRURGICA BELA VISTA COM. PROD. HOSP. LTDA ME (6767)		PROCARE		0	16,9600	2
	ALIANCA HOSPITALAR LTDA ME (6072)		PROCARE		0	17,4000	3
	METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)		Procare		0	18,3100	4
	ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)		Lamedid-Solidi		0	18,4800	5
74	Fita para autoclave, em papel crepado, com listras impressas com tinta especial, na cor branca, que em contato com a temperatura empregada na esterilização muda de cor, tornando-se pretas 19mmx30mt. (4343)	UND	CIRURGICA BELA VISTA COM. PROD. HOSP. LTDA ME (6767)	CIEIX	0	2,0400	1
	PLASMEDIC COM. MAT. MÉD. LABORATORIAL (6542)		MISSNER		0	2,3500	2
	PROHOSPITAL COM.DE MAT.MEDICO E ODONTOLOGICO LTDA. (6156)		POLITAPE		0	2,7000	3

Página: 21/49

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 3/2014**

Número do Registro de Preços: 3/2014 Data do Registro: 26/08/2014 Válido até: 26/08/2015

Objeto da Compra: Registro de Preços para Aquisição de Material Médico Hospitalar para as Unidades Básicas de Saúde do Município de Braço do Trombudo.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
75	Fita micropore 1,2cm x 10,0 mts, com capa. Fita Cirúrgica Microporosa confeccionada com substrato de não-tecido à base de fibras de viscose, resina acrílica e massa adesiva à base de poliácrlato hipolalergénico. utilizada para fixação de curativos, ponto falso, proteção de cortes, etc. Cor Branca (4344)	UND	CIRURGICA BELA VISTA COM. PROD. HOSP. LTDA ME (6767)	CRAL	0	0,8600	1
			PLASMEDIC COM. MAT. MÉD. LABORATORIAL (6542)	CIEX	0	0,9500	2
			PROHOSPITAL COM.DE MAT.MEDICO E ODONTOLOGICO LTDA. (6156)	COPERTINA	0	1,0500	3
76	Fita micropore 2,5cm x 10,0 mts, com capa. Fita Cirúrgica Microporosa confeccionada com substrato de não-tecido à base de fibras de viscose, resina acrílica e massa adesiva à base de poliácrlato hipolalergénico. utilizada para fixação de curativos, ponto falso, proteção de cortes, etc. Cor BEGE (4345)	UND	OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA (6352)	MISSNER	0	1,8000	1
			CIRURGICA BELA VISTA COM. PROD. HOSP. LTDA ME (6767)	MISSNER	0	1,8100	2
			PROHOSPITAL COM.DE MAT.MEDICO E ODONTOLOGICO LTDA. (6156)	MISSNER	0	1,9900	3
77	Fita micropore 2,5cm x 10,0 mts, com capa. Fita Cirúrgica Microporosa confeccionada com substrato de não-tecido à base de fibras de viscose, resina acrílica e massa adesiva à base de poliácrlato hipolalergénico. utilizada para fixação de curativos, ponto falso, proteção de cortes, etc. Cor Branca (4346)	UND	PLASMEDIC COM. MAT. MÉD. LABORATORIAL (6542)	CIEX	0	1,4000	1
			CIRURGICA BELA VISTA COM. PROD. HOSP. LTDA ME (6767)	CRAL	0	1,4100	2
			LA DALLA PORTA JUNIOR (6559)	MAXICOR	0	1,5500	3



Página: 22/49

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 3/2014**

Número do Registro de Preços: 3/2014		Data do Registro: 26/08/2014		Válido até: 26/08/2015			
Objeto da Compra: Registro de Preços para Aquisição de Material Médico Hospitalar para as Unidades Básicas de Saúde do Município de Braço do Trombudo.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

78	Fralda Geriátrica Tam P. Deve oferecer conforto e liberdade de movimento, apresentar formato anatômico que se acomode ao corpo, com ajuste perfeito à perna. Revestimento externo impermeável, resistente, com adesivos em cada um dos lados, com adesividade segura, proporcionando reposicionamento e amoldamento uniforme. Alta capacidade de absorção e barreiras antivazamento, gel superabsorvente na área de descarga da urina, garantindo a total absorção e evitando o retorno desta à superfície, sem que ocorra a concentração da urina em pontos isolados (empelotamento). Deve apresentar cobertura filtrante suave, sem perfume e componentes hipoalergênicos. A embalagem deve ser em plástico resistente, com abertura manual tracejada e pictada, contendo identificação do produto, lote, validade, composição, modo de usar, cuidados e precauções, quantidade de fraldas, tamanho e peso, frases de advertência, dados do fabricante: razão social, CNPJ, endereço e responsável técnico. (4347)	UND	ALTERMED MAT. ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Biofral	0	0,7700	1
79	Fralda Geriátrica Tam M. Deve oferecer conforto e liberdade de movimento, apresentar formato anatômico que se acomode ao corpo, com ajuste perfeito à perna. Revestimento externo impermeável, resistente, com adesivos em cada um dos lados, com adesividade segura, proporcionando reposicionamento e amoldamento uniforme. Alta capacidade de absorção e barreiras antivazamento, gel superabsorvente na área de descarga da urina, garantindo a total absorção e evitando o retorno desta à superfície, sem que ocorra a concentração da urina em pontos isolados (empelotamento). Deve apresentar cobertura filtrante suave, sem perfume e componentes hipoalergênicos. A embalagem deve ser em plástico resistente, com abertura manual tracejada e pictada, contendo identificação do produto, lote, validade, composição, modo de usar, cuidados e precauções, quantidade de fraldas, tamanho e peso, frases de advertência, dados do fabricante: razão social, CNPJ, endereço e responsável técnico. (4348)	UND	METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)	Descarpack	0	0,8000	1
			PLASMEDIC COM. MAT. MÉD. LABORATORIAL (6542)	POP	0	0,8600	2
			PROHOSPITAL COM.DE MAT.MEDICO E ODONTOLOGICO LTDA. (6156)	MEDIHOUSE	0	0,8600	3
			ALIANCA HOSPITALAR LTDA ME (6072)	MASTER	0	0,8800	4
			PLASMEDIC COM. MAT. MÉD. LABORATORIAL (6542)	POP	0	0,8600	2
			PROHOSPITAL COM.DE MAT.MEDICO E ODONTOLOGICO LTDA. (6156)	MEDIHOUSE	0	0,8600	3
			ALIANCA HOSPITALAR LTDA ME (6072)	MASTER	0	0,8800	4
			METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)	Descarpack	0	0,8000	1
			PLASMEDIC COM. MAT. MÉD. LABORATORIAL (6542)	POP	0	0,8600	2
			PROHOSPITAL COM.DE MAT.MEDICO E ODONTOLOGICO LTDA. (6156)	MEDIHOUSE	0	0,8600	3

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 3/2014

Página: 23/49

Número do Registro de Preços: 3/2014		Data do Registro: 26/08/2014		Válido até: 26/08/2015			
Objeto da Compra: Registro de Preços para Aquisição de Material Médico Hospitalar para as Unidades Básicas de Saúde do Município de Braço do Trombudo.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

80	Fralda Geriátrica Tam G. Deve oferecer conforto e liberdade de movimento, apresentar formato anatômico que se acomode ao corpo, com ajuste perfeito à perna. Revestimento externo impermeável, resistente, com adesivos em cada um dos lados, com adesividade segura, proporcionando reposicionamento e amoldamento uniforme. Alta capacidade de absorção e barreiras antivazamento, gel superabsorvente na área de descarga da urina, garantindo a total absorção e evitando o retorno desta à superfície, sem que ocorra a concentração da urina em pontos isolados (empelotamento). Deve apresentar cobertura filtrante suave, sem perfume e componentes hipoalérgicos. A embalagem deve ser em plástico resistente, com abertura manual tracejada e pictada, contendo identificação do produto, lote, validade, composição, modo de usar, cuidados e precauções, quantidade de fraldas, tamanho e peso, frases de advertência, dados do fabricante: razão social, CNPJ, endereço e responsável técnico. (4349)	UND	METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)	Descarpack	0	0,8000	1
81	Fralda Geriátrica Tam EG. Deve oferecer conforto e liberdade de movimento, apresentar formato anatômico que se acomode ao corpo, com ajuste perfeito à perna. Revestimento externo impermeável, resistente, com adesivos em cada um dos lados, com adesividade segura, proporcionando reposicionamento e amoldamento uniforme. Alta capacidade de absorção e barreiras antivazamento, gel superabsorvente na área de descarga da urina, garantindo a total absorção e evitando o retorno desta à superfície, sem que ocorra a concentração da urina em pontos isolados (empelotamento). Deve apresentar cobertura filtrante suave, sem perfume e componentes hipoalérgicos. A embalagem deve ser em plástico resistente, com abertura manual tracejada e pictada, contendo identificação do produto, lote, validade, composição, modo de usar, cuidados e precauções, quantidade de fraldas, tamanho e peso, frases de advertência, dados do fabricante: razão social, CNPJ, endereço e responsável técnico. (4350)	UND	PLASMEDIC COM. MAT. MÉD. LABORATORIAL (6542)	POP	0	0,8600	2
			PROHOSPITAL COM.DE MAT.MEDICO E ODONTOLOGICO LTDA. (6156)	MEDIHOUSE	0	0,9400	3
			PLASMEDIC COM. MAT. MÉD. LABORATORIAL (6542)	POP	0	0,8600	1
			METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)	Descarpack	0	0,9300	2
			PROHOSPITAL COM.DE MAT.MEDICO E ODONTOLOGICO LTDA. (6156)	MEDIHOUSE	0	1,1900	3

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 3/2014

Número do Registro de Preços: 3/2014      Data do Registro: 26/08/2014      Válido até: 26/08/2015						
Objeto da Compra: Registro de Preços para Aquisição de Material Médico Hospitalar para as Unidades Básicas de Saúde do Município de Braço do Trombudo.						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário
82	Fralda Infantil Tam P - Fralda infantil c/ dupla barreira. Deve oferecer conforto e liberdade de movimento, apresentar formato anatômico que se acomode ao corpo, com ajuste perfeito à perna. Revestimento externo impermeável, resistente, com adesivos em cada um dos lados, com adesividade segura, proporcionando reposicionamento e amoldamento uniforme. Alta capacidade de absorção e barreiras antivazamento, gel superabsorvente na área de descarga da urina, garantindo a total absorção e evitando o retorno desta à superfície, sem que ocorra a concentração da urina em pontos isolados (empelotamento). Deve apresentar cobertura filtrante suave, sem perfume e componentes hiperalérgicos. A embalagem deve ser em plástico resistente, com abertura manual tracejada e picotada, contendo identificação do produto, lote, validade, composição, modo de usar, cuidados e precauções, quantidade de fraldas, tamanho e peso, frases de advertência, dados do fabricante: razão social, CNPJ, endereço e responsável técnico. (4351)	UND	ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Biofral	0	0,2500
83	Fralda Infantil Tam M - Fralda infantil c/ dupla barreira. Deve oferecer conforto e liberdade de movimento, apresentar formato anatômico que se acomode ao corpo, com ajuste perfeito à perna. Revestimento externo impermeável, resistente, com adesivos em cada um dos lados, com adesividade segura, proporcionando reposicionamento e amoldamento uniforme. Alta capacidade de absorção e barreiras antivazamento, gel superabsorvente na área de descarga da urina, garantindo a total absorção e evitando o retorno desta à superfície, sem que ocorra a concentração da urina em pontos isolados (empelotamento). Deve apresentar cobertura filtrante suave, sem perfume e componentes hiperalérgicos. A embalagem deve ser em plástico resistente, com abertura manual tracejada e picotada, contendo identificação do produto, lote, validade, composição, modo de usar, cuidados e precauções, quantidade de fraldas, tamanho e peso, frases de advertência, dados do fabricante: razão social, CNPJ, endereço e responsável técnico. (4352)	UND	ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Biofral	0	0,3100
			PROHOSPITAL COM.DE MAT.MEDICO E ODONTOLOGICO LTDA. (6156)	MEDIHOUSE	0	0,3000
			METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)	Dry	0	0,3000
			LA DALLA PORTA JUNIOR (6559)	MARDAN	0	0,3200
			METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)	Dry	0	0,3300
			LA DALLA PORTA JUNIOR (6559)	MARDAN	0	0,3600

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 3/2014

Página: 25/49

Número do Registro de Preços: 3/2014		Data do Registro: 26/08/2014		Válido até: 26/08/2015			
Objeto da Compra: Registro de Preços para Aquisição de Material Médico Hospitalar para as Unidades Básicas de Saúde do Município de Braço do Trombudo.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

84	Fralda Infantil Tam G - Fralda infantil c/ dupla barreira. Deve oferecer conforto e liberdade de movimento, apresentar formato anatômico que se acomode ao corpo, com ajuste perfeito à perna. Revestimento externo impermeável, resistente, com adesivos em cada um dos lados, com adesividade segura, proporcionando reposicionamento e amoldamento uniforme. Alta capacidade de absorção e barreiras antivazamento, gel superabsorvente na área de descarga da urina, garantindo a total absorção e evitando o retorno desta à superfície, sem que ocorra a concentração da urina em pontos isolados (empelotamento). Deve apresentar cobertura filtrante suave, sem perfume e componentes hipoalérgicos. A embalagem deve ser em plástico resistente, com abertura manual tracejada e pictórica, contendo identificação do produto, lote, validade, composição, modo de usar, cuidados e precauções, quantidade de fraldas, tamanho e peso, frases de advertência, dados do fabricante: razão social, CNPJ, endereço e responsável técnico. (4353)	UND	ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Biofral	0	0,3600	1
85	Fralda Infantil Tam EG - Fralda infantil c/ dupla barreira. Deve oferecer conforto e liberdade de movimento, apresentar formato anatômico que se acomode ao corpo, com ajuste perfeito à perna. Revestimento externo impermeável, resistente, com adesivos em cada um dos lados, com adesividade segura, proporcionando reposicionamento e amoldamento uniforme. Alta capacidade de absorção e barreiras antivazamento, gel superabsorvente na área de descarga da urina, garantindo a total absorção e evitando o retorno desta à superfície, sem que ocorra a concentração da urina em pontos isolados (empelotamento). Deve apresentar cobertura filtrante suave, sem perfume e componentes hipoalérgicos. A embalagem deve ser em plástico resistente, com abertura manual tracejada e pictórica, contendo identificação do produto, lote, validade, composição, modo de usar, cuidados e precauções, quantidade de fraldas, tamanho e peso, frases de advertência, dados do fabricante: razão social, CNPJ, endereço e responsável técnico. (4354)	UND	ALIANCA HOSPITALAR LTDA ME (6072)	DRY	0	0,3800	2
			METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)	Dry	0	0,3800	3
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Biofral	0	0,3600	1
			ALIANCA HOSPITALAR LTDA ME (6072)	DRY	0	0,3800	2
			METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)	Dry	0	0,4300	3
			PROHOSPITAL COM.DE MAT.MEDICO E ODONTOLOGICO LTDA. (6156)	MEDIHOUSE	0	0,4300	4
86	Frasco de alimentação enteral 300ml.. (4355)	UND	CIRURGICA BELA VISTA COM. PROD. HOSP. LTDA ME (6767)	BIOSANI	0	0,7000	1

Página: 26/49

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 3/2014**

Número do Registro de Preços: 3/2014		Data do Registro: 26/08/2014		Válido até: 26/08/2015			
Objeto da Compra: Registro de Preços para Aquisição de Material Médico Hospitalar para as Unidades Básicas de Saúde do Município de Braço do Trombudo.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

87	Frasco de alimentação enteral 500ml. (4356)	UND	ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Biosani	0	0,7300	2
			METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)	Biobase	0	0,7500	3
			PROHOSPITAL COM.DE MAT.MEDICO E ODONTOLOGICO LTDA. (6156)	EMBRAMED	0	0,7500	4
88	Gaze hidrófila tipo queijo (gaze hidrófila tipo queijo em rolo 91cmX91cm, 13 fios, peso mínimo 1450g), com dados do fabricante e nº de registro na ANVISA. (4357)	UND	PROHOSPITAL COM.DE MAT.MEDICO E ODONTOLOGICO LTDA. (6156)	EMBRAMED	0	0,8500	1
			METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)	Biobase	0	0,9000	2
			OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA (6352)	BIOBASE	0	1,1000	3
89	Gel condutor para ultrassom. Gel viscoso translúcido, inodoro, isento de sal, álcool e pH neutro. Apresente alta condutividade e aspecto não gorduroso sendo facilmente removido.Polímero carboxivinílico, água desmineralizada e conservantes. Frasco de 100grms (4358)	UND	PLASMEDIC COM. MAT. MÉD. LABORATORIAL (6542)	MEDBLANC	0	21,9000	1
			ALIANCA HOSPITALAR LTDA ME (6072)	PEROLA	0	22,0000	2
			OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA (6352)	HOSPITEX	0	29,8500	3
		UND	METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)	Caithec	0	1,3200	1
			PROHOSPITAL COM.DE MAT.MEDICO E ODONTOLOGICO LTDA. (6156)	CAITHEC	0	1,3300	2
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Caithec-Dental	0	1,3400	3

Página: 27/49

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 3/2014**

<b>Número do Registro de Preços: 3/2014</b>		<b>Data do Registro: 26/08/2014</b>		<b>Válido até: 26/08/2015</b>			
<b>Objeto da Compra:</b> Registro de Preços para Aquisição de Material Médico Hospitalar para as Unidades Básicas de Saúde do Município de Braço do Trombudo.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

90	Hastes flexíveis antigerme com ponta de algodão. Cx c/75 unidades (4359)	CX	METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)	Cotton	0	0,6700	1
			OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA (6352)	HIGIETOP	0	0,8800	2
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Higie Topp	0	0,8900	3
91	Imobilizador de cabeça impermeável. (Confeccionado em espuma de poliuretano expandida, emborrachada. Possui dois cintos imobilizadores reguláveis para testa e queixo do paciente a imobilizar. Preso em velcro ao tecido que veste a tábua (prancha) de resgate em qualquer largura, base fixada na prancha 40x25cm., laterais fixada na base 25x16x0,9cm Ofício auricular para verificar sangramento. 80mm. Lavável.) (4360)	UND	CIRURGICA BELA VISTA COM. PROD. HOSP. LTDA ME (6767)	RESGATE	0	110,3900	1
			ALIANCA HOSPITALAR LTDA ME (6072)	ROMED	0	117,0000	2
			METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)	Fibra	0	173,9000	3
92	Lâmina de bisturi descartável/estéril embalado individualmente, nº 11 cx c/100. (4361)	CX	ALIANCA HOSPITALAR LTDA ME (6072)	SOLIDOR	0	14,1000	1
			PROHOSPITAL COM.DE MAT.MEDICO E ODONTOLOGICO LTDA. (6156)	LABORIMPOR	0	14,3000	2
			CIRURGICA BELA VISTA COM. PROD. HOSP. LTDA ME (6767)	SOLIDOR	0	15,9600	3
93	Lâmina de bisturi descartável/estéril embalado, individualmente, nº 12 cx c/100. (4362)	CX	ALIANCA HOSPITALAR LTDA ME (6072)	SOLIDOR	0	14,1000	1
			PROHOSPITAL COM.DE MAT.MEDICO E ODONTOLOGICO LTDA. (6156)	LABORIMPOR	0	14,5000	2
			CIRURGICA BELA VISTA COM. PROD. HOSP. LTDA ME (6767)	SOLIDOR	0	15,9600	3

Página: 28/49

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 3/2014**

Número do Registro de Preços: 3/2014		Data do Registro: 26/08/2014		Válido até: 26/08/2015			
Objeto da Compra: Registro de Preços para Aquisição de Material Médico Hospitalar para as Unidades Básicas de Saúde do Município de Braço do Trombudo.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
94	Lâmina de bisturi descartável/estéril embalado individualmente, nº 15 cx c/100. (4363)	CX	ALIANCA HOSPITALAR LTDA ME (6072)	SOLIDOR	0	14,1000	1
			PROHOSPITAL COM.DE MAT.MEDICO E ODONTOLOGICO LTDA. (6156)	LABORIMPOR	0	14,5000	2
			CIRURGICA BELA VISTA COM. PROD. HOSP. LTDA ME (6767)	SOLIDOR	0	15,9600	3
95	Lâmina de bisturi descartável/estéril, embalado individualmente, nº 21 cx c/100. (4364)	CX	ALIANCA HOSPITALAR LTDA ME (6072)	SOLIDOR	0	14,1000	1
			PROHOSPITAL COM.DE MAT.MEDICO E ODONTOLOGICO LTDA. (6156)	LABORIMPOR	0	14,5000	2
			CIRURGICA BELA VISTA COM. PROD. HOSP. LTDA ME (6767)	SOLIDOR	0	15,9600	3
96	Lençol descartável com elástico 2,00mx90cm. Pct c/10 unidade. (4365)	PCT	PROHOSPITAL COM.DE MAT.MEDICO E ODONTOLOGICO LTDA. (6156)	CLEAN	0	7,1000	1
			CIRURGICA BELA VISTA COM. PROD. HOSP. LTDA ME (6767)	MEDGAUSE	0	7,3600	2
			ALIANCA HOSPITALAR LTDA ME (6072)	M.GAUZE	0	7,6700	3
			PLASMEDIC COM. MAT. MÉD. LABORATORIAL (6542)	CLEAN	0	7,7000	4
97	Lençol descartável com elástico 2,00mx90cm. Pct c/10, unidades. (4366)	PCT	PROHOSPITAL COM.DE MAT.MEDICO E ODONTOLOGICO LTDA. (6156)	CLEAN	0	7,1000	1
			CIRURGICA BELA VISTA COM. PROD. HOSP. LTDA ME (6767)	MEDGAUSE	0	7,3600	2
			ALIANCA HOSPITALAR LTDA ME (6072)	M.GAUZE	0	7,6700	3



## ESTADO DE SANTA CATARINA

## FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO

## ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 3/2014

Página: 29/49

Número do Registro de Preços: 3/2014		Data do Registro: 26/08/2014		Válido até: 26/08/2015			
Objeto da Compra: Registro de Preços para Aquisição de Material Médico Hospitalar para as Unidades Básicas de Saúde do Município de Braço do Trombudo.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

98	Luva cirúrgica estéril Tam. 6.5. (4367)	UND	OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA (6352)	MAXITEX	0	0,5500	1
			PLASMEDIC COM. MAT. MÉD. LABORATORIAL (6542)	CLEAN	0	7,7000	4
			PROHOSPITAL COM.DE MAT.MEDICO E ODONTOLOGICO LTDA. (6156)	NEWHAND	0	0,5600	2
			PLASMEDIC COM. MAT. MÉD. LABORATORIAL (6542)	DESCARPAC	0	0,7700	3
99	Luva cirúrgica estéril Tam. 7.0. (4368)	UND	OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA (6352)	MAXITEX	0	0,5700	1
			PROHOSPITAL COM.DE MAT.MEDICO E ODONTOLOGICO LTDA. (6156)	NEWHAND	0	0,5800	2
			PLASMEDIC COM. MAT. MÉD. LABORATORIAL (6542)	DESCARPAC	0	0,7700	3
100	Luva cirúrgica estéril Tam. 7.5.. (4369)	UND	OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA (6352)	MAXITEX	0	0,5900	1
			PROHOSPITAL COM.DE MAT.MEDICO E ODONTOLOGICO LTDA. (6156)	NEWHAND	0	0,6000	2
			PLASMEDIC COM. MAT. MÉD. LABORATORIAL (6542)	DESCARPAC	0	0,7700	3
101	Luva cirúrgica estéril Tam. 8.0.. (4370)	UND	OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA (6352)	MAXITEX	0	0,5900	1
			PROHOSPITAL COM.DE MAT.MEDICO E ODONTOLOGICO LTDA. (6156)	NEWHAND	0	0,6000	2
			PLASMEDIC COM. MAT. MÉD. LABORATORIAL (6542)	DESCARPAC	0	0,7700	3

Página: 30/49

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE BRACO DO TROMBUDO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 3/2014**

<b>Número do Registro de Preços: 3/2014</b>								<b>Data do Registro: 26/08/2014</b>		<b>Válido até: 26/08/2015</b>	
<b>Objeto da Compra:</b> Registro de Preços para Aquisição de Material Médico Hospitalar para as Unidades Básicas de Saúde do Município de Braço do Trombudo.											
Item	Especificação				Unid.	Fornecedor		Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

102	Luva cirúrgica estéril Tam. 8.5.. (4371)	UND	OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA (6352)	MAXITEX	0	0,7000	1
			PLASMEDIC COM. MAT. MÉD. LABORATORIAL (6542)	DESCARPAC	0	0,7700	2
			CIRURGICA BELA VISTA COM. PROD. HOSP. LTDA ME (6767)	MAXITEX	0	0,8000	3
103	Luva ginecológica estéril. Pct c/100.. (4372)	PCT	LA DALLA PORTA JUNIOR (6559)	PLAST	0	5,4800	1
			OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA (6352)	LUPLAST	0	5,4900	2
			CIRURGICA BELA VISTA COM. PROD. HOSP. LTDA ME (6767)	LUPLAST	0	5,8500	3
			PLASMEDIC COM. MAT. MÉD. LABORATORIAL (6542)	LUPLAST	0	5,8800	4
104	Luva de procedimento tipo látex c/ talco tamanho PP, cx c/100 und. (4373)	CX	OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA (6352)	NUGARD	0	11,0000	1
			CIRURGICA BELA VISTA COM. PROD. HOSP. LTDA ME (6767)	NUGARD	0	11,1700	2
			PROHOSPITAL COM.DE MAT.MEDICO E ODONTOLOGICO LTDA. (6156)	EMBRAMAC	0	11,4000	3
			ALIANCA HOSPITALAR LTDA ME (6072)	NUGARD	0	11,7000	4
			PLASMEDIC COM. MAT. MÉD. LABORATORIAL (6542)	DESCARPAC	0	12,0000	5
			METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSP LTD (6011)	Nugard	0	12,0400	6
105	Luva de procedimento tipo látex c/ talco tamanho P, cx c/100 und. (4374)	CX	OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA (6352)	NUGARD	0	11,0000	1

## ESTADO DE SANTA CATARINA

## FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO

## ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 3/2014

Página: 31/49

Número do Registro de Preços: 3/2014		Data do Registro: 26/08/2014		Válido até: 26/08/2015			
Objeto da Compra: Registro de Preços para Aquisição de Material Médico Hospitalar para as Unidades Básicas de Saúde do Município de Braço do Trombudo.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

			CIRURGICA BELA VISTA COM. PROD. HOSP. LTDA ME (6767)	NUGARD	0	11,1700	2
			PROHOSPITAL COM.DE MAT.MEDICO E ODONTOLOGICO LTDA. (6156)	EMBRAMAC	0	11,4000	3
			ALIANCA HOSPITALAR LTDA ME (6072)	NUGARD	0	11,7000	4
			PLASMEDIC COM. MAT. MÉD. LABORATORIAL (6542)	DESCARPAC	0	12,0000	5
			METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)	Nugard	0	12,0400	6
106	Luva de procedimento tipo látex c/ talco tamanho M, cx c/100 und. (4375)	CX	OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA (6352)	NUGARD	0	11,0000	1
			CIRURGICA BELA VISTA COM. PROD. HOSP. LTDA ME (6767)	NUGARD	0	11,1700	2
			PROHOSPITAL COM.DE MAT.MEDICO E ODONTOLOGICO LTDA. (6156)	EMBRAMAC	0	11,4000	3
			ALIANCA HOSPITALAR LTDA ME (6072)	NUGARD	0	11,7000	4
			PLASMEDIC COM. MAT. MÉD. LABORATORIAL (6542)	DESCARPAC	0	12,0000	5
			METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)	Nugard	0	12,0400	6
107	Luva de procedimento tipo látex c/ talco tamanho G, cx c/100 und. (4376)	CX	OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA (6352)	NUGARD	0	11,0000	1
			CIRURGICA BELA VISTA COM. PROD. HOSP. LTDA ME (6767)	NUGARD	0	11,1700	2

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 3/2014

Página: 32/49

Número do Registro de Preços: 3/2014		Data do Registro: 26/08/2014		Válido até: 26/08/2015			
Objeto da Compra: Registro de Preços para Aquisição de Material Médico Hospitalar para as Unidades Básicas de Saúde do Município de Braço do Trombudo.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
108	Mascara de reanimação boca a boca. (Mascara de ressuscitação de parada cardio-respiratoria (rcp) contém uma válvula unidirecional para evitar qualquer contato entre o paciente e o socorrista na boca, nariz e rosto. Cupula transparente, e alça Elástica para cabeça incorporada, conexão padrão 22mm. Com estojo para guardar. (4377)		PROHOSPITAL COM.DE MAT.MEDICO E ODONTOLOGICO LTDA. (6156)	EMBRAMAC	0	11,4000	3
			ALIANCA HOSPITALAR LTDA ME (6072)	NUGARD	0	11,7000	4
			PLASMEDIC COM. MAT. MÉD. LABORATORIAL (6542)	DESCARPAC	0	12,0000	5
			METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)	Nugard	0	12,0400	6
			PROHOSPITAL COM.DE MAT.MEDICO E ODONTOLOGICO LTDA. (6156)	TAYLOR	0	15,0000	1
109	Papel termo sensível para eletrocardiograma 216x30, bobina. (4378)		OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA (6352)	MD	0	15,0500	2
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Cirurgica Brasi	0	16,5700	3
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Tecnoprint	0	20,7600	1
110	Papel crepado 30x30cm. Cx c/500 unidades.. (4379)		ALIANCA HOSPITALAR LTDA ME (6072)	POLAR	0	39,0000	1
			CIRURGICA BELA VISTA COM. PROD. HOSP. LTDA ME (6767)	POLARFIX	0	40,8100	2
111	Papel crepado 40x40cm. Cx c/500 unidades. (4380)		PROHOSPITAL COM.DE MAT.MEDICO E ODONTOLOGICO LTDA. (6156)	POLARFIX	0	58,0000	3
			CIRURGICA BELA VISTA COM. PROD. HOSP. LTDA ME (6767)	POLARFIX	0	71,8500	1
			OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA (6352)	POLARFIX	0	78,0500	2

Página: 33/49

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 3/2014**

Número do Registro de Preços: 3/2014		Data do Registro: 26/08/2014		Válido até: 26/08/2015			
Objeto da Compra: Registro de Preços para Aquisição de Material Médico Hospitalar para as Unidades Básicas de Saúde do Município de Braço do Trombudo.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

112	Papel crepado 60x60cm. Cx c/500 unidades.. (4381)	CX	PROHOSPITAL COM.DE MAT.MEDICO E ODONTOLOGICO LTDA. (6156)	POLARFIX	0	98,0000	3
			CIRURGICA BELA VISTA COM. PROD. HOSP. LTDA ME (6767)	POLARFIX	0	160,8700	1
			PROHOSPITAL COM.DE MAT.MEDICO E ODONTOLOGICO LTDA. (6156)	POLARFIX	0	210,0000	2
			ALIANCA HOSPITALAR LTDA ME (6072)	POLAR	0	235,0000	3
113	Lençol de papel hospitalar. BRANCO 70cm x 50mts. Extra luxo - 100% de fibra de celulose virgem. (4382)	RL	PROHOSPITAL COM.DE MAT.MEDICO E ODONTOLOGICO LTDA. (6156)	CLEAN	0	4,5000	1
			PLASMEDIC COM. MAT. MÉD. LABORATORIAL (6542)	CLEN	0	4,5500	2
			LA DALLA PORTA JUNIOR (6559)	MEDGAUZE	0	6,6400	3
114	Lençol de papel hospitalar. BRANCO 50cm x 50mts. (4383)	RL	PLASMEDIC COM. MAT. MÉD. LABORATORIAL (6542)	CLEN	0	3,9400	1
			PROHOSPITAL COM.DE MAT.MEDICO E ODONTOLOGICO LTDA. (6156)	CLEAN	0	3,9500	2
			CIRURGICA BELA VISTA COM. PROD. HOSP. LTDA ME (6767)	CLEAN	0	4,0900	3
115	Pinça anatômica dissecação com serrilha normal 14cm.. (4384)	UND	METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)	Mughal	0	5,0900	1
			PROHOSPITAL COM.DE MAT.MEDICO E ODONTOLOGICO LTDA. (6156)	ABC	0	5,1000	2
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Abc	0	5,7000	3

## ESTADO DE SANTA CATARINA

## FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO

## ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 3/2014

Página: 34/49

Número do Registro de Preços: 3/2014		Data do Registro: 26/08/2014		Válido até: 26/08/2015			
Objeto da Compra: Registro de Preços para Aquisição de Material Médico Hospitalar para as Unidades Básicas de Saúde do Município de Braço do Trombudo.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
116	Pinça Kocher hemostática 14cm.. (4385)	UND	PROHOSPITAL COM.DE MAT.MEDICO E ODONTOLOGICO LTDA. (6156)	ABC	0	14,9000	1
			METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)	Mughal	0	16,6000	2
			ALIANCA HOSPITALAR LTDA ME (6072)	ABC	0	16,9000	3
117	Pinça Kelly reta 14cm.. (4386)	UND	PROHOSPITAL COM.DE MAT.MEDICO E ODONTOLOGICO LTDA. (6156)	ABC	0	11,2000	1
			ALIANCA HOSPITALAR LTDA ME (6072)	ABC	0	11,7000	2
			METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)	Mughal	0	11,8000	3
118	Povidine PVPI - Tintura Iodopolividona 1000 ml; produto a base de polivinil pirrolidona iodo (PVP-I) em solução hidroalcolica, contendo 1% de iodo ativo, um complexo estável e ativo que libera iodo progressivamente.É ativo contra todas as formas de bactérias não esporuladas, fungos e virus.É indicado como antisséptico para pele (uso tópico), na demarcação do campo operatorio e preparação pré-operatoria. Com Registro na Anvisa. (4387)	LT	METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)	Vic Pharma	0	12,9400	1
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Vic Pharma	0	12,9500	2
			PLASMEDIC COM. MAT. MÉD. LABORATORIAL (6542)	RIOQUIMICA	0	14,7400	3
119	Pote para lamina de preventivo de plástico com três divisões. (4388)	UND	PROHOSPITAL COM.DE MAT.MEDICO E ODONTOLOGICO LTDA. (6156)	J.PROLAB	0	0,2500	1
			CIRURGICA BELA VISTA COM. PROD. HOSP. LTDA ME (6767)	CRAL	0	0,2500	2
			METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)	J. ProLab	0	0,2800	3

Página: 35/49

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 3/2014**

Número do Registro de Preços: 3/2014			Data do Registro: 26/08/2014		Válido até: 26/08/2015		
Objeto da Compra: Registro de Preços para Aquisição de Material Médico Hospitalar para as Unidades Básicas de Saúde do Município de Braço do Trombudo.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
120	Protetor ocular infantil. Cor bege, cx c/12.. (4389)	CX	AL TERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Cral	0	3,2400	1
			METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)	3M	0	10,0600	2
			PROHOSPITAL COM.DE MAT.MEDICO E ODONTOLOGICO LTDA. (6156)	3M	0	11,5000	3
121	Protetor ocular adulto. Cor bege, cx c/12.. (4390)	CX	AL TERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Cral	0	4,0800	1
122	Scalp para infusão intravenosa nº 19g. Com registro na Anvisa. (4391)	UND	CIRURGICA BELA VISTA COM. PROD. HOSP. LTDA ME (6767)	LAMEDID	0	0,1200	1
			METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)	Solidor	0	0,1400	2
			AL TERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Lamedid-Solidi	0	0,1400	3
			PLASMEDIC COM. MAT. MED. LABORATORIAL (6542)	LAMEDID	0	0,1400	4
			LA DALLA PORTA JUNIOR (6559)	LAMEDID	0	0,1400	5
			PROHOSPITAL COM.DE MAT.MEDICO E ODONTOLOGICO LTDA. (6156)	LABORIMPOR	0	0,1400	6
			ALIANCA HOSPITALAR LTDA ME (6072)	SOLIDOR	0	0,1500	7
123	Scalp para infusão intravenosa nº 21g. Com registro na Anvisa. (4392)	UND	CIRURGICA BELA VISTA COM. PROD. HOSP. LTDA ME (6767)	LAMEDID	0	0,1200	1
			PROHOSPITAL COM.DE MAT.MEDICO E ODONTOLOGICO LTDA. (6156)	LABORIMPOR	0	0,1400	2



Página: 36/49

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 3/2014**

Número do Registro de Preços: 3/2014		Data do Registro: 26/08/2014		Válido até: 26/08/2015			
Objeto da Compra: Registro de Preços para Aquisição de Material Médico Hospitalar para as Unidades Básicas de Saúde do Município de Braço do Trombudo.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

124	Scalp para infusão intravenosa nº 23g. Com registro na Anvisa. (4393)	UND	PLASMEDIC COM. MAT. MÉD. LABORATORIAL (6542)	LAMEDID	0	0,1400	3
			METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)	Solidor	0	0,1400	4
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Lamedid-Solidi	0	0,1400	5
			LA DALLA PORTA JUNIOR (6559)	LAMEDID	0	0,1400	6
			ALIANCA HOSPITALAR LTDA ME (6072)	SOLIDOR	0	0,1500	7
			CIRURGICA BELA VISTA COM. PROD. HOSP. LTDA ME (6767)	LAMEDID	0	0,1200	1
			PROHOSPITAL COM.DE MAT.MEDICO E ODONTOLOGICO LTDA. (6156)	LABORIMPOR	0	0,1400	2
125	Scalp para infusão intravenosa nº 25g. Com registro na Anvisa. (4394)	UND	PLASMEDIC COM. MAT. MÉD. LABORATORIAL (6542)	LAMEDID	0	0,1400	3
			METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)	Solidor	0	0,1400	4
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Lamedid-Solidi	0	0,1400	5
			ALIANCA HOSPITALAR LTDA ME (6072)	SOLIDOR	0	0,1500	6
			LA DALLA PORTA JUNIOR (6559)	LAMEDID	0	0,1500	7
			CIRURGICA BELA VISTA COM. PROD. HOSP. LTDA ME (6767)	LAMEDID	0	0,1200	1
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Lamedid-Solidi	0	0,1400	2

## ESTADO DE SANTA CATARINA

## FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO

## ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 3/2014

Página: 37/49

Número do Registro de Preços: 3/2014		Data do Registro: 26/08/2014		Válido até: 26/08/2015			
Objeto da Compra: Registro de Preços para Aquisição de Material Médico Hospitalar para as Unidades Básicas de Saúde do Município de Braço do Trombudo.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

126	Saco de lixo hospitalar branco leitoso, desc. Tam 30L. Produzido em Polietileno de Alta Densidade (PEAD) Virgem, oferecendo uma perfeita resistência mecânica e proporcionando a opacidade necessária à aplicação. A solda de fundo é de tipo estrela, contínua, homogênea e uniforme vedando completamente e não permitindo a perda do conteúdo durante o manuseio. Produto de acordo com a Norma Técnica 9191, NBR 7500/2009, padrões da ABNT e do IPT (Instituto de Pesquisas Tecnológicas). (4395)	UND	ALIANCA HOSPITALAR LTDA ME (6072)	NEKPLAST	0	0,1200	1
127	Saco de lixo hospitalar branco leitoso, desc. Tam 100L. Produzido em Polietileno de Alta Densidade (PEAD) Virgem, oferecendo uma perfeita resistência mecânica e proporcionando a opacidade necessária à aplicação. A solda de fundo é de tipo estrela, contínua, homogênea e uniforme vedando completamente e não permitindo a perda do conteúdo durante o manuseio. Produto de acordo com a Norma Técnica 9191, NBR 7500/2009, padrões da ABNT e do IPT (Instituto de Pesquisas Tecnológicas). (4396)	UND	ALIANCA HOSPITALAR LTDA ME (6072)	NEKPLAST	0	0,2000	1

## ESTADO DE SANTA CATARINA

## FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO

## ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 3/2014

Página: 38/49

Número do Registro de Preços: 3/2014		Data do Registro: 26/08/2014		Válido até: 26/08/2015			
Objeto da Compra: Registro de Preços para Aquisição de Material Médico Hospitalar para as Unidades Básicas de Saúde do Município de Braço do Trombudo.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
128	Saco de lixo hospitalar branco leitoso, desc. Tam 50L. Produzido em Polietileno de Alta Densidade (PEAD) Virgem, oferecendo uma perfeita resistência mecânica e proporcionando a opacidade necessária à aplicação. A solda de fundo é de tipo estreita, contínua, homogênea e uniforme vedando completamente e não permitindo a perda do conteúdo durante o manuseio. Produto de acordo com a Norma Técnica 9191, NBR 7500/2009 , padrões da ABNT e do IPT (Instituto de Pesquisas Tecnológicas). (4397)	UND	PROHOSPITAL COM.DE MAT.MEDICO E ODONTOLOGICO LTDA. (6156)	NEKPLAST	0	0,2700	2
			ALIANCA HOSPITALAR LTDA ME (6072)	NEKPLAST	0	0,1400	1
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Nekplast	0	0,2000	2
			PROHOSPITAL COM.DE MAT.MEDICO E ODONTOLOGICO LTDA. (6156)	NEKPLAST	0	0,2000	3
130	Seringa 1ml c/agulha 13x4,5 descartavel. Com registro na Anvisa (4399)	UND	OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA (6352)	EMBRAMAC	0	0,1200	1
			CIRURGICA BELA VISTA COM. PROD. HOSP. LTDA ME (6767)	TKL	0	0,1300	2
			PLASMEDIC COM. MAT. MÉD. LABORATORIAL (6542)	SOLIDOR	0	0,1400	3
			METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)	Descarpack	0	0,1400	4
131	Seringa descartável 3ml, sem agulha bico luer lock. Com Registro na Anvisa. (4400)	UND	OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA (6352)	SR	0	0,0700	1
			METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)	SR	0	0,1000	2
			PROHOSPITAL COM.DE MAT.MEDICO E ODONTOLOGICO LTDA. (6156)	SR	0	0,1300	3
			OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA (6352)	SR	0	0,0700	1
132	Seringa descartável 3ml, sem agulha bico slip. Com Registro na Anvisa. (4401)	UND	OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA (6352)	SR	0	0,0700	1

Página: 39/49

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 3/2014**

Número do Registro de Preços: 3/2014		Data do Registro: 26/08/2014		Válido até: 26/08/2015			
Objeto da Compra: Registro de Preços para Aquisição de Material Médico Hospitalar para as Unidades Básicas de Saúde do Município de Braço do Trombudo.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

133	Seringa descartável 5ml, sem agulha bico luer lock. Com Registro na Anvisa. (4402)	UND	PROHOSPITAL COM.DE MAT.MEDICO E ODONTOLOGICO LTDA. (6156)	EMBRAMAC	0	0,0900	2
			PLASMEDIC COM. MAT. MÉD. LABORATORIAL (6542)	EMBRAMAC	0	0,1000	3
			METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSPLTD (6011)	SR	0	0,1000	4
			OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA (6352)	SR	0	0,0800	1
			PROHOSPITAL COM.DE MAT.MEDICO E ODONTOLOGICO LTDA. (6156)	EMBRAMAC	0	0,1000	2
134	Seringa descartável 5ml, sem agulha bico s/lip. Com Registro na Anvisa. (4403)	UND	METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSPLTD (6011)	SR	0	0,1100	3
			OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA (6352)	SR	0	0,0800	1
			METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSPLTD (6011)	SR	0	0,1100	2
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	SR	0	0,1100	3
			LA DALLA PORTA JUNIOR (6559)	LAMEDID	0	0,1200	4
135	Seringa descartável 10ml, sem agulha bico luer lock. Com Registro na Anvisa. (4404)	UND	OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA (6352)	SR	0	0,1500	1
			PROHOSPITAL COM.DE MAT.MEDICO E ODONTOLOGICO LTDA. (6156)	LABORIMPOR	0	0,1600	2
			METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSPLTD (6011)	SR	0	0,2000	3

Página: 40/49

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 3/2014**

Número do Registro de Preços: 3/2014      Data do Registro: 26/08/2014      Válido até: 26/08/2015

Objeto da Compra: Registro de Preços para Aquisição de Material Médico Hospitalar para as Unidades Básicas de Saúde do Município de Braço do Trombudo.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
136	Seringa descartável 10ml, sem agulha bico slip. Com Registro na Anvisa. (4405)	UND	OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA (6352)	SR	0	0,1700	1
			PROHOSPITAL COM.DE MAT.MEDICO E ODONTOLOGICO LTDA. (6156)	LABORIMPOR	0	0,1700	2
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	SR	0	0,1900	3
137	Seringa descartável 20ml, sem agulha bico luer lock. Com Registro na Anvisa. (4406)	UND	OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA (6352)	SR	0	0,2500	1
			METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSPLTD (6011)	SR	0	0,3000	2
138	Seringa descartável 20ml, sem agulha bico slip. . Com Registro na Anvisa. (4407)	UND	OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA (6352)	SR	0	0,2500	1
			PROHOSPITAL COM.DE MAT.MEDICO E ODONTOLOGICO LTDA. (6156)	LABORIMPOR	0	0,2700	2
			METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSPLTD (6011)	SR	0	0,3000	3
139	Seringa descartável 60ml, sem agulha bico cateter. Com Registro na Anvisa. (4408)	UND	ALIANCA HOSPITALAR LTDA ME (6072)	LABOR	0	1,8200	1
			PROHOSPITAL COM.DE MAT.MEDICO E ODONTOLOGICO LTDA. (6156)	LABORIMPOR	0	2,2000	2
			METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSPLTD (6011)	SR	0	2,5200	3
140	Solução Fisiológica de Cloreto de Sódio 0,9%, bico, cortia-gotas. Frasco de 100ml. (4409)	UND	METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSPLTD (6011)	Arboreto	0	0,8900	1
			PLASMEDIC COM. MAT. MÉD. LABORATORIAL (6542)	LBS	0	0,9100	2

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 3/2014

Página: 41/49

Número do Registro de Preços: 3/2014		Data do Registro: 26/08/2014		Válido até: 26/08/2015			
Objeto da Compra: Registro de Preços para Aquisição de Material Médico Hospitalar para as Unidades Básicas de Saúde do Município de Braço do Trombudo.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

141	Solução Fisiológica de Cloreto de Sódio 0,9%, bico conta-gotas, Frasco de 250ml. (4410)	UND	METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)	Arboreto	0	1,1300	3
142	Solução glicofisiológica 5%+0,9%. (Solução intravenosa em sistema fechado, confeccionado em bolsas flexíveis e vedadas de PVC que impedem a entrada de ar e de microorganismos, reduzindo o risco de infecção, com registro na ANVISA). 500ml. (4411)	UND	PROSAUDE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA (6136)	FRESENIUS	0	2,2600	1
143	Solução isotônica de cloreto de sódio 0,9%. (Solução intravenosa em sistema fechado, confeccionado em bolsas flexíveis e vedadas de PVC que impedem a entrada de ar e de microorganismos, reduzindo o risco de infecção, com registro na ANVISA). 100ml. (4412)	UND	PROSAUDE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA (6136)	FRESENIUS	0	1,5300	1
144	Solução isotônica de cloreto de sódio 0,9%. (Solução intravenosa em sistema fechado, confeccionado em bolsas flexíveis e vedadas de PVC que impedem a entrada de ar e de microorganismos, reduzindo o risco de infecção, com registro na ANVISA). 250ml. (4413)	UND	PROSAUDE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA (6136)	FRESENIUS	0	1,7700	1

## ESTADO DE SANTA CATARINA

## FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO

## ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 3/2014

Página: 42/49

Número do Registro de Preços: 3/2014		Data do Registro: 26/08/2014		Válido até: 26/08/2015			
Objeto da Compra: Registro de Preços para Aquisição de Material Médico Hospitalar para as Unidades Básicas de Saúde do Município de Braço do Trombudo.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

			METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSPLTD (6011)	Eurofarma	0	2,4000	3
145	Solução isotônica de cloreto de sódio 0,9% (Solução intravenosa em sistema fechado, acondicionado em bolsas flexíveis e vedadas de PVC que impedem a entrada de ar e de microorganismos, reduzindo o risco de infecção, com registro na ANVISA), 500ml. (4414)	UND	PLASMEDIC COM. MAT. MÉD. LABORATORIAL (6542)	EUROFARMA	0	2,1900	1
			PROSAUDE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA (6136)	FRESENIUS	0	2,2000	2
			METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSPLTD (6011)	Eurofarma	0	2,7300	3
146	Solução a base de glutaraldeído 2%-esterilizante químico e desinfetante hospitalar para artigos críticos. (28 dias). 1 litro (4415)	UND	METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSPLTD (6011)	Cinord	0	18,8400	1
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Cinord Sudest	0	18,8500	2
147	Sonda de aspiração traqueal n 06. Com registro na Anvisa (4416)	UND	PROHOSPITAL COM.DE MAT.MEDICO E ODONTOLOGICO LTDA. (6156)	EMBRAMED	0	0,3500	1
			ALIANCA HOSPITALAR LTDA ME (6072)	MEDSONDA	0	0,3600	2
			METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSPLTD (6011)	Biosani	0	0,3700	3
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Biosani	0	0,3800	4
148	Sonda de aspiração traqueal n 08. Com registro na Anvisa (4417)	UND	ALIANCA HOSPITALAR LTDA ME (6072)	MEDSONDA	0	0,3700	1
			METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSPLTD (6011)	Biosani	0	0,3800	2
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Biosani	0	0,3900	3



Página: 43/49

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 3/2014**

Número do Registro de Preços: 3/2014		Data do Registro: 26/08/2014		Válido até: 26/08/2015			
Objeto da Compra: Registro de Preços para Aquisição de Material Médico Hospitalar para as Unidades Básicas de Saúde do Município de Braço do Trombudo.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

			PROHOSPITAL.COM.DE MAT.MEDICO E ODONTOLOGICO LTDA. (6156)	EMBRAMED	0	0,4200	4
			CIRURGICA BELA VISTA COM. PROD. HOSP. LTDA ME (6767)	BIOSANI	0	0,4200	5
149	Sonda de Foley com balão duas vias nº 18. Estéril, com registro na Anvisa (4418)	UND	CIRURGICA BELA VISTA COM. PROD. HOSP. LTDA ME (6767)	SOLIDOR	0	1,6500	1
			ALIANCA HOSPITALAR LTDA ME (6072)	SOLIDOR	0	1,7500	2
			METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)	Solidor	0	1,8200	3
150	Sonda de Foley com balão duas vias nº 20. Estéril, com registro na Anvisa (4419)	UND	CIRURGICA BELA VISTA COM. PROD. HOSP. LTDA ME (6767)	SOLIDOR	0	1,6500	1
			ALIANCA HOSPITALAR LTDA ME (6072)	SOLIDOR	0	1,7500	2
			METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)	Solidor	0	1,8200	3
151	Sonda de Foley com balão duas vias nº 22. Estéril, com registro na Anvisa (4420)	UND	CIRURGICA BELA VISTA COM. PROD. HOSP. LTDA ME (6767)	SOLIDOR	0	1,6500	1
			ALIANCA HOSPITALAR LTDA ME (6072)	SOLIDOR	0	1,7500	2
			METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)	Solidor	0	1,8200	3
152	Sonda uretral de alívio nº 12.. (4421)	UND	ALIANCA HOSPITALAR LTDA ME (6072)	MEDSONDA	0	0,3700	1
			PROHOSPITAL.COM.DE MAT.MEDICO E ODONTOLOGICO LTDA. (6156)	MEDSONDA	0	0,3800	2

Página: 44/49

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 3/2014**

Número do Registro de Preços: 3/2014		Data do Registro: 26/08/2014		Válido até: 26/08/2015						
Objeto da Compra: Registro de Preços para Aquisição de Material Médico Hospitalar para as Unidades Básicas de Saúde do Município de Braço do Trombudo.										
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.			
153	Sonda uretral de alívio nº 8.. (4422)	UND	METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)	Biosani	0	0,4100	3			
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Biosani	0	0,4300	4			
			CIRURGICA BELA VISTA COM. PROD. HOSP. LTDA ME (6767)	BIOSANI	0	0,4500	5			
			METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)	Biosani	0	0,3500	1			
			ALIANCA HOSPITALAR LTDA ME (6072)	MEDSONDA	0	0,3600	2			
154	Tala fácil em papelão. Tamanho P ( 30x10). Pacote com 10 talas. (4423)	PCT	ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Biosani	0	0,3900	3			
			PROHOSPITAL COM.DE MAT.MEDICO E ODONTOLOGICO LTDA. (6156)	MARIMAR	0	6,5000	1			
			METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)	Fibra	0	8,6400	2			
			ALIANCA HOSPITALAR LTDA ME (6072)	ROMED	0	12,2000	3			
			155	Tala fácil em papelão. Tamanho M ( 45x10). Pacote com 10 talas. (4424)	PCT	PROHOSPITAL COM.DE MAT.MEDICO E ODONTOLOGICO LTDA. (6156)	MARIMAR	0	10,0000	1
						METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)	Fibra	0	13,9000	2
			ALIANCA HOSPITALAR LTDA ME (6072)	ROMED	0	15,6000	3			
			156	Tala fácil em papelão. Tamanho G ( 60x10). Pacote com 10 talas. (4425)	PCT	PROHOSPITAL COM.DE MAT.MEDICO E ODONTOLOGICO LTDA. (6156)	MARIMAR	0	14,0000	1

Página: 45/49

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 3/2014**

Número do Registro de Preços: 3/2014		Data do Registro: 26/08/2014		Válido até: 26/08/2015			
Objeto da Compra: Registro de Preços para Aquisição de Material Médico Hospitalar para as Unidades Básicas de Saúde do Município de Braço do Trombudo.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

157	Tala fácil em papelão. Tamanho GG ( 80x10). Pacote com 10 talas. (4426)	PCT	PROHOSPITAL COM.DE MAT.MEDICO E ODONTOLOGICO LTDA. (6156)	MARIMAR	0	16,0000	1
			ALIANCA HOSPITALAR LTDA ME (6072)	ROMED	0	13,6000	2
			METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSPLTD (6011)	Fibra	0	19,0800	3
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Marimar	0	25,4200	2
			METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSPLTD (6011)	Fibra	0	26,1300	3
158	Termômetro Clínico - escala interna, leitura direta. Escala: 35.42; 0.1°C Enchimento: Mercúrio ( Hg ) (4427)	UND	ALIANCA HOSPITALAR LTDA ME (6072)	PREMIUM	0	4,0000	1
			PROHOSPITAL COM.DE MAT.MEDICO E ODONTOLOGICO LTDA. (6156)	PREMIUM	0	4,5000	2
			METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSPLTD (6011)	Accumed	0	4,5200	3
159	Termômetro Digital Clínico. Desliga automaticamente, emite sinal sonoro ao término da medição. (4428)	UND	CIRURGICA BELA VISTA COM. PROD. HOSP. LTDA ME (6767)	MEDCARE	0	3,8900	1
			PROHOSPITAL COM.DE MAT.MEDICO E ODONTOLOGICO LTDA. (6156)	BIOLAND	0	6,9000	2
			METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSPLTD (6011)	MD	0	6,9000	3
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Lamedid-Solidi	0	7,8600	4
160	Tesoura Iris curva 10cm delicada.. (4429)	UND	ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Abc	0	9,3100	1

Página: 46/49

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 3/2014**

Número do Registro de Preços: 3/2014		Data do Registro: 26/08/2014		Válido até: 26/08/2015			
Objeto da Compra: Registro de Preços para Aquisição de Material Médico Hospitalar para as Unidades Básicas de Saúde do Município de Braço do Trombudo.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

161	Tesoura Iris reta 10cm delicada.. (4430)	UND	OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA (6352)	ABC	0	10,4100	2
			METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSPLTD (6011)	Mughal	0	10,6500	3
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Abc	0	9,2800	1
			OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA (6352)	ABC	0	10,4100	2
			METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSPLTD (6011)	Mughal	0	10,6500	3
162	Tiras reagentes para teste de glicemia capilar, com método de aspiração. Cx c/50 unidades. Com 5 aparelhos em comodato. (4431)	CX	METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSPLTD (6011)	Acon/On Call F	0	22,9000	1
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Acon	0	24,0100	2
			PLASMEDIC COM. MAT. MÉD. LABORATORIAL (6542)	G TECH	0	28,0000	3
163	Tubo Endotraqueal com manguito nº 5,5. Estéril, com registro na Anvisa (4432)	UND	CIRURGICA BELA VISTA COM. PROD. HOSP. LTDA ME (6767)	SOLIDOR	0	2,6600	1
			METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSPLTD (6011)	Solidor	0	2,9300	2
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Lamedid-Solid	0	2,9500	3
164	Tubo Endotraqueal com manguito nº 6,5. Estéril, com registro na Anvisa (4433)	UND	CIRURGICA BELA VISTA COM. PROD. HOSP. LTDA ME (6767)	SOLIDOR	0	2,6600	1
			METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSPLTD (6011)	Solidor	0	2,9300	2

Página: 47/49

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 3/2014**

Número do Registro de Preços: 3/2014		Data do Registro: 26/08/2014		Válido até: 26/08/2015			
Objeto da Compra: Registro de Preços para Aquisição de Material Médico Hospitalar para as Unidades Básicas de Saúde do Município de Braço do Trombudo.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Lamedid-Solidi	0	2,9500	3
165	Tubo Endotraqueal com manguito nº 7,5. Estéril, com registro na Anvisa (4434)	UND	CIRURGICA BELA VISTA COM. PROD. HOSP. LTDA ME (6767)	SOLIDOR	0	2,6600	1
			METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)	Solidor	0	2,9300	2
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Lamedid-Solidi	0	2,9500	3
166	Tubo Endotraqueal com manguito nº 8,5. Estéril, com registro na Anvisa (4435)	UND	CIRURGICA BELA VISTA COM. PROD. HOSP. LTDA ME (6767)	SOLIDOR	0	2,6600	1
			METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)	Solidor	0	2,9300	2
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Lamedid-Solidi	0	2,9500	3
167	Vaselina Líquida... 1 LT (4437)	LT	ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Vic Pharma	0	15,3100	1
			PLASMEDIC COM. MAT. MÉD. LABORATORIAL (6542)	VIC PHARMA	0	15,8200	2
			METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)	Vic Pharma	0	16,3200	3
168	Sonda Uretral de Alívio nº 14. (4438)	UND	PROHOSPITAL COM.DE MAT.MEDICO E ODONTOLOGICO LTDA. (6156)	MEDSONDA	0	0,3800	1
			ALIANCA HOSPITALAR LTDA ME (6072)	MEDSONDA	0	0,3900	2
			METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)	Biosani	0	0,4100	3

Página: 48/49

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°: 3/2014**

Número do Registro de Preços: 3/2014		Data do Registro: 26/08/2014		Válido até: 26/08/2015			
Objeto da Compra: Registro de Preços para Aquisição de Material Médico Hospitalar para as Unidades Básicas de Saúde do Município de Braço do Trombudo.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Biosani	0	0,4200	4

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 3/2014

Número do Registro de Preços: 3/2014		Data do Registro: 26/08/2014		Válido até: 26/08/2015			
Objeto da Compra: Registro de Preços para Aquisição de Material Médico Hospitalar para as Unidades Básicas de Saúde do Município de Braço do Trombudo.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)

REGISTRO DE PREÇOS Nº 3/2014  
PROCESSO Nº 7/2014

- (6011) - METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSPLTD
- (6039) - ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA
- (6072) - ALIANCA HOSPITALAR LTDA ME
- (6136) - PROSAUDE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA
- (6156) - PROHOSPITAL COM.DE MAT.MEDICO E ODONTOLOGICO LTDA.
- (6352) - OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA
- (6542) - PLASMEDIC COM. MAT. MÉD. LABORATORIAL
- (6559) - LA DALLA PORTA JUNIOR
- (6767) - CIRURGICA BELA VISTA COM. PROD. HOSP. LTDA ME

Braço do Trombudo, 26 de Agosto de 2014.



# Brusque

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 7.641, DE 20 DE AGOSTO DE 2015

DECRETO nº 7.641, DE 20 DE AGOSTO DE 2015.

Dispõe sobre declaração de bens móveis inservíveis do Município de Brusque para efeito de alienação, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso I do art. 111 da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º Ficam declarados como inservíveis para a Administração Municipal, objetivando a alienação por meio de Leilão, os bens relacionados constantes do Anexo, que passa a integrar o presente Decreto.

Art. 2º Fica autorizada a baixa patrimonial dos bens constantes no Anexo deste Decreto.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se às disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 20 de agosto de 2015.

ROBERTO PEDRO PRUDÊNCIO NETO

Prefeito Municipal

DANILO VISCONTI

Procurador Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

EVANDRO CARNEIRO FLORA

Chefe de Gabinete

### ANEXO DECRETO Nº 7.641/2015

ANEXO

BENS INSERVÍVEIS DO MUNICÍPIO DE BRUSQUE

	VEÍCULO	MARCA	PLACA	RENAVAN	CHASSI	ANO	MODE- LO	COMBUST	COR		
1	PALIO ELX	FIAT	MBT-3325	786581107	9BD17141832203180	2002	2003	GASOLINA	BEGE	LEILAO	POLICIA
2	PALIO WK ADVEN	FIAT	MFS-0772	853828482	9BD17309C54141375	2005	2005	ALCOOL/GAS	BRANCA	LEILAO	POLICIA
3	FIESTA 1,6	FORD	MDI-5593	885908619	9BFZF16P568481203	2006	2006	ALCOOL/GAS	BRANCA	LEILAO	POLICIA
4	FIESTA 1,6	FORD	MBU-7564	886825601	9BFZF16P278498249	2007	2007	ALCOOL/GAS	BRANCA	LEILAO	POLICIA
5	FIESTA SEDAN 1,6	FORD	MFT-2225	148345280	9BFZF54P098391908	2009	2009	ALCOOL/GAS	BRANCA	LEILAO	POLICIA
6	FIESTA SEDAN 1,6	FORD	MFT-5655	148348165	9BFZF54P898390070	2009	2009	ALCOOL/GAS	BRANCA	LEILAO	POLICIA
7	FIESTA SEDAN 1,6	FORD	MFT-5725	148346723	9BFZF54P598390088	2009	2009	ALCOOL/GAS	BRANCA	LEILAO	POLICIA
8	CAPTIVA SPORT	GM	MHO-9148	254678181	3GNFLME76AS660611	2010	2010	GASOLINA	PRETA	LEILAO	POLICIA
9	GOL 1,6	VOLKSWA- GEN	MFB-9406	985703865	9BWAB05U09T119226	2008	2009	ALCOOL/GAS	BRANCA	LEILAO	POLICIA
10	GOL 1,6	VOLKSWA- GEN	MFB-9466	985704284	9BWAB05U49T118340	2008	2009	GASOLINA	BRANCA	LEILAO	POLICIA
11	PARATI 1,8 TRACK	VOLKSWA- GEN	MDM-7685	926168541	9BWD- C05W98T016882	2008	2008	ALCOOL/GAS	BRANCA	LEILAO	POLICIA
12	CG 125 FAN	HONDA	MDU-6863	921093764	9C2JC30707R155922	2007	2007	GASOLINA	VERMELHA	LEILAO	
13	CG 125 TITAN KS	HONDA	MBQ-3074	784364133	9C2JC30102R223414	2002	2002	GASOLINA	VERMELHA	LEILAO	
14	CB 500	HONDA	MBB-6466	740391860	9C2PC3200YR002678	2000	2000	GASOLINA	BRANCA	LEILAO	
15	CG 125 TITAN	HONDA	LZM-0622	694917648	9C2J- C250WWR139967	1998	1998	GASOLINA	VERMELHA	LEILAO	
16	CG 125 TITAN	HONDA	MAM-0894	719710391	9C2JC2500XR206332	1999	1999	GASOLINA	VERMELHA	LEILAO	
17	YBR 125K	YAMAHA	MFG-0871	875272762	9C6KE092060009589	2005	2006	GASOLINA	VERMELHA	LEILAO	

18	ESCAVADEIRA HIDRAULICA	NEW HOLLAND	modelo E215LC			2005				LEILAO	
19	TRATOR	VALMET 68								LEILAO	
20	TRATOR	CLARK	CARREGADEIRA MISTA - 75							LEILAO	
21	TRATOR COM PA		CARREGADEIRA MISTA - 75							LEILAO	
22	TRATOR PEQ	VALMET								LEILAO	
23	FIORINO 1.0	FIAT	AFE-6392	632938951	9BD146000S8407296	1995	1995	GASOLINA	AZUL	LEILAO	
24	PALIO EL	FIAT	LYO-3584	676730566	9BD178237V0273154	1997	1997	GASOLINA	BEGE	LEILAO	
25	PALIO FIRE	FIAT	MFS-0752	853828113	9BD17146762584826	2006	2006		PRATA	LEILAO	GTB
26	PALIO WK ADVENTURE	FIAT	MAX-1235	740000101	9BD178844Y2162833	2000	2000	GASOLINA	MARROM	LEILAO	
27	ESCORT GL 1,6	FORD	MAT-1244	737438509	BAFZZZFFYJ143858	2000	2000	GASOLINA	PRATA	LEILAO	
28	FIESTA	FORD	LYQ-6733	674781546	9BFZZZFDVB105305	1997	197	GASOLINA	BRANCA	LEILAO	
29	FIESTA GL	FORD	MBB-0292	733357059	9BFBSZFHA1B308483	2000	2000	GASOLINA	BRANCA	LEILAO	
30	FIESTA GL	FORD	MBX-6762	756566215	9BFBSZFHA1B366746	2001	2001	GASOLINA	BRANCA	LEILAO	
31	FIESTA GL	FORD	MBC-1213	758532792	9BFBSZFDA1B374459	2001	2001	GASOLINA	BRANCA	LEILAO	
32	FIESTA GL	FORD	MBB-0192	733356532	9BFBSZFHA1B305259	2000	2000	GASOLINA	BRANCA	LEILAO	
33	FIESTA GL	FORD	MBX-6692	756565430	9BFBSZFHA1B366505	2001	2001	GASOLINA	BRANCA	LEILAO	
34	FIESTA GL	FORD	MAX-7653	737064951	9BFBSZFHA1B318565	2000	2000	GASOLINA	BRANCA	LEILAO	
35	FIESTA STREET	FORD	MBZ-5897	788261673	9BFBRZFHA3B428894	2002	2003	GASOLINA	BRANCA	LEILAO	
36	FIESTA STREET	FORD	MBZ-5807	788258915	9BFBRZFHA3B428813	2002	2003	GASOLINA	BRANCA	LEILAO	
37	FIESTA STREET	FORD	MCA-0377	788477315	9BFBRZFHA3B429092	2002	2003	GASOLINA	BRANCA	LEILAO	
38	FIESTA STREET	FORD	MCA-0647	788485580	9BFBRZFHA3B428323	2002	2003	GASOLINA	BRANCA	LEILAO	
39	FOCUS 2,0 FC	FORD	MBT-5312	755722744	8AFCZZFFC1J205384	2001	2001	GASOLINA	PRATA	LEILAO	
40	VERSALES/2.0	FORD	LWV-8384	633182958	9BFZZ33ZSP011416	1995	1995	GASOLINA	CINZA	LEILAO	
41	BLAZER ADVANTAGE	GM	MCT-3874	857841432	9BG116HX05C433031	2005	2005	GASOLINA	PRETA	LEILAO	
42	CORSA WIND	GM	LXT-4636	654549796	9BGSC08ZTTC732416	1996	1996	GASOLINA	BRANCA	LEILAO	
43	TRAFIC	GM	LZB-2840	645223646	BA1TA13ZZSS007786	1995	1995	DIESEL	BRANCA	LEILAO	
44	BESTA 3V RS	KIA	MBX-7996	787171450	KNCTB241227093050	2002	2002	DIESEL	BRANCA	LEILAO	
45	BESTA 3V RS	KIA	MBX-8256	787176877	KNCTB241227093075	2002	2002	DIESEL	BRANCA	LEILAO	
46	BESTA 3V RS	KIA	MBX-8306	787177300	KNCTB241227093051	2002	2002	DIESEL	BRANCA	LEILAO	
47	BESTA GS GRAND	KIA	MBK-1647	742922561	KNHTS7322Y7014622	2000	2000	DIESEL	BRANCA	LEILAO	
48	SPRINTER 310 D	MBENS	LYW-8186	681431750	BAC690311VA505577	1997	1997	DIESEL	BRANCA	LEILAO	
49	310D SPRINTER/IMP	MBENZ	MAD-6915	702632031	8AC690341WA521889	1998	1998	DIESEL	BRANCA	LEILAO	
50	L 1113	MBENZ	LZF-7385	555501361	34404112386209	1978	1978	DIESEL	VERDE	LEILAO	
51	ONIBUS	MBENZ	AFI-9018	428312535		1987	1988	DIESEL	BRANCA	LEILAO/M. BITEN-CORT	
52	14/140	VOLKSWAGEN	MAV-7712	555618536	9BWXT14M7M-DB28994	1991	1991	DIESEL	BRANCA	LEILAO	
53	GOL 1,0	VOLKSWAGEN	MHS-2572	919445020	9BWCA05W-17P091004	2007	2007	GASOLINA	BRANCA	LEILAO	
54	GOL 1,6	VOLKSWAGEN	MBA-6366	724228446	9BWZZZ373YT049349	1999	2000	GASOLINA	BRANCA	LEILAO	
55	GOL CL	VOLKSWAGEN	LZV-8682	545426774	9BWZZZ30ZNT033035	1992	1992	GASOLINA	BRANCA	LEILAO	
56	GOL CLI	VOLKSWAGEN	LWU-0689	625985613	9BWZZZ377RT004491	1994	1995	GASOLINA	BRANCA	LEILAO	
57	GOL SPECIAL	VOLKSWAGEN	MFS-9870	795650035	9BWCA05Y93T097166	2002	2003	GASOLINA	BRANCA	LEILAO	
		<b>QUANT.</b>	<b>UNIDADE</b>	<b>DESCRICAO</b>							

58		1	CONJUNTO	Composto de 56 teclados, 87 CPU, 45 estabilizadores e 116 monitores		
59		1	CONJUNTO	composto de 3 Tvs Samsung, 8 micro-ondas, 3 maquinas de escrever, 1 ar condicionado consul e 1 maquina de costura seca		
60		1	CONJUNTO	COMPOSTO DE LATAS, TUBOS DE FERRO - SUCATA EM GERAL		
61		1	CONJUNTO	LIXO ELETRONICO		
62		771	UND	cartuchos e towners de impressoras		
63		59	UND	Impressora HP deskjet		
64		130	UND	cadeiras giratorias e fixas		

**DECRETO Nº. 7.646, DE 25 DE AGOSTO DE 2015**

DECRETO Nº. 7.646, DE 25 DE AGOSTO DE 2015.

"ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E ESPECIAL"

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, usando da competência que lhe confere o art. 20º da Lei nº 3.831 de 17.12.14, a Lei nº 3.772 de 24.10.14, o inc. IV do art. 82º da LOM, e a Lei Federal nº 4.320/1964.

**DECRETA:**

Art. 1º Fica aberto crédito suplementar e especial no Orçamento Fiscal em vigência do Município, no valor de R\$ 42.200,00 (Quarenta e dois mil e duzentos reais), para atender a programação abaixo especificada:

10.00 Secretaria Municipal de Turismo

10.002 Fundo Municipal de Desenvol. Turístico

0023.0695.0170.2237 Infra Estrutura, Apoio e Fomento ao Desenvol. Turístico

4.4.90.00 Aplicações Diretas – Outras Despesas Correntes

0.1.00.00 Recursos Ordinários

VALOR R\$ 42.2000,00

Art. 2º - Os recursos necessários à abertura do crédito de que trata o art. 1º decorrem de:

I - Anulação parcial de dotações do orçamento vigente, conforme abaixo especificadas:

10.00 Secretaria Municipal de Turismo

110.002 Fundo Municipal de Desenvol. Turístico

0023.0695.0170.2237 Infra Estrutura, Apoio e Fomento ao Desenvol. Turístico

3.3.90.00 Aplicações Diretas – Outras Despesas Correntes

0.1.00.00 Recursos Ordinários

VALOR R\$ 42.2000,00

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeito a partir de 25/08/2015, revogando-se as disposições em contrário.

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.

Prefeitura Municipal de Brusque, 25 de agosto de 2015.

ROBERTO PEDRO PRUDENCIO NETO

Prefeito Municipal

DANILO VISCONTI

Procurador Geral do Município

CRISTIANO BITTENCOURT

Secretário de Orçamento e Gestão

EVANDRO CARNEIRO FLORA

Chefe Gabinete do Prefeito

**PORTARIA Nº 2.178/2015**

PORTARIA Nº 2.178/2015

## Readaptação de Servidor

Considerando ATA da Junta Médica da Secretaria de Saúde da Prefeitura Municipal de Brusque, realizada na data de 12 de Agosto de 2015, em que foi analisado o pedido da Secretaria de Orçamento e Gestão, para readaptação de função do Servidor ALEXANDRE BARCELOS NAZÁRIO, por apresentar patologias que acarretam limitações ao pleno desempenho da função para a qual prestou concurso público, e que após análise, pela Junta Médica Oficial, do atestado médico apresentado, decidiu-se por parecer favorável a readaptação do servidor;

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque c/c o Decreto nº 7.056/2013,

## RESOLVE:

Art. 1º - Readaptar, o servidor ALEXANDRE BARCELOS NAZÁRIO, em cargo de atribuições e responsabilidades compatíveis com a limitação que apresenta em sua capacidade física, verificada em inspeção por junta médica oficial, pelo período de 01 (um) ano a contar de 12/08/2015;

Parágrafo Único. A readaptação que trata o artigo supracitado dar-se-á, com fulcro no art. 28, c/c art. 29 e seu parágrafo único, da LC 147/2009.

Art. 2º - O servidor readaptado submeter-se-á, anualmente, a exame médico realizado por junta médica oficial, a fim de ser verificada a permanência das condições que determinaram sua readaptação e a possibilidade de reversão ao cargo de origem, conforme art. 30 da LC 147/2009;

Art. 3º – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 24 de Agosto de 2015.

CRISTIANO BITTENCOURT

Secretário de Orçamento e Gestão

JOEL CESAR SCHWAMBERGER

Diretor de Recursos Humanos

**PORTARIA Nº 10.244, DE 18 DE AGOSTO DE 2015**

PORTARIA Nº 10.244, DE 18 DE AGOSTO DE 2015.

Nomeia os novos membros do Conselho Municipal da Juventude - COMJUV, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, do artigo 111 da Lei Orgânica do Município c/c a Lei n.º 3.492/12, alterada pela Lei n.º 3.832/14,

## RESOLVE:

Art. 1º Nomear os novos membros do Conselho Municipal da Juventude, conforme art. 6º, da Lei n.º 3.492/12, alterada pela Lei n.º 3.832/14, conforme segue:

I – 9 (nove) membros efetivos e 9 (nove) membros suplentes do Poder Executivo, sendo um de cada um dos seguintes órgãos, indicados pelo seu respectivo titular:

a) um representante da Secretaria de Assistência Social e Habitação:

Titular: Marciel Grimm

Suplente: Ionara Riciatti

b) um representante da Secretaria de Educação:

Titular: Sandra da Conceição Bossa

Suplente: Elisabete Gomes Nazario

c) um representante da Secretaria de Saúde:

Titular: Guilherme Risch

Suplente: Juliana da Silva Figueiredo

d) um representante da Fundação Municipal de Esporte:

Titular: Eduardo Henrique Gohr

Suplente: Amandos Otavio Eggert Junior

e) um representante da Fundação Cultural de Brusque:

Titular: Maurício dos Santos

Suplente: Marcos Fumagalli

f) um representante indicado pela Secretaria de Governo e Gestão Estratégica:

Titular: Anderson Merlo

Suplente: Antonio Carlos da Luz

g) um representante do Gabinete do Prefeito:

Titular: Waldir da Silva Neto

Suplente: Cátia Fischer Custódio

h) um representante da Secretaria de Trânsito e Mobilidade – SE-TRAM:

Titular: Pamela Olini

Suplente: Ananda Cristina Voltolini

i) um representante da Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Trabalho e Renda:

Titular: Ademir Hodecker

Suplente: Jorge Luiz Zimmermann

II – 9 (nove) jovens integrantes efetivos e 9 (nove) suplentes, representantes da sociedade civil organizada, quais sejam:

a) dois representantes de estudantes secundaristas do município de Brusque, matriculados em escola pública ou particular:

Titular: Rodrigo Schipitoski (Escola de Educação Básica João Hassmann)

Suplente: Theo Luis Silva (Escola de Educação Básica João Hassmann)

Titular: Ana Cláudia Paloschi (Embaixadora da Educação – Projeto Conexão Jovem)

Suplente: Giovana Vitória (Escola de Educação Básica Dom João Becker)

b) dois representantes do Movimento Estudantil Universitário:

Titular: Duane Bertolini (UNIASSELVI/ASSEVIM)

Suplente: Nilton Caetano Junior (UNIASSELVI/ASSEVIM)

Titular: Lucas Fachi (DCE/UNIFEBE)

Suplente: Gabriela Paes Lopes (DCE/UNIFEBE)

c) um representante dos movimentos religiosos do município, que tenham juventude organizada:

Titular: sem representação

Suplente: sem representação

d) um representante da União de Associações de Moradores - UBAM:

Titular: Guilherme Dalmolin Motta

Suplente: Leo André Klann Schlindwein

e) um representante da área empresarial indicado pela Associação

Comercial e Industrial de Brusque e/ou Câmara de Dirigentes Lojistas (CDL):

Titular: Jonathan Antony Casagrande (ACIBr)

Suplente: Patrícia Conti (ACIBr)

f) um representante das entidades sindicais de trabalhadores:

Titular: Jean Carlo Dalmolin

Suplente: Ednaldo Pedro Antônio

g) um representante de entidades filantrópicas de Juventude:

Titular: Ronaldo da Silva (APAE de Brusque)

Suplente: Leonardo Celso Francisco Amâncio (APAE de Brusque)

§ 1º. Os conselheiros do Conselho Municipal da Juventude - COMJUV terão mandato de 02 (dois) anos.

§ 2º. O mandato da presidência é de 01 (um) ano, não sendo permitida a recondução.

§ 3º. O Presidente e o Vice-Presidente do Conselho Municipal da Juventude - COMJUV serão eleitos pelos conselheiros titulares, em eleição interna realizada na primeira reunião ordinária de abertura dos trabalhos do COMJUV.

§ 4º. A presidência é exercida pelo Presidente e na ausência deste pelo Vice-Presidente.

§ 5º. A participação no Conselho não será remunerada, sendo considerada de relevantes serviços prestados.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 18 de agosto de 2015.

ROBERTO PEDRO PRUDÊNCIO NETO

Prefeito Municipal

DANILO VISCONTI

Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

EVANDRO CARNEIRO FLORA

Chefe de Gabinete

## **PORTARIA Nº 2.177/2015**

PORTARIA Nº 2.177/2015

Readaptação de Servidor

Considerando ATA da Junta Médica da Secretaria de Saúde da Prefeitura Municipal de Brusque, realizada na data de 12 de Agosto de 2015, em que foi analisado o pedido da Secretaria de Orçamento e Gestão para, readaptação de função da Servidora ZELIR DE ANDRADE FORMENTO, por apresentar patologias que acarretam limitações ao pleno desempenho da função para a qual prestou concurso público, e que após análise, pela Junta Médica Oficial, dos exames médicos apresentados, decidiu-se por parecer favorável a readaptação da servidora;

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque c/c o Decreto nº 7.056/2013,

RESOLVE:

Art. 1º - Readaptar, a servidora ZELIR DE ANDRADE FORMENTO, em cargo de atribuições e responsabilidades compatíveis com a

limitação que apresenta em sua capacidade física, verificada em inspeção por junta médica oficial, pelo período de 01 (um) ano a contar de 12/08/2015;

Parágrafo Único. A readaptação que trata o artigo supracitado dar-se-á, com fulcro no art. 28, c/c art. 29 e seu parágrafo único, da LC 147/2009.

Art. 2º - A servidora readaptada submeter-se-á, anualmente, a exame médico realizado por junta médica oficial, a fim de ser verificada a permanência das condições que determinaram sua readaptação e a possibilidade de reversão ao cargo de origem, conforme art. 30 da LC 147/2009;

Art. 3º – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 24 de Agosto de 2015.

CRISTIANO BITTENCOURT

Secretário de Orçamento e Gestão

JOEL CESAR SCHWAMBERGER

Diretor de Recursos Humanos

## **PORTARIA Nº 2185/2015, DE 25 DE AGOSTO DE 2015**

PORTARIA Nº 2185/2015, de 25 de agosto de 2015.

Instaura Processo de Sindicância, nomeia comissão e dá outras providências.

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições e de a delegação prevista no art. 1º do Decreto 6.308/10, e CONSIDERANDO os fatos relatados para a Ouvidoria - Processo nº 13/29/2015, datado de 27/07/2015, onde no corpo da denúncia, extrai-se que o Parque Leopoldo Moritz, está sendo destruído ( não mencionando nome), mencionando ainda quando da construção da obra não foi realizada consulta e ou audiência Pública. A irregularidade, em tese, constitui ilícitos administrativo, nos termos do art. 174, inciso IX, art. 178, 179 da LC 147/09, bem como criminal, nos termos do art. 313-A do Código Penal Brasileiro.

RESOLVE:

Art.1º Determinar a abertura de PROCESSO DE SINDICÂNCIA para apurar falta disciplinar de possível servidor público municipal.

Art. 2º Fica instituída uma Comissão para cumprimento do disposto no artigo anterior, composta pelos seguintes servidores: Silvia Maria Ferreira (matrícula 4170), Ivone Gonçalves Zucco ( mat. 341711-3 – representante sindical) e Sandra Bertoldi Bertolini (matrícula 412.0).

Art. 3º A comissão, ora constituída, terá acesso a toda documentação necessária à elucidação dos fatos, bem como deverá colher quaisquer depoimentos e informações que julgar pertinentes.

Art. 4º A comissão, ora constituída, terá o prazo de 60 (sessenta) dias para apresentação do relatório final, podendo ser prorrogado a pedido de comissão, quando as circunstâncias exigirem.

Art. 5º Esta portaria entrará em vigor na data de publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Registre-se e publique-se.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 25 de agosto de 2015.

CRISTIANO BITTENCOURT

Secretario Municipal de Orçamento e Gestão

**PORTARIA Nº 2186/2015, DE 25 DE AGOSTO DE 2015**

PORTARIA Nº 2186/2015, de 25 de agosto de 2015.

Instaura Processo de Sindicância, nomeia comissão e dá outras providências.

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições e de a delegação prevista no art. 1º do Decreto 6.308/10, e CONSIDERANDO os fatos relatados para a Ouvidoria - Processo nº 1038/2015, datado de 29/05/2015, onde no corpo da denúncia, extrai-se que Elfi Klassen, relata que efetuou inscrição para para o Processo Seletivo – Edital nº 015/2015, sendo marcada e confirmado prova para o dia 24 de maio de 2015 – às 9:00 horas na UNIASSELVI, localizada na Rua Gregório Diegoli, nesta cidade de Brusque/SC ( sala 35A). Na ocasião estavam presentes aplicadores da Prova, bem como organizadores , entretanto, a referida Prova não ocorreu tendo em vista que o responsável pela abertura da sala não compareceu, conforme extrai-se do trecho enviado por Elfi Klassen, datado de 29/05/2015. A irregularidade, em tese, constitui ilícitos administrativo, nos termos do art. 174, incisos I, III, VI, VII, X, XI, 175, inciso XIX, artigo 179 da Lei Complementar 147/2009.

**RESOLVE:**

Art.1º Determinar a abertura de PROCESSO DE SINDICÂNCIA para apurar falta disciplinar de possível servidor público municipal.

Art. 2º Fica instituída uma Comissão para cumprimento do disposto no artigo anterior, composta pelos seguintes servidores: LUIZ GIANESINI, matrícula n º 797.8-0, SIMONE MARTINS, Agente Administrativo - matrícula nº 743585, ANDERSON JOSÉ MOURA DE CAMPOS, professor ( matrícula 12580), todos estáveis e efetivos do quadro de servidores Públicos.

Art. 3º A comissão, ora constituída, terá acesso a toda documentação necessária à elucidação dos fatos, bem como deverá colher quaisquer depoimentos e informações que julgar pertinentes.

Art. 4º A comissão, ora constituída, terá o prazo de 60 (sessenta) dias para apresentação do relatório final, podendo ser prorrogado a pedido de comissão, quando as circunstâncias exigirem.

Art. 5º Esta portaria entrará em vigor na data de publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Registre-se e publique-se.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 25 de agosto de 2015.

CRISTIANO BITTENCOURT

Secretario Municipal de Orçamento e Gestão



# Caçador

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 6.518

DECRETO Nº 6.518, de 24 de agosto de 2015.

Nomeia Comissão Especial.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando de suas atribuições legais e nos termos do art. 79, VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador,

DECRETA:

Art. 1º Ficam nomeadas as Servidoras Públicas Municipais abaixo relacionadas, para comporem a Comissão Especial para abertura da licitação referente a construção de cerca metálica da Creche pré-infância no Bairro Nossa Senhora Salete, a que se refere o Processo Licitatório nº 94/2015 – Tomada de Preço nº 02/2015:

I - Presidente: Carolina Fruet de Lima – 051.996.449-71;  
II - Membro: Juliana Nurilles Garbozza – 051.195.149-36;  
III - Membro: Romaiane Dal Ponte – 087.800.959-09.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,  
em 24 de agosto de 2015.  
Gilberto Amaro Comazzetto – PREFEITO MUNICIPAL.

### PORTARIA Nº 25.813

PORTARIA Nº 25.813, de 18 de agosto de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto na Lei Complementar nº 163, de 24/02/2010, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado,

RESOLVE:

RESCINDIR o contrato em caráter temporário da Servidora Pública Municipal JESSICA THAYS ROSA DOS SANTOS, matrícula nº 13454, ocupante do cargo de Professor Monitor, 20 (vinte) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação, com efeitos a contar de 06 de agosto de 2015.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,  
em 18 de agosto de 2015.  
GILBERTO AMARO COMAZZETTO  
PREFEITO MUNICIPAL.

Beatriz Ribeiro dos Santos – SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO.

### PORTARIA Nº 25.814

PORTARIA Nº 25.814, de 18 de agosto de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais nos termos do art. 79, VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 122, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

RESOLVE:

CONCEDER O RETORNO da Licença Sem Vencimentos, concedida à Servidora Pública Municipal IRIA JANETE KLABUNDE MONTEIRO, Matrícula nº 421, ocupante do cargo de Professora do Ensino Fundamental I, 20 horas semanais, lotada junto a Secretaria Municipal da Educação, na EMEB Alto Bonito, com efeitos a contar de 03 de agosto de 2015.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,  
em 18 de agosto de 2015.  
GILBERTO AMARO COMAZZETTO  
PREFEITO MUNICIPAL.

Paulo Roberto Gonçalves – SECRETÁRIO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO.

### PORTARIA Nº 25.815

PORTARIA Nº 25.815, de 18 de agosto de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 120, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

RESOLVE:

CONCEDER ao Servidor Público Municipal CLAYTON LUIZ ZANELLA, Matrícula 10846, ocupante do cargo de Psicólogo, 35 (trinta e cinco) horas semanais, lotado na Secretaria Municipal da Educação, 02 (dois) anos de Licença Sem Vencimentos para tratar de assuntos particulares, com efeitos a contar de 01 de setembro de 2015.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,  
em 18 de agosto de 2015.  
GILBERTO AMARO COMAZZETTO  
PREFEITO MUNICIPAL.

Paulo Roberto Gonçalves – SECRETÁRIO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO.

**PORTARIA Nº 25.816**

PORTARIA Nº 25.816, de 18 de agosto de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 120, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

**RESOLVE:**

CONCEDER à Servidora Pública Municipal ADRIANA MARLIZA CAMPOS DE ALMEIDA, Matrícula 2680, ocupante do cargo de Professora do Ensino Fundamental I, lotada na Secretaria Municipal da Educação, na EMEB Irmão Venâncio José, 20 (vinte) horas semanais, 02 (dois) anos de Licença Sem Vencimentos para tratar de assuntos particulares, com efeitos a contar de 04 de agosto de 2015.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,  
em 18 de agosto de 2015.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO  
PREFEITO MUNICIPAL.

Paulo Roberto Gonçalves – SECRETÁRIO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO.

**PORTARIA Nº 25.817**

PORTARIA Nº 25.817, de 18 de agosto de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 124, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

**RESOLVE:**

CONCEDER à Servidora Pública Municipal ANDREA CARLA COMEL, Matrícula 4275, cargo de Professor de Educação Infantil, 20 (vinte) horas semanais, na Secretaria Municipal da Educação, lotada no CMEI Santa Clara, Licença Prêmio a que faz jus, especificando: período de aquisição e período de fruição, conforme segue:

Período de Aquisição	Período de Gozo
03/02/2009 a 03/02/2014	03/08/2015 a 31/10/2015

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,  
em 18 de agosto de 2015.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO  
PREFEITO MUNICIPAL.

Paulo Roberto Gonçalves – SECRETÁRIO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO.

**PORTARIA Nº 25.818**

PORTARIA Nº 25.818, de 18 de agosto de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 124, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

**RESOLVE:**

CONCEDER à Servidora Pública Municipal CATARINA SCHIKORSKI BARTEZAL, Matrícula 88, cargo de Servente, na Secretaria Municipal da Educação, lotada na EMEB Hilda Granemann de Sousa, 44 (quarenta e quatro) horas semanais, Licença Prêmio a que faz jus, especificando: período de aquisição e período de fruição, conforme segue:

Período de Aquisição	Período de Gozo
17/07/2010 a 17/07/2015	03/08/2015 a 31/10/2015

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,  
em 18 de agosto de 2015.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO  
PREFEITO MUNICIPAL.

Paulo Roberto Gonçalves – SECRETÁRIO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO.

**PORTARIA Nº 25.819**

PORTARIA Nº 25.819, de 18 de agosto de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 124, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

**RESOLVE:**

CONCEDER à Servidora Pública Municipal CLAUDIA APARECIDA MAURILIO, Matrícula 126, cargo de Professor do Ensino Fundamental I, na Secretaria Municipal da Educação, lotada na EMEB Alto Bonito 20 (vinte) horas semanais e na EMEB Irmão Venâncio José 20 (vinte) horas semanais, Licença Prêmio a que faz jus, especificando: períodos de aquisição e períodos de fruição, conforme segue:

Períodos de Aquisição	Períodos de Gozo
05/10/1988 a 05/10/1993	20/08/2015 a 18/09/2015
05/10/2008 a 05/10/2013	19/09/2015 a 17/12/2015

Registre-se e Publique-se.



Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,  
em 18 de agosto de 2015.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO  
PREFEITO MUNICIPAL.

Paulo Roberto Gonçalves – SECRETÁRIO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO.

### PORTARIA Nº 25.820

PORTARIA Nº 25.820, de 18 de agosto de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 124, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

#### RESOLVE:

CONCEDER ao Servidor Público Municipal CLAUDIO GRANJA, Matrícula 280, cargo de Professor do Ensino Fundamental II – Educação Física, na Secretaria Municipal da Educação, lotado na EMEB Henrique Julio Berger, 20 (vinte) horas semanais, Licença Prêmio a que faz jus, especificando: período de aquisição e período de fruição, conforme segue:

Período de Aquisição	Período de Gozo
12/02/2007 a 12/02/2012	03/08/2015 a 31/10/2015

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,  
em 18 de agosto de 2015.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO  
PREFEITO MUNICIPAL.

Paulo Roberto Gonçalves – SECRETÁRIO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO.

### PORTARIA Nº 25.821

PORTARIA Nº 25.821, de 18 de agosto de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 124, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

#### RESOLVE:

CONCEDER à Servidora Pública Municipal DALVA BOLDUAN, Matrícula 5701, cargo Merendeira Escolar, na Secretaria Municipal da Educação, lotada na EMEB Pe. José Chamot, 44 (quarenta e quatro) horas semanais, Licença Prêmio a que faz jus, especificando: períodos de aquisição e períodos de fruição, conforme segue:

Períodos de Aquisição	Períodos de Gozo
14/02/2005 a 14/02/2010	03/08/2015 a 31/10/2015
14/02/2010 a 14/02/2015	01/11/2015 a 29/01/2016

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,  
em 18 de agosto de 2015.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO  
PREFEITO MUNICIPAL.

Paulo Roberto Gonçalves – SECRETÁRIO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO.

### PORTARIA Nº 25.822

PORTARIA Nº 25.822, de 18 de agosto de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 124, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

#### RESOLVE:

CONCEDER à Servidora Pública Municipal MARIA JULIETA DOS SANTOS, Matrícula 1252, cargo Servente, na Secretaria Municipal da Educação, lotada na EMEB Tabajara, 44 (quarenta e quatro) horas semanais, Licença Prêmio a que faz jus, especificando: período de aquisição e período de fruição, conforme segue:

Período de Aquisição	Período de Gozo
25/03/2008 a 25/03/2013	03/08/2015 a 31/10/2015

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,  
em 18 de agosto de 2015.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO  
PREFEITO MUNICIPAL.

Paulo Roberto Gonçalves – SECRETÁRIO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO.

**PORTARIA Nº 25.823**

PORTARIA Nº 25.823, de 18 de agosto de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 124, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

**RESOLVE:**

CONCEDER à Servidora Pública Municipal SUELI RIBEIRO, Matrícula 588, cargo Servente, na Secretaria Municipal da Educação, lotada na EMEB Hilda Granemann de Sousa, 44 (quarenta e quatro) horas semanais, Licença Prêmio a que faz jus, especificando: período de aquisição e período de fruição, conforme segue:

Período de Aquisição	Período de Gozo
13/10/2007 a 13/10/2012	03/08/2015 a 31/10/2015

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,  
em 18 de agosto de 2015.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO  
PREFEITO MUNICIPAL.

Paulo Roberto Gonçalves – SECRETÁRIO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO.

# Camboriú

## PREFEITURA

### ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PREGÃO PRESENCIAL Nº 013/2015 – FUNDESB

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO.

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Em cumprimento ao disposto do artigo 15 parágrafo 2º da Lei 8.666/93 e alterações, a Secretaria de Administração, informa que se encontram registrados os preços abaixo relacionados, decorrentes do Pregão Presencial nº 013/2015 – FUNDESB - Atas do Sistema de Registro de Preços 009 e 010/2015 – FUNDESB - SELEÇÃO DE PROPOSTAS VISANDO O REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE HIDRÔMETRO MULTIJATO PARA SER APLICADO NA MANUTENÇÃO, DRENAGEM E NA PREPARAÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO E ANDAMENTO DAS OBRAS EM DIVERSAS RUAS DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ, para atender a demanda da Prefeitura Municipal integrante do Município de Camboriú, pelo período de 12 (doze) meses.

ESTA ATA DE REGISTRO DE PREÇO ENCONTRA-SE PUBLICADA NA ÍNTEGRA, NO MURAL OFICIAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ, E NO ENDEREÇO ELETRÔNICO WWW.CAMBORIU.SC.GOV.BR.

VIGÊNCIA: 25/08/2016

1ª Publicação.

### LEI N.º 2.842/2015

LEI N.º 2.842/2015

Dispõe sobre o tempo máximo para atendimento aos clientes em cartórios públicos e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, FAZ SABER que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ela sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Ficam através da Presente Lei os Cartórios Públicos, que operam no âmbito do Município, obrigados a atender cada cliente no prazo máximo de 20 (vinte) minutos, contados a partir da emissão do bilhete eletrônico retirado pelo cliente para atendimento.

§ 1º Para comprovação do tempo de espera, o cartório emitirá bilhete impresso eletronicamente, onde constará a senha e o horário de chegada que será entregue ao cliente.

§ 2º Deverá ser afixado pelo Cartório, em local visível ao público, cartaz indicativo ou informações do tempo máximo para atendimento conforme o previsto no caput do artigo 1º, bem como telefones do Cartório e do PROCON.

Art. 2º O descumprimento do disposto nesta lei sujeitará o cartório infrator:

I - à aplicação de multa pecuniária de R\$ 1.000,00 (um mil reais);  
II - se reincidente o dobro do valor.

Parágrafo único. Toda penalidade será precedida de processo administrativo, sendo assegurada ao acusado ampla defesa e contraditório.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ/SC,

Em, 25 de agosto de 2015.

LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS

Prefeita Municipal

Publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) e Registrada no Livro de Publicações

Márcio da Rosa

Secretário M. de Administração

### PR 15/15 - FME

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 015/2015-FME- EXCLUSIVO PARA MICRO EMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE  
OBJETO: AQUISIÇÃO DE PRODUTOS DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS (PÃES), PARA PREPARO DA MERENDA, A SEREM DISTRIBUIDOS PONTO A PONTO SEMANAL E MENSAL CONFORME SOLICITAÇÃO/ PLANILHA DESTA SECRETARIA, AOS 15 (QUINZE) CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL, 13 (TREZE) ESCOLAS URBANAS E 3 (TRÊS) ESCOLAS DE CAMPO, TOTALIZANDO 31 (TRINTA E UM) UNIDADES ESCOLARES.

TIPO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO POR ITEM.

REGIME LEGAL: Mediante as especificações e condições previstas no Edital, sob a regência da Lei 10.520/2002 e Lei Federal nº. 8.666 de 21/06/1993, e suas alterações.

ABERTURA DOS ENVELOPES: Inicialá às 14:00 horas do dia 14 (Catorze) de Setembro de 2015, na sala de Reunião do Departamento de Compras situado na rua: Getúlio Vargas, Nº. 77, Centro de Camboriú/SC.

INFORMAÇÕES: Pessoalmente ou telefone: (47)3365-9500 ou no site: [www.cidadedecamboriu.sc.gov.br](http://www.cidadedecamboriu.sc.gov.br).

Camboriú, 25 de Agosto de 2015.

LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS

Prefeita Municipal

### PR 64/15 - PMC

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 064/2015-PMC – LICITAÇÃO DIFERENCIADA –COTA RESERVADA PARA O ITEM 01 E EXCLUSIVA PARA O ITEM 02.

OBJETO: SELEÇÃO DE PROPOSTAS VISANDO O REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE LAJOTAS E MEIO-FIO DESTINADOS A REALIZAÇÃO DE REPAROS EM VIAS E PAVIMENTAÇÃO EM TODO O MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ.

TIPO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO POR ITEM.

REGIME LEGAL: Mediante as especificações e condições previstas no Edital, sob a regência da Lei 10.520/2002 e Lei Federal nº. 8.666 de 21/06/1993, e suas alterações.

ABERTURA DOS ENVELOPES: Inicialá às 13:00 horas do dia 08 (Oito) de Setembro de 2015, na sala de Reunião do Departamento de Compras situado na rua: Getúlio Vargas, Nº. 77, Centro de Camboriú/SC.

INFORMAÇÕES: Pessoalmente ou telefone: (47)3365-9500 ou no site: [www.cidadedecamboriu.sc.gov.br](http://www.cidadedecamboriu.sc.gov.br).

Camboriú, 25 de Agosto de 2015.

LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS

Prefeita Municipal

# Campo Alegre

## PREFEITURA

### 1ª ALTERAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO 68/2015

1ª ALTERAÇÃO AO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 68/2015  
PREGÃO ELETRÔNICO

CONSIDERANDO a Portaria Inmetro nº 166 de 17 de maio de 2007, bem como o campo de aplicação e futura utilização do equipamento referido no item 03 do Processo Licitatório 68/2015, modalidade Pregão Eletrônico, necessário se faz a alteração do edital do processo licitatório em epígrafe;

ALTERA-SE a descrição do item 03, presente no ANEXO I (Termo de Referência) e ANEXO II (Modelo de Planilha para Apresentação da Proposta) do edital:

03	1	Unidade	Balança eletrônica 300kg com saída serial RS 232	1.608,00	1.608,00
----	---	---------	--	----------	----------

Passando a vigorar conforme segue:

03	1	Unidade	Balança eletrônica 300kg com saída serial RS 232. Equipamento aprovado pelo INMETRO (apresentar selo de verificação).	1.608,00	1.608,00
----	---	---------	---	----------	----------

As demais informações contidas no Edital do processo licitatório em epígrafe permanecem inalteradas e em vigor.

Publique-se esta alteração na imprensa oficial deste Município (DOM) e no site [www.campoalegre.sc.gov.br](http://www.campoalegre.sc.gov.br).

Publique-se ainda o Edital consolidado com a 1ª alteração no site do Município [www.campoalegre.sc.gov.br](http://www.campoalegre.sc.gov.br).

Campo Alegre, 25 de agosto de 2015.

LUCILAINE MOKFA SCHWARZ

Secretária Municipal de Administração

### CONVOCAÇÃO Nº 140/2015

CONVOCAÇÃO PROCESSO SELETIVO Nº 007/2014

CONVOCAÇÃO Nº 140/2015

RUBENS BLASZKOWSKI, Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC., no uso de suas atribuições legais, vem por meio deste CONVOCAR a Srª. GABRIELA TIBES BUENO, inscrita no CPF/MF sob nº 059.663.699-76, aprovada em 3º lugar no Processo Seletivo nº 007/2014-/PMCA, para o Cargo Público de PROFESSOR VI, na Função de PROFESSOR DE MATEMÁTICA – NÃO HABILITADO, para assumir o respectivo cargo. A convocada deverá comparecer no Serviço de Pessoal do Poder Executivo Municipal de Campo Alegre/SC., até as 17:00h do dia 28 de Agosto de 2015, no Prédio Anexo Sede da Prefeitura Municipal, sito a Rua Cel. Bueno Franco, nº 292, Centro, Campo Alegre/SC., a fim de comunicar o interesse ou a desistência da vaga ofertada, sob pena de reclassificação, conforme prevêm os itens 15.1 e 15.2, passando a ocupar o último lugar da listagem de classificação para uma eventual 2ª chamada.

Campo Alegre/SC., 25 de Agosto de 2015.

RUBENS BLASZKOWSKI

Prefeito Municipal

LEDA CARINA MUNHOZ ODIA

Secretária Municipal de Educação.

### DECRETO Nº 9.242 DE 24 DE AGOSTO DE 2015

GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 9.242 DE 24 DE AGOSTO DE 2015

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial a Lei nº 4.240 de 17 de Dezembro de 2014; Decreta.

Art.1º) Abre Crédito Suplementar no valor de R\$ 500,00 (quinhentos reais), a fim de suplementar o seguinte Elemento de Despesa da Dotação Orçamentária do Orçamento Vigente, do Fundo Municipal de Assistência Social.

92.00 -	Fundo Municipal de Assistência		
92.01 -	Manutenção das Atividades Sociais		
08.244.0061.2.511 -	Manutenção e Coordenação das Atividades do CRAS		
300000.00.922 -	Despesas Correntes		
330000.00.922 -	Outras Despesas Correntes		
339000.00.922 -	Aplicações Diretas		
339030.00.922 -	Material de Consumo	R\$ 500,00	

Art.2º) O crédito a que se refere o Artigo primeiro deste Decreto, correrá por conta de anulação parcial do seguinte Elemento de Despesa da seguinte Dotação do Orçamento Vigente do Fundo Municipal de Assistência Social.

92.00 -	Fundo Municipal de Assistência		
92.01 -	Manutenção das Atividades Sociais		
08.244.0061.2.511 -	Manutenção e Coordenação das Atividades do CRAS		
300000.00.922 -	Despesas Correntes		
330000.00.922 -	Outras Despesas Correntes		
339000.00.922 -	Aplicações Diretas		
339036.00.922 -	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física	R\$ 500,00	

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,  
24 de Agosto de 2015.  
RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ  
Secretária Municipal de Administração

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: [www.leismunicipais.com.br](http://www.leismunicipais.com.br) e [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) em data de: 26/08/2015.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

## DECRETO Nº 9.243 DE 24 DE AGOSTO DE 2015

### GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 9.243 DE 25 DE AGOSTO DE 2015  
ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÕES PARCIAIS DE ELEMENTOS DE DESPESAS DE DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial a Lei Municipal nº 4.240 de 17 de Dezembro de 2014; Decreta:

Art.1º) Abre Crédito Suplementar no valor de R\$ 2.390,00 (dois mil, trezentos e noventa reais), a fim de suplementar o seguinte Elemento de Despesa na Dotação do Orçamento Vigente.

08.00 -	Secretaria Municipal de Planejamento, Transporte e Obras.		
08.01 -	Serviço de Planejamento e Obras		
15.452.0044.2.111 -	Manutenção e Coordenação das Atividades da Secretaria de Planejamento, Transporte e Obras.		
400000.00.896 -	Despesas de Capital		
440000.00.896 -	Investimentos		
449000.00.896 -	Aplicações Diretas		
449051.00.896 -	Obras e Instalações	R\$ 2.390,00	

Art.2º) O crédito a que se refere o Artigo primeiro deste Decreto, correrá por conta de anulações parciais dos seguintes Elementos de Despesa da Dotação do Orçamento vigente.

08.00 -	Secretaria Municipal de Planejamento, Transporte e Obras.		
08.01 -	Serviço de Planejamento e Obras		

15.452.0044.2.111 -	Manutenção e Coordenação das Atividades da Secretaria de Planejamento, Transporte e Obras.	
300000.00.896 -	Despesas Correntes	
330000.00.896 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.896 -	Aplicações Diretas	
339030.00.896 -	Material de Consumo	R\$ 690,00
339036.00.896 -	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física	R\$ 400,00
339039.00.896 -	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	R\$ 1.000,00
400000.00.896 -	Despesas de Capital	
440000.00.896 -	Investimentos	
449000.00.896 -	Aplicações Diretas	
449052.00.896 -	Equipamentos e Material Permanente	R\$ 300,00
	Total	R\$ 2.390,00

## GABINETE DO PREFEITO

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,  
25 de Agosto de 2015.  
RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ  
Secretária Municipal de Administração

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: [www.leismunicipais.com.br](http://www.leismunicipais.com.br) e [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) em data de: 26/08/2015.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

**DECRETO Nº 9.244 DE 26 DE AGOSTO DE 2015**

DECRETO Nº 9.244 DE 26 DE AGOSTO DE 2015

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÕES DO ORÇAMENTO VIGENTE NO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial a Lei Municipal nº 4.343 de 26 de Agosto de 2015; Decreta:

Art.1º) Abre Crédito Suplementar no valor de R\$ 26.000,00 (vinte e seis mil reais), a fim de suplementar as seguintes Dotações do Orçamento Vigente, do Fundo Municipal de Saúde

91.00 -	Fundo Municipal de Saúde	
91.01 -	Manutenção das Atividades Administrativas	
10.301.0052.2.114 -	Manutenção e Coordenação das Atividades da Secretaria de Saúde	
300000.00.124 -	Despesas Correntes	
330000.00.124 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.124 -	Aplicações Diretas	
339030.00.124 -	Material de Consumo	R\$ 2.000,00
339039.00.124 -	Outros Serviços de Terceiros - Pessoas Jurídicas	R\$ 1.500,00
91.02 -	Manutenção das Atividades Básicas de Saúde	
10.301.0059.2.115 -	Manutenção e Coordenação da Assistência Básica de Saúde	
300000.00.124 -	Despesas Correntes	
330000.00.124 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.124 -	Aplicações Diretas	
339030.00.124 -	Material de Consumo	R\$ 6.000,00
339039.00.124 -	Outros Serviços de Terceiros - Pessoas Jurídicas	R\$ 4.000,00
91.06 -	Manutenção das Atividades de Assistência Farmacêutica	
10.303.0057.2.029 -	Aquisição e Distribuição de Medicamentos Básicos	

300000.00.124 -	Despesas Correntes		
330000.00.124 -	Outras Despesas Correntes		
339000.00.124 -	Aplicações Diretas		
339032.00.124 -	Material de Distribuição Grátis	R\$ 12.500,00	
	Total	R\$ 26.000,00	

Art.2º) Os créditos a que se referem o Artigo primeiro deste Decreto, correrá por conta de anulação parcial das seguintes Dotações do Orçamento Vigente do Fundo Municipal de Saúde.

91.00 -	Fundo Municipal de Saúde		
91.01 -	Manutenção das Atividades Administrativas		
400000.00.124 -	Despesas de Capital		
440000.00.124 -	Investimentos		
449000.00.124 -	Aplicações Diretas		
449052.00.124 -	Equipamentos e Material Permanente	R\$ 2.000,00	
91.02 -	Manutenção das Atividades Básicas de Saúde		
10.301.0054.2.133 -	Manutenção e Coordenação do Programa Saúde Bucal		
300000.00.124 -	Despesas Correntes		
330000.00.124 -	Outras Despesas Correntes		
339000.00.124 -	Aplicações Diretas		
339030.00.124 -	Material de Consumo	R\$ 6.000,00	
400000.00.124 -	Despesas de Capital		
440000.00.124 -	Investimentos		
449000.00.124 -	Aplicações Diretas		
449052.00.124 -	Equipamentos e Material Permanente	R\$ 4.000,00	
91.05 -	Manutenção das Atividades de Assistência Hospitalar e Ambulatorial		
10.302.0055.2.118 -	Manutenção dos Atendimentos Básicos Hospitalares		
300000.00.124 -	Despesas Correntes		
330000.00.124 -	Outras Despesas Correntes		
339000.00.124 -	Aplicações Diretas		
339039.00.124 -	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	R\$ 10.000,00	
91.08 -	Manutenção das Atividades do SISVAN		
10.306.0060.2.031 -	Programa de Reposição Nutricional		
300000.00.124 -	Despesas Correntes		
330000.00.124 -	Outras Despesas Correntes		
339000.00.124 -	Aplicações Diretas		
339030.00.124 -	Material de Consumo	R\$ 1.500,00	
339039.00.124 -	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	R\$ 2.500,00	
	Total	R\$ 26.000,00	

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,  
26 de Agosto de 2015.  
RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ  
Secretária Municipal de Administração

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: [www.leismunicipais.com.br](http://www.leismunicipais.com.br) e [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) em data de: 26/08/2015.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA  
Chefe de Gabinete do Prefeito



**DECRETO Nº 9.245 DE 26 DE AGOSTO DE 2015****GABINETE DO PREFEITO**

DECRETO Nº 9.245 DE 26 DE AGOSTO DE 2015

ABRE CRÉDITO ESPECIAL, CRIA ELEMENTO DE DESPESA E SUPLEMENTA-O POR CONTA DE EXCESSO DE ARRECADAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial a lei Municipal nº 4.344 de 26 de Agosto de 2015; Decreta:

Art.1º) Abre Crédito Especial, Cria Elemento de Despesa e suplementa-o no valor de R\$ 77.885,16 (setenta e sete mil, oitocentos e oitenta e cinco reais, dezesseis centavos), a fim de suplementar o seguinte Elemento de Despesa de Dotação do Orçamento Vigente do Fundo Municipal de Saúde.

91.00 -	Fundo Municipal de Saúde		
91.01 -	Manutenção das Atividades Administrativas		
400000.00.121 -	Despesas de Capital		
440000.00.121 -	Investimentos		
449000.00.121 -	Aplicações Diretas		
449052.00.121 -	Equipamentos e Material Permanente	R\$ 77.885,16	

Art.2º) O crédito a que se refere o Artigo primeiro deste Decreto, correrá por conta de Excesso de Arrecadação do Orçamento vigente, proveniente do Recurso de Alienação de Bens Móveis, do Fundo Municipal de Saúde.

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,  
26 de Agosto de 2015.  
RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ  
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: [www.leismunicipais.com.br](http://www.leismunicipais.com.br) e [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) em data de: 26/08/2015.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

**DECRETO Nº 9.246 DE 26 DE AGOSTO DE 2015**

DECRETO Nº 9.246 DE 26 DE AGOSTO DE 2015

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÕES DO ORÇAMENTO VIGENTE NO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial a Lei Municipal nº 4.345 de 26 de Agosto de 2015; Decreta:

Art.1º) Abre Crédito Suplementar no valor de R\$ 96.330,00 (noventa e seis mil, trezentos e trinta reais), a fim de suplementar as seguintes Dotações do Orçamento Vigente do Fundo Municipal de Saúde.

91.00 -	Fundo Municipal de Saúde		
91.01 -	Manutenção das Atividades Administrativas		
10.301.0052.2.114 -	Manutenção e Coordenação das Atividades da Secretaria de Saúde		
400000.00.119 -	Despesas de Capital		
440000.00.119 -	Investimentos		
449000.00.119 -	Aplicações Diretas		
449052.00.119 -	Equipamentos e Material Permanente	R\$ 25.000,00	
91.05 -	Manutenção das Atividades de Assistência Hospitalar e Ambulatorial		
10.302.0055.1.025 -	Convênio com o Hospital de Média, Baixa e Alta Complexidade		
300000.00.119 -	Despesas Correntes		
330000.00.119 -	Outras Despesas Correntes		
335000.00.119 -	Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos		
339043.00.119 -	Subvenções Sociais	R\$ 71.330,00	
	Total	R\$ 96.330,00	



Art.2º) Os créditos a que se referem o Artigo primeiro deste Decreto, correrão por conta de anulação parcial das seguintes Dotações do Orçamento Vigente do Fundo Municipal de Saúde.

91.00 -	Fundo Municipal de Saúde		
91.05 -	Manutenção das Atividades de Assistência Hospitalar e Ambulatorial		
10.302.0055.1.025 -	Convênio com o Hospital de Média e Alta Complexidade		
300000.00.119 -	Despesas Correntes		
330000.00.119 -	Outras Despesas Correntes		
339000.00.119 -	Aplicações Diretas		
339039.00.119 -	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	R\$ 21.330,00	
10.302.0055.2.118 -	Manutenção dos Atendimentos Básicos Hospitalares		
300000.00.119 -	Despesas Correntes		
330000.00.119 -	Outras Despesas Correntes		
339000.00.119 -	Aplicações Diretas		
339039.00.119 -	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	R\$ 50.000,00	
91.06 -	Manutenção das Atividades de Assistência Farmacêutica		
10.303.0057.2.030 -	Aquisição e Distribuição de Medicamentos Eletivos		
300000.00.124 -	Despesas Correntes		
330000.00.124 -	Outras Despesas Correntes		
339000.00.124 -	Aplicações Diretas		
339032.00.124 -	Material de Distribuição Gratuita	R\$ 25.000,00	
	Total	R\$ 96.330,00	

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,  
26 de Agosto de 2015.  
RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ  
Secretária Municipal de Administração

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: [www.leismunicipais.com.br](http://www.leismunicipais.com.br) e [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) em data de: 26/08/2015.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

## **DECRETO Nº 9.247 DE 26 DE AGOSTO DE 2015**

### **GABINETE DO PREFEITO**

DECRETO Nº 9.247 DE 26 DE AGOSTO DE 2015  
ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE EXCESSO DE ARRECADAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial a Lei Municipal nº 4.346 de 26 de Agosto de 2015; Decreta:

Art.1º) Abre Crédito suplementar no valor de R\$ 39.914,17 (trinta e nove mil, novecentos e quatorze reais, dezessete centavos), a fim de suplementar o seguinte Elemento de Despesa de Dotação do Orçamento Vigente do Fundo Municipal de Saúde.

91.00 -	Fundo Municipal de Saúde		
91.05 -	Manutenção das Atividades de Assistência Hospitalar e Ambulatorial		
10.302.0055.1.025 -	Convênio com Hospital de Média, Baixa e Alta Complexidade.		
300000.00.119 -	Despesas Correntes		
330000.00.119 -	Outras Despesas Correntes		
335000.00.119 -	Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos		
335043.00.119 -	Subvenções Sociais	R\$ 39.914,17	

Art.2º) O crédito a que se refere o Artigo primeiro deste Decreto, correrá por conta de Excesso de Arrecadação do Orçamento vigente, proveniente de Recursos Próprios, do Fundo Municipal de Saúde.

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,  
26 de Agosto de 2015.  
RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ  
Secretária Municipal de Administração

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: [www.leismunicipais.com.br](http://www.leismunicipais.com.br) e [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) em data de: 26/08/2015.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

### LEI Nº 4.343 DE 26 DE AGOSTO DE 2015

LEI Nº 4.343 DE 26 DE AGOSTO DE 2015

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÕES DO ORÇAMENTO VIGENTE NO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica o Fundo Municipal de Saúde autorizado a abrir Crédito Suplementar no valor de R\$ 26.000,00 (vinte e seis mil reais), a fim de suplementar as seguintes Dotações do Orçamento Vigente.

91.00 -	Fundo Municipal de Saúde	
91.01 -	Manutenção das Atividades Administrativas	
10.301.0052.2.114 -	Manutenção e Coordenação das Atividades da Secretaria de Saúde	
300000.00.124 -	Despesas Correntes	
330000.00.124 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.124 -	Aplicações Diretas	
339030.00.124 -	Material de Consumo	R\$ 2.000,00
339039.00.124 -	Outros Serviços de Terceiros - Pessoas Jurídicas	R\$ 1.500,00
91.02 -	Manutenção das Atividades Básicas de Saúde	
10.301.0059.2.115 -	Manutenção e Coordenação da Assistência Básica de Saúde	
300000.00.124 -	Despesas Correntes	
330000.00.124 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.124 -	Aplicações Diretas	
339030.00.124 -	Material de Consumo	R\$ 6.000,00
339039.00.124 -	Outros Serviços de Terceiros - Pessoas Jurídicas	R\$ 4.000,00
91.06 -	Manutenção das Atividades de Assistência Farmacêutica	
10.303.0057.2.029 -	Aquisição e Distribuição de Medicamentos Básicos	
300000.00.124 -	Despesas Correntes	
330000.00.124 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.124 -	Aplicações Diretas	
339032.00.124 -	Material de Distribuição Gratuito	R\$ 12.500,00
	Total	R\$ 26.000,00

Art.2º) Os créditos a que se referem o Artigo primeiro desta Lei, correrão por conta de anulação parcial das seguintes Dotações do Orçamento Vigente do Fundo Municipal de Saúde.

91.00 -	Fundo Municipal de Saúde	
91.01 -	Manutenção das Atividades Administrativas	
400000.00.124 -	Despesas de Capital	
440000.00.124 -	Investimentos	
449000.00.124 -	Aplicações Diretas	
449052.00.124 -	Equipamentos e Material Permanente	R\$ 2.000,00
91.02 -	Manutenção das Atividades Básicas de Saúde	
10.301.0054.2.133 -	Manutenção e Coordenação do Programa Saúde Bucal	
300000.00.124 -	Despesas Correntes	
330000.00.124 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.124 -	Aplicações Diretas	
339030.00.124 -	Material de Consumo	R\$ 6.000,00
400000.00.124 -	Despesas de Capital	

440000.00.124 -	Investimentos		
449000.00.124 -	Aplicações Diretas		
449052.00.124 -	Equipamentos e Material Permanente	R\$ 4.000,00	
91.05 -	Manutenção das Atividades de Assistência Hospitalar e Ambulatorial		
10.302.0055.2.118 -	Manutenção dos Atendimentos Básicos Hospitalares		
300000.00.124 -	Despesas Correntes		
330000.00.124 -	Outras Despesas Correntes		
339000.00.124 -	Aplicações Diretas		
339039.00.124 -	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	R\$ 10.000,00	
91.08 -	Manutenção das Atividades do SISVAN		
10.306.0060.2.031 -	Programa de Reposição Nutricional		
300000.00.124 -	Despesas Correntes		
330000.00.124 -	Outras Despesas Correntes		
339000.00.124 -	Aplicações Diretas		
339030.00.124 -	Material de Consumo	R\$ 1.500,00	
339039.00.124 -	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	R\$ 2.500,00	
	Total	R\$ 26.000,00	

Art.3º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,  
26 de Agosto de 2015.  
RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ  
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: [www.leismunicipais.com.br](http://www.leismunicipais.com.br) e [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) em data de: 26/08/2015.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

## **LEI Nº 4.344 DE 26 DE AGOSTO DE 2015**

### **GABINETE DO PREFEITO**

LEI Nº 4.344 DE 26 DE AGOSTO DE 2015

ABRE CRÉDITO ESPECIAL, CRIA ELEMENTO DE DESPESA E SUPLEMENTA-O POR CONTA DE EXCESSO DE ARRECADAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Abre Crédito Especial, cria elemento de despesa e suplementa-o no valor de R\$ 77.885,16 (setenta e sete mil, oitocentos e oitenta e cinco reais, dezesseis centavos), a fim de suplementar o seguinte Elemento de Despesa de Dotação do Orçamento Vigente do Fundo Municipal de Saúde.

91.00 -	Fundo Municipal de Saúde		
91.01 -	Manutenção das Atividades Administrativas		
400000.00.121 -	Despesas de Capital		
440000.00.121 -	Investimentos		
449000.00.121 -	Aplicações Diretas		
449052.00.121 -	Equipamentos e Material Permanente	R\$ 77.885,16	

Art.2º) O crédito a que se refere o Artigo primeiro desta Lei, correrá por conta de Excesso de Arrecadação do Orçamento vigente, proveniente do Recurso de Alienação de Bens Móveis, do Fundo Municipal de Saúde.

Art.3º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,  
26 de Agosto de 2015.  
RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ  
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: [www.leismunicipais.com.br](http://www.leismunicipais.com.br) e [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) em data de: 26/08/2015.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

### LEI Nº 4.345 DE 26 DE AGOSTO DE 2015

LEI Nº 4.345 DE 26 DE AGOSTO DE 2015

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÕES DO ORÇAMENTO VIGENTE NO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica o Fundo Municipal de Saúde autorizado a abrir Crédito Suplementar no valor de R\$ 96.330,00 (noventa e seis mil, trezentos e trinta reais), a fim de suplementar as seguintes Dotações do Orçamento Vigente.

91.00 -	Fundo Municipal de Saúde	
91.01 -	Manutenção das Atividades Administrativas	
10.301.0052.2.114 -	Manutenção e Coordenação das Atividades da Secretaria de Saúde	
400000.00.119 -	Despesas de Capital	
440000.00.119 -	Investimentos	
449000.00.119 -	Aplicações Diretas	
449052.00.119 -	Equipamentos e Material Permanente	R\$ 25.000,00
91.05 -	Manutenção das Atividades de Assistência Hospitalar e Ambulatorial	
10.302.0055.1.025 -	Convênio com o Hospital de Média, Baixa e Alta Complexidade	
300000.00.119 -	Despesas Correntes	
330000.00.119 -	Outras Despesas Correntes	
335000.00.119 -	Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos	
339043.00.119 -	Subvenções Sociais	R\$ 71.330,00
	Total	R\$ 96.330,00

Art.2º) Os créditos a que se referem o Artigo primeiro desta Lei, correrão por conta de anulação parcial das seguintes Dotações do Orçamento Vigente do Fundo Municipal de Saúde.

91.00 -	Fundo Municipal de Saúde	
91.05 -	Manutenção das Atividades de Assistência Hospitalar e Ambulatorial	
10.302.0055.1.025 -	Convênio com o Hospital de Média e Alta Complexidade	
300000.00.119 -	Despesas Correntes	
330000.00.119 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.119 -	Aplicações Diretas	
339039.00.119 -	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	R\$ 21.330,00
10.302.0055.2.118 -	Manutenção dos Atendimentos Básicos Hospitalares	
300000.00.119 -	Despesas Correntes	
330000.00.119 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.119 -	Aplicações Diretas	
339039.00.119 -	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	R\$ 50.000,00
91.06 -	Manutenção das Atividades de Assistência Farmacêutica	
10.303.0057.2.030 -	Aquisição e Distribuição de Medicamentos Eletivos	
300000.00.124 -	Despesas Correntes	
330000.00.124 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.124 -	Aplicações Diretas	
339032.00.124 -	Material de Distribuição Gratuita	R\$ 25.000,00
	Total	R\$ 96.330,00

Art.3º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,  
26 de Agosto de 2015.  
RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ  
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: [www.leismunicipais.com.br](http://www.leismunicipais.com.br) e [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) em data de: 26/08/2015.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

### **LEI Nº 4.346 DE 26 DE AGOSTO DE 2015**

#### **GABINETE DO PREFEITO**

LEI Nº 4.346 DE 26 DE AGOSTO DE 2015

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE EXCESSO DE ARRECADAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Abre Crédito suplementar no valor de R\$ 39.914,17 (trinta e nove mil, novecentos e quatorze reais, dezessete centavos), a fim de suplementar o seguinte Elemento de Despesa de Dotação do Orçamento Vigente do Fundo Municipal de Saúde.

91.00 -	Fundo Municipal de Saúde		
91.05 -	Manutenção das Atividades de Assistência Hospitalar e Ambulatorial		
10.302.0055.1.025 -	Convênio com Hospital de Média, Baixa e Alta Complexidade.		
300000.00.119 -	Despesas Correntes		
330000.00.119 -	Outras Despesas Correntes		
335000.00.119 -	Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos		
335043.00.119 -	Subvenções Sociais	R\$ 39.914,17	

Art.2º) O crédito a que se refere o Artigo primeiro desta Lei, correrá por conta de Excesso de Arrecadação do Orçamento vigente, proveniente de Recursos Próprios, do Fundo Municipal de Saúde.

Art.3º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,  
26 de Agosto de 2015.  
RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ  
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: [www.leismunicipais.com.br](http://www.leismunicipais.com.br) e [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) em data de: 26/08/2015.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

### **LEI Nº 4.347 DE 26 DE AGOSTO DE 2015**

#### **GABINETE DO PREFEITO**

LEI Nº 4.347 DE 26 DE AGOSTO DE 2015

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE EXCESSO DE ARRECADAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Abre Crédito suplementar no valor de R\$ 126.438,05 (cento e vinte e seis mil quatrocentos e trinta e oito reais e cinco centavos), a fim de suplementar os seguintes Elementos de Despesas de Dotações do Orçamento Vigente.

03.00 -	Secretaria Municipal de Administração		
03.01 -	Serviço de Administração		
04.122.0005.2.102 -	Manutenção e Coordenação das Atividades da Secretaria de Administração		
300000.00.896 -	Despesas Correntes		
330000.00.896 -	Outras Despesas Correntes		
339000.00.896 -	Aplicações Diretas		

339039.00.896 -	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	R\$ 76.438,05
13.00 -	Secretaria Municipal de Saneamento Ambiental	
13.01 -	Serviço de Saneamento Ambiental	
17.512.0077.2.124 -	Manutenção e Coordenação das Atividades da Secretaria de Saneamento Ambiental	
300000.00.766 -	Despesas Correntes	
330000.00.766 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.766 -	Aplicações Diretas	
339039.00.766 -	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	R\$ 50.000,00

Art.2º) Os créditos a que se referem o Artigo primeiro desta Lei, correrão por conta de Excesso de Arrecadação do Orçamento vigente, proveniente de Recursos Próprios Municipais.

Art.3º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

### **PORTARIA Nº 12.176 DE 25 DE AGOSTO DE 2015**

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 12.176 DE 25 DE AGOSTO DE 2015

AUTORIZA PAGAMENTO DE LICENÇA PRÊMIO AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 191 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de Setembro de 2002; alterado pela Lei Complementar Municipal nº 099 de 19 de Junho de 2013; Resolve:

Art.1º) Autorizar o pagamento de Licença Prêmio ao Servidor Público, VENÍCIO NEGHERBON, Matrícula Funcional nº 000582, Registro no Sistema sob nº 954771, ocupante do Cargo Público de Agente Operacional III, exercendo a Função de Operador de Máquinas, Equipamentos e Veículos Pesados, lotado na Secretaria Municipal de Planejamento, Transportes e Obras, referente ao período aquisitivo de 14 de Julho de 2012 a 14 de Julho de 2015.

Art.2º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito do Município de Campo Alegre/SC., 25 de Agosto de 2015.

RUBENS BLASZKOWSKI

Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ

Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) em data de: 26/08/2015.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA

Chefe de Gabinete do Prefeito

### **PORTARIA Nº 12.177 DE 25 DE AGOSTO DE 2015**

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 12.177 DE 25 DE AGOSTO DE 2015

AUTORIZA PAGAMENTO DE ABONO PECUNIÁRIO SOBRE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial o Artigo 161 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de Setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Autorizar o pagamento de Abono Pecuniário de 10 (dez) dias sobre Férias, a Servidora Pública Municipal, ARIADNE LUCIANA HACK, ocupante de Cargo Público e exercendo a Função de Enfermeira, Matrícula Funcional nº 000767, Registro no Sistema sob nº 955376, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Social do Município Campo Alegre/SC.

Parágrafo único - O abono pecuniário de que trata o caput deste Artigo refere-se ao período aquisitivo 08 de Maio de 2014 á 31 de Dezembro de 2014, em moeda corrente oficial na data de pagamento, sendo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Art.2º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,

25 de Agosto de 2015.

RUBENS BLASZKOWSKI

Prefeito Municipal



LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ  
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) em data de: 26/08/2015.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

#### **PORTARIA Nº 12.178 DE 25 DE AGOSTO DE 2015**

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 12.178 DE 25 DE AGOSTO DE 2015

CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial o Artigo 176, da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de Setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder Licença para Tratamento de Saúde a Servidora Pública Municipal, TACIANA AMORIM CUNHA, Matrícula Funcional nº 000153, Registro no Sistema sob nº 294080, ocupante do Cargo Público de Professor I, exercendo a Função Gratificada de Diretor Pedagógica da Educação Infantil, lotada na Secretaria Municipal de Educação, por motivo de doença, pelo período de 05 de Agosto de 2015 a 05 de Setembro de 2015.

Parágrafo único: A Licença concedida de que trata o Art. 1º desta Portaria, será custeada pelos cofres públicos pelo Tesouro do Poder Executivo Municipal a partir de 05 de Agosto de 2015 a 19 de Agosto de 2015; já o período de 20 de Agosto de 2015 a 05 de Setembro de 2015 será custeado pelo IPRECAL – Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Campo Alegre/SC.

Art.2º) Esta Portaria entra em vigor na data de publicação, com efeitos retroativos a 05 de Agosto de 2015.

Art.3º) Revogam-se as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,  
25 de Agosto de 2015.  
RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ  
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) em data de: 26/08/2015.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

#### **RATIFICAÇÃO 63/2015**

RATIFICAÇÃO

Na qualidade de Secretária Municipal de Administração, e, no uso de minhas atribuições legais, RATIFICO a decisão acima emanada pela Comissão Permanente de Licitações, no Processo de Dispensa de Licitação, inciso V, nº 63/2015, para TELEFÔNICA BRASIL S/A para prestar serviço de telefonia móvel digital com tecnologia GSM, no Estado de Santa Catarina, por intermédio 26 (vinte e seis) Códigos de Acesso, com o fornecimento de 26 (vinte e seis) Estações Móveis (através de comodato gratuito), devidamente ativadas (habilitadas), associadas a um Plano Pós-Pago de Serviço, sem franquia global, com estimativa mensal de 5.000 minutos, dos quais 4.500 minutos/mês para ligações VC/VC1, 250 minutos/mês para ligações VC2 e 250 minutos/mês para ligações VC3, e serviços de DSL-1, DSL-2, AD, Mensagem SMS (torpedo), Intra-Grupo Zero e Acesso a Caixa Postal, com o valor de R\$ 2.313,00.

Publique-se,

Campo Alegre, 23 de junho de 2015.  
LUCILAINE MOKFA SCHWARZ  
Secretária Municipal de Administração

# Campo Erê

## PREFEITURA

### **PRIMEIRO ADITIVO A ATA DE RP FMS Nº 01/2015**

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ERÊ/SC.

1º TERMO ADITIVO DE REEQUILIBRIO FINANCEIRO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS FMS 01/2015.

CONTRATANTE: O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAMPO ERÊ, CNPJ/MF sob o nº 11.307.776/0001-75. DETENTORA: REUNIDAS TURISMO S/A, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 04.176.082/0001-80. OBJETO: Reequilíbrio financeiro no percentual de 7,708 % a incidir sobre os itens 01 à 10. FUNDAMENTO LEGAL: alínea "d", Inciso II, do art. 65, da Lei 8.666/93, c/atual e Resolução ANTT nº 4.765/2015. Campo Erê/SC, em 25/08/2015 SIGNATÁRIOS: Juceli Damasio Silveira pelo Contratante e Rui Caramori pela Detentora.



# Campos Novos

## PREFEITURA

### 4183/2015 REPUBLICADA - AUTORIZA A INCLUSÃO DE AÇÃO NO PPA E NA LDO, ABRE CREDITO CREDITO ADICIONAL ESPECIAL E DA OUTRAS PROVIDENCIAS REPUBLICADA

LEI Nº 4.183/2015 DE 11/06/2015

AUTORIZA A INCLUSÃO DE AÇÃO NO PPA E NA LDO, ABRE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições previstas no Art. 100, inciso V da Lei Orgânica,

FAZ SABER A TODOS OS HABITANTES DESTE MUNICÍPIO QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU, E ELE SANCIONA A PRESENTE LEI:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo autorizado a incluir no Plano Plurianual do Município para o quadriênio 2014/2017, aprovado pela Lei nº 3.976/2013 de 27/11/13, a seguinte ação:

#### ANEXO II

Programa: 36 – SAMAE – SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO

Tipo de Ação: Atividade

Ação: 2.062 – Manutenção dos Serviços de Regulação Consórcio Público CISAM Meio Oeste

Função: 17 - Saneamento

Subfunção: 512 – Saneamento Básico Urbano

Recursos: 603 – Recursos Ordinários

Art. 2º. Fica o Poder Executivo autorizado a incluir na Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO, aprovada pela Lei nº 4.054/2014 de 18/07/2014, a seguinte ação:

#### ANEXO II

Programa: 36 – SAMAE – SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO

Tipo de Ação: Atividade

Ação: 2.062 – Manutenção dos Serviços de Regulação Consórcio Público CISAM Meio Oeste

Função: 17 - Saneamento

Subfunção: 512 – Saneamento Básico Urbano

Recursos: 603 – Recursos Ordinários

Art. 3º. Fica o Poder Executivo autorizado a abrir crédito adicional especial no orçamento do SAMAE, no exercício de 2015, no valor de R\$ 34.484,87 (trinta e quatro mil quatrocentos e oitenta e quatro reais e oitenta e sete centavos), a ser aplicado nas seguintes classificações orçamentárias:

17.512.0036.2.062 – Manutenção dos Serviços de Regulação Consórcio Público CISAM Meio Oeste  
3.3.93.00.00.00.00.00.0603 – Aplicações Diretas .....  
..... 34.484,87

Art. 4º. Para a cobertura do crédito previsto no Art. 3º, serão utilizados recursos provenientes das seguintes rubricas orçamentárias do orçamento do SAMAE:

17. 512.0036.2.059 – Manutenção do Sistema de Operação e Manutenções do Sistema de Água  
3.3.90.00.00.00.00.00.0603 – Aplicações Diretas .....  
.....22.17  
6,88

17.512.0036.2.060 – Manutenção do Sistema de Operação e Manutenções do Sistema de Esgoto

3.3.90.00.00.00.00.00.0603 – Aplicações Diretas .....  
.....  
12.307,99

Art. 5º. Esta Lei entra em vigor na data de sua republicação, revogando as disposições contrárias.

Prefeitura Municipal de Campos Novos, 25 de agosto de 2015.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

### 7308/2015 REPUBLICADO- REGULAMENTA LEI 4183/2015 REPUBLICADO

DECRETO Nº 7.308/15 DE 11/06/15

REGULAMENTA LEI Nº 4.183/15

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Lei nº 3.976/13 de 27/11/13 (Plano Plurianual), Lei nº 4.054/14 de 18/07/2014 (Lei de Diretrizes Orçamentárias) e Lei nº 4.102 de 17/12/2014 (Lei Orçamentária Anual),

DECRETA:

Art. 1º - Ficam suplementados em R\$ 34.484,87 (Trinta e quatro mil quatrocentos e oitenta e quatro reais e oitenta e sete centavos) dotações orçamentárias constantes do Art. 1º da Lei nº 4.183/15.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua republicação.

Prefeitura de Campos Novos, registrado e republicado o presente Decreto em, 25 de agosto de 2015 .

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

### 7339/2015 - ABRE CREDITO ADICIONAL ESPECIAL NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE CAMPOS NOVOS

DECRETO Nº 7339/15 DE 25/08/2015

ABRE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE CAMPOS NOVOS SC

Nelson Cruz, Prefeito Municipal de Campos Novos SC, no uso de suas atribuições legais, e autorizado conforme Lei 4.196/2015 de 13/08 2015.

DECRETA

Art. 1º Fica aberto no orçamento do Município de Campos Novos SC, crédito adicional suplementar no valor de R\$3.000.000,00 (Três milhões) para a suplementação do seguinte programa:

Órgão: 08 – Secretaria de Transportes, obras

Unidade: 25 – Departamento de Manutenção e apoio operacional  
Proj/Ativ: 107-4.4.90.00.00.00.00.01.0083.00000 – aplicações  
diretas... R\$ 2.564.626,75

Proj/Ativ: 113-4.4.90.00.00.00.00.01.0000.00000 – Aplicações  
diretas...R\$ 435.373,25

Art. 2º - De acordo com a Lei 4.320/1964, artigo 43, parágrafo 1º, inciso IV, serviram como recursos para abertura do crédito suplementar de que trata o presente Decreto as receitas provenientes da Operação de crédito autorizada pela Lei nº 4.196/2015, de 13/08/2015.

§ 1º – Os créditos abertos deverão corresponder à efetiva arrecadação, segundo a liberação financeira dos recursos provenientes da operação de crédito, atendido o critério disposto no caput deste artigo.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Campos Novos SC, em 25 de agosto de 2015.

NELSON CRUZ  
Prefeito Municipal

### **AVIOS DE LICITAÇÃO PP 01/2015**

AVISO DE LICITAÇÃO  
FUNREBOM

PROCESSO DE COMPRA Nº 02/2015  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 01/2015

O Município de Campos Novos, através do Fundo de Reequipamento do Corpo de Bombeiros, torna público que fará realizar no dia 08 de Setembro de 2015 às 14h30min, Pregão Presencial do tipo menor preço por item, tendo como objeto o REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS E MATERIAL DE HIGIENE E LIMPEZA, PARA ALIMENTAÇÃO DAS GUARNIÇÕES DE SERVIÇO DO CORPO DE BOMBEIROS E LIMPEZA DO QUARTEL.

O Edital que está amparado na lei de licitações encontra-se à disposição dos interessados no site [www.camposnovos.sc.gov.br](http://www.camposnovos.sc.gov.br) ou na sede da Prefeitura, localizado na Rua Expedicionário João Batista de Almeida, nº 323, no horário das 13h30min às 18h30min diariamente.

Campos Novos, 26 de Agosto de 2015.

NELSON CRUZ  
Prefeito Municipal

### **AVISO DE LICITAÇÃO PP 42/15 TRANSPORTE ESCOLAR**

AVISO DE LICITAÇÃO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS

PREGÃO PRESENCIAL Nº 42/2015.

O Município de Campos Novos torna público que fará realizar no dia 10 de setembro de 2015 às 16:00 horas, na sala de reuniões da Prefeitura, PREGÃO PRESENCIAL tendo como objeto a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE TRANSPORTE ESCOLAR, DO TIPO MENOR PREÇO POR KM RODADO, CONFORME ESPECIFICAÇÕES NA PROPOSTA DO ANEXO II OU PADRONIZADA DO AUTO COTAÇÃO O Edital que está amparado na lei de licitações encontra-se à disposição dos interessados no site

[www.camposnovos.sc.gov.br](http://www.camposnovos.sc.gov.br) ou na sede da Prefeitura, localizado na Rua Expedicionário João Batista de Almeida, 323.

Campos Novos, 26 de agosto de 2015.

NELSON CRUZ  
Prefeito Municipal.

### **AVISO DE PP Nº2/2015.**

AVISO DE LICITAÇÃO  
FUNREBOM  
PROCESSO DE COMPRA Nº 03/2015  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 02/2015.

O Município de Campos Novos, através do Fundo de Reeq. do Corpo de Bombeiros de Campos Novos, torna público que fará realizar no dia 09 de Setembro de 2015 às 14h30 horas, Pregão Presencial do tipo MENOR PREÇO POR ITEM, tendo como objeto a AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PARA SALVAMENTO E RESGATE DO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DE CAMPOS NOVOS. CONFORME PROPOSTA PADRONIZADA.

O Edital que está amparado na lei de licitações encontra-se à disposição dos interessados no site [www.camposnovos.sc.gov.br](http://www.camposnovos.sc.gov.br) ou na sede da Prefeitura, localizado na Rua Expedicionário João Batista de Almeida nº 323, no horário das 13h30min às 18h00min diariamente.

Campos Novos, 25 de Agosto de 2015.

NELSON CRUZ  
Prefeito Municipal

### **DECRETO 7336 ANULA E SUPLEMENTA DOTAÇÃO ORÇAMENTOS DO ORC GERAL DO MUNICIPIO**

DECRETO Nº 7.336/15 DE 24/08/2015

ANULA E SUPLEMENTA DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS NO ORÇAMENTO GERAL DO MUNICÍPIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Lei nº 3.976/13 de 27/11/13 (Plano Plurianual), Lei nº 4.054 de 18/07/2014 (Lei de Diretrizes Orçamentárias) e Lei nº 4.102 de 17/12/2014 (Lei Orçamentária Anual),

DECRETA:

Art. 1º. Ficam suplementadas no orçamento do Município o valor de 2.003.343,79 (Dois milhões e três mil, trezentos e quarenta e três reais e setenta e nove centavos) no projeto/atividade abaixo discriminado:

ÓRGÃO: 04 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA  
UNIDADE: 09 – DPTO DE PLANEJAMENTO EDUCACIONAL  
PROJETO/ATIVIDADE: 2.018 – Manutenção do Ensino/Remuneração Profissionais do Magistério  
Elementos de despesa: 36- 3.1.90.00.00.00.00.00.01.0018- Aplicações Diretas ..... R\$2.003.343,79

Art. 2º. Para a cobertura do crédito previsto no Art. 1º, ficam anulados os recursos provenientes do projeto/atividade abaixo discriminado:

ÓRGÃO: 04 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA  
UNIDADE: 09 – DPTO DE PLANEJAMENTO EDUCACIONAL  
PROJETO/ATIVIDADE: 2.018 – Manutenção do Ensino/

Remuneração Profissionais do Magistério  
Elementos de despesa: 37- 3.1.90.00.00.00.00.01.0019-  
Aplicações Diretas ..... R\$2.003.343,79

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Campos Novos, em 24 de agosto de 2015.  
NELSON CRUZ  
Prefeito Municipal

**DECRETO 7337/2015 APROVA DESMEMBRAMENTO DE IMÓVEL URBANO E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS**  
DECRETO Nº 7.337/2015 DE 24/08/2015

APROVA DESMEMBRAMENTO DE IMÓVEL URBANO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e;

Considerando parecer técnico do Departamento de Engenharia, nos autos do Processo Administrativo nº 2.479/15;

Considerando as disposições da Lei Federal nº 6.766, Lei Estadual nº 6.063, c/c artigos 55, §2º, 57, inciso III, e §4º da Lei Complementar nº 03 de 28 de maio de 2007 – Plano Diretor;

Com amparo no artigo 100, incisos VIII – XVIII da Lei Orgânica do município,

DECRETA:

Art. 1º. Fica autorizado o desmembramento do terreno urbano de propriedade de Comércio de Cortinas Sonha Ltda Me, inscrita no CNPJ sob nº 01.572.758/0001-67, com área total de 2.849,10 m² (dois mil oitocentos e quarenta e nove reais e dez centímetros quadrados), matriculado no Cartório de Registro de Imóveis da comarca de Campos Novos sob nº 30.423.

Art. 2º. O desmembramento autorizado por este decreto dá origem a 3 (três) unidades imobiliárias autônomas com as seguintes características e confrontações:

Lote 01 com a área superficial de 595,46 m² e as seguintes confrontações:

Norte: com a Avenida Caetano Belincanta em 12,00 metros;  
Sul: com Dionisio Cardoso em 3,76 metros + com Marilene dos Santos em 8,24 metros;  
Leste: com Comércio de Cortinas Sonha Ltda Me (lote 02) em 49,22 metros;  
Oeste: com Nativa Construtora e Incorporadora em 49,56 metros.

Lote 02 com a área superficial de 580,97 m² e as seguintes confrontações:

Norte: com a Avenida Caetano Belincanta em 12,00 metros;  
Sul: com Marilene dos Santos em 6,52 metros + com Sebastião Moraes em 5,48 metros;  
Leste: com Comércio de Cortinas Sonha Ltda Me (lote 03 – área remanescente) em 47,81 metros;  
Oeste: com Comércio de Cortinas Sonha Ltda Me (lote 01) em 49,22 metros.

Lote 03 com a área superficial de 1.672,67 m² e as seguintes confrontações:

Norte: com a Avenida Caetano Belincanta em 37,52 metros;  
Sul: com Sebastião Moraes em 9,50 metros + com Daniel Kunen em 28,40 metros;  
Leste: com a Rua Cel. Ozório Fagundes em 42,20 metros;  
Oeste: com Comércio de Cortinas Sonha Ltda Me (lote 02) em 47,81 metros.

Art. 3º. Ficam aprovadas as plantas e memoriais descritivos das unidades imobiliárias descritas no artigo 2º deste decreto.

Art. 4º. Ficam autorizados os Tabelionatos e Cartório de Registro de Imóveis da comarca de Campos Novos, a promoverem a escrituração e as averbações que se fizerem necessárias a transferência de domínio e registro dos imóveis objeto deste decreto.

Art. 5º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura de Campos Novos, registrado e publicado o presente Decreto em, 24 de agosto de 2015.  
NELSON CRUZ  
Prefeito Municipal

**DECRETO 7338/2015 - TRANSFERE CONCESSÃO PARA EXPLORAÇÃO DE PONTO DE TAXI**  
DECRETO Nº 7.338/2015 DE 24/08/2015

TRANSFERE CONCESSÃO PARA EXPLORAÇÃO DE PONTO DE TAXI

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, com amparo no artigo 100, incisos VIII – XVIII da Lei Orgânica do município,

DECRETA:

Art. 1º. Fica autorizada a transferência da concessão para exploração de ponto de táxi de Wilso Reinaldo, portador do CPF sob nº 898.281.279-20, para Sonia Leia Tidre, inscrita no CPF sob nº 033.609.539-24, tendo em vista a comprovação das exigências descritas no art. 4º da lei nº 2.934/05.

Art. 2º. O ponto de táxi objeto da transferência está localizado no Terminal Rodoviário "Governador Pedro Ivo Campos".

Art. 3º. O beneficiado pela transferência da concessão deverá comprovar perante a Secretaria de Administração da Prefeitura Municipal, no prazo de 30 dias, o disposto no art. 9º da Lei 2.934/05, bem como as demais disposições da referida lei, sob pena de revogação da concessão.

Art. 4º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições contrárias.

Prefeitura de Campos Novos, registrado e publicado o presente Decreto em,  
24 de agosto de 2015.  
NELSON CRUZ  
Prefeito Municipal

**LEI 4102/2014 - ANEXO 1**

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2015

Demonstrativo da Receita e Despesa segundo as Categorias Econômicas (Anexo 1 da Lei nº 4.320/64)

Página: 1/1

Receitas	Valor	Despesas	Valor
RECEITAS CORRENTES	98.838.513,10	DESPESAS CORRENTES	88.504.180,48
RECEITA TRIBUTÁRIA	12.939.492,78	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	56.565.171,29
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	1.393.974,15	JUROSE ENCARGOS DA DÍVIDA	822.500,00
RECEITA PATRIMONIAL	896.143,77	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	31.116.509,19
RECEITA AGROPECUÁRIA	445,31		
RECEITA DE SERVIÇOS	8.756.139,54		
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	73.807.086,01		
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	1.045.231,54		

		Superavit	10.334.332,62
Total	98.838.513,10	Total	98.838.513,10
Superavit do orçamento corrente	10.334.332,62		
RECEITAS DE CAPITAL	5.453.484,79	DESPESAS DE CAPITAL	15.767.317,41
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	3.531.504,98	INVESTIMENTOS	11.468.317,41
ALIENAÇÃO DE BENS	124.053,78	INVERSOES FINANCEIRAS	32.000,00
AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS	29.710,11	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	4.267.000,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	1.768.215,92		
Deficit	10.313.832,62		
Total	15.767.317,41	Total	15.767.317,41
Resumo			
RECEITAS CORRENTES	111.641.074,77 107,05%	DESPESAS CORRENTES	88.504.180,48 84,86%
RECEITAS DE CAPITAL	5.453.484,79 5,23%	DESPESAS DE CAPITAL	15.767.317,41 15,12%
DEDUÇÕES DA RECEITA	-12.802.561,67 -12,28%	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	20.500,00 0,02%

Total 104.291.997,89 100,00%

Total 104.291.997,89 100,00%

NELSON CRUZ  
Prefeito MunicipalDIÓGENES ZOLDAN  
Secretário de Planejamento e CMARCIA ELIZA CANALIKAI PER  
Secretário de Administração e Finanças**LEI 4201 AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A CEDER EM COMODATO BEM IMÓVEL QUE MENCIONA**

LEI Nº 4.201/2015 DE 25/08/2015

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A CEDER EM COMODATO BEM IMÓVEL QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Nelson Cruz, Prefeito Municipal de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições previstas no Art. 100, inciso V da Lei Orgânica e na forma da lei...

FAZ SABER A TODOS OS HABITANTES DESTA MUNICÍPIO QUE A CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES APROVOU E ELE SANCIONA A SEGUINTE LEI:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo autorizado a ceder em Comodato ao Clube de Mães "Oportunidade para Todas", o imóvel onde funcionava a Escola Municipal Isolada Roseli Nunes, localizada no Assentamento 30 de Outubro, em Campos Novos.

Art. 2º. O comodato será celebrado na forma da minuta em anexo, pelo prazo de 10 (dez) anos, podendo ser prorrogado por igual período se for do interesse do Poder Executivo.

Art. 3º. Ao término da vigência do comodato o comodatário restituirá o bem descrito no artigo 1º, em igual condição de uso que recebeu.

Art. 4º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura de Campos Novos, 25 de agosto de 2015.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

**LEI COMPLEMENTAR 07/2015 ALTERA REDAÇÃO DA LEI COMPLEMENTAR Nº 04/2009 DE 10/07/09 QUE DISPÕE SOBRE OS PRINCÍPIOS DA POLÍTICA DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE**

LEI COMPLEMENTAR Nº 07/2015 DE 25/08/2015

ALTERA REDAÇÃO DA LEI COMPLEMENTAR Nº 04/2009 DE 10/07/09 – QUE DISPOE SOBRE OS PRINCÍPIOS DA POLÍTICA DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Nelson Cruz, Prefeito Municipal de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições previstas no Art. 100, inciso V da Lei Orgânica e na forma da lei...

FAZ SABER A TODOS OS HABITANTES DESTE MUNICÍPIO QUE A CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES APROVOU E ELE SANCIONA A SEGUINTE LEI:

Art. 1º. O art. 8º, da LC nº 04/09 passa a vigorar com a seguinte redação,:

“Art. 8º. O CMDCA é composto por 10 (dez) membros, sendo:

I- Cinco (cinco) conselheiros titulares, com os respectivos suplentes, indicados pelos seguintes órgãos e entidades governamentais do município:

- a) (...)
- b)
- c)
- d)
- e)

II- Cinco (cinco) conselheiros titulares, com os respectivos suplentes, indicados pelos seguintes órgãos e entidades não-governamentais do município:

- a) (...)
- b)
- c)
- d)
- e) ACADAV (Associação Camponovense de Apoio aos Deficientes Auditivos e Visuais)”

Art. 2º. Os demais dispositivos permanecem inalterados.

Art. 3º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Campos Novos, 25 de agosto de 2015.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

**LEI COMPLEMENTAR 06/2015 - ALTERA REDAÇÃO DA LEI COMPLEMENTAR Nº 03/2007 - PLANO DIRETOR**

LEI COMPLEMENTAR Nº 06 /2015 DE 25/08/2015

ALTERA REDAÇÃO DA LEI COMPLEMENTAR Nº 03/2007

Nelson Cruz, Prefeito Municipal de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições previstas no Art. 100, inciso V da Lei Orgânica e na forma da lei...

FAZ SABER A TODOS OS HABITANTES DESTE MUNICÍPIO QUE A CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES APROVOU E ELE SANCIONA A SEGUINTE LEI:

Art. 1º. A Tabela I do Anexo III da Lei Complementar nº 03/2007, passa a vigorar com a seguinte redação:

PADRÕES PARA GARAGENS RESIDENCIAIS		
NOTAS	ATIVIDADES	Nº DE VAGAS P/ ESTACIONAMENTO
1*	Unifamiliar	1 vaga p/ unidade
2*	Multifamiliar até 180m² de área constr. p/ apto.	1 vaga p/ unidade habitacional
-	Multifamiliar acima de 180m² de área constr. p/ apto.	2 vagas p/ unidade habitacional

PADRÕES P/ GARAGENS COMERCIAIS		
NOTAS	ATIVIDADES	Nº DE VAGAS P/ ESTACIONAMENTO
-	Comércio Varejista até de 150m²	1 vaga p/ 150m² ou fração de área adicionada
-	Centro Comercial, Loja de Departamento.	1 vaga p/ 50m² de área constr.



-	Supermercados acima de 150m²	1 vaga p/ cada 50m² área de área constr. 1 vaga p/ caminhões p/ área constr. Acima de 500m² .
-	Comércio de Materiais de Constr.	1 vaga p/ 150m² de área constr.
-	Depósitos acima de 250m²	1 vaga p/ 250m² de área constr.; 1 vaga p/ caminhões 250m²
-	Comércio Atacadista acima de 500m²	1 vaga p/ 200m² ou fração de área adicionada; 1 vaga p/ caminhão/500m² área constr.

1\* Para unidades habitacionais unifamiliares populares/ZEIS não será exigido vaga de estacionamento.

2\* Para os conjuntos habitacionais populares multifamiliares será reduzido em 50%.

PADRÕES P/ GARAGENS SERVIÇOS		
NOTA	ATIVIDADES	Nº DE VAGAS P/ESTACIONAMENTO
-	Consultórios e Escritórios em geral	1 vaga p/ 120m² de área constr.
-	Oficinas de reparos e Serviços de manutenção em veículos	1 vaga p/ 75m² de área constr.
-	Oficina de Reparos em geral	1 vaga p/ 100m² de área constr.
-	Laboratórios, Casas de Repouso, Ambulatórios, Clínica, Policlínica, Hospital, Maternidade e Similares	1 vaga p/ 100m² de área constr.
-	Hotéis e demais meios de hospedagem	1 vaga p/ 3 unid. de alojamento; 1 vaga p/ ônibus/ 40 unid. alojamento.
-	Transportadoras com coleta e distribuição de mercadorias	1 vaga p/ caminhão 200m² de área constr.
-	Motéis	1 vaga p/ cada unid. Alojamento
-	Quadras para Esporte, Estádios, Ginásios Cobertos e Similares	1 vaga p/ cada 10m² de arquibancada
-	Bancos e demais serviços de crédito	1 vaga p/ 50m² de área constr.
*	Ensino de 3º Grau, 2º Grau, Particular e Cursinhos	1 vaga p/ 100m² de área constr.
-	Cemitérios	1 vaga p/ 300m² de terreno com o mínimo de 10 vagas

\* Para os estabelecimentos públicos será reduzido em 30%.

PADRÕES P/ GARAGENS INDÚSTRIAS		
NOTA	ATIVIDADES	Nº DE VAGAS P/ESTACIONAMENTO
-	Atividades industriais acima de 250m²	1 vaga p/ 250m² de área constr.; 1 vaga p/ caminhão/500m² de área constr.

Art. 2º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Campos Novos, 25 de agosto de 2015.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

### PORTARIA 1335/15

PORTARIA Nº 1335/15 de 25/08/2015

EXONERA A PEDIDO O SERVIDOR ROBSON JOUBERT DOS SANTOS

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Exonerar a pedido o servidor ROBSON JOUBERT DOS SANTOS do cargo de TECNICO EM APOIO ADMINISTRATIVO. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação.

C O M U N I Q U E – S E

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,  
25 de agosto de 2015

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

### PORTARIA Nº 1334/15

PORTARIA Nº 1334/15 DE 24/08/2015

FAZ READAPTAÇÃO DE SERVIDOR PÚBLICO QUE MENCIONA

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica e Constituição Federal; Considerando o pedido da servidora e os laudos médicos emitidos pela Junta Médica do Município, onde se verifica que a servidora pública ILANIR CATARINA NEVES está inapta para exercer as funções de seu cargo;

Considerando as regras contidas no art. 25 do estatuto dos Servidores Públicos do Município (LC nº 03/00);

**RESOLVE:**

Art. 1º- Fica readaptada permanentemente a servidora ILANIR CATARINA NEVES no cargo de Professora na Biblioteca do Grupo Escolar Municipal Deputado Waldemar Rupp, com carga horária semanal de 40 horas;

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em 24 de agosto de 2015.

NELSON CRUZ  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 1336/15**

PORTARIA Nº 1.336/15 DE 25/08/15

**REINTEGRA NO SERVIÇO PÚBLICO MUNICIPAL O SERVIDOR QUE MENCIONA**

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e;  
Considerando os documentos acostados aos autos do Processo 0001777-47.2014.8.24.0014/01;

Considerando o pedido de retorno ao trabalho da Licença sem Vencimentos, conforme Processo Administrativo N º 2487/2015;

Com amparo no artigo 100, incisos VIII e XII da Lei Orgânica,

**RESOLVE:**

Art. 1º - Reintegrar no Serviço Público Municipal JOAREZ AGOSTINHO DOS PASSOS, ocupante do cargo de motorista nomeado pelo regime estatutário em 07/04/2004.

Art. 2º - Determinar o retorno do servidor citado da Licença sem Remuneração.

Art 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 21 de agosto de 2015.

**C O M U N I Q U E – S E**

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 25 de agosto de 2015

NELSON CRUZ  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 1337/15**

PORTARIA Nº 1337/15 DE 25/08/15

**CONCEDE AFASTAMENTO POR AUXÍLIO DOENÇA AO SERVIDOR JOAREZ AGOSTINHO DOS PASSOS**

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

**RESOLVE:**

Conceder afastamento por auxílio doença a JOAREZ AGOSTINHO DOS PASSOS pelo período em que permanecer no INSS. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação. Retroagindo seus efeitos a 21 de agosto de 2015.

**C O M U N I Q U E – S E**

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 25 de agosto de 2015.

NELSON CRUZ  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 539/15**

PORTARIA Nº 539/15 de 27/02/15

**CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO ALINE GUARDA**

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Art. 2º da Lei 1.967/93, e considerando a existência de vaga excedente,

**RESOLVE:**

Contratar em caráter temporário, ALINE GUARDA para exercer o cargo de PROFESSOR em nível II, atribuindo-lhe uma carga horária de 40 horas semanais com os vencimentos estabelecidos em Lei. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 02 de fevereiro de 2015.

**C O M U N I Q U E – S E.**

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 27 de fevereiro de 2015.

NELSON CRUZ  
Prefeito Municipal

**CÂMARA MUNICIPAL****MOÇÃO Nº 90/2015**

MOÇÃO Nº 90/2015

Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Campos Novos

Os Vereadores que a presente subscrevem, componentes do Poder Legislativo, com assento nesta Casa, membros titulares da Câmara Municipal de Vereadores de Campos Novos, no uso das prerrogativas legais que lhe são atribuídas e amparados no artigo 139 e 140 do Regimento Interno, e após ouvido o plenário desta Casa, seja oficiado ao homenageado a seguinte...

O Poder Legislativo de Campos Novos - SC, por meio de seus representantes Legais, a pedido dos Vereadores Maurílio Castro Campagnoni (Cássio), Nelson Carafa, Irineu Armando Osório Junior manifesta integral e irrestrita Parabenização ao Professor...

"NEREU SUTIL E A SELEÇÃO CATARINENSE DE BASQUETE SUB-15 FEMININO"

É com grande satisfação que viemos através desta parabenizá-los pela conquista do 3º Lugar no Campeonato Brasileiro de Basquete – 1ª Divisão realizado na cidade de Curitiba – PR.

É um enorme orgulho para nós camponovenses termos em nossa cidade atletas desta categoria representando nosso Estado.

Somos sabedores do esforço e dedicação do professor Nereu, sempre em prol do esporte camponovense, incentivando nossos atletas e também de toda a equipe.

Assim sendo, reiteramos nossos agradecimentos e congratulações, desejando-lhe sorte e sucesso nas próximas competições e nos colocando sempre à disposição.

Sala das Sessões, em 19/08/2015.

Nelson Carafa
Presidente da Mesa

Continuação moção nº. 90/2015...

Maurílio Castro Campagnoni 1º Secretário	Irineu Armando Osório Junior Vereador
Dirceu José Kaiper Vice-Presidente	Adavilson Telles 2º Secretário
Jocil Pedro Pereira Vereador	José Tadeu Guzatti Vereador
Ricardo Damásio Vereador	Rui Jorge Tomazoni Vereador

**MOÇÃO Nº 91/2015**

MOÇÃO Nº 91/2015

Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Campos Novos

Os Vereadores que a presente subscrevem, componentes do Poder Legislativo, com assento nesta Casa, membros titulares da Câmara Municipal de Vereadores de Campos Novos, no uso das prerrogativas legais que lhe são atribuídas e amparados no artigo 139 e 140 do Regimento Interno, e após ouvido o plenário desta Casa, seja oficiado aos homenageados a seguinte...

O Poder Legislativo de Campos Novos - SC, por meio de seus representantes Legais, a pedido do Vereador Maurílio Castro Campagnoni (Cássio) manifesta integral e irrestrita Parabenização a ...

"DIREÇÃO E EQUIPE DO JORNAL FOLHA INDEPENDENTE"

É com enorme satisfação que viemos através desta parabenizá-los pelos 2 anos de sucesso do jornal Folha Independente.

Somos sabedores do esforço, dedicação e seriedade da equipe do Folha Independente a qual respeita, valoriza e atende as necessidades de seus leitores sempre com muito profissionalismo e comprometimento.

Parabenizamos em especial as proprietárias Gisiane Agostini e Francieli Parenti, jornalistas extremamente capacitadas, que estão à frente deste tão importante veículo de comunicação nos trazendo uma leitura diversificada, de qualidade e com credibilidade.

Assim sendo, reiteramos nossos agradecimentos e congratulações, desejando-lhes sorte e sucesso, nos colocando sempre à disposição.

Sala das Sessões, em 19/08/2015.

Maurílio Castro Campagnoni	Nelson Carafa
1º Secretário	Presidente da Mesa



# Canoinhas

## PREFEITURA

### ANULAÇÃO DO EDITAL DE CARTA CONVITE N.º PMC 01/2015

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS  
PROCESSO LICITATÓRIO N.º PMC 148/2015  
CARTA CONVITE N.º PMC 01/2015  
AVISO DE ANULAÇÃO DE LICITAÇÃO

O Prefeito do Município de Canoinhas, no uso de suas atribuições legais, torna pública a anulação da Carta Convite N.º PMC 01/2015, que tem por objeto CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA ADEQUAÇÃO DA REDE ELÉTRICA, INSTALAÇÃO DE PONTOS DE ENERGIA, ILUMINAÇÃO DE EMERGÊNCIA E OUTROS, NO PARQUE MUNICIPAL DE EXPOSIÇÕES OURO VERDE, PARA REALIZAÇÃO DA 20ª FESMATE. Motivo: PROCESSO ANULADO POR TER RESTADO APENAS 01 LICITANTE HABILITADO, O QUE CONTRARIA O §3º DO ART. 22 DA LEI N.º 8.666/1993. Assim, conforme autoriza o art. 49 da lei 8.666/93, fica a licitação ANULADA.

Luiz Alberto Rincoski Faria  
Prefeito

### PAUTA DE REUNIÃO - CONSELHO MUNICIPAL DE CONTRIBUÍNTES DE CANOINHAS - SESSÃO DE JULGAMENTO - 7ª SESSÃO ORDINÁRIA - 2015

PAUTA DE REUNIÃO – SESSÃO DE JULGAMENTO  
CONSELHO MUNICIPAL DE CONTRIBUÍNTES DE CANOINHAS  
7ª SESSÃO ORDINÁRIA – 2015

Data: 01 (primeiro) de setembro de 2015.

Horário: 08h00min.

Local: Centro Administrativo Dr. Haroldo Ferreira, Prefeitura Municipal de Canoinhas (Sala de Reuniões 1 – Piso Superior).

O presidente do Conselho Municipal de Contribuintes de Canoinhas, DIOGO CARLOS SEIDEL, faz saber a quem interessar possa, que na data, local e horário acima, serão discutidos e sorteados os seguintes recursos:

(1)

Numero do recurso/processo: 0023/2015

Numero do protocolo: 5111/2015

Recorrente: Mazzaro Saúde S/S Ltda

Recorrida: Fazenda Municipal de Canoinhas

(2)

Numero do recurso/processo: 0024/2015

Numero do protocolo: 5107/2015

Recorrente: Fisionorte Associados S/S Ltda

Recorrida: Fazenda Municipal de Canoinhas

Canoinhas (SC), 25 de agosto de 2015.

DIOGO CARLOS SEIDEL

Presidente

### PUBLICAÇÃO DO EDITAL DE CARTA CONVITE N.º PMC 02/2015

MUNICÍPIO DE CANOINHAS  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
PROCESSO DE LICITAÇÃO N.º PMC 162/2015  
EDITAL DE CARTA CONVITE N.º PMC 02/2015

O Município de Canoinhas/SC, CNPJ nº. 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, centro, fará realizar no dia 03/09/2015, às 14h15min, licitação para CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA ADEQUAÇÃO DA REDE ELÉTRICA, INSTALAÇÃO DE PONTOS DE ENERGIA, ILUMINAÇÃO DE EMERGÊNCIA E OUTROS, NO PARQUE MUNICIPAL DE EXPOSIÇÕES OURO VERDE, PARA REALIZAÇÃO DA 20ª FESMATE. Recebimento de propostas até as 14h00min do dia 03/09/2015. Informações (47) 3621-7705. Cópia do edital no site [www.pmc.sc.gov.br](http://www.pmc.sc.gov.br) no link licitações.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA  
Prefeito

### PUBLICAÇÃO DO EXTRATO DO TERMO ADITIVO DE CONTRATO N.º PMC 1-105/2015

EXTRATO DO TERMO ADITIVO DE CONTRATO N.º PMC 01-105/2015  
ACRÉSCIMO DE VALOR  
MUNICÍPIO DE CANOINHAS  
ESTADO DE SANTA CATARINA

O Município de Canoinhas-SC, CNPJ nº. 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, Centro, torna público o termo aditivo nº. PMC 01-105/2015, referente ao contrato nº. PMC 105/2015. Data do Aditivo: 07/08/2015. Objeto Contratado: PESSOA JURÍDICA PARA REALIZAR O TRANSPORTE DE ALUNOS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO EM VIAS DE DIFÍCIL ACESSO E DE CARÁTER EXCEPCIONAL. Contratada: CELIO ALVES RIBEIRO. CNPJ: 17.289.696/0001-10. Contratante: PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS, CNPJ: 83.102.384/0001-80. CLÁUSULA SEGUNDA (VALOR E PAGAMENTO) Fica ACRESCIDO ao presente contrato o valor de R\$ 6.399,84 (seis mil trezentos e noventa e nove reais e oitenta e quatro centavos), referente ao acréscimo de 33.5 km/dia para o período de 96 dias letivos conforme solicitação nº 038 da Secretaria Municipal de Educação datada de 05/08/2015. Portanto o valor de presente contrato que era de R\$ 25.599,36 (vinte e cinco mil quinhentos e noventa e nove reais e trinta e seis centavos), passará a ser R\$ 31.999,20 (trinta e um mil novecentos e noventa e nove reais e vinte centavos).. PROCESSO DE LICITAÇÃO N.º PMC 108/2015. TOMADA DE PREÇO N.º PMC 26/2015.

Luiz Alberto Rincoski Faria  
Prefeito

**PUBLICAÇÃO DO EXTRATO DO TERMO ADITIVO DE CONTRATO N.º PMC 1-106/2015**

EXTRATO DO TERMO ADITIVO DE CONTRATO N.º PMC 01-106/2015  
SUPRESSÃO DE VALOR  
MUNICÍPIO DE CANOINHAS  
ESTADO DE SANTA CATARINA

O Município de Canoinhas-SC, CNPJ n.º 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, Centro, torna público o termo aditivo n.º PMC 01-106/2015, referente ao contrato n.º PMC 106/2015. Data do Aditivo: 05/08/2015. Objeto Contratado: CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURIDICA PARA REALIZAR O TRANSPORTE DE ALUNOS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO EM VIAS DE DIFICIL ACESSO E DE CARATER EXCEPCIONAL. Contratada: IDEJAIME FERREIRA DOS SANTOS. CNPJ: 17.221.970/0001-10. Contratante: PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CANOINHAS, CNPJ: 83.102.384/0001-80. CLÁUSULA SEGUNDA (VALOR E PAGAMENTO) Fica através deste SUPRIMIDO o valor de R\$ 300,00 (trezentos reais) referente a diminuição de 3 dias no contrato n.º 106/2015. Portanto o contrato que era de 99 dias – Transportes de alunos Linha 08 EBM Guilhermina Veiga Ferreira R\$ 9.900,00 passará a ser de 96 dias – Transportes de alunos Linha 08 EBM Guilhermina Veiga Ferreira R\$ 9.600,00. PROCESSO DE LICITAÇÃO N.º PMC 108/2015. TOMADA DE PREÇO N.º PMC 26/2015.

Luiz Alberto Rincoski Faria  
Prefeito

**PUBLICAÇÃO DO EXTRATO DO TERMO ADITIVO DE CONTRATO N.º PMC 1-107/2015**

EXTRATO DO TERMO ADITIVO DE CONTRATO N.º PMC 01-107/2015  
SUPRESSÃO DE VALOR  
MUNICÍPIO DE CANOINHAS  
ESTADO DE SANTA CATARINA

O Município de Canoinhas-SC, CNPJ n.º 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, Centro, torna público o termo aditivo n.º PMC 01-107/2015, referente ao contrato n.º PMC 107/2015. Data do Aditivo: 05/08/2015. Objeto Contratado: CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURIDICA PARA REALIZAR O TRANSPORTE DE ALUNOS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO EM VIAS DE DIFICIL ACESSO. Contratada: MARCOS JAIR RINCON. CNPJ: 14.874.314/0001-25. Contratante: PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CANOINHAS, CNPJ: 83.102.384/0001-80. CLÁUSULA SEGUNDA (VALOR E PAGAMENTO) Fica através deste SUPRIMIDO o valor de R\$ 997,50 (Novecentos e noventa e sete reais e cinquenta centavos) referente a diminuição de 3 dias no contrato n.º 107/2015. Portanto o contrato que era de 99 dias – Transportes de alunos Linha 12 ERM Edemita Conceição Rosa R\$ 32.917,50 passará a ser de 96 dias – Transportes de alunos Linha 12 ERM Edemita Conceição Rosa R\$ 31.920,00.. PROCESSO DE LICITAÇÃO N.º PMC 108/2015. TOMADA DE PREÇO N.º PMC 26/2015.

Luiz Alberto Rincoski Faria  
Prefeito

**PUBLICAÇÃO DO EXTRATO DO TERMO ADITIVO DE CONTRATO N.º PMC 1-95/2015**

EXTRATO DO TERMO ADITIVO DE CONTRATO N.º PMC 01-95/2015  
SUPRESSÃO DE VALOR  
MUNICÍPIO DE CANOINHAS  
ESTADO DE SANTA CATARINA

O Município de Canoinhas-SC, CNPJ n.º 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, Centro, torna público o termo aditivo n.º PMC 01-95/2015, referente ao contrato n.º PMC 95/2015. Data do Aditivo: 05/08/2015. Objeto Contratado: CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURIDICA PARA REALIZAR O TRANSPORTE DE ALUNOS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO EM VIAS DE DIFICIL ACESSO E DE CARATER EXCEPCIONAL. Contratada: Ozildo Fuck. CNPJ: 21.781.484/0001-23. Contratante: PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CANOINHAS, CNPJ: 83.102.384/0001-80. CLÁUSULA SEGUNDA (VALOR E PAGAMENTO) Fica através deste SUPRIMIDO o valor de R\$ 1.499,40 (Hum mil quatrocentos e noventa e nove reais e quarenta centavos) referente a diminuição de 4 dias no contrato n.º 95/2015. Portanto o contrato que era de 99 dias – Transportes de alunos Linha 05 ERM Bonetes R\$ 37.485,00 passará a ser de 96 dias – Transportes de alunos Linha 05 ERM Bonetes R\$ 35.985,60. PROCESSO DE LICITAÇÃO N.º PMC 103/2015. TOMADA DE PREÇO N.º PMC 23/2015.

Luiz Alberto Rincoski Faria  
Prefeito

**PUBLICAÇÃO DO EXTRATO DO TERMO ADITIVO DE CONTRATO N.º PMC 14-01/2012**

EXTRATO DO TERMO ADITIVO DE CONTRATO N.º PMC 14-01/2012  
ACRÉSCIMO DE VALOR  
MUNICÍPIO DE CANOINHAS  
ESTADO DE SANTA CATARINA

O Município de Canoinhas-SC, CNPJ n.º 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, Centro, torna público o termo aditivo n.º PMC 14-01/2012, referente ao contrato n.º PMC 01/2012. Data do Aditivo: 23/07/2015. Objeto Contratado: EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE DE ALUNOS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO. Contratada: TRANSPORTES E FRETAMENTOS SANTA CRUZ LTDA. CNPJ: 08.531.769/0001-48. Contratante: PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CANOINHAS, CNPJ: 83.102.384/0001-80. CLÁUSULA SÉTIMA - DO VALOR Fica, através do presente termo aditivo, ACRESCIDO ao contrato, o total de 18.445km, equivalente ao valor R\$ 75.255,60 (setenta e cinco mil duzentos e cinquenta e cinco reais e sessenta centavos), referente ao aumento de 5 dias letivos no mês de dezembro conforme solicitação n.º 182 da Secretaria Municipal de Educação. O valor total do presente contrato que era de R\$ 11.790.734,56 (onze milhões setecentos e noventa mil setecentos e trinta e quatro reais e cinquenta e seis centavos, passará a ser de R\$ 11.865.990,16 (onze milhões oitocentos e sessenta e cinco mil novecentos e noventa reais e dezesseis centavos).PROCESSO DE LICITAÇÃO N.º PMC 174/2011. CONCORRÊNCIA PÚBLICA N.º PMC 13/2011.

Luiz Alberto Rincoski Faria  
Prefeito

**PUBLICAÇÃO DO EXTRATO DO TERMO ADITIVO DE CONTRATO N.º PMC 3-32/2015**

EXTRATO DO TERMO ADITIVO DE CONTRATO N.º PMC 03-32/2015  
ACRÉSCIMO DE VALOR  
MUNICÍPIO DE CANOINHAS  
ESTADO DE SANTA CATARINA

O Município de Canoinhas-SC, CNPJ n.º 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, Centro, torna público o termo aditivo n.º PMC 3-32/2015, referente ao contrato n.º PMC 32/2015. Data do Aditivo: 05/08/2015. Objeto Contratado: FORNECIMENTO DE TONER COM MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA (PAGAMENTO POR CÓPIA) DESTINADO AS IMPRESSORAS DAS DIVERSAS SECRETARIAS DESTA PREFEITURA, FUNDOS E FUNDAÇÕES MUNICIPAIS, CORPO DE BOMBEIROS, POLÍCIA MILITAR E POLÍCIA CIVIL. Contratada: JOAO DE OLIVEIRA MARTINS ME. CNPJ: 09.374.051/000158. Contratante: PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CANOINHAS, CNPJ: 83.102.384/0001-80. CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO Fica, através do presente termo aditivo, ACRESCIDO ao contrato o valor de R\$ 48,00 (Quarenta e oito reais). Portanto, o valor do presente contrato, que era de R\$ 72.405,00 (Setenta e dois mil quatrocentos e cinco reais), passará a ser de R\$ 72.453,00 (Setenta e dois mil quatrocentos e cinquenta e três reais), em virtude do acréscimo supracitado. PROCESSO DE LICITAÇÃO N.º PMC 15/2015. PREGÃO PRESENCIAL N.º PMC 06/2015.

Luiz Alberto Rincoski Faria  
Prefeito

**PUBLICAÇÃO DO EXTRATO DO TERMO ADITIVO DE CONTRATO N.º PMC 4-32/2015**

EXTRATO DO TERMO ADITIVO DE CONTRATO N.º PMC 04-32/2015  
ACRÉSCIMO DE VALOR  
MUNICÍPIO DE CANOINHAS  
ESTADO DE SANTA CATARINA

O Município de Canoinhas-SC, CNPJ n.º 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, Centro, torna público o termo aditivo n.º PMC 4-32/2015, referente ao contrato n.º PMC 32/2015. Data do Aditivo: 18/08/2015. Objeto Contratado: FORNECIMENTO DE TONER COM MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA (PAGAMENTO POR CÓPIA) DESTINADO AS IMPRESSORAS DAS DIVERSAS SECRETARIAS DESTA PREFEITURA, FUNDOS E FUNDAÇÕES MUNICIPAIS, CORPO DE BOMBEIROS, POLÍCIA MILITAR E POLÍCIA CIVIL. Contratada: JOAO DE OLIVEIRA MARTINS ME. CNPJ: 09.374.051/000158. Contratante: PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CANOINHAS, CNPJ: 83.102.384/0001-80. CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO Fica, através do presente termo aditivo, ACRESCIDO ao contrato o valor de R\$ 225,00 (Duzentos e vinte e cinco reais). Portanto, o valor do presente contrato, que era de R\$ 72.453,00 (Setenta e dois mil quatrocentos e cinquenta e três reais), passará a ser de R\$ 72.678,00 (Setenta e dois mil seiscentos e setenta e oito reais), em virtude do acréscimo supracitado. PROCESSO DE LICITAÇÃO N.º PMC 15/2015. PREGÃO PRESENCIAL N.º PMC 06/2015.

Luiz Alberto Rincoski Faria  
Prefeito

**PUBLICAÇÃO DO EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO N.º FME 06/2015**

EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO N.º FME 06/2015  
MUNICÍPIO DE CANOINHAS  
ESTADO DE SANTA CATARINA

O Município de Canoinhas-SC, CNPJ n.º 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, Centro, torna público o contrato n.º FME 06/2015. Data de assinatura: 10/08/2015. Contratada: ANA CARDOSO - ME, CNPJ: 01.265.365/0001-00. Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇO DE HIGIENIZAÇÃO E LIMPEZA DO ESTADIO BENEDITO THEREZIO CARVALHO E GINASIO MAGNO FUCHS. Valor: R\$ 6.586,58 (seis mil quinhentos e oitenta e seis reais e cinquenta e oito centavos). Contratante: FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS, CNPJ: 03.914.543/0001-02. Prazo de vigência: 10/08/2015 à 31/12/2015. PROCESSO LICITATÓRIO n.º PMC 83/2015. PREGÃO PRESENCIAL PMC n.º 49/2015.

Ricardo Pereira Martin  
Presidente

**PUBLICAÇÃO DO EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO N.º PMC 105/2015**

EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO N.º PMC 105/2015  
MUNICÍPIO DE CANOINHAS  
ESTADO DE SANTA CATARINA

O Município de Canoinhas-SC, CNPJ n.º 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, Centro, torna público o contrato n.º PMC 105/2015. Data de assinatura: 30/07/2015. Contratada: CELIO ALVES RIBEIRO, CNPJ n.º 17.289.696/0001-10. Objeto Contratado: CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA REALIZAR O TRANSPORTE DE ALUNOS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO EM VIAS DE DIFÍCIL ACESSO E DE CARÁTER EXCEPCIONAL. Contratante: Prefeitura do Município de Canoinhas, CNPJ: 83.102.384/0001-80. Valor: R\$ 25.599,36 (vinte e cinco mil quinhentos e noventa e nove reais e trinta e seis centavos). Vigência: 31/12/2015. PROCESSO LICITATORIO N.º PMC 108/2015. TOMADA DE PREÇO N.º PMC 26/2015.

Luiz Alberto Rincoski Faria  
Prefeito

**PUBLICAÇÃO DO EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO N.º PMC 106/2015**

EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO N.º PMC 106/2015  
MUNICÍPIO DE CANOINHAS  
ESTADO DE SANTA CATARINA

O Município de Canoinhas-SC, CNPJ n.º 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, Centro, torna público o contrato n.º PMC 106/2015. Data de assinatura: 30/07/2015. Contratada: IDEJAIME FERREIRA DOS SANTOS, CNPJ n.º 17.221.970/0001-10. Objeto Contratado: CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA REALIZAR O TRANSPORTE DE ALUNOS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO EM VIAS DE DIFÍCIL ACESSO E DE CARÁTER EXCEPCIONAL. Contratante: Prefeitura do Município de Canoinhas, CNPJ: 83.102.384/0001-80. Valor: R\$ 9.900,00 (nove mil novecentos reais). Vigência: 31/12/2015. PROCESSO LICITATORIO N.º PMC 108/2015. TOMADA DE PREÇO N.º PMC 26/2015.

Luiz Alberto Rincoski Faria  
Prefeito

**PUBLICAÇÃO DO EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO N.º PMC 107/2015**

EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO N.º PMC 107/2015  
MUNICÍPIO DE CANOINHAS  
ESTADO DE SANTA CATARINA

O Município de Canoinhas-SC, CNPJ n.º 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, Centro, torna público o contrato n.º PMC 107/2015. Data de assinatura: 30/07/2015. Contratada: MARCOS JAIR RINCON, CNPJ n.º 14.874.314/0001-28. Objeto Contratado: CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA REALIZAR O TRANSPORTE DE ALUNOS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO EM VIAS DE DIFÍCIL ACESSO E DE CARÁTER EXCEPCIONAL. Contratante: Prefeitura do Município de Canoinhas, CNPJ: 83.102.384/0001-80. Valor: R\$ 32.917,50 (trinta e dois mil novecentos e dezessete reais e cinquenta centavos). Vigência: 31/12/2015. PROCESSO LICITATORIO N.º PMC 108/2015. TOMADA DE PREÇO N.º PMC 26/2015.

Luiz Alberto Rincoski Faria  
Prefeito

**PUBLICAÇÃO DO EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO N.º PMC 108/2015**

EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO N.º PMC 108/2015  
MUNICÍPIO DE CANOINHAS  
ESTADO DE SANTA CATARINA

O Município de Canoinhas-SC, CNPJ n.º 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, Centro, torna público o contrato n.º PMC 108/2015. Data de assinatura: 31/07/2015. Contratada: LINDOMAR BRANDL, CNPJ n.º 22.480.178/0001-10. Objeto Contratado: TRANSPORTE DE ALUNOS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO NA LOCALIDADE RURAL, DENOMINADA SEREIA), A LINHA POSSUI TRAJETO DE DIFÍCIL ACESSO E DE CARÁTER EXCEPCIONAL. Contratante: Prefeitura do Município de Canoinhas, CNPJ: 83.102.384/0001-80. Valor: R\$ 19.279,26 (dezenove mil duzentos e setenta e nove reais e vinte e seis centavos). Vigência: 31/12/2015. PROCESSO LICITATORIO N.º PMC 106/2015. TOMADA DE PREÇO N.º PMC 25/2015.

Luiz Alberto Rincoski Faria  
Prefeito

**PUBLICAÇÃO DO EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO N.º PMC 111/2015**

EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO N.º PMC 111/2015  
MUNICÍPIO DE CANOINHAS  
ESTADO DE SANTA CATARINA

O Município de Canoinhas-SC, CNPJ n.º 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, Centro, torna público o contrato n.º PMC 111/2015. Data de assinatura: 20/08/2015. Contratada: BEM GERADORES LTDA - ME, CNPJ n.º 13.169.067/0001-04. Objeto Contratado: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA(S) PARA FORNECIMENTO E MONTAGEM DE GERADORES DE ENERGIA ELÉTRICA DESTINADOS A 20A. FESMATE, COM O FORNECIMENTO DE TODO O MATERIAL E MÃO DE OBRA NECESSÁRIOS AO TRANSPORTE, MONTAGEM E DESMONTAGEM NO PARQUE MUNICIPAL DE EXPOSIÇÕES OURO VERDE. Contratante: Prefeitura do Município de Canoinhas, CNPJ: 83.102.384/0001-80. Valor: R\$ 10.800,00 (dez mil e oitocentos reais). Vigência: 31/12/2015. PROCESSO LICITATÓRIO n.º PMC 125/2015. TOMADA DE PREÇO n.º PMC 27/2015.

Luiz Alberto Rincoski Faria  
Prefeito

**PUBLICAÇÃO DO EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO N.º PMC 112/2015**

EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO N.º PMC 112/2015  
MUNICÍPIO DE CANOINHAS  
ESTADO DE SANTA CATARINA

O Município de Canoinhas-SC, CNPJ n.º 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, Centro, torna público o contrato n.º PMC 112/2015. Data de assinatura: 20/08/2015. Contratada: CASA MOREIRA EVENTOS LTDA - EPP, CNPJ n.º 05399372000156. Objeto Contratado: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA(S) PARA FORNECIMENTO E MONTAGEM DE PALCO PARA SHOWS COM COBERTURA PARA PÚBLICO, SISTEMA DE SOM E ILUMINAÇÃO PARA SHOWS (PALCO ALTERNATIVO - SHOWS LOCAIS) DESTINADOS A 20A. FESMATE, COM O FORNECIMENTO DE TODO O MATERIAL E MÃO DE OBRA NECESSÁRIOS AO TRANSPORTE, MONTAGEM E DESMONTAGEM NO PARQUE MUNICIPAL DE EXPOSIÇÕES OURO VERDE. Contratante: Prefeitura do Município de Canoinhas, CNPJ: 83.102.384/0001-80. Valor: R\$ 64.600,00 (sessenta e quatro mil e seiscentos reais). Vigência: 31/12/2015. PROCESSO LICITATÓRIO n.º PMC 125/2015. TOMADA DE PREÇO n.º PMC 27/2015.

Luiz Alberto Rincoski Faria  
Prefeito

**PUBLICAÇÃO DO EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO N.º PMC 113/2015**

EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO N.º PMC 113/2015  
MUNICÍPIO DE CANOINHAS  
ESTADO DE SANTA CATARINA

O Município de Canoinhas-SC, CNPJ n.º 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, Centro, torna público o contrato n.º PMC 113/2015. Data de assinatura: 20/08/2015. Contratada: LIND GUIMAR MACHADO - ME, CNPJ n.º 18.010.737/0001-50. Objeto Contratado: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA(S) PARA FORNECIMENTO DE SISTEMA DE SOM E ILUMINAÇÃO PARA SHOWS (PALCO PRINCIPAL - SHOWS NACIONAIS) DESTINADOS A 20A. FESMATE, COM O FORNECIMENTO DE TODO O MATERIAL E MÃO DE OBRA NECESSÁRIOS AO TRANSPORTE, MONTAGEM E DESMONTAGEM NO PARQUE MUNICIPAL DE EXPOSIÇÕES OURO VERDE. Contratante: Prefeitura do Município de Canoinhas, CNPJ: 83.102.384/0001-80. Valor: R\$ 23.760,00 (vinte e três mil setecentos e sessenta reais). Vigência: 31/12/2015. Processo Licitatório n.º PMC 125/2015. Tomada de Preço n.º PMC 27/2015.

Luiz Alberto Rincoski Faria  
Prefeito



**PUBLICAÇÃO DO EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO N.º PMC 114/2015**

EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO N.º PMC 114/2015  
MUNICÍPIO DE CANOINHAS  
ESTADO DE SANTA CATARINA

O Município de Canoinhas-SC, CNPJ n.º 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, Centro, torna público o contrato n.º PMC 114/2015. Data de assinatura: 21/08/2015. Contratada: SHARK S/A MÁQUINAS PARA CONSTRUÇÃO, CNPJ n.º 06.224.121/0006-08. Objeto Contratado: AQUISIÇÃO DE PEÇAS PARA MOTONIVELADORA NEW HOLLAND RG 140B Nº. 107. Contratante: Prefeitura do Município de Canoinhas, CNPJ: 83.102.384/0001-80. Valor: R\$ 5.135,00 (cinco mil cento e trinta e cinco reais). Vigência: 31/12/2015. Processo Licitatório n.º PMC 139/2015. Pregão Presencial n.º PMC 85/2015.

Luiz Alberto Rincoski Faria  
Prefeito

**PUBLICAÇÃO DO EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO N.º PMC 115/2015**

EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO N.º PMC 115/2015  
MUNICÍPIO DE CANOINHAS  
ESTADO DE SANTA CATARINA

O Município de Canoinhas-SC, CNPJ n.º 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, Centro, torna público o contrato n.º PMC 115/2015. Data de assinatura: 21/08/2015. Contratada: SYDORAK & CIA. LTDA. CNPJ n.º 78.986.932/0001-42. Objeto Contratado: AQUISIÇÃO DE DUAS RAMPAS PARA CARREGAMENTO DE MÁQUINAS PESADAS NA PRANCHA Nº 68, PLACAS MEI 1836. Contratante: Prefeitura do Município de Canoinhas, CNPJ: 83.102.384/0001-80. Valor: R\$ 18.500,00 (dezoito mil e quinhentos reais). Vigência: 31/12/2015. Processo Licitatório n.º PMC 138/2015. Pregão Eletrônico n.º PMC 84/2015.

Luiz Alberto Rincoski Faria  
Prefeito

**PUBLICAÇÃO DO EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO N.º PMC 116/2015**

EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO N.º PMC 116/2015  
MUNICÍPIO DE CANOINHAS  
ESTADO DE SANTA CATARINA

O Município de Canoinhas-SC, CNPJ n.º 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, Centro, torna público o contrato n.º PMC 116/2015. Data de assinatura: 24/08/2015. Contratada: OWL PRODUÇÕES E EVENTOS COMÉRCIO E LICITAÇÕES EIRE. CNPJ n.º 18.599.915/0001-20. Objeto Contratado: AQUISIÇÃO DE 01 (UMA) SECADORA DE ROUPAS E 03 (TRES) LIQUIDIFICADORES, DESTINADOS AO CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL RODOLFO LINZMEYER. Contratante: Prefeitura do Município de Canoinhas, CNPJ: 83.102.384/0001-80. Valor: R\$ 1.613,32 (mil seiscentos e treze reais e trinta e dois centavos). Vigência: 31/12/2015. Processo Licitatório n.º PMC 132/2015. Pregão Eletrônico n.º PMC 79/2015.

Luiz Alberto Rincoski Faria  
Prefeito

**RESOLUÇÃO Nº 27/CMAS/2014**

RESOLUÇÃO Nº 27/CMAS/2014

Dispõe sobre as inscrições das Entidades no Conselho Municipal da Assistência Social do Município de Canoinhas.

O Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS) de Canoinhas (SC), no uso de suas atribuições e:

Considerando a Lei nº 8.742/93, Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS;

Considerando a Resolução CNAS nº. 109, de 11 de novembro de 2009, que aprova a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais;

Considerando a Lei nº 4852/2011, que dispõe sobre a reestruturação do CMAS e dá outras providências;

Considerando o Decreto nº 241/2012, Regimento Interno do CMAS o qual em seu artigo 2º parágrafos;

Considerando a Resolução CNAS 14/2014 e do CMAS 10/2011 que dispõe sobre o processo de inscrição das entidades;

Considerando a apreciação do Parecer emitido pela Comissão Permanente de Normas, Regulamentos e Inscrições que analisou a documentação das entidades e da deliberação dos Conselheiros em Reunião Ordinária realizada em 06 de agosto de 2015;

Resolve:

Artigo 1º. Homologar as inscrições dos serviços ofertados pelas entidades da Rede Socioassistencial, pois estão em consonância com o conjunto normativo da Política Nacional de Assistência Social em vigor e suas Normas Operacionais Básicas, visando garantir padrões de qualidade na prestação de serviços e nas condições de trabalho:

I - Associação Canoinhense dos Deficientes – ACD, inscrita sob o número 002, prestadora de serviços exclusivamente da Assistência Social no município de Canoinhas. A entidade prestará os seguintes serviços de Proteção Básica:

- a. Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos – SCFV Idosos
- b. Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos – SCFV Jovens e Adultos
- c. Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos – SCFV Crianças e adolescentes
- d. Projeto Cuidar de quem cuida
- e. Prevenção, inclusão e mediação ao mercado formal de trabalho.
- f. Garantia e defesa de direitos
- g. Benefícios Eventuais

II - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE inscrita sob o número 005, prestadora dos seguintes serviços da Assistência Social:

- a. Benefícios socioassistenciais.
- b. Serviço de Proteção Social Básica no Domicílio para Pessoas com Deficiência, Idosas e suas Famílias.
- c. Serviço de Proteção Social Especial no Domicílio para Pessoas com Deficiência, Idosas e suas Famílias.
- d. Assessoramento político, técnico, administrativo e financeiro.

Artigo 3º. Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Canoinhas, 06 de agosto de 2015.

Roseli Dobroshinskei

Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social

# Capinzal

## PREFEITURA

### FMS RESILISÃO CONTRATO 0016/2015

TERMO DE RESILIÇÃO

CONTRATO Nº 0016/2015

Pregão Presencial Nº 0004/2015

Processo Licitatório Nº 0008/2015

CONTRATANTE: Fundo Municipal de Saúde de Capinzal/SC

CONTRATADA: CLÍNICA ROCHA S/S LTDA

OBJETO: Contratação de Profissionais para prestação de serviços nas Áreas Médicas (Clínico Geral, Pediatra, Ortopedista e Ginecologista/Obstetra), nas Unidades do Fundo Municipal de Saúde e Hospital Nossa Senhora das Dores, durante o ano de 2015.

VALOR R\$: 0,00

VIGÊNCIA: 17/03/2015 até 31/12/2015.

# Catanduvas

## PREFEITURA

### **AVISO DE LICITAÇÃO: PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0054/2015 - DISPENSA POR LIMITE Nº 0005/2015** AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0054/2015  
DISPENSA POR LIMITE Nº 0005/2015

Objeto: Aquisição de Merenda Agricultura Familiar para o segundo semestre de 2015 por meio da Secretaria Municipal de Educação.

Valor: R\$ 58.219,80 (cinquenta e oito mil duzentos e dezenove reais e oitenta centavos).

Informações: Maiores informações poderão ser obtidas no site: [www.catanduvas.sc.gov.br](http://www.catanduvas.sc.gov.br) e no Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Catanduvas – SC, das 13h00min às 19h00min, de segunda a sexta-feira, ou pelo telefone (049) 3525-1144, Ramal 229.

Catanduvas – SC, 25 de agosto de 2015.  
GISA APARECIDA GIACOMIN  
Prefeita Municipal

### **AVISO DE LICITAÇÃO: PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0059/2015 - PREGÃO Nº 0045/2015** AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0059/2015  
PREGÃO Nº 0045/2015

Objeto: Aquisição de combustível diesel S10, visando o desenvolvimento das secretarias de: Educação, Cultura e Desporto; Infraestrutura, Saúde e Desenvolvimento Social.

Abertura das Propostas: 13h45min, do dia 09 de setembro de 2015.

Da disponibilização do edital: o edital estará disponível a partir do dia 25 de agosto de 2015, no endereço <http://www.catanduvas.sc.gov.br/> e na Prefeitura Municipal de Catanduvas – SC.

Informações: maiores informações, assim como cópia do Edital, poderão ser obtidas no site: [www.catanduvas.sc.gov.br](http://www.catanduvas.sc.gov.br) e no Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Catanduvas – SC, das 13h00min às 19h00min, de segunda a sexta-feira, ou pelo telefone (049) 3525-1144, Ramal 229.

Catanduvas – SC, 25 de agosto de 2015.  
GISA APARECIDA GIACOMIN  
Prefeita Municipal

### **LEI Nº 2.507/2015, DE 18 DE AGOSTO DE 2015**

LEI Nº 2.507, de 18 de agosto de 2015.

“DENOMINA VIAS PÚBLICAS DO MUNICÍPIO DE CATANDUVAS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

Gisa Aparecida Giacomini, Prefeita do Município de Catanduvas/SC, no uso de suas atribuições que a Lei lhe confere, faz saber a todos os habitantes do município que o Legislativo aprovou e ela sanciona e promulga a seguinte Lei.

Art. 1º As vias públicas localizadas no Município de Catanduvas passam a ter as seguintes denominações:

I – A Rua A do Loteamento Morada do Sol passa a ser denominada de Rua Olmiro Tróes;  
II – A Rua B do Loteamento Morada do Sol passa a ser denominada de Rua Avelino Belaver;  
III – A Rua C do Distrito Industrial II passa a ser denominada de Rua Antonio Luiz Johann;  
IV – A Rua D do Distrito Industrial II passa a ser denominada de Rua Vitor Claudio Menegat;  
V – A Rua E que corta o Loteamento Morada do Sol e o Distrito Industrial passa a ser denominada de Rua Diomar Dias de Castro; e  
VI – A Estrada Fazendinha II passa a ser denominada de Rua Guido Passamai.

Parágrafo único. A localização das referidas vias públicas de que trata o presente artigo obedece ao croqui anexo, parte integrante desta Lei.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Catanduvas/SC, 18 de agosto de 2015.  
GISA APARECIDA GIACOMINI  
Prefeita Municipal

Registrada e publicada nesta data.

# Celso Ramos

## PREFEITURA

### EXTRATO LEILAO 01/2015

EDITAL DE LEILÃO PÚBLICO Nº 01/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE CELSO RAMOS

O município de CELSO RAMOS, SC, com sede na Rua Dom Daniel Hostin, nº 930, Centro, na cidade de Celso Ramos, CEP 88.598/000, inscrito no CNPJ sob nº 78.493.343/0001-22, Telefone (49) 3547 1211, torna público aos interessados que fará realizar LEILÃO PÚBLICO PRESENCIAL E ON LINE às 09:00 horas do dia 16 de SETEMBRO de 2015, tendo como local a CÂMARA DE VEREADORES, localizado na Rua Dom Daniel Hostin, nº 930, Centro, Celso Ramos, SC. O leilão será conduzido pelos Leiloeiros PÚBLICOS Oficiais SR. JÚLIO RAMOS LUZ, matrícula AARC/162 e ULISSES DONIZETE RAMOS, matrícula AARC 309, JUCESC, para venda à vista de bens móveis e imóveis inservíveis: LOTE 01: 01 Automóvel VW/GOL SPECIAL, ano/modelo 2003, Placas MDN 3502, cor branca, Gasolina. LANCE INICIAL R\$ 1.500,00. LOTE 02: 01 Automóvel VW/KOMBI, ano/modelo 2006, Placas MFW 4822, cor branca, Álcool/Gasolina. LANCE INICIAL R\$ 5.000,00. LOTE 03: 01 ROLO COMPACTADOR VIBRATÓRIO METSO/DYNAPAC, modelo CA15, ano 2004, motor Perkins Diesel, 79 HP. LANCE INICIAL R\$ 50.000,00. LOTE 04: 01 MOTONIVELADORA HUBER WARCO 130, ano 1977. LANCE INICIAL R\$ 25.000,00. LOTE 05: 01 TRATOR MASSEY FERGUSON 275 04 CIL 74 CV, ano 2002. LANCE INICIAL R\$ 12.500,00. LOTE 06: 01 BALANÇA ELETRÔNICA AUTOMÁTICA, capacidade máxima 5 quilos. LANCE INICIAL R\$ 500,00. LOTE 07: 01 BATEDOR DE AÇUCAR MASCAVO AMORFO, em estrutura metálica, capacidade 150 litros. LANCE INICIAL R\$ 9.000,00. LOTE 08: 01 BOMBA SUBMERSA. LANCE INICIAL R\$ 800,00. LOTE 09: 01 CALDEIRA A VAPOR FLAMOTUBULAR horizontal ou vertical. LANCE INICIAL R\$ 25.000,00. LOTE 10: 01 CHAPA DE AÇO INOXIDÁVEL AISI 304. LANCE INICIAL R\$ 250,00. LOTE 11: 01 TACHO COZEDOR BASCULANTE, cap. 270 Litros. LANCE INICIAL R\$ 1.400,00. LOTE 12: 01 DECANTADOR DE SÓLIDOS PARA CALDO DE CANA, cap. 250 Litros. LANCE INICIAL R\$ 1.000,00. LOTE 13: 01 ESCUMADEIRA em chapa de aço inoxidável AISI 304. LANCE INICIAL R\$ 80,00. LOTE 14: 01 LAVA JATO. LANCE INICIAL R\$ 2.000,00. LOTE 15: 01 PENEIRA INOXIDÁVEL. LANCE INICIAL R\$ 150,00. LOTE 16: 01 SACARIÂMETRO. LANCE INICIAL R\$ 120,00. LOTE 17: 01 SELADORA ELÉTRICA. LANCE INICIAL R\$ 300,00. LOTE 18: 01 MOENDA DE CANA. LANCE INICIAL R\$ 12.000,00. LOTE 19: 01 DORNA para padronização de caldo em polipropileno com cap. 1700 litros. LANCE INICIAL R\$ 900,00. LOTE 20: 01 BOMBA CENTRÍFUGA RECALQUE DE CALDO. LANCE INICIAL R\$ 1.100,00. LOTE 21: 01 CANOS DE PVC 50 mm. LANCE INICIAL R\$ 130,00. LOTE 22: 01 REGISTRO TIPO GAVETA 50 mm em PVC. LANCE INICIAL R\$ 30,00. LOTE 23: 01 ALCOÔMETRO escala GL 0-100. LANCE INICIAL R\$ 80,00. LOTE 24: 01 TERMÔMETRO ESC 0-150 CELSIUS. LANCE INICIAL R\$ 90,00. LOTE 25: 01 MANGUEIRA PLÁSTICA TRANSPARENTE diâmetro 50 mm. LANCE INICIAL R\$ 20,00. LOTE 26: 01 CAIXA DE HOMOGENIZAÇÃO E PADRONIZAÇÃO DE AGUARDENTE, cap. 1000 Litros. LANCE INICIAL R\$ 800,00. LOTE 27: 01 TANQUE DE POLIPROPILENO com cap. 1000 litros. LANCE INICIAL R\$ 800,00. LOTE 28: 01 ALAMBIQUE À VAPOR DE COBRE BATIDO, cap. de 550 Litros. LANCE INICIAL R\$ 12.200,00. LOTE 29: DIVERSAS MESAS DE TÊNIS DE MESA. LANCE INICIAL R\$ 90,00. Edital completo com as descrições poderá ser obtido na Prefeitura ou através do site [WWW.JULIORAMOS.COM.BR](http://WWW.JULIORAMOS.COM.BR) ou ainda pelos telefones Fone (49) 3547 1211 na Prefeitura ou (47) 3521 7730 com o Leiloeiro. Aplica-se à presente licitação, as disposições da Lei no 8.666/93, incluindo as alterações posteriores. Leia atentamente o edital.

Celso Ramos (SC), 25 de agosto de 2015.

INES TEREZINHA PEGORARO SCHONS

PREFEITA MUNICIPAL DE CELSO RAMOS



# Chapadão do Lageado

## PREFEITURA

### Portaria 312/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO

PORTARIA Nº 312/2015

- CONSIDERANDO a Prorrogação da Licença Maternidade do Servidor Público, através da Portaria nº. 310/2015;

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica do Município de Chapadão do Lageado e a Lei Complementar nº. 026, de 04.05.06;

#### RESOLVE:

Art.1º Prorrogar os efeitos da Portaria nº 207/2015, de 22.04.2015, que admite em caráter temporário FERNANDO RENGEL, para exercer as funções do Cargo de Professor ACT – 15 horas, na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes – Divisão de Ensino, para atuar na disciplina de Ciências, na turma de Anos Finais, no Centro Educacional e Esportivo Valdomiro Manoel Chiquio, pelo período de 04.08.15 a 02.10.15.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado, 03 de agosto de 2015.

JOSÉ BRAULIO INÁCIO  
Prefeito Municipal

### Portaria 331/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO

PORTARIA Nº 331/2015

- CONSIDERANDO, a apresentação do atestado médico de 07, (sete) dias, datado em 15.08.15;

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, conferidas pela Lei Orgânica do Município de Chapadão do Lageado - SC, e em conformidade com a Lei Complementar nº. 008 de 23.12.99,

#### RESOLVE:

Art. 1º Conceder licença para tratamento de Saúde ao Servidor Público CLAUDINEI FRANÇA, ocupante do Cargo Efetivo de o Operador de Equipamentos – 40 horas, na Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Esportes, pelo período de 15.08.15 a 21.08.15, conforme Atestado Médico, sem prejuízo de sua remuneração.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos legais a partir de 15.08.2015.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado, 25 de agosto de 2015.

JOSÉ BRAULIO INÁCIO  
Prefeito Municipal

### Portaria 332/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO

PORTARIA Nº 332/2015

- CONSIDERANDO a apresentação de certificado de conclusão do Ensino Fundamental.

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições legais conferidas pelo art.50, VII, da Lei Orgânica Municipal, e de acordo com o art. 18 inciso III, da Lei Complementar 007 de 23.12.99, com redação da Lei Complementar nº049 de 09.12.10,

#### RESOLVE:

Art.1º Conceder progressão funcional do Nível I para o Nível II, por nova habilitação ou titulação, ao Servidor DJOHN LENON KLE-TENBERG, matrícula nº 2671/01 (Código 3.3.06), ocupante do cargo efetivo de Operário - 40 horas, em exercício na Secretaria Municipal de Transportes, Obras e Serviços Urbanos.

Art. 2º A progressão corresponderá a um (1) nível por habilitação no ensino fundamental, com fundamento no art. 22, incisos I e II, da Lei Complementar 007 de 23.12.99, com redação da Lei Complementar nº049 de 09.12.10.

Art. 3º O servidor passará a receber o vencimento correspondente ao Nível II, código 3.3.06, do anexo IV da Lei Complementar 007 de 23.12.99, a partir deste mês.

Art. 4º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos legais a partir de 01.05.2015.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO, 25 de agosto de 2015.

JOSE BRAULIO INACIO  
Prefeito Municipal

### Portaria 333/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO

PORTARIA Nº 333/2015

- CONSIDERANDO a apresentação de certificado de conclusão do Ensino Fundamental e Médio.

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições legais conferidas pelo art.50, VII, da Lei Orgânica Municipal, e de acordo com o art. 18 inciso III, da Lei Complementar 007 de 23.12.99, com redação da Lei Complementar nº049 de 09.12.10,

#### RESOLVE:

Art.1º Conceder progressão funcional do Nível I para o Nível IV, por nova habilitação ou titulação, ao Servidor JAIR CORREIA, matrícula nº 255403 (Código 3.3.09), ocupante do cargo efetivo de Operador de Equipamentos - 40 horas, em exercício na Secretaria Municipal

da Agricultura, Indústria e Comércio.

Art. 2º A progressão corresponderá a um (1) nível por habilitação no ensino fundamental e dois (2) níveis por habilitação no ensino médio, com fundamento no art. 22, incisos I e II, da Lei Complementar 007 de 23.12.99, com redação da Lei Complementar nº049 de 09.12.10.

Art. 3º O servidor passará a receber o vencimento correspondente ao Nível IV, código 3.3.06, do anexo IV da Lei Complementar 007 de 23.12.99, a partir deste mês.

Art. 4º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos legais a 24.08.2015.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO, 25 de agosto de 2015.

JOSE BRAULIO INACIO  
Prefeito Municipal

### **Portaria 334/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO

PORTARIA Nº 334/2015

- CONSIDERANDO a apresentação de certificado de conclusão do Ensino Médio.

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições legais conferidas pelo art.50, VII, da Lei Orgânica Municipal, e de acordo com o art. 18 inciso III, da Lei Complementar 007 de 23.12.99, com redação da Lei Complementar nº049 de 09.12.10,

#### **RESOLVE:**

Art.1º Conceder progressão funcional do Nível II para o Nível IV, por nova habilitação ou titulação, ao Servidor DJOHN LENON KLE-TENBERG, matrícula nº 2671/01 (Código 3.3.06), ocupante do cargo efetivo de Operário - 40 horas, em exercício na Secretaria Municipal de Transportes, Obras e Serviços Urbanos.

Art. 2º A progressão corresponderá a um (2) níveis por habilitação no ensino médio, com fundamento no art. 22, incisos I e II, da Lei Complementar 007 de 23.12.99, com redação da Lei Complementar nº049 de 09.12.10.

Art. 3º O servidor passará a receber o vencimento correspondente ao Nível IV, código 3.3.06, do anexo IV da Lei Complementar 007 de 23.12.99, a partir deste mês.

Art. 4º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO, 25 de agosto de 2015.

JOSE BRAULIO INACIO  
Prefeito Municipal

# Cocal do Sul

## PREFEITURA

### EXTRATO ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 106/PMCS/2015

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 106/2015

ÓRGÃO GERENCIADOR: MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL

DETENTORA DA ATA: DICRIL PROD. E EQUIP. P/ LIMPEZA E HIGIENE LTDA

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 45/PMCS/2015

PREGÃO PRESENCIAL Nº 24/PMCS/2015

Objeto: Registro de preços de Equipamentos de Proteção Individual (EPI's), para aquisições futuras, no atendimento ao Município de Cocal do Sul.

Assinatura: 19/08/2015.

Vigência: 12 (doze) meses a partir da data de assinatura.

Valor: R\$ 1.875,00 (um mil e oitocentos e setenta e cinco reais).

Detalhes completos da ata no Site da Prefeitura: [www.cocaldosul.sc.gov.br](http://www.cocaldosul.sc.gov.br).

### EXTRATO DO CONTRATO Nº 43/PMCS/2015

CONTRATO Nº: 43/2015

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL

CONTRATADA: GRUPO AMICI DELLA POLENTA

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 49/PMCS/2015

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 05/PMCS/2015

Objeto: Contratação de grupo para realização do Tombo da Polenta, para lançamento da III CocalFest.

Assinatura: 21/08/2015

Vigência: Início: 21/08/2015 Término: 31/12/2015

Valor: R\$ 1.200,00 (um mil e duzentos reais)

Dotação Orçamentária: 07.03.2.053.3.3.90.36.99 (99).

## SAMAE - SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE COCAL DO SUL

### PREGÃO PRESENCIAL 22/2015

AVISO DE LICITAÇÃO. O SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto do Município de Cocal do Sul-SC, torna público, para conhecimento dos interessados, que às 09:30 horas do dia 14 de Setembro de 2015, realizará licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL – TIPO MENOR PREÇO POR ITEM nº 22/2015, para aquisição de 1.400 m2 de lajotas sextavadas de 8cm de espessura, conforme descrição no Anexo I do edital. As propostas serão recebidas a partir desta data, encerrando-se o prazo de entrega às 09:30 horas do dia 14 de Setembro de 2015. A integral do Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço: Rua Lisboa, 520 – Bairro Jardim Bela Vista – Cocal do Sul-SC, pelo telefone (48)3447-6350, ou através do Site: [www.samaecocaldosul.sc.gov.br](http://www.samaecocaldosul.sc.gov.br). Cocal do Sul-SC, 25 de Agosto de 2015. Carla Cristina Possamai Della. Diretora do SAMAE

# Concórdia

## PREFEITURA

### **AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 18/2015 – FMS**

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CONCÓRDIA – SC

AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 18/2015 – FMS

Objeto: REGISTRO DE PREÇO para aquisição e instalação de refil para purificadores de água, destinada as Unidades de Saúde do Fundo Municipal de Saúde, conforme especificações constantes nos anexos "A" e "B" deste edital.

Tipo: Menor Preço Global

Recebimento das propostas: até as 16h00min do dia 08/09/2015.

Abertura: dia 09/09/2015, às 08h30min.

Informações complementares: O Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page [www.concordia.sc.gov.br](http://www.concordia.sc.gov.br), link "Licitações". Quaisquer informações poderão ser obtidas no Compras do Fundo Municipal de Saúde de Concórdia, situada na Atalípio Magarinos, 326, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08h00min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min, ou pelo telefone (49) 3444-0627.

Concórdia, SC, 25 de agosto de 2015.

ALESSANDRO VERNIZE

Gestor do FMS

### **AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL O&S Nº11/2015-PMC**

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA - SC

AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE

PREGÃO PRESENCIAL Nº 11/2015- PMC

Obras e Serviços de Engenharia

Objeto: Aquisição e instalação de 09 (nove) padrões de entrada de energia elétrica monofásicos, para Cemitérios, Praça Bairro Floresta e Terminal Urbano, conforme especificações constantes nos anexos "A" e "B" deste edital.

Tipo: Menor Preço Global

Recebimento das propostas: até as 16h00min do dia 14/09/2015

Abertura: dia 15/09/2015, às 08h30min.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page [www.concordia.sc.gov.br](http://www.concordia.sc.gov.br), link "Licitações". Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras da Prefeitura Municipal de Concórdia, situada na Rua Leonel Mosele, nº 62, 1º andar, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08h00min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min, ou pelo telefone (49) 3441-2207.

Concórdia, SC, 24 de agosto de 2015.

MAURI MARAN

Secretário Municipal de Urbanismo e Obras

### **COMUNICAÇÃO DE INDEFERIMENTO DE RECURSO E CONVOCAÇÃO PARA A PRÓXIMA SESSÃO TOMADA DE PREÇOS Nº2/2015-PMC**

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA - SC

TOMADA DE PREÇOS Nº 2/2015 – PMC

Objeto: Contratação de serviços de engenharia para elaboração de projetos de pavimentação asfáltica e drenagem pluvial, em regime de empreitada global, em diversos locais do Município de Concórdia (acesso a comunidade de Pinhal, rua Barra Bonita, rua Terra Vermelha e acesso a Linha Gasperini), de acordo com o Memorial Descritivo constante no Anexo "D" deste Edital.

### **COMUNICAÇÃO DE INDEFERIMENTO DE RECURSO E CONVOCAÇÃO PARA A PRÓXIMA SESSÃO**

Em cumprimento ao disposto no artigo 109, § 1º e 4º da Lei nº 8.666/93, e posteriores alterações, a Comissão Permanente de Licitação torna público que na data de 25/08/2015 foi INDEFERIDO o recurso administrativo interposto pela licitante: DORNELLES CONSULTORIA E GEORREFERENCIAMENTO LTDA – EPP De consequência, fica inalterado o julgamento proferido na sessão do dia 03.08.2015, prosseguindo o processo para abertura do envelope 02 – Proposta de Preços. De sequencia ficam as licitantes habilitadas convocadas neste mesmo local, às 14h00min (quatorze horas) do próximo dia 09 (nove) de setembro de 2015, para participar da sessão abertura e julgamento das propostas de Preços Envelope 02. Fica a disposição das licitantes, se tiverem interesse na consulta e cópia dos pareceres, os quais devem ser solicitados e retirados junto à diretoria de compras

Concórdia, SC, 25 de agosto de 2015.

MAURO FRIGO

Presidente da CPL em exercício

**EXTRATO DO EDITAL DE ELEIÇÃO Nº 1/2015**

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Serviço Municipal de Assistência à Saúde – SEMAS

Fundo Municipal de Assistência ao Servidor – FUMAS

**EXTRATO DO EDITAL DE ELEIÇÃO Nº 1/2015**

A Presidenta do Conselho de Administração do Fundo Municipal de Assistência ao Servidor – FUMAS, no uso de suas atribuições legais, c/c o disposto na Lei Complementar nº 163, de 26 de julho de 1999 e alterações, torna público o presente Edital de Eleição:

- a eleição é para 6 (seis) membros do Conselho de Administração do FUMAS, representantes dos servidores municipais segurados do Fundo;
- o mandato dos membros eleitos será de 2 (dois) anos;
- o servidor efetivo ou inativo interessado deverá, obrigatoriamente, ser segurado do FUMAS;
- as inscrições estarão abertas no período de 25 de agosto a 4 de setembro de 2015, no Serviço Municipal de Assistência à Saúde – SEMAS, localizado na Rua Atalípio Magarinos, 326, Concórdia, SC, no horário das 8h às 11h30min e das 13h30min às 17h, mediante a apresentação de:
  - requerimento assinado, nos moldes do Anexo Único do Edital;
  - cópia da Carteira de Identidade.

A eleição ocorrerá no dia 24 de setembro de 2015, das 7h às 16h.

A íntegra deste Edital está publicada no mural interno do Centro Administrativo Municipal, no mural da Diretoria de Recursos Humanos e no mural da Secretaria Municipal de Saúde.

Concórdia, SC, 18 de agosto de 2015.

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

Presidenta do Conselho de Administração do FUMAS

# Cordilheira Alta

## PREFEITURA

### DECRETO N. 402//2015

DECRETO N. 402/2015 DE 19 DE AGOSTO DE 2015

"CONCEDE LICENÇA À SERVIDORA MUNICIPAL, PARA TRATAMENTO DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto no Art. 70 da Lei Orgânica Municipal e o Decreto Nº 209/2014,

#### DECRETA

Art. 1º Conceder 02 (dois) dias de licença para tratamento de saúde à servidora Municipal, Sra. MARINÊS TRINDADE BRAMBILA, ocupante do cargo de Agente Comunitário de Saúde, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social de acordo com o atestado anexo.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art.3º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 19 de agosto de 2015.

ALCEU MAZZIONI  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

### DECRETO N. 403/2015

DECRETO N. 403/2015 DE 19 DE AGOSTO DE 2015

"CONCEDE LICENÇA À SERVIDORA MUNICIPAL, PARA TRATAMENTO DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto no Art. 70 da Lei Orgânica Municipal e o Decreto Nº 209/2014,

#### DECRETA

Art. 1º Conceder 01 (um) dia de licença para tratamento de saúde à servidora Municipal, Sra. . IZABEL COLOMBELLI, ocupante do cargo de Professor, lotada na Secretaria municipal de Educação de acordo com o atestado anexo.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art.3º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 19 de agosto de 2015.

ALCEU MAZZIONI  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

### DECRETO N. 404/2015

DECRETO Nº 404/2015, DE 19 DE AGOSTO DE 2015

"DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto no Art. 70 da Lei Orgânica Municipal e demais legislações aplicáveis:

#### DECRETA

Art. 1º Conceder ao Sr. JOÃO LEMES DE MORAIS, ocupante do cargo de Assistente Técnico de Secretaria, 30 (trinta) dias de férias, relativas ao período aquisitivo de 19/02/2014 a 18/02/2015, que serão gozadas a partir de 14/09/2015.

Art. 2º A importância referente ao adicional de 1/3 de férias será paga no mês de agosto de 2015.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 19 de agosto de 2014.

ALCEU MAZZIONI  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

JOÃO LEMES DE MORAIS Ciente em: \_\_\_\_/\_\_\_\_/2014

### LEI Nº 1164/2015

LEI N.1164/2015

"CONCEDE INCENTIVO ESTRUTURAL À SOCIEDADE EMPRESÁRIA que constituirá sua sede NO MUNICÍPIO, NOS TERMOS DA LEI 215/97, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faz saber que o Poder legislativo Municipal aprovou e fica sancionada a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder executivo municipal autorizado a conceder os incentivos estruturais previstos no artigo 7º da Lei Municipal n. 215/97 à Sociedade Empresária JOSEFINO ALBERTO SCHIZZI FILHO – ME (nome fantasia HSI USINAGEM), inscrita no CNPJ sob o n. 17.184.589/0001-28.

§ 1º O benefício consiste na Cessão de Uso do imóvel de propriedade da municipalidade, Lote 16 da Rua A, localizado na Linha Giacomini, no Município de Cordilheira Alta, medindo 1.104,43m² de área, matrícula n. 63.385, o qual está sendo concedido mediante pedido da interessada e documentos comprobatórios nos termos da Lei, e conforme determina a Resolução n. 007/2015, do Conselho de Desenvolvimento Econômico, anexa a este.

§ 2º A cessão referida no caput deste artigo dar-se-á para fim específico de instalação da Sociedade Empresária JOSEFINO ALBERTO

SCHIZZI FILHO – ME, tendo como objetivo principal a prestação de serviços de usinagem, tornearia e solda.

§ 3º A Sociedade Empresária terá 06 (seis) meses para implantar-se no imóvel cedido, a contar da assinatura do termo de cessão de uso.

§ 4º O prazo de duração desta Cessão de Uso é de 10 (dez) anos.

Art. 2. A Sociedade Empresária poderá manifestar interesse na compra do imóvel no prazo de duração da Cessão, firmando-se preço compatível com os praticados no mercado imobiliário.

Art. 3º A beneficiada fica obrigada a cumprir as cominações de disposições superiores aplicáveis à espécie.

Art. 4º Para fazer face as despesas decorrentes da aplicação desta Lei serão utilizados recursos orçamentários próprios.

Art. 5º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 21 de agosto de 2015.

ALCEU MAZZIONI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

## **RESOLUÇÃO 006/2015 - CONSELHO TUTELAR**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE CORDILHEIRA ALTA - SC

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Resolução Nº 006/2015

"Dispõe sobre a publicação da relação de candidaturas deferidas e indeferidas pela Comissão Eleitoral para concorrer à Eleição para os membros do Conselho Tutelar e Suplentes do Município de Cordilheira Alta dá outras providências."

Solange Maria Dervanoski Lanzarin, Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente do Município de Cordilheira Alta - SC no uso de suas atribuições legais, torna público, com base na Lei Federal nº 8.069/90 Estatuto da Criança e do Adolescente e na Lei Municipal nº 895/2013 e Edital 003/2015 deste Conselho a relação de inscrições deferidas e indeferidas para concorrer à eleição para membros Titulares e Suplentes do Conselho Tutelar conforme segue:

Art. 1º Relação de inscrições deferidas:

1. Andreia Brambila Tressoldi
2. Ana Paula Rigon Posser Sachet
3. Daiane Pizzatto Gabriel
4. Eraldo Marconi
5. Érica Soares Variani
6. Josiani Trucollo Aires
7. Leticia Rubiana Belinski
8. Marilene Salete Vanazzi
9. Marli B. Eberle
10. Nadia Terezinha Mazetto Tozzo
11. Salete Maria B. Balerini
12. Simone Di Domenico
13. Thauana C. Corrêa

Art 2. º Relação de inscrições indeferidas:

1. Ezequiel Otto

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Cordilheira Alta, 25 de agosto de 2015.

SOLANGE M.D. LANZARIN

Presidente Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Cordilheira Alta - SC



# Coronel Freitas

## PREFEITURA

### PREGÃO PRESENCIAL N° 39/2015

Estado de Santa Catarina  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL FREITAS

#### AVISO DE LICITAÇÃO

Edital Pregão Presencial N° 39/2015

Objeto: CONCERTO DA RETROESCAVADEIRA CASE 580L COD. FROTA N°20

Tipo: Menor Preço Global

Entrega dos envelopes: até as 08:30 horas do dia 10/09/2015

Abertura dos envelopes: na sequência às 08:30 horas do dia 10/09/2015

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Av.Santa Catarina, 1022 nos dias úteis, de segunda a sexta feira das 10:00 às 11:30 hrs e das 13:00 às 17:00 horas ou pelo fone 3347.3400.

Coronel Freitas (SC) 26 de Agosto de 2015

Mauri J. Zucco

Prefeito Municipal

# Coronel Martins

## PREFEITURA

### ANEXO TC-07/94 - DADOS E TEXTO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO DE CONTRATO Nº. 051/2015 DE 31 DE JULHO DE 2014.

ANEXO TC-07/94 - DADOS E TEXTO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO DE CONTRATO Nº. 051/2015 DE 31 DE JULHO DE 2014.

MÊS/ANO: AGOSTO/2014. NÚMERO CONTRATO: 054/2014

INÍCIO DA VIGÊNCIA: 20/08/2014

Celebram o SEGUNDO TERMO ADITIVO ao Contrato nº 054, firmado em 20 de agosto de 2014, vinculado às normas previstas na Lei n. 8.666/93 e edital de Pregão Presencial nº 021/2014, conforme condições abaixo estabelecidas:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O Município contratante, a partir de 01 de agosto de 2015, passa a responsabilizar-se pelo pagamento de até 50% (cinquenta por cento) da quilometragem mensal percorrida, mantido o mesmo valor por quilômetro rodado previsto no Contrato-Mãe que antecedeu a este Termo Aditivo.

#### CLÁUSULA SEGUNDA – DA RATIFICAÇÃO

Ficam ratificadas e inalteradas as demais Cláusulas e condições estabelecidas no Contrato original, às quais se aplicam o presente Termo Aditivo.

Visto/Jurídico. Julcemar Comachio- OAB/SC n. 18.445

TIPO PESSOA(1/2): 2 CNPJ: 02.314.481/0001-35

CONTRATADO: ZAPAROLI TRANSPORTES LTDA.

### APOSTILAMENTO N. 02/2015

APOSTILAMENTO N. 02/2015

Objeto: Prestação de Serviços de Locação de Softwares.

Contratado: Betha Sistemas Ltda (CNPJ n. 00.456.864/0001-67)

Contrato: 049/2014 de 01 de agosto de 2014.

Fato: Reajuste nos valores da prestação dos serviços de Locação de Softwares e disponibilização de técnico, conforme prevê o Contrato 049/2014, baseando-se pelo IGPM (Índice Geral de Preços de Mercado), acumulado nos últimos 12 (doze) meses, equivalente a 6,9639%.

Fundamentação: disposições do § 8º do artigo 65 da Lei Federal n. 8.666, de 21 de junho de 1993, consolidada. Princípio do Equilíbrio Econômico-Financeiro do Contrato.

Alug. Sist. Contab. P/ Fundo Saúde	R\$ 150,00	R\$ 160,45
Alug. Sist. Contabilidade Pública	R\$ 650,00	R\$ 695,27
Alug. Sist. Controle de Frotas	R\$ 150,00	R\$ 160,45
Alug. Sist. Educação Módulo Secretaria	R\$ 245,00	R\$ 262,06
Alug. Sist. Fly Transparência	R\$ 170,00	R\$ 181,84
Alug. Sist. Folha de Pagamento	R\$ 460,00	R\$ 492,03
Alug. Sist. Patrimônio Público	R\$ 150,00	R\$ 160,45
Alug. Sist. Planejamento	R\$ 200,00	R\$ 213,93
Alug. Sist. RH	R\$ 250,00	R\$ 267,41
Alug. Sist. Tributação	R\$ 500,00	R\$ 534,82

Horas técnicas	Valor atual	Valor reajustado
Implantação	R\$ 6.855,00	R\$ 7.332,38
Suporte	R\$ 60,00	R\$ 64,18

Deslocamento e estadia	Valor atual	Valor reajustado
Deslocamento	R\$ 0,60	R\$ 0,64
Estadia	R\$ 114,00	R\$ 121,94

Coronel Martins-SC, em 19 de agosto de 2015.

DIRCEU FAVRETTO

Prefeito Municipal

CONTRATANTE

BETHA SISTEMAS LTDA

Ernesto Muniz de Souza Jr

CONTRATADA

De Acordo:

JULCEMAR COMACHIO

Assessor Jurídico

OAB/SC nº 18.445

Descrição da nota	Valor atual	Valor reajustado
Alug. Sist. Almoxarifado	R\$ 150,00	R\$ 160,45
Alug. Sist. Compras e Licitações	R\$ 300,00	R\$ 320,89
Alug. Sist. Compras P/ Fundo Saúde	R\$ 125,00	R\$ 133,70

**APOSTILAMENTO N. 03/2015**

APOSTILAMENTO N. 03/2015

Licitação: PREGÃO PRESENCIAL Nº 020/2014 - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 035/2014 - REGISTRO DE PREÇOS Nº 005/2014

Objeto: Aquisição de filtros em geral, para manutenção das atividades das diversas Secretarias da Prefeitura Municipal e Fundos do Município.

Contratado: Transmaq Peças e Serviços Ltda (CNPJ n. 19.511.147/0001-74)

Contrato: Ata de Registro de Preço 005/2014 de 04 de Agosto de 2014.

Fato: Dilação no prazo de vigência, em virtude de que há ainda certa quantidade de produtos a serem adjudicadas, por este motivo a Ata de Registro de Preço 005/2014, será prorrogada até 31 de dezembro de 2015.

Fundamentação: previsão legal que possibilita a prorrogação do prazo de vigência dos contratos conforme disposições da Lei Federal nº 8.666/93, consolidada;

Coronel Martins-SC, em 19 de agosto de 2015.

DIRCEU FAVRETTO

ALDO CARLOS GRESELLE

Prefeito Municipal

Transmaq Peças e Serviços Ltda

CONTRATANTE

CONTRATADA

De Acordo:

JULCEMAR COMACHIO

Assessor Jurídico

OAB/SC nº 18.445

**APOSTILAMENTO N. 04/2015**

APOSTILAMENTO N. 04/2015

Licitação: PREGÃO PRESENCIAL Nº 020/2014 - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 035/2014 - REGISTRO DE PREÇOS Nº 005/2014

Objeto: Aquisição de filtros em geral, para manutenção das atividades das diversas Secretarias da Prefeitura Municipal e Fundos do Município.

Contratado: Filbram Comércio de Peças Ltda (CNPJ n. 79.051.785/0001-81)

Contrato: Ata de Registro de Preço 005/2014 de 04 de Agosto de 2014.

Fato: Dilação no prazo de vigência, em virtude de que há ainda certa quantidade de produtos a serem adjudicadas, por este motivo a Ata de Registro de Preço 005/2014, será prorrogada até 31 de dezembro de 2015.

Fundamentação: previsão legal que possibilita a prorrogação do prazo de vigência dos contratos conforme disposições da Lei Federal nº 8.666/93, consolidada;

Coronel Martins-SC, em 19 de agosto de 2015.

DIRCEU FAVRETTO

Elves Oldoni

Prefeito Municipal

Filbram Comércio de Peças Ltda

CONTRATANTE

CONTRATADA

De Acordo:

JULCEMAR COMACHIO

Assessor Jurídico

OAB/SC nº 18.445

**DECRETO Nº. 162 DE 14 DE AGOSTO DE 2015.**

DECRETO Nº. 162 DE 14 DE AGOSTO DE 2015.

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE PROGRESSÃO POR TEMPO DE SERVIÇO DOS SERVIDORES DO MAGISTÉRIO PÚBLICO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo inciso VI, do artigo 94, da Lei Orgânica Municipal de 28/10/1994;

Considerando o disposto no art. 18, da Lei Complementar Municipal n. 039/2013 que estabelece sobre a progressão por tempo de serviço, concedida a cada 02 (dois) anos de efetivo exercício;

Considerando o princípio administrativo da moralidade pública, e da legalidade;

**DECRETA:**

Art.1º Fica concedida progressão por tempo de serviço as servidoras abaixo relacionadas, membros do Magistério Público Municipal, equivalente à conquista de uma referência nas Tabelas que compõem os anexos I e II, da Lei Complementar Municipal nº. 039, de 03 de dezembro de 2013.

Nome	Período de Admissão	Nível Anterior	Nível Atual
Marines Luzia Basso	01/08/1995	2.2 - I	2.2 - J
Maria Lucia M. Picetti	01/08/2003	2.2 - E	2.2 - F
Fatima Ap. Tomazeli Basso	01/08/2006	2.2 - B	2.2 - C
Marcos Antonio Marmentini	01/08/2006	1.1 - I	1.1 - J
Raquel Adriana Souza	01/08/2006	2.1 - G	2.1 - H
Rute de Jesus	21/08/2006	2.1 - F	2.1 - G

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrario.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins – SC,  
em 14 de Agosto de 2015.

DIRCEU FAVRETTO

Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado em data supra

MARCOS CEZAR POZZER

Chefe de Gabinete

**DECRETO Nº. 163 DE 19 DE AGOSTO DE 2015.**

DECRETO Nº. 163 DE 19 DE AGOSTO DE 2015.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas pela Lei Federal nº. 4.320/64, Lei do Plano Plurianual 2014/2017, Lei de Diretrizes Orçamentárias LDO para o exercício de 2015 e Lei Orçamentária Anual nº. 641 de 27/11/2014;

**Decreta:**

Art. 1º Fica aberto um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 885,00 (oitocentos e oitenta e cinco reais) na seguinte Programação de despesa:

10.01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE				
10.301.0053.2.016 – Manutenção do Bloco Atenção Básica				
Categoria	Descrição	Reduzido	Fonte	Valor
4.4.90.00.00.00	Aplicações Diretas	09	01.0038	885,00

Art. 2º Para dar cobertura ao crédito suplementar constante no Art. 1º, serão utilizados recursos na ordem de R\$ 885,00 (oitocentos e oitenta e cinco reais) da seguinte Programação de despesas:

10.01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE				
10.301.0051.2.014 – Manutenção das Atividades da Saúde				
Categoria	Descrição	Reduzido	Fonte	Valor
3.1.90.00.00.00	Aplicações Diretas	07	01.0038	885,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins SC,  
em 19 de agosto de 2015.  
DIRCEU FAVRETTO  
Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado em data supra.

MARCOS CEZAR POZZER  
Chefe de Gabinete

### **LEI Nº 659/2015, DE 25 DE AGOSTO DE 2015**

LEI Nº 659/2015, DE 25 DE AGOSTO DE 2015

DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO PROGRAMA CESTA MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO PARA FAMÍLIAS EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE SOCIAL DO MUNICÍPIO.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CORONEL MARTINS/SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas, FAZ SABER a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica criado o Programa Cesta Materiais de Construção, destinado a famílias em situação de vulnerabilidade social no Município de Coronel Martins.

Parágrafo único: Para a concessão deste benefício, considera-se família todas as pessoas residentes na habitação a receber melhorias, que se encontram unidas por laços consanguíneos, de afinidade, aliança e/ou afetividade.

Art. 2º O programa Cesta Materiais de Construção tem como objetivo atender famílias em situação de extrema pobreza, pobreza ou vulnerabilidade social, concedendo materiais de construção para melhorias e reformas nas condições de habitabilidade, prioritariamente a construção de banheiros e reforma de telhados.

Art. 3º São critérios de acesso ao auxílio fornecido pela Cesta Materiais de Construção:

- I – Possuir renda familiar de até dois salários mínimos vigente;
- II – Residir no município há no mínimo um ano;
- III – Residir em casas próprias.

Art. 4º Caracteriza-se como público prioritário para concessão da Cesta Materiais de Construção:

- I – Famílias com moradia atingida por incêndio;
- II- Famílias com mulheres chefe de família;
- III – Idosos;
- IV – Famílias com pessoas com deficiência;
- V - Famílias em situação de emergência ou atingidas por intempéries da natureza, como: enchentes, vendavais, temporais, granizo.
- VI – Famílias com moradias em situação de risco.

Parágrafo Único: O atendimento às famílias inscritas no programa Cesta Materiais de Construção obedecerá aos indicativos de público prioritário, podendo atender aos demais, desde que todas as famílias inscritas como público prioritário já tenham sido atendidas.

Art. 5º São documentos necessários para solicitar o auxílio:

- I – Comprovante de renda de todos os membros da família;
- II – Comprovante de residência;
- III – Escritura ou contrato de compra do imóvel onde serão investidos os recursos do auxílio;
- IV – Documentos pessoais (RG, CPF e/ou NIS).

Art. 6º A execução do serviço de reforma e construção relativa à mão de obra é de inteira responsabilidade da família beneficiária da cesta materiais de construção.

Art. 7º A concessão do benefício somente será efetivada após realização de estudo social favorável elaborado por assistente social do município.

Art. 8º O valor do benefício será definido no estudo social do assistente social de acordo com as necessidades da família, limitado ao valor de 05 (cinco) salários mínimos vigentes.

Art. 9º O programa previsto nesta lei será automaticamente suspenso quando não persistir dotação orçamentária a fazer frente às despesas dele decorrentes, podendo ser reestabelecido assim que essa circunstância deixar de existir.

Art. 10 Esta lei entra em vigor a partir da data de sua publicação revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins - SC,  
em 25 de agosto de 2015.  
DIRCEU FAVRETTO  
Prefeito Municipal

Esta Lei foi registrada e publicada em data supra.

MARCOS CEZAR POZZER  
Chefe de Gabinete

### **LEI Nº. 658/2015, DE 25 DE AGOSTO DE 2015**

LEI Nº. 658/2015, DE 25 DE AGOSTO DE 2015

**AUTORIZA CESSÃO DE DIREITO REAL DE USO À TÍTULO PRECÁRIO DE BEM IMÓVEL DO MUNICÍPIO DE CORONEL MARTINS/SC E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS**

O Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores Aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal Autorizado a promover, mediante contrato, a Cessão de Direito Real de Uso a Título Precário de Bem Imóvel de propriedade do Município, à ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DO BAIRRO BELA VISTA, pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos, com sede à Rua Saudades, s/n, bairro Bela Vista, Coronel Martins/SC, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 05.488.626/0001-02, com a finalidade de utilização por todos os moradores do bairro Bela Vista, com as seguintes características:

- parte dos lotes urbanos 34, 35 e 36, matriculados sob o n. 3962 do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de São Domingos, com área total de 1.940,35 m², confrontando: a noroeste com parte do lote urbano 33 na extensão de 24,00 m e com parte do lote urbano n. 35 na extensão de 16,00m; a nordeste com uma área 34 e 35 na ext. de 38,696 m e com a Rua Saudades na ext. de 25,2 m; a sudeste com parte do lote urbano n. 36 na ext. de 40 m, conforme mapa e memorial descritivo anexos à presente Lei.

Parágrafo único. A Cessão de Direito Real de Uso prevista na presente Lei vigorará pelo prazo de 20 (vinte) anos.

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins-SC,  
em 25 de agosto de 2015.  
DIRCEU FAVRETTO  
Prefeito Municipal

Esta Lei foi registrada e publicada em data supra.

MARCOS CEZAR POZZER  
Chefe de Gabinete

# Correia Pinto

## PREFEITURA

### **PREGÃO PRESENCIAL - PROCESSO 40/2015 PMCP**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORREIA PINTO

PREGÃO PRESENCIAL 40/2015 – PMCP

Objeto: AQUISIÇÃO DE MÓVEIS (COZINHA SOB MEDIDA) PARA A ESCOLA BÁSICA MUNICIPAL OLINTHO D'ÁVILA MESQUITA, CONFORME DESCRITIVO NO ANEXO I DO EDITAL. Tipo: Menor preço GLOBAL. Abertura dos envelopes: 08/09/2015 às 14:30 horas. Base Legal: Lei n. 10.520/2002, com aplicação subsidiária da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores, Lei Ordinária Municipal n. 1.414/2007, e demais legislação pertinente à matéria. O edital poderá ser obtido no setor de licitações da Prefeitura Municipal, sito na Rua Duque de Caxias, 1569, Centro, Correia Pinto - SC, em dias úteis de 2ª a 6ª feira, das 13:00 às 19:00hs, ou em [www.correiapinto.sc.gov.br](http://www.correiapinto.sc.gov.br)

Correia Pinto/SC, 26 de agosto de 2015.

VÂNIO FORSTER

Prefeito Municipal

LUCIA RAQUEL RODRIGUES ORTIZ

Secretária de Educação

ALISSON G. R. ANTUNES

Pregoeiro Municipal



# Corupá

## PREFEITURA

**DECRETO Nº 918/15**

DECRETO Nº 918/15

DECRETA LUTO OFICIAL NO MUNICÍPIO DE CORUPÁ.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o disposto do Artigo 66, inciso VII da Lei Orgânica Municipal, e

CONSIDERANDO o falecimento do Honroso Senhor Secretário de Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente JEAN MARCEL BERTOLDI DIEL, que em vida prestou grandes serviços sociais ao Município de Corupá/SC;

**DECRETA:**

Art. 1º - LUTO OFICIAL, por 3 (três) dias, no Município de Corupá, a partir desta data.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá,  
25 de agosto de 2015.

LUIZ CARLOS TAMANINI  
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

# Curitibanos

## PREFEITURA

### JUSTIFICATIVA DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 161/2015

JUSTIFICATIVA DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 161/2015

REFERENTE: Contrato de compra e venda firmado entre o Município de Curitibanos e a empresa MARCOS FRONNER FERREIRA., com o valor total de R\$ 2.672,40 (Dois mil, seiscentos e setenta e dois reais e quarenta centavos)

RESUMO: DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA AQUISIÇÃO DE BANNERS E FAIXAS PARA USO DURANTE O DESFILE DE INDEPENDÊNCIA DO BRASIL, QUE ACONTECERÁ NO DIA 7 DE SETEMBRO DE 2015, CONFORME ART. 24, INCISO V, DA LEI 8.666/93 E ANEXO I DESTE EDITAL.

#### FUNDAMENTO DA JUSTIFICATIVA:

- "Art. 24 Inciso V – Quando não acudirem interessados à licitação anterior e esta, justificadamente, não puder ser repetida sem prejuízo para a administração, mantidas, neste caso, todas as condições preestabelecidas;"

PELO EXPOSTO: E conforme o que foi apresentado a esta Comissão, e atendidos aos preceitos do Art. 24, inciso V da Lei No. 8.666/93, e suas alterações, encaminhamos ao Prefeito Municipal, sugerindo a referida contratação.

Curitibanos, 24 de agosto de 2015.

Diego Sebem Wordell  
Presidente da Comissão

Cristina Melo Menegotto  
Membro

Talita Daiane Schwinden  
Membro

#### PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

A presente dispensa cumpre as exigências legais, estando de acordo com a Lei No. 8.666/93 e suas alterações, de acordo com o Art. 24, o inciso V dou como aprovada.

Curitibanos, 24 de agosto de 2015.

Claudio Vieira França  
Procurador Geral do Município

#### AUTORIZAÇÃO:

Autorizo a prestação de serviços mencionada e recomendo a observância das demais providências legais pertinentes.

Curitibanos, 24 de agosto de 2015.

Aldo Dolberth  
Prefeito Municipal e/e

# Dionisio Cerqueira

## PREFEITURA

### AVISO DE LICITAÇÕES 2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIONISIO CERQUEIRA

#### AVISO DE LICITAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Dionísio Cerqueira torna público que se encontra aberta ao Pregão n. 087/2015. Objeto: Aquisição de materiais de expediente, micro computador, carrinho de bebê e cadeira giratória para a Administração Municipal. . Entrega da documentação e propostas até as 08:30 horas do dia 09/09/2015 no Depto. de Compras e Licitações. Maiores informações junto ao Depto. de Compras e Licitações deste Município, sito a Rua Santos Dumont, N.413. - Dionísio Cerqueira, 25/08/2015.

Altair Rittes – Prefeito Municipal

### RESULTADO DE LICITAÇÕES 2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

DIONÍSIO CERQUEIRA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

O Fundo Municipal de Saúde de Dionísio Cerqueira comunica aos interessados o resultado do Processo 040/2015 Modalidade: Pregão nº 040/2015, Objeto Aquisição de fraldas para pacientes acamados **Vencedor Olmiro Rosa dos Santos Ltda.** - Valor R\$ 11.228,60

Dionísio Cerqueira 24/08/2015

João Stahl – Gestor do FMS

# Forquilha

## PREFEITURA

### ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 33/PMF/2015-REFERENTE PREGÃO PRESENCIAL Nº. 76/PMF/2015

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO.

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Em cumprimento ao disposto do artigo 15 parágrafo 2º da Lei 8.666/93 e alterações, a Secretaria de Administração, informa que se encontram registrado os preços abaixo relacionados, decorrentes do Pregão Presencial nº 33/2015 PMF - Ata do Sistema de Registro de Preços 76/2015 – PMF - SELEÇÃO DE PROPOSTAS VISANDO REGISTRAR PREÇO para a prestação de serviços na elaboração de projetos arquitetônicos e complementares para edificações públicas do Município de Forquilha/SC, para futuras aquisições.

ESTA ATA DE REGISTRO DE PREÇO ENCONTRA-SE PUBLICADA NA ÍNTEGRA, NO ENDEREÇO ELETRÔNICO [WWW.FORQUILHA.SC.GOV.BR](http://WWW.FORQUILHA.SC.GOV.BR).

VIGÊNCIA: 21/05/2016

2ª Publicação

### AVISO DE LICITAÇÃO: PREGÃO PRESENCIAL Nº. 139/PMF/2015

AVISO DE LICITAÇÃO

MODALIDADE: Edital Pregão Presencial Nº. 139/PMF/2015

OBJETIVO: A presente licitação tem por objetivo a contratação de operadora para prestação de serviços de telefonia móvel (serviço móvel pessoal-SMP), incluindo pacote de internet 3G ou superior para até 70 (setenta) acessos habilitados, respeitando-se as seguintes descrições técnicas.

DATA DE ABERTURA: Dia 10 de setembro de 2015 às 11:00 horas.

EDITAL: Completo e demais esclarecimentos poderão ser obtidos de segunda a sexta-feira no Departamento de Compras do Município de Forquilha, no Paço Municipal "26 de Abril" Edifício sede da Municipalidade na Avenida 25 de julho, 3400, no horário das 07:00 às 13:00 horas, ou por e-mail: [editais@forquilha.sc.gov.br](mailto:editais@forquilha.sc.gov.br).

Forquilha, 25 de agosto de 2015.

ÉRIKA DE LUCA TISCOSKI

Pregoeira

### EXTRATO DE CONTRATO Nº 115/PMF/2015

EXTRATO DE CONTRATO PMF Nº. 115/2015

CONTRATANTE – MUNICÍPIO DE FORQUILHA

CONTRADADO – DM PRODUÇÕES LTDA

OBJETO – contratação da banda BARRIL para se apresentarem na VII edição da Heimatfest, no dia 09 de outubro de 2015, por meio da Seção de Eventos Culturais, no Município de Forquilha/SC.

VALOR – R\$ 9.000,00 (nove mil reais)

VIGÊNCIA – 31/12/2015

DOTAÇÃO - 0802.2040.3390 (145).

FUNDAMENTO LEGAL – Lei Federal 8.666/93 e Inexigibilidade de Licitação nº. 109/PMF/2015

DATA DA ASSINATURA – 28 de julho de 2015

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

### EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 66/PMF/2015

EXTRATO DO TERMO ADITIVO PMF Nº 66/2015

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO PMF Nº 171/2014

CONTRATANTE – MUNICÍPIO DE FORQUILHA

CONTRATADO – GENTE SEGURADORA S.A.

DO OBJETO – Prestação de serviços, através de empresa especializada, para cobertura de seguros de veículos diversos da Frota Oficial do Município de Forquilha/SC.

DO PRAZO – Prorrogação do prazo de vigência do contrato nº. 171/PMF/2014 de 07/08/2015 para 27/05/2016.

DO VALOR – O valor global para o período acima citado correspondente a R\$ 530,00 (quinhentos e trinta reais).

DO FUNDAMENTO LEGAL – Art. 57 da Lei nº 8.666/93.

DATA DA ASSINATURA – 07 de agosto de 2015.

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

### EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 67/PMF/2015

EXTRATO DO TERMO ADITIVO PMF Nº 67/2015

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO PMF Nº. 238/2014

CONTRATANTE – MUNICÍPIO DE FORQUILHA

CONTRADADO – FBB ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO LTDA

DO OBJETO – Constitui objeto do presente termo a contratação de empresa especializada para prestar serviços (remanescentes) de urbanização da Avenida 25 de Julho com a implantação de passeios e ciclovia, no Bairro Vila Lourdes, Município de Forquilha/SC, compreendendo material, mão-de-obra, equipamentos e ferramentas normais e especiais necessárias, conforme Programa GPD - Contrato Nº. 0301982-47/2009, obedecendo integralmente às especificações, determinações previstas no projeto básico e projeto executivo e de acordo com a proposta da contratada, que independentemente de transcrição fazem parte integrante deste instrumento contratual.

DO PRAZO – Fica acrescido 90 (noventa) dias no prazo de execução do contrato 238/PMF/2014 de 10/08/2015 para 08/11/2015 bem como a prorrogação da vigência do contrato para 06/02/2016.

DO FUNDAMENTO LEGAL – Art. 57 da Lei nº 8.666/93.

DATA DA ASSINATURA – 10 de agosto de 2015.

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

# Fraiburgo

## PREFEITURA

### AVISO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 0106\_2015-PMF RP 0069

AVISO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 0106/2015 – PMF  
REGISTRO DE PREÇOS Nº 0069/2015 – PMF

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO – SC

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS visando aquisição em contratações futuras de gás liquefeito de petróleo em cargas de 13 kg e 45 kg, cilindro de gás P45 e botijão vazio de 13 kg, para uso do Órgão Gerenciador (Município de Fraiburgo) e dos Órgãos Participantes (SANEFRAI e FMS), durante os meses de setembro de 2015 a janeiro de 2016. Validade da Ata de Registro de Preços: setembro de 2015 a janeiro de 2016. Julgamento: Menor Preço POR ITEM. Entrega/Protocolo dos Envelopes e Credenciamento: até as 09:15 horas do dia 09.09.2015. Abertura: às 09:15 horas do mesmo dia. Informações e/ou cópia na íntegra deste Edital: Avenida Rio das Antas, nº 185. Fone (49) 3256 3000 – Ramais 3023/3039. Site: [www.fraiburgo.sc.gov.br](http://www.fraiburgo.sc.gov.br).

Fraiburgo (SC), 25 de agosto de 2015.

Ivo Biazolo – Prefeito

### DECRETO Nº 181/2015

DECRETO Nº 181, DE 25 DE AGOSTO DE 2015.

DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais; em conformidade com o Art. 16 da Lei Nº 2276, de 05 de Dezembro de 2014;

DECRETA:

Art.1º. Fica aberto no orçamento do Município de Fraiburgo crédito adicional suplementar para o exercício de 2015 no valor de R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais), nas seguintes dotações:

11.00 – Secretaria de Ação Social		
11.01 – Fundo Municipal de Assistência Social		
08.244.0022.2.048 – Manutenção do CREAS		
3.3.90.00 – Aplicações Diretas 0.1.0520 (281)	R\$	25.000,00
Total	R\$	25.000,00

Art. 2º. Os recursos necessários para atendimento ao disposto no artigo 1º deste Decreto correrão à conta do provável excesso de arrecadação a ser apurado até o final do exercício, nas rubricas abaixo relacionadas.

41721341400 – Transf. De Recursos FNAS – Criança e Adolescente	R\$	25.000,00
TOTAL	R\$	25.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.  
FRAIBURGO, 25 DE AGOSTO DE 2015.

IVO BIAZZOLO  
Prefeito Municipal

ANDRE LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

### DECRETO Nº 183/2015

DECRETO Nº 183, DE 25 DE AGOSTO DE 2015.

FIXA NORMAS PARA REALIZAÇÃO DO DESFILE CÍVICO DE 7 DE SETEMBRO NO ANO DE 2015 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais;

DECRETA:

Art. 1º. O desfile cívico comemorativo à 7 de setembro será antecipado para o dia 6 de setembro de 2015 (domingo), sendo considerado dia letivo para todos os fins legais.

Parágrafo único. Caso as condições climáticas impeçam a realização do desfile cívico no dia 6 de setembro (domingo) será automaticamente transferido para o dia 7 de setembro de 2015 (segunda-feira).

Art. 2º. Compete a Secretaria de Educação, Cultura e Esportes a organização e definição das normas relativas a realização do referido desfile.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO

FRAIBURGO, SC., 25 DE AGOSTO 2015.

IVO BIAZZOLO  
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

### PORTARIA Nº 1893/2015

PORTARIA Nº 1893, DE 25 DE AGOSTO DE 2015.

Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital nº 0005 de 10 de fevereiro de 2015 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 01186/2015, da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

RESOLVE:

Art. 1º Contratar, em caráter temporário ANDREA APARECIDA ALVES, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 005.563.389-79, na função de AUXILIAR DE SALA DA EDUCAÇÃO INFANTIL, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 01 de setembro de 2015 até 18 de dezembro de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 25 de agosto de 2015.

IVO BIAZZOLO  
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA  
Secretário de Administração e Planejamento

#### **PORTARIA Nº 1894/2015**

PORTARIA Nº 1894, DE 25 DE AGOSTO DE 2015.  
Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital nº 0050 de 09 de dezembro de 2014 e Contrato Administrativo;

#### **RESOLVE:**

Art. 1º Contratar, em caráter temporário ANGELITA APARECIDA MOREIRA DOS SANTOS POSANSCKE, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 825.061.679-00, na função de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 01 de setembro de 2015 até 30 de outubro de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 25 de agosto de 2015.

IVO BIAZZOLO  
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA  
Secretário de Administração e Planejamento

#### **PORTARIA Nº 1895/2015**

PORTARIA Nº 1895, DE 25 DE AGOSTO DE 2015.

Designa Fiscal de Obra decorrente de  
Contrato Administrativo.

O Prefeito de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o art. 67 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993;

#### **RESOLVE:**

Art. 1º. Designar JAN MARCEL GOMES MARTINS, brasileiro, solteiro, inscrito no CPF sob o nº 062.957.309-30, contratado em caráter temporário na função de ENGENHEIRO CIVIL, matrícula nº 11908, para acompanhamento e fiscalização da obra decorrente do contrato administrativo nº CT14PMF180, Processo Administrativo Licitatório nº 0226/2014, Tomada de Preços nº 0022/2014, cujo objeto é a contratação de empresa do ramo para execução de ampliação e reforma do Centro de Educação Infantil "Zenaide da Costa", localizado na Rua 25 de agosto, no bairro Salete, nesta cidade, onde serão realizadas uma ampliação e reforma, totalizando uma área a ser ampliada de 461,37m² e reformada de 143,76m², conforme Projetos, Memorial Descritivo e Quantitativo (ANEXOS ao PAL).

Art. 2º. Incumbe o fiscal acima designado acompanhar e fiscalizar a execução da obra acima referida, anotando as ocorrências relevantes e documentando eventuais equívocos a serem corrigidos, transmitindo-as às autoridades competentes, às quais competirá adotar as providências adequadas.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 25 de agosto de 2015.

IVO BIAZZOLO  
Prefeito

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA  
Secretário de Administração e Planejamento

**DECRETO Nº 182/2015****DECRETO Nº 182, DE 25 DE AGOSTO DE 2015.****HOMOLOGA O RESULTADO DA PROVA PRÁTICA E A CLASSIFICAÇÃO FINAL DO EDITAL DE SELEÇÃO PARA CONTRATAÇÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO – ACT Nº. 0015, DE 25 DE JUNHO DE 2015.**

O **Prefeito Municipal de Fraiburgo**, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais;

**DECRETA:**

**Art. 1º.** Fica homologado o resultado da prova prática, assim como a classificação final do processo de seleção para contratação em caráter temporário nº. 0015, de 25 de junho de 2015, conforme lista anexa.

**Art. 2º.** Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO  
FRAIBURGO, SC, 25 DE AGOSTO DE 2015.

**IVO BIAZZOLO**  
Prefeito Municipal

**ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA**  
Secretário de Administração e Planejamento





Estado de Santa Catarina  
Prefeitura Municipal de Fraiburgo

**EDITAL DE SELEÇÃO PARA ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO - ACT**  
**Nº 0015 DE 25 DE JUNHO DE 2015**

**Classificação dos Candidatos Inscritos por Ordem de Código dos Quadros de Inscrições, Vinculados com a Área de Atuação e Disciplina**  
**Ordem Decrescente da Soma Total dos Pontos Obtidos e Desempate**

Cargo: **Instrutor de Trabalhos** Quadro: **I - QUADRO GERAL DE INSCRIÇÃO**

Código: **1** Área de Atuação: **Geral**

Disciplina: **Instrutor de Trabalhos Culturais (masculino)**

Ordem Classific.	Número Inscrição	Nome do Candidato	Soma de Pontos	Prova Prática
1	1	MARCOS MARQUES KEMER	54	49,6

***CrITÉRIOS de Desempate***

1º	2º	3º	4º	5º
Cursos Área	Tempo Serviço	Filhos	Portador Defic.	Data Nascimento
0	0	2	NÃO	03/02/1978

# Frei Rogério

## PREFEITURA

### RESUMO EDITAL PROCESSO DE LICITAÇÃO, 25/2015

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 025/2015

PREGÃO PRESENCIAL Nº 016/2015

REGISTRO DE PREÇOS Nº 08/2015

O MUNICÍPIO DE FREI ROGÉRIO – SC torna público aos interessados que fará realizar, através da equipe de pregoeiros, nomeada pela portaria 09/2015, no dia 11 de setembro de 2015, às 09h00min, na sede da Prefeitura Municipal, na Rua Adolfo Soletti, nº 750, Licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, PARA REGISTRO DE PREÇOS, regida pelo decreto municipal 104/2007 e pelas leis 10520 e 8.666/93 e alterações posteriores, do tipo menor preço por item, tendo por objetivo a contratação de serviços elétricos/eletrônicos para manutenção dos veículos/máquinas e equipamentos pesados do município.

Informações e Edital poderão ser obtidos através site: [www.freirogerio.sc.gov.br](http://www.freirogerio.sc.gov.br) ou no setor de compras da Prefeitura Municipal pelo fone (49) 3257-0000.

E-mail: [compras@freirogerio.sc.gov.br](mailto:compras@freirogerio.sc.gov.br)

Frei Rogério (SC), 24 de agosto de 2015

OSNY BATISTA ALBERTON

Prefeito Municipal.

# Galvão

## PREFEITURA

### PROCESSO DE LICITAÇÃO 044/2015

#### EXTRATO DE EDITAL

O MUNICÍPIO DE GALVÃO, Estado de Santa Catarina COMUNICA que estará recebendo proposta referente ao Processo Licitatório nº 044/2015, Edital de Pregão Presencial nº 029/2015, tipo menor preço por LOTE até às 09h:00min. do dia 09 de setembro de 2015, e fará abertura das mesmas às 09h15min do mesmo dia, sendo que constitui-se o objeto da presente licitação CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE SEGURANÇA, ORNAMENTAÇÃO, FOTOGRAFIA E FILANGEM, AQUISIÇÃO DE PANFLETOS E TROFEUS PARA A REALIZAÇÃO NOS DIAS 09 e 10 DE OUTUBRO, DO XVIII FESTIVAL DA MUSICA SERTANEJA GALVONENSE - FEMUSG, conforme descrição Anexo V, conforme descrito no Edital. O fundamento legal é a Lei 10.520/2002 e subsidiariamente a Lei 8.666/93 de 21/06/93, consolidada e legislação aplicável. A integral do Edital e demais documentos poderão ser obtidos junto a sede do município com a Comissão de Licitação do Município, sito à Avenida Sete de Setembro nº 548, na cidade de Galvão – SC, telefone (49) 3342 1111 ou pelo site: [www.galvao.sc.gov.br](http://www.galvao.sc.gov.br)

Galvão - SC, 25 de agosto de 2015.

Neri Pederssetti

Prefeito Municipal

# Garopaba

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 159/2015

DECRETO N.º 159, DE 25 DE AGOSTO DE 2015.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO LIMITE DE R\$ 110.000,00 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito Municipal de Garopaba, no uso de suas atribuições legais que são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Lei n.º 1.850 de 19/11/2014 e demais legislação vigente,

DECRETA,

Art. 1º. Fica aberto crédito adicional suplementar no limite de R\$ 110.000,00 (cento e dez mil reais) no Orçamento vigente:

17.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	110.000,00
10301252.075 - Manutenção da Atenção Básica	100.000,00
3.3.90.0.1.02.000000 - Aplicações Diretas	100.000,00
10301252.076 - Manutenção da Média e Alta Complexidade	10.000,00
3.3.90.0.2.14.000067 - Aplicações Diretas	10.000,00

Art. 2º. Os recursos para atenderem ao artigo 1º, num limite de R\$ 110.000,00 (cento e dez mil reais), correrão por conta da anulação parcial das seguintes dotações do orçamento vigente:

17.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE		110.000,00
10301252.075 - Manutenção da Atenção Básica		100.000,00
3.3.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas		100.000,00
10301252.076 - Manutenção da Média e Alta Complexidade		10.000,00
3.1.90.0.2.14.000067 - Aplicações Diretas		10.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 25 de agosto de 2015.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto no DOM/SC em 26/08/2015, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.891 de 03/06/2015.

HONORATO TIMÓTEO PACHECO

Secretário de Administração

### DECRETO Nº 160/2015

DECRETO N.º 160, DE 25 DE AGOSTO DE 2015.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO LIMITE DE R\$ 19.400,00 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito Municipal de Garopaba, no uso de suas atribuições legais que são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Lei n.º 1.850 de 19/11/2014 e demais legislação vigente,

DECRETA,

Art. 1º. Fica aberto crédito adicional suplementar no limite de R\$ 19.400,00 (dezenove mil e quatrocentos reais) no Orçamento vigente:

09.01 - SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA		19.400,00
15451311.036 - Construção e Remodelação de Praças, Passeios e Passarelas		19.400,00
4.4.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas		19.400,00

Art. 2º. Os recursos para atenderem ao artigo 1º, num limite de R\$ 19.400,00 (dezenove mil e quatrocentos reais), correrão por conta do excesso de arrecadação.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 25 de agosto de 2015.  
PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO  
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto no DOM/SC em 26/08/2015, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.891 de 03/06/2015.

HONORATO TIMÓTEO PACHECO  
Secretário de Administração

### **EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 53/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 53/2015  
PMG

Ata nº. 053/2015; Processo nº.104/2015; Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA. Contratada: COPAL ALIMENTOS LTDA; LILIANE GUERREIRO GONÇALVES ME; MARLI CARLSEN GONÇALVES ME; SUPER LIDER ALIMENTOS LTDA; Objeto: Registro de preço para aquisição de gêneros alimentícios para utilização na merenda das escolas e creches da rede municipal de ensino de Garopaba; Valor: R\$ 502.720,40 (Quinhentos e dois mil setecentos e vinte reais e quarenta centavos); Data da Assinatura: 25/08/2015

### **EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 54/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 54/2015  
PMG

Ata nº. 054/2015; Processo nº.112/2015; Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA. Contratada: COPAL VIA ROSA UNIFORMES LTDA; SAGASSI INDÚSTRIA E COMERCIO DE CONFECÇÕES LTDA; Objeto: Registro de Preço para aquisição de camisetas para atender a projetos e campanhas do centro de referencia especializado de Assistência Social; Valor: R\$ 12.178,00 (Doze mil cento e setenta e oito reais); Data da Assinatura: 25/08/2015

### **EXTRATO DE CONTRATO Nº 48/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

EXTRATO DE CONTRATO

Contrato nº 048/2015. Processo nº 110/2015; CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA; CONTRATADO: SILVEIRA MARTINS CONSTRUÇÕES LTDA; CNPJ: 13.565.760/0001-98; Objeto: O objeto do presente contrato é a contratação de empresa para execução de Tratamento Superficial Betuminoso em trechos de vias não pavimentadas no bairro Areias de Palhocinha, no município de Garopaba, correspondendo a uma área total de 8.372,00 m² (aproximadamente 1,196 Km de extensão e 7m de largura), com fornecimento de materiais e mão de obra, conforme especificações constantes do projeto básico; Valor Total R\$ 249.964,00 (Duzentos e quarenta e nove mil novecentos e sessenta e quatro reais) Data da Assinatura: 19/08/2015.

### **EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 01 AO CONTRATO Nº 15/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

1º Termo Aditivo; Contrato nº 015/2015; Processo nº. 025/2015; Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA; Contratado: NCL PAVIMENTAÇÃO LTDA. CNPJ: 09.346.667/0001-15. Objeto O presente termo aditivo tem por objeto prorrogar o prazo de vigência do contrato por 05 (cinco) meses, conforme ofício encaminhado pela Secretaria Municipal de Infra Estrutura e Serviços Urbanos, anexo a este termo; Data da Assinatura: 17/08/2015.

**EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 01 AO CONTRATO Nº 17/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

**EXTRATO DE TERMO ADITIVO**

1º Termo Aditivo; Contrato nº 017/2015; Processo nº. 031/2015; Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA; Contratado: ROSIVANIO MATIAS DE SOUZA ME. CNPJ: 11.002.519/0001-25. Objeto O presente termo aditivo tem por objeto prorrogar o prazo de vigência do contrato por 05 (cinco) meses, conforme ofício encaminhado pela Secretaria Municipal de Infra Estrutura e Serviços Urbanos, anexo a este termo; Data da Assinatura: 23/08/2015.

**PORTARIA N.º 733/2015.**

PORTARIA N.º 733, DE 25 DE AGOSTO DE 2015.  
DISPÕE SOBRE A CONCLUSÃO DE PROCESSO SINDICANTE INSTITUÍDO PELA PORTARIA N.º 612/2014.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e demais legislação vigente, e

Considerando a Conclusão do Relatório da Comissão de Processo Sindicante, Portaria n.º 612/2014;

Considerando o Parecer Jurídico nº 33/2015, de 30/06/2015;

**RESOLVE,**

Art. 1º. Publicar a conclusão do Processo Sindicante instituído pela Portaria n.º 612/2014, nos seguintes termos:

I - DETERMINO nos termos do inciso I, art. 173, da Lei Municipal n.º 1.000/2005, o arquivamento do Processo Sindicante.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 25 de agosto de 2015.  
PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria no DOM/SC em 26/08/2015, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.891 de 03/06/2015.

**PORTARIA N.º 734/2015.**

PORTARIA N.º 734, DE 25 DE AGOSTO DE 2015.  
DISPÕE SOBRE A CONCLUSÃO DE PROCESSO SINDICANTE INSTITUÍDO PELA PORTARIA N.º 279/2015.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e demais legislação vigente, e

Considerando a Conclusão do Relatório da Comissão de Processo Sindicante, Portaria n.º 279/2015;

Considerando o Parecer Jurídico nº 040/2015, de 29/07/2015;

**RESOLVE,**

Art. 1º. Publicar a conclusão do Processo Sindicante instituído pela Portaria n.º 279/2015, nos seguintes termos:

I - DETERMINO nos termos do inciso I, art. 173, da Lei Municipal n.º 1.000/2005, o arquivamento do Processo Sindicante.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 25 de agosto de 2015.  
PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria no DOM/SC em 26/08/2015, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.891 de 03/06/2015.

# Garuva

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 124/2015

DECRETO Nº. 124 de 14 de agosto de 2015

“Dispõe sobre a nomeação da Servidora Eliane Fiedler, para a função de Assistente de Escola.”

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E COM BASE NAS LEIS COMPLEMENTARES MUNICIPAIS 001/98 DE 02 DE MARÇO DE 1998, 045/09 DE 15 DE OUTUBRO DE 2009 E 044/09 DE 09 DE OUTUBRO DE 2009.

DECRETA:

ART. 1o. – Fica nomeada a servidora ELIANE FIEDLER, para exercer a função de Assistente de Escola, na Escola Municipal Vicente Vieira, subordinado a Secretaria Municipal de Educação.

Parágrafo Único – Conceda-se ao servidor gratificação de 20% (vinte por cento) sobre o vencimento base, na forma do art. 43, § 4º da LC 045/09.

ART. 2o - Este Decreto entra em vigor a contar de 14 de agosto de 2015.

JOSÉ CHAVES

Prefeito Municipal

### DECRETO Nº 130/2015

DECRETO Nº 130 DE 25 DE AGOSTO DE 2015

“DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL”.

JOSÉ CHAVES, Prefeito Municipal de Garuva, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas, e especialmente a Lei nº 1901, de 25/08/2015,

DECRETA:

Art. 1o – Abertura de Crédito Adicional Especial na importância de R\$ 7.009,80 (sete mil e nove reais e oitenta centavos), no orçamento do Fundo Municipal de Desenvolvimento Social de Garuva, na seguinte dotação orçamentária:

15.001.08.243.1026.2054 Man. dos atendimentos no abrigo	4490	01.61.00	R\$	7.009,80

Art. 2o - Para a cobertura do Crédito Adicional Especial do Artigo 1o. serão utilizados recursos provenientes do excesso de arrecadação no repasse de recursos de investimento do Governo Estadual no Programa Alta Complexidade (Casa de Acolhimento).

Art. 3o – Este decreto entra em vigor na data da sua publicação.

José Chaves

Prefeito Municipal

### LEI Nº 1900/2015

LEI Nº 1900, DE 25 DE AGOSTO DE 2015

“Dispõe sobre a recuperação de créditos fiscais e dá outras providências.”

O POVO DO MUNICÍPIO DE GARUVA, Estado de Santa Catarina, por seus representantes legais do PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL, aprova e eu, JOSÉ CHAVES, na qualidade de Prefeito Municipal, no uso das atribuições legais que me são conferidas por Lei, sanciono a seguinte Lei:

Capítulo I - Do Programa de Recuperação Fiscal

Art. 1º - Fica instituído o Programa de Recuperação Fiscal – REFIS/GARUVA 2015, destinado a promover a regularização de créditos fiscais tributários, decorrentes de débitos relativos ao IPTU (imposto sobre propriedade territorial urbano), ISSQN (imposto sobre serviços de qualquer natureza), Taxas Municipais e outros débitos, em razão de fatos geradores ocorridos até 31 de dezembro de 2014 constituídos ou não, vencidos ou não, inscritos ou não em Dívida Ativa, ajuizados ou não, com exigibilidade suspensa ou não, inclusive os decorrentes de falta de recolhimento do imposto declarado ou devido, por substituição ou responsabilidade tributária.

Art. 2º - O REFIS/GARUVA 2015 aplica-se também aos créditos não tributários que, até o dia 31 de dezembro de 2014, tenham sido:

- a) constituídos e encaminhados, pelos órgãos competentes, à Dívida Ativa para inscrição;
- b) parcelados junto ao Poder Executivo, com situação de inadimplência ou não;



- c) inscritos em dívida ativa;
- d) ajuizados.

## Capítulo II – Da opção

Art. 3º - O ingresso no REFIS/GARUVA 2015 dar-se-á por opção do sujeito passivo, que fará jus ao regime especial de consolidação e parcelamento dos débitos fiscais previstos nesta Lei.

I - O sujeito passivo deverá, por ocasião da opção, relacionar todos os créditos fiscais ainda não confessados ou autuados que deverão ser consolidados.

II - A opção poderá ser formalizada de 15 de setembro de 2015 até 18 de dezembro de 2015.

III - A consolidação abrangerá todos os débitos existentes em nome do sujeito passivo, inclusive os acréscimos legais relativos à multa em razão de mora, juros moratórios e demais encargos, determinados nos termos da legislação vigente da ocorrência dos fatos geradores.

IV - Para fins de consolidação, os juros e multas de mora ou de ofício serão reduzidos da seguinte forma:

a) abatimento de 100% (cem por cento) para pagamento em até 05 (cinco) parcelas mensais e consecutivas.

I – Para receber este benefício o contribuinte deverá optar pelo REFIS/GARUVA 2015 até 15 de outubro de 2015.

b) abatimento de 70% (setenta por cento) para pagamento em até 09 (nove) parcelas mensais e consecutivas.

I – Para receber este benefício o contribuinte deverá optar pelo REFIS/GARUVA 2015 até 15 de novembro de 2015.

c) abatimento de 50% (cinquenta por cento) para pagamento em até 12 (doze) parcelas mensais e consecutivas.

I - Para receber este benefício o contribuinte deverá optar pelo REFIS/GARUVA 2015 até 18 de dezembro de 2015.

V – A pessoa física ou pessoa jurídica de direito privado que suceder a outra e for responsável pelos tributos devidos pela sucedida, nas hipóteses previstas no Código Tributário Nacional deverá solicitar convalidação da opção feita pela sucedida.

VI - O disposto no parágrafo anterior aplica-se à hipótese de cisão, em relação a cada uma das empresas que dela resultaram.

VII - O disposto neste artigo não autoriza a restituição ou compensação das importâncias já pagas.

Parágrafo único – Os optantes pelos benefícios concedidos nas alíneas “a” até “c” do item IV deste artigo, deverão quitar a primeira parcela com no máximo 30 dias da opção, vencendo as demais a cada 30 dias.

Art. 4º - O débito consolidado na forma desta Lei:

I – sujeitar-se-á, a partir da data da consolidação, à atualização monetária com base no IPCA-E a juros simples de 0,5% (meio por cento) ao mês ou fração, vedada a imposição de qualquer outro acréscimo;

II – será pago em parcelas mensais e sucessivas, nunca inferior a 30 UFM, vencíveis no último dia útil de cada mês.

Art. 5º - A opção pelo REFIS/GARUVA 2015 exclui qualquer outra forma de parcelamento de débitos relativos aos créditos fiscais de que trata esta Lei.

Art. 6º - A opção pelo REFIS/GARUVA 2015 sujeita o optante a:

I – confissão irrevogável e irretratável dos débitos fiscais consolidados;

II – expressa renúncia a qualquer defesa ou recurso administrativo ou judicial, bem como desistência dos já interpostos, relativamente aos débitos fiscais incluídos no pedido por opção do contribuinte;

III - aceitação plena e irretratável de todas as condições estabelecidas para ingresso e permanência no REFIS/GARUVA 2015;

IV – pagamento regular das parcelas do débito consolidado, bem como dos créditos fiscais decorrentes de fatos geradores ocorridos posteriormente a 31 de dezembro de 2015.

§1º - Os créditos já parcelados serão consolidados pelo valor restante, excluído, em relação às parcelas já pagas, qualquer redução de multas ou juros;

§2º – Deverão ser mantidos os gravames decorrentes de medida cautelar fiscal e das garantias prestadas nas ações de execução fiscal.

§3º - O disposto no inciso III aplica-se exclusivamente ao período em que o contribuinte permanecer no REFIS/GARUVA 2015.

§4º - Ressalvados os créditos tributários garantidos na forma do §2º, a opção pelo REFIS/GARUVA 2015 independe de garantia.

§5º - Havendo comprovação de pagamento de tributo que foi objeto da confissão e conseqüente parcelamento tal valor, será abatido do montante do débito.

Art. 7º - O sujeito passivo, optante pelo REFIS/GARUVA 2015, será excluído nas seguintes hipóteses:

I – inobservância de qualquer das exigências estabelecidas no ART. 5º;

II – inadimplência, por três meses consecutivos ou não, relativamente a qualquer dos tributos abrangidos pelo REFIS/GARUVA 2015;

III – declaração de insolvência ou decretação de falência ou extinção, pela liquidação, da pessoa jurídica;

IV – decisão definitiva da esfera judicial, total ou parcialmente desfavorável ao optante, relativa a débitos enquadráveis no Art. 1º e não incluídos no REFIS/GARUVA 2015, salvo se integralmente pago, no prazo de trinta dias, contados da ciência da referida decisão;

V – prática de qualquer procedimento tendente a ocultar operações ou prestações tributáveis.

§1º - A exclusão do REFIS/GARUVA 2015 implicará a imediata exigibilidade da totalidade do crédito confessado e ainda não pago, estabelecendo-se, em relação ao montante não pago, os acréscimos legais na forma da legislação aplicável à época da ocorrência dos fatos geradores, devendo o setor de arrecadação informar a procuradoria municipal no prazo máximo de 30 (trinta) dias.

§2º - Nas hipóteses dos incisos I e II, a exclusão produzirá efeitos a partir do mês subsequente àquele em que o sujeito passivo for cientificado da decisão que o excluiu do REFIS/GARUVA 2015.

§3º - Da decisão que excluir o optante do REFIS/GARUVA 2015, caberá recurso ao Secretário Municipal de Administração, Planejamento e Finanças.

Art. 8º - No caso de decretação de falência do sujeito passivo, não serão exigidas as multas relativas a créditos tributários correspondentes a fatos geradores ocorridos até a data da decisão judicial.

## Capítulo III – Dos créditos cobrados em ação judicial

Art. 9º - No caso de crédito tributário objeto de ação de Execução Fiscal, a opção poderá ser realizada através de termo nos próprios autos, cuja forma de parcelamento deverá, obrigatoriamente, obedecer ao padrão previsto no art. 2º, IV, parágrafo único e art. 3º.

§1º - No caso de transação junto ao processo de Execução Fiscal as custas e despesas processuais deverão ser arcadas pelo devedor.

§2º - Incidirão honorários advocatícios em percentual fixado pelo Poder Judiciário e proporcional ao valor transacionado que deverá ser liquidado em conjunto com o pagamento de eventuais custas e despesas processuais, conforme procedimento em vigor.

Art. 10 - Fica o Poder Executivo autorizado a desconstituir o crédito tributário cuja prescrição se operou, bem como cuja matéria em litígio tenha sido objeto de reiteradas decisões do Superior Tribunal de Justiça e do Supremo Tribunal Federal, definitivas no mérito e desfavoráveis ao sujeito ativo.

**Capítulo V – Das disposições finais**

Art. 11 – A extinção de crédito tributário através de dação em pagamento de bens ou serviços destinados à utilização direta da Prefeitura Municipal de Garuva ou destinados a alienação, deverá ser precedida de lei municipal específica que autorize apropriar o respectivo valor como receita tributária.

Art. 12 – Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ CHAVES  
Prefeito Municipal

**LEI Nº 1901/2015**

LEI Nº 1901, DE 25 DE AGOSTO DE 2015

“Dispõe sobre autorização para abertura de crédito adicional especial”.

O povo do Município de Garuva, Estado de Santa Catarina, por seus representantes legais do Poder Legislativo Municipal, aprova e eu, JOSÉ CHAVES, na qualidade de Prefeito Municipal, no uso das atribuições legais que me são conferidas por Lei, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1o - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir Crédito Adicional

Especial na importância de R\$ 7.009,80 (sete mil e nove reais e oitenta centavos), no orçamento do Fundo Municipal de Desenvolvimento Social de Garuva, na seguinte dotação orçamentária:

15.001.08.243.1026.2054 Man. dos atendimentos no abrigo	4490	01.61.00	R\$	7.009,80

Art. 2o - Para a cobertura do Crédito Adicional Especial do Artigo 1o. serão utilizados recursos provenientes do excesso de arrecadação no repasse de recursos de investimento do Governo Estadual no Programa Alta Complexidade (Casa de Acolhimento).

Art. 3o - Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.

JOSÉ CHAVES  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 130/2015**

PORTARIA Nº. 130, de 17 de agosto de 2015

“DISPÕE SOBRE PROGRESSÃO VERTICAL DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL, POR NÍVEL DE FORMAÇÃO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

CONSIDERANDO, Processo n.º 2004/2015;

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E COM BASE NA LEI MUNICIPAL COMPLEMENTAR Nº 045/2009 DE 15 DE OUTUBRO DE 2009

RESOLVE:

ART. 10. - Aprovar a progressão vertical por nível de formação, da servidora TAIANA ARAUJO FERNANDES.

PARAGRAFO ÚNICO - A servidora fica enquadrada na Carreira Especialista Superior, Classe Pleno, referência “A”.

ART. 20. - As vantagens financeiras decorrentes do enquadramento mencionado no artigo anterior são devidas a partir desta competência.

ART. 30. - Esta Portaria entra em vigor a contar de 17 de agosto de 2015.

JOSÉ CHAVES  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 132/2015**

PORTARIA Nº 132, de 20 de agosto de 2015.

“DISPÕE SOBRE A INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR PARA APURAÇÃO DE FATOS, DA SERVIDORA CLEUSA REGINA DE VARGAS DE ARAUJO.”

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, COM BASE NA LEI COMPLEMENTAR 001/98;

RESOLVE:

ART. 1º. Determinar à Comissão Permanente de Processo Administrativo a abertura de INQUÉRITO ADMINISTRATIVO, para apurar fatos envolvendo a servidora pública municipal Cleusa Regina de Vargas de Araujo, matrícula 9456.0, ocupante do cargo efetivo de Professora.

ART. 2o. Conceder o prazo de 30 (trinta) dias para a comissão apresentar relatório com parecer, indicando as medidas cabíveis à luz do Estatuto do Servidor.

ART. 3o. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ CHAVES  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 133/2015**

PORTARIA Nº. 133, de 24 de agosto de 2015

“DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE LICENÇA PARA TRATAR DE ASSUNTOS PARTICULARES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

CONSIDERANDO, Processo Nº 2235/2015;

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E LEIS MUNICIPAIS COMPLEMENTARES, 01/98 DE 02/03/98 SEÇÃO IV ALTERAÇÕES;

RESOLVE:

Art. 1o. Conceder licença sem remuneração, para tratar de interesses particulares, pelo período de 02 (dois) anos a contar da data de 25 de agosto de 2015, ao servidor público municipal EDEVANIO FRANCISCONI ARCENO, ocupante do cargo de Professor.

Art. 2o. Esta Portaria entrará em vigor a contar da data de sua Publicação.

JOSÉ CHAVES  
Prefeito Municipal

# Gaspar

## PREFEITURA

**DECRETO Nº 6.547, DE 20 DE AGOSTO DE 2015.**

DECRETO Nº 6.547, DE 20 DE AGOSTO DE 2015.

EXONERA A SERVIDORA NATASSIA GRATSCH.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 72 da Lei Orgânica do Município,

**DECRETA:**

Art. 1º Fica exonerada, a pedido, a servidora NATASSIA GRATSCH., CPF nº 064.245.919-31, do cargo efetivo de Médica Psiquiatra, nomeada pelo decreto 6.491/2015, a partir de 31/08/2015.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 20 de agosto de 2015.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito do Município de Gaspar

**DECRETO Nº 6.548, DE 21 DE AGOSTO DE 2015.**

DECRETO Nº 6.548, DE 21 DE AGOSTO DE 2015.

NOMEIA MEMBROS PARA COMPOR A COMISSÃO DO PROCESSO QUE ESTABELECE NORMAS QUANTO A DIRETRIZES DE INTENÇÃO DE VAGA NAS INSTITUIÇÕES MANTIDAS PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Gaspar, em seu artigo 72 e com fundamento na Lei Municipal nº. 1.305, de 09 de outubro de 1991,

**DECRETA:**

Art. 1º Ficam nomeados os membros abaixo indicados para compor a Comissão do Processo que estabelece Normas quanto a Diretrizes de Intenção de Vaga nas Instituições mantidas pela Secretaria Municipal de Educação:

- I – Marileusa Deschamps;
- II – Lilian Merisio Bretzke Habtzreuter;
- III – Rosmari Elza Nunes;
- IV – Sirlei Alexandra de Oliveira;
- V - Tânia Regina Junges Isensee;
- VI - Josiane Chiminelli

Parágrafo único - Esta comissão será presidida por Josiane Chiminelli.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 21 de agosto de 2015.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito do Município de Gaspar

**DECRETO Nº 6.549, DE 21 DE AGOSTO DE 2015.**

DECRETO Nº 6.549, DE 21 DE AGOSTO DE 2015.

EXONERA A SERVIDORA MAIRA KRAETZER ALVES PILLMANN.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 72 da Lei Orgânica do Município,

**DECRETA:**

Art. 1º Fica exonerada, a pedido, a servidora MAIRA KRAETZER ALVES PILLMANN, CPF nº 004.949.939-44, do cargo efetivo de Psicóloga, com 40 horas semanais, nomeada pelo decreto 6445/2015, a partir de 21/08/2015.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 21 de agosto de 2015.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito do Município de Gaspar

**DECRETO Nº 6.550, DE 24 DE AGOSTO DE 2015.**

DECRETO Nº 6.550, DE 24 DE AGOSTO DE 2015.

NOMEIA MEMBROS PARA COMPOR A COMISSÃO DE ELEIÇÃO DE DIRETORES DAS ESCOLAS DE EDUCAÇÃO BÁSICA E CENTROS DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL PARA O BIÊNIO 2016 A 2017.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Gaspar, em seu artigo 72 e com fundamento na Lei Municipal nº. 1.305, de 09 de outubro de 1991,

**DECRETA:**

Art. 1º Ficam nomeados os membros abaixo indicados para compor a Comissão de Eleição de Diretores das Escolas de Educação Básica e Centros de Desenvolvimento Infantil para o biênio 2016 a 2017:

MEMBRO	ENTIDADE
Marlene de Almeida	Secretaria da Educação
Waldemar da C. Lima de Carvalho José Gabriel Corrêa	Departamento Pedagógico - SEMED
Josiane Chiminelli	Diretora da Educação Infantil - SEMED
Viviane Coradine Maes	Representante dos servidores da Educação Infantil
Vera Lúcia Spengler Theiss	Representante dos servidores do Ensino Fundamental
Graziela Werner da Silva	Representante dos Diretores da Educação Infantil
Simara Nicoletti Maraschi	Representante dos Diretores do Ensino Fundamental
João Oldair Nicoletti	Representante dos Conselhos Escolares das Unidades de Ensino

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 24 de agosto de 2015.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito do Município de Gaspar

**DECRETO Nº 6544, DE 20 DE AGOSTO DE 2015.**

DECRETO Nº 6544, DE 20 DE AGOSTO DE 2015.

NOMEIA MEMBROS DO COMITÊ GESTOR MUNICIPAL DE PROTEÇÃO E DEFESA DO CONSUMIDOR - CONDECON.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 72 da Lei Orgânica do Município e nos termos da Lei Complementar nº 57, de 25 de junho de 2014,

**DECRETA:**

Art. 1º Ficam nomeados os membros do Comitê Gestor Municipal de Proteção e Defesa do Consumidor - CONDECON, conforme segue abaixo:

TITULAR	SUPLENTE	REPRESENTAÇÃO
Roberto Procópio de Souza		PROCON
Fátima Terezinha Cerutti Arruda	Alceu de Almeida Torres Junior	Sec. Administração e Finanças
Mara Lucy Fabrin Ascoli	Fernando Borba de Castro	Procuradoria Geral do Município

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, em 20 de agosto de 2015.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito Municipal de Gaspar

**INEXIGIBILIDADE Nº 182/2015**

PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR/SC

Inexigibilidade Nº 182/2015

OBJETO: Aquisição de livros de literatura para as bibliotecas escolares da rede de ensino municipal e para biblioteca pública Dom Daniel Hostin. CONTRATADO: A PAGINA DISTRIBUIDORA DE LIVROS LTDA. (01.795.809/0001-10). Valor Total Julgado: R\$ 12.137,30 (doze mil, cento e trinta e sete reais e trinta centavos). BASE LEGAL: Art. 25, Caput, da Lei 8.666/93.

Gaspar (SC), 13 de agosto 2015.

PEDRO CELSO ZUCHI – Prefeito

**LEI Nº 3655, DE 11 DE AGOSTO DE 2015.**

LEI Nº 3655, DE 11 DE AGOSTO DE 2015.

INSTITUI, NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE GASPAR, A SEMANA MUNICIPAL TODOS CONTRA A PEDOFILIA.

O Prefeito do Município de Gaspar, nos termos do art. 72, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal,

Faço saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou o projeto, eu o sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica instituída, no âmbito do Município de Gaspar, a Semana Municipal Todos Contra a Pedofilia, com o objetivo de conscientizar a população sobre a necessidade de uma conduta lícita, respeitosa e humana a fim de que a sociedade possa conhecer melhor o assunto e debater sobre iniciativas de combate ao crime de pedofilia.

Art. 2º A Semana Municipal Todos Contra a Pedofilia será realizada, anualmente, no período de 13 a 18 de maio.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Gaspar - SC, 11 de agosto de 2015.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito

**PORTARIA Nº 3.787, DE 21 DE AGOSTO DE 2015.**

PORTARIA Nº 3.787, DE 21 DE AGOSTO DE 2015.

TORNA DEFINITIVA A ALTERAÇÃO DA CARGA HORÁRIA DA SERVIDORA MARIA HELENA DE SOUZA FORMALIZADA PELO DECRETO Nº 3506/2014.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe conferem o artigo 72 da Lei Orgânica do Município, considerando o teor da decisão liminar proferida nos autos da Ação Trabalhista RTORD nº 0002906-94.2014.5.12.0039,

**RESOLVE**

Art. 1º Torna definitiva, a partir de 10 de agosto de 2015, a alteração para 30 (trinta) horas semanais a carga horária da servidora MARIA HELENA DE SOUZA, Assistente Social, a qual foi formalizada pela Portaria nº 3.506, de 04 de novembro de 2014, sem alteração da remuneração percebida.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos para 10/08/15.

Gaspar, 21 de agosto de 2015.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito

**PREGÃO PRESENCIAL Nº 138/2015**

FUND. MUN. DE ESPORTES DE GASPAR/SC

Aviso do Pregão Presencial nº 138/2015

OBJETO: Registro de Preços para futuras aquisições de materiais esportivos para a Fundação Municipal de Esportes. ENTREGA dos envelopes até às 9h do dia 09/09/2015, no Depto. de Compras, Rua Cel. Aristiliano Ramos, 435, Centro. ABERTURA às 9h30min. Íntegra do Edital no Depto. de Compras, ou no site [www.gaspar.sc.gov.br](http://www.gaspar.sc.gov.br)

Gaspar (SC), 25 de agosto de 2015.

MARCELO FONTES SCHRAMM

Diretor-Presidente da Fundação

Municipal de Esportes

**PREGÃO PRESENCIAL Nº 171/2015**

MUNICÍPIO DE GASPAR/SC

Aviso de Pregão Presencial Nº 171/2015

OBJETO: Registro de Preços para futuras aquisições de Areia e Saibro. ENTREGA DOS ENVELOPES: até às 9h do dia 08/09/2015. ABERTURA: dia 08/09/2015 às 9h30min. Íntegra do Edital disponível no Depto. de Compras, Rua Cel. Aristiliano Ramos, 435, Centro, ou no site [www.gaspar.sc.gov.br](http://www.gaspar.sc.gov.br)

Gaspar(SC), 25 de agosto de 2015.

PEDRO CELSO ZUCHI - Prefeito



**RESOLUÇÃO Nº 014/2015 - CMDCA**

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE GASPAR/SC

**Resolução nº 014/2015 – CMDCA**

Aprova o Registro de Inscrição de Entidade Não Governamental no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente:

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA, com fundamento nos art. 03 e art.11, Inciso XI, XXI da Lei Complementar Municipal nº. 1432/1993 e de conformidade com a deliberação aprovada na reunião realizada no dia 21 de agosto de 2015, e no uso de suas competências:

Considerando que conforme disposição legal é assegurada com absoluta prioridade à Criança e ao Adolescente, a realização de seus direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, como dever concorrente da família, da comunidade, da sociedade em geral e do Poder Público Municipal articulado aos Poderes Público Federal e Estadual;

Considerando a Lei Federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente, alterada pela Lei Federal nº 12.010, de 03 de agosto de 2009, e levando em conta o teor dos artigos 90 e 91, que determinam, respectivamente, que as entidades governamentais e não governamentais inscrevam seus programas de proteção e socioeducativos destinados às crianças e aos adolescentes junto aos Conselhos Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente, e que as entidades não governamentais devam, como condição para o seu funcionamento, ser registradas nos Conselhos Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente;

Considerando a Resolução do CONANDA nº 71, de 10 de Junho de 2001, que dispõe sobre o Registro de Entidades Não Governamentais e da Inscrição de Programas de Proteção e Socioeducativo das Governamentais e Não governamentais no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Atendimento e dá outras providências;

Considerando a Resolução do CONANDA nº 74, de 13 de setembro de 2001, que dispõe sobre o registro e fiscalização das entidades sem fins lucrativos que tenham por objetivo a assistência ao adolescente e à educação profissional, e dá outras providências;

Considerando a Resolução do CONANDA nº 105, de 15 de junho de 2005, que dispõe sobre os Parâmetros para Criação e Funcionamento dos Conselhos dos Direitos da Criança e do Adolescente e dá outras providências;

Considerando a Resolução nº 119/2006, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo SINASE;

Considerando a Resolução Conjunta CONANDA/CNAS nº 01 de 18 de Junho de 2009, que estabelece Orientações Técnicas para os Serviços de Acolhimento para criança e adolescente e legislações pertinentes;

Considerando a Resolução CMDCA nº005/2012, que regulamenta o registro de entidades não governamentais e inscrição de programas e serviços de atendimento à criança e

ao adolescente de entidades governamentais e não governamentais;

Considerando, a Resolução CMDCA nº 004/2014, que regulamenta o registro de Entidades e Serviços no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, estabelece termos e critérios de análise e dá outras providências.

Resolve:

Art. 1º - Aprovar o registro de inscrição da entidade Associação Amigos da Dança de Gaspar / SC, no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Gaspar/SC.

Art. 2º - O registro da referida entidade de atendimento terá validade de dois anos, conforme competência estabelecida no art. 90 e 91 do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, por meio do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Gaspar, obedecendo ao disposto nesta Resolução.

Art. 5º - Esta Resolução passa a vigorar a partir de sua publicação.

Gaspar, 24 de agosto 2015.

**JORGE LUIS DELLAROSA**

Presidente do CMDCA

Gaspar – SC

**RESOLUÇÃO Nº 015/2015 - CMDCA**

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE GASPAR/SC

**Resolução nº 015/2015 – CMDCA**

Aprova o Projeto “Oficina Experimentando Teatro – Continuação” – da Entidade Grupo Detalhe de Teatro.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Complementar Municipal nº 1432 de 24 de maio de 1993, e suas alterações, e com base no Regimento Interno, aprovado através de Decreto Municipal nº 212/98 e, no uso de suas atribuições.

CONSIDERANDO:

- Lei nº 8.069/1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA;

- Resolução CMDCA nº 04/2014 que regulamenta o registro de Entidades e Serviços no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, estabelece termos e critérios de análise e dá outras providências.

- Deliberação do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA, constante na Ata nº 002/2015 da Plenária realizada no dia 21 de agosto de 2015;

Resolve:

Art. 1º – Aprovar o Projeto “Oficina Experimentando Teatro – Continuação” – da Entidade Grupo Detalhe de Teatro e Produções Artísticas, no valor de R\$ 32.200,00 (trinta e dois mil e duzentos reais).

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 17 de março de 2015

**JORGE LUIS DELLAROSA**

Presidente do CMDCA

# Governador Celso Ramos

## PREFEITURA

### EXTRATO DO CONTRATO Nº 050/2015

Extrato de Contrato Nº 050/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR CELSO RAMOS.

EXTRATO DE CONTRATO Nº 050/2015

PROCESSO Nº 068/2015

CARTA CONVITE Nº 0242015

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR CELSO RAMOS

CONTRATADO: VPC/BRASIL TECNOLOGIA AMBIENTAL E URBANISMO LTDA -EPP

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA OS SERVIÇOS DE ELABORAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DE PLANO DE RECUPERAÇÃO DE ÁREA DEGRADADA (PRAD) NA LOCALIDADE DO BAIRRO DA CAMBOA PARA CUMPRIMENTO DE SENTENÇA RESULTANTE DA AÇÃO CIVIL PÚBLICA Nº 5011189-49.2012.404.7200/SC.

Valor do contrato: R\$ 67.240,00 (sessenta e sete mil duzentos e quarenta reais)

Governador Celso Ramos, 21 de agosto de 2015.

JULIANO DUARTE CAMPOS

Prefeito Municipal.



# Grão Pará

## PREFEITURA

### LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL Nº 14/2015

LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL Nº 14/2015  
(De 25 de agosto de 2015)

“AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A CONCEDER DESCONTO E FIXA MODO DE CÁLCULO DE CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA EM DECORRÊNCIA DE VALORIZAÇÃO DECORRENTE DE OBRA PÚBLICA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

AMILTON ASCARI, Prefeito Municipal de Grão-Pará, faz saber a todos os habitantes do Município que a Câmara Municipal aprovou e Ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a conceder desconto de 20% (vinte por cento) sobre o valor da Contribuição de Melhoria devida pelos proprietários beneficiados com a valorização de seus imóveis em decorrência da obra pública de pavimentação das Ruas Altair de Oliveira Souza, Álvaro de Oliveira Souza, Francisco de Oliveira Souza e Padre Vitório Pozzo, no Centro de Grão-Pará.

§ 1º. Referido desconto será concedido exclusivamente aos contribuintes que optarem pelo pagamento à vista da contribuição de melhoria.

§ 2º. Os demais contribuintes poderão parcelar o pagamento do tributo em 06 (seis) parcelas, de acordo com as regras previstas na Lei Municipal nº 554, de 29 de novembro de 1989, que instituiu o Código Tributário Municipal de Grão-Pará.

Art. 2º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Grão-Pará/SC, 25 de agosto de 2015.

AMILTON ASCARI  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria da Administração e Fazenda em 25 de agosto de 2015.

DIONE HEINZEN  
Secretário Municipal da Administração e Fazenda

### RESOLUÇÃO 01/2015 DO CMDCA

RESOLUÇÃO Nº 01/2015

“DISPÕE SOBRE A APROVAÇÃO DO EDITAL DO CMDCA Nº 01/2015, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DE GRÃO-PARÁ – CMDCA, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 41 da Lei Municipal nº 1.954/2015, de 06 de maio de 2014, e respectivas alterações,

CONSIDERANDO o Edital de Eleições para Escolha dos Membros do Conselho Tutelar Eleições Unificadas 2015, Edital CMDCA nº 01/2015;

CONSIDERANDO que o referido Edital encontra-se de acordo com o disposto no Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA; e

CONSIDERANDO, ainda, que o referido Edital encontra-se de acordo com todas as orientações do Ministério Público;

RESOLVE:

Art. 1º. APROVAR o Edital de Eleições para Escolha dos Membros do Conselho Tutelar Eleições Unificadas 2015, Edital CMDCA nº 01/2015, parte integrante desta Resolução como se aqui estivesse transcrito.

Art. 2º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Grão-Pará/SC, 14 de maio de 2015.

JANE BONIN  
Presidente do CMDCA

SERGIO LEANDRO ASCARI  
Vice-Presidente do CMDCA

DENISE REDIVO BUSSOLO  
Secretária do CMDCA

MARILÉIA K. ASTE PICKLER  
Membro do CMDCA

ALEÇANDRA M. J. SCHMIDT  
Membro do CMDCA

SÔNIA MARIA B. ASCARI  
Membro do CMDCA

MERI TEREZINHA K. SCHLICKMANN  
Membro do CMDCA

ROSILDA PERIN BÖGER  
Membro do CMDCA

### RESOLUÇÃO 02/2015 DO CMDCA

RESOLUÇÃO Nº 02/2015

“HOMOLOGA DECISÃO DO CMDCA NO PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 01/2015, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DE GRÃO-PARÁ – CMDCA, no uso de suas atribuições legais, de acordo com a legislação vigente, e

CONSIDERANDO a realização do Processo Administrativo nº 01/2015;

RESOLVE:

Art. 1º. HOMOLOGAR a decisão do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA, datada de 30 de julho de 2015, aplicando a penalidade de advertência à Conselheira Tutelar LAUDICEIA DACOREGGIO BORGHEZAN, conforme decisão exarada no Processo Administrativo nº 01/2015, do CMDCA.

Art. 2º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Grão-Pará/SC, 03 de agosto de 2015.

JANE BONIN  
Presidente do CMDCA

SERGIO LEANDRO ASCARI  
Vice-Presidente do CMDCA

DENISE REDIVO BUSSOLO  
Secretária do CMDCA

# Guaraciaba

## PREFEITURA

### MINUTA EDITAL DE PREGÃO 75.15 MATERIAIS DE HIGIENE E LIMPEZA ESCOLAS MUNICIPAIS

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARACIABA-SC, EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº75/2015.

O Município de Guaraciaba, usando de suas atribuições legais, em conformidade com a Lei Federal 8.666/93, demais alterações vigentes, e Lei Federal 10.520 de 17/07/02 promove Processo Licitatório nº 98/15, Edital de Pregão Presencial Nº 75/15, Objeto: Aquisição de materiais de higiene e limpeza para uso nas escolas do ensino fundamental e infantil; recebimento de propostas até às 09:00 horas do dia 09/09/15; a abertura do Edital será às 09:00 horas do dia 09/09/15, no Setor de Compras, Contratos e Licitações da Prefeitura Municipal, sita na Rua Ademar de Barros 85, Guaraciaba – SC, maiores informações, pelo telefone: 0xx49-36452000, no Depto de Compras, das 07:30h às 11:30h e das 13:30h às 17:30 e no site [www.guaraciaba.sc.gov.br](http://www.guaraciaba.sc.gov.br)

Guaraciaba em 25 de agosto de 2015.

Roque Luiz Meneghini,  
Prefeito Municipal

### REVOGAÇÃO PROCESSO 94.2015 PP 73.2015 PMGBA

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARACIABA

CNPJ: 82.821.216/00001-82

RUA ADEMAR DE BARROS , Nº85

CEP: 89920-000 GUARACIABA - SC

Pregão Presencial Nº73/2015

PROCESSO LICITATÓRIO Nr.: 94/2015

Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAL (CORTADOR DE GRAMA A GASOLINA HP 3000RPM) PARA SER UTILIZADO NA LIMPEZA DO ESTÁDIO MUNICIPAL OLÍMPIO DALMAGRO E OUTROS DEPARTAMENTOS DO ESPORTE NO MUNICÍPIO DE GUARACIABA..

NOTA DE REVOGAÇÃO DE PROCESSO DE COMPRA Nr.: 10/2015

O prefeito Municipal, Senhor Roque Luiz Meneghini no uso das atribuições legais que lhe são conferidas e com amparo no Art. 49 da Lei 8.666/93, e tendo em vista que não acudiu interessados em fornecer CORTADOR DE GRAMA A GASOLINA HP 3000RPM, resolve:"Revogar o Processo Licitatório instaurado pelo município de Guaraciaba-SC, sob o nº 94/2015 - Modalidade Pregão Presencial nº 73/2015.

PUBLIQUE-SE.

GUARACIABA, 25 de agosto de 2015.

ROQUE LUIZ MENEGHINI,  
PREFEITO MUNICIPAL

# Guaramirim

## PREFEITURA

### AVISO DE LICITAÇÃO 25/2015- FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM  
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE GUARAMIRIM

#### AVISO DE LICITAÇÃO

Edital: Pregão Presencial 25/2015  
Processo Licitatório: 25/2015  
Tipo: Menor Preço - Por Item

Objeto: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE FISIOTERAPIA E BRINQUEDOS PEDAGÓGICOS PARA IMPLANTAÇÃO DO PROJETO PEDIASUIT.

Entrega dos Envelopes: 14/09/2015 às 09h00min  
Abertura dos Envelopes: 14/09/2015 às 09h00min

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Rua 28 de Agosto, 2042, nos dias úteis de segunda à sexta feira, das 08:00h às 12:00h e das 13:00h às 16:00h, pelo site [www.guaramirim.sc.gov.br](http://www.guaramirim.sc.gov.br) ou pelo fone (47) 3373-0247.

Guaramirim (SC), 25 de agosto de 2015.  
LAURO FROHLICH  
PREFEITO MUNICIPAL

### DECRETO Nº. 535/2015

DECRETO Nº. 535/2015  
Abre crédito suplementar no valor de R\$ 75.532,85.

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

#### DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um crédito suplementar no valor de R\$ 75.532,85 (setenta e cinco mil, quinhentos e trinta e dois reais e oitenta e cinco centavos), constante do orçamento Municipal, a saber:

02.00 – Gabinete do Prefeito  
02.001  
1034 – Aquisição de veículo  
44900000000000  
38900 ..... R\$ 75.532,85

Art. 2º. Os recursos para abertura do presente crédito suplementar provêm do superávit do exercício anterior, apurado na fonte de recursos 0389, no valor de R\$ 75.532,85.

Art. 3º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Guaramirim/SC, 24 de agosto de 2015.  
Lauro Fröhlich  
Prefeito

Denilson Weiss  
Secretário de Administração e Finanças

### DECRETO Nº. 536/2015

DECRETO Nº. 536/2015  
Abre crédito suplementar no valor de R\$ 100.000,00.

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

#### DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um crédito suplementar no valor de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), constante do orçamento Municipal, a saber:

08.00 – Secretaria de Infraestrutura  
08.001  
0026.0782.0011.2091 - Manutencao e Abertura de Estradas, Canais, Corrego  
3319000000000000  
10000 ..... R\$ 100.000,00

Art. 2º. Os recursos para abertura do presente crédito suplementar provêm da anulação dos itens abaixo relacionados:

08.00 – Secretaria de Infraestrutura  
08.001  
0026.0782.0011.2091 - Manutencao e Abertura de Estradas, Canais, Corrego  
3339000000000000  
10000 ..... R\$ 100.000,00

Art. 3º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Guaramirim/SC, 25 de agosto de 2015.  
Lauro Fröhlich  
Prefeito

Denilson Weiss  
Secretário de Administração e Finanças

### EXTRATO DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º 109/2015 - PMG

Estado de Santa Catarina  
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM  
SECRETARIA DE ADMINISTRACAO/SETOR DE LICITAÇÕES

#### EXTRATO DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º 109/2015 - PMG

Modalidade: Dispensa de Licitação  
Objeto da Licitação: AQUISIÇÃO DE LIVROS JURÍDICOS PARA ATENDER A PROCURADORIA DO MUNICÍPIO EM SEUS TRABALHOS.

Contratante: Prefeitura Municipal de Guaramirim, (SC), inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.475/0001-16 com sede na Rua 28 de Agosto, n.º 2.042, Município de Guaramirim, Estado de Santa Catarina.

Contratada: DISTRIBUIDORA H Z LIVROS TECNICOS E CULTURAIS LTDA EPP, inscrito no CNPJ sob nº 83.851.345/0001-86, sede na Rua Cruz e Souza, n.º 70, bairro Campinas, São José-SC.

Valor: R\$ 966,00 (novecentos e sessenta e seis reais)

GUARAMIRIM (SC), 25/08/2015  
LAURO FRÖHLICH  
PREFEITO MUNICIPAL

**PORTARIA Nº. 541/2015**

PORTARIA Nº. 541/2015

HOMOLOGA Processo Seletivo 003/2015.

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

CONSIDERANDO a realização do Processo Seletivo nº. 003/2015, conforme o Edital nº. 003/2015, de 26 de junho de 2015, para provimento de cargos da Prefeitura Municipal de Guaramirim;

CONSIDERANDO, ainda, a conclusão dos trabalhos da Comissão Municipal de Processo Seletivo, nomeada através da Portaria nº. 381/2015;

**RESOLVE:**

Art. 1º. Fica homologado o Processo Seletivo nº. 003/2015, para provimento de cargos da Prefeitura Municipal de Guaramirim.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Guaramirim/SC, 25 de agosto de 2015.

Lauro Fröhlich  
Prefeito

Denilson Weiss

Secretário de Administração e Finanças

**PORTARIA Nº. 542/2015**

PORTARIA Nº. 542/2015

CONCEDE LICENÇA MATERNIDADE para Tatiana Rose Rachadel Macedo.

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

**RESOLVE:**

Art. 1º. Conceder licença maternidade à Tatiana Rose Rachadel Macedona, na função de professora III, 20 horas semanais, vinculada a Secretaria de Educação, a partir de 24 de agosto de 2015, pelo período de 180 (cento e oitenta) dias.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor a partir de sua publicação.

Guaramirim/SC, 25 de agosto de 2015.

Lauro Fröhlich  
Prefeito

Denilson Weiss

Secretário de Administração e Finanças

**PORTARIA Nº. 543/2015**

PORTARIA Nº. 543/2015

CONCEDE LICENÇA MATERNIDADE para Francieli Ricardo.

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

**RESOLVE:**

Art. 1º. Conceder licença maternidade à Francieli Ricardo, na função de professora III, 40 horas semanais, vinculada a Secretaria de Educação, a partir de 20 de agosto de 2015, pelo período de 180 (cento e oitenta) dias.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor a partir de sua publicação.

Guaramirim/SC, 25 de agosto de 2015.

Lauro Fröhlich  
Prefeito

Denilson Weiss

Secretário de Administração e Finanças

**RETIFICAÇÃO EDITAL 20/2015- FMS**

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE GUARAMIRIM

RETIFICAÇÃO AO EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 20/2015 - FMS

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 20/2015

A Prefeitura Municipal de Guaramirim,(SC), torna público para conhecimento dos interessados a RETIFICAÇÃO ao Pregão Eletrônico nº 20/2015 – FMS que tem por objeto o Registro de Preços para aquisição de material médico ambulatorial para atender as necessidades do Fundo Municipal de Saúde.

1. ALTERAÇÃO NO EDITAL ANEXO VII – TERMO DE REFERÊNCIA ITEM 75.

ONDE LÊ-SE: DETERGENTE ENZIMATICO PARA LIMPEZA DE ARTIGOS MÉDICOS HOSPITALARES (....). O PRODUTO DEVE SER NOTIFICADO PELA ANVISA.

LEIA-SE: DETERGENTE ENZIMATICO PARA LIMPEZA DE ARTIGOS MÉDICOS HOSPITALARES (....). O PRODUTO DEVE SER REGISTRADO PELA ANVISA.

A data de abertura das propostas permanece inalterada, sendo 10/09/2015 às 13h30.

As demais informações contidas no Edital permanecem inalteradas.

Guaramirim (SC), 25/08/2015.

Lauro Frohlich  
Prefeito Municipal

# Guarujá do Sul

## PREFEITURA

### EXTRATO DE CONTRAT - PREF 76

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE GUARUJÁ DO SUL

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº. 76/2015

PROCESSO LICITATORIO Nº. 50/2015 – PREGÃO PRESENCIAL Nº. 28/2015

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE GUARUJÁ DO SUL

CONTRATADO: A.S. JUNIOR INSTALADORA ELETRICA LTDA

OBJETO: Aquisição de material e serviço para revitalização do sistema de iluminação com pintura de poste da Praça Padre Balduino Schneider do município de Guarujá do Sul.

VALOR TOTAL: R\$ 22.952,00

VIGENCIA DE EXECUÇÃO: 45 dias

VIGENCIA DO CONTRATO: 30/11/2015

Guarujá do Sul, SC, 25 de agosto de 2015.

Jose Carlos Foiatto,

Prefeito Municipal.

# Herval d'Oeste

## PREFEITURA

### ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 012C/2015 ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 012C/2015

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 037/2015  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 017/2015

Unidade Gestora: Fundo Municipal de Saúde de Herval d'Oeste  
VIGÊNCIA: A presente ATA vigorará até 31 de julho de 2016, nos termos do art. 15, parágrafo 3º, inciso III da lei 8.666/93.

Aos trinta e um dias do mês de julho de 2015, na Secretaria Municipal de Administração e Finanças do Município de Herval d'Oeste, são registrados os preços para o eventual fornecimento de aquisição de impressos gráficos para uso das diversas Unidades da Secretaria municipal de saúde pelo período de 12 meses, conforme descrito no documento em anexo, celebrado entre o Município de Herval d'Oeste, inscrito no CNPJ 17.799.033/0001-46 neste ato representada pelo senhor Nelson Guindani, Prefeito Municipal e a empresa POLIMPRESSOS SERVIÇOS GRÁFICOS LTDA ME, inscrita no CNPJ nº 14.292.313/0001-75 em decorrência do processo PROCESSO LICITATÓRIO Nº 037/2015, modalidade PREGÃO PRESENCIAL Nº 017/2015, para Sistema de Registro de Preços. As condições para a entrega do objeto, bem como as demais condições estão expressas no Edital do processo licitatório epigrafoado, as quais são integralmente ratificadas e aceitas pelas partes, independentemente de sua transcrição.

A Gestão e fiscalização da presente ata de registro de preços ficará à cargo do(a)s servidor(a)s abaixo nomeado(a)s nos termos da IN CCI Nº 001/2015:

Claudia Maria Schreider - Portaria nº 900/2015 – Secretaria de Saúde;

Este instrumento não obriga o Município a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para a prestação dos serviços, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições, nos termos do art. 15, parágrafo 4º da lei 8.666/93.

Valor Total da Ata R\$ 21.715,60 (vinte e um mil setecentos e quinze reais e sessenta centavos), divididos nos itens conforme documento em anexo.

Herval d'Oeste, 06 de agosto de 2015.

Nelson Guindani Prefeito CPF: 501.589.459-72 Pelo Município	Claudia Rosane Camara Sócio Administrador CPF: 034.711.399-07 Pela Empresa
Testemunhas:	
Rubens Antonio Correia CPF: 687.857.399-87	Mariana Colusso Fabrin CPF: 052.051.949-36

### ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 12A/2015 ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 012A/2015

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 037/2015  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 017/2015

Unidade Gestora: Fundo Municipal de Saúde de Herval d'Oeste  
VIGÊNCIA: A presente ATA vigorará até 31 de julho de 2016, nos termos do art. 15, parágrafo 3º, inciso III da lei 8.666/93.

Aos trinta e um dias do mês de julho de 2015, na Secretaria Municipal de Administração e Finanças do Município de Herval d'Oeste, são registrados os preços para o eventual fornecimento de aquisição de impressos gráficos para uso das diversas Unidades da Secretaria municipal de saúde pelo período de 12 meses, conforme descrito no documento em anexo, celebrado entre o Município de Herval d'Oeste, inscrito no CNPJ 17.799.033/0001-46 neste ato representada pelo senhor Nelson Guindani, Prefeito Municipal e a EMPRESA GRÁFICA CRUZEIRO LTDA EPP, inscrita no CNPJ nº 84.583.954/0001-64 em decorrência do processo PROCESSO LICITATÓRIO Nº 037/2015, modalidade PREGÃO PRESENCIAL Nº 017/2015, para Sistema de Registro de Preços. As condições para a entrega do objeto, bem como as demais condições estão expressas no Edital do processo licitatório epigrafoado, as quais são integralmente ratificadas e aceitas pelas partes, independentemente de sua transcrição.

A Gestão e fiscalização da presente ata de registro de preços ficará à cargo do(a)s servidor(a)s abaixo nomeado(a)s nos termos da IN CCI Nº 001/2015:

Claudia Maria Schreider - Portaria nº 900/2015 – Secretaria de Saúde;

Este instrumento não obriga o Município a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para a prestação dos serviços, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições, nos termos do art. 15, parágrafo 4º da lei 8.666/93.

Valor Total da Ata R\$ 15.527,30 (quinze mil quinhentos e vinte e sete reais e trinta centavos), divididos nos itens conforme documento em anexo.

Herval d'Oeste, 06 de agosto de 2015.

Nelson Guindani Prefeito CPF: 501.589.459-72 Pelo Município	Luiz Carlos Baretta Sócio Administrador CPF: 385.462.999-00 Pela Empresa
Testemunhas:	
Rubens Antonio Correia CPF: 687.857.399-87	Mariana Colusso Fabrin CPF: 052.051.949-36



## ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 12B/2015

### ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 012C/2015

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 037/2015  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 017/2015

Unidade Gestora: Fundo Municipal de Saúde de Herval d'Oeste  
VIGÊNCIA: A presente ATA vigorará até 31 de julho de 2016, nos termos do art. 15, parágrafo 3º, inciso III da lei 8.666/93.  
Aos trinta e um dias do mês de julho de 2015, na Secretaria Municipal de Administração e Finanças do Município de Herval d'Oeste, são registrados os preços para o eventual fornecimento de aquisição de impressos gráficos para uso das diversas Unidades da Secretaria municipal de saúde pelo período de 12 meses, conforme descrito no documento em anexo, celebrado entre o Município de Herval d'Oeste, inscrito no CNPJ 17.799.033/0001-46 neste ato representada pelo senhor Nelson Guindani, Prefeito Municipal e a empresa POLIMPRESSOS SERVIÇOS GRÁFICOS LTDA ME, inscrita no CNPJ nº 14.292.313/0001-75 em decorrência do processo PROCESSO LICITATÓRIO Nº 037/2015, modalidade PREGÃO PRESENCIAL Nº 017/2015, para Sistema de Registro de Preços. As condições para a entrega do objeto, bem como as demais condições estão expressas no Edital do processo licitatório epigrafado, as quais são integralmente ratificadas e aceitas pelas partes, independentemente de sua transcrição.

A Gestão e fiscalização da presente ata de registro de preços ficará à cargo do(a)s servidor(a)s abaixo nomeado(a)s nos termos da IN CCI Nº 001/2015:

Claudia Maria Schreider - Portaria nº 900/2015 – Secretaria de Saúde;

Este instrumento não obriga o Município a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para a prestação dos serviços, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições, nos termos do art. 15, parágrafo 4º da lei 8.666/93.

Valor Total da Ata R\$ 21.715,60 (vinte e um mil setecentos e quinze reais e sessenta centavos), divididos nos itens conforme documento em anexo.

Herval d'Oeste, 06 de agosto de 2015.

Nelson Guindani Prefeito CPF: 501.589.459-72 Pelo Município	Claudia Rosane Camara Sócio Administrador CPF: 034.711.399-07 Pela Empresa
Testemunhas:	
Rubens Antonio Correia CPF: 687.857.399-87	Mariana Colusso Fabrin CPF: 052.051.949-36

## ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 12D/2015

### ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 012D/2015

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 037/2015  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 017/2015

Unidade Gestora: Fundo Municipal de Saúde de Herval d'Oeste  
VIGÊNCIA: A presente ATA vigorará até 31 de julho de 2016, nos termos do art. 15, parágrafo 3º, inciso III da lei 8.666/93.  
Aos trinta e um dias do mês de julho de 2015, na Secretaria Municipal de Administração e Finanças do Município de Herval d'Oeste, são registrados os preços para o eventual fornecimento de aquisição de impressos gráficos para uso das diversas Unidades da Secretaria municipal de saúde pelo período de 12 meses, conforme

descrito no documento em anexo, celebrado entre o Município de Herval d'Oeste, inscrito no CNPJ 17.799.033/0001-46 neste ato representada pelo senhor Nelson Guindani, Prefeito Municipal e a GRAFIGOU IMPRESSÃO DIGITAL LTDA, inscrita no CNPJ nº 18.477.027/0001-35 em decorrência do processo PROCESSO LICITATÓRIO Nº 037/2015, modalidade PREGÃO PRESENCIAL Nº 017/2015, para Sistema de Registro de Preços. As condições para a entrega do objeto, bem como as demais condições estão expressas no Edital do processo licitatório epigrafado, as quais são integralmente ratificadas e aceitas pelas partes, independentemente de sua transcrição.

A Gestão e fiscalização da presente ata de registro de preços ficará à cargo do(a)s servidor(a)s abaixo nomeado(a)s nos termos da IN CCI Nº 001/2015:

Claudia Maria Schreider - Portaria nº 900/2015 – Secretaria de Saúde;

Este instrumento não obriga o Município a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para a prestação dos serviços, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições, nos termos do art. 15, parágrafo 4º da lei 8.666/93.

Valor Total da Ata R\$ 4.380,00 (quatro mil trezentos e oitenta reais), divididos nos itens conforme documento em anexo.

Herval d'Oeste, 06 de agosto de 2015.

Nelson Guindani Prefeito CPF: 501.589.459-72 Pelo Município	Melchior Goulart Sócio Administrador CPF: 347.678.869-53 Pela Empresa
Testemunhas:	
Rubens Antonio Correia CPF: 687.857.399-87	Mariana Colusso Fabrin CPF: 052.051.949-36

## ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 12E/2015

### ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 012E/2015

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 037/2015  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 017/2015

Unidade Gestora: Fundo Municipal de Saúde de Herval d'Oeste  
VIGÊNCIA: A presente ATA vigorará até 31 de julho de 2016, nos termos do art. 15, parágrafo 3º, inciso III da lei 8.666/93.  
Aos trinta e um dias do mês de julho de 2015, na Secretaria Municipal de Administração e Finanças do Município de Herval d'Oeste, são registrados os preços para o eventual fornecimento de aquisição de impressos gráficos para uso das diversas Unidades da Secretaria municipal de saúde pelo período de 12 meses, conforme descrito no documento em anexo, celebrado entre o Município de Herval d'Oeste, inscrito no CNPJ 17.799.033/0001-46 neste ato representada pelo senhor Nelson Guindani, Prefeito Municipal e a empresa LIARTE VENDAS E SERVIÇOS LTDA ME, inscrita no CNPJ nº 17.430.560/0001-89 em decorrência do processo PROCESSO LICITATÓRIO Nº 037/2015, modalidade PREGÃO PRESENCIAL Nº 017/2015, para Sistema de Registro de Preços. As condições para a entrega do objeto, bem como as demais condições estão expressas no Edital do processo licitatório epigrafado, as quais são integralmente ratificadas e aceitas pelas partes, independentemente de sua transcrição.

A Gestão e fiscalização da presente ata de registro de preços ficará à cargo do(a)s servidor(a)s abaixo nomeado(a)s nos termos da IN CCI Nº 001/2015:



Claudia Maria Schreider - Portaria nº 900/2015 – Secretaria de Saúde;

Este instrumento não obriga o Município a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para a prestação dos serviços, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições, nos termos do art. 15, parágrafo 4º da lei 8.666/93.

Valor Total da Ata R\$ 31.509,94 (trinta e um mil quinhentos e nove reais e noventa e quatro centavos), divididos nos itens conforme documento em anexo.

Herval d'Oeste, 06 de agosto de 2015.

Nelson Guindani Prefeito CPF: 501.589.459-72 Pelo Município	Jeferson Lopes Sócio Administrador CPF: 036.598.569-40 Pela Empresa
Testemunhas:	
Rubens Antonio Correia CPF: 687.857.399-87	Mariana Colusso Fabrin CPF: 052.051.949-36

### **PORTARIA Nº 958/2015**

PORTARIA Nº 958/2015

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

#### **RESOLVE:**

INCORPORAR o Adicional por Tempo de Serviço, à servidora MARIA HELENA FOPPA (Matr. 99), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Agente de Serviços Gerais, Nível – 3, Referência "Q", 40 horas semanais, Anexo V da LC Nº. 280/2011, nos termos do artigo 90, seus parágrafos e conforme o previsto no Anexo II da Lei Complementar Nº. 281/2011, referente ao período aquisitivo compreendido entre Agosto de 2011 e Agosto de 2015, num percentual acumulado de 20% (vinte por cento) sobre o Salário Base.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 25 de Agosto de 2015.

Nelson Guindani  
Prefeito Municipal

### **PORTARIA Nº 959/2015**

PORTARIA Nº 959/2015

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

#### **RESOLVE:**

INCORPORAR o Adicional por Tempo de Serviço, ao servidor CELITO BRANDALISE (Matr. 155), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Motorista, Nível – 7, Referência "I", 40 horas semanais, Anexo V da LC Nº. 280/2011, nos termos do artigo 90, seus parágrafos e conforme o previsto no Anexo II da Lei Complementar Nº. 281/2011, referente ao período aquisitivo compreendido entre Agosto de 2011 e Agosto de 2015, num percentual acumulado de 20% (vinte por cento) sobre o Salário Base.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 25 de Agosto de 2015.

Nelson Guindani  
Prefeito Municipal

### **PORTARIA Nº 960/2015**

PORTARIA Nº 960/2015

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

#### **RESOLVE:**

CONVOCAR PARA RETORNO IMEDIATO AO TRABALHO, para fins de superior interesse público, interrompendo o gozo de férias a partir do dia 25 de agosto de 2015, da servidora ANA ALICE SALES (Matr. 3605), ocupante do Cargo de Provimento em Efetivo de Agente de Serviços Gerais, Nível – 3, Referência "A", 40 horas semanais, anexo V da LC Nº 280/2011, constante do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal, conforme o disposto nos art. 94 e 97 da Lei Complementar Nº 281/2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 25 de Agosto de 2015.

Nelson Guindani  
Prefeito Municipal

### **PORTARIA Nº 961/2015**

PORTARIA Nº 961/2015

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

#### **RESOLVE:**

CONCEDER 12 (doze) dias de Licença Prêmio, à servidora MARA TEREZINHA RIBEIRO DOS SANTOS KUHLE (Matr. 58), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Professor, Nível – 8, Referência "E", Anexo XI da LC Nº. 316/2013, 40 horas semanais, nos termos do artigo 103, da Lei Complementar Nº. 281/2011, referente ao período aquisitivo de 19 de agosto de 2011 a 18 de agosto de 2012, para serem gozadas a contar de 25 de agosto de 2015 a 05 de setembro de 2015.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 25 de Agosto de 2015.

Nelson Guindani  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 962/2015**

PORTARIA Nº 962/2015

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

**RESOLVE:**

CONCEDER 12 (doze) dias de Licença Prêmio, à servidora ROSÂNGELA MARIA LAMPERTI KIELING (Matr. 3734), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Professor, Nível – 6, Referência "A", Anexo XI da LC Nº. 316/2013, 40 horas semanais, nos termos do artigo 103, da Lei Complementar Nº. 281/2011, referente ao período aquisitivo de 19 de agosto de 2011 a 18 de agosto de 2012, para serem gozadas a contar de 25 de agosto de 2015 a 05 de setembro de 2015.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 25 de Agosto de 2015.

Nelson Guindani  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 963/2015**

PORTARIA Nº 963/2015

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

**RESOLVE:**

NOMEAR a Senhora JAQUILINE CAMILA MORAIS TESSER (Matr. 4166), a partir de 25 de agosto de 2015, aprovada e classificada em 22º lugar através do Concurso Público 001/2014, de conformidade com o Decreto Nº 3.322/2014 de 12 de agosto de 2014, para ocupar o Cargo de Provimento Efetivo de Enfermeiro, Nível – 12/1, Referência "A", 40 horas semanais, Anexo V da LC Nº. 280/2011, para atuar junto à Secretaria Municipal de Saúde, de conformidade com a LC Nº 293/2011. Sendo que seu contrato será regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Herval d'Oeste, assegurada pelo Regime Próprio de Previdência Social (IPREVI).

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 25 de Agosto de 2015.

Nelson Guindani  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 964/2015**

PORTARIA Nº 964/2015

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

**RESOLVE:**

CONCEDER 12 (doze) dias de Licença Prêmio, à servidora SILVANA LAZZARINI BULLA (Matr. 2571), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Professor, Nível – 6, Referência "E", Anexo XI da LC Nº.

316/2013, 40 horas semanais, nos termos do artigo 103, da Lei Complementar Nº. 281/2011, referente ao período aquisitivo de 19 de agosto de 2012 a 18 de agosto de 2013, para serem gozadas a contar de 25 de agosto de 2015 a 05 de setembro de 2015.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 25 de Agosto de 2015.

Nelson Guindani  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 965/2015**

PORTARIA Nº 965/2015

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

**RESOLVE:**

Prorrogar os efeitos da Portaria Nº 867/2015, da Servidora LUCIANE REZENDE (Matr. 3806), a qual exerce a função de Professor, Nível – 1, Referência "A", 20 horas semanais, turno matutino, Anos Iniciais, junto a CME Pequeno Príncipe, em substituição à servidora Silvana Lazzarini Bulla, a partir de 25 de agosto de 2015 até 05 de setembro de 2015, de conformidade com o que preceitua a Lei Complementar nº 291/2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 25 de Agosto de 2015.

Nelson Guindani  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 966/2015**

PORTARIA Nº 966/2015

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

**RESOLVE:**

DISPENSAR por término de contrato, a Servidora LEILA TREVISOL (Matr. 4158), a contar de 19 de agosto de 2015, a qual exerce a função de Professor, Nível – 2 - Referência "A", 20 horas semanais, anexo XI da LC Nº. 316/2013, de conformidade com o que preceitua a Lei Complementar Nº 291/2011. Sendo que seu Contrato de Trabalho era regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Herval d'Oeste.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 25 de Agosto de 2015.

Nelson Guindani  
Prefeito Municipal

**TA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 12F/2015**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 012F/2015**

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 037/2015  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 017/2015

Unidade Gestora: Fundo Municipal de Saúde de Herval d'Oeste

VIGÊNCIA: A presente ATA vigorará até 31 de julho de 2016, nos termos do art. 15, parágrafo 3º, inciso III da lei 8.666/93.

Aos trinta e um dias do mês de julho de 2015, na Secretaria Municipal de Administração e Finanças do Município de Herval d'Oeste, são registrados os preços para o eventual fornecimento de aquisição de impressos gráficos para uso das diversas Unidades da Secretaria municipal de saúde pelo período de 12 meses, conforme descrito no documento em anexo, celebrado entre o Município de Herval d'Oeste, inscrito no CNPJ 17.799.033/0001-46 neste ato representada pelo senhor Nelson Guindani, Prefeito Municipal e a GRÁFICA ALTA DEFINIÇÃO LTDA, inscrita no CNPJ nº 13.919.051/0001-63 em decorrência do processo PROCESSO LICITATÓRIO Nº 037/2015, modalidade PREGÃO PRESENCIAL Nº 017/2015, para Sistema de Registro de Preços. As condições para a entrega do objeto, bem como as demais condições estão expressas no Edital do processo licitatório epigrafado, as quais são integralmente ratificadas e aceitas pelas partes, independentemente de sua transcrição.

A Gestão e fiscalização da presente ata de registro de preços ficará à cargo do(a)s servidor(a)s abaixo nomeado(a)s nos termos da IN CCI Nº 001/2015:

Claudia Maria Schreider - Portaria nº 900/2015 – Secretaria de Saúde;

Este instrumento não obriga o Município a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para a prestação dos serviços, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições, nos termos do art. 15, parágrafo 4º da lei 8.666/93.

Valor Total da Ata R\$ 14.882,00 (quatorze mil oitocentos e oitenta e dois reais), divididos nos itens conforme documento em anexo.

Herval d'Oeste, 06 de agosto de 2015.

Nelson Guindani Prefeito CPF: 501.589.459-72 Pelo Município	Maurício Talasesco Soares Sócio Administrador CPF: 860.009.349-04 Pela Empresa
Testemunhas:	
Rubens Antonio Correia CPF: 687.857.399-87	Mariana Colusso Fabrin CPF: 052.051.949-36

# Ibiam

## PREFEITURA

**PORTARIA Nº 162/2015**

PORTARIA Nº 162, DE 25 DE AGOSTO DE 2015

“SUSPENDE POR DECISÃO JUDICIAL SERVIDOR DO EXERCÍCIO DA FUNÇÃO PÚBLICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

CLÓVIS JOSÉ BUSATTO, Prefeito Municipal de Ibiam, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inc. VII, IX e XIII, do art. 88, da Lei Orgânica Municipal;  
Considerando, o ofício nº 0000768-39.2015.8.24.0071-0001, de 24 de agosto de 2015, do Juiz de Direito, Dr. Flávio Luís Dell’Antônio;  
RESOLVE:

Art. 1º. Em decorrência de decisão judicial, fica suspensa do exercício da função pública a servidora JANETE APARECIDA FELICETTI, brasileira, casada, ocupante do cargo efetivo de Agente Administrativo – Nível 5 – Referência E.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM - SC, 25 DE AGOSTO DE 2015.

CLÓVIS JOSÉ BUSATTO

Prefeito Municipal

Publicação e Registro:

**PORTARIA Nº 163/2015**

PORTARIA Nº 163, DE 25 DE AGOSTO DE 2015

“SUSPENDE POR DECISÃO JUDICIAL SERVIDOR DO EXERCÍCIO DA FUNÇÃO PÚBLICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

CLÓVIS JOSÉ BUSATTO, Prefeito Municipal de Ibiam, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inc. VII, IX e XIII, do art. 88, da Lei Orgânica Municipal;  
Considerando, o ofício nº 0000768-39.2015.8.24.0071-0001, de 24 de agosto de 2015, do Juiz de Direito, Dr. Flávio Luís Dell’Antônio;  
RESOLVE:

Art. 1º. Em decorrência de decisão judicial, fica suspensa do exercício da função pública a servidora ANA PAULA ORTIGARA, brasileira, casada, ocupante do cargo efetivo de Agente Administrativo – Nível 5 – Referência E.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM - SC, 25 DE AGOSTO DE 2015.

CLÓVIS JOSÉ BUSATTO

Prefeito Municipal

Publicação e Registro:

# Ilhota

## PREFEITURA

### AVISO LICITAÇÃO PRG 047 - 2015 MULTIENTIDADES - REGISTRO DE PREÇO - MAT. MAN. BENS IMOVEIS (CIMENTO, CAL)

PROCESSO Nº. 258/2015  
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 47/2015 – MULTIENTIDADES  
REGISTRO DE PREÇO  
Prefeitura Municipal de Ilhota  
Fundo Municipal de Saúde  
Fundo Municipal de Educação  
Fundo Municipal de Assistência Social  
Fundo Municipal de Esporte  
Fundação Municipal Cultural

SETOR DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

TIPO MENOR PREÇO - TOTAL POR ITEM

OBJETO REGISTRO DE PREÇO PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAL PARA MANUTENÇÃO DE BENS IMÓVEIS (CIMENTO E CAL DE PINTURA), conforme Anexo I do Edital.

ENTREGA DOS ENVELOPES – PROPOSTA DE PREÇOS, HABILITAÇÃO e CREDENCIAMENTO: até o dia 10/09/15 às 09:30 horas, Sala de Reunião da Comissão Municipal de Licitação.

ABERTURA DAS PROPOSTAS: dia 10/09/15 às 09:30 horas, após o credenciamento dos representantes.

REGIMENTO: Lei Nº. 10.520, de 17 de julho de 2002 e alterações, Decreto nº 3.931/2001, Decreto nº 3.555/2000 e subsidiariamente a Lei Complementar Nº. 123/2006 e a Lei Nº. 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações.

#### MAIORES INFORMAÇÕES:

O edital na íntegra e todos os seus anexos, estão à disposição no site [www.ilhota.sc.gov.br](http://www.ilhota.sc.gov.br) e departamento de Compras e Licitações da PMI – Rua Dr. Leoberto Leal, 160 – Centro – Ilhota – SC, ou informações pelo e-mail: [licitacao@ilhota.sc.gov.br](mailto:licitacao@ilhota.sc.gov.br) - Telefone: (0xx47) 3343-8800 ramal 815.

ALEX MIRANDA  
PREGOEIRO OFICIAL  
Ilhota, 26 de agosto de 2015.

### EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO PRG 043 - FME - RECAPAGEM DE PNEUS

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ILHOTA

CNPJ: 83.102.301/0001-53  
Rua Dr. Leoberto Leal, 160 - Centro  
Ilhota – SC, CEP: 88.320-000  
Fone: (47) 3343-8800

PREGÃO  
PREGÃO Nº: 43/2015  
Data: 25/08/2015

Edital de Pregão Registro de Preços Nº 43/2015

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

REGISTRO DE PREÇO PARA EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE RECAPAGEM DE PNEUS PARA OS VEÍCULOS DA FROTA DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO.

Lote	Item	Classificação	Descrição	Cotação	Fornecedor
1	1	1	RECAPAGEM PNEU 1100-22 BORRACHUDO	498,00	FM PNEUS LTDA
1	2	1	RECAPAGEM PNEU 1100 R22,5 BORRACHUDO	535,00	NERI RECAUCHUTADORA DE PNEUS LTDA EPP
1	3	1	RECAPAGEM DE PNEU 275/80 R22,5 BORRACHUDO	500,00	NERI RECAUCHUTADORA DE PNEUS LTDA EPP
1	4	1	RECAPAGEM DE PNEU 1000-20 BORRACHUDO	505,00	FM PNEUS LTDA
1	5	1	RECAPAGEM PNEU 1100-20 BORRACHUDO	475,00	FM PNEUS LTDA
1	6	1	RECAPAGEM DE PNEU 900-20 BORRACHUDO	430,00	NERI RECAUCHUTADORA DE PNEUS LTDA EPP
1	7	1	RECAPAGEM PNEU 215/75 R17,5 BORRACHUDO	323,00	FM PNEUS LTDA
1	8	1	RECAPAGEM PNEU 7.50-16 BORRACHUDO	295,00	FM PNEUS LTDA

Alex Miranda  
Pregoeiro Oficial

**PORTARIA 438 2015**

PORTARIA Nº 438, de 19 de agosto de 2015.

NOMEIA AS PESSOAS ABAIXO RELACIONADAS, PARA COMPOREM A COMISSÃO PERMANENTE DE AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO NO ESTÁGIO PROBATÓRIO

DANIEL CHRISTIAN BOSI, Prefeito Municipal de Ilhota, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, e na forma da Lei,

Art. 1º. Nomeia Comissão Permanente de Avaliação De Desempenho No Estágio Probatório, formada pelos seguintes servidores integrantes do quadro de servidores efetivos do Município, e sob a responsabilidade e gestão da Secretaria Municipal de Administração – Departamento Pessoal, que fica assim constituída:

. Representante da Secretaria Municipal de Administração  
Maria Francisca Brokveld Nunes – Técnico Administrativo Financeiro;

. Representante da Secretaria Municipal de Educação

Susana Maria Zimmermann Vieira – Professora – Diretora Administrativa;

. Representante da Secretaria Municipal de Saúde

Ana Teresa Zwoelfer Americano – Enfermeira;

Art. 2º. Revogam-se disposições em contrário.

Art. 3º. Registre-se e publique-se.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ILHOTA, em 19 de agosto de 2015.

DANIEL CHRISTIAN BOSI

Prefeito Municipal

\*Republicado no DOM em substituição a publicação do dia 24/08/2015, Ed. 1812.

**PORTARIA Nº 439/2015**

PORTARIA Nº 439/2015

Tatiana Richart Reichert, Secretária de Administração do Município de Ilhota, no uso de suas atribuições Legais, e dentro do que estabelece o Decreto nº 79 de 17/07/2015, e na forma da Lei:

RESOLVE

DEMITIR, o Sr. ADONIS MARCOS LISBOA, do cargo de PROFESSOR FORMADOR, em caráter temporário, no regime jurídico estatutário e regime previdenciário geral (INSS), com 50 horas mês, a partir de 31 de agosto de 2015.

Dê-se ciência, publique-se e cumpre-se.

Prefeitura Municipal de Ilhota.

Em 24 de agosto de 2015.

TATIANA RICHART REICHERT

Secretária de Administração

**Imarui****PREFEITURA****EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇO PMI N.º 027/2015**

Objeto: Registro de Preços para contratação de empresa jornalística, periódica responsável pela edição de jornal diário de circulação no Estado de Santa Catarina, e semanal de circulação regional (Região da AMUREL – Associação dos Municípios da Região de Laguna) para prestação de serviços de veiculação de publicações legais e documentos periódicos.

Empresa Fornecedora: RBS - Zero Hora Editora Jornalística S.A. (92.821.701/0002-90):

Item	Periódico Impresso	Periodicidade	Qtd. De Cent/Col	Preço Unitário	Preço total
03	Jornal de Circulação Estadual	Diário	1.500	R\$ 74,40	R\$ 111.600,00

Total do Fornecedor: R\$ 111.600,00 (cento e onze mil e seiscentos reais).

Empresa Fornecedora: O Grande Jornal Editora LTDA ME. (11.870.801/0001-24):

Item	Periódico Impresso	Periodicidade	Qtd. De Cent/Col	Preço Unitário	Preço total
04	Jornal de Circulação Regional	Semanal	2.000	R\$ 42,50	R\$ 85.000,00

Total do Fornecedor: R\$ 85.000,00 (oitenta e cinco mil reais).

Total Geral: R\$ 196.600,00 (cento e noventa e seis mil e seiscentos reais)

Data da Assinatura: 03/08/2015 Validade da Ata: 03/08/2016

Modalidade: Pregão Presencial.

Imaruí, 25 de Agosto de 2015.

Manoel Viana de Sousa

Prefeito Municipal de Imaruí

**LEI Nº. 1.891, DE 25 DE AGOSTO DE 2015.**

LEI Nº. 1.891, DE 25 DE AGOSTO DE 2015.

INSTITUI A SEMANA MUNICIPAL DE PEDRO RAIMUNDO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMARUÍ, Sr. Manoel Viana de Sousa, no uso das atribuições que lhe são conferidas; faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica instituída e inserida no calendário oficial de eventos no município de Imaruí a semana municipal Pedro Raimundo, cantor e compositor, objetivando divulgar e ensinar nas escolas sobre a história e a biografia do cantor e compositor Imaruense que fez grande sucesso na década de 40, com canções como Adeus Mariana, entre outras.

Art. 2º. A semana municipal Pedro Raimundo e suas ações se efetivarão anualmente na semana do dia 29 de junho, dia de aniversário de nascimento do artista.

Art. 3º Na semana municipal Pedro Raimundo poderão ser desenvolvidas ações sócio educativas através de palestras e atividades culturais e de lazer, ministradas em toda rede pública municipal, sobre a biografia do cantor e compositor, sua trajetória, suas canções, podendo ainda ser organizados passeios ao Município de Laguna para conhecer sua sanfona, que esta em exposição no museu Anita Garibaldi, podendo ainda contar com a participação do poder público, instituições, autoridades religiosas, educacionais e políticas, dentre outras.

Art. 4º O poder executivo atribuirá a órgão de sua estrutura a responsabilidade pela coordenação das ações previstas para a semana municipal Pedro Raimundo cantor e compositor.

Art. 5º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Imaruí, 25 de agosto de 2015.

MANOEL VIANA DE SOUSA

Prefeito Municipal

Publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.



# Imbituba

## PREFEITURA

### EDITAL SEAGP Nº 123/2015

EDITAL SEAGP Nº 123/2015

CONVOCA CANDIDATOS APROVADOS NO CONCURSO PUBLICO Nº 01/2011.

O Secretário Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais e por determinação do Chefe do Poder Executivo, considerando a realização do Concurso Público nº 001/2011, divulgado através do Edital nº 001/2011, de 28 de outubro de 2011, bem como, o resultado do mesmo divulgado através do EDITAL DE HOMOLOGAÇÃO DO CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2011, de 08 de Fevereiro de 2012, que homologou os resultados do referido Concurso.

#### RESOLVE:

Convocar, para aceite das vagas e contratações, os candidatos ao final relacionados (Anexo I deste Edital), aprovados no Concurso Público nº 001/2011, para comparecer a Gerencia de Gestão de Pessoas da Secretaria Municipal de Administração e Gestão Pública – GGP/SEAGP, situado na Rua Ernani Cotrin, nº 601, Centro, Imbituba, SC, no período de 27 de agosto a 26 de Setembro de 2015, no horário das 13h às 19h, para assinatura do Edital de Convocação Individual e encaminhamento para a avaliação médica pré-admissional.

O não comparecimento do(s) candidato(s) ora convocado(s) no período, horário e local indicados no presente instrumento convocatório acarretará sua automática e definitiva eliminação do processo, com a consequente perda da vaga em questão, independentemente dos argumentos que apresentar, perdendo, por conseguinte, todos os direitos oriundos de sua aprovação no referido Concurso Público.

Fica definido o prazo de até 30 (trinta) dias a partir da assinatura do Edital de Convocação Individual, para apresentação dos documentos necessários ao processo pré admissional.

Ficam os candidatos, inclusive os portadores de deficiência, convocados para a avaliação médica pré-admissional a ser realizada pela Comissão Municipal de Médicos Peritos, para emissão de Atestado de Saúde Ocupacional, no prazo de até 30 (trinta) dias após a assinatura do Edital de Convocação Individual.

O exame médico é eliminatório, sendo excluído do certame o candidato que não apresentar aptidão física e/ou mental para o exercício do emprego público.

O candidato, convocado por este Edital, caso não apresente ao GGP/SEAGP a documentação exigida no prazo estabelecido perderá automaticamente a vaga, convocando-se o candidato com classificação imediatamente posterior.

Imbituba, 26 de agosto de 2015.

Andreza Barcelos Carvalho  
Gerente de Gestão de Pessoas

EDITAL SEAGP Nº 123/2015

Anexo I

CANDIDATOS CONVOCADOS

Servente Merendeira

Neliane Machado da Rosa

### EXTRATO DE PUBLICAÇÃO QUE TORNA SEM EFEITO O PREGÃO Nº. 29/2015 (SEAST)

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA  
SEAST

COMUNICADO: A Prefeitura Municipal de Imbituba, por meio de seu Pregoeiro Oficial, torna sem efeito o Pregão nº 29/2015, publicado no Diário Oficial dos Municípios, Edição do dia 25 de Agosto de 2015.

Imbituba, 26 de Agosto de 2015.

Dilson Petrassem Junior

Pregoeiro Oficial

### EXTRATO: FUNREBOM 2015/01 A/01

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

Extrato: FUNREBOM 2015/01 A/01

Contratada: TCA TRANSFORMAÇÕES VEICULARES LTDA.

C.N.P.J: 08.389.661/0001-62

Objeto: É OBJETO DESTES TERMOS ADITIVO O ACRÉSCIMO DE 2.7272% (dois inteiros sete mil duzentos e setenta e dois décimos de milésimos percentuais)

Valor: R\$ 1.500,00 Prazo: 31/12/2015

Fundamento: Processo nº 01/2015 Pregão: 01/2015

Imbituba, 10 de agosto de 2015.

Rafael Fortunato Camilo

Comandante da 2ª Companhia do 8º Batalhão de Bombeiros de Imbituba

Contratante

Tca Transformações Veiculares Ltda

Representante Legal

Contratada

### EXTRATO: SEAST 2015/15 A01

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

Extrato: SEAST 2015/15 A01

Contratada: LUCIANE CONSTANTINO DA SILVA ME

C.N.P.J: 08.897.022/0001-08

Objeto: É OBJETO DESTES TERMOS ADITIVO O ACRÉSCIMO DE 25% (VINTE CINCO POR CENTO)

Valor: R\$ 2.721,70 Prazo: 31/12/2015

Fundamento: Processo nº. 02/2015 Pregão 02/2015

Imbituba, 10 de Agosto de 2015.

Selma Elias Whestphal

Secretária Municipal da Seast

Contratante

Luciane Constantino da Silva ME

Representante Legal

Contratada

**EXTRATO: SEAST 2015/16 A01**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

Extrato: SEAST 2015/16 A01

Contratada: MARIA ROSANGELA ROCHADEL LUIZ ME

C.N.P.J: 06.324.279/000-45

Objeto: É OBJETO DESTE TERMO ADITIVO O ACRÉSCIMO DE 25% (vinte cinco por cento)

Valor: R\$1.122,00 Prazo: 31/12/2015

Fundamento: Processo nº. 02/2015 Pregão 02/2015

Imbituba, 10 de Agosto de 2015.

Selma Elias Whestphal

Secretária Municipal da Seast

Contratante

Maria Rosangela Rochadel Luiz ME

Representante Legal

Contratada

**EXTRATO: SEAST 2015/17 A01**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

Extrato: SEAST 2015/17 A01

Contratada: NAFI COMERCIO ATACADISTA LTDA ME.

C.N.P.J: 10.788.485/0001-83

Objeto: É objeto deste termo aditivo o acréscimo de 25%(vinte e cinco por cento.)

Valor: R\$ 1.776,75 Prazo: 31/12/2015

Fundamento: Processo nº. 02/2015 Pregão 02/2015

Imbituba, 10 de agosto de 2015.

Selma Elias Whestphal

Secretária Municipal da Seast

Contratante

Nafi Comercio Atacadista Ltda Me

Contratada

**EXTRATO: SEMUSA 2015/10 A/01**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

Extrato: SEMUSA 2015/10 A/01

Contratada: SANDRO LUIZ DA SILVA ME

C.N.P.J 80.977.994/0001-30

OBJETO: É objeto deste Termo Aditivo o acréscimo de 25% (vinte e cinco por cento) ao contrato original

Valor: R\$95.000,00 Prazo: 31/12/2015

Fundamento: Processo nº 02/2015 Pregão 01/2015

Imbituba, 12 de agosto de 2015.

Maria Martins dos Passos Souza

Secretária Municipal de saúde

Contratante

Sandro Luiz da Silva - ME

Representante Legal

Contratada

**PORTARIA PMI/GGP Nº 480/2015**

PORTARIA PMI/GGP Nº 480, de 25 de agosto de 2015.

Dispõe sobre a admissão de Servente Merendeira, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO PÚBLICA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, e com base na Lei n.º 2.150, de 08 de junho de 2001, e o artigo 37, II, da CR/88,

**RESOLVE:**

Art.1º Admitir, a abaixo relacionada, aprovada no Processo Seletivo Simplificado Edital - 04/2012, com carga horária de 40 horas semanais, para exercer o cargo/função, conforme descrito na tabela seguinte, com a remuneração consignada na legislação pertinente.

Nome	Cargo	CPF	Admissão
Ana Oliveira Fernandes da Silva	Servente Merendeira	036.677.299-60	26/08/2015

Art. 2º O período de contratação será por tempo determinado, em substituição a servidora Sra. Sônia Maria Andrade Fernandes, Servente Merendeira, matrícula nº 5370, inscrita no CPF sob o nº 788.948.409-72, que encontra-se afastada por licença-prêmio, podendo ser rescindido a qualquer tempo, comprovada a desnecessária manutenção dos serviços ou até a chamada de candidato aprovado em concurso público.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 25 de agosto de 2015.

Nicolau Corsino Bento

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Andreza Barcelos Carvalho

Gerente de Gestão de Pessoas

**CÂMARA MUNICIPAL****DECRETO LEGISLATIVO Nº 003, DE 25 DE AGOSTO DE 2015.**

DECRETO LEGISLATIVO Nº 003, DE 25 DE AGOSTO DE 2015.

Dispõe sobre o julgamento da Prestação de Contas do Exercício 2013 da Prefeitura Municipal de Imbituba, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA CÂMARA DE VEREADORES DE IMBITUBA, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 67, inciso IV da Lei Orgânica Municipal, e o artigo 35, inciso IV do Regimento Interno, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e fica promulgado o seguinte Decreto Legislativo:

Art. 1º Fica acatado o Parecer do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina de nº 0211/2014 (Processo PCP 14/00228643) que recomenda a aprovação das contas do Prefeito Municipal de Imbituba, relativas ao exercício de 2013.

Art. 2º O presente Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 25 de Agosto de 2015.

Luiz Cláudio Carvalho de Souza

Presidente da Câmara Municipal de Imbituba

Registre-se e Publique-se

Registrada, publicada, e afixada no Mural de Atos da Câmara Municipal de Imbituba em 25/08/2014 e no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

João Floriano

Secretário Administrativo

# Indaial

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 1530/15

. DECRETO Nº 1530/15

. De 25 de agosto de 2015

Nomeia Comissão para Processo Seletivo da Secretaria Municipal de Saúde

MÁRIO WITHOEFT, Vice-Prefeito, no exercício do cargo de Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com artigo 92, inciso VIII da Lei Orgânica do Município, Lei Complementar nº 105/10 e a Lei 4724/12 e alterações e demais dispositivos legais em vigor:

DECRETA:

Art. 1º - Ficam designados para compor a Comissão para Realização e Acompanhamento do Processo Seletivo da Secretaria Municipal de Saúde, para a contratação por tempo determinado de profissionais da área da saúde, as pessoas a seguir relacionadas:

- Edson Calson
- Greicy Jaqueline Ziehlsdorff Vanderline
- Ramiro Ilha Moreira Filho

Art. 2º Fica estipulada gratificação de R\$ 150,00 (cento e cinquenta reais) aos integrantes da Comissão nomeada pelo artigo 1º, de acordo com o disposto no artigo 53, parágrafo 4º, da Lei Complementar 105/10, a ser requerido à Secretária e homologado pelo Prefeito, quando do término dos processos.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Indaial, em 25 de agosto de 2015.

MÁRIO WITHOEFT

Vice-Prefeito

(No Exercício do Cargo de Prefeito)

Publique-se na Forma da Lei.

JOÃO VICENTE SCHROEDER

Chefe de Gabinete

### DECRETO Nº 1531/15

. DECRETO Nº 1531/15

. De 25 de agosto de 2015

Anula e Suplementa no Orçamento da Prefeitura Municipal de Indaial.

MÁRIO WITHOEFT, Vice-Prefeito, no exercício do cargo de Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com artigo 92, inciso VIII da Lei Orgânica do Município e considerando a Lei 5.115/14,

DECRETA,

Art. 1º - Fica o Executivo autorizado a anular no valor de R\$ 280.000,00 (duzentos e oitenta mil reais) da Dotação Orçamentária abaixo discriminada:

Dotação	Vínculo	Valor
05.001.0012.0365.0005.2102.3319100000 00000	01010000	280.000,00

Art. 2º - Para atender o dispositivo no artigo 1º, fica o Chefe do

Poder Executivo autorizado a Suplementar, no Orçamento do MUNICÍPIO DE INDAIAL a seguinte dotação:

Dotação	Vínculo	Valor
05.001.0012.0365.0005.2102.3339000000 00000	01010000	280.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Indaial, em 25 de agosto de 2015.

MÁRIO WITHOEFT

Vice-Prefeito

No exercício do cargo de Prefeito

Publique-se na Forma da Lei.

JOÃO VICENTE SCHROEDER

Chefe de Gabinete

### DECRETO Nº 1532/15

. DECRETO Nº 1532/15

. De 25 de agosto de 2015

Dispõe sobre a IIª Conferência Municipal de Política para Mulheres

MÁRIO WITHOEFT, Vice-Prefeito, no exercício do cargo de Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com artigo 92, inciso VIII da Lei Orgânica do Município e, considerando o Decreto Federal de 30 de Março de 2015, publicado no Diário Oficial da União em 31/03/2015,

DECRETA:

Art. 1º - DEFLAGRA a II Conferência Municipal de Política para as Mulheres, a realizar-se no dia 03 de Setembro de 2015, das 8h até 11h30min sob a coordenação da Secretaria de Assistência Social de Indaial e da Comissão Organizadora, com o objetivo de propor diretrizes da Política para as Mulheres de Indaial e de sugerir a criação do Conselho Municipal de Políticas para as Mulheres de Indaial.

Art. 2º - A II Conferência Municipal de Políticas para as Mulheres terá como tema "MAIS DIREITOS, PARTICIPAÇÃO E PODER PARA AS MULHERES", a partir dos seguintes eixos temáticos:

I. Contribuição dos Conselhos dos Direitos da Mulher e dos Movimentos Feministas e de Mulheres para a efetivação da igualdade de direitos e oportunidade para as mulheres em sua diversidade e especificidades: avanços e desafios.

II. Estruturas institucionais e políticas públicas desenvolvidas para as mulheres no âmbito municipal, estadual e federal: avanços e desafios.

III. Sistema Político com participação das mulheres e igualdade: recomendações.

IV. Sistema Nacional de Políticas para as Mulheres: subsídios e recomendações.

Art. 3º - Institui a Comissão Organizadora da II Conferência Municipal de Políticas para as Mulheres:

- Gestão da Secretaria de Assistência Social
- Assessoria aos Conselhos Municipais
- Câmara de Vereadores

Art. 4º - A II Conferência Municipal de Políticas para as Mulheres disporá em seu regimento interno, aprovado pela Plenária, sobre sua organização, funcionamento, inclusive sobre o processo democrático de escolha das delegadas municipais.

Parágrafo único. A Secretaria Municipal de Assistência Social proporcionará o apoio administrativo necessário ao funcionamento da II Conferência Municipal de Políticas para as Mulheres

Art. 5º - O Evento será realizado nas dependências do Auditório Galileu Galilei da UNIASSELVI, sito na Rodovia BR-470, km 71, nº1040, Benedito – Indaial/SC.

Art. 6ª - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Indaial, em 25 de agosto de 2015.

MÁRIO WITHOEFT

Vice-Prefeito

(No Exercício do Cargo de Prefeito)

Publique-se na Forma da Lei.

JOÃO VICENTE SCHROEDER

Chefe de Gabinete

### DECRETO Nº 1533/15

. DECRETO Nº 1533/15

. De 25 de agosto de 2015

Dispõe sobre o I Fórum Municipal da Pessoa com Deficiência de Indaial

MÁRIO WITHOEFT, Vice-Prefeito, no exercício do cargo de Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com artigo 92, inciso VIII da Lei Orgânica do Município, diretrizes da IV Conferência Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência (CONADE) e demais dispositivos legais em vigor

DECRETA:

Art. 1º - Deflagra o I Fórum Municipal da Pessoa com Deficiência de Indaial, a realizar-se no dia 11 de Setembro de 2015, das 14h até 16h sob a coordenação da Secretaria de Assistência Social de Indaial, com finalidade de analisar, definir e deliberar as diretrizes da Política Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência.

Art. 2º - O evento terá como tema geral: "Os Desafios na Implementação da Política da Pessoa Com Deficiência: A Transversalidade Como Radicalidade Dos Direitos Humanos".

Art. 3º - O município durante o Fórum Municipal elegerá delegados para participação na Conferência Estadual, conforme critério definido no Regimento Interno e baseado nas orientações estabelecidas pelo CONADE – Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência.

Art. 4º - Os delegados eleitos na Plenária Municipal poderão participar da Conferência Estadual.

Art. 5º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Indaial, em 25 de agosto de 2015.

MÁRIO WITHOEFT

Vice-Prefeito

No Exercício do Cargo de Prefeito

Publique-se na Forma da Lei.

JOÃO VICENTE SCHROEDER

Chefe de Gabinete

### DECRETO Nº 1534/15

. DECRETO Nº 1534/15

. De 25 de agosto de 2015

Abre Crédito Adicional Suplementar no Orçamento de 2015 no MUNICIPIO DE INDAIAL, provenientes de Excesso de Arrecadação.

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com artigo 92, inciso VIII da Lei Orgânica do Município e demais dispositivos legais em vigor e, considerando a Lei 5.115/14,

DECRETA,

Art. 1º - Fica aberto no orçamento vigente do MUNICIPIO DE INDAIAL, Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 931,45 (novecentos e trinta e um reais e quarenta e cinco centavos) destinados a atender as despesas abaixo discriminadas:

Dotação	Vínculo	Valor
05.001.0012.0365.0005.2110.33390000 00000000	01370009	931,45

Art. 2º - As despesas decorrentes do artigo anterior serão cobertas com recursos provenientes de provável Excesso de Arrecadação a ser apurado no Exercício Financeiro de 2015.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Indaial, em 25 de agosto de 2015.

MÁRIO WITHOEFT

Vice-Prefeito

(No Exercício do Cargo de Prefeito)

Publique-se na Forma da Lei.

JOÃO VICENTE SCHROEDER

Chefe de Gabinete

### DECRETO Nº 1535/15

. DECRETO Nº 1535/15

. De 25 de agosto de 2015

Abre Crédito Adicional Suplementar no Orçamento de 2015 no MUNICIPIO DE INDAIAL, provenientes de Excesso de Arrecadação.

MÁRIO WITHOEFT, Vice-Prefeito, no exercício do cargo de Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com artigo 92, inciso VIII da Lei Orgânica do Município e demais dispositivos legais em vigor e, considerando a Lei 5.115/14,

DECRETA,

Art. 1º - Fica aberto no orçamento vigente do MUNICIPIO DE INDAIAL, Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 7.904,78 (sete mil e novecentos e quatro reais e setenta e oito centavos) destinados a atender as despesas abaixo discriminadas:

Dotação	Vínculo	Valor
05.001.0012.0361.0005.2108.33390000 00000000	01370010	7.904,78

Art. 2º - As despesas decorrentes do artigo anterior serão cobertas com recursos provenientes de provável Excesso de Arrecadação a ser apurado no Exercício Financeiro de 2015.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Indaial, em 25 de agosto de 2015.

MÁRIO WITHOEFT

Vice-Prefeito

(No Exercício do Cargo de Prefeito)



Publique-se na Forma da Lei.

JOÃO VICENTE SCHROEDER  
Chefe de Gabinete

### DECRETO Nº 1536/15

. DECRETO Nº 1536/15

. De 25 de agosto de 2015

Instaura Processo Administrativo Disciplinar/ Teresinha Mandel Zimlich – Revoga Decreto nº 1517/15

MÁRIO WITHOEFT, Vice-Prefeito, no exercício do cargo de Prefeito do Município de Indaial, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município em seu artigo 92, incisos VIII, XI e XII, conforme estabelece a Lei Complementar nº 105/10 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, em seus artigos 107, 109, 112, 113 e 115 e demais dispositivos legais em vigor, e, considerando o Relatório Final da Comissão de Sindicância instaurada pela Portaria nº 32/15,

DECRETA,

Art. 1º - Fica instaurado Processo Administrativo Disciplinar, de acordo com o disposto no artigo 109, inciso III, da Lei Complementar 105/10, para apuração de responsabilidades da servidora TERESINHA MANDEL ZIMLICH, ocupante do cargo de Auxiliar de Creche.

Art. 2º - Ficam designados para integrarem a Comissão do Processo Administrativo, objeto do artigo 1º, os servidores abaixo:

- Alexandre Kroeger Reguse
- Greicy Jaqueline Ziehlsdorff Vanderline
- Luiz Alvaro Nunes

Art. 3º - Fica determinado o prazo de 60 (sessenta) dias, a partir da vigência deste Decreto, para a conclusão do Processo Administrativo.

Art. 4º - Fica concedida gratificação da ordem de R\$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais) para cada servidor designado, conforme dispõe o artigo 53, alínea "d" e parágrafo 2º da Lei Complementar 105/10, o qual deverá ser requerido ao final do Processo.

Art. 5º - Fica revogado o Decreto nº 1517/15.

Art. 6º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Indaial em 25 de agosto de 2015.

MÁRIO WITHOEFT

Vice-Prefeito

(No Exercício do Cargo de Prefeito)

Publique-se na Forma da Lei.

JOÃO VICENTE SCHROEDER  
Chefe de Gabinete

### DECRETO Nº 1537/15

. DECRETO Nº 1537/15

. De 25 de agosto de 2015

Abre Crédito Adicional Suplementar no Orçamento de 2015 no MUNICÍPIO DE INDAIAL, provenientes de Superávit Financeiro.

MÁRIO WITHOEFT, Vice-Prefeito, no exercício do cargo de Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com artigo 92, inciso VIII da Lei Orgânica do Município e demais dispositivos legais em vigor e, considerando a Lei 5.115/14,

DECRETA

Art. 1º - Fica aberto no orçamento vigente do MUNICÍPIO DE INDAIAL, Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 19.950,59 (dezenove mil e novecentos e cinquenta reais e cinquenta e nove centavos) destinados a atender as despesas abaixo discriminadas:

Dotação	Vínculo	Valor
08.001.0015.0451.0008.2201.3339000000000000	03080000	6.448,01
08.001.0015.0451.0008.2207.3339000000000000	03070000	13.502,58

Art. 2º - As despesas decorrentes do artigo anterior serão cobertas com recursos provenientes de Superávit Financeiro apurado no Exercício Financeiro de 2014.

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Município de Indaial, em 25 de agosto de 2015.

MÁRIO WITHOEFT

Vice-Prefeito

(No Exercício do Cargo de Prefeito)

Publique-se na Forma da Lei.

JOÃO VICENTE SCHROEDER  
Chefe de Gabinete

# Iomerê

## PREFEITURA

**PORTARIA 2619/2015**

PORTARIA Nº 2619 DE 20 DE SETEMBRO DE 2015

Concede férias a servidor municipal

O PREFEITO MUNICIPAL DE IOMERÊ, no uso de suas atribuições legais:

**RESOLVE**

Art. 1º Conceder férias a servidor JOSELITO LUIZ MUNARO, pelo período de 30 (trinta) dias, referente ao período aquisitivo de 04/01/2014 a 03/01/2015 a contar de 24/08/2015 a 22/09/2015.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade a publicação no Diário Oficial dos Municípios – DOM, nos termos da Lei 524/2009.

Iomerê - SC, 20 de agosto de 2015.

LUCIANO PAGANINI

Prefeito Municipal

DOUGLAS FRANCISCO ZARDO

Secretário de Administração e Finanças



# Ipumirim

## PREFEITURA

### DECRETO N. 2.160 DE 24 DE AGOSTO DE 2.015

ABRE CRÉDITOS ESPECIAIS POR CONTA DE ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E POR PROVÁVEL EXCESSO DE ARRECADAÇÃO NO VALOR DE R\$ 609.594,00

O Prefeito de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e nos termos do II e § 2º do artigo 34 da Lei 1.748 de 15 de outubro de 2.014 que dispõe sobre as Diretrizes para a Elaboração da Lei Orçamentária de 2.015 – LDO e dá outras providências e combinado com o inciso III do § 1º do artigo 43 da Lei Federal 4.320/64 e da Lei Municipal 1.758 de 20 de agosto de 2.015,

#### DECRETA

Art. 1º Ficas abertos os seguintes créditos especiais:

I - Código reduzido 119, Projeto 2.099 - Gestão das Ações de Defesa Cível, elemento 44900000000000, fonte de recursos 0.1.0025, Órgão 15 - FUNDO MUNICIPAL DE DEFESA CIVIL, Unidade 1 - Fundo Municipal de Defesa Civil, no valor de R\$ 530.594,00.

II - Código reduzido 31, Projeto 2.086 - Participação em Consórcios Públicos, elemento 33930000000000, fonte de recursos 0.1.0002, Órgão 9 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, Unidade 1 - Fundo Municipal de Saúde, no valor de R\$ 79.000,00.

TOTAL GERAL .....R\$ 609.594,00

Art. 2º Os créditos especiais constantes no artigo anterior serão abertos por conta das seguintes fontes de recursos:

I – Pela estimativa de arrecadação de recursos oriundos da Defesa Civil, Programa 2040 – Gestão de Riscos e Respostas a Desastres, Funcional Programática 06.182.1.029.22BO.0105, relativos ao processo 59050.001032/2014/93, nos termos do Art. 43, § 1º, II da Lei 4.320/64, na Fonte de Recursos 0.1.0025, utilizando-se no presente ato o montante de R\$ 530.594,00.

II – Anulação parcial da dotação orçamentária representada pelo código reduzido 21, Projeto 2.086 - Participação em Consórcios Públicos, elemento 33710000000000, fonte de recursos 0.1.0002, Órgão 9 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, Unidade 1 - Fundo Municipal de Saúde, no valor de R\$ 79.000,00.

TOTAL GERAL .....R\$ 609.594,00

Art. 3º O presente Decreto entrará em vigor em 24 de agosto de 2.015.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Ipumirim-SC, 24 de agosto de 2.015

Valdir Zanella

Prefeito de Ipumirim

### DECRETO Nº 2.159 DE 24 DE AGOSTO DE 2015

Dispõe sobre a divulgação da remuneração dos servidores públicos do poder executivo no portal da transparência.

O Senhor Valdir Zanella, Prefeito do município de Ipumirim - SC, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo inciso VI, do artigo 87 da Lei Orgânica Municipal e tendo em vista o disposto na Lei Federal no 12.527, de 18 de novembro de 2011 e Lei Municipal 1.697 de 13 de setembro de 2.012 e,

#### CONSIDERANDO:

I – Que a jurisprudência foi pacificada no sentido de que a divulgação dos proventos e dos descontos oficiais não fere as garantias individuais previstas na constituição federal;

II- Que a folha de pagamento representa grande parcela de destinação dos recursos públicos,

#### DECRETA:

Art. 1º. Será objeto de divulgação no portal de transparência do município, a remuneração ou o subsídio recebido por ocupante de cargo, função ou emprego público, incluindo vantagens, progressões, auxílios, ajudas de custo, adicionais de férias e quaisquer outras vantagens pecuniárias de natureza não indenizatória, bem como proventos de aposentadoria e pensões suportados pelo erário municipal, previstos nos planos de carreira do município e demais legislação pertinente.

§ 1º - Os demonstrativos serão disponibilizados de acordo com o mês de referência do cálculo da folha de pagamento, independente de quando tenha ocorrido o empenhamento e o pagamento.

§ 2º - Não farão parte do demonstrativo os descontos de natureza pessoal do servidor.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos aos meses de janeiro do corrente ano.

Ipumirim-sc, aos 24 dias do mês de agosto de 2015.

Valdir Zanella

Prefeito de Ipumirim

### EXTRATO DE CONTRATO Nº 50/2015/PM

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE IPUMIRIM

Publicação do extrato contratual nos termos do § Único do art. 61 da Lei 8.666/93.

Contrato Administrativo Público Nº 50/2015

Processo licitatório: Edital de Licitação da Modalidade de DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 20/2015, Processo de Licitação nº 51/2015, homologado em 20 de agosto de 2015.

Objeto: Contratação de profissional para realização do curso de capacitação oferecido aos professores e servidores da educação infantil da rede municipal de ensino, conforme cronograma de trabalho anexo.

Valor: R\$ 6.600,65 (Seis Mil Seiscentos Reais e Sessenta e Cinco Centavos)

Assinatura: 24/08/2015 Vigência: 31/12/2015

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM

Contratado: LUCIANA RITA BELLINCANTA SALVI, situada na RUA RECH Nº 654, Bairro: SANTA CRUZ, cidade de CONCÓRDIA-SC, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 845.612.039-15.

**EXTRATOS DAS ATAS DE REG. DE PREÇOS DO PL 47, PP 21-PNEUS, CAMARAS E PROTETORES/PM**

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 21/2015

PROCESSO DE LICITAÇÃO 47/2015

O Município de Ipumirim, faz saber que está registrando preços nos termos do inciso II do art. 15 da Lei 8.666/93, em conformidade com as propostas classificadas no PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 21/2015, do PROCESSO Nº 47/2015, homologado aos 21 de agosto de 2015, cujo objeto é Registro de preço para possível aquisição de pneus novos, câmaras e protetores com a Certificação do Inmetro, para utilização na frota municipal, para os itens constantes na atas abaixo elencadas, com características e condições de execução individualizadas no Memorial Descritivo constante no Anexo III do edital de licitação retrocitado.

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 2015.47.7800  
de 24 de agosto de 2015

FORNECEDOR: BELLENZIER PNEUS LTDA, situada na BELLENZIER PNEUS LTDA, situada na RUA APARICIO BORGES, 535, Município de FREDERICO WESTPHALEN-RS, inscrita no CNPJ sob n. 73.730.129/0001-29 e no Cadastro de Contribuintes Estaduais n. 049/0028063,, representado pelo Senhor NILBERTO ANTONIO BELLENZIER, CPF: 462.496.800-04.

Item	Descrição	Ref.	Qtde	Marca	Valor Unitário	Valor Total
1	PNEUS 17.5 X 25 16 LONAS L3 aplicação Tração pá carregadeira	UN	10,00	Titan ND LCM	2.990,00	29.900,00
4	Pneu 18.4 X 34 12 lonas - aplicação tração trator agrícola	UN	2,00	Goodyear Dyna Torque	2.220,00	4.440,00
6	Pneu 12.5/80 X 18 12 lonas	UN	6,00	Goodyear SGL	1.080,00	6.480,00
12	PNEUS 175/70 R 13 - aplicação veículos.	UN	20,00	Kelly Metric Xtra	139,60	2.792,00
34	PNEU 205 / 55 R-16 APLICAÇÕES EM VEICULOS LEVES	UN	20,00	Goodyear Eagle Sport	274,00	5.480,00
39	Pneus 295/80 R 22,5- liso	UN	6,00	Goodyear G386	1.305,00	7.830,00
Valor Total Registrado					56.922,00	

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 2015.47.7825  
de 24 de agosto de 2015

FORNECEDOR: MODELO PNEUS LTDA, situada na RUA MAL. HUMBERTO DE ALENCAR CAT. BRANCO, Nº 56, CAIXA POSTAL 624, CEP: 95700-000, Município de BENTO GONÇALVES-RS, inscrita no CNPJ sob n. 94.510.682/0001-26 e no Cadastro de Contribuintes Estaduais n. 010/0061907, representado pelo Senhor IGELSO LUDOVICO CECON, CPF: 102.757.970-15.

Item	Descrição	Ref.	Qtde	Marca	Valor Unitário	Valor Total
8	Pneu 1.000 R20 Borrachudo 16 lonas misto para chão.	UN	40,00	FIRESTONE	1.320,00	52.800,00
13	Pneu 175 / 70 R 14	UN	30,00	SEIBERLING	183,90	5.517,00
40	Pneu 295/80 R22,5- borrachudo	UN	12,00	FIRESTONE	1.450,00	17.400,00
Valor Total Registrado					75.717,00	

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 2015.47.8854  
de 24 de agosto de 2015

FORNECEDOR: FVA MATERIAL DE BORRACHARIA LTDA, situada na RUA ANTONIO MARTINELLI, Nº 600- BAIRRO: LICORSUL, CEP: 95.700.000, município de BENTO GONÇALVES-RS, inscrita no CNPJ sob n. 05.741.602/0001-13 e no Cadastro de Contribuintes Estaduais n. 010/0123813, representado pela Senhora SANDRA LÚCIA FORESTI FERRARI, CPF:515.427.730-91.

Item	Descrição	Ref.	Qtde	Marca	Valor Unitário	Valor Total
17	CÂMARA DE AR 17.5 X 25	UN	20,00	QBOM	178,00	3.560,00
21	CÂMARA DE AR 12.5/80 X 18	UN	20,00	QBOM	88,00	1.760,00
24	Camera de Ar 19.5 x 24	UN	10,00	TORTUGA	213,90	2.139,00
37	Camara de Ar 10 x 16.5	UN	15,00	TORTUGA	63,50	952,50
Valor Total Registrado					8.411,50	

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 2015.47.9815  
de 24 de agosto de 2015

FORNECEDOR: IRMÃOS FLACH LTDA, situada na RUA ABC Nº 300 SALA 01, BAIRRO: CENTRO, CEP: 98.918-000, município de BOA VISTA DO BURICÁ-RS, inscrita no CNPJ sob n. 08.774.832/0001-77, representado pelo Senhor BERNARDO ANDRES FLACH, CPF: 827.447.770-72.

Item	Descrição	Ref.	Qtde	Marca	Valor Unitário	Valor Total
2	PNEUS 1.400 X 24 - G2 16 LONAS	UN	6,00	MAGION/LAVORATORE	1.590,00	9.540,00
5	Pneu 14.9 X 24 - 10 lonas - aplicação dianteiro trator agric	UN	4,00	MAGION/FRONTIERA R1	1.155,00	4.620,00
18	CAMARA DE AR KM-24	UN	40,00	MAGION/TR220	148,00	5.920,00
20	Câmara de ar 14.9 X 24	UN	4,00	MAGION/TR218	160,00	640,00

Item	Descrição	Ref.	Qtde	Marca	Valor Unitário	Valor Total
22	Câmara de ar 1.000 R 20	UN	70,00	MAGION/ SC132	65,00	4.550,00
23	CÂMARA DE AR 900 X 20	UN	4,00	MAGION/SC115	55,00	220,00
26	CÂMARA DE AR ARO 13	UN	15,00	MAGION/TR13	20,00	300,00
27	CÂMARA DE AR ARO-14	UN	20,00	MAGION/TR13	20,00	400,00
28	CAMARA DE AR 255/75 R15	UN	8,00	MAGION/CA15	32,00	256,00
29	PROTETOR ARO 25	UN	4,00	K-RUBER	75,00	300,00
30	PROTETOR ARO 24	UN	12,00	K-RUBER	27,00	324,00
31	PROTETOR ARO 20 - RADIAL	UN	60,00	K-RUBER	17,50	1.050,00
32	CAMARA DE AR 205/75 R16	UN	6,00	MAGION/CA16	32,00	192,00
Valor Total Registrado					28.312,00	

**EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 2015.47.9816**  
de 24 de agosto de 2015

FORNECEDOR: JOAÇABA PNEUS LTDA, situada na BR 282, KM 392, BAIRRO: VILA REMOR, CEP: 89.600-000, município de JOAÇABA-SC, inscrita no CNPJ sob n. 84.587.245/0010-48 e no Cadastro de Contribuintes Estaduais n. 250.454.165, representado pelo(a) Senhor (a) IONE SÜHNEL DESS, CPF:826.311.589-20.

Item	Descrição	Ref.	Qtde	Marca	Valor Unitário	Valor Total
3	PNEUS 1.400 X 24 - E3 20 LONAS	UN	20,00	PIRELLI LM 95	3.725,00	74.500,00
7	PNEUS 1.000 X 20 BORRACHUDO - 16 LONAS	UN	12,00	PIRELLI RT 59	840,00	10.080,00
9	Pneu 1.000 R 20 liso 16 lonas	UN	10,00	PIRELLI FG 85	1.137,00	11.370,00
11	Pneu 245/70 R16 misto S113/110	UN	8,00	PIRELLI ATR	506,00	4.048,00
14	Pneu 255 / 75 R 15	UN	8,00	PIRELLI ATR	385,00	3.080,00
15	Pneu 205 / 75 R 14	UN	4,00	PIRELLI CHRONO	355,00	1.420,00
16	Pneu 205 / 75 R 16, aplicação para veículo master	UN	30,00	PIRELLI CHRONO	395,00	11.850,00
19	CÂMARA DE AR 18.4 X 34	UN	4,00	PIRELLI	240,00	960,00
25	CÂMARA DE AR 750 X 16- BICO RETO	UN	4,00	PIRELLI	34,00	136,00
33	PNEU 185 / 70 R-14	UN	10,00	PIRELLI P 1	198,00	1.980,00
35	Pneu 10 x 16.5 - 10 lona- mini-carregadeira BOB-CAT	UN	10,00	PIRELLI PN 16	585,00	5.850,00
36	Pneu 19,5 L X 24-12 Lonas- Tração retroescavadeira	UN	6,00	PIRELLI PN12	1.919,00	11.514,00
38	Pneu 1,85 x 65 R-15	UN	12,00	PIRELLI P1	249,00	2.988,00
Valor Total Registrado					139.776,00	

**EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 2015.47.9817**  
de 24 de agosto de 2015

FORNECEDOR: PNEULOG COMÉRCIO DE PNEUMÁTICOS EIRELI - ME, situada na RUA BARÃO DO RIO BRANCO, Nº 255, BAIRRO: CENTRO, CEP: 89.820-000, Município de XANXERÊ-SC, inscrita no CNPJ sob n. 17.092.175/0001-79 e no Cadastro de Contribuintes Estaduais n. 256.875.936, representado pelo(a) Senhor (a) RAFAEL LUIZ MORETTO VICINI, CPF:006.979.279-89.

Item	Descrição	Ref.	Qtde	Marca	Valor Unitário	Valor Total
10	Pneus 23.1 x 26 12 lonas para rolo compactador	UN	2,00	GOODYEAR	2.479,00	4.958,00
Valor Total Registrado					4.958,00	

As atas retrocitadas possuem vigência de 12 (doze) meses.

**ATA DE REUNIÃO DAS PROPOSTAS DO PL 47, PP 21 -2015/PM**

<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM</b>	<b>PREGÃO PRESENCIAL</b> <b>Nr.: 21/2015 - PR</b>
<b>CNPJ:</b> 82.814.575/0001-02 <b>AV. DOM PEDRO II, 230</b> <b>C.E.P.: 89790-000 - Ipumirim - SC</b>	<b>Processo Administrativo:</b> <b>Processo de Licitação:</b> 47/2015 <b>Data do Processo:</b> 05/08/2015
	Folha: 1/3

**OBJETO DA LICITAÇÃO:**

Registro de preço para possível aquisição de pneus novos, câmaras e protetores com a Certificação do Inmetro, para utilização na frota municipal.

**ATA DE REUNIÃO DE JULGAMENTO DE PROPOSTAS Nr. 28/2015 (Sequência: 4)**

Ao(s) 20 de Agosto de 2015, às 09:00 horas, na sede da(o) PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM, reuniram-se os membros da Comissão de Licitação, designada pela(o) Decreto nº 1644/2009, para julgamento das propostas de preço das proponentes habilitadas para fornecimento e/ou execução dos itens descritos no Processo Licitatório nº 47/2015, Licitação nº 21/2015 - PR, na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL.

Inicialmente procedeu-se a leitura do teor das propostas para estudo e análise de preço e outros fatores previstos no edital. Logo após julgadas as propostas, a comissão emitiu o parecer discriminando o(s) vencedor(es), conforme segue abaixo:

**Parecer da Comissão:** Aos vinte dias do mês de agosto de 2015, às nove horas, o Pregoeiro Laudecir Frâncio e a servidora Jucilene Goldoni Caliani, membros da Equipe de Apoio, designados pelo Decreto nº 1644/2009, deram abertura ao julgamento dos envelopes de Proposta Comercial e Documentação de Habilitação, referentes à Licitação em epígrafe. Apresentaram-se para participar do certame as empresas: PNEULOG COMÉRCIO DE PNEUMÁTICOS EIRELI - ME, JOAÇABA NEUS LTDA, DISTRIBUIDORA VEÍCULAR LTDA neste ato sem representante presente, IRMÃOS FLACH LTDA, FVA - MATERIAL DE BORRACHARIA LTDA neste ato sem representante presente, COPAL COMÉRCIO DE PNEUS E ACESSÓRIOS LTDA, MODELO PNEUS LTDA e BELLENZIER PNEUS LTDA. A empresa DISTRIBUIDORA VEÍCULAR LTDA encaminharam os envelopes contendo a documentação de habilitação e proposta comercial pelo correio via sedex. Aberta a sessão pública pelo Pregoeiro, o mesmo solicitou que os representantes apresentassem a documentação comprobatória de posse de poderes para representar suas empresas e ofertar lances verbais, nos termos do item 3.4 e seus subitens, do Edital. Assim fez o Srº ORESTES SPADARI procurador da empresa MODELO PNEUS LTDA, o Srº STEVAN AUGUSTO PANISSON procurador da empresa COPAL COMÉRCIO DE PNEUS E ACESSÓRIOS LTDA, o Srº HERLON RICARDO SATO procurador da empresa BELLENZIER PNEUS LTDA, o Srº CLAUDEMIR SCHAFFER representante credenciado da empresa JOAÇABA NEUS LTDA, o Srº BERNARDO ANDRES FLACH sócio proprietário da empresa IRMÃOS FLACH LTDA e o Srº VINÍCIOS AGOSTINI representante credenciado da empresa PNEULOG COMÉRCIO DE PNEUMÁTICOS EIRELI - ME. Indagados pelo pregoeiro sobre a opção de Microempresa, somente as empresas: IRMÃOS FLACH LTDA e PNEULOG COMÉRCIO DE PNEUMÁTICOS EIRELI - ME se credenciaram como Microempresa ou empresa de Pequeno Porte. Na sequência, foi observado a apresentação da declaração de cumprimento do disposto no inciso VII do art. 4º da Lei 10.520/2002, ou seja, apresentar declaração verbal ou escrita de que cumprem plenamente os requisitos de habilitação, assim sendo, todas as empresas apresentaram a declaração na forma escrita. Ato contínuo foi aberto o envelope nº 1 - Proposta Comercial o qual foi rubricado pelo Pregoeiro, a equipe de apoio e os representantes legais das licitantes. Na análise da proposta constatou-se que as empresas apresentaram as propostas conforme exigências do presente Edital, estando habilitadas para as fases seguintes do certame. Por conseguinte, o Pregoeiro deu início à fase dos lances verbais, os quais estão registrados em planilhas anexo ao presente auto. Porém a empresa PNEULOG COMÉRCIO DE PNEUMÁTICOS EIRELI - ME não apresentou Certificado nos itens 01, 02, 17 a 32 e 37, conforme solicitação do item 4.2.7 do edital. A empresa COPAL COMÉRCIO DE PNEUS E ACESSÓRIOS LTDA não apresentou Certificado do IBAMA conforme solicitação do item 4.2.7 do edital. A empresa JOAÇABA PNEUS LTDA foi desclassificada nos itens 06, 08 e 40, a empresa PNEULOG COMÉRCIO DE PNEUMÁTICOS EIRELI - ME foi desclassificada nos itens 08, 39 e 40, a empresa DISTRIBUIDORA VEÍCULAR foi desclassificada nos itens 08, 39 e 40, a empresa IRMÃOS FLACH foi desclassificada nos itens 17, 21, 24 e 27, todas por não atender a descrição conforme anexo III do edital. O representante da empresa COPAL COMÉRCIO DE PNEUS E ACESSÓRIOS LTDA o Srº STEVAN AUGUSTO PANISSON se ausentou do presente certame, antes da conclusão da fase dos lances. Ato contínuo procedeu-se à abertura do Envelope nº 2 - Documentação de habilitação das licitantes vencedoras, sendo que os documentos neles contidos foram conferidos e rubricados pelo Pregoeiro, a equipe de apoio e os representantes legais das licitantes. Na análise da documentação, constatou-se que as empresas apresentaram a documentação conforme o presente Edital. Após análise criteriosa da documentação do presente certame, pelos participantes presentes, as partes não manifestaram qualquer objeção, inclusive quanto ao interesse de recorrer, renunciando de forma expressa este último. Deixada a palavra livre, ninguém mais fez uso da mesma, nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão, com a presente Ata aprovada e assinada pelo Pregoeiro, a equipe de apoio e os representantes legais das empresas presente ao final da sessão.

**Participante:** 7800 - BELLENZIER PNEUS LTDA

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
1	PNEUS 17.5 X 25 - 16 LONAS L3 aplicação de tração de pá carregadeira	UN	10,00	Titan ND LCM	0,0000	2.990,00	29.900,00
4	Pneu 18.4 X 34 12 lonas - aplicação tração trator agrícola	UN	2,00	Goodyear Dyna Torque	0,0000	2.220,00	4.440,00
6	Pneu 12.5/80 X 18 12 lonas - aplicação dianteiro de retroscavadeira 4x4.	UN	6,00	Goodyear SGL	0,0000	1.080,00	6.480,00
12	PNEUS 175/70 R 13 - aplicação veículos.	UN	20,00	Kelly Metric Xtra	0,0000	139,60	2.792,00
34	PNEU 205 / 55 R-16, APLICAÇÕES EM VEICULOS LEVES	UN	20,00	Goodyear Eagle Sport	0,0000	274,00	5.480,00

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM**

CNPJ: 82.814.575/0001-02  
 AV. DOM PEDRO II, 230  
 C.E.P.: 89790-000 - Ipumirim - SC

**PREGÃO PRESENCIAL**
**Nr.: 21/2015 - PR**

Processo Administrativo:  
 Processo de Licitação: 47/2015  
 Data do Processo: 05/08/2015

Folha: 2/3

**Participante: 7800 - BELLENZIER PNEUS LTDA**

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
39	Pneus 295/80 R 22,5, com as seguintes características: índice de carga mínimo 152/148.- Desenho da banda de rodagem próprio p/ rodas direcionais e uso em piso misto/chão conforme Pirelli FG85, Firestone T819, Michelin XY22 ou similar. Aplicação: caminhões VW 31-320 e MB	UN	6,00	Goodyear G386	0,0000	1.305,00	7.830,00

**Total do Participante —> 56.922,00**
**Participante: 7825 - MODELO PNEUS LTDA**

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
8	Pneu 1.000 R 20 borrachudo 16 lonas misto para chão, com no mínimo de 23.0mm de profundidade do sulco da borracha da banda de rodagem capacidade de carga H ou D, aplicação tração de caminhões.	UN	40,00	FIRESTONE	0,0000	1.320,00	52.800,00
13	Pneu 175 / 70 R 14, aplicação veículos leve.	UN	30,00	SEIBERLING	0,0000	183,90	5.517,00
40	Pneu 295/80 R22.5 PNEU RADIAL TRAÇÃO PARA CAMINHÕES OFF ROAD - índice de carga mínimo 152/148.- Desenho da banda de rodagem próprio p/ rodas de tração e uso em OFF ROAD conforme Firestone T831, Michelin XDY2 ou similar. Aplicação: caminhões VW 31.320	UN	12,00	FIRESTONE	0,0000	1.450,00	17.400,00

**Total do Participante —> 75.717,00**
**Participante: 8854 - FVA MATERIAL DE BORRACHARIA LTDA**

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
17	CÂMARA DE AR 17.5 X 25	UN	20,00	QBOM	0,0000	178,00	3.560,00
21	CÂMARA DE AR 12.5/80 X 18	UN	20,00	QBOM	0,0000	88,00	1.760,00
24	Camera de Ar 19.5 x 24	UN	10,00	TORTUGA	0,0000	213,90	2.139,00
37	Camera de Ar 10 x 16.5	UN	15,00	TORTUGA	0,0000	63,50	952,50

**Total do Participante —> 8.411,50**
**Participante: 9815 - IRMÃOS FLACH LTDA**

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
2	PNEUS 1.400 X 24 - G2 16 LONAS DIAGONAL COM PROFUNDIDADE DE ESCULTURA MINIMA DE 24MM NA BANDA DE RODAGEM, APLICAÇÃO TRAÇÃO DE MOTONIVELADORA.	UN	6,00	MAGION/LAVC	0,0000	1.590,00	9.540,00
5	Pneu 14.9 X 24 - 10 lonas - aplicação dianteiro trator agrícola 4x4	UN	4,00	MAGION/FROI R1	0,0000	1.155,00	4.620,00
18	CÂMARA DE AR KM-24	UN	40,00	MAGION/TR22	0,0000	148,00	5.920,00
20	Câmara de ar 14.9 X 24	UN	4,00	MAGION/TR21	0,0000	160,00	640,00
22	Câmara de ar 1.000 R 20	UN	70,00	MAGION/SC132	0,0000	65,00	4.550,00
23	CÂMARA DE AR 900 X 20	UN	4,00	MAGION/SC11	0,0000	55,00	220,00
26	CÂMARA DE AR ARO 13	UN	15,00	MAGION/TR13	0,0000	20,00	300,00
27	CÂMARA DE AR ARO-14	UN	20,00	MAGION/TR13	0,0000	20,00	400,00
28	CAMARA DE AR 255/75 R15	UN	8,00	MAGION/CA1E	0,0000	32,00	256,00
29	PROTETOR ARO 25	UN	4,00	K-RUBER	0,0000	75,00	300,00
30	PROTETOR ARO 24	UN	12,00	K-RUBER	0,0000	27,00	324,00
31	PROTETOR ARO 20 - RADIAL	UN	60,00	K-RUBER	0,0000	17,50	1.050,00
32	CAMARA DE AR 205/75 R16	UN	6,00	MAGION/CA1E	0,0000	32,00	192,00

**Total do Participante —> 28.312,00**
**Participante: 9816 - JOAÇABA PNEUS LTDA**

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
3	PNEUS 1.400 X 24 - E3 20 LONAS DIAGONAL COM PROFUNDIDADE DE ESCULTURA MINIMA DE 24MM DA BANDA DE RODAGEM, APLICAÇÃO TRAÇÃO DA MOTONIVELADORA.	UN	20,00	PIRELLI LM 95	0,0000	3.725,00	74.500,00
7	PNEUS 1.000 X 20 DIAGONAL BORRACHUDO - 16 LONAS MISTO PARA CHÃO COM NO MÍNIMO 19,5mm DE PROFUNDIDADE DO DESENHO DA BANDA DE RODAGEM - aplicação tração caminhões	UN	12,00	PIRELLI RT 59	0,0000	840,00	10.080,00
9	Pneu 1.000 R 20 liso 16 lonas misto para chão capacidade de carga H, aplicação dianteiro caminhões, índice de carga mínimo 146/143.	UN	10,00	PIRELLI FG 85	0,0000	1.137,00	11.370,00
11	Pneu 245/70 R16 misto S113/110	UN	8,00	PIRELLI ATR	0,0000	506,00	4.048,00

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM**

CNPJ: 82.814.575/0001-02  
 AV. DOM PEDRO II, 230  
 C.E.P.: 89790-000 - Ipumirim - SC

**PREGÃO PRESENCIAL**
**Nr.: 21/2015 - PR**

Processo Administrativo:  
 Processo de Licitação: 47/2015  
 Data do Processo: 05/08/2015

Folha: 3/3

**Participante: 9816 - JOAÇABA PNEUS LTDA**

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
14	Pneu 255 / 75 R 15, aplicação caminhonete F1000.	UN	8,00	PIRELLI ATR	0,0000	385,00	3.080,00
15	Pneu 205 / 75 R 14, aplicação para veículo Besta.	UN	4,00	PIRELLI CHRONO	0,0000	355,00	1.420,00
16	Pneu 205 / 75 R 16, aplicação para veículo Master.	UN	30,00	PIRELLI CHRONO	0,0000	395,00	11.850,00
19	CÂMARA DE AR 18.4 X 34	UN	4,00	PIRELLI	0,0000	240,00	960,00
25	CÂMARA DE AR 750 X 16- BICO RETO	UN	4,00	PIRELLI	0,0000	34,00	136,00
33	PNEU 185 / 70 R-14 APLICAÇÕES EM VEICULOS LEVES.	UN	10,00	PIRELLI P 1	0,0000	198,00	1.980,00
35	Pneu 10 x 16.5 - 10 lona- mini-carregadeira BOB-CAT	UN	10,00	PIRELLI PN 16	0,0000	585,00	5.850,00
36	Pneu 19,5 L X 24-12 Lonas- Tração retroescavadeira	UN	6,00	PIRELLI PN12	0,0000	1.919,00	11.514,00
38	Pneu 1,85 x 65 R-15	UN	12,00	PIRELLI P1	0,0000	249,00	2.988,00

**Total do Participante —————> 139.776,00**
**Participante: 9817 - PNEULOG COMÉRCIO DE PNEUMÁTICOS EIRELI - ME**

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
10	Pneus 23.1 x 26 12 lonas para rolo compactador	UN	2,00	GOODYEAR	0,0000	2.479,00	4.958,00

**Total do Participante —————> 4.958,00**
**Total Geral —————> 314.096,50**

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião de julgamento, da qual foi assinada a presente ata pela Comissão de Licitação e pelos representantes das proponentes.

Ipumirim, 20 de Agosto de 2015

**COMISSÃO:**

LAUDECI FRANCIO - ..... - Pregoeiro(a)

JUCILENE GOLDONI CALIARI - ..... - Equipe de Apoio



**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DO PL 47, PP21-2015/PM**

<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM</b>  CNPJ: 82.814.575/0001-02 AV. DOM PEDRO II, 230 C.E.P.: 89790-000 - Ipumirim - SC	<b>PREGÃO PRESENCIAL</b> <b>Nr.: 21/2015 - PR</b>  <b>Processo Administrativo:</b> <b>Processo de Licitação:</b> 47/2015 <b>Data do Processo:</b> 05/08/2015
	Folha: 1/4

**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO**

O(a) Prefeito Municipal, VALDIR ZANELLA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente sob Lei nº 10.520/02 e em face aos princípios ordenados através da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pelo Pregoeiro e sua equipe de apoio, resolve:

01 - HOMOLOGAR a presente Licitação nestes termos:

- a) Processo Nr.: 47/2015  
b) Licitação Nr.: 21/2015-PR  
c) Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL  
d) Data Homologação: 21/08/2015  
e) Objeto da Licitação Registro de preço para possível aquisição de pneus novos, câmaras e protetores com a Certificação do Inmetro, para utilização na frota municipal.

f) Fornecedores e Itens declarados Vencedores (cfe. cotação) (em Reais R\$)

	Unid.	Quantidade	Descto (%)	Preço Unitário	Total do Item
--	-------	------------	------------	----------------	---------------

**BELLENZIER PNEUS LTDA (7800)**

1 PNEUS 17.5 X 25 - 16 LONAS L3 aplicação de tração de pá carregadeira - Marca: Titan ND LCM	UN	10,00	0,0000	2.990,00	29.900,00
4 Pneu 18.4 X 34 12 lonas - aplicação tração trator agrícola - Marca: Goodyear Dyna Torque	UN	2,00	0,0000	2.220,00	4.440,00
6 Pneu 12.5/80 X 18 12 lonas - aplicação dianteiro de retroescavadeira 4x4. - Marca: Goodyear SGL	UN	6,00	0,0000	1.080,00	6.480,00
12 PNEUS 175/70 R 13 - aplicação veículos. - Marca: Kelly Metric Xtra	UN	20,00	0,0000	139,60	2.792,00
34 PNEU 205 / 55 R-16, APLICAÇÕES EM VEICULOS LEVES - Marca: Goodyear Eagle Sport	UN	20,00	0,0000	274,00	5.480,00
39 Pneus 295/80 R 22,5, com as seguintes características: índice de carga mínimo 152/148.- Desenho da banda de rodagem próprio p/ rodas direcionais e uso em piso mistop/chão conforme Pirelli FG85, Firestone T819, Michelin XYZ2 ou similar. Aplicação: caminhões VW 31-320 e MB - Marca: Goodyear G386	UN	6,00	0,0000	1.305,00	7.830,00

**Total do Fornecedor: 56.922,00**

**FVA MATERIAL DE BORRACHARIA LTDA (8854)**

17 CÂMARA DE AR 17.5 X 25 - Marca: QBOM	UN	20,00	0,0000	178,00	3.560,00
---	----	-------	--------	--------	----------

Ipumirim, 21 de Agosto de 2015.

\_\_\_\_\_  
VALDIR ZANELLA  
PREFEITO MUNICIPAL



<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM</b>  CNPJ: 82.814.575/0001-02 AV. DOM PEDRO II, 230 C.E.P.: 89790-000 - Ipumirim - SC	<b>PREGÃO PRESENCIAL</b> <b>Nr.: 21/2015 - PR</b>  Processo Administrativo: Processo de Licitação: 47/2015 Data do Processo: 05/08/2015
	Folha: 2/4

### TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

#### FVA MATERIAL DE BORRACHARIA LTDA (8854)

21	CÂMARA DE AR 12,5/80 X 18 - Marca: QBOM	UN	20,00	0,0000	88,00	1.760,00
24	Camera de Ar 19.5 x 24 - Marca: TORTUGA	UN	10,00	0,0000	213,90	2.139,00
37	Camara de Ar 10 x 16.5 - Marca: TORTUGA	UN	15,00	0,0000	63,50	952,50
<b>Total do Fornecedor:</b>						<b>8.411,50</b>

#### IRMÃOS FLACH LTDA (9815)

2	PNEUS 1.400 X 24 - G2 16 LONAS DIAGONAL COM PROFUNDIDADE DE ESCULTURA MINIMA DE 24MM NA BANDA DE RODAGEM, APLICAÇÃO TRAÇÃO DE MOTONIVELADORA. - Marca: MAGION/LAVORATORE	UN	6,00	0,0000	1.590,00	9.540,00
5	Pneu 14.9 X 24 - 10 lonas - aplicação dianteiro trator agrícola 4x4 - Marca: MAGION/FRONTIERA R1	UN	4,00	0,0000	1.155,00	4.620,00
18	CÂMARA DE AR KM-24 - Marca: MAGION/TR220	UN	40,00	0,0000	148,00	5.920,00
20	Câmara de ar 14.9 X 24 - Marca: MAGION/TR218	UN	4,00	0,0000	160,00	640,00
22	Câmara de ar 1.000 R 20 - Marca: MAGION/ SC132	UN	70,00	0,0000	65,00	4.550,00
23	CÂMARA DE AR 900 X 20 - Marca: MAGION/SC115	UN	4,00	0,0000	55,00	220,00
26	CÂMARA DE AR ARO 13 - Marca: MAGION/TR13	UN	15,00	0,0000	20,00	300,00
27	CÂMARA DE AR ARO-14 - Marca: MAGION/TR13	UN	20,00	0,0000	20,00	400,00
28	CAMARA DE AR 255/75 R15 - Marca: MAGION/CA15	UN	8,00	0,0000	32,00	256,00
29	PROTETOR ARO 25 - Marca: K-RUBER	UN	4,00	0,0000	75,00	300,00
30	PROTETOR ARO 24 - Marca: K-RUBER	UN	12,00	0,0000	27,00	324,00
31	PROTETOR ARO 20 - RADIAL - Marca: K-RUBER	UN	60,00	0,0000	17,50	1.050,00
32	CAMARA DE AR 205/75 R16 - Marca: MAGION/CA16	UN	6,00	0,0000	32,00	192,00
<b>Total do Fornecedor:</b>						<b>28.312,00</b>

#### JOACABA PNEUS LTDA (9816)

3	PNEUS 1.400 X 24 - E3 20 LONAS DIAGONAL COM PROFUNDIDADE DE ESCULTURA MINIMA DE 24MM NA BANDA DE RODAGEM, APLICAÇÃO TRAÇÃO DA MOTONIVELADORA. - Marca: PIRELLI LM 95	UN	20,00	0,0000	3.725,00	74.500,00
7	PNEUS 1.000 X 20 DIAGONAL BORRACHUDO - 16 LONAS MISTO PARA CHÃO COM NO MÍNIMO 19,5mm DE PROFUNDIDADE DO DESENHO DA BANDA DE RODAGEM - aplicação tração caminhões - Marca: PIRELLI RT 59	UN	12,00	0,0000	840,00	10.080,00

Ipumirim, 21 de Agosto de 2015.

\_\_\_\_\_  
VALDIR ZANELLA  
PREFEITO MUNICIPAL

<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM</b>  CNPJ: 82.814.575/0001-02 AV. DOM PEDRO II, 230 C.E.P.: 89790-000 - Ipumirim - SC	<b>PREGÃO PRESENCIAL</b> <b>Nr.: 21/2015 - PR</b>  Processo Administrativo: Processo de Licitação: 47/2015 Data do Processo: 05/08/2015
	Folha: 3/4

### TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

#### JOAÇABA PNEUS LTDA (9816)

9 Pneu 1.000 R 20 liso 16 lonas misto para chão capacidade de carga H, aplicação dianteiro caminhões, índice de carga mínimo 146/143, - Marca: PIRELLI FG 85	UN	10,00	0,0000	1.137,00	11.370,00
11 Pneu 245/70 R16 misto S113/110 - Marca: PIRELLI ATR	UN	8,00	0,0000	506,00	4.048,00
14 Pneu 255 / 75 R 15, aplicação caminhonete F1000, - Marca: PIRELLI ATR	UN	8,00	0,0000	385,00	3.080,00
15 Pneu 205 / 75 R 14, aplicação para veículo Besta, - Marca: PIRELLI CHRONO	UN	4,00	0,0000	355,00	1.420,00
16 Pneu 205 / 75 R 16, aplicação para veículo Master, - Marca: PIRELLI CHRONO	UN	30,00	0,0000	395,00	11.850,00
19 CÂMARA DE AR 18.4 X 34 - Marca: PIRELLI	UN	4,00	0,0000	240,00	960,00
25 CÂMARA DE AR 750 X 16- BICO RETO - Marca: PIRELLI	UN	4,00	0,0000	34,00	136,00
33 PNEU 185 / 70 R-14 APLICAÇÕES EM VEICULOS LEVES, - Marca: PIRELLI P 1	UN	10,00	0,0000	198,00	1.980,00
35 Pneu 10 x 16,5 - 10 lona- mini-carregadeira BOB-CAT - Marca: PIRELLI PN 16	UN	10,00	0,0000	585,00	5.850,00
36 Pneu 19,5 L X 24-12 Lonas- Tração retroescavadeira - Marca: PIRELLI PN12	UN	6,00	0,0000	1.919,00	11.514,00
38 Pneu 1,85 x 65 R-15 - Marca: PIRELLI P1	UN	12,00	0,0000	249,00	2.988,00
<b>Total do Fornecedor:</b>				<b>139.776,00</b>	

#### MODELO PNEUS LTDA (7825)

8 Pneu 1.000 R 20 borrachudo 16 lonas misto para chão, com no mínimo de 23.0mm de profundidade do sulco da borracha da banda de rodagem capacidade de carga H ou D, aplicação tração de caminhões, - Marca: FIRESTONE	UN	40,00	0,0000	1.320,00	52.800,00
13 Pneu 175 / 70 R 14, aplicação veículos leve, - Marca: SEIBERLING	UN	30,00	0,0000	183,90	5.517,00
40 Pneu 295/80 R22,5 PNEU RADIAL TRAÇÃO PARA CAMINHÕES OFF ROAD - índice de carga mínimo 152/148, - Desenho da banda de rodagem próprio p/ rodas de tração e uso em OFF ROAD conforme Firestone T831, Michelin XDY2 ou similar, Aplicação: caminhões VW 31.320 - Marca: FIRESTONE	UN	12,00	0,0000	1.450,00	17.400,00
<b>Total do Fornecedor:</b>				<b>75.717,00</b>	

#### PNEULOG COMÉRCIO DE PNEUMÁTICOS EIRELI - ME (9817)

10 Pneus 23.1 x 26 12 lonas para rolo compactador - Marca: GOODYEAR	UN	2,00	0,0000	2.479,00	4.958,00
<b>Total do Fornecedor:</b>				<b>4.958,00</b>	
<b>Total Geral:</b>				<b>314.096,50</b>	

Ipumirim, 21 de Agosto de 2015.

\_\_\_\_\_  
VALDIR ZANELLA  
PREFEITO MUNICIPAL

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM**

CNPJ: 82.814.575/0001-02  
AV. DOM PEDRO II, 230  
C.E.P.: 89790-000 - Ipumirim - SC

**PREGÃO PRESENCIAL**  
**Nr.: 21/2015 - PR**

Processo Administrativo:  
Processo de Licitação: 47/2015  
Data do Processo: 05/08/2015

Folha: 4/4

**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO**

Ipumirim, 21 de Agosto de 2015.

\_\_\_\_\_  
VALDIR ZANELLA  
PREFEITO MUNICIPAL

# Irineópolis

## PREFEITURA

### DECRETO N.º 2.848/2015

DECRETO Nº 2.848, DE 20 DE AGOSTO DE 2015.

Dispõe sobre o horário de funcionamento do expediente nos órgãos e entidades da Administração Pública Direta do Poder Executivo Municipal, e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IRINEÓPOLIS, cidadão JULIANO POZZI PEREIRA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 65, incisos VII e IX da Lei Orgânica Municipal, e

Considerando, que a carga horária semanal normal dos servidores municipais de Irineópolis, ficou definida pelo seu Plano de Cargos e Salários (Lei Complementar nº 057/2012) como sendo de 44 (quarenta e quatro), 40 (quarenta), 30 (trinta) e 22 (vinte e duas) horas semanais conforme a necessidade do cargo;

Considerando, que a variação da carga horária poderá ocorrer a qualquer tempo, por ato do Chefe do Poder Executivo, devidamente fundamentado em razões de interesse público e premente necessidade;

Considerando que a constante busca pela complexão entre horário de trabalho e controle de gastos no serviço público constitui-se preocupação permanente no dia-a-dia do Gestor Público; e

Considerando por fim, que mesmo com carga horária reduzida, porém aliada ao esforço redobrado dos servidores, os serviços prestados administrativamente ao Município e a sua população como um todo, não sofrerão solução de continuidade;

#### DECRETA:

Art. 1º O horário de funcionamento do expediente nos órgãos e entidades da administração Pública Direta do Poder Executivo, a partir de 01 de setembro de 2015 e até disposição em contrário, será das 08h30m às 11h30m e das 13h00m às 17h00m, de segunda a quinta-feira.

§ 1º Durante a jornada fixada no caput deverão ser desenvolvidas as atividades consideradas internas e de atendimento ao público.

§ 2º O horário de que trata este artigo aplicar-se-á a todos aqueles que, indistintamente, executem atividades laborais no âmbito das Secretarias Municipal da Administração, Agricultura, Desenvolvimento Comunitário, Desenvolvimento Econômico, Fazenda, Infraestrutura, Saúde, e expediente administrativo da Secretaria Municipal da Educação.

Art. 2º Somente mediante autorização expressa do Prefeito do Município, os órgãos e entidades do Poder Executivo Municipal poderão estabelecer outro horário de expediente e funcionamento.

Parágrafo único. O pedido de que trata o caput deverá ser assinado pelo dirigente máximo do órgão ou entidade e estar acompanhado de:

I - justificativa da impossibilidade de adequar a prestação do serviço da unidade ao horário estipulado neste Decreto;

II - análise prévia da Secretaria Municipal da Administração.

Art. 3º Serão mantidos às sextas feiras todos os serviços prioritários e essenciais de atendimento à saúde e bem estar social da população.

§ 1º A Secretaria Municipal da Saúde realizará escala de revezamento entre equipes da ESF, formada pelos profissionais de saúde vinculados ao órgão, com a finalidade de manter os atendimentos a população do Município, a serem realizados junto ao Hospital

Municipal Bom Jesus.

§ 2º Deverá ser mantido atendimento de plantão junto ao CRAS, com a finalidade de dar andamento a questões de ordem emergencial, a ser realizado intercaladamente por servidor (a) da Secretaria Municipal do Desenvolvimento Comunitário, através de escala prévia.

Art. 4º Os serviços mencionados no artigo anterior, serão realizados por servidores escalados pelas respectivas secretarias, sem o cômputo das horas como extraordinárias e sem direito a compensação com folgas anteriores ou posteriores a realização.

Art. 5º A modificação da jornada semanal de trabalho definida por este Decreto não implica em alteração da remuneração do servidor público ou do empregado público.

Art. 6º Eventuais horas extraordinárias realizadas até a presente data por servidores, em campanhas de interesse comunitário ou atividades excedentes, terão sua compensação com as dispensas autorizadas por este Decreto, tornando-se nulas para requerimentos posteriores.

Art. 7º Fica suspensa a concessão de abono assiduidade aos servidores enquadrados nas disposições deste Decreto, excetuando-se, porém, os profissionais vinculados à área da Educação e aqueles enquadrados no art. 10, supra, e que se mantiverem em atividades contínuas no período de vigência deste ato.

Art. 8º Fica vedada, a mudança de carga horária prevista para os profissionais do Magistério Público Municipal e demais servidores vinculados a Secretaria Municipal da Educação, com exceção dos serviços administrativos internos da própria Secretaria.

Art. 9º A inobservância a este Decreto implicará ao servidor e a seu superior imediato as sanções previstas na Lei Complementar nº 01/97, de 30 de dezembro de 1997.

Art. 10 O disposto neste Decreto não se aplica a servidor público ou empregado público que desempenha suas funções:

I – em regime de plantão;

II – em regime de escala;

III – em unidade escolar;

IV – em unidade socioeducativa;

V – em unidades assistenciais à saúde com atendimento 24 horas;

VI – no transporte escolar;

Art. 11 O ocupante de cargo em comissão ou função de confiança submete-se a regime integral de dedicação ao serviço, podendo ser convocado sempre que houver interesse da Administração.

Art. 12 O servidor público da Administração Direta, enquadrado nas disposições deste Decreto, sempre que a necessidade do serviço exigir e, desde que convocado pelo Prefeito Municipal ou por seu superior imediato, deverá cumprir a jornada de trabalho também às sextas-feiras, sem a percepção de remuneração extraordinária e sem o privilégio de compensação do horário trabalhado por dias de folga.

Art. 13 Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 01 de setembro de 2015.

Prefeitura Municipal de Irineópolis (SC), 20 de Agosto de 2015.

JULIANO POZZI PEREIRA

Prefeito Municipal.

**DECRETO N.º 2.849/2015**

Decreto nº 2.849/2015

DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR ANULAÇÃO E CONTÉM PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão JULIANO POZZI PEREIRA, no uso das atribuições que lhe são conferido e autorizado pela Lei nº 1.828 de 17 de dezembro de 2014, conforme art.11,

**DECRETA:**

Art. 1º - Fica suplementada parcialmente no Orçamento próprio da Prefeitura Municipal de Irineópolis, no exercício corrente, a dotação a seguir especificada no montante de R\$ 500,00 (Quinhentos reais).

01 – PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEÓPOLIS		
02 – PODER EXECUTIVO		
05 – SECRETARIA DA EDUCAÇÃO		
2.005 – Despesas não consideradas nos índices legais - Educação		
3.3.90.00.00.00.00.0100 (160)	Aplicações Diretas	R\$ 500,00

Art. 2º - Por conta da anulação prevista no artigo anterior, fica suplementada a dotação a seguir especificada:

01 – PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEÓPOLIS		
02 – PODER EXECUTIVO		
05 – SECRETARIA DA EDUCAÇÃO		
2.005 – Despesas não consideradas nos índices legais - Educação		
4.4.90.00.00.00.00.0100 (161)	Aplicações Diretas	R\$ 500,00

Art. 3º - Fica suplementada parcialmente no Orçamento próprio da Prefeitura Municipal de Irineópolis, no exercício corrente, a dotação a seguir especificada no montante de R\$ 16.309,30 (Dezesseis mil e trezentos e nove reais e trinta centavos).

01 – PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEÓPOLIS		
02 – PODER EXECUTIVO		
10 – SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO		
2.020 – Manutenção de Programas de Assistência Social		
3.3.90.00.00.00.00.0100 (127)	Aplicações Diretas	R\$ 16.309,30

Art. 4º - Por conta da anulação prevista no artigo anterior, fica suplementada a dotação a seguir especificada:

01 – PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEÓPOLIS		
02 – PODER EXECUTIVO		
10 – SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO		
2.020 – Manutenção de Programas de Assistência Social		
3.3.90.00.00.00.00.0100 (167)	Aplicações Diretas	R\$ 16.309,30

Art. 5º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, em 25 de agosto de 2015.

JULIANO POZZI PEREIRA

Prefeito Municipal

**DECRETO N.º 2.850/2015**

Decreto nº 2.850/2015.

DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão JULIANO POZZI PEREIRA, no uso das atribuições que lhe são conferidas e autorizadas pela Lei nº 1.828 de 17 de dezembro de 2014, conforme art.11,

**DECRETA:**

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a suplementar no Orçamento Geral da Prefeitura, no exercício corrente,

a dotação a seguir especificada, no montante de R\$ 2.400,00 (Dois mil e quatrocentos reais), conforme discriminação seguinte:

01 – PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEÓPOLIS		
02 – PODER EXECUTIVO		
05 – SECRETARIA DA EDUCAÇÃO		
2.008 – Ensino Fundamental para Jovens e Adultos		
3.3.90.00.00.00.00.00.3308 (49)	Aplicações Diretas	R\$ 2.400,00
T O T A L .....		R\$ 2.400,00

Art. 2º - Para dar face ao crédito suplementar acima citado serão utilizados recursos do excesso de arrecadação na fonte de recursos 3308 – Programa Educação de Jovens e Adultos - PEJA.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, em 25 de agosto de 2015.

JULIANO POZZI PEREIRA

Prefeito Municipal

**EXTRATO DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 10/2015 - DECLARAÇÃO - FMS**

Processo Licitatório nº. 10/2015

Inexigibilidade de Licitação nº. 03/2015

Comissão Permanente de Licitações

DECLARAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Irineópolis, através do presidente da Comissão Permanente de Licitações, declara que o Exmo. Sr. Prefeito Municipal, nos termos do artigo 25, caput da Lei nº. 8.666/93, conforme consta do Processo de Licitação nº. 10/2015, declarou a inexigibilidade de licitação, para a contratação da empresa Prestadora de Serviços de Clínica Médica M.V. Ltda - ME, conforme documentação constante dos autos, com o objetivo de prestar serviços de consultas médicas, de acordo com a autorização da Secretaria Municipal de Saúde.

A presente declaração encontra-se plenamente fundamentada, consoante se denota da justificativa elaborada pela Comissão de Licitações, bem como em razão dos documentos que instruíram o processo.

Nos termos do art. 109, da Lei nº. 8.666/93, fica aberto o prazo de 05 (cinco) dias úteis para a apresentação de recurso, representação ou impugnação.

Irineópolis (SC), 25 de Agosto de 2015.

ROSANI RODRIGUES DA SILVA MISCHKA

Presidente da Comissão Permanente de Licitações

Portaria 539/2014

**EXTRATO DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 10/2015 - JUSTIFICATIVA - FMS**

JUSTIFICATIVA DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

Ref.: Processo Administrativo de Inexigibilidade de Licitação nº 10/2015

CARACTERIZAÇÃO DA SITUAÇÃO: O Município de Irineópolis necessita CREDENCIAR EMPRESAS PARA CONTRATAÇÃO DO TIPO CONSULTAS, NA ESPECIALIDADE DE PEDIATRIA, PARA ATENDIMENTO AOS USUÁRIOS DAS UNIDADES DE SAÚDE DO MUNICÍPIO.

Item	Quantidade (mês)	Quantidade (Ano)	Unidade	Descrição dos serviços	Valor unitário R\$	Valor total para 12 meses
01	240	2.880	Unidade	Consulta médica de cardiologia	80,00	230.400,00

**RAZÃO DA ESCOLHA:** A escolha pelo Processo Licitatório de Inexigibilidade de Licitação possui previsão na Lei Federal 8.666/93, em seu artigo 25, caput, artigo 34, Paragrafo 1º e 2º, artigo 35 e artigo 37. O credenciamento ocorre nas situações em que a Administração não pretende contratar uma empresa ou um número limitado delas(es), mas todas(os) as(os) que tiverem interesse. Nesse sentido, não há relação de exclusão, o que, por sua vez, inviabiliza a competição. A contratação por inexigibilidade de licitação, mediante sistema de credenciamento, cuja convocação é aberta a todos os profissionais interessados na prestação do serviço, implica a contratação daqueles que tiverem interesse e que satisfaçam as condições exigidas no edital.

**FUNDAMENTO LEGAL:** Amparado no artigo 25, caput, artigo 34, §§ 1º e 2º, artigo 35 e artigo 37, da Lei Federal nº 8.666/93, consolidada, justifica-se o presente certame através de inexigibilidade de licitação porquanto resta caracterizada a inviabilidade de competição na medida em que a Administração Pública pretende contratar todos os profissionais e pessoas jurídicas que satisfaçam os requisitos e que expressamente acatem as condições do poder público. A contratação da empresa Prestadora de Serviços de Clínica Médica M.V. Ltda - ME, dar-se-á pelo período de 01(um) ano, podendo ser prorrogada, por sucessivos períodos, até o limite de 60 (sessenta) meses, se houver interesse das partes, tudo nos termos do que autoriza o art. 57, II da Lei 8666/93.

É a justificativa que submetemos à apreciação de Vossa Excelência.

Irineópolis, 25 de agosto de 2015.

ROSANI RODRIGUES DA SILVA MISCHKA

Presidente da Comissão Permanente de Licitações

Portaria 539/2014

#### **EXTRATO DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº10/2015 - DESPACHO - FMS**

DESPACHO DO PREFEITO MUNICIPAL

Ref.: Processo Licitatório n.º 10/2015

Inexigibilidade de Licitação n.º 03/2015

Objeto: CREDENCIAMENTO DE EMPRESAS PARA CONTRATAÇÃO DO TIPO CONSULTAS, NAS ESPECIALIDADES DE CARDIOLOGIA, OFTALMOLOGIA, OTORRINOLARINGOLOGIA E PEDIATRIA, DESTINADOS AO ATENDIMENTO NAS UNIDADES DE SAÚDE DO MUNICÍPIO.

Aprovo a justificativa da Comissão Permanente de Licitações, constante do processo administrativo em epígrafe, para nos termos do artigo 25, caput da Lei nº. 8.666/93, declarar a Inexigibilidade de licitação para contratação da empresa, Prestadora de Serviços de

Clínica Médica M.V. Ltda - ME, para CREDENCIAMENTO DE EMPRESAS PARA CONTRATAÇÃO DO TIPO CONSULTAS, NA ESPECIALIDADE DE PEDIATRIA, PARA ATENDIMENTO AOS USUÁRIOS DAS UNIDADES DE SAÚDE DO MUNICÍPIO.

A empresa se compromete em fornecer o serviço ao qual se credenciou, de acordo com o especificado no edital e Termo de Referência, de acordo com solicitação e autorizado pela Secretaria de Saúde. O processo em epígrafe encontra respaldo legal no artigo supra citado, sendo Prestadora de Serviços de Clínica Médica M.V. Ltda - ME, a primeira a encaminhar os documentos necessários dentro da especialidade de Pediatria, de acordo com os solicitados no Processo Licitatório 06/2015 – Credenciamento 01/2015.

Conforme consta dos autos, o valor do contrato será conforme valores fixados no processo de credenciamento e de acordo com os itens no qual a empresa pediu o seu credenciamento. O valor a ser pago será conforme relatório enviado pela Secretaria da Saúde, informando a quantidade de consultas efetuadas durante o mês. Cumpra-se.

Irineópolis, 25 de agosto de 2015.

Juliano Pozzi Pereira

Prefeito Municipal

#### **EXTRATO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 07/2015 - HMBJ**

HOSPITAL MUNICIPAL BOM JESUS

ESTADO DE SANTA CATARINA

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 07/2015

TOMADA DE PREÇOS Nº 01/2015

O hospital Municipal Bom Jesus de Irineópolis, torna público para conhecimento dos interessados que realizará no dia 21 de setembro às 09:00 horas, Processo Licitatório na Modalidade de Tomada de Preços, com critério de adjudicação Menor Preço Global de acordo com a Lei nº 10.520/02, visando a contratação de profissional médico para assumir a responsabilidade técnica do Hospital Municipal Bom Jesus. O Edital de Licitação encontra-se a disposição dos interessados no Departamento de Compras e Licitações, no horário das 08:00 às 12:00 e das 13:00 às 17:00 hrs, sito a Rua Paraná, 168, Centro - -Irineópolis – SC, fone (47) 3625 1122 e no site [www.irineopolis.sc.gov.br](http://www.irineopolis.sc.gov.br)

WIANEY DE CASSIA OLIVEIRA GODOY TELES DOS SANTOS

Presidente HMBJ

Irineópolis, 25 de agosto de 2015.

---

### **HOSPITAL BOM JESUS**

---

#### **TOMADA DE PREÇOS Nº 01/2015**

HOSPITAL MUNICIPAL BOM JESUS

ESTADO DE SANTA CATARINA

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 07/2015

TOMADA DE PREÇOS Nº 01/2015

O hospital Municipal Bom Jesus de Irineópolis, torna público para conhecimento dos interessados que realizará no dia 21 de setembro às 09:00 horas, Processo Licitatório na Modalidade de Tomada de Preços, com critério de adjudicação Menor Preço Global de acordo com a Lei nº 10.520/02, visando a contratação de profissional médico para assumir a responsabilidade técnica do Hospital Municipal Bom Jesus. O Edital de Licitação encontra-se a disposição dos interessados no Departamento de Compras e Licitações, no horário das 08:00 às 12:00 e das 13:00 às 17:00 hrs, sito a Rua Paraná, 168, Centro - -Irineópolis – SC, fone (47) 3625 1122 e no site [www.irineopolis.sc.gov.br](http://www.irineopolis.sc.gov.br)

WIANEY DE CASSIA OLIVEIRA GODOY TELES DOS SANTOS

Presidente HMBJ

Irineópolis, 25 de agosto de 2015.



# Itá

## PREFEITURA

### PROJETOS IDOSOS

Município de Itá – SC  
Fundo Municipal de Direito do Idoso  
Conselho Municipal dos Direitos do Idoso  
Projeto aprovado pelo Conselho Municipal dos Direitos do Idoso

Número do projeto: 004/ 2015  
Proponente: Município de Itá – CNPJ: 83.024.240/0001-53  
Fundo Municipal de Direito do Idoso – CNPJ: 20.963.037/0001-22  
Título: Projeto Manutenção de atividades sociais, educativas e culturais nos Grupos de Convivência da Terceira Idade no Município de Itá – SC.  
Valor aprovado: R\$ 128.487,53  
Data de aprovação: 01/07/2015  
Número da ata: 016/2015

Itá – SC, 24 de agosto de 2015.  
Altair Schwingel  
Presidente do Conselho Municipal

Tania Maria Valmorbida  
Gestora do Fundo Municipal

### PROJETOS IDOSOS

Município de Itá – SC  
Fundo Municipal de Direito do Idoso  
Conselho Municipal dos Direitos do Idoso  
Projeto aprovado pelo Conselho Municipal dos Direitos do Idoso

Número do projeto: 003/ 2015  
Proponente: Município de Itá – CNPJ: 83.024.240/0001-53  
Fundo Municipal de Direito do Idoso – CNPJ: 20.963.037/0001-22  
Título: Projeto Canta Feliz Idade  
Valor aprovado: R\$ 23.000,00  
Data de aprovação: 06/05/2015  
Número da ata: 014/2015

Itá – SC, 24 de agosto de 2015.  
Altair Schwingel  
Presidente do Conselho Municipal

Tania Maria Valmorbida  
Gestora do Fundo Municipal

### PROJETOS IDOSOS

Município de Itá – SC  
Fundo Municipal de Direito do Idoso  
Conselho Municipal dos Direitos do Idoso

Projeto aprovado pelo Conselho Municipal dos Direitos do Idoso

Número do projeto: 002/ 2015  
Proponente: Município de Itá – CNPJ: 83.024.240/0001-53  
Fundo Municipal de Direito do Idoso – CNPJ: 20.963.037/0001-22  
Título: Projeto Viver Bem na Terceira Idade: atividades físicas orientadas em academias ao ar livre.  
Valor aprovado: R\$ 75.668,38  
Data de aprovação: 06/05/2015  
Número da ata: 014/2015

Itá – SC, 24 de agosto de 2015.  
Altair Schwingel  
Presidente do Conselho Municipal

Tania Maria Valmorbida  
Gestora do Fundo Municipal

### PROJETOS IDOSOS

Município de Itá – SC  
Fundo Municipal de Direito do Idoso  
Conselho Municipal dos Direitos do Idoso

Projeto aprovado pelo Conselho Municipal dos Direitos do Idoso

Número do projeto: 001/ 2015  
Proponente: Município de Itá – CNPJ: 83.024.240/0001-53  
Fundo Municipal de Direito do Idoso – CNPJ: 20.963.037/0001-22  
Título: Projeto Qualidade de Vida na Terceira Idade – Ginástica e Hidroginástica.  
Valor aprovado: R\$ 37.875,00  
Data de aprovação: 06/05/2015  
Número da ata: 014/2015

Itá – SC, 24 de agosto de 2015.  
Altair Schwingel  
Presidente do Conselho Municipal

Tania Maria Valmorbida  
Gestora do Fundo Municipal



# Itaiópolis

## FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ITAIÓPOLIS

### AVISO DE LICITAÇÃO Nº 28/2015

Processo Licitatório nº 28/2015, Pregão Presencial nº 28/2015; Objeto: Registro de Preços para aquisição de Materiais e Equipamentos de Informática para uso, e distribuição nas Unidades Sanitárias , ESF's, ACS e da Farmácia Básica da Secretaria Municipal da Saúde de Itaiópolis. Entrega dos Envelopes; Até às 14:00 horas do dia 08 de setembro de 2015; Abertura dos Envelopes: as 14:15 horas do dia 08 de setembro de 2015, na Secretaria Municipal de Saúde Itaiópolis-SC; O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no Fundo Municipal de Saúde, Av. Tancredo Neves, 234 de 2ª à 6ª das 08:00 às 12:00 e das 13:30 à 17:00 horas ou no site [www.itaiopolis.sc.gov.br](http://www.itaiopolis.sc.gov.br) Fone 047 3652 1787.

Itaiópolis/SC, 24/08/2015.

Eliseu Alexandre Gabardo

Secretário Municipal de Saúde.

# Itapoá

## PREFEITURA

### ATA CONVITE Nº 07-15- CARNÊS DE IPTU

#### ATA DE SESSÃO PÚBLICA PARA ABERTURA DE ENVELOPE DE HABILITAÇÃO E PROPOSTA

Data	25/08/2015	Horário início: 09h:30min
Licitação /Modalidade	CONVITE PROCESSO	Nº 07/2015 Nº 70/2015

#### OBJETO:

Contratação de empresa para confecção e impressão de carnês de IPTU (Imposto Predial e Territorial Urbano) e TLLF (Taxa de Licenciamento e Localização de Funcionamento) referentes ao exercício de 2016, conforme especificações do Anexo I do Edital. No dia e hora supramencionados, na sede da Prefeitura Municipal, reuniram-se os Membros da Comissão Permanente de Licitação, conforme Decreto Municipal nº 2394/2015. Observando que a Licitação foi publicada em Jornal Diário de circulação no estado, Diário Oficial dos Municípios, site e mural público municipal, no dia 13/08/2015 a fim de ampla divulgação. As empresas convidadas foram: FLORIGRAF SERVIÇOS GRÁFICOS LTDA ME, CNPJ/MF: 13.932.096/0001-78; POSTMIX SOLUÇÕES GRÁFICAS LTDA - EPP e CNPJ/MF: 02.089.950/0001-60 e ALPHA ETIQUETAS EIRELI - EPP, CNPJ/MF: 17.249.973/0001-01. Exatamente às 09h00min encerraram os prazos para protocolo de envelopes de propostas. Protocolaram envelopes as empresas:

Data	Prot.	Horário	Empresa	CNPJ/MF
20/08/2015	1005	13h:05m	DATADADOS TECNOLOGIA LTDA	14.048.766/0001-50
24/08/2015	1006	12h:07m	SMARAPD INFORMÁTICA LTDA	50.735.505/0001-72
25/08/2015	1007	08h:12m	PRINTCORP SERVIÇOS DE IMPRESSÃO LTDA	17.742.309/0001-50
25/08/2015	1008	08h:35m	PRINTE SERVICE – SERVIÇOS DE IMPRESSÃO LTDA	85.324.739/0001-01
25/08/2015	1009	08h:43m	POSTMIX SOLUÇÕES GRÁFICAS LTDA	02.089.950/0001-60
25/08/2015	1010	08m:44m	ALPHA ETIQUETAS EIRELI - EPP	17.249.973/0001-61

Iniciada a sessão os membros da CPL rubricaram os envelopes de habilitação e proposta, os quais encontravam-se devidamente lacrados. Em seguida foram abertos os envelopes de habilitação da empresas licitantes, analisados todos os documentos e rubricados por todos os membros da CPL, onde foi verificado que a empresa ALPHA ETIQUETAS EIRELI – EPP apresentou a certidão exigida no item 2.3.1. sem validade expressa e com emissão superior á 60 (sessenta) dias, descumprindo assim o item 2.3/obs.2 do edital, e todas as declarações assinadas por representante que não demonstrou poderes para tal. Na sequência foi observado que as empresas PRINTCORP SERVIÇOS DE IMPRESSÃO LTDA e DATADADOS TECNOLOGIA LTDA deixaram de juntar o documento exigido no item 2.1.3. (declaração de inexistência de superveniência de fato impeditivo da habilitação) do edital, por tais motivos as empresas ALPHA ETIQUETAS EIRELI – EPP, PRINTCORP SERVIÇOS DE IMPRESSÃO LTDA e DATADADOS TECNOLOGIA LTDA foram consideradas INABILITADAS para o certame. As demais empresas cumpriram todas as exigências editalícias, e, portanto foram consideradas HABILITADAS. Indagado, o representante da empresa PRINTCORP SERVIÇOS DE IMPRESSÃO LTDA renunciou do direito de recurso. No mais, ficam os demais licitantes notificados e aberto o prazo do direito de recurso previsto na Lei 8.666/93 e alterações posteriores. A sessão foi suspensa pelo prazo necessário à lavratura da presente Ata. Reaberta a sessão, procedeu-se a leitura da mesma, que foi achada conforme. Nada mais havendo digno de nota, nem a tratar, encerrou-se a sessão, indo esta assinada por todos os presentes.

ISABELA RAICK DUTRA POHL PRESIDENTE DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO	
FERNANDA CRISTINA ROSA VICE-PRESIDENTE	JOSEANE MARIA SOARES DE LIMA MEMBRO
Licitantes presentes:	
PRINTE SERVICE – SERVIÇOS DE IMPRESSÃO LTDA CRISTIANO LUIZ DE AVILA CNPJ/MF: 676.166.070-04	
PRINTCORP SERVIÇOS DE IMPRESSÃO LTDA	

FRANCISCO DOMINGOS RODRIGUES ÁVILA  
CNPJ/MF: 048.702.048-00

POSTMIX SOLUÇÕES GRÁFICAS LTDA  
DILSON LINO  
CNPJ/MF:114.720.650-34

**DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 09/15**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOÁ  
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 09/2015  
PROCESSO Nº 68/2015

SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais, justifica o presente termo de dispensa através da fundamentação legal e pelos considerandos que seguem abaixo:

CONSIDERANDO o vencimento do Concurso Público nº 01/2011 realizado pela Dispensa de Licitação nº 08/2011, Processo nº 58/2011, e as diversas vagas que restaram a serem preenchidas por falta de aprovação ou por falta de interessados na época.

CONSIDERANDO que a realização de concurso público é pugnada e exigida pelo próprio Ministério Público de Santa Catarina, consoante Termo de Ajustamento de Conduta (Inquérito Civil nº 06.2011.003327-0) designado ao Município de Itapoá.

CONSIDERANDO as novas vagas a preencher em razão do crescimento atípico sofrido pelo Município de Itapoá. Um cenário de desenvolvimento que exige do Poder Executivo Municipal uma resposta proporcional, planejada e sustentável. Cabendo aos gestores públicos a preparação da cidade de forma estrutural e produtiva para atender toda a demanda.

CONSIDERANDO que para seleção da proposta mais vantajosa para o município, a Comissão de Acompanhamento e Fiscalização da Execução do Concurso Público, nomeada pelo Decreto nº 2439/2015, solicitou propostas à 14 (quatorze) instituições.

CONSIDERANDO que a respectiva Comissão avaliou as propostas segundo a reputação ético-profissional das instituições, comprovando através de histórico de prestação de serviços, objetivando sempre a qualidade no serviço prestado e considerando a urgência na contratação em função do cumprimento do Termo de Ajuste de Conduta designado a este município.

CONSIDERANDO os prós e contras, a Comissão de Acompanhamento e Fiscalização da Execução do Concurso Público concluiu que a contratação da instituição Sociedade Educacional de Santa Catarina - SOCIESC é a mais vantajosa para o município, pelas seguintes razões:

I	A respectiva empresa trata-se de uma associação sem fins lucrativos de caráter educacional e cultural e do desenvolvimento institucional;
II	Localiza-se próximo ao município de Itapoá (facilitando a logística e contato com a comissão);
III	Havendo mais de 3.000 (três mil) inscritos reverterá 20% (vinte por cento) da arrecadação excedente à Prefeitura de Itapoá;
IV	O valor proposto para a inscrição está de acordo com o preço de mercado.

CONSIDERANDO que a instituição selecionada possui 56 anos de existência e ampla experiência na prestação do serviço que se pretende contratar.

CONSIDERANDO o Prejulgado nº 1567 e nº 1213 do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina e Súmula nº 250 do Tribunal de Contas da União;

CONSIDERANDO o Parecer Jurídico nº 121/2015 da Procuradoria Jurídica desta municipalidade.

Autoriza a prestação do serviço abaixo descrito:

1. Objeto: Contratação de empresa para a prestação de serviços técnicos especializados, para planejamento, organização e execução de concurso público destinado ao provimento de vagas do quadro efetivo do Poder Executivo Municipal.

2. Fundamento Legal: inciso XIII do artigo 24 da Lei nº 8.666/93, alterada pelas Leis nº 8.883/94 e nº 9.648/98, que assim dispõe:

Art. 24 - É dispensável a licitação:

XIII - na contratação de instituição brasileira incumbida regimental ou estatutariamente de pesquisa, do ensino ou do desenvolvimento institucional, ou de instituição dedicada à recuperação social do preso, desde que a contratada detenha inquestionável reputação ético-profissional e não tenha fins lucrativos

**3. DA RETRIBUIÇÃO PECUNIÁRIA PELA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS:**

3.1. A contratada receberá diretamente dos candidatos que se inscreverem no presente Concurso Público o valor referente à taxa de inscrição, que será de:

Cargos/Níveis	Valor taxa de inscrição R\$
Ensino Fundamental	R\$ 40,00
Ensino Médio/Técnico	R\$ 70,00
Ensino Superior/Magistério	R\$ 100,00

3.2. O resultado desta arrecadação, conforme quadro acima, será suficiente para o ressarcimento de todas as despesas com a prestação dos serviços, inclusive impostos, encargos de qualquer natureza, tributos, seguros, fretes, transportes, taxas bancárias, enfim todos os custos e despesas necessárias à perfeita execução dos serviços.

3.3. Havendo um número superior a 3.000 (três mil) inscritos, a CONTRATADA reverterá ao Município de Itapoá o montante equivalente a 20% (vinte por cento) sobre o valor das inscrições que ultrapassarem a referida quantia de inscritos.

## 4. Dos recursos para atender às despesas:

4.1. Tendo em vista que a remuneração da CONTRATADA se dará exclusivamente pelo valor das inscrições, pago pelos interessados no concurso público, caberá ao município apenas as despesas com publicações decorrentes do presente processo, as quais serão suportadas pela seguinte dotação orçamentária:

Descrição	Cód.	Órgão	Unid.	Função	Subfunção	Programa	Proj/Ativ.	FR	Subelemento
Administração	66	05	01	04	122	03	2015	10000	33903999

5. Prazo de vigência: O contrato terá início imediato à assinatura e findará com o término da prestação do serviço ou até 31/12/2015, a execução dos serviços se dará conformidade com o seguinte cronograma de execução:

Ordem	Atividade	Data limite	Ordem	Atividade	Data limite
1	Assinatura do Contrato	D	9	Resultado a prova objetiva	D + 92
2	Publicação do Edital	D + 10	10	Convocação para prova prática	D + 92
3	Inscrições	D + 40	11	Prova prática	D + 99
4	Homologação das inscrições	D + 55	12	Resultado da prova prática	D + 105
5	Publicação dos locais de Prova	D + 60	13	Resultado Prova Discursiva e Títulos	D + 105
6	Prova escrita	D + 75	14	Resultado dos Recursos	D + 115
7	Publicação do gabarito preliminar	D + 76	15	Publicação dos Resultados Finais	D + 120
8	Resultado dos Recursos	D + 90	16	Homologação	D + 125

6. Contratado: SOCIEDADE EDUCACIONAL DE SANTA CATARINA - SOCIESC, com sede à Rua Albano Schmidt, nº 3333, Boa Vista, na cidade de Joinville/SC, inscrita no CNPJ/MF nº 84.648.182/0001-57, representada por seu Diretor Executivo, o Sr. WESLEY MASTERSON BELO DE ABREU, portador do CI RG sob o nº 3257484 - SSI/SC e do CPF/MF nº 472.058.069-68 e por procurador, o Sr. BRUNO HENRIQUES WATTÉ, brasileiro, casado, engenheiro da computação, portador do CPF/MF nº 002.861.206-07.

Itapoá, 24 de agosto de 2015.  
SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR  
PREFEITO MUNICIPAL  
MUNICÍPIO DE ITAPOÁ/SC

**EXTRATO CONTRATO ADM Nº 57/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOÁ  
EXTRATO DO CONTRATO Nº 57/2015

Contratante: Município de Itapoá-SC;

Contratada: SOCIEDADE EDUCACIONAL DE SANTA CATARINA - SOCIESC, com sede à Rua Albano Schmidt, nº 3333, Boa Vista, na cidade de Joinville/SC, inscrita no CNPJ/MF nº 84.648.182/0001-57.

Licitação: DISPENSA Nº 09/2015 - PROCESSO Nº 68/2015;

Objeto: Contratação de empresa para a prestação de serviços técnicos especializados, para planejamento, organização e execução de concurso público destinado ao provimento de vagas do quadro efetivo do Poder Executivo Municipal.

Retribuição Pecuniária: Pela prestação dos serviços a CONTRATADA cobrará diretamente de cada candidato no ato da inscrição, os valores a seguir discriminados: I. Ensino Fundamental: R\$ 40,00 (quarenta reais); II. Ensino Médio/Técnico: R\$ 70,00 (setenta reais); III. Ensino Superior/Magistério: R\$ 100,00 (cem reais).

Orçamento: Tendo em vista que a remuneração da CONTRATADA se dará exclusivamente pelo valor das inscrições, pago pelos interessados no concurso público, caberá ao município apenas as despesas com publicações decorrentes do presente processo, as quais serão suportadas pela seguinte dotação orçamentária:

Descrição	Cód.	Órgão	Un	Proj/Ativ.	FR	Subelemento
Administração	66	05	01	2015	10000	33903999

Data da assinatura: 24/08/2015;

Data vigência contratual: O contrato terá início imediato à assinatura e findará com o término da prestação do serviço ou até 31/12/2015, o que ocorrer primeiro, podendo ser prorrogado nos termos do artigo 57, da lei 8.666/93.

Itapoá, 24 de agosto de 2015.  
SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR  
PREFEITO MUNICIPAL

**TERMO ADITIVO Nº 47/2015**

TERMO ADITIVO Nº 47/2015 QUE VISA ADITIVAR O CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 80/2014. (2º Aditivo).

Pelo presente instrumento particular que, entre si celebram, de um lado o MUNICÍPIO DE ITAPOÁ, inscrito no CNPJ/MF sob nº 81.140.303/0001-01, com sede a Rua Mariana Michels Borges, nº 201, neste Município, aqui denominada CONTRATANTE, ato representado pelo Secretário de Obras e Serviços Públicos, o Sr. JEFERSON RUBENS GARCIA, portador do CI.RG nº 2195991 SSP/SC e do CNPF/MF nº 791.929.639-00 e pelo Prefeito Municipal, o Sr. SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR, brasileiro, casado, portador do CI.RG nº 873994 SSP/PR e do CNPF/MF nº 230944279-87, residente e domiciliado à Estrada José Alves, nesta cidade, e de outro lado a Empresa ELETRO COMERCIAL ENERGILUZ LTDA com sede à Rua Abelardo Manoel Peixer, nº 55, Bairro Barreiros na cidade de São José/SC, CEP 88.110-055 inscrita no CNPJ/MF sob o nº 09.008.659/0001-69 e Inscrição Estadual nº 255.464.754, representada neste ato pelo sócio administrador o Sr. ELIGÍO JOSÉ SCHMITT, portador do CNPF/MF nº 732.446.439-49 e do CI.RG nº 2.081.798-3 SSP/SC, aqui denominada CONTRATADA, ajustam o presente termo que visa aditar a Contratação de empresa de engenharia elétrica, devidamente estabelecida para este fim, para executar serviços na rede de iluminação pública do município de Itapoá/SC, compreendendo os serviços de manutenção corretiva e preventiva, melhorias, ampliação com efficientização do parque de iluminação pública com 6.667 (seis mil seiscentos e sessenta e sete) pontos de iluminação e atendimento a eventos municipais, com: fornecimento de materiais, inventário e cadastramento georreferenciado dos pontos de iluminação, atendimento via call-center, bem como destinação final das lâmpadas de acordo com a legislação atual. Também contemplando a elaboração de projetos e fornecimento de documentos que visem a liberação de obras relativas à iluminação pública, junto a concessionária de distribuição de energia CELESC Distribuição S.A. A prestação dos serviços e o fornecimento de materiais serão de forma continuada pelo período estabelecido no Edital, e eventuais prorrogações amparadas na legislação, conforme especificações contidas neste Projeto e demais documentos anexos, em conformidade com a autorização contida no processo licitatório na modalidade CONCORRÊNCIA Nº 02/2014 - PROCESSO Nº 69/2014, de acordo com a lei 8.666/93, alterada pela lei 8.883/94 e pelas especificações e condições contidas nas cláusulas que seguem:

**CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO**

O presente Termo Aditivo visa prorrogar a vigência Contrato Administrativo nº 80/2014 em 12 (doze) meses e conceder o reajuste dos valores atualmente praticados em conformidade com cláusula sétima do respectivo contrato.

**CLÁUSULA SEGUNDA: DO PRAZO**

Prorroga a vigência do Contrato Administrativo nº 80/2014, em 12 (doze) meses contados a partir do dia 01/09/2015, podendo ser renovado ou revogado conforme disposições da Lei nº 8.666/93, e de acordo com os interesses da Administração Pública.

**CLÁUSULA TERCEIRA: DO PREÇO**

Altera cláusula quinta "Do Preço", acrescentando o valor de R\$ 1.244.430,24 (um milhão duzentos e quarenta e quatro mil quatrocentos e trinta reais e vinte e quatro centavos), correspondentes ao valor total para o período de prorrogação, considerando o reajuste pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC conforme cláusula sétima do referido contrato, demonstrado no quadro a seguir:

QUADRO RESUMO - ANEXO VIII - B - ATUALIZAÇÃO 2º ADITIVO				
ITEM	DESCRIÇÃO DO SERVIÇO	MESES	PREVISÃO ORÇAMEN- TÁRIA MENSAL R\$	PREVISÃO ORÇA- MENTÁRIA TOTAL R\$
1	MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA, CONTROLE E PLANEJAMENTO DOS SERVIÇOS DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA E SISTEMA POR SOFTWARE	12	R\$ 27.356,16	R\$ 328.273,92
2	SERVIÇOS DE MELHORIA AMPLIAÇÃO E EVENTOS	12	R\$ 12.728,75	R\$ 152.745,00
2.A	SERVIÇOS DE MELHORIA AMPLIAÇÃO E EVENTOS - 1ª ADITIVO Nº 44/2015	12	R\$ 3.182,20	R\$ 38.186,40
3	MATERIAIS PARA MANUTENÇÃO, MELHORIA, AMPLIAÇÃO E EVENTOS	12	R\$ 48.482,28	R\$ 581.787,36
3.A	MATERIAIS PARA MANUTENÇÃO, MELHORIA, AMPLIAÇÃO E EVENTOS - 1ª ADITIVO Nº 44/2015	12	R\$ 11.953,13	R\$ 143.437,56
TOTAL GERAL (R\$)				1.244.430,24

**CLÁUSULA QUARTA: DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

Ficam ratificadas as demais cláusulas do Contrato Administrativo nº 80/2014, desde que não contrariem o que ficou convencionado no presente Termo de Aditivo.

E, por estarem assim, justos e acordados, firmam o presente Termo de Aditivo ao Instrumento de Contrato Administrativo nº 80/2014, em caráter de excepcionalidade, em 02 (duas) vias de igual teor, para que produzam seus jurídicos e legais efeitos, na presença de 02 (duas) testemunhas igualmente subscritas.

Itapoá/SC, 24 de agosto de 2015.

CONTRATANTE SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR PREFEITO MUNICIPAL MUNICÍPIO DE ITAPOÁ	CONTRATADA ELETRO COMERCIAL ENERGILUZ LTDA ELIGÍO JOSÉ SCHMITT
JEFERSON RUBENS GARCIA SECRETÁRIO DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	
Testemunhas: Nome: CNPF/MF:	Nome: CPF/MF:



**TERMO ADITIVO Nº 49/2015**

TERMO ADITIVO DE REEQUILÍBRIO ECONÔMICO FINANCEIRO Nº 49/2015 Á ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 04/2015. (1º Aditivo).

Pelo presente instrumento particular que, entre si celebram, de um lado o MUNICÍPIO DE ITAPOÁ, inscrito no CNPJ/MF sob nº 81.140.303/0001-01, com sede a Rua Mariana Michels Borges, nº 201, neste Município, aqui denominada CONTRATANTE, neste ato representado pelo Secretário de Obras e Serviços Públicos, o Sr. JEFERSON RUBENS GARCIA, portador do CI.RG nº 2195991 SSP/SC, e pelo Prefeito Municipal, o Sr. SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR, brasileiro, casado, portador do CI.RG nº 873994 SSP/PR e do CNPF/MF nº 230944279-87, residente e domiciliado à Estrada José Alves, nesta cidade, e de outro lado a Empresa RUDIPEL RUDNICK PETRÓLEO LTDA, com sede à Rua Marcionilo dos Santos, nº 1450, Corticeira, Guaramirim/SC, CEP: 89.270-000, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 75.415.075/0002-13 Inscrição Estadual: 254.326.684, representada neste ato por procurador, o Sr. HANS HARTWIG GERHMANN, portador do CNPF/MF nº 248.293.079-00 e do CI.RG nº 2/R 414.549/SSP-SC, aqui denominada CONTRATADA, ajustam o presente termo visando o reequilíbrio econômico financeiro a Aquisição parcelada de Gasolina, Óleo Diesel BS10 e Agente Redutor Líquido Automotivo (ARLA 32), para abastecimento da frota municipal de veículos leves e pesados, incluindo a instalação dos equipamentos necessários para o abastecimento conforme especificações constantes no Edital e seus Anexos, em conformidade com a autorização contida no processo licitatório na modalidade PREGÃO Nº 03/2015 - REGISTRO DE PREÇO Nº 01/2015 - PROCESSO Nº 08/2015, de acordo com a lei 8.666/93, alterada pela lei 8.883/94 e pelas especificações e condições contidas nas cláusulas que seguem:

**CLÁUSULA PRIMEIRA: DO PREÇO E DO REAJUSTE**

Altera cláusula primeira visando o reequilíbrio econômico financeiro com fulcro no Art. 65, inciso II, alínea "d" da Lei 8.666/93, reajustando o preço unitário do item 2. Óleo Diesel BS10, acrescentando o valor de R\$ 0,038 (trinta e oito milésimos de reais), passando o valor unitário do litro do óleo diesel à R\$ 2,818 (dois reais e oitocentos e dezoito milésimos de reais).

**CLÁUSULA SEGUNDA: DO PRAZO**

O presente termo aditivo passa a vigorar a partir da data de sua assinatura, com vigência condicionada à Ata de Registro de Preço nº 04/2015.

**CLÁUSULA TERCEIRA: DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

Ficam ratificadas as demais cláusulas da Ata de Registro de Preço nº 04/2015, desde que não contrariem o que ficou convencionado no presente Termo de Aditivo.

E, por estarem assim, justos e acordados, firmam o presente Termo de Aditivo à Ata de Registro de Preço nº 04/2015, em caráter de excepcionalidade, em 02 (duas) vias de igual teor, para que produzam seus jurídicos e legais efeitos, na presença de 02 (duas) testemunhas igualmente subscrita.

Itapoá/SC, 24 de agosto de 2014.

CONTRATANTE SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR PREFEITO MUNICIPAL MUNICIPIO DE ITAPOÁ	CONTRATADA RUDIPEL RUDNICK PETRÓLEO LTDA HANS HARTWIG GERHMANN
JEFERSON RUBENS GARCIA SECRETÁRIO DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	
Testemunhas: Nome: CNPF/MF:	Nome: CPF/MF:

**TERMO DE PRORROGAÇÃO Nº48-15 - CONTRATO Nº 61-14 - 4º ADITIVO**

TERMO ADITIVO Nº48/2015 QUE VISA PRORROGAR O CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 61/2014. (4º Aditivo).

Pelo presente instrumento particular que, entre si celebram, de um lado o MUNICÍPIO DE ITAPOÁ, inscrito no CNPJ/MF sob nº 81.140.303/0001-01, com sede a Rua Mariana Michels Borges nº 960, neste Município, aqui denominada CONTRATANTE, neste ato representado pelo Secretário de Turismo, Meio Ambiente e Cultura, o Sr. CONRADO SCHNEIDER JÚNIOR, portador do CI.RG. nº 4.250.140-7/SC, e do CNPF/MF: 802.858.999.53, e pelo Prefeito Municipal, Sr. SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR, brasileiro, casado, portador do RG nº 873994 SSP/PR e CNPF/MF nº 230944279-87, residente e domiciliado à Estrada José Alves, nesta cidade, e, de outro lado a Empresa EMPAV TERRAPLANAGEM LTDA, com sede à Rua Alberto Torres, nº 2001 – sala nº 02, Bairro: Centenário, na cidade de São Bento do Sul/SC, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 10.391.386/0001-63 e Inscrição Estadual nº 255.711.239, representada neste ato pelo sócio administrador Sr. FERNANDO CESAR VILLAIN, portador do CNPF/MF nº 065.588.199-96 e do CI.RG nº 428155-6-SSP/SC, aqui denominada CONTRATADA, ajustam o presente termo aditivo contratual que visa prorrogar a Contratação de empresa de construção civil com mão de obra especializada e fornecimento de materiais para execução 4647,33m2 de pavimentação tipo lajota sextavada, e Urbanização com área total de 1771,39 m2 na Rua Bento Francisco da Silva, localizada no Balneário Itapema do norte, conforme projetos, memorial descritivo e planilhas orçamentárias, partes integrantes do Edital, e em conformidade com a autorização contida no processo licitatório na modalidade TOMADA DE PREÇO N.º 10/2014 – PROCESSO Nº 86/2014, de acordo com a lei 8.666/93, alterada pela lei 8.883/94 e pelas especificações e condições contidas nas cláusulas que seguem:

**CLÁUSULA PRIMEIRA: DO PRAZO**

O presente termo prorroga a vigência do Contrato Administrativo nº 61/2014, em 45 (quarenta e cinco) dias corridos contados a partir do dia 26/08/2015, podendo ser renovado ou revogado conforme disposições da Lei nº 8.666/93, e de acordo com os interesses da Administração Pública.

**CLÁUSULA SEGUNDA: DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

Ficam ratificadas as demais cláusulas do Contrato Administrativo nº61/2014, desde que não contrariem o que ficou convencionado no presente Termo Aditivo.

E, por estarem assim, justos e acordados, firmam o presente Termo de Aditivo ao Instrumento de Contrato Administrativo nº 61/2014, em caráter de excepcionalidade, em 02 (duas) vias de igual teor, para que produzam seus jurídicos e legais efeitos, na presença de 02 (duas) testemunhas igualmente subscrita.

Itapoá/SC, 24 de agosto de 2015.

CONTRATANTE MUNICÍPIO DE ITAPOÁ/SC SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR PREFEITO MUNICIPAL	CONTRATADA EMPAV TERRAPLANAGEM LTDA FERNANDO CESAR VILLAIN
CONRADO SCHNEIDER JÚNIOR SECRETÁRIO DE TURISMO, MEIO AMBIENTE E CULTURA	
Testemunhas: NOME: CNPF/MF:	NOME: CNPF/MF:

# Ituporanga

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 435 de 14 de agosto de 2015

DECRETO Nº 435, de 14 de agosto de 2015.

Dispõe sobre a nomeação de defensor dativo para acusado ou indiciado revel em processo administrativo disciplinar.

ARNO ALEX ZIMMERMANN FILHO, Prefeito do Município de Ituporanga, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, de conformidade com o inciso VII do artigo 65 da Lei Orgânica Município de Ituporanga e com a Lei Complementar n. 20, de 17 de dezembro de 2008;

CONSIDERANDO que o Estatuto do Servidor Público (Lei Complementar n. 20/2008) prevê a possibilidade de defesa técnica em Processo Administrativo Disciplinar feita por advogado ou, em caso de omissão/revelia, por defensor dativo nomeado (arts. 225, 231, 235 e 240);

CONSIDERANDO que a Súmula Vinculante n. 5 do Supremo Tribunal Federal dispõe que "A falta de defesa técnica por advogado no processo administrativo disciplinar não ofende a Constituição";

CONSIDERANDO que o termo defensor dativo não remete obrigatoriamente à necessidade de constituição de advogado para defesa técnica de servidores públicos em processos administrativos disciplinares, bem assim que é incompatível o direito de defesa técnica gratuita por advogado somente aos servidores omissos, em detrimento dos servidores que se fizeram presentes no bojo do respectivo processo disciplinar;

CONSIDERANDO que nos processos administrativos em geral é assegurada a defesa facultativa por meio de advogado, a exemplo do art. 3º da Lei nº 9.784/1999, dos arts. 1º; 4º, inc. IX; e 18, inc. VII, da Lei Complementar n. 80/1994, do art. 164 da Lei n. 8.112/1990, de tantos outros dispositivos de leis federais e estaduais;

CONSIDERANDO que a legislação municipal não estabelece a forma de nomeação e remuneração do defensor dativo, determinando apenas que a sua nomeação será feita pelo Presidente da Comissão do Processo Disciplinar;

CONSIDERANDO que servidores públicos ocupantes do cargo de advogado não podem atuar como defensores dativos em razão da sua função e do disposto no Estatuto da OAB (Lei Federal 8.906/94);

#### DECRETA:

Art. 1º. A nomeação de defensor dativo pelo Presidente da Comissão de Processo Disciplinar, para defender acusado ou indiciado revel, na forma do Estatuto do Servidor Público Municipal, deve considerar servidores ocupantes de cargo efetivo superior ou de mesmo nível, ou ter nível de escolaridade igual ou superior ao do investigado/indiciado.

Art. 2º. O servidor dativo de que trata o artigo antecedente não será remunerado e desenvolverá o múnus durante o expediente de trabalho.

Art. 3º. Não será nomeado defensor dativo advogado público ou privado.

Art. 4º. Revogam-se o Decreto n. 332, de 27 de novembro de 2014, e o Decreto n. 333, de 27 de novembro de 2014.

Art. 5º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITUPORANGA 14 de agosto de 2015.

ARNO ALEX ZIMMERMANN FILHO  
Prefeito do Município

### DECRETO Nº 440, DE 25 DE AGOSTO DE 2015

DECRETO Nº 440 de 25 de agosto de 2015

"Institui e Nomeia Membros para composição do Conselho Municipal de Saúde"

O Prefeito do Município de Ituporanga, Estado de Santa Catarina, no uso da competência privativa que lhe confere o inciso VII, do artigo 65, da Lei Orgânica do Município de Ituporanga, e de conformidade com a Constituição da República Federativa do Brasil Título VIII, Capítulo II e as Leis Federais 8.080/90 e 8.142/90 e Lei 2.365, de 22 de agosto de 2011, RESOLVE:

Art. 1º - Fica instituído o CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE – CMA de Ituporanga e nomeia membros para composição do mencionado Conselho, órgão permanente, deliberativo e normativo do Sistema Único de Saúde, no âmbito municipal, que tem por competência formular estratégias e controlar a execução da política de saúde do município, que será composto pelos seguintes membros:

#### I - Representantes do Poder Executivo:

Claudinei Eyng - Titular  
Luís Carlos Suzzena- Suplente  
Maria Elena Goulart Sebold- Titular  
Luciane Borba Voigt- Suplente

#### II- Representantes dos Trabalhadores em Saúde:

Walter Reichmuth Day - Titular  
Daiana Koerich – Suplente

Ana Lúcia Junglos Inácio - Titular  
Arisseles Aparecida Hillesheim- Suplente

#### III - Representantes de Prestadores de Serviço:

Robson Sardá - Titular  
Eduardo Mussoi- Suplente  
Irmã Edeli Stupp – Titular  
Fernando de Assis Miranda - Suplente

#### IV - Representantes de Entidades de Usuários do Sistema Único de Saúde:

Carlos Alberto Dalabrida - Titular  
Marcia Schwambach Schmitt – Suplente  
Arlete Weber - Titular  
Isaura Martini dos Santos – Suplente  
Dulce Maria Franciozi - Titular  
Maria Cristina Vandresen – Suplente  
Maria Hilda Sens - Titular  
Afonso Eduardo Borba – Suplente  
Salésio Hausmann - Titular  
Célia Neuhaus Bennert – Suplente  
Adilson Rode – Titular  
Sebastião Rosa – Suplente

Art. 2º - O mandato dos membros do Conselho Municipal de Saúde terá a duração de 02 (dois) anos, sendo permitida reeleição após este período.



Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 01 de agosto de 2015.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITUPORANGA, 25 de agosto de 2015.

ARNO ALEX ZIMMERMANN FILHO  
Prefeito do Município de Ituporanga

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITUPORANGA, 25 de agosto de 2015.

ARNO ALEX ZIMMERMANN FILHO  
Prefeito do Município de Ituporanga

**Decreto nº 440, de 25 de agosto de 2015 que Institui e nomeia o conselho Municipal de Saúde**

DECRETO Nº 440 de 25 de agosto de 2015

“Institui e Nomeia Membros para composição do Conselho Municipal de Saúde”

O Prefeito do Município de Ituporanga, Estado de Santa Catarina, no uso da competência privativa que lhe confere o inciso VII, do artigo 65, da Lei Orgânica do Município de Ituporanga, e de conformidade com a Constituição da República Federativa do Brasil Título VIII, Capítulo II e as Leis Federais 8.080/90 e 8.142/90 e Lei 2.365, de 22 de agosto de 2011, RESOLVE:

Art. 1º - Fica instituído o CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE – CMA de Ituporanga e nomeia membros para composição do mencionado Conselho, órgão permanente, deliberativo e normativo do Sistema Único de Saúde, no âmbito municipal, que tem por competência formular estratégias e controlar a execução da política de saúde do município, que será composto pelos seguintes membros:

I - Representantes do Poder Executivo:

Claudinei Eyng - Titular

Luís Carlos Suzzena- Suplente

Maria Elena Goulart Sebold- Titular

Luciane Borba Voigt- Suplente

II- Representantes dos Trabalhadores em Saúde:

Walter Reichmuth Day - Titular

Daiana Koerich – Suplente

Ana Lúcia Junglos Inácio - Titular

Arissesles Aparecida Hillesheim- Suplente

III - Representantes de Prestadores de Serviço:

Robson Sardá - Titular

Eduardo Mussoi– Suplente

Irmã EdeliirStupp – Titular

Fernando de Assis Miranda - Suplente

IV - Representantes de Entidades de Usuários do Sistema Único deSaúde:

Carlos Alberto Dalabrida - Titular

Marcia Schwambach Schmitt – Suplente

Arlete Weber - Titular

Isaura Martini dos Santos – Suplente

Dulce Maria Franciozi - Titular

Maria Cristina Vandresen – Suplente

Maria Hilda Sens - Titular

Afonso Eduardo Borba – Suplente

Salésio Hausmann - Titular

Célia Neuhaus Bennert – Suplente

Adilson Rode – Titular

Sebastião Rosa – Suplente

Art. 2º - O mandato dos membros do Conselho Municipal de Saúde terá a duração de 02 (dois) anos, sendo permitida reeleição após este período.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 01 de agosto de 2015.

# Joaçaba

## PREFEITURA

### CONTRATO 104/2013/PMJ - TA 02

CONTRATO Nº 104/2013/PMJ – TA 02

O MUNICÍPIO DE JOAÇABA, com sede na Avenida XV de Novembro, nº 378, inscrito no CNPJ sob nº 82.939.380/0001-99, por intermédio da SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA, doravante denominada CONTRATANTE, representada neste ato pelo Secretário, Sr. VENILTON ROGÉRIO TELES, e a empresa LUZERNA INSTALAÇÕES ELÉTRICAS LTDA – ME, com sede administrativa na Rua Doze de Maio, nº 152 – Sala 02 – Vila Alemanha, na cidade de Luzerna - SC, inscrita no CNPJ sob o nº 07.336.749/0001-53, doravante denominada CONTRATADA, representada neste ato pelo Sr. Paulo Delfino Pinto, portador da C. I nº 863.685.846 e CPF nº 639.561.289-15, residente e domiciliado na cidade de Joaçaba SC, celebram entre si o presente TERMO ADITIVO ao contrato nº 104/2013/PMJ, firmado em 19/08/2013, proveniente do Processo de Licitação nº 63/2013/PMJ – Edital TP nº 13/2013/PMJ, cujo objeto é a prestação pela CONTRATADA de serviços com o fornecimento dos materiais e equipamentos necessário para a manutenção corretiva e preventiva dos semáforos implantados nas vias urbanas do Município de Joaçaba, SC, onde se ADITA a CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA e a CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR, DA FORMA DE PAGAMENTO, DO REAJUSTE E DA REVISÃO, nos seguintes termos:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA

#### CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA

A vigência do contrato fica prorrogada por 12 meses a contar de 19 de agosto de 2015, em conformidade com o disposto no art. 57, II, da Lei 8.666/93.

Diante da prorrogação, o prazo da prestação dos serviços, objeto da contratação, passa a totalizar 36 (vinte e quatro) meses, contados do seu início.

#### CLÁUSULA SEGUNDA

#### CLAUSULA TERCEIRA - DO VALOR, DA FORMA DE PAGAMENTO, DO REAJUSTE E DA REVISÃO

Diante da prorrogação constante na cláusula primeira deste Termo, agregar-se-á ao contrato o valor de R\$ 31.200,00 (trinta e um mil e duzentos reais), considerando o valor mensal de R\$ 2.600,00 (dois mil e seiscentos reais) para a execução do objeto.

#### CLÁUSULA TERCEIRA

As demais cláusulas do contrato original permanecem inalteradas.

Fica eleito o foro da cidade de Joaçaba (SC) para dirimir questões oriundas deste instrumento, renunciando as partes a qualquer outro que lhe possa ser mais favorável.

E, por estarem acordes, firmam o presente instrumento, juntamente com as testemunhas, em quatro vias de igual teor, para todos os efeitos de direito.

JOAÇABA (SC), 18 de agosto de 2015.

MUNICÍPIO DE JOAÇABA

SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA

VENILTON ROGÉRIO TELES - Secretário

LUZERNA INSTALAÇÕES ELÉTRICAS LTDA

PAULO DELFINO PINTO

Testemunhas: 1 \_\_\_\_\_

2 \_\_\_\_\_

### CONTRATO 226/2015/PMJ - TA 01

CONTRATO Nº 226/2015/PMJ – TA 01

O MUNICÍPIO DE JOAÇABA, com sede na Avenida XV de Novembro, 378, centro, inscrito no CNPJ sob o número 82.939.380/0001-99, por intermédio da SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, doravante denominada CONTRATANTE, representada neste ato pelo Secretário, Senhor JOSÉ LUIZ JUNQUEIRA DE CARVALHO, e a COOPERATIVA DE PRODUÇÃO AGROINDUSTRIAL FAMILIAR DA REGIÃO COLONIAL DO MEIO OESTE - COPAFAM, inscrita no CNPJ sob o nº 07.077.161/0001-22, estabelecida na Rua Frei Silvano, 71 – Água Doce, doravante denominada CONTRATADA, representada neste ato pela Senhora ZÉLIA PASTORI, portadora do CPF nº 844.854.189-87, residente e domiciliada na cidade de Joaçaba, celebram entre si o presente TERMO ADITIVO ao contrato nº 226/2015/PMJ, firmado em 27/02/2015, proveniente do Processo de Dispensa de Licitação nº 15/2015/PMJ, instaurado através do Edital de Dispensa de Licitação nº 1/2015/PMJ, cujo objeto é

o fornecimento, pela contratada, de gêneros alimentícios diretamente da agricultura familiar, com verbas do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE, em consonância com o estabelecido na Lei nº 11.947/2009, Artigo 14, § 1º e de acordo com o edital de Chamamento Público para Aquisição de Produtos da Agricultura Familiar – 1/2014/PMJ, onde se ADITA a CLÁUSULA QUARTA - DO PREÇO, FORMA DE PAGAMENTO, DO REAJUSTE E REVISÃO, nos seguintes termos:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA

#### CLÁUSULA QUARTA - DO PREÇO, FORMA DE PAGAMENTO, DO REAJUSTE E REVISÃO

O valor contrato fica suprimido em R\$ 0,06 (seis centavos), correspondentes a 0,0000536% do valor inicialmente contratado, em conformidade com o disposto no § 1º do art. 65 da Lei 8.666/93.

Tal supressão deve-se à adequação dos quantitativos de alguns itens, com vistas ao melhor atendimento do objeto, conforme justificativas em anexo, passando os mesmos a vigorar da seguinte forma:

PRODUTO	QUANTIDADE CONTRATADA	ADEQUAÇÃO DA QUANTIDADE	QUANTIDADE ATUAL	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
Alho	69 kg			14,92	1.029,48
Cenoura	699 kg	(-) supressão de 300 kg	399 kg	2,62	1.045,38
Laranja	6.000 kg			1,79	10.740,00
Repolho branco	399 kg			2,64	1.053,36
Cebola	900 kg	(-) supressão de 107 kg	793 kg	3,10	2.458,30
Beterraba	600 kg			2,94	1.764,00
Alface lisa ou crespa – pés de tamanho médio.	399 pés			1,86	742,14
Chicória nova, folhas sãs e sem rupturas, isenta de sujidades, parasitas e larvas	600 pés			2,13	1.278,00
Brócolis em maço.	399 maços	+ acréscimo de 321 maços	720 maços	2,54	1.828,80
Aipim congelado cortado em pedaços médio em embalagem de 1 kg	900 kg	+ acréscimo de 416 kg	1.316 kg	3,78	4.974,48
Couve manteiga	198 maços			2,16	427,68
Moranga cabutiá	198 kg			3,10	613,80
Couve flor	399 un	(-) supressão de 188 kg	211 kg	3,26	687,86
Tempero verde (salsa e cebolinha)	600 maços			1,75	1.050,00
Ovos caipiras	3.000 dz			4,08	12.240,00
Doce de frutas, embalagem de vidro ou plástico atóxica de 1 kg.	700 kg			11,33	7.931,00
Feijão preto- pacote de 01 kg	1.998 kg			4,37	8.731,26
Fubá- embalagem de quilogramas	600 kg			2,47	1.482,00
Macarrão caseiro congelado – embalagem de 1kg	800 kg			9,24	7.392,00
Bolacha caseira sabores variados (coco, açúcar mascavo, mel, melado)	800 kg			13,76	11.008,00
Suco natural - diversos sabores – embalagem de 1 litro	500 lt			9,66	4.830,00
Açúcar mascavo embalagem de 1 kg	400 kg	(-) supressão de 200 kg	200 kg	7,87	1.574,00
Batata doce	300 kg	+ acréscimo de 300 kg	600 kg	3,05	1.830,00

PRODUTOS ORGÂNICOS EM PROCESSO DE CERTIFICAÇÃO	QUANTIDADE CONTRATADA	ADEQUAÇÃO DA QUANTIDADE	QUANTIDADE ATUAL	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
Alface lisa os crespa – pés de tamanho médio. (orgânico)	1.500 pés	+ acréscimo de 300 pés	1.800 pés	1,93	3.474,00
Rúcula – pés de tamanho médio (orgânico)	300 pés	+ acréscimo de 343 pés	643 pés	1,83	1.176,69
Agrião – pés de tamanho médio (orgânico)	300 pés			2,00	600,00
Espinafre (orgânico)	300 maços	+ acréscimo de 416 maços	716 maços	1,50	1.074,00
Tempero verde (salsa e cebolinha) (orgânico)	700 maços	+ acréscimo de 800 maços	1.500 maços	1,86	2.790,00
Repolho branco (orgânico)	1.200 kg	+ acréscimo de 300 kg	1.500 kg	2,45	3.675,00
Beterraba, sem sujidades – tamanho médio (orgânico)	1.000 kg			3,01	3.010,00
Brócolis (orgânico)	600 maços	+ acréscimo de 979 maços	1.579 maços	2,50	3.947,50
Cenoura, tamanho médio, sem sujidades (orgânico)	700 kg	(-) supressão de 350 kg	350 kg	2,66	931,00
Chicória. (orgânico)	500 pés	+ acréscimo de 100 pés	600 pés	2,03	1.218,00
Couve flor – tamanho médio (orgânico)	600 un	(-) supressão de 564 kg	36 un	3,43	123,48

Cebola, sem sujidades (orgânico)	500 kg	(-) supressão de 500 kg	0,00	2,10	0,00
Moranga cabutiá. (orgânico)	400 kg	(-) supressão de 127 kg	273 kg	2,75	750,75
Abobrinha (orgânico)	300 kg	(-) supressão de 300 kg	0,00	2,40	0,00
Vagem (orgânico)	300 kg	(-) supressão de 300 kg	0,00	4,50	0,00
Grão de pipoca – pacote de 1 kg (orgânico)	200 kg	(-) supressão de 117 kg	83 kg	5,16	428,28
Chuchu (orgânico)	700 kg			1,75	1.225,00
Couve manteiga (orgânico)	200 maços	+ acréscimo de 100 maços	300 maços	2,36	708,00
VALOR TOTAL DO CONTRATO APÓS ADEQUAÇÕES – R\$					111.843,24
VALOR TOTAL INICIALMENTE CONTRATADO – R\$					111.843,30
					(- 0,06)

## CLÁUSULA SEGUNDA

As demais cláusulas do contrato original permanecem inalteradas.

Fica eleito o foro da cidade de Joaçaba (SC) para dirimir questões oriundas deste instrumento, renunciando as partes a qualquer outro que lhe possa ser mais favorável.

E, por estarem acordes, firmam o presente instrumento, juntamente com as testemunhas, em quatro vias de igual teor, para todos os efeitos de direito.

JOAÇABA (SC) 21 de agosto de 2015.  
MUNICÍPIO DE JOAÇABA  
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - Contratante  
José Luis Junqueira de Carvalho - Secretário

COPAFAM - COOPERATIVA DE PRODUÇÃO AGROINDUSTRIAL FAMILIAR  
DA REGIÃO COLONIAL DO MEIO OESTE – CONTRATADA  
ZÉLIA PASTORI

Testemunhas:

1. \_\_\_\_\_ 2. \_\_\_\_\_

## LEI Nº 4.628 DE 25 DE AGOSTO DE 2015.

LEI Nº 4.628 DE 25 DE AGOSTO DE 2015.  
ALTERA A LEI Nº 3.972 DE 31 DE MARÇO DE 2010, QUE ESPECIFICA.

O Prefeito do Município de Joaçaba (SC), faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprova e eu sanciono a seguinte,

LEI:

Art. 1º - Fica inserido o inciso VI ao art. 7º da Lei nº 3.972/2010, com a seguinte redação:

VI - os veículos particulares de propriedade dos Oficiais de Justiça e Oficiais da Infância e Juventude das Comarcas de Joaçaba e Herval D'Oeste, e dos Oficiais de Justiça das Varas Federal e do Trabalho de Joaçaba, quando utilizados no cumprimento de mandados judiciais.

Art. 2º - O parágrafo único do art. 7º da Lei nº 3.972/2010 passa a ser numerado como § 1º, permanecendo com a mesma redação.

Art. 3º - Fica inserido o § 2º ao art. 7º da Lei nº 3.972/2010, com a seguinte redação:

§ 2º Os veículos referidos no inciso VI deverão ser identificados através de autorização expedida pelo órgão de trânsito municipal, mediante requerimento do interessado, conforme modelo constante do "Anexo I", devendo cópias da referida autorização serem encaminhadas para a empresa ou entidade encarregada da cobrança, bem como aos órgãos fiscalizadores de trânsito com competência sobre a via, podendo os beneficiários estacionarem em quaisquer vagas que não tenham destinação específica.

Art. 4º - Fica inserido o § 3º ao art. 7º da Lei nº 3.972/2010, com a seguinte redação:

§ 3º O Oficial de Justiça interessado deverá comparecer no órgão de trânsito municipal para solicitar a autorização prevista no § 2º, munido de cópia e original do Certificado de Registro e Licenciamento do Veículo, da carteira funcional ou documento equivalente, e de declaração do representante do Poder Judiciário, a qual ateste que o veículo mencionado é utilizado para os trabalhos do Oficial de Justiça.

Art. 5º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Joaçaba/SC, 25 de agosto de 2015.  
RAFAEL LASKE  
Prefeito

## ANEXO I

## AUTORIZAÇÃO ESTACIONAMENTO ROTATIVO

O veículo abaixo descrito é de propriedade de Oficial de Justiça/Oficial da Comarca/Vara \_\_\_\_\_, matrícula \_\_\_\_\_, lotado na \_\_\_\_\_, sendo isento de pagamento do preço referente ao estacionamento rotativo, conforme art. 7º, inciso VI, da Lei nº 3.972 de 31 de março de 2010.

Identificação do veículo:

- Marca: \_\_\_\_\_.
- Modelo: \_\_\_\_\_.
- Cor: \_\_\_\_\_.
- Placa: \_\_\_\_\_.

Joaçaba/SC, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

Gerente de Trânsito do Município de Joaçaba

**RESOLUÇÃO Nº 03/2015 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**

RESOLUÇÃO Nº 03, de 10 de agosto de 2015.

Fixa diretrizes para a escolha da Direção das Escolas e Centros de Educação Infantil Municipais.

O PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA-SC, no uso de suas atribuições, de acordo os artigos 8º, II, 12, §3º, 13, caput, 18,VII, 28, e com o art. 3º, II, do Regimento Interno deste Conselho, e o deliberado na reunião ordinária do dia 10 de agosto de 2015, pelo Parecer nº 04,

**RESOLVE:**

Art. 1º Estabelecer como sugestão aos gestores municipais, critérios a serem observados na nomeação da direção das Escolas e Centros de Educação Infantil – CEI, do Município.

Art. 2º Para a nomeação serão observados os seguintes critérios:

I – Ser professor(a) efetivo(a) vinculado à secretaria de educação do município, com carga horária de 40 horas semanais, com dedicação exclusiva e lotado na Escola ou CEI;

II –Apresentar um plano de gestão, administrativo e pedagógico, com objetivos, metas, prazos e ações compatível com as diretrizes do sistema de educação municipal, e a estrutura da Escola ou do CEI;

III –Estabelecer mandato de três anos, sendo condicionada a permanência no cargo, a avaliação anual das ações do plano de gestão, na primeira reunião do ano seguinte, pelo Conselho Municipal de Educação;

IV – Em não havendo candidatos ou habilitados em determinada Escola ou CEI, caberá a Secretaria Municipal de Educação indicar o servidor a ser nomeado;

V – Submeter os interessados a prova de conhecimento, sobre programas do governo federal, gestão escolar, censo escolar e demais matérias específicas ao cargo de gestor.

Parágrafo único. Em casos de irregularidades informadas durante o transcorrer do ano, o Conselho poderá instaurar procedimento para análise da continuidade da gestão de determinada Escola ou CEI.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Joaçaba-SC, 10 de agosto de 2015.

Ricardo Marcelo de Menezes

Presidente do Conselho Municipal de Educação

**IMPRES****BALANCETE FINANCEIRO IMPRES JULHO/2015****SANTA CATARINA****INST. DE PREV. DOS SERV.PUB. DO MUNIC. DE JOACABA**

Balancete Financeiro - Por Categoria Econômica - Despesa Liquidada

Betha Sistemas

Exercício de 2015

Período: Julho

Página: 1

RECEITA		DESPESA	
TÍTULOS	R\$	TÍTULOS	R\$
<b>ORÇAMENTÁRIAS</b>	<b>1.486.290,47</b>	<b>ORÇAMENTÁRIAS</b>	<b>497.126,25</b>
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	207.931,63	<b>DESPESAS EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS</b>	<b>495.320,50</b>
RECEITA PATRIMONIAL	720.080,42	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	482.219,89
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES - INTRA-ORÇAM	415.861,42	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	13.100,61
Outras Receitas Correntes Intra-Orçamentárias	142.417,00	<b>DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS</b>	<b>1.805,75</b>
		PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	1.805,75
		<b>Interferências Financeiras</b>	<b>40.636,78</b>
		REDUÇÃO A VALOR RECUPERÁVEL DE INVESTI	40.636,78
<b>EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS</b>	<b>601.965,58</b>	<b>EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS</b>	<b>599.369,63</b>
DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	104.839,33	DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	105.049,88
CRÉDITO EMPENHADO LIQUIDADO A PAGAR	497.126,25	CRÉDITO EMPENHADO LIQUIDADO A PAGAR	494.319,75
<b>SALDOS ANTERIORES</b>	<b>48.030.714,75</b>	<b>SALDOS ATUAIS</b>	<b>48.981.838,14</b>
(-) AJUSTE DE PERDAS COM TÍTULOS E VALOR	-300.000,00	(-) AJUSTE DE PERDAS COM TÍTULOS E VALOR	-300.000,00
APLICAÇÕES NO MERCADO ABERTO	48.194.605,17	APLICAÇÕES NO MERCADO ABERTO	49.263.537,20
BANCO C/ MOVIMENTO	136.109,58	BANCO C/ MOVIMENTO	18.300,94
<b>TOTAL</b>	<b>50.118.970,80</b>	<b>TOTAL</b>	<b>50.118.970,80</b>

JOACABA, 21/08/2015

PATRICIA CALLEGARI WARKEN  
CONTADORA CRCSC 029205/O-3

ELISABET M. Z. SARTORI  
DIRETORA PRESIDENTE

## PLASS

## BALANCETE FINANCEIRO JULHO/2015

Santa Catarina



## PLANO DE SAUDE ASSIST.SOCIAL DOS SERV. PUBL.-PLASS

Balancete Financeiro - Por Categoria Econômica - Despesa Liquidada

Betha Sistemas  
Exercício de 2015  
Período: Julho  
Página: 1

RECEITA		DESPESA	
TÍTULOS	R\$	TÍTULOS	R\$
<b>ORÇAMENTÁRIAS</b>	<b>389.995,32</b>	<b>ORÇAMENTÁRIAS</b>	<b>365.343,01</b>
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	181.541,14	DESPESAS EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	361.102,63
RECEITA PATRIMONIAL	141.612,49	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	4.292,20
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	16,12	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	356.810,43
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	66.825,57	<b>DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS</b>	<b>4.240,38</b>
		PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	4.240,38
<b>EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS</b>	<b>387.289,73</b>	<b>EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS</b>	<b>316.165,15</b>
DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	20.858,30	DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	20.355,36
CRÉDITO EMPENHADO LIQUIDADO A PAGAR	366.431,43	CRÉDITO EMPENHADO LIQUIDADO A PAGAR	295.809,79
<b>SALDOS ANTERIORES</b>	<b>11.910.596,08</b>	<b>SALDOS ATUAIS</b>	<b>12.006.372,97</b>
APLICAÇÕES NO MERCADO ABERTO	11.910.560,36	APLICAÇÕES NO MERCADO ABERTO	12.006.322,97
BANCO C/ MOVIMENTO	35,72	BANCO C/ MOVIMENTO	50,00
<b>TOTAL</b>	<b>12.687.881,13</b>	<b>TOTAL</b>	<b>12.687.881,13</b>

Joacaba, 21/08/2015

JULIANA DARTORA BESBATI  
Presidente

JULIO CESAR BISSANI  
Diretor Executivo

ADONES MARCIANO  
Contador



**SIMAE - SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE JOAÇABA****ERRATA TOMADA DE PREÇO 0008/2015 - SIMAE**

Errata

SIMAE - Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto de Joaçaba, Herval d'Oeste e Luzerna - SC.

Tomada de Preço JHL 0008/2015

Licitação nº 0041/2015

Protocolo 2111/2015

A Sra. Diretora Presidente do SIMAE torna público aos interessados a alteração do Edital de Licitação da Tomada de Preço n.º 0008/2015, nos seguintes termos:

1ª Alteração – Itens 1.2 e 1.3.

Fica alterada a data de entrega dos envelopes e abertura da licitação ficando da seguinte forma:

1.2 O PRAZO PARA RECEBIMENTO DOS ENVELOPES n.º 1 "DOCUMENTAÇÃO PARA HABILITAÇÃO" e n.º 2 "PROPOSTA COMERCIAL" será até as 14h00min do dia 25 de setembro de 2015, no Primeiro Piso, Sala 05, na sede desta Autarquia localizada na Rua Tiradentes, 123 – Centro – JOAÇABA, SC.

1.3 O início de abertura dos envelopes n.º 1 "DOCUMENTAÇÃO PARA HABILITAÇÃO", ocorrerá as 14h00min do dia 25 de setembro de 2015, na sala de Reuniões da sede administrativa desta Autarquia, no endereço citado no item 1.2.

2ª Alteração – Item 6 subitem 6.1.2.4.

Foi incluído o subitem 6.1.2.4 (Qualificação Técnica) ficando da seguinte forma:

5.0.1.4 Qualificação Técnica

a) Comprovação, para fins de demonstração de capacitação técnica, de possuir aptidão para a execução dos serviços, mediante a apresentação de atestado/certidão emitido por pessoa jurídica devidamente registrada em Conselho Regional de Administração – CRA, no qual se ateste que a empresa licitante executou a qualquer tempo, serviços semelhantes ao que está sendo licitado, indicado o cumprimento do prazo.

b) Certidão ou documento válido e vigente que comprove a inscrição e a regularidade da empresa licitante perante o Conselho Regional de Administração – CRA do estado sede da licitante.

3ª Alteração – Item 6 subitem 6.2.1.3 letra a).

Fica alterada a descrição do item 6 subitem 6.2.1.3 letra a) ficando da seguinte forma:

a) Dois técnicos com graduação na área da administração devidamente inscritos no Conselho Regional de Administração (CRA), sendo pelo menos um deles no mínimo pós-graduado na área de recursos humanos.

Joaçaba, 21 de agosto de 2015.

ELISABET MARIA ZANELA SARTORI

Diretora Presidente do SIMAE

**RESUMO CONTRATO JHL 0071/2015 SIMAE**

SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO

JOAÇABA-HERVAL D'OESTE E LUZERNA-SANTA CATARINA

EXTRATO DE CONTRATO JHL Nº 0071/2015

PREGÃO PRESENCIAL JHL 0030/2015

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0040/2015

PROTOCOLO Nº 2109/2015

Data assinatura: 25/08/2015

Objeto: Aquisição de equipamentos para implantação e substituição de redes de abastecimento de água e para utilização de tubos e conexões em PEAD.

Contratado: TORK COMÉRCIO DE MÁQUINAS E FERRAMENTAS LTDA

Valor Contratado: R\$ 20.789,00 (Vinte mil, setecentos e oitenta e nove reais).

Programa: 14.01

Projeto/Atividade: 2.061

Elemento De Despesa: 4.4.90.52.99.00.00.00

Prazo de vigência: 60 dias a partir da emissão da Autorização de Fornecimento.

Elisabet Maria Zanela Sartori

Diretora Presidente do SIMAE

**RESUMO CONTRATO JHL 0072/2015 SIMAE**

SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO

JOAÇABA-HERVAL D'OESTE E LUZERNA-SANTA CATARINA

EXTRATO DE CONTRATO JHL Nº 0072/2015

PRIMEIRO ADITIVO AO CONTRATO JHL 0020/2015

SMOS JHL 0108/2015

PROTOCOLO 0900/2015

Data: 25/08/2015

Objeto: Com fundamento no artigo 57, § 1º, inciso II da Lei 8.666/93, fica prorrogado o prazo de execução em 30 (trinta) dias consecutivos, a contar de 28 de agosto de 2015 e com término em 27 de setembro de 2015, conforme justificativa apresentada pelos Gestores do Contrato, Sr Wilian Sartor Sganzerla e Sr. Valdinei Antonio Gusatto e aprovação pela Diretora Presidente do SIMAE, apensadas ao SMOS n.º 0108/2015, Protocolo JHL 0900/2015, sob página 98.

Contratado: AG INSTALAÇÕES ELÉTRICAS E ENGENHARIA LTDA - ME.

Prazo de vigência: 06 de abril a 05 de dezembro de 2015.

Prazo de execução: 28 de agosto a 27 de setembro de 2015.

Elisabet Maria Zanela Sartori

Diretora Presidente do SIMAE

# Lages

## PREFEITURA

### 1º CONVÊNIO PROTESTO DE TÍTULOS

EXTRATO DE CONTRATO  
O MUNICÍPIO DE LAGES/SC

Torna público:

CONVÊNIO QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGES E O INSTITUTO DE ESTUDOS DE PROTESTO DE TÍTULOS DO BRASIL – SEÇÃO SANTA CATARINA

Pelo presente instrumento particular, PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGES, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 82.777.301/0001-90, com sede social à Rua Benjamin Constant, nº 13, Centro, Lages/SC, neste ato representado por ANTONIO ARCANJO DUARTE, e o INSTITUTO DE ESTUDOS DE PROTESTO DE TÍTULOS DO BRASIL – SEÇÃO SANTA CATARINA, situado na Rua Fúlvio Aducci, n. 1360, sala n. 409, Estreito, Florianópolis/SC, neste ato representado por seu Presidente, GUILHERME GAYA, considerando a necessidade de se promover medidas que democratizem o acesso aos serviços extrajudiciais de protesto de títulos e outros documentos de dívida e considerando, ainda, que a cobrança antecipada de emolumentos é um faculdade do delegatário, e não uma obrigação, RESOLVEM CELEBRAR O PRESENTE CONVÊNIO, que se regerá pelas seguintes cláusulas, bem como pelas normas descritas na lei de protesto e nas normas técnicas locais, especialmente as contidas no Código de Normas da Corregedoria Geral da Justiça de Santa Catarina e no Regimento de Custas e Emolumentos:

**FINALIDADE:** A partir da data da assinatura deste convênio, a conveniada estará credenciada a enviar títulos ou documentos de dívida a protesto independentemente do depósito prévio dos emolumentos devidos.

**VIGÊNCIA:** O presente convênio terá vigência por 12 (doze) meses, contados da data de sua assinatura, passada a vigorar por prazo indeterminado após o decurso do prazo estabelecido.

Fica eleito o foro da Comarca de Lages/SC para apreciar qualquer controvérsia que não possa ser dirimida de comum acordo entre os partícipes.

### EXTRATO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 204/2015 PML

O MUNICÍPIO DE LAGES, SC, TORNA PÚBLICO:

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 204/2015 PML.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES, inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages, SC.

CONTRATADO: MARCIA DA CUNHA VENTURA EPP inscrita no CNPJ sob n.º 04.498.706/0001-86, com endereço a Rua Jucelino Kubstchek de Oliveira, 2510 – Bairro Maria Luiza, CEP 88.519-400 – Lages/SC

Contrato, em decorrência do Processo Licitatório nº 92/2015, correlato a Tomada de Preço 13/2015.

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

Contratação de Empresa de Engenharia para Construção de Campo de Futebol Society na Rua Velucino Jose de Godoy, Bairro Vila Maria, nesta cidade, com fornecimento de material, em conformidade com o Projeto, Memorial Descritivo e Planilha de Quantitativos/Orçamentária, copiados em CD, partes integrantes deste Edital

**CLÁUSULA SEGUNDA – DO(S) PRAZO(S)**

2.2 De Execução: Fica Prorrogado até 31/10/2015;

As demais cláusulas e condições do contrato ora aditado permanecem em vigor.

E por estarem justos e contratados, firmam o presente instrumento em 03 vias de igual teor e forma, para que surtam seus jurídicos e legais efeitos.

Lages, 25 de Agosto de 2015

Antônio Arcanjo Duarte

Prefeito Municipal em Exercício

### EXTRATO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 273/2015 PML

O MUNICÍPIO DE LAGES, SC, TORNA PÚBLICO:

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 273/2015 PML.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constant, n.º 13, Centro, Lages, SC.

CONTRATADA PROFUZZY CONSULTORIA E SISTEMAS LTDA, inscrita no CNPJ sob n. 80.487.606/001-32, sediada a Av. primeiro de maio, 226, Universitário - Lages/SC, CEP 88.509-510.

Contrato de Inexigibilidade, nos termos do art. 25 caput, da Lei 8.666/93, em decorrência do Processo Licitatório nº 200/2015, correlato a Inexigibilidade nº 07/2015.

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

1.1 Prestação de Serviços Técnicos de Consultoria e Assessoria Técnica para atualizar o Projeto Básico do Serviço Público de Transporte Coletivo Urbano de Passageiros.

1.2 Realizar atualização dos dados técnico-operacionais e econômico-financeiros referentes ao Projeto Básico do Serviço Público de Transporte Coletivo urbano de Passageiros, anexo ao Edital de concorrência Pública nº 17/2012, a ser republicado:

a) Adequar a oferta de Serviços;

b) Adequar a capacidade do sistema;

c) Atualizar e rever as projeções de demanda;

d) Atualizar o cálculo da tarifa de remuneração máxima a ser fixada pelo Edital;

e) Rever a composição da taxa de Retorno de Capital

f) Refazer e atualizar o fluxo de Caixa da Concessão;

g) Reavaliar o prazo de concessão, em face da manutenção da tarifa pública a preço módico.

1.3 proceder a Atualização do texto do edital de Concorrência pública nº 17/2012, em razão da decisão nº 5525/2014, exarada pelo Pleno do tribunal de Contas de Santa Catarina.

1.4 Acompanhamento do Processo de análise das propostas, fornecendo subsídios, sob o ponto de vista técnico, para que a Comissão Permanente de Licitação proceda o Julgamento do Certame e confeccione seus pareceres

**CLÁUSULA SEGUNDA – DO(S) PRAZO(S)**

2.2 De Execução, é de 30 dias a contar da data da assinatura da ordem de serviço;

As demais cláusulas e condições do contrato ora aditado permanecem em vigor.

E por estarem justos e contratados, firmam o presente instrumento em 03 vias de igual teor e forma, para que surtam seus jurídicos e legais efeitos

Lages, 25 de agosto de 2015.

Antonio Arcanjo Duarte

Prefeito Municipal em Exercício

**EXTRATO CONTRATO 102/2015 SMS**

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

CONTRATO 102/2015 SMS.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES/ FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS, inscrito no CNPJ sob n.º 11.840.546/0001-77, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages/SC.

CONTRATADO: LATINA MOTORS COMÉRCIO EXPORTAÇÃO E IMPORTAÇÃO LTDA, inscrita no CNPJ: 13.151.411/0001-20 com sede a AV. Horácio krepischki, 420 – Matadouro – CEP 13.600-000 – Ara-ras/SP.

Contrato em decorrência do Processo Licitatório nº 55/2015, correlato ao Pregão Eletrônico nº 14/20155.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Aquisição de veículo e motos para uso no programa de controle e combate da dengue, em conformidade com as especificações prescritas no Anexo I – Termo de Referência, que passa a fazer parte integrante do edital correlato.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO(S) .

2.1 De Início, contar-se-á da data da assinatura do Contrato decorrente;

2.2 De Execução, da data da assinatura do Contrato decorrente até 31/12/2015;

2.3 De Entrega, em até 45 (quarenta e cinco) dias da Solicitação da Secretaria Municipal da Saúde, Praça Leoberto Leal, 20 – Centro – Lages/SC

CLÁUSULA TERCEIRA – DO(S) PREÇO(S)

O valor a ser pago será de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais).

Lages, 11 de agosto de 2015.

Antônio Arcanjo Duarte

Prefeito Municipal em Exercício

**EXTRATO CONTRATO 103/2015 SMS**

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

CONTRATO 103/2015 SMS.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES/ FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS, inscrito no CNPJ sob n.º 11.840.546/0001-77, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages/SC.

CONTRATADO: OK DISTRIBUIDORA DE VEÍCULOS E PEÇAS LTDA, inscrita no CNPJ: 07.886.644/0001-78 com sede a Rua Ipiranga, 1220 – Centro – CEP 08.730-000 – Mogi das Cruzes/SP.

Contrato em decorrência do Processo Licitatório nº 55/2015, correlato ao Pregão Eletrônico nº 14/20155.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Aquisição de veículo e motos para uso no programa de controle e combate da dengue, em conformidade com as especificações prescritas no Anexo I – Termo de Referência, que passa a fazer parte integrante do edital correlato.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO(S) .

2.1 De Início, contar-se-á da data da assinatura do Contrato decorrente;

2.2 De Execução, da data da assinatura do Contrato decorrente até 31/12/2015;

2.3 De Entrega, em até 45 (quarenta e cinco) dias da Solicitação da Secretaria Municipal da Saúde, Praça Leoberto Leal, 20 – Centro – Lages/SC

CLÁUSULA TERCEIRA – DO(S) PREÇO(S)

O valor a ser pago será de R\$ 115.800,00 (cento e quinze mil e oitocentos reais).

Lages, 11 de agosto de 2015.

Antônio Arcanjo Duarte

Prefeito Municipal em Exercício

**EXTRATO CONTRATO 62/2015 SEMASA**

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

CONTRATO 62/2015 - SEMASA

CONTRATANTE: SECRETARIA MUNICIPAL DE ÁGUAS E SANEAMENTO - SEMASA, inscrita no CNPJ sob n.º 05.532.421/0001-87, com sede no Município de Lages/SC.

CONTRATADO: OLEGÁRIO MOTORS LTDA inscrita no CNPJ n.º 18.537.926/0001-86, com sede a Alameda Aristiliano Ramos, 2020 – Santana – Rio do Sul/SC - CEP: 89.160-320.

Contrato em decorrência do Processo Licitatório nº 42/2015, correlato à pregão Presencial 24/20155.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Aquisição de Veículos, para uso da Secretaria Municipal de Águas e Saneamento (SEMASA), conforme descritivo em anexo, conforme planilha de quantitativos no anexo II, parte integrante do Edital..

CLÁUSULA SEGUNDA – DO(S) 2.1 De 2.1 De Início, contar-se-á da data da assinatura do Contrato decorrente;

2.2 De Execução, a contar da data da assinatura do Contrato decorrente até 31/12/2015.

2.3 De Entrega(s), em até 45 (quarenta e cinco) dias das solicitações, na Secretaria Municipal de Águas e Saneamento – SEMASA, à Av. 1º de Maio, nº 1700, B: Popular.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO(S) PREÇO(S)

O preço certo e ajustado pelas partes conforme proposta da CONTRATADA é de R\$ 74.490,00 (setenta e quatro mil quatrocentos e noventa reais).

Lages, 04 de agosto de 2015.

Benjamin Schultz

Secretário Municipal (SEMASA)

**EXTRATO CONTRATO 63/2015 SMS**

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

CONTRATO 63/2015 - SEMASA

CONTRATANTE: SECRETARIA MUNICIPAL DE ÁGUAS E SANEAMENTO - SEMASA, inscrita no CNPJ sob n.º 05.532.421/0001-87, com sede no Município de Lages/SC.

CONTRATADO: VOLKSWAGEN DO BRASIL – INDÚSTRIA DE VEÍCULOS AUTOMOTORES LTDA inscrita no CNPJ n.º 59.104.422/0024-46, com sede a Av. Carlos Pedroso da Silveira, 10000 – Taubaté/SP.

Contrato em decorrência do Processo Licitatório nº 42/2015, correlato à pregão Presencial 24/20155.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Aquisição de Veículos, para uso da Secretaria Municipal de Águas e Saneamento (SEMASA), conforme descritivo em anexo, conforme planilha de quantitativos no anexo II, parte integrante do Edital..

CLÁUSULA SEGUNDA – DO(S) 2.1 De 2.1 De Início, contar-se-á da data da assinatura do Contrato decorrente;

2.2 De Execução, a contar da data da assinatura do Contrato decorrente até 31/12/2015.

2.3 De Entrega(s), em até 45 (quarenta e cinco) dias das solicitações, na Secretaria Municipal de Águas e Saneamento – SEMASA, à Av. 1º de Maio, nº 1700, B: Popular.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO(S) PREÇO(S)

O preço certo e ajustado pelas partes conforme proposta da CONTRATADA é de R\$ 42.350,00 (quarenta e dois mil e trezentos e cinquenta reais).

Lages, 04 de agosto de 2015.

Benjamin Schultz

Secretário Municipal (SEMASA)

**PP 39-2015 SMS**  
**AVISO DE LICITAÇÃO**

Modalidade: PP 39-2015 SMS  
Objeto: Contratação de Empresa para a confecção de Móveis fixos para as UBS do Bairro Coral e São Miguel.  
Tipo: Menor Preço Por Lote  
Abertura: 10/09/2015 às 17:00  
Valor Estimado: R\$ 46.203,00

A retirada obter-se-á no Executivo de Licitações e Contratos, ao custo de R\$ 10,00 cada ou pelo [www.lages.sc.gov.br](http://www.lages.sc.gov.br) sem ônus. Maiores informações pelo telefone (49) 3221-1169.

Lages, 25 de agosto de 2015.  
Pedro Marcos Ortiz  
Secretário de Administração

**RERRATIFICAÇÃO Nº 03 PP 26-2015 SEMASA**

RERRATIFICAÇÃO nº 03  
ASSUNTO: EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 26/2015 SEMASA  
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE COLETA E ANÁLISE COMPLEXA DO ESGOTO TRATADO, MONTANTE E JUSANTE DO RIO CAVEIRAS E PINHEIRO SECO, NA ETE, BAIRRO CAÇA E TIRO E LOTEAMENTO LOURIVAL BET.

O Município de Lages, presente a supremacia do interesse público, em atendimento a pedido da Secretaria Requisitante, com fulcro nos termos dispostos no § 4º do art. 21 da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares, torna notório aos interessados as alterações que se fazem necessárias no Item 16.3 do Edital em comento, conforme segue abaixo:

Exclui-se o Item 16.3.2 do referido edital, da qualificação técnica. A referência de 30% das análises não se trata de normas regulamentadas e, sim de um percentual estipulado pela equipe técnica da ETE (Estação de Tratamento de Esgoto).  
As demais cláusulas permanecem inalteradas.

Lages, 25 de agosto de 2015.  
Benjamin Schultz  
Secretário da SEMASA

**RERRATIFICAÇÃO PP 103-2015 PML**

RERRATIFICAÇÃO  
ASSUNTO: EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 103/2015 PML  
OBJETO: AQUISIÇÃO DE NOTEBOOKS E PROJETOR MULTIMÍDIA PARA USO DO CORPO DE BOMBEIROS.

O Município de Lages, presente a supremacia do interesse público, em atendimento a pedido do FUNREBOM, com fulcro nos termos dispostos no § 4º do art. 21 da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares, torna notório aos interessados as alterações que se fazem necessárias no Edital em comento, conforme segue abaixo:

- No item 01, leia-se: Computadores portáteis – notebook Sistema operacional Ubuntu 14.04 LTS ou superior. Tela de 15.6 polegadas 720p.( 1366x768), widescreen e com Webcam. Memória RAM de no mínimo 4Gb DDR3. Processador Intel core I3-5005U 2.0 GHz 3MB LGA 1155 c/ intel HD graphics. Disco Rígido SATA de 500Gb( 5400RPM). Unidade de mídia óptica de CD/DVD-ROM compatível com o sistema operacional instalado. Placa Wirelles/Bluetooth. Placa de rede Ethernet 10/100Mbps. Teclado em português(ABNT2) e com teclado numérico integrado. Bateria de Lithium de 6 células. Carregador de Bateria original. Opções de cor: preto. Controladora

de áudio: dispositivo padrão.

Em consequência, adia-se a data de abertura da sessão, marcada para às 16:00 horas do dia 28/08/2015, para às 16:00 do dia 11/09/2015.

As demais cláusulas permanecem inalteradas.

Lages, 25 de agosto de 2015.  
Pedro Marcos Ortiz  
Secretário da Administração

**RERRATIFICAÇÃO TP 11-2015 SEMASA**

RERRATIFICAÇÃO

ASSUNTO: EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº 11/2015 SEMASA  
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE ELETROMECÂNICA, COM FORNECIMENTO DE GUINDASTE MUNK, PARA SUBSTITUIÇÃO DE CORRENTES DOS AERADORES INSTALADOS NA ETE (ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE ESGOTO), BAIRRO CAÇA E TIRO, EM CONFORMIDADE COM MEMORIAL DESCRITIVO E PLANILHAS DE QUANTITATIVOS/ORÇAMENTÁRIA, COPIADOS EM CD, PARTES INTEGRANTES DESTA EDITAL.

O Município de Lages, presente a supremacia do interesse público, em atendimento a pedido da Secretaria Requisitante, com fulcro nos termos dispostos no § 4º do art. 21 da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares, torna notório aos interessados que algumas alterações se fizeram necessárias no Edital em comento.

As alterações encontram-se disponibilizadas no site: [www.lages.sc.gov.br](http://www.lages.sc.gov.br)

As demais cláusulas permanecem inalteradas.

Lages, 25 de agosto de 2015.  
Benjamin Schultz  
Secretário da SEMASA

**TERMO DE CONVÊNIO 062/2015**

EXTRATO DE CONTRATO  
O MUNICÍPIO DE LAGES/SC

Torna público:

TERMO DE CONVÊNIO N.º 062/2015

Os signatários deste instrumento, de um lado o MUNICÍPIO DE LAGES, Estado de Santa Catarina, inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, representado neste ato por seu Prefeito Municipal, Sr. ANTÔNIO ARCANJO DUARTE, e de outro lado o INSTITUTO JOSÉ PASCHOAL BAGGIO, inscrito no CNPJ sob n.º 09.198.242/0001-06, com sede à Rua Coronel Córdova, nº 84, Bairro Centro, na cidade de Lages, Estado de Santa Catarina, representada neste ato pela Sra. ISABEL CHRISTINA ANTUNES BAGGIO, CPF nº 522.116.549-49, Presidente, tem justo e acertado o presente Termo de Convênio mediante as cláusulas e condições seguintes:

OBJETO: O objeto do presente Termo de Convênio consiste no repasse que será concedido pelo Município para auxílio financeiro para o Sede Serra – Seminário Catarinense da Serra Catarinense – 3ª Edição.

VALOR: R\$ 15.000,00 (quinze mil reais) em parcela única.  
VIGÊNCIA: 12/08/2015 A 31/12/2015.



# Lauro Muller

## PREFEITURA

### LEI Nº 1.881/2015

LEI Nº 1.881/2015 DE 21 DE AGOSTO DE 2015  
DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA MUNICIPAL A ASSOCIAÇÃO PROTETORA DOS ANIMAIS DE LAURO MÜLLER (SC) – MIADOS, LATIDOS E CIA. E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER – SC, faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica declarada de utilidade pública a ASSOCIAÇÃO PROTETORA DOS ANIMAIS DE LAURO MÜLLER (SC) – MIADOS, LATIDOS E CIA., registrada como pessoa jurídica, pelo CNPJ nº 14.788.264/0001-66, de 21/11/2011.

Art. 2º - Em decorrência dos efeitos produzidos por esta Lei, a entidade aludida no artigo anterior gozará de todos os benefícios e prerrogativas previstos em Lei.

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 21 DE AGOSTO DE 2015.  
FABRÍCIO KUSMIN ALVES  
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicadas no órgão oficial do município.

SORAYA CURCIO LIBRELATO  
Secretária de Adm., Fin. e Planejamento

### LEI Nº 1.882/2015

LEI Nº 1.882/2015 DE 21 DE AGOSTO DE 2015.  
INSTITUI O PROGRAMA DE RECUPERAÇÃO FISCAL – REFIS, CONCEDE BENEFÍCIOS EM ACORDOS JUDICIAIS REALIZADOS DURANTE MUTIRÃO DE CONCILIAÇÃO PROMOVIDO PELO PODER JUDICIÁRIO, ACORDOS EXTRAJUDICIAIS, PROMOVIDOS PELA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER-SC, faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º — Fica instituído o PROGRAMA DE RECUPERAÇÃO FISCAL – REFIS, no âmbito do Município de Lauro Müller/SC, destinado a promover a regularização dos créditos da Fazenda Pública Municipal, decorrentes de débitos fiscais de pessoas física e jurídica, somente inscritos em dívida ativa, em cobrança judiciais ou extrajudiciais, relativos a Imposto Sobre Serviços – ISS, Imposto Predial e Territorial Urbano – IPTU, Alvarás e Taxas diversas de competência de criação e arrecadação do Município.

Art. 2º — O REFIS abrange os créditos fiscais da Fazenda Pública Municipal, constituídos até 31 de dezembro de 2014, somente inscritos em dívida ativa, que se encontrem em fase de cobrança

administrativa ou judicial, com exigibilidade suspensa ou não, inclusive aqueles que se encontram com parcelamento ativo, atrasados ou não, que poderão ser renegociados nos termos desta Lei pelo restante que falta para pagamento, ficando autorizado o Poder Executivo, por meio da Procuradoria do Município, a firmar acordo judicial ou extrajudicial, concedendo os benefícios previstos nesta Lei, iniciando-se a partir da aprovação da presente Lei até 30 (trinta) dias úteis após a sanção da mesma.

§ 1º — Os benefícios desta Lei compreendem:

I — Concessão de dispensa dos juros e da multa incidentes sobre os créditos fiscais em cobrança judicial ou extrajudicial, na forma que segue abaixo:

a) 100% (cem por cento) mediante pagamento do principal, acrescido da correção monetária, em parcela única.

09tituído LO PODER JUDICIÁRIO, b) 75% (setenta e cinco por cento) para o pagamento do principal, acrescido da correção monetária em até 4 (quatro) parcelas.

c) 50% (cinquenta por cento) para o pagamento do principal, acrescido da correção monetária em até 6 (seis) parcelas.

d) 25% (vinte e cinco por cento) para o pagamento do principal, acrescido da correção monetária em até 9 (nove) parcelas.

II — O Contribuinte poderá optar ainda, pelo pagamento do principal, acrescido dos juros, correção monetária e multa, sem o benefício de qualquer desconto, acima de 10 (dez) parcelas.

§ 2º — No caso de opção para pagamento parcelado, as parcelas serão mensais e sucessivas, vencendo a primeira na data da opção, em parcelas iguais.

§ 3º — Para auferir os benefícios desta Lei, o valor de cada parcela não poderá ser inferior a R\$ 50,00 (cinquenta reais).

§ 4º — É da competência do Procurador do Município promover a inclusão em pauta ou apresentar termo de acordo para homologação judicial ou extrajudicial competente no período previsto neste artigo, podendo incluir os valores de honorários advocatícios para os casos de acordos judiciais.

§ 5º — Nos casos em que o contribuinte demonstre na Audiência de Conciliação Fiscal a impossibilidade do pagamento da parcela única ou da primeira parcela na ocasião da data do acordo, ficará facultado ao Procurador do Município autorizar referido recolhimento pelo prazo de até 15 (quinze) dias.

Art. 3º — A adesão aos benefícios previstos nesta Lei implica automaticamente na confissão e reconhecimento dos créditos objeto da ação, com renúncia de oposição de embargos do devedor na ação de execução.

Art. 4º — A inadimplência de 2 (duas) parcelas, consecutivas ou alternadas, implica no vencimento do total das parcelas vencidas, retomando-se a ação de execução, perdendo o devedor os benefícios concedidos com amparo desta Lei, passando a sofrer os acréscimos aplicáveis aos inadimplentes de tributos.

Parágrafo Único — O cancelamento do parcelamento por culpa do contribuinte implicará na execução judicial do crédito remanescente, ou no prosseguimento da ação judicial em caso de execuções já ajuizadas.

Art. 5º — Os benefícios previstos na presente Lei não se aplicam aos créditos constituídos em razão da prática de crime contra a ordem tributária.

Art. 6º — Os contribuintes com débitos já parcelados administrativamente ou no bojo de execuções fiscais municipais, poderão aderir ao REFIS no que tange ao saldo remanescente, apurado de acordo com a porcentagem paga do valor devido, mediante pagamento à vista ou novo parcelamento, desde que não tenham auferido benefício do desconto de juros e multa no parcelamento anterior.

Art. 7º — O gozo dos benefícios instituídos por esta Lei não confere direito à restituição ou compensação de importância já paga, seja a que título for, sendo que seus efeitos não retroagirão em hipótese alguma.

Art. 8º — Esta Lei vigorará a partir da data de sua publicação.

Art. 9º — Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 21 DE AGOSTO DE 2015.  
FABRÍCIO KUSMIN ALVES  
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicadas no órgão oficial do município.

SORAYA CURCIO LIBRELATO  
Secretária de Adm., Fin. e Planejamento

#### **PORTARIA Nº 295/2015**

PORTARIANº 295/2015

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MULLER – SC, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal e artigo 36, da Lei Municipal nº 1.553/2009, de 02/02/2009,

RESOLVE:

Art. 1º - CONTRATAR, ELIZABETE JORGE, para a função de Professor II, em Caráter Temporário, pelo período de 08 de Junho de 2015 a 18 de dezembro de 2015, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, para desempenhar suas funções laborais junto a Secretaria Municipal da Educação e dos Esportes, em vaga excedente.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 08/06/2015.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 12 DE JUNHO DE 2015.  
FABRÍCIO KUSMIN ALVES  
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

SORAYA CURCIO LIBRELATO  
Sec. Administração, Fin. e Planej.

#### **PORTARIA Nº 296/2015**

PORTARIANº 296/2015

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MULLER – SC, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal e artigo 36, da Lei Municipal nº 1.553/2009, de 02/02/2009,

RESOLVE:

Art. 1º - NOMEAR, MÁRCIA REGINA RIGHETTO MAFRA, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Gerente de Setor junto a Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Planejamento, Código/Nível DASI 4

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 01/06/2015.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 12 DE JUNHO DE 2015.  
FABRÍCIO KUSMIN ALVES  
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

SORAYA CURCIO LIBRELATO  
Sec. Administração, Fin. e Planej.

#### **PORTARIA Nº 297/2015**

PORTARIA Nº 297/2015.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MULLER – SC, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal, consoante Lei Municipal nº 1.300/2004,

RESOLVE:

Art. 1º - LOTAR, a professora ROSINETE APARECIDA BAGIO FERNANDES, Professora II, com regime de trabalho de 20 (vinte) horas semanais na Escola Municipal Hilário Pescador.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 12 DE JUNHO DE 2015.  
FABRÍCIO KUSMIN ALVES  
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

SORAYA CURCIO LIBRELATO  
Sec. Administração, Fin. e Planej.

**PORTARIA Nº 297/2015**

PORTARIA Nº 297/2015.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal, consoante Lei Municipal nº 1.300/2004,

**RESOLVE:**

Art. 1º - ALTERAR A CARGA HORÁRIA da servidora pública CAROLINA CAMPOS DOS SANTOS, Psicóloga, do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Lauro Müller junto à Secretaria Municipal da Saúde, cumprindo o regime de 20 (VINTE) HORAS SEMANAIS.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 14 DE JUNHO DE 2015.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

SORAYA CURCIO LIBRELATO

Sec. Administração, Fin. e Planej.

**PORTARIA Nº 298/2015**

PORTARIA Nº 298/2015

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no artigo 63 inciso VI e VIII da Lei Orgânica Municipal,

**RESOLVE:**

Art. 1º - DEMITIR, GUIOMAR DE JESUS MARIOT, Pedreiro, do Quadro Funcional junto à Secretaria Municipal de Obras, da Prefeitura Municipal de Lauro Müller.

Art. 2º - O motivo da demissão do servidor é em razão de sua aposentadoria por tempo de contribuição.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 24 DE JUNHO DE 2015.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

SORAYA CURCIO LIBRELATO

Sec. Administração, Fin. e Planej.

**PORTARIA Nº 299/2015**

PORTARIANº 299/2015

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no artigo 63, inciso VI e VIII e artigo 78 incisos VI e IX, respectivamente, da Lei Orgânica Municipal, consoante Lei Municipal nº 1.503/2008 e Lei nº 1.432/2007, considerando ainda, a necessidade temporária de excepcional interesse público e o resultado do Processo Seletivo Simplificado nº 002/2014 para admissão em caráter temporário,

**RESOLVE:**

Art. 1º - CONTRATAR, EDUARDO COSTA, aprovado no Processo Seletivo Simplificado nº 002/2014, para exercer o cargo de Técnico em Enfermagem do SAMU, em Caráter Temporário, pelo período de 25 de Junho de 2015 a 28 de Maio de 2016, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, com lotação junto a Secretaria Municipal da Saúde.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 25/06/2015.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 25 DE JUNHO DE 2015.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

SORAYA CURCIO LIBRELATO

Sec. Administração, Fin. e Planej.

**PORTARIA Nº 300/2015**

PORTARIANº 300/2015

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no artigo 63, inciso VI e VIII e artigo 78 incisos VI e IX, respectivamente, da Lei Orgânica Municipal, combinado com a Lei Municipal nº 1.506/2008,

**RESOLVE:**

Art. 1º - EXONERAR, RENATO OFÉLIO DAMINELLI, do Cargo de Superintendente da Fundação Ambiental Municipal de Lauro Müller.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 25 DE JUNHO DE 2015.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

SORAYA CURCIO LIBRELATO

Sec. Administração, Fin. e Planej.



**PORTARIA Nº 301/2015**

PORTARIANº 301/2015

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no artigo 63, inciso VI e VIII e artigo 78 incisos VI e IX, respectivamente, da Lei Orgânica Municipal, combinado com a Lei Municipal nº 1.506/2008,

**RESOLVE:**

Art. 1º - COLOCAR A DISPOSIÇÃO, com a anuência do mesmo e por necessidade de ordem administrativa, o funcionário público RENATO OFÉLIO DAMINELLI, ocupante do cargo de provimento efetivo de Engenheiro Agrônomo, que exerce atualmente junto a Prefeitura Municipal para exercê-lo junto a Fundação Ambiental Municipal de Lauro Müller até a realização de Concurso Público.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 26/06/2015.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 25 DE JUNHO DE 2015.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES  
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

SORAYA CURCIO LIBRELATO  
Sec. Administração, Fin. e Planej.

**PORTARIA Nº 302/2015**

PORTARIANº 302/2015

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com os artigos 63, incisos VI e VIII e 89, inciso II letras "a" e "b", da Lei Orgânica Municipal, combinado com a Lei Municipal nº 1.506/2008,

**RESOLVE:**

Art. 1º - NOMEAR, ELIANDRO BETT GIONGO, para o Quadro Funcional da Fundação Ambiental Municipal de Lauro Müller, para exercer o Cargo de Superintendente.

Art. 2º - DESIGNAR, ELIANDRO BETT GIONGO, Secretário Municipal de Agricultura, para responder cumulativamente pelo cargo de Superintendente da Fundação Ambiental Municipal de Lauro Müller, sem ônus para o Município.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 27 DE JUNHO DE 2015.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES  
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

SORAYA CURCIO LIBRELATO  
Sec. Administração, Fin. e Planej.

**PORTARIA Nº 303/2015**

PORTARIANº 303/2015

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER-SC, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no artigo 63 inciso VI e VIII da Lei Orgânica Municipal,

**RESOLVE:**

Art. 1º - DEDITIR A PEDIDO, JÉSSICA SANDRINI, Farmacêutica, do Quadro Funcional junto ao Hospital Municipal Henrique Lage.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 13/07/2015.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 01 DE JULHO DE 2015.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES  
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

SORAYA CURCIO LIBRELATO  
Sec. Administração, Fin. e Planej.

**PORTARIA Nº 304/2015**

PORTARIANº 304/2015

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER-SC, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no artigo 63 inciso VI e VIII da Lei Orgânica Municipal,

**RESOLVE:**

Art. 1º - DEDITIR A PEDIDO, RONAN LOLI, Engenheiro Civil, do Quadro Funcional junto à Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Planejamento, da Prefeitura Municipal de Lauro Müller.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 01 DE JULHO DE 2015.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES  
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

SORAYA CURCIO LIBRELATO  
Sec. Administração, Fin. e Planej.

**PORTARIA Nº 305/2015**

PORTARIA Nº 305/2015.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal, consoante Lei Municipal nº 1.300/2004,

**RESOLVE:**

Art. 1º - ALTERAR TEMPORARIAMENTE A CARGA HORÁRIA da servidora pública DÉBORA DE OLIVEIRA ESPINDOLA, Professora II, do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Lauro Müller, cumprindo o regime de 40 (quarenta) horas semanais, para desempenhar suas funções laborais sendo 20 (vinte) horas no Centro

de Educação Infantil Irani Vargas e 20 (vinte) horas na Escola de Educação Infantil Tia Marli, em substituição a funcionária efetiva Leila Buratte, partir de 01 de Julho de 2015 à 18 de Dezembro de 2015.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 01 DE JULHO DE 2015.  
FABRÍCIO KUSMIN ALVES  
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

SORAYA CURCIO LIBRELATO  
Sec. Administração, Fin. e Planej.

### **PORTARIA Nº 306/2015**

PORTARIA Nº 306/2015.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER – SC, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal, consoante Lei Municipal nº 1.300/2004,

RESOLVE:

Art. 1º - CONTRATAR, MARCUS VINICIUS CARDOSO, para a função de Professor I – Educação Física, em Caráter Temporário, pelo período de 01 de Julho de 2015 a 30 de Julho de 2015, com carga horária de 10 (dez) horas semanais, para desempenhar suas funções laborais na Escola Municipal Lígia Chaves Cabral, com lotação junto a Secretaria Municipal da Educação e dos Esportes, em substituição ao funcionário Ezequiel José Borges.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 01 DE JULHO DE 2015.  
FABRÍCIO KUSMIN ALVES  
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

SORAYA CURCIO LIBRELATO  
Sec. Administração, Fin. e Planej.

### **PORTARIA Nº 307/2015**

PORTARIA Nº 307/2015.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER – SC, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal, consoante Lei Municipal nº 1.300/2004,

RESOLVE:

Art. 1º - TRANSFERIR TEMPORARIAMENTE, da Escola Municipal Emília Mamede Soares, a funcionária ROSILDA SCHIMITZ DE OLIVEIRA, Professora I – Ensino Fundamental, para desempenhar suas funções laborais junto a Secretaria Municipal da Educação e dos Esportes, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais em vaga excedente, pelo período de 01 de Julho de 2015 à 18 de Dezembro de 2015.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 01 DE JULHO DE 2015.  
FABRÍCIO KUSMIN ALVES  
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

SORAYA CURCIO LIBRELATO  
Sec. Administração, Fin. e Planej.

### **PORTARIA Nº 308/2015**

PORTARIA Nº 308/2015.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER – SC, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal, consoante Lei Municipal nº 1.300/2004,

RESOLVE:

Art. 1º - LOTAR, a professora ALINE RIGHETTO TASCA, Professora II, com regime de trabalho de 20 (vinte) horas semanais na Escola Municipal Emília Mamede Soares.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 01 DE JULHO DE 2015.  
FABRÍCIO KUSMIN ALVES  
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

SORAYA CURCIO LIBRELATO  
Sec. Administração, Fin. e Planej.

### **PORTARIA Nº 309/2015**

PORTARIA Nº 309/2015

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER-SC, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no artigo 63 inciso VI e VIII da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º - DEDITIR A PEDIDO, MARCOS NESI, Engenheiro Ambiental, do Quadro Funcional junto à Fundação Ambiental Municipal de Lauro Müller.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 15/07/2015.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 10 DE JULHO DE 2015.  
FABRÍCIO KUSMIN ALVES  
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

SORAYA CURCIO LIBRELATO  
Sec. Administração, Fin. e Planej.

# Leoberto Leal

## PREFEITURA

### ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 010/2015 - FMS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 010/2015 - FMS  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 014/2015, PARA EVENTUAIS AQUISIÇÕES PARCELADAS DE PEÇAS E CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS PARA MANUTENÇÃO DA PARTE ELÉTRICA DA FROTA DE VEÍCULOS DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LEOBERTO LEAL, DE ACORDO COM AS ESPECIFICAÇÕES DO ANEXO I, DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 018/2015.

Aos 26 (vinte e seis) dias do mês de junho do ano de 2015, nos termos do artigo 15 da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, o Pregoeiro e a Equipe de Apoio, designados através da Portaria nº 054/11, de 28 de Fevereiro de 2011, para recebimento e abertura dos envelopes contendo as Propostas de Preços e os Documentos de Habilitação visando o REGISTRO DE PREÇOS para eventuais aquisições parceladas de peças e contratação de serviços para manutenção da parte elétrica da frota de veículos do Fundo Municipal de Saúde de Leoberto Leal, de acordo com as especificações do Anexo I, que acompanha este edital.

LARISSE CRISTINA MELLO ME

CNPJ: 08.952.957/0001-40

AVENIDA ADOLFO SCHEIDT, Nº 50, CENTRO, CEP: 88.445-000, LEOBERTO LEAL/SC

#### CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO.

A presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS tem por objeto, eventuais aquisições parceladas de peças e contratação de serviços para manutenção da parte elétrica da frota de veículos do Fundo Municipal de Saúde de Leoberto Leal, de acordo com as especificações do Anexo I, a contar da data de assinatura da presente ata, conforme as especificações e quantidades máximas de cada lote constantes no Anexo I, que passa a fazer parte, para todos os efeitos, desta Ata.

#### CLÁUSULA SEGUNDA: DA VIGÊNCIA.

A presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS vigorará pelo período de 12 (doze) meses.

#### CLÁUSULA TERCEIRA: DO PREÇO.

As proponentes registradas para os lotes cotados são as seguintes:

LOTE I- PEÇAS PARTE ELÉTRICA MICROÔNIBUS MARCOPOLO/VO-LARE PLACA MEU-2062

TOTAL	EMPRESA VENCEDORA
R\$ 9.898,00	LARISSE CRISTINA MELLO ME

LOTE II- PEÇAS PARTE ELÉTRICA FIAT DOBLO HLX 1.8 FLEX PLACA MHA-2757

TOTAL	EMPRESA VENCEDORA
R\$ 9.999,00	LARISSE CRISTINA MELLO ME

LOTE III- PEÇAS PARTE ELÉTRICA AMBULANCIA UTI MÓVEL PLACA MHN-1749

TOTAL	EMPRESA VENCEDORA
R\$ 9.499,00	LARISSE CRISTINA MELLO ME

LOTE IV- PEÇAS PARTE ELÉTRICA PARA UNO MILLE FLEX PLACA

MJT-6722

TOTAL	EMPRESA VENCEDORA
R\$ 8.999,00	LARISSE CRISTINA MELLO ME

LOTE V- PEÇAS PARTE ELÉTRICA PARA GOL SPECIAL PLACA QHF-5553

TOTAL	EMPRESA VENCEDORA
R\$ 8.999,00	LARISSE CRISTINA MELLO ME

LOTE VI- PEÇAS PARTE ELÉTRICA PARA FIAT PALIO FIRE PLACA MMC-3166

TOTAL	EMPRESA VENCEDORA
R\$ 8.499,00	LARISSE CRISTINA MELLO ME

LOTE VII - PEÇAS PARTE ELÉTRICA PARA SPRINTER – MERCEDES BENS PLACA MJT-8432

TOTAL	EMPRESA VENCEDORA
R\$ 8.499,00	LARISSE CRISTINA MELLO ME

#### CLÁUSULA QUARTA: DO PEDIDO DE COMPRAS.

O fornecimento do(s) produto(s) e a prestação dos serviços, cujos preços ora registramos será solicitado mediante a apresentação do pedido de compras correspondente.

Parágrafo Único: Cada Autorização de Compras conterá sucintamente:

- Número da Ata;
- Quantidade do Produto;
- Descrição do Produto;
- Local de Entrega;
- Condições de Pagamento;
- Valor.

#### CLÁUSULA QUINTA: DO PAGAMENTO.

Os pagamentos serão efetuados em até 30 (trinta) dias, após entrega dos produtos e prestação dos serviços, mediante a apresentação de nota fiscal.

Parágrafo Único: Caso constatado alguma irregularidade nas faturas/notas fiscais, estas serão devolvidas ao Fornecedor, acompanhadas das informações correspondentes às irregularidades verificadas para as necessárias correções.

#### CLÁUSULA SEXTA: REAJUSTAMENTO DE PREÇOS E EQUILÍBRIO ECONÔMICO FINANCEIRO.

6.1 Os contratantes têm direito ao equilíbrio econômico financeiro da Ata de Registro de Preços procedendo-se a revisão do mesmo a qualquer tempo, desde que ocorra variação de preços dos produtos/serviços, que seja imprevisível ou previsível, porém com consequências incalculáveis, que onere ou desonere excessivamente as obrigações pactuadas no presente instrumento.

6.1.1 A contratada, quando for o caso, deverá formular a Administração requerimento para revisão da Ata de Registro de Preços, comprovando a ocorrência de aumento de preços;

6.1.2. A comprovação será feita através de documentos, tais como

lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição de matérias-primas, de transporte de mercadorias, alusivas à época da elaboração da proposta e do momento do pedido de revisão da Ata de Registro de Preços;

6.1.3 Junto com o requerimento, a contratada deverá apresentar planilha de custos comparativa entre a data da formulação da proposta e do momento do pedido de revisão da Ata de Registro de Preços, evidenciando o quanto o aumento de preços ocorrido repercute no valor total pactuado;

6.1.4 A administração, reconhecendo o desequilíbrio econômico financeiro, procederá à revisão da Ata de Registro de Preços de acordo com os parâmetros estabelecidos pela Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

6.2 Independentes da solicitação, a Administração poderá convocar a contratada para negociar a redução dos preços, mantendo o mesmo objeto cotado, na qualidade e nas especificações indicadas na proposta, em virtude da redução dos preços no mercado.

6.3 As alterações decorrentes da revisão dos preços serão formalizadas através de Aditivos à Ata de Registro de Preços.

#### CLÁUSULA SÉTIMA: CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO.

7.1 As aquisições obedecerão à conveniência e as necessidades do Fundo Municipal de Saúde de Leoberto Leal, objetivadas no atendimento do Município.

7.2 Dentro do prazo da vigência da Ata de Registro de Preços, o(s) fornecedor (es) será (ao) OBRIGADO(S) ao fornecimento do(s) produto(s), desde que obedecidas as condições do Edital do Pregão, de forma PRESENCIAL, que precedeu a formalização desta Ata.

7.3 O Fundo Municipal de Saúde de Leoberto Leal promoverá ampla pesquisa de mercado, de forma a comprovar que os preços registrados permanecem compatíveis com os praticados no mercado, condição indispensável para a solicitação da aquisição.

7.4 O(s) Fornecedor(es) se obriga(m) manter, durante o prazo de vigência do Registro de Preços, todas as condições de habilitação exigidas nesta licitação.

7.5 Como condição de fornecimento das mercadorias, os fornecedor(es) que tiver(em) seu(s) preço(s) registrado(s) se comprometem a apresentar, sempre que solicitado, os documentos que originaram a sua habilitação.

7.6 Serão de responsabilidade dos concorrentes que tiverem seus preços registrados o ônus resultante de quaisquer ações, demandas, custos e despesas decorrentes de danos ocorridos por culpa de qualquer de seus empregados e/ou prepostos, obrigando-se por quaisquer responsabilidades decorrentes de ações judiciais que lhe venham a ser atribuídas por força da Lei, relacionadas com o cumprimento do presente edital e com as obrigações assumidas na ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

7.7 O Inadimplemento de qualquer item do Edital, da Carta-Proposta, da Autorização de Compras e da Presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, ensejará, a critério do Fundo Municipal de Saúde de Leoberto Leal - SC, o cancelamento do REGISTRO DE PREÇOS dos fornecedores inadimplentes, sujeitando-o às penalidades previstas nesta ata.

#### CLÁUSULA OITAVA: DAS PENALIDADES.

8.1 Em caso do licitante vencedor recusar-se a honrar o

compromisso injustificadamente será convocado outro licitante, observada a ordem de classificação, e assim sucessivamente, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis, garantido o direito ao contraditório e a ampla defesa.

8.2 As penalidades referidas no caput do artigo 81, da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, não se aplicam às demais licitantes que forem convocadas nos termos do item 9.11 deste Edital, conforme a ordem de classificação das propostas, que não aceitem a contratação.

8.3 O licitante que, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar documentação exigida para o certame ou apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a Administração Pública pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas no Edital e das demais cominações legais.

8.4 A CONTRATADA ficará sujeita às seguintes penalidades, garantidas a prévia defesa, pela inexecução total ou parcial do Edital:

I - advertência;

II – multa(s), que deverá(ao) ser recolhida(s) na tesouraria desta municipalidade:

a) de 1% (um por cento) do valor da Nota de Empenho, por dia de atraso por descumprimento dos prazos das entregas, previstos no edital limitado a 15 (quinze) dias de atraso;

b) de 2% (dois por cento) do valor da Nota de Empenho por infração a qualquer condição estipulada no Edital, não prevista na alínea anterior, aplicada em dobro na reincidência;

c) Pela inexecução total ou parcial do contrato, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar a Contratada as sanções previstas nos incisos I, III e IV do art. 87 da Lei 8.666/93 e 9.648/98, e multa de 15% sobre o valor total do contrato;

d) As multas aplicadas deverão ser recolhidas ao Tesouro Municipal no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da data da notificação, podendo a Administração cobrá-las judicialmente;

e) Ficarão ainda sujeito às penalidades previstas nos incisos III e IV do artigo 87, da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, os profissionais ou as empresas que praticarem os ilícitos previstos no artigo 88 do mesmo diploma legal;

f) Para as penalidades previstas será garantido o direito ao contraditório e ampla defesa.

#### CLÁUSULA NONA: DO RECEBIMENTO DO OBJETO.

9.1 As entregas dos materiais fornecidos ocorrerão no endereço e horário das 07:30hs às 11:30hs e das 13:30hs às 17:30hs, estando estes, especificados na "AUTORIZAÇÃO DE COMPRAS".

9.2 Correrão, por conta exclusiva do Fornecedor as despesas com embalagem, seguro e transporte e quaisquer outras despesas, para entrega dos materiais até os locais designados.

#### CLÁUSULA DÉCIMA: DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

10.1 O Registro de determinado preço poderá ser cancelado, de pleno direito:



a) Se o fornecedor não cumprir as obrigações constantes desta ATA DE REGISTRO DE PREÇOS;

b) O fornecedor não entregar os materiais solicitados na "AUTORIZAÇÃO DE COMPRAS";

c) Desatender qualquer das cláusulas descritas no edital ou na ATA DE REGISTRO DE PREÇOS;

d) Determinada por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos previstos nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei 8.666/93 e 9.648/98;

e) Amigável, por acordo das partes, reduzida a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a administração;

f) A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão pela Administração, com as conseqüências previstas no item 8.2;

g) Constituem motivos para a rescisão contratual os previstos no art. 78 da Lei 8.666/93 e 9.648/98;

h) Em caso de rescisão prevista nos incisos XII a XVII do art. 78 da Lei Federal nº 8.666/93 e 9.648/98, sem que haja culpa do contratado, será este ressarcido dos prejuízos regulamentares comprovados, quando os houver sofrido;

i) A rescisão contratual de que trata o inciso I do art. 78 acarretará as conseqüências previstas no art. 80, incisos I a IV, ambos da Lei Federal nº 8.666/93 e 9.648/98 e 10.520/02.

#### CLÁUSULA DÉCIMA-PRIMEIRA: DAS DOTAÇÕES.

As despesas decorrentes da presente licitação correrão por conta da seguinte rubrica orçamentária:

05.01.10.301.0006.2.015.3.3.90.00.00.00.00.01.0002 – Funcionamento e Manutenção do Fundo Municipal de Saúde – FMS

05.01.10.305.0006.2.017.3.3.90.00.00.00.00.01.0002 – Vigilância em Saúde – Comp. Vig. Epid. e Amb. em Saúde

05.01.10.305.0006.2.017.3.3.90.00.00.00.00.01.0038 – Vigilância em Saúde – Comp. Vig. Epid. e Amb. em Saúde

05.01.10.301.0006.2.053.3.3.90.00.00.00.00.01.0067 – Núcleo de Apoio à Saúde da Família – NASF Estado

05.01.10.304.0006.2.018.3.3.90.00.00.00.00.01.0002 – Vigilância em Saúde – Comp. Vigilância Sanitária

#### CLÁUSULA DÉCIMA-SEGUNDA: DISPOSIÇÕES FINAIS.

12.1 Fica eleito o foro da Comarca de Ituporanga, para dirimir questões resultantes ou relativas à aplicação deste Contrato ou execução do ajuste, não resolvidos na esfera administrativa.

12.2 A CONTRATADA obriga-se a manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação que originou o presente ajuste.

12.3 E por estarem justas e concordes, as partes assinam o presente instrumento em 03 (três) vias, de igual forma e teor, na presença das testemunhas.

CLÁUSULA DÉCIMA-TERCEIRA – PUBLICAÇÃO. Esta Ata entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 074/2011.

Leoberto Leal/SC, 30 de junho de 2015.  
JAQUELINE ROSÁLIA GUCHERT HOFFMANN  
PREGOEIRA MUNICIPAL

ALINE KRAUS	MAYARA CARLA GUCHERT
MEMBRO	MEMBRO

LARISSA CRISTINA MELLO ME  
EMPRESA VENCEDORA

#### TESTEMUNHAS:

1- SILVANIA CAPISTRANO LOPES  
CPF: 017.410.949-09

2- LIZANDRO KREUSCH  
CPF: 023.728.959-82

#### VISTO:

ASSESSOR JURÍDICO

# Lindóia do Sul

## PREFEITURA

### EXTRATO PREGÃO 39/2015 PMLS

MUNICÍPIO DE LINDÓIA DO SUL

Estado de Santa Catarina

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 39/2015

Pedro Ari Parizotto – Prefeito Municipal de Lindóia do Sul, SC, torna público que fará realizar, Licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL na forma da Lei nº 10.520/02, para aquisição de grama em leiva, adubo orgânico, mudas de arvores e de flores, arranjos, no dia 11 de setembro de 2015, as 08:30, com recebimento dos envelopes de documentos e propostas até as 08:15 do mesmo dia. Neste mesmo local, no horário de expediente, ou pelo site, [www.lindoiadosul.sc.gov.br](http://www.lindoiadosul.sc.gov.br), poderá ser obtido a íntegra do edital, assim como, demais informações pelo telefone (0xx49) 3446.11.77.

Lindóia do Sul - SC, 25 de agosto de 2015.

Pedro Ari Parizotto

Prefeito Municipal

# Luzerna

## PREFEITURA

### EDITAL DE CONVOCAÇÃO AUDIÊNCIA PÚBLICA PLANO DIRETOR

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA

PROPOSTA DE ALTERAÇÃO DO PLANO DIRETOR DE DESENVOLVIMENTO DO MUNICÍPIO DE LUZERNA(SC)

MOISÉS DIERSMANN, Prefeito de Luzerna(SC), cumprindo o que dispõe os incisos I, II e III, do artigo 34 e artigo 40, ambos da lei Federal nº 10.257, de 10 de julho de 2001 (Estatuto da Cidade), torna público que, realizará AUDIÊNCIA PÚBLICA para discussão e aprovação no PLANO DIRETOR DE DESENVOLVIMENTO DO MUNICÍPIO DE LUZERNA no dia 16 de Setembro (quarta-feira) às 19:00 horas, no Espaço de Múltiplo Uso (anexo à Prefeitura), ficando assim convocadas todas as associações representativas dos vários segmentos da comunidade e todos os interessados da população em geral.

E para que chegue ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância, é expedido o presente EDITAL DE CONVOCAÇÃO, que será publicado na Imprensa Local e afixado na sede da Câmara de Vereadores, Prefeitura e em outros locais públicos, de forma a ser dada ao mesmo a mais ampla divulgação.

Luzerna(SC), 25 de agosto de 2015.

MOISÉS DIERSMANN

Prefeito de Luzerna

### EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO - PL 072/2015 - PP 048/2015 - MASSA ASFÁLTICA - PML

PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA

EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO

Processo Licitatório 072/2015 - PML

Pregão Presencial nº 048/2015 – PML

O Prefeito Municipal, MOISES DIERSMANN, no uso de suas atribuições, resolve:

1) HOMOLOGAR o Processo Licitatório nº 072/2015, nos seguintes termos:

- Modalidade: Pregão Presencial

- Objeto: A presente licitação tem por objeto o Registro de Preço para aquisição de massa asfáltica destinadas à manutenção das atividades desenvolvidas pela Secretaria de Obras e Serviços, conforme as especificações constantes no Edital e em seus anexos.

- Proponente(s) Vencedora(s):

\* COMPACT PAV – TECNOLOGIA EM ASFALTO LTDA ME

- Valor total: R\$ 24.500,00

Luzerna (SC), 25 de agosto de 2015.

MOISES DIERSMANN

Prefeito Municipal



# Macieira

## PREFEITURA

### decreto 1507

Decreto n. 1508, de 24 de agosto de 2015.

"Disciplina o tráfego de caminhões estacionamento e o serviço de carga e descarga na área central da Cidade de Macieira/SC; e dá outras providências."

Emerson Zanella, Prefeito Municipal de Macieira, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o inciso III do art. 58, da Lei Orgânica do Município, regulamenta neste ato o art. 13 da Lei Complementar Municipal n. 19, de 18 de novembro de 2004, conforme dispõe:

Decreta:

Art. 1º O tráfego e estacionamento de caminhões, na área central da Cidade, ficam sujeitos às normas especiais estabelecidas neste Decreto.

Art. 2º Fica definido como "ÁREA CENTRAL", para fins deste Decreto, a área interna ao perímetro delimitado pelas seguintes vias públicas: Rua Dona Maria Mendes, Rua Jose Augusto Royer, Rua Rodolfo Nickel e Rua Antonio Wosniak.

Art. 3º O tráfego, estacionamento e operação de carga e descarga de caminhões na área central só serão permitidos durante os dias úteis nos horários normais do comércio, ou seja, das 8:00 as 18:00 horas.

§ 1º Aos sábados estarão liberados a partir das 14h, os veículos citados neste artigo.

§ 2º Aos domingos e feriados será livre para todos os veículos.

§ 3º Haverá tolerância de 30 (trinta) minutos, após o término dos horários estabelecidos neste artigo, apenas os veículos que já estiverem em operação de descarga.

§ 4º O veículo estacionado para fins de carga ou descarga não poderá invadir a faixa de rolamento.

Art. 4º Não serão admitidos estacionamentos de veículos pesados nem ônibus em vias públicas da "ÁREA CENTRAL", por período superior à 24:00 horas ininterruptas.

Parágrafo único – Caso veículo encontre-se com problemas físicos que impossibilitem sua retirada imediata da via pública, faculta-se ao proprietário o pedido de licença provisória que será expedida pelo setor tributário do município.

Art. 5º Fica a atribuição de fiscalização e demais expedientes necessários à cargo do Fiscal de Tributos Obras e Posturas, do município de Macieira.

Art. 6º Em casos especiais, eventos ou festividades, a administração poderá estabelecer condições específicas para a circulação e estacionamento de veículos na área central da cidade.

Art. 7º O descumprimento aos dispositivos deste Decreto constitui infração e estará sujeito a multa por infração, na ordem de R\$ 90,00 (noventa reais), por ato ou interstício temporal de 24:00 horas, após a notificação expedida.

Art. 8º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Macieira (SC), em 24 de agosto de 2015.

Emerson Zanella

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado na data supra.

### decreto 1509

DECRETO Nº1509, DE 25 DE AGOSTO DE 2015.

Abre Credito Suplementar por conta do provável excesso De arrecadação do Exercício de 2015 – MAC.

EMERSON ZANELLA, Prefeito Municipal de Macieira, SC, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei nº 798 de 25/08/2015.

DECRETA:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a suplementar dotação orçamentária no orçamento vigente, por conta do provável excesso de arrecadação do exercício de 2015 do MAC. Media e Alta Complexidade.

11.00 Fundo Municipal de Saúde  
11.01 Fundo Municipal de Saúde  
20.31 Manut. Do Mac. Amb. Hosp.  
33.90 Aplicações diretas  
R\$ 2.500,00

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrario.

Gabinete do Prefeito, 25 de agosto de 2015.

EMERSON ZANELLA

Prefeito Municipal

### lei 798

LEI Nº798, DE 25 DE AGOSTO DE 2015.

Abre Credito Suplementar por conta do provável excesso De arrecadação do Exercício de 2015 – MAC.

EMERSON ZANELLA, Prefeito Municipal de Macieira, Estado de Santa Catarina, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte;

LEI

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a suplementar dotação orçamentária no orçamento vigente, por conta do provável excesso de arrecadação do exercício de 2015 do MAC. Media e Alta Complexidade.

11.00 Fundo Municipal de Saúde  
11.01 Fundo Municipal de Saúde  
20.31 Manut. Do Mac. Amb. Hosp.  
33.90 Aplicações diretas  
R\$ 2.500,00

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrario.

Gabinete do Prefeito, 25 de agosto de 2015.

EMERSON ZANELLA

Prefeito Municipal

## RESULTADO DE LICITAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO Nº0035/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE MACIEIRA

PUBLICAÇÃO RESUMIDA

Processo Licitatório nº 0035/2015.

Pregão Presencial nº 0022/2015.

Registro de Preços nº 0012/2015.

Objeto: Registro de Preços para eventuais contratações futuras, com pedidos parcelados, para a aquisição de gêneros alimentícios destinados ao atendimento do Município de Macieira, conforme especificações do Edital e seus Anexos.

Vigência: A Ata de Registro de Preços terá vigência até 31/12/2015, podendo ser prorrogada.

Pagamento: Até o 10º dia útil do mês subsequente, após a entrega do produto e emissão de Nota Fiscal.

### ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 18/2015

Fornecedor: ITACIR ANTÔNIO SERIGHELLI ME

ITEM	DESCRIÇÃO SUMÁRIA	UNID. DE MEDIDA	QTDE	MARCA	VALOR REGISTRADO UNITARIO
09	Aveia em flocos. Embalagem de 250g.	emb. de 250g	01	CLUIAFUF	2,10
10	Atum enlatado, Embalagens de no mínimo 170g.	emb. de 170g	01	COQUEIRO	3,25
21	Caldo de galinha. Embalagem com 12 tabletes.	caixas	01	FARIA	1,35
22	Canjica de milho (branca), tipo 1, classe branca, subgrupo despêculada, de acordo com a Portaria no 109 de 24/02/1989. Pacotes de 500g.	pctes de 500g	01	DAJU	1,94
39	Farinha de trigo integral. Pacotes de 1 kg.	pctes de 1kg	01	REALTA	2,20
42	Fermento químico em pó de boa qualidade. Embalagens de 500 g.	emb. de 500g	01	QUIMICXO	7,40
44	Linhaça. Embalagem plástica de 200g.	emb. de 200g	01	LINHAÇA	9,00
50	Milho verde. Embalagem tetra pak ou sache, contendo 200g de peso drenado.	emb. de 500g	01	QUERO	1,05
54	Queijo parmesão ralado, embalagem com 100 gramas.	emb. de 100g	01	PREDILETA	3,40
59	Vinagre tinto. Embalagens de 750 ml.	emb. de 750ml	01	HEINRIG	1,80
CARNES E EMBUTIDOS					
61	Carne bovina moída de primeira categoria (acém, músculo, ponta de agulha), fresca (moída na hora), isenta de cartilagem e nervo, deve apresentar odor característico, cor variando de vermelho cereja a vermelho escuro, acondicionado em embalagem de 1kg.	kg	01	ROSSI	15,90
62	Carne bovina picada ou em iscas, isenta de cartilagem e nervo, deve apresentar odor característico, cor variando de vermelho cereja a vermelho escuro, acondicionado em embalagem de 1kg.	kg	01	ROSSI	17,25
63	Carne bovina de primeira fresca para bife, isenta de cartilagem e nervo, deve apresentar odor característico, cor variando de vermelho cereja a vermelho escuro, acondicionado em embalagem de 1kg.	kg	01	ROSSI	19,85
71	Leite UHT integral longa vida. Embalagem tetra pak contendo 1 litro.	Litros	01	TIROL	2,17
73	Queijo mussarela fatiado de boa procedência e qualidade. Pacotes de até 1kg.	Kg	01	TIROL	19,74
HORTIFRUTIGRANJEIROS					
96	Acelga	Unid.	01	COLONIAL	2,74
100	Banana Caturra.	kg	01	COLONIAL	1,45
104	Beterraba.	kg	01	COLONIAL	1,99
114	Mamão.	kg	01	COLONIAL	2,40
120	Ovo de galinha.	dúzias	01	VERULT	3,90
123	Radiche.	Unid.	01	COLONIAL	2,39
128	Vagem.	kg	01	COLONIAL	5,98

### ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 19/2015

Fornecedor: SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME

ITEM	DESCRIÇÃO SUMÁRIA	UNID. DE MEDIDA	QTDE	MARCA	VALOR REGISTRADO UNITARIO
05	Amendoim. Pacotes de 500g.	pctes de 500g	01	BIG ZITOS	2,45
07	Arroz integral. Pacotes de 1 Kg.	pctes de 1kg	01	CÉLIA	3,50
11	Azeite de oliva, extra virgem. Embalagem de 500 ml.	emb. 500 ml	01	TRADIÇÃO	10,55
15	Biscoito doce, tipo rosquinha de coco, pacotes de 01 kg.	Pctes de 1kg	01	ORQUIDEA	4,89
18	Biscoito salgado integral. Pacotes de 400g.	Pctes de 400g	01	ORQUIDEA	3,00
23	Canjiquinha ou quirera de acordo com a Portaria no 109 de 24/02/1989. Pacotes de 500g.	Pctes de 500g	01	SINHA	0,79

24	Cereal matinal de milho com açúcar, enriquecido com vitaminas e minerais. Embalagem plástica contendo 300 gramas do produto.	Pctes de 300g	01	BIG ZITOS	3,25
25	Chá de camomila in natura, pacotes contendo no mínimo 20 gramas.	Pctes de 20g	01	REAL	1,99
36	Extrato de tomate de boa qualidade e bom rendimento. Embalagem tetra pak ou sachê, contendo 340g.	emb. de 340 g	01	ARISCO	0,99
43	Granola. Embalagem plástica de 5 kg do produto.	emb. de 5kg	01	NATURALE	72,95
47	Macarrão com ovos, tipo espaguete reto. Pacotes de 1 kg.	pctes de 1kg	01	BORTOLINE	2,25
48	Macarrão com ovos, tipo parafuso. Pacotes de 1 kg.	pctes de 1kg	01	BORTOLINE	1,99
57	Suco natural concentrado, sabores: pêssago, maracujá, laranja, abacaxi, sem conservantes. Acondicionado em embalagens contendo 500ml.	garrafas de 500ml	01	SERIGY	3,90
	CARNES E EMBUTIDOS				
64	Carne suína pura tipo lombinho, deve apresentar odor e cor característicos, acondicionado em embalagem de 1kg.	kg	01	AB. SALTO VELOSO	11,30
66	Filé de tilápia in natura congelado, embalagens de no mínimo 1kg.	kg	01	PICOLLE	25,00
67	Peito de frango congelado. A embalagem deve estar íntegra.	kg	01	AURORA	9,25
	LEITE E DERIVADOS				
69	Bebida láctea fermentada de diversos sabores. Pacotes de 900ml.	emb de 900 ml	01	DANINHA	2,50
70	Bebida a base de soja. Embalagem tetra pak de 01 litro, diversos sabores	Litros	01	PURITY	5,90
72	Leite em pó, integral embalagens de 400 gr, tipo A.	emb de 400g	01	AURORA	5,35
	HORTIFRUTIGRANJEIROS				
95	Abóbora moranga	kg	01	COLONIAL	1,45
97	Agrião	mç	01	COLONIAL	2,35
98	Alface	Unid.	01	COLONIAL	0,99
101	Batata doce	Kg	01	COLONIAL	2,47
103	Batata salsa	kg	01	COLONIAL	7,75
106	Caqui	kg	01	COLONIAL	3,99
107	Cebola branca.	kg	01	COLONIAL	4,19
111	Laranja Pêra	kg	01	COLONIAL	1,19
113	Maçã Fuji.	kg	01	COLONIAL	2,29
115	Mandioca descascada e congelada. Características: embalagens de 2 kg	Pctes de 2 kg	01	COLONIAL	4,50
117	Maracujá	kg	01	COLONIAL	5,95
119	Melão.	kg	01	COLONIAL	2,59
122	Ponkan ou vergamota	kg	01	COLONIAL	2,75
125	Repolho roxo	Unid.	01	COLONIAL	3,40
126	Tempero verde (salsinha e cebolinha)	kg	01	COLONIAL	1,90
127	Tomate.	Maço	01	COLONIAL	2,15
130	Pó para pudim, sabores diversos. Embalagem íntegra, sem danificações, contendo 05 unidades de 35g cada.	emb. Com 05 unid de 35g	01	APTI	2,35

## ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 20/2015

Fornecedor: COMERCIAL KARPINSKI LTDA ME

ITEM	DESCRIÇÃO SUMÁRIA	UNID. DE MEDIDA	QTDE	MARCA	VALOR REGISTRO UNITARIO
	CARNES E EMBUTIDOS				
60	Apresuntado fatiado de boa procedência e qualidade. Pacotes de até 1kg.	Kg	01	PEPERI	16,60
	PANIFICADOS				
75	Pão doce com farofa e creme de confeiteiro. Características: 75 gramas,	kg	01	PRÓPRIA	13,80
76	Pão francês sovado. Características: 50g,	kg	01	PRÓPRIA	8,90
77	Pão de cachorro quente: Características: 75g.	kg	01	PRÓPRIA	8,85
78	Pão de milho: Características: 75g,	kg	01	PRÓPRIA	8,80
79	Pão integral. Características: 50 gr.	kg	01	PRÓPRIA	9,30
80	Cuca alemã com cobertura de amendoim..	kg	01	PRÓPRIA	12,90
81	Cheneca (aspirais) recheados com doce de leite e coco,	kg	01	PRÓPRIA	14,90
82	Bolo de coco com cobertura.	kg	01	PRÓPRIA	12,80
83	Bolo de banana.	kg	01	PRÓPRIA	12,80
84	Bolo de requeijão.	kg	01	PRÓPRIA	12,90
85	Bolo de chocolate, tipo nega maluca.	kg	01	PRÓPRIA	15,90
86	Sonho recheado com doce de leite, goiaba e/ou creme	kg	01	PRÓPRIA	19,50
87	Lua de mel recheada e com cobertura de coco.	kg	01	PRÓPRIA	19,90
88	Mini sanduíche natural, feito com pão integral, recheio de peito de frango, alface picada, cenoura ralada e queijo ralado. Deverá conter aproximadamente 50 gramas.	kg	01	PRÓPRIA	24,50
89	Mini salgado, com recheios sortidos de frango, carne moída, queijo e presunto.	cento	01	PRÓPRIA	49,50
90	Torta salgada com recheio de legumes.	kg	01	PRÓPRIA	14,50

91	Grostoli com açúcar. Acondicionado em pacotes de 01 kg	kg	01	PRÓPRIA	19,00
92	Torrada crocante com pão integral. Acondicionado em pacotes de 200 gramas	Pctes de 200g	01	PRÓPRIA	3,90

## ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 21/2015

Fornecedor: ANSILIERO E NESI FRUTARIA LTDA ME

ITEM	DESCRIÇÃO SUMÁRIA	UNID. DE MEDIDA	QTDE	MARCA	VALOR REGISTRADO UNITARIO
04	Agnoline de frango. Congelado em embalagens de no mínimo 500g.	Pctes de 500g	01	MASSAS VI-GOLO	10,00
19	Café solúvel granulado, sabor tradicional, embalagem em vidro de no mínimo 200g.	emb. de 200g	01	AMIGO	8,50
26	Chá de erva-doce, acondicionado em caixas contendo 15 saquinhos.	cx	01	LEÃO	2,07
51	Óleo de soja refinado. Embalagem de 900ml.	emb. de 900 ml	01	CONCOR-DIA	2,70
52	Pó para o preparo de gelatina (sabores diversos). Embalagem contendo 1 kg do produto.	Emb. de 1kg	01	DE CASA	5,50
	CARNES E EMBUTIDOS				
68	Salsicha a granel de boa procedência e qualidade. Pacotes de 3kg.	pctes de 3kg	01	PEPERI	16,99
	HORTIFRUTIGRANJEIROS				
93	Abacaxi Pérola.	unid.	01	GOMES	4,00
94	Abobrinha.	kg	01	GOMES	2,50
99	Alho. Embalagem de até 100g	emb de 100g	01	GOMES	1,80
102	Batata inglesa.	kg	01	GOMES	2,00
105	Brócolis	unid.	01	GOMES	1,50
108	Cenoura	kg	01	GOMES	2,00
109	Chuchu.	kg	01	GOMES	1,50
110	Couve-flor.	unid.	01	GOMES	2,70
112	Limão galego.	kg	01	GOMES	4,00
116	Manga	kg	01	GOMES	3,15
118	Melancia	kg	01	GOMES	1,10
121	Pepino.	kg	01	GOMES	2,80
124	Repolho branco	Unid.	01	GOMES	1,30

## ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 22/2015

Fornecedor: NUTRI SC COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA ME

ITEM	DESCRIÇÃO SUMÁRIA	UNID. DE MEDIDA	QTDE	MARCA	VALOR REGISTRADO UNITARIO
01	Achocolatado em pó instantâneo. Embalagens de 400 g.	emb. de 400g	01	GOOLAK	2,70
02	Açúcar cristal. Pacotes de 5 kg.	Pctes de 5 kg	01	STA ISABEL	8,55
03	Açúcar refinado branco. Pacotes de 5 kg.	pctes de 5kg	01	SUPER-SUCAR	8,10
06	Amido de milho, embalagens de 500g.	Pctes de 500g	01	SOLEY	1,20
08	Arroz parbolizado tipo 1, longo fino. Pacotes de 5 Kg.	pctes de 5kg	01	MINUTI-NHO	8,45
12	Biscoito doce, sabor chocolate. Pacotes de 800g.	pctes de 800g	01	PRODASA	5,00
13	Biscoito doce, tipo laminado de leite. Pacotes de 800g	Pctes de 800 g	01	LUAM	4,90
14	Biscoito doce, tipo maria. Pacotes de 800g.	pctes de 800g	01	LUAM	4,30
16	Biscoito salgado, tipo água e sal. Pacotes de 400g.	Pctes de 400g	01	LUAM	1,99
17	Biscoito salgado, tipo cream cracker com gergelim. Pacotes de 400g.	pctes de 400g	01	PRODASA	2,45
20	Café torrado moído tradicional de boa qualidade, com selo de pureza ABIC. Embalagens de 500 g,	pctes de 500g	01	CEREJA	5,75
27	Chá de maçã, acondicionado em caixas contendo 15 saquinhos.	cx	01	NEILAR	1,90
28	Chá de cidreira, acondicionado em caixas contendo 15 saquinhos.	cx	01	NEILAR	1,65
29	Chá mate, acondicionado em caixas contendo 25 saquinhos.	cx	01	CHILENO	2,40
30	Colorau, acondicionado em pacotes de no mínimo 100 gramas	Pctes de 100g	01	SOLEY	0,98
31	Cravo da Índia, Pacotes de 10g.	Pctes de 10 g	01	INCAS	0,99
32	Canela em casca. Pacotes de 10g.	Pctes de 10 g	01	INCAS	0,95
33	Doce de leite. Potes de 1kg.	emb. de 1kg	01	DOCITO	5,25
34	Doce de frutas, diversos sabores. Potes de 1kg.	emb. de 1kg	01	DIFRUTI	4,40
35	Ervilha. Embalagem tetra pak ou sache, contendo 200g,	emb. de 200g	01	PREDILETA	1,15

37	Farinha de milho (fubá de milho amarelo). Pacotes de 5 Kg.	pctes de 5kg	01	DAJU	6,40
38	Farinha de trigo especial, tipo 1, enriquecida com ferro e ácido fólico. Pacotes de 5 kg.	pctes de 5kg	01	FIDALGA	7,85
40	Farinha de mandioca torrada. Pacotes de 500g.	pctes de 500g	01	MONSIL	2,15
41	Feijão preto tipo 1, embalagem de 1 Kg,	emb. de 1kg	01	PRATO BOM	3,00
45	Macarrão com ovos, tipo cabelo de anjo. Pacotes de 500g.	emb. de 500g	01	ROSANE	2,93
46	Macarrão com ovos, tipo conchinha. Pacotes de 500g.	emb. de 500g	01	GERMANI	2,32
49	Milho para pipoca, com bom rendimento e boa qualidade de grãos. Pacotes de 500g.	pctes de 500g	01	SOLEY	1,70
53	Polvilho azedo. Pacotes de 500g.	pctes de 500g	01	PRATA	2,00
55	Sagu, classe pérola, tipo 1. Embalagens de 500g do produto.	pctes de 500g	01	PRATA	2,30
56	Sal refinado e iodado. Pacotes de 1 kg.	pctes de 1kg	01	AMAZO-NAS	0,83
58	Vinagre branco, Embalagens de 750 ml.	emb. de 750ml	01	KOLLER	0,94
74	Margarina com sal, de boa procedência e qualidade. Embalagens de até 500g.	emb de 500g	01	COAMO	2,00
129	Refrigerante. Embalagens de 02 litros, de sabores diversos.	02 lts	01	SCHIN	2,74

Macieira, 19 de agosto de 2015.

REJANE SPANHOLLO ABRAÃO

Pregoeira

# Mafra

## PREFEITURA

### CRONOLOGIA DE PAGAMENTOS

#### CRONOLOGIA DE PAGAMENTOS

De acordo com a Lei Federal 8666/93, em seu artigo 5º. E nos termos dos prejulgados 421, 431 e 505 do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, JUSTIFICA a Ordem Cronológica para pagamentos a saber:

CNPJ: 81.815.219/0001-40

SUPERMERCADO FRONTAL LTDA

Nota Fiscal nº. 000.016.098 R\$ 6.979,87

Nota Fiscal nº. 000.016.100 R\$ 1.444,48

Nota Fiscal nº. 000.016.099 R\$ 1.317,60

Nota Fiscal nº. 000.016.310 R\$ 300,30

Nota Fiscal nº. 000.016.312 R\$ 1.275,55

Nota Fiscal nº. 000.015.395 R\$ 200,00

Nota Fiscal nº. 000.016.311 R\$ 65,25

Nota Fiscal nº. 000.014.963 R\$ 2.519,90

Nota Fiscal nº. 000.014.875 R\$ 3.335,28

Nota Fiscal nº. 000.014.963 R\$ 2.519,90

Nota Fiscal nº. 000.015.691 R\$ 470,00

Nota Fiscal nº. 000.015.821 R\$ 2.617,00

Nota Fiscal nº. 000.015.977 R\$ 192,00

Valor Total: R\$ 23.237,13.

Justifica-se a quebra da ordem cronológica do pagamento acima, tendo em vista o serviço ora contratado deve merecer a mesma atenção que se dá a outros serviços públicos, pois, deve ser considerado um serviço de caráter contínuo, uma vez que a empresa contratada é uma das responsáveis pelo fornecimento alimentos para a merenda escolar.

Mafra (SC), 25 de agosto de 2015.

WELLINGTON ROBERTO BIELECKI

Prefeito Municipal

RODNEY LUIZ MEDEIROS

Secretário Municipal de Administração Interino

### CRONOLOGIA DE PAGAMENTOS

#### CRONOLOGIA DE PAGAMENTOS

De acordo com a Lei Federal 8666/93, em seu artigo 5º. E nos termos dos prejulgados 421, 431 e 505 do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, JUSTIFICA a Ordem Cronológica para pagamentos a saber:

CNPJ: 79.283.065/0001-41

ORBENK ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS LTDA

Nota Fiscal nº. 51531 R\$ 531,52

Nota Fiscal nº. 51532 R\$ 1.366,14

Nota Fiscal nº. 51533 R\$ 549,85

Nota Fiscal nº. 51534 R\$ 1.413,25

Valor Total: R\$ 3.860,76.

Justifica-se a quebra da ordem cronológica do pagamento acima, tendo em vista o serviço ora contratado deve merecer a mesma atenção que se dá a outros serviços públicos, pois, deve ser considerado um serviço de caráter contínuo, uma vez que a empresa contratada é a responsável pela terceirização dos serviços de merendeira da Secretaria Municipal de Educação.

Mafra (SC), 25 de agosto de 2015.

WELLINGTON ROBERTO BIELECKI

Prefeito Municipal

RODNEY LUIZ MEDEIROS

Secretário Municipal de Administração Interino



**CRONOLOGIA DE PAGAMENTOS****CRONOLOGIA DE PAGAMENTOS**

De acordo com a Lei Federal 8666/93, em seu artigo 5º. E nos termos dos prejulgados 421, 431 e 505 do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, JUSTIFICA a Ordem Cronológica para pagamentos a saber:

CNPJ: 09.404.910/0001-04

AUTO POSTO SAMPAIO COMÉRCIO DE COMBUSTÍVEIS LTDA EPP

Nota Fiscal nº. 000.003.978 R\$ 7.800,00

Nota Fiscal nº. 000.003.966 R\$ 41.600,00

Valor Total: R\$ 49.400,00.

Justifica-se a quebra da ordem cronológica do pagamento acima, tendo em vista o serviço ora contratado deve merecer a mesma atenção que se dá a outros serviços públicos, pois, deve ser considerado um serviço de caráter contínuo, uma vez que a empresa contratada é uma das responsáveis pelo fornecimento de combustível da frota oficial.

Mafra (SC), 25 de agosto de 2015.

WELLINGTON ROBERTO BIELECKI

Prefeito Municipal

RODNEY LUIZ MEDEIROS

Secretário Municipal de Administração Interino

---

**CÂMARA MUNICIPAL**

---

**DECRETO LEGISLATIVO Nº 10/2015**

DECRETO LEGISLATIVO Nº 10/2015, de 25 de agosto de 2015.

APROVA A APRESENTAÇÃO DE PROPOSTA DE EMENDA A CONSTITUIÇÃO ESTADUAL, ALTERANDO O INCISO I DO § 2º E O § 3º DO ART. 155 DA CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DE SANTA CATARINA, PARA O FIM DE FIXAR PERCENTUAL DE RECURSOS A SER APLICADO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE E ESTABELECE OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Presidente da Câmara Municipal de Mafra, Ver. Eder Gielgen, no uso de suas atribuições regimentais, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal na sessão ordinária realizada em 24 de agosto de 2015, aprovou e ele promulga o presente Decreto Legislativo:

Art. 1º Fica aprovada a apresentação, à Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, da Proposta de Emenda à Constituição do Estado constante do Anexo Único deste Decreto Legislativo, nos termos e para os fins do dispositivo no inciso III do art. 49 da Constituição do Estado de Santa Catarina.

Art. 2º A aprovação do presente Decreto Legislativo constitui a manifestação da Câmara Municipal de Mafra, Santa Catarina, pela apresentação da Proposta de Emenda à Constituição do Estado constante do Anexo Único deste Decreto Legislativo.

Art. 3º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Mafra/SC, 25 de agosto de 2015.

VER. EDER GIELGEN

Presidente da Câmara



# Maravilha

## PREFEITURA

### Lei nº 3.886/2015

LEI Nº 3.886, DE 25 DE AGOSTO DE 2015

Autoriza o Poder Executivo Municipal a escriturar imóvel adquirido e quitado através do Fundo Municipal de Habitação e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, ESTADO DE SANTA CATARINA, faço saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a presente Lei:

Art. 1º Fica autorizado o Poder Executivo Municipal a escriturar, para o mutuário, imóvel de propriedade do Município de Maravilha, adquirido e quitado através do Fundo Municipal de Habitação.

Art. 2º O imóvel de que trata o artigo 1º é o matriculado no Ofício de Registro de Imóveis desta Comarca, sob a matrícula a seguir relacionada, com o respectivo mutuário proprietário:

- TEREZINHA SALETE SLYS

Lote "J-5", parte do lote urbano nº (85), da quadra nº (67-A), situado nesta Cidade, Município e Comarca de Maravilha, com área de 300,00 m², objeto da Matrícula nº 15.473.

Art. 3º Para efeitos de escritura pública o valor do imóvel será o relativo ao constante na planta de valores do Município.

Art. 4º As despesas decorrentes com a realização da presente Lei correrão por conta do orçamento municipal vigente.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Maravilha, 25 de agosto de 2015.

ROSIMAR MALDANER

Registrado e publicado em data supra. Prefeita Municipal

SANDRO DONATI

Secr. Planej. Adm. e Fazenda

### Lei nº 3.887/2015

LEI Nº 3.887, DE 25 DE AGOSTO DE 2015

Dispõe sobre baixa de bens do Patrimônio Público Municipal e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, ESTADO DE SANTA CATARINA, faço saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a presente Lei:

Art. 1º Autoriza o Poder Executivo Municipal a dar baixa do Patrimônio Público Municipal dos seguintes bens:

- I - Patrimônio nº 6734 - Computador;
- II - Patrimônio nº 6770 - Computador;
- III - Patrimônio nº 6773 - Monitor 14 polegadas;
- IV - Patrimônio nº 6736 - Monitor 16 polegadas;
- V - Patrimônio nº 6733 - Impressora Hp 1600;
- VI - Patrimônio nº 6771 - Estabilizador;
- VII - Patrimônio nº 6738 - No-break;
- VIII - Patrimônio nº 6772 - Teclado;
- IX - Patrimônio nº 6735 - Teclado;
- X - Patrimônio nº 6741 - Mesa de computador;
- XI - Patrimônio nº 6744 - Mesa de secretária;

- XII - Patrimônio nº 6648 - Cômoda de aço com 5 gavetas;
- XIII - Patrimônio nº 17081 - Roteador wifi;
- XIV - Patrimônio nº 1638 - Mesa creme com duas gavetas em madeira;
- XV - Patrimônio nº 1633 - Mesa em MDF com 3 gavetas brancas;
- XVI - Patrimônio nº 1644 - CPU Samsung, Intel Pentium, dual core, preta;
- XVII - Patrimônio nº 1736 - Impressora Hp Lazer Jet P 1005, branca;
- XVIII - Patrimônio nº 1728 - Teclado ABNT 2;
- XIX - Patrimônio nº 1722 - Cadeira perna palito, em corvin, preta;
- XX - Patrimônio nº 1739 - Cadeira giratória estofada com braço, preta;
- XXI - Patrimônio nº 1645 - Teclado;
- XXII - Patrimônio nº 1646 - Monitor Philips, preto, 17 polegadas;
- XXIII - Patrimônio nº 1647 - Impressora Epson lx300;
- XXIV - Patrimônio nº 1653 - CPU;
- XXV - Patrimônio nº 1655 - Roteador;
- XXVI - Patrimônio nº 1656 - Monitor tubo LG, 14 polegadas;
- XXVII - Patrimônio nº 1657 - Teclado;
- XXVIII - Patrimônio nº 1658 - Impressora LX 300;
- XXIX - Patrimônio nº 1642 - Mesa em compensado, 2 gavetas, marrom;
- XXX - Patrimônio nº 1643 - Mesa em compensado, 2 gavetas, marrom;
- XXXI - Patrimônio nº 1652 - Mesa em compensado, 3 gavetas, marrom;
- XXXII - Patrimônio nº 1662 - Armário em compensado, 2 portas, marrom;
- XXXIII - Patrimônio nº 1663 - Armário em compensado, 2 portas, marrom;
- XXXIV - Patrimônio nº 1665 - Mesa em compensado, 3 gavetas, marrom;
- XXXV - Patrimônio nº 1666 - Mesa em compensado, 3 gavetas, marrom;
- XXXVI - Patrimônio nº 1701 - Mesa em compensado para audiências, marrom;
- XXXVII - Patrimônio nº 1702 - Mesa para impressora, branca;
- XXXVIII - Patrimônio nº 1746 - Cadeira perna palito, em corvin, preta;
- XXXIX - Patrimônio nº 1629 - Mesa em compensado, pequena, marrom;
- XL - Patrimônio nº 1631 - Mesa em MDF para impressora;
- XLI - Patrimônio nº 1753 - Monitor Samsung, 14 polegadas;
- XLII - Patrimônio nº 1751 - CPU LG, preta;
- XLIII - Patrimônio nº 1750 - Impressora Hp, Lazer Jet, M1132;
- XLIV - Patrimônio nº 1752 - Teclado;
- XLV - Patrimônio nº 1679 - Cadeira perna palito estofada, branco/azul;
- XLVI - Patrimônio nº 11503 - Computador;
- XLVII - Patrimônio nº 5678 - Cadeira;
- XLVIII - Patrimônio nº 11792 - Geladeira, capacidade de 300 litros;
- XLIX - Sem nº de Patrimônio - 4 Computadores;
- L - Sem nº de Patrimônio - 2 Nobreaks;
- LI - Sem nº de Patrimônio - Monitor AOC;
- LII - Sem nº de Patrimônio - Ventilador;
- LIII - Sem nº de Patrimônio - Scanner;
- LIV - Sem nº de Patrimônio - 4 Teclados;
- LV - Sem nº de Patrimônio - Estabilizador.

Parágrafo único. A baixa dos bens de que trata este artigo, dá-se em razão dos mesmos terem sido danificados com a enxurrada que

atingiu o município, sendo considerados inservíveis.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação desta Lei correrão por conta do orçamento municipal vigente.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Maravilha, 25 de agosto de 2015.

ROSIMAR MALDANER

Registrado e publicado em data supra. Prefeita Municipal

SANDRO DONATI

Secr. Planej. Adm. e Fazenda

# Massaranduba

## PREFEITURA

### LEI COMPLEMENTAR Nº 75/2015

LEI COMPLEMENTAR Nº 75/2015

Cria cargo na estrutura do Poder Executivo do Município de Massaranduba

MARIO FERNANDO REINKE, Prefeito do Município de Massaranduba (SC) faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte LEI COMPLEMENTAR:

Art. 1º Fica criado o seguinte cargo de provimento efetivo a ser integrado no quadro de Pessoal da Administração Direta do Município, instituído pela Lei Complementar nº 55/2013:

I – Agente de Combate às Endemias:

- a) Anexo V
- b) Grupo: Serviços Auxiliares - SAU
- c) Horas Semanais: 40h
- d) Categoria Funcional: Agente de Combate às Endemias, Classe S, nível 1.
- e) Vencimento: R\$ 1.091,77 (Um mil e noventa e um reais e setenta e sete centavos )
- f) Nº de vagas: 01
- g) Escolaridade: Ensino Fundamental
- h) Atribuições:

1 - Exercer as atividades de vigilância, prevenção e controle de doenças;

2- Exercer as funções no âmbito que requer a Vigilância em Saúde, priorizando as ações de controle e monitoramento do Programa Municipal de Combate à Dengue;

3 - Executar ações para promoção da saúde, desenvolvidas em conformidade com as diretrizes do SUS e sob supervisão do gestor de cada ente federado.

Art. 3º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Massaranduba, 25 de Agosto de 2015

MARIO FERNANDO REINKE

Prefeito Municipal

Publicado no expediente da data supra,

VIVIANE HAFEMANN GRABOWSKI

Gerente de Gabinete

# Modelo

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 0216/2015

DECRETO Nº 216 /2015 DE 24 DE AGOSTO DE 2015.

DISPÕE SOBRE A DESIGNAÇÃO DE ENGENHEIRA RESPONSÁVEL PELA FISCALIZAÇÃO DA OBRA DA QUADRA ESCOLAR COBERTA FNDE E AUTORIZAÇÃO PARA INCLUSÃO NO SIMEC, CONFORME ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RICARDO LUIS MALDANER, Prefeito Municipal de Modelo SC, no uso das atribuições legais, em especial em atendimento as normas do FNDE – Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação,

Decreta:

Art. 1º - Fica designada a servidora LEANDRA FACHINI, Engenheira Civil CREA/SC 129.788-3, portadora do CPF 048.331.219-30, RG 4.6534203, da AMERIOS - Associação dos Municípios do Entre Rios, para desempenhar as atribuições de fiscal da obra, e, autorizada a acompanhar a respectiva obra, sendo esta, a Quadra Escolar Coberta, constante do PAR/FNDE do Município de Modelo SC, ID 62672 –(1005548) construção de quadra escolar coberta 001/2013.

Art. 2º - Fica igualmente autorizado a inclusão da engenheira LEANDRA FACHINI, qualificada no artigo 1º deste Decreto, no SIMEC do MEC /FNDE. Dados para contato: fiscalizacao@amerios.org.br. Fone Cel: (49) 91959339.

Art. 3º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto estão consignadas no orçamento vigente e subsequente.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo SC,

aos 24 de agosto de 2015

RICARDO LUIS MALDANER

PREFEITO MUNICIPAL

REGISTRADO E PUBLICADO NA DATA SUPRA

FRANCIELI PAVALICINI

CHEFE DE SETOR

### DECRETO Nº 0217/2015

DECRETO MUNICIPAL Nº 217/2015 DE 24 DE AGOSTO DE 2015  
AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO EFETUAR ABERTURA DE CREDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR ATRAVÉS DE ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA, CONFORME ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RICARDO LUIZ MALDANER, Prefeito Municipal de Modelo Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são asseguradas pela legislação em vigor,  
CONSIDERANDO em especial a LEI MUNICIPAL Nº 2211/2015 DE 24 DE AGOSTO DE 2015

Art. 1º: Fica aberto credito suplementar no valor de R\$ 330.000,00 (Trezentos e trinta mil reais), conforme a seguir especificado:

08	FUNDO MUNICIPAL E SAUDE DE MODELO
10	SAUDE
10301	ATENÇÃO BÁSICA
1030100007	VIDA SAUDÁVEL – ASSISTENCIA INTEGRAL DA SAUDE – BEM ESTAR E QUALIDADE DE VIDA
103010007.2.297000	MANUTENÇÃO E MELHORIA DO TRANSPORTE DE PACIENTES

3.1.90.00.00.00 (374)	Aplicação Direta recursos: 102 – Recursos de Impostos Saúde R\$ 55.000,00
3.3.90.00.00.00 (375)	Aplicação Direta recursos: 102 – Recursos de Impostos Saúde R\$ 35.000,00
4.4.90.00.00.00 ( 376)	Aplicação Direta recursos: 102 – Recursos de Impostos Saúde R\$ 240.000,00

Art. 2º - Os recursos para a cobertura do credito suplementar de que trata o artigo 1º, serão provenientes da anulação de dotação orçamentária, do Orçamento Município, no valor R\$ 330.000,00 (trezentos e trinta mil reais), conforme fica a seguir demonstrado:

08	FUNDO MUNICIPAL E SAUDE DE MODELO
10	SAUDE
10302	Assistência Hospitalar e Ambulatorial
1030200007	VIDA SAUDÁVEL – ASSISTENCIA INTEGRAL DA SAUDE – BEM ESTAR E QUALIDADE DE VIDA
103020007.2.281000	Manutenção do Programa de Assistência Hospitalar
3.3.50.00.00.00 (377)	Aplicação Direta recursos: 102 – Recursos de Impostos Saúde R\$ 209.000,00
3.3.90.00.00.00 (379)	Aplicação Direta recursos: 102 – Recursos de Impostos Saúde R\$ 10.000,00
4.4.90.00.00.00 ( 380)	Aplicação Direta recursos: 102 – Recursos de Impostos Saúde R\$ 10.000,00

08	FUNDO MUNICIPAL E SAUDE DE MODELO
10	SAUDE
10301	ATENÇÃO BÁSICA
1030100007	VIDA SAUDÁVEL – ASSISTENCIA INTEGRAL DA SAUDE – BEM ESTAR E QUALIDADE DE VIDA
103010007.2.276000	MANUTENÇÃO DO PROGRAMA SAUDE MENTAL
3.3.90.00.00.00 (342)	Aplicação Direta recursos: 102 – Recursos de Impostos Saúde R\$ 75.000,00
08	FUNDO MUNICIPAL E SAUDE DE MODELO
10	SAUDE
10301	ATENÇÃO BÁSICA
1030100007	VIDA SAUDÁVEL – ASSISTENCIA INTEGRAL DA SAUDE – BEM ESTAR E QUALIDADE DE VIDA
103010007.2.274000	MANUTENÇÃO DO PROGRAMA "SAUDE DA MULHER"
3.3.90.00.00.00 (339)	Aplicação Direta recursos: 102 – Recursos de Impostos Saúde R\$ 6.000,00

08	FUNDO MUNICIPAL E SAUDE DE MODELO
10	SAUDE
10301	ATENÇÃO BÁSICA
1030100007	VIDA SAUDÁVEL – ASSISTENCIA INTEGRAL DA SAUDE – BEM ESTAR E QUALIDADE DE VIDA
103010007.2.282000	MANUTENÇÃO DO PROGRAMA SAUDE NA ESCOLA
3.3.90.00.00.00 (354)	Aplicação Direta recursos: 102 – Recursos de Impostos Saúde R\$ 6.000,00

08	FUNDO MUNICIPAL E SAUDE DE MODELO
10	SAUDE
10301	ATENÇÃO BÁSICA
1030100007	VIDA SAUDÁVEL – ASSISTENCIA INTEGRAL DA SAUDE – BEM ESTAR E QUALIDADE DE VIDA
103010007.2.284000	MANUTENÇÃO DO PROGRAMA SAUDE MENTAL
3.3.90.00.00.00 (355)	Aplicação Direta recursos: 102 – Recursos de Impostos Saúde R\$ 14.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo SC,  
aos 24 de agosto de 2015.  
RICARDO LUIS MALDANER  
PREFEITO MUNICIPAL

Registrada e Publicada na data supra:

FRANCIELI PAVALICINI  
CHEFE DE SETOR

### LEI MUNICIPAL Nº 2211/2015

LEI MUNICIPAL Nº 2211/2015 DE 24 DE AGOSTO DE 2015  
AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO EFETUAR ABERTURA  
DE CREDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR ATRAVÉS DE ANULAÇÃO  
DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA, CONFORME ESPECIFICA E DÁ OUTRAS  
PROVIDÊNCIAS.

RICARDO LUIZ MALDANER, Prefeito Municipal de Modelo Estado  
de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são asseguradas  
pela legislação em vigor,

Faz saber, que a Câmara Municipal de Vereadores de Modelo SC,  
votou, aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º: Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a  
efetuar abertura de credito suplementar no valor de R\$ 330.000,00  
(Trezentos e trinta mil reais), conforme a seguir especificado:

08	FUNDO MUNICIPAL E SAUDE DE MODELO
10	SAUDE
10301	ATENÇÃO BÁSICA
1030100007	VIDA SAUDÁVEL – ASSISTENCIA INTEGRAL DA SAUDE – BEM ESTAR E QUALIDADE DE VIDA
103010007.2.297000	MANUTENÇÃO E MELHORIA DO TRANSPORTE DE PACIENTES
3.1.90.00.00.00 (374)	Aplicação Direta recursos: 102 – Recursos de Impostos Saúde R\$ 55.000,00
3.3.90.00.00.00 (375)	Aplicação Direta recursos: 102 – Recursos de Impostos Saúde R\$ 35.000,00
4.4.90.00.00.00 ( 376)	Aplicação Direta recursos: 102 – Recursos de Impostos Saúde R\$ 240.000,00

Art. 2º - Os recursos para a cobertura do credito suplementar de  
que trata o artigo 1º, serão provenientes da anulação de dotação  
orçamentária, do Orçamento Município, no valor R\$ 330.000.00  
(trezentos e trinta mil reais), conforme fica a seguir demonstrado:

08	FUNDO MUNICIPAL E SAUDE DE MODELO
10	SAUDE
10302	Assistência Hospitalar e Ambulatorial
1030200007	VIDA SAUDÁVEL – ASSISTENCIA INTEGRAL DA SAUDE – BEM ESTAR E QUALIDADE DE VIDA
103020007.2.281000	Manutenção do Programa de Assistência Hospitalar
3.3.50.00.00.00 (377)	Aplicação Direta recursos: 102 – Recursos de Impostos Saúde R\$ 209.000.00
3.3.90.00.00.00 (379)	Aplicação Direta recursos: 102 – Recursos de Impostos Saúde R\$ 10.000,00
4.4.90.00.00.00 ( 380)	Aplicação Direta recursos: 102 – Recursos de Impostos Saúde R\$ 10.000,00
08	FUNDO MUNICIPAL E SAUDE DE MODELO
10	SAUDE

10301	ATENÇÃO BÁSICA
1030100007	VIDA SAUDÁVEL – ASSISTENCIA INTEGRAL DA SAUDE – BEM ESTAR E QUALIDADE DE VIDA
103010007.2.276000	MANUTENÇÃO DO PROGRAMA SAUDE MENTAL
3.3.90.00.00.00 (342)	Aplicação Direta recursos: 102 – Recursos de Impostos Saúde R\$ 75.000,00
08	FUNDO MUNICIPAL E SAUDE DE MODELO
10	SAUDE
10301	ATENÇÃO BÁSICA
1030100007	VIDA SAUDÁVEL – ASSISTENCIA INTEGRAL DA SAUDE – BEM ESTAR E QUALIDADE DE VIDA
103010007.2.274000	MANUTENÇÃO DO PROGRAMA "SAUDE DA MULHER"
3.3.90.00.00.00 (339)	Aplicação Direta recursos: 102 – Recursos de Impostos Saúde R\$ 6.000,00

08	FUNDO MUNICIPAL E SAUDE DE MODELO
10	SAUDE
10301	ATENÇÃO BÁSICA
1030100007	VIDA SAUDÁVEL – ASSISTENCIA INTEGRAL DA SAUDE – BEM ESTAR E QUALIDADE DE VIDA
103010007.2.282000	MANUTENÇÃO DO PROGRAMA SAUDE NA ESCOLA
3.3.90.00.00.00 (354)	Aplicação Direta recursos: 102 – Recursos de Impostos Saúde R\$ 6.000,00

08	FUNDO MUNICIPAL E SAUDE DE MODELO
10	SAUDE
10301	ATENÇÃO BÁSICA
1030100007	VIDA SAUDÁVEL – ASSISTENCIA INTEGRAL DA SAUDE – BEM ESTAR E QUALIDADE DE VIDA
103010007.2.284000	MANUTENÇÃO DO PROGRAMA SAUDE MENTAL
3.3.90.00.00.00 (355)	Aplicação Direta recursos: 102 – Recursos de Impostos Saúde R\$ 14.000,00

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo SC,  
aos 24 de agosto de 2015..  
RICARDO LUIS MALDANER  
PREFEITO MUNICIPAL

Registrada e Publicada na data supra:

FRANCIELI PAVALICINI  
CHEFE DE SETOR

# Monte Carlo

## PREFEITURA

### EDITAL DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 46/2015

#### EXTRATO DE PROCESSO LICITAÇÃO Nº 92/2015 EDITAL DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 46/2015

O MUNICÍPIO DE MONTE CARLO, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 95.996.104/0001-04, representado neste ato pelo Prefeito Municipal Sr. MARCOS NEI CORREA SIQUEIRA, juntamente com o órgãos participantes no uso de suas atribuições, comunica aos interessados que fará realizar licitação na modalidade **PREGÃO PRESENCIAL** visando a aquisição de pessoa jurídica o objeto abaixo indicado. Os envelopes de “**PROPOSTA DE PREÇOS**” e “**DOCUMENTAÇÃO**” deverão ser entregues no Setor de Licitações, localizado na sede deste Município – Rodovia SC 452 Km 24, nº 1551, Centro, Monte Carlo, SC. **Os envelopes deverão ser entregues a partir das 08:00 horas do dia 09 de setembro de 2015 até as 08:45 horas do dia 09 de setembro de 2015. Abertura da sessão no mesmo dia às 09:00 horas.** A presente licitação será do tipo **MENOR PREÇO ITEM - JULGAMENTO POR ITEM**, consoante as condições estatuídas neste Edital e será regido pela Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, Decreto Federal nº 7892 de 23/Janeiro/2013, Decreto Municipal nº 0149 de 24/Novembro/2006, Decreto Municipal nº 127/2013 e 128/2013 de 23/Dezembro/2013, bem como pela Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, nos casos omissos.

#### 1 – DO OBJETO

- 1.1 – O presente pregão tem como objeto a AQUISIÇÃO DE VEICULOS AUTOMOTORES NOVOS ZERO KM, EM CONFORMIDADE COM AS ESPECIFICAÇÕES DO ANEXO VII DO PRESENTE EDITAL, E DA PROPOSTA DE TRANSFERENCIA Nº 0000015546-SDR.
- 1.2 O edital poderá ser baixado na home page: [www.montecarlo.sc.gov.br](http://www.montecarlo.sc.gov.br).
- 1.3 Outras informações poderão sersanadas pelo telefone 049 3546 0194, ou ainda pelo e-mail: [compras2@montecarlo.sc.gov.br](mailto:compras2@montecarlo.sc.gov.br) – [empenhos@montecarlo.sc.gov.br](mailto:empenhos@montecarlo.sc.gov.br), ou ainda presencialmente no endereço Rodovia SC 452, km 24, Centro, Monte Carlo, SC, no horário das 08:00 hs as 12:00, e das 13:30 as 17:00 hs.

Monte Carlo - SC, 25 de Agosto de 2015

**MARCOS NEI CORREA SIQUEIRA**  
PREFEITO

**ANEXO I****PREGÃO PRESENCIAL Nº 46/2015***PROCURAÇÃO*

\_\_\_\_<RAZÃO SOCIAL, CNPJ, ENDEREÇO COMPLETO>\_\_\_\_, por meio de  
\_\_\_\_<NOME COMPLETO DO REPRESENTANTE LEGAL, RG, CPF E  
QUALIFICAÇÃO NA EMPRESA>\_\_\_\_, constitui como suficiente PROCURADOR o Sr.  
\_\_\_\_<NOME COMPLETO, RG, CPF>\_\_\_\_, outorgando-lhe poderes gerais para  
representar a referida empresa na Licitação \_\_\_\_<MODALIDADE,  
NÚMERO/ANO>\_\_\_\_, outorgando ainda poderes específicos para efetuar lances,  
interpor recursos, assinar contratos e praticar todos os demais atos necessários a este  
procedimento licitatório.

\_\_\_\_<Cidade/Estado>\_\_\_\_, \_\_\_\_<data>\_\_\_\_

\_\_\_\_\_  
<nome completo do representante legal  
e qualificação na empresa>

**OBS: Com assinatura do Outorgante  
reconhecida em Cartório.**



**ANEXO II****PREGÃO PRESENCIAL Nº 46/2015****PROPOSTA DE PREÇOS****1. IDENTIFICAÇÃO DA EMPRESA:**

Razão Social: \_\_\_\_\_  
Nome de Fantasia: \_\_\_\_\_  
Endereço: \_\_\_\_\_  
Bairro: \_\_\_\_\_ Município: \_\_\_\_\_ Estado: \_\_\_\_\_  
CEP: \_\_\_\_\_  
Fone/Fax: \_\_\_\_\_  
CNPJ: \_\_\_\_\_  
Inscrição Estadual: \_\_\_\_\_  
Inscrição Municipal: \_\_\_\_\_

**2. CONDIÇÕES DA PROPOSTA:**

Prazo de validade da proposta: 60 (sessenta) dias.

Prazo de validade contratual: 12 (doze) meses.

**3. DECLARAÇÃO:**

Declaramos, para os devidos fins, que nesta proposta estão inclusos todos os custos e despesas necessários a total execução do objeto ora licitado, tais como: custos diretos e indiretos, tributos incidentes, taxa de administração, materiais, serviços, fretes, seguros, encargos sociais e trabalhistas, embalagens, lucro, honorários profissionais, despesas de hospedagem, alimentação, deslocamento dos profissionais e outros necessários ao cumprimento integral do objeto de Edital do Pregão acima indicado e seus anexos.

Carimbo do CNPJ:

\_\_\_\_\_  
Assinatura do representante

Carimbo da empresa

Continua...

**ANEXO II** - continuação**PREGÃO PRESENCIAL Nº 46/2015****PROPOSTA DE PREÇOS**

## 4. – OBJETO DA PROPOSTA

ITEM Nº <b>XX</b>						
ITEM	DESCRIÇÃO	MARCA	MOD	QTD	RS UNID	RS TOTAL
1						

Monte Carlo – SC, **XX** de **XXXXXXXXXXXXXXXXXX** de **XXXX**

---

(representante legal)

**ANEXO III****PREGÃO PRESENCIAL N° 46/2015****1. DADOS BANCÁRIOS:**

<b>NOME DO BANCO:</b>	
<b>CIDADE:</b>	
<b>N° DA AGÊNCIA:</b>	<b>N° DA CONTA CORRENTE:</b>
<b>TITULAR DA CONTA CORRENTE:</b>	

**2. DADOS DO REPRESENTANTE LEGAL**

<b>NOME COMPLETO:</b>
<b>CARGO OU FUNÇÃO:</b>
<b>IDENTIDADE N° :</b>
<b>CPF/MF N°:</b>

**ANEXO IV****PREGÃO PRESENCIAL Nº 46/2015****DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO PLENO DOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO**

\_\_\_\_\_(RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA) \_\_\_\_\_ CNPJ nº \_\_\_\_\_,  
sediada em \_\_\_\_\_(ENDEREÇO  
COMERCIAL)\_\_\_\_\_, declara, sob as penas da Lei nº 10.520, de 17/07/2002, que  
cumpre plenamente os requisitos para sua habilitação no presente processo licitatório.

**Obs.: Em se tratando de ME ou EPP, favor orientar-se pelo descrito no item 4.3  
parágrafo único.**

Monte Carlo (SC), \_\_\_\_ < DATA > \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_  
Assinatura do representante legal da empresa  
Carimbo da empresa

Carimbo do CNPJ:

**ANEXO V****PREGÃO PRESENCIAL Nº46/2015****ÓRGÃO GERENCIADOR**

<b>ÓRGÃO GERENCIADOR</b>	<b>CNPJ</b>	<b>GESTOR DO CONTRATO</b>
MUNICÍPIO DE MONTE CARLO	95.996.104/0001-04	Marcos Nei Correa Siqueira

**ANEXO - VI****PREGÃO PRESENCIAL Nº 46/2015****MINUTA DO CONTRATO****CONTRATO DE FORNECIMENTO Nº  
XX/2014****DAS PARTES:**

De um lado, o **MUNICÍPIO DE MONTE CARLO**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 95.996.104/0001-04, representado neste ato pelo Prefeito Municipal Sr. MARCOS NEI CORREA SIQUEIRA, no uso de suas atribuições juntamente com os Órgãos Participantes, doravante designado simplesmente **MUNICÍPIO**, e de outro lado a empresa: ..... pessoa jurídica de direito privado, situada na Rua....., na cidade de ....., inscrita no C.N.P.J. sob o nº

....., neste ato representada pelo, Sr. ...., portador do cpf nº ..... doravante denominado **FORNECEDOR** para entrega dos produtos descritos a seguir, sujeitando-se as partes às determinações da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, Decreto Federal nº 7892 de 23/Janeiro/2013, Decreto Municipal nº 0149 de 24/Novembro/2006, Decreto Municipal nº 127/2013 e 128/2013 de 23/Dezembro/2013, bem como pela Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, nos casos omissos e sendo observadas as regras editalícias decorrentes do Pregão Presencial nº 46/2015. Integram o presente Contrato, independente de suas transcrições os termos e especificações constantes do Processo Licitatório nº 92/2015.

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO E DO PREÇO:**

1.1 - A presente aquisição, de **AQUISIÇÃO DE VEICULOS AUTOMOTORES NOVOS ZERO KM, EM CONFORMIDADE COM AS ESPECIFICAÇÕES DO ANEXO VII DO PRESENTE EDITAL**, conforme segue:

ITEM	QTDAD	UND	DESCRIÇÃO
Marca e Modelo:			
Valor Unitário R\$:		Valor Total R\$:	

**CLÁUSULA SEGUNDA – DA EXECUÇÃO**

2.1 - A licitante vencedora efetuará entrega dos objetos do presente processo mediante a solicitação formal do Chefe do Departamento de Compras deste município no prazo máximo de 15 (quinze) dias.

2.2 - A contratada se obriga a emitir NF-e (Nota Fiscal Eletrônica), conforme dispõe § 6º, I, do art. 23, anexo XI, do Regulamento do ICMS catarinense, para as transações efetuadas, nos prazos fixados pela legislação vigente, quando assim se enquadrarem por força legal, para 1º (primeiro) emplacamento.

2.3 - O recebimento do bem, mesmo que definitivo não exclui a responsabilidade da contratada pela qualidade, característica do produto entregue, cabendo lhe sanar quaisquer irregularidades detectadas quando da sua utilização, durante o prazo de garantia.

**CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR E DO PAGAMENTO**

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 92/2015

Página 8

3.1 - A contratante pagara a contratada pela aquisição do objeto descrito na cláusula primeira o valor total de R\$: xx,xx (xxxxx).

3.2 - O pagamento será feito em favor da contratada, mediante transferência bancária da contratada até o 10º (décimo) dia útil do mês seguinte da emissão da respectiva nota fiscal.

#### CLÁUSULA QUARTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1 - As despesas decorrentes da entrega do objeto do presente contrato correrão a conta de dotação específica do orçamento do exercício de 2015, com a seguinte classificação:

Entidade – 1 PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE CARLO

Órgão – 07 Secretaria Mun de Educação Cultura e Desporto

Unidade – 01 Departamento de Educação

Projeto/Atividade – 1007 Equipamentos e

Veículos para Educação

Elemento – 4.4.90.00.00.00.00

Entidade – 1 PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE CARLO

Órgão – 07 Secretaria Mun de Educação Cultura e Desporto

Unidade – 01 Departamento de Educação

Projeto/Atividade – 1007 Equipamentos e

Veículos para Educação

Elemento – 4.4.90.00.00.00.0036

#### CLÁUSULA QUINTA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

5.1 - Entregar o objeto do presente processo licitatório nas condições e formas previstas no presente Edital, vindo a responder pelos danos eventuais que comprovadamente vier a causar, em decorrência de descumprimento a quaisquer das cláusulas nele previstas;

5.2 - Realizar a entrega do objeto desta licitação, na sede do município de Monte Carlo – SC sem custo adicional.

5.3 - Entregar os produtos licitados com qualidade e que cumpram as determinações da legislação vigente;

5.4 - Todas as despesas relacionadas com o deslocamento para realização de consertos e revisões durante o período de garantia em que necessite transporte por meio de guincho será por conta e risco da proponente vencedora.

#### CLÁUSULA SEXTA – DAS PENALIDADES

6.1 - Independente da transcrição, as penalidades por descumprimento das obrigações são aquelas mencionadas no Edital de origem do presente contrato.

#### CLÁUSULA SÉTIMA – RESCISÃO

7.1 - O presente contrato poderá ser rescindido, independente de qualquer notificação judicial ou extrajudicial no caso de inexecução total ou parcial e, pelos demais motivos enumerados no art. 78 da lei 8666/93 e alterações posteriores.

#### CLÁUSULA OITAVA – VIGÊNCIA E DO PRAZO

8.1 - O presente contrato terá vigência a partir de sua assinatura, com duração de 12 (doze) meses em função da garantia.

#### CLÁUSULA NONA – DA VINCULAÇÃO

9.1- O presente instrumento contratual encontra-se vinculado ao Processo Licitatório nº 92/2015 na modalidade Pregão Presencial nº 46/2015

#### CLÁUSULA DÉCIMA – NORMAS E PRECEITOS COMPLEMENTARES

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 92/2015

Página 9



10.1 - Aplicam-se a execução deste contrato e aos casos omissos a normas da Lei 8666/93 e alterações posteriores, os preceitos do direito público, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições do direito privado.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO FORO**

11.1 - É competente o foro da Comarca de Fraiburgo para dirimir quaisquer dúvidas, porventura, oriundas da presente Ata de Registro de Preços.

E por estarem justas e compromissadas, as partes assinam o presente em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Monte Carlo - SC, .....de ..... de 2015.

MUNICIPIO DE MONTE CARLO  
Marcos Nei Correa Siqueira

EMPRESA  
Representante Legal

Testemunhas:

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

Fiscal do Contrato:

Bruno Oliveira: \_\_\_\_\_

## ANEXO - VII

## PREGÃO PRESENCIAL Nº46/2015

## DESCRIÇÃO MÍNIMA DO OBJETO

ITEM - 01			
ITEM	QTD	UND	DESCRIÇÃO MÍNIMA DO VEÍCULO
01	01	UND	<p>Veiculo automotor novo, ano/modelo 2015/2016, ou superior, zero km, para transporte de passageiros, tipo minibus, teto com altura interna de no minimo 1.894 mm (teto alto); destinado ao transporte de passageiros, apto a trafegar em rodovias pavimentadas e não pavimentadas, com as seguintes características mínimas: <b><u>AIR BAG DUPLO</u></b> – motorista e passageiros dianteiros; Freios ABS motor a diesel turbinado e interculado; injeção eletrônica, <b>com no mínimo 130 CV NBR</b>; direção hidráulica, capacidade minima para 16 (dezesesseis) passageiros com o motorista; banco do motorista regulável em altura, <b>bancos dos passageiros com assentos individuais reclináveis, revestidos em tecido navalhado e apoio para braço e cabeça</b> (padrão executivo); <b>espelho retrovisor externo com acionamento elétrico</b>; equipado com <b>ar condicionado, com duplo ar (frente e bancos traseiros), na parte traseira com o minimo de 3 (três) saídas de ar</b> de dois pontos para os passageiros, rodas aro 16; <b>acionamento elétrico dos vidros dianteiros, faróis de neblina</b>; porta pacotes junto ao teto, bagageiro elevado em baixo dos últimos assentos com capacidade minima de 1000 lts; iluminação no compartimento de passageiros por duas lâmpadas embutidas; cortina em tecido para vidros laterais e porta traseira, caixa de cambio com 05 (cinco) marchas a frente e uma a ré, <b>trava elétrica das portas</b>; tapete de borracha; radio AM/FM com MP3/WMA, com porta USB; DVD com TELA 17”(opcional), com instalação de alto falantes no compartimento de passageiros. Veiculo equipado com todos os equipamentos obrigatórios exigidos pelo CNT, homologado pelo DETRAN.</p>
<b>Valor Máximo do ITEM R\$: 134.300,00</b>			

ITEM - 02			
ITEM	QTD	UND	DESCRIÇÃO MÍNIMA DO VEÍCULO
02	01	UND	<p>Veiculo automotor novo 0km, ano de fabricação 2015 modelo 2015, com potencia minima de 98cv, totalflex, cor branca, com ar condicionado, direção hidráulica e vidros elétricos, radio AM/FM com MP3/WMA, com porta USB; com duas portas ao lado direito e duas ao lado esquerdo; com todos os equipamentos de segurança obrigatórios pela legislação vigente, inclusive estepe.</p>
<b>Valor Máximo do ITEM R\$: 49.900,00</b>			

**ANEXO VIII****PREGÃO PRESENCIAL Nº 46/2015****DECLARAÇÃO DE IDONEIDADE**

A (nome da empresa), localizada no endereço (endereço completo), devidamente inscrita no cnpj sob o nº xxxxxxxx, com vistas ao credenciamento junto a Administração do Município de Monte Carlo no Processo Licitatório nº (xx/xxxx); DECLARA sob as penas da lei que não está cumprindo penalidade de inidoneidade, suspensão ou impedimento de contratar com a Administração Pública.

xxxxxxxxxxxxxxxx-xx, xx de xxxxxxxxxxxx de xxxx

\_\_\_\_\_  
(nome/representante legal)

**ANEXO IX****PREGÃO PRESENCIAL Nº 46/2015****DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE VÍNCULO, SÓCIO OU PROCURADOR  
VINCULADO COM A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL**

\_\_\_\_\_(RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA) \_\_\_\_\_ CNPJ nº \_\_\_\_\_,  
sediada em \_\_\_\_\_(ENDEREÇO COMERCIAL)\_\_\_\_\_, declara, nos termos do art. 9º, da Lei nº 8.666/93, que não possui como sócio ou procurador, ou sendo pessoa física não é, servidor público efetivo ou não, ainda que licenciado do cargo, nem mantém vínculo de qualquer espécie com o Município de Monte Carlo, bem como, não é pessoa terceirizada cuja atividade esteja relacionada com os setores de Compras, Jurídico, Contábil, Financeiro ou qualquer outro setor cujo objeto licitado seja afeto.

Monte Carlo (SC), < DATA> \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_  
Assinatura do representante legal da empresa  
Carimbo da empresa

Carimbo do CNPJ:

**ANEXO X****PREGÃO PRESENCIAL Nº 46/2015****DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO SUPERVENIENTE E IMPEDITIVO DA HABILITAÇÃO.**

A (nome da empresa), localizada no endereço (endereço completo), devidamente inscrita no cnpj sob o nº xxxxxxxx, para efeito de participação junto a Administração do Município de Monte Carlo no Processo Licitatório nº (xx/xxxx); DECLARA sob as penas da lei que não possui fato impeditivo que altere os dados para efetivação da sua habilitação e ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

xxxxxxxxxxxxxxxx-xx, xx de xxxxxxxxxxxx de xxxx

\_\_\_\_\_  
(nome/representante legal)

**ANEXO XI****PREGÃO PRESENCIAL Nº 46/2015****MODELO DE DECLARAÇÃO DE ELABORAÇÃO INDEPENDENTE DE PROPOSTA**

(Identificação completa do representante da licitante), como representante devidamente constituído de (Identificação completa da licitante) doravante denominado LICITANTE para fins do disposto no Edital do Processo Licitatório nº xx/xxxx, declara, sob as penas da lei, em especial o art. 299 do Código Penal Brasileiro, que:

(a) a proposta apresentada para participar do presente processo licitatório foi elaborada de maneira independente pelo Licitante, e o conteúdo da proposta não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer outro participante potencial ou de fato, por qualquer meio ou por qualquer pessoa;

(b) a intenção de apresentar a proposta elaborada para participar não foi informada, discutida ou recebida de qualquer outro participante potencial ou de fato da (identificação da licitação), por qualquer meio ou por qualquer pessoa;

(c) que não tentou, por qualquer meio ou por qualquer pessoa, influir na decisão de qualquer outro participante potencial ou de fato quanto a participar ou não da referida licitação;

(d) que o conteúdo da proposta apresentada para participar da licitação não será, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, comunicado ou discutido com qualquer outro participante potencial ou de fato da licitação) antes da adjudicação do objeto da referida licitação;

(e) que o conteúdo da proposta apresentada para participar da licitação não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer integrante de Administração Municipal antes da abertura oficial das propostas; e

(f) que está plenamente ciente do teor e da extensão desta declaração e que detém plenos poderes e informações para firmá-la.

\_\_\_\_\_, em \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_

(representante legal do licitante).

**ANEXO - XII****PREGÃO PRESENCIAL Nº 46/2015****MODELO DE DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO NO DISPOSTO NO INCISO XXIII  
DO ARTIGO 7º DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL**

\_\_\_\_\_  
(nome), portador do CPF N.º \_\_\_\_\_, na condição de  
preposto da empresa \_\_\_\_\_,  
inscrita no CNPJ sob o N.º \_\_\_\_\_, DECLARO,  
sob as penas da lei\*, que a pessoa jurídica acima nominada encontra-se em situação  
regular quanto ao cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição  
Federal.

Por ser esta uma declaração da verdade, firmo o presente para os efeitos pretendidos,  
especialmente para comprovação de regularidade quanto ao cumprimento da norma  
constitucional de proteção ao trabalho do menor e do adolescente junto ao Sistema  
Federal de Inspeção do Trabalho do Ministério do Trabalho e Emprego.

\_\_\_\_\_, em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_.

\*Código Penal, art. 299.

\_\_\_\_\_  
Representante da Licitante



**PROCESSO LICITATÓRIO 93/2015 DISPENSA DE LICITAÇÃO**

MUNICÍPIO DE MONTE CARLO PROCESSO LICITATÓRIO 93/2015  
DISPENSA DE LICITAÇÃO 9/2015

MARCOS NEI CORREA SIQUEIRA, Prefeito do Município de Monte Carlo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais instituídas pelo art. 104, e, em conformidade com o inciso II do art. 24 da Lei n. 8.666/94, com suas alterações posteriores, torna público o Processo de Dispensa de Licitação n xx/2015, conforme segue:

Considerando a solicitação do Diretor Geral, e a respectiva autorização do Prefeito Municipal;

Considerando que os serviços ora contratados são de extrema importância para a segurança dos munícipes e funcionários que frequentam o paço municipal;

Considerando ainda, que a empresa contratada é especializada neste ramo;

Considerando ainda, que os preços são os de mercado em conformidade com orçamentos;

Considerando a previsão legal do artigo 24, Inciso II da lei 8.666/93;  
**RESOLVE REALIZAR A CONTRATAÇÃO DA EMPRESA METALURGICA ZANCANARO, CONFORME OS TERMOS DA DISPENSA QUE SEGUEM**

**1. OBJETO**

Contratação de empresa especializada no ramo de Metalurgica e Esquadrias para fabricação de 20 mts de guarda corpo com corrimão em aço galvanizado e pintado, visando a importancia da segurança dos que frequentam a Sede da Prefeitura.

Publique-se e Registre-se na forma da lei.

Monte Carlo, 24 de Agosto de 2015.

MARCOS NEI CORREA DE SIQUEIRA

PREFEITO MUNICIPAL

**CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 28/2015**

MUNICIPIO MONTE CARLO, estabelecida na Rod Sc 452 Km 24, nº 1551, Centro, no Municipio Monte Carlo-SC, inscrita no CNPJ sob o nº 95.996.104/0001-04, neste ato Representado por seu Prefeito Municipal, Sr Marcos Nei Correa Siqueira, Inscrito no CPF sob o nº 850.169.429-00, doravante denominado CONTRATANTE, e de outro lado, a pessoa Juridica de direito privado Funilaria e Serralheria Zancanaro Ltda-Me, estabelecida na Av São Sebastião, nº 1835, Barracao 06, Bairro Sao Sebastião, no Municipio de Fraiburgo-SC, neste ato representado pelo seu sócio Renan Henrique Zancanaro, brasileiro, inscrito no CPF sob o nº 064.694.639-08, doravante denominado CONTRATADO.

O presente contrato se regerá pelas cláusulas e condições seguintes:

**CLÁUSULA PRIMEIRA: Do objeto:**

O objeto do contrato é a Contratação de empresa especializada no ramo de Metalurgica e Esquadrias para fabricação de 20 mts de guarda corpo com corrimão em aço galvanizado e pintado, visando a importancia da segurança dos que frequentam a Sede da Prefeitura.

**CLÁUSULA SEGUNDA: Da Remuneração:**

O contratado receberá o valor de R\$ 3.600,00( tres mil e seissentos reais) pela entrega dos materiais ja devidamente instalado do presente termo, no prazo da entrega dos serviços contratados.

**CLÁUSULA TERCEIRA: Do prazo:**

O prazo de validade deste contrato é da data de assinatura do mesmo ate a data de 31/12/2015, podendo ser rescindido a qualquer tempo por uma das partes desde que comunicado com

antecedência de 30(trinta) dias.

**CLÁUSULA QUARTA: Das Dotações:**

As despesas decorrentes da presente contratação correrão a conta da dotação orçamentaria abaixo descrito:

Cod Reduzido: 8 – Manutenção da Secretaria Administração – Orçamento 03 – Proj/Atividade 2003 – Unid 05 – 3.3.90.00.00.00.0000

**CLÁUSULA QUINTA: Das Penalidades:**

Pelo não cumprimento das obrigações contratuais ou a não prestação do objeto sujeitara a CONTRATADA as penalidades previstas na Lei Federal nº 8.666/93, sem prejuizo a outras sanções previstas em outras Leis que norteiam a material.

**CLÁUSULA SEXTA: Das Disposições Finais:**

Fica nomeado o Sr. Alcione Roberto Buyno, Diretor Geral Municipal para dar liquidação aos serviços prestados, bem como fica responsável pela fiscalização dos serviços ora contratados, assim como responsável pelo recebimento dos serviços e dar recebimento da nota fiscal correspondente.

**CLÁUSULA SETIMA: Do foro:**

Fica eleito o Foro da Comarca de Fraiburgo-SC, por mais previliado que outros seja, para dirimir as questões decorrentes deste contrato.

E, por estarem justos e contratados, assinam o presente contrato, em 02(duas) vias de igual teor, na presença de duas testemunhas.

Monte Carlo-SC 24 de Agosto de 2015

MARCOS NEI CORREA SIQUEIRA

Prefeito Municipal

Pela Contratante

RENAN HENRIQUE ZANCANARO

Funilaria e Serralheria Zancanaro Ltda-Me

PELA CONTRATADO

**TESTEMUNHAS:**

1 - \_\_\_\_\_

Vanderléia Alves Fernandes

CPF.: 077.361.879-16

1 - \_\_\_\_\_

Marielle Stratmann

CPF.: 099.087.109-66

# Navegantes

## PREFEITURA

### ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 093/2015.

EXTRATO - ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PMN Nº 093/2015.

O MUNICÍPIO DE NAVEGANTES torna pública a Ata de Registro de Preços PMN nº 093/2015, relativa ao Pregão Presencial 093/2015 - contendo os preços registrados pela empresa abaixo:

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS VISANDO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PERIÓDICA (PREVENTIVA E CORRETIVA) COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS E SUBSTITUIÇÃO DE PEÇAS (QUANDO NECESSÁRIO) DE CÂMERAS DE VÍDEO E CENTRAL DE MONITORAMENTO INSTALADAS NO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES/SC.

FORNECEDOR: XPTI TECNOLOGIAS EM SEGURANÇA LTDA.

CNPJ: 18.190.216/0001-22.

VALOR: R\$ 7.100,00.

Vigência: 24/08/2016.

A ata está disponível no Departamento de Licitações.

Informações: tel.: (47) 3342-9500.

Navegantes, 24 de agosto de 2015.

### AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL 51/2015 FMS

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES

PREGÃO PRESENCIAL Nº 51/2015 FMS

Comunica na forma da Lei 8.666/93 e suas alterações, que se encontra aberto o processo licitatório para: OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS VISANDO A AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS DA LISTAGEM ATUALIZADA DO GUIA FARMACÊUTICO DE MEDICAMENTOS BRASINDICE DE A À Z (MEDICAMENTOS GENÉRICOS, SIMILARES E ÉTICOS) PARA ATENDER AOS PACIENTES POR ORDEM JUDICIAL, ATRAVÉS DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE NAVEGANTES/SC. Data da entrega dos envelopes: 09/09/2015 até às 13:50 hs. Abertura envelopes: 09/09/2015 às 14:00 hs. O Edital na íntegra se encontra à disposição na Rua João Emílio nº.100 em Navegantes/SC ou no site: [www.navegantes.sc.gov.br](http://www.navegantes.sc.gov.br) link fornecedor. Navegantes, 25 de agosto de 2015. ROBERTO CARLOS DE SOUZA- Prefeito.

### DECISÃO ADM P.A 50/2015 BELGA EMPREITEIRA CONCORRÊNCIA 71/2012

DECISAO Procedimento Administrativo nº 50/2015

BELGA EMPREITEIRA LTDA

#### 1. Do Relatório

A empresa BELGA EMPREITEIRA LTDA - inscrita no CNPJ 81.537.672/0001-32 vencedora da Concorrência nº 71/2012, Contrato nº 090/2012 e demais termos aditivos executou todo calçamento licitado, contudo foi alegado pela empresa em seu requerimento protocolado nesta Administração no dia 09 de Fevereiro, que ficou valores em aberto, por execuções de serviços não previsto em edital, e que conforme alega foi feito por ordem expressa da Secretaria de Obras.

Conforme informações prestadas pelas secretarias de Obras e engenheiro responsável, a empresa Belga executou as obras de pavimentações de ruas conforme previsto no Contrato 090/2012, bem como por vontade alheia a vontade, houve situações que oneraram o valor licitado, pois existiram segundo relatos do engenheiro, serviços executados que não estavam previstos no edital, relatório assinado no dia 06 de maio de 2015. Mediante tais alegações foi instaurado, por este departamento de processos administrativos, o processo de nº 50/2015 no dia 11/02/2015, juntada todas as CI's, Solicitações, Contratos, Termos Aditivos, etc., contudo, cabe a esta

Administração, a análise dos fatos.

#### 2. Da Decisão

Diante dos fatos e fundamentos ora aduzidos, e trazidos a este encarregado para deliberação, decide esta Administração que:

2.1 Ficou apurado pela Secretaria de Obras, que a empresa Belga Empreiteira LTDA, cumpriu todas as cláusulas contratuais e editais, visto que foi solicitado pela secretaria que a empresa viesse a pavimentar todas as ruas, conforme Contrato PMN nº 090/2012, sendo assim todas as pavimentações foram medidas e liquidadas em tempo hábil, cumprindo os prazos para pagamento, não restando saldo pendente do presente contrato firmado entre este Ente publico e a Empresa Belga.

2.2 A empresa Belga entrou com um pedido de pagamento quanto à pavimentação realizada em um trecho da Rua Francisco Jose Baron, alegando que houve pedido por parte da Secretaria autorizando o calçamento da mesma. Contudo não pode a empresa alegar desconhecimento do que foi licitado, a rua acima mencionada não estava prevista na licitação, foi autorizado pela caixa que a rua poderia ser calçada, contudo deveria ser feita nova licitação, fato este que não ocorreu, inviabilizando qualquer possibilidade de pagamento pois não existe previsão legal para tal ato. Sendo assim indeferimos o pedido pleiteado, visto a falta de licitação.

2.3 Com fundamento no alegado pela Secretaria, tendo em vista a efetiva comprovação nos autos da responsabilidade deste ente publico em garantir a supremacia do interesse publico, em não causar prejuízo ao erário, ante todo exposto, com base na lei 8.666/93 não podemos realizar esse pagamento na esfera Administrativa, resguardado o direito da Empresa pleitear recurso na esfera judicial.

2.4 Isto Posto, DETERMINAMOS, INDEFERIMENTO DO PEDIDO, Decisão que será enviada por AR para a empresa BELGA, após sua devida publicação, diante de todos os fatos e fundamentos expostos, julga-se procedente esta Decisão Administrativa sobre o PA nº 50/2015.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA SILVANA

Prefeito de Navegantes

MARIA MENDES FRANCISCO

Secretária de Administração e Logística

Douglas Lemos

Presidente da Comissão Permanente Licitação

Josezite dos Santos  
Membro da Comissão

Raul Couto Neto  
Membro da Comissão

Fernanda Hassmann Constâncio  
Membro da Comissão

Leila Mengarda  
Membro da Comissão

Anna Claudia Gaya Costa  
Encarregada Processo Administrativo

Navegantes, 25 de Agosto de 2015.

**DECRETO 361 NOMEAÇÕES E EXONERAÇÕES EM FUNÇÃO DE CONFIANÇA**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DE NAVEGANTES  
CNPJ 83.102.855/0001-50  
Rua João Emílio n.º 100 - Centro  
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC  
Fone/Fax: (47) 3342-9500  
www.navegantes.sc.gov.br

DECRETO N.º 361 DE 30 DE JUNHO DE 2015  
EXONERA SERVIDORA DE FUNÇÃO DE CONFIANÇA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 62 de 1º/4/2009,  
DECRETA:

Art. 1.º Fica, por este ato, EXONERADA da função de confiança de Gerente de Gestão de Pessoal a senhora Sueli Mafra.

Art. 2.º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação tendo seus efeitos a partir de 1º/7/2015.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 30 DE JUNHO DE 2015.  
Roberto Carlos de Souza  
PREFEITO

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 30 de junho de 2015.  
Silvana Maria Mendes Francisco  
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DE NAVEGANTES  
CNPJ 83.102.855/0001-50  
Rua João Emílio n.º 100 - Centro  
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC  
Fone/Fax: (47) 3342-9500  
www.navegantes.sc.gov.br

DECRETO N.º 362 DE 30 DE JUNHO DE 2015  
EXONERA SERVIDORA DE FUNÇÃO DE CONFIANÇA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 62 de 1º/4/2009,  
DECRETA:

Art. 1.º Fica, por este ato, EXONERADA da função de confiança de Diretora de Gestão em Recursos Humanos a senhora Gisele Mendes Serafim da Silva.

Art. 2.º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação tendo seus efeitos a partir de 1º/7/2015.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 30 DE JUNHO DE 2015.  
Roberto Carlos de Souza  
PREFEITO

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 30 de junho de 2015.  
Silvana Maria Mendes Francisco  
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DE NAVEGANTES  
CNPJ 83.102.855/0001-50  
Rua João Emílio n.º 100 - Centro  
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC  
Fone/Fax: (47) 3342-9500  
www.navegantes.sc.gov.br

DECRETO N.º 363 DE 30 DE JUNHO DE 2015  
NOMEIA SERVIDORA PARA EXERCER FUNÇÃO DE CONFIANÇA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 62 de 1º/4/2009,  
DECRETA:

Art. 1.º Fica, por este ato, nomeada para exercer a função de confiança de Diretora de Gestão em Recursos Humanos a senhora Sueli Mafra.

Art. 2.º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação tendo seus efeitos a partir de 2/7/2015.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 30 DE JUNHO DE 2015.  
Roberto Carlos de Souza  
PREFEITO

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 30 de junho de 2015.  
Silvana Maria Mendes Francisco  
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DE NAVEGANTES  
CNPJ 83.102.855/0001-50  
Rua João Emílio n.º 100 - Centro  
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC  
Fone/Fax: (47) 3342-9500  
www.navegantes.sc.gov.br

DECRETO N.º 364 DE 30 DE JUNHO DE 2015  
NOMEIA SERVIDORA PARA EXERCER FUNÇÃO DE CONFIANÇA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 62 de 1º/4/2009,  
DECRETA:

Art. 1.º Fica, por este ato, nomeada para exercer a função de confiança de Assessora Técnica II a senhora Gisele Mendes Serafim da Silva.

Art. 2.º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação tendo seus efeitos a partir de 2/7/2015.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 30 DE JUNHO DE 2015.  
Roberto Carlos de Souza  
PREFEITO

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 30 de junho de 2015.  
Silvana Maria Mendes Francisco  
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DE NAVEGANTES  
CNPJ 83.102.855/0001-50  
Rua João Emílio n º 100 - Centro  
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC  
Fone/Fax: (47) 3342-9500  
www.navegantes.sc.gov.br

DECRETO N º 365 DE 30 DE JUNHO DE 2015  
EXONERA SERVIDOR DE FUNÇÃO DE CONFIANÇA, A PEDIDO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 62 de 1º/4/2009,  
DECRETA:

Art. 1 º Fica, por este ato, EXONERADO da função de confiança de Gestor Público Municipal III, A PEDIDO, o senhor Ary José dos Santos.

Art. 2 º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação tendo seus efeitos a partir de 1º/7/2015.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 30 DE JUNHO DE 2015.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 30 de junho de 2015.

Silvana Maria Mendes Francisco

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DE NAVEGANTES  
CNPJ 83.102.855/0001-50  
Rua João Emílio n º 100 - Centro  
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC  
Fone/Fax: (47) 3342-9500  
www.navegantes.sc.gov.br

DECRETO N º 366 DE 30 DE JUNHO DE 2015  
EXONERA SERVIDORA DE FUNÇÃO DE CONFIANÇA, A PEDIDO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 62 de 1º/4/2009,  
DECRETA:

Art. 1 º Fica, por este ato, EXONERADA da função de confiança de Secretária de Saúde Adjunta a senhora Nádia Braz Bins, A PEDIDO.

Art. 2 º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação tendo seus efeitos a partir de 1º/7/2015.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 30 DE JUNHO DE 2015.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 30 de junho de 2015.

Silvana Maria Mendes Francisco

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DE NAVEGANTES  
CNPJ 83.102.855/0001-50  
Rua João Emílio n º 100 - Centro  
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC  
Fone/Fax: (47) 3342-9500  
www.navegantes.sc.gov.br

DECRETO N º 367 DE 30 DE JUNHO DE 2015  
EXONERA SERVIDORA DE FUNÇÃO DE CONFIANÇA, A PEDIDO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 62 de 1º/4/2009,  
DECRETA:

Art. 1 º Fica, por este ato, EXONERADA da função de confiança de Gestora Pública Municipal II a senhora Ariane Aparecida da Silva.

Art. 2 º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação retroagindo a 18/6/2015.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 30 DE JUNHO DE 2015.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 30 de junho de 2015.

Silvana Maria Mendes Francisco

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DE NAVEGANTES  
CNPJ 83.102.855/0001-50  
Rua João Emílio n º 100 - Centro  
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC  
Fone/Fax: (47) 3342-9500  
www.navegantes.sc.gov.br

DECRETO N º 369 DE 30 DE JUNHO DE 2015  
NOMEIA SERVIDOR PARA EXERCER FUNÇÃO DE CONFIANÇA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 62 de 1º/4/2009,  
DECRETA:

Art. 1 º Fica, por este ato, nomeado para exercer a função de confiança de Assessor Técnico III o senhor David Roberto Alves Barbosa.

Art. 2 º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação tendo seus efeitos a partir de 1º/7/2015.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 30 DE JUNHO DE 2015.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 30 de junho de 2015.

Silvana Maria Mendes Francisco

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DE NAVEGANTES  
CNPJ 83.102.855/0001-50  
Rua João Emílio n º 100 - Centro  
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC  
Fone/Fax: (47) 3342-9500  
www.navegantes.sc.gov.br

**DECRETO N º 370 DE 30 DE JUNHO DE 2015**  
**NOMEIA SERVIDOR PARA EXERCER FUNÇÃO DE CONFIANÇA**

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 62 de 1º/4/2009,  
DECRETA:

Art. 1 º Fica, por este ato, nomeado para exercer a função de confiança de Gestor Público Municipal I o senhor José Antônio Hauk.

Art. 2 º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação tendo seus efeitos a partir de 2/7/2015.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 30 DE JUNHO DE 2015.  
Roberto Carlos de Souza  
PREFEITO

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 30 de junho de 2015.  
Silvana Maria Mendes Francisco  
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DE NAVEGANTES  
CNPJ 83.102.855/0001-50  
Rua João Emílio n º 100 - Centro  
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC  
Fone/Fax: (47) 3342-9500  
www.navegantes.sc.gov.br

**DECRETO N º 378 DE 14 DE JULHO DE 2015**  
**EXONERA SERVIDORA DE FUNÇÃO DE CONFIANÇA**

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 175 de 30/4/2013.

DECRETA:

Art. 1 º Fica, por este ato, EXONERADA da função de confiança de Chefe de Seção a senhora Jossiane Lays Bonim Uller.

Art. 2 º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação retroagindo a 1º/7/2015.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 14 DE JULHO DE 2015.  
Roberto Carlos de Souza  
PREFEITO

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 14 de julho de 2015.  
Silvana Maria Mendes Francisco  
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DE NAVEGANTES  
CNPJ 83.102.855/0001-50  
Rua João Emílio n º 100 - Centro  
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC  
Fone/Fax: (47) 3342-9500  
www.navegantes.sc.gov.br

**DECRETO N º 379 DE 14 DE JULHO DE 2015**  
**EXONERA SERVIDORA DE FUNÇÃO DE CONFIANÇA**

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 75 de 8/3/2010,  
DECRETA:

Art. 1 º Fica, por este ato, EXONERADA da função de confiança de Chefe de Departamento Administrativo a senhora Taiz Andrea Waschburger.

Art. 2 º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 14 DE JULHO DE 2015.  
Roberto Carlos de Souza  
PREFEITO

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 14 de julho de 2015.  
Silvana Maria Mendes Francisco  
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DE NAVEGANTES  
CNPJ 83.102.855/0001-50  
Rua João Emílio n º 100 - Centro  
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC  
Fone/Fax: (47) 3342-9500  
www.navegantes.sc.gov.br

**DECRETO N º 380 DE 14 DE JULHO DE 2015**  
**EXONERA SERVIDORA DE FUNÇÃO DE CONFIANÇA**

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 175 de 30/4/2013.

DECRETA:

Art. 1 º Fica, por este ato, EXONERADA da função de confiança de Supervisora de Atividades a senhora Vera Lúcia Luçolli da Costa.

Art. 2 º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 14 DE JULHO DE 2015.  
Roberto Carlos de Souza  
PREFEITO

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 14 de julho de 2015.  
Silvana Maria Mendes Francisco  
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA



ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DE NAVEGANTES  
CNPJ 83.102.855/0001-50  
Rua João Emílio n º 100 - Centro  
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC  
Fone/Fax: (47) 3342-9500  
www.navegantes.sc.gov.br

**DECRETO N º 381 DE 14 DE JULHO DE 2015**  
**NOMEIA SERVIDORA PARA EXERCER FUNÇÃO DE CONFIANÇA**

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 62 de 1º/4/2009,  
DECRETA:

Art. 1 º Fica, por este ato, nomeada para exercer a função de confiança de Diretora de Departamento a senhora Jossiane Lays Bonim Uller.

Art. 2 º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação retroagindo a 2/7/2015.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 14 DE JULHO DE 2015.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 14 de julho de 2015.

Silvana Maria Mendes Francisco

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DE NAVEGANTES  
CNPJ 83.102.855/0001-50  
Rua João Emílio n º 100 - Centro  
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC  
Fone/Fax: (47) 3342-9500  
www.navegantes.sc.gov.br

**DECRETO N º 382 DE 14 DE JULHO DE 2015**  
**NOMEIA SERVIDORA PARA EXERCER FUNÇÃO DE CONFIANÇA**

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 62 de 1º/4/2009,  
DECRETA:

Art. 1 º Fica, por este ato, nomeada para exercer a função de confiança de Assessora Técnica III a senhora Taiz Andrea Waschburger.

Art. 2 º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação tendo seus efeitos a partir de 15/7/2015.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 14 DE JULHO DE 2015.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 14 de julho de 2015.

Silvana Maria Mendes Francisco

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DE NAVEGANTES  
CNPJ 83.102.855/0001-50  
Rua João Emílio n º 100 - Centro  
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC  
Fone/Fax: (47) 3342-9500  
www.navegantes.sc.gov.br

**DECRETO N º 383 DE 14 DE JULHO DE 2015**  
**NOMEIA SERVIDORA PARA EXERCER FUNÇÃO DE CONFIANÇA**

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 75 de 8/3/2010,  
DECRETA:

Art. 1 º Fica, por este ato, nomeada para exercer a função de confiança de Chefe de Departamento Administrativo a senhora Vera Lúcia Luçolli da Costa.

Art. 2 º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação tendo seus efeitos a partir de 15/7/2015.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 14 DE JULHO DE 2015.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 14 de julho de 2015.

Silvana Maria Mendes Francisco

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DE NAVEGANTES  
CNPJ 83.102.855/0001-50  
Rua João Emílio n º 100 - Centro  
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC  
Fone/Fax: (47) 3342-9500  
www.navegantes.sc.gov.br

**DECRETO N º 386 DE 15 DE JULHO DE 2015**  
**EXONERA SERVIDOR DE FUNÇÃO DE CONFIANÇA**

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 62 de 1º/4/2009,  
DECRETA:

Art. 1 º Fica, por este ato, EXONERADO da função de confiança de Gestor Público Municipal II o senhor Pedro Estanislau Custódio.

Art. 2 º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação retroagindo a 1º/7/2015.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 15 DE JULHO DE 2015.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 15 de julho de 2015.

Silvana Maria Mendes Francisco

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DE NAVEGANTES  
CNPJ 83.102.855/0001-50  
Rua João Emílio n º 100 - Centro  
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC  
Fone/Fax: (47) 3342-9500  
www.navegantes.sc.gov.br

DECRETO N º 387 DE 15 DE JULHO DE 2015  
NOMEIA SERVIDORA PARA EXERCER FUNÇÃO DE CONFIANÇA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 75 de 8/3/2010,  
DECRETA:

Art. 1 º Fica, por este ato, nomeada para exercer a função de confiança de Diretora de Escola Adjunta CEI EJA (DESC-A-4) a senhora Adriana Stefen Arndt.

Art. 2 º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação retroagindo a 13/6/2015.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 15 DE JULHO DE 2015.  
Roberto Carlos de Souza  
PREFEITO

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 15 de julho de 2015.  
Silvana Maria Mendes Francisco  
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DE NAVEGANTES  
CNPJ 83.102.855/0001-50  
Rua João Emílio n º 100 - Centro  
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC  
Fone/Fax: (47) 3342-9500  
www.navegantes.sc.gov.br

DECRETO N º 388 DE 15 DE JULHO DE 2015  
NOMEIA SERVIDORA PARA EXERCER FUNÇÃO DE CONFIANÇA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 62 de 1º/4/2009,  
DECRETA:

Art. 1 º Fica, por este ato, nomeada para exercer a função de confiança de Agente Pública Municipal III a senhora Thatiane Aziliero.

Art. 2 º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação retroagindo a 13/7/2015.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 15 DE JULHO DE 2015.  
Roberto Carlos de Souza  
PREFEITO

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 15 de julho de 2015.  
Silvana Maria Mendes Francisco  
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DE NAVEGANTES  
CNPJ 83.102.855/0001-50  
Rua João Emílio n º 100 - Centro  
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC  
Fone/Fax: (47) 3342-9500  
www.navegantes.sc.gov.br

DECRETO N º 389 DE 15 DE JULHO DE 2015  
EXONERA SERVIDORA DE FUNÇÃO DE CONFIANÇA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 62 de 1º/4/2009,  
DECRETA:

Art. 1 º Fica, por este ato, EXONERADA da função de confiança de Secretária de Administração e Logística a senhora Benilde Perão.

Art. 2 º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 15 DE JULHO DE 2015.  
Roberto Carlos de Souza  
PREFEITO

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 15 de julho de 2015.  
Silvana Maria Mendes Francisco  
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DE NAVEGANTES  
CNPJ 83.102.855/0001-50  
Rua João Emílio n º 100 - Centro  
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC  
Fone/Fax: (47) 3342-9500  
www.navegantes.sc.gov.br

DECRETO N º 390 DE 15 DE JULHO DE 2015  
NOMEIA SERVIDORA PARA EXERCER FUNÇÃO DE CONFIANÇA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 62 de 1º/4/2009,  
DECRETA:

Art. 1 º Fica, por este ato, nomeada para exercer a função de confiança de Secretária de Administração e Logística a senhora Silvana Maria Mendes Francisco.

Art. 2 º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação tendo seus efeitos a partir de 16/7/2015.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 15 DE JULHO DE 2015.  
Roberto Carlos de Souza  
PREFEITO

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 15 de julho de 2015.  
Silvana Maria Mendes Francisco  
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA



ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DE NAVEGANTES  
CNPJ 83.102.855/0001-50  
Rua João Emílio n º 100 - Centro  
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC  
Fone/Fax: (47) 3342-9500  
www.navegantes.sc.gov.br

DECRETO N º 397 DE 20 DE JULHO DE 2015  
EXONERA, A PEDIDO, SERVIDOR DE FUNÇÃO DE CONFIANÇA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 62 de 1º/4/2009,  
DECRETA:

Art. 1 º Fica, por este ato, EXONERADO da função de confiança de Gerente, A PEDIDO, o senhor Waldomiro do Prado.

Art. 2 º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação retroagindo a 2/7/2015.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 20 DE JULHO DE 2015.  
Roberto Carlos de Souza  
PREFEITO

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 20 de julho de 2015.  
Silvana Maria Mendes Francisco  
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DE NAVEGANTES  
CNPJ 83.102.855/0001-50  
Rua João Emílio n º 100 - Centro  
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC  
Fone/Fax: (47) 3342-9500  
www.navegantes.sc.gov.br

DECRETO N º 398 DE 20 DE JULHO DE 2015  
EXONERA, A PEDIDO, SERVIDOR DE FUNÇÃO DE CONFIANÇA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 62 de 1º/4/2009,  
DECRETA:

Art. 1 º Fica, por este ato, EXONERADO da função de confiança de Gerente, A PEDIDO, o senhor Sérgio Marques Longhi.

Art. 2 º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação retroagindo a 1º/7/2015.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 20 DE JULHO DE 2015.  
Roberto Carlos de Souza  
PREFEITO

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 20 de julho de 2015.  
Silvana Maria Mendes Francisco  
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DE NAVEGANTES  
CNPJ 83.102.855/0001-50  
Rua João Emílio n º 100 - Centro  
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC  
Fone/Fax: (47) 3342-9500  
www.navegantes.sc.gov.br

DECRETO N º 402 DE 24 DE JULHO DE 2015  
EXONERA, A PEDIDO, SERVIDOR DE FUNÇÃO DE CONFIANÇA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 62 de 1º/4/2009,  
DECRETA:

Art. 1 º Fica, por este ato, EXONERADO da função de confiança de Agente Público Municipal II, A PEDIDO, o senhor Ozéias Ribeiro de Lima.

Art. 2 º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação retroagindo a 1º/7/2015.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 24 DE JULHO DE 2015.  
Roberto Carlos de Souza  
PREFEITO

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 24 de julho de 2015.  
Silvana Maria Mendes Francisco  
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DE NAVEGANTES  
CNPJ 83.102.855/0001-50  
Rua João Emílio n º 100 - Centro  
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC  
Fone/Fax: (47) 3342-9500  
www.navegantes.sc.gov.br

DECRETO N º 404 DE 28 DE JULHO DE 2015  
NOMEIA SERVIDORA PARA EXERCER FUNÇÃO DE CONFIANÇA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 62 de 1º/4/2009,  
DECRETA:

Art. 1 º Fica, por este ato, nomeada para exercer a função de confiança de Gestora Pública Municipal I a senhora Maieivi Ramos.

Art. 2 º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação retroagindo a 21/7/2015.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 28 DE JULHO DE 2015.  
Roberto Carlos de Souza  
PREFEITO

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 28 de julho de 2015.  
Silvana Maria Mendes Francisco  
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DE NAVEGANTES  
CNPJ 83.102.855/0001-50  
Rua João Emílio n º 100 - Centro  
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC  
Fone/Fax: (47) 3342-9500  
www.navegantes.sc.gov.br

DECRETO N º 410 DE 3 DE AGOSTO DE 2015  
EXONERA SERVIDOR DE FUNÇÃO DE CONFIANÇA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 62 de 1º/4/2009,  
DECRETA:

Art. 1 º Fica, por este ato, EXONERADO da função de confiança de Diretor Financeiro o senhor Linton Murara.

Art. 2 º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 3 DE AGOSTO DE 2015.  
Roberto Carlos de Souza  
PREFEITO

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 3 de agosto de 2015.  
Silvana Maria Mendes Francisco  
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DE NAVEGANTES  
CNPJ 83.102.855/0001-50  
Rua João Emílio n º 100 - Centro  
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC  
Fone/Fax: (47) 3342-9500  
www.navegantes.sc.gov.br

DECRETO N º 411 DE 3 DE AGOSTO DE 2015  
EXONERA SERVIDORA DE FUNÇÃO DE CONFIANÇA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 62 de 1º/4/2009,  
DECRETA:

Art. 1 º Fica, por este ato, EXONERADA da função de confiança de Diretora de Habitação e Migração a senhora Louise Cristina Corrêa.

Art. 2 º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 3 DE AGOSTO DE 2015.  
Roberto Carlos de Souza  
PREFEITO

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 3 de agosto de 2015.  
Silvana Maria Mendes Francisco  
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DE NAVEGANTES  
CNPJ 83.102.855/0001-50  
Rua João Emílio n º 100 - Centro  
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC  
Fone/Fax: (47) 3342-9500  
www.navegantes.sc.gov.br

DECRETO N º 412 DE 3 DE AGOSTO DE 2015  
EXONERA SERVIDOR DE FUNÇÃO DE CONFIANÇA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 75 de 8/3/2010,  
DECRETA:

Art. 1 º Fica, por este ato, EXONERADO da função de confiança de Diretor de Escola CEI EJA (DESC-3) o senhor Antônio Carlos Uller.

Art. 2 º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 3 DE AGOSTO DE 2015.  
Roberto Carlos de Souza  
PREFEITO

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 3 de agosto de 2015.  
Silvana Maria Mendes Francisco  
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DE NAVEGANTES  
CNPJ 83.102.855/0001-50  
Rua João Emílio n º 100 - Centro  
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC  
Fone/Fax: (47) 3342-9500  
www.navegantes.sc.gov.br

DECRETO N º 413 DE 3 DE AGOSTO DE 2015  
EXONERA SERVIDORA DE FUNÇÃO DE CONFIANÇA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 75 de 8/3/2010,  
DECRETA:

Art. 1 º Fica, por este ato, EXONERADA da função de confiança de Diretora de Escola CEI EJA (DESC-5) a senhora Tatiane Nascimento.

Art. 2 º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 3 DE AGOSTO DE 2015.  
Roberto Carlos de Souza  
PREFEITO

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 3 de agosto de 2015.  
Silvana Maria Mendes Francisco  
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DE NAVEGANTES  
CNPJ 83.102.855/0001-50  
Rua João Emílio n º 100 - Centro  
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC  
Fone/Fax: (47) 3342-9500  
www.navegantes.sc.gov.br

**DECRETO N º 414 DE 3 DE AGOSTO DE 2015**  
**NOMEIA SERVIDORA PARA EXERCER FUNÇÃO DE CONFIANÇA**

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 62 de 1º/4/2009,  
DECRETA:

Art. 1 º Fica, por este ato, nomeada para exercer a função de confiança de Assessora Técnica II a senhora Tatiane Nascimento.

Art. 2 º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação tendo seus efeitos a partir de 4/8/2015.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 3 DE AGOSTO DE 2015.  
Roberto Carlos de Souza  
PREFEITO

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 3 de agosto de 2015.  
Silvana Maria Mendes Francisco  
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DE NAVEGANTES  
CNPJ 83.102.855/0001-50  
Rua João Emílio n º 100 - Centro  
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC  
Fone/Fax: (47) 3342-9500  
www.navegantes.sc.gov.br

**DECRETO N º 415 DE 3 DE AGOSTO DE 2015**  
**NOMEIA SERVIDORA PARA EXERCER FUNÇÃO DE CONFIANÇA**

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 62 de 1º/4/2009,  
DECRETA:

Art. 1 º Fica, por este ato, nomeada para exercer a função de confiança de Assessora Técnica II a senhora Renata Dione Neves.

Art. 2 º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 3 DE AGOSTO DE 2015.  
Roberto Carlos de Souza  
PREFEITO

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 3 de agosto de 2015.  
Silvana Maria Mendes Francisco  
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DE NAVEGANTES  
CNPJ 83.102.855/0001-50  
Rua João Emílio n º 100 - Centro  
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC  
Fone/Fax: (47) 3342-9500  
www.navegantes.sc.gov.br

**DECRETO N º 416 DE 3 DE AGOSTO DE 2015**  
**NOMEIA SERVIDORA PARA EXERCER FUNÇÃO DE CONFIANÇA**

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 75 de 8/3/2010,  
DECRETA:

Art. 1 º Fica, por este ato, nomeada para exercer a função de confiança de Secretária de Escola CEI EJA (SESC-8) a senhora Dinorá Pereira dos Santos.

Art. 2 º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 3 DE AGOSTO DE 2015.  
Roberto Carlos de Souza  
PREFEITO

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 3 de agosto de 2015.  
Silvana Maria Mendes Francisco  
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DE NAVEGANTES  
CNPJ 83.102.855/0001-50  
Rua João Emílio n º 100 - Centro  
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC  
Fone/Fax: (47) 3342-9500  
www.navegantes.sc.gov.br

**DECRETO N º 418 DE 4 DE AGOSTO DE 2015**  
**EXONERA SERVIDOR DE FUNÇÃO DE CONFIANÇA**

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 127 de 2/12/2011,  
DECRETA:

Art. 1 º Fica, por este ato, EXONERADO da função de confiança de Assessor Administrativo e de Previdência do Instituto de Previdência Social de Navegantes – NAVEGANTESPREV – o senhor Mairon Atílio Arceno.

Art. 2 º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação retroagindo a 3/8/2015.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 4 DE AGOSTO DE 2015.  
Roberto Carlos de Souza  
PREFEITO

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 4 de agosto de 2015.  
Silvana Maria Mendes Francisco  
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DE NAVEGANTES  
CNPJ 83.102.855/0001-50  
Rua João Emílio n.º 100 - Centro  
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC  
Fone/Fax: (47) 3342-9500  
www.navegantes.sc.gov.br

**DECRETO N.º 419 DE 10 DE AGOSTO DE 2015**  
**EXONERA SERVIDORA DE FUNÇÃO DE CONFIANÇA, A PEDIDO**

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 75 de 8/3/2010, DECRETA:

Art. 1.º Fica, por este ato, EXONERADA da função de confiança de Supervisora Escolar a senhora Adriana Rodrigues Luz Macarini.

Art. 2.º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação retroagindo a 6/8/2015.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 10 DE AGOSTO DE 2015.  
Roberto Carlos de Souza  
PREFEITO

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 10 de agosto de 2015.  
Silvana Maria Mendes Francisco  
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DE NAVEGANTES  
CNPJ 83.102.855/0001-50  
Rua João Emílio n.º 100 - Centro  
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC  
Fone/Fax: (47) 3342-9500  
www.navegantes.sc.gov.br

**DECRETO N.º 420 DE 10 DE AGOSTO DE 2015**  
**EXONERA SERVIDORA DE FUNÇÃO DE CONFIANÇA**

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 62 de 1º/4/2009, DECRETA:

Art. 1.º Fica, por este ato, EXONERADA da função de confiança de Secretária Adjunta da Saúde a senhora Nádia Braz Bins.

Art. 2.º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação retroagindo a 3/8/2015.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 10 DE AGOSTO DE 2015.  
Roberto Carlos de Souza  
PREFEITO

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 10 de agosto de 2015.  
Silvana Maria Mendes Francisco  
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

**DECRETO 397 ERRATA**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DE NAVEGANTES  
CNPJ 83.102.855/0001-50  
Rua João Emílio n.º 100 - Centro  
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC  
Fone/Fax: (47) 3342-9500  
www.navegantes.sc.gov.br

**DECRETO N.º 397 DE 20 DE JULHO DE 2015**  
**EXONERA, A PEDIDO, SERVIDOR DE FUNÇÃO DE CONFIANÇA**

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 62 de 1º/4/2009, DECRETA:

Art. 1.º Fica, por este ato, EXONERADO da função de confiança de Gestor Público Municipal II, A PEDIDO, o senhor Waldomiro do Prado.

Art. 2.º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação retroagindo a 2/7/2015.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 20 DE JULHO DE 2015.  
Roberto Carlos de Souza  
PREFEITO

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 20 de julho de 2015.  
Silvana Maria Mendes Francisco  
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

**DECRETO 437 CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DE NAVEGANTES  
CNPJ 83.102.855/0001-50  
Rua João Emílio n.º 100 - Centro  
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC  
Fone/Fax: (47) 3342-9500  
www.navegantes.sc.gov.br

**DECRETO N.º 437 DE 24 DE AGOSTO DE 2015**  
**CONVOCA A CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER**  
O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município em seu art. 60, III, DECRETA:

Art. 1.º Fica convocada a Conferência Municipal de Esporte e Lazer, que será realizada no dia 25 de setembro de 2015, das 7h30min. às 17h30min. no Centro Integrado de Cultura Prefeito Manoel Evaldo Müller, na Rua Maria Leonor da Cunha n.º 432 – Centro – Navegantes.

Art. 2.º A Conferência terá por objetivo tratar, específica e exclusivamente, da política de Esporte e Lazer, de modo a avaliar o Plano Decenal 2015/2025 e suas diretrizes para o Esporte e Lazer no âmbito do município de Navegantes.

Art. 3.º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 24 DE AGOSTO DE 2015.  
Roberto Carlos de Souza

**PREFEITO**

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 24 de agosto de 2015.

Silvana Maria Mendes Francisco

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

**DECRETO 439 REAJUSTE TARIFA DA ÁGUA**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DE NAVEGANTES  
Rua João Emílio n.º 100 – Centro – Telefone (47) 3342-9500  
CEP 88370-446 – Navegantes - SC  
CNPJ 83.102.855/0001-50  
www.navegantes.sc.gov.br

DECRETO N.º 439 DE 25 DE AGOSTO DE 2015

REAJUSTA VALORES DAS TARIFAS E SERVIÇOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO.

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe confere o art. 60, III da Lei Orgânica do município, CONSIDERANDO o disposto na Deliberação nº 016/2015 da Agência Reguladora Intermunicipal de Saneamento-ARIS, que aprovou o reajuste de sobre os valores das tarifas e serviços de água, CONSIDERANDO o artigo 37 da Lei Federal nº 11.445/2007 e o art.108 da Resolução/ARIS nº 001/2011, DECRETA:

Art. 1.º Fica reajustada a tabela de tarifas de consumo de água e de serviços da Secretaria Municipal de Saneamento Básico, constante dos Anexos I e II do presente Decreto.

Art. 2.º Este Decreto entra em vigor surtindo seus efeitos 30 (trinta) dias após a data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 25 DE AGOSTO DE 2015.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 25 de agosto de 2015.

Silvana Maria Mendes Francisco

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DE NAVEGANTES  
Rua João Emílio n.º 100 – Centro – Telefone (47) 3342-9500  
CEP 88370-446 – Navegantes - SC  
CNPJ 83.102.855/0001-50  
www.navegantes.sc.gov.br

**ANEXO I – DECRETO 439 DE 25 DE AGOSTO DE 2015**

Categoria	Tarifa	Limite inferior	Limite Superior	Valor m³ Antigo	Valor m³ Atual Acrescido 8,76%
Residencial	Social	-	10	R\$ 1,477	R\$ 1,606
Residencial	Social	11	25	R\$ 2,740	R\$ 2,980
Residencial	Social	26	999999	R\$ 7,475	R\$ 8,129
Residencial	Normal	-	10	R\$ 2,951	R\$ 3,209
Residencial	Normal	11	25	R\$ 5,484	R\$ 5,964
Residencial	Normal	26	999999	R\$ 7,490	R\$ 8,146
Residencial	Especial	-	10	R\$ 2,951	R\$ 3,209
Residencial	Especial	11	25	R\$ 5,484	R\$ 5,964

Residencial	Especial	26	999999	R\$ 7,490	R\$ 8,146
Residencial	Promorar	-	10	R\$ 2,951	R\$ 3,209
Residencial	Promorar	11	25	R\$ 5,484	R\$ 5,964
Residencial	Promorar	26	999999	R\$ 7,490	R\$ 8,146
Poder Público	Normal	-	10	R\$ 4,589	R\$ 4,990
Poder Público	Normal	11	999999	R\$ 7,203	R\$ 7,833
Poder Público	Público Especial	-	10	R\$ 2,714	R\$ 2,951
Poder Público	Público Especial	11	999999	R\$ 5,224	R\$ 5,681
Comercial	Normal	-	10	R\$ 4,589	R\$ 4,990
Comercial	Normal	11	999999	R\$ 7,203	R\$ 7,833
Comercial	Especial	-	10	R\$ 4,589	R\$ 4,990
Comercial	Especial	11	999999	R\$ 7,203	R\$ 7,833
Industrial	Normal	-	10	R\$ 4,589	R\$ 4,990
Industrial	Normal	11	999999	R\$ 7,203	R\$ 7,833
Industrial	Especial	-	10	R\$ 4,589	R\$ 4,990
Industrial	Especial	11	999999	R\$ 7,203	R\$ 7,833

TARIFA DE ÁGUA E ESGOTO - ACRESCIDO O PERCENTUAL DE 8,76%

ANEXO II DO DECRETO 439 DE 25 DE AGOSTO DE 2015

TABELA DE PREÇOS E SERVIÇOS (REAJUSTE 8,76%)

Descrição	Preço Antigo	Preço Reajustado
3101 - LA CONS. CAV. DANIF	R\$ 33,99	R\$ 36,96
3357 - LA INST. RES DN 1/2" E 3/4" LOC. S/ ASF.	R\$ 97,30	R\$ 106,06
3922 - LA RELIG/CORTE CAV.	R\$ 31,07	R\$ 33,79
1023 - TAXA ENTREGA ENDEREÇO ALTERNATIVO	R\$ 1,680	R\$ 1,827
3705 - LA SUBST. HIDR. AFERICAO DN 1/2" E 3/4"	R\$ 35,36	R\$ 38,45
3926 - REATIVAÇÃO	R\$ 94,29	R\$ 102,54
3305 - LA INST. N. RES. DN 1/2" E 3/4" LOC C/ASF	R\$ 138,53	R\$ 150,66
3307 - LA INST. N. RES. DN 1/2" E 3/4" LOC S/ASF	R\$ 133,53	R\$ 145,22
3818 - LA VER IRREGULARIDADE	R\$ 4,99	R\$ 5,427
4723 - LE SUBST. TAMP/REPOSICAO CI DANIF.	R\$ -	R\$ -
4511 - LE DECLARAÇÃO VIABILIDADE DE LIG. ESGOTO	R\$ 17,49	R\$ 19,022
3509 - LA REDIMENSIONAMENTO DN RP P.U.	R\$ 129,54	R\$ 140,88
1053 - AC COBR. INF. CONSUMO ESTIMADO*	R\$ 202,95	R\$ 220,72
1057 - AC COBR. INF. VIOLACAO LACRE LIG. CORTADA	R\$ 44,22	R\$ 48,09
1002 - AC ALT. CAD. DADOS HIDR	R\$ -	R\$ -
3923 - LA RELIG/CORTE CAV. (Acerto de Cadastro)	R\$ 26,34	R\$ 28,647
3925 - LA RELIG/CORTE RP (Acerto de Cadastro)	R\$ 76,42	R\$ 83,11
3337 - LA INST. DN 2" LOC. S/ASF. MAT. USU.	R\$ 340,07	R\$ 369,86
1201 - IRPJ - IMPOSTO DE RENDA PESSOA JURÍDICA	R\$ -	R\$ -
1203 - CSLL - CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO	R\$ -	R\$ -
1205 - PIS - PROGRAMA DE INTEGRAÇÃO SOCIAL	R\$ -	R\$ -



1207 - COFINS - CONTRIB P/ FINANC DA SEGURIDADE	R\$ -	R\$ -
5652 - RA AMPL. 60MM JE CL 15 S/ ASF. P/M.L.C/V.E	R\$ -	R\$ -
3358 - LIGAÇÃO TEMPORARIA	R\$ 102,31	R\$ 111,27
3340 - LA INST. DN 3" LOC S/ ASFALTO MAT. USU	R\$ 1.354,46	R\$ 1.473,11
3317 - LA INST. DNÂ 1" LOC S/ ASFALTO	R\$ 188,44	R\$ 204,94
3327 - LA INST.DN 1" LOC C/ ASFALTO	R\$ 192,44	R\$ 209,29
3339 - LA INST. DN 2" LOC. C/ ASF	R\$ 360,68	R\$ 392,27
3345 - LA INST. DN 3" LOC. C/ ASF	R\$ 1.405,99	R\$ 1.529,15
3360 - LA INST. RESIDENCIAL BAIXA RENDA DNÂº 1/2	R\$ 47,83	R\$ 52,01
1250 - DISTRIBUIÇÃO DE AGUA P/ METRO CÚBICO	R\$ 10,30	R\$ 11,20
3120 - CONserto- VAZAMENTO NO CAVALETE	R\$ -	R\$ -
3905 - LA ANALISE DE AGUA	R\$ 315,05	R\$ 342,64
1058 - AC COBR.INF HIDROMETRO INVERTIDO CN	R\$ 92,73	R\$ 100,85
3751 - LA SUBST. HIDR. DANIF. DN 1/2" E 3/4" CAP 3M3/H	R\$ 194,36	R\$ 211,38
1055 - AC COBR. INF. SANCAO REGULAMENTAR	R\$ 79,48	R\$ 86,44
3709 - LA SUBST. HIDR. INVERTIDO GC*	R\$ 151,62	R\$ 164,90
3707 - LA SUBST. HIDR. INVERTIDO CN	R\$ 151,62	R\$ 164,90
3285 - LA DESLOC. RP DN 2" LOC. C/ASF. MAT. USU.	R\$ 151,62	R\$ 164,90
3287 - LA DESLOC. RP DN 2" LOC. S/ASF. MAT. USU.	R\$ 151,16	R\$ 164,90
3233 - LA DESLOC. CAV. DN 2" MAT. USU.	R\$ 75,07	R\$ 81,64
3966 - LA RELIG. RP. CORTE LIGACAO BY-PASS OU CLANDESTINA	R\$ 254,70	R\$ 277,01
3981 - LA VENDA TUBO P/METRO	R\$ 10,13	R\$ 11,01
3954 - LA RELIG. CAV. CORTE VIOLADO	R\$ 76,54	R\$ 83,24
3958 - LA RELIG. CAV. CORTE SANCAO REGULAMENTAR	R\$ 135,87	R\$ 147,77
1021 - AC EMISSAO 2 VIA EXTRAVIO	R\$ 1,46	R\$ 1,587
1024 - AC TAXA ENTREGA AVISO DÉBITO	R\$ 3,37	R\$ 3.665
3355 - LA INST. RES. DN 1/2" E 3/4" LOC. C/ ASF.	R\$ 146,92	R\$ 159,79
3251 - LA DESLOC. RP DN 1/2" E 3/4" LOC. C/ASF.	R\$ 136,90	R\$ 148,89
3253 - LA DESLOC. RP DN 1/2" E 3/4" LOC. S/ASF.	R\$ 132,48	R\$ 144,08
3306 - LA INST. CAV.	R\$ 93,47	R\$ 101,65
3201 - LA DESLOC. CAV. DN 1/2" E 3/4"	R\$ 50,04	R\$ 54,42
3924 - LA RELIG/CORTE RP	R\$ 76,54	R\$ 83,24
3110 - LA CONS. CAV. DANIF.	R\$ 33,99	R\$ 36,96

## DECRETO Nº 438 DE 25 DE AGOSTO DE 2015

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DE NAVEGANTES  
CNPJ 83.102.855/0001-50  
Rua João Emílio n º 100 - Centro  
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC  
Fone/Fax: (47) 3342-9500  
www.navegantes.sc.gov.br

DECRETO Nº 438 DE 25 DE AGOSTO DE 2015  
DISPÕE SOBRE A ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS PARA EFEITO DE SUPLEMENTAÇÃO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso I, do art. 18, da Lei nº 2947 de 21/11/2014 e pelo inciso VI do art. 167 da Constituição Federal:

### DECRETA:

Art. 1 º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a proceder a anulação parcial de dotação orçamentária até o valor de R\$ 66.000,00 (Sessenta e Seis Mil Reais), das seguintes dotações, nas respectivas fontes de recursos:

Fonte de Recursos – 10.000 – Recursos Ordinários

### 16 – SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO, CULTURA E ESPORTES

01 – Diretoria de Eventos e Marketing

23.695.0017 – 2.060 – Manutenção e Funcionamento da Diretoria de Eventos e Marketing

191 – 3.3.90.00.00.00 – Outras Despesas Correntes - Apl. Diretas R\$ 16.000,00

### 17 – SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS

01 – Diretoria de Operações

15.452.0019 – 2.061 – Manutenção e Funcionamento da Diretoria de Operações

205 – 4.4.90.00.00.00 – Investimentos – Apl. Diretas R\$ 50.000,00

Art. 2 º Os recursos acima, suplementarão as seguintes dotações orçamentárias:

Fonte de Recursos – 10.000 – Recursos Ordinários

### 16 – SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO, CULTURA E ESPORTES

01 – Diretoria de Eventos e Marketing

23.695.0017 – 2.060 – Manutenção e Funcionamento da Diretoria de Eventos e Marketing

189 – 3.3.50.00.00.00 – Transferências a Entidades Privadas s/Fins Lucrativos R\$ 16.000,00

### 17 – SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS

01 – Diretoria de Operações

15.452.0019 – 2.061 – Manutenção e Funcionamento da Diretoria de Operações

203 – 3.3.90.00.00.00 – Outras Despesas Correntes – Apl. Diretas R\$ 50.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Navegantes, 25 de Agosto de 2015.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 25 de Agosto de 2015.

Silvana Maria Francisco

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO 005/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO E RECEITA

DEPARTAMENTO DE TRIBUTOS MOBILIÁRIOS E FISCALIZAÇÃO

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO A LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA – LC 006/2002 (CÓDIGO TRIBUTÁRIO DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES)

Com fundamento nos termos do Artigo 294, III da LC 06/2002, C/C Artigo 1º da Lei 2.391 de 2010, a Autoridade Fiscal, ao final identificada, notifica o(s) contribuinte(s) abaixo especificado(s), da autuação pelo cometimento da(s) infração(ões) respectivas, podendo, caso queira, no prazo de 30 (trinta) dias, apresentar defesa na forma do Artigo 186 e 187 da LC 006/2002.

Incidência: Artigo 226, II, da Lei Complementar 006/2002.

Penalidade: Art. 130, I, 'b', da Lei Complementar 006/2002 - 02 UFMS.

Deixar de comunicar, na forma e prazos previstos na legislação, as alterações dos dados constantes dos cadastros imobiliários, mobiliários de contribuintes, de anúncios, de aparelho de transporte e de veículo de transporte de passageiro, inclusive a baixa.

NºINFRAÇÃO	CONTRIBUINTE	CNPJ/CPF
5078	Ricardo José Sacavem	478.191.709-72
5100	Gaucho's Grill Ltda Me	12.953.875/0002-78

Transcorrido o prazo acima, sem a apresentação de defesa, ou por seu indeferimento, ficam notificados para efetuarem o pagamento, sob pena de inscrição em dívida ativa e posterior cobrança judicial. Os prazos acima referidos entram em vigor na data da publicação deste edital.

Navegantes, 25 de agosto de 2015.  
João Antônio de Souza Filho  
Fiscal de Tributos

Antônio Carlos Romão Carmona  
Secretário de Desen. Econ. e Receita

**EXTRATO ATA REGISTRO DE PREÇOS FMS Nº 05/2015.**

EXTRATO - ATA DE REGISTRO DE PREÇOS FMS Nº 05/2015.

O MUNICÍPIO DE NAVEGANTES torna pública a Ata de Registro de Preços FMS nº 05/2015, relativa ao Pregão Presencial 05/2015 - contendo os preços registrados pela empresa abaixo:

FORNECEDOR: BUSINESS EDITORA E PUBLICAÇÃO DE INFORMÁTIVOS LTDA.

VALOR: R\$ 1.859,00.

FORNECEDOR: GABRIELA FARACO WERNER CORREA

VALOR: R\$ 1.545,00

FORNECEDOR: GRAFICA GUARAMIRIM ME.

VALOR: R\$ 6.180,00

FORNECEDOR: IBV GRÁFICA LTDA.

VALOR: R\$ 149.371,00.

FORNECEDOR: NORTE INDUSTRIA GRÁFICA LTDA.

VALOR: R\$ 12.595,00.

Vigência: 16/06/2015.

A ata está disponível no Departamento de Licitações.

Informações: tel.: (47) 3342-9500.

**II ATA PREGÃO PRESENCIAL 110/2015 (DESERTA)**

ATA PREGÃO PRESENCIAL 110/2015 PMN (replicado) - DESERTA

O pregoeiro e a equipe de apoio informam que a licitação 110/2015 (replicado) restou deserta, não havendo interessados no momento da sessão, desta forma será comunicado à Secretaria solicitante para proceder novos atos.

**PORTARIA 2419 PRORROGA TRABALHOS PAD**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DE NAVEGANTES  
CGC 83.102.855/0001-50  
Rua João Emílio n.º 100 - Centro  
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC  
Fone/Fax: (47) 3342-9500  
www.navegantes.sc.gov.br

PORTARIA N.º 2419 DE 25 DE AGOSTO DE 2015

PRORROGA TRABALHOS DE COMISSÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município em seu art. 60, combinado com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes,

RESOLVE:

I - PRORROGAR por 60 (sessenta) dias os trabalhos do Processo Administrativo instaurado pela Portaria n.º 1785 de 22 de junho de 2015 para apurar possível abandono de cargo.

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação retroagindo a 24/8/2015.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 25 DE AGOSTO DE 2015.  
Roberto Carlos de Souza  
PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 25 de agosto de 2015.  
Silvana Maria Mendes Francisco  
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA INTERINA

**PORTARIA 2420 PRORROGA TRABALHOS PAD**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DE NAVEGANTES  
CGC 83.102.855/0001-50  
Rua João Emílio n.º 100 - Centro  
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC  
Fone/Fax: (47) 3342-9500  
www.navegantes.sc.gov.br

PORTARIA N.º 2420 DE 25 DE AGOSTO DE 2015

PRORROGA TRABALHOS DE COMISSÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município em seu art. 60, combinado com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes,



**RESOLVE:**

I - PRORROGAR por 60 (sessenta) dias os trabalhos do Processo Administrativo instaurado pela Portaria n º 1784 de 22 de junho de 2015 para apurar possível abandono de cargo.

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação retroagindo a 24/8/2015.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 25 DE AGOSTO DE 2015.

Roberto Carlos de Souza  
PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 25 de agosto de 2015.

Silvana Maria Mendes Francisco

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA INTERINA

**PORTARIA 2421 PRORROGA TRABALHOS PAD**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DE NAVEGANTES  
CGC 83.102.855/0001-50  
Rua João Emílio n º 100 - Centro  
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC  
Fone/Fax: (47) 3342-9500  
www.navegantes.sc.gov.br

PORTARIA N º 2421 DE 25 DE AGOSTO DE 2015

PRORROGA TRABALHOS DE COMISSÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município em seu art. 60, combinado com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes,

**RESOLVE:**

I - PRORROGAR por 60 (sessenta) dias os trabalhos do Processo Administrativo instaurado pela Portaria n º 1783 de 22 de junho de 2015 para apurar possível abandono de cargo.

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação retroagindo a 24/8/2015.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 25 DE AGOSTO DE 2015.

Roberto Carlos de Souza  
PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 25 de agosto de 2015.

Silvana Maria Mendes Francisco

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA INTERINA

**PORTARIA 2422 SINDICÂNCIA**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DE NAVEGANTES  
CGC 83.102.855/0001-50  
Rua João Emílio n º 100 - Centro  
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC  
Fone/Fax: (47) 3342-9500  
www.navegantes.sc.gov.br

PORTARIA N º 2422 DE 25 DE AGOSTO DE 2015  
INSTITUI COMISSÃO DE SINDICÂNCIA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município em seu art. 60, combinado com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes,

**RESOLVE:**

I - DESIGNAR os servidores Vanessa Faim – Atendente de Posto de Saúde -, Alessandra Regina Lucas – Agente de Serviços Gerais – e Euclides Mendes – Professor - para, sob a presidência da primeira, instituírem COMISSÃO DE SINDICÂNCIA para apurar possível irregularidade na aplicação de recursos do PMAT e na retenção de impostos.

II - A Comissão ora instituída terá o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da presente data, para apresentar o relatório contendo as conclusões pertinentes.

III - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação .

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 25 DE AGOSTO DE 2015.

Roberto Carlos de Souza  
PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 25 de agosto de 2015.

Silvana Maria Mendes Francisco

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

**PORTARIA 2423 SINDICÂNCIA**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DE NAVEGANTES  
CGC 83.102.855/0001-50  
Rua João Emílio n º 100 - Centro  
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC  
Fone/Fax: (47) 3342-9500  
www.navegantes.sc.gov.br

PORTARIA N º 2423 DE 25 DE AGOSTO DE 2015  
INSTITUI COMISSÃO DE SINDICÂNCIA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município em seu art. 60, combinado com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes,

**RESOLVE:**

I - DESIGNAR os servidores Vanessa Faim – Atendente de Posto de Saúde -, Alessandra Regina Lucas – Agente de Serviços Gerais – e Euclides Mendes – Professor - para, sob a presidência da primeira, instituírem COMISSÃO DE SINDICÂNCIA para apurar possíveis maus tratos a crianças.

II - A Comissão ora instituída terá o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da presente data, para apresentar o relatório contendo as conclusões pertinentes.

III - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação .

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 25 DE AGOSTO DE 2015.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 25 de agosto de 2015.

Silvana Maria Mendes Francisco

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

### PORTARIA 2424 SINDICÂNCIA

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DE NAVEGANTES  
CGC 83.102.855/0001-50  
Rua João Emílio n º 100 - Centro  
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC  
Fone/Fax: (47) 3342-9500  
www.navegantes.sc.gov.br

PORTARIA N º 2424 DE 25 DE AGOSTO DE 2015

INSTITUI COMISSÃO DE SINDICÂNCIA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município em seu art. 60, combinado com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes,

RESOLVE:

I - DESIGNAR os servidores Vanessa Faim – Atendente de Posto de Saúde -, Alessandra Regina Lucas – Agente de Serviços Gerais – e Euclides Mendes – Professor - para, sob a presidência da primeira, instituírem COMISSÃO DE SINDICÂNCIA para apurar possível violência contra criança.

II - A Comissão ora instituída terá o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da presente data, para apresentar o relatório contendo as conclusões pertinentes.

III - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação .

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 25 DE AGOSTO DE 2015.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 25 de agosto de 2015.

Silvana Maria Mendes Francisco

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

### PORTARIA 2425 SINDICÂNCIA

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DE NAVEGANTES  
CGC 83.102.855/0001-50  
Rua João Emílio n º 100 - Centro  
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC  
Fone/Fax: (47) 3342-9500  
www.navegantes.sc.gov.br

PORTARIA N º 2425 DE 25 DE AGOSTO DE 2015

INSTITUI COMISSÃO DE SINDICÂNCIA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município em seu art. 60, combinado com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes,

RESOLVE:

I - DESIGNAR os servidores Vanessa Faim – Atendente de Posto de Saúde -, Alessandra Regina Lucas – Agente de Serviços Gerais – e Euclides Mendes – Professor - para, sob a presidência da primeira, instituírem COMISSÃO DE SINDICÂNCIA para apurar possível violência contra crianças.

II - A Comissão ora instituída terá o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da presente data, para apresentar o relatório contendo as conclusões pertinentes.

III - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação .

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 25 DE AGOSTO DE 2015.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 25 de agosto de 2015.

Silvana Maria Mendes Francisco

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

### PORTARIA 2427 COMISSÃO DE AVALIAÇÃO DE CONTRATO DA FHM

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DE NAVEGANTES  
CGC 83.102.855/0001-50  
Rua João Emílio n º 100 - Centro  
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC  
Fone/Fax: (47) 3342-9500  
www.navegantes.sc.gov.br

PORTARIA N º 2427 DE 25 DE AGOSTO DE 2015

INSTITUI COMISSÃO PARA AVALIAÇÃO DO CONTRATO N º 134/2015 DA FUNDAÇÃO HOSPITALAR DE NAVEGANTES

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município em seu art. 60, combinado com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes,

RESOLVE:

I - INSTITUIR a Comissão que procederá à avaliação do Contrato N º 134/2015 para prestação de serviços na Fundação Hospitalar Municipal.

II - A Comissão instituída no item anterior será composta pelos seguintes membros:

- a) Jeferson Belotto – Secretário da Saúde – Presidente;
- b) Ana Paula Licheski – Enfermeira – Membro;
- c) Juliano de Amorim Busana – Enfermeiro – Membro;
- d) Leonardo Silva Vianna – Secretário Adjunto da Saúde – Membro;
- e) Marlova Cescon Haeffner – Diretora de Atenção à Saúde – Membro.

III - A Comissão é composta por pessoas responsáveis por monitorar o processo de prestação de serviços com o objetivo de verificar o atendimento das cláusulas contratuais, principalmente no que concerne ao atendimento assistencial.

IV - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação .

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 25 DE AGOSTO DE 2015.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 25 de agosto de 2015.

Silvana Maria Mendes Francisco

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

# Nova Trento

## PREFEITURA

### CLASSIFICAÇÃO CHAMAMENTO PÚBLICO 015/2015

CHAMAMENTO PÚBLICO 015/2015

"DIVULGA CLASSIFICAÇÃO DO CHAMAMENTO PÚBLICO PARA CONTRATAÇÃO EM CARÁTER DE URGÊNCIA DE PROFISSIONAIS PARA OCUPAREM OS CARGOS DO QUADRO DE PESSOAL QUE COMPÕE A ESTRUTURA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE NOVA TRENTO"

O PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA TRENTO/SC, no uso das atribuições legais, FAZ SABER que a Classificação do Chamamento Público para contratação em caráter de urgência de profissionais é a seguinte:

CARGO: PROFESSOR HABILITADO - Ensino Religioso 20h

CLASS.	NOME COMPLETO	DATA DE NASCIMENTO	NOTA PROVA TITULOS	NOTA CAP. E APERFEI.	NOTA FINAL
NÃO HOUVE INSCRITOS					

CARGO: PROFESSOR NÃO HABILITADO - Ensino Religioso 20h

CLASS.	NOME COMPLETO	DATA DE NASCIMENTO	NOTA PROVA TITULOS	NOTA CAP. E APERFEI.	NOTA FINAL
01	Maria do Carmo Angeli	13/06/1972	0,0	0,0	0,0

Com relação ao critério de desempate, proceder-se-á ao desempate usando os seguintes critérios:

- a) considerada com maior idade, para os que se enquadrarem nessa condição (art. 27, parágrafo único, da Lei 10.741/2003, Lei do Idoso, quando um dos candidatos tiver 60 anos ou mais);
- b) Maior idade;
- c) obtiver maior número de pontos na prova de títulos;
- d) obtiver maior número de pontos nos cursos de capacitação e aperfeiçoamento;
- e) o que possuir maior número de dependentes;
- f) Sorteio.

Nova Trento, 21 de agosto de 2015.

Miliani Piffer Mazzola

Diretora de Recursos Humanos

### PORTARIA Nº 554/2015 "A"

PORTARIA Nº 554/ 2015 "A"

Prorroga Portaria

O Secretário Municipal de Educação, do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe foram conferidas através da Portaria nº 026/2013, de 07 de janeiro de 2013, e de acordo com o que determina o art. 37, IX, da CRFB/88 e amparado na Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro de 2014,

RESOLVE:

PRORROGAR a Portaria nº 521/2015, que Admitiu em Caráter Temporário, através do Processo Seletivo Simplificado, conforme Edital nº 011/2014, de 05/12/2014, convocada conforme Decreto nº 019/2015 "A", REALINA LIBARDO FANTINI, matrícula nº 6701, para exercer o cargo de Professor Nível III, Referência A, com 40 (quarenta) horas semanais, sendo 20 (vinte) horas semanais (Educação Infantil – Área IV – Pré Escolar) na Escola Municipal de Educação Básica Professor Francisco João Valle - Trinta Réis, e 20 (vinte) horas semanais (Educação Infantil – Área IV - Creche) no Centro Municipal de Educação Infantil Padre Rossi - Centro, Município de Nova Trento, a contar de 24 de junho de 2015 a 02 de novembro de 2015, em Substituição a Titular Marilene Sborz Piazza, afastada conforme a Portaria nº 580/2015 (Licença Maternidade).

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 24 de junho de 2015.

Luiz Carlos Orsi

Secretário Municipal de Educação

Registrada e publicada a presente Portaria em 24 de junho de 2015.

Valdemir Luiz Quaiatto

Secretário Municipal de Administração e Finanças

**CONTRATO SP//2015****CONTRATO DE TRABALHO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO.**

O Município de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 82.925.025/0001-60, cuja Prefeitura se localiza na Rua Santo Inácio, nº 126, na Cidade de Nova Trento, doravante denominado MUNICÍPIO, neste ato representado pelo Secretário Municipal de Educação, LUIZ CARLOS ORSI, solteiro, brasileiro, CPF nº 037.386.459-00, RG nº 3822389, residente e domiciliado na Rua Tijucas, nº 190, Bairro Mato Queimado, na cidade de Nova Trento/SC, autorizado pela Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro 2014, e a Senhora REALINA LIBARDO FANTINI, brasileira, casada, residente e domiciliada na Rua Anselmo Picoli, Bairro Centro, Município de Nova Trento, portadora do CPF nº 540.672.789-34, firmam o presente CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, observado o disposto na Lei acima mencionada e o seguinte:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO REGIME DO CONTRATO**

Este contrato vincula o Município e o Contratado ao Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO**

O presente contrato tem por objeto a execução pelo contratado das atribuições para exercer o cargo de Professor Nível III, Referência A, com 40 (quarenta) horas semanais, sendo 20 (vinte) horas semanais (Educação Infantil – Área IV – Pré Escolar) na Escola Municipal de Educação Básica Professor Francisco João Valle - Trinta Réis, e 20 (vinte) horas semanais (Educação Infantil – Área IV - Creche) no Centro Municipal de Educação Infantil Padre Rossi - Centro, Município de Nova Trento, em Substituição a Titular Marilene Sborz Piazza, afastada conforme a Portaria nº 580/2015 (Licença Maternidade).

**CLÁUSULA TERCEIRA – DA REMUNERAÇÃO MENSAL**

O contratado, durante a vigência deste contrato, fará jus a remuneração mensal no valor de R\$ 2.304,18 (dois mil trezentos e quatro reais e dezoito centavos), pagos na mesma data a que tem direito os Servidores Públicos Municipais efetivos e sujeita aos mesmos reajustes ou aumentos, equivalentes ao vencimento do cargo referido na cláusula Segunda deste contrato.

**CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO CONTRATUAL**

Este contrato é firmado pelo período de 24 de junho de 2015 a 02 de novembro de 2015, data da assinatura deste instrumento, podendo ser prorrogado conforme a necessidade.

**CLÁUSULA QUINTA - DA RESCISÃO**

Este contrato poderá ser rescindido:

I – por acordo entre as partes;

II – pelo Município sem prévio aviso, com justa causa, se praticar qualquer ato de desobediência, bem como desrespeitar as normas estabelecidas pelo Secretário ao qual está subordinado,

III - violar cláusula contratual ou qualquer dispositivo legal;

IV – pelo contratado, mediante prévio aviso de 30 (trinta) dias, sob pena de multa equivalente a 1/3 (um terço) da remuneração mensal.

V – em caso de comprovada insuficiência de desempenho, o servidor será exonerado do cargo e admitido o próximo classificado na lista do processo seletivo.

**CLÁUSULA SEXTA – DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO**

As responsabilidades e obrigações do contratado são as determinadas pela Secretaria Municipal de Educação.

**CLÁUSULA SÉTIMA – DA JORNADA DIÁRIA DE TRABALHO**

O contratado cumprirá jornada de trabalho de 08 (oito) horas diárias, totalizando 40 (quarenta) horas semanais, obedecidos o início, intervalos e término fixados pelo Secretário Municipal de Educação.

**CLÁUSULA OITAVA – DA CONTRATAÇÃO**

O presente contrato fica regulado pelo regime estatutário, Lei Municipal nº 1.207/92.

**CLÁUSULA NONA – DO FORO**

Para solução das questões provenientes deste contrato, as partes elegem o foro da Comarca de São João Batista, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Contratados na forma que ficou expressa, Município e Contratado assinam este instrumento em duas vias de igual teor e forma, com as testemunhas abaixo identificadas e qualificadas.

Nova Trento, em 24 de junho de 2015.

Luiz Carlos Orsi  
Secretário Municipal de Educação

Realina Libardo Fantini  
Contratada

Registrado e publicado o presente contrato, em 24 de junho de 2015.

Valdemir Luiz Quaiatto  
Secretário Municipal de Administração e Finanças

**TESTEMUNHA:**

Miliani Piffer Mazzola  
Diretora do Departamento de Recursos Humanos



**PORTARIA Nº 623/2015**

PORTARIA Nº 623/2015

Admissão em Caráter Temporário

O Secretário Municipal de Educação do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe foram conferidas através da Portaria nº 026/2013, de 07 de janeiro de 2013, e de acordo com o que determina o art. 37, IX, da CRFB/88 e amparado na Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro de 2014,

**RESOLVE:**

ADMITIR em Caráter Temporário, através do Chamamento Público, conforme Edital nº 001/2015, de 10/02/2015, RONALDO CASAGRANDA, matrícula nº 6885, para exercer o cargo de Professor Sem Habilitação, Referência A, com 10 (dez) horas semanais (Ensino Fundamental – Inglês), na Escola Municipal de Educação Básica Professor Francisco João Valle – Trinta Réis, Município de Nova Trento, a contar de 03 de agosto de 2015 a 18 de dezembro de 2015, em substituição a titular Inês de Aguirre Tamanini, afastada conforme Portaria nº 122/2015 (Readaptação).

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 03 de agosto de 2015.

Luiz Carlos Orsi

Secretário Municipal de Educação

Registrada e publicada a presente Portaria em 03 de agosto de 2015.

Valdemir Luiz Quaiatto

Secretário Municipal de Administração e Finanças

**CONTRATO SP//2015****CONTRATO DE TRABALHO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO.**

O Município de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 82.925.025/0001-60, cuja Prefeitura se localiza na Rua Santo Inácio, 126, na cidade de Nova Trento, doravante denominado MUNICÍPIO, neste ato representado pelo Secretário Municipal de Educação e Esportes, LUIZ CARLOS ORSI, solteiro, brasileiro, CPF nº 037.386.459-00, RG nº 3822389, residente e domiciliado na Rua Tijucas, nº 190, Bairro Mato Queimado, na Cidade de Nova Trento/SC, autorizado pela Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro 2014, e o Senhor RONALDO CASAGRANDA, brasileiro, solteiro, residente e domiciliado na ST Geral Tirol, s/nº, Bairro Claraíba, Município de Nova Trento, portador do CPF nº 101.394.229-94, firmam o presente CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, e observado o disposto nas Leis acima mencionadas e o seguinte:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO REGIME DO CONTRATO**

Este contrato vincula o Município e o Contratado ao Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO**

O presente contrato tem por objeto a execução pelo contratado das atribuições do cargo de Professor Sem Habilitação, Referência A, com 10 (dez) horas semanais (Ensino Fundamental – Inglês), na Escola Municipal de Educação Básica Professor Francisco João Valle – Trinta Réis, Município de Nova Trento, em substituição a titular Inês de Aguirre Tamanini, afastada conforme Portaria nº 122/2015 (Readaptação).

**CLÁUSULA TERCEIRA – DA REMUNERAÇÃO MENSAL**

O contratado, durante a vigência deste contrato, fará jus a remuneração mensal no valor de R\$ 584,64 (quinhentos e oitenta e quatro reais e sessenta e quatro reais), pagos na mesma data a que tem

direito os Servidores Públicos Municipais efetivos e sujeita aos mesmos reajustes ou aumentos, equivalentes ao vencimento do cargo referido na cláusula Segunda deste contrato.

**CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO CONTRATUAL**

Este contrato é firmado pelo período de 03 de agosto de 2015 a 18 de dezembro de 2015, data da assinatura deste instrumento.

**CLÁUSULA QUINTA - DA RESCISÃO**

Este contrato poderá ser rescindido:

I – por acordo entre as partes;

II – pelo Município sem prévio aviso, com justa causa, se praticar qualquer ato de desobediência, bem como desrespeitar as normas estabelecidas pelo Secretário ao qual está subordinado;

III - violar cláusula contratual ou qualquer dispositivo legal;

IV – pelo contratado, mediante prévio aviso de 30 (trinta) dias, sob pena de multa equivalente a 1/3 (um terço) da remuneração mensal;

V – em caso de comprovada insuficiência de desempenho, o servidor será exonerado do cargo e admitido o próximo classificado na lista do processo seletivo.

**CLÁUSULA SEXTA – DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO**

As responsabilidades e obrigações do contratado são as determinadas pela Secretaria Municipal de Educação.

**CLÁUSULA SÉTIMA – DA JORNADA DIÁRIA DE TRABALHO**

O contratado cumprirá jornada de trabalho de 03 (três) horas diárias, totalizando 15 (quinze) horas semanais, obedecidos o início, intervalos e término fixados pelo Secretário Municipal de Educação.

**CLÁUSULA OITAVA – DA CONTRATAÇÃO**

O presente contrato fica regulado pelo regime estatutário, Lei Municipal nº 1.207/92.

**CLÁUSULA NONA – DO FORO**

Para solução das questões provenientes deste contrato, as partes elegem o foro da Comarca de São João Batista, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja. Contratados na forma que ficou expressa, Município e Contratado assinam este instrumento em duas vias de igual teor e forma, com as testemunhas abaixo identificadas e qualificadas.

Nova Trento, em 03 de agosto de 2015.

Luiz Carlos Orsi

Ronaldo Casagrande  
Secretário Municipal de Educação Contratado

Registrado e publicado o presente contrato, em 03 de agosto de 2015.

Valdemir Luiz Quaiatto

Secretário Municipal de Administração e Finanças

**TESTEMUNHA:**

Miliani Piffer Mazzola

Diretora do Departamento de Recursos Humanos

**PORTARIA Nº 777/2015**

PORTARIA Nº 777/2015

Admissão em Caráter Temporário

O Secretário Municipal de Educação, do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe foram conferidas através da Portaria nº 026/2013, de 07 de janeiro de 2013, e de acordo com o que determina o art. 37, IX, da CRFB/88 e amparado na Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro de 2014,

**RESOLVE:**

ADMITIR em Caráter Temporário, através do Processo Seletivo Simplificado, Edital nº 003/2015, de 26/06/2015, convocado conforme Decreto nº 136/2015, ANA LUCIA VARGAS COELHO, matrícula nº 6863, para exercer o cargo de Atendente de Creche, com 40 (quarenta) horas semanais, atuante na Creche Municipal Santo Antonin, na Secretaria Municipal de Educação, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento, a contar de 17 de agosto de 2015 a 15 de agosto de 2016, por motivo de vaga excedente (transitória), bem como por motivo de excepcional interesse público, consoante o art. 2º, da Lei Municipal nº 2.553/2014.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 17 de agosto de 2015.

Luiz Carlos Orsi

Secretário Municipal de Educação

Registrada e publicada a presente Portaria em 17 de agosto de 2015.

Valdemir Luiz Quaiatto

Secretário Municipal de Administração e Finanças

**CONTRATO SP//2015****CONTRATO DE TRABALHO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO.**

O Município de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 82.925.025/0001-60, cuja Prefeitura se localiza na Rua Santo Inácio, nº 126, na Cidade de Nova Trento, doravante denominado MUNICÍPIO, neste ato representado pelo Secretário Municipal de Educação, LUIZ CARLOS ORSI, solteiro, brasileiro, CPF nº 037.386.459-00, RG nº 3822389, residente e domiciliado na Rua Tijucas, nº 190, Bairro Mato Queimado, na cidade de Nova Trento/SC, autorizado pela Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro de 2014, e a Senhora ANA LUCIA VARGAS COELHO, brasileira, casada, residente e domiciliada na Rua Tijucas, Bairro Mato Queimado, Município de Nova Trento, portadora do CPF nº 046.139.669-65, firmam o presente CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, observado o disposto na Lei acima mencionada e o seguinte:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO REGIME DO CONTRATO**

Este contrato vincula o Município e o Contratado ao Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO**

O presente contrato tem por objeto a execução pelo contratado das atribuições do cargo de Atendente de Creche, com 40 (quarenta) horas semanais, atuante na Creche Municipal Santo Antonin, na Secretaria Municipal de Educação, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento.

**CLÁUSULA TERCEIRA – DA REMUNERAÇÃO MENSAL**

O contratado, durante a vigência deste contrato, fará jus a remuneração mensal no valor de R\$ 1.000,00 (um mil reais), pagos na

mesma data a que tem direito os Servidores Públicos Municipais efetivos e sujeita aos mesmos reajustes ou aumentos, equivalentes ao vencimento do cargo referido na Cláusula Segunda deste contrato.

**CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO CONTRATUAL**

Este contrato é firmado pelo período de 12 (doze) meses, iniciando em 17 de agosto de 2015 a 15 de agosto de 2016 (desdobramento de matrícula), data da assinatura deste instrumento, podendo ser rescindido antes desse prazo, em virtude da alteração da quantidade de matrículas de alunos.

**CLÁUSULA QUINTA – DA RESCISÃO**

Este contrato poderá ser rescindido:

I – por acordo entre as partes;

II – pelo Município sem prévio aviso, com justa causa, se praticar qualquer ato de desobediência, bem como desrespeitar as normas estabelecidas pelo Secretário ao qual está subordinado;

III – violar cláusula contratual ou qualquer dispositivo legal;

IV – pelo contratado, mediante prévio aviso de 30 (trinta dias), sob pena de multa equivalente a 1/3 (um terço) da remuneração mensal;

V – em caso de comprovada insuficiência de desempenho, o servidor será exonerado do cargo e admitido o próximo classificado na lista do processo seletivo.

**CLÁUSULA SEXTA – DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO**

As responsabilidades e obrigações do contratado são as previstas pela Secretaria Municipal de Educação.

**CLÁUSULA SÉTIMA – DA JORNADA DIÁRIA DE TRABALHO**

O contratado cumprirá jornada de trabalho de 08 (oito) horas diárias, totalizando 40 (quarenta) horas semanais, obedecidos o início, intervalos e termos fixados pelo Secretário Municipal de Educação.

**CLÁUSULA OITAVA – DA CONTRATAÇÃO**

O presente contrato fica regulado pelo regime estatutário, Lei Municipal nº 1.207/92.

**CLÁUSULA NONA – DO FORO**

Para solução das questões provenientes deste contrato, as partes elegem o foro da Comarca de São João Batista, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Contratados na forma que ficou expressa, Município e Contratado assinam este instrumento em duas vias de igual teor e forma, com as testemunhas abaixo identificadas e qualificadas.

Nova Trento, em 17 de agosto de 2015.

Luiz Carlos Orsi

Secretário Municipal de Educação

Ana Lucia Vargas Coelho

Contratada

Registrado e publicado o presente contrato, em 17 de agosto de 2015.

Valdemir Luiz Quaiatto

Secretário Municipal de Administração e Finanças

**TESTEMUNHA:**

Miliani Piffer Mazzola

Diretora do Departamento de Recursos Humanos



**PORTARIA Nº 778/2015**

PORTARIA Nº 778/2015

Admissão em Caráter Temporário

O Secretário Municipal de Educação, do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe foram conferidas através da Portaria nº 026/2013, de 07 de janeiro de 2013, e de acordo com o que determina o art. 37, IX, da CRFB/88 e amparado na Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro de 2014,

**RESOLVE:**

ADMITIR em Caráter Temporário, através do Processo Seletivo Simplificado, Edital nº 003/2015, de 26/06/2015, convocado conforme Decreto nº 136/2015, MARILETE ORLANDI PIVA, matrícula nº 6865, para exercer o cargo de Atendente de Creche, com 40 (quarenta) horas semanais, atuante na Creche Municipal Ciranda Cirandinha Trinta Réis, na Secretaria Municipal de Educação, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento, a contar de 17 de agosto de 2015 a 15 de agosto de 2016, por motivo de vaga excedente (transitória), bem como por motivo de excepcional interesse público, consoante o art. 2º, da Lei Municipal nº 2.553/2014.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 17 de agosto de 2015.

Luiz Carlos Orsi

Secretário Municipal de Educação

Registrada e publicada a presente Portaria em 17 de agosto de 2015.

Valdemir Luiz Quaiatto

Secretário Municipal de Administração e Finanças

**CONTRATO SP//2015****CONTRATO DE TRABALHO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO.**

O Município de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 82.925.025/0001-60, cuja Prefeitura se localiza na Rua Santo Inácio, nº 126, na Cidade de Nova Trento, doravante denominado MUNICÍPIO, neste ato representado pelo Secretário Municipal de Educação, LUIZ CARLOS ORSI, solteiro, brasileiro, CPF nº 037.386.459-00, RG nº 3822389, residente e domiciliado na Rua Tijucas, nº 190, Bairro Mato Queimado, na cidade de Nova Trento/SC, autorizado pela Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro de 2014, e a Senhora MARILETE ORLANDI PIVA, brasileira, casada, residente e domiciliada na Rua Dona Cristina, s/n, Bairro Trinta Réis, Município de Nova Trento, portadora do CPF nº 770.877.559-00, firmam o presente CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, observado o disposto na Lei acima mencionada e o seguinte:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO REGIME DO CONTRATO**

Este contrato vincula o Município e o Contratado ao Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO**

O presente contrato tem por objeto a execução pelo contratado das atribuições do cargo de Atendente de Creche, com 40 (quarenta) horas semanais, atuante na Creche Municipal Ciranda Cirandinha Trinta Réis, na Secretaria Municipal de Educação, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento.

**CLÁUSULA TERCEIRA – DA REMUNERAÇÃO MENSAL**

O contratado, durante a vigência deste contrato, fará jus a remuneração mensal no valor de R\$ 1.000,00 (um mil reais), pagos na

mesma data a que tem direito os Servidores Públicos Municipais efetivos e sujeita aos mesmos reajustes ou aumentos, equivalentes ao vencimento do cargo referido na Cláusula Segunda deste contrato.

**CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO CONTRATUAL**

Este contrato é firmado pelo período de 12 (doze) meses, iniciando em 17 de agosto de 2015 a 15 de agosto de 2016 (desdobramento de matrícula), data da assinatura deste instrumento, podendo ser rescindido antes desse prazo, em virtude da alteração da quantidade de matrículas de alunos.

**CLÁUSULA QUINTA – DA RESCISÃO**

Este contrato poderá ser rescindido:

I – por acordo entre as partes;

II – pelo Município sem prévio aviso, com justa causa, se praticar qualquer ato de desobediência, bem como desrespeitar as normas estabelecidas pelo Secretário ao qual está subordinado;

III – violar cláusula contratual ou qualquer dispositivo legal;

IV – pelo contratado, mediante prévio aviso de 30 (trinta dias), sob pena de multa equivalente a 1/3 (um terço) da remuneração mensal;

V – em caso de comprovada insuficiência de desempenho, o servidor será exonerado do cargo e admitido o próximo classificado na lista do processo seletivo.

**CLÁUSULA SEXTA – DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO**

As responsabilidades e obrigações do contratado são as previstas pela Secretaria Municipal de Educação.

**CLÁUSULA SÉTIMA – DA JORNADA DIÁRIA DE TRABALHO**

O contratado cumprirá jornada de trabalho de 08 (oito) horas diárias, totalizando 40 (quarenta) horas semanais, obedecidos o início, intervalos e termos fixados pelo Secretário Municipal de Educação.

**CLÁUSULA OITAVA – DA CONTRATAÇÃO**

O presente contrato fica regulado pelo regime estatutário, Lei Municipal nº 1.207/92.

**CLÁUSULA NONA – DO FORO**

Para solução das questões provenientes deste contrato, as partes elegem o foro da Comarca de São João Batista, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Contratados na forma que ficou expressa, Município e Contratado assinam este instrumento em duas vias de igual teor e forma, com as testemunhas abaixo identificadas e qualificadas.

Nova Trento, em 17 de agosto de 2015.

Luiz Carlos Orsi

Secretário Municipal de Educação

Marilete Orlandi Piva

Contratada

Registrado e publicado o presente contrato, em 17 de agosto de 2015.

Valdemir Luiz Quaiatto

Secretário Municipal de Administração e Finanças

**TESTEMUNHA:**

Miliani Piffer Mazzola

Diretora do Departamento de Recursos Humanos

# Novo Horizonte

## PREFEITURA

### EXTRATO CONTRATUAL Nº 067/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: 067/2015

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE

Contratada...: LUBRIPECAS COMERCIO DE LUBRIFICANTES E PECAS LTDA

Valor ..... : 5.825,00 (cinco mil oitocentos e vinte e cinco reais)

Vigência ..... : Início: 25/08/2015 Término: 31/12/2015

Licitação ..... : Convite p/ Compras e Serviços Nº.: 13/2015

Recursos ..... : Dotação: 2.023.3.3.90.00.00.00.00 (93), 2.028.3.3.90.00.00.00.00 (117)

Objeto ..... : O objeto do presente contrato consiste na AQUISIÇÃO DE OLEO LUBRIFICANTE PARA MANUTENÇÃO DA FROTA DE VEÍCULOS E MÁQUINAS DA SECRETARIA DE AGRICULTURA, TRANSPORTE, OBRAS E MEIO AMBIENTE DO MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE - SC, conforme quantitativos e especificações constantes do Edital, seus anexos.

Novo Horizonte/SC, em 25 de Agosto de 2015

### EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO AO PL Nº 047/2015 - CV 013/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE

EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 047/2015

CONVITE Nº 013/2015

HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DIA: 25/08/2015

CONTRATADO: LUBRIPECAS COMERCIO DE LUBRIFICANTES E PECAS LTDA

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE

OBJETO: O objeto da presente licitação consiste na seleção de propostas para AQUISIÇÃO DE OLEO LUBRIFICANTE PARA MANUTENÇÃO DA FROTA DE VEÍCULOS E MÁQUINAS DA SECRETARIA DE AGRICULTURA, TRANSPORTE, OBRAS E MEIO AMBIENTE DO MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE - SC, conforme quantitativos e especificações constantes do Edital e seus anexos.

VALOR DA DESPESA: R\$ 5.825,00 (cinco mil oitocentos e vinte e cinco reais)

DATA: 25/08/2015 - ELI MARIOTT - Prefeito Municipal.

# Orleans

## PREFEITURA

### EDITAL DE HOMOLOGAÇÃO NO PROCESSO SELETIVO Nº006/2015

EDITAL DE HOMOLOGAÇÃO DOS APROVADOS NO PROCESSO SELETIVO Nº006/2015

Após o julgamento do Recurso Interposto, o Prefeito de Orleans, no uso de suas atribuições legais, torna publico as notas e classificação dos candidatos aprovados, no Processo Seletivo nº006/2015:

#### AGENTE COMUNITARIA DE SAÚDE DA FAMÍLIA – MICRO AREA 02 – UNIDADE SANTO ANTONIO

Nº INSCRIÇÃO	NOME CANDIDATO	DATA NASC.	NOTA	CLASSIFICAÇÃO
014	DENISE ROSSETTI ZOMER	14/01/1973	5,2	1º LUGAR
012	EMANUELLE FERNANDES DA SILVA	17/11/1979	5,0	2º LUGAR
019	SINARA JANICE MENDES	13/04/1968	4,0	REPROVADO

#### AGENTE COMUNITARIA DE SAÚDE DA FAMÍLIA – MICRO AREA 07 – UNIDADE PADRE SANTOS

Nº INSCRIÇÃO	NOME CANDIDATO	DATA NASC.	NOTA	CLASSIFICAÇÃO
016	MARIA CLAUDETE DE MEDEIROS VICENTE	02/03/1965	7,2	1º LUGAR
002	MARIA GORETI ASCARI BELLETTINI	05/12/1959	6,8	2º LUGAR

#### AGENTE COMUNITARIA DE SAÚDE DA FAMÍLIA – MICRO AREA 02 – UNIDADE SÃO DONATO

Nº INSCRIÇÃO	NOME CANDIDATO	DATA NASC.	NOTA	CLASSIFICAÇÃO
022	ALESSANDRA FERRAZ DE SANTANA	17/11/1977	5,2	1º LUGAR
001	LOURDES LOLE BROGNOLI	25/01/1960	4,4	REPROVADO

#### AGENTE COMUNITARIA DE SAÚDE DA FAMÍLIA – MICRO AREA 07 – UNIDADE SÃO FRANCISCO

Nº INSCRIÇÃO	NOME CANDIDATO	DATA NASC.	NOTA	CLASSIFICAÇÃO
018	CAMILA MOTTA LEANDRO	07/11/1990	3,2	REPROVADO

#### AGENTE COMUNITARIA DE SAÚDE DA FAMÍLIA – MICRO AREA 07 – UNIDADE SANTA LUZIA

Nº INSCRIÇÃO	NOME CANDIDATO	DATA NASC.	NOTA	CLASSIFICAÇÃO
021	ROZIMAR APARECIDA COELHO ZANELATO	23/10/1974	6,8	1º LUGAR

#### MOTORISTA SOCORRISTA

Nº INSCRIÇÃO	NOME CANDIDATO	DATA NASC.	NOTA	CLASSIFICAÇÃO
007	MARCIO BECKER	08/12/1975	7,2	1º LUGAR
011	JOÃO MENEGASSO SALVADOR	29/05/1962	6,8	2º LUGAR
004	EDUARDO DEGENHNAURT	13/10/1969	6,8	3º LUGAR
005	MICHEL ALBERTON JUNG	27/11/1972	6,0	4º LUGAR
017	VANDERLEI JOSE TASCA	18/08/1971	5,0	5º LUGAR
026	MARCELO IUNG	28/07/1982	5,0	6º LUGAR
027	FABRICIO GODINHO PEREIRA	05/10/1989	5,0	7º LUGAR
013	RAFAEL ZANELLA DA SILVA	14/08/1985	4,4	REPROVADO
003	LEONARDO RUZZA MONTEGUTTI	23/09/1991	4,4	REPROVADO
023	JOSE DANIEL FERNANDES	21/02/1968	3,6	REPROVADO

#### TÉCNICO DE ENFERMAGEM SOCORRISTA

Nº INSCRIÇÃO	NOME CANDIDATO	DATA NASC.	NOTA	CLASSIFICAÇÃO
015	SUANDRE ADÃO MACHADO	20/04/1981	8,0	1º LUGAR
010	EDNA DA SILVA FELIZARDO ALBERTON	31/05/1972	5,6	2º LUGAR
008	ROMILDO ATAIDE	23/03/1977	5,2	3º LUGAR
020	ROSANE LEITE SOUZA	08/08/1959	5,0	4º LUGAR
009	ELIANA DALMAGRO	19/03/1982	5,0	5º LUGAR
006	JHONATA DE SOUZA JOAQUIM	01/09/1994	3,6	REPROVADO
025	ALBANI TEREZINHA GODINHO	27/04/1968	3,2	REPROVADO
024	JANAINA CRISTINA JERONIMO	19/09/1972	3,2	REPROVADO

Ficam homologadas as notas e classificação dos candidatos aprovados, no Processo Seletivo nº006/2015.

Orleans, 25 de agosto de 2015.

MARCO ANTONIO BERTONCINI CASCAES

Prefeito de Orleans



# Palhoça

## PREFEITURA

**PORTARIA Nº. 2601/2015.**

PORTARIA Nº. 2601/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

CONTRATAR JULIANA LAPA, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 002/2014, no cargo de Professor (ACT), Não Habilitado sem Magistério, na área de Ensino Fundamental, disciplina Séries Iniciais, no (a) GE Terezi-nha Maria Espindola Martins, com carga horária de 40 (quarenta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento), Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 28/05/2015 a 28/07/2015, face ao impedimento da titular Deyse Alexandre Pedroso, que se encontra em LTS.

Palhoça, SC, em 15 de junho de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF

Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 2618/2015.**

PORTARIA Nº. 2618/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedida pela Junta Médica Oficial do Município, para avaliar capacidade laborativa conclui por:

Conceder Readaptação Funcional de acordo com os Artigos 55,56,57,58,59,60,61 da Lei nº. 096/2010 de 15/12/2010, a servidora ANGELA MARIA DA SILVA SELL, matrícula nº. 801172-1, titular do cargo de Merendeira, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura. Pelo período de 01 (um) ano, a contar de 15/06/2015, de acordo com às folhas 33.

Palhoça, SC, em 15 de junho de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF

Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 2634/2015.**

PORTARIA Nº. 2634/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

CONCEDER ESTABILIDADE para ARTUR JOSE CANDIDO NETO, titular do cargo de Vigia, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com o Artigo 53 da Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2011, com efeito a contar de maio de 2015.

Palhoça, SC, em 22 de junho de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF

Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º065/2015**

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO

ESTADO DE SANTA CATARINA

SERVIÇO AUTONOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE PALHOÇA

ATA Nº 065/2015 do PREGÃO Nº 052/2015 – Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e empresa ITRON SOLUÇÕES PARA ENERGIA E ÁGUA LTDA. OBJETO: Aquisição de hidrômetros para instalação residencial de novas ligações, substituição de HD'S desgastados ou violados para dar prosseguimento ao Programa de Hidrometração de nosso Sistema Residencial e atender às normatizações do INMETRO e ARIS, através de registro de preços. VALOR: R\$ 664.000,00 (seiscentos e sessenta e quatro mil reais). DATA: 13/05/2015 A 12/05/2016. Mantêm-se os preços inalterados. . OBJETO: Aquisição de material de construção e ferramentas para a realização de diversos serviços na secretaria de obras. VALOR: R\$ 189.282,20. DATA: 22/01/2014 A 21/01/2015.

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º066/2015**

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE PALHOÇA

ATA Nº 066/2015 do PREGÃO Nº 053/2015 – Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e empresa MAURICIO SAVULSKI DE MATOS ME. OBJETO: Contratação de empresa para execução de serviços de demolição de construções irregulares, retirada e destinação final de entulhos, demolições estas oriundas de cumprimento de mandados judiciais, através do Sistema de Registro de Preços. VALOR: R\$ 85.000,00 (oitenta e cinco mil reais). DATA: 13/05/2015 A 12/05/2016. Mantêm-se os preços inalterados. . OBJETO: Aquisição de material de construção e ferramentas para a realização de diversos serviços na secretaria de obras. VALOR: R\$ 189.282,20. DATA: 22/01/2014 A 21/01/2015.

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º067/2015**

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE PALHOÇA

ATA Nº 067/2015 do PREGÃO Nº 051/2015 – Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e empresa COMÉRCIO E TRANSPORTES TIO BETO LTDA ME. OBJETO: Transporte de Atletas do Município de Palhoça para competições estaduais realizadas pela Fesporte, realizado com ônibus de 40 lugares, através do Sistema de Registro de Preços. VALOR: R\$ 118.800,00 (cento e dezoito mil e oitocentos reais). DATA: 13/05/2015 A 12/05/2016. Mantêm-se os preços inalterados. . OBJETO: Aquisição de material de construção e ferramentas para a realização de diversos serviços na secretaria de obras. VALOR: R\$ 189.282,20. DATA: 22/01/2014 A 21/01/2015.

Mantêm-se os preços inalterados.

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º071/2015**

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL REEQ. BOMBEIROS DE PALHOÇA - FUREBOM

ATA Nº071/2015 do PREGÃO Nº054/2015 – Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e empresa BACKES CONFECÇÕES LTDA ME. OBJETO: Aquisição de uniformes para uso do Corpo de Bombeiros de Palhoça, através do Sistema de Registro de Preços. VALOR: R\$ 13.590,00 (treze mil e quinhentos e noventa reais). DATA: 18/05/2015 a 17/05/2016. Mantêm-se os preços inalterados.

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º068/2015**

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE PALHOÇA

ATA Nº 068/2015 do PREGÃO Nº 048/2015 – Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e empresa MAURICIO SAVULSKI DE MATOS ME. OBJETO: Compra de portas em alumínio e armações para janela com tela de proteção contra insetos para instalação nas cozinhas das Unidades Escolares, afim de atender as exigências da Vigilância Sanitária e cumprir com as determinações do TAC (Termo de Ajuste de Conduta), através do Sistema de Registro de Preços. VALOR: R\$ 44.670,00 (quarenta e quatro mil e seiscentos e setenta reais). DATA: 18/05/2015 A 17/05/2016. . OBJETO: Aquisição de material de construção e ferramentas para a realização de diversos serviços na secretaria de obras. VALOR: R\$ 189.282,20. DATA: 22/01/2014 A 21/01/2015.

Mantêm-se os preços inalterados.

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º069/2015**

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE PALHOÇA

ATA Nº 069/2015 do PREGÃO Nº 049/2015 – Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e empresa JEFERSON DA SILVEIRA ME. OBJETO: Aquisição de material de cozinha para atender as necessidades da Secretaria e seus Programas (CRAS, CREAS, SCFV, Centro POP, Centro do Idoso e Casas Lares, através do Sistema de Registro de Preços. VALOR: R\$ 3.850,00 (três mil e oitocentos e cinquenta reais). DATA: 18/05/2015 A 17/05/2016. Mantêm-se os preços inalterados. . OBJETO: Aquisição de material de construção e ferramentas para a realização de diversos serviços na secretaria de obras. VALOR: R\$ 189.282,20. DATA: 22/01/2014 A 21/01/2015.

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º070/2015**

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE PALHOÇA

ATA Nº 070/2015 do PREGÃO Nº 049/2015 – Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e empresa LICITAMIX MATERIAIS DE ESCRITÓRIO LTDA ME. OBJETO: Aquisição de material de cozinha para atender as necessidades da Secretaria e seus Programas (CRAS, CREAS, SCFV, Centro POP, Centro do Idoso e Casas Lares, através do Sistema de Registro de Preços. VALOR: R\$ 32.861,82 (trinta e dois mil, oitocentos e sessenta e um reais e oitenta e dois centavos). DATA: 18/05/2015 A 17/05/2016.



**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º132/2015**

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE PALHOÇA

ATA Nº 132/2015 do PREGÃO Nº 090/2015 – Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e empresa ELO COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA ME. OBJETO: Aquisição de placas de forro isopor texturizado para uso na recuperação da estrutura do Centro Administrativo Municipal. VALOR: R\$ 58.400,00 (cinquenta e oito mil e quatrocentos reais) DATA: 03/08/2015 A 02/08/2016.

ELO COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA ME						
ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	MARCA	Qtde. Item	Valor Unitário	Valor Total
1	Placas de Forro Isopor texturizado, na cor branca, com as seguintes dimensões aproximadas 20x618x1243MM.	UN	ISOMAF	8.000,00000	R\$7,3000	R\$58.400,0000
Total Geral dos Itens						R\$58.400,0000

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º133/2015**

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE PALHOÇA

ATA Nº 133/2015 do PREGÃO Nº 078/2015 – Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa BRITAGEM VOGELSANGER LTDA. OBJETO: Contratação de empresa para fornecimento de material e mão de obra para execução de recuperação da pavimentação asfáltica de extensões de médio e grande porte (exceto tapa buracos, de diversas ruas do município). VALOR: R\$ 2.225.000,00 (dois milhões, duzentos e vinte e cinco mil reais). DATA: 12/08/2015 A 11/08/2016.

BRITAGEM VOGELSANGER LTDA						
ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	MARCA	Qtde. Item	Valor Unitário	Valor Total
1	Corte de asfalto com disco reparos e pequenas quantidades	M		4.000,00000	R\$2,5000	R\$10.000,0000
2	Escavação, carga e transporte de materiais 1º categoria DMT - 10km (com fornecimento de material e mão de obra)	M3		3.500,00000	R\$17,4000	R\$60.900,0000
3	Regularização do sub leito 100% proctor normal (20cm)	M2		20.000,00000	R\$1,0000	R\$20.000,0000
4	Pedra Pulmão espalhado e compactado	M3		2.000,00000	R\$84,9000	R\$169.800,0000
5	Brita graduada espalhada e compactado	M3		1.500,00000	R\$109,5000	R\$164.250,0000
6	Imprimação com CM-30	M2		10.000,00000	R\$3,2000	R\$32.000,0000
7	Pintura de ligação RR -2C	M2		40.000,00000	R\$1,7500	R\$70.000,0000
8	CAUQ aplicado na pista 6% CAP	TON		5.000,00000	R\$329,5000	R\$1.647.500,0000
9	Fresagem descontínua a frio - largura= 2,00 e espessura = 5 cm	M2		9.000,00000	R\$4,5000	R\$40.500,0000
10	Manta Geotextil RT - e Bidin OP - 20 ou similar	M2		5.000,00000	R\$2,0100	R\$10.050,0000
Total Geral dos Itens						R\$2.225.000,0000

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º134/2015**

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO

ESTADO DE SANTA CATARINA

SERVIÇO AUT. MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE PALHOÇA

ATA Nº 134/2015 do PREGÃO Nº 111/2015 – Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e empresa MEGA COM. DE PEÇAS E SERV. AUTOMOTIVOS EIRELI. OBJETO: Contratação de empresa especializada para locação de serviços de máquinas pesadas, carregador e carregadeira para utilização em serviços de drenagem. VALOR: R\$ 336.000,00 (trezentos e trinta e seis mil reais). DATA: 14/08/2015 A 13/08/2016.

MEGA COM. DE PEÇAS E SERV. AUTOMOTIVOS EIRELI						
ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	MARCA	Qtde. Item	Valor Unitário	Valor Total
2	Locação de Escavadeira , motor diesel, com potência mínima de 33hp ´s, esteiras de aço, engate rápido mecânico. Altura de descarga de 4.804mm e profundidade de 3.117mm, peso operacional de 3.372kg ´s, equipada com: Caçamba Frontal de 400mm largura	H		2.000,00000	R\$69,0000	R\$138.000,0000
1	Locação de Carregador , sobre rodas equipado com motor diesel de 04 (quatro) cilindros, capacidade de carga mínima de 800kg, peso operacional mínimo de 2635kg, e demais características padrão do fabricante, equipada com Braço Reto.	H		2.000,00000	R\$99,0000	R\$198.000,0000
Total Geral dos Itens						R\$336.000,0000

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º135/2015**

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE PALHOÇA

ATA Nº 135/2015 do PREGÃO Nº 089/2015 – Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa BRUTHAN COMERCIAL LTDA. OBJETO: Aquisição de material de limpeza e higiene, e produtos de copa e cozinha para atender as necessidades desta Prefeitura, Fundos e Autarquias. VALOR: R\$ 54.850,00 (cinquenta e quatro mil e oitocentos e cinquenta reais). DATA: 14/08/2015 A 13/08/2016.

BRUTHAN COMERCIAL LTDA						
ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	MARCA	Qtde. Item	Valor Unitário	Valor Total
1	Detergente para louça glicerinado, neutro, testado dermatologicamente, biodegradável e consistente. Composição: tensoativo aniônico, glicerina, coadjuvante, conservante, sequestrante, espessante, corante, fragância e veículo. O produto deverá apresentar característica de fluidez, viscosidade e concentração que garanta um bom rendimento. Medida: de ph, ph 7,0-8,0. Aplicação: remoção de gorduras de louças, talheres, panelas. Frasco de 500 ml. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação, procedência, número de lote e validade. Deverá ser acondicionado em caixa de papelão, contendo 24 unidades por caixa.	CX	LIMPI-NHA	2.000,00000	R\$27,4250	R\$54.850,0000
Total Geral dos Itens						R\$54.850,0000

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º136/2015**

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE PALHOÇA

ATA Nº 136/2015 do PREGÃO Nº 089/2015 – Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa MARCONI KIRCH LTDA. OBJETO: Aquisição de material de limpeza e higiene, e produtos de copa e cozinha para atender as necessidades desta Prefeitura, Fundos e Autarquias. VALOR: R\$ 413.813,66 (quatrocentos e treze mil, oitocentos e treze reais e sessenta e seis centavos). DATA: 14/08/2015 A 13/08/2016.

MARCONI KIRCH EPP						
ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	MARCA	Qtde. Item	Valor Unitário	Valor Total
1	Escova multiuso, com cerdas resistentes	UN	PRIMAVERA	360,00000	R\$3,2200	R\$1.159,2000
2	Escova sanitária, com suporte.	UN	PEROVINHA	420,00000	R\$6,6600	R\$2.797,2000
3	Escova sanitária, sem suporte. Uso: Limpeza de vaso sanitário.	UN	PEROVINHA	50,00000	R\$4,0720	R\$203,6000
1	Rodo mágico para limpeza de pisos, na cor branca, azul ou vermelha, com esponja absorvente em IVA instalada, super aderente, de secagem eficiente.	UN	NOBRE	100,00000	R\$24,0000	R\$2.400,0000
2	Refil de espuma absorvente, para reposição do Rodo mágico.	UN	NOBRE	300,00000	R\$12,0000	R\$3.600,0000
1	Carrinho de limpeza, com rodas e um espremedor, depressão vertical	UN	LIMPRO	10,00000	R\$476,0000	R\$4.760,0000
2	Esfregadora-secadora de chão com balde e cesto torcedor acoplados.	UN	NOBRE	60,000	R\$187,0000	R\$11.220,0000
1	Desentupidor de vaso sanitário.	UN	PEROVINHA	90,00000	R\$6,4200	R\$577,8000
3	Prendedor de roupa para varal, plástico, medindo no mínimo 8 cm, pacote com 12 unidades.	PCT	PEROVINHA	30,00000	R\$3,2500	R\$97,5000
6	Disco limpador para máquina de Lavar Piso, verde, 430 mm.	UN	BETTANIN	20,00000	R\$36,3600	R\$727,2000
2	Corda de varal, 10 metros em 100% polietileno.	UN	PEROVINHA	50,00000	R\$2,7500	R\$137,5000
5	Garrafa térmica: com capacidade de 1 litro, com alça fixa, tipo serve a jato, com sistema de pressão e corta pingos,	UN	TERMOLAR	60,00000	R\$68,0000	R\$4.080,0000
4	Porta copos para copo de café de 80 ml, para aproximadamente 150 copos, medindo aproximadamente 0,55 mm x 76 cm.	CX	AURIMAR	20,00000	R\$29,0000	R\$580,0000
1	Bule em inox: com capacidade mínima de 2 litros, cabo em plástico polipropileno, com altura mínima de 19cm.	UN	5 ESTRELAS	2,00000	R\$48,0000	R\$96,0000
3	Leiteira. Material: alumínio. Com cabo tipo: baquelite. Capacidade de 1,5 litros. Dimensões aproximadas: (L x A x D) 15x18x20CM . Característica adicional: revestimento externo.	UN	5 ESTRELAS	2,00000	R\$33,0000	R\$66,0000
2	Chaleira industrial Tipo: "Hotel". Material: alumínio. Capacidade mínima: 7 litros. Dimensões aproximadas: altura: 20 cm. Diâmetro: 25 cm, boca: 15 cm. Características adicionais: com tampa e cabo em baquelite.	UN	5 ESTRELAS	8,00000	R\$115,0000	R\$920,0000
1	COPO DESCARTÁVEL PARA CAFÉ DE 80ml,	CX	COPOZAN	1.080,00000	R\$67,0444	R\$72.407,9520
2	COPO DE PLÁSTICO DESCARTÁVEL PARA ÁGUA NA COR BRANCA DE 180ml. Caixa com 25 tiras de 100 unidades.Caixa com 2.500 unidades	CX	COPOBRÁS	800,00000	R\$71,9900	R\$57.592,0000
1	Sabão, Pó, biodegradável grão azul primeira qualidade multição e alto poder de remoção de manchas.	UN	OMO	4.700,00000	R\$10,0800	R\$47.376,0000



2	Amaciante de roupas, concentrado. Embalagem com 2 litros, aroma aloe vera. .	FRS	LIMPINHA	500,00000	R\$6,0480	R\$3.024,0000
1	Luva para procedimento não cirúrgico, multiuso, TAMANHO: Grande.	CX	LAGROTA	110,00000	R\$17,6364	R\$1.940,0040
2	Luva para procedimento não cirúrgico, multiuso, TAMANHO: Média.	CX	LAGROTA	1.000,00000	R\$17,5600	R\$17.560,0000
1	Saponáceo cremoso com 300 ml.Fragrância limão, Caixa com 24 frascos de 300 ml cada.	CX	SAUBA	1.000,00000	R\$63,6000	R\$63.600,0000
2	Saponáceo em pó, com ação detergente e cloro, pó abrasivo, designado a limpeza de sujeitas mais difíceis.	UN	BOMBRIL	855,00000	R\$6,5400	R\$5.591,7000
1	Desodorante spray, aprox. 90 ml, com aroma discreto e agradável, não deixa resíduos, não mancha as roupas e não causa irritação nas axilas. Masculino. Proteção de 24 h.	UN	NIVEA	2.500,00000	R\$9,3500	R\$23.375,0000
2	Talco antiséptico para os pés, embalagem com 100 gramas..	UN	GRANADO	300,00000	R\$9,5000	R\$2.850,0000
3	Loção pós barba para peles sensíveis, dermatologicamente testado, com 100 ml	UN	NIVEA	200,00000	R\$18,5000	R\$3.700,0000
5	Creme hidratante para uso corporal, frasco com 200 ml, hipoalergênico.	UN	MONANGE	200,00000	R\$11,2750	R\$2.255,0000
4	Sabonete em barra 90 gr, perfumado, testado dermatologicamente, com proteínas do leite.	UN	NIVEA	2.100,00000	R\$2,2000	R\$4.620,0000
1	SABONETE. ASPECTO: Líquido. 5000 ml . MEDIDA DE PH: 5,5 - 8,5.	UN	SAUBA	700,00000	R\$26,5000	R\$18.550,0000
2	Sabonete líquido de 5000 ml com aroma de erva doce, PH neutro.	UN	SAUBA	250,00000	R\$23,4000	R\$5.850,0000
3	SABONETE. ASPECTO: Líquido. 1000 ml . MEDIDA DE PH: 5,5 - 8,5.	UN	SAUBA	2.000,00000	R\$4,8000	R\$9.600,0000
4	SABONETE. ASPECTO: Líquido cremoso. 5000 ml . MEDIDA DE PH: 5,5 - 8,5.	UN	SAUBA	1.500,00000	R\$27,0000	R\$40.500,0000
Total Geral dos Itens						R\$ 413.813,6560

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º137/2015**

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE PALHOÇA

ATA Nº 137/2015 do PREGÃO Nº 089/2015 – Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa JJ MATTOS INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE CAFÉ LTDA EPP. OBJETO: Aquisição de material de limpeza e higiene, e produtos de copa e cozinha para atender as necessidades desta Prefeitura, Fundos e Autarquias. VALOR: R\$ 21.600,00 (vinte e um mil e seiscentos reais) DATA: 14/08/2015 A 13/08/2016.

JJ MATTOS INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE CAFÉ LTDA EPP						
ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	MARCA	Qtde. Item	Valor Unitário	Valor Total
1	Café em pó homogêneo torrado e moído, de primeira qualidade, a vácuo de qualidade tradicional, tipo extra forte. Produto com selo de pureza ABIC e selo PQC. Qualidade Tradicional. Embalagem primária a alto vácuo em pacotes de poliéster metalizado e reembaledos em caixa de papelão com 500 gramas e secundária em caixa de papelão retangular fechada com até 10 kg.	PCT	JURERE EXTRA FORTE	4.000,00000	R\$5,4000	R\$21.600,0000
Total Geral dos Itens						R\$ 21.600,0000

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º138/2015**

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE PALHOÇA

ATA Nº 138/2015 do PREGÃO Nº 089/2015 – Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa GIZELE REGINA DA SILVA ME. OBJETO: Aquisição de material de limpeza e higiene, e produtos de copa e cozinha para atender as necessidades desta Prefeitura, Fundos e Autarquias. VALOR: R\$ 351.987,60 (trezentos e cinquenta e um mil, novecentos e oitenta e sete reais e sessenta centavos) DATA: 14/08/2015 A 13/08/2016.

GIZELE REGINA DA SILVA ME						
ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	MARCA	Qtde. Item	Valor Unitário	Valor Total
1	PAPEL HIGIÊNICO FOLHA DUPLA Papel higiênico branco, 100% celulose virgem biodegradável, folha picotada, gofrada com relevo, folha dupla classe 01, na cor branca, alvura ISO maior que 80% índice de maciez igual ou menor que 5,7 nm/g.	FD	Ouro Pel	5.210,00000	R\$67,5600	R\$351.987,6000
Total Geral dos Itens						R\$351.987,6000

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º139/2015**

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE PALHOÇA

ATA Nº 139/2015 do PREGÃO Nº 089/2015 – Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa ELO COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA ME. OBJETO: Aquisição de material de limpeza e higiene, e produtos de copa e cozinha para atender as necessidades desta Prefeitura, Fundos e Autarquias. VALOR: R\$ 177.502,00 (cento e setenta e sete mil e quinhentos e dois reais) DATA: 14/08/2015 A 13/08/2016.

ELO COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA ME						
ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	MARCA	Qtde. Item	Valor Unitário	Valor Total
1	Balde plástico para limpeza.. Capacidade de 20 litros.	UN	PLASVALE	600,00000	R\$18,8600	R\$11.316,0000
2	Balde plástico, com alça, em polietileno ou prolipopileno, capacidade de 16 litros.	UN	PLASVALE	20,00000	R\$17,1000	R\$342,0000
3	Balde oval translúcido para ser utilizado com rodo, com capacidade para aproximadamente 20 litros.	UN	SANREMO	100,00000	R\$20,9900	R\$2.099,0000
4	Balde plástico, com alça, em polietileno ou prolipopileno, capacidade de 10 litros, material resistente.	UN	PARAMOUNT	70,00000	R\$12,2000	R\$854,0000
1	Lixeira plástica retangular, cor branca, capacidade 50 litros	UN	PARAMOUNT	120,00000	R\$105,5400	R\$12.664,8000
2	Lixeira plástica com capacidade aproximada de 100 litros	UN	BELOSCH	10,00000	R\$100,8000	R\$1.008,0000
3	Lixeira com tampa - em plástico	UN	ARQPLAST	120,00000	R\$26,9700	R\$3.236,4000
4	Lixeira plástica, cor preta, capacidade 15 litros, com tampa e pedal.	UN	P.SANTANA	600,00000	R\$18,4700	R\$11.082,0000
5	Lixeira plástica, material polietileno resistente, com tampa acionamento a pedal, com capacidade de 50 litros, cor branca.	UN	PARAMOUNT	60,00000	R\$101,6100	R\$6.096,6000
6	Lixeira plástica, cor preta, capacidade 8 litros, com tampa e pedal.	UN	PARAMOUNT	200,00000	R\$16,3300	R\$3.266,0000
7	Lixeira cilíndrica, capacidade 100 litros, em plástico	UN	BELOSCH	100,00000	R\$155,8400	R\$15.584,0000
8	Lixeira plástica, material polietileno resistente, capacidade de 11 até 12 litros, cor branca.	UN	PARAMOUNT	50,00000	R\$33,7300	R\$1.686,5000
10	Lixeira, 50 litros, com tampa basculante, injetado, resistente, mínimo de 3 mm de espessura.	UN	P.SANTANA	30,00000	R\$87,4900	R\$2.624,7000
9	Lixeira plástica, cor preta, capacidade 15 litros, sem tampa, sem pedal.	UN	JSN	50,00000	R\$15,4200	R\$771,0000
1	Pá de lixo com cabo metálico, com aproximadamente 1 metro,.	UN	PARAMOUNT	520,00000	R\$14,4600	R\$7.519,2000
2	Pá coletora de lixo em plástico, com aproximadamente 23 cm comprimento, 19 cm largura e 9 cm de altura.	UN	BETTANIM	150,00000	R\$12,1900	R\$1.828,5000
3	Pá coletora lixo automática, plástico resistente, cabo longo (cata cata).	UN	BETTANIM	60,00000	R\$24,0383	R\$1.442,2980
1	Rodo com borracha dupla de 40 cm.	UN	BETTANIM	440,00000	R\$17,6200	R\$7.752,8000
3	Escovão para pisos rústicos, acimentados e carpetes	UN	BETTANIM	140,00000	R\$14,2600	R\$1.996,4000
2	Vassoura com cerdas de polipropileno	PÇ	BETTANIM	1.260,00000	R\$10,0800	R\$12.700,8000
1	Saco plástico para cachorro-quente grande, pacote para 500 unidades.	PCT	Plástico Flexível	10,00000	R\$8,3100	R\$83,1000
2	Saco de papel para pipoca. Produto não perecível,	EMB	Plástico Flexível	15,00000	R\$7,7400	R\$116,1000
2	Esfregão de aço zincado, duplo para limpeza de painéis.	UN	INOVE	200,00000	R\$3,5000	R\$700,0000
1	Esponja tipo dupla face, multiuso	UN	BETTANIM	10.000,00000	R\$1,1800	R\$11.800,0000
3	Esponja de aço, para limpeza em geral, confeccionada em lã de aço carbono,.	PCT	INOVE	250,00000	R\$3,0000	R\$750,0000
1	Flanela, Limpeza geral,	UN	MARTINS	500,00000	R\$1,8600	R\$930,0000
2	Pano de copa (prato) em tecido 100% algodão, 70x50cm.	PÇ	MARTINS	2.300,00000	R\$3,0100	R\$6.923,0000
3	Flanela peluciada em ambos os lados, cor branca para limpeza	UN	MARTINS	700,00000	R\$1,6100	R\$1.127,0000
4	Saca alvejada para limpeza, branca, dupla, 100% de algodão, pré-amaciado, resistente, com trama grossa (bem fechada)	PÇ	MARTINS	3.600,00000	R\$3,5500	R\$12.780,0000
6	Luva para limpeza, tamanho M, de borracha de látex 100% natural	PAR	VOLK	720,00000	R\$3,4200	R\$2.462,4000
1	Filtro descartável para Café, tamanho nº 103. Caixa com 30 unidades.	CX	BRIGITTA	100,00000	R\$3,8400	R\$384,0000
2	Guardanapo de papel, cor branca, macio, 30 cm x 33 cm, com alto poder de absorção, pacote com no mínimo 50 unidades. caixa com 100 pacotes.	CX	DÁLMATA	30,00000	R\$64,3800	R\$1.931,4000
3	Rolo de papel filme de PVC, medindo 40 cm x 30 m com embalagem com serrilha.	UN	Alpfilm	100,00000	R\$24,2000	R\$2.420,0000

4	Fósforo caixa, com 40 palitos, pacote com 10 caixas.	PCT	ZEBRA	630,00000	R\$2,8400	R\$1.789,2000
5	Rolo de papel alumínio medindo 45 cm x 7,5 m	UN	Boreda	300,00000	R\$8,0700	R\$2.421,0000
7	Luva para limpeza, tamanho G, de borracha de látex, 100% natural,	PAR	VOLK	520,00000	R\$3,4200	R\$1.778,4000
1	Açúcar refinado - Amorfo, de primeira qualidade, isento de fermentações 5 kg	PCT	CARAVELAS	728,00000	R\$9,2000	R\$6.697,6000
2	Adoçante dietético, tipo sacarina, em frasco com 100 ml.	FRS	LOWÇUCAR	21,00000	R\$2,2571	R\$47,3991
3	Açúcar refinado - Amorfo, de primeira qualidade, isento de fermentações. Embalagem: plástica com 1 kg.	PCT	CARAVELAS	5.000,00000	R\$1,8400	R\$9.200,0000
1	Aparelhos de barbear descartáveis com duas lâminas em paralelo, com fita lubrificante, anatômico.	UN	Dorco Laminnox	1.000,00000	R\$5,3600	R\$5.360,0000
2	Cortador de unha do pé em aço inoxidável.	UN	INOX	30,00000	R\$11,6800	R\$350,4000
3	Algodão bola. Macio e absorvente, confeccionados em fibras de 100% algodão alvejadas. Pacote com aproximadamente 100g.	PCT	COTTON BABY	100,00000	R\$4,5200	R\$452,0000
4	Cotonete haste flexível, em prolipolileno, com pontas de algodão, embalagem com 150 unidades.	UN	COTTON BABY	200,00000	R\$5,6400	R\$1.128,0000
Total Geral dos Itens						R\$177.501,9971

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º140/2015**

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE PALHOÇA

ATA Nº 140/2015 do PREGÃO Nº 089/2015 – Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa MAYCON WILL ME. OBJETO: Aquisição de material de limpeza e higiene, e produtos de copa e cozinha para atender as necessidades desta Prefeitura, Fundos e Autarquias. VALOR: R\$ 478.607,08 (quatrocentos e setenta e oito mil, seiscentos e sete reais e oito centavos). DATA: 14/08/2015 A 13/08/2016.

MAYCON WILL ME						
ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	MARCA	Qtde. Item	Valor Unitário	Valor Total
1	Alvejante para limpeza, com aroma lavanda, a base de Cloro.	CX	CANDURA	2.550,00000	R\$42,3016	R\$107.869,0800
2	Água sanitária. Aspecto: líquido. Composição: a base de hipoclorito de sódio ou cálcio. Teor Cloro Ativo	LTS	YPE	8.300,00000	R\$3,5700	R\$29.631,0000
1	Álcool líquido, concentração de 96% para higienização e desinfecção, com ação antimicrobiana, frasco com 1000 ml	FRS	SAUBA	4.200,00000	R\$5,8000	R\$24.360,0000
2	Álcool etílico hidratado, em forma de gel, concentração de 70% para higienização e desinfecção, com ação antimicrobiana, frasco com 500 ml.	FRS	SAUBA	17.800,00000	R\$5,5000	R\$97.900,0000
3	Álcool líquido, concentração de 70% para higienização e desinfecção, com ação antimicrobiana, frasco com 1000 ml	FRS	SAUBA	3.000,00000	R\$5,5800	R\$16.740,0000
1	Sabão, Barra, TIPO: Glicerinado, testado dermatologicamente.	UN	YPE	950,00000	R\$6,3500	R\$6.032,5000
2	Limpa vidro, líquido, frasco com gatilho com aproximadamente 500 ml	UN	SAUBA	3.150,00000	R\$5,7900	R\$18.238,5000
5	Produto líquido de limpeza para máquina de lavar piso, bombona de 5L	GL	Taski Combi	32,00000	R\$33,5800	R\$1.074,5600
3	Cera líquida incolor para polimento de pisos, com base celadora - frasco com 5 litros.	FRS	GIRANDO SOL	20,00000	R\$35,2220	R\$704,4400
4	Lustra móveis cremoso.	UN	SAUBA	400,00000	R\$2,2500	R\$900,0000
1	Desinfetante líquido, fragrância lavanda, com ação bactericida, desinfetante e germicida para limpeza de sanitários, pias, ralos.	UN	SAUBA	3.930,00000	R\$12,8000	R\$50.304,0000
1	Absorvente higiênico, normal, com gel, sem abas, com no mínimo 3 linhas adesivas. Pacote com no mínimo 8 unidades.	PCT	INTIMUS	1.000,00000	R\$5,5000	R\$5.500,0000
2	Absorvente noturno longo, com abas, pacote com 8 unidades. Pacote com no mínimo 8 unidades.	PCT	COTTON BABY	1.000,00000	R\$5,5000	R\$5.500,0000
3	Condicionador para cabelos normais: tipo uso diário, aplicação cabelos normais	UN	SAUBA	900,00000	R\$10,0000	R\$9.000,0000
4	Shampoo para cabelos normais anticaspa, hidratação diária, sem sal, frasco com 350 ml.	UN	PALMOLIVE	100,00000	R\$15,0000	R\$1.500,0000
1	Shampoo neutro, uso diário, para cabelos normais, sem sal, embalagem com 400 ml	UN	SAUBA	1.000,00000	R\$8,3500	R\$8.350,0000
2	Creme para pentear desembaraçante infantil sem enxague	UN	TRALALA	200,00000	R\$11,0000	R\$2.200,0000
2	Fio dental em nylon, encerado, com 100 metros.	UN	MEDFIO	500,00000	R\$6,3920	R\$3.196,0000
3	Escova dental adulto, cabeça arredondada, com 38 a 47 tufos, cerdas macias, embalagem c/ 01 unidade.	UN	CONDOR	1.400,00000	R\$4,4600	R\$6.244,0000

1	Creme dental 90gr com flúor, uso adulto, cálcio e micro partículas polidoras.	UN	SORRISO	3.000,00000	R\$5,0700	R\$15.210,0000
4	Escova dental infantil com cerdas macias de nylon, com no mínimo 3 fileiras.	UN	MEDFIO	1.000,00000	R\$4,3500	R\$4.350,0000
2	Desodorizador ambiental, aerosol, sem CFC. Essências suaves.	UN	ULTRA FRESH	100,00000	R\$5,8000	R\$580,0000
1	Repelente de insetos, spray, sem óleo, dermatologicamente testado, hipoalergênico, frasco com 100 ml.	FRS	Repelex	200,00000	R\$13,9500	R\$2.790,0000
2	Protetor solar fator de proteção 30, com proteção UVA e UVB, resistente à água, hipoalergênico -	FRS	Pro-sun - FPS 30	100,00000	R\$32,4900	R\$3.249,0000
3	Gel antiséptico para as mãos, embalagem 400 ml	CX	SAUBA	800,00000	R\$69,1800	R\$55.344,0000
Total Geral dos Itens						R\$478.607,0800

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º141/2015**

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE PALHOÇA

ATA Nº 141/2015 do PREGÃO Nº 089/2015 – Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa JULIANO JAIRO MELO ME. OBJETO: Aquisição de material de limpeza e higiene, e produtos de copa e cozinha para atender as necessidades desta Prefeitura, Fundos e Autarquias. VALOR: R\$ 390.015,00 (trezentos e noventa mil e quinze reais). DATA: 14/08/2015 A 13/08/2016.

JULIANO JAIRO MELO ME						
ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	MARCA	Qtde. Item	Valor Unitário	Valor Total
1	Papel toalha 2 dobras. Papel toalha interfolhado, classe 01, na cor branca, 2 dobras, gofrado,	FD	VIP PLUS	4.500,00000	R\$86,6700	R\$390.015,0000
Total Geral dos Itens						R\$390.015,0000

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º142/2015**

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE PALHOÇA

ATA Nº 142/2015 do PREGÃO Nº 089/2015 – Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa COMERCIAL SÃO LUIZ LTDA EPP. OBJETO: Aquisição de material de limpeza e higiene, e produtos de copa e cozinha para atender as necessidades desta Prefeitura, Fundos e Autarquias. VALOR: R\$ 615.500,00 (seiscentos e quinze mil e quinhentos reais). DATA: 14/08/2015 A 13/08/2016.

COMERCIAL SÃO LUIZ LTDA EPP						
ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	MARCA	Qtde. Item	Valor Unitário	Valor Total
1	Saco plástico para acondicionamento de resíduo comum; cor preta. Embalados em pacotes com 100 unidades e acondicionados em fardo resistente com no máximo 50 pacotes.	PCT	VERSATIL	5.190,00000	R\$48,2000	R\$250.158,0000
2	Saco plástico para acondicionamento de resíduo comum; cor preta; capacidade 50 litros Embalados em pacotes com 100 unidades e acondicionados em fardo resistente com no máximo 50 pacotes.	PCT	VERSATIL	9.300,00000	R\$23,1200	R\$215.016,0000
3	Saco para lixo doméstico, de polietileno, capacidade 15 litros embalados em pacotes com 100 unidades e acondicionados em fardo resistente com 50 pacotes. O material não pode expelir odor desagradável.	PCT	VERSATIL	2.000,00000	R\$8,4255	R\$16.851,0000
4	Saco plástico para acondicionamento de resíduo comum; cor preta; capacidade 30 litros; medidas 59cm de largura x 62cm de altura; espessura mínima de 0,04mm. Embalados em pacotes com 100 unidades e acondicionados em fardo resistente com no máximo 50 pacotes.	PCT	VERSATIL	9.500,00000	R\$14,0500	R\$133.475,0000
Total Geral dos Itens						R\$615.500,0000

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º143/2015**

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE PALHOÇA

ATA Nº 143/2015 do PREGÃO Nº 115/2015 – Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa MEGA COM. DE PEÇAS E SERV. AUTOMOTIVOS EIRELI. OBJETO: Contratação de empresa para serviço de manutenção/montagem de pneus para máquinas pesadas. Retroescavadeira, Motoniveladora e Carregadeira e Ford Cargo. Aro 24; Aro 30; Aro 17.5; e Aro 22.5. VALOR: R\$ 181.500,00 (cento e oitenta e um mil e quinhentos reais). DATA: 18/08/2015 A 17/08/2016.

MEGA COM. DE PEÇAS E SERV. AUTOMOTIVOS EIRELI
---

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	MARCA	Qtde. Item	Valor Unitário	Valor Total
1	Serviços de conserto e montagem de pneus de máquinas pesadas. Retroescavadeira; Motoniveladora; Carregadeira. Aro 24 e Aro 30.	SERV		750,00000	R\$161,0000	R\$120.750,0000
2	Conserto de pneu ou montagem Ford Cargo 2422. Aro 17.5 e Aro 22.5.	SERV		750,00000	R\$81,0000	R\$60.750,0000
Total Geral dos Itens						R\$181.500,0000

**DECRETO Nº 1.883, DE 21 DE AGOSTO DE 2015.**

DECRETO Nº 1.883, DE 21 DE AGOSTO DE 2015.

COMISSÃO ESPECIAL. Institui a Comissão Especial de Locações e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina,  
No uso das atribuições legais, resolve

**DECRETAR:**

Art. 1º Fica instituída a Comissão Especial de Locações, que terá por atribuição centralizar a análise e deliberação sobre os pedidos de locações de imóveis no âmbito do Poder Executivo Municipal de Palhoça.

Art. 2º A Comissão poderá:

I – revisar os contratos de locações existentes;

II – deliberar sobre a necessidade da locação;

III – propor medidas ou alterações nos contratos para melhor atender a finalidade pública;

IV – requisitar documentos aos órgãos competentes;

V – solicitar laudo de avaliação dos imóveis e da locação;

Parágrafo Único. A Comissão Especial de Locações atuará de forma centralizada, servindo como órgão consultivo e deliberativo.

Art. 3º Nenhum procedimento licitatório poderá ser iniciado sem a prévia deliberação da Comissão Especial de Locações, de que trata este Decreto.

Art. 4º Os pedidos de contratação de locações de imóveis deverão ser formalizados, através de formulário próprio, que será definido pela Comissão Especial de Locações.

Art. 5º Ficam designados como membros da Comissão Especial os seguintes servidores:

I – Eduardo Freccia – Secretaria de Infraestrutura;

II – Daniel Broering Harger – Secretaria de Gestão e Comunicação; e

III – Osvaldo Bossolan Neto – Secretaria de Governo.

Parágrafo Único. A presidência dos trabalhos será exercida pelo membro previsto no inciso I deste artigo.

Art. 6º A Comissão Especial poderá designar secretária(o) para auxiliar nos trabalhos.

Art. 7º Fica a Comissão Especial de Locações incumbida de dirimir eventuais casos omissos e de regulamentar este Decreto.

Art. 8º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições contrárias.

Palhoça, 21 de agosto de 2015.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS

Prefeito Municipal



**DECRETO Nº 1.884, DE 21 DE AGOSTO DE 2015.**

DECRETO Nº 1.884, DE 21 DE AGOSTO DE 2015.

REMANEJAMENTO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA DENTRO DA MESMA ATIVIDADE.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina,  
No uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orçamentária nº 4.153, de 16 de dezembro de 2014, resolve

**DECRETAR:**

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a remanejar o valor de R\$ 240.000,00 (duzentos e quarenta mil reais), na dotação orçamentária abaixo:

28.00 - SECRETARIA DE SEGURANÇA PUB. E DEF.CIDADÃO  
28.01 – SECRETARIA DE SEGURANÇA PUB. E DEF.CIDADÃO  
2.147 - Segurança e Operacionalização do Trânsito R\$ 240.000,00

**SUPLEMENTA**

175 3.3.90.00.00.00.00.00.1.120187 – Aplicações Diretas R\$ 154.000,00  
045 4.4.90.00.00.00.00.00.1.120187 – Aplicações Diretas R\$ 86.000,00

**ANULA**

117 3.1.90.00.00.00.00.00.1.120187 – Aplicações Diretas R\$ 240.000,00

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Palhoça, 21 de agosto de 2015.  
CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS  
Prefeito Municipal

**DECRETO Nº 1.886, DE 24 DE AGOSTO DE 2015.**

DECRETO Nº 1.886, DE 24 DE AGOSTO DE 2015.

SUPLEMENTA DOTAÇÃO PELO PROVÁVEL EXCESSO DE ARRECADAÇÃO.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina,  
No uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orçamentária nº 4.153, de 16 de dezembro de 2014, resolve

**DECRETAR:**

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a suplementar no valor de R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais), na dotação orçamentária abaixo:

13.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO 13.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO 2.041 - Função e Manutenção da Merenda Escolar R\$ 150.000,00  
030 3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.370152 - Aplicações Diretas R\$ 150.000,00

Art. 2º A suplementação que se refere o artigo 1º deste Decreto correrá por conta do provável excesso de arrecadação Fonte de Recursos 1.370152 – Merenda Escolar

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Palhoça, 24 de agosto de 2015.  
CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS  
Prefeito Municipal

**DECRETO Nº 1.887, DE 24 DE AGOSTO DE 2015.**

DECRETO Nº 1.887, DE 24 DE AGOSTO DE 2015.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL PELO PROVÁVEL EXCESSO DE ARRECADAÇÃO.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina,  
No uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orçamentária nº 4.153, de 16 de dezembro de 2014, resolve

**DECRETAR:**

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a abrir crédito adicional especial no valor de R\$ 520.000,00 (quinhentos e vinte mil reais), na dotação orçamentária abaixo:

13.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO 13.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO  
2.022 - Função e Manutenção da Educação Infantil R\$ 520.000,00  
563 3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.1360150 - Aplicações Diretas R\$ 520.000,00

Art. 2º A suplementação que se refere o artigo 1º deste Decreto correrá por conta do Excesso de Arrecadação Fonte de Recursos 0.1360150 – Salário Educação.

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Palhoça, 24 de agosto de 2015.  
CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº. 2564/2015.**

PORTARIA Nº. 2564/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

CONTRATAR PATRICIA DE ANDRADE, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 002/2014, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Magistério, na área de Ensino Fundamental, disciplina Artes, no (a) EB Reinaldo Weingartner, com carga horária de 25 (vinte e cinco) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento), Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 26/05/2015 a 30/07/2015, face ao impedimento da titular Eraci Koerich, que se encontra em LTS.

Palhoça, SC, em 10 de junho de 2015.  
CRISTINA SCHWINDEN  
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 2565/2015.**

PORTARIA Nº. 2565/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO MARIVETE FERREIRA DE MACEDO, de acordo com a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, Lei nº. 2508/2008 e Processo Seletivo Edital nº. 003/2014, para ocupar o cargo de Merendeira, com 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal do CEI Voo Livre da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, pelo período de 01/06/2015 a 18/09/2015, face ao impedimento da titular Luciana L. Martins, que se encontra em LTS.

Palhoça, SC, em 10 de junho de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN  
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 2566/2015.**

PORTARIA Nº. 2566/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

CONCEDER ESTABILIDADE para NELSON FERREIRA ROCHA NETO, titular do cargo de Técnico em Informática, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Administração, da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com o Artigo 53 da Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2011, com efeito a contar de dezembro de 2014.

Palhoça, SC, em 10 de junho de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN  
Secretária de Administração

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 2567/2015.**

PORTARIA Nº. 2567/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

NOMEAR POR CONCURSO SONIA DA COSTA VILAÇA, para ocupar o cargo da categoria funcional de Assistente Técnico Pedagógico, com carga horária de 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da Escola Básica Professora Adriana Weingartner, da Secretaria de Educação da Administração Direta desta Prefeitura, admitido através de Concurso Público Edital nº. 002/2012, homologado em 21/05/2013, conforme a Lei nº. 097, de 15 de dezembro de 2010, com efeitos a contar de 22/06/2015.

Palhoça, SC, em 10 de junho de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN  
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 2568/2015.**

PORTARIA Nº. 2568/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

CONTRATAR TAIS DE LIMA FRANÇA, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 002/2014, no cargo de Professor (ACT), Não Habilitado sem Magistério, na área de Ensino Fundamental, disciplina Anos Iniciais, no (a) EB Reinaldo Weingartner, com carga horária de 20 (vinte) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento), Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 22/05/2015 a 18/12/2015. Atendimento Domiciliar.

Palhoça, SC, em 10 de junho de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN  
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 2569/2015.**

PORTARIA Nº. 2569/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

CONTRATAR SUSIANE DE QUADROS, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 002/2014, no cargo de Professor (ACT), Não Habilitado com Graduação, na área de Ensino Fundamental, disciplina Artes, no (a) ER Daniel Carlos Weingartner, com carga horária de 10 (dez) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento) e de 20% (vinte por cento), de hora atividade, Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 26/05/2015 a 18/12/2015.

Palhoça, SC, em 10 de junho de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN  
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação



MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 2570/2015.**

PORTARIA Nº. 2570/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para TEREZINHA MARIA DA SILVA, matrícula nº. 801533-2, titular do cargo de Agente de Serviços Operacionais, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2011, referente ao quinquênio de 10/05/2010 a 10/05/2015, por 01 (um) mês, com efeitos a contar de 22/06/2015 à 22/07/2015.

Palhoça, SC, em 10 de junho de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN  
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 2571/2015.**

PORTARIA Nº. 2571/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para LUCIANA ALICE FRANCISCO, matrícula nº. 124313-1, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 192 da Lei 097/2011, referente ao quinquênio de 01/06/2008 a 01/06/2013, por 02 (dois) meses, com efeitos a contar de 04/08/2015 à 04/10/2015.

Palhoça, SC, em 10 de junho de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN  
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 2572/2015.**

PORTARIA Nº. 2572/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para TANIA SOARES, matrícula nº. 127362-1, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 192 da Lei 097/2011, referente ao quinquênio de 17/04/2008 a 17/04/2013, por 01 (um) mês, com efeitos a contar de 19/06/2015 à 19/07/2015.

Palhoça, SC, em 10 de junho de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN  
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 2573/2015.**

PORTARIA Nº. 2573/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

**RESOLVE:**

PRORROGAR a Portaria 2407 de 01 de junho de 2015, que Contratou por Tempo Determinado a servidora FATIMA FREITAS DE ANDRADE COSTA, no cargo de Professor (ACT), do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, pelo período de 26/05/2015 a 01/06/2015.

Palhoça, SC, em 10 de junho de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN  
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 2574/2015.**

PORTARIA Nº. 2574/2015.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

EXONERAR GESSICA GONÇALVES CORTES, titular do cargo de Merendeira, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 01/06/2015, face ao término da Licença Médica.

Palhoça, SC, em 10 de junho de 2015.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS  
Prefeito Municipal

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 2575/2015.**

PORTARIA Nº. 2575/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO GRAZIELA HAMES ALEXANDRE, de acordo com a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, Lei nº. 2508/2008 e Processo Seletivo Edital nº. 003/2014, para ocupar o cargo de Merendeira, com 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da EB Reinaldo Weingartner da Secretaria de Educação, da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 07/05/2015 a 18/12/2015.

Palhoça, SC, em 10 de junho de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF

Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 2576/2015.**

PORTARIA Nº. 2576/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO CELIA DA ROSA, de acordo com a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, Lei nº. 2508/2008 e Processo Seletivo Edital nº. 003/2014, para ocupar o cargo de Merendeira, com 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal do CEI Voo Livre da Secretaria de Educação, da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 21/05/2015 a 17/07/2015, face ao impedimento da titular Janaina Aparecida da Silva, que se encontra em readaptação.

Palhoça, SC, em 10 de junho de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF

Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 2577/2015.**

PORTARIA Nº. 2577/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO LECI PRIM, de acordo com a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, Lei nº. 2508/2008 e Processo Seletivo Edital nº. 003/2014, para ocupar o cargo de Merendeira, com 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal do CEI Nova Esperança da Secretaria de Educação, da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 29/05/2015 a 21/06/2015, face ao impedimento da titular Nazaré Knaul A. Schurhaus, que se encontra em LTS.

Palhoça, SC, em 10 de junho de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF

Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 2578/2015.**

PORTARIA Nº. 2578/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO ZENILDA RIBEIRO, de acordo com a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, Lei nº. 2508/2008 e Processo Seletivo Edital nº. 003/2014, para ocupar o cargo de Merendeira, com 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal do CEI Nova Esperança da Secretaria de Educação, da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 25/05/2015 a 21/07/2015, face ao impedimento da titular Larissa Santana, que se encontra em LTS.

Palhoça, SC, em 10 de junho de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF

Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 2579/2015.**

PORTARIA Nº. 2579/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO JULIANA APARECIDA GARCIA, de acordo com a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, Lei nº. 2508/2008 e Processo Seletivo Edital nº. 003/2014, para ocupar o cargo de ASO, com 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal do CEI Padre Réus da Secretaria de Educação, da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 19/05/2015 a 17/08/2015, face ao impedimento da titular Irene F. Novak Galvan, que se encontra em readaptação.

Palhoça, SC, em 10 de junho de 2015.  
CRISTINA SCHWINDEN  
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 2580/2015.**

PORTARIA Nº. 2580/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para TATIANE MARIANO, matrícula nº. 801207-1, titular do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, do Quadro de Pessoal da Secretaria da Assistência Social, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2011, referente ao quinquênio de 01/06/2010 a 01/06/2015, por 03 (três) meses, a com efeitos a contar de 15/06/2015 à 15/09/2015.

Palhoça, SC, em 10 de junho de 2015.  
CRISTINA SCHWINDEN  
Secretária de Administração

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 2581/2015.**

PORTARIA Nº. 2581/2015.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

EXONERAR VALQUIRIA DORVALINA DA SILVA PEREIRA, titular do cargo de Merendeira, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 15/06/2015.

Palhoça, SC, em 10 de junho de 2015.  
CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS  
Prefeito Municipal

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 2582/2015.**

PORTARIA Nº. 2582/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

EXONERAR A PEDIDO de acordo com o Artigo 110, da Lei nº. 097 de 15 de dezembro de 2010, FRANCIELLE APARECIDA AMÉRICO, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 17/06/2015.

Palhoça, SC, em 10 de junho de 2015.  
CRISTINA SCHWINDEN  
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 2583/2015.**

PORTARIA Nº. 2583/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

EXONERAR A PEDIDO de acordo com o Artigo 110, da Lei nº. 097 de 15 de dezembro de 2010, MHENNIX BATISTA MARTINS, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 03/06/2015.

Palhoça, SC, em 10 de junho de 2015.  
CRISTINA SCHWINDEN  
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 2584/2015.**

PORTARIA Nº. 2584/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

**RESOLVE:**

PRORROGAR a Portaria 1800 de 10 de abril de 2015, que Contratou por Tempo Determinado a servidora MARIA APARECIDA KURAK DA SILVA, no cargo de Merendeira (ACT), do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, pelo período de 06/06/2015 a 01/09/2015.

Palhoça, SC, em 10 de junho de 2015.  
CRISTINA SCHWINDEN  
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 2585/2015.**  
PORTARIA Nº. 2585/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

NOMEAR POR CONCURSO DICIANE BOTELHO ROCHA, para ocupar o cargo da categoria funcional de Assistente de Educação, com carga horária de 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da Escola Básica Abílio Manoel de Abreu da Secretaria de Educação da Administração Direta desta Prefeitura, admitido através de Concurso Público Edital nº. 002/2012, homologado em 21/05/2013, conforme a Lei nº. 097, de 15 de dezembro de 2010, com efeitos a contar de 01/07/2015.

Palhoça, SC, em 15 de junho de 2015.  
CRISTINA SCHWINDEN  
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 2586/2015.**  
PORTARIA Nº. 2585/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

NOMEAR POR CONCURSO DICIANE BOTELHO ROCHA, para ocupar o cargo da categoria funcional de Assistente de Educação, com carga horária de 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da Escola Básica Abílio Manoel de Abreu da Secretaria de Educação da Administração Direta desta Prefeitura, admitido através de Concurso Público Edital nº. 002/2012, homologado em 21/05/2013, conforme a Lei nº. 097, de 15 de dezembro de 2010, com efeitos a contar de 01/07/2015.

Palhoça, SC, em 15 de junho de 2015.  
CRISTINA SCHWINDEN  
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 2587/2015.**  
PORTARIA Nº. 2587/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

**RESOLVE:**

PRORROGAR a Portaria 2422 de 01 de junho de 2015, que Contratou por Tempo Determinado a servidora FERNANDA DE ASSUNÇÃO, no cargo de Merendeira (ACT), do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, pelo período de 12/06/2015 a 18/07/2015.

Palhoça, SC, em 15 de junho de 2015.  
CRISTINA SCHWINDEN  
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 2588/2015.**  
PORTARIA Nº. 2588/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

**RESOLVE:**

PRORROGAR a Portaria 2005 de 15 de abril de 2015, que Contratou por Tempo Determinado a servidora JANE CONCEIÇÃO DA SILVEIRA SOARES, no cargo de Professor (ACT), do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, pelo período de 16/06/2015 a 28/06/2015.

Palhoça, SC, em 15 de junho de 2015.  
CRISTINA SCHWINDEN  
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 2589/2015.**  
PORTARIA Nº. 2589/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

**RESOLVE:**

PRORROGAR a Portaria 1206 de 02 de março de 2015, que Contratou por Tempo Determinado a servidora AMANDA FONSECA, no cargo de Professor (ACT), do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, pelo período de 29/09/2015 a 27/11/2015.



Palhoça, SC, em 15 de junho de 2015.  
CRISTINA SCHWINDEN  
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 2590/2015.**

PORTARIA Nº. 2590/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

CONCEDER GRATIFICAÇÃO POR ATIVIDADE ESPECIAL DO MAGISTÉRIO para FERNANDA PEREIRA DA SILVA, titular do cargo de Assistente de Educação, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta, com efeitos a contar de 15/06/2015.

Palhoça, SC, em 15 de junho de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN  
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 2591/2015.**

PORTARIA Nº. 2591/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para GIRLANE DA SILVA LIMA, matrícula nº. 123968-1, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 192 da Lei 097/2011, referente ao quinquênio de 07/02/2007 a 07/02/2012, por 01 (um) mês, com efeitos a contar de 02/09/2015 à 02/10/2015.

Palhoça, SC, em 15 de junho de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN  
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 2592/2015.**

PORTARIA Nº. 2592/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para CLEIDE MARIA DE SOUZA CAMPOS, matrícula nº. 127169-2, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 192 da Lei 097/2011, referente ao quinquênio de 19/03/1997 a 19/03/2002, por 01 (um) mês, com efeitos a contar de 29/06/2015 à 29/07/2015.

Palhoça, SC, em 15 de junho de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN  
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 2593/2015.**

PORTARIA Nº. 2593/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

AUTORIZAR o servidor abaixo relacionado, a dirigir veículos da Prefeitura Municipal de Palhoça da Administração Direta Desta Prefeitura.

SERVIDOR	CNH
Cibele Branger	805932638
Elaine Cristina Medeiros	977680707

Palhoça, SC, em 15 de junho de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN  
Secretária de Administração

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 2594/2015.**

PORTARIA Nº. 2594/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

EXONERAR DA FUNÇÃO GRATIFICADA, a servidora NELI MARIA SCHUTZ DA SILVA, de Pregoeiro, Nível FG I, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com a Lei Complementar nº. 149, de 26 de novembro de 2013 e Lei Complementar nº 183 de 11 de fevereiro de 2015, a contar de 01/06/2015.

Palhoça, SC, em 15 de junho de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN  
Secretária de Administração

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 2595/2015.**

PORTARIA Nº. 2595/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

DESIGNAR PARA EXERCER FUNÇÃO GRATIFICADA, a servidora VANDERLEIA DE FÁTIMA ROSSI, de Pregoeiro, Nível FG I, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com a Lei Complementar nº. 149, de 26 de novembro de 2013 e Lei Complementar nº 183 de 11 de fevereiro de 2015, a contar de 01/06/2015.

Palhoça, SC, em 15 de junho de 2015.  
CRISTINA SCHWINDEN  
Secretária de Administração

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 2596/2015.**

PORTARIA Nº. 2596/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

ALTERAR LOCAL DE TRABALHO do (a) servidor (a) FERNANDA DE ASSUNÇÃO, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação da Administração Direta desta Prefeitura, para o CEI Padre Réus.

Palhoça, SC, em 15 de junho de 2015.  
CRISTINA SCHWINDEN  
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 2597/2015.**

PORTARIA Nº. 2597/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

ALTERAR LOCAL DE TRABALHO do (a) servidor (a) MARLENE CAETANA LAURENTINA, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação da Administração Direta desta Prefeitura, para a ER Isabel Botelho de Paulo.

Palhoça, SC, em 15 de junho de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN  
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 2598/2015.**

PORTARIA Nº. 2598/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

CONTRATAR LIZIANE DE ABREU RODRIGUES LARRAZA, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 002/2014, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Graduação, na área de Ensino Infantil, disciplina Educação Infantil, no (a) CEI Padre Réus, com carga horária de 30 (trinta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento) e de 20% (vinte por cento), de hora atividade, Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 04/05/2015 a 01/07/2015, face ao impedimento da titular Paula Coelho Pierri, que se encontra em LTS.

Palhoça, SC, em 15 de junho de 2015.  
CRISTINA SCHWINDEN  
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 2599/2015.**

PORTARIA Nº. 2599/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

CONTRATAR GEISIEL ARLETO DOS SANTOS, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 002/2014, no cargo de Professor (ACT), Não Habilitado com Graduação, na área de Ensino Fundamental, disciplina Educação Física, no (a) EB Francisca Raimunda Farias da Costa, na EJA- Educação de Jovens e Adultos com carga horária de 15 (quinze) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento) e de 20% (vinte por cento), de hora atividade, Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 22/05/2015 a 21/06/2015, face ao impedimento da titular Tânia Soares, que se encontra em LTS.

Palhoça, SC, em 10 de junho de 2015.  
CRISTINA SCHWINDEN  
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 2600/2015.**

PORTARIA Nº. 2600/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

CONTRATAR GISELE MARIA DA SILVA, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 002/2014, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Graduação, na área de Ensino Fundamental, disciplina Anos Iniciais, no (a) GE Maria Luzia de Souza, com carga horária de 20 (vinte) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento), Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 11/05/2015 a 18/12/2015, face ao impedimento da titular Roseli M dos Santos Pedro, que se encontra em na Direção da Escola.

Palhoça, SC, em 15 de junho de 2015.  
CRISTINA SCHWINDEN  
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 2602/2015.**

PORTARIA Nº. 2602/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

CONTRATAR JESSICA CRISTINE PEREIRA, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 002/2014, no cargo de Professor (ACT), Não Habilitado sem Magistério, na área de Ensino Fundamental, disciplina Educação Física, no (a) Escola Básica Nossa Senhora de Fátima, com carga horária de 40 (quarenta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento), Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 25/05/2015 a 25/07/2015, face ao impedimento da titular Maria do Carmo Raupp da Rosa, que se encontra em LP.

Palhoça, SC, em 15 de junho de 2015.  
CRISTINA SCHWINDEN  
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 2603/2015.**

PORTARIA Nº. 2603/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

CONTRATAR CARIM CRISTIANE MATTOS DA SILVA, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 002/2014, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Magistério, na área de Ensino Fundamental, disciplina Anos Iniciais, no (a) EB Frei Damião, com carga horária de 20 (vinte) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento), Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 12/05/2015 a 18/12/2015.

Palhoça, SC, em 15 de junho de 2015.  
CRISTINA SCHWINDEN  
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 2604/2015.**

PORTARIA Nº. 2604/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

CONTRATAR PAOLA OLIVEIRA DA LUZ, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 002/2014, no cargo de Professor (ACT), Não Habilitado sem Magistério, na área de Ensino Fundamental, disciplina Anos Iniciais – Apoio Pedagógico, no (a) EB Frei Damião, com carga horária de 20 (vinte) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento), Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 12/05/2015 a 18/12/2015.

Palhoça, SC, em 15 de junho de 2015.  
CRISTINA SCHWINDEN  
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Geral



**PORTARIA Nº. 2605/2015.**

PORTARIA Nº. 2605/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

AUTORIZAR o servidor abaixo relacionado, a dirigir veículos da Prefeitura Municipal de Palhoça da Administração Direta Desta Prefeitura.

SERVIDOR	CNH
Tarcisio da Silva Moreira	527566519

Palhoça, SC, em 15 de junho de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 2606/2015.**

PORTARIA Nº. 2606/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

EXONERAR A PEDIDO de acordo com o Artigo 110, da Lei nº. 097 de 15 de dezembro de 2010, JULIETA MOREIRA SIMÕES LAUTERT, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 15/06/2015.

Palhoça, SC, em 15 de junho de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF

Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 2607/2015.**

PORTARIA Nº. 2607/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

CONCEDER AGREGAÇÃO PARA CONCLUSÃO DE CURSOS REGULARES, para os servidores abaixo relacionados de acordo com o Inciso I e II, do Artigo nº. 290, da Lei nº. 096 de 15 de dezembro de 2010, conceder progressão aos servidores relacionados, com efeitos a contar da data abaixo.

Matricula	Nome	Curso	Percentual	A partir de
3745165-1	Anelise Cristina W. Bigaton	Pós Graduação	15%	26/05/2015
401368-1	Priscila Zapelini Mendes	Graduação	15%	02/03/2015

Palhoça, SC, em 15 de junho de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 2608/2015.**

PORTARIA Nº. 2608/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

**RESOLVE:**

PRORROGAR a Portaria 1715 de 01 de abril de 2015, que Contratou por Tempo Determinado a servidora JOICE CRISTIANE DA ROSA, no cargo de Professor (ACT), do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, pelo período de 16/06/2015 a 07/07/2015.

Palhoça, SC, em 15 de junho de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF

Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 2609/2015.**

PORTARIA Nº. 2609/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

EXONERAR A PEDIDO LEONARDO CAMPOS GOMES, titular do cargo de Médico, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 30/06/2015.

Palhoça, SC, em 15 de junho de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração

ROSINEI DE SOUZA HORÁCIO

Secretário de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 2610/2015.**

PORTARIA Nº. 2610/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

CONCEDER GRATIFICAÇÃO POR ATIVIDADE ESPECIAL DO MAGISTERIO para ANA PAULA MAYER BOTELHO, titular do cargo de Assistente de Educação, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta, com efeitos a contar de 15/06/2015.

Palhoça, SC, em 15 de junho de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF

Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 2611/2015.**

PORTARIA Nº. 2611/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

CONCEDER GRATIFICAÇÃO POR ATIVIDADE ESPECIAL DO MAGISTERIO para ANDRE PAMPLONA GOULART, titular do cargo de Assistente Técnico Pedagógico, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta, com efeitos a contar de 15/06/2015.

Palhoça, SC, em 15 de junho de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF

Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 2612/2015.**

PORTARIA Nº. 2612/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para JOÃO CELIO GARCIA, matrícula nº. 500015-1, titular do cargo de Fiscal de Tributos, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Receita, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2011, referente ao quinquênio de 01/06/2003 a 01/06/2008, por 01 (um) mês, a com efeitos a contar

de 24/06/2015 à 24/07/2015.

Palhoça, SC, em 15 de junho de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 2613/2015.**

PORTARIA Nº. 2613/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

CONCEDER HORA ATIVIDADE de 20% (vinte por cento), de acordo com o § 1º, II Lei nº. 2.559 de 19 de abril de 2007, para o (a) servidor (a) PATRICIA DE ANDRADE, ocupante da categoria funcional de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta, a contar de 01/06/2015.

Palhoça, SC, em 15 de junho de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF

Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 2614/2015.**

PORTARIA Nº. 2614/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

ALTERAR CARGA HORÁRIA TEMPORÁRIA de conformidade com o Artigo 189, da Lei nº. 097, de 15 de dezembro de 2010, dos servidores, abaixo relacionados, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação da Administração Direta desta Prefeitura.

Nome	De	Para	Pelo Período de
Alessandra Campos de Almeida	15	30	15/06/2015 a 18/12/2015
Andrei Alfredo da Silva	20	40	09/06/2015 a 23/06/2015
Ângelo Correa da Silva	25	40	17/06/2015 a 03/08/2015
Karina Derossi	25	30	09/06/2015 a 03/08/2015

Palhoça, SC, em 15 de junho de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF

Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 2615/2015.**

PORTARIA Nº. 2615/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

Art. 1º. Conceder Gratificação de Produtividade dos funcionários conforme anexo I. Integrante do Quadro de Pessoal da Administração Direta.

Art. 2º. Alterar Gratificação de Produtividade dos funcionários conforme anexo II. Integrante do Quadro de Pessoal da Administração Direta.

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor com efeitos a contar de 01 de junho de 2015.

**ANEXO I**

MATRICULA	SERVIDOR	VALOR
801612-4	Ângela dos Santos Oliveira	R\$ 300,00
300149-2	Neli Maria Schutz da Silva	R\$ 1000,00
500116-1	Patrício Otavio da Silva	R\$ 500,00
500054-1	Augustinho Coelho	R\$ 200,00

**ANEXO I**

MATRICULA	SERVIDOR	DE	PARA
500130-1	Ademar Aldo de Quadros	R\$ 600,00	R\$ 800,00
500231-2	Amarildo Ricardo Lopes	R\$ 600,00	R\$ 800,00
500243-1	Edinei Donizete Martins	R\$ 600,00	R\$ 800,00
500072-1	Florisvaldo Martins	R\$ 600,00	R\$ 800,00
500462-2	Jose Demetrio	R\$ 600,00	R\$ 800,00
501131-4	Luciano Freitas	R\$ 600,00	R\$ 800,00
500226-2	Luiz Carlos Machado	R\$ 600,00	R\$ 800,00
500375-2	Marco Aurélio da Rosa	R\$ 600,00	R\$ 800,00
500338-3	Odilon Maurílio dos Santos	R\$ 600,00	R\$ 800,00
500455-1	Paulo Cezar dos Santos	R\$ 600,00	R\$ 800,00
500288-3	Pedro Paulo de Souza Junior	R\$ 600,00	R\$ 800,00
401810-2	Salezio Azevedo	R\$ 600,00	R\$ 800,00
400063-1	Sandro Sell	R\$ 600,00	R\$ 800,00
500342-2	Silvio Osvaldo Martins	R\$ 600,00	R\$ 800,00
500275-2	Valter da Silveira	R\$ 600,00	R\$ 800,00

Palhoça, SC, em 15 de junho de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 2616/2015.**

PORTARIA Nº. 2616/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para LUCIANA NILZA NAU, matrícula nº. 801851-3, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 192 da Lei 097/2011, referente ao quinquênio de 21/11/2007 a 21/11/2012, por 03 (três) meses, com efeitos a contar de 03/08/2015 à 03/11/2015.

Palhoça, SC, em 15 de junho de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF

Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 2617/2015.**

PORTARIA Nº. 2617/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

Art. 1º. Cessar Gratificação de Produtividade dos funcionários conforme anexo I. Integrante do Quadro de Pessoal da Administração Direta.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor com efeitos a contar de 15 de maio de 2015.

**ANEXO I**

MATRICULA	SERVIDOR	VALOR
125625-1	Leni da Silva	R\$ 700,00

Palhoça, SC, em 15 de junho de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 2619/2015.**

PORTARIA Nº. 2619/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedida pela Junta Médica Oficial do Município, para avaliar capacidade laborativa conclui por:

Conceder Readaptação Funcional de acordo com os Artigos 63,64,65,66,67,68 e 69 da Lei nº. 097/2010 de 15/12/2010, a servidora ELIANE BERRETA, matrícula nº. 800712-1 titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura. Pelo período de 180 (cento e oitenta) dias, a contar de 15/06/2015, de acordo com às folhas 12.

Palhoça, SC, em 15 de junho de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN  
Secretária de AdministraçãoSHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de EducaçãoMICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Geral**PORTARIA Nº. 2620/2015.**

PORTARIA Nº. 2620/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

**RESOLVE:**

PRORROGAR a Portaria 2439 de 04 de julho de 2014, que Contratou por Tempo Determinado o servidor EUGENIO JOSE SANTANA, titular do cargo de Técnico em Enfermagem, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde, da Administração Direta desta Prefeitura, pelo período de 12/07/2015 a 12/07/2016.

Palhoça, SC, em 15 de junho de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN  
Secretária de AdministraçãoROSINEI DE SOUZA HORÁCIO  
Secretário de SaúdeMICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Geral**PORTARIA Nº. 2621/2015.**

PORTARIA Nº. 2621/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para TARCILLA MARCONDES QUINT, matrícula nº. 801534-2, titular do cargo de Agente de Serviços Operacionais, do Quadro de Pessoal da Secretaria da Assistência Social, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2011, referente ao quinquênio de 08/03/2010 a 08/03/2015, por 01 (um) mês, a com efeitos a contar de 06/07/2015 à 06/08/2015.

Palhoça, SC, em 15 de junho de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN  
Secretária de AdministraçãoMICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Geral**PORTARIA Nº. 2622/2015.**

PORTARIA Nº. 2622/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

CONCEDER GRATIFICAÇÃO POR ATIVIDADE ESPECIAL DO MAGISTERIO para MICHELE CRISTINA DA ROSA, titular do cargo de Assistente de Educação, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta, com efeitos a contar de 15/06/2015.

Palhoça, SC, em 15 de junho de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN  
Secretária de AdministraçãoSHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de EducaçãoMICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Geral**PORTARIA Nº. 2623/2015.**

PORTARIA Nº. 2623/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

**RESOLVE:**

PRORROGAR a Portaria 2038 de 30 de abril de 2015, que Contratou por Tempo Determinado a servidora OFRASIA NIUZA MARQUES, no cargo de Merendeira (ACT), do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, pelo período de 12/05/2015 a 18/12/2015.

Palhoça, SC, em 15 de junho de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN  
Secretária de AdministraçãoSHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de EducaçãoMICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 2624/2015.**

PORTARIA Nº. 2624/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

CONCEDER HORA ATIVIDADE de 20% (vinte por cento), de acordo com o § 1º, II Lei nº. 2.559 de 19 de abril de 2007, para o (a) servidor (a) ELAINE CRISTINA CHITZ ANTUNES, ocupante da categoria funcional de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta, a contar de 27/03/2015.

Palhoça, SC, em 15 de junho de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF

Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 2625/2015.**

PORTARIA Nº. 2625/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

**RESOLVE:**

PRORROGAR a Portaria 2038 de 30 de abril de 2015, que Contratou por Tempo Determinado a servidora DAIANE REGINA DE SOUZA SOARES, no cargo de Professor (ACT), do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, pelo período de 26/06/2015 a 18/07/2015.

Palhoça, SC, em 15 de junho de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF

Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 2626/2015.**

PORTARIA Nº. 2626/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

REMOVER NO INTERESSE DO SERVIÇO PÚBLICO o servidor CARLOS FELIPE DALL OLIVA DE SOUZA, Matrícula nº. 300445-1, ocupante da categoria funcional de Administrador, removido para a Secretaria de Serviços Públicos, do Quadro de Pessoal da Administração Direta Desta Prefeitura de acordo com o Artigo 90 da Lei nº.

096, de 15 de dezembro de 2010.

Palhoça, SC, em 15 de junho de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 2627/2015.**

PORTARIA Nº. 2627/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

EXONERAR A PEDIDO HELLEN BRACHT DA SILVA, titular do cargo de Farmacêutico, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 18/06/2015.

Palhoça, SC, em 15 de junho de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração

ROSINEI DE SOUZA HORÁCIO

Secretário de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 2628/2015.**

PORTARIA Nº. 2628/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

ALTERAR LOCAL DE TRABALHO do (a) servidor (a) OFRASIA NIUZA MARQUES, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação da Administração Direta desta Prefeitura, para o GE Maria Luiza de Souza.

Palhoça, SC, em 15 de junho de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF

Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral



**PORTARIA Nº. 2629/2015.**

PORTARIA Nº. 2629/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO ELIZABETE DA FONSECA MACHADO, de acordo com a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, Lei nº. 2508/2008 e Processo Seletivo Edital nº. 003/2014, para ocupar o cargo de ASO, com 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da Faculdade Municipal de Palhoça, da Administração Indireta Desta Prefeitura, pelo período de 22/06/2015 a 31/12/2015.

Palhoça, SC, em 15 de junho de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF

Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 2630/2015.**

PORTARIA Nº. 2630/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

**RESOLVE:**

PRORROGAR a Portaria 2023 de 30 de abril de 2015, que Contratou por Tempo Determinado a servidora ANA CLAUDIA RODRIGUES, no cargo de Merendeira (ACT), do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, pelo período de 18/06/2015 a 17/07/2015.

Palhoça, SC, em 15 de junho de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF

Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 2631/2015.**

PORTARIA Nº. 2631/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

AVERBAR TEMPO DE SERVIÇO do (a) servidor (a) ERNANDE JOÃO MIGUEL, matrícula nº. 300224-2, ocupante da categoria funcional

de ASO, lotado (a) na Secretaria de Educação, de acordo com artigo 180, 181 e 182, da Lei nº. 096/2010, com efeitos a contar de 10/06/2015.

Averbar tempo que contribuiu pelo INSS, totalizando 11 (onze) anos, 09 (nove) meses e 22 (vinte e dois) dias.

Palhoça, SC, em 22 de junho de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF

Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 2632/2015.**

PORTARIA Nº. 2632/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para MARLENE SCHUTZ SOUZA, matrícula nº. 200039-1, titular do cargo de Assistente Administrativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Receita, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2011, referente ao quinquênio de 01/09/2002 a 01/09/2007, por 01 (um) mês, a com efeitos a contar de 06/07/2015 à 06/08/2015.

Palhoça, SC, em 22 de junho de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 2633/2015.**

PORTARIA Nº. 2633/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

RETIFICAR a Portaria 2494 de 14 de julho de 2014, que Contratou por Tempo Determinado o servidor NEOMAR NARCISO BORGES CESAR JUNIOR, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura, referente ao período que deveria ser 20/06/2015 a 01/07/2015, e não como consta na referida portaria.

Palhoça, SC, em 22 de junho de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração e Serviços Compartilhados

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 2635/2015.**

PORTARIA Nº. 2635/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

CONCEDER LICENÇA PARA TRATAR ATENDER O EXCEPCIONAL para a servidora VIVIANE CRISTINA DO NASCIMENTO JOCHEM, titular do cargo de ASO, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 189 da Lei 097, de 15 de dezembro de 2010 e Processo nº. 1136/2014, pelo período de 12 (doze) meses, com efeitos a contar de 05/05/2015.

Palhoça, SC, em 22 de junho de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN  
Secretária de Administração

ROSINEI DE SOUZA HORÁCIO  
Secretário de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 2636/2015.**

PORTARIA Nº. 2636/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

CONCEDER ESTABILIDADE para LENI TEREZINHA DA CRUZ, titular do cargo de Técnico em Enfermagem, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde, da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com o Artigo 53 da Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2011, com efeito a contar de fevereiro de 2015.

Palhoça, SC, em 22 de junho de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN  
Secretária de Administração

ROSINEI DE SOUZA HORÁCIO  
Secretário de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 2637/2015.**

PORTARIA Nº. 2637/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

EXONERAR A PEDIDO de acordo com o Artigo 110, da Lei nº. 097 de 15 de dezembro de 2010, DEYSE GONÇALVES, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 01/07/2015.

Palhoça, SC, em 22 de junho de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN  
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Geral



**PORTARIA Nº. 2638/2015.**

PORTARIA Nº. 2638/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

**RESOLVE:**

CONCEDER PROGRESSÃO FUNCIONAL VERTICAL – para os servidores abaixo relacionados com fundamento no Artigo 292, 293 e 297 da Lei nº. 096 de 15 de dezembro de 2010, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar da data abaixo.

Matricula	Nome	Cargo	Nível		A partir de:
			De:	Para	
200309-1	Angela Eger Cordeiro	Assiste Administrativo	1-17-1-A - ANM	1-17-2-A - ANM	14/05/2015
800805-1	Bianca Zacchi de Lima	Fonoaudióloga	1-118-3B-C- ANS	1-118-3C-C- ANS	28/05/2015
401530-1	Dulce Sperber	ACS	1-143-1-A - ACS	1-143-2-A - ACS	30/04/2015
500006-1	Edson Eugenio da Silva	Fiscal de Tributos	1-147-2-E - ANMF	1-147-3-E - ANMF	08/05/2015
190068-41	Eliane Mara Dransfeld	Psicóloga	1-118-2A-D- ANS	1-118-2B-D- ANS	06/05/2015
600012-1	Estefano Hugo Broering Neto	Fiscal de Tributos	1-147-2-E - ANMF	1-147-3-E - ANMF	07/05/2015
401537-1	Fernando Schneider	Enfermeiro	1-136-1A-A - ESF-E	1-136-2A-A - ESF-E	18/11/2014
401176-1	Isis Marques de Souza	Enfermeiro	1-136-1A-A - ESF-E	1-136-2A-A - ESF-E	29/04/2015
300498-6	Jane das Dores da Silva	Assiste Administrativo	1-17-1-A - ANM	1-17-2-A - ANM	04/05/2015
401449-1	Jonas Burga Junior	Socorrista	1-5-1-A – ANT	1-5-2-A – ANT	29/05/2015
500221-1	Luciana Botelho	Fiscal de Obras	1-147-2-E - ANMF	1-147-3-E - ANMF	26/05/2015
401101-1	Michel Maycon de Souza Silveira	Enfermeiro	1-136-1A-A - ESF-E	1-136-2A-A - ESF-E	14/04/2015
300161-2	Mirella Pamplona Zacchi Coelho	Assistente Administrativo	1-17-2-E - ANM	1-17-3-E - ANM	13/05/2015
802256-2	Ninon Rose Ap. Vanini Boker	Merendeira	1-9-1-A - ANF - B	1-9-2-A - ANF - B	18/05/2015
300070-1	Rosimeri Hilda Coelho	Agente Administrativo Auxiliar	1-8-1-D – ANF-A	1-8-2-D – ANF-A	29/05/2015
801534-2	Tarcylla Marcondes Quint	ASO	1-9-1-B - ANF - B	1-9-2-B - ANF - B	29/04/2015

Palhoça, SC, em 22 de junho de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 2639/2015.**

PORTARIA Nº. 2639/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para DESDETE ENAIR DE MENEZES, matrícula nº. 800305-2, titular do cargo de ASG, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Administração, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2011, referente ao quinquênio de 19/04/2004 a 19/04/2009, por 01 (um) mês, com efeitos a contar de 29/06/2015 à 29/07/2015.

Palhoça, SC, em 22 de junho de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 2640/2015.**

PORTARIA Nº. 2640/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

**RESOLVE:**

PRORROGAR a Portaria 1743 de 10 de abril de 2015, que Contratou por Tempo Determinado a servidora JUCIELI MARTINS SCHAFFER THIESEN, no cargo de Professor (ACT), do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, pelo período de 17/07/2015 a 18/12/2015.

Palhoça, SC, em 22 de junho de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF

Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 2641/2015.**

PORTARIA Nº. 2641/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

ALTERAR CARGA HORÁRIA TEMPORÁRIA de conformidade com o Artigo 189, da Lei nº. 097, de 15 de dezembro de 2010, dos servidores, abaixo relacionados, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação da Administração Direta desta Prefeitura.

Nome	De	Para	Pelo Período de
Bianca Batista da Silva	20	40	17/06/2015 a 15/08/2015

Palhoça, SC, em 22 de junho de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF

Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 2642/2015.**

PORTARIA Nº. 2642/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

CESSAR REGÊNCIA DE CLASSE para SARA FABIANA FONSECA BORBA, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta, a contar de 01/07/2015.

Palhoça, SC, em 22 de junho de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF

Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 2643/2015.**

PORTARIA Nº. 2643/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

CONCEDER ESTABILIDADE para NELSA HELENA MAYER, titular do cargo de ASO, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com o Artigo 53 da Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2011, com efeito a contar de maio de 2015.

Palhoça, SC, em 22 de junho de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF

Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 2644/2015.**

PORTARIA Nº. 2644/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

CONCEDER ESTABILIDADE para CLEO JEFERSON DA SILVA, titular do cargo de ASO, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Administração, da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com o Artigo 53 da Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2011, com efeito a contar de dezembro de 2014.

Palhoça, SC, em 22 de junho de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 2645/2015.**

PORTARIA Nº. 2645/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para PATRICIA LIBERATO SILVA, matrícula nº. 800942-1, titular do cargo de ASO, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Receita, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2011, referente ao quinquênio de 31/03/2003 a 31/03/2008, por 01 (um) mês, a com efeitos a contar de 22/06/2015 à 22/07/2015.

Palhoça, SC, em 22 de junho de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 2646/2015.**

PORTARIA Nº. 2646/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

**RESOLVE:**

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para KATIA REGINA DA SILVA, matrícula nº. 300130-2, titular do cargo de ASO, do Quadro de Pessoal da Secretaria Saúde da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2011, referente ao quinquênio de 18/09/2004 a 18/09/2009, por 01 (um) mês, com efeitos a contar de 15/07/2015 à 15/08/2015.

Palhoça, SC, em 22 de junho de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração

ROSINEI DE SOUZA HORÁCIO

Secretário de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 2647/2015.**

PORTARIA Nº. 2647/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

**RESOLVE:**

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para MARYLAND FIGUEREDO DA SILVA, matrícula nº. 400251-1, titular do cargo de Auxiliar de Enfermagem, do Quadro de Pessoal da Secretaria Saúde da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2011, referente ao quinquênio de 30/12/2006 a 30/12/2011, por 01 (um) mês, com efeitos a contar de 15/07/2015 à 15/08/2015.

Palhoça, SC, em 22 de junho de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração

ROSINEI DE SOUZA HORÁCIO

Secretário de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 2648/2015.**

PORTARIA Nº. 2648/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

Art. 1º. Conceder Produtividade de Diretor Escolar do funcionário conforme anexo I. Integrante do Quadro de Pessoal da Administração Direta.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor com efeitos a contar de 01 de julho de 2015.

**ANEXO I**

MATRICULA	NOME	VALOR	ESCOLA
802054-5	Sara Fabiana Fonseca Borba	R\$ 1000,00	Diretor CEI Padre Reus

Palhoça, SC, em 22 de junho de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF

Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 2649/2015.**

PORTARIA Nº. 2649/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

**RESOLVE:**

CONCEDER PROGRESSÃO FUNCIONAL VERTICAL – para os servidores abaixo relacionados com fundamento no Artigo 292, 293 e 297 da Lei nº. 096 de 15 de dezembro de 2010, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar da data abaixo.

Matricula	Nome	Cargo	Nível		A partir de:
			De:	Para	
100437-2	Daiane Edena Geib	Assistente Social	1-118-2A-A – ANS	1-118-2B-A – ANS	06/05/2015
401121-2	Deise de Oliveira	Técnico em Enfermagem	1-138-1-A - ANMS	1-138-2-A - ANMS	23/04/2015
500008-1	Emerson Martins	Fiscal de Tributos	1-147-2-E - ANMF	1-147-3-E - ANMF	15/05/2015
801610-1	Evanir Pedroso da Silva Pereira	ASO	1-9-1-A - ANF - B	1-9-2-A - ANF - B	19/05/2015
300499-4	Ezini de Fátima Gaspar	ASO	1-8-1-A – ANF-B	1-8-2-A – ANF-A	03/06/2015
401451-3	Luiz Ismael Junckes Pereira	Socorrista	1-5-1-A – ANT	1-5-2-A – ANT	13/03/2015
100412-1	Maria Aparecida da Silva Martins	Assistente Administrativo	1-17-1-A - ANM	1-17-2-A - ANM	09/03/2015
801005-2	Maria Eni Valente da Silva	ASO	1-9-2-C - ANF - B	1-9-3-C - ANF - B	13/05/2015
100426-1	Mavia Aparecida Maier	Assistente Social	1-118-2A-A - ANS	1-118-2B-A - ANS	07/04/2015
200060-1	Raquel Schmidt	Fiscal de Tributos	1-147-2-E - ANMF	1-147-3-E - ANMF	08/05/2015
300428-1	Renata Morfim da Silva	Assistente Administrativo	1-17-1-A - ANM	1-17-2-A - ANM	08/06/2015
300075-1	Simone Maria da Conceição	Agente Administrativo Auxiliar	1-8-2-F - ANF- A	1-8-3-F - ANF- A	19/05/2015
800917-1	Tânia Albertina de M. Schaimann	Merendeira	1-9-2-C - ANF - B	1-9-3-C - ANF - B	08/06/2015
802115-2	Thiago Cesar Silva	Vigia	1-9-1-A - ANF - B	1-9-2-A - ANF - B	03/02/2015
401428-1	Tonilson France Cardoso	Socorrista	1-5-1-A – ANT	1-5-2-A – ANT	19/02/2015
400982-4	Zenaide de Melo Amaral	Agente Comunitário de Saúde	1-143-1-A - ACS	1-143-1-B - ACS	11/05/2015

Palhoça, SC, em 22 de junho de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 2650/2015.**

PORTARIA Nº. 2650/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

EXONERAR A PEDIDO REGINALDO CAMPOLINO JAQUEZ, titular do cargo de Engenharia Sanitarista, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Infraestrutura da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 03/07/2015.

Palhoça, SC, em 22 de junho de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 2651/2015.**

PORTARIA Nº. 2651/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

EXONERAR A PEDIDO HEITOR NORBERTO MUNARETTO, titular do cargo de Médico, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 01/07/2015.

Palhoça, SC, em 22 de junho de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração

ROSINEI DE SOUZA HORÁCIO

Secretário de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 2652/2015.**

PORTARIA Nº. 2652/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

**RESOLVE:**

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedida pela Junta Médica Oficial do Município, para avaliar capacidade laborativa conclui por: Conceder licença para tratamento de Saúde aos servidores abaixo relacionados:

Nome do Funcionário	Cargo	Dias	Contar de	CID
Ana Carolina Narciso Nazareth	ASO	04	09/06/15	I – M 25-5
Adriana Laura Kemper	Professor	180	06/06/15	I –
Alcenir Aldo Martins	Artífice	10	18/06/15	I – H 57
Alisandra Tavares Castro	ASG	30	16/06/15	I – M 75
Anapaula Vidal	Assessor	05	08/06/15	I –
Anderson Imperador	Motorista	08	01/06/15	I – M 65-8, II S 60-0
Andressa Daiana Lochi Farias	ACS	10	15/06/15	I – M 54-5
Ângela Maria Hamann	ASO	04	16/06/15	I – M 54-5
Aurea Alessandra Gerlach	Professor	30	18/06/15	I – F 41-0, II – F 40-0
Barbara Ramona Silva Schmidt	ACS	03	10/06/15	I – L 02
Carine Correa	Professor	19	15/06/15	I – F 32, II – F 43
Carla Cristina Saturino Coelho	Merendeira	02	11/06/15	I – F 41-1
Carla Cristina Saturino Coelho	Merendeira	02	18/06/15	I – F 41-1
Carlos Alberto da Silva	ASG	03	10/06/15	I – M 54-4
Carlos Alberto da Silva	ASG	03	17/06/15	I – M 54-4
Claudinete Salvador da Silveira	ASO	15	08/06/15	I – Z 76
Cleusa Silva Anselmo	Professor	21	10/06/15	I – Z 54-0
Cristiane da Silva de Souza	Assessor I	30	17/06/15	I – M 54-5
Cristina Lobato Fortunato	Professor	30	08/06/15	I – Z 76-9
Dalila Olga Sebastião	ASO	30	11/06/15	I – Z 54
Daniel C. Tomaz	Professor	15	08/06/15	I – S 83
Débora Altreide Krugger	Professor	10	09/06/15	I – H 10-9
Deolinda Pickler Pereira	Professor	30	08/06/15	I – Z 76-3
Elaine Nazaré Batista Alves	Professor	16	09/06/15	I – Z 76-3
Elisete Moreira dos Santos Pitta	Merendeira	04	08/06/15	I –
Elizandra Maria da Rosa	Professor	180	08/06/15	I – A 09
Elizangela Dorvalina Coelho	Socorrista	30	15/06/15	I – S 22-3
Eraci Koerich	Professor	23	19/05/15	I – S 82-5, II – S 82-6, III – S 25-5
Eraci Koerich	Professor	30	10/06/15	I – S 82-5, II – S 82-6, III – S 25-5

Eraci Koerich	Professor	90	15/05/15	I – S 82-5, II – S 82-6, III – S 25-5
Eunice Alaíde Sotero Gaspar	Professor	05	22/06/15	I –
Eunice Motta Pereira Greef	Professor	180	06/06/15	I –
Fabiana Rosalina de Souza Ramos	Professor	33	11/06/15	I – M 54-8
Fátima Luana Silveira	Professor	29	08/06/15	I – F 32, II – F 41-1, III – F 40-1
Fernanda Rosa da Silva	Técnico em Enfermagem	12	12/06/15	I – M 75-1
Flavia Coelho	Merendeira	93	01/06/15	I – M 75-4
Geovania de Abreu	Professor	30	14/06/15	I – M 54-4
Giana Carla Hilário	Técnico em Enfermagem	04	10/06/15	I – H 10
Gladet Maria Parisoto	Assistente Administrativo	90	17/06/15	I – C 34-9
Glaucia Ferreira	ASO	10	08/06/15	I – M 65
Graziela Nazaré Nunis	Enfermeiro	12	10/06/15	I –
Heldinar Martins	Supervisor Escolar	15	15/06/15	I – S 03-4
Iracema Kluwe Damiani	Medico	10	25/06/15	I – S 90-0
Irene Barreto da Silva	ACS	15	19/06/15	I – F 41
Irene Olindina da Silveira	Assistente Administrativo	30	03/06/15	I –
Ivone Terezinha Mauricio da Silva	Merendeira	60	11/06/15	I – M 22-4
Jean Kindermann	Professor	08	12/06/15	I – M 77-1
João Otavio Cardoso Amante	Motorista	10	28/05/15	I – Z 54-0
Joice de Souza Pereira	Farmacêutico	05	17/06/15	I – G 43-2
Jose Silveira da Silva Melo	Professor	45	09/06/15	I – F 10-2, II – F 39
Josiane Maria da Silveira	Professor	07	16/06/15	I – F 41-2
Juliana Silva de Moraes de Souza	Professor	15	10/06/15	I – O 21
Karine Kretschmer	Odontologa	28	15/06/15	I – M 54-2, II – M 79-6
Karla Kristina Coelho	Dentista	08	12/06/15	I – M 25-5
Ketora Martins da Costa	Professor	30	16/06/15	I – M 31-1
Laureni João Alves	Professor	180	01/06/15	I –
Leni da Silva Santos	ASO	180	08/06/15	I –
Lourival Espindola	Conselheiro	30	10/06/15	I –
Luciana Ballmann Lisboa	Orientadora Educacional	17	16/06/15	I – F 40-9
Luciana Maria da Silva	Assistente Social	04	07/06/15	I –
Lucio Alves Filho	Motorista	21	15/06/15	I – I 83-9
Marcio Maria Vasco Macedo	Professor	30	17/06/15	I – F 32-1
Margarete Meyer Bonetti	Merendeira	10	19/06/15	I – Z 76-3
Maria Antonia Sampaio Ramos	ACS	30	10/06/15	I – M 25-5
Maria de Fátima Cardoso	ASO	05	08/06/15	I – M 54-4
Maria de Fátima Cardoso	ASO	03	15/06/15	I – M 54-4
Maria Joelma Dias	Professor	10	12/06/15	I – B 26
Marilande Paim dos Santos	Professor	10	11/06/15	I – H 52-0
Marilene Ferreira Furlaneto	ASO	23	10/06/15	I –
Marivone Fermina Nunes	ASO	90	12/06/15	I – S 63-5, II – S 64-2
Marlove Assing Martins	Professor	02	10/06/15	I – N 35-0, II – M 22-2
Marlove Assing Martins	Professor	02	18/06/15	I – N 35-0, II – M 22-2
Marlucy Silveira de Souza	Supervisora Escolar	30	05/06/15	I – G 56
Mauriceia Botelho	Professor	20	16/06/15	I –
Mayara Vieira Pereira	Técnico em Enfermagem	03	08/06/15	I – M 54-5
Monique Nascimento	Assistente Administrativo	30	09/06/15	I – F 32-9
Nadia Helena Andrade Angelo	Professor	17	10/06/15	I –
Nazareno dos Santos	Assistente Administrativo	15	01/06/15	I – H 02
Nicolle de Souza Awad	Assessor	06	26/05/15	I – M 05-4
Olides Ferreira Junior	ASO	30	18/06/15	I –
Osana Laurentino da Silva	ASO	07	09/06/15	I – M 71
Paulo Cesar da Silva Gonçalves	Enfermeiro	30	17/06/15	I – I 21-9
Renata Kellen Souza Costa	Professor	30	08/06/15	I – Z 76-3, II – C 80
Roberta de Andrade Emerenciano	Professor	05	06/06/15	I – J 20



Roberta Tomi Soares Shirasaki	Medico	02	02/06/15	I – O 34-4, II – Z 57-3, III – L 03-9
Roberta Tomi Soares Shirasaki	Medico	03	15/06/15	I – O 34-4, II – Z 57-3, III – L 03-9
Roberta Tomi Soares Shirasaki	Medico	03	22/06/15	I – O 34-4, II – Z 57-3, III – L 03-9
Rosangela Santana	ASG	45	18/06/15	I –
Roselane Marli Martins	Merendeira	90	24/05/15	I – T 93
Roseli Alves de Oliveira Rosar	Merendeira	30	16/06/15	I – M 25-5, II – M 75-5, III – M 77-1
Roseli Aparecida Alves	Merendeira	180	22/06/15	I –
Rosileide Izabel Josue	Professor	180	15/06/15	I –
Rosileide Izabel Josué	Professor	15	05/06/15	I – M 54, II – O 26
Sabrina Terezinha Jose	ACS	03	15/06/15	I – J 06-9
Sabrina Terezinha Jose	ACS	02	17/06/15	I – J 06-9
Samara Valdeia Wagner	ACS	02	08/06/15	I – M 54-5
Samara Valdeia Wagner	ACS	14	23/06/15	I – M 54-5
Sandra Helena de Melo Kuntz	ASG	30	18/06/15	I – M 23
Sara Comelli Brock	Fiscal Vigilância Sanitária	04	09/06/15	I – j 04
Sergio Vidal Junior	Agente Administrativo Auxiliar	07	22/06/15	I –
Silvana Adelia Mafra Flor	ACE	03	10/06/15	I – Z 76-0
Simone Cristina dos Santos	Técnico em Enfermagem	04	08/06/15	I – Z 76-3
Solange da Silva Leme	ASG	02	02/06/15	I – M 75-0
Solange da Silva Leme	ASG	16	18/06/15	I – M 75-0
Sueli da Silva	ASO	30	10/06/15	I – N 18-0, II – U 61-2
Tânia Regina de Oliveira da Silveira	ACS	90	10/06/15	I – Z 54-0, II – G 58
Tatiani Terezinha Francisco	Professor	15	09/06/15	I –
Tereza Rosa de Quadros	Auxiliar de Enfermagem	30	16/06/15	I – Z 76-0
Vanessa Paes de Oliveira	ACS	04	08/06/15	I – Z 76-3
Walquiria Alves	ASP	15	16/06/15	I – F 33-1, II – F 31-8, III – F 43-6
Zauri Antonio da Silva	Motorista	30	10/06/15	I –

Palhoça, SC, em 22 de junho de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN  
Secretária de Administração

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Geral

### **PORTARIA Nº. 2653/2015.**

PORTARIA Nº. 2653/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

#### **RESOLVE:**

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedida pela Junta Médica Oficial do Município, para avaliar capacidade laborativa conclui por:

Conceder Readaptação Funcional de acordo com os Artigos 55,56,57,58,59,60,61 da Lei nº. 096/2010 de 15/12/2010, a servidora VALDECI ENEDINA SANTOS, matrícula nº. 800179-2, titular do cargo de Merendeira, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura.

Pelo período de 01 (um) ano, a contar de 22/06/2015, de acordo com às folhas 10.

Palhoça, SC, em 22 de junho de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN  
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Geral



**PORTARIA Nº. 2654/2015.**

PORTARIA Nº. 2654/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

Art. 1º. Conceder Gratificação de Produtividade dos funcionários conforme anexo I. Integrante do Quadro de Pessoal da Administração Direta.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor com efeitos a contar de 01 de junho de 2015.

**ANEXO I**

MATRICULA	NOME	DE
370173-2	Carolina da Matta Skepis	80%
370183-3	Laureana Campos de Bem	80%

Palhoça, SC, em 22 de junho de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN  
Secretária de Administração

ROSINEI DE SOUZA HORÁCIO  
Secretário de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 2655/2015.**

PORTARIA Nº. 2655/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para JANAINA DAMIANI RICARDO ROGERIO, matrícula nº. 127639-1, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 192 da Lei 097/2011, referente ao quinquênio de 08/02/2002 a 08/02/2007, por 01 (um) mês, com efeitos a contar de 24/06/2015 à 24/07/2015.

Palhoça, SC, em 22 de junho de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN  
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 2656/2015.**

PORTARIA Nº. 2656/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedida pela Junta Médica Oficial do Município, para avaliar capacidade laborativa conclui por:

Conceder Readaptação Funcional Definitiva de acordo com os Artigos 55,56,57,58,59,60,61 da Lei nº. 096/2010 de 15/12/2010, a servidora SIRLENE HILDEBRANDO, matrícula nº. 801071-1, titular do cargo de ASO, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura.

Palhoça, SC, em 22 de junho de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN  
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 2657/2015.**

PORTARIA Nº. 2657/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

CONCEDER GRATIFICAÇÃO POR ATIVIDADE ESPECIAL DO MAGISTERIO para RITA DE CASSIA ALVES MANCHEIN, titular do cargo de Assistente Técnico Pedagógico, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta, com efeitos a contar de 15/06/2015.

Palhoça, SC, em 22 de junho de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN  
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 2658/2015.**

PORTARIA Nº. 2658/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

**RESOLVE:**

PRORROGAR a Portaria 0399 de 30 de janeiro de 2015, que

Contratou por Tempo Determinado a servidora SANDRA REGINA ADÃO, no cargo de Professor (ACT), do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, pelo período de 08/07/2015 a 18/12/2015.

Palhoça, SC, em 22 de junho de 2015.  
CRISTINA SCHWINDEN  
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 2659/2015.**

PORTARIA Nº. 2659/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

CONCEDER HORA ATIVIDADE de 20% (vinte por cento), de acordo com o § 1º, II Lei nº. 2.559 de 19 de abril de 2007, para o (a) servidor (a) ONESIA MARIA RAMOS, ocupante da categoria funcional de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta, a contar de 02/03/2015.

Palhoça, SC, em 22 de junho de 2015.  
CRISTINA SCHWINDEN  
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 2660/2015.**

PORTARIA Nº. 2660/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

ALTERAR LOCAL DE TRABALHO do (a) servidor (a) DAIANA APARECIDA BOENO, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação da Administração Direta desta Prefeitura, para o CEI INTERAÇÃO.

Palhoça, SC, em 22 de junho de 2015.  
CRISTINA SCHWINDEN  
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 2661/2015.**

PORTARIA Nº. 2661/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

CONCEDER GRATIFICAÇÃO POR ATIVIDADE ESPECIAL DO MAGISTÉRIO para JAQUELINE SCANDOLARA SILVERIO, titular do cargo de Assistente de Educação, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta, com efeitos a contar de 18/05/2015.

Palhoça, SC, em 22 de junho de 2015.  
CRISTINA SCHWINDEN  
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 2662/2015.**

PORTARIA Nº. 2662/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para ALEXANDRE DE SÁ, matrícula nº. 024-1, titular do cargo de Agente de Serviços Operacionais, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Segurança Pública e Defesa do Cidadão, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2011, referente ao quinquênio de 21/03/2003 a 21/03/2008, por 02 (dois) meses, a com efeitos a contar de 29/06/2015 à 29/08/2015.

Palhoça, SC, em 22 de junho de 2015.  
CRISTINA SCHWINDEN  
Secretária de Administração

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 2664/2015.**

PORTARIA Nº. 2664/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

**RESOLVE:**

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para MARIA APARECIDA COELHO, matrícula nº. 400042-1, titular do cargo de ASO, do Quadro de Pessoal da Secretaria Saúde da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2011, referente ao quinquênio de 02/09/2006 a 02/09/2011, por 01 (um) mês, com efeitos a contar

de 29/06/2015 à 29/07/2015.

Palhoça, SC, em 22 de junho de 2015.  
CRISTINA SCHWINDEN  
Secretária de Administração

ROSINEI DE SOUZA HORÁCIO  
Secretário de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Geral

### **PREGAO PRESENCIAL 128/2015**

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA  
AVISO DE LICITAÇÃO  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 128/2015

O Município de Palhoça torna público que fica marcado para o dia 08 de setembro de 2015, às 9:00h, na Sala da Comissão Permanente de Licitações, no Centro Administrativo da Prefeitura Municipal, situado a Av. Hilza Terezinha Pagani, 280-Parque Residencial Pagani - Palhoça/SC, a abertura do PREGÃO PRESENCIAL, que consiste na aquisição de toner no Sistema Registro de Preços, mediante entrega parcelada, Autarquia Municipal de Água e Esgoto de Palhoça – SAMAE, conforme discriminado nos anexos deste edital. O edital que está embasado na lei de licitações encontra-se à disposição dos interessados no endereço acima citado, das 08:00 às 18:00 horas, diariamente, ou pelo site: [www.palhoca.sc.gov.br](http://www.palhoca.sc.gov.br). Palhoça, 25 de agosto de 2015. PREGOEIRA.

### **RESOLUÇÃO Nº 057/2015 DO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.**

RESOLUÇÃO Nº. 057/ 2015

Revoga a resolução nº 056/2015 que dispõe sobre o cofinanciamento dos Serviços de Proteção Social Especial de Média Complexidade, entre o Fundo Estadual de Assistência Social (FEAS) e o Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS de Palhoça.

O Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS), em Reunião Plenária Ordinária, realizada dia 29 de junho de 2015 e extraordinária realizada no dia 14 de julho de 2015, no uso das competências e das atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993 – Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS e pela Lei Municipal nº. 3.521, de 20 de setembro de 2011, que institui o Conselho Municipal de Assistência Social de Palhoça – CMAS, e

RESOLVE:

Art. 1ª Revogar a resolução nº 056/2015 que dispõe sobre o cofinanciamento dos Serviços de Proteção Social Especial de Média Complexidade, entre o Fundo Estadual de Assistência Social (FEAS) e o Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS de Palhoça.

Art. 3º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Palhoça, 05 de agosto de 2015.

RAFAEL ARNS STOBBE  
PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL  
PALHOÇA SC

### **RESOLUÇÃO Nº 058/2015 DO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.**

RESOLUÇÃO Nº. 058/ 2015

Dispõe sobre o cofinanciamento dos Serviços de Proteção Social Especial de Média Complexidade, entre o Fundo Estadual de Assistência Social (FEAS) e o Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS de Palhoça.

O Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS), em Reunião Plenária Ordinária, realizada dia 29 de junho de 2015 e extraordinária realizada no dia 14 de julho de 2015, no uso das competências e das atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993 – Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS e pela Lei Municipal nº. 3.521, de 20 de setembro de 2011, que institui o Conselho Municipal de Assistência Social de Palhoça – CMAS, e

CONSIDERANDO o inciso X do artigo 121 da NOB/SUAS 2012, que dispõe sobre as atribuições precípuas dos Conselhos de Assistência Social de aprovar critérios de partilha de recursos em seu âmbito de competência, respeitados os parâmetros adotados na LOAS;

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar a partilha de recursos e plano de aplicação referentes ao cofinanciamento dos serviços da Proteção Social Especial de Média Complexidade proveniente do FEAS, por meio de recursos financeiros alocados no FMAS no valor de R\$ 114.048,00 (cento e quatorze mil e quarenta e oito reais), sendo que 70% destina-se para investimento e 30% para custeio.

Art. 2º Os recursos serão destinados aos seguintes Serviços de Proteção Social Especial de Média Complexidade executados no CREAS, segundo a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais, Resolução CNAS nº 109/2009:

I – Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI).

II – Serviço de Proteção Social a Adolescentes em Cumprimento de Medida Socioeducativa de Liberdade Assistida (LA), e de Prestação de Serviços à Comunidade (PSC).

Art. 3º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Palhoça, 05 de agosto de 2015.

RAFAEL ARNS STOBBE  
PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL  
PALHOÇA SC

### **RESOLUÇÃO Nº 059/2015 DO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.**

RESOLUÇÃO Nº. 059 /2015

Dispõe sobre a prestação de contas referente à primeira parcela do edital 001/2015/CMAS da Fundação Fé e Alegria.

O Conselho Municipal de Assistência Social, em reunião ordinária realizada no dia 12 de agosto de 2015, a partir das 14 horas, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei de Criação do Conselho Municipal de Assistência Social nº. 3.521, de 20 de setembro de 2011.

Considerando que o CMAS é instância deliberativa do sistema descentralizado e participativo da Assistência Social de Palhoça, de caráter permanente e de composição paritária entre governo e a sociedade civil;

Considerando que é de responsabilidade do CMAS a análise e deliberação das prestações de contas, do cofinanciamento federal representada pelo demonstrativo sintético anual da execução físico financeira do SUAS.

Considerando que é de responsabilidade do CMAS analisar se os recursos destinados às despesas correntes e de capital relacionadas aos serviços, programas, projetos e benefícios governamentais e não governamentais estão alocados no fundo municipal, constituído como unidade orçamentária; e se os recursos voltados as atividades meio, estão alocados no orçamento do órgão gestor da política.

**RESOLVE:**

Art. 1º Aprovar com ressalvas a prestação de contas da Fundação Fé e Alegria no valor de R\$: 7.651,84 (sete mil seiscentos e cinquenta e um reais e oitenta e quatro centavos);

Art. 2º Identificado inconsistências no balancete e gastos superiores a 30 (trinta) dias;

Art. 3º A aprovação do documento acima citado é apenas direcionada a análise do plano de aplicação 2015 onde consta a aplicação do recurso, não cabendo a este conselho a análise contábil dos recursos;

Art. 4º Os documentos da Entidade recebidos pelo CMAS, serão entregues ao setor de controle interno para análise;

Art. 5º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

RAFAEL ARNS STOBBE  
PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL  
PALHOÇA SC

**RESOLUÇÃO Nº 060/2015 DO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.**

RESOLUÇÃO Nº. 060 /2015

Dispõe sobre a prestação de contas referente à terceira parcela do edital 001/2015/CMAS do Centro de Assistência e Desenvolvimento Integral Palhoça - CADI.

O Conselho Municipal de Assistência Social, em reunião ordinária realizada no dia 12 de agosto de 2015, a partir das 14 horas, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei de Criação do Conselho Municipal de Assistência Social nº. 3.521, de 20 de setembro de 2011.

Considerando que o CMAS é instância deliberativa do sistema descentralizado e participativo da Assistência Social de Palhoça, de caráter permanente e de composição paritária entre governo e a sociedade civil;

Considerando que é de responsabilidade do CMAS a análise e deliberação das prestações de contas, do cofinanciamento federal representada pelo demonstrativo sintético anual da execução físico financeira do SUAS.

Considerando que é de responsabilidade do CMAS analisar se os recursos destinados às despesas correntes e de capital relacionadas aos serviços, programas, projetos e benefícios governamentais e não governamentais estão alocados no fundo municipal, constituído como unidade orçamentária; e se os recursos voltados as atividades meio, estão alocados no orçamento do órgão gestor da política.

**RESOLVE:**

Art. 1º Aprovar a prestação de contas do Centro de Assistência e Desenvolvimento Integral - CADI no valor de R\$: 7.651,84 (sete mil seiscentos e cinquenta e um reais e oitenta e quatro centavos);

Art. 2º A aprovação do documento acima citado é apenas direcionada a análise do plano de aplicação 2015 onde consta a aplicação do recurso, não cabendo a este conselho a análise contábil dos recursos;

Art. 3º Os documentos da Entidade recebidos pelo CMAS, serão entregues ao setor de controle interno para análise;

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

RAFAEL ARNS STOBBE  
PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL  
PALHOÇA SC

**RESOLUÇÃO Nº 061/2015 DO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.**

RESOLUÇÃO Nº. 061/2015

Dispõe sobre a prestação de contas referente à terceira parcela do edital 001/2015/CMAS da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE.

O Conselho Municipal de Assistência Social, em reunião ordinária realizada no dia 12 de agosto de 2015, a partir das 14 horas, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei de Criação do Conselho Municipal de Assistência Social nº. 3.521, de 20 de setembro de 2011.

Considerando que o CMAS é instância deliberativa do sistema descentralizado e participativo da Assistência Social de Palhoça, de caráter permanente e de composição paritária entre governo e a sociedade civil;

Considerando que é de responsabilidade do CMAS a análise e deliberação das prestações de contas, do cofinanciamento federal representada pelo demonstrativo sintético anual da execução físico financeira do SUAS.

Considerando que é de responsabilidade do CMAS analisar se os recursos destinados às despesas correntes e de capital relacionadas aos serviços, programas, projetos e benefícios governamentais e não governamentais estão alocados no fundo municipal, constituído como unidade orçamentária; e se os recursos voltados as atividades meio, estão alocados no orçamento do órgão gestor da política.

**RESOLVE:**

Art. 1º Aprovar a prestação de contas da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE no valor de R\$: 5.918,22 (cinco mil novecentos e dezoito reais e vinte e dois centavos);

Art. 2º A aprovação do documento acima citado é apenas direcionada a análise do plano de aplicação 2015 onde consta a aplicação do recurso, não cabendo a este conselho a análise contábil dos recursos;

Art. 3º Os documentos da Entidade recebidos pelo CMAS, serão entregues ao setor de controle interno para análise;

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

RAFAEL ARNS STOBBE  
PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL  
PALHOÇA SC



**RESOLUÇÃO Nº 062/2015 DO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.**

RESOLUÇÃO Nº. 062 /2015

Dispõe sobre a prestação de contas referente à segunda parcela do edital 001/2015/CMAS da Ação Social Paroquial de Palhoça.

O Conselho Municipal de Assistência Social, em reunião ordinária realizada no dia 12 de agosto de 2015, a partir das 14 horas, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei de Criação do Conselho Municipal de Assistência Social nº. 3.521, de 20 de setembro de 2011.

Considerando que o CMAS é instância deliberativa do sistema descentralizado e participativo da Assistência Social de Palhoça, de caráter permanente e de composição paritária entre governo e a sociedade civil;

Considerando que é de responsabilidade do CMAS a análise e deliberação das prestações de contas, do cofinanciamento federal representada pelo demonstrativo sintético anual da execução físico financeira do SUAS.

Considerando que é de responsabilidade do CMAS analisar se os recursos destinados às despesas correntes e de capital relacionadas aos serviços, programas, projetos e benefícios governamentais e não governamentais estão alocados no fundo municipal, constituído como unidade orçamentária; e se os recursos voltados as atividades meio, estão alocados no orçamento do órgão gestor da política.

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar a prestação de contas da Ação Social Paroquial de Palhoça no valor de R\$: 37.638,60(trinta e sete mil seiscentos e trinta e oito reais e sessenta centavos);

Art. 2º A aprovação do documento acima citado é apenas direcionada a análise do plano de aplicação 2015 onde consta a aplicação do recurso, não cabendo a este conselho a análise contábil dos recursos;

Art. 3º Os documentos da Entidade recebidos pelo CMAS, serão entregues ao setor de controle interno para análise;

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

RAFAEL ARNS STOBBE

PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL  
PALHOÇA SC

**RESOLUÇÃO Nº 063/2015 DO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.**

RESOLUÇÃO Nº. 063/2015

Dispõe sobre a inscrição da entidade Associação Pró-Brejarú.

O Conselho Municipal de Assistência Social, em reunião ordinária realizada no dia 12 de agosto de 2015, às 14:00 horas, nas dependências do Centro de Convivência da 3ª Idade de Palhoça, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei de Criação do Conselho Municipal de Assistência Social nº. 3.521, de 20 de setembro de 2011.

Considerando os artigos 3º e 9º da Lei nº 8.742, de 07 de dezembro de 1993, que dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências;

Considerando o Decreto nº 6.308, de 14 de dezembro de 2007, Art. 4º do Decreto nº. 6.308/2007 que regulamenta o art. 3º da Lei 8.742, de 7 de dezembro de 1993/LOAS, e normatiza o conceito de entidade de assistência social;

Considerando a Lei nº 12.101 que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social e a isenção de contribuições para a seguridade social;

Considerando a Resolução CNAS nº 109, de 11 de novembro de

2009, que aprova a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais;

Considerando a Resolução CNAS nº 14, de 15 de maio de 2014, que define os parâmetros nacionais para a inscrição das entidades e organizações de assistência social, bem como dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais nos Conselhos de Assistência Social dos Municípios e do Distrito Federal.

Considerando que os serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais prestados por entidades e organizações de assistência social deverão estar em consonância com o conjunto normativo da Política Nacional de Assistência Social em vigor e suas Normas Operacionais Básicas, visando garantir padrões de qualidade na prestação de serviços e nas condições de trabalho;

RESOLVE:

Art. 1º Inscrever a entidade Associação Pró-Brejarú com sede a Rua Valdemar Vieira, s/nº – Brejarú, Palhoça/SC;

Art. 2º A entidade denominada Associação Pró-Brejarú está inscrita sob nº 026/2015 para execução Serviço de Acolhimento Institucional, modalidade Abrigo Institucional para pessoas em situação de Rua;

Art. 3º O Conselho Municipal de Assistência Social reconhece a execução do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos – SCFV de acordo com a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais;

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Palhoça, 13 de agosto de 2015.

RAFAEL ARNS STOBBE

PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL  
PALHOÇA SC

**RESOLUÇÃO Nº 064/2015 DO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.**

RESOLUÇÃO Nº. 064 / 2015

Dispõe sobre aprovação do relatório da X Conferência Municipal de Assistência Social.

O Conselho Municipal de Assistência Social, em reunião ordinária realizada no dia 12 de agosto de 2015, às 14 horas, nas dependências do Centro de Convivência da 3ª Idade de Palhoça, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei de Criação do Conselho Municipal de Assistência Social nº. 3.521, de 20 de setembro de 2011. Considerando que o CMAS é instância deliberativa do sistema descentralizado e participativo da Assistência Social de Palhoça, de caráter permanente e de composição paritária entre governo e a sociedade civil;

Considerando que o CMAS é responsável em convocar a Conferência Municipal de Assistência Social, conforme as diretrizes estabelecidas pelo Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), bem como aprovar as normas de funcionamento das mesmas, constituir a comissão organizadora e o respectivo regimento interno;

Considerando que o processo de Conferências de Assistência Social são espaços amplos e democráticos de discussão e articulação coletivas em torno de propostas e estratégias de organização, cuja principal característica é reunir governo e sociedade civil organizada no âmbito dos municípios, Distrito Federal, Estados e União para debater e decidir as prioridades na Política de Assistência Social para os próximos anos.

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar o relatório da X Conferência Municipal de Assistência Social realizada

no dia 08 de julho de 2015 no horário compreendido entre 08:00h as 18:00h no Salão de Eventos da Paróquia Senhor Bom Jesus de

Nazaré – Localizado na Av. Barão do Rio Branco, nº203 - Centro – Palhoça/SC.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Palhoça, 14 de agosto de 2015.

RAFAEL ARNS STOBBE

PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL  
PALHOÇA SC

### **RESOLUÇÃO Nº 065 / 2015 DO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.**

RESOLUÇÃO Nº. 065 / 2015

Dispõe sobre os procedimentos de análise de Recurso de Decisão, a partir do indeferimento ou cancelamento da inscrição de entidades e organizações de assistência social; do indeferimento ou cancelamento das inscrições de serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais junto ao Conselho Municipal de Assistência Social de Palhoça.

O Conselho Municipal de Assistência Social, em reunião ordinária realizada no dia 12 de agosto de 2015, às 14 horas, nas dependências do Centro de Convivência da 3ª Idade de Palhoça, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei de Criação do Conselho Municipal de Assistência Social nº. 3.521, de 20 de setembro de 2011. Considerando os artigos 3º e 9º da Lei nº 8.742, de 07 de dezembro de 1993, que dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências;

Considerando o Decreto nº 6.308, de 14 de dezembro de 2007, Art. 4º do Decreto nº. 6.308/2007 que regulamenta o art. 3º da Lei 8.742, de 7 de dezembro de 1993/LOAS, e normatiza o conceito de entidade de assistência social;

Considerando a Lei nº 12.101 que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social e a isenção de contribuições para a seguridade social;

Considerando a Resolução CNAS nº 109, de 11 de novembro de 2009, que aprova a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais;

Considerando a Resolução CNAS nº 14, de 15 de maio de 2014, que define os parâmetros nacionais para a inscrição das entidades e organizações de assistência social, bem como dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais nos Conselhos de Assistência Social dos Municípios e do Distrito Federal.

Considerando que os serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais prestados por entidades e organizações de assistência social deverão estar em consonância com o conjunto normativo da Política Nacional de Assistência Social em vigor e suas Normas Operacionais Básicas, visando garantir padrões de qualidade na prestação de serviços e nas condições de trabalho;

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar a atuação do Conselho Estadual de Assistência Social - CEAS como instância recursal quando do indeferimento ou cancelamento das inscrições de entidades e organizações de assistência social e de inscrições de serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais emitido pelo Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS de Palhoça.

Art. 2º A entidade que tiver interesse em obter informações para requerer o Recurso de Decisão deverá procurar o CEAS para esclarecimentos.

Art.3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Palhoça, 17 de agosto de 2015.

RAFAEL ARNS STOBBE

PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL  
PALHOÇA SC

### **RESOLUÇÃO Nº 066 / 2015 DO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.**

RESOLUÇÃO Nº. 066 / 2015

Dispõe sobre a aprovação do balancete financeiro referente ao mês de março de 2015.

O Conselho Municipal de Assistência Social, em reunião ordinária realizada no dia 12 de agosto de 2015, às 14:00 horas, nas dependências do Centro de Convivência da 3ª Idade de Palhoça, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei de Criação do Conselho Municipal de Assistência Social nº. 3.521, de 20 de setembro de 2011.

Considerando que o CMAS é instância deliberativa do sistema descentralizado e participativo da Assistência Social de Palhoça, de caráter permanente e de composição paritária entre governo e a sociedade civil;

Considerando que é de responsabilidade do CMAS a análise e deliberação das prestações de contas, do co-financiamento federal representada pelo demonstrativo sintético anual da execução físico financeira do SUAS.

Considerando que é de responsabilidade do CMAS analisar se os recursos destinados às despesas correntes e de capital relacionadas aos serviços, programas, projetos e benefícios governamentais e não governamentais estão alocados no fundo municipal, constituído como unidade orçamentária; e se os recursos voltados as atividades meio, estão alocados no orçamento do órgão gestor da política.

Considerando que o controle social é o exercício democrático de acompanhamento da gestão e avaliação da política de Assistência Social, do Plano Plurianual de Assistência Social e dos Recursos Financeiros destinados a sua implementação, sendo uma das formas de exercício desse controle zelar pela ampliação e qualidade da rede de serviços socioassistenciais para todos os destinatários da política.

Considerando a CI n. 900/SMAS/2014 da Secretaria Municipal de Assistência Social e CI nº 0728/PGM/2014.

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar com ressalvas o balancete financeiro referente ao mês de março de 2015, haja vista que permanece aguardando esclarecimentos sobre a utilização de recurso do Fundo Municipal de Assistência Social para pagamento de pensão vitalícia;

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Palhoça, 17 de agosto de 2015.

RAFAEL ARNS STOBBE

PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL  
PALHOÇA SC

### **RESOLUÇÃO Nº 067 / 2015 DO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.**

RESOLUÇÃO Nº. 067 / 2015

Dispõe sobre a aprovação do balancete financeiro referente ao mês de abril de 2015.

O Conselho Municipal de Assistência Social, em reunião ordinária realizada no dia 12 de agosto de 2015, às 14:00 horas, nas dependências do Centro de Convivência da 3ª Idade de Palhoça, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei de Criação do Conselho Municipal de Assistência Social nº. 3.521, de 20 de setembro de 2011.

Considerando que o CMAS é instância deliberativa do sistema descentralizado e participativo da Assistência Social de Palhoça, de caráter permanente e de composição paritária entre governo e a sociedade civil;

Considerando que é de responsabilidade do CMAS a análise e deliberação das prestações de contas, do co-financiamento federal

representada pelo demonstrativo sintético anual da execução físico financeira do SUAS.

Considerando que é de responsabilidade do CMAS analisar se os recursos destinados às despesas correntes e de capital relacionadas aos serviços, programas, projetos e benefícios governamentais e não governamentais estão alocados no fundo municipal, constituído como unidade orçamentária; e se os recursos voltados as atividades meio, estão alocados no orçamento do órgão gestor da política.

Considerando que o controle social é o exercício democrático de acompanhamento da gestão e avaliação da política de Assistência Social, do Plano Plurianual de Assistência Social e dos Recursos Financeiros destinados a sua implementação, sendo uma das formas de exercício desse controle zelar pela ampliação e qualidade da rede de serviços socioassistenciais para todos os destinatários da política.

Considerando a CI n. 900/SMAS/2014 da Secretaria Municipal de Assistência Social e CI nº 0728/PGM/2014.

**RESOLVE:**

Art. 1º Aprovar com ressalvas o balancete financeiro referente ao mês de abril de 2015, haja vista que permanece aguardando esclarecimentos sobre a utilização de recurso do Fundo Municipal de Assistência Social para pagamento de pensão vitalícia;

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Palhoça, 17 de agosto de 2015.

RAFAEL ARNS STOBBE

PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL  
PALHOÇA SC

**RESOLUÇÃO Nº 068 / 2015 DO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.**

RESOLUÇÃO Nº. 068 / 2015

Dispõe sobre a aprovação do balancete financeiro referente ao mês de maio de 2015.

O Conselho Municipal de Assistência Social, em reunião ordinária realizada no dia 12 de agosto de 2015, às 14:00 horas, nas dependências do Centro de Convivência da 3º Idade de Palhoça, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei de Criação do Conselho Municipal de Assistência Social nº. 3.521, de 20 de setembro de 2011.

Considerando que o CMAS é instância deliberativa do sistema descentralizado e participativo da Assistência Social de Palhoça, de caráter permanente e de composição paritária entre governo e a sociedade civil;

Considerando que é de responsabilidade do CMAS a análise e deliberação das prestações de contas, do co-financiamento federal representada pelo demonstrativo sintético anual da execução físico financeira do SUAS.

Considerando que é de responsabilidade do CMAS analisar se os recursos destinados às despesas correntes e de capital relacionadas aos serviços, programas, projetos e benefícios governamentais e não governamentais estão alocados no fundo municipal, constituído como unidade orçamentária; e se os recursos voltados as atividades meio, estão alocados no orçamento do órgão gestor da política.

Considerando que o controle social é o exercício democrático de acompanhamento da gestão e avaliação da política de Assistência Social, do Plano Plurianual de Assistência Social e dos Recursos Financeiros destinados a sua implementação, sendo uma das formas de exercício desse controle zelar pela ampliação e qualidade da rede de serviços socioassistenciais para todos os destinatários da política.

Considerando a CI n. 900/SMAS/2014 da Secretaria Municipal de

Assistência Social e CI nº 0728/PGM/2014.

**RESOLVE:**

Art. 1º Aprovar com ressalvas o balancete financeiro referente ao mês de maio de 2015, haja vista que permanece aguardando esclarecimentos sobre a utilização de recurso do Fundo Municipal de Assistência Social para pagamento de pensão vitalícia;

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Palhoça, 17 de agosto de 2015.

RAFAEL ARNS STOBBE

PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL  
PALHOÇA SC

**RESOLUÇÃO Nº 069 / 2015 DO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.**

RESOLUÇÃO Nº. 069 / 2015

Dispõe sobre a aprovação do balancete financeiro referente ao mês de junho de 2015.

O Conselho Municipal de Assistência Social, em reunião ordinária realizada no dia 12 de agosto de 2015, às 14:00 horas, nas dependências do Centro de Convivência da 3º Idade de Palhoça, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei de Criação do Conselho Municipal de Assistência Social nº. 3.521, de 20 de setembro de 2011.

Considerando que o CMAS é instância deliberativa do sistema descentralizado e participativo da Assistência Social de Palhoça, de caráter permanente e de composição paritária entre governo e a sociedade civil;

Considerando que é de responsabilidade do CMAS a análise e deliberação das prestações de contas, do co-financiamento federal representada pelo demonstrativo sintético anual da execução físico financeira do SUAS.

Considerando que é de responsabilidade do CMAS analisar se os recursos destinados às despesas correntes e de capital relacionadas aos serviços, programas, projetos e benefícios governamentais e não governamentais estão alocados no fundo municipal, constituído como unidade orçamentária; e se os recursos voltados as atividades meio, estão alocados no orçamento do órgão gestor da política.

Considerando que o controle social é o exercício democrático de acompanhamento da gestão e avaliação da política de Assistência Social, do Plano Plurianual de Assistência Social e dos Recursos Financeiros destinados a sua implementação, sendo uma das formas de exercício desse controle zelar pela ampliação e qualidade da rede de serviços socioassistenciais para todos os destinatários da política.

Considerando a CI n. 900/SMAS/2014 da Secretaria Municipal de Assistência Social e CI nº 0728/PGM/2014.

**RESOLVE:**

Art. 1º Aprovar com ressalvas o balancete financeiro referente ao mês de junho de 2015, haja vista que permanece aguardando esclarecimentos sobre a utilização de recurso do Fundo Municipal de Assistência Social para pagamento de pensão vitalícia;

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Palhoça, 17 de agosto de 2015.

RAFAEL ARNS STOBBE

PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL  
PALHOÇA SC



**RESOLUÇÃO Nº 070/2015 DO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.**

RESOLUÇÃO Nº. 070/2015.

Revoga a Resolução 096/2014 que Institui as Comissões Temáticas do Conselho Municipal de Assistência Social, estabelece diretrizes para o seu funcionamento, nomeia os membros para a gestão 2013-2015 e da outras providências.

Art. 1º. A Comissão de Normas, Regulamentos e Inscrições tem por finalidade oferecer subsídios na regulação de ações da gestão do Sistema Único de Assistência social - SUAS, na perspectiva da defesa de direitos que visa a garantir o pleno acesso as aquisições no conjunto das provisões socioassistenciais.

I) A Comissão de Normas da Assistência Social tem as seguintes competências:

- a) Formular e atualizar as Leis que dispõem sobre a Política de Assistência Social em consonância com a Lei Federal nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993;
- b) Acompanhar e controlar as inscrições de entidades ou organizações de assistência social, mantendo cadastro atualizado, com o objetivo de intervir em defesa dos seus direitos;
- c) Proceder à regulamentação da concessão e valor dos benefícios eventuais, na forma determinada pela Lei Orgânica de Assistência Social – LOAS;
- d) Cumprir e fazer cumprir a Lei Orgânica de Assistência Social – LOAS;
- e) Elaborar e aprovar o seu Regimento Interno;
- f) Normatizar as ações e regular a prestação de serviços de natureza pública e privada no campo da assistência social, complementando as decisões do Conselho Nacional de Assistência Social e Conselho Estadual de Assistência Social;
- g) Publicar as decisões que digam respeito às orientações sobre a Política de Assistência Social;
- h) Estabelecer meios de denúncias e procedimentos aplicáveis às denúncias recebidas no Conselho Municipal de Assistência Social;
- i) Realizar estudos e desenvolver ações para auxiliar o CMAS na normatização de suas competências;
- j) Acompanhar os atos normativos afetos à assistência social e ao CNAS, propondo alterações para adequação das normas internas à legislação atual;
- k) Acompanhar a tramitação de projetos de lei e demais normativas referentes à assistência social;
- l) Elaborar minutas de resoluções para normatizar as ações da assistência social de competência da Comissão de Normas da Assistência Social;
- m) Acompanhar publicações no Diário Oficial da União, no que se refere aos assuntos de interesse do CMAS;

II) São membros da Comissão de Normas, regulamentos e Inscrições:

- Roberto Souza Chenk
- Mirian de Lourdes Fonseca
- Rose Meri da Silva
- Evelyne Junckes Jacques
- Ana Cristina Faber
- Ana Paula da Rosa
- Neulci Terezinha Gonçalves

Art. 2º A Comissão de Financiamento e Orçamento da Assistência Social tem por finalidade oferecer subsídios ao acompanhamento, monitoramento e fiscalização da execução físico-financeira dos recursos alocados no Fundo Municipal de Assistência Social, gastos no âmbito do Sistema Único de Assistência Social - SUAS, na perspectiva do controle social e a garantia dos objetivos de proteção social, vigilância socioassistencial e a defesa de direitos.

I) A Comissão de Orçamento e Financiamento da Assistência Social

tem as seguintes competências:

- a) Apreçar e aprovar a proposta orçamentária da assistência social;
- b) Estabelecer diretrizes, apreciar e aprovar os programas anuais e plurianuais do Fundo Municipal de Assistência Social.
- c) Aprovar critérios da transferência de recursos para as entidades de assistência social;
- d) Acompanhar, avaliar e fiscalizar a gestão dos recursos, bem como os ganhos sociais e o desempenho dos programas e projetos aprovados.
- e) Cumprir e fazer cumprir a Lei Orgânica de Assistência Social – LOAS.
- f) Apreçar a proposta orçamentária dos recursos destinados a todas as ações de assistência social, tanto os recursos próprios, do município, quanto os recursos oriundos do Fundo Nacional de Assistência Social- FNAS e do Fundo Estadual de Assistência Social- FEAS/SC e estabelecer estratégias de articulação junto a Secretaria de Finanças e ao Poder Legislativo, no sentido de manter ou ampliar a proposta orçamentária;
- g) Avaliar e fiscalizar a execução físico-financeira dos recursos do Índice de Gestão Descentralizada do Programa Bolsa Família – IG-D-PBF, destinando ao menos 3% para o controle social, o qual deve fazer um plano de aplicação das prioridades do Conselho Municipal;
- h) Avaliar e fiscalizar a execução físico-financeira dos recursos do Índice de Gestão Descentralizada do Sistema Único de Assistência Social – IGD SUAS, destinando ao menos 3% para o controle social, o qual deve fazer um plano de aplicação das prioridades do Conselho Municipal;
- i) Apreçar o Plano de Aplicação do Fundo Municipal de Assistência Social e apreciar os Relatórios de Execução Orçamentária, mensalmente;
- j) Apreçar, emitir parecer e acompanhar o Plano de Ação e o Demonstrativo Sintético Anual de Execução Físico-Financeiro, referente aos recursos repassados pelo Fundo Nacional de Assistência Social;
- k) Acionar, quando necessário, o Ministério Público, como instância de defesa e garantia de suas prerrogativas legais.
- l) Apreçar o Relatório Anual de Gestão;

II) São membros da Comissão de Financiamento e Orçamento:

- Renata de Oliveira Ikeda
- Roberto Souza Chenk
- Angela Maria Wagner
- Marcelo Pereira de Castilhos
- Ana Paula da Rosa
- Alex Ricardo Passos

Art. 3º A Comissão de Política da Assistência Social tem por finalidade oferecer subsídios no acompanhamento e monitoramento da execução, da Política de Assistência Social, na perspectiva da garantia dos objetivos de proteção social, vigilância socioassistencial e a defesa de direitos.

I) A Comissão de Política da Assistência Social tem as seguintes competências:

- a) Aprovar a Política e o Plano Municipal de Assistência Social, observados os princípios e diretrizes estabelecidos na Lei Federal nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993.
- b) Cumprir e fazer cumprir a Lei Orgânica de Assistência Social – LOAS.
- c) Avaliar o desempenho dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais, bem como seus ganhos sociais;
- d) Acompanhar e controlar a execução da Política Municipal de Assistência Social.
- e) Estimular e incentivar a atualização permanente dos servidores das instituições governamentais e não governamentais envolvidos na prestação de serviços de assistência social.
- f) Discussão intersetorial de políticas públicas, em articulação com o MDS, conselhos setoriais e os conselhos de defesa de direitos;

- g) Elaborar materiais técnicos que visem subsidiar o CMAS em suas atribuições;
- h) Publicar as decisões que digam respeito às orientações sobre a Política de Assistência Social.
- i) Apreçar a Política Municipal de Assistência Social, elaborada em consonância com a Política Nacional de Assistência Social – PNAS, na perspectiva do Sistema Único de Assistência Social – SUAS e com as diretrizes estabelecidas pelas Conferências de Assistência Social, realizadas em âmbito estadual e, outras normativas da área, devendo contribuir em diferentes estágios de sua formulação;
- j) Apreçar, acompanhar e fiscalizar a execução do Plano Plurianual e Anual de Assistência Social e suas adequações, por meio do monitoramento semestral e da avaliação e revisão anual;
- k) Apreçar o Relatório Anual de Gestão - execução física;
- l) Apreçar, sempre em que houver, o monitoramento por parte do estado dos serviços socioassistenciais e equipamentos sociais, para superação do não alcance de metas de pactuação nacional e de indicadores de gestão e não observância das normativas do Sistema Único de Assistência social – SUAS, quando couber;
- m) Avaliar e fiscalizar os Serviços Socioassistenciais prestados pelos Órgãos Governamentais e não Governamentais, especialmente as condições de acesso da população a esses serviços e, indicar as medidas pertinentes à correção de exclusões constatadas;
- n) Apreçar, emitir parecer e acompanhar o Plano de Ação e o Demonstrativo Sintético Anual Físico Financeiro, referente aos recursos repassados pelo Fundo Nacional de Assistência Social – FNAS;
- o) Levantar dados e informações que subsidiem a Comissão de Política da Assistência Social no acompanhamento da efetivação do SUAS;

II) São membros da Comissão de Políticas:

- Zilmar Lenita Gervasi
- Rafael Arns Stobbe
- Edinalda Silveira de Souza Pires
- Mirian de Lourdes Fonseca
- Divanir Candido Veloso Fagundes

Art. 4º A Comissão de Divulgação e Comunicação da Assistência Social tem por finalidade oferecer subsídios para a publicação das deliberações, informativos das atividades e divulgar as ações realizadas pelo CMAS.

I) A Comissão de Divulgação e Comunicação da Assistência Social tem as seguintes competências:

- a) Propor a criação de instrumentos para a divulgação, interna e externa, das políticas de assistência social;
- b) Propor a edição de publicações periódicas, de natureza técnica ou de divulgação de atividades do setor;
- c) Elaborar anualmente, um informativo das atividades do Conselho e das entidades assistenciais registradas no Conselho Municipal de Assistência Social;
- d) Opinar sobre as matérias relativas à Comunicação Social, de interesse do Conselho e das entidades assistenciais.
- e) Promover a divulgação adequada e permanente das atividades do CMAS;
- f) Utilizar os canais de comunicação do Município para divulgar amplamente as ações e políticas públicas que o Conselho formular.

II) São membros da Comissão de Divulgação e Comunicação:

- Débora Nunes Barbosa
- Ana Cristina Faber
- Neulci Terezinha Gonçalves
- Carin Fabiana Gisela Becker

Art. 5º As Comissões Temáticas se reunirão por convocação do (a) Presidente do CMAS/SC, mensalmente ou extraordinariamente,

quando necessário.

Art. 6º As Comissões Temáticas compõe-se de no mínimo 04 (quatro) membros, preferencialmente com representação paritária, eleitos pela Plenária do CMAS/SC, dentre eles 1 (um) deverá exercer a função de Coordenador e 1 (um) de Secretário, devendo registrar em livro próprio todos os pareceres da comissão em relação a matérias estudadas;

Art. 7º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

RAFAEL ARNS STOBBE

PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL  
PALHOÇA SC

**RESOLUÇÃO Nº 071/ 2015 DO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.**

RESOLUÇÃO Nº. 071/ 2015

Revoga a resolução nº 054/2015 que Dispõe sobre o cofinanciamento dos Serviços de Proteção Social Especial de Alta Complexidade, entre o Fundo Estadual de Assistência Social (FEAS) e o Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS de Palhoça.

O Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS), em Reunião Plenária Ordinária, realizada dia 29 de junho de 2015 e extraordinária realizada no dia 14 de julho de 2015, no uso das competências e das atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993 – Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS e pela Lei Municipal nº. 3.521, de 20 de setembro de 2011, que institui o Conselho Municipal de Assistência Social de Palhoça – CMAS, e

RESOLVE:

Art. 1º Revogar a resolução nº 054/2015 que dispõe sobre o cofinanciamento dos Serviços de Proteção Social Especial de Alta Complexidade, entre o Fundo Estadual de Assistência Social (FEAS) e o Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS de Palhoça.

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Palhoça, 18 de agosto de 2015.

RAFAEL ARNS STOBBE

PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL  
PALHOÇA SC

**RESOLUÇÃO Nº 072/ 2015 DO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.**

RESOLUÇÃO Nº. 072/ 2015

Dispõe sobre o cofinanciamento dos Serviços de Proteção Social Especial de Alta Complexidade, entre o Fundo Estadual de Assistência Social (FEAS) e o Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS de Palhoça.

O Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS), em Reunião Plenária Ordinária, realizada dia 29 de junho de 2015 e extraordinária realizada no dia 14 de julho de 2015, no uso das competências e das atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993 – Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS e pela Lei Municipal nº. 3.521, de 20 de setembro de 2011, que institui o Conselho Municipal de Assistência Social de Palhoça – CMAS, e

CONSIDERANDO o inciso X do artigo 121 da NOB/SUAS 2012, que dispõe sobre as atribuições precípua dos Conselhos de Assistência

Social de aprovar critérios de partilha de recursos em seu âmbito de competência, respeitados os parâmetros adotados na LOAS;

**RESOLVE:**

Art. 1º Aprovar a partilha de recursos e plano de aplicação referentes ao cofinanciamento dos serviços da Proteção Social Especial de Alta Complexidade proveniente do FEAS, por meio de recursos financeiros alocados no FMS no valor de R\$ 261.467,75 (duzentos e sessenta e um mil quatrocentos e sessenta e sete reais e setenta e cinco centavos, sendo que 50% destina-se para investimento e 50% para custeio.

Art. 2º Os recursos serão destinados para os Serviços de Proteção Social Especial de Alta Complexidade, segundo a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais, Resolução CNAS nº 109/2009, na modalidade de Acolhimento Institucional para crianças e adolescentes.

Art. 3º O gestor da política de assistência social deve assumir o compromisso e a responsabilidade com o reordenamento da oferta de serviços para na modalidade Acolhimento para Crianças, Adolescentes e Jovens.

Art. 4º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Palhoça, 18 de agosto de 2015.

RAFAEL ARNS STOBBE

PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL  
PALHOÇA SC

**RESULTADO DO PG 107 - 2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA  
RESULTADO  
PROCESSO LICITATÓRIO  
PREGÃO PRESENCIAL nº 107/2015

A COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO torna público para fins de intimação e conhecimento dos interessados, o resultado do PROCESSO LICITATÓRIO Nº 107/2015, na modalidade PREGÃO PRESENCIAL que tem como objeto a aquisição de equipamentos de cozinha para as unidades escolares e para a Diretoria de Nutrição e Alimentação Escolar atendida pelo Município de Palhoça, pelo sistema de Registro de Preço, de acordo com as especificações do Anexo I, que é parte integrante do edital.

**CLASSIFICAÇÃO DAS EMPRESAS:**

ELO COMERCIAL E SERVIÇOS LTDA ME ficou classificada em 1º lugar no item 01 totalizando R\$ 48.300,00 (quarenta e oito mil e trezentos reais).

LICITAMIX MATERIAIS DE ESCRITÓRIO LTDA ME ficou classificada em 1º lugar nos itens 02,10 e 13 totalizando R\$ 40.650,00 (quarenta mil seiscentos e cinquenta reais).

L. MOHR LTDA ME ficou classificada em 1º lugar no item 08 totalizando R\$ 36.300,00 (trinta e seis mil e trezentos reais).

MILELIUM COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA ME ficou classificada em 1º lugar no item 12 totalizando R\$ 9.000,00 (nove mil reais).

MARIA HELENA COMÉRCIO DE MÓVEIS EIRELEI - ME ficou classificada em 1º lugar nos itens 07 e 09 totalizando R\$ 32.370,00 (trinta e dois mil trezentos e setenta reais).

M.J.G TECNOLOGIA E SERVIÇOS EM INFORMÁTICA LTDA ME ficou classificada em 1º lugar nos itens 04,05,06 e 11 totalizando R\$

84.897,50 (oitenta e quatro mil oitocentos e noventa e sete reais e cinquenta centavos).

ML & HL COMERCIAL LTDA ficou classificada em 1º lugar no item 03 totalizando R\$ 101.582,00 (cento e um mil quinhentos e oitenta e dois reais).

Palhoça, 25 de agosto de 2015.

**RESULTADO DO PG 120 - 2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA  
RESULTADO  
PROCESSO LICITATÓRIO  
PREGÃO PRESENCIAL nº 120/2015

A COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO torna público para fins de intimação e conhecimento dos interessados, o resultado do PROCESSO LICITATÓRIO Nº 120/2015, na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, que tem como objeto a aquisição de Água Mineral sem gás com 20 litros para o Centro Administrativo de Palhoça, pelo sistema de Registro de Preço, de acordo com as especificações do Anexo I, que é parte integrante do edital.

**CLASSIFICAÇÃO DAS EMPRESAS:**

ESTANCIA HIDROMINERAL SANTA RITA DE CÁSSIA LTDA ficou classificada em 1º lugar totalizando R\$ 25.000,00 (Vinte e cinco mil reais).

Palhoça, 25 de agosto de 2015.

**RESULTADO PREGÃO Nº 70/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA  
RESULTADO  
PROCESSO LICITATÓRIO  
PREGÃO PRESENCIAL nº 70/2015

A COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO torna público para fins de intimação e conhecimento dos interessados, o resultado do PROCESSO LICITATÓRIO Nº 70/2015, na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, que tem como objeto a aquisição de materiais de expediente e papelaria, de acordo com as especificações do Anexo I, que é parte integrante do edital.

**CLASSIFICAÇÃO DAS EMPRESAS:**

AQUINPEL SUPRIM. P/ESCRIT., INFORM. E PAPELARIA LTDA. ficou classificada em 1º lugar nos lotes 1, 13, 16, 17, 20 e 25, totalizando R\$ 119.229,75 (cento e dezenove mil e duzentos e vinte e nove reais e setenta e cinco centavos).

INFOTRIZ COMERCIAL LTDA EPP ficou classificada em 1º lugar nos lotes 03, 06, 08, 11, 18, 23 e 27, totalizando R\$120.014,85 (cento e vinte mil e quatorze reais e oitenta e cinco centavos).

LICITAMIX MATERIAIS DE ESCRITÓRIO LTDA ME ficou classificada em 1º lugar nos lotes 05, 10, 15, 24 e 26, totalizando R\$135.230,00 (cento e trinta e cinco mil duzentos e trinta reais).

MARCONI KIRCH EPP ficou classificada em 1º lugar nos lotes 12, 14, 19 e 28, totalizando R\$61.406,00 (sessenta e um mil e quatrocentos e seis reais).

RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI ME ficou classificada em 1º lugar nos lotes 07, 21 e 22, totalizando R\$31.848,00 (trinta e um mil e oitocentos e quarenta e oito reais).

TRANSPONCI TRANSPORTADORA EIRELI - ME ficou classificada em 1º lugar no lote 29, totalizando R\$89.900,00 (oitenta e nove

mil e novecentos reais).

Palhoça, 25 de agosto de 2015.

### **TOMADA DE PREÇOS 129/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

AVISO DE LICITAÇÃO

TOMADA DE PREÇOS Nº129/2015

O Município de Palhoça torna público que fará realizar a Tomada de Preços nº129/2015, no dia 16 de setembro de 2015, às 14h00min, na Sala da Comissão Permanente de Licitações, no Centro Administrativo da Prefeitura Municipal, situado a Av. Hilza Terezinha Pagani, 280 – Parque Residencial Pagani – Palhoça/SC. A TOMADA DE PREÇOS nº129/2015 tem como objeto a contratação de empresa especializada, para execução de laje sobre a garagem no Quartel do Corpo de Bombeiros, Bairro Centro – Palhoça/SC, incluindo mão de obra com fornecimento de todo material. O edital, que está embasado na lei de licitações, encontra-se à disposição dos interessados no endereço acima citado, das 13h00min às 18h00min horas ou pelo site: palhoca.atende.net. Palhoça, 25 de agosto de 2015. COMISSÃO DE LICITAÇÕES.

---

## **CÂMARA MUNICIPAL**

---

### **PREGÃO PRESENCIAL Nº 09/2015**

EDITAL

PREGÃO PRESENCIAL Nº 009/2015

A CÂMARA MUNICIPAL DE PALHOÇA/SC, com sede na Rua Joci José Martins, nº 101, Loteamento Pagani – Passa Vinte - Palhoça/SC, inscrita no CNPJ sob nº 75.813.675/0001-59, torna público que realizará licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, do tipo MENOR PREÇO GLOBAL, para contratação de empresa especializada na prestação de serviços técnicos, com fornecimento de solução tecnológica, conversão para o formato digital, organização, guarda e microfilmagem, a ser regido pela Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, a Lei Estadual nº 12.337, de 05 de julho de 2002 e o Regulamento aprovado pelo Decreto Estadual nº 2.617, de 16 de setembro de 2009, alterações posteriores, com aplicação subsidiária da Lei nº 8.666/93, de 21 de junho de 1993, e, demais normas legais federais e estaduais vigentes.

A Documentação e proposta deverão ser entregues no dia, hora e local abaixo especificado:

LOCAL DE ENTREGA DOS ENVELOPES: Setor de Compras e Licitação da Câmara Municipal de Palhoça, na Rua Josi José Martins, nº 101, Loteamento Pagani – Passa Vinte - Palhoça/SC, CEP – 88132-282.

DATA DE ENTREGA DOS ENVELOPES:

Dia 10/09/2015, até às 10 horas 00 min.

DATA DA ABERTURA DOS ENVELOPES:

Dia 10/09/2015, às 10 horas 00 min.

LOCAL: Setor de Compras e Licitação da Câmara Municipal de Palhoça, na Rua Josi José Martins, nº 101, Loteamento Pagani – Passa Vinte - Palhoça/SC, CEP – 88132-282.

ENVIO DE CORRESPONDÊNCIA VIA POSTAL:

As empresas que encaminharem os envelopes via postal, deverão indicar no anverso, além do endereço completo deste Instituto (descrito acima):

A/C DO PREGOEIRO

NÚMERO E MODALIDADE DA LICITAÇÃO

DATA E HORA DE ABERTURA DOS ENVELOPES

Os documentos relacionados a seguir fazem parte integrante deste Pregão:

Anexo I – Termo de Referência

Anexo II – Modelo de Declaração de pleno atendimento aos requisitos de habilitação.

Anexo III – Modelo de declaração de que a licitante cumpre o disposto no inciso XXXIII, do art. 7º da Constituição Federal.

Anexo IV – Modelo de identificação dos envelopes.

Anexo V – Modelo recibo de documentos.

Anexo VI – Modelo da Proposta.

Anexo VII – Declaração comprobatória de enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte, quando for o caso.

Anexo VIII – Modelo de Declaração de cumprimento das normas referentes à Saúde e à Segurança no Trabalho;

Anexo IX – Declaração de vistoria

Anexo X – Minuta do Contrato.

1 - DA LICITAÇÃO

1.1 - Do Objeto do Pregão



A presente licitação destina-se a selecionar propostas para a contratação de empresa especializada para prestação de serviços de organização, guarda, conversão digital e microfilmagem de documentos.

## 2 - DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

2.1 - Poderão participar desta licitação as empresas interessadas que atenderem às exigências estabelecidas neste Edital.

2.2 - Não será admitida a participação de:

2.2.1 - empresas em consórcio;

2.2.2 - empresas concordatárias ou cuja falência tenha sido declarada, que se encontram sob concurso de credores ou em dissolução/liquidação;

2.2.3 - empresas punidas com suspensão do direito de licitar ou contratar com a Administração, usuária do Cadastro Central de Fornecedores do Estado de Santa Catarina, durante o prazo estabelecido para a penalidade;

2.2.4 - empresas que tenham sido declaradas inidôneas para licitar ou contratar com a administração pública;

2.2.5 - empresas cujos diretores, gerentes, sócios e empregados sejam servidores ou dirigentes do órgão licitante.

## 3 – DO CREDENCIAMENTO PARA PARTICIPAR DO CERTAME

3.1 – Em data e horário estabelecidos para a realização da sessão pública do Pregão, o representante da empresa licitante deverá identificar-se, comprovando ter os necessários poderes para representá-la nas licitações em todas as suas fases, bem como tomar todas e quaisquer providências e decisões referentes ao presente Pregão, sendo então credenciado.

3.1.1 - Para comprovar a condição de representante da licitante, o credenciado entregará ao pregoeiro:

a) cópia e original do documento de identidade de fé pública (será aceito o RG - Carteira de Identidade Civil ou documento de identidade expedido por órgão de registro profissional);

b) se procurador, procuração pública ou particular (acompanhada de cópia autenticada do contrato social da empresa), com poderes específicos para representá-la na licitação em todas as suas fases e todos os demais atos, em nome da licitante;

c) se dirigente/proprietário, cópia autenticada do contrato social, estatuto ou ata de eleição do dirigente da licitante.

3.2 – As licitantes deverão se fazer presente na sessão pública do Pregão, no horário fixado no preâmbulo deste edital, para:

3.2.1 - o credenciamento;

3.2.2 – a entrega da declaração (Anexo II);

3.2.3 – a entrega da declaração de microempresas ou empresas de pequeno porte, de que se enquadram nesta categoria jurídica empresarial, e que não se enquadram nas exceções do § 4º do art. 3º da Lei Complementar nº 123/06 (Anexo VII).

3.3 – Tão-somente a pessoa credenciada poderá intervir no procedimento licitatório, sendo admitido, para esse feito, um representante por licitante interessada.

3.4 – Nenhuma pessoa, ainda que munida de procuração, poderá representar mais de uma empresa nesta licitação, sob pena de exclusão sumária de ambas as licitantes representadas.

3.5 – A comprovação de que o interessado não possui poderes específicos para representar a licitante no certame, implicará na impossibilidade de participar da fase competitiva, consubstanciada nos lances verbais, lavrando-se em ata o ocorrido e, permanecendo tão-somente no certame a sua proposta escrita.

## 4 - DA FORMA DE APRESENTAÇÃO DOS ENVELOPES

4.1 – A proposta de preços e os documentos de habilitação deverão ser apresentados em envelopes (opacos e rubricados no fecho) separados e lacrados, de forma a não permitir a violação de seu conteúdo, identificados com etiqueta conforme o Anexo IV.

4.2 - O recibo de documentos (Anexo V) deverá ser preenchido em 02 vias e entregues no Protocolo do Setor de Compras e Licitação da Câmara Municipal de Palhoça, juntamente com os envelopes.

## 5 – DA PROPOSTA DE PREÇOS – ENVELOPE Nº 01

5.1 - A proposta de preços deverá ser apresentada com base nas especificações do Anexo I, deste Edital, devendo obrigatoriamente, ser datilografada ou digitada e impressa por qualquer processo eletrônico, em idioma nacional, sem cotações alternativas, emendas, rasuras ou entrelinhas, contendo a razão social completa e CNPJ da licitante, endereço, telefone e/ou “fac-símile” e/ou endereço eletrônico, devendo a última folha ser datada e assinada pelo representante da licitante devidamente identificado, preferencialmente em papel timbrado, em uma única via com todas as suas folhas numeradas e rubricadas.

5.1.1 – A proposta apresentada de acordo com o modelo constante do Anexo VI, deste Edital, deverá obrigatoriamente conter:

a) a identificação do objeto ofertado, observadas as especificações constantes do Anexo I

b) o preço unitário, o preço total e o global, expresso em reais, considerando 2 (duas) casas decimais após a vírgula, para os serviços discriminados nas alíneas “a” a “e” do item 5.8 ;

c) o prazo de validade da proposta, que não poderá ser inferior a 60 (sessenta) dias, contados da data limite para apresentação das propostas neste Pregão;

5.2 - Havendo divergência entre o valor unitário e total, prevalecerá o valor unitário.

5.3 – Nos preços cotados devem estar inclusos todos os custos relacionados com a remuneração e encargos sociais e outros, pertinentes à prestação dos serviços, bem como taxas, impostos, fretes, e demais despesas diretas e indiretas incidentes sobre o(s) mesmo(s).

5.4 – Não serão aceitas propostas sem a assinatura do representante da empresa devidamente identificado.

5.5 – Na hipótese prevista no subitem acima, e estando presente o representante legal na sala onde estão sendo abertos os envelopes e, desde que devidamente comprovada a sua representatividade por intermédio de procuração com poderes específicos inerentes ao presente Pregão, a falta da assinatura poderá ser sanada no ato da constatação de tal fato.

5.6 – A licitante vencedora do certame deverá encaminhar detalhamento de sua proposta com os respectivos valores unitários readequados ao valor global representado pelo lance vencedor, no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis, contado a partir da data do encerramento da sessão.

5.7 – A contratada deverá demonstrar detalhadamente um plano de contingência para eventualidades, como sinistros, paralisação, greve, racionamento dos serviços públicos, falta de energia elétrica, que deverá compor a proposta, sob forma de anexo.

5.8 - A empresa licitante deverá considerar, para fins de proposta, os quantitativos abaixo estimados:

a) Serviço de organização, catalogação e identificação de arquivos: 500 (quinhentas) caixas.

b) Fornecimento de solução tecnológica para gestão de documentos eletrônicos, composta por 01 licença ilimitada para visualização via web, e com permissão para digitalização e indexação de novos documentos.

c) Serviço de instalação e implantação: 01

d) Serviço de treinamento e configuração: 01 implantação.

e) Serviço de Suporte Técnico, Skype e Email – 01 – mensal.

f) Serviço de Digitalização e Indexação de Documentos com 03 campos de indexação: 200.000 (duzentas mil) páginas.

g) Serviço de Migração, Identificação, Tratamento, Indexação e Implantação no sistema de aproximadamente 300.00 (trezentas mil) páginas, já digitalizadas e arquivados em PDF.

h) Serviços de Microfilmagem convencional 16mm: 100.000 (cem mil) páginas.

i) Serviço de Administração e Guarda de Documentos aproximadamente: 500 (quinhentos) caixas/mês.

5.8.1 Esta quantidade é meramente estimativa, sendo que somente serão pagos os valores dos serviços efetivamente requisitados e executados. Para os exercícios seguintes, e considerando-se a conclusão em relação ao acervo inicial, os quantitativos poderão sofrer reduções superiores inclusive em 25% ao ora planilhado, devendo o licitante previamente acordar com essa diminuição, abrindo mão de quaisquer direitos a respeito, concordância essa que será considerada como existente pela simples apresentação da proposta.

5.8.2 Os valores de pesquisa e entrega de documentos requisitados para os serviços de guarda e de conversão para microfilme, respectivamente. Para composição dos custos, o licitante deverá considerar que a Câmara Municipal de Palhoça dará um prazo de 120 (cento e vinte dias) para a conclusão do serviço, contados da assinatura do contrato.

## 6 – DA FASE COMPETITIVA DO CERTAME

6.1 – Aberta a sessão pública do Pregão, o pregoeiro abrirá o envelope nº 1, contendo a proposta de preços, verificará a sua conformidade com as exigências do presente edital e as ordenará pelo menor preço mensal.

6.1.1 – Aberto o primeiro envelope, não caberá desistência de propostas.

6.2 – Participação dos lances verbais e sucessivos, o autor da proposta de menor preço global e os autores das propostas que apresentem valores até 10% superiores, relativamente, a de menor preço.

6.2.1 – Não havendo pelo menos 3 (três) ofertas nas condições previstas anteriormente, serão chamados a participar dos lances verbais e sucessivos, os autores das melhores propostas, até no máximo de 03 (três), quaisquer que sejam os preços oferecidos.

6.3 – Os lances verbais e sucessivos serão iniciados pelo autor da proposta com maior preço dentre aqueles aptos a oferecer propostas e assim sucessivamente, em ordem decrescente, até a proclamação do vencedor.

6.4 – Caso duas ou mais propostas, dentre as inicialmente ordenadas para oferecer lances verbais, apresentarem preços iguais, será realizado previamente sorteio para determinação da ordem de oferta dos lances.

6.4.1 - Caso as licitantes participantes do sorteio desistam de apresentar lance verbal, a classificação dar-se-á de acordo com o resultado do sorteio.

6.5 – Os lances, em valores distintos e decrescentes, serão efetuados no momento em que for conferida a palavra ao representante da licitante, na ordem decrescente dos preços.

6.6 – É vedada a oferta de lance visando empate com proposta de outra licitante.

6.7 – Os lances observarão o decréscimo mínimo de R\$ 200,00 (duzentos reais) do último valor ofertado.

6.8 – Não será admitida a desistência do(s) lance(s) efetivado(s), sujeitando-se a licitante desistente às penalidades previstas neste edital.

6.9 – A desistência em apresentar lance verbal, quando convocado pelo pregoeiro, implicará na exclusão da licitante da etapa de lances verbais e na manutenção do último preço apresentado pela licitante, para efeito de ordenação das propostas.

6.10 – Caso as licitantes não apresentem lances verbais, será verificada a conformidade entre a proposta escrita de menor preço e o valor estimado para a contratação, podendo o pregoeiro negociar diretamente com a licitante para que seja obtido melhor preço.

6.11 – O encerramento da etapa competitiva dar-se-á quando, convocadas pelo pregoeiro, as licitantes deixarem de apresentar novos lances.

6.12 - Nas licitações será assegurada, como critério de desempate, preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte, conforme disposto na LCP 123/2006.

6.12.1 - Entendem-se por empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 5% (cinco por cento) superiores à proposta mais bem classificada.

6.12.2 Ocorrendo o empate, proceder-se-á da seguinte forma:

a) a microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, situação em que será adjudicado em seu favor o objeto licitado;

b) não ocorrendo a contratação da microempresa ou empresa de pequeno porte, na forma do inciso I do caput do artigo 45, da LCP 123/2006, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na hipótese dos §§ 1º e 2º do art. 44 desta Lei Complementar, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;

c) no caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecido nos §§ 1º e 2º, do art. 44, da LCP 123/2006, de 14 de dezembro de 2006, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

d) na hipótese da não-contratação nos termos previstos no caput do art. 44, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame.

e) o disposto no referido artigo, somente se aplicará quando a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte.

f) a microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada será convocada para apresentar nova proposta no prazo máximo de 5 (cinco) minutos após o encerramento dos lances, sob pena de preclusão.

6.13 – Encerrada a etapa competitiva e ordenadas as propostas, o pregoeiro examinará:

a) a aceitabilidade da proposta de menor valor, comparando-a com valores consignados em planilha de acompanhamento de preços do órgão licitante, decidindo a respeito;

b) o atendimento das especificações e qualificações dos serviços ofertados, definidas no edital e seus anexos, bem como as demais condições estabelecidas.

6.14 – Se a oferta não for aceitável por apresentar preço excessivo, o pregoeiro poderá negociar com a licitante, com vistas a obter melhor preço.

6.15 – Se a oferta não for aceitável ou se a licitante desatender às exigências da habilitação, o pregoeiro examinará as ofertas subsequentes, verificando a sua aceitabilidade e procedendo a sua habilitação, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta que atenda ao edital, sendo a respectiva licitante declarada vencedora da licitação.

6.16 – Serão desclassificadas as licitantes em razão de:

a) não atendimento das condições estabelecidas neste edital, em seus anexos e no Decreto Estadual nº 2.617, de 16 de setembro de 2009 e suas alterações;

b) fixação de condicionantes para a prestação dos serviços licitados;

c) omissões, disposições vagas ou que apresentem irregularidades ou defeitos que possam inviabilizar o julgamento;

d) oferta de preços excessivos, assim considerados aqueles que estiverem acima do preço que a Administração se propõe a pagar;

e) apresentação de duas ou mais opções de preços.

6.16.1 – Não serão consideradas, para efeitos de julgamento, quaisquer vantagens não previstas no edital.

7 – DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO – Envelope nº 2

7.1 – Encerrada a fase competitiva do Pregão e ordenadas as propostas, será aberto pelo pregoeiro o Envelope nº 2 – Documentos de



Habilitação da(s) licitante(s) classificada(s) com menor preço, realizando a verificação do atendimento das condições de habilitação fixadas neste Edital.

7.2 - A documentação para fins de habilitação incluída no envelope nº 2, pelas licitantes, é constituída de:

7.2.1 – Cópia do Certificado de Cadastro de Fornecedores – CCF, válido na data limite fixada para apresentação dos documentos neste Pregão, fornecido pela Prefeitura Municipal de Palhoça, ou mediante apresentação dos documentos abaixo elencados:

- a) Registro comercial, no caso de empresa individual;
- b) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;
- c) Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício;
- d) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país e o ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;
- e) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);
- f) Prova de regularidade fiscal relativa à Seguridade Social – INSS;
- g) Prova de regularidade fiscal relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – CRF/FGTS;
- h) Prova de regularidade fiscal para com a Fazenda Federal e para com a Dívida Ativa da União, mediante apresentação da Certidão Conjunta de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União expedida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil;
- i) Prova de regularidade fiscal para com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede da licitante, expedida pelo órgão competente;
- j) Prova de regularidade fiscal para com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede da licitante, expedida pelo órgão competente;
- j.1) No caso de Municípios que mantêm Cadastro Mobiliário e Imobiliário separados, deverão ser apresentados os comprovantes referentes a cada um dos cadastros;
- l) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, instituída pela Lei Federal no 12.440, de 7 de julho de 2011.

7.2.2 Além dos documentos constantes dos subitens 7.2.1, a licitante, cadastrada ou não, deverá apresentar ainda:

7.2.2.1 - Declaração de que a empresa licitante cumpre o disposto no inciso XXXIII, do art. 7 da Constituição Federal ("proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos;"), em observância à Lei Federal nº 9.854, de 27.10.99, que altera a Lei nº 8.666/93 (Anexo III);

7.2.2.2 - Declaração da empresa de que não se encontra suspensa ou impedida de licitar.

7.2.2.3 Relativos à Qualificação Técnica.

7.2.2.3.1 A empresa deverá comprovar capacidade técnica para o serviço mediante apresentação de atestado de capacidade técnica que comprove a execução de serviço que contemple todos os itens do termo de referência, prestado de forma contínua, em quantitativo igual ou superior em volume e prazo com o objeto licitado.

7.2.2.3.2 O atestado deverá conter o número do contrato, prazo de vigência, identificação do responsável pelas informações. Caso o atestado seja emitido por empresa da iniciativa privada, deverá estar acompanhado do contrato ou de nota fiscal comprobatória dos serviços realizados e atestados.

7.2.2.3.4. A licitante deverá apresentar o registro de autorização para exercer a atividade de microfilmagem de documentos, mediante apresentação de documento emitido pela Secretaria Nacional de Justiça, devidamente assinado pelo Serviço de Qualificação – SNJ do Ministério da Justiça (em original ou fotocópia autenticada) e ainda publicação no Diário Oficial da União, nos termos da lei federal 5.433, de 08 de maio de 1968, e do decreto federal 1.799, de 30 de janeiro de 1.990.

7.2.2.3.5. A empresa deverá apresentar o alvará de funcionamento e do Corpo de Bombeiros da sede da empresa que onde ficarão armazenados os documentos.

7.2.2.3.6. Apresentação de Declaração que comprove a existência de estrutura e de equipamentos, identificando: quantidades, marcas e modelos, que será utilizada para execução dos objetos descritos no Termo de Referência.

7.2.2.3.7. Qualificação Profissional, que deverá ser exigido juntamente com a apresentação da proposta: Indicação dos membros da Equipe Técnica de seu quadro permanente, comprovando o vínculo através da CTPS ou de contrato de prestação de serviços, ou, ainda, do contrato

social da licitante, acompanhados dos certificados/declarações que comprovem sua habilitação:

7.2.2.3.8. Profissional com Nível Superior em Biblioteconomia, registrado no conselho de classe.

7.2.2.3.9. Prova de registro da empresa no CRA (Conselho Regional de Administração) e CRB (Conselho Regional de Biblioteconomia) com jurisdição no Estado onde está sediada a empresa, com validade na data limite de entrega da documentação e das propostas. Caso a empresa não possua Sede em Santa Catarina, deverá apresentar o Visto nos Conselhos de SC até a data de assinatura do contrato.

7.2.2.3.10. Apresentação da Carta de Solidariedade do Fabricante autorizando o licitante a revender, instalar e fornecer suporte técnico para a solução tecnológica proposta.

7.2.2.3.11. A empresa deverá estar situada em uma distância máxima de sede do Contratante, equivalente a um raio de 100km (cem quilômetros) de percurso, cuja comprovação se dará mediante declaração da licitante. Exclusivamente em relação à sede, poderá a empresa apresentar declaração de que, caso não se situe na distância mencionada, montará escritório com estrutura adequada ao atendimento do presente contrato, em local cuja distância máxima equivalha à ora disposta, cuja efetivação deverá se dar em três dias úteis após a assinatura do contrato.

7.2.2.3.12. A empresa deverá comprovar possuir patrimônio líquido equivalente a no mínimo 10% (dez por cento) do volume estimado.

7.2.2.3.13. Atestado de visita ao local do serviço fornecido pela Coordenadoria de Licitações ou outro servidor público da CMP designado para tal OU declaração firmada pelo responsável da empresa, de que a licitante tem conhecimento do local, condições e peculiaridades do objeto, assumindo a responsabilidade por eventuais constatações posteriores que poderiam ter sido verificadas caso tivesse realizado a visita técnica. A empresa interessada, deverá realizar agendamento da visita através do telefone (48) 32421501, podendo a mesma ser realizada até a véspera de recebimento dos envelopes. Nesta visita prévia ao local do serviço, compete ao proponente efetuar minucioso estudo e verificação dos arquivos para a execução dos serviços, devendo antes de apresentar a proposta, indicar discrepâncias, omissões ou erros porventura observados, de forma a serem sanados quaisquer problemas que prejudiquem o correto desenvolvimento dos serviços. A omissão por parte do proponente implicará a aceitação da responsabilidade por eventuais necessidades de alterações de serviços que possam interferir nas demais instalações prediais.

7.3 – Declaração, em atendimento a Lei Estadual nº 10.732, de 07/04/1998, de que a empresa cumpre as normas de Saúde e Segurança do Trabalho, conforme modelo do Anexo VIII;

7.4 – Para suprir a documentação vencida, relacionada no Certificado de Cadastro de Fornecedores – CCF, deverá(ão) ser entregue(s) o(s) documento(s) hábil(eis):

- a) em original; ou
- b) cópia autenticada por cartório; ou
- c) cópia autenticada pelo pregoeiro ou membro da equipe de apoio, na abertura do envelope nº 2 – documentos de habilitação, mediante a exibição dos originais; ou
- d) exemplar da publicação em órgão da imprensa oficial; ou
- e) cópia da página da Internet condicionado a que os documentos tenham sua validade confirmada pelo pregoeiro.

7.5 – Somente serão aceitos documentos originais, cópias ou publicações legíveis, que ofereçam condições de análise por parte do pregoeiro.

7.6 – Somente será(ão) autenticado(s) documento(s) mediante a apresentação de seu(s) original(is).

7.7 – Para as Empresas enquadradas na Lei Complementar 123/2006:

a) Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 2 (dois) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

b) A não-regularização da documentação, no prazo previsto na alínea anterior a este item, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

7.8 – Os comprovantes exigidos, quando for o caso, deverão apresentar prazo de validade até a data limite fixada para a entrega dos envelopes.

7.9 – Sob pena de inabilitação, nos documentos a que se refere o subitem 7.2 deste edital, deverão constar o nome/razão social da licitante, o número do CNPJ e o respectivo endereço, observado que:

- a) se a licitante for matriz, os documentos deverão estar em nome da matriz;
- b) se a licitante for a filial, os documentos deverão estar em nome da filial, salvo situação expressa no documento: válidos para matriz e filiais.

7.10 – As licitantes que, por sua natureza ou por força de lei estiverem dispensadas da apresentação de determinados documentos de habilitação deverão apresentar declaração identificando a situação e citando os dispositivos legais pertinentes.

7.11 – A inscrição no cadastro de fornecedores do município de Palhoça será aceito pela Câmara Municipal de Palhoça, para fins de habilitação.

7.12 – Constatada a conformidade da documentação com as exigências contidas no edital, a licitante será declarada vencedora, sendo-lhe adjudicado o objeto, salvo se houver interposição de recurso.

7.13 – Em caso da licitante desatender às exigências habilitatórias, o pregoeiro a inabilitará e examinará as ofertas subsequentes e a qualificação das licitantes, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma que atenda ao edital, sendo a respectiva licitante declarada vencedora, sujeitando a empresa inabilitada as penalidades previstas.

7.14 – O envelope de documentação deste pregão que não for aberto ficará em poder do pregoeiro pelo prazo de 30 dias consecutivos, a partir da homologação da licitação, após o que ficará à disposição da licitante para retirada até o prazo de 05 dias úteis.

7.15 – Os envelopes com os documentos de habilitação das empresas que forem excluídas da fase competitiva do certame serão devolvidos imediatamente à interessada, conforme o subitem 6.2 deste edital.

## 8 – DA ATA DA SESSÃO PÚBLICA DO PREGÃO

8.1 – Da sessão pública do Pregão será lavrada ata circunstanciada, contendo o(s) registro(s):

- a) das licitantes credenciadas;
- b) das propostas escritas e verbais apresentadas na ordem de classificação;
- c) da análise da documentação exigida para a habilitação;
- d) da manifestação imediata e motivada de intenção de recorrer da licitante.

8.1.1 – A ata circunstanciada deverá ser assinada pelo pregoeiro, equipe de apoio e pelo(s) representante(s) da(s) licitante(s) presente(s), devidamente credenciado(s).

## 9 – DA SESSÃO PÚBLICA DO PREGÃO

9.1 - Iniciada a sessão pública do Pregão, esta não será suspensa ou transferida, salvo motivo excepcional assim caracterizado pelo pregoeiro.

9.2 – Verificando-se o adiamento da sessão pública do Pregão, o pregoeiro determinará nova data para continuação dos trabalhos, devendo ficar intimadas as licitantes.

9.3 – O pregoeiro poderá interromper a sessão, temporariamente, para determinar alguma providência administrativa para o bom andamento dos trabalhos.

## 10 – DO JULGAMENTO

10.1 – Serão desclassificadas as propostas que não atenderem às exigências do ato convocatório da licitação.

10.2 - Será considerada primeira classificada, a proposta que, obedecendo às condições, especificações e procedimentos estabelecidos neste edital, apresentar o “MENOR PREÇO GLOBAL”.

## 11 – DAS IMPUGNAÇÕES E DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

11.1 – Qualquer cidadão poderá, no prazo de até 2 (dois) dias úteis da data fixada para a realização da sessão pública, solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar o edital do Pregão.

11.2 - Ao final da sessão, a licitante que desejar recorrer contra decisões do pregoeiro, deverá manifestar imediata e motivadamente tal intenção, com o devido registro em ata, sendo-lhe concedido o prazo de 3 (três) dias para a apresentação das razões do recurso, ficando as demais licitantes, desde logo, intimadas a apresentar contrarrazões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo da recorrente, sendo-lhe assegurada vista dos autos.

11.2.1 – Será admitido o encaminhamento de impugnação ou recurso administrativo por meio de e-mail, por intermédio de petição escrita dirigida à autoridade superior. É obrigatório protocolar no prazo legal o original do documento.

11.3 - Não serão conhecidas as impugnações e os recursos apresentados fora do prazo legal e/ou subscritos por representante não habilitado legalmente ou não identificado no processo para responder pela licitante.

11.4 – O recurso, bem como possível impugnação, serão julgados pela autoridade superior utilizando-se, quando necessário, de setores técnicos na busca de subsídios, podendo, com fulcro no art. 43, § 3º, do diploma licitatório, em qualquer fase da licitação, realizar diligências que visem a instrução do processo.

11.5 – Decididos os recursos à autoridade competente fará a adjudicação do objeto da licitação ao licitante vencedor.

11.5 - A falta de manifestação imediata e motivada importará a preclusão do direito de recurso.

11.6 – As impugnações, recursos e contrarrazões deverão ser entregues no setor de Compras e Licitação da Câmara Municipal de Palhoça.

## 12 – DA CONTRATAÇÃO

12.1 - A celebração do Contrato será formalizada com o órgão requisitante, consoante a minuta que constitui o Anexo X, deste Pregão.

12.2 - Convocação para a assinatura do Contrato:

12.2.1 – transcorrido o prazo recursal, adjudicado o objeto e homologado o resultado, o órgão requisitante convocará a licitante vencedora, que terá o prazo de 3 dias úteis, contado da data da convocação, para retirar a AF e assinar o Contrato.

12.2.1.1 - A licitante convocada poderá pedir prorrogação do prazo, por igual período, para retirar a AF e assinatura do contrato, desde que formulada no curso do prazo inicial e alegado justo motivo, condicionado o atendimento do requerido à aceitação dos motivos pelo Contratante.

12.2.1.2 - Havendo recusa injustificada por parte da licitante vencedora, para assinatura do contrato, o órgão requisitante cominará multa à licitante no valor equivalente a 20%, calculado sobre o valor anual estimado da contratação, sem prejuízo de outras sanções previstas na Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, Decreto Estadual nº 2.617, de 16 de setembro de 2009 com suas alterações e neste edital.

12.2.2 – Se a licitante vencedora não apresentar situação de habilitação regular, ou dentro do prazo de validade de sua proposta, se recusar a retirar a AF ou assinar o Contrato, poderá ser convocada outra licitante. Neste caso será observada a ordem de classificação, averiguada a aceitabilidade de sua oferta, procedendo a sua habilitação e, sucessivamente, até a apuração de uma que atenda ao Edital, que será declarada a vencedora do certame, podendo o pregoeiro negociar diretamente com a licitante para que seja obtido melhor preço.

12.3 - Da vigência do Contrato

12.3.1 – O prazo de vigência do Contrato será de 12 (doze) meses a contar da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado na forma da Lei, mediante acordo entre as partes, por meio de aditamento.

12.4 – Da rescisão contratual

12.4.1 – A rescisão do Contrato poderá ocorrer na forma e hipóteses previstas pela Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993.

12.4.1.1 - Da rescisão contratual decorrerá o direito do Contratante, incondicionadamente, reter os créditos relativos ao contrato até o limite do valor dos prejuízos causados ou em face ao cumprimento irregular do avençado, além das demais sanções estabelecidas neste edital, no contrato e em lei, para a plena indenização do erário.

12.4.2 - As sanções e penalidades que poderão ser aplicadas à Contratada são as previstas na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, no Contrato e no Decreto Estadual nº 2.617, de 16 de setembro de 2009, com suas alterações.

12.5 – Dos direitos do Contratante

Ficam resguardados os direitos do Contratante, em caso de rescisão administrativa, na forma estabelecida no artigo 77, da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993.

12.6 - Da execução do Contrato

12.6.1 - São partes integrantes do Contrato, como se transcritos estivessem, a presente licitação, seus anexos e quaisquer complementos, os documentos, propostas e informações apresentadas pela licitante vencedora e que deram suporte ao julgamento da licitação.

12.6.2 - Quaisquer atos ou ações praticadas por empregados, prepostos ou contratados da Contratada, que resultarem em qualquer espécie de dano ou prejuízo para a Administração Pública e/ou para terceiros, serão de exclusiva responsabilidade da Contratada.

12.6.3 - São de responsabilidade da Contratada, eventuais demandas judiciais de qualquer natureza, contra ela ajuizada, relacionada ao presente edital e à execução do Contrato.

12.6.4 – A licitante vencedora deverá manter, até o cumprimento final de sua obrigação, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, devendo comunicar imediatamente ao contratante qualquer alteração que possa comprometer o objeto contratado.

12.7 - Da alteração do Contrato

12.7.1 – O Contrato a ser celebrado poderá ser alterado, na forma e condições estabelecidas no artigo 65 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

12.7.1.1 – O Contratado fica obrigado a aceitar, nos termos do art. 65, §1º, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessário até 25% do valor atualizado do contrato, não cabendo nesse caso qualquer tipo de indenização.

13 – DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

Da Contratada:

a) realizar a prestação dos serviços, de acordo com a proposta apresentada no Pregão Presencial nº 009/2015, e na forma e condições estabelecidas no Edital e em seus anexos, e no Contrato;

- b) guardar sigilo sobre as informações constantes dos documentos;
- c) executar os serviços em conformidade com a legislação vigente;
- d) responsabilizar-se integral e exclusivamente pela execução dos serviços contratados;
- f) a Contratada deverá cumprir todas as exigências das Leis e Normas de Segurança e Higiene no Trabalho, fornecendo os adequados equipamentos de proteção individual e coletiva a todas as pessoas ligadas à empresa que estiverem realizando os serviços ou por algum motivo permaneçam na Câmara Municipal de Palhoça.
- g) selecionar e preparar rigorosamente os funcionários que irão prestar os serviços;
- h) responsabilizar-se pelos danos pessoais ou materiais causados por seus funcionários ou prepostos, inclusive por omissão destes, nas dependências da Contratante;
- i) manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as demais obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no procedimento licitatório;
- j) deverá fornecer a Câmara Municipal de Palhoça, juntamente com as faturas mensais, relatório mensal dos serviços executados, apresentando as ocorrências verificadas, descrição dos serviços executados;
- k) submeter-se à fiscalização por parte do Contratante.

Da Contratante:

- a) comunicar à Contratada toda e qualquer ocorrência relacionada à entrega do objeto;
- b) pagar à Contratada o preço ajustado, de acordo com a forma de pagamento estipulada no edital, certificada pela Câmara Municipal de Palhoça;
- c) fiscalizar e acompanhar a execução do contrato de prestação de serviços, segundo seu interesse, sob os aspectos qualitativos e quantitativos, relatando irregularidades quando for o caso;
- d) rejeitar, no todo ou em parte, o(s) material(is) entregue(s) pela Contratada fora das especificações do edital;
- e) aplicar as sanções administrativas, quando se fizerem necessárias;
- f) prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela Contratada.

#### 14 - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

As despesas decorrentes da presente licitação correrão a conta dos recursos consignados no seguinte orçamento para o exercício de 2015 e no que para isto se destinar nos orçamentos futuros:

Órgão	Elemento de despesa
Câmara Municipal de Palhoça	3.3.90.39.57

#### 15 – DO PAGAMENTO DAS DESPESAS

##### 15.1 - O pagamento será:

##### 15.1.1 - Realizado por intermédio da Agência 1784 Banco da Caixa Econômica Federal no valor devido assim constituído:

- a) valor mensal para guarda, de acordo com a quantidade já selecionada para essa finalidade e após a devida organização;
- b) os serviços de organização serão pagos mensalmente, em conformidade com relatório apresentado refletindo a efetiva prestação dos serviços;
- c) os serviços de conversão em formato digital ou em microfilme serão pagos mensalmente em valores correspondentes à quantidade de serviço efetivamente executada no mês anterior.

15.1.2 – O pagamento será realizado, após conferência e aceite, até o 5º (quinto) dia útil seguinte ao da apresentação da nota fiscal/fatura, que deverá ser emitida em nome da Câmara Municipal de Palhoça, devendo constar CNPJ, o número da licitação.

15.1.2 – O pagamento será liberado mediante a apresentação de:

- I – Certidão Conjunta de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União expedida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil;
- II – Certidão Negativa de Débitos ou Certidão Positiva com Efeitos de Negativa da Previdência Social (INSS);

III – Certidão de Regularidade Fiscal relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – CRF/FGTS;

IV – Certidão Negativa de Débitos Estadual, de Santa Catarina e do Estado sede da empresa;

V – Certidão Negativa de Débitos Municipal de Palhoça e do Município sede da empresa;

VI – Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.

15.1.3 – O pagamento deverá ser efetuado de acordo com a efetiva realização dos serviços, condicionado às datas de liquidação de despesas fixadas pela CMP, por meio da CEF, mediante crédito direto na conta corrente do Contratado.

15.2 – Vencido o prazo estabelecido e não efetuado o pagamento, os valores serão corrigidos com base nos mesmos critérios adotados para a atualização das obrigações tributárias, em observância ao que dispõe a legislação.

## 16 - DAS SANÇÕES

16.1 - As empresas que não cumprirem as normas de licitação e as obrigações contratuais assumidas estarão sujeitas às sanções e penalidades estabelecidas na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e no Decreto Estadual nº 2.617, de 16 de setembro de 2009 e suas alterações, quais sejam:

I – Advertência;

II – Multa:

a) 0,33% por dia de atraso, na execução do serviço, calculado sobre o valor correspondente a parte inadimplente, até o limite de 9,9%;

b) 10% em caso de não conclusão dos serviços ou rescisão contratual, por culpa da contratada, calculado sobre a parte inadimplente;

c) até 20% calculado sobre o valor do contrato, pelo descumprimento de qualquer cláusula do contrato, exceto prazo de entrega e incluído vazamento de informações (quebra de sigilo). Caso haja vazamento de dados, além de aplicação de multa à CONTRATADA caberá assumir as responsabilidades penais, civis e administrativas decorrentes, isentando a CONTRATANTE de qualquer responsabilidade a respeito.

III – Suspensão:

A licitante ficará impedida de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, por até 5 anos quando a fornecedora convocada dentro do prazo de validade da sua proposta:

- não celebrar o Contrato;
- deixar de entregar documentação exigida para o certame ou apresentar documentação falsa;
- ensejar o retardamento da execução de seu objeto;
- não manter a proposta;
- falhar ou fraudar na execução do Contrato;
- comportar-se de modo inidôneo;
- cometer fraude fiscal;
- por prazo indeterminado, quando a empresa receber qualquer das multas previstas e não efetuar o pagamento.

IV – Declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública, em caso de faltas graves apuradas através de processo administrativo.

16.2 – Na aplicação das penalidades previstas neste edital, a Câmara Municipal de Palhoça considerará, motivadamente, a gravidade da falta, seus efeitos, bem como os antecedentes da licitante ou contratada, graduando-as e podendo deixar de aplicá-las, se admitidas as justificativas da licitante ou contratada, nos termos do que dispõe o artigo 87, "caput", da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

16.3 – A verificação posterior de que, nos termos da lei, o declarante não se enquadra como microempresa ou empresa de pequeno porte, caracterizará crime de fraude à licitação, conforme previsto no art. 90 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e implicará na aplicação de sanções e penalidades estabelecidas na referida lei, garantido o direito ao contraditório e ampla defesa.

16.4 – As penalidades aplicadas serão registradas no cadastro da licitante/contratada.

16.5 – Nenhum pagamento será realizado à Contratada enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

## 17 - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

17.1 – As dúvidas de ordem técnica, bem como aquelas decorrentes de interpretação do edital, deverão ser dirigidas por escrito à Comissão Permanente de Licitações, mediante requerimento, com antecedência de até 2 dias úteis anteriores a data marcada para recebimento dos envelopes.

17.2 – É facultado ao pregoeiro ou à autoridade superior, em qualquer fase desta licitação, promover diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo.



17.3 – As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os participantes, desde que não comprometam o interesse da Administração, a finalidade e a segurança da contratação.

17.4 – Não será permitida a subcontratação do objeto deste edital.

17.5 – A Câmara Municipal de Palhoça poderá revogar o presente Pregão por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar o ato, ou anulá-lo por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.

17.6 - O presente edital e seus anexos poderão ser alterados pela Comissão Permanente de Licitações da Câmara Municipal de Palhoça, antes de aberta a licitação, no interesse público, por sua iniciativa ou decorrente de provocação de terceiros, atendido o que estabelece o artigo 21, § 4, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, bem como adiar ou prorrogar o prazo para recebimento e/ou a abertura das propostas e documentos de habilitação.

17.8 - Informações e esclarecimentos sobre a presente licitação serão prestadas pela Comissão Permanente de Licitações, na Rua Joci José Martins, nº 101, Loteamento Pagani – Passa Vinte - Palhoça/SC, segunda a sexta-feira, durante o horário de expediente – das 13h30min às 18h30min, em dias úteis, pelos fones: (048) 3242-1501/ramal 1212, ou “e-mail” [licitacao@cmp.sc.gov.br](mailto:licitacao@cmp.sc.gov.br).

17.9 – Cópia deste edital e seus anexos poderá ser obtida pelos interessados, através do site [www.cmp.sc.gov.br](http://www.cmp.sc.gov.br), [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) ou ainda junto a Comissão Permanente de Licitações da Câmara Municipal de Palhoça, na Rua Joci José Martins, nº 101, Loteamento Pagani – Passa Vinte - Palhoça/SC.

17.10 – A Câmara Municipal de Palhoça não se responsabiliza pelo conteúdo e autenticidade de cópias deste Pregão, senão aquelas que estiverem rubricadas pela autoridade competente, ou sua cópia fiel.

17.11 - A participação na presente licitação implica na aceitação plena das condições expressas neste edital e em seus anexos.

17.12 – Fica eleito o foro da Comarca de Palhoça do Estado de Santa Catarina, com prevalência sobre qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para apreciação judicial de quaisquer questões resultantes deste edital.

Palhoça, 24 de agosto de 2015.

OTÁVIO MARCELINO MARTINS FILHO

Presidente da Câmara Municipal de Palhoça

#### ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA

##### 1. DO OBJETO

O escopo da presente licitação é a contratação de empresa especializada na prestação de serviços técnicos, com fornecimento de solução tecnológica, conversão para o formato digital, organização, guarda e microfilmagem.

##### 2. JUSTIFICATIVA DA LICITAÇÃO

A Câmara Municipal de Palhoça mantém a guarda de expressivo volume de documentação, pertinentes às áreas meio e fim do Poder Legislativo Municipal. Há vários locais de armazenamento dos documentos, sem suporte adequado para manuseio, localização e identificação. Alguns documentos têm guarda obrigatória por décadas, considerando-se tratar-se de documentos pertinentes a benefícios ou obrigações previdenciárias, não sendo autorizado seu descarte.

A produtividade desejável nos processos que tramitam na Câmara Municipal de Palhoça é significativamente afetada pela não disponibilização de meios e estrutura adequados ao rápido acesso ao documento, além de dispendir tempo considerável de servidores em busca da documentação pretendida.

Afora essa questão, problemas de espaço Câmara Municipal de Palhoça poderiam ser amenizados com a saída de grandes arquivos, cujo volume e, portanto a necessidade de espaço, apenas aumenta diariamente.

A otimização dos espaços, principalmente do setor legislativo que abriga muitos projetos de leis, bem como dos setores de recursos humanos e contabilidade, a celeridade e confiabilidade de informações, visando garantir eficiência e eficácia no desenvolvimento das atividades da Câmara Municipal, implicam necessidade de organização, informatização e disponibilização sob forma eletrônica de todo seu acervo documental.

A licitação tem como objetivo:

- Velocidade e precisão na localização de documentos ampliando o acesso as informações;
- Celeridade na análise dos processos frente ao acesso a conteúdo de documentação fundamental à formação de juízo e emissão de documentação legislativa;
- Gestão do espaço físico para armazenamento da documentação, com consequente gestão do espaço para adequada alocação dos setores da Câmara Municipal de Palhoça;

- Preservação da memória documental e conhecimento institucional;
- Segurança e acondicionamento adequado da documentação pública; e,
- Redução de custos, provenientes do mau gerenciamento da informação e da impressão de cópias desnecessárias;
- Sustentabilidade ecológica.

2. Os serviços a serem contratados poderão ser solicitados individualmente, e constituem em:

2.1 Serviço de guarda de documentos: este serviço tem por objetivo apenas a guarda física do documento, sendo minimamente composto por:

- 2.1.1 Coleta do documento;
- 2.1.2 Cadastramento das caixas em sistema de busca;
- 2.1.3 Guarda do documento;
- 2.1.4 Atendimento a solicitações de acesso/entrega do documento físico;
- 2.1.5 Descarte do documento.

2.2 Serviço de conversão digital: este serviço tem por objetivo a execução de todos os serviços necessários para a disponibilização dos documentos digitais, sendo minimamente composto por:

- 2.2.1 Coleta e Conferência do documento;
- 2.2.2 Digitalização do documento;
- 2.2.3 Controle de Qualidade individual das Imagens digitalizadas;
- 2.2.4 Indexação do documento, com até 05 campos;
- 2.2.5 Conferência dos dados indexados;
- 2.2.6 Consolidação e criação da Mídia Backup;
- 2.2.7 Importação e disponibilização do acesso virtual ao documento;
- 2.2.8 Atendimento a solicitações de acesso físico ao documento;
- 2.2.9 Encaminhamento para a Guarda de Documentos.

2.3 Serviço de microfilmagem convencional de documentos: este serviço é composto por:

- 2.3.1 Coleta do documento;
- 2.3.2 Preparação, higienização e restauração dos documentos;
- 2.3.3 Microfilmagem do documento em planetária 16 mm;
- 2.3.4 Processamento e Revelação dos Microfilmes;
- 2.3.5 Duplicação dos Microfilmes em Diazo;
- 2.3.6 Atendimento a solicitações de acesso à mídia do documento;
- 2.3.7 Tratamento Técnico do Acervo;
- 2.3.8 Serviço de Organização, Avaliação, Conferência, Elaboração de Plano de Classificação e Higienização da Massa Documental.

2.4 Organização do acervo físico, com fornecimento de material de EPI, Expediente e Higienização pela CONTRATADA (EMPRESA):

2.4.1 Será realizada através de mão-de-obra qualificada para manuseio do acervo documental a receber tratamento técnico arquivístico.

2.4.2 1ª etapa Higienização - retirada de pó e outras sujidades com utilização de trinchas, pincéis, pó de borracha e flanela umedecida.

2.4.3 2ª etapa: Classificação documental será realizada a partir dos procedimentos metodológicos, estabelecidos pelo CONARQ, a saber:

2.4.4 Aplicação dos conhecimentos de dados relativos às funções e atividades desenvolvidas na área de administração geral (atividade-meio), bem como naquelas específicas do órgão (atividade-fim) para formação dos conjuntos documentais.

2.4.5 Identificação do assunto principal no documento, motivo pelo qual ele foi produzido. Esse assunto principal deverá ter uma correspondência com o Código de Classificação Documental previamente elaborado.

2.4.6 3ª etapa: Tratamento que abrange:

2.4.7 Movimentação - (retirada e reposição) de caixas de estantes ou depósitos;

2.4.8 Retirada e substituição de grampos, cliques, grampos-trilhos e qualquer outra espécie de ferragem com ferrugem ou outro dano;

2.4.9 Identificação dos documentos arquivísticos;

2.4.10 Aplicação de temporalidade de acordo com a Tabela de Temporalidade Documental;

2.4.11 Verificação de documentos em duplicidade, em excesso, bem como juntada de documentos pertencentes a um mesmo processo;

2.4.12 Aplicação de metodologia de arquivamento, ordenação e pequenos reparos com utilização de material específico e próprio para tal;

2.4.13 Preparação de espelho de caixa relacionando conteúdo da caixa arquivo.

2.4.14 4ª etapa: acondicionamento e armazenamento:

2.4.15 Fornecimento de caixas em papelão ondulado, não reciclável, para armazenamento de documentos, tamanho 360x130x250 devendo estas após a execução do trabalho permanecer no arquivo da Câmara Municipal de Palhoça, sem nenhum custo para a CONTRATANTE;

2.4.16 Armazenamento e etiquetagem.

2.4.17 Mensalmente será gerado relatório em meio físico (formato A4) e eletrônico bem com planilha de medição referente aos serviços prestados no período.

2.4.18 Instalações, equipamentos e materiais:

2.4.19 Todo o material a ser utilizado será de responsabilidade da CONTRATADA, são eles:

2.4.20 EPI - luvas de látex talcada, máscara com elástico, óculos de segurança e jalecos;

2.4.21 Material de Expediente: grampeadores, perfuradores, extratores de grampo, sacos plásticos (para acondicionar documentos), fita mágica, caixa arquivo de papelão, fita PVC transparente, canetas, lápis, pincel atômico, borrachas, réguas, apontadores;

2.4.22 Material para higienização: trinchas, flanelas, álcool, limpador multiuso.

2.4.23 Identificação dos documentos arquivísticos;

2.4.24 Aplicação de temporalidade de acordo com a Tabela de Temporalidade Documental;

2.4.25 Aos serviços de guarda, conversão digital e microfilmagem, deverá anteceder serviços de organização, preparo, higienização e restauração dos documentos.

2.4.26 Deverão ser apostas etiquetas e carimbos de controle;

2.4.27 Os serviços deverão ser executados em conformidade com as normas vigentes.

2.4.28 A CONTRATADA deverá realizar a verificação de documentos em duplicidade, em excesso, bem como juntada de documentos pertencentes a um mesmo processo e ainda verificar os seguintes serviços:

2.4.28.1 Aplicação de metodologia de arquivamento, ordenação e pequenos reparos com utilização de material específico e próprio para tal;

2.4.28.2 Preparação de espelho de caixa relacionando conteúdo da caixa arquivo.

2.4.28.3 Acondicionamento da documentação em suporte adequada para guarda e conservação;

2.4.29 Instalações, equipamentos e materiais:

2.4.29.1 A elaboração do Plano de Classificação de Documentos deverá ser acompanhado pelo preposto da Câmara Municipal de Palhoça, e aprovado, inicialmente, por este preposto; contudo, o mesmo somente será considerado como produto entregue, pela Contratada, após a aprovação do mesmo junto ao Arquivo Nacional.

2.4.29.2 O Plano de Classificação de Documentos será o instrumento, da Câmara Municipal de Palhoça, para classificar todo e qualquer documento de arquivo, produzido ou recebido, pelo órgão, no exercício de suas funções e atividades.

2.4.29.3 Entende-se por classificação de documentos a sequência das operações técnicas, que visam agrupar os documentos de arquivo, relacionando-os em categorias de assunto e atividades sob a qual sejam recuperados, atribuindo códigos segundo orientações do CONARQ utilizando-se Tabela de Equivalência, quando necessário.

2.4.29.4 O CONARQ estabeleceu por meio da Resolução nº. 14, de 24 de outubro de 2001, um modelo de Código de Classificação de Documentos de Arquivo para a Administração Pública: atividade-meio, a ser adotado nos órgãos e entidades integrantes do Sistema Nacional de Arquivos – SINAR.

2.4.29.5 As classes e suas subdivisões do Plano de Classificação de Documentos deverá possibilitar a necessária adaptação a situações não previstas nos levantamentos efetuados para sua elaboração (como o surgimento de novas atividades, ou a incorporação de novos documentos).

2.4.29.6 Uma vez elaborado o Plano de Classificação de Documentos, deverá ser verificado se o mesmo está realmente livre de deficiências técnicas, bem como se efetivamente espelha, com clareza, o conjunto de atividades da Câmara Municipal de Palhoça. Estes aspectos, dentre outros, como a hierarquização e definição das classes, quando necessário, deverão ser verificados buscando confirmar se a elaboração do Plano é consistente.

2.4.29.7 Reforça-se que o Plano de Classificação de Documentos da Câmara Municipal de Palhoça, uma vez elaborado/adequado, deverá ser submetido à apreciação do Preposto, a qual ratificará ou solicitará retificações na estrutura proposta.

2.4.30 Temporalidade de Documentos - a Temporalidade determina o prazo de guarda dos documentos no arquivo corrente, no arquivo intermediário e sua destinação final (eliminação ou guarda permanente), devendo ser elaborada após a análise da documentação, e aprovada pelo preposto designado pelo Câmara Municipal de Palhoça.

2.4.30.1 Avaliação: A avaliação consiste em identificar valores para os documentos, e analisar seu ciclo de vida, estabelecendo prazos para sua guarda ou eliminação visando a eficiência administrativa, bem como para a preservação do patrimônio documental.

2.4.30.2 O processo de avaliação deverá considerar a função pela qual foi criado o documento, identificando os valores a ele atribuídos (primário ou secundário), segundo o seu potencial de uso.

2.4.30.3 Todo o processo de avaliação deverá ser submetido para análise e aprovação da Câmara Municipal de Palhoça, estando sob a responsabilidade da Contratada a preparação do estudo técnico que indicará a destinação e os prazos de guarda dos documentos.

2.4.30.4 Valor primário: O valor primário refere-se ao uso administrativo e técnico, razão primeira da criação do documento, o que pressupõe o estabelecimento de prazos de guarda ou retenção anteriores à eliminação ou ao recolhimento para guarda permanente. Relaciona-se, portanto, ao período de utilidade do documento para o cumprimento dos fins administrativos, técnicos, legais ou fiscais.

2.4.30.5 Valor secundário: O valor secundário se refere ao uso para outros fins que não aqueles para os quais os documentos foram criados, podendo ser:

2.4.30.6 Probatório - quando comprova a existência, o funcionamento e as ações da entidade;

2.4.30.7 Informativo - quando contém informações essenciais sobre matérias com que a organização lida, para fins de estudo ou pesquisa.

2.4.30.8 Metodologia: A metodologia de elaboração e adequação do Código de Classificação, tomando-se por base o conteúdo da informação contida nos documentos, observando os seguintes procedimentos:

2.5 Definição dos conjuntos documentais;

2.5.1 Planejamento: A etapa de planejamento consiste na elaboração de um plano de ação para a realização do objeto do contrato. Deverá constar no plano de ação a metodologia que será utilizada para a realização das atividades e de que forma o serviço será executado, bem como o cronograma de execução. O plano de ação deverá ser encaminhado para análise da CONTRATADA para que sejam realizadas as modificações recomendadas.

### 3 DA ESPECIFICAÇÃO DA COMPOSIÇÃO DOS SERVIÇOS.

#### 3.1 Coleta dos documentos:

3.1.1 A massa documental a ser transportada estará disponível na sede e em depósito da CONTRATANTE, situados no Município de Palhoça.

3.1.2 Par a realização da coleta da massa documental, a Contratada será obrigada a realizar a retirada total, em conformidade com o lote disponibilizado pela Contratante, em prazo máximo de 03 dias úteis, em data a ser agendado com a CONTRATANTE.

3.1.3 Todo o manejo e movimentação dos documentos são de responsabilidade da CONTRATADA, devendo a mesma empregar todas as medidas de segurança que promovam a integridade física necessária.

3.1.4 As características da caixa padrão para transporte será definida em comum acordo entre CONTRATADA e CONTRATANTE com objetivo de identificar melhor dimensionamento dos meios de transportes disponíveis pela CONTRATADA.

3.1.5 O transporte consiste na retirada da massa documental da sede da CONTRATANTE para as instalações de processamento obedecendo aos seguintes requisitos básicos:

3.1.5.1 Para a realização do transporte serão formados lotes, de acordo com a capacidade de cada veículo.

3.1.5.2 Os veículos de transporte deverão ser fechados para garantia do transporte adequado da documentação.

3.1.5.3 Antes de serem transportadas, as caixas deverão ser listadas de acordo com padrão estabelecido junto à CONTRATANTE.

3.1.5.4 As listas de saída deverão ser assinadas pelos representantes da CONTRATADA e da CONTRATANTE.

3.1.5.5 Todas as atividades de transporte deverão ser supervisionadas por colaborador da CONTRATANTE e da CONTRATADA, que será nomeado e formalmente comunicado, de forma a garantir o cumprimento das normas de segurança física ou evitar qualquer tipo de dano/extravio dos documentos.

3.1.5.6 A qualquer momento, um profissional da CONTRATANTE, que será destacado pela CONTRATANTE e formalmente comunicado à CONTRATADA, poderá indagar sobre qualquer procedimento de movimentação que não atenda aos requisitos definidos neste anexo.

3.1.5.7 Os serviços de transferência, armazenamento, guarda, conservação, entrega e recolhimento de documentos ficarão a cargo da CONTRATADA, nos quais deverão estar inclusos todos os impostos, taxas, seguros e demais encargos.

#### 3.2 Preparação, higienização e restauração dos documentos:

3.2.1 A preparação dos documentos para arquivamento, digitalização e/ou microfilmagem, consistirá na formação de lotes de documentos, que deverão ser processados de acordo com as especificações técnicas pertinentes de cada tipo documental.

Quanto à necessidade de limpeza dos documentos, consistirá de:

3.2.1.1 Retirada de todos os elementos metálicos (clipes, bailarinas, grampos, presilhas, etc.);

3.2.1.2 Desfazer a encadernação, quando for o caso;

3.2.1.3 Realizar a higienização dos documentos;

3.2.1.4 Planificar os documentos;

3.2.1.5 Identificar cada página (frente/verso) com marcações específicas e separadores para cada tipo de documento (etiquetagem,

carimbo e outros);

3.2.1.6 A eliminação de dobras deverá ser aplicada em documentos que apresentem acentuado processo de deterioração, observando-se a garantia da integridade do documento.

3.2.1.7 Se existirem documentos, cujo papel esteja ressecado, estes deverão ser hidratados para evitar que quebrem ao tentar desdobrá-los ou no seu manuseio.

3.2.2 Quanto à restauração dos documentos, consistirá de:

3.2.2.1 Aos documentos deverá ser aplicada uma análise das condições de conservação para determinar o real estado dos documentos, caso sejam detectados problemas que indiquem a necessidade de restauração, a CONTRATADA deverá realizar o procedimento técnico necessário mediante autorização da CONTRATANTE.

3.3 Conversão digital dos documentos:

3.3.1 Documentos classificados como de digitalização manual e os em encadernação flexível deverão ser digitalizados em scanner de mesa;

3.3.2 Os demais documentos poderão ser digitalizados em scanners de mesa ou de alimentação automática, a critério da CONTRATADA;

3.3.3 A digitalização dos documentos deverá ser efetuada atendendo a legislações vigentes, bem como aos seguintes requisitos:

3.3.4 Os documentos deverão ser exibidos como imagem fiel do original em papel, não devendo haver nenhuma mudança em seu formato, no tocante a layout da página, fontes, tamanhos, formatação (negrito, itálico, etc.), gráficos, fotos e/ou imagens, tornando inquestionável a identidade entre a imagem digitalizada e o documento original;

3.3.5 Os serviços de conferência das informações necessárias à indexação e a correção, caso necessário, serão de responsabilidade da CONTRATADA.

3.3.6 A maioria dos documentos estão no formato A4, mas eventualmente haverá necessidade de processar documentos nos seguintes tipos: A0, A1, A2, A3, A4, Carta ofício, e em diferentes gramaturas (50-180g/m2);

3.3.7 Antes de serem convertidos para o processo digital, os documentos deverão sofrer um processo de triagem e preparação, sendo destes retirados grampos, cliques e qualquer outro material que não faça parte dos documentos;

3.3.8 As imagens geradas de um mesmo documento deverão ser agrupadas;

3.3.9 Para cada tipo de documento, deverão ser criados perfis específicos para a conversão para o formato digital de acordo com o estado do documento, podendo ser escolhido um dos formatos de digitalização: TIFF G4 ou PDF que se adeque melhor ao estado do documento garantindo a melhor visualização;

3.3.10 As imagens digitalizadas deverão sofrer um processo de controle de qualidade manual e individual, para verificar possíveis falhas durante o processamento;

3.3.11 Para as imagens que apresentarem qualquer defeito deverão ser novamente digitalizadas; O operador de controle de qualidade das imagens deverá ser responsável pela checagem dos resultados obtidos na etapa de digitalização dos documentos, avaliando a qualidade de todas as imagens capturadas, bem como a sequência e integridade dos documentos digitalizados;

3.3.12 Verificar a quantidade de imagens geradas por documento consistindo como o quantitativo de documentos físicos do lote. Esta prática de controle poderá identificar uma não conformidade quanto à falta ou duplicidade de páginas;

3.3.13 Verificação do tamanho médio do arquivo de imagem: todos os arquivos gerados deverão ser avaliados quanto ao seu tamanho e comparados ao tamanho médio definido. Existindo arquivos com tamanhos acima das margens estabelecidas, deverá haver uma checagem individual por parte do operador de qualidade, para que estas exceções sejam tratadas;

3.3.14 Avaliação da qualidade da imagem do documento, no que tange a quesitos de nitidez e legibilidade, utilizando as ferramentas e propriedades tais como: Alinhamento do texto, TEXT DESKEW; Remoção de sujeitas, DESPECKLE; Remoção de sombras, DESHADE; Remoção de linhas horizontais e verticais; Eliminação/limpeza de bordas pretas; Melhoramento da imagem de zonas previamente definidas;

3.3.15 A atividade de limpeza da imagem digitalizada deverá ocorrer de forma manual em, no mínimo, 90% (noventa por cento) dos casos, retirando assim imperfeições que prejudiquem a visualização com clareza e a indexação/classificação dos documentos;

3.3.16 De forma a garantir que os arquivos de imagem possuam uma boa legibilidade, o operador de qualidade da CONTRATADA deverá analisar as condições dos caracteres, detectando se ocorreram falhas no momento da captura do documento ou se os próprios originais estavam em condições insatisfatórias. Esse procedimento deverá ser executado em todas as imagens geradas;

3.3.17 Para os casos de falta de qualidade da imagem gerada, a mesma deverá ser novamente digitalizada no prazo máximo de 12 (doze) horas úteis, conforme as especificações de qualidade;

3.3.18 O equipamento de captura deverá permitir o descarte de imagens indesejáveis, tais como páginas separadoras e versos em branco, bem como a inserção e atualização de imagens de páginas integrantes do documento digitalizado, mantida a integridade original dos documentos físicos e a ordem cronológica dos mesmos.

3.3.19 Todos os serviços deverão ser realizados atendendo-se as legislações e normas pertinentes, inclusive CONARQ.

#### 4 MICROFILMAGEM DE DOCUMENTOS

Entende-se por microfilmagem, mídia analógica de armazenamento destinada a redução do volume de arquivo em observância à legislação federal vigente.

4.1 Deverá ser realizada em planetária 16mm (dezesseis milímetros), com redução compatível às dimensões do original e à largura do filme, com numeração de cada fotograma, com o mínimo de 180 linhas por milímetro de definição. Deverão ser utilizados microfilmes originais à base de "saís de prata" 16 mm;

4.2 - Na operação de microfilmagem, todos os documentos, sempre que possível, serão posicionados em único sentido e centralizados de maneira a obter-se uniformidade de disposição, facilitando a leitura e triagem de cópias em equipamentos periféricos. A bitola do filme a ser empregado será determinada pelas dimensões e apresentação física dos originais, e com expressa aceitação da Câmara Municipal de Palhoça;

4.3 - Caberá a Câmara Municipal de Palhoça estabelecer, mediante identificação de prioridades, a ordem de microfilmagem da documentação, e possíveis alterações, visando preservar a continuidade dos trabalhos nos setores objeto de novo tratamento documental.

4.4 - Os lotes microfilmados, e seus respectivos filmes, deverão retornar a Câmara Municipal de Palhoça, para conferência;

4.5 - A Câmara Municipal de Palhoça não aceitará, em qualquer hipótese, filmes contendo defeitos ou emissões. O não cumprimento das



especificações pela CONTRATADA ensinará a repetição dos serviços deficientes, sem nenhuma despesa adicional para a Câmara Municipal de Palhoça, além das possibilidades da aplicação das sanções cabíveis ao caso;

4.6 - Fica expressamente vedada a utilização de microfilmagem eletrônica;

4.7 - Todos os microfilmes originais gerados deverão ser duplicados em filme "diazó" de 16mm. As cópias "diazó" geradas deverão ser entregues em caixas apropriadas para microfilme contendo etiqueta com a indicação do número do rolo e outras informações necessárias. As cópias devem ser de boa qualidade e estar dentro dos respectivos prazos de validade;

4.8 Fica expressamente vedadas à terceirização da revelação e duplicação dos microfilmes produzidos.

4.9 A licitante deverá apresentar relação de equipamentos, captura, laboratório e revisão, que serão utilizados na prestação de serviços de Microfilmagem de documentos. Na visita a ser realizada a sede da vencedora a Câmara Municipal de Palhoça fará a conferência dos equipamentos descritos, visando garantir a capacidade de atendimento da licitante.

4.10 Os microfilmes deverão ter alta definição, apresentar densidade uniforme. O controle de qualidade deverá ser feito em dois níveis: aferição dos aspectos laboratoriais (testes de densitometria, resolução, controle químico), inspeção ótica (revisão visual de 100% das imagens), etc. Nos filmes cópias (diazó), será admitida, no máximo, 2% de perda possível de legibilidade. A CONTRATADA responderá por qualquer discrepância entre a documentação microfilmada e a imagem correspondente no microfilme. Além disso, a contratada deverá fornecer Certificado de Garantia e Qualidade Arquivista de cada filme gerado dentro dos padrões internacionalmente aceitos.

## 5 SERVIÇOS DE INDEXAÇÃO DAS IMAGENS NO BANCO DE DADOS

a) Os serviços de inserção de conteúdo deverão realizar a indexação no Banco de Dados de forma a não armazenar uma mesma imagem duas vezes, otimizando assim, o espaço em disco;

b) A tabela utilizada na indexação das imagens deverá obrigatoriamente prever a utilização de um ou mais campos, destinados futuramente ao protocolo eletrônico. A utilização destes campos será definida em conjunto com a equipe de TI da Câmara Municipal de Palhoça, durante a execução do projeto;

## 6 SERVIÇO DE ORGANIZAÇÃO DOS DOCUMENTOS

Previamente aos serviços de digitalização e microfilmagem, deverá ser realizada a organização documental, conforme disposto a seguir:

### 6.1 Metodologia para a Organização dos Documentos.

O serviço de Organização de Documentos deverá obrigatoriamente ser gerenciado por um profissional com formação superior em biblioteconomia ou arquivologia, responsável pela execução das seguintes etapas mínimas de organização documental:

a) Triagem – seleção e classificação documental;

b) Preparação – processo de retirada de grampos, clipes e qualquer outro material que não faça parte dos documentos e que possa vir a prejudicar o processo de manipulação, armazenamento e consulta;

c) Higienização – processo preventivo contra a contaminação dos documentos;

d) Acondicionamento em caixas arquivo;

e) Planilhamento dos documentos para sua indexação;

f) Cadastro em sistema;

g) Associação do documento com a caixa onde ele será guardado.

### 6.2 Metodologia para Armazenamento em Caixas Arquivo.

a) Após preparar, digitalizar, indexar as imagens no Banco de Dados do Gerenciador de Conteúdo a CONTRATADA deverá transferir as caixas para a sede da Câmara Municipal de Palhoça ou para depósito próprio da CONTRATADA, conforme definição a ser dada pela Câmara Municipal de Palhoça;

b) As caixas arquivo deverão ser acomodadas de forma organizada que facilite a busca de documentos;

c) A CONTRATADA deverá realizar o cadastro das informações no software de Gestão de Arquivo Físico, sendo que cada caixa deverá ter um único identificador que permita sua localização, indicando setor, prateleira e fila;

d) Todos os custos provenientes da transferência para higienização, bem como, o retorno e a organização dos documentos serão de responsabilidade exclusiva da CONTRATADA;

e) A Câmara Municipal de Palhoça indicará funcionários para acompanhar este processo de transferência.

## 7 GUARDA DE DOCUMENTOS

7.1 É de responsabilidade da Contratada a transferência do acervo inicial, das dependências da Câmara Municipal de Palhoça, para sua acomodação, de forma planejada e aprovada pela contratante. Os documentos só poderão ser transportados em veículos fechados, em perfeitas condições de conservação, preservando a integridade e a inviolabilidade dos documentos, inclusive, contra as intempéries, sendo que os danos aos volumes e aos documentos deverão ser reparados, imediatamente;

a) A empresa Contratada será responsável pela implantação do acervo existente no novo local de armazenagem, com a devida preparação e fornecimento de caixas padrão;

b) Após a transferência da documentação para as dependências da Contratada, a mesma deverá apresentar um termo de conferência/recebimento e relatório contendo a relação do acervo guardado, que passa a ser de sua responsabilidade;

c) Proceder à reposição sem custo adicional das caixas danificadas;

d) Ceder à Contratante infraestrutura necessária para que sejam feitas consultas a documentos da mesma, bem como, auditoria e fiscalização dentro de suas instalações;

e) A contratante deverá identificar as caixas padrão e as caixas box, bem como a documentação através de sistema informatizado, com etiquetas de códigos de barra, fornecidos pela Contratada, visando o total controle e monitoramento com precisão do armazenamento e



movimentação;

- f) A transcrição dos dados do inventário das caixas, para o sistema informatizado será de responsabilidade da Contratada, além da movimentação para o seu armazenamento.
- g) O dado das caixas padrão a ser transcrito será: o - número de identificação da caixa padrão (00.000/0000) e seu conteúdo;
- h) Ao término do contrato, as caixas padrão deverão estar em condições de manuseio e uso, com as etiquetas de identificação, das caixas padrão e em perfeito estado;
- i) Ao término do contrato, a contratada deverá entregar as caixas contendo a documentação, e em meio digital, os dados referentes às caixas padrão, bem como a sua vinculação com as caixas de armazenamento e histórico integral de consultas;
- j) A unidade de movimentação são as caixas padrão ou documentação. Considera-se movimentação a retirada ou o retorno das caixas padrão ou documentação ao local de armazenamento;

7.2 O prazo para disponibilização das caixas padrão ou documentação solicitada será de:

- a) Solicitações até às 18:00 (dezoito horas), deverão ser entregues no dia útil seguinte;
- b) Solicitações urgentes deverão ser entregues em até 04 horas úteis da solicitação recebida;

7.3 As instalações deverão estar de acordo com as condições relacionadas abaixo:

- a) Local construído em alvenaria, distante de elementos que possam representar risco para a segurança ou preservação dos documentos;
- b) A área que circunda o imóvel deve ser murada ou gradeada, especialmente a área destinada à guarda de documentos;
- c) Dispor de sistema de vigilância eletrônico;
- d) Acesso às instalações restrito a funcionários ou pessoal autorizado pela empresa;
- e) Existência de extintores manuais em todas as dependências, observando-se as regulamentações/normas legais existentes e aplicações específicas, especialmente extintores de pó químico seco, para classes A, B e C;
- f) Dispor de sistema de detecção de fumaça com monitoramento ininterrupto e reservatório com volume água e bomba de recalque que permita combater focos de incêndio por, no mínimo, 30 (trinta) minutos;
- g) Dispor de sistema de prevenção e combate a contaminação de pragas, insetos ou roedores que possam comprometer a integridade dos documentos;
- h) Possuir seguro com cobertura contra sinistros, tais como perdas, danos, roubo sobre a documentação armazenada e também sobre a documentação a ser transportada;
- i) Todas as instalações elétricas devem estar de acordo com as normas técnicas em vigor e os equipamentos de iluminação devem ser adequados à preservação da documentação;
- j) Dispor de circuito fechado de TV (CFTV) com gravação digital preservada por no mínimo 30 (trinta) dias;
- k) Possuir sistema de para-raios em conformidade com a legislação vigente;
- l) Dispor de ambiente com ausência de sinais de mofo ou infiltrações nas paredes, objetivando sistema adequado de limpeza;
- m) Dispor de instalações destinadas exclusivamente ao processamento de documentos e à armazenagem, com condições de guarda no mesmo local para quantidade de caixas nos padrões informados neste termo de referência/projeto básico.
- n) A sede onde estará sendo prestado o serviço de guarda de documentos deverá ter hidrante;
- o) Emitir ao final de cada mês, relatório de atendimento com as movimentações de solicitações, remessas e devoluções ocorridas durante o período;
- p) A Câmara Municipal de Palhoça poderá, a seu critério, realizar diligências periódicas às instalações da CONTRATADA, após a assinatura do contrato.

## 8. MIGRAÇÃO DOA IMAGENS

A CMP fornecerá à CONTRATADA, um arquivo contendo as imagens já digitalizadas e armazenadas em seu servidor, que deverá ser migrado e implantado no sistema fornecido pela contratante. Estas imagens estão armazenadas no formato PDF multipágina e digitalizados em tom de cinza.

A Migração das imagens é o processo de transferência das imagens já digitalizadas anteriormente e armazenadas no servidor da contratante, que compreende 3 (três) etapas distintas:

- Identificação e Tratamento das imagens existentes: A contratante realizará o processo de identificação e compactação das imagens, convertendo as imagens para P&B,
- Validação dos dados: processo de limpeza dos dados (detecção e correção de dados incorretos, incompletos, corrompidos ou duplicados), indexação de novas informações (compreende a atualização dos dados com novos atributos, complementares aos existentes), validação lógica e física dos dados e imagens.
- Carga das Imagens e Dados: os dados e imagens extraídas e validadas serão inseridos na base de dados do novo software a ser implantado no servidor da câmara.

## 9. SOLUÇÃO TECNOLÓGICA DA DIGITALIZAÇÃO E VISUALIZAÇÃO.

A solução tecnológica a ser fornecida deverá possuir uma plataforma com acesso a um número ilimitado de usuários para visualização das informações disponíveis no servidor. Esta plataforma deverá localizar e indexar mais do que páginas HTML, mas arquivos com diferentes formatos e em diversos sistemas de arquivos e banco de dados, incluindo documentos, imagens e vídeos, entre outros, permitindo que sejam recuperados e indexados, tornando-se disponíveis para localização e visualização pelos usuários dentro de contextos específicos e por qualquer palavra através da tecnologia de pesquisa full text. Trata-se de uma aplicação institucional, voltada para pesquisa e recuperação dessas informações e sujeitas às normas vigentes, dentre elas as classificações de sigilo e o controle de acesso.

As especificações técnicas abaixo definem os requisitos necessários para a implantação da solução, e estão descritos e organizados em Requisitos Gerais, Requisitos Funcionais do Usuário, Requisitos de Infra-estrutura, de Integração e Customização.

I - A solução tecnológica deverá executar e controlar todas as etapas do processo de GED, tais como: a digitalização, controle de qualidade, indexação, consolidação e acesso ilimitado aos documentos digitalizados, necessários para dar suporte ao projeto, composto por 02 licenças /usuários para utilização (digitalização, indexação, controle de qualidade e consulta) da solução para continuidade do processo de Gerenciamento Eletrônico de Documentos (GED) e com permissão ilimitada para os usuários de pesquisa.

- II - Funcionamento em rede (servidor de banco de dados e estações de digitalização, indexação e de consulta) conforme topologia exemplificada nesta documentação;
- III - Software e documentação totalmente em português do Brasil;
- IV - Compatível com ambiente operacional Windows 7 ou superior.
- V - Autenticação integrada com sistema de autenticação LDAP (Lightweight Directory Access Protocol).
- VI - Compatibilidade com os sistemas gerenciadores de banco de dados MySQL®, Microsoft SQL Server®, Oracle®, PostgreSQL® e Microsoft Access®;
- VII - Servidor de banco de dados podendo ser instalado em ambiente operacional com sistema operacional Windows Server 2003®, 2008®, 2012® e Linux;
- VIII - Visualização de imagens com mais de 156 tipos de documentos, incluindo TIF, JPG, BMP e PDF;
- IX - Permitir o uso de SSO (Single Sign On) e integrar nativamente com o serviço de diretório LDAP;
- X - Acesso ao sistema com senhas de segurança;
- XI - Configuração de padrões mínimos de segurança para composição da senha;
- XII - Tempo de validade da senha dos usuários, com obrigatoriedade de mudança;
- XIII - Permissões de acesso às rotinas e restrições aos usuários definidas pelo administrador.
- XIV - Permite criar eventos de integração com aplicações externas em diferentes momentos durante o processo operacional;
- XV - Permite criar em servidores diferentes os arquivos temporários de lotes em produção;
- XVI - Permite determinar um número máximo de resultados exibidos na pesquisa;
- XVII - Permite configurar envio de alertas por e-mail referente ao espaço de uso no servidor/storage de custódia dos arquivos;
- XVIII - Permite que o usuário administrador (TI/Infra) defina qual o espaço limite mínimo no servidor/storage;
- XIX - Configuração de operações personalizadas por módulos ou funções, como por exemplo, atualização de status, aprovação de documentos e diversas milhares de possibilidades através da linguagem Microsoft VBScript®;
- XX - Permitir criar múltiplos perfis de usuário;
- XXI - Permitir definir o nível de restrição aos documentos por grau de sigilo conforme decreto do Conarq (normal, sigiloso, confidencial, secreto, ultra-secreto);
- XXII - Permitir criar diversos Grupos e Modelos de documentos independentes para classificação;
- XXIII - Permite criar níveis de segurança com grau de sigilo por modelo de documento, vinculando as permissões com os modelos que podem ser visualizados;
- XXIV - Permite definir quais índices serão visualizados de acordo com o modelo de documentos;
- XXV - Permite criar regras de temporalidade por modelo de documento conforme os índices do documento ou regras de controle do sistema;
- XXVI - Permite gerar lista de documentos com prazo de validade "vencidos", permitindo que o administrador possa remover da base os arquivos
- XXVII - Permite criar classificações de documentos vinculados aos modelos;
- XXVIII - Permite definir níveis de acesso conforme grau de sigilo;
- XXIX - Permite criar uma árvore de indexação e classificação dos documentos, inclusive em conformidade com os padrões do Conarq;
- XXX - Permite importar direta de índices e imagens através de um arquivo texto;
- XXXI - Permite complementar os índices de documentos já armazenados através da importação de arquivo texto.
- XXXII - Assinatura digital dos arquivos;
- XXXIII - Controle de qualidade e homologação de trabalhos;
- XXXIV - Controle de acesso por tipo de documento;
- XXXV - Recursos de Armazenamento
- XXXVI - Permite controlar um ou múltiplos volumes de armazenamento;
- XXXVII - Suporta o armazenamento de arquivos em servidores distribuídos fisicamente, com mecanismos de criptografia e segurança de acesso;
- XXXVIII - Permite indicar se o volume é local ou removível;
- XXXIX - Permite indicar qual o tipo de mídia será utilizada;
- XL - Permite definir o tamanho do volume e limite para alertas por e-mail;
- XLI - Permite definir o tamanho de alocação do HD (2048, 4096, 8192, 16384);
- XLII - Controle de temporalidade de documentos;
- XLIII - Geração de CD auto executável, com base em critérios e pesquisa definida pelo usuário, com funções de armazenamento e consulta totalmente independente do servidor;
- XLIV - Permite realizar pesquisa estruturada através dos índices de exportação;
- XLV - Permite definir o tamanho da mídia na geração do CD, quebrando em diretórios conforme o tamanho máximo definido;
- XLVI - Permite criptografar os arquivos e dados na mídia;
- XLVII - Permite definir a ordenação dos arquivos na exportação, de acordo com os índices disponíveis na base
- XLVIII - Permite exportar os documentos e índices;
- XLIX - Possibilidade de re-importar base;
- L - Estatísticas e relatórios por base, usuário e período;
- LI - Estatísticas e relatórios com informação da quantidade de páginas, documentos e área utilizada em discos;
- LII - Controle de integridade de documentos;
- LIII - Marcação de documentos favoritos para consulta rápida;
- LIV - Recursos de Indexação:
- LV - Configuração de índices sem limites por base;
- LVI - Permite definir o grau de sigilo para cada índice com base nos critérios do Conarq;
- LVII - Permite selecionar uma área de recorte na imagem para fácil visualização na indexação;
- LVIII - Permite atribuir os índices aos modelos, restringindo quais serão visualizados;
- LIX - Permite criar ilimitadas bases, para gestão de departamentos completamente segmentados, porém compartilhando a mesma licença server;
- LX - Índices numéricos, alfanuméricos, datas e full-text;

LXI - Possibilidade de indicação de índice ou descrições obrigatórias para um lote;  
LXII - Validação dos índices por expressão regular;  
LXIII - Definição de tamanho e quantidade de caracteres por índice;  
LXIV - Definição dos índices que formarão as chaves únicas;  
LXV - Possibilidade de criar regras de controle de acesso conforme os dados do índice;  
LXVI - Indexação de pastas e documentos;  
LXVII - Classificação por grupos de documentos;  
LXVIII - Configuração de scripts de processamento em linguagem VBScript;  
LXIX - Indexação com digitação manual dos campos de indexação com opção de seleção de área de zoom;  
LXX - Indexação com digitação manual dos campos de indexação com opção de seleção de área através de coordenadas pré-estabelecidas;  
LXXI - Indexação automática através de valores padrões como data e hora da digitalização;  
LXXII - Indexação automática através de áreas de reconhecimento de caracteres (OCR);  
LXXIII - Indexação automática através de áreas de reconhecimento de códigos de barras, inclusive bidimensionais;  
LXXIV - Indexação automática por dados existentes no nome do arquivo;  
LXXV - Agrupamento automático dos documentos por número de páginas;  
LXXVI - Agrupamento automático dos documentos por similaridade de índices;  
LXXVII - Integração com banco de dados terceiros para validação da indexação e preenchimento automático dos campos;  
LXXVIII - Permitir a criação de dicionários de referências para os campos de índice;  
LXXIX - Permite atualização de status em sistemas terceiros, após a consulta e validação de dados;  
LXXX - Armazenamento automático dos índices em banco de dados;  
LXXXI - Controle de unicidade de índices;  
LXXXII - Controle de versão;  
LXXXIII - Gerador de etiquetas com código de barras;

· Recursos de Pesquisa

I - Permite ao usuário, pesquisar a partir de qualquer campo de índice ou combinando múltiplos campos, com possibilidade de uso de operadores "E", "OU";  
II - Pesquisa com o uso de operadores booleanos por prefixos, sufixo ou mesosfixo de palavras;  
III - Permite salvar as pesquisas de forma compartilhada ou de acesso exclusivo;  
IV - Permite atualizar/editar uma pesquisa já salva;  
V - Permite visualizar o critério de pesquisa em linguagem de banco de dados, podendo inclusive editar os critérios de pesquisa por esta linguagem;  
VI - Permite navegar entre diferentes bases diretamente pelo módulo de pesquisa;  
VII - Modelo de licença concorrente, permitindo que o produto seja instalado em qualquer número de máquinas e que a quantidade de acessos simultâneos seja limitada ao número de licença adquirida;  
VIII - Impressão das imagens em qualquer impressora padrão MS Windows;  
IX - Configuração de múltiplas Aplicações.  
X - Permitir controle da unicidade dos documentos;  
XI - Permitir link entre documentos;  
XII - Permitir o controle do versionamento dos documentos;  
XIII - Permitir inserção de comentários;  
XIV - Permitir a marcação de documentos como favoritos para rápida consulta;  
XV - Permitir a correção ou inserção de documentos posteriormente;  
XVI - Permitir a inserção de páginas em documentos posteriormente;  
XVII - Permite a inserção de arquivos eletrônicos, diretamente pelo módulo de pesquisa;  
XVIII - Possuir exportação de índices e ou imagens;  
XIX - Possuir a conversão de imagens TIF, JPG, BMP para PDF;  
XX - Permite exportar o grid do resultado da pesquisa em formato compatível com o MS Excel, possibilitando customizar relatórios e gráficos gerenciais;  
XXI - Permite o envio por e-mail integrando-se com o aplicativo de e-mail padrão do computador e anexando os arquivos;  
XXII - Permite escolher a forma de visualização, em lista, detalhes ou thumbnail;  
XXIII - Possuir módulo integrado para visualização via web.  
XXIV - Controle de tempo de vida de documentos;  
XXV - Controle de integridade de documentos digitalizados;  
XXVI - Possuir gerador de etiquetas para automatização da indexação;  
XXVII - Permitir a rastreabilidade completa das informações geradas com histórico das operações indicando o usuário responsável pela operação e a estação onde ocorreu;  
XXVIII - Permite filtrar o log de rastreabilidade por usuário ou tipo de registro;  
XXIX - Permite filtrar o log de rastreabilidade por palavras ou expressões;  
XXX - Permite exportar o log de auditoria em formato compatível com o Microsoft Excel para geração de gráficos e outros relatórios gerenciais;  
XXXI - Recursos para Digitalização e Indexação  
XXXII - Ser capaz de trabalhar com imagens coloridas ou bitonais;  
XXXIII - Ser capaz de tratar documentos com frente e verso;  
XXXIV - Trabalhar com o conceito de lote de documentos, que consiste em um conjunto de documentos com características semelhantes que será submetido ao processo de digitalização de uma só vez;  
XXXV - Digitalização contínua;  
XXXVI - Capa de lote e quebra de lotes automatizado por funções parametrizadas;  
XXXVII - Permitir a criação de modelos de digitalização permitindo configurar a resolução e a orientação das imagens de um ou de uma

série de lotes;

XXXVIII - Permitir a exclusão ou a inserção de uma imagem no lote;

XXXIX - Permitir o pré-cadastro dos dados de descrição no lote, distribuindo atividades operacionais;

XL - Permitir editar os dados de descrição do lote;

XLI - Permite a pesquisa pelos campos de descrição dos lotes;

XLII - Permitir importação de imagens e documentos eletrônicos pré-existent para o lote;

XLIII - Permitir a quebra dos documentos por quantidade de imagens, em lotes diferentes;

XLIV - Permitir mover os arquivos importados, ou seja, exclui do diretório de origem;

XLV - Permite indicar a partir de qual imagem deve importar para o lote e a quantidade a ser importada;

XLVI - Ser capaz de mover (re-posicionar) uma imagem dentro do lote, sem a necessidade de nova digitalização;

XLVII - Permitir a exibição de diversas imagens do mesmo documento na mesma tela;

XLVIII - Permitir zoom de uma imagem específica para controle de qualidade;

XLIX - Fazer automaticamente ou sob demanda:

L - Remoção de borda ou recorte de imagens ("cropping");

LI - Alinhamento de imagem ("deskew");

LII - Rotação de imagens;

LIII - Ajuste de brilho e contraste.

LIV - Rotação.

LV - Reconhecimento de caracteres (OCR).

LVI - Reconhecimento de códigos de barras (barcode).

LVII - Mudança de resolução da imagem

LVIII - Assinatura Digital (Tipo A3 ou A1) padrão ICP Brasil

LVIX - Permitir a elaboração de "script's" para automação de processos.

LX - Permite a aplicação de filtros para binarização com mudança de extensão e compressão do arquivo para o formato TIF;

LXI - Permite definir o limiar de conversão, tanto o "baixo" quanto "alto", de forma padrão para todas as imagens;

LXII - Permite aplicar filtro de binarização avançada, deixando que o filtro selecione, imagem por imagem, o melhor método de conversão e limiar;

LXIII - Criar um backup das imagens binarizadas, permitindo que o operador volte a imagem original;

LXIV - Permite aplicar recortes automáticos na imagem em áreas específicas;

LXV - Permite aplicar recortes automáticos no sentido horizontal da imagem, definindo a quantidade de recortes;

LXVI - Permite aplicar recortes automáticos no sentido vertical da imagem, definindo a quantidade de recortes;

LXVII - Permite aplicar filtros para ajuste automático de contorno de caracteres;

LXVIII - Permite remover automaticamente linhas horizontais ou verticais;

LXIX - Permite automaticamente reforçar ou suavizar linhas;

LXX - Permite automaticamente inverter as cores das imagens no lote, por exemplo para imagens de radiografia;

LXXI - Permite incluir marcas automáticas de controle sobre a imagem, definindo-se padrões, prefixo e sufixo, fonte, tamanho da fonte e posição;

LXXII - Permite converter arquivos PDF em TIF, para tratamento das imagens;

LXXIII - Ser capaz de remover páginas em branco dentro de um lote de documentos através de processos automatizados e manuais;

LXXIV - Listar e selecionar de forma automática as páginas em branco através de tecla de atalho;

LXXV - Permitir a geração de imagens nos formatos TIFF multipage, TIFF single page, PDF e JPG.

LXXVI - Permitir agrupamento de imagens gerando assim um único arquivo com várias páginas;

LXXVII - Permitir a digitação de índices pelo operador da digitalização, exibindo somente uma região de interesse da imagem para cópia de dados;

LXXVIII - Definição de área de interesse nas imagens por índice, para posicionamento automático e rápida conferência pelo operador;

LXXIX - Permitir o uso de índices automáticos tais como: data e hora, e usuário responsável pela digitalização;

LXXX - Permitir indexar por sufixos ou prefixos;

LXXXI - Controle de acesso aos indexadores, com níveis de permissão;

LXXXII - Permitir a seleção do local onde as imagens serão armazenadas;

LXXXIII - Permite o OCR por Zona definida;

LXXXIV - Permite o OCR por regra de validação;

LXXXV - Permite o OCR por zona mais regra de validação;

LXXXVI - Processamento de OCR Full Text;

LXXXIX - Validação da indexação com regras pré-definidas (exemplo: CPF, CNPJ, CMC7);

XC - Leitura de código de barras nos padrões: Codabar, Interleaved 2 of 5, Code 128, Linear 2 of 5, Code 39, UPC-A, EAN 8 and 13 e UPCE, QRCODE, PDF-417;

XCI - Possibilidade de leitura de código de barras em quatro diferentes orientações: 0°, 90°, 180° e 270°;

XCII - Definição de expressão regular por índice;

XCIII - Realizar validação externa dos campos de indexação ao perder o foco no campo;

XCIV - Realizar validação externa dos campos de indexação ao indexar o documento;

XCV - Modo de paginação automática com controle de tempo para realizar controle de qualidade;

XCVI - Agrupamento automático de páginas ou junção de frente e verso em uma única imagem;

XCVII - Classificar de documentos por seleção e agrupamento por tipos;

XCVIII - Permite classificar os documentos automaticamente por OCR Zone;

XCIX - Permite classificar os documentos automaticamente por código de barras;

C - Permitir zoom em áreas do documento para melhor identificação na indexação;

CI - Inserir marca (carimbo) em um documento de forma automática em todo o lote;

CII - Inserir marca (carimbo) em um documento de forma manual;

CIII - Permitir salvar configurações diferentes de scanners;



CIV - Usar códigos de barras para separação automática de documentos;  
CV - Permitir operações de excluir, copiar e colar em imagens selecionadas;  
CVI - Permitir reservar lote para um usuário;  
CVII - Visualizar status das operações que estão sendo realizadas nos lotes.  
CVIII - Possibilidade de restringir acesso ao lote conforme status de operação;  
CIX - Permite personalizar os status dos lotes, criando regras para fluxos de trabalho;  
CX - Visualizar o usuário que está trabalhando no lote;  
CXI - Possibilidade de uso de Interface Web.  
CXII - Permite monitorar online o andamento e fluxo operacional, indicando a quantidade de documentos em cada fase;

· Recursos de Processamento Pós-Digitalização (controle de qualidade)

I - Deskew (alinhamento de imagens);  
II - Auto Crop (remoção de bordas e recorte de imagens);  
III - Remoção de ruídos;  
IV - Remoção de marcas;  
V - Eliminação de linhas horizontais;  
VI - Eliminação de linhas verticais;  
VII - Eliminação de páginas em branco;  
VIII - Reconhecimento de caracteres (OCR);  
IX - Reconhecimento de códigos de barras (barcode);  
X - Visualização simultânea de um a sessenta e quatro documentos digitalizados;  
XII - Possibilidade de trabalhar com imagens coloridas ou bitonais;  
XIII - Visualização de imagens em TIF, JPG, BMP e PDF;  
XIV - Importação de documentos já digitalizados;  
XV - Controle de lotes;  
XVI - Possibilidade de inserção manual de imagem a um lote;  
XVII - Possibilidade de exclusão manual de uma imagem do lote;  
XVIII - Possibilidade de digitalizar e substituir uma ou mais imagem no lote;  
XIX - Possibilidade de digitalizar e acrescentar uma ou mais imagem ao lote;  
XX - Possibilidade de classificação automática de documentos;

· Recurso de Consulta via Web (intranet ou extranet)

I - Usuários ilimitados para visualização.  
II - Sistema totalmente integrado.  
III - Acesso via web para pesquisa de documentos.  
IV - Visualização nativa.  
V - Total rastreabilidade, com controle de auditoria.  
VI - Estatísticas e relatórios por base, usuário e período.  
VII - Controle de acesso por usuário.  
VIII - Integração com outros aplicativos.  
IX - A aplicação deverá possuir interface Web compatível com estações de trabalho com sistema operacional Windows e software de navegação WEB FireFox versão 3.6 ou superior, Internet Explorer 7.0 ou superior e CHROME.

· Composição da Licença

I - Composta por 02 usuários de produção com acesso simultâneo para quaisquer dos perfis mencionados (digitalização, indexação, controle de qualidade e consulta) e acesso ilimitados ao módulo de pesquisa digital.

· Suporte e SLA

I - A LICITANTE deverá fornecer durante a vigência do contrato, os serviços de manutenção e suporte técnico das soluções fornecidas, com os parâmetros a baixo:  
II - Possuir escritório ou indicar representante na grande Florianópolis para atendimento on-site.  
III - SLA conforme tabela  
IV - Atendimento de segunda à sexta-feira, das 08h00 às 17h00;  
V - Sistema de Help Desk com registro de protocolo;  
VI - Atendimento on-line via chat ou on-site quando necessário;  
VII - Telefone  
VIII - E-mail;

· Garantia dos Softwares

I - A garantia de todos os softwares utilizados na Solução será de 12 (doze) meses, prorrogáveis, contatos da data de emissão do Termo de Aceite Final, conforme condições descritas no Termo de Garantia.

· Suporte e Assistência Técnica

I - Entende-se por Assistência Técnica uma série de procedimentos executados, mediante solicitação da Câmara Municipal de Palhoça, para recolocar os produtos ou serviços executados em seu perfeito estado de uso, funcionamento e desempenho, inclusive com a substituição de versões, módulos, refazendo ajustes, reparos e demais serviços necessários, de acordo com os manuais de manutenção do fabricante e normas técnicas específicas para cada caso.  
II - Entende-se por Suporte Técnico uma série de procedimentos executados, mediante solicitação da Câmara Municipal de Palhoça, para esclarecer dúvidas sobre o funcionamento e configuração dos produtos ou serviços executados, orientar sobre possíveis modificações ou

necessidades de ampliação ou melhoria de funcionamento e performance, inclusive com a indicação, apontamento e disponibilização dos procedimentos a serem efetuados neste sentido, de acordo com os manuais de manutenção do fabricante e normas técnicas específicas para cada caso.

III - O suporte e a assistência técnica aos recursos fornecidos para a execução dos serviços contratados serão de responsabilidade exclusiva da CONTRATADA.

IV - A CONTRATADA deverá ter uma estrutura na Grande Florianópolis ou Nomear seu representante local para atendimento presencial dos chamados técnicos registrados pela Câmara Municipal de Palhoça, encaminhar para o seu suporte, e fechar a ordem de serviço.

V - Caso seja detectada qualquer situação de erro ou comportamento que comprometa o desempenho ou operação da SOLUÇÃO, a Câmara Municipal de Palhoça acionará a CONTRATADA, a qual deverá atender a ocorrência, observando os seguintes níveis de serviço (SLAs):

VI - Defeitos com severidade 1 (grave) deverão ter uma correção disponibilizada para instalação em homologação em até 4 (quatro) horas úteis, contadas a partir da solicitação a CONTRATADA. Estas 4 horas não incluem o tempo necessário a implantação da correção.

VII - Todos os defeitos com severidade 2 (crítico) reportados a CONTRATADA, deverão ser corrigidos em até 24 (vinte e quatro) horas após o comunicado.

VIII - Defeitos com severidade 3 (médio) reportados a CONTRATADA, deverão ser corrigidos em até 48 (quarente e oito) horas após o comunicado.

IX - Defeitos com severidade 4 (baixo) reportados a CONTRATADA, deverão ser corrigidos em até 3 (três) dias úteis após o seu comunicado.

X - Estas SLAs consideram que o suporte foi realizado com todas as informações necessárias, em horário comercial e se restringe apenas a problemas da SOLUÇÃO dentro do escopo do projeto. A criticidade será revista, e adequada seguindo as definições abaixo:

1. Grave – Este tipo de defeito implica na indisponibilidade ou travamento de toda a SOLUÇÃO pelo prazo máximo de 04 (quatro) horas.

2. Crítico – Este tipo de defeito atinge alguma funcionalidade crítica para o negócio da empresa. O objetivo primário de uma funcionalidade não é alcançado ou mais de uma funcionalidade é afetada por este defeito.

3. Médio – Este tipo de defeito atinge a uma funcionalidade em uma situação específica, porém o objetivo primário da funcionalidade é obtido.

4. Baixo – Este tipo de problema atinge apenas uma funcionalidade de pequeno impacto ao negócio ou apenas numa situação específica muito pouco frequente.

#### · Avaliação técnica da solução

I - A Câmara Municipal de Palhoça designará, na data da assinatura do contrato, uma equipe técnica que acompanhará todo o processo de implantação dos serviços, e terá por responsabilidade o acompanhamento do cumprimento dos prazos e o atesto da qualidade dos produtos fornecidos e serviços prestados.

II - A CONTRATADA deverá, num prazo de 10 (dez) dias após a homologação, disponibilizar um ambiente de testes para que seja comprovado o atendimento a estes requisitos. A Câmara Municipal de Palhoça deverá disponibilizar a infraestrutura necessária para os testes.

III - A Contratada deverá prestar a essa equipe todos os esclarecimentos necessários ao bom funcionamento, tais como: características da operação, dos processos, softwares e equipamentos envolvidos, modelos conceituais e físicos.

IV - Serão submetidos ao processo de homologação todos os produtos, serviços e itens de segurança e legais, normativos, de modo a verificar a conformidade com as especificações técnicas, bem como a capacidade de produção para cumprimento dos prazos e padrões de qualidade estabelecidos, conforme cronograma a baixo:

FASES	PRAZOS (dias corridos)
Fase 1 - Apresentação da Solução tecnologia e dos folders dos equipamentos;	Até 03 dias após a homologação do vencedor
Fase 2 - Instalação e configuração dos softwares, equipamentos no ambiente da Câmara Municipal de Palhoça	Até 10 dias após a assinatura do contrato
Fase 3 – Homologação	Até 05 dias após Fase 2
Fase 4 - Início da execução do serviço	Até 20 dias após assinatura do contrato

V - Será emitido um Termo de Aceite após conclusão da homologação;

#### · Capacitação de servidores

I - A CONTRATADA deverá realizar treinamentos para os servidores da Câmara Municipal de Palhoça, visando à capacitação para manutenção dos serviços realizados. A capacitação objetiva estabelecer as bases que permitam a absorção, pelos funcionários das unidades em que será implementada a gestão de informação para dar continuidade nos procedimentos e operações técnicas a serem adotados pela Câmara Municipal de Palhoça.

II - Local da capacitação: Todas as atividades de capacitação deverão ser realizadas em Palhoça/SC durante o horário comercial, nas dependências da Câmara Municipal de Palhoça.

III - A empresa CONTRATADA arcará com todas as despesas relativas às atividades de capacitação.

IV - Conteúdo programático: Deverão ser realizados os seguintes treinamentos:

Nome do Treinamento	Carga Horária	Quantidade de Treinamentos	Vagas Por Treinamento
Módulo de Captura e Indexação	04 horas	01	10
Módulo Web	06 horas	01	20
Módulo de Administração	06 horas	01	05

V - Material de ensino e de apoio: Para cada treinamento oferecido deverá ser entregue aos funcionários uma apostila contendo as principais orientações, conceitos e exemplos práticos para a realização das rotinas de gestão de informação. Os mesmos materiais deverão, também, ser entregues em formato eletrônico para serem disponibilizados na Intranet da Câmara Municipal de Palhoça;

## 10. CONDIÇÕES GERAIS



10.1 Toda documentação digital e física da CONTRATANTE deve ser considerada sigilosa, bem como todas as informações relacionadas à execução dos projetos, obrigando a CONTRATADA a manter o mais completo e absoluto sigilo sobre quaisquer dados, materiais, pormenores, especificações técnicas e comerciais da outra parte, de que venha a ter conhecimento ou acesso, ou que lhe venham a ser confiadas, sejam relacionados ou não com a prestação dos serviços, e não poderá, sob qualquer pretexto, reproduzir, divulgar, revelar ou dar conhecimento a terceiros estranhos a esta contratação, sob as penas da Lei. A CONTRATADA deverá apresentar para cada funcionário envolvido com a prestação de serviços, uma Declaração de Sigilo devidamente assinada.

10.2. Todas as despesas com frete, deslocamentos, equipamentos, materiais, insumos, mão-de-obra, tributos, taxas, e quaisquer outras despesas, incluídos descartes a serem efetuados pela própria CONTRATADA, por solicitação da CONTRATANTE, deverão estar contempladas nos preços propostos pela licitante.

10.3. O volume de documentos digitalizados e ou microfilmados não tem relação com o volume de documentos que ficarão sob a guarda da CONTRATANTE, considerando que os documentos microfilmados deverão ser descartados e que os documentos digitalizados, em considerável quantidade, também serão objeto de descarte.

10.4. Os documentos digitalizados deverão ser entregues em CD ou DVD, conforme acordado com a Contratada, podendo, em alguns casos, ser requisitado que o sejam em HD externo, dependendo do volume e destinação da documentação digitalizada.

#### 11. DAS EXIGÊNCIAS EM RELAÇÃO À EMPRESA A SER CONTRATADA

11.1. A empresa deverá comprovar capacidade técnica para o serviço mediante apresentação de atestado de capacidade técnica que comprove a execução de serviço que contemple todos os itens do termo de referência, prestado de forma contínua, ou seja, não poderá ser serviço requisitado em uma única parcela, com contrato já em andamento há no mínimo 03 (três) meses, em quantitativo equivalente em volume e prazos com o objeto licitado.

11.2. O atestado deverá conter o número do contrato, prazo de vigência, identificação do responsável pelas informações. Caso o atestado seja emitido por empresa da iniciativa privada, deverá estar acompanhado do contrato e de nota fiscal comprobatória dos serviços realizados e atestados.

11.3. A licitante deverá apresentar o registro de autorização para exercer a atividade de microfilmagem de documentos, mediante apresentação de documento emitido pela Secretaria Nacional de Justiça, devidamente assinado pelo Serviço de Qualificação – SNJ do Ministério da Justiça (em original ou fotocópia autenticada) e ainda publicação no Diário Oficial da União, nos termos da lei federal 5.433, de 08 de maio de 1968, e do decreto federal 1.799, de 30 de janeiro de 1.990.

11.4. A empresa deverá apresentar o alvará de funcionamento e do Corpo de Bombeiros.

11.5 Apresentação de Declaração que comprove a existência de estrutura e de equipamentos, identificando: quantidades, marcas e modelos, que será utilizada para execução dos objetos descritos no Termo de Referência. Declaração que será comprovada em visita a ser realizada a sede da licitante em até 05 dias úteis após a homologação do certame.

11.6 A CONTRATADA deverá demonstrar detalhadamente um plano de contingência para eventualidades, como sinistros, paralisação, greve, racionamento dos serviços públicos, falta de energia elétrica, que deverá compor a proposta, sob forma de anexo.

11.7. Qualificação Profissional, que deverá ser exigido juntamente com a apresentação da proposta: Indicação dos membros da Equipe Técnica de seu quadro permanente, comprovando o vínculo através da CTPS ou de contrato de prestação de serviços, ou, ainda, do contrato social da licitante, acompanhados dos certificados/declarações que comprovem sua habilitação:

a. Profissional com Nível Superior em Biblioteconomia, registrado no conselho de classe.

b. Profissional com Nível Superior, habilitado em CDIA+, (Certified Document Imaging Architect - Plus), comprovada pelo certificado de aprovação em exame da CompTIA,

c. Certidão de Registro da empresa no CRB (Conselho Regional de Biblioteconomia), da sede do licitante.

11.8. A fim de viabilizar atendimentos classificados como urgentes, bem como as demais rotinas de disponibilização da documentação física, e objetivando, ainda, resguardar ao máximo a integridade do acervo, que poderia ser afetada ou colocada em risco em razão de logísticas adotadas para longos percursos, A empresa deverá estar situada em uma distância máxima de sede do Contratante, equivalente a 100km (cem quilômetros) de percurso, cuja comprovação se dará mediante declaração da licitante. Exclusivamente em relação à sede, poderá a empresa apresentar declaração de que, caso não se situe na distância mencionada, montará escritório com estrutura adequada ao atendimento do presente contrato, em local cuja distância máxima equivalha à ora disposta, cuja efetivação deverá se dar em três dias úteis após a assinatura do contrato.

11.9. A fim de resguardar eventuais discontinuidades contratuais, deverá a empresa comprovar sua boa situação financeira, através de apresentação de patrimônio líquido equivalente a no mínimo 20% do valor estimado para a contratação. Visa, ainda, possibilidade de obtenção de ressarcimentos e/ou indenizações por eventuais prejuízos causados à Contratante e a terceiros, sendo imprescindível a contratação com empresa que demonstre condição sólida no mercado.

11.10. Considerando o serviço a ser realizado e a correta composição de seus custos, deverá a empresa, obrigatoriamente, realizar visita técnica à sede da empresa a fim de tomar conhecimento das condições em que se encontram a documentação da Câmara Municipal de Palhoça, em termos de armazenamento e de estado de conservação. As visitas deverão ser previamente agendadas e a Câmara Municipal de Palhoça indicará servidor para acompanhar. A contratante indicará servidor para acompanhar o preposto da empresa, devidamente credenciado e habilitado para tal finalidade, que deverá ser funcionário (comprovando o vínculo através da cópia da CTPS), ou, ainda, sendo

sócio ou dirigente, cópia do contrato social da licitante, ambos, e emitirá atestado de visita, que deverá ser assinado por ambas as partes, devendo este ser anexado ao documento de habilitação. A visita técnica deverá ser realizada até 72 horas que antecede a realização desta licitação.

11.11. É de responsabilidade da LICITANTE apresentar a CONTRATANTE, junto aos documentos de habilitação, um Plano de Trabalho e o Projeto de execução das atividades apresentadas neste certame. A Licitante deverá apresentar um Plano de Trabalho, descrevendo as atividades e prazos a serem cumpridos. O projeto deverá conter em seu escopo os itens: Objetivos, Atividades Propostas, Metodologia e Cronograma de Atividades. O não fornecimento ou sua apresentação incompleta dos documentos elencados neste item, acarretará na desclassificação do licitante do certame. Entende-se por preenchimento incompleto, deixar qualquer informação relevante quanto à execução das atividades.

11.12. Deverá ainda a empresa comprovar sua condição fiscal (negativas tributárias), bem como aptidão através de conferência do ramo de objeto de sua atuação, em conformidade com o objeto licitado e o previsto em seu contrato social.

11.13. A Câmara Municipal de Palhoça fica reservado o direito de efetuar quaisquer diligências que entenda necessária, devendo a empresa franquear dependências ou documentos em prazo não superior a 24 horas do seu requerimento.

## 12. QUANTITATIVO

O quantitativo inicial estimado:

- a) Serviço de organização, catalogação e identificação de arquivos: 500 (quinhentas) caixas.
- b) Solução tecnológica para gestão de documentos eletrônicos, com usuários para visualização ilimitada: 01 licença.
- c) Serviço de instalação e implantação: 01
- d) Serviço de treinamento e configuração: 01 implantação.
- e) Serviço de Suporte Técnico, Skype e Email – 01 – mensal.
- f) Serviço de Digitalização e Indexação de Documentos com 03 campos de indexação: 200.000 (duzentas mil) páginas.
- g) Serviço de Migração, Identificação, Tratamento, Indexação e Implantação no sistema de aproximadamente 300.00 (trezentas mil) páginas, já digitalizadas e arquivados em PDF.
- h) Serviços de Microfilmagem convencional 16mm: 100.000 (cem mil) páginas.
- i) Serviço de Administração e Guarda de Documentos aproximadamente: 500 (quinhentos) caixas/mês.
- j) Fornecimento de Solução de GED com visualizador Web ilimitado, para digitalização e visualização dos documentos digitalizados.

Esta quantidade é meramente estimativa, sendo que somente serão pagos os valores dos serviços efetivamente requisitados e executados. Para os exercícios seguintes, e considerando-se a conclusão em relação ao acervo inicial, os quantitativos poderão sofrer reduções superiores inclusive em 25% ao ora planilhado, devendo o licitante previamente acordar com essa diminuição, abrindo mão de quaisquer direitos a respeito.

Palhoça, 24 de agosto de 2015.  
OTÁVIO MARCELINO MARTINS FILHO  
Presidente

## ANEXO II

PREGÃO PRESENCIAL nº 009/2015

## DECLARAÇÃO

(Pleno Atendimento aos Requisitos de Habilitação)

Prezados Senhores,

\_\_\_\_\_, inscrito no CGC/CNPJ nº \_\_\_\_\_ por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a) \_\_\_\_\_, portador(a) da Carteira de Identidade no \_\_\_\_\_ e do CPF no \_\_\_\_\_, DECLARA, para fins do disposto no item 5.1 do Capítulo V, do Edital, que atende plenamente aos requisitos de habilitação, conforme exigido pelo inciso VII, do art. 4º, da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002.

Palhoça, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2015.

Assinatura, Nome, Cargo e Função  
(Proprietário, Sócio ou Representante Legal da Empresa)

## ANEXO III

PREGÃO nº /2015

## DECLARAÇÃO

\_\_\_\_\_, inscrito no CNPJ nº \_\_\_\_\_, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a) \_\_\_\_\_, portador(a) da Carteira de Identidade no \_\_\_\_\_ e do CPF no \_\_\_\_\_, DECLARA, para fins do disposto no inciso V do art. 27 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz ( ) .  
(Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima)

Local e data:

Nome, Cargo e Assinatura.  
Razão Social da empresa

#### ANEXO IV

PREGÃO nº \_\_\_\_/2015

#### Identificação dos Envelopes

CÂMARA MUNICIPAL DE PALHOÇA  
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES  
PREGÃO nº /2015

RAZÃO SOCIAL DA LICITANTE

CNPJ

FONE / FAX / E-MAIL

ENVELOPE E IDENTIFICAÇÃO DO CONTEÚDO

PROPOSTA DE PREÇOS, ENVELOPE nº 1

DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO, ENVELOPE nº 2

DECLARAÇÃO, ENVELOPE Nº 03 (quando a empresa não enviar representante)

ANEXO V

PREGÃO nº /2015

#### RECIBO DE DOCUMENTOS

Declaro que recebi no Protocolo da Câmara Municipal de Palhoça, situado na Rua Joci José Martins, nº 101 – Loteamento Pagani – Passa Vinte – Palhoça - SC, os envelopes nº 1 (Proposta de Preços) e nº 2 (Documentos de Habilitação), para serem encaminhados à Comissão Permanente de Licitações da Câmara Municipal de Palhoça e anexados ao Pregão Presencial nº /2015, da empresa:

Observações: 1) Deverá ser anexado na parte externa do envelope da proposta.

2) Não pode conter rasuras.

3) Válido somente com carimbo e visto do protocolo da Câmara Municipal de Palhoça.

#### ANEXO VI

PREGÃO PRESENCIAL nº 009/2015

MODELO DE PROPOSTA

A Câmara Municipal de Palhoça:

Serviços	Unidade Medida	Quantidade	Valor unitário R\$	Valor total R\$
Item 1 - Serviço de Organização, Catalogação e Identificação de Arquivos.	Caixas	500		
Item 2 – Solução Tecnológica para Gestão de Documentos Eletrônicos, com usuários para visualização ilimitada, informando fabricando e marca.	Licença	01		
Item 3 - Serviço de Instalação e Implantação	Única	01		
Item 4 - Serviço de Treinamento e Configuração	Única	01		
Item 5 – * Serviço de Suporte Técnico por Telefone, Skype e Email	Serv Mensal Para 12 MESES	12		
Item 6 – Serviço de Digitalização e Indexação de Documentos com 03 campos de indexação.	Página	200.000		
Item 7 – Serviço de Migração, Identificação, Tratamento, Indexação e Implantação no sistema de documentos já digitalizados e arquivados em PDF.	Páginas	300.000		

Item 8 – Serviço de Microfilmagem convencional 16 mm	Páginas	100.000		
Item 9 – * Serviço de Administração e Guarda de Documentos	Caixas/Mês Para 12 meses	500		
Valor GLOBAL(somatório dos valores totais cotados para os itens 1 a 9):				

Obs.: \* o valor total do serviço de guarda (itens 5 e 9) deverá equivaler à quantidade multiplicada por 12 (número de meses de previsão de vigência do contrato, para este item, em 2015/2016), considerando-se que o valor se repetirá mês a mês.

Validade da Proposta:

Declarações:

Plano de contingência: Anexo à proposta

Dados da Licitante

Razão Social/Nome:

Endereço:

Município:

Estado:

CEP:

CNPJ/CPF/MF:

Fone: ( )

Fax: ( )

E-Mail:

Banco:

Agência:

Conta:

Representante:

Fone: ( )

Fax: ( )

Local e Data:

Assinatura/Carimbo

#### ANEXO VII

PREGÃO PRESENCIAL nº /2015

#### DECLARAÇÃO COMPROBATÓRIA DE ENQUADRAMENTO COMO MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE

Declaramos para os efeitos do disposto na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, que a Empresa .....  
....., CNPJ ....., está enquadrada na categoria ..... (Pequeno Porte ou Microempresa), bem como não está incluída nas hipóteses do § 4º do art. 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

Local e data, .....

NOME E ASSINATURA DO  
REPRESENTANTE DA EMPRESA

#### ANEXO VIII

PREGÃO PRESENCIAL nº /2015

#### MODELO DE DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DAS NORMAS REFERENTES À SAÚDE E À SEGURANÇA NO TRABALHO

Declaro para os devidos fins e efeitos que esta Empresa cumpre com toda a legislação federal, estadual e municipal referente à Saúde e à Segurança no trabalho de nossos empregados, bem como todos os dispositivos relativos à matéria constantes de acordos, convenções ou dissídios coletivos.

Por ser verdade firmo a presente declaração.

Local e data, .....

NOME, CARGO E ASSINATURA DO  
REPRESENTANTE DA EMPRESA  
RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA

## ANEXO IX

## PREGÃO PRESENCIAL nº /2015

## (MODELO DE DECLARAÇÃO DE VISTORIA)

Atestamos, para o fim especial de participação de licitação, na modalidade PREGÃO PRESENCIAL sob nº /2015, sob as penas da lei, que a empresa \_\_\_\_\_, CNPJ nº \_\_\_\_\_, vistoriou os equipamentos, objeto do processo licitatório PREGÃO nº /2015, tomando conhecimento das dificuldades que o objeto da referida Licitação oferece para a perfeita execução dos serviços licitados, passando a reunir todos os elementos e informações necessárias a perfeita e completa apresentação de propostas de preços de conformidade como o Termo de Referência constante do Anexo I do mencionado Edital de Licitação.

A visita foi realizada pelo Senhor \_\_\_\_\_, inscrito no CPF/MF sob nº \_\_\_\_\_.

Palhoça, XX de \_\_\_\_\_ de 2015.

Carimbo e assinatura do servidor da Câmara Municipal de Palhoça.

Nome e assinatura do Responsável Técnico pela vistoria

## ANEXO X

## PREGÃO PRESENCIAL nº /2015

## MINUTA CONTRATO

A Câmara Municipal de Palhoça, Rua Joci José Martins nº 101, Loteamento Pagani, Passa Vinte – Palhoça/SC, CEP- 88132-282, inscrita no CNPJ sob nº 75.813.675/0001-59, doravante denominado CONTRATANTE, neste ato representado pelo seu Presidente Senhor. Otávio Marcelino Martins Filho, Portador do CPF nº \_\_\_\_\_, e de outro lado a empresa, \_\_\_\_\_, estabelecida na \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ sob o nº \_\_\_\_\_, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representada por seu \_\_\_\_\_, Sr. \_\_\_\_\_, portador do CPF nº \_\_\_\_\_, firmam o presente instrumento de Contrato, regido Lei Federal nº 8.666/93, de 21 de junho de 1993, alterações posteriores, demais normas legais federais e estaduais vigentes e pelas seguintes cláusulas e condições.

## CLÁUSULA PRIMEIRA - Do Objeto e Condições de Prestação dos Serviços

Constitui objeto do presente a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de organização, guarda, digitalização e microfilmagem de documentos, conforme especificações estabelecidas no Anexo I, e nas condições previstas no Edital do Pregão nº \_\_\_\_/2015.

## CLÁUSULA SEGUNDA - Do Preço, das Condições de Pagamento, Atualização por Inadimplemento

## Do Preço

I – O preço, de acordo com a proposta apresentada, é fixado em R\$ \_\_\_\_\_( ..... ), estando incluso neste valor, todos custos relativos impostos, taxas, seguros, contribuições e obrigações sociais, trabalhistas e previdenciárias, bem como demais despesas que se fizerem necessárias à perfeita e total execução do objeto deste Contrato;

## Das Condições de Pagamento

§ 1º - O CONTRATANTE pagará a CONTRATADA o valor devido em parcelas quinzenais ou mensais, até o 5º (quinto) dia útil seguinte ao da apresentação da nota fiscal/fatura, com o devido aceite, que deverá ser emitida em nome as Câmara Municipal de Palhoça, devendo constar CNPJ, o número da licitação, e do contrato, através de Ordem Bancária da Agência da Caixa Econômica Federal, conforme estabelecido no edital de Pregão Presencial no. /2015. Deverá ainda constar na NF/Fatura, a aprovação do Gerente de Informática e da Direção Geral da CMP.

## § 2º - Liberado mediante a apresentação de:

- I – Certidão Conjunta de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União expedida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil;
- II – Certidão Negativa de Débitos ou Certidão Positiva com Efeitos de Negativa da Previdência Social (INSS);
- III – Certidão de Regularidade Fiscal relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – CRF/FGTS;
- IV – Certidão Negativa de Débitos Estadual, de Santa Catarina e do Estado sede da empresa;
- V – Certidão Negativa de Débitos Municipal, de Florianópolis e do Município sede da empresa;
- VI – Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.

§ 3º - Efetuado de acordo com a efetiva realização dos serviços, condicionado às datas de liquidação de despesas fixadas pela Câmara Municipal de Palhoça, por meio do Banco da Caixa Econômica Federal, mediante crédito direto na conta corrente do Contratado.

§ 4º - A não apresentação dos documentos enunciados no parágrafo anterior implica na suspensão do pagamento da fatura até a apresentação, não sendo exigível, neste caso, atualização financeira dos valores, por inadimplemento.

§ 5º - Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta em virtude de penalidade ou inadimplência, bem assim, em razão de dano ou prejuízo causado ao CONTRATANTE ou a terceiros, não gerando essa postergação direito à atualização monetária do preço.

§ 6º - O pagamento da fatura será susado se verificada execução defeituosa do Contrato, e enquanto persistirem restrições quanto aos serviços prestados, não gerando essa postergação direito à atualização monetária do preço.

## Da Atualização por Inadimplemento

§ 7º - Vencido o prazo estabelecido e não efetuado o pagamento pelo CONTRATANTE, sem que haja culpa da CONTRATADA, os valores serão corrigidos com base nos mesmos critérios adotados para a atualização das obrigações tributárias, em observância ao que dispõe o artigo 117, da Constituição Estadual e artigo 40, inciso XIV, alínea "c", da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993.

**CLÁUSULA TERCEIRA – Da Dotação Orçamentária**

O pagamento do presente Contrato correrá à conta dos recursos consignados no Orçamento da Câmara Municipal de Palhoça, elemento de despesa 3.3.90.39.57.

**CLÁUSULA QUARTA – Do Prazo de Vigência do Contrato**

4.1 – O Contrato terá vigência por 12 meses a partir da sua assinatura, podendo ser prorrogado na forma da Lei nº 8.666/93, mediante acordo entre as partes, por meio de aditamento.

4.2 – Após 12 (doze) meses da data de apresentação da proposta, o preço contratado poderá ser reajustado mediante a incidência do INPC.

**CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES**

Constituem obrigações da contratada, além das elencadas adiante, prestar os serviços contratados em conformidade com o estabelecido no Anexo I do termo de referência do Edital do Pregão nº 009/2015, que passa a fazer parte integrante deste Contrato, como se aqui transcrito estivesse.

**Da Contratada:**

- a) realizar a prestação dos serviços, de acordo com a proposta apresentada no Pregão Presencial nº 09/2015, e na forma e condições estabelecidas no Edital e em seus anexos, e no Contrato;
- b) guardar sigilo sobre as informações constantes dos documentos;
- c) executar os serviços em conformidade com a legislação vigente;
- f) responsabilizar-se integral e exclusivamente pela execução dos serviços contratados;
- f.1) A Contratada deverá cumprir todas as exigências das Leis e Normas de Segurança e Higiene no Trabalho, fornecendo os adequados equipamentos de proteção individual e coletiva a todas as pessoas ligadas à empresa que estiverem realizando os serviços ou por algum motivo permaneçam na CMP.
- g) selecionar e preparar rigorosamente os funcionários que irão prestar os serviços;
- h) responsabilizar-se pelos danos pessoais ou materiais causados por seus funcionários ou prepostos, inclusive por omissão destes, nas dependências da Contratante;
- o) manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as demais obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no procedimento licitatório;
- r) deverá fornecer a Câmara Municipal de Palhoça, juntamente com as faturas mensais, relatório mensal dos serviços executados, apresentando as ocorrências verificadas, descrição dos serviços executados;
- s) submeter-se à fiscalização por parte do Gerente de Informática da Contratante;

**Da Contratante:**

- a) comunicar à Contratada toda e qualquer ocorrência relacionada à entrega do objeto;
- b) pagar à Contratada o preço ajustado, de acordo com a forma de pagamento estipulada no edital, certificada pela Câmara Municipal de Palhoça;
- c) fiscalizar e acompanhar a execução do contrato de prestação de serviços, segundo seu interesse, sob os aspectos qualitativos e quantitativos, relatando irregularidades quando for o caso;
- d) rejeitar, no todo ou em parte, o(s) material(is) entregue(s) pela Contratada fora das especificações do edital;
- e) aplicar as sanções administrativas, quando se fizerem necessárias;
- f) prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela Contratada.

**CLÁUSULA SEXTA – Da Alteração Contratual por Aditamento**

Proceder-se-á a alteração do contrato, quando couber, observadas às disposições do artigo 65, da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993 e modificações ulteriores.

**CLÁUSULA SÉTIMA – Da Inexecução e da Rescisão do Contrato**

A inexecução total ou parcial do Contrato ensejará a sua rescisão com as consequências contratuais e as previstas em Lei, com assento no Capítulo III, Seção V, da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, nos seguintes casos:

I - por ato unilateral e escrito do CONTRATANTE, nos casos enumerados nos incisos de I a XII, XVII e XVIII do artigo 78 da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993;

II - amigavelmente, por acordo entre as partes, mediante formalização através de aviso com antecedência mínima de 30 dias, não cabendo indenização de qualquer das partes, exceto para pagamento dos serviços comprovadamente prestados;

III - judicialmente, na forma da legislação vigente;

**PARÁGRAFO ÚNICO:** A rescisão contratual determinada por ato unilateral, em que constatado o descumprimento do avençado, acarreta as seguintes consequências para a CONTRATADA, sem prejuízo das sanções previstas:

- a) execução dos valores das multas e indenizações devidas ao CONTRATANTE;
- b) retenção dos créditos decorrentes do Contrato até o limite dos prejuízos causados ao CONTRATANTE.

**CLÁUSULA OITAVA - Das Sanções Administrativas**

O descumprimento das obrigações assumidas ensejará as sanções de advertência, multa, suspensão temporária para participação de licitação, declaração de inidoneidade, conforme Capítulo IV, Seção II, da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores, como também, pelo, Decreto Estadual nº 2.617, de 16 de setembro de 2009, observando-se:

**I – Advertência****II – Multa:**

- a) 0,33% por dia de atraso, da entrega do objeto ou execução do serviço, calculado sobre o valor correspondente a parte inadimplente, até o limite de 9,9%;
- b) 10% em caso de não entrega do objeto, não conclusão do serviço ou rescisão contratual, por culpa da contratada, calculado sobre a parte inadimplente;



c) até 20% calculado sobre o valor do contrato, pelo descumprimento de qualquer cláusula do contrato, exceto prazo de entrega e incluído vazamento de dados (quebra de sigilo)

Caso haja vazamento de dados, além de aplicação de multa à CONTRATADA caberá assumir as responsabilidades penais, civis e administrativas decorrentes, isentando a CONTRATANTE de qualquer responsabilidade a respeito.

### III – Suspensão

A licitante ficará impedida de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, por até cinco anos quando a fornecedora convocada dentro do prazo de validade da sua proposta:

- a) não celebrar o contrato;
- b) deixar de entregar ou apresentar documentação falsa, exigida para o certame;
- c) ensejar o retardamento da execução de seu objeto;
- d) não mantiver a proposta;
- e) falhar ou fraudar na execução do contrato;
- f) comportar-se de modo inidôneo;
- g) cometer fraude fiscal;
- h) por prazo indeterminado, quando a empresa receber qualquer das multas previstas e não efetuar o pagamento.

IV – Declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública, em caso de faltas graves apuradas através de processo administrativo.

§ 1º - Na aplicação das penalidades prevista no Pregão nº /2015, a Administração considerará, motivadamente, a gravidade da falta, seus efeitos, bem como os antecedentes da CONTRATADA, graduando-as e podendo deixar de aplicá-las, se admitida as justificativas da CONTRATADA, nos termos do que dispõem o art. 87, "caput" da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

§ 2º - As penalidades aplicadas serão registradas no cadastro da licitante/CONTRATADA.

§ 3º - As penalidades poderão ser aplicadas isolada ou cumulativamente, nos termos do artigo 87 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

§ 4º - A aplicação das penalidades admite os recursos estabelecidos na Lei.

### CLÁUSULA NONA – Da Vinculação

Vincula-se o presente Contrato às disposições da Lei Federal nº 8.666/93 de 21 de junho de 1993, suas alterações posteriores, ao edital e seus anexos do Pregão nº 09/2015, à proposta da CONTRATADA, demais normas legais federais e estaduais vigentes.

### CLÁUSULA DÉCIMA – Do Foro

Fica eleito o Foro da Comarca de Palhoça do Estado de Santa Catarina, com a renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para serem dirimidas questões originárias da execução do presente Contrato.

E, por assim estarem justos e contratados, assinam o presente Termo em 3 vias de igual teor e forma, juntamente com as testemunhas abaixo.

Palhoça, \_\_\_\_\_, de \_\_\_\_\_ de 2015.

OTÁVIO MARCELINO MARTINS FILHO  
PRESIDENTE DA CMP

XXXXXXXXXXXX  
CONTRATADA

### TESTEMUNHAS:

1. \_\_\_\_\_  
CPF

2. \_\_\_\_\_  
CPF

# Passo de Torres

## CÂMARA MUNICIPAL

**PORTARIA Nº 12/2015**

Poder Legislativo de Passo de Torres - SC

Portaria nº 12, de 25 de agosto de 2015.

“REVOGA PORTARIA Nº 11 DE 12 DE AGOSTO DE 2015”

O cidadão Pedro Paulo Bitencourt, Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Passo de Torres, no uso de suas atribuições que lhe confere o Regimento Interno e a Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

Revogar a portaria nº 11 de 12 de agosto de 2015.

Esta Portaria entra vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Pedro Paulo Bitencourt

Presidente da Câmara Municipal de Vereadores

Registre-se e Publique-se

Registrado e publicado nesta secretaria na data supra.

Ademilson Batista da Silva

1º Secretário

# Passos Maia

## PREFEITURA

**EDITAL Nº 0046/2015**

MUNICIPIO DE PASSOS MAIA

PROCESSO LICITATÓRIO N. 0046/2015

PREGÃO ELETRÔNICO N. 0032/2015

ATA DE REGISTRO DE PREÇO

O MUNICÍPIO DE PASSOS MAIA, Estado de Santa Catarina, com sede à Avenida Padre João Botero, n. 485, Centro, torna público, nos termos da Lei Federal n. 8.666/93 e suas posteriores alterações, que se encontra aberto o Processo Licitatório n. 0046/2015, Modalidade de Pregão Eletrônico n. 0032/2015 – Objeto: Constitui o objeto da presente licitação o Registro de Preços para a aquisição de materiais de consumo de odontologia (descartáveis), para atender as necessidades das Unidades de Saúde do Município de Passos Maia - SC, conforme Anexo I do Edital. As propostas deverão ser anexadas no sistema do dia 27/08/2015 a partir das 08:00 Hs, até às 14:00 Hs do dia 10 de setembro de 2015, iniciando-se a Sessão Pública às 14:15 Hs, do mesmo dia. Retirada do Edital pelo site [www.bll.org.br](http://www.bll.org.br) "Acesso Identificado no link – licitações". Maiores Informações pelo telefone (49) 3437-0010.

Passos Maia, 25 de agosto de 2015.

IVANDRE BOCALON

Prefeito Municipal.

# Paulo Lopes

## PREFEITURA

### LEI COMPLEMENTAR Nº 43/2015

LEI COMPLEMENTAR Nº 43/2015

Revoga a Lei Complementar nº. 26/2008, e dá outras providências.

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, na forma do art. 66, inciso III, faz saber a todos que a Câmara aprovou e ele sanciona a seguinte lei:

Art.1º - Fica revogada a Lei Complementar n. 26, de 22 de janeiro de 2008, em sua integralidade;

Art. 2º O § 5º do art. 188 da Lei nº. 956/2002 volta a vigorar com o seu texto originário:

§ 5º Nos serviços de construção civil o imposto será calculado sobre o valor da nota fiscal, deduzidas as parcelas correspondentes:

I – ao valor das subempreitadas já tributadas pelo imposto;

II – ao valor dos materiais fornecidos pelo prestador do serviço.

Art. 3º - A despesa desta lei corre por conta do orçamento vigente.

Art. 4º - Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação.

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS

Prefeito Municipal

Publicado a presente Lei no Diário Oficial dos Municípios, em 26 de agosto de 2015.

ALMERY ALCIDES VIEIRA

Sec. Mun. de Administração

### LEI Nº 1649/2015

LEI Nº 1649/2015

Dá nova redação ao art. 2º da Lei Nº 1532, de 20 de agosto de 2012.

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, faz saber a todos os habitantes do Município que a Câmara aprovou o Projeto de Lei nº. 31/2015 e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º O art. 2º da Lei nº. 1532, de 20 de agosto de 2012, que "Fixa o subsídio dos Vereadores e do Presidente da Câmara Municipal para a Legislatura 2013 a 2016" passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 2º O subsídio mensal do Presidente da Câmara será de R\$ 5.574,97 (cinco mil e quinhentos e setenta e quatro reais e noventa e sete centavos).

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS

Prefeito Municipal

Publicado a presente Lei no Diário Oficial dos Municípios, em 26 de agosto de 2015.

ALMERY ALCIDES VIEIRA

Sec. Mun. de Administração

### LEI Nº 1650/2015

LEI Nº 1650/2015

Altera carga horária semanal e vencimento inicial do cargo de Assessor Jurídico cargo de provimento em comissão, estabelecido pelo artigo 2º da Lei nº. 1098 de 30 de maio de 2005.

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, faz saber a todos os habitantes do Município que a Câmara aprovou o Projeto de Lei nº. 32/2015 e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica Alterado a carga horária semanal e vencimento inicial do cargo de Assessor Jurídico de provimento em comissão, da estrutura Administrativa da Câmara de Vereadores de Paulo Lopes, estabelecido pela Lei nº. 1098 de 30 de maio de 2005. Conforme especificações abaixo:

Nº de vagas	Cargo	Habilitação Necessária para a Posse	Carga Horária Semanal	Vencimento inicial
01	Assessor Jurídico	Nível Superior em Direito e registro na OAB	15	1637,91

Art. 2º - A despesa desta lei corre por conta das dotações do Orçamento Fiscal vigente.

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS

Prefeito Municipal

Publicado a presente Lei no Diário Oficial dos Municípios, em 26 de agosto de 2015.

ALMERY ALCIDES VIEIRA

Sec. Mun. de Administração

**CÂMARA MUNICIPAL****ATO DE PROMULGAÇÃO - LEI Nº. 1648/2015**

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE PAULO LOPES/SC, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas por LEI, notadamente no art. 53, parágrafo 8º da Lei Orgânica Municipal;

Faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele promulga com força de Lei o Projeto nº24/2015, cujo texto institui a aprovação do Plano Municipal de Educação – PME e dá outras providências.

**ATO DE PROMULGAÇÃO**

CONSIDERANDO a não manifestação quanto à sanção pelo Poder Executivo, após a rejeição dos vetos apresentados, no prazo estabelecido na Lei Orgânica do Município;

CONSIDERANDO que o art. 53, § 8º deste Diploma Legal determina que no silêncio do Chefe do Poder Executivo, cabe ao Chefe do Poder Legislativo promulgar a Lei aprovada;

CONSIDERANDO também que a promulgação é ato de natureza política, cujo objetivo é atestar solenemente a existência da lei para a produção de seus efeitos jurídicos e legais, sendo, portanto, requisito indispensável à eficácia do ato normativo. Trata-se de uma operação integrativa da lei que atesta a sua executoriedade.

Dessa Forma, por este instrumento, PROMULGO como Lei os ditames do Projeto de Lei nº 24/2015 a qual aprova do Plano Municipal de Educação – PME e dá outras providências.

Paulo Lopes, 25 de agosto de 2015.

OZIEL EVALDO SILVA

Presidente da Câmara Municipal de Paulo Lopes

LEI Nº. 1648 DE 25 DE AGOSTO DE 2015

Aprova o Plano Municipal de Educação – PME e dá outras providências.

Presidente da Câmara Municipal de Paulo Lopes, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou e fica promulgada a seguinte Lei:

Art. 1º Fica aprovado o Plano Municipal de Educação – PME, com vigência por 10 (dez) anos, a contar da publicação desta Lei, na forma dos Anexos I e II, com vistas ao cumprimento do disposto no art. 8º da Lei n. 13.005, de 25 de junho de 2014.

Art. 2º São diretrizes do PME:

I - erradicação do analfabetismo;

II - universalização do atendimento escolar;

III - superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da cidadania e na erradicação de todas as formas de discriminação;

IV - melhoria da qualidade da educação;

V - formação para o trabalho e para a cidadania, com ênfase nos valores morais e éticos em que se fundamenta a sociedade;

VI - promoção do princípio da gestão democrática da educação pública;

VII - promoção humanística, científica, cultural e tecnológica;

VIII - estabelecimento de meta de aplicação de recursos públicos em educação como proporção do Produto Interno Bruto - PIB que assegure atendimento às necessidades de expansão, com padrão de qualidade e equidade;

IX - valorização dos (as) profissionais da educação;

X - promoção dos princípios do respeito aos direitos humanos, à diversidade e à sustentabilidade socioambiental.

Art. 3º As metas previstas no Anexo I desta Lei serão cumpridas no prazo de vigência deste PME, desde que não haja prazo inferior definido para metas e estratégias específicas.

Art. 4º As metas previstas no Anexo I desta Lei deverão ter como referência o Anexo II – Diagnóstico elaborado pela Equipe Técnica com base nos dados divulgados por Órgãos Oficiais.

Art. 5º A execução do PME e o cumprimento de suas metas serão objeto de monitoramento contínuo e de avaliações periódicas de no mínimo a cada 2 anos realizadas pelas seguintes instâncias:

I - Secretaria Municipal de Educação ;

II - Comissão de Constituição, Legislação e Justiça da Câmara de Vereadores;

III - Conselho Municipal de Educação – CME;

§ 1º Compete, ainda, às instâncias referidas no caput:

I - divulgar os resultados do monitoramento e das avaliações nos respectivos sítios institucionais da internet;

II - analisar e propor políticas públicas para assegurar a implementação das estratégias e o cumprimento das metas;

III - analisar e propor a revisão do percentual de investimento público em educação.

§ 2º Ao longo do período de vigência deste PME, observar-se-ão os resultados dos estudos publicados a cada 2 (dois) anos pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP para aferir a evolução no cumprimento das metas estabelecidas no Anexo I.

§ 3º A meta progressiva do investimento público em educação será avaliada no quarto ano de vigência do PME e poderá ser ampliada por meio de lei para atender às necessidades financeiras do cumprimento das demais metas.

§ 4º O investimento público em educação a que se refere a meta 18 do Anexo I desta Lei engloba os recursos aplicados na forma do art.

212 da Constituição Federal, do art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, bem como do art. 213 da Constituição Federal. § 5o Será destinada à manutenção e ao desenvolvimento do ensino, em acréscimo aos recursos vinculados nos termos do art. 212 da Constituição Federal, além de outros recursos previstos em lei, a parcela da participação no resultado ou da compensação financeira pela exploração de petróleo e de gás natural, na forma de lei específica, com a finalidade de assegurar o cumprimento da meta prevista no inciso VI do art. 214 da Constituição Federal.

Art. 6o O Município promoverá a realização de pelo menos 2 (duas) conferências municipais de educação até o final do decênio, precedidas de amplo debate e coordenadas Conselho Municipal de Educação – CME.

§ 1o Conselho Municipal de Educação – CME, além da atribuição referida no caput- acompanhará a execução do PME e o cumprimento de suas metas;

II - promoverá a articulação da conferência municipal com as conferências estadual e nacional de educação.

§ 2o As conferências municipais de educação realizar-se-ão com intervalo de até 4 (quatro) anos entre elas, com o objetivo de avaliar a execução do Plano Nacional de Educação – PNE, do Plano Estadual de Educação – PEE, bem como deste Plano Municipal e subsidiar a elaboração dos planos de educação para o decênio subsequente.

Art. 7o O Município atuará em regime de colaboração com a União e o Estado, visando o alcance das metas e à implementação das estratégias objeto deste Plano, na forma da lei.

§ 1o Caberá aos gestores federal, estadual, municipal a adoção das medidas governamentais necessárias ao alcance das metas previstas neste PME.

§ 2o As estratégias definidas no Anexo I desta Lei não elidem a adoção de medidas adicionais em âmbito local ou de instrumentos jurídicos que formalizem a cooperação entre os entes federados, podendo ser complementadas por mecanismos nacionais e locais de coordenação e colaboração recíproca.

§ 3o O sistema de ensino municipal criará mecanismos para o acompanhamento local da consecução das metas do PME.

§ 4o Haverá regime de colaboração específico para a implementação de modalidades de educação escolar que necessitem considerar territórios étnico-educacionais e a utilização de estratégias que levem em conta as identidades e especificidades socioculturais e linguísticas de cada comunidade envolvida, assegurada a consulta prévia e informada a essa comunidade.

§ 5o O fortalecimento do regime de colaboração entre a União, o Estado e o Município incluirá a instituição de instâncias permanentes de negociação, cooperação e pactuação.

§ 6o O fortalecimento do regime de colaboração entre o Município dar-se-á, inclusive, mediante a adoção de arranjos de desenvolvimento da educação.

Art. 8o O Município deverá adequar a legislação local, disciplinando a gestão democrática da educação pública em conformidade com o disposto na referida Lei.

Art. 9o O plano plurianual, as diretrizes orçamentárias e o orçamento anual do Município serão formulados de maneira a assegurar a consignação de dotações orçamentárias compatíveis com as diretrizes, metas e estratégias deste PME, a fim de viabilizar sua plena execução. Parágrafo Único. Todas as garantias, implementações, promoções, ação para a realização das Diretrizes, metas e estratégias do PME serão aplicadas desde que haja orçamento próprio para sua execução.

Art. 10. O Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica, coordenado pela União, constituirá fonte de informação para a avaliação da qualidade da educação básica e para a orientação das políticas públicas desse nível de ensino.

Art. 11. Até o final do primeiro semestre do nono ano de vigência deste PME, o Poder Executivo encaminhará à Câmara de Vereadores, sem prejuízo das prerrogativas deste Poder, o projeto de lei referente ao Plano Municipal de Educação a vigorar no período subsequente, que incluirá diagnóstico, diretrizes, metas e estratégias para o próximo decênio.

Art. 12. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Paulo Lopes, 25 de agosto de 2015.

OZIEL EVALDO SILVA

Presidente da Câmara Municipal de Paulo Lopes

Promulgada pelo Presidente da Câmara Municipal, em 25 de Agosto de 2015.

Publicada a presente lei no Diário Oficial dos Municípios, em 25 de agosto de 2015.

## ANEXO I

### METAS E ESTRATÉGIAS DO PME DE PAULO LOPES – 2015/2025

#### META 1

Universalizar, até 2016, a educação infantil na pré-escola para as crianças de 04 (quatro) a 05 (cinco) anos de idade e ampliar a oferta de educação infantil em creches de forma a atender, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das crianças de até 03 (três) anos até o final da vigência deste Plano.

#### Estratégias:

1.1 Definir, em regime de colaboração entre a União e o Estado, metas de expansão de educação infantil segundo padrão nacional de qualidade, considerando as peculiaridades locais.

1.2 Realizar, periodicamente, em regime de colaboração, levantamento da demanda por creche para a população de até 3 (três) anos de idade, como forma de planejar a oferta e verificar o atendimento da demanda manifesta no município.

1.3 Estabelecer, no primeiro ano de vigência do Plano, normas, procedimentos e prazos para definição de mecanismos de consulta pública da demanda das famílias por creches.

1.4 Manter e ampliar, em regime de colaboração, programa de construção e reestruturação de escolas, bem como de aquisição de equipamentos, visando à expansão e à melhoria da rede física de escolas públicas de educação infantil, respeitando, inclusive, as normas de acessibilidade.

1.5 Implantar, até o segundo ano de vigência do Plano, avaliação da educação infantil articulada entre os setores da educação, a ser realizada a cada 2 (dois) anos, com base em parâmetros nacionais de qualidade, a fim de aferir a infraestrutura física, o quadro de pessoal, as



condições de gestão, os recursos pedagógicos, a situação de acessibilidade, entre outros indicadores relevantes.

1.6 Promover a formação continuada dos(as) profissionais da educação infantil, garantindo, progressivamente, o atendimento por profissionais com formação superior;

1.7 Estimular a articulação entre pós-graduação, núcleos de pesquisa e cursos de formação para profissionais da educação, de modo a garantir a elaboração de currículos e propostas pedagógicas que incorporem os avanços de pesquisas ligadas ao processo de ensino e aprendizagem e às teorias educacionais no atendimento da população de 0 (zero) a 5 (cinco) anos.

1.8 Fomentar o atendimento à população do campo e quilombola na educação infantil nas respectivas comunidades, por meio do redimensionamento da distribuição territorial da oferta, limitando a nucleação de escolas e o deslocamento de crianças, de forma a atender às especificidades dessas comunidades, garantido consulta prévia e informada.

1.9 Priorizar o acesso à educação infantil e fomentar a oferta do atendimento educacional especializado complementar e suplementar aos estudantes com deficiência, transtornos do espectro do autismo, transtorno do déficit de atenção com hiperatividade e altas habilidades/superdotação, assegurando a educação bilíngue para crianças surdas e a transversalidade da educação especial nessa etapa da educação básica, garantindo a contratação de segundo professor nos casos em que a deficiência ou transtorno exigir, a partir de laudos médicos e avaliação da equipe pedagógica da SME.

1.10 Implementar, em caráter complementar, programas de orientação e apoio às famílias, por meio da articulação das áreas de educação, saúde e assistência social, com foco no desenvolvimento integral das crianças de até 3 (três) anos de idade.

1.11 Preservar as especificidades da educação infantil na organização das redes escolares, garantindo o atendimento da criança de 0 (zero) a 5 (cinco) anos em estabelecimentos que atendam a parâmetros nacionais de qualidade e a articulação com a etapa escolar seguinte, visando ao ingresso do(a) aluno(a) de 6 (seis) anos de idade no ensino fundamental.

1.12 Fortalecer o acompanhamento e o monitoramento do acesso e da permanência das crianças na educação infantil, em especial dos beneficiários de programas de transferência de renda, em colaboração com as famílias e com os órgãos públicos de assistência social, saúde e proteção à infância.

1.13 Promover a busca ativa de crianças em idade correspondente à educação infantil, em parceria com órgãos públicos de assistência social, saúde e proteção à infância, preservando o direito de opção da família em relação às crianças de até 3 (três) anos de idade.

1.14 O Município, com a colaboração da União e do Estado, realizarão e publicarão, a cada ano, levantamento da demanda manifesta por educação infantil em creches e pré-escolas, como forma de planejar e verificar o atendimento.

1.15 Estimular o acesso à educação infantil em tempo integral, para todas as crianças de 0 (zero) a 5 (cinco) anos, conforme estabelecido nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil.

1.16 Assegurar espaços lúdicos de interatividade a todas as crianças considerado todo tipo de diversidade tais como: brinquedoteca, cantos do faz-de-conta, bibliotecas infantis e parques infantis.

1.17 Ajustar a relação entre o número de alunos(as) e professores, garantindo a qualidade do processo de aprendizagem, em conformidade com resolução específica expedida pelo Conselho Municipal de Educação.

1.18 Garantir até 2018 a implementação da disciplina de educação física e até 2020 a disciplina de artes para o atendimento na educação infantil por profissional habilitado nas respectivas áreas, perante resoluções expedida pelo Conselho Municipal de Educação.

1.19 Adotar mecanismo de colaboração entre setores da educação, saúde e assistência social na manutenção, administração, controle e avaliação das instituições de atendimento às crianças de 0 a 5 anos de idade, contemplando as dimensões do educar e cuidar com participação das comunidades interessadas.

1.20 Avaliar a proposta curricular municipal para a Educação Infantil que respeite a cultura do campo e todo tipo de diversidade, bem como o ritmo, as necessidades e especificidades das crianças com deficiências, com transtornos globais de desenvolvimento ou altas habilidades/superdotação.

1.21 Garantir a continuidade dos processos conforme os diferentes momentos de transição vividos pela criança: transição casa/instituição de Educação Infantil, transições no interior da instituição, transição creche/pré-escola e transição pré-escola/Ensino Fundamental.

## META 2

Universalizar o ensino fundamental de 9 (nove) anos para toda a população de 6 (seis) a 14 (quatorze) anos de idade e garantir que pelo menos 95% (noventa e cinco por cento) dos estudantes concluam essa etapa na idade recomendada, até o último ano de vigência deste Plano.

## Estratégias:

2.1 Pactuar entre União, Estado e Município, no âmbito da instância permanente de que trata o § 5º do art. 7º da Lei 13.005/2014, a implantação dos direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento que configurarão a base nacional comum curricular do ensino fundamental.

2.2 Criar mecanismos para o acompanhamento individualizado dos(as) alunos(as) do ensino fundamental.

2.3 Efetivar o acompanhamento técnico e pedagógico no monitoramento do acesso, da permanência e do aproveitamento escolar dos beneficiários de programas de transferência de renda, bem como das situações de discriminação, preconceitos e violências na escola, assegurando condições adequadas para o sucesso escolar dos(as) alunos(as), em colaboração com as famílias, comunidades e com órgãos públicos de assistência social, saúde e proteção à infância, adolescência e juventude.

2.4 Promover a busca ativa de crianças e adolescentes fora da escola, o acompanhamento e o monitoramento de acesso e permanência na escola, em parceria com as áreas de saúde e assistência social.

2.5 Desenvolver tecnologias pedagógicas que combinem, de maneira articulada, a organização do tempo e das atividades didáticas entre a escola e o ambiente comunitário, considerando as especificidades da educação especial e das escolas do campo.

2.6 Disciplinar, no âmbito dos sistemas de ensino, a organização flexível do trabalho pedagógico, incluindo adequação do calendário escolar de acordo com a realidade local e a identidade cultural.

2.7 Promover a relação das escolas com instituições e movimentos culturais, a fim de garantir a oferta regular de atividades culturais para a livre fruição dos(as) alunos(as) dentro e fora dos espaços escolares, assegurando ainda que as escolas se tornem polos de criação e difusão cultural.

2.8 Incentivar a participação dos pais ou responsáveis no acompanhamento das atividades escolares dos filhos por meio do estreitamento das relações entre as escolas e as famílias.

2.9 Ofertar o ensino fundamental, as populações do campo e quilombola, garantindo acesso, permanência, conclusão, bem como, a

formação de profissionais para a atuação junto a essas populações.

2.10 Desenvolver formas alternativas de oferta do ensino fundamental, garantindo a qualidade, para atender aos filhos de profissionais que se dedicam a atividades de caráter itinerante em parceria com outros setores da administração pública.

2.11 Oferecer atividades extracurriculares aos estudantes de incentivo e de estímulo a habilidades, promovendo, inclusive, certames e concursos de âmbito municipal, estadual e nacional.

2.12 Promover atividades de desenvolvimento e estímulo a habilidades esportivas nas escolas, interligadas a um plano de disseminação do desporto educacional e de desenvolvimento esportivo, regional, estadual e nacional.

2.13 Efetivar, com as áreas de saúde, ação social e cidadania, rede de apoio ao sistema municipal de ensino para atender o público da educação especial.

2.14 Garantir o acesso e permanência dos estudantes na educação pública, viabilizando no prazo de validade deste plano, padrões mínimos de infraestrutura, necessários à melhoria da qualidade do Ensino Fundamental da infância e adolescência que abranjam espaço, iluminação, incidência solar, ventilação, água potável, rede elétrica, segurança, temperatura ambiente, instalações sanitárias, espaços para prática da cultura corporal (danças, esportes e outros), adaptação dos edifícios escolares para atendimento dos(as) alunos(as) portadores de necessidades educacionais especiais, acesso a internet em todas as unidades escolares, materiais pedagógicos, equipamento multimídia, material escolar, laboratórios didáticos e Salas de Leitura e Pesquisas informatizada com acervo atualizado, visando a inclusão das diferentes etnias.

2.15 Garantir a oferta da alimentação escolar em regime de colaboração com a união, com segurança alimentar e nutricional, preferencialmente com produtos da região.

2.16 Garantir acesso as tecnologias educacionais inovadoras das práticas pedagógicas que assegurem a alfabetização, dando continuidade e favorecendo a melhoria do fluxo escolar e a aprendizagem dos estudantes, segundo as diversas abordagens metodológicas em todas as unidades escolares de atendimento do ensino fundamental.

2.17 Assegurar manutenção da Biblioteca Municipal, com equipamentos, espaços, acervos bibliográficos, bem como atendimento em horário integral e profissionais especializados, como condição para a melhoria do processo ensino/aprendizagem.

2.18 Assegurar mecanismos que garantam a organização pedagógica, o currículo e as práticas pedagógicas, mantendo o vínculo das crianças do ensino fundamental do campo.

2.19 Ampliar, em regime de colaboração, Programas de Correção de Fluxo Escolar, reduzindo as taxas de repetência, evasão e distorção idade ano, em toda a Rede Pública Municipal de Ensino.

2.20 Definir e garantir padrões de qualidade, em regime de colaboração com os sistemas de ensino, dando a igualdade de condições para acesso e permanência no ensino fundamental.

2.21 Garantir a atualização da Proposta Curricular do Município de maneira a assegurar a formação básica comum respeitando os valores culturais e artísticos nas diferentes etapas e modalidades da educação.

2.22 Garantir a inclusão de pessoas com deficiência nas instituições escolares do ensino regular, com adaptação dos meios físicos e capacitação dos recursos humanos, assegurando o desenvolvimento de seu potencial cognitivo, emocional e social.

2.23 Criar a partir da vigência deste Plano, proposta de projeto de Lei para regulamentar o número de estudantes por turma, em conjunto com o Conselho Municipal de Educação e professores, com objetivo de garantir o atendimento de qualidade no processo de ensino aprendizagem, além da saúde dos profissionais.

2.24 Garantir que após um ano a partir da aprovação do PME, todas as escolas de Ensino Fundamental tenham reformulado seus Projetos-Político-Pedagógicos, estabelecendo metas de aprendizagem, em conformidade com a organização do currículo, com observância das Diretrizes Curriculares Municipais para o Ensino Fundamental a luz das Diretrizes Nacional e Estadual, assegurando a implantação das leis 10.639/2003 e a 11645/2008.

2.25 Definir e garantir padrões de qualidade, em regime de colaboração com os sistemas de ensino, incluindo a igualdade de condições para acesso, permanência e aprendizagem de todos os alunos (as) do Ensino Fundamental, independente de credo, etnia, religião e diversidades.

2.26 Acompanhar, monitorar e socializar com a comunidade educacional o desenvolvimento das ações planejadas e executadas pelo Plano de Ações Articuladas - PAR, mediante as responsabilidades estabelecidas.

2.27 Promover através da Secretaria Municipal de Educação e em regime de colaboração, programas de qualificação permanente para os profissionais que atuam no Ensino Fundamental.

2.28 Garantir o transporte escolar, em regime de colaboração entre União, Estado e município atendendo aos princípios básicos de segurança exigidos pelo Departamento Estadual de Trânsito (DETRAN) e as normas de acessibilidade que garantem segurança aos alunos(as) com deficiências, levando em consideração o tempo de permanência e idade mínima dos(as) alunos(as) assegurando que cada ente assumam suas responsabilidades de forma a garantir a escolarização dos(as) alunos(as) oriundos da zona rural.

2.29 Continuar a oferta dos anos iniciais do Ensino Fundamental para as populações do campo nas próprias comunidades rurais.

2.30 Garantir padrões de acessibilidade a todos os setores e espaços de estudo, esporte, lazer e convívio das unidades educacionais.

2.31 Realizar manutenções e reformas das unidades educacionais que ofertam o ensino fundamental em regime de colaboração entre os entes federados, bem como de aquisição de equipamentos, visando à expansão e à melhoria da rede física de escolas públicas.

2.32 Construir uma nova escola modelo padrão 6 salas FNDE, para atender os alunos(as) do ensino fundamental com o intuito de ampliar a jornada escolar.

2.33 Incluir no Calendário Escolar no prazo de 02 anos, a Semana Esportiva no Município, e o Dia da Família na Escola, conforme Lei Municipal nº. 1594/2013.

2.34 Incluir no Calendário Escolar no de 03 anos o Dia de Mostra Pedagógica Municipal.

2.35 Garantir recursos para o desenvolvimento de projetos educacionais por uma Equipe Multidisciplinar que atendam as dificuldades de aprendizagem, conforme demanda apresentada, inclusive, espaço físico.

2.36 Assegurar que a partir da vigência deste plano, somente sejam admitidos profissionais que possuam preferencialmente graduação em curso específico de nível superior. E assegurar que até 02 (dois) anos após a vigência deste Plano, o Diretor Escolar deverá ter formação de nível superior com especialização em Gestão Escolar, e ainda, o Município deverá assegurar o referido curso de formação.

2.37 Garantir aos profissionais do Ensino Fundamental as aulas de Educação Física, Artes e Inglês, na falta destes, a unidade escolar deverá desenvolver acordos internos com fins de garantir a hora atividade do(a) professor(a) regente, de não penalizar o professor, nem tão pouco os alunos(as).

2.38 Cumprir a hora atividade do(a) professor(a) da rede municipal de ensino.

2.39 Assegurar que as escolas tenham em seu projeto-político-pedagógico, a educação ambiental como prática integrada, contínua e permanente, bem como educação em direitos humanos e prevenção sobre preconceitos ou formas de discriminação.

2.40 Garantir a publicação dos recursos recebidos e investidos no Ensino Fundamental em todas as Unidades Escolares.

2.41 Assegurar a participação efetiva da comunidade na gestão das escolas, por intermédio de conselhos escolares, APP's ou órgãos equivalentes, a partir da aprovação deste Plano.

#### META 3

Universalizar, até 2016, o atendimento escolar para toda a população de 15 (quinze) a 17 (dezesete) anos e elevar, até o final do período de vigência deste PME, a taxa líquida de matrículas no ensino médio para 85% (oitenta e cinco por cento).

##### Estratégias:

3.1 Pactuar, entre município, Estado e União, no âmbito da instância permanente de negociação e cooperação, de que trata o § 5º do Art. 7º, da Lei no 13.005/2014, a implantação dos direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento que configurarão a base nacional comum curricular do ensino médio.

3.2 Auxiliar em regime de colaboração entre os entes federados na expansão das matrículas gratuitas de ensino médio integrado à educação profissional, observando-se as peculiaridades das populações do campo, quilombola e das pessoas com deficiência.

3.3 Auxiliar na busca ativa da população de 15 (quinze) a 17 (dezesete) anos fora da escola, de forma intersetorial com os serviços de assistência social, saúde e proteção à adolescência e à juventude. (Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, Conselho Tutelar e Ministério Público).

3.4 Acompanhar os programas de educação e de cultura para a população urbana e do campo, de jovens, na faixa etária de 15 (quinze) a 17 (dezesete) anos, e de adultos, visando à qualificação social e profissional para aqueles que estejam fora da escola e com defasagem no fluxo escolar.

3.5 Estimular a participação dos adolescentes nos cursos das áreas tecnológicas e científicas.

3.6 Incentivar a participação dos jovens no exame nacional do ensino médio como critério de acesso a educação superior, fundamentado em matriz de referência do conteúdo curricular do Ensino Médio, oportunizando a ida a cursos preparatórios e ou a palestras que visem contemplar o sucesso neste concurso.

3.7 Estabelecer ações de cooperação técnica, apoio e parcerias entre União, Estado, Município e organizações não governamentais, compartilhando responsabilidades para a universalização da oferta no ensino médio.

3.8 Acompanhar as políticas de combate à violência na escola e a construção de cultura da paz e fortalecimento das relações interpessoais na promoção de informação e ações voltadas para o desenvolvimento das aprendizagens, da cultura, lazer, esporte e diversão, tendo como base o artigo 71 ECA – Estatuto da Criança e Adolescente.

3.9 Efetivar anualmente convênio com os entes federados para garantir o transporte escolar dos(as) alunos(as) do ensino médio, seguindo todos os quesitos atendendo aos princípios básicos de segurança exigidos pelo Departamento Estadual de Trânsito (DETRAN) e as normas de acessibilidade que garantem segurança aos alunos(as) com deficiências, levando em consideração o tempo de permanência e idade mínima dos(as) alunos(as) assegurando que cada ente assuma suas responsabilidades de forma a garantir a escolarização dos(as) alunos(as) oriundos da zona rural.

3.10 Realizar aos(as) alunos (as) do Ensino Médio palestras sobre doenças sexualmente transmissíveis, e uso de drogas e bebidas alcoólicas oportunizados pela Secretaria Municipal, com professores qualificados (sexólogos).

3.11 Criar política pública de incentivo as indústrias/e ou empresas que oferecerem vagas para estudantes e recém-formados no Ensino Médio.

3.12 Ofertar para os munícipes eventos culturais, de lazer, oportunizando, dessa maneira e em especial, alunos(as) do Ensino Médio para que possam mostrar seus talentos na música, no teatro, nas artes em geral.

3.13 Estabelecer parcerias entre o executivo municipal e a rede estadual otimizando saídas de campo visando à ampliação dos conhecimentos nas diversas áreas.

#### META 4

Garantir, para a população de 4 a 17 anos, o atendimento escolar aos (às) alunos (as) com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, de forma a atingir, em cinco anos, pelo menos a 50% da demanda e até o final da década a sua universalização nas escolas da rede regular de ensino, garantindo o atendimento educacional especializado em salas de recursos multifuncionais, ou em Centros de Atendimento Educacional Especializado, públicos ou comunitários, confessionais ou filantrópicos sem fins lucrativos, conveniadas com o poder público.

##### Estratégias:

4.1 Contribuir na contabilização, para fins do repasse do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB), as matrículas dos estudantes da educação regular da rede pública que recebam atendimento educacional especializado complementar e suplementar, sem prejuízo do cômputo dessas matrículas na educação básica regular, e as matrículas efetivadas, conforme o censo escolar mais atualizado, na educação especial oferecida em instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos, conveniadas com o Poder Público e com atuação exclusiva na modalidade, nos termos da Lei nº 11.494/2007.

4.2 Promover, no prazo de vigência deste Plano, a universalização do atendimento escolar à demanda manifesta pelas famílias de crianças de 0 (zero) a 3 (três) anos de idade com deficiência, transtorno do espectro autista, transtorno de déficit de atenção e hiperatividade/impulsividade e altas habilidades ou superdotação, observado o que dispõe a Lei nº 9.394/1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

4.3 Implantar, implementar e manter ao longo deste Plano em parceria com os entes federados, salas de recursos multifuncionais e fomentar a formação continuada de professores para o ensino regular e para o atendimento educacional especializado nas escolas regulares e nas instituições especializadas públicas e conveniadas.

4.4 Garantir atendimento educacional especializado em salas de recursos multifuncionais, preferencialmente em escolas da rede regular de ensino ou em instituições especializadas, públicas ou conveniadas, nas formas complementar ou suplementar, a todos os estudantes com deficiência, transtorno do espectro autista, transtorno de déficit de atenção e hiperatividade/impulsividade e altas habilidades ou superdotação, matriculados em escolas de educação básica, conforme necessidade identificada por meio de avaliação, ouvidos a família e o estudante.

4.5 Estimular a criação de centros multidisciplinares de apoio, pesquisa e assessoria, articulados com instituições acadêmicas, conveniados com a Fundação Catarinense de Educação Especial (FCEE) e integrados por profissionais das áreas de saúde, assistência social, pedagogia

e psicologia, para apoiar o trabalho dos professores da educação básica com estudantes com deficiência, transtorno do espectro autista, transtorno de déficit de atenção e hiperatividade/impulsividade e altas habilidades ou superdotação.

4.6 Manter e ampliar programas suplementares que promovam a acessibilidade nas instituições públicas, para garantir o acesso e a permanência dos estudantes com deficiência, transtorno do espectro autista, transtorno de déficit de atenção e hiperatividade/impulsividade e altas habilidades ou superdotação, por meio da adequação arquitetônica, da oferta de transporte acessível, da disponibilização de material didático próprio e de recursos de tecnologia assistiva, da alimentação escolar adequada a necessidade do estudante, garantindo a segurança alimentar e nutricional, assegurando, ainda, no contexto escolar, em todas as etapas, níveis e modalidades de ensino, a identificação dos estudantes com altas habilidades ou superdotação.

4.7 Garantir a oferta de educação bilíngue, em Língua Brasileira de Sinais (Libras) como primeira língua e na modalidade escrita da Língua Portuguesa como segunda língua, aos estudantes surdos e com deficiência auditiva de 0 (zero) a 17 (dezesete) anos, em escolas inclusivas, nos termos do Art. 22 do Decreto nº 5.626/2005, e dos Arts. 24 e 30, da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, bem como a adoção do Sistema Braille para cegos e surdo-cegos.

4.8 Garantir a oferta de educação inclusiva, vedada a exclusão do ensino regular sob alegação de deficiência e promovida a articulação pedagógica entre o ensino regular e o atendimento educacional especializado.

4.9 Fortalecer o acompanhamento e o monitoramento do acesso à escola e ao atendimento educacional especializado, bem como da permanência e do desenvolvimento escolar dos estudantes com deficiência, transtorno do espectro autista, transtorno de déficit de atenção e hiperatividade/impulsividade e altas habilidades ou superdotação beneficiários de programas de transferência de renda, juntamente com o combate às situações de discriminação, preconceito e violência, com vistas ao estabelecimento de condições adequadas para o sucesso educacional, em colaboração com as famílias e com os órgãos públicos de assistência social, saúde e proteção à infância, à adolescência e à juventude.

4.10 Promover o desenvolvimento de pesquisas interdisciplinares para subsidiar a formulação de políticas públicas intersetoriais que atendam as especificidades educacionais de estudantes com deficiência, transtorno do espectro autista, transtorno de déficit de atenção e hiperatividade/impulsividade e altas habilidades ou superdotação que requeiram medidas de atendimento especializado.

4.11 Promover a articulação intersetorial entre órgãos e políticas públicas de saúde, assistência social e direitos humanos, em parceria com as famílias, com o fim de desenvolver modelos de atendimento voltados à continuidade do atendimento escolar na educação de jovens e adultos das pessoas com deficiência, transtorno do espectro autista, transtorno de déficit de atenção e hiperatividade/impulsividade e altas habilidades ou superdotação com idade superior à faixa etária de escolarização obrigatória, de forma a assegurar a atenção integral ao longo da vida.

4.12 Apoiar a ampliação das equipes de profissionais da educação para atender à demanda do processo de escolarização dos estudantes com deficiência, transtorno do espectro autista, transtorno de déficit de atenção e hiperatividade/impulsividade e altas habilidades ou superdotação, garantindo a oferta de professores do atendimento educacional especializado, segundo professor de turma, cuidadores, professores de áreas específicas, tradutores e intérpretes de Libras, guias-intérpretes para surdo cegos, professores de Libras e professores bilíngues.

4.13 Definir, no segundo ano de vigência deste Plano, indicadores de qualidade e política de avaliação e supervisão para o funcionamento de instituições públicas e privadas que prestam atendimento educacional a estudantes com deficiência, transtorno do espectro autista, transtorno de déficit de atenção e hiperatividade/impulsividade e altas habilidades ou superdotação.

4.14 Promover, por iniciativa da Secretaria de Educação análise de dados demográficos e estatísticos a obtenção de informação detalhada sobre o perfil das pessoas com deficiência, transtorno do espectro autista, transtorno de déficit de atenção e hiperatividade/impulsividade e altas habilidades ou superdotação de 0 (zero) a 17 (dezesete) anos.

4.15 Incentivar a inclusão nos cursos de licenciatura e nos demais cursos de formação para profissionais da educação, inclusive em nível de pós-graduação, observado o disposto no caput do art. 207 da Constituição Federal, dos referenciais teóricos, das teorias de aprendizagem e dos processos de ensino-aprendizagem relacionados ao atendimento educacional de alunos(as) com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação;

4.16 Promover parcerias com instituições especializadas, conveniadas com o poder público, visando à ampliação da oferta de formação continuada e a produção de material didático acessível, assim como os serviços de acessibilidade necessários ao pleno acesso, participação e aprendizagem dos estudantes com deficiência, transtorno do espectro autista, transtorno de déficit de atenção e hiperatividade/impulsividade e altas habilidades ou superdotação, matriculados na rede municipal de ensino.

4.17 Promover parcerias com instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos, conveniadas com o poder público, a fim de favorecer a participação das famílias e da sociedade na construção do sistema educacional inclusivo.

4.18 Disponibilizar recursos de tecnologia assistiva, serviços de acessibilidade e formação continuada de professores, para o atendimento educacional especializado complementar nas escolas.

4.19 Institucionalizar o atendimento educacional especializado nos Projetos Político-Pedagógicos das escolas da rede regular de ensino.

4.20 Assegurar o atendimento escolar dos(as) alunos(as), público alvo da educação especial desde a Educação Infantil até o ensino fundamental em regime de colaboração, respeitando as suas necessidades e especificidades.

4.21 Adaptar os prédios escolares já existentes para atender as normas de acessibilidade, constantes nos dispositivos legais.

4.22 Elaborar uma proposta de atendimento educacional especializado realizado nas salas de recursos multifuncionais da rede regular de ensino.

4.23 Fortalecer as parcerias público/privadas para garantir o atendimento aos educandos afastados por enfermidades ou com alguma deficiência que necessite do atendimento domiciliar, com base em laudos médicos.

## META 5

Alfabetizar todas as crianças aos seis anos de idade ou no máximo até oito anos de idade no ensino fundamental.

### Estratégias:

5.1 Estruturar os processos pedagógicos de alfabetização, nos anos iniciais do ensino fundamental, articulando-os com as estratégias desenvolvidas na pré-escola, com qualificação e valorização dos(as) professores(as) alfabetizadores e com apoio pedagógico específico, a fim de garantir a alfabetização plena de todas as crianças.

5.2 Criar política de alfabetização que garanta a permanência dos professores alfabetizadores para os três primeiros anos do ensino fundamental.



5.3 Assegurar a aplicação dos instrumentos de avaliação, monitoramento, diagnóstica, intermediária e processual já utilizadas no município, atualizando-as constantemente com objetivos de aferir a alfabetização das crianças.

5.4 Selecionar, certificar e divulgar tecnologias educacionais para a alfabetização de crianças, asseguradas a diversidade de métodos e propostas pedagógicas, bem como o acompanhamento dos resultados nos sistemas de ensino em que forem aplicadas, devendo ser disponibilizadas, preferencialmente, como recursos educacionais abertos.

5.5 Fomentar o desenvolvimento de tecnologias educacionais e de práticas pedagógicas inovadoras que assegurem a alfabetização e favoreçam a melhoria do fluxo escolar e a aprendizagem dos (as) alunos(as), consideradas as diversas abordagens metodológicas e sua efetividade.

5.6 Garantir a alfabetização de crianças do campo, quilombolas e de populações itinerantes, com a produção de materiais didáticos específicos, e desenvolver instrumentos de acompanhamento, além de promover a identidade cultural das comunidades quilombolas.

5.7 Promover e estimular a formação inicial e continuada de professores para a alfabetização de crianças, com o conhecimento de novas tecnologias educacionais e práticas pedagógicas inovadoras, estimulando a articulação entre programas de pós-graduação e ações de formação stricto sensu continuada de professores para a alfabetização.

5.8 Criar políticas para a alfabetização de alunos(as) com deficiência, e/ou que necessitem de AEE (Atendimento Educacional Especializado), considerando suas especificidades, inclusive a alfabetização bilíngüe de pessoas surdas, sem estabelecimento de terminalidade temporal.

5.9 Promover, em consonância com as Diretrizes do Plano Nacional do Livro e da Leitura, a formação de leitores e a capacitação de professores e agentes da comunidade para atuarem como mediadores da leitura.

5.10 Implantar, até o segundo ano de vigência do Plano, programas de incentivo à leitura.

#### META 6

Oferecer educação integral em, no mínimo, 50% de forma a atender, pelo menos, 25% dos(as) alunos(as) da educação básica.

#### Estratégias:

6.1 Promover, com o apoio da União, a oferta de educação básica pública em tempo integral, por meio de atividades de acompanhamento pedagógico e multidisciplinares, inclusive culturais e esportivas, de forma que o tempo de permanência dos estudantes na escola, ou sob sua responsabilidade, passe a ser igual ou superior a 7 (sete) horas diárias durante todo o ano letivo, com a ampliação progressiva da jornada de professores em uma única escola.

6.2 Instituir, em regime de colaboração programa de construção de escolas com padrão arquitetônico e de mobiliário adequado para atendimento em tempo integral, para crianças em situação de vulnerabilidade social.

6.3 Aderir, em regime de colaboração, construção de um Centro de Educação Pública Integral para funcionamento em tempo integral com quadras poliesportivas, laboratórios, inclusive de informática, espaço para atividades culturais, bibliotecas, auditórios, cozinhas, refeitórios cobertos, depósitos adequados para armazenar gêneros alimentícios, banheiros e outros equipamentos.

6.4 Fomentar a articulação da escola com outros municípios que possam fornecer atividades extracurriculares como visitas de estudos e pesquisas, museus, teatros, cinemas, planetários e zoológicos.

6.5 Orientar a aplicação da gratuidade de que trata o art. 13 da Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, em atividades de ampliação da jornada escolar de alunos(as) das escolas da rede pública de educação básica, de forma concomitante e em articulação com a rede pública de ensino.

6.6 Garantir a educação em tempo integral para pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação na faixa etária de 4 (quatro) a 17 (dezessete) anos, assegurando atendimento educacional especializado complementar e suplementar ofertado em salas de recursos multifuncionais da própria escola ou em instituições especializadas.

6.7 Adotar medidas para otimizar o tempo de permanência dos(as) alunos(as) na escola, direcionando a expansão da jornada para o efetivo trabalho escolar, combinado com atividades recreativas, esportivas e culturais.

6.8 Assegurar alimentação escolar que contemple a necessidade nutricional diária dos estudantes que permanecem na escola em tempo integral, conforme legislação específica.

#### META 7

Fomentar a qualidade da educação básica em todas as etapas e modalidades, com melhoria do fluxo escolar e da aprendizagem de modo a atingir as seguintes médias municipais e auxiliar no alcance das médias estaduais para o Ideb:

Rede Estadual/SC – Metas Projetadas				
Anos	2015	2017	2019	2021
Anos Iniciais	5,6	5,9	6,1	6,4
Anos Finais	4,1	4,4	4,7	4,9
Ensino Médio	4,7	5,2	5,4	5,6

Rede Municipal – Metas Projetadas				
Anos	2015	2017	2019	2021
Anos Iniciais	5,1	5,4	5,6	5,9
Anos Finais	5,2	5,4	5,7	5,9

#### Estratégias:

7.1 Estabelecer e implantar, mediante pactuação interfederativa, diretrizes pedagógicas para a educação básica e a base nacional comum dos currículos, com direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento dos(as) alunos(as) para cada ano do ensino fundamental e médio, respeitada a diversidade regional, estadual e local.

Assegurar que:

a) no quinto ano de vigência deste PME, pelo menos 70% (setenta por cento) dos(as) alunos(as) do ensino fundamental tenham alcançado nível suficiente de aprendizado em relação aos direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento de seu ano de estudo, e 50% (cinquenta por cento), pelo menos, o nível desejável.

b) no último ano de vigência deste PME, todos os (as) estudantes do ensino fundamental tenham alcançado nível suficiente de aprendizado

em relação aos direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento de seu ano de estudo, e 80% (oitenta por cento), pelo menos, o nível desejável.

7.2 Constituir, em colaboração entre a União e o Estado um conjunto nacional de indicadores de avaliação institucional com base no perfil do aluno (a) e do corpo de profissionais da educação, nas condições de infraestrutura das escolas, nos recursos pedagógicos disponíveis, nas características da gestão e em outras dimensões relevantes, considerando as especificidades das modalidades de ensino.

7.3 Induzir processo contínuo de autoavaliação das escolas de educação básica, por meio da constituição de instrumentos de avaliação que orientem as dimensões a serem fortalecidas, destacando-se a elaboração de planejamento estratégico, a melhoria contínua da qualidade educacional, a formação continuada dos(as) profissionais da educação e o aprimoramento da gestão democrática.

7.4 Formalizar e executar os planos de ações articuladas dando cumprimento às metas de qualidade estabelecidas para a educação básica pública e às estratégias de apoio técnico e financeiro voltadas à melhoria da gestão educacional, à formação de professores e professoras e profissionais de serviços e apoio escolares, à ampliação e ao desenvolvimento de recursos pedagógicos e à melhoria e expansão da infraestrutura física da rede escolar;

7.5 Colaborar no desenvolvimento de indicadores específicos de avaliação da qualidade da educação especial, bem como da qualidade da educação bilíngue para surdos.

7.6 Contribuir para a melhoria do desempenho dos estudantes da educação básica nas avaliações da aprendizagem no Programa Internacional de Avaliação de Estudantes – PISA.

7.7 Incentivar o desenvolvimento, selecionar, referendar e divulgar tecnologias educacionais para o ensino e incentivar práticas pedagógicas inovadoras que assegurem a melhoria do fluxo escolar e a aprendizagem na Educação Básica, assegurada a diversidade de métodos e propostas pedagógicas, com preferência para softwares livres e recursos educacionais abertos, bem como o acompanhamento dos resultados nos sistemas de ensino em que forem aplicadas.

7.8 Garantir transporte gratuito em regime colaboração federativa com acessibilidade para todos os estudantes da educação do campo na faixa etária da educação escolar obrigatória mediante renovação e padronização da frota de veículos, visando a reduzir a evasão escolar e o tempo médio de deslocamento a partir de cada situação local.

7.9 Participar do desenvolvimento de pesquisas de modelos alternativos de atendimento escolar para a população do campo que considerem tanto as especificidades locais quanto as boas práticas nacionais e internacionais.

7.10 Universalizar, em colaboração com a União e o Estado até o quinto ano de vigência deste Plano, o acesso à rede mundial de computadores em banda larga de alta velocidade e triplicar, até o final da década, a relação computador/estudante nas escolas da rede pública de educação básica, promovendo a utilização pedagógica das tecnologias da informação e da comunicação.

7.11 Prover equipamentos e recursos tecnológicos digitais, em regime de colaboração entre União e o Estado para a utilização pedagógica no ambiente escolar a todas as escolas públicas da educação básica, criando, inclusive, mecanismos para implementação das condições necessárias para a universalização das bibliotecas, nas instituições educacionais, com acesso as redes digitais de computadores, inclusive a internet.

7.12 Assegurar a todas as escolas municipais o acesso a energia elétrica, abastecimento de água tratada, esgotamento sanitário e manejo dos resíduos sólidos até o final da vigência desse plano, garantir o acesso dos estudantes a espaços para a prática esportiva, a bens culturais e artísticos e a equipamentos e laboratórios de ciências e, em cada edifício escolar, garantir a acessibilidade às pessoas com deficiência.

7.13 Aderir e participar, em regime de colaboração, de programa nacional de reestruturação e aquisição de equipamentos para escolas públicas, visando à equalização regional das oportunidades educacionais.

7.14 Aderir, colaborar e participar em regime de colaboração com a União e o Estado na elaboração dos parâmetros mínimos de qualidade dos serviços da educação básica, a serem utilizados como referência para infraestrutura das escolas e para recursos pedagógicos, entre outros insumos relevantes, e como instrumento para adoção de medidas para a melhoria da qualidade do ensino.

7.15 Informatizar a gestão das escolas públicas e da secretaria de educação, bem como manter programa de formação continuada para o pessoal técnico. Garantir a realização, até o término do primeiro ano de vigência deste Plano, de concurso público para a contratação de professor especialista em informática, para implementar os programas de informática já existentes nas escolas municipais.

7.16 Garantir políticas de prevenção à violência na escola, inclusive pelo desenvolvimento de ações destinadas à capacitação de educadores para detecção dos sinais e de suas causas, como a violência doméstica e sexual, favorecendo a adoção das providências adequadas para promover a construção da cultura de paz e um ambiente escolar dotado de segurança para a comunidade.

7.17 Garantir nos currículos escolares conteúdos sobre a história e as culturas afro-brasileira e indígenas e implementar ações educacionais, nos termos das Leis nº 10.639/2003 e nº 11.645/2008, assegurando-se a implementação das respectivas diretrizes curriculares nacionais, por meio de ações colaborativas com fóruns de educação para a diversidade étnico-racial, equipes pedagógicas e a sociedade civil.

7.18 Consolidar a educação escolar no campo e de populações itinerantes e afro descendentes/quilombola, respeitando a articulação entre os ambientes escolares e comunitários e garantindo: o desenvolvimento sustentável e a preservação da identidade cultural; a participação da comunidade na definição do modelo de organização pedagógica e de gestão das instituições, consideradas as práticas socioculturais, e as formas particulares de organização do tempo; a reestruturação e a aquisição de equipamentos; a oferta de programa para a formação inicial e continuada de profissionais da educação; e o atendimento em educação especial.

7.19 Mobilizar as famílias e setores da sociedade civil, com o propósito de que a educação seja assumida como responsabilidade de todos e de ampliar o controle social sobre o cumprimento das políticas públicas educacionais.

7.20 Promover a articulação dos programas da área da educação, de âmbito local e nacional, com os de outras áreas, como saúde, trabalho e emprego, assistência social, esporte e cultura, possibilitando a criação de rede de apoio integral às famílias, como condição para a melhoria da qualidade educacional.

7.21 Estabelecer ações efetivas especificamente voltadas para a promoção, prevenção, atenção e atendimento à saúde e à integridade física, mental e emocional dos profissionais da educação, como condição para a melhoria da qualidade educacional.

7.22 Promover, com especial ênfase, em consonância com as diretrizes do Plano Nacional do Livro e da Leitura, a formação de leitores e a capacitação de professores, bibliotecários e agentes da comunidade para atuar como mediadores da leitura, de acordo com a especificidade das diferentes etapas do desenvolvimento e da aprendizagem.

7.23 Estabelecer políticas de acompanhamento às escolas com relação ao desempenho no IDEB.

7.24 Orientar as políticas da rede e do sistema de ensino municipal, de forma a buscar atingir as metas do IDEB, diminuindo a diferença entre as escolas com os menores índices e a média municipal, garantindo equidade da aprendizagem.

7.25 Institucionalizar programas e desenvolver metodologias para acompanhamento pedagógico, recuperação paralela e progressão, priorizando estudantes com rendimento escolar defasado.



7.26 Reconhecer as práticas culturais e sociais dos estudantes e da comunidade local, como dimensões formadoras, articuladas à educação, nos projetos políticos-pedagógico, na organização e gestão dos currículos, nas instâncias de participação das escolas e na produção cotidiana da cultura e do trabalho escolar.

7.27 Garantir que as escolas de educação básica ofereçam serviços de orientação educacional, supervisão e administração escolar, realizado por profissionais habilitados na área de atuação.

#### META 8

Elevar a escolaridade média da população a partir de 18 (dezoito) anos, de modo a alcançar no mínimo, 12 (doze) anos de estudos no último ano de vigência deste PME, para negros, populações do campo, comunidade em geral e dos 25% (vinte e cinco por cento) mais pobres, e igualar a escolaridade média declarados à Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, com vistas à redução da desigualdade social.

#### Estratégias:

8.1 Institucionalizar programas e desenvolver tecnologias para correção de fluxo, para acompanhamento pedagógico individualizado e para recuperação e progressão parcial, priorizando estudantes com rendimento escolar defasado, atendendo as especificidades dos segmentos populacionais aqui considerados.

8.2 Ampliar a oferta do Ensino Fundamental e Médio em parceria com a rede estadual de ensino com qualificação social e profissional aos segmentos sociais considerados, que estejam fora da escola e com defasagem idade/ano, associada a outras estratégias que garantam a continuidade da escolarização, após a alfabetização inicial.

8.3 Estimular a participação em exames de certificação e conclusão dos ensinos fundamental e médio e garantir em parceria com os entes federados acesso gratuito a esses exames.

8.4 Expandir a oferta gratuita de Educação Profissional por meio de parcerias com as entidades privadas de serviço social e de formação profissional vinculada ao sistema sindical, de forma concomitante ao ensino ofertado na rede escolar pública, para os segmentos populacionais considerados.

8.5 Promover entre órgãos governamentais, de forma intersetorial, o acompanhamento e o monitoramento do acesso à escola, específico para os segmentos populacionais considerados nesta meta, identificando motivos da evasão e garantir a frequência e apoio à aprendizagem, de maneira a estimular a ampliação do atendimento desses estudantes na rede pública regular de ensino.

8.6 Promover o envolvimento de órgãos governamentais, de forma intersetorial, na busca ativa de jovens fora da escola, pertencentes aos segmentos populacionais aqui considerados.

8.7 Garantir através de ações interfederativa a oferta pública de ensino médio e EJA, integrada à formação profissional aos jovens do campo, assegurando condições de acesso e permanência na sua própria comunidade.

8.8 Efetivar políticas de educação do campo que garantam a universalização da educação básica com acesso e permanência no próprio campo.

8.9 Articular, junto aos órgãos e poderes competentes a ampliação da oferta de educação profissional no município, em parceria com o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina - IFC, Escolas Profissionalizantes e Escola Técnica;

#### META 9

Elevar a taxa de alfabetização da população com 15 (quinze) anos ou mais de idade para 98% (noventa e oito por cento) até 2017 e, até o final da vigência deste Plano, reduzir em 50% (cinquenta por cento) a taxa de analfabetismo funcional no município.

#### Estratégias:

9.1 Assegurar a oferta gratuita da educação de jovens e adultos, a todos que não tiveram acesso à educação básica na idade própria.

9.2 Realizar diagnóstico dos jovens e adultos com ensino fundamental e médio incompletos, para identificar a demanda ativa por vagas na educação de jovens e adultos.

9.3 Realizar chamadas públicas regulares para educação de jovens e adultos, promovendo busca ativa em regime de colaboração entre o Estado e o Município em parceria com organizações da sociedade civil.

9.4 Implementar ações de alfabetização de jovens e adultos com garantia de continuidade da escolarização básica.

9.5 Executar através de parcerias federal, estadual e outras, atendimento ao estudante da educação de jovens e adultos por meio de programas suplementares de transporte, alimentação e saúde, inclusive atendimento oftalmológico e fornecimento gratuito de óculos, em articulação com a área da saúde.

9.6 Apoiar tecnicamente, projetos inovadores na educação de jovens e adultos, que visem ao desenvolvimento de modelos adequados às necessidades específicas desses estudantes.

9.7 Estabelecer mecanismos e incentivos que integrem os segmentos empregadores, públicos e privados, e os sistemas de ensino, para promover a compatibilização da jornada de trabalho dos empregados com a oferta das ações de alfabetização e de educação de jovens e adultos.

9.8 Proceder levantamento de dados sobre a demanda por EJA, na cidade e no campo, para subsidiar a formulação de política pública que garanta o acesso e a permanência a jovens, adultos e idosos a esta modalidade da educação básica.

#### META 10

Difundir a Educação Profissional pública e gratuita, auxiliando no atendimento de no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) das matrículas de educação de jovens e adultos nos ensinos fundamental e médio até o final do décimo ano de vigência do PME.

#### Estratégias:

10.1 Fomentar a integração da educação de jovens e adultos com a educação profissional, em cursos planejados, de acordo com as características do público da educação de jovens e adultos considerando as especificidades da população.

10.2 Aderir ao Programa Nacional de Assistência ao Estudante, desenvolvendo ações de assistência social, financeira e de apoio psicopedagógico que contribuam para garantir o acesso, a permanência, a aprendizagem e a conclusão com êxito da educação de jovens e adultos articulada à educação profissional.

10.3 Garantir através de parceria interfederativa alimentação saudável e adequada e transporte para os estudantes da educação de jovens

e adultos integrado à educação profissional, garantindo transporte gratuito conforme regulamentação emitida através de edital a ser publicado anualmente pela SME.

10.4 Garantir o acesso e permanência a estudantes da EJA no Ensino Fundamental e Médio, em regime de colaboração, com isonomia de condições às outras modalidades de educação básica, com possibilidade de acesso à universidade pública e gratuita.

10.5 Realizar, anualmente, em regime de colaboração com a Secretaria do Estado de Educação, a chamada pública da população de 15 a 24 anos que necessita iniciar ou concluir sua escolarização nas etapas de Ensino Fundamental e Médio.

#### META 11

Auxiliar a triplicar as matrículas da educação profissional técnica de nível médio com qualidade, preferencialmente no segmento público em regime de colaboração dos entes federados.

#### Estratégias:

11.1 Coparticipar da política de expansão das matrículas de educação profissional técnica de nível médio da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, levando em consideração a responsabilidade dos Institutos na ordenação territorial, sua vinculação com arranjos produtivos, sociais e culturais locais e regionais, bem como a interiorização da educação profissional.

11.2 Incentivar a expansão do estágio na educação profissional técnica de nível médio e do ensino médio regular, preservando-se seu caráter pedagógico integrado ao itinerário formativo do estudante, visando à formação de qualificações próprias da atividade profissional, à contextualização curricular e ao desenvolvimento da juventude.

11.3 Divulgar programas de reconhecimento de saberes para fins de certificação profissional em nível técnico nas instituições credenciadas.

11.4 Implantar parcerias com os entes federados e com instituições privadas de formação a ofertar cursos profissionalizantes no município.

11.5 Associar, sempre que possível, ao Ensino Médio, para jovens e adultos, a oferta de cursos básicos de formação profissional.

11.6 Realizar, em dois anos, o mapeamento e diagnóstico da situação da rede formal e não formal de educação profissional, para reorientar a política e subsidiar a tomada de decisões.

11.7 Estabelecer a permanente revisão e adequação às exigências de uma política de desenvolvimento municipal dos cursos básicos, técnicos e superiores da educação profissional, observadas as ofertas do mercado de trabalho, com a colaboração de empresários e trabalhadores, nas próprias escolas, e de todos os níveis do poder público.

11.8 Fomentar vagas, cursos ou atividades de formação profissional pública, específicas para alunos(as) com necessidades educativas especiais.

11.9 Difundir programas de formação continuada para docentes e funcionários das áreas técnica e administrativa que atuam na educação profissionalizante, garantindo a abrangência de temas, como: legislação, educação, etnia, cidadania, direitos humanos, entre outros.

11.10 Contribuir para o desenvolvimento de uma proposta pedagógica de qualificação profissional que incorpore uma concepção integral de educação, e para a apropriação de novas tecnologias de forma emancipatória, utilizando-a para o desenvolvimento da inteligência e como instrumento de integração social.

11.11 Estimular cursos de aprimoramento profissional para trabalhadores, a fim de inseri-los no mercado de trabalho com maior competitividade e produtividade, possibilitando a elevação de seu nível educacional, técnico e de renda.

11.12 Participar da implementação de políticas de avaliação das instituições que oferecem educação tecnológica e formação profissional, visando garantir o controle social da qualidade da educação mediante a efetiva participação da comunidade;

#### META 12

Garantir através de parcerias público/privada a melhoria na qualidade na educação superior através de ações que visem ampliar a taxa de matrícula da população de 18 a 24 anos, assegurando a qualidade da oferta, de preferencia no segmento público, e proporcionar o aumento gradativo do número de matrículas na pós-graduação stricto sensu, de modo a incentivar os professores municipais a buscarem titulação de mestres e doutores.

#### Estratégias:

12.1 Implementar política pública de oferta de bolsas de estudos para graduação, aos professores e demais profissionais que atuam na educação básica.

12.2 Auxiliar na articulação com a União e o Estado, a expansão e a descentralização da oferta de educação superior pública e gratuita.

12.3 Colaborar na institucionalização de programa nacional de composição de acervo digital de referências bibliográficas e audiovisuais para os cursos de graduação, assegurada a acessibilidade às pessoas com deficiência.

12.4 Incentivar através de parcerias com os entes federados ou com instituições privadas/comunitária a implantação de cursos de graduação presencial, semipresencial e a distância no município considerando as necessidades locais.

12.5 Auxiliar na articulação entre o Estado e a União, a formação de consórcios entre instituições de educação superior, com vistas a potencializar a atuação regional, inclusive por meio de plano de desenvolvimento institucional integrado, assegurando maior visibilidade nacional e internacional às atividades de ensino, pesquisa e extensão.

12.6 Promover em regime de colaboração com a União e o Estado oferta de programas de pós-graduação stricto sensu.

12.7 Defender linhas de financiamento de apoio a pesquisa que possam contribuir com a qualificação de mestres e doutores para o avanço do ensino e da pesquisa.

12.8 Colaborar, em articulação com a União e o Estado, na implementação de políticas de inclusão e de ação afirmativa na forma da lei, para o acesso e permanência nos cursos de pós-graduação, lato e stricto sensu, para estudantes sem distinções de credos, raças e etnias.

12.9 Colaborar na institucionalização de programa nacional de composição de acervo digital de referências bibliográficas e audiovisuais para os cursos de pós-graduação, assegurada a acessibilidade às pessoas com deficiência.

12.10 Viabilizar política de incentivo financeiro e tecnológico para formação continuada, pós-graduação lato e stricto sensu para os profissionais da educação da Rede Municipal de Ensino.

12.11 Estabelecer parcerias com Instituições de Ensino Superior - IES para a implantação de cursos stricto sensu no município;

12.12 Promover ações, em regime de colaboração e cooperação, que possibilitem de forma compulsória a cada profissional da educação custear a sua própria especialização de modo a manter-se ativo e atuante no mercado de trabalho.

12.13 Assegurar o transporte escolar gratuito conforme demanda para estudantes de ensino superior em outros municípios, conforme normativa expedida anualmente pela Secretaria Municipal de Educação.

**META 13**

Garantir, em regime de colaboração entre a União, o Estado e o Município, no prazo de um ano de vigência deste Plano, política municipal de formação inicial e continuada, com vistas à valorização dos profissionais da educação, assegurando que todos os professores da educação básica e suas modalidades possuam formação específica de nível superior, obtida em curso de licenciatura na área de conhecimento em que atuam, bem como a oportunização, pelo poder público, de periódica participação em cursos de formação continuada.

**Estratégias:**

13.1 Promover, em regime de cooperação entre União, Estado e o Município, ações conjuntas a fim de organizar a oferta de cursos de formação inicial diante do diagnóstico das necessidades de formação dos profissionais da educação, envolvendo as instituições públicas de nível superior, sincronizando a oferta e a demanda de formação de profissionais da Educação

13.2 Ampliar o uso das tecnologias e conteúdos multimidiáticos para todos os atores envolvidos no processo educativo, garantindo formação específica para esse fim.

13.3 Apoiar o acesso ao financiamento estudantil a estudantes matriculados em cursos de licenciatura com avaliação positiva pelo Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), na forma da Lei nº 10.861/2004, inclusive a amortização do saldo devedor pela docência efetiva na rede pública de educação básica.

13.4 Implementar programas específicos de formação, a nível de licenciatura, para profissionais que atuam nas escolas do campo, quilombolas, educação especial e extratos historicamente excluídos.

13.5 Incentivar, a oferta de cursos de especialização, voltados para a formação de pessoal para as diferentes áreas de ensino e, em particular, para a gestão escolar, garantindo a continuidade da gestão escolar democrática.

13.6 Assegurar a todos os profissionais da educação básica formação continuada em serviços, em sua área de atuação, considerando as necessidades, demandas e contextualizações dos respectivos sistemas de ensino.

13.7 Fomentar a oferta de cursos técnicos de nível médio e tecnológicos de nível superior destinados à formação, nas respectivas áreas de atuação, dos profissionais da educação de outros segmentos que não os do Magistério.

13.8 Garantir oferta de formação continuada a todos os profissionais da educação básica, fundamentada numa concepção político-pedagógico que assegure a articulação teórica e prática, a pesquisa e a extensão.

13.9 Instituir, em regime de colaboração entre o Estado e o Município, forma de registro e divulgação de projetos desenvolvidos nas escolas com o objetivo de validar e valorizar as produções do profissional na ascensão funcional.

13.10 Ampliar o uso das tecnologias e conteúdos multimidiáticos para todos os atores envolvidos no processo educativo, garantindo formação específica para esse fim.

13.11 Possibilitar a participação em programa federal de concessão de bolsas de estudos para que os professores de idiomas das escolas públicas de educação básica realizem estudos de imersão e aperfeiçoamento nos países que tenham como idioma nativo as línguas que lecionam

**META 14**

Formar 90% (noventa por cento) dos professores da educação básica em nível de pós-graduação até o último ano de vigência deste Plano, e garantir a todos os profissionais da educação básica formação continuada em sua área de atuação, considerando as necessidades, demandas e contextualização dos sistemas de ensino.

14.1 Realizar, em regime de colaboração, o planejamento estratégico para o dimensionamento da demanda por formação em cursos de pós-graduação, para fomentar a respectiva oferta por parte das instituições públicas de educação superior, de forma orgânica e articulada às políticas de formação do Estado e Município.

14.2 Consolidar política municipal de formação, em nível de pós-graduação, de professores da educação básica, definindo diretrizes municipais, áreas prioritárias, instituições formadoras.

14.3 Criar e/ou consolidar um permanente programa, definido em legislação, de afastamento remunerado dos professores e profissionais da educação básica, para cursar pós-graduação, considerando as necessidades mais urgentes.

14.4 Garantir através de políticas públicas a ser elaborada no prazo de dois anos oferta de bolsas de estudo integral de pós-graduação dos professores e demais profissionais efetivos da Rede Municipal de Ensino.

14.5 Garantir a Formação de Professores e Profissionais da educação básica efetivos da rede municipal de ensino e suas modalidades a oferta de cursos de pós-graduação – lato sensu e stricto sensu – vagas, acesso e condições de permanência nas instituições de ensino superior públicas.

**Meta 15**

Valorizar os(as) profissionais do magistério da Rede Municipal de Ensino de forma a equiparar seu rendimento médio ao dos(as) demais profissionais com escolaridade equivalente, até o final do sexto ano de vigência deste PME.

**Estratégias:**

15.1 Constituir, por iniciativa dos profissionais de educação do Município e dos trabalhadores da educação, a partir da vigência deste PME, fórum permanente, com representação para acompanhamento da atualização progressiva do valor do piso salarial nacional para os profissionais do magistério público da educação básica municipal;

15.2 Constituir como tarefa do fórum permanente o acompanhamento da evolução salarial por meio de indicadores da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD, periodicamente divulgados pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE;

15.3 Implantar gradual o cumprimento da jornada de trabalho em um único estabelecimento escolar;

15.4 Ampliar a assistência financeira específica das políticas de valorização dos(as) profissionais do magistério, em particular o piso salarial nacional profissional.

**META 16**

Garantir aos profissionais de educação da Rede Municipal de Ensino, no prazo de 1 (ano) a reestruturação do Plano de Carreira do Magistério e no prazo de 2 (dois) anos a criação do Plano de Carreira dos Profissionais de Serviço e Apoio Escolar, que tem como referência o piso

nacional, definido em lei federal, nos termos do Inciso VIII, do Artigo 206, da Constituição Federal.

#### Estratégias:

16.1 Realizar, a partir da aprovação do PME, o estudo para atualização do Plano de Carreira do Magistério em todo o sistema de ensino do município, tendo como referência o Piso Salarial Nacional Profissional, definido em lei federal, nos termos do Inciso VIII, do Art. 206, da Constituição Federal.

16.2 Proporcionar melhores condições de trabalho, valorização dos profissionais da educação e concretizar as políticas de formação, como forma de garantia da qualidade na educação.

16.3 Realiza estudo de viabilidade para implantação de Plano de Saúde aos profissionais da educação pública municipal voltadas para a promoção, prevenção, atenção e atendimento à saúde e integridade física, mental e emocional dos profissionais da educação, como condição para a melhoria da qualidade educacional.

16.4 Estruturar os estabelecimentos escolares da rede pública de educação básica, de modo a que pelo menos 90% (oitenta por cento) dos profissionais do magistério e 50% (cinquenta por cento) dos profissionais da educação não docentes sejam ocupantes de cargos de provimento efetivo e estejam em exercício nas redes escolares a que se encontram vinculados.

16.5 Assegurar a realização periódica de concurso público para provimento de vagas, comprovadamente, excedentes e permanentes.

16.6 Atualizar o Plano de Carreira do Magistério periodicamente, em acordo com as diretrizes definidas na base nacional comum de valorização dos profissionais da educação.

16.7 Realizar anualmente, a partir do segundo ano de vigência deste PME, por iniciativa da secretaria de Educação, em regime de colaboração, o censo dos(as) profissionais da educação básica de outros segmentos que não os do magistério;

16.8 Estimular a existência de comissões permanentes de profissionais da educação do sistemas de ensino, em todas as instâncias intermunicipais e do município, para subsidiar os órgãos competentes na elaboração, reestruturação e implementação dos planos de Carreira.

16.9 Atualizar o Estatuto Municipal do Magistério da rede pública de ensino.

16.10 Assegurar, na forma da lei, recursos financeiros para valorização dos profissionais da educação da rede pública municipal de ensino;

16.11 Garantir o cumprimento da legislação nacional quanto à jornada de trabalho dos profissionais do magistério da rede pública de ensino.

16.12 Implantar no prazo de 06 (seis) meses o Plano de Carreira dos Profissionais de Apoio e Serviço Escolar a ser definido em Lei Municipal. Reclassificando os cargos de serviço gerais já existente, para os cargos de merendeiras, abrindo concurso público para a contratação de agente de serviços gerais, e que as atribuições dos cargos não coincidam; Bem como a reclassificação dos cargos de motoristas já existentes, para que os motoristas já existentes na Educação, permaneçam no Quadro efetiva da Educação.

#### META 17

Garantir em legislação específica, aprovadas no âmbito Municipal, condições para a efetivação da gestão democrática, na educação básica e públicas que evidencie o compromisso com o acesso, a permanência e o êxito na aprendizagem do estudante do Sistema municipal de Ensino, no prazo de 2 (dois) ano após a aprovação deste Plano.

#### Estratégias:

17.1 Garantir formação aos conselheiros de controle social, recursos financeiros, espaço físico adequado, equipamentos e meios de transporte para visitas à rede escolar, com vistas ao bom desempenho de suas funções.

17.2 Consolidar o Fórum Permanente de Educação envolvendo gestores públicos, trabalhadores da educação e organizações da sociedade civil, bem como incentivar e oferecer suporte aos Profissionais.

17.3 Estimular, em todas as redes de educação básica, a constituição e o fortalecimento de grêmios estudantis e associações de pais, assegurando-se lhes, inclusive, espaços adequados e condições de funcionamento nas escolas e fomentando a sua articulação orgânica com os conselhos escolares, por meio das respectivas representações.

17.4 Estimular, em todas as instituições de educação básica e criação e/ou ativação de conselhos escolares.

17.5 Garantir a participação efetiva da comunidade escolar e local na formulação e acompanhamento dos Projetos políticos-pedagógicos, currículos escolares, planos de gestão escolar e regimentos escolares possibilitando as condições objetivas necessárias à operacionalização desta participação.

17.6 Favorecer processos de autonomia pedagógica, administrativa e de gestão financeira nos estabelecimentos de ensino;

17.7 Garantir, em regime de colaboração, programa de formação continuada para gestores das escolas públicas.

17.8 Garantir o funcionamento do mecanismo de gestão democrática nas escolas de educação básica.

17.9 Aprovar dispositivo legal que dispõe sobre a implantação, execução e avaliação da gestão escolar da educação básica e profissional da rede pública, no prazo de um ano após a publicação deste Plano.

17.10 Fortalecer os mecanismos e os instrumentos que assegurem a transparência e o controle social na utilização dos recursos públicos aplicados em educação, especialmente a realização de audiências públicas e a criação de portais eletrônicos de transparência.

17.11 Criar e/ou consolidar fóruns consultivos e deliberativos para o fortalecimento do conselho municipal de educação, conselhos escolares, conselhos de acompanhamento e controle do FUNDEB e da Alimentação Escolar, com representação dos setores envolvidos com a educação e com as instituições educativas.

17.12 Aperfeiçoar a ação do Conselho Escolar ou órgãos equivalentes, com base nos princípios democráticos.

17.13 Implantar avaliação institucional com a participação efetiva da comunidade escolar incorporando os resultados no Plano de Desenvolvimento da Escola, no Projeto Político Pedagógico e no Plano de Gestão.

#### META 18

Ampliar o investimento público em educação pública, em regime de colaboração com a União, Estado e Município, de forma a atingir, no mínimo, os parâmetros estabelecidos pelo Plano Nacional de Educação – PNE, no patamar de 7% (sete por cento) do Produto Interno Bruto (PIB) no 5º (quinto) ano de vigência deste Plano e, no mínimo, o equivalente a 10% (dez por cento) do PIB ao final do decênio, com vinculação de outras fontes de recursos.

#### Estratégias:

18.1 Ampliar investimentos em educação mediante esforço conjunto da união, estado e município.

18.2 Aderir o custo aluno qualidade (CAQ) da Educação Básica do município à luz da ampliação do investimento público em educação.

- 18.3 Garantir o cumprimento dos artigos 70 e 71 da Lei de Diretrizes e Bases, que definem os gastos admitidos como de manutenção e desenvolvimento do ensino e aqueles que não podem ser incluídos nesse tema.
- 18.4 Realizar anualmente a adesão aos programas do FNDE que garantem as melhorias estruturais e pedagógicas ao estudante, com vistas a garantir a melhoria da educação no município.
- 18.5 Desenvolver estudos que viabilizem destinar parcela maior da receita tributária para o financiamento do ensino público municipal, mediante esforço conjunto da união, estado e município.
- 18.6 Estabelecer parceria com o governo estadual e federal a fim de garantir a oferta de cursos de graduação e pós-graduação: especialização, mestrado e doutorado aos profissionais da educação, em parceria com as IES públicas.
- 18.7 Fortalecer os conselhos de acompanhamento e fiscalização dos recursos da educação.
- 18.8 A partir da aprovação deste plano, garantir através de fóruns, conferências, colegiados, audiências públicas entre outras formas, a participação da comunidade na gestão da educação municipal.
- 18.9 Cooperar com a união e estado no aperfeiçoamento e ampliação dos mecanismos de acompanhamento da arrecadação da contribuição social do salário-educação
- 18.10 Fortalecer os mecanismos e os instrumentos que assegurem, nos termos das legislações vigentes, a transparência e o controle social na utilização dos recursos públicos aplicados em educação, especialmente a realização de audiências públicas, a criação de portais eletrônicos de transparência e a capacitação dos membros de conselhos de acompanhamento e controle social do FUNDEB.
- 18.11 Desenvolver, com apoio do setor financeiro da prefeitura, estudos e acompanhamento regular dos investimentos e custos por estudante da educação, nos níveis e modalidades oferecidos pela Rede Municipal de Ensino.
- 18.12 Apoiar ações que tenham como objetivos a prorrogação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, com aperfeiçoamento que aprofundem o regime de colaboração e a participação financeira da união para garantir equalização de oportunidades educacionais e padrão mínimo de qualidade do ensino.
- 18.13 Regulamentar os critérios para distribuição, em âmbito municipal, dos recursos adicionais dirigidos à educação ao longo do decênio, que considerem a equalização das oportunidades educacionais, a vulnerabilidade socioeconômica e o compromisso técnico e de gestão do sistema de ensino.
- 18.14 Prover esforços junto à união e ao estado para a complementação de recursos financeiros para a Rede Municipal de Ensino, garantindo e efetivando a articulação entre as metas deste plano e demais instrumentos orçamentários do município.
- 18.15 Garantir aplicação dos recursos destinados à manutenção, reforma e construção de escolas públicas com infraestrutura adequada às etapas e modalidades de ensino.



# Penha

## PREFEITURA

**CONTRATO Nº 383/2015 PMP**

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA  
ESTADO DE SANTA CATARINA

CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO

PROCESSO SELETIVO Nº 01/2014

CONTRATO Nº 383/2015 – RH/PMP

Contratado (A): MILANI PAULA DANKER, na função de Professor III, início em 25/08/2015 e término em 11/12/2015, com carga horária de 20 horas semanais, para atuar junto a Secretaria da Educação e Cultura.

Penha/SC, 25 de agosto de 2015.

Evandro Eredes dos Navegantes

Prefeito Municipal

**CONVOCAÇÃO CONCURSO PÚBLICO - Nº 01/2013  
ESF - SERVENTE/MERENDEIRA**

EDITAL DE CONVOCAÇÃO - Concurso Público – Emprego Público nº 01/2013

A Prefeitura Municipal de Penha, vem por meio desta convocar o(a) candidato(a) para se apresentar na Prefeitura Municipal de Penha, ao departamento de Recursos Humanos, endereço Avenida Nereu Ramos, nº 08 - Centro, até o dia 04/09/2015, das 08:00hs às 12:00hs ou das 13:30hs às 16:00hs, conforme cláusula 8 do Edital do Concurso Público 01/2013-ESF.

Cargo: SERVENTE - MERENDEIRA

COLOCAÇÃO CPF NOME

15º. 029.359.689-13 ROSIMERI DA SILVA

O(a) candidato(a) deverá apresentar os seguintes documentos:

- Fotocópia Cédula de Identidade;
- Fotocópia Certidão de Nascimento ou de Casamento, conforme o caso;
- Fotocópia Cadastro de Pessoa Física na Receita Federal (CPF);
- Fotocópia Cartão do PIS/PASEP, se possuir;
- Fotocópia Certidão de Nascimento dos filhos menores de 21 anos;
- Original Certidão de quitação eleitoral atualizada emitida pela justiça eleitoral que poderá ser retirada pelo site [www.tse.gov.br](http://www.tse.gov.br);
- Fotocópia Documento que comprove a escolaridade exigida para assumir o emprego;
- Certificado de Reservista ou de Dispensa de Incorporação, se for masculino;
- Fotocópia Título de Eleitor e comprovante de votação na última eleição;
- Original Declaração de que não se encontra em situação de acúmulo ilegal de proventos, funções, empregos e cargos públicos, nos termos do inciso XVI do Art. 37 da Constituição Federal, devidamente preenchida e assinada, Conforme anexo 1;
- Original Declaração de bens e valores que integram o patrimônio privado, conforme resolução Tc 10/94 e Lei Complementar 202/00, devidamente preenchida e assinada, Conforme anexo 2;
- Original Duas fotografias 3x4, recentes, de frente e iguais;
- Original Declaração de não demissão do serviço público municipal, estadual ou federal, devidamente preenchida e assinada, Conforme anexo 3;
- Original Declaração de não ter benefício ou aposentadoria, autenticada em cartório, conforme anexo 4;
- Fotocópia Comprovante da idade mínima de 18 anos e da

nacionalidade brasileira, ou estrangeira na forma da lei, mediante apresentação de fotocópia da Certidão de Nascimento ou da certidão de Casamento;

p) Original Atestado de antecedentes criminal Estadual pelo site [www.tjsc.jus.br](http://www.tjsc.jus.br) / Federal pelo site [www.trf4.jus.br](http://www.trf4.jus.br) passado pelo Distribuidor Público, do local de residência ou domicílio do candidato;

q) Original Carteira de trabalho, junto com uma cópia onde consta o número, a série e a qualificação da mesma;

r) Fotocópia do comprovante de registro profissional, quando o emprego exigir;

s) Fotocópia do comprovante de endereço atualizado;

t) Original Aptidão física e mental para exercício da função mediante apresentação de atestado laboral, emitido pelo médico do trabalho da Prefeitura Municipal de Penha no NASF pelo telefone (47) 3363-7441;

u) Fotocópia Cartão da Conta no Banco Bradesco, agência 2835-5.

OBS:

Os documentos previstos nos itens acima deverão ser apresentados na forma de fotocópia autenticada ou mera fotocópia, desde que o candidato apresente o original para conferência no local da entrega.

O não-cumprimento dos prazos, a não-apresentação da documentação prevista ou a não-comprovação do requisito para a nomeação no emprego especificado neste Edital, mesmo para os que vierem a ser criados em legislação superveniente ou forem considerados necessários, impedirá a nomeação do candidato e implicará na eliminação do Concurso Público, e na nulidade da classificação e na perda dos efeitos, sem prejuízo das sanções penais aplicáveis, sendo convocado o candidato seguinte para preencher a vaga, atendendo-se ao estabelecido neste edital.

Penha/SC, 25 de agosto de 2015.

DANIELE SCHWEGER DE SOUZA LUNGE

Secretária da Administração

**ANEXO 1****DECLARAÇÃO**

Eu, \_\_\_\_\_, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. \_\_\_\_\_, com RG nº. \_\_\_\_\_, residente e domiciliado na Rua \_\_\_\_\_, nº. \_\_\_\_\_, Cidade de \_\_\_\_\_/SC, declaro a quem possa interessar que:

1. Acumulo cargo ou função pública, conforme legislação aplicável;  
( ) SIM ( ) NÃO

2. Sofri qualquer penalidade disciplinar no exercício de função pública exercida anteriormente.  
( ) SIM ( ) NÃO

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), \_\_\_\_, de \_\_\_\_\_, de 2015.

**ANEXO 2****DECLARAÇÃO**

(Preencher de próprio punho, em letra cursiva, com caneta esferográfica de tinta preta ou azul e sem rasuras)

1 – IDENTIFICAÇÃO DO DECLARANTE:

NOME: \_\_\_\_\_



[www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)

# Peritiba

## PREFEITURA

### EXTRATO DE CONTRATO 113/2015

Estado de Santa Catarina  
MUNICÍPIO DE PERITIBA  
EXTRATO DE CONTRATO

Dados do Processo Licitatório:

Processo Licitatório nº 19/2015, Pregão Presencial nº 11/2015

Objeto: Aditar ao contrato original 66/2015 para aquisição de equipamentos de informática, mais 01 Microcomputador Core I5.

Dados do Contrato: CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 113 /2015

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 66/2015

Contratado: VANCIN INFORMATICA COMERCIO LTDA - EPP

CNPJ: 06.275.370/0001-18

Valor: R\$ 3.180,00 (Três mil cento e oitenta reais).

Data de Vigência: 24/08/2015 a 31/12/2015

Município de Peritiba – SC em 24 de Agosto de 2015.

NEUSA KLEIN MARASCHINI

Prefeita Municipal

# Pinheiro Preto

## PREFEITURA

### CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 251/2015

(Ementa)

CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 251/2015

OBJETO: Constitui objeto do presente contrato REFERENTE AQUISIÇÃO DE PLACAS E ADESIVOS DE INAUGURAÇÃO PARA SECRETARIA DE SAUDE E BEM ESTAR SOCIAL.

DISPENSA DE LICITAÇÃO: 143/2015.

EMPRESA CONTRATADA: PROJETTO PUBLICIDADE LTDA

VALOR DO CONTRATO: A CONTRATADA obriga-se a fornecer os materiais no valor de R\$ 4.832,00 (quatro mil oitocentos e trinta e dois reais).

DATA DO CONTRATO: 21 DE AGOSTO DE 2015.

PREFEITO: Euzebio Calisto Viecei

### CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 252/2015

(Ementa)

CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 252/2015

OBJETO: Constitui objeto do presente contrato REFERENTE AQUISIÇÃO DE PLACAS E ADESIVOS PARA VEICULOS-SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS.

DISPENSA DE LICITAÇÃO: 144/2015.

EMPRESA CONTRATADA: PROJETTO PUBLICIDADE LTDA

VALOR DO CONTRATO: A CONTRATADA obriga-se a fornecer os materiais no valor de R\$ 736,74 (setecentos e trinta e seis reais e setenta e quatro centavos).

DATA DO CONTRATO: 21 DE AGOSTO DE 2015.

PREFEITO: Euzebio Calisto Viecei

### CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 253/2015

(Ementa)

CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 253/2015

OBJETO: Constitui objeto do presente contrato REFERENTE AQUISIÇÃO DE ADESIVOS PARA VEICULOS-SECRETARIA DE AGRICULTURA.

DISPENSA DE LICITAÇÃO: 145/2015.

EMPRESA CONTRATADA: PROJETTO PUBLICIDADE LTDA

VALOR DO CONTRATO: A CONTRATADA obriga-se a fornecer os materiais no valor de R\$ 215,14 (duzentos e quinze reais e quatorze centavos).

DATA DO CONTRATO: 21 DE AGOSTO DE 2015.

PREFEITO: Euzebio Calisto Viecei

### CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 254/2015

(Ementa)

CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 254/2015

OBJETO: Constitui objeto do presente contrato REFERENTE AQUISIÇÃO DE ADESIVOS PARA VEICULOS DA SECRETARIA DE TRANSPORTES E OBRAS.

DISPENSA DE LICITAÇÃO: 146/2015.

EMPRESA CONTRATADA: PROJETTO PUBLICIDADE LTDA

VALOR DO CONTRATO: A CONTRATADA obriga-se a fornecer os materiais no valor de R\$ 330,66 (trezentos e trinta reais e sessenta e seis centavos).

DATA DO CONTRATO: 21 DE AGOSTO DE 2015.

PREFEITO: Euzebio Calisto Viecei

### CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 255/2015

(Ementa)

CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 255/2015

OBJETO: Constitui objeto do presente contrato REFERENTE AQUISIÇÃO DE UTENSILIOS DOMESTICOS PARA COZINHA DA CRECHE MUNICIPAL- SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES.

DISPENSA DE LICITAÇÃO: 147/2015.

EMPRESA CONTRATADA: ISAC BATISTA DE JESUS EIRELLI-EMPORIO PRESENTES E DECORAÇÕES

VALOR DO CONTRATO: A CONTRATADA obriga-se a fornecer os serviços no valor de R\$ 7.030,64 (sete mil e trinta reais e sessenta e quatro centavos).

DATA DO CONTRATO: 21 DE AGOSTO DE 2015.

PREFEITO: Euzebio Calisto Viecei

### EDITAL DE CONVOCAÇÃO CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2014

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2014

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito Municipal de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e, em atendimento ao disposto no Edital n. 01/2014, CONVOCA a seguinte candidata aprovada no Concurso Público para apresentação de exames de saúde para análise de aptidão física:

IDENTIFICAÇÃO (nº inscrição no concurso)	NOME DO CANDIDATO	CARGO (regime estatutário)
060	Sirlei Aparecida Denardi	Professor de pedagogia Educação Infantil – Creche

A candidata acima relacionada deverá no prazo máximo de 10 dias, contados do primeiro dia útil seguinte à ciência desta convocação, providenciar os seguintes exames de saúde:

- Sangue: Hemograma, Glicemia e Sorologia de Lues;
- Parcial de Urina;
- Raio-X do Tórax P.A e perfil;
- Raio X de coluna P.A e perfil – cervical e lombar
- ECG – eletrocardiograma com laudo.

1. Os EXAMES MÉDICOS deverão ser apresentados para Certificação, aos médicos Credenciados pelo Município, através de agendamento junto a Secretaria de Administração, pelos telefones 3562-2012 ou 3562-2000.

2. Além dos referidos exames, a candidata deverá apresentar exames complementares caso haja solicitação do Médico Credenciado pelo Município de Pinheiro Preto - SC.

Analisados os exames e sendo a candidata considerada apta, a mesma será, então, nomeada para o cargo, através de Portaria expedida pelo Chefe do Poder Executivo.

OBS: A presente convocação para apresentação de exames de saúde não gera direito à nomeação.

Centro Administrativo de Pinheiro Preto – SC, 25 de agosto de 2015.

EUZEBIO CALISTO VIECELI

PREFEITO MUNICIPAL

### **PORTARIA Nº 295, DE 25 DE AGOSTO DE 2015.**

PORTARIA Nº 295, DE 25 DE AGOSTO DE 2015.

CONCEDE PROGRESSÃO FUNCIONAL HORIZONTAL A SERVIDORA BRUNA BERTONCELLO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e

Considerando o Processo Administrativo de Expediente nº 042/2015;

Considerando que a servidora foi nomeada para o cargo de provimento efetivo, Portaria nº 116, de 24 de março de 2010;

Considerando que a servidora faz jus a progressão funcional, tendo implementado os requisitos previstos nos arts. 27 e 28 da Lei Complementar nº 142, de 25 de março de 2008;

Considerando que a servidora implementou o direito ainda em 24 de março de fevereiro de 2014,

#### **RESOLVE:**

Art. 1º Conceder progressão funcional horizontal à servidora BRUNA BERTONCELLO, ocupante do cargo de provimento efetivo de vigilante sanitário, regime jurídico estatutário, nomeada pela Portaria nº 116, de 24 de março de 2010, enquadrando-a na classe "B", a contar a partir de 25 de março de 2014.

Parágrafo único. Os valores pretéritos devidos deverão ser apurados pelo Departamento de Pessoal, a fim de ser encaminhado projeto de lei à Câmara autorizando o pagamento.

Art. 2º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 25 de março de 2014.

Centro Administrativo de Pinheiro Preto – SC, 25 de agosto de 2015.

EUZEBIO CALISTO VIECELI

Prefeito Municipal

### **PORTARIA Nº 296, DE 25 DE AGOSTO DE 2015.**

PORTARIA Nº 296, DE 25 DE AGOSTO DE 2015.

CONCEDE PROGRESSÃO FUNCIONAL HORIZONTAL A SERVIDORA SILVANI CARMINATTI SCARABOTO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e

Considerando o Processo Administrativo de Expediente nº 041/2015;

Considerando que a servidora foi nomeada para o cargo de

provimento efetivo, Portaria nº 244, de 07 de outubro de 2009;

Considerando que a servidora faz jus a progressão funcional, tendo implementado os requisitos previstos nos arts. 27 e 28 da Lei Complementar nº 142, de 25 de março de 2008;

Considerando que a servidora implementou o direito ainda em 07 de outubro de 2013,

#### **RESOLVE:**

Art. 1º Conceder progressão funcional horizontal à servidora SILVANI CARMINATTI SCARABOTO, ocupante do cargo de provimento efetivo de servente, regime jurídico estatutário, nomeada pela Portaria nº 244, de 07 de outubro de 2009, enquadrando-a na classe "B", a contar a partir de 08 de outubro de 2013.

Parágrafo único. Os valores pretéritos devidos deverão ser apurados pelo Departamento de Pessoal, a fim de ser encaminhado projeto de lei à Câmara autorizando o pagamento.

Art. 2º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 08 de outubro de 2013.

Centro Administrativo de Pinheiro Preto – SC, 25 de agosto de 2015.

EUZEBIO CALISTO VIECELI

Prefeito Municipal

### **PORTARIA Nº 297, DE 25 DE AGOSTO DE 2015.**

PORTARIA Nº 297, DE 25 DE AGOSTO DE 2015.

CONCEDE PROGRESSÃO FUNCIONAL HORIZONTAL A SERVIDORA MARILENA SALETE PIRAN E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e

Considerando o Processo Administrativo de Expediente nº 045/2015;

Considerando que a servidora foi nomeada para o cargo de provimento efetivo, Portaria nº 057, de 22 de fevereiro de 2010;

Considerando que a servidora faz jus a progressão funcional, tendo implementado os requisitos previstos nos arts. 27 e 28 da Lei Complementar nº 142, de 25 de março de 2008;

Considerando que a servidora implementou o direito ainda em 22 de fevereiro de 2014,

#### **RESOLVE:**

Art. 1º Conceder progressão funcional horizontal à servidora MARILENA SALETE PIRAN, ocupante do cargo de provimento efetivo de Técnica em Enfermagem, regime estatutária, nomeada pela Portaria nº 057, de 22 de fevereiro de 2010, enquadrando-a na classe "B", a contar a partir de 23 de fevereiro de 2014.

Parágrafo único. Os valores pretéritos devidos deverão ser apurados pelo Departamento de Pessoal, a fim de ser encaminhado projeto de lei à Câmara autorizando o pagamento.

Art. 2º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 23 de fevereiro de 2014.

Centro Administrativo de Pinheiro Preto – SC, 25 de agosto de 2015.

EUZEBIO CALISTO VIECELI

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 298, DE 25 DE AGOSTO DE 2015.**

PORTARIA Nº 298, DE 25 DE AGOSTO DE 2015.

CONCEDE PROGRESSÃO FUNCIONAL HORIZONTAL AO SERVIDOR SÉRGIO LUIZ BURIK E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e

Considerando o Processo Administrativo de Expediente nº 046/2015;

Considerando que o servidor foi nomeado para o cargo de provimento efetivo, Portaria nº 274, de 26 de agosto de 2008;

Considerando que o servidor faz jus a progressão funcional, tendo implementado os requisitos previstos nos arts. 27 e 28 da Lei Complementar nº 142, de 25 de março de 2008;

Considerando que o servidor implementou o direito ainda em 26 de agosto de 2012,

**RESOLVE:**

Art. 1º Conceder progressão funcional horizontal ao servidor SÉRGIO LUIZ BURIK, ocupante do cargo de provimento efetivo de motorista, nomeado pela Portaria nº 274, de 26 de agosto de 2008, enquadrando-o na classe "B", a contar a partir de 27 de agosto de 2012.

Parágrafo único. Os valores pretéritos devidos deverão ser apurados pelo Departamento de Pessoal, a fim de ser encaminhado projeto de lei à Câmara autorizando o pagamento.

Art. 2º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 27 de agosto de 2012.

Centro Administrativo de Pinheiro Preto – SC, 25 de agosto de 2015.

EUZEBIO CALISTO VIECELI

Prefeito Municipal

**TERMO ADITIVO 037/2015**

(Ementa)

TERMO ADITIVO 037/2015

CONTRATO N.º: 142/2015

OBJETO: Aquisição de GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DESTINADOS À MERENDA ESCOLAR – UNIDADES ESCOLARES NO MUNICÍPIO de Pinheiro Preto, ano letivo de 2015.

LICITAÇÃO: Chamada Pública 001/2015

CONTRATADA: CLAUDETE ANDRETA PERAZZOLI

VALOR ADITADO: Fica o contrato aditado, obrigando-se a CONTRATADA a fornecer o objeto deste instrumento, especificado (s) e quantificado (s) na cláusula segunda, pelo preço total de R\$ 607,20 (seiscentos e sete reais e vinte centavos).

DATA DO CONTRATO: 14 de agosto de 2015.

PREFEITO: Euzebio Vieceli

**TERMO ADITIVO 038/2015**

(Ementa)

TERMO ADITIVO 038/2015

CONTRATO N.º: 230/2015

OBJETO: Contrato nº 230/2015 firmado entre o município de Pinheiro Preto e a Empresa Rafa Comércio de Serviços de Pinturas Ltda., cujo objeto visa aquisição de tinta e contratação de serviços técnicos para pintura da Creche Municipal do Município de Pinheiro Preto.

LICITAÇÃO: PREGÃO PRESENCIAL nº 023/2015

EMPRESA CONTRATADA: RAFA COMÉRCIO E SERVIÇOS DE PINTURA LTDA

DO ADITAMENTO: 2.1. Após vistoria no local, constatou-se que há necessidade de efetuar a pintura da caixa d'água e calçadas da Creche Municipal, tendo o engenheiro responsável emitido parecer favorável ao aditamento, para fins de pintura de 240m² de calçadas e 125,40 m² da caixa d'água, no valor total de R\$ 4.318,98 (quatro mil, trezentos e dezoito reais e noventa e oito centavos).

2.2. Em razão das causas supervenientes que oneraram o contrato descritas no item anterior, é promovido revisão do ajuste inicial, ficando aditado o contrato nº 230/2015 no valor de R\$ 4.318,98 (quatro mil, trezentos e dezoito reais e noventa e oito centavos).

DATA DO CONTRATO: 14 de agosto de 2015..

PREFEITO: Euzebio Vieceli

# Pomerode

## PREFEITURA

### **EDITAL DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL N.º 038 / 2015 – REGISTRO DE PREÇOS**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE POMERODE

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

EDITAL DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL N.º 038 / 2015 – REGISTRO DE PREÇOS

Processo Administrativo n.º 078 / 2015.

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DE EQUIPAMENTOS MÉDICOS E DE ENFERMAGEM DAS UNIDADES DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE POMERODE/SC, CONFORME DISPOSIÇÕES CONSTANTES NO EDITAL DE LICITAÇÃO E SEUS ANEXOS.

Entrega dos envelopes: Até as 08:00 horas do dia 09/09/2015.

Local: Setor de protocolos da Prefeitura Municipal de Pomerode/SC.

Abertura das propostas: 08:00 horas do dia 09/09/2015.

Local: Sala de licitações no prédio da Prefeitura Municipal de Pomerode/SC.

O edital e demais esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Diretoria de Licitações e Compras da Prefeitura Municipal de Pomerode – Rua 15 de Novembro, n.º 525, Centro – Pomerode/SC, nos dias úteis de segunda à sexta-feira, das 07:30 às 11:30 e das 13:00 às 17:00 horas, Fone: (47) 3387-7229 ou pelo e-mail: [licitacao@pomerode.sc.gov.br](mailto:licitacao@pomerode.sc.gov.br).

Pomerode/SC, 25 de Agosto de 2015.

ROLF NICLODELLI

Prefeito Municipal de Pomerode



# Ponte Serrada

## PREFEITURA

### DECRETO 573/2015

DECRETO Nº 573/2015, DE 20 DE JULHO DE 2015.

"ALTERA CARGA HORARIA TEMPORARIAMENTE COMO ESPECIFICA"

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência;

CONSIDERANDO, que o art. 17 da Lei Municipal Complementar n. 080/2007 prevê a possibilidade da Administração em regime suplementar e temporário alterar a carga horária dos professores desde que preenchidos os requisitos (ar. 17,-3º);

CONSIDERANDO, que o assunto já foi debatido pelo Tribunal de Contas deste Estado, no Prejulgado 1449, sessão em 22.09.2003 e assim decidido:

"A alteração da carga horária de servidor público é assunto de interesse local, sendo de competência dos municípios disciplinar acerca da matéria, conforme determina o inciso I do art. 30 da Constituição Federal.

No regime estatutário, o Município detém poder discricionário para unilateralmente, mediante lei formal, modificar as condições do serviço e a remuneração dos ocupantes de cargos públicos, inclusive a carga horária de trabalho, a cujo cumprimento estão eles obrigados, haja vista não terem direito adquirido em relação a ela, salvo se a lei que regulamentar sua alteração dispuser de modo diverso. (...)".

DECRETA:

Art. 1º. – Fica alterada a carga horária da servidora pública municipal Sra. SONIA MARY NOVAKOSKI, matrícula 6313, PROFESSORA CARGO EM EXTINÇÃO, com 20:00 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, para responder por mais 20:00 hora até o final do ano letivo.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, produzindo efeito retroativo a partir do dia 01 de Julho de 2015.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 20 DE JULHO DE 2015.

EDUARDO COPPINI  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

### DECRETO 574/2015

DECRETO Nº 574/2015, DE 20 DE JULHO DE 2015.

"ALTERA CARGA HORARIA TEMPORARIAMENTE COMO ESPECIFICA"

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência;

CONSIDERANDO, que o art. 17 da Lei Municipal Complementar n. 080/2007 prevê a possibilidade da Administração em regime suplementar e temporário alterar a carga horária dos professores desde que preenchidos os requisitos (ar. 17,-3º);

CONSIDERANDO, que o assunto já foi debatido pelo Tribunal de Contas deste Estado, no Prejulgado 1449, sessão em 22.09.2003 e assim decidido:

"A alteração da carga horária de servidor público é assunto de interesse local, sendo de competência dos municípios disciplinar acerca da matéria, conforme determina o inciso I do art. 30 da Constituição Federal.

No regime estatutário, o Município detém poder discricionário para unilateralmente, mediante lei formal, modificar as condições do serviço e a remuneração dos ocupantes de cargos públicos, inclusive a carga horária de trabalho, a cujo cumprimento estão eles obrigados, haja vista não terem direito adquirido em relação a ela, salvo se a lei que regulamentar sua alteração dispuser de modo diverso. (...)".

DECRETA:

Art. 1º. – Fica alterada a carga horária da servidora pública municipal Sra. FERNANDA DE OLIVEIRA JUSTEN, matrícula 6209, PROFESSORA CARGO EM EXTINÇÃO, com 20:00 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, para responder por mais 20:00 hora até o final do ano letivo.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, produzindo efeito retroativo a partir do dia 01 de Julho de 2015.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 20 DE JULHO DE 2015.

EDUARDO COPPINI  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

### DECRETO 575/2015

DECRETO Nº 575/2015, DE 20 DE JULHO DE 2015.

"ALTERA CARGA HORARIA TEMPORARIAMENTE COMO ESPECIFICA"

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência;

CONSIDERANDO, que o art. 17 da Lei Municipal Complementar n. 080/2007 prevê a possibilidade da Administração em regime suplementar e temporário alterar a carga horária dos professores desde que preenchidos os requisitos (ar. 17,-3º);

CONSIDERANDO, que o assunto já foi debatido pelo Tribunal de Contas deste Estado, no Prejulgado 1449, sessão em 22.09.2003 e assim decidido:

"A alteração da carga horária de servidor público é assunto de interesse local, sendo de competência dos municípios disciplinar acerca da matéria, conforme determina o inciso I do art. 30 da Constituição Federal.

No regime estatutário, o Município detém poder discricionário para unilateralmente, mediante lei formal, modificar as condições do serviço e a remuneração dos ocupantes de cargos públicos, inclusive a carga horária de trabalho, a cujo cumprimento estão eles obrigados, haja vista não terem direito adquirido em relação a ela, salvo se a lei que regulamentar sua alteração dispuser de modo diverso. (...)".

DECRETA:

Art. 1º. – Fica alterada a carga horária da servidora pública municipal Sra. MARLI FRANCISCA FORNARI DE MELO, matrícula 6213, PROFESSORA, com 30:00 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, para responder por mais 10:00 hora até o final do ano letivo.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, produzindo efeito retroativo a partir do dia 01 de Julho de 2015.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 20 DE JULHO DE 2015.

EDUARDO COPPINI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

### DECRETO 576/2015

DECRETO Nº 576/2015, DE 20 DE JULHO DE 2015.

"ALTERA CARGA HORARIA TEMPORARIAMENTE COMO ESPECIFICA"

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência;

CONSIDERANDO, que o art. 17 da Lei Municipal Complementar n. 080/2007 prevê a possibilidade da Administração em regime suplementar e temporário alterar a carga horária dos professores desde que preenchidos os requisitos (ar. 17,-3º);

CONSIDERANDO, que o assunto já foi debatido pelo Tribunal de Contas deste Estado, no Prejulgado 1449, sessão em 22.09.2003 e assim decidido:

"A alteração da carga horária de servidor público é assunto de interesse local, sendo de competência dos municípios disciplinar acerca da matéria, conforme determina o inciso I do art. 30 da Constituição Federal.

No regime estatutário, o Município detém poder discricionário para unilateralmente, mediante lei formal, modificar as condições do serviço e a remuneração dos ocupantes de cargos públicos, inclusive a carga horária de trabalho, a cujo cumprimento estão eles obrigados, haja vista não terem direito adquirido em relação a ela, salvo se a lei que regulamentar sua alteração dispuser de modo diverso. (...)".

DECRETA:

Art. 1º. – Fica alterada a carga horária da servidora pública municipal Sra. LUCINEIA DE OLIVEIRA BOENO VICENSI, matrícula 6217,

PROFESSORA, com 20:00 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, para responder por mais 10:00 hora até o final do ano letivo.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, produzindo efeito retroativo a partir do dia 01 de Julho de 2015.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 20 DE JULHO DE 2015.

EDUARDO COPPINI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

### DECRETO 577/2015

DECRETO Nº 577/2015, DE 20 DE JULHO DE 2015.

"ALTERA CARGA HORARIA COMO ESPECIFICA"

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência;

CONSIDERANDO que a servidora, MARIA MARTA GABIATTI COSTA encontra se em licença para tratamento de saúde.

DECRETA:

Art. 1º. – Fica alterada a carga horária da Servidora Pública Municipal Sra. MIRIAN TESSARO, Matrícula 6245, PROFESSORA, com 30:00 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, para responder por mais 10:00 horas semanais até o retorno da servidora.

Art. 2º. - Os recursos para fazer frente à execução desta despesa, correrão por conta da dotação orçamentária própria vigente.

Art. 3º. - Este Decreto entrará em vigor, na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrario, produzindo efeitos retroativos a partir do dia 01 de Julho de 2015.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 20 DE JULHO DE 2015.

EDUARDO COPPINI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

### DECRETO 578/2015

DECRETO Nº 578/2015, DE 20 DE JULHO DE 2015.

"ALTERA CARGA HORARIA TEMPORARIAMENTE COMO ESPECIFICA"

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência;

CONSIDERANDO, que o art. 17 da Lei Municipal Complementar n. 080/2007 prevê a possibilidade da Administração em regime suplementar e temporário alterar a carga horária dos professores desde que preenchidos os requisitos (ar. 17,-3º);

CONSIDERANDO, que o assunto já foi debatido pelo Tribunal de

Contas deste Estado, no Prejulgado 1449, sessão em 22.09.2003 e assim decidido:

“A alteração da carga horária de servidor público é assunto de interesse local, sendo de competência dos municípios disciplinar acerca da matéria, conforme determina o inciso I do art. 30 da Constituição Federal.

No regime estatutário, o Município detém poder discricionário para unilateralmente, mediante lei formal, modificar as condições do serviço e a remuneração dos ocupantes de cargos públicos, inclusive a carga horária de trabalho, a cujo cumprimento estão eles obrigados, haja vista não terem direito adquirido em relação a ela, salvo se a lei que regulamentar sua alteração dispuser de modo diverso. (...)”.

**DECRETA:**

Art. 1º. – Fica alterada a carga horária da servidora pública municipal Sra. JAQUELINE OZORIO DE OLIVEIRA, matrícula 6326, PROFESSORA CARGO EM EXTINÇÃO, com 20:00 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, para responder por mais 10:00 horas até o final do ano letivo.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, produzindo efeito retroativo a partir do dia 01 de Julho de 2015.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 20 DE JULHO DE 2015.

EDUARDO COPPINI  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

**DECRETO 579/2015**

DECRETO Nº 579/2015, DE 20 DE JULHO DE 2015.

“EXONERA SERVIDOR PUBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência,

**EXONERA:**

Art. 1º - Fica exonerado a pedido, o Sr. ERISEU DARY FRANÇA, matrícula 1578, ocupante do cargo de DIRETOR, com 40:00 horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Transportes e Obras.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 20 DE JULHO DE 2015.

EDUARDO COPPINI  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

**DECRETO 580/2015**

DECRETO Nº 580/2015, DE 21 DE JULHO DE 2015.

“EXONERA SERVIDORA PUBLICA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência,

**EXONERA:**

Art. 1º - Fica exonerada a partir do dia 31 de julho de 2015, a Sra. ROSELI TEREZINHA BARRIONUEVO DO CARMO, matrícula 6225, ocupante do cargo de PROFESSORA, com 40:00 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 21 DE JULHO DE 2015.

EDUARDO COPPINI  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

**DECRETO 581/2015**

DECRETO Nº 581/2015, DE 21 DE JULHO DE 2015.

“EXONERA SERVIDORA PUBLICA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência,

**EXONERA:**

Art. 1º - Fica exonerada a partir do dia 31 de julho de 2015, a Sra. GIOVANA DAMACENO, matrícula 6207, ocupante do cargo de PROFESSORA, com 30:00 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 21 DE JULHO DE 2015.

EDUARDO COPPINI  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

**DECRETO 582/2015**

DECRETO Nº 582/2015, DE 21 DE JULHO DE 2015.

"CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL".

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência;

**DECRETA:**

Art. 1º - Fica concedida férias a Servidora Pública Municipal Sra. FABIANA PADILHA, Matrícula 6268, ocupante do cargo de AUXILIAR DE SAÚDE BUCAL, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, por um período de 30 (trinta) dias, referente ao período aquisitivo de 11 de março de 2014 a 10 de março de 2015, para serem gozadas de 29 de julho de 2015 a 27 de agosto de 2015.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor, na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 21 DE JULHO DE 2015.

EDUARDO COPPINI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

**DECRETO 583/2015**

DECRETO Nº 583/2015, DE 21 DE JULHO DE 2015.

"CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL".

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência;

**DECRETA:**

Art. 1º - Fica concedida férias a Servidora Pública Municipal Sra. GECI MALLMANN BORTOLAZZO, Matrícula 6195, ocupante do cargo de DIRETORA, lotada na Secretaria Municipal de Assistência Social, por um período de 15 (quinze) dias, referente ao período aquisitivo de 12 de fevereiro de 2014 a 11 de fevereiro de 2015, para serem gozadas de 22 de julho de 2015 a 05 de agosto de 2015.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor, na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 21 DE JULHO DE 2015.

EDUARDO COPPINI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

**DECRETO 584/2015**

DECRETO Nº 584/2015, DE 21 DE JULHO DE 2015.

CONCEDE PROGRESSÃO HORIZONTAL/VERTICAL CONFORME ESPECIFICA".

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência,

**DECRETA:**

Art. 1º - Fica concedida a progressão horizontal/vertical, decorrentes de cursos, a servidora Sra. MARLI PAVAN TELLES VIEIRA, ocupante do cargo efetivo de PROFESSORA, com 20 horas semanais, nível "520", referencia "F", passando – o para o nível "521" referencia "D".

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor, na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário, produzindo efeito retroativo a partir de 01 de Junho de 2015.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 21 DE JULHO DE 2015.

EDUARDO COPPINI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

**DECRETO 589/2015**

DECRETO Nº 589/2015, DE 28 DE JULHO DE 2015.

"CONVOCA A VI CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL".

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina juntamente com a Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social LAISA DE LOURDES MENDES, no uso de suas atribuições legais e considerando a necessidade de avaliar e propor diretrizes para a implementação da Política de Assistência Social no Município;

**DECRETA:**

Art. 1º - Fica convocada a VI Conferência Municipal de Assistência Social, a ser realizada no dia 10 de agosto de 2015, tendo como tema central: "CONSOLIDAR O SUAS DE VEZ RUMO A 2026".

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta de dotação própria do orçamento do órgão gestor municipal de Assistência Social.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor, na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 28 DE JULHO DE 2015.

EDUARDO COPPINI

Prefeito Municipal

LAISA DE LOURDES MENDES

Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.



**DECRETO 590/2015**

DECRETO Nº 590/2015, DE 28 DE JULHO 2015.

"CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL".

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência;

**DECRETA:**

Art. 1º - Fica concedido férias ao Servidor Público Municipal Sr. ADELIO ALBINO DE ABREU, Matrícula 766, ocupante do cargo de MOTORISTA DE AMBULANCIA, com 40 horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, por um período de 30 (trinta) dias, referente ao período aquisitivo de 02 de janeiro de 2014 a 01 de janeiro de 2015, para serem gozadas de 03 de agosto de 2015 a 01 de setembro de 2015.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor, na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 28 DE JULHO DE 2015.

EDUARDO COPPINI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

**DECRETO 591/2015**

DECRETO Nº 591/2015, DE 28 DE JULHO DE 2015.

"CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL".

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência;

**DECRETA:**

Art. 1º - Fica concedida férias a Servidora Pública Municipal Sra. LOURDES APARECIDA RODRIGUES DO NASCIMENTO, Matrícula 5470, ocupante do cargo de TECNICA EM ENFERMAGEM, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, por um período de 30 (trinta) dias, referente ao período aquisitivo de 01 de junho de 2014 a 31 de maio de 2015, para serem gozadas de 02 de agosto de 2015 a 31 de agosto de 2015.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor, na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 28 DE JULHO DE 2015.

EDUARDO COPPINI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

**DECRETO 592/2015**

DECRETO Nº 592/2015, DE 28 DE JULHO DE 2015.

"CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL".

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência;

**DECRETA:**

Art. 1º - Fica concedido férias ao Servidor Público Municipal Sr. VILSO PAULO POMPERMAIER, Matrícula 952, ocupante do cargo de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, lotado na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, por um período de 30 (trinta) dias, referente ao período aquisitivo de 01 de janeiro de 2014 a 31 de dezembro de 2014, para serem gozadas de 03 de agosto de 2015 a 01 de setembro de 2015.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor, na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 28 DE JULHO DE 2015.

EDUARDO COPPINI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

**DECRETO 594/2015**

DECRETO Nº 594/2015, DE 29 DE JULHO DE 2015.

"REVOGA GRATIFICAÇÃO CONFORME ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência,

**DECRETA:**

Art. 1º - Fica revogada a função gratificada concedida ao servidor público municipal Sr. RODRIGO PECINATTO GIRARDI, Matrícula 1558, ocupante do cargo de TESOUREIRO (40:00 HORAS SEMANAIS), lotado na Secretaria Municipal de Administração e Fazenda, concedida pelo decreto Nº 418/2014, de 14 de maio de 2014.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor, na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário, produzindo efeitos retroativos a partir do dia 1º de Julho de 2015.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 29 DE JULHO DE 2015.

EDUARDO COPPINI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

**DECRETO 595/2015**

DECRETO Nº 595/2015, DE 29 DE JULHO DE 2015.

"DISPÕE SOBRE NOVA LOTAÇÃO DE SERVIDOR PÚBLICO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência,

CONSIDERANDO a necessidade de o município transferir o local de trabalho de alguns de seus servidores, com vistas a atender ao interesse público, sobretudo no tocante à excelência na prestação dos serviços de responsabilidade do ente público,

**DECRETA:**

Art. 1º - Fica determinado que o servidor ROBERTO BARBOSA, matrícula 5800, ocupante do cargo efetivo de MOTORISTA, passará a ser lotado na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário, produzindo efeito retroativo a partir de 01 de julho de 2015.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 29 DE JULHO DE 2015.

EDUARDO COPPINI  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

**DECRETO 596/2015**

DECRETO Nº 596/2015, DE 29 DE JULHO DE 2015.

"CONCEDE LICENÇA PARA TRATAR DE ASSUNTOS PARTICULARES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência,

**DECRETA:**

Art. 1º - Fica concedida Licença para Tratar de Assuntos Particulares, a Funcionária Pública Municipal Sra. GABRIELA PAVELSKI, ocupante do cargo efetivo de ENFERMEIRA, com 40:00 horas/semanais, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, por um período de 2 (dois) anos a contar do dia 06 de julho de 2015.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 29 DE JULHO DE 2015.

EDUARDO COPPINI  
PREFEITO MUNICIPAL

Registrado e Publicado em data supra.

**DECRETO 597/2015**

DECRETO Nº 597/2015, DE 29 DE JULHO DE 2015.

"EXONERA SERVIDORA PUBLICA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência,

**EXONERA:**

Art. 1º - Fica exonerada a partir do dia 31 de julho de 2015, a Sra. JUCELI CAMARGO DOS SANTOS VIEIRA, matrícula 6204, ocupante do cargo de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, com 40:00 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 29 DE JULHO DE 2015.

EDUARDO COPPINI  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

**DECRETO 610/2015**

DECRETO Nº 610/2015, DE 12 DE AGOSTO DE 2015.

"DELEGA COMPETÊNCIA A ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO ALTO IRANI (AMAI), PARA CONVOCAÇÃO DA 2ª CONFERÊNCIA REGIONAL DA JUVENTUDE (CRJ) E NOMEAÇÃO DA COMISSÃO ORGANIZADORA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

EDUARDO COPPINI, Prefeito do Município de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas em Lei e tendo em vista o Regimento Interno da 3ª Conferência Estadual da Juventude e a Resolução Nº 01, de 03 de agosto de 2015 da Comissão Organizadora Estadual da 3ª Conferência Estadual da Juventude, e:

CONSIDERANDO a realização da 2ª Conferência Regional da Juventude com o objetivo geral de atualizar a agenda da juventude para o desenvolvimento de Santa Catarina e do Brasil, reconhecendo e potencializando as múltiplas formas de expressão juvenil, além de fortalecer o combate a todas as formas de preconceitos nas esferas de governo, com a participação da sociedade civil;

CONSIDERANDO a possibilidade de realizar a conferência de forma integrada com os demais municípios que compõem a Associação dos Municípios do Alto Irani (AMAI);

CONSIDERANDO a necessidade da Associação dos Municípios do Alto Irani (AMAI) nomear uma comissão organizadora, a qual ficará responsável pela coordenação do processo regional;

**DECRETA:**

Art. 1º - Fica delegada competência à Associação dos Municípios do Alto Irani (AMAI), com sede na cidade de Xanxerê, neste Estado, para os procedimentos de convocação, nomeação da Comissão Organizadora Regional (COR), da 2ª Conferência Regional da Juventude em consonância com as normas regulamentares expedidas pelo Governo Federal, Estadual, bem como pelas normativas aprovadas pelas Comissões Organizadoras da 3ª Conferência Estadual e Nacional da Juventude.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação. GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 12 DE AGOSTO DE 2015.

EDUARDO COPPINI  
PREFEITO MUNICIPAL



**EXTRATO CONTRATO 2015**

CONTRATO Nº 0134/2015 - FMS

PROCESSO LICITATÓRIO 020/2015 - FMS

CREDENCIAMENTO Nº 002/2015 - FMS

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTE SERRADA/SC

CONTRATADO: UROCENTER CLINICA DE UROLOGIA EIRELI- ME

CNPJ: 19.862.588/0001-10

OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONSULTAS MÉDICAS, EXAMES ESPECIALIZADOS E PROCEDIMENTOS CIRÚRGICOS COM FINALIDADE DE SUPRIR AS NECESSIDADES DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE NO ATENDIMENTO À POPULAÇÃO (PACIENTES) DO MUNICÍPIO DE PONTE SERRADA/SC.

VALOR: ITEM 14 – EXAME CISTOSCOPIA R\$ 450,00; ITEM 15 – EXAME URODINAMICA R\$ 450,00. VALOR A SER PAGO POR CADA PROCEDIMENTO.

VIGÊNCIA: DE 25 DE AGOSTO DE 2015 A 31 DE DEZEMBRO DE 2015

# Porto Belo

## PREFEITURA

### EXTRATO DO CONVÊNIO Nº 011/2015

MUNICÍPIO DE PORTO BELO

EXTRATO DO CONVÊNIO Nº 011/2015

ESPÉCIE: Convênio celebrado entre SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, com sede na Rua Leopoldo José Guerreiro, nº 183, Centro - Porto Belo – SC, neste ato representado por sua Secretária, Sra. Dóris Helena Serpa Ferreira e CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE, representado neste ato pela Coordenadora Geral, Sra. Lilian Mazurek Meyer, doravante denominados CONVENIENTE e a ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DO PEREQUÊ, doravante denominada apenas como CONVENIADA, com sede na Rua Emílio George, s/n, Bairro Perequê, neste Município, inscrita no CNPJ sob o nº 06.250.698/0001-80, neste ato representada pelo Sr. Claudenir Gubertt, Presidente.

OBJETO: O repasse de valores para a realização do projeto aprovado pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente em Assembléia Extraordinária realizada no dia 06/07/2015, conforme Resolução nº 021/2015, a saber: O teatro pede passagem: Circulação do espetáculo “Bolsa Amarela”.

VALOR: Para execução do objeto deste convênio será repassado à CONVENIADA o valor de R\$ 13.000,00 (treze mil reais), a ser pago em uma única parcela na data de 25/08/2015, cujo montante será depositado em conta própria.

DATA DA ASSINATURA: 21 de agosto de 2015.

Dóris Helena Serpa Ferreira

Secretária de Educação de Porto Belo

### EXTRATO DO CONVÊNIO Nº 013-2015

MUNICÍPIO DE PORTO BELO

EXTRATO DO CONVÊNIO Nº 013/2015

ESPÉCIE: Convênio celebrado entre SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, com sede na Rua Leopoldo José Guerreiro, nº 183, Centro - Porto Belo – SC, neste ato representado por sua Secretária, Sra. Dóris Helena Serpa Ferreira e CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE, representado neste ato pela Coordenadora Geral, Sra. Lilian Mazurek Meyer, doravante denominados CONVENIENTE e a ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DO PEREQUÊ, doravante denominada apenas como CONVENIADA, com sede na Rua Emílio George, s/n, Bairro Perequê, neste Município, inscrita no CNPJ sob o nº 06.250.698/0001-80, neste ato representada pelo Sr. Claudenir Gubertt, Presidente.

OBJETO: O repasse de valores para a realização do projeto aprovado pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente em Assembléia Extraordinária realizada no dia 06/07/2015, conforme Resolução nº 021/2015, a saber: Famílias Conscientes.

VALOR: Para execução do objeto deste convênio será repassado à CONVENIADA o valor total de R\$ 2.485,10 (dois mil, quatrocentos e oitenta e cinco reais e dez centavos), a ser pago em uma única parcela, em 10 de novembro de 2015, cujo montante será depositado em conta própria.

DATA DA ASSINATURA: 21 de agosto de 2015.

Dóris Helena Serpa Ferreira

Secretária de Educação de Porto Belo

### EXTRATO DO CONVÊNIO Nº 012/2015

MUNICÍPIO DE PORTO BELO

EXTRATO DO CONVÊNIO Nº 012/2015

ESPÉCIE: Convênio celebrado entre SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, com sede na Rua Leopoldo José Guerreiro, nº 183, Centro - Porto Belo – SC, neste ato representado por sua Secretária, Sra. Dóris Helena Serpa Ferreira e CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE, representado neste ato pela Coordenadora Geral, Sra. Lilian Mazurek Meyer, doravante denominados CONVENIENTE e a ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DO PEREQUÊ, doravante denominada apenas como CONVENIADA, com sede na Rua Emílio George, s/n, Bairro Perequê, neste Município, inscrita no CNPJ sob o nº 06.250.698/0001-80, neste ato representada pelo Sr. Claudenir Gubertt, Presidente.

OBJETO: O repasse de valores para a realização do projeto aprovado pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente em Assembléia Extraordinária realizada no dia 06/07/2015, conforme Resolução nº 021/2015, a saber: Educação em Cidadania – Sexualidade na Adolescência.

VALOR: Para execução do objeto deste convênio será repassado à CONVENIADA o valor total de R\$ 16.800,00 (dezesesseis mil e oitocentos reais), a ser pago conforme cronograma, cujo montante será depositado em conta própria.

DATA DA ASSINATURA: 21 de agosto de 2015.

Dóris Helena Serpa Ferreira

Secretária de Educação de Porto Belo

### EXTRATO DO CONVÊNIO Nº 014/2015

MUNICÍPIO DE PORTO BELO

EXTRATO DO CONVÊNIO Nº 014/2015

ESPÉCIE: Convênio celebrado entre SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, com sede na Rua Leopoldo José Guerreiro, nº 183, Centro - Porto Belo – SC, neste ato representado por sua Secretária, Sra. Dóris Helena Serpa Ferreira e CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE, representado neste ato pela Coordenadora Geral, Sra. Lilian Mazurek Meyer, doravante denominados CONVENIENTE e a ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DO PEREQUÊ, doravante denominada apenas como CONVENIADA, com sede na Rua Emílio George, s/n, Bairro Perequê, neste Município, inscrita no CNPJ sob o nº 06.250.698/0001-80, neste ato representada pelo Sr. Claudenir Gubertt, Presidente.

OBJETO: O repasse de valores para a realização do projeto aprovado pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente em Assembléia Extraordinária realizada no dia 06/07/2015, conforme Resolução nº 021/2015, a saber: La Clínica na Comunidade.

VALOR: Para execução do objeto deste convênio será repassado à CONVENIADA o valor total de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), a ser pago de forma parcelada, conforme cronograma.

DATA DA ASSINATURA: 21 de agosto de 2015.

Dóris Helena Serpa Ferreira

Secretária de Educação de Porto Belo

# Porto União

## PREFEITURA

### EXTRATO DE CONTRATO 039/2015 - SAÚDE

Município de Porto União  
Estado de Santa Catarina  
Extrato de Contrato 039/2015 - SAÚDE  
Partes: Município de Porto União e RBS Zero Hora Editora Jornalística S.A.  
Objeto: Contratação de jornal de grande circulação estadual – com abrangência no Estado de Santa Catarina – para publicação dos atos oficiais da Secretaria Municipal de Saúde  
Valor Total: R\$ 153.600,00 (cento e cinquenta e três mil e seiscentos reais)  
Vigência: 24 (vinte e quatro) meses.  
Base legal: Pregão Presencial 026/2015 - SAÚDE, Lei 8.666/93.  
Porto União SC, 07 de agosto de 2015.  
Anízio de Souza.  
Prefeito Municipal  
RBS Zero Hora Editora Jornalística S.A.  
Contratada

### EXTRATO DE EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL 075/2015 - PREFEITURA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
Processo Licitatório 129/2015 - PREFEITURA  
Extrato de Edital de Pregão Presencial 075/2015

O Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições, torna público que fará realizar processo licitatório na modalidade de Pregão, com adjudicação por lote, do tipo presencial, para aquisição de Telhas Portuguesas e Cumeeiras para reforma dos abrigos de passageiros do Município de Porto União. O recebimento dos envelopes se dará até as 14h00min do dia 15 de setembro de 2015 na Prefeitura Municipal, com início da sessão pública às 14h15min, no mesmo local e dia. O Edital e Arquivos encontram-se disponíveis no site da Prefeitura Municipal de Porto União [www.portouniao.sc.gov.br](http://www.portouniao.sc.gov.br). Maiores informações podem ser retiradas na Rua Padre Anchieta, 126, e-mail [licitateportouniao@yahoo.com.br](mailto:licitateportouniao@yahoo.com.br), [licitacao@portouniao.sc.gov.br](mailto:licitacao@portouniao.sc.gov.br) e fone (42) 3523-1155.  
Porto União - SC, 25 de agosto de 2015.  
Anízio de Souza  
Prefeito Municipal

### RETIFICAÇÃO DE EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL 032/2015 - SAÚDE

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
RETIFICAÇÃO REFERENTE PROCESSO LICITATORIO 048/2015 - SAÚDE  
PREGÃO PRESENCIAL 032/2015  
O Prefeito Municipal no uso de suas atribuições torna pública a Retificação ao Edital do processo licitatório anteriormente citado, onde houve alteração na redação do item 04 (quatro) do Objeto do Edital. As datas anteriormente publicadas permanecem inalteradas.  
As demais informações permanecem inalteradas.  
Porto União SC, 25 de agosto de 2015.  
Anízio de Souza  
Prefeito Municipal

### RETIFICAÇÃO DE EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL 038/2015 - SAÚDE

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
RETIFICAÇÃO REFERENTE PROCESSO LICITATORIO 056/2015 - SAÚDE  
PREGÃO PRESENCIAL 038/2015  
O Prefeito Municipal no uso de suas atribuições torna pública a Retificação ao Edital do processo licitatório anteriormente citado, onde devido a alterações ocorridas no objeto do Edital, alteram-se as datas publicadas. A data limite de recebimento será até dia 16 de setembro de 2015 às 14h00min, com início da sessão pública às 14h15min do mesmo dia.  
As demais informações permanecem inalteradas.  
Porto União SC, 25 de agosto de 2015.  
Anízio de Souza  
Prefeito Municipal

### TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PREGÃO PRESENCIAL 026/2015 - SAÚDE

Município de Porto União  
Estado de Santa Catarina  
Processo Licitatório 037/2015 – SAÚDE  
Pregão Presencial 026/2015  
Termo de Homologação  
Homologo o aludido processo licitatório e adjudico a empresa RBS Zero Hora Editora Jornalística S.A.  
Porto União SC, 07 de agosto de 2015.  
Anízio de Souza  
Prefeito Municipal

### TERMO DE REVOGAÇÃO DE PREGÃO PRESENCIAL 002/2015 - AMASPU

Município de Porto União  
Estado de Santa Catarina  
Processo Licitatório 006/2015 - AMASPU  
Pregão Presencial 02/2015  
Termo de Revogação  
Revoga-se o aludido processo superior, com base no artigo 49 da Lei 8.666/93, tendo em vista o cancelamento da mesma.  
Porto União SC, 26 de agosto de 2015.  
Anízio de Souza  
Prefeito Municipal

# Presidente Castello Branco

## PREFEITURA

### ALTERAÇÃO AO CONTRATO Nº 96/2014

EXTRATO DE ALTERAÇÃO AO  
CONTRATO Nº 96/2014

CONTRATAN- TE:	MUNICÍPIO DE PRESIDENTE CASTELLO BRANCO/SC
CONTRATADO:	JANDIR MARIO DALLEGRAVE ME
ALTERAÇÃO:	Conforme segue em anexo "contrato social" da empresa prestadora de serviços técnicos na área de Medicina do Trabalho e Saúde Ocupacional, a empresa JANDIR MARIO DALLEGRAVE ME, pela alteração contratual da sociedade, altera seu nome empresarial para PRO-VIDA SEGURANÇA DO TRABALHO LTDA - ME, desde 25 de julho de 2014.
DATA:	25/08/2015.

### PROCESSO LICITATÓRIO Nº 50/2015

EDITAL DE PROCESSO LICITATÓRIO Nº 50/2015  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 32/2015

#### E X T R A T O

O Município de Presidente Castello Branco, Estado de Santa Catarina, com base na Lei nº 10.520/02 e da Lei nº 8.666/93 e suas atualizações e Decreto nº 5.450/05, leva ao conhecimento de quem possa interessar que fará realizar PREGÃO ELETRÔNICO, no dia 11 de setembro de 2015, às 13h45min (treze horas e quarenta e cinco minutos), através do site [www.cidadecompras.com.br](http://www.cidadecompras.com.br) que tem como objeto a aquisição de máquinas e equipamentos agrícolas, referente a kit de fenação e colhedora de forragens, atendendo ao Contrato de Repasse nº 804806/2014/Mistério do Desenvolvimento Agrário/Caixa, celebrado entre a União Federal, por intermédio do Ministério do Desenvolvimento Agrário, representado pela Caixa Econômica Federal e o Município de Presidente Castello Branco (SC), objetivando a execução de ações relativas ao MDA PRONAT, contendo no Anexo I do presente Edital especificações de cada lote e preços máximos admitidos. O Município fornecerá por intermédio da Secretaria Municipal de Administração, Planejamento e Finanças, das 07:30 horas às 11:30 horas e das 13:00 horas às 17:00 horas, qualquer informação e/ou esclarecimento referente a presente licitação, inclusive através do fone/fax (0xx) 49 3457-1122.

A íntegra do presente Edital poderá ser obtido no site: [www.castellobranco.sc.gov.br](http://www.castellobranco.sc.gov.br).

PRESIDENTE CASTELLO BRANCO/SC, 25 DE AGOSTO DE 2015.

Claudio Sartori  
Prefeito Municipal

### QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 121/2013

EXTRATO DO QUARTO TERMO ADITIVO AO  
CONTRATO Nº 121/2013

CONTRATAN- TE:	MUNICÍPIO DE PRESIDENTE CASTELLO BRANCO/SC
CONTRATADO:	OUROLUZ PRODUTOS E SOLUÇÕES ELÉTRICAS LTDA EPP
OBJETO:	Contratação de serviço mensal especializado de manutenção de iluminação pública, no perímetro urbano e rural do município de Presidente Castello Branco/SC, com disponibilização de equipe completa, 24 horas por dia, nos sete dias semanais, com veículo equipado com cesto aéreo, escada giratória, conforme norma reguladora da CELESC (Centrais Elétricas de Santa Catarina) e aquisição de materiais para a execução dos devidos serviços. O presente Termo Aditivo tem o objetivo de aumentar a quantidade do item 25, mão-de-obra especializada.
VALOR:	Em razão do acréscimo nas horas de mão de obra fixado acima, cláusula segunda, o valor do contrato original ora aditivado passa de R\$ 41.869,00 (quarenta e um mil, oitocentos e sessenta e nove reais) para R\$ 45.094,00 (quarenta e cinco mil, noventa e quatro reais) diante da quantidade acrescida.
VIGÊNCIA:	24/08/2015 a 31/12/2015.

Claudio Sartori  
Prefeito Municipal

# Presidente Nereu

## PREFEITURA

### **ERRA DE CREDENCIAMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR 37/2015**

#### **ERRATA À INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO**

Chamada Pública n.º 37/2015

Onde se lê: que está realizando Credenciamento desde o dia 20/08/2015 para aquisição de gêneros alimentícios da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural destinado ao atendimento do Programa Nacional de Alimentação Escolar/PNAE Lei nº11.947/2009.

Lê-se que está realizando Credenciamento desde o dia 20/08/2015 para aquisição de gêneros alimentícios "sem agrotóxicos" da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural destinado ao atendimento do Programa Nacional de Alimentação Escolar/PNAE Lei nº11.947/2009. Maiores Informações: pelo fone/fax (0xx47) 3362-1108, site [www.presidentenereu.sc.gov.br](http://www.presidentenereu.sc.gov.br), link licitações.

Presidente Nereu, 25 de agosto de 2015.

ANTONIO FRANCISCO COMANDOLI, Prefeito Municipal

#### **INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO**

Chamada Pública n.º 37/2015

O Município de Presidente Nereu, pessoa jurídica de direito público, com sede à Praça Leão Dehon, n.º 50, inscrita no CNPJ sob n.º 83.102.699/0001-28, representada neste ato pelo Prefeito Municipal, o Senhor ANTONIO FRANCISCO COMANDOLI, no uso de suas prerrogativas legais e considerando o disposto no art. 21, da Resolução/CD/FNDE nº 38, de 17/06/2009, torna público para conhecimento dos interessados, que está realizando Credenciamento desde o dia 20/08/2015 para aquisição de gêneros alimentícios da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural destinado ao atendimento do Programa Nacional de Alimentação Escolar/PNAE Lei nº11.947/2009, durante o período de 20/08/2015 até 08/12/2015, com finalidade de apresentar Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios e habilitação dos fornecedores. A retirada do edital poderá ser de segunda a sexta-feira das 08:00 hs às 12:00 hs e das 14:00 hs às 17:00 horas com Departamento de Compras e Licitação da Prefeitura Municipal. Maiores Informações: pelo fone/fax (0xx47) 3362-1108, site [www.presidentenereu.sc.gov.br](http://www.presidentenereu.sc.gov.br), link licitações.

Presidente Nereu, 14 de agosto de 2015.

ANTONIO FRANCISCO COMANDOLI, Prefeito Municipal

#### **EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA N.º 37/2015.**

O município de PRESIDENTE NEREU, pessoa jurídica de direito público, com sede à Praça Leão Dehon, n.º 50, inscrita no CNPJ sob n.º 83.102.699/0001-28, representada neste ato pelo Prefeito Municipal, o Senhor ANTONIO FRANCISCO COMANDOLI, no uso de suas prerrogativas legais e considerando o disposto no art. 21, da Resolução/CD/FNDE nº 38, de 16/07/2009, torna público para conhecimento dos interessados, que está realizando aquisição de gêneros alimentícios da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural destinado ao atendimento do Programa Nacional de Alimentação Escolar/PNAE, Prefeitura Municipal Presidente Nereu-SC, durante o período de 01/09/2015 a 08/12/2015, com finalidade de apresentar Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar para Alimentação Escolar e habilitação dos fornecedores para:

O Credenciamento desde o dia 20/08/2015 para aquisição de gêneros alimentícios "sem Agrotóxicos da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural destinado ao atendimento do Programa Nacional de Alimentação Escolar/PNAE Lei nº11.947/2009, O intuito do credenciamento é de classificar propostas e não desclassificar, desde que os interessados atendam as exigência do edital.

#### **1 - DA HABILITAÇÃO**

O credenciamento fica aberto a partir do dia 20/08/2015 até 08/12/2015.

Para o processo de habilitação os fornecedores da Agricultura Familiar deverão entregar as Entidades Executoras os documentos prescritos nos - 2º e - 3º, do art. 22 da Resolução/CD/FNDE nº 38, de 16/07/2009.

##### **1.1. Os Grupos Informais de Agricultores Familiares deverão entregar:**

- Prova de inscrição no Cadastro de Pessoa Física (CPF);
- Cópia da Declaração de Aptidão ao PRONAF - DAP principal, ou extrato da DAP, de cada Agricultor Familiar participante;
- Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar para Alimentação Escolar, elaborado conjuntamente entre o Grupo Informal e a Entidade Articuladora e assinado por todos os Agricultores Familiares participantes;
- prova de atendimento de requisitos previstos em lei específica, quando for o caso.

##### **1.2. Os Grupos Formais da Agricultura Familiar e de Empreendedores Familiares Rurais constituídos em Cooperativas e Associações deverão entregar:**

- Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);
- Cópia da Declaração de Aptidão ao PRONAF - DAP Jurídica para associações e cooperativas;
- Cópias das certidões negativas junto ao INSS, FGTS, Receita Federal e Dívida Ativa da União;
- Cópias do estatuto e ata de posse da atual diretoria da entidade registrada na Junta Comercial, no caso de cooperativas, ou Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas, no caso de associações. No caso de empreendimentos familiares, deverá ser apresentada cópia do Contrato Social, registrado em Cartório de Registro Civil de Pessoa Jurídica;
- Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar para Alimentação Escolar;
- Prova de atendimento de requisitos previstos em lei especial, quando for o caso.

g) Certificado de Órgão controlador de que os produtos ofertados não tem a presença de Agrotóxico.

2. O limite individual de venda do Agricultor Familiar e do Empreendedor Familiar Rural para a alimentação escolar deverá respeitar o valor máximo de R\$ 9.000,00 (nove mil reais), por DAP por ano, conforme disciplinado no art. 24 da Resolução CD/FNDE n.º 38, de 16/07/2009.

### 3 - DOS PRODUTOS

Gêneros alimentícios a serem adquiridos para alimentação escolar:

#### RELAÇÃO DOS ITENS.

ITENS QTDAD E UNID DESCRIÇÃO DO ITEM VALOR TOTAL

1	130,00	KG	BATATA DOCE	391,3000
2	165,00	KG	REPOLHO	537,9000
3	145,00	UN	ALFACE	363,9500
4	28,00	KG	COUVE FLOR CABEÇA GRANDE, NÃO MURCHO	117,6000
5	60,00	KG	ABOBRINHA DE BOA QUALIDADE	149,4000
6	22,00	MAÇO	ESPINAFRE FRESCO.	55,4400
7	180,00	KG	FEIJAO PRETO	1.132,2000
8	870,00	KG	LARANJA	2.966,7000
9	32,00	MAÇO	NABO	63,6800
10	77,00	KG	CHUCHU	264,1100
11	8,00	KG	ALHO	160,0000
12	14,00	MAÇO	COUVE FOLHA	84,1400
13	100,00	KG	BATATA SALSA	450,0000

4. As amostras dos produtos deverão ser entregues até dois dias antes do início de entrega dos produtos, até as 17 hs, no Depósito Central de Alimentação Escolar, maiores informações na sede da Secretaria Municipal de Educação, no mesmo endereço da Prefeitura Municipal de Presidente Nereu/SC, pelos telefones (47) 33621108, no horário das 12:30 às 17:30 horas. A não apresentação das amostras e a má qualidade implicará na desclassificação do interessado. As especificações e as quantidades dos produtos estarão disponíveis nas Secretarias de Educação.

### 6 - DA HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

O julgamento do processo será submetido à homologação da Comissão de Licitação, a qual o prefeito do Município adjudicará o objeto.

### 7 - DA REVOGAÇÃO E ANULAÇÃO

O Prefeito Municipal, a qualquer tempo, em despacho fundamentado, poderá revogar o presente processo no todo ou em parte, por razões de interesse público, e deverá anulá-lo por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, sem obrigação de indenizar.

### 8 - DOS RECURSOS

Dos atos praticados no curso do procedimento caberá recurso, nos termos da Lei nº 8666/93. As impugnações e recursos deverão ser formulados nos prazos e na forma disposto em lei. As impugnações contra este edital deverão ser entregues diretamente na Secretaria Municipal de Educação de Presidente Nereu (endereço indicado no preâmbulo), nos dias úteis, das 12:30 às 17:30 horas. Os recursos contra os atos de habilitação ou de julgamento deverão ser entregues no mesmo local. Não serão admitidos recursos ou impugnações por e-mail.

### 9 - DO CONTRATO

13.1 - O Contrato terá vigência da data de sua assinatura com validade em consonância com os respectivos créditos orçamentários.

13.2 - O não cumprimento dos prazos estabelecidos na entrega, e demais procedimentos necessários para a execução do objeto, sujeitará a contratada à pena de multa, sem prejuízo de outras sanções previstas em lei.

13.3 - Os preços contratuais, expressos em real, somente serão reajustados, nas bases determinadas pelo Governo Federal, segundo condições estipuladas no Contrato a ser firmado com o Município.- Prefeitura de Presidente Nereu;

### 10 - DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

14.1 - Os pagamentos serão efetuados mensalmente, mediante apresentação de boletins contendo o controle de entrega, assinado pelo responsável por receber os produtos entregues no mês anterior e deverá ser apresentado até o terceiro dia útil do mês subsequente ao vencido, junto à SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO. Após análise e aprovação do faturamento a CONTRATADA deverá emitir a respectiva Nota Fiscal/Fatura, conforme solicitação, até o último dia útil do mês, solicitação esta que deverá ser atestada e aprovada pelo representante da SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO designado para o acompanhamento dos procedimentos.

14.2 - A realização de pagamentos não isentará a CONTRATADA das responsabilidades contratuais, nem implicará na aceitação e aprovação dos produtos.

### 11 - DAS PENALIDADES



a) A contratada que descumprir as obrigações estabelecidas neste Edital ficará sujeita às seguintes penalidades, garantida ampla defesa, mediante comunicado oficial:

- 1) Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor atualizado do contrato, por sua inexecução parcial;
- 2) Suspensão do contrato de prestação de serviços.
- 3) Suspensão de participação em licitações promovidas pela PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE NEREU, por prazo não superior a dois anos.
- 4) Declaração de inidoneidade para participar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinados da punição, ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade.
- 5) Considerando o que for apurado em processo regular, a gravidade da infração e das consequências dela resultantes, as multas poderão ser reduzidas, relevadas ou substituídas por outras sanções que forem adequadas, observado o princípio da razoabilidade e o interesse público.

## 12 - DAS OBRIGAÇÕES DA EMPRESA CONTRATADA

Para o cumprimento do objeto a CONTRATADA se obriga a:

- a) Arcar com todas as despesas necessárias para a entrega dos objetos, tais como: mão-de-obra, pagamento de seguros, tributos, impostos, taxas e demais obrigações vinculadas à legislação;
- b) manter durante o prazo de execução do contrato as exigências de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

13 - DA ENTREGA DOS PRODUTOS Os gêneros alimentícios deverão ser entregues no Deposito de Merenda da Prefeitura Municipal situado à Praça Leão Dehon, n.º50, nos dias e horários a ser definido pela Secretaria Municipal de Educação de Presidente Nereu.

A aquisição dos gêneros alimentícios será formalizada através de um Contrato de Aquisição de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar para Alimentação Escolar.

Presidente Nereu, 24 de agosto de 2015.

ANTONIO FRANCISCO COMANDOLI  
Prefeito Municipal

VALDEMAR PETRI  
Sec. Mun. de Educação e Cultura.

# Rio do Sul

## PREFEITURA

**DECRETO Nº 4834, DE 21 DE JULHO DE 2015**

DECRETO Nº 4834, de 21 de julho 2015.

"NOMEIA ANA MARIA DE OLIVEIRA"

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, previstas no inciso X, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município, bem como instituída na Lei Complementar nº 207 e 208, de 28/10/2010,

DECRETA:

Art.1º - Nomear ANA MARIA DE OLIVEIRA, para a partir de 03/08/2015, exercer o cargo em comissão de Chefe Divisão Programa Extra Curricular da Escola Modelo, nos termos do - 6º, do Art. 55º, da Lei Complementar nº 207 de 28/09/2010 e do Art. 11, da Lei Complementar nº 208 de 28/09/2010, supracitadas.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.

21 de julho de 2015.

GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO

Prefeito do Município de Rio do Sul

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

**DECRETO Nº 4857, DE 17 DE AGOSTO DE 2015.**

DECRETO Nº 4857, de 17 de agosto 2015.

"NOMEIA NATASCHA FERNANDA KNEIDL"

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, previstas no inciso X, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município, bem como instituída na Lei Complementar nº 207 e 208, de 28/10/2010,

DECRETA:

Art.1º - Nomear NATASCHA FERNANDA KNEIDL, para a partir de 03/08/2015, exercer o cargo em comissão de Assistente do Gabinete, nos termos do - 6º, do Art. 55º, da Lei Complementar nº 207 de 28/09/2010 e do Art. 11, da Lei Complementar nº 208 de 28/09/2010, supracitadas.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.

17 de agosto de 2015.

GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO

Prefeito do Município de Rio do Sul

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

**DECRETO Nº 4858, DE 17 DE AGOSTO DE 2015.**

DECRETO Nº 4858 de 17 de agosto de 2015.

"HOMOLOGA RESULTADO DE PROCESSO LICITATÓRIO REPRESENTADO PELO TOMADA DE PREÇO Nº 067/2015."

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso da atribuição prevista no inciso VI do artigo 37 da Lei Orgânica do Município e daquelas previstas na Lei Federal nº 10.520/02.

DECRETA

Art. 1º- Fica homologado, de acordo com o parecer do Pregoeiro, nomeado pelo Decreto nº 4457/2014, o resultado da Tomada de Preço nº 067/2015, de 22.06.2015, cujo resumo está representado no anexo que integra o presente Decreto, ficando também autorizada a Divisão de Suprimentos a proceder a adjudicação em favor do licitante:

- VILSON VANSUITEN – ME.

Art. 2º- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º- Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.

17 de agosto de 2015.

GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO

Prefeito do Município de Rio do Sul.

ANEXO AO DECRETO Nº 4858/2015

Tomada de Preço nº 067/2015, de 22.06.2015.

Objeto da licitação: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS E MATERIAIS PARA REFORMA NO PAVIMENTO SUPERIOR, DO QUARTEL DO CORPO DE BOMBEIROS DE RIO DO SUL. FUNREBOM  
Participantes:

- CONSTRUTORA F&F LTDA;
- CONSTRUTORA GUTJAHR LTDA;
- DOC COMÉRCIO E CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA –ME;
- CONSTRULACER COM. E CONSTR. LACERDOÓPOLIS LTDA;
- VILSON VANSUITEN;
- EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA VOSS LTDA.

Decisão: Pelo critério menor preço global, a Comissão Permanente de Licitações declarou vencedor o licitante:

- VILSON VANSUITEN – ME.

**DECRETO Nº 4863, DE 17 DE AGOSTO DE 2015.**

DECRETO Nº 4863, de 17 de agosto de 2015.

"CONCEDE APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO AO Sr. GILMAR BLEMER"

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, usando das prerrogativas previstas no inciso VI, do Art. 37 da Lei Orgânica do Município e de conformidade com o disposto no artigo 240 da Lei Complementar nº 207 de 28/09/2010, letra "c" inciso I do artigo 3º e seguintes da Lei Complementar nº 073/01 de 20/11/2001, letra "c" inciso I do Artigo 19 e seguintes do Decreto nº 119/02 de 21/03/2002 e artigo 6º inciso I a IV da Emenda Constitucional nº 41/2003.

DECRETA:

Art. 1º - Fica concedida aposentadoria voluntária por tempo de contribuição ao servidor público Sr. Gilmar Blemer, brasileiro, solteiro, Cédula de Identidade nº 396.525 e CPF nº 181.861.909-10, domiciliado e residente na Rua Euclides da Cunha, 115, Centro, em Rio do Sul - SC, no cargo de Agente Administrativo, nível E, classe 1 com proventos integrais com paridade a partir de 10 de Setembro de 2015.

Art. 2º - A aposentadoria foi concedida de conformidade com o disposto no artigo 240 da Lei Complementar nº 207 de 28/09/2010; letra "c" inciso I do artigo 3º e seguintes da Lei Complementar nº 073/01 de 20/11/2001; letra "c" inciso I do Artigo 19 e seguintes do Decreto nº 119/02 de 21/03/2002 e artigo 6º incisos I a IV da Emenda Constitucional nº 41/2003.

Art. 3º - A presente concessão é efetivada em caráter precário, haja vista a necessidade de registro e homologação no Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina – TCE.

Art. 4º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.

17 de agosto de 2015.

GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO

Prefeito do Município de Rio do Sul

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

**DECRETO Nº 4864, DE 17 DE AGOSTO DE 2015.**

DECRETO Nº 4864, de 17 de agosto de 2015.

"CONCEDE APOSENTADORIA POR INVALIDEZ AO Sr. VALDEMIRO POFFO"

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, usando das prerrogativas previstas no inciso VI, do Art. 37 da Lei Orgânica do Município e de conformidade com o disposto no artigo 240 da Lei Complementar nº 207 de 28/09/2010; letra "a", inciso I, do artigo 3º e seguintes da Lei Complementar nº 073/01 de 20/11/2001; letra "a", inciso I, do Artigo 19 e seguintes do Decreto nº 119/02 de 21/03/2002 e inciso I, - 1º do artigo 40 da Constituição Federal com redação determinada pela Emenda Constitucional 41/2003, de 19 de dezembro de 2003 c/c Emenda 70/2012

DECRETA:

Art. 1º - Fica concedida aposentadoria por invalidez ao servidor Sr. Valdemiro Poffo, brasileiro, casado portador da Cédula de Identidade nº 416.511 e CPF nº 292.474.119-04, matrícula nº 79448, domiciliado e residente na Rua Prefeito Raulino João Rosar, 30, Bairro Jardim América, em Rio do Sul – SC, no cargo de Professor, nível 4/D, com proventos integrais e paridade, a partir de 01 de Setembro de 2015.

Art. 2º - A presente concessão é efetivada em caráter precário, haja vista a necessidade de registro e homologação no Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina – TCE.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.

17 de agosto de 2015.

GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO

Prefeito do Município de Rio do Sul

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

**DECRETO Nº 4865, DE 17 DE AGOSTO DE 2015.**

DECRETO Nº 4865, de 17 de agosto de 2015.

"CONCEDE APOSENTADORIA POR INVALIDEZ AO Sr. JOÃO LÁZARO GOEDERT"

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, O Prefeito Municipal de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, usando das prerrogativas previstas no inciso VI, do Art. 37 da Lei Orgânica do Município e de conformidade com o disposto no artigo 240 da Lei Complementar nº 207 de 28/09/2010; letra "a", inciso I, do artigo 3º e seguintes da Lei Complementar nº 073/01 de 20/11/2001; letra "a", inciso I, do Artigo 19 e seguintes do Decreto nº 119/02 de 21/03/2002 e inciso I, - 1º do artigo 40 da Constituição Federal com redação determinada pela Emenda Constitucional 41/2003, de 19 de dezembro de 2003 c/c Emenda 70/2012.

DECRETA:

Art. 1º - Fica concedida aposentadoria por invalidez ao servidor Sr. João Lázaro Goedert, brasileiro, viúvo, cozinheiro, portador da Cédula de Identidade nº 2.499.277-1 e CPF nº 292.803.629-68, domiciliado e residente na Rua Vaticano, 618, Bairro Barragem, em Rio do Sul – SC, no cargo de Cozinheiro, nível B-1, com proventos proporcionais e paridade a partir de 01 de Setembro de 2015.

Art. 2º - A presente concessão é efetivada em caráter precário, haja vista a necessidade de registro e homologação no Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina – TCE.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.

17 de agosto de 2015

GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO

Prefeito do Município de Rio do Sul

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

**DECRETO Nº 4866, DE 17 DE AGOSTO DE 2015.**

DECRETO Nº 4866, de 17 de agosto de 2015.

"CONCEDE APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO – ESPECIAL DE MAGISTÉRIO A SRA. MARIA SALETE DA SILVA FIGUEIREDO"

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, usando das prerrogativas previstas no inciso VI, do Art. 37 da Lei Orgânica do Município e de conformidade com o disposto no artigo 240 da Lei Complementar nº 207 de 28/09/2010, artigo 4º - 1º e seguintes da Lei Complementar nº 073/01 de 20/11/2001, letra "c" inciso I do Artigo 19 e artigo 27 -- 1º e 2º do Decreto nº 119/02 de 21/03/2002 e art. 6º, incisos I a IV da Emenda Constitucional 41/2003 c/c - 5º do artigo 40 da Constituição Federal.

**DECRETA:**

Art. 1º - Fica concedida aposentadoria por tempo de contribuição – especial de magistério a Sra. Maria Salete da Silva Figueiredo, brasileira, casada, portadora da Cédula de Identidade nº 1.425.354, CPF nº 539.242.239-04, domiciliada e residente na Ladeira Fortaleza, 94, bairro Eugênio Schneider, em Rio do Sul em Rio do Sul – SC, no cargo de Professor, nível 3, classe C, com proventos integrais e paridade, a partir de 01 de Setembro de 2015.

Art. 2º - A presente concessão é efetivada em caráter precário, haja vista a necessidade de registro e homologação no Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina – TCE.

Art. 3º - A aposentadoria foi concedida de conformidade com o disposto no artigo 240 da Lei Complementar nº 207 de 28/09/2010, artigo 4º - 1º e seguintes da Lei Complementar nº 073/01 de 20/11/2001, letra "c" inciso I do Artigo 19 e artigo 27 -- 1º e 2º do Decreto nº 119/02 de 21/03/2002 e art. 6º, incisos I a IV da Emenda Constitucional 41/2003 c/c - 5º do artigo 40 da Constituição Federal.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

**GABINETE DO PREFEITO.**

17 de agosto de 2015

GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO

Prefeito do Município de Rio do Sul

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

**DECRETO Nº 4867, DE 17 DE AGOSTO DE 2015.**

DECRETO Nº 4867, de 17 de agosto de 2015.

"CONCEDE PENSÃO A SRA. MARLENE VARGAS"

O Prefeito de Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, usando das prerrogativas previstas no inciso VI, do Art. 37 da Lei Orgânica do Município e de conformidade com o disposto no artigo 260 da Lei Complementar nº 207 de 28/09/2010, artigo 20 e seguintes da Lei Complementar nº 073/01 de 20/11/2001, letra "a" inciso II do Artigo 19 e seguintes do Decreto nº 119/02 de 21/03/2002 c/c artigo 40 - 7º, inciso II da CF de 1988.

**DECRETA:**

Art. 1º - Fica concedido a partir de 06 de Junho de 2015, pensão por morte à Sra. Marlene Vargas, brasileira, portadora da Cédula de Identidade nº 1.670.490, CPF nº 509.120.709-00, domiciliada e residente na rua São Bento, 1.433, Bairro Progresso, em Rio do Sul - SC, na qualidade de companheira, em virtude do falecimento

do Sr. Osni dos Santos servidor público municipal ativo, ocupante do cargo de Motorista de Caminhão, masculino, nível E-1.

Art. 2º - Em conformidade com o Art. 40, - 7º, inciso II da CF/88 com a redação dada pela EC. nº 41/2003, a pensão corresponderá a totalidade da remuneração do servidor falecido em 06/06/2015.

Art. 4º- Os proventos da pensão serão revistos pelo índice e na data do reajuste dos benefícios vinculados ao Regime Geral da Previdência Social

Art. 5º- A presente concessão é efetivada em caráter precário, haja vista a necessidade de registro e homologação no Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina – TCE.

Art. 6º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º - Revogam-se as disposições em contrário.

**GABINETE DO PREFEITO.**

17 de agosto de 2015

GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO

Prefeito de Município de Rio do Sul

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

**DECRETO Nº 4868, DE 17 DE AGOSTO DE 2015.**

DECRETO Nº 4868, de 17 de agosto de 2015.

"CONCEDE APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO – ESPECIAL DE MAGISTÉRIO A SRA. TANIA MARIA GARCIA"

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, usando das prerrogativas previstas no inciso VI, do Art. 37 da Lei Orgânica do Município e de conformidade com o disposto no artigo 240 da Lei Complementar nº 207 de 28/09/2010, artigo 4º - 1º e seguintes da Lei Complementar nº 073/01 de 20/11/2001, letra "c" inciso I do Artigo 19 e artigo 27 -- 1º e 2º do Decreto nº 119/02 de 21/03/2002 e art. 6º, incisos I a IV da Emenda Constitucional 41/2003 c/c - 5º do artigo 40 da Constituição Federal.

**DECRETA:**

Art. 1º - Fica concedida aposentadoria por tempo de contribuição – especial de magistério a Sra. Tania Maria Garcia, brasileira, casada, portadora da Cédula de Identidade nº 1.225.155, CPF nº 434.374.609-78, domiciliada e residente na Rua Expedicionário Giuseppe Valle, 85, Bairro Canto Galo, em Rio do Sul – SC, no cargo de Professor, nível 3, classe D, com proventos integrais e paridade, a partir de 01 de Setembro de 2015.

Art. 2º - A presente concessão é efetivada em caráter precário, haja vista a necessidade de registro e homologação no Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina – TCE.

Art. 3º - A aposentadoria foi concedida de conformidade com o disposto no artigo 240 da Lei Complementar nº 207 de 28/09/2010, artigo 4º - 1º e seguintes da Lei Complementar nº 073/01 de 20/11/2001, letra "c" inciso I do Artigo 19 e artigo 27 -- 1º e 2º do Decreto nº 119/02 de 21/03/2002 e art. 6º, incisos I a IV da Emenda Constitucional 41/2003 c/c - 5º do artigo 40 da Constituição Federal.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.  
17 de agosto de 2015.  
GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO  
Prefeito do Município de Rio do Sul

GIVANILDO SILVA  
Secretário Municipal de Administração

### **DECRETO Nº 4869, DE 19 DE AGOSTO DE 2015.**

DECRETO Nº 4869, de 19 de agosto 2015.

"NOMEIA ANTONIO CARLOS DE OLIVEIRA STRAMOSK"

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, previstas no inciso X, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município, bem como instituída na Lei Complementar nº 207 e 208, de 28/10/2010,

DECRETA:

Art.1º - Nomear ANTONIO CARLOS DE OLIVEIRA STRAMOSK, para a partir de 17/08/2015, exercer o cargo em comissão de Chefe Divisão Estação de Resíduos Sólidos, nos termos do - 6º, do Art. 55º, da Lei Complementar nº 207 de 28/09/2010 e do Art. 11, da Lei Complementar nº 208 de 28/09/2010, supracitadas.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.  
19 de agosto de 2015.  
GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO  
Prefeito do Município de Rio do Sul

GIVANILDO SILVA  
Secretário Municipal de Administração

### **DECRETO Nº 4871, DE 20 DE AGOSTO DE 2015.**

DECRETO Nº 4871, de 20 de agosto de 2015.

"ALTERA O DECRETO Nº 4574, DE 04 DE MARÇO DE 2015, QUE DISPÕE SOBRE A LOTAÇÃO, CARGOS COM RESPECTIVO NÚMERO DE VAGAS, NÍVEL DE VENCIMENTO, JORNADA DE TRABALHO E GRUPO OCUPACIONAL DOS SERVIDORES EFETIVOS QUE INTEGRAM A ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL."

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina em exercício, no uso das atribuições legais previstas no inciso VI do artigo 37 da Lei Orgânica do Município, e com fundamento ao disposto no parágrafo 3º do art.15, da Lei Complementar n. 208, de 28 de setembro de 2010, acrescentado pela Lei Complementar n. 243, de 29 de março de 2012,

DECRETA:

Art.1º - Fica alterada a lotação dos cargos com respectivo número de vagas, nível de vencimento, jornada de trabalho e grupo ocupacional dos servidores efetivos que integram a estrutura organizacional da Administração Direta e Indireta do Poder Executivo Municipal passando a vigorar na conformidade com o Anexo I que integra o presente Decreto.

Parágrafo único: A alteração do Decreto Nº 4574, de 04 de março de 2015, ocorre em face da:

I - Redistribuição de 01 (uma) vaga ocupada do cargo de Auxiliar Administrativo II (em extinção) do Gabinete do Prefeito para a Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos, ficando 01 (uma) vaga no Gabinete do Prefeito, 02 (duas) vagas na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário, em especial o Anexo I, que integra o Decreto nº 4574, de 04 de março de 2015.

### **DECRETO Nº 4870, DE 19 DE AGOSTO DE 2015.**

DECRETO Nº 4870, de 19 de agosto de 2015.

"NOMEIA MEMBRO PARA COMPOR A COMISSÃO PERMANENTE DE AVALIAÇÃO DOCUMENTAL DO SISTEMA DE ARQUIVOS DO MUNICÍPIO DE RIO DO SUL (SIARQ/RSL) E NOMEIA VICE-PRESIDENTE E SECRETÁRIO."

O Prefeito do Município de Rio do Sul, no uso das atribuições que lhe confere o inciso VI do artigo 37 da Lei Orgânica do Município, nos termos da Lei nº 2956/1994 e o Decreto nº 3452, de 19 de junho de 2013,

DECRETA:

Art 1º - Fica nomeado para compor a Comissão Permanente de Avaliação Documental (CPAD), de acordo com o artigo 3º do Decreto nº 3452, de 19 de junho de 2013, o seguinte membro:

h) Outros integrantes: Dinense Lucas de Souza.

- 1º - O Representante da Procuradoria Jurídica, Daniel Juppa da Silva, foi eleito vice-presidente da Comissão Permanente de Avaliação Documental (CPAD).

- 2º - Outro integrante, Dinense Lucas de Souza, foi eleito secretário da Comissão Permanente de Avaliação Documental (CPAD).

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.  
19 de agosto de 2015.  
GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO  
Prefeito do Município de Rio do Sul

GIVANILDO SILVA  
Secretário Municipal de Administração



GABINETE DO PREFEITO.  
20 de agosto de 2015.  
GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO  
Prefeito do Município de Rio do Sul

GIVANILDO SILVA  
Secretário Municipal de Administração

## ANEXO I

## LOTAÇÃO DOS SERVIDORES EFETIVOS

## a) Lotação Administração Direta

## I - Gabinete do Prefeito

Cargos	Vagas	Nível	Jornada	G. Ocup.
Agente Administrativo	8	E	40	GA
Agente de Defesa Civil	2	E	40	GA
Auditor Interno	1	H	40	GS
Auxiliar Administrativo I (em extinção)	5	C	40	GA
Auxiliar Administrativo II (em extinção)	1	D	40	GA
Auxiliar de Serviços Gerais Feminino	1	A	40	GO
Auxiliar de Serviços Gerais Masculino	1	A	40	GO
Engenheiro Civil	2	H	40	GS
Fiscal do PROCON	2	G	40	GS
Guarda Municipal	30	E	40	GO
Motorista de Caminhão	2	E	40	GO
Motorista de Veículo Leve	2	D	40	GO
Pedreiro	1	D	40	GO
Pintor	1	C	40	GO
Telefonista	2	C	36	GA

## II - Gabinete do Vice-Prefeito

Cargos	Vagas	Nível	Jornada	G. Ocup.
III - Procuradoria Jurídica				
Cargos	Vagas	Nível	Jornada	G. Ocup.
Advogado (em extinção)	1	H	20	GS
Advogado	7	H	20	GS
Agente Administrativo	7	E	40	GA

## IV - Secretaria Municipal de Administração

Cargos	Vagas	Nível	Jornada	G. Ocup.
Analista de Sistemas	3	H	40	GS
Agente Administrativo	19	E	40	GA
Assistente Social	2	H	40	GS
Auxiliar Administrativo I (em extinção)	5	C	40	GA
Auxiliar Administrativo II (em extinção)	5	D	40	GA
Auxiliar de Serviços Gerais Feminino	6	A	40	GO
Auxiliar de Serviços Gerais Masculino	2	A	40	GO
Coveiro	3	B	40	GO
Digitador (em extinção)	1	E	36	GA
Eletricista	1	D	40	GO
Médico Perito	1	H	20	GS
Motorista de Caminhão	1	E	40	GO



Motorista de Veículo Leve	2	D	40	GO
Programador (em extinção)	1	E	40	GA
Psicólogo	1	H	40	GS
Técnico em Enfermagem	1	F	40	GT
Técnico em Informática	2	F	40	GT
Técnico em Segurança no Trabalho	1	F	40	GT
Telefonista	2	C	36	GA
Vigia (em extinção)	11	B	40	GO
V - Secretaria Municipal de Fazenda				
Cargos	Vagas	Nível	Jornada	G. Ocup.
Arquivista	1	H	40	GS
Agente Administrativo	14	E	40	GA
Auxiliar Administrativo I (em extinção)	3	C	40	GA
Auxiliar Administrativo II (em extinção)	3	D	40	GA
Contador	2	H	40	GS
Fiscal de Tributos	12	G	40	GS
Fiscal de Obras (em extinção)	2	G	40	GS
Fiscal de Obras e Posturas	6	G	40	GS
Fiscal de Posturas (em extinção)	1	G	40	GS
VI - Secretaria Municipal de Saúde				
Cargos	Vagas	Nível	Jornada	G. Ocup.
Administrador	1	H	40	GS
Agente Administrativo	27	E	40	GA
Agente de Saúde (em extinção)	2	F	40	GA
Almoxarife (em extinção)	1	B	40	GA
Analista de Sistemas	1	H	40	GS
Assistente Social	2	H	40	GS
Auxiliar Administrativo I (em extinção)	11	C	40	GA
Auxiliar Administrativo II (em extinção)	4	D	40	GA
Auxiliar de Saúde Bucal	20	C	40	GO
Auxiliar de Enfermagem (em extinção)	36	D	40	GO
Auxiliar de Serviços Gerais Feminino	18	A	40	GO
Auxiliar de Serviços Gerais Masculino	5	A	40	GO
Carpinteiro	1	D	40	GO
Cirurgião Dentista	30	H	20	GS
Cirurgião Dentista (em extinção)	1	J	30	GS
Eletricista	1	D	40	GO
Enfermeiro	26	H	40	GS
Enfermeiro Obstétrico	2	H	40	GS
Farmacêutico	7	H	40	GS
Fiscal de Saúde Pública	4	G	40	GS
Fisioterapeuta	2	H	40	GS
Fonoaudiólogo	3	H	40	GS
Médico	14	H	20	GS
Médico (em extinção)	1	J	30	GS
Médico	13	K	40	GS
Médico Angiologista	1	H	20	GS
Médico Auditor	1	H	20	GS
Médico Autorizador	1	H	20	GS
Médico Cardiologista	2	H	20	GS
Médico Cirurgião Geral	2	H	20	GS
Médico Cirurgião Pediátrico	1	H	20	GS
Médico Dermatologista	1	H	20	GS

Médico Endocrinologista	1	H	20	GS
Médico Ginecologista/Obstetra	6	H	20	GS
Médico Neurologista	2	H	20	GS
Médico Pediatra	6	H	20	GS
Médico Pneumologista	1	H	20	GS
Médico Psiquiatra	2	H	20	GS
Médico Oftalmologista	3	H	20	GS
Médico Oncologista	1	H	20	GS
Médico Ortopedista	1	H	20	GS
Médico Otorrinolaringologista	2	H	20	GS
Médico Urologista	2	H	20	GS
Médico Veterinário	1	H	40	GS
Motorista de Caminhão	10	E	40	GO
Motorista de Veículo Leve	14	D	40	GO
Nutricionista	2	H	40	GS
Psicólogo	8	H	40	GS
Radiologista/Odontológico	3	H	20	GS
Recepcionista (em extinção)	1	B	40	GA
Técnico em Análises Clínicas	2	F	40	GT
Técnico em Enfermagem	57	F	40	GT
Técnico em Informática	2	F	40	GT
Técnico em Radiologia	2	F	20	GT

## VII - Secretaria Municipal de Educação

Cargos	Vagas	Nível	Jornada	G. Ocup.
Agente Administrativo	20	E	40	GA
Assistente Social	1	H	40	GS
Atendente de Educação Infantil (em extinção)	3	B	40	GA
Auxiliar Administrativo I (em extinção)	2	C	40	GA
Auxiliar de Serviços Gerais Feminino	112	A	40	GO
Auxiliar de Serviços Gerais Masculino	9	A	40	GO
Cozinheiro	40	B	40	GO
Engenheiro de Alimentos	1	H	40	GS
Fonoaudiólogo (em extinção)	1	G	30	GS
Fonoaudiólogo	4	H	40	GS
Instrutor de Trabalhos Manuais (em extinção)	2	B	20	GO
Motorista de Caminhão	10	E	40	GO
Motorista de veículo leve	4	D	40	GO
Nutricionista	3	H	40	GS
Professor I (em extinção)	4	B	40	GA
Psicólogo	2	H	40	GS
Psicopedagogo	1	H	40	GS
Técnico em Informática	1	F	40	GT

## VIII - Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Empreendedorismo

Cargos	Vagas	Nível	Jornada	G. Ocup.
Agente Administrativo	3	E	40	GA
Auxiliar Administrativo II (em extinção)	1	D	40	GA
Auxiliar de Serviços Gerais Feminino	2	A	40	GO
Auxiliar de Serviços Gerais Masculino	3	A	40	GO
Turismólogo	2	H	40	GS

## IX - Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação

Cargos	Vagas	Nível	Jornada	G. Ocup.
--------	-------	-------	---------	----------

Advogado	2	H	20	GS
Agente Administrativo	19	E	40	GA
Assistente Social	30	H	40	GS
Auxiliar Administrativo I (em extinção)	1	C	40	GA
Auxiliar de Serviços Gerais Feminino	12	A	40	GO
Auxiliar de Serviços Gerais Masculino	3	A	40	GO
Cozinheiro	1	B	40	GO
Educador Social	13	E	40	GA
Engenheiro Civil	1	H	40	GS
Psicólogo	17	H	40	GS
Psicopedagogo	3	H	40	GS
Motorista de Caminhão	2	E	40	GO
Motorista de Veículo Leve	6	D	40	GO
X - Secretaria Municipal de Agricultura				
Cargos	Vagas	Nível	Jornada	G. Ocup.
Agente Administrativo	2	E	40	GA
Auxiliar Administrativo I (em extinção)	1	C	40	GA
Auxiliar de Serviços Gerais Feminino	1	A	40	GO
Auxiliar de Serviços Gerais Masculino	3	A	40	GO
Engenheiro Agrônomo	2	H	40	GS
Médico Veterinário	2	H	40	GS
Motorista de Caminhão	1	E	40	GO
Operador de Equipamentos	8	E	40	GO
Técnico em Agropecuária	4	F	40	GT
XI - Secretaria Municipal de Planejamento, Urbanismo e Meio Ambiente				
Cargos	Vagas	Nível	Jornada	G. Ocup.
Agente Administrativo	8	E	40	GA
Arquiteto	4	H	40	GS
Auxiliar Administrativo I (em extinção)	1	C	40	GA
Auxiliar Administrativo II (em extinção)	2	D	40	GA
Auxiliar de Topografia	4	B	40	GO
Biólogo	1	H	40	GS
Desenhista	6	F	40	GT
Engenheiro Civil	6	H	40	GS
Engenheiro Florestal	1	H	40	GS
Engenheiro Sanitarista	1	H	40	GS
Fiscal de Meio Ambiente	2	G	40	GS
Fiscal de Serviço Público	4	G	40	GS
Motorista de Caminhão	1	E	40	GO
Topógrafo	2	F	40	GT
XII - Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos				
Cargos	Vagas	Nível	Jornada	G. Ocup.
Agente Administrativo	4	E	40	GA
Auxiliar Administrativo I (em extinção)	1	C	40	GA
Auxiliar Administrativo II (em extinção)	1	D	40	GA
Auxiliar de Serviços Gerais Feminino	15	A	40	GO
Auxiliar de Serviços Gerais Masculino	59	A	40	GO
Calceteiro	12	C	40	GO
Carpinteiro	6	D	40	GO

Detonador (em extinção)	1	B	40	GO
Engenheiro Civil	1	H	40	GS
Lubrificador	1	B	40	GO
Motorista de Caminhão	23	E	40	GO
Motorista de Veículo Leve	4	D	40	GO
Operador de Equipamentos	20	E	40	GO
Pedreiro	9	D	40	GO
Pintor	1	C	40	GO
b) Lotação Administração Indireta - Fundação Cultural				
Cargos	Vagas	Nível	Jornada	G. Ocup.
Agente Administrativo	5	E	40	GA
Auxiliar Administrativo I (em extinção)	4	C	40	GA
Auxiliar Administrativo II (em extinção)	5	D	40	GA
Auxiliar de Serviços Gerais Feminino	2	A	40	GO
Bibliotecário	1	H	40	GS
Motorista de Veículo Leve	2	D	40	GO
Telefonista	2	C	36	GA
c) Lotação Administração Indireta - Fundação Municipal de Desporto				
Cargos	Vagas	Nível	Jornada	G. Ocup.
Agente Administrativo	2	E	40	GA
Auxiliar Administrativo I (em extinção)	1	C	40	GA
Auxiliar Administrativo II (em extinção)	2	D	40	GA
Auxiliar de Serviços Gerais Feminino	4	A	40	GO
Auxiliar de Serviços Gerais Masculino	6	A	40	GO
Motorista de Caminhão	1	E	40	GO
Motorista de Veículo Leve	2	D	40	GO

**DECRETO Nº 4877, DE 24 DE AGOSTO DE 2015.**

DECRETO Nº 4877, de 24 de agosto de 2015.

"HOMOLOGA PROCESSO DE EDITAL DA CHAMADA PÚBLICA Nº 092/2015".

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, previstas no inciso VI, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município e com fundamento no da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores,

DECRETA:

Art.1º - Fica homologado o processo de Edital da Chamada Pública Nº 092/2015, de 31.07.2015.

Parágrafo único - Chamada Pública para Agricultura Familiar de gêneros alimentícios para atender o setor de merenda escolar. Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.

24 de agosto de 2014.

GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO

Prefeito do Município de Rio do Sul

REGINA GARCIA FERREIRA

Secretária Municipal de Educação

**EDITAL DE PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃOS Nº 004/2015**  
EDITAL DE PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃOS Nº 004/2015

CONSELHO MUNICIPAL DE CONTRIBUÍNTES - PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL/SC

Aos 21/08/2015, na Secretaria Geral, para publicação, foi apresentado o seguinte acórdão:

Recurso Ordinário nº 06/2014

Protocolo nº 146763/2014

Recorrente: KWIECIEN & PAMPLONA CLÍNICA E REABILITAÇÃO LTDA ME

Relator: Conselheiro Ronaldo Rocha

Redação do acórdão de acordo com - 1º do art 36 do Regimento

Interno: Cons Rodrigo de Souza

DECISÃO: Pela maioria dos votos dos conselheiros, dado provimento ao Recurso, anulando o Auto de Infração. .
--

EMENTA: PEDIDO DE BAIXA – NEGATIVA DE PROTOCOLO – RECURSO PROVIDO – A recusa por parte do município ao protocolo de “pedido de baixa de atividade” apresentado pela recorrente, não encontra amparo legal na IN 029/2004, e também fere direito legítimo assegurado pelo art. 5º, XXXIV da CF, não sendo condizente com os princípios que regem a Administração Pública. Apelo provido. Anulação de Auto de Infração.

Leonice Witte-Secretaria Geral do Conselho Municipal de Contribuintes

**PORTARIA Nº 0605/RH**

PORTARIA Nº. 0605/RH

GARIBALDI ANTONIO AYROSO, Prefeito Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

Art. 1º. Nomear, nos termos do Art. 13, da Lei Complementar nº 207 de 28/09/2010, SOLANGE APARECIDA DEMÉTRIO, para exercer o cargo de provimento efetivo de PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL, 40h, vinculado ao quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal de Rio do Sul, em razão da sua aprovação no Concurso Público n. 001/2015.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 11 de agosto de 2015.

GARIBALDI ANTONIO AYROSO

Prefeito Municipal

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

Dr

**Portaria Nº 0621/2015**

PORTARIA Nº. 0621/RH

GARIBALDI ANTONIO AYROSO, Prefeito Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

Art. 1º Designar, para a partir de 03/08/2015, a servidora WILMA-RA ADRIANA STADNIK BUBLITZ, ocupante do cargo de provimento efetivo Professor (40h), para atuar como Diretora de Unidade Educacional de “Pequeno Porte” da Rede Pública Municipal – Centro de Educação Infantil Navegantes. E pelo exercício da função, faz jus além da remuneração de seu cargo efetivo, a uma gratificação mensal no percentual de 30% do seu vencimento base, em cumprimento ao Art. 4º da Lei Complementar Nº 194/2009.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 18 de agosto de 2015.

GARIBALDI ANTONIO AYROSO

Prefeito Municipal

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

Vf

**Portaria Nº 0622/2015**

PORTARIA Nº. 0622/RH

GARIBALDI ANTONIO AYROSO, Prefeito Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

Art. 1º Nomear, a servidora JUSSARA MACHADO DE OLIVEIRA, matrícula nº 121770-3, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor, para a partir de 05/08/2015 exercer as atribuições do cargo de Chefe da Divisão de Programas Extra Curricular da Secretaria Municipal de Educação, com opção pela remuneração do cargo de provimento efetivo.

Art. 2º Conceder o percentual de 20% (vinte por cento) incidente sobre o valor da remuneração do cargo de Chefe da Divisão de Programas Extra Curricular da Secretaria Municipal de Educação, com fundamento no Art. 57 da Lei Complementar n.º 207 de 28/09/2010, em face da servidora optar pela remuneração do cargo efetivo de Professor, Nível III, Classe “A”.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 18 de agosto de 2015.

GARIBALDI ANTONIO AYROSO

Prefeito Municipal

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

Vf

**Portaria Nº 0628/2015**

PORTARIA N. 0628/RH

GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO, Prefeito Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

Art. 1º Designar, o servidor municipal SILVIO ANDRADE, ocupante do cargo de provimento efetivo de Motorista de Caminhão, para exercer as atribuições do cargo comissionado de Diretor da Defesa Civil – COMDEC do Gabinete do Prefeito, no período de 10/08/2015 a 29/08/2015, durante o impedimento do titular por motivo de Férias. Com opção pelo vencimento do cargo comissionado de Diretor da Defesa Civil – COMDEC, fundamentado no Art. 57 da Lei Complementar nº 207 de 28/09/2010 e do Art. 11 da Lei Complementar nº 208 de 28/09/2010.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 21 de agosto de 2015.

GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO

Prefeito de Rio do Sul

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

Vf

**Portaria Nº 0633/2015**

PORTARIA Nº. 0633/RH

GARIBALDI ANTONIO AYROSO, Prefeito do Município de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

Art..1º Exonera, a servidora SILVIA VIGNOLA, portadora do cargo de provimento efetivo de Professor, da função comissionada de Chefe da Divisão de Educação Infantil – 4 a 6 anos da Secretaria Municipal de Educação, sendo 24/08/2015 o último dia de atuação na função comissionada, com fundamento no - 6º, do Art. 55º, da Lei Complementar nº 207 de 28/09/2010 e - 2º, do Art. 11, da Lei Complementar nº 208 de 28/09/2010.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 21 de agosto de 2015.

GARIBALDI ANTONIO AYROSO

Prefeito Municipal

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

Vf

**Portaria Nº 0647/2015**

PORTARIA Nº. 0647/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3085, de 03 de janeiro de 2013,

**RESOLVE:**

Art. 1º. Conceder auxílio-funeral, para ADEMIR CUSTODIO ALBINO, (Protocolo 155106/2015), em virtude do falecimento ocorrido no dia 07/08/2015, da servidora pública municipal, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor (40h) – MARISA ALBINO,

conforme Certidão de óbito Nº 0017048 56, de acordo com o Art. 262, da Lei Complementar nº. 207/2010.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 25 de agosto de 2015.

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

Vf

**Portaria Nº 0648/2015**

PORTARIA Nº. 0648/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3085, de 03 de janeiro de 2013,

**RESOLVE:**

Art. 1º. Conceder auxílio-funeral, para ROMULO MATHEUS DE AVILA, (Protocolo 155102/2015), em virtude do falecimento ocorrido no dia 12/08/2015, do servidor público municipal, ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar Administrativo II (em extinção) – FARLEY DE AVILA, conforme Certidão de óbito Nº 0017059 34, de acordo com o Art. 262, da Lei Complementar nº. 207/2010.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 25 de agosto de 2015.

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

Vf

**Portaria Nº 0649/2015**

PORTARIA Nº. 0649/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3085, de 03 de janeiro de 2013,

**RESOLVE:**

Art..1º Conceder auxílio-natalidade, de acordo com o Art. 241, da Lei Complementar n.º 207 de 28/09/2010, à servidora DAIANE DE BRITO NEVES, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo, conforme certidão de nascimento n.º 0045282 08 da comarca e cartório de registro civil do município de Rio do Sul, onde encontra-se o assento de LUÍSA DE BRITO NEVES.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 25 de agosto de 2015.

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

Vf



**Portaria Nº 0650/2015**

PORTARIA Nº. 0650/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3085, de 03 de janeiro de 2013,

**RESOLVE:**

Art..1º Conceder auxílio-natalidade, de acordo com o Art. 241, da Lei Complementar n.º 207 de 28/09/2010, à servidora JOSEANY RODRIGUES, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor (40h), conforme certidão de nascimento n.º 0045405 79 da comarca e cartório de registro civil do município de Rio do Sul, onde encontra-se o assento de MELISSA RODRIGUES.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 25 de agosto de 2015.

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

Vf

**TERMO DE CONVOCAÇÃO - SOLANGE APARECIDA DEMÉTRIO****TERMO DE CONVOCAÇÃO**

Senhor(a) SOLANGE APARECIDA DEMÉTRIO, é com satisfação que procedemos a convocação de V. Sª., para que se apresente no Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, a fim de iniciar os procedimentos para a posse do cargo conquistado através do Concurso Público nº 001/2015, homologado através do Decreto nº 4797 de 07/07/2015 e suas retificações posteriores. (Cargo de PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL – 40 HORAS).

Salientamos que V. Sª foi nomeado (a) através da Portaria n. 0605/RH de 11/08/2015, publicada em 26/08/2015. Conforme - 1.º, do Art. 14, da Lei Complementar nº 207/2010, V. Sª deverá tomar posse do cargo no prazo máximo de trinta dias, a contar da data de publicação da portaria de nomeação.

**Considerações importantes:**

- 1) Toda a documentação deverá ser entregue no Departamento de Recursos Humanos para análise. Após analisada a documentação é que será agendado o exame admissional.
- 2) O candidato nomeado deverá providenciar os exames abaixo relacionados e tão logo os tenha em mãos, deverá entrar em contato com o Departamento de Recursos Humanos para agendar o Exame Admissional.
- 3) O candidato nomeado deverá se atentar ao prazo que possui para Tomar Posse (30 dias a contar da publicação da portaria de nomeação). Somente poderá tomar posse o candidato que estiver com a documentação e o exame admissional entregues e aprovados pelo Departamento de Recursos Humanos.

Exames a serem apresentados ao Médico Perito, para o exame admissional, custeados pelo candidato:

Nome do Cargo	Exames necessários
Professor Pedagogo	1. HEMOGRAMA COMPLETO; 2. GLICEMIA; 3. VDRL; 4. RX TORAX e DA COLUNA LOMBO-SACRA; 5. ECG (acima 40 anos); 6. CREATININA; 7. LAUDO DO PSIQUIATRA; 8. RX DE BACIA.

Rio do Sul, 25 de agosto de 2015.

Departamento de Recursos Humanos

Divisão Recrutamento e Seleção

Confirmação Recebimento (Assinatura):

**TERMO DE POSSE E EXERCÍCIO - DJANNA ZITA FONTANIVE****TERMO DE POSSE E EXERCÍCIO**

O Prefeito Municipal de Rio do Sul, Sr. Garibaldi Antônio Ayroso, em conformidade com o disposto no Art. 14, da Lei Complementar n.º 207, de 28/09/2010 e alterações posteriores e no uso da competência que lhe foi delegada pelo Art. 15, parágrafo 1º. Item "a", da Lei Complementar supra citada, EMPOSSA nesta data o (a) servidor(a) DJANNA ZITA FONTANIVE, nomeado (a) pela Portaria n. 0533/RH, de 20/07/2015, publicada no DOM na data de 24/07/2015, para exercer o cargo efetivo de Professor – Ensino Religioso, Nível IV, 40 horas semanais, habilitado (a) pelo Concurso Público n. 001/2015.

O (a) servidor(a) apresentou os documentos exigidos por Lei e prestou o compromisso de fielmente cumprir com os deveres e atribuições do cargo, bem como comprometeu-se a observar o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Rio do Sul, instituído pela Lei Complementar n. 207, de 28/09/2010 e alterações posteriores. Em conformidade com o disposto no Art. 16 da Lei Complementar supra citada, o (a) servidor (a) entrará em exercício em 24/08/2015. Nada mais havendo a constar, lavrou-se o presente Termo de Posse, que vai devidamente assinado pela autoridade competente e pelo empossado, juntamente com a Descrição do Cargo em anexo.

Rio do Sul, 24 de agosto de 2015.

Assinatura do (a) Empossado (a)

GARIBALDI ANTONIO AYROSO

Prefeito Municipal

**TERMO DE POSSE E EXERCÍCIO - ELANE CRISTINA CAMILO DE SOUZA****TERMO DE POSSE E EXERCÍCIO**

O Prefeito Municipal de Rio do Sul, Sr. Garibaldi Antônio Ayroso, em conformidade com o disposto no Art. 14, da Lei Complementar n.º 207, de 28/09/2010 e alterações posteriores e no uso da competência que lhe foi delegada pelo Art. 15, parágrafo 1º. Item "a", da Lei Complementar supra citada, EMPOSSA nesta data o (a) servidor(a) ELANE CRISTINA CAMILO DE SOUZA, nomeado (a) pela Portaria n. 0457/RH, de 07/07/2015, publicada no DOM na data de 09/07/2015, para exercer o cargo efetivo de Professor – Educação Infantil, Nível III, 40 horas semanais, habilitado (a) pelo Concurso Público n. 001/2015.

O (a) servidor(a) apresentou os documentos exigidos por Lei e prestou o compromisso de fielmente cumprir com os deveres e atribuições do cargo, bem como comprometeu-se a observar o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Rio do Sul, instituído pela Lei Complementar n. 207, de 28/09/2010 e alterações posteriores.

Em conformidade com o disposto no Art. 16 da Lei Complementar supra citada, o (a) servidor (a) entrará em exercício em 27/08/2015.

Nada mais havendo a constar, lavrou-se o presente Termo de Posse, que vai devidamente assinado pela autoridade competente e pelo empossado, juntamente com a Descrição do Cargo em anexo.

Rio do Sul, 24 de agosto de 2015.

Assinatura do (a) Empossado (a)

GARIBALDI ANTONIO AYROSO

Prefeito Municipal

**TERMO DE POSSE E EXERCÍCIO - SILVANA DA SILVA DOS SANTOS****TERMO DE POSSE E EXERCÍCIO**

O Prefeito Municipal de Rio do Sul, Sr. Garibaldi Antônio Ayroso, em conformidade com o disposto no Art. 14, da Lei Complementar n.º 207, de 28/09/2010 e alterações posteriores e no uso da competência que lhe foi delegada pelo Art. 15, parágrafo 1º. Item "a", da Lei Complementar supra citada, EMPOSSA nesta data o (a) servidor(a) SILVANA DA SILVA DOS SANTOS, nomeado (a) pela Portaria n. 0540/RH, de 20/07/2015, publicada no DOM na data de 24/07/2015, para exercer o cargo efetivo de Professor Informática, Nível III, 40 horas semanais, habilitado (a) pelo Concurso Público n. 001/2015.

O (a) servidor(a) apresentou os documentos exigidos por Lei e prestou o compromisso de fielmente cumprir com os deveres e atribuições do cargo, bem como comprometeu-se a observar o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Rio do Sul, instituído pela Lei Complementar n. 207, de 28/09/2010 e alterações posteriores.

Em conformidade com o disposto no Art. 16 da Lei Complementar supra citada, o (a) servidor (a) entrará em exercício em 01/09/2015.

Nada mais havendo a constar, lavrou-se o presente Termo de Posse, que vai devidamente assinado pela autoridade competente e pelo empossado, juntamente com a Descrição do Cargo em anexo.

Rio do Sul, 18 de agosto de 2015.

Assinatura do (a) Empossado (a)

GARIBALDI ANTONIO AYROSO

Prefeito Municipal

# Rio dos Cedros

## PREFEITURA

### **DECRETO Nº 2.712, DE 12 DE AGOSTO DE 2015. DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA PARA FINS DE DESAPROPRIAÇÃO AMIGÁVEL OU JUDICIAL, PARTE DO IMÓVEL URBANO, SITUADO DO LADO ÍMPAR DA RUA 1º DE MAIO DE PROPRIEDADE DE TARCISIO JOSÉ MOSER E ANILDA BUSARELLO MOSER.**

DECRETO Nº 2.712, DE 12 DE AGOSTO DE 2015.

DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA PARA FINS DE DESAPROPRIAÇÃO AMIGÁVEL OU JUDICIAL, PARTE DO IMÓVEL URBANO, SITUADO DO LADO ÍMPAR DA RUA 1º DE MAIO DE PROPRIEDADE DE TARCISIO JOSÉ MOSER e ANILDA BUSARELLO MOSER.

FERNANDO TOMASELLI, Prefeito Municipal de Rio dos Cedros, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 50, inciso XIII, c/c artigo 70, inciso I, alínea "d" e "n" da Lei Orgânica do Município, promulgada em 04 de abril de 1990, e com fundamento no inciso XXIV da Constituição Federal e nos artigos 2º, 5º, alínea "i", do Decreto Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, e suas alterações posteriores; e

Considerando, a necessidade de regularização da área de 115,00 m², para integrar o Beco Artur Pacher, cuja área já vem sendo utilizada como logradouro público de propriedade de TARCISIO JOSÉ MOSER e ANILDA BUSARELLO MOSER;

Considerando, que a desapropriação irá consolidar uma situação já existente, beneficiando os moradores e transeuntes que utilizam o referido Beco, tratando-se portanto de um caso de utilidade pública;

Considerando, ainda a necessidade de regularização do Beco já existente e não regularizada junto ao 1º Ofício do Registro de Imóveis desta Comarca em obediência a Lei nº 6.766, de 19/12/79;

#### DECRETA:

Art.1º. Fica declarado de UTILIDADE PUBLICA, para fins de desapropriação por via amigável ou judicial, nos termos do Decreto Lei nº 3.365 de 21/06/1945 e alterações posteriores, parte do terreno urbano, de propriedade de TARCISIO JOSÉ MOSER, brasileiro, casado, aposentado, portador da cédula de identidade nº 217.328-0, expedida pela SSP. SC, inscrito no CPF sob nº 293.174.289-91, e sua esposa ANILDA BUSARELLO MOSER, brasileira, aposentada, portadora da cédula de identidade nº 566.783-6, expedida pela SSP/SC, inscrita no CPF sob nº 716.478.309-82, situado no lado ímpar da rua 1º de Maio, objeto da matrícula nº 6.919, livro nº 02, do 1º Ofício de registro de Imóveis da Comarca de timbó, Estado de Santa Catarina, contendo a área de 115,00m²(cento e quinze metros quadrados), com as seguintes confrontações e medidas:

I - O marco 01 dista pelo lado esquerdo 162,00 metros da esquina formada pelo entroncamento do lado ímpar da rua 1º de Maio com o lado ímpar da rua Duque de Caxias

Partindo do marco 1 até o marco 2 pela frente ao oeste com ângulo de 90º na distancia de 1,00 metro com o lado ímpar da rua 1º de maio ,segue do marco 2 até o marco 4 pelo lado direito ao norte com ângulo de 90º na distancia de 115,00 metros com o lado par do beco Artur Pacher, segue do marco 4 até o marco 3 nos fundos ao leste com ângulo de 90º na distancia de 1,00 metro com a área remanescente ,segue do marco 3 até o marco 1 pelo lado esquerdo ao sul com ângulo de 90º na distancia de 115,00 metros, com a área remanescente, com um perímetro de 232,00metros

Parágrafo único - A área remanescente do imóvel registrado junto ao 1º Ofício do Registro de Imóveis da Comarca de Timbó sob matrícula nº 6.919, livro 2, passa a contar com a área total de 2.285,00m²(dois mil duzentos e oitenta e cinco metros quadrados) com as seguintes confrontações e medidas:

I - O marco PP dista pelo lado esquerdo 147,00 metros da esquina formada pelo entroncamento do lado ímpar da rua 1º de Maio com o lado ímpar da rua Duque de Caxias.

Partindo do marco PP até o marco 1 pela frente ao oeste com ângulo de 90º na distancia de 15,00 metros com o lado ímpar da rua 1º de maio,segue do marco 1 até o marco 3 pelo lado direito ao norte com ângulo de 90º na distancia de 115,00 metros com a área a ser desapropriada para o beco Artur Pacher, segue do marco 3 até marco 4 com ângulo de 270º alargando-se na distancia de 1,00 metro com a área a ser desapropriada para o beco Artur Pacher,segue do marco 4 até o marco 5 com ângulo de 90º na distancia de 35,00 metros,sendo em 19,50 metros com o imóvel mat nº17.485 L2 de propriedade de Greice Aparecida Pacher,em 15,50 metros com o imóvel trans-nº 7.225 L3D Fls.90 de propriedade de Adelia Bona,segue do marco 5 até o marco 6 nos fundos ao leste com ângulo de 90º na distancia de 16,00 metros ,sendo em 10,50 metros com o imóvel mat nº8.763 L2 de propriedade de Renilda da Luz Seidel ,Sonia Maria Seidel,Silvia Seidel, Cicero José Seidel, Bruna Seidel,em 5,50 metros com o imóvel mat nº8.497 L2 de propriedade de Placido Lisboa de Oliveira,segue do marco 6 até o marco PP pelo lado esquerdo ao sul com ângulo de 90º na distancia de 150,00 metros ,sendo em 32,00 metros com o imóvel mat nº15.723 L2 de propriedade de Hortencio de Castilho,em 37,00 com o imóvel mat nº15.722 L2 de propriedade de Onélio Pedrelli,em 81,00 metros com o imóvel mat nº4.643 L2 de propriedade de Leandro Pedrelli ,com um perímetro de 332,00 metros, edificada com uma casa residencial de madeira com 130,00m2 sob nº89.

Art.2º. A desapropriação do imóvel declarado de utilidade publica por este Decreto, é considerada de "urgência", razão pela qual deverá efetivar-se mediante acordo administrativo, previsto no artigo 10 do Decreto Lei nº 3.365/1945, ou processar-se nos termos do artigo 10 c/c o artigo 15 e seus parágrafos, do Decreto Lei nº 3.365, de 21/06/1945 e Lei Federal nº 2.786, de 21/05/1956.

Art.3º. As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto, correrão a conta de dotação orçamentária própria do Orçamento Programa de 2015.

Art.4º. O presente Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Município de Rio dos Cedros, 12 de Agosto de 2015.

FERNANDO TOMASELLI

Prefeito Municipal

O presente Decreto foi devidamente registrado e publicado na forma regulamentar em 12 de Agosto de 2015.

MARGARET SILVIA GREITER

Diretora de Gabinete

**DECRETO Nº 2.713, DE 20 DE AGOSTO DE 2015. REGULAMENTA A LEI ORDINÁRIA MUNICIPAL Nº 1.814, DE 24 DE FEVEREIRO DE 2014, A LEI ORDINÁRIA MUNICIPAL Nº 1.730, DE 29 DE MARÇO DE 2012 E A LEI ORDINÁRIA MUNICIPAL Nº1.866, DE 11 DE AGOSTO DE 2015.**

DECRETO Nº 2.713, DE 20 DE AGOSTO DE 2015.

REGULAMENTA A LEI ORDINÁRIA MUNICIPAL Nº 1.814, DE 24 DE FEVEREIRO DE 2014, A LEI ORDINÁRIA MUNICIPAL Nº 1.730, DE 29 DE MARÇO DE 2012 E A LEI ORDINÁRIA MUNICIPAL Nº1.866, DE 11 DE AGOSTO DE 2015.

FERNANDO TOMASELLI, Prefeito Municipal de Rio dos Cedros, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 50, inciso XIII, c/c artigo 70, inciso I, alínea "d" e "n" da Lei Orgânica do Município, promulgada em 04 de abril de 1990, e com fundamento no inciso XXIV da Constituição Federal e nos artigos 2º, 5º, alínea "i", do Decreto Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, e suas alterações posteriores; e

**DECRETA:**

Art.1º. Em cumprimento a determinação contida no Comunicado de Diligência nº 986/2015, do 1º Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Timbó, ficam regulamentadas a Lei Ordinária Municipal nº 1.814, de 24 de fevereiro de 2014, a Lei Ordinária Municipal nº 1.730, de 29 de março de 2012 e a Lei Ordinária Municipal nº1.866, de 11 de agosto de 2015, em conformidade com o que dispõe a Lei Nacional nº 12.651/2012, para esclarecer que a área de propriedade de LURDES DALMONICO consistente em "Terreno urbano, designado sob a área 01, do Desmembramento registrado sob o nº R.08 da Matrícula sob o nº de ordem 12.216, Livro 2, em 21.05.2015, situado no lado ímpar do entroncamento da Rodovia Municipal RCD 110 com a Rua Duque de Caxias, na cidade de Rio dos Cedros, desta Comarca, contendo a área de 1.860,07m² (mil, oitocentos e sessenta metros e sete decímetros quadrados), sem edificações, com a seguinte descrição perimetral: iniciando no ponto OPP (situado na interseção da frente com o lado esquerdo do imóvel), segue pela frente, à leste, em linha reta com o lado ímpar da Rodovia Municipal RCD 110, com a azimute de 207º13'23" em 32,00metros, até o ponto 1; deste segue pelo mesmo lado, em linha curva, em 4,50metros, até o ponto 2; deste segue pelo lado direito, ao sul, em linha reta, com a azimute de 313º28'54", em 68,00metros com o lado ímpar da rua Duque de Caxias, até o ponto 11; deste segue pelos fundos, à oeste, em linha reta, com a azimute de 42º44'32" em 29,03metros com a área remanescente, matriculada sob o número nº25.177, Livro 2, de propriedade de Lurdes Dalmonico, até o ponto 12; deste segue até o lado esquerdo, ao Norte, em duas linhas, sendo a primeira, em linha reta com a azimute de 177º21'03", em 10,42metros, até o ponto 10 e a segunda, em linha reta, com a azimute de 121º06'56", em 55,70metros com o imóvel matriculado sob o nº8.965, Livro 2, de propriedade de Elide Tafner, até o ponto OPP, objeto do Cadastro Imobiliário nº3705.2; encontra-se na seguinte situação:

I - Toda a área de 1.860,07 m² está incluída na faixa de 30 metros as margens do ribeirão Dolorata, que cruza o terreno, é destinada a Área de Preservação Permanente - APP, de acordo com a lei nº 12.651/2012, frente ao LESTE em linha reta confrontando com o lado ímpar da Rodovia municipal RCD – 110 com a azimute de 207º13'23"do ponto OPP numa distancia de 32,00 metros até o ponto 1 seguindo pelo mesmo lado em linha curva com na distancia de 4,5 até o ponto 2 ; seguindo pelo lado direito ao SUL em linha reta com a azimute de 313º28'54"na distancia de 68,00 metros, com o ponto 11 confrontando com o lado ímpar da rua Duque de Caxias; pelos fundos a OESTE, em linha reta com a azimute de 42º44'32"e a distancia de 29,03 metros, com o ponto 12, confrontando com terras do imóvel supracitado; e pelo lado esquerdo ao NORTE em duas linhas sendo a primeira em linha reta com a azimute de 177º21'03"e a distancia de 10,42 metros, do ponto 12 com o ponto 10 e a segunda em linha reta com a azimute de 121º06'56"e a distancia de 55,70 metros, com o ponto OPP ambas confrontando com terras de Elide Tafner matrícula nº 8965 livro 2.

Art.2º. As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto, correrão a conta de dotação orçamentária própria do Orçamento Programa de 2015.

Art.3º. O presente Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Município de Rio dos Cedros, 20 de Agosto de 2015.

FERNANDO TOMASELLI  
Prefeito Municipal

O presente Decreto foi devidamente registrado e publicado na forma regulamentar em 20 de Agosto de 2015.

MARGARET SILVIA GRETTTER  
Diretora de Gabinete

# Santa Rosa do Sul

## PREFEITURA

**DECRETO Nº 037, DE 24 DE AGOSTO DE 2015.**

Decreto nº 037, de 24 de agosto de 2015.

Encerra atividades de Escola do Município e dá outras providências

O Prefeito Municipal de Santa Rosa do Sul, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 114 da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º Fica encerrada as atividades da Escola Municipal Bela Vista, Comunidade de Bela Vista;

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete da Prefeita Municipal, em 24 de agosto de 2015.

Nelson Cardoso de Oliveira

Prefeito Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE:

Wilfried Hemmer

Secretário da Administração e Finanças

# Santa Terezinha do Progresso

## PREFEITURA

### **PORTARIA Nº 145/2015 ADICIONAL GRAU DE INSTRUÇÃO**

PORTARIA Nº 145/2015

CONCEDE ADICIONAL POR GRAU DE INSTRUÇÃO A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 41, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal;

#### RESOLVE:

Art. 1º. Fica concedido Adicional por Grau de Instrução no percentual de 12% (doze por cento) ao servidor público municipal Sr. ERONI AL-LEBRANDT, matrícula nº 1368/01, ocupante do cargo de provimento efetivo de TECNÓLOGO EM ADMINISTRAÇÃO, o percentual fica sobre o vencimento base a partir de 08/2015.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Santa Terezinha do Progresso - SC, 25 de agosto de 2015.

JACOB GILMAR JUNGES

Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA:

ELISANGELA SASSI

DIRETORA DE RECURSOS HUMANOS

MATRICULA Nº1300/5

### **PORTARIA Nº 146/2015 LICENÇA PARA TRATAMENTO SAÚDE**

PORTARIA Nº 146/2015

CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 41, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal;

#### RESOLVE

Art. 1º. Fica concedida licença para tratamento de saúde pelo período de 180 dias, até 19/02/2016 a Servidora Municipal, Senhora IVONE PEROTTI KALLER, matrícula nº 8141/01, ocupante da função de Agente de Serviços Gerais. Em conformidade com a lei complementar nº 10 de dezembro de 2009.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor com efeitos retrativo de 24 de Agosto de 2015.

Santa Terezinha do Progresso - SC, 25 de Agosto de 2015.

JACOB GILMAR JUNGES

Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA:

ELISANGELA SASSI

DIRETORA DE RECURSOS HUMANOS

MATRICULA Nº1300/5



# Santiago do Sul

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 228/2015 - DE 21 DE AGOSTO DE 2015

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL

DECRETO Nº 228/2015 - DE 21 DE AGOSTO DE 2015.

Dispõe sobre a nomeação de servidores para exercer as funções de pregoeiro e equipe de apoio no Processo Licitatório nº 104/2015, Pregão Presencial nº 86/2015 e Processo Licitatório nº 18/2015, Pregão Presencial nº 16/2015 e dá outras providências.

VOLMIR ANTONIO SOTILLE, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Inciso VIII, do Art. 67, da Lei Orgânica do Município de Santiago do Sul, e de conformidade com a Lei Municipal nº 012/97, de 29 de janeiro de 1997.

DECRETA:

Art. 1º Fica designado o Servidor Municipal Vanderlei Paulo Backes para exercer a função de pregoeiro nos Processos Licitatórios nº 104/2015 na modalidade Pregão Presencial nº 86/2015 e Processo Licitatório nº 18/2015, na modalidade Pregão Presencial nº 16/2015, em conformidade com o disposto no artigo 2º, inciso IV da Lei Federal 10.520 de 17 de julho de 2002.

Art. 2º Ficam designados os Servidores Municipais abaixo relacionados para integrarem a equipe de apoio nos Processos Licitatórios nº 104/2015 na modalidade Pregão Presencial nº 86/2015 e Processo Licitatório nº 18/2015, na modalidade Pregão Presencial nº 16/2015, em conformidade com o disposto no artigo 2º, inciso IV da Lei Federal 10.520 de 17 de julho de 2002:

I – Tatiane Chimello;

II – Lilian Blanger;

III – Cilda Mattia Casanova.

Art. 3º As atribuições do pregoeiro e da equipe de apoio inclui, entre outras, o recebimento das propostas e lances, a análise de sua aceitabilidade e sua classificação, bem como a habilitação e adjudicação do objeto do certame ao licitante vencedor.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina,  
em 21 de agosto de 2015.

VOLMIR ANTONIO SOTILLE  
Prefeito Municipal.

Registrado e publicado em data supra.

Tatiane Cristina Gluzezak Saretto  
Diretora de Departamento/Sec. Administração

### DECRETO Nº 230/2015 – DE 21 DE AGOSTO DE 2015

DECRETO Nº 230/2015 – DE 21 DE AGOSTO DE 2015

Designa servidores para Comissão Especial Programa Estadual de Regularização Fundiária - LAR LEGAL e dá outras providências.

VOLMIR ANTONIO SOTILLE, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o Inciso VIII, do Artigo 67, da Lei Orgânica do Município de Santiago do Sul.

DECRETA:

Art. 1º Ficam designados os servidores abaixo relacionados para Comissão Especial responsável para tratar da análise e recebimento de documentos, e fornecimento de certidões para interessados na adesão ao Programa Estadual de Regularização Fundiária - Lar Legal.

Presidente: Vanderlei Paulo Backes

Secretária: Lilian Blanger

Membro: Gerson Carlos Rissardo

Membro: Silvia Maria Nievinski Tibola

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina,  
em 21 de agosto de 2015.

VOLMIR ANTONIO SOTILLE

Prefeito Municipal.

Registrado e publicado em data supra.

Tatiane Cristina Gluzszak Saretto

Diretora de Departamento/Sec. Administração

### **DECRETO Nº229/2015 – DE 21 DE AGOSTO DE 2015**

DECRETO Nº229/2015 – DE 21 DE AGOSTO DE 2015.

Dispõe sobre abertura de crédito adicional suplementar no Orçamento do Município e dá outras providências.

VOLMIR ANTONIO SOTILLE, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Inciso VIII, do Art. 67, da Lei Orgânica do Município e conforme autorizado no item III do Art. 6º da Lei Municipal Nº759/2014, de 28 de novembro de 2014,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto Crédito Adicional Suplementar no Orçamento do Município, Lei Municipal Nº759/2014 de 28/11/2014, no valor de R\$ 12.000,00 (Doze mil reais), conforme discriminação abaixo:

Órgão: 03.00 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ADM. E FINANÇAS

Unidade Orçamentária: 03.01 – Secretaria Municipal de Adm. e Finanças

Função: 04 – Administração

Sub-Função: 122 – Administração Geral

Programa: 0004 – ADMINISTRAÇÃO GERAL

Ação: 2.004 – Manut. das Atividades da Administração Geral

Atividade: 2.004 – Manut. das Atividades da Administração Geral

Natureza de Despesa: 3.3.90.00 – D.R. 0.3.00–Aplicações Diretas ..... R\$ 12.000,00

Art. 2º Os recursos para a abertura do crédito adicional suplementar de que trata o artigo anterior, serão provenientes da utilização dos recursos decorrentes do Superávit Financeiro - Fonte de Recursos: 0.3.00 – Recursos Ordinários - Exerc. Anteriores.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina,  
em 21 de Agosto de 2015.

VOLMIR ANTONIO SOTILLE

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em data supra.

Tatiane Cristina Gluzszak Saretto

Diretora da Secr. de Administração e Finanças

### **LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL Nº031/2015 - DE 26 DE AGOSTO DE 2015.**

LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL Nº031/2015 - DE 26 DE AGOSTO DE 2015.

Acrescenta o Art. 26-A, na Lei Complementar nº 018/2008, de 29 de dezembro de 2008, que dispõe sobre o Parcelamento do Solo Urbano ou com destinação urbana no Município de Santiago do Sul e dá outras providências.

VOLMIR ANTONIO SOTILLE Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais.

FAÇO SABER a todos os habitantes do Município de Santiago do Sul que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Acrescenta o Art. 26-A na Lei Complementar nº 018/2008, de 29 de dezembro de 2008, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 26-A. Para fins de edificação nos lotes deverão ser observados os seguintes recuos mínimos frontais:

I - Recuo frontal para residência: 4,00 m ;

II - Recuo frontal para comércio: 0,00 m;

III - Recuo frontal para indústria: 10,00 m.

Parágrafo único. Nos lotes de esquina deve ser respeitado na rua principal recuo inteiro e na rua secundária metade do recuo da testada principal.”

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação,

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina,  
em 26 de agosto de 2015.

VOLMIR ANTONIO SOTILLE

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra.

Tatiane Cristina Gluzezak Saretto

Diretora de Departamento/Sec. Administração

# São Bento do Sul

## PREFEITURA

### **AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO Nº 202/2015**

MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL  
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 202/2015  
MENOR PREÇO POR ITEM

O MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL, ESTADO DE SANTA CATARINA, através do Secretário de Administração, torna público, para quem interessar possa, conforme preceituam as Leis nº 8.666/93 de 21/06/1993 e Lei 10.520 de 17/07/2002, que receberá até às 08:30 horas do dia 16 de setembro de 2015, em sua sede na Rua Jorge Lacerda, nº 75, propostas para:

DO OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PARA USO NAS OCORRÊNCIAS DE COMBATE A INCÊNDIO E SALVAMENTO EM ALTURA, EQUIPANDO OS CAMINHÕES ABTR-36 E ABTR-85 DA 2ª CBM DE SBS CONFORME DESCRITIVO ANEXO.

Os interessados poderão obter maiores informações e retirar o Edital completo, no Departamento de Suprimentos (Divisão de Compras) da Secretaria de Administração, sede da Prefeitura Municipal, no endereço acima especificado, no horário das 08h00min às 17h00min.

São Bento do Sul, 25 de agosto de 2015.

ALCIONEI FRANÇA DA SILVA  
Secretário de Administração

EDEMILSON BENEDITO DE ASSIS  
Pregoeiro

### **AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO Nº 78/2015 FMS**

MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL  
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 78/2015 - FMS

O MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL, ESTADO DE SANTA CATARINA, através do Presidente do Fundo Municipal de Saúde, torna público, para quem interessar possa, conforme preceituam as Leis nº 8.666/93 de 21/06/1993 e Lei 10.520 de 17/07/2002, que receberá até às 08:30 horas do dia 09 de setembro de 2015, em sua sede na Rua Jorge Lacerda, nº 75, propostas para:

DO OBJETO: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA UNIDADES DE SAÚDE, CONFORME ANEXO.

Os interessados poderão obter maiores informações e retirar o Edital completo, no Departamento de Suprimentos (Divisão de Compras) da Secretaria de Administração, sede da Prefeitura Municipal, no endereço acima especificado, no horário das 08h00min às 17h00min.

São Bento do Sul, 25 de agosto de 2015.

DEODATO RAUL HRUSCHKA  
Presidente do Fundo Municipal de Saúde

DEBORAH CINTIA DE QUADROS  
Pregoeira

### **AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO Nº 82/2015 FMS**

MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL  
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 82/2015 FMS  
MENOR PREÇO GLOBAL

O MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL, ESTADO DE SANTA CATARINA, através do Presidente do Fundo Municipal de Saúde, torna público, para quem interessar possa, conforme preceituam as Leis nº 8.666/93 de 21/06/1993 e Lei 10.520 de 17/07/2002, que receberá até às 08:30 horas do dia 11 de setembro de 2015, em sua sede na Rua Jorge Lacerda, nº 75, propostas para:

DO OBJETO: CONTRATAÇÃO DE LABORATÓRIO DE APOIO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ANÁLISES CLÍNICAS PARA O LABORATÓRIO MUNICIPAL DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE (SEMUS), COMO SUPORTE TÉCNICO, CONFORME ROTINA ADOPTADA PELA SECRETARIA, AOS USUÁRIOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE – SUS

Os interessados poderão obter maiores informações e retirar o Edital completo, no Departamento de Suprimentos (Divisão de Compras) da Secretaria de Administração, sede da Prefeitura Municipal, no endereço acima especificado, no horário das 07h30min às 12h:00min e das 13h30min às 17:00 horas.

São Bento do Sul, 18 de agosto de 2015.

DEODATO RAUL HRUSCHKA  
Presidente do Fundo Municipal de Saúde

SANDRA MARIA SADOWSKI ANDRZEJEWSKI  
Pregoeira

### **AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO Nº 85/2015 FMS**

MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL  
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 85/2015  
MENOR PREÇO POR ITEM

O MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL, ESTADO DE SANTA CATARINA, através do Presidente do Fundo Municipal de Saúde, torna público, para quem interessar possa, conforme preceituam as Leis nº 8.666/93 de 21/06/1993 e Lei 10.520 de 17/07/2002, que receberá até às 09:00 horas do dia 14 de setembro de 2015, em sua sede na Rua Jorge Lacerda, nº 75, propostas para:

DO OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA FORNECIMENTO DE ÓLEO DIESEL S-10 E GASOLINA COMUM PARA ABASTECER AMBULÂNCIAS E VEÍCULOS DE TRANSPORTES DE URGÊNCIA DE PACIENTES EM HORÁRIOS DIFERENCIADOS (APÓS EXPEDIENTE, FINAIS DE SEMANA E FERIADOS). OBS: CASO O ESTABELECIMENTO NÃO POSSUA ATENDIMENTO AO PÚBLICO 24 HORAS, DEVERÁ DISPONIBILIZAR FUNCIONÁRIO 24 HORAS PARA O ABASTECIMENTO.

Os interessados poderão obter maiores informações e retirar o Edital completo, no Departamento de Suprimentos (Divisão de Compras) da Secretaria de Administração, sede da Prefeitura Municipal, no endereço acima especificado, no horário das 08h00min às 17h00min.

São Bento do Sul, 25 de agosto de 2015.

DEODATO RAUL HRUSCHKA  
Presidente do Fundo Municipal de Saúde

EDEMILSON BENEDITO DE ASSIS  
Pregoeiro

**DECRETO Nº 1056/2015**

DECRETO Nº 1056, DE 24 DE AGOSTO DE 2015.

**DESIGNA COMISSÃO**

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,  
DECRETA:

Art. 1º Ficam designados os servidores Edemilson Benedito de Assis, Jocemari Telma Teixeira, Wagner Grossl, Rafael Muehlbauer e César Luiz Celeski para, sob a presidência do primeiro, constituírem a Comissão de abertura e análise da documentação de habilitação e acompanhamento dos trabalhos referentes ao Edital de Concorrência Pública nº 198/2015, a realizar-se às 09:00 horas, do dia 16 de setembro de 2015, na sala de reuniões da sede da Prefeitura Municipal de São Bento do Sul.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 24 de agosto de 2015.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA

DE \_\_\_\_\_ A \_\_\_\_\_

PUBLICADO NO DOM Nº \_\_\_\_\_

PÁGINA \_\_\_\_\_ DE \_\_\_\_\_

ASSINATURA:

**DECRETO Nº 1057/2015**

DECRETO Nº 1057, DE 25 DE AGOSTO DE 2015.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DO MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL.

FERNANDO TURECK, PREFEITO MUNICIPAL, no uso de suas atribuições legais,

Considerando, o art. 7º, I da Lei nº 4320/64, que dispõe que a Lei do Orçamento poderá conter autorização ao Poder Executivo;

Considerando, o art. 4º, da Lei Municipal 3.459/2014 que autoriza a abertura de crédito adicional suplementar:

**DECRETA**

Art. 1º. Fica aberto o Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 3.500,00 (três mil e quinhentos reais) no orçamento vigente do Município de São Bento do Sul e suplementará a seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 11 – SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

Unidade: 03 - Turismo

Atividade: 2.019 – Departamento de Turismo - DETUR

(419) 4.4.90.51.00.00.00 100 - Obras e Instalações.... R\$ 3.500,00

Art. 2º. Para dar cobertura ao Crédito Adicional aberto, serão utilizados recursos provenientes das anulações parcial e total das seguintes dotações orçamentárias:

Órgão: 11 – SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

Unidade: 03 - Turismo

Atividade: 2.019 – Departamento de Turismo - DETUR

(403) 3.1.90.13.00.00.00 100 - Obrigações Patronais.... R\$ 2.500,00

(405) 3.1.90.94.00.00.00 100 - Indenizações e Rest. Trabalhistas.... R\$ 1.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 25 de agosto de 2015.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

**EXTRATO DE CONTRATO Nº 224/2015**

EXTRATO DO CONTRATO Nº 224/2015

DA ESPÉCIE: Termo de Contrato de Pavimentação Asfáltica, que entre si celebram o MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL e a Empresa PA-VIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA.

DO OBJETO: Constitui objeto do presente Contrato o fornecimento de material, mão de obra e demais obrigações necessárias para execução de serviços de terraplenagem, drenagem pluvial, sinalização viária e pavimentação asfáltica da Rua Alberto Malschitzky, Bairro Progresso, conforme memorial descritivo, projetos e Contrato da Agência de Fomento do Estado de Santa Catarina – BADESC CIDADES – II nº 2013030601, conforme Edital de Concorrência Pública nº 171/2015.

DO VALOR: R\$ 1.076.706,34 – Valor Total.

DA VIGÊNCIA: A vigência deste Contrato será de 06 (seis) meses a contar de 12 de agosto de 2015 até 11 de fevereiro de 2016, para fins administrativos e financeiro, porém a conclusão da obra deve ser realizada no prazo estipulado na Cláusula Sexta.

São Bento do Sul, 12 de agosto de 2015.

ASS: CÁSSIO LUIZ ZSCHOERPER, pela Secretaria de Planejamento e Urbanismo do Município.

RAPHAEL BEDIN BUENO, como Engenheiro Civil.

PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA, como Contratada.

### EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 211/2015

#### EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 211/2015

DA ESPÉCIE: Primeiro Termo Aditivo ao Contrato de Fornecimento de Passagens de nº 048/2015, firmado entre o MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL e a Empresa EXPRESSO SÃO BENTO LTDA, em 02 de FEVEREIRO de 2015, conforme Inexigibilidade de Licitação nº 22/2015.

Considerando o objeto do Contrato nº 048/2015, que consiste no fornecimento de passagens, para os Municípios de Agudos do Sul, Piên, Curitiba, auxílio de passagens para famílias carentes referenciadas pelo CRAS da Assistência Social, pelo período de janeiro a dezembro de 2015, conforme Inexigibilidade de Licitação nº 22/2015 de 02 de fevereiro de 2015;

Considerando que devido ao aumento da tarifa do vale transporte de SBS x Piên/Curitiba/Agudos do Sul, conforme Resolução nº 4765/2015 da Agência Nacional de Transportes ANTT em anexo a este Termo Aditivo, faz-se necessário alterar o valor unitário das passagens do Contrato nº 048/2015 a partir de 01 de julho de 2015, nos seguintes termos:

Ficam alterados os valores unitários das passagens conforme abaixo:

Item	Especificação	Valor Unitário anterior	Valor Unitário 01/07/2015
1	Passagens SBS X Agudos do Sul.	R\$ 6,29	R\$ 6,72
2	Passagens SBS X Piên.	R\$ 6,29	R\$ 6,72
3	Passagens SBS X Curitiba.	R\$ 16,95	R\$ 18,17

Nada mais havendo, assinam as partes em 02 (duas) vias de igual forma e idêntico teor, na presença das testemunhas.

São Bento do Sul, 13 de julho de 2015.

Ass: RITA MARIA DUMS, pela Secretaria de Assistência Social do Município.

EXPRESSO SÃO BENTO LTDA, como Contratada.

### LISTAGEM PORTARIAS Nº 08/2015

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais, resolve baixar as seguintes Portarias:

Portaria nº 9811, de 24 de agosto de 2015. Nomeia Servidor Público, a partir de 21 de agosto de 2015. Paula Taisa Silva Oliveira Camargo, Atendente Educativo, Grupo Ocupacional Assistência Educacional, Nível I, Classe A, com 30 horas semanais. SEMED.

Portaria nº 9814, de 24 de agosto de 2015. Concede Auxílio Escolar, a partir de 01 de agosto de 2015, conforme Processo nº 5151/15. Lisandreia Bruske Krueger, Atendente de Berçário. SEMED.

Portaria nº 9815, de 25 de agosto de 2015. Concede Licença Prêmio, referente ao triênio 2010/2013, período de 02/09/2015 a 01/10/2015, Robinson Morcelli, Motorista. EMHAB.

Portaria nº 9816, de 25 de agosto de 2015. Concede Licença Prêmio, referente ao triênio 2012/2015, período de 10/09/2015 a 09/10/2015, Anderson Niedzielski, Técnico em Informática. SEMUS.

Portaria nº 9817, de 25 de agosto de 2015. Concede Licença Prêmio, referente ao triênio 2010/2013, período de 01/09/2015 a 30/09/2015, Rafael Silveira da Rocha Sampaio, Médico Generalista. SEMUS.

Portaria nº 9818, de 25 de agosto de 2015. Concede Licença Prêmio, referente ao triênio 2011/2014, período de 10/09/2015 a 09/10/2015, Auxiliar Administrativo, FMD.

Portaria nº 9819, de 25 de agosto de 2015. Concede Licença Prêmio, referente ao triênio 2011/2014, período de 10/09/2015 a 09/10/2015, Clarice Foletto Soares, Professor Educação Infantil. SEMED.

Portaria nº 9820, de 25 de agosto de 2015. Concede Licença Prêmio, referente ao triênio 2010/2013, período de 02/09/2015 a 01/10/2015, Edileuza Beserra da Costa, Técnico em Enfermagem. SEMUS.

Portaria nº 9821, de 25 de agosto de 2015. Concede Licença Prêmio, referente ao triênio 2012/2015, período de 14/09/2015 a 13/10/2015, Cilo Barbosa Cardoso, Auxiliar de Operações. SEMOB.

Portaria nº 9822, de 25 de agosto de 2015. Concede Licença Prêmio, referente ao triênio 2012/2015, período de 08/09/2015 a 07/10/2015, Lucirene Novaski, Técnico em Enfermagem. SEMUS.

Portaria nº 9826, de 25 de agosto de 2015. Retira Gratificação de Função FG - 2, a partir de 03 de agosto de 2015, Ivan Rosá, Atendente Educativo. SEMED.



Portaria nº 9827, de 25 de agosto de 2015. Concede Gratificação de Função FG2 - Agente de Área de Programas e Projetos, a partir de 03 de agosto de 2015, Daniela Garcia Pscheidt, Professor Educação Infantil. SEMED.

São Bento do Sul, 26 de agosto de 2015.  
FERNANDO TURECK, PREFEITO MUNICIPAL

### **PORTARIA Nº 9810/2015**

PORTARIA Nº 9810, DE 24 DE AGOSTO DE 2015

Concede Aposentadoria

FERNANDO TURECK, PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o artigo 40º, - 1º, inciso III, alínea "b" da Constituição Federal com redação alterada pela Emenda Constitucional nº 41/2003 e art. 35, da Lei Municipal nº 1718, de 24 de novembro de 2006,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder, provisoriamente, a partir de 12 de agosto de 2015, aposentadoria voluntária proporcional por idade e tempo de contribuição à segurada GENEROSA MIKUS, ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Serviços, Grupo Ocupacional 01, Nível III, Classe F, matrícula nº 16411, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Parágrafo único. O reajuste do benefício dar-se-á na mesma data aplicável no âmbito do Regime Geral de Previdência Social.

Art. 2º - A consolidação deste ato, com a validação das características apresentadas no processo nº 4927/2015, deferido pelo Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul – IPRESBS, depende de homologação pelo Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 12 de agosto de 2015.

São Bento do Sul, 24 de agosto de 2015.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA

DE \_\_\_\_\_ A \_\_\_\_\_

PUBLICADO NO DOM Nº \_\_\_\_\_

PÁGINA \_\_\_\_\_ DE \_\_\_\_\_

ASSINATURA:

### **PORTARIA Nº 9813/2015**

PORTARIA Nº 9813, DE 24 DE AGOSTO DE 2015

AUTORIZA DIRIGIR VEÍCULOS OFICIAIS

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Autorizar o servidor MATEUS LIMA DA SILVA, ocupante do cargo de Mecânico, na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos, a dirigir, eventualmente e quando necessário, os veículos oficiais:

FORD/Courier, placas MDS 2627

Pick-up Corsa, placas MAU 5782

FIAT/Uno, placas MIK 3335

FORD/ Ranger, placas MBE 3327

Toyota, placas LZT 0941

FIAT/Pampa, placas LZB 3357

Toyota, placas LZW 2572

FORD/ Ranger, placas MBX 9437

VW/Kombi, placas MIY 4348

VW/Kombi, placas MBD 8252

Peugeot/Hoggar, placas MIO 9267

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 24 de agosto de 2015.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA

DE \_\_\_\_\_ A \_\_\_\_\_

PUBLICADO NO DOM Nº \_\_\_\_\_  
PÁGINA \_\_\_\_\_ DE \_\_\_\_\_  
ASSINATURA:

**PORTARIA Nº 9824/2015**

PORTARIA Nº 9824, DE 25 DE AGOSTO DE 2015

Consolida Portaria nº 3085/2013

FERNANDO TURECK, PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

**RESOLVE:**

Art. 1º Consolidar a Portaria nº 3085, de 12 de agosto de 2013, que concedeu aposentadoria à INGRID MALLON DO NASCIMENTO, em virtude da homologação pelo Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina – TCE/SC, nº APE-13/00756044, através da Decisão GAC/ WWD – 1409/2015, de 13 de agosto de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 25 de agosto de 2015.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA  
DE \_\_\_\_\_ A \_\_\_\_\_  
PUBLICADO NO DOM Nº \_\_\_\_\_  
PÁGINA \_\_\_\_\_ DE \_\_\_\_\_  
ASSINATURA:

**PORTARIA Nº 9825/2015**

PORTARIA Nº 9825, DE 25 DE AGOSTO DE 2015

Consolida Portaria nº 3698/2013

FERNANDO TURECK, PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

**RESOLVE:**

Art. 1º Consolidar a Portaria nº 3698, de 29 de outubro de 2013, que concedeu aposentadoria à LENI LIRES DREVEK DAL BO, em virtude da homologação pelo Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina – TCE/SC, nº APE-13/00779680, através da Decisão GAC/LEC – 846/2015, de 12 de agosto de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 25 de agosto de 2015.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA  
DE \_\_\_\_\_ A \_\_\_\_\_  
PUBLICADO NO DOM Nº \_\_\_\_\_  
PÁGINA \_\_\_\_\_ DE \_\_\_\_\_  
ASSINATURA:

**PORTARIA Nº 9828/2015**

PORTARIA Nº 9828, DE 25 DE AGOSTO DE 2015

Concede Aposentadoria

FERNANDO TURECK, PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o artigo 40, - 1º, inciso II, da Constituição Federal/88, com redação alterada pela Emenda Constitucional nº 88, de 2015, e art. 33, da Lei Municipal nº 1718, de 24 de novembro de 2006,

**RESOLVE:**

Art. 1º - Conceder, provisoriamente, a partir de 29 de junho de 2015, aposentadoria compulsória ao segurado ALDERICO JOSÉ DANA, ocupante do cargo de provimento efetivo de Odontólogo, Grupo Ocupacional 07, Nível I, Classe H, matrícula nº 12660, lotado na Secretaria Municipal de Saúde.

Parágrafo único - O reajuste do benefício dar-se-á na mesma data aplicável no âmbito do Regime Geral de Previdência Social.

Art. 2º - A consolidação deste ato, com a validação das características apresentadas no processo nº 3231/2015, deferido pelo Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul – IPRESBS, depende de homologação pelo Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina.

Art. 3º - Tornar nula a Portaria nº 9451, de 29 de junho de 2015.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 29 de junho de 2015.

São Bento do Sul, 25 de agosto de 2015.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA

DE \_\_\_\_\_ A \_\_\_\_\_

PUBLICADO NO DOM Nº \_\_\_\_\_

PÁGINA \_\_\_\_\_ DE \_\_\_\_\_

ASSINATURA:

# São Cristóvão do Sul

## PREFEITURA

### 479/2015

PORTARIA 479/2015

NOMEIA MARCOS DE SOUZA, APROVADO NO CONCURSO PÚBLICO 01/2015, PARA O CARGO DE OPERADOR DE MÁQUINA PESADA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

SISI BLIND, Prefeita Municipal de São Cristóvão do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 79, inciso XII, da Lei Orgânica do Município de São Cristóvão do Sul e com fundamento nas Leis Complementares 13/2004 e 33/2007, com suas alterações posteriores, RESOLVE,

Nomear MARCOS DE SOUZA, para o Cargo de Operador de Máquina Pesada – 40 Horas semanais, do quadro de Servidores desta Municipalidade, junto a Secretaria de Obras e Serviços Públicos em conformidade com o artigo 13 da Lei Complementar 13/2004.

O servidor ora nomeado deverá tomar posse no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da publicação desta portaria, devendo neste prazo apresentar junto ao Departamento de Pessoal do Município a documentação necessária na forma da Lei vigente.

São Cristóvão do Sul, 25 de agosto de 2015.

SISI BLIND

Prefeita Municipal

### 480/2015

PORTARIA 480/2015

NOMEIA ADENIR PADILHA DO AMARAL, APROVADO NO CONCURSO PÚBLICO 01/2015, PARA O CARGO DE OPERADOR DE MÁQUINAS E MOTRIZES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

SISI BLIND, Prefeita Municipal de São Cristóvão do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo Art. 79 inciso XII da Lei Orgânica do Município de São Cristóvão do Sul e com fundamento nas Leis Complementares 13/2004 e 33/2007, com suas alterações posteriores, RESOLVE,

Nomear ADENIR PADILHA DO AMARAL, para o Cargo de Operador de Máquinas Motrizes – 40 Horas semanais, do quadro de Servidores desta Municipalidade, junto a Secretaria de Agricultura e Agropecuária em conformidade com o artigo 13 da Lei Complementar 13/2004.

O servidor ora nomeado deverá tomar posse no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da publicação desta portaria, devendo neste prazo apresentar junto ao Departamento de Pessoal do Município a documentação necessária na forma da Lei vigente.

São Cristóvão do Sul, 25 de agosto de 2015.

SISI BLIND

Prefeita Municipal

# São Domingos

## PREFEITURA

### DEC 2048 DE 21 08 15 AJUSTA TABELAS ALTERAÇÕES DE VAGAS PARA OS CARGOS AGENTE EDUCATIVO ASSISTENTE SOCIAL COORDENADOR DE PROGRAMA O EMPREGO DE PSICOLOGO (2)

DECRETO Nº 2048, DE 21 DE AGOSTO DE 2015.

ALTERA ANEXOS I, III E VI DA LEI COMPLEMENTAR Nº. 0042/2012 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de São Domingos, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, pela Lei Complementar nº 0052 20/08/2015 e;

Considerando o disposto no art. 5º da Lei Complementar Municipal nº 0052, de 20/08/2015, que autorizou o Poder Executivo Municipal a efetuar por Decreto a adequação dos ANEXOS I, III e VI, da Lei Complementar Municipal nº 0042, de 04 de abril de 2012, no que se refere aos cargos públicos de Assistente Social, Agente Educativo e Coordenador de Programa, e ao emprego público de Psicólogo;

DECRETA:

Art. 1º Fica alterado o Anexo I - QUADRO GERAL DE CARGOS PERMANENTES DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS, da Lei Complementar Municipal nº. 0042, de 04 de abril de 2012, no que se refere a ampliação dos cargos públicos de Agente Educativo e Assistente Social, ficando da seguinte forma:

#### ANEXO I

#### QUADRO GERAL DE CARGOS PERMANENTES DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS

GRUPO	CÓDIGO	CARGO	QUANTIDADE	VENCIMENTO
<b>1 – SERVIÇOS GERAIS (SEGER)</b>				
	11.01	Agente Comunitário de Saúde	06	1.115,40
	11.02	Auxiliar de Serviços Gerais	65	935,42
	11.03	Vigia	22	935,42
	11.04	Auxiliar Administrativo	08	935,42
<b>2 – SERVIÇOS OPERACIONAIS (SOPER)</b>				
	21.01	Agente de Construção e Conservação	15	1.122,51
	21.02	Agente Administrativo	14	1.309,60
	21.03	Bibliotecário	02	997,79
	21.04	Eletricista	01	1.122,51
	21.05	Mecânico	03	1.434,33
	21.06	Motorista	35	1.159,93
	21.07	Operador de Máquinas	30	1.434,33
	21.08	Telefonista	02	997,79
<b>3 – SERVIÇOS AUXILIARES (SAUXI)</b>				
	31.01	Assistente Administrativo	10	997,79
	31.02	Assistente Financeiro	06	1.559,05
	31.03	Agente Tributário	02	1.247,24
	31.04	Fiscal de Tributos, Obras e Serviços	02	1.309,60
	31.05	Fiscal de Vigilância Sanitária	02	1.309,60
	31.06	Auxiliar de Saúde Bucal	02	997,79
	31.07	Agente Educativo	11	1.122,51
<b>4 – TÉCNICO PROFISSIONAL (TEPRO)</b>				
	41.01	Técnico Agrícola	02	1.459,27
	41.02	Técnico em Enfermagem	18	1.459,27
	41.03	Técnico em Meio Ambiente	01	1.459,27
	41.04	Técnico em Saúde Bucal	04	1.309,60
<b>5 – TÉCNICO CIENTÍFICO (TECIE)</b>				
	51.01	Advogado	01	3.677,52
	51.02	Assistente Social	03	3.677,52
	51.03	Engenheiro Agrônomo	01	3.677,52
	51.04	Enfermeiro	05	3.677,52
	51.05	Engenheiro Civil	01	3.677,52
	51.06	Médico Veterinário	02	3.677,52
	51.07	Contador Geral	01	3.677,52
	51.08	Odontólogo	03	3.677,52
	51.09	Bioquímico	01	3.677,52
	51.10	Psicólogo	01	3.677,52
	51.11	Médico	06	3.677,52
	51.12	Farmacêutico	02	3.677,52
	51.13	Nutricionista	01	3.677,52
	51.14	Fisioterapeuta	01	3.677,52

	51.15	Arquiteto	01	3.677,52
--	-------	-----------	----	----------

Art. 2º Fica alterado o Anexo III - QUADRO GERAL DE CARGOS COMISSIONADOS, da Lei Complementar Municipal nº 0042 de 04 de abril de 2012, no que se refere a ampliação do cargo público de Coordenador de Programa, ficando da seguinte forma:

## ANEXO III

## QUADRO GERAL DE CARGOS COMISSIONADOS

GRUPO	CÓDIGO	CARGO	NÍVEL	QUANTIDADE	VENCIMENTO
7 – QUADRO DE CARGOS COMISSIONADOS					
	71.00	Secretário Municipal	AP-01	07	4.212,69
	71.01	Diretor de Departamento	CC-04	12	2.313,63
	71.02	Assessor Jurídico	CC-01	01	3.570,43
	71.03	Coordenador de Planejamento	CC-02	01	3.264,65
	71.04	Consultor Técnico	CC-02	06	3.264,66
	71.05	Assessor de Imprensa e Relações Públicas	CC-06	01	1.571,52
	71.06	Assistente Pessoal do Prefeito	CC-05	02	1858,62
	71.07	Coordenador de Programa	CC-06	14	1.572,13
	71.08	Assessor de Secretaria	CC-07	15	997,79
	71.09	Coordenador de Serviços Contábeis	CC-01	01	3.570,43
	71.10	Coordenador Executivo do PROCON	CC-01	01	3.570,42
	71.11	Coordenador de Controle Interno	CC-03	01	2.436,02
	71.12	Coordenadora de Políticas Públicas para as Mulheres	CC-03	01	2.436,02

Art. 3º Fica alterado o Anexo VI - QUADRO DE EMPREGOS PÚBLICOS, da Lei Complementar Municipal nº 0042, de 04 de abril de 2012, no que se refere a ampliação do emprego público de Psicólogo, ficando da seguinte forma:

## ANEXO VI

## QUADRO DE EMPREGOS PÚBLICOS

GRUPO	CÓDIGO	CARGO	QUANTIDADE	VENCIMENTO
1 – ATIVIDADES DE NÍVEL FUNDAMENTAL – ANF				
	91.01	Agente Comunitário de Saúde	30	1.115,40
	91.02	Agente de Combate às Endemias	04	1.115,40
	91.03	Monitor de Programas Sociais	08	1.060,15
2 – ATIVIDADES DE NÍVEL MÉDIO – ANM				
	91.11	Técnico de Enfermagem	10	1.459,27
3 – ATIVIDADES DE NÍVEL SUPERIOR – ANS				
	91.21	Médico	05	13.258,21
	91.22	Enfermeiro	04	3.677,52
	91.23	Odontólogo	03	3.677,52
	91.24	Assistente Social	04	3.677,52
	91.25	Psicólogo	03	3.677,52
	91.26	Nutricionista	02	3.677,52

Art. 3º As despesas decorrentes deste Decreto serão consignadas no orçamento em vigor.

Art. 4º Ficam revogadas as disposições em contrário, especialmente as contidas no Decreto nº 1989, de 29 de maio de 2015.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Domingos (SC), 21 de agosto de 2015.

Alcimar de Oliveira

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

Ana Claudia Barizon Fontana da Luz  
Secretária de Administração e Fazenda



**PROCESSO LICITATÓRIO PREFE N. 087/2015**

MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS - SC

PROCESSO LICITATÓRIO PREFE N. 087/2015

PREGÃO PRESENCIAL PREFE N. 029/2015

O Pregoeiro Oficial do Município TORNA PÚBLICO que até as 08:30 horas do dia 10 de setembro de 2015, estará recebendo as propostas dos interessados visando eventuais e futuras AQUISIÇÕES DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, HIDRÁULICOS E ELÉTRICOS PARA TODAS AS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS - SC. TUDO conforme especificado em seu Edital, e em conformidade com a Lei n. 8.666/93, Lei n. 10.520/02; Decreto n. 5.504/05; Decreto Municipal n. 020/06, e demais normas pertinentes. Informações e esclarecimentos deste Edital serão fornecidos pelo fone (049) 3443-0281 (Ramal 205) e e-mail: [licitacao@saodomingos.sc.gov.br](mailto:licitacao@saodomingos.sc.gov.br).

São Domingos, SC, 19 de agosto de 2015.

Flávio Celeste Lorenzi

Pregoeiro Oficial.

# São José

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 4921/2015

DECRETO Nº 4921/2015  
EXONERA SERVIDOR.

A Prefeita Municipal de São José, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 62, inciso IV da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Fica exonerado, a pedido, o servidor SALU RAMOS FILHO do cargo de Diretor de Vigilância Epidemiológica – CCM 7, com lotação na Secretaria de Saúde.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 21 de agosto de 2015.

Paço Municipal em São José (SC), 25 de agosto de 2015.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

### ERRATA AO EXTRATO DA REVOGAÇÃO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 044/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

ERRATA AO EXTRATO DA REVOGAÇÃO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 044/2015 – A Prefeitura de São José, por intermédio da sua Diretora de Compras, leva ao conhecimento dos interessados, que na publicação do dia 18/08/2015, ONDE SE LÊ: "REVOGAÇÃO" LEIA-SE: "ANULAÇÃO" e ONDE SE LÊ: "POR RAZÕES DE INTERESSE PÚBLICO" LEIA-SE: "POR MOTIVO DE A MODALIDADE ESCOLHIDA NÃO SE ENQUADRAR AO OBJETO A SER LICITADO". Cláudia Schweitzer Pfleger / Diretora de Compras.

### RESOLUÇÃO Nº 023/2015/CMAS

RESOLUÇÃO Nº 023/2015/CMAS

APROVA O PLANO DE APLICAÇÃO DO SALDO REMANESCENTE EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 DO PTMC

O Conselho Municipal da Assistência Social de São José, no uso de suas atribuições legais conferida pela Lei Federal nº. 8.472/93 e Lei Municipal nº. 4.308/05 e conforme aprovado na reunião plenária ordinária de 09 de julho de 2015;

Considerando a Constituição Federal de 1988 em seu artigo 6º, que trata dos Direitos Sociais, bem como o Artigo 203, da Assistência Social;

Considerando a Lei Nº 8.742 de 07 de dezembro de 1993 – Lei Orgânica de Assistência Social em seu Artigo 6º que trata das ações na área de assistência social;

Considerando a Resolução Nº 109, de 11 de novembro de 2009 que aprova a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais;

RESOLVE:

Art. 1º - Aprovar o Plano de Aplicação do Saldo Remanescente do

Piso de Transição de Média Complexidade – PTMC para utilização de fevereiro a dezembro de 2015 no valor de 355.149,27 ( trezentos e cinquenta e cinco mil, quarenta e nove reais e vinte e sete centavos) com os seguintes objetivos;

a) Aquisição de materiais de consumo para o CREAS e Centro Pop: material de expediente, material pedagógico, brinquedos, lanches, para oficinas e atividades em grupo, material esportivo, uniformes, material gráfico, insumos para equipamentos como copos para água, copos para café, café, açúcar, material de higiene como papel higiênico, papel toalha, sabonete líquido, dentre outros;

b) Contratações de pessoa jurídica para reparos, consertos, revisões, pinturas, adaptação para acessibilidade, rebocos, manutenção de rede elétrica e hidráulica, troca de pisos e outras manutenções; na unidade do CREAS e Centro Pop; contratação de pessoa física para realização de capacitação para trabalhadores do CREAS e Centro Pop;

c) Pagamento de despesas com gasolina, água, energia elétrica, telefone e internet para funcionamento do CREAS e Centro Pop;

d) Locação de veículos para oferta dos serviços do CREAS e Centro Pop;

e) Pagamento da folha de serviços considerando o valor de até 60% do repasse dos pisos;

f) Pagamento de 01 parcela dos convênios dos serviços de Alta Complexidade, conforme previsão nas resoluções, como contrapartida federal:

1- Sociedade Espírita de Assistência e Promoção Social Tereza de Jesus: 01 parcela no valor de R\$ 39.881,25;

2- CETE: 01 parcela no valor de R\$ 31.905,00;

3- Orionópolis Catarinense: 01 parcela no valor de R\$ 63.810,00;

4- Ong FGA convênio 084: 01 parcela no valor de R\$ 15.952,50;

5- Ong FGA Convênio 083: 01 parcela no valor de R\$ 31.905,00;

6- Associação Liberdade: 01 parcela no valor de R\$ 15.952,50;

7- Casa de Caritas Convênio 081: 01 parcela no valor de R\$15.952,50;

8- Casa de Caritas Convênio 082: 01 parcela no valor de R\$ 31.905,00;

Totalizando o valor de R\$ 207.382,50;

Art. 3º - Esta resolução entra em vigor na data de sua aprovação.

São José(SC), 09 de julho de 2015.

CESAR MAXIMILIANO SIMÕES

Conselheiro Presidente

### RESOLUÇÃO Nº 024/2015/CMAS

RESOLUÇÃO Nº 024/2015/CMAS

DISPÕE SOBRE O COFINANCIAMENTO DOS SERVIÇOS DE PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE ALTA COMPLEXIDADE, ENTRE O FUNDO ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – FEAS E O FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – FMAS DE SÃO JOSE.

O Conselho Municipal da Assistência Social de São José, no uso de suas atribuições legais conferida pela Lei Federal nº 8.472/93 e Lei Municipal nº 4.308/05 e conforme aprovado na reunião plenária ordinária de 09 de julho de 2015;

Considerando a Lei Nº 8.742 de 07 de dezembro de 1993 – Lei Orgânica de Assistência Social em seu Artigo 6º que trata das ações na área de assistência social;

Considerando o inciso X do artigo 121 da NOB/SUAS 2012, que dispõe sobre as atribuições precípuas dos Conselhos de Assistência Social de aprovar critérios de partilha de recursos em seu âmbito de competência, respeitados os parâmetros adotados na LOAS;

**RESOLVE:**

Art. 1º - Aprovar a partilha de recursos referentes ao cofinanciamento dos serviços da Proteção Social Especial de Alta Complexidade proveniente do FEAS, por meio de recursos financeiros alocados no FMAS no valor de R\$ 249.587,75 (duzentos e quarenta e nove reais e quinhentos e oitenta e sete reais e setenta e cinco centavos), sendo que 50% destina-se para investimento e 50% para custeio.

Art. 2º - Os recursos serão destinados para os Serviços de Proteção Social Especial de Alta Complexidade, segundo a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais, Resolução CNAS nº 109/2009, nas modalidades de : Acolhimento Institucional dispostos da seguinte forma:

I – Unidade de Acolhimento Municipal para Grupo de Irmãos, 50% custeio e 50% investimento;

II – Unidade de Acolhimento Municipal para Adolescentes – Feminino, 50% custeio e 50% investimento.

Art. 3º - O gestor da política de assistência social deve assumir o compromisso e a responsabilidade com o reordenamento da oferta de serviços para na modalidade Acolhimento para Crianças, Adolescentes e Jovens.

Art. 4º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

São José (SC), 09 de julho de 2015.

CESAR MAXIMILIANO SIMÕES

Conselheiro Presidente

**RESOLUÇÃO Nº 025/2015/CMAS**

RESOLUÇÃO Nº 025/2015/CMAS

DISPÕE SOBRE APROVAÇÃO E DESTINAÇÃO DOS RECURSOS ORIUNDOS DO FUNDO ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – FEAS REFERENTE AOS BENEFÍCIOS EVENTUAIS.

O Conselho Municipal da Assistência Social de São José, no uso de suas atribuições legais conferida pela Lei Federal nº 8.472/93 e Lei Municipal nº 4.308/05 e conforme aprovado na reunião plenária ordinária de 09 de julho de 2015;

Considerando a Constituição Federal de 1988 em seu artigo 6º, que trata dos Direitos Sociais, bem como o Artigo 203, da Assistência Social;

Considerando a Lei Nº 8.742 de 07 de dezembro de 1993 – Lei Orgânica de Assistência Social em seu Artigo 6º que trata das ações na área de assistência social;

**RESOLVE:**

Art. 1º - Aprovar a partilha de recursos referentes ao cofinanciamento dos Benefícios Eventuais, proveniente do FEAS, no valor de R\$ 24.811,89.

Parágrafo Único: Os Benefícios Eventuais referem-se às provisões suplementares e provisórias, prestadas ao cidadão e às famílias em virtude de nascimento, morte, situações de vulnerabilidade temporária e de calamidade pública.

Art. 2º - Os recursos serão destinados ao custeio de Benefícios Eventuais para a provisão de auxílio natalidade;

Art. 3º - Os recursos cofinanciados de que trata esta resolução não poderão ser aplicados em itens referentes à órteses e próteses, tais como aparelhos ortopédicos, dentadura, dentre outros; cadeiras de roda, muletas, óculos, e outros itens inerentes à área da saúde, como medicamentos, pagamento de exames médicos, apoio financeiro para tratamento de saúde fora do município, transporte de doentes, leite, dietas de prescrição especial e fraldas descartáveis para pessoa que tenha necessidade de uso, conforme expresso na Resolução nº 39 do CNAS;

Art. 4º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

São José(SC), 09 de julho de 2015.

CESAR MAXIMILIANO SIMÕES

Conselheiro Presidente

**RESOLUÇÃO Nº 026/2015/CMAS**

RESOLUÇÃO Nº 026/2015/CMAS

DISPÕE SOBRE O COFINANCIAMENTO DOS SERVIÇOS DE PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA, ENTRE O FUNDO ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – FEAS E O FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – FMAS DE SÃO JOSÉ.

O Conselho Municipal da Assistência Social de São José, no uso de suas atribuições legais conferida pela Lei Federal nº 8.472/93 e Lei Municipal nº 4.308/05 e conforme aprovado na reunião plenária ordinária de 09 de julho de 2015;

Considerando a Constituição Federal de 1988 em seu artigo 6º, que trata dos Direitos Sociais, bem como o Artigo 203, da Assistência Social;

Considerando a Lei Nº 8.742 de 07 de dezembro de 1993 – Lei Orgânica de Assistência Social em seu Artigo 6º que trata das ações na área de assistência social;

Considerando o inciso X do artigo 121 da NOB/SUAS 2012, que dispõe sobre as atribuições precípuas dos Conselhos de Assistência Social de aprovar critérios de partilha de recursos em seu âmbito de competência, respeitados os parâmetros adotados na LOAS;

**RESOLVE:**

Art. 1º - Aprovar a partilha de recursos, provenientes do FEAS, para o cofinanciamento dos Serviços da Proteção Social Básica, por meio de recursos financeiros alocados no FMAS, no valor total de R\$ 104.294,60 (cento e quatro reais duzentos e noventa e quatro reais e sessenta centavos), referente ao ano de 2015, para ser utilizado para custeio e investimento, conforme deliberado pelo município e aprovado pelo CMAS do percentual a seguir:  
30% para custeio e 70% para investimento;

Art. 2º - Os recursos serão destinados aos serviços ofertados pelo município e elencados no Instrumental de Cofinanciamento, no âmbito da Proteção Social Básica, de acordo com a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais (Resolução CNAS nº 109/2009);

Art. 3º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

São José(SC), 09 de julho de 2015.

CESAR MAXIMILIANO SIMÕES

Conselheiro Presidente

**RESOLUÇÃO Nº 027/2015/CMAS**

RESOLUÇÃO Nº 027/2015/CMAS

DISPÕE SOBRE O COFINANCIAMENTO DOS SERVIÇOS DE PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE MÉDIA COMPLEXIDADE, ENTRE O FUNDO ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – FEAS E O FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – FMAS DE SÃO JOSÉ.

O Conselho Municipal da Assistência Social de São José, no uso de suas atribuições legais conferida pela Lei Federal nº 8.472/93 e Lei Municipal nº 4.308/05 e conforme aprovado na reunião plenária ordinária de 09 de julho de 2015;

Considerando a Lei Nº 8.742 de 07 de dezembro de 1993 – Lei Orgânica de Assistência Social em seu Artigo 6º que trata das ações na área de assistência social;

Considerando o inciso X do artigo 121 da NOB/SUAS 2012, que dispõe sobre as atribuições precípua dos Conselhos de Assistência Social de aprovar critérios de partilha de recursos em seu âmbito de competência, respeitados os parâmetros adotados na LOAS;

**RESOLVE:**

Art. 1º - Aprovar a partilha de recursos referentes ao cofinanciamento dos serviços da Proteção Social Especial de Média Complexidade proveniente do FEAS, por meio de recursos financeiros alocados no FMAS no valor de R\$ 121.651,20 (cento e vinte e um mil reais seiscentos e cinquenta e um reais e vinte centavos), sendo que 90% destina-se para investimento e 10% para custeio.

Art. 2º Os recursos serão destinados aos seguintes Serviços de Proteção Social Especial de Média Complexidade executados no CREAS, no Centro POP e nas entidades, segundo a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais, Resolução CNAS nº 109/2009:

I – Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos;

II – Serviço Especializado em Abordagem Social;

III – Serviço de Proteção Social a adolescentes em cumprimento de medida sócio educativa de Liberdade Assistida e de Prestação de Serviços à Comunidade;

IV – Serviço de Proteção Social Especial para Pessoas com Deficiência, Idosas e suas Famílias;

V – Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua.

Art. 3º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

São José(SC), 09 de julho de 2015.

CESAR MAXIMILIANO SIMÕES

Conselheiro Presidente

**TERMO DE APOSTILAMENTO AO CONTRATO/CT Nº 132/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Termo de Apostilamento ao Contrato/CT nº 132/2014 – Pregão Presencial 026/2014 – Processo 119/2014 – Contratado: KHRONOS SEGURANÇA PRIVADA LTDA. Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PRESTADORA DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS PARA FORNECIMENTO, INSTALAÇÃO, MONTAGEM, OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO COM MONITORAMENTO DE SISTEMAS ELETRÔNICOS DE SEGURANÇA EM ALARMES E CÂMERAS, SISTEMAS DE COMUNICAÇÃO DE VOZ IP DIRETO COM A CENTRAL DE SEGURANÇA, DESTINADOS AO ATENDIMENTO DAS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE SÃO JOSÉ/SC.

Unidade	Projeto/Atividade	Elemento de Despesa
08.01	2.039	3.3.90.39.00.00.00.00.0006 (375)

Data da assinatura: 10 de agosto de 2015.

# São José do Cedro

## PREFEITURA

### EXTRATO PREGÃO PRESENCIAL N.88/2015

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO CEDRO - SC

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº88/2015

O Município de São José do Cedro, usando de suas atribuições legais, em conformidade com a Lei Federal 8.666/93, demais alterações vigentes, e Lei Federal 10.520/02 promove Processo Licitatório nº88/2015, Edital de Pregão Nº88/2015, Objeto: Aquisição de um relógio ponto digital para uso no centro administrativo, uma impressora para uso na secretaria da agricultura, um impressora e tinta para uso da Delegacia de Polícia Civil e uma máquina de lavar roupas para uso no CEMEG, na lavagem de cortinas das salas de aula, bem como para lavagem dos panos de limpeza das salas, nos termos do Inciso II, Art.70, Lei N.9.394/96 - LDB. Recebimento do credenciamento, envelope de proposta e habilitação até às 09:00 horas do dia 08/09/2015. Abertura e julgamento às 09:00 horas do dia 08/09/2015, no Setor de Compras, Contratos e Licitações da Prefeitura Municipal, sita na Rua Jorge Lacerda 1049, São José do Cedro – SC, maiores informações, pelo e-mail [compras@prefcedro.sc.gov.br](mailto:compras@prefcedro.sc.gov.br) , ou telefone: 0xx49-36430247, no Depto de Compras, das 07:45h às 11:45h e das 13:30h às 17:30, site da Prefeitura de São José do Cedro – SC. Antonio Plinio de Castro Silva – Prefeito Municipal.

# São Lourenço do Oeste

## PREFEITURA

### AVISO DE LICITAÇÃO - PROCESSO Nº 120/2015 - SRP - PR Nº 080/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE – SC

#### AVISO DE LICITAÇÃO

O MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE–SC, ATRAVÉS DO SR. PREFEITO, torna público para conhecimento dos interessados, que realizará Sessão de Licitação no dia 08/09/2015, às 08:30 horas, no Centro Administrativo no endereço, Rua Duque de Caxias, 789, conforme especificado no PROCESSO LICITATÓRIO Nº 120/2015, MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 080/2015. SISTEMA REGISTRO DE PREÇO. OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS E ACESSÓRIOS DE SOM, ILUMINAÇÃO, IMAGEM E AMBIENTE, PARA REALIZAÇÃO DE EVENTOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO. Informações e/ou cópia da íntegra deste Edital: fone (49) 3344-8500 – ramal 8502. Site [www.saolourenco.sc.gov.br](http://www.saolourenco.sc.gov.br).

São Lourenço do Oeste – SC, 25 de agosto de 2015.

GERALDINO CARDOSO

PREFEITO MUNICIPAL

### EDITAL DO PROCESSO ELEITORAL Nº 001.6/2015 - CONSELHO TUTELAR

EDITAL DO PROCESSO ELEITORAL Nº 001.6/2015

Dispõe sobre os locais de votação e as seções agregadas para processo de escolha unificado dos Conselheiros Tutelares no Município de São Lourenço do Oeste – SC, para o quadriênio 2016-2019, e dá outras providências.

O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – CMDCA de São Lourenço do Oeste – SC, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a Lei Federal nº 8.069/1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente e a Lei Municipal 1.827/2009, com base na Resolução nº 170/2014 do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente – CONANDA, Resolução CMDCA nº 004/2015 e Edital do Processo Eleitoral nº 001/2015, TORNA PÚBLICO, para o conhecimento dos interessados, a relação dos locais e seções de votação agregadas para as eleições do processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar de São Lourenço do Oeste – SC, conforme segue:

#### I – DOS LOCAIS DE VOTAÇÃO

1.1 A eleição realizar-se-á no dia 04 de outubro de 2015 (domingo), das 08h às 17h, em 03 (três) locais de votação, distribuídos no município de São Lourenço do Oeste, de modo a abranger todo o eleitorado.

1.2 As seções eleitorais foram agregadas conforme tabela abaixo.

Local de Votação e Endereço	Seção Agregada
Ginásio de Esportes Adilso Rogério da Croce	1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 18, 19, 51, 65, 71, 79, 87, 88, 94, 97, 99, 102, 104.
Rua Duque de Caxias, nº 759 – Centro	

Ginásio de Esportes Prefeito Zeno Germano Etges	16, 17, 20, 21, 23, 28, 35, 36, 37, 42, 45, 55, 64, 72, 84, 96, 103, 126, 127, 129.
Rua Aldo Lemos, nº 1424, esquina com Rua Isaura Moretto, Bairro Santa Catarina	
Escola Básica Municipal São Francisco	11, 12, 13, 14, 15, 30, 52, 63, 86, 95, 124, 125, 128.
Rua Joalcides Angheben, nº 40 - São Francisco	

1.3 Na eleição do Conselho Tutelar de São Lourenço do Oeste serão utilizadas urnas de lona, cedidas pelo Tribunal Regional Eleitoral do Estado de Santa Catarina.

1.4 No dia do pleito, o eleitor deverá apresentar à Mesa Receptora de Votos, o título de eleitor e a carteira de identidade ou outro documento equivalente a esta, com foto, a fim de identificar Seção Eleitoral a qual pertence.

1.5 As demais disposições, pertinentes a eleição do Conselho Tutelar de São Lourenço do Oeste, estão regulamentadas no Edital de Processo Eleitoral nº 001/2015, de 17 de abril de 2015.

II – Este Edital entrará em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste, 25 de agosto de 2015.

Claíta Cristina Malossi Jecker

Presidente do CMDCA

### LEI Nº 2.238, DE 26 DE AGOSTO DE 2015.

LEI Nº 2.238, DE 26 DE AGOSTO DE 2015.

Autoriza o Poder Executivo Municipal a realizar a abertura de crédito adicional, por anulação de dotações, no orçamento programa de 2015, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, e autorização contida no inciso III, do -1º, do art. 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964 e na Lei Municipal nº 2.191, de 18 de dezembro de 2014, faz saber a todos os habitantes que a Câmara de Vereadores aprovou e este sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício, crédito adicional, por anulação de dotações, adicionando-se pelo crédito orçamentário o valor de até R\$ 470.000,00 (quatrocentos e setenta mil reais), nas seguintes dotações orçamentárias:

13.00 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS

13.01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS

13.01.10.301.4506.2.019.3.3.90.00.00.00.00.01.0002 11 Aplicação Direta R\$ 170.000,00

13.00 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS

13.01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS

13.01.10.301.4506.2.058.3.3.90.00.00.00.00.01.0002 21 Aplicação Direta R\$ 100.000,00



13.00 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS  
13.01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS  
13.01.10.302.4506.2.021.3.3.71.00.00.00.00.01.0002 28 Aplicação Direta R\$ 100.000,00

13.00 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS  
13.01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS  
13.01.10.302.4506.2.021.3.3.90.00.00.00.00.01.0002 30 Aplicação Direta R\$ 100.000,00

Art. 2º Para atendimento da suplementação de que trata o artigo anterior, em conformidade com o que estabelece o art. 43, -1º, inciso III, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964 e a Lei Municipal nº 2.191, de 18 de dezembro de 2014, serão utilizados recursos provenientes da anulação parcial das seguintes dotações:

12.00 SECRETARIA TRAB. RENDA E DES. ECONÔMICO  
12.01 SECRETARIA TRAB. RENDA E DES. ECONÔMICO  
12.01.22.661.4515.1.087.3.3.90.00.00.00.00.01.0000 157 Aplicação Direta R\$ 100.000,00

12.00 SECRETARIA TRAB. RENDA E DES. ECONÔMICO  
12.01 SECRETARIA TRAB. RENDA E DES. ECONÔMICO  
12.01.22.661.4515.2.026.3.1.90.00.00.00.00.01.0000 158 Aplicação Direta R\$ 136.500,00

12.00 SECRETARIA TRAB. RENDA E DES. ECONÔMICO  
12.01 SECRETARIA TRAB. RENDA E DES. ECONÔMICO  
12.01.22.661.4515.2.026.3.3.50.00.00.00.00.01.0000 159 Aplicação Direta R\$ 5.000,00

12.00 SECRETARIA TRAB. RENDA E DES. ECONÔMICO  
12.01 SECRETARIA TRAB. RENDA E DES. ECONÔMICO  
12.01.22.661.4515.2.026.3.3.90.00.00.00.00.01.0000 160 Aplicação Direta R\$ 7.000,00

12.00 SECRETARIA TRAB. RENDA E DES. ECONÔMICO  
12.01 SECRETARIA TRAB. RENDA E DES. ECONÔMICO  
12.01.22.661.4515.2.026.4.4.90.00.00.00.00.01.0000 161 Aplicação Direta R\$ 1.000,00

12.00 SECRETARIA TRAB. RENDA E DES. ECONÔMICO  
12.01 SECRETARIA TRAB. RENDA E DES. ECONÔMICO  
12.01.22.661.4515.1.074.3.3.90.00.00.00.00.01.0000 165 Aplicação Direta R\$ 10.500,00

12.00 SECRETARIA TRAB. RENDA E DES. ECONÔMICO  
12.01 SECRETARIA TRAB. RENDA E DES. ECONÔMICO  
12.01.22.661.4515.1.074.4.4.90.00.00.00.00.01.0000 166 Aplicação Direta R\$ 100.000,00

09.00 SECRETARIA DE PLANEJ. E DES. URBANO - SDU  
09.03 FUNDO MUNICIPAL DE SANEAMENTO - FUNSAN  
09.03.17.512.4511.2.032.3.3.90.00.00.00.00.01.0000 123 Aplicação Direta R\$ 110.000,00

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste, SC, 26 de agosto de 2015.  
GERALDINO CARDOSO  
Prefeito Municipal

# São Miguel do Oeste

## PREFEITURA

### CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – RESOLUÇÃO 01/2015 – ELEIÇÕES UNIFICADAS 2015

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – RESOLUÇÃO 01/2015 – ELEIÇÕES UNIFICADAS 2015

Considerando as disposições do Estatuto da Criança e do Adolescente, da Resolução Conanda nº 170/2014, e da Lei Municipal nº 4.812/01, com as alterações da Lei Municipal n. 6.210, de 14/08/2009, e alterações da Lei n.6.678/2012;

Considerando a sanção da lei 7.135/2015 que alterou a redação do artigo 37 da lei municipal 4.812/01 de 29 de junho de 2009;

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente RESOLVE alterar o item 2.1, inciso "I" do Edital CMDCA nº 01/2015, que dispõe sobre o processo de escolha unificado dos Conselheiros Tutelares no Município de São Miguel do Oeste - SC.

Que passa a vigorar com a seguinte redação:

I – vencimento de R\$ 1.942,14 (Hum mil novecentos e quarenta e dois reais e quatorze centavos), com reajuste na mesma data e no mesmo percentual que for reajustado o vencimento dos servidores públicos municipais;

Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA, sala de reuniões, em 25 de agosto de 2015.

Daiana Carla Perotto

Presidente CMDCA

Presidente Comissão Eleitoral

Processo de Escolha Unificado

### CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – RESOLUÇÃO 02/2015 – ELEIÇÕES UNIFICADAS 2015

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – RESOLUÇÃO 02/2015 – ELEIÇÕES UNIFICADAS 2015

Considerando as disposições do Estatuto da Criança e do Adolescente, da Resolução Conanda nº 170/2014, e da Lei Municipal nº 4.812/2001, com as alterações da Lei Municipal n. 6.210, de 14/08/2009, alterações da Lei n.6.678/2012; e alterações da lei 7.135/2015;

Considerando a previsão na forma do item 3.1.2, inciso VIII do Edital CMDCA nº 01/2015, que dispõe sobre o processo de escolha unificado dos Conselheiros Tutelares no Município de São Miguel do Oeste - SC.

Considerando o enunciado do artigo 29 da lei 4.812/2001 alterado pela lei 6.678/2012, onde normatiza que somente poderão concorrer aos cargos os candidatos que preencherem os seguintes requisitos: "formação específica sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, sob a responsabilidade do Conselho dos Direitos da Criança e Adolescente local; e haverá aplicação de prova de conhecimento sobre o direito da criança e do adolescente, de caráter eliminatório, a ser formulada por uma comissão examinadora designada pelo Conselho Municipal ou Distrital dos Direitos da Criança e do Adolescente, assegurado prazo para interposição de recurso junto à comissão especial eleitoral, a partir da data da publicação dos resultados no meio de publicação oficial do Município".

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente RESOLVE que, o curso sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente será ministrado no dia 12 de setembro de 2015, iniciando

às 8 horas com duração até às 12 horas, tendo por local a sala de reunião da Secretária de Assistência Social;  
Bem como a aplicação da prova será na mesma data e no mesmo local, começando às 14 horas e com término às 18 horas.

Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA, sala de reuniões, em 25 de agosto de 2015.

Daiana Carla Perotto

Presidente CMDCA

Presidente Comissão Eleitoral

Processo de Escolha Unificado

### DECRETO Nº 8.403-CONCEDE REAJUSTE À TAXA DE UTILIZAÇÃO DA RODOVIÁRIA NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DECRETO Nº 8.403/2015

CONCEDE REAJUSTE À TAXA DE UTILIZAÇÃO DA RODOVIÁRIA NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de São Miguel do Oeste, Estado De Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso VII, do artigo 72 da Lei Orgânica Municipal, e, CONSIDERANDO, que a Lei Municipal n. 1.117, de 27/06/1978, regulamenta os serviços e taxas da Rodoviária Municipal, que se encontra sob o regime de concessão à EMPRESA DE MELHORAMENTOS DE SÃO MIGUEL DO OESTE LTDA.

CONSIDERANDO, que compete ao Poder Executivo Municipal a revisão e fixação das taxas de utilização da Rodoviária, que se encontra sob o regime de concessão.

DECRETA:

Art. 1º A Taxa de Utilização, instituída pela Lei Municipal n. 1.117/1978, passa a vigorar com os seguintes valores:

I – para curtas distâncias (linha com trajeto de até 25km), o valor de R\$ 0,45 (quarenta e cinco centavos de real);

II – para longas distâncias (linha com trajeto superior a 25km), o valor de R\$ 1,35 (um real e trinta e cinco centavos).

Art. 2º Este Decreto entre em vigor em 01 de setembro de 2015, revogando-se as disposições em contrário.

Publique-se, Registre-se, Cumpra-se.

PREFEITURA DE SÃO MIGUEL DO OESTE-SC,

Em 24 de agosto de 2015.

JOÃO CARLOS VALAR

Prefeito Municipal

PEDRO JOSÉ DE CONTO

Secretário da Fazenda e Administração

Este Decreto foi publicado no  
Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina.

RÚBIA MARA WIEDERKEHR

Técnico Administrativo

**PROCESSO LICITATÓRIO N. 125/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 125/2015

PREGÃO PRESENCIAL Nº 82/2015

A Prefeitura Municipal, a partir de seu Prefeito, leva ao conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade de Pregão, Tipo Menor Preço por Item.

OBJETO: Contratação de empresa para serviços de mão de obra com fornecimento de materiais destinados para a Creche CEI Primeiros passos, Creche Jardim Encantado da Rede Municipal de Ensino e Escola Emma Balke do Ensino Fundamental do Município de São Miguel do Oeste – SC, de acordo com o anexo I do edital.

Entrega dos envelopes: Até às 08h45min do dia 11 de setembro de 2015.

Abertura: às 09h do mesmo dia.

Licitação regida pela Lei Federal nº 10.520 e 8.666/93 e alterações vigentes.

Maiores informações poderão ser obtidas junto ao Departamento de Compras desta Municipalidade sito a Rua Marcilio Dias, nº 1199, fone (0xx49) 3631 2000 e o edital na íntegra no pelo site: [www.saomiguel.sc.gov.br](http://www.saomiguel.sc.gov.br)

São Miguel do Oeste/SC, 25 de agosto de 2015.

JOÃO CARLOS VALAR

Prefeito Municipal

**PROCESSO LICITATÓRIO N. 126/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 126/2015

PREGÃO PRESENCIAL Nº 83/2015

A Prefeitura Municipal, a partir de seu Prefeito, leva ao conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade de Pregão, Tipo Menor Preço por Item.

OBJETO: Aquisição de projetor multimídia destinados para o Departamento de Informática do Município de São Miguel do Oeste – SC, de acordo com o anexo I do edital.

Entrega dos envelopes: Até às 13h45min do dia 11 de setembro de 2015.

Abertura: às 14h do mesmo dia.

Licitação regida pela Lei Federal nº 10.520 e 8.666/93 e alterações vigentes.

Maiores informações poderão ser obtidas junto ao Departamento de Compras desta Municipalidade sito a Rua Marcilio Dias, nº 1199, fone (0xx49) 3631 2000 e o edital na íntegra no pelo site: [www.saomiguel.sc.gov.br](http://www.saomiguel.sc.gov.br)

São Miguel do Oeste/SC, 25 de agosto de 2015.

JOÃO CARLOS VALAR

Prefeito Municipal

**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 32/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 32/2015

PREGÃO PRESENCIAL Nº 22/2015

O Fundo Municipal de Saúde, a partir de seu Gestor, leva ao conhecimento dos interessados que fará licitação na modalidade de Pregão, Tipo Menor Item.

OBJETO: Contratação de serviço de transporte aos pacientes do Centro de Atenção Psicossocial – CAPS, de acordo com o roteiro estabelecido pela coordenação do CAPS para atendimento multidisciplinar e participação das oficinas terapêuticas para o período de 2015.

Entrega dos envelopes: Até às 14h45min do dia 11 de setembro de 2015.

Abertura: às 15hs do mesmo dia.

Licitação regida pela Lei Federal nº 10.520 e 8.666/93 e alterações vigentes.

Maiores informações poderão ser obtidas junto ao Departamento de Compras desta Municipalidade sito a Rua Marcilio Dias, nº 1199, fone (0xx49) 3631 2000 e o edital na íntegra no pelo site: [www.saomiguel.sc.gov.br](http://www.saomiguel.sc.gov.br)

São Miguel do Oeste/SC, 25 de agosto de 2015.

AIRTON JOSE MACARINI SEGUNDO

Gestor do Fundo

# São Pedro de Alcântara

## PREFEITURA

### HOMOLOGAÇÃO INSCRIÇÕES

#### HOMOLOGAÇÃO INSCRIÇÕES

Conforme os documentos exigidos no Art. 3.1.3 do edital nº 002/CMDCA/2015, após análise pela Comissão Organizadora do Processo de Escolha.

Nome do Candidato	Situação
Mariana Nalovaiko	Homologado
Daniel Batista Stähelin	Homologado
Ianny Silva Luciano	Homologado

São Pedro de Alcântara, 20 de agosto de 2015

Dayana Cristina Costa

Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

### PORTARIA N.º 277/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000 –

Fone: 48-32770122 – R.222

www.pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 277/2015

Concede licença para tratamento de saúde ao servidor ELCIO LUIZ PERING, ocupante do cargo de Operador de Máquina I, lotado na Coordenadoria de Agricultura.

JUCÉLIO KREMER, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o disposto no Art. 96, da Lei Complementar nº. 005/97,

#### RESOLVE:

Art. 1.º- Conceder licença para tratamento de saúde ao servidor ELCIO LUIZ PERING, pelo período de 20 (vinte) dias, a contar da data de 18/08/2015, conforme atestado médico.

Art. 2.º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 18/08/2015.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 25 de agosto de 2015.

JUCÉLIO KREMER

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em \_\_\_\_/\_\_\_\_/2015.

### PORTARIA N.º 278/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000 –

Fone: 48-32770122 – R.222

www.pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 278/2015

Concede licença para tratamento de saúde a servidora CAMILA ALBINO SIEGEL, ocupante do cargo de Enfermeira - ESF.

JUCÉLIO KREMER, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o disposto no Art. 96, da Lei Complementar nº. 005/97,

#### RESOLVE:

Art. 1.º- Conceder licença para tratamento de saúde a servidora CAMILA ALBINO SIEGEL, pelo período de 05 (cinco) dias, a contar da data de 18/08/2015, conforme atestado médico.

Art. 2.º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 18/08/2015.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 25 de agosto de 2015.

JUCÉLIO KREMER

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em \_\_\_\_/\_\_\_\_/2015.

### TERMO DE POSSE DO SENHOR CHARLES DA CUNHA

Termo de Posse do Senhor Charles da Cunha. Filho de Terezinha Kuhn e Francisco Augustinho da Cunha. Vereador eleito no pleito de 07 de outubro de 2012 que assumiu em substituição do Vereador titular Osni Koester, tendo em vista o pedido de afastamento por 30 (trinta) dias. Tomou Posse no Cargo de Vereador nesta Casa, prestando o seguinte compromisso legal: "Por minha honra e pela Pátria, prometo solenemente, manter, defender, cumprir a Constituição Federal, a Constituição do Estado de Santa Catarina e a Lei Orgânica do Município de São Pedro de Alcântara, observar as Leis e promover o bem geral do Município". E por nada mais constar, eu, Roberto Enning, Primeiro Secretário da Câmara de Vereadores lavrei o presente Termo de Posse, que vai assinada pelo senhor Presidente, por mim e pelo empossado.

São Pedro de Alcântara, 24 de agosto de 2015.

Marcos Rodrigo Reitz

Presidente da Câmara

Roberto Enning

Primeiro Secretário

Charles da Cunha

Empossado

# Schroeder

## PREFEITURA

### AVISO DE LICITAÇÃO DESERTA E REPETIÇÃO CONCORRÊNCIA Nº. 03/2015 – PMS

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA  
Rua Marechal Castelo Branco, nº 3201, CEP: 89275-000 – SCHROEDER/SC

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500

e - mail: [licitacao@schroeder.sc.gov.br](mailto:licitacao@schroeder.sc.gov.br) – site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

### AVISO DE LICITAÇÃO DESERTA E REPETIÇÃO

CONCORRÊNCIA Nº. 03/2015 – PMS  
PROCESSO LICITATORIO Nº. 135/2015-PMS

O Prefeito Municipal no uso de suas atribuições torna público, para conhecimento dos interessados através da Comissão de Licitações, informa que a Sessão Pública para recebimento e abertura dos envelopes e abertura da licitação, realizada em 25 de agosto de 2015, na Prefeitura Municipal de Schroeder (SC), Setor de Licitações, localizado no piso térreo da Sede da Prefeitura Municipal, localizado na Rua Marechal Castelo Branco nº. 3201, Centro, Schroeder/SC, credenciamento e entrega dos envelopes até: às 08h45min e Abertura do processo: às 09h, tendo em vista a outorga de concessão onerosa da "PRESTAÇÃO E EXPLORAÇÃO DO SERVIÇO DE TRANSPORTE COLETIVO DE PASSAGEIROS, DO MUNICÍPIO SCHROEDER conforme lei municipal 1.807/2010 e itinerário, regulamento dos serviços e demais anexos que fazem parte integrante deste instrumento convocatório.

O Prefeito Municipal comunica aos interessados que a nova Sessão de Abertura da Concorrência nº. 03/2015-PMS, realizar-se-á em 14 de outubro de 2015, na Prefeitura Municipal de Schroeder (SC), Setor de Licitações, localizado no piso térreo da Sede da Prefeitura Municipal, localizado na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, Centro, Schroeder/SC, credenciamento e entrega dos envelopes até: às 08h45min e Abertura do processo: às 09h.

A íntegra do Edital, bem como mais informações poderão ser obtidas no site do Município de Schroeder ([www.schroeder.sc.gov.br](http://www.schroeder.sc.gov.br)) ou junto ao setor de licitações de segunda a sexta - feira das 07h30min às 12h e das 13h30min às 17h. Fone/fax (0xx47)3374-6500 ou pelo e-mail: [licitacao@schroeder.sc.gov.br](mailto:licitacao@schroeder.sc.gov.br).

Schroeder, 26 de agosto de 2015.

OSVALDO JURCK  
Prefeito Municipal

### DECRETO Nº 3.401/2015, DE 24 DE AGOSTO DE 2015.

DECRETO Nº 3.401/2015, de 24 de agosto de 2015.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal,

Considerando o disposto nos artigos 27 e 28, da Lei Complementar nº 096/2010, de 14/12/2010, que trata da Progressão por Capacitação Profissional;

Considerando o ofício da avaliação realizada pelo Conselho Municipal de Educação (COMED), em 16 de julho de 2015;

DECRETA:

Art. 1º Fica determinado o acesso de uma classe do cargo de professor para outra, do funcionário abaixo relacionado, conforme disposto no art. 27 do Plano de Carreira e Remuneração do Magistério do Município de Schroeder – LC nº. 096/2010, de 14/12/2010, e suas alterações:

Nome Nível Anterior Nível Atual  
Nilza de Fatima Rodrigues Velasques C-Inicial C-I

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº. 1.669/2008, de 17/6/2008.

Schroeder (SC), 24 de agosto de 2015.

OSVALDO JURCK  
Prefeito Municipal

Publicada por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY  
Assessor Jurídico

### EDITAL DE NOTIFICAÇÃO 001/2015 - PROCON

DIRETORIA MUNICIPAL DE DEFESA DO CONSUMIDOR DO MUNICÍPIO DE SCHROEDER – PROCON

#### EDITAL DE NOTIFICAÇÃO 001/2015

PROCON-SCHROEDER, sito à Rua Marechal Castelo Branco, nº 3201, Centro, Schroeder; SC, através da Diretora, Nadiete Albino Marcilio, com fundamento no artigo 42, -2º do Decreto Federal 2.181/97, faz saber que perante esse órgão, tramita a reclamação nº 030/2013, tendo como Consumidora Sueli Ferreira Lopes de Almeida, inscrito no CPF sob nº 034.256749-78, e Fornecedor Ana Paula da Silva Dancker- ME/ Facilita, inscrito (a) no CNPJ sob o nº 15.305.867/0001-22. Por este Edital fica INTIMADA a reclamada ANA PAULA DA SILVA DANCKER-ME/ FACILITA para: tomar ciência do valor estimado a renda bruta mensal no valor de R\$30.000,00 (trinta mil reais), com fundamentação legal no -2º do art.47, do Decreto Municipal 2.139/2010. Assim sendo, na conformidade do mesmo parágrafo do artigo 47, abre-se o prazo de 10 (dez) dias, a contar da publicação, para a reclamada, querendo, impugnar o valor arbitrado, mediante comprovação documental idônea. E para que chegue ao conhecimento do interessado e não alegue ignorância, mandou passar o presente Edital que será afixado no mural do PROCON-SCHROEDER, disponibilizado no link do PROCON-Schroeder inserido dentro do sítio eletrônico da Prefeitura Municipal de Schroeder e publicado uma vez no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina. Eu, Oclânia de Souza Todão, que fiz digitar e NADIETE ALBINO MARCILIO, Diretora do PROCON, assina o presente.

Schroeder, 26 de agosto de 2015.

Nadiete Albino Marcilio  
PROCON – Schroeder/SC



**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO 002/2015 - PROCON**

DIRETORIA MUNICIPAL DE DEFESA DO CONSUMIDOR DO MUNICÍPIO DE SCHROEDER – PROCON

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO 002/2015**

PROCON-SCHROEDER, sito à Rua Marechal Castelo Branco, nº 3201, Centro, Schroeder; SC, através da Diretora, Nadiete Albino Marcilio, com fundamento no artigo 42, -2º do Decreto Federal 2.181/97, faz saber que perante esse órgão, tramita a reclamação nº 007/2013, tendo como Consumidor Cirineu Petri, inscrito no CPF sob nº 936.218.259/91, e Fornecedor Fujibras Comércio Importação Exportação Ltda ME, inscrito (a) no CNPJ sob o nº 08.078.696/0001-80. Por este Edital fica INTIMADA a reclamada FUJIBRAS COMÉRCIO IMPORTAÇÃO EXPORTAÇÃO LTDA- ME para: tomar ciência do valor estimado a renda bruta mensal no valor de R\$350.000,00 (trezentos e cinquenta mil), com fundamentação legal no -2º do art.47, do Decreto Municipal 2.139/2010. Assim sendo, na conformidade do mesmo parágrafo do artigo 47, abre-se o prazo de 10 (dez) dias, a contar da publicação, para a reclamada, querendo, impugnar o valor arbitrado, mediante comprovação documental idônea. E para que chegue ao conhecimento do interessado e não alegue ignorância, mandou passar o presente Edital que será afixado no mural do PROCON-SCHROEDER, disponibilizado no link do PROCON-Schroeder inserido dentro do sítio eletrônico da Prefeitura Municipal de Schroeder e publicado uma vez no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina. Eu, Oclânia de Souza Todão, que fiz digitar e NADIETE ALBINO MARCILIO, Diretora do PROCON, assina o presente.

Schroeder, 26 de agosto de 2015.

Nadiete Albino Marcilio

PROCON – Schroeder/SC

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO 003/2015 - PROCON**

DIRETORIA MUNICIPAL DE DEFESA DO CONSUMIDOR DO MUNICÍPIO DE SCHROEDER – PROCON

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO 003/2015**

PROCON-SCHROEDER, sito à Rua Marechal Castelo Branco, nº 3201, Centro, Schroeder; SC, através da Diretora, Nadiete Albino Marcilio, com fundamento no artigo 42, -2º do Decreto Federal 2.181/97, faz saber que perante esse órgão, tramita a reclamação nº 011/2013, tendo como Consumidor Juliano Ambrosio Pelicoli, inscrito no CPF sob nº 003.347.329/30 e Fornecedor Maik Luiz Ribeiro- ME/ Divisul Divisórias e Forros, inscrito (a) no CNPJ sob o nº 14.319.791/0001-21. Por este Edital fica INTIMADA a reclamada MAIK LUIZ RIBEIRO- ME/ DIVISUL DIVISÓRIAS E FORROS para: tomar ciência do valor estimado a renda bruta mensal no valor de R\$70.000,00 (setenta mil reais), com fundamentação legal no -2º do art.47, do Decreto Municipal 2.139/2010. Assim sendo, na conformidade do mesmo parágrafo do artigo 47, abre-se o prazo de 10 (dez) dias, a contar da publicação, para a reclamada, querendo, impugnar o valor arbitrado, mediante comprovação documental idônea. E para que chegue ao conhecimento do interessado e não alegue ignorância, mandou passar o presente Edital que será afixado no mural do PROCON-SCHROEDER, disponibilizado no link do PROCON-Schroeder inserido dentro do sítio eletrônico da Prefeitura Municipal de Schroeder e publicado uma vez no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina. Eu, Oclânia de Souza Todão, que fiz digitar e NADIETE ALBINO MARCILIO, Diretora do PROCON, assina o presente.

Schroeder, 26 de agosto de 2015.

Nadiete Albino Marcilio

PROCON – Schroeder/SC

**EXTRATO DO CONTRATO Nº. 207/2015 - PMS**

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

Rua Marechal Castelo Branco, 3201

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500

CEP: 89275-000 - SCHROEDER – SC

e-mail: [licitacao@schroeder.sc.gov.br](mailto:licitacao@schroeder.sc.gov.br) - site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

Extrato do Contrato nº. 207/2015 - PMS

Processo de licitação nº. 172/2015–PMS – Pregão Presencial nº. 88/2015–PMS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, no Município de Schroeder/SC.

Contratada: PORTAL PCH LTDA., inscrita no CNPJ sob o nº 10.543.892/0001-20, estabelecida na Rua Ida Luiza Bertha Jacob Wulf nº. 66, sala 03, Centro, no Município de Schroeder, Estado de Santa Catarina, CEP: 89.275-000

Objeto: Constitui o objeto do presente contrato a contratação de serviços de Internet Banda Larga 24 horas por dia, para atender as necessidades das Secretarias de Obras e Serviços Urbanos; Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio e Turismo; Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental; Secretaria de Planejamento, Gestão e Finanças; Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer; Secretaria de Saúde; Secretaria de Assistência Social e Gabinete do Prefeito do Município de Schroeder/SC, conforme ANEXO IX - Termo de Referência do instrumento, conforme consta na proposta vencedora que faz parte integrante deste Contrato, como se transcrito fosse:



ITEM	DESCRIÇÕES	UNID.	QTDE.	VALOR R\$ UNITÁRIO	VALOR R\$ TOTAL
TIPO 01					
01	Serviço de Internet Banda Larga – 10Mbps de Download e 1Mbps de Upload Local:ESF I - Schroeder I, Rua Guaramirim, 560, Schroeder I, CEP 89275-000, 47 3374-5497 Lat 26°27'1.52"S, Lon 49° 1'30.23"O	12	Meses	180,00	2.160,00
02	Instalação do item 01	1	Unidade	50,00	50,00
03	Serviço de Internet Banda Larga – 10Mbps de Download e 1Mbps de Upload Local:ESF III – Sossego, Rua Alphons Maria Schmalz, 130, Sossego, CEP 89275-000, 47 3374-1107 / 47 3374-0632 Lat 26°23'41.01"S, Lon 49° 5'21.10"O	12	Meses	180,00	2.160,00
04	Instalação do item 03	1	Unidade	40,00	40,00
05	Serviço de Internet Banda Larga – 10Mbps de Download e 1Mbps de Upload Local: ESF II, Rua Presidente Costa e Silva, 770, CEP 89275-000 Lat 26°25'20.78"S, Lon 49° 3'34.52"O	12	Meses	180,00	2.160,00
06	Instalação do item 05	1	Unidade	250,00	250,00
07	Serviço de Internet Banda Larga – 5Mbps de Download e 512kbps de Upload Local:Conselho Tutelar, Rua Marechal Castelo Branco, 3668, Centro, CEP 89275-000, (47) 3374-0489 Lat 26°24'27.78"S, Lon 49° 4'43.37"O	12	Meses	130,00	1.560,00
08	Instalação do item 07	1	Unidade	250,00	250,00
09	Serviço de Internet Banda Larga – 5Mbps de Download e 512kbps de Upload Local:CRAE - Centro de Reabilitação e Atendimento Especializado / NASF - Núcleo de Apoio a Saúde da Família, Rua Marechal Castelo Branco, 3564, Centro, CEP 89275-000, 47 3373-3192 Lat 26°24'31.11"S, Lon 49° 4'40.72"O	12	Meses	130,00	1.560,00
10	Instalação do item 09	1	Unidade	250,00	250,00
11	Serviço de Internet Banda Larga – 5Mbps de Download e 512kbps de Upload Local:Escola Municipal Professora Sarita Beck Rezende e Jardim de Infância Crescer e Aprender, Rua Dom Pedro, 820, Rio Hern, CEP 89275-000, (47) 3276-3866 Lat 26°25'27.18"S, Lon 49° 3'27.54"O	12	Meses	130,00	1.560,00
12	Instalação do item 11	1	Unidade	250,00	250,00
13	Serviço de Internet Banda Larga – 5Mbps de Download e 512kbps de Upload Local:CEIM Professora Cristiane Inês Zerbin, Rua Mario Zerbin, Rio Hern, 60, CEP 89275-000, (47) 3374-5472 Lat 26°25'17.89"S, Lon 49° 3'44.51"O	12	Meses	130,00	1.560,00
14	Instalação do item 13	1	Unidade	250,00	250,00
15	Serviço de Internet Banda Larga – 5Mbps de Download e 512kbps de Upload Local:Escola Municipal Professor Santos Tomaselli, Rua Cândido Tomaselli, 884, Tomaselli, CEP 89275-000, (47) 3374-0408 Lat 26°23'10.77"S, Lon 49° 3'36.52"O	12	Meses	130,00	1.560,00
16	Instalação do item 15	1	Unidade	250,00	250,00
17	Serviço de Internet Banda Larga – 5Mbps de Download e 512kbps de Upload Local:CEIM Girassol, Rua Guilherme Zastrow, 58, Centro, CEP 89275-000, (47) 3374-1338 Lat 26°23'35.09"S, Lon 49° 5'20.95"O	12	Meses	130,00	1.560,00
18	Instalação do item 17	1	Unidade	250,00	250,00

19	Serviço de Internet Banda Larga – 5Mbps de Download e 512Kbps de Upload Local: Escola Municipal Kismara Lislei Walkinir Moreira e Jardim de Infância Chapeuzinho Vermelho, Rua 03 de Outubro, 261, Centro, CEP 89275-000, (47) 3370 1698 Lat 26°23'32.69"S, Lon 49° 5'23.72"O	12	Meses	130,00	1.560,00
20	Instalação do item 19	1	Unidade	250,00	250,00
21	Serviço de Internet Banda Larga – 5Mbps de Download e 512kbps de Upload Local: ESF IV - Itoupava Açú, Rua 23 de Março, 1995, Itoupava Açú, CEP 89275-000, 47 3275-1362 Lat 26°21'6.28"S, Lon 49° 7'34.22"O	12	Meses	130,00	1.560,00
22	Instalação do item 21	1	Unidade	250,00	250,00
23	Serviço de Internet Banda Larga – 5Mbps de Download e 512kbps de Upload Local: CEIM Ezélia Correia Lombardi, Rua Guaramirim, 313, Schroeder I, CEP 89275-000, 47 3374-2609 Lat 26°26'55.68"S, Lon 49° 1'22.84"O	12	Meses	130,00	1.560,00
24	Instalação do item 23	1	Unidade	250,00	250,00
25	Serviço de Internet Banda Larga – 5Mbps de Download e 512kbps de Upload Local: Escola Municipal Frida Hein Krause e Jardim de Infância Branca de Neve, Rua Marechal Castelo Branco, 8382, Schroeder III, CEP 89275-000, 47 3273-7023 Lat 26°22'31.58"S, Lon 49° 6'29.73"O	12	Meses	130,00	1.560,00
26	Instalação do item 25	1	Unidade	250,00	250,00
27	Serviço de Internet Banda Larga – 2Mbps de Download e 512kbps de Upload Local: Escola Municipal Professora Vali Jorck Voigt e Jardim de Infância Flor do Campo, Estrada Rancho Bom, 4426, Rancho Bom, CEP 89275-000, 47 3055-7795 Lat 26°21'5.33"S, Lon 49° 2'55.01"O	12	Meses	115,00	1.380,00
28	Instalação do item 27	1	Unidade	500,00	500,00
29	Serviço de Internet Banda Larga – 2Mbps de Download e 512kbps de Upload Local: Escola Municipal Castro Alves e Jardim de Infância Cantinho Alegre, Estrada Duas Mamas, 3000, Duas Mamas, CEP 89275-000, 47 3055-7707 Lat 26°23'14.60"S, Lon 49° 2'6.57"O	12	Meses	115,00	1.380,00
30	Instalação do item 29	1	Unidade	500,00	500,00
31	Serviço de Internet Banda Larga – 2Mbps de Download e 512kbps de Upload Local: Escola Municipal Professora Leonete Bauer Walz e Jardim de Infância Bondinho Alegre, Estrada Bracinho, 11076, Bracinho, CEP 89275-000, 47 3055-7887 Lat 26°21'5.09"S, Lon 49° 6'20.46"O	12	Meses	115,00	1.380,00
32	Instalação do item 31	1	Unidade	500,00	500,00
33	Serviço de Internet Banda Larga – 2Mbps de Download e 512kbps de Upload Local: ETA - Estação de Tratamento de Água, Estrada Bracinho, 12426, Bracinho, CEP 89275-000, 3055-7888 Lat 26°20'26.42"S, Lon 49° 6'13.86"O	12	Meses	115,00	1.380,00
34	Instalação do item 33	1	Unidade	500,00	500,00
35	Serviço de Internet Banda Larga – 35Mbps de Download e 3Mbps de Upload, Conexão através de Fibra Ótica Local: Secretaria de Planejamento, Gestão e Finanças, Rua Marechal Castelo Branco, 3201, Centro, CEP 89275-000, 47 3374-6500 Lat 26°24'42.86"S, Lon 49° 4'33.61"O	12	Meses	290,00	3.480,00
36	Instalação do item 35	1	Unidade	690,00	690,00
TIPO 02					
37	Serviço de Internet Dedicada – 5Mbps de Download e 5Mbps de Upload, Conexão através de Fibra Ótica Local: Secretaria de Planejamento, Gestão e Finanças, Rua Marechal Castelo Branco, 3201, Centro, CEP 89275-000, 47 3374-6500 Lat 26°24'42.86"S, Lon 49° 4'33.61"O	12	Meses	850,00	10.200,00

38	Instalação do item 37	1	Unidade	690,00	690,00
TOTAL R\$					47.500,00

Valor do contrato: R\$ 47.500,00 (quarenta e sete mil e quinhentos reais)

Data da Assinatura: 25/08/2015 – Vigência: 25/08/2016

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

### **PORTARIA Nº 6.170/2015, DE 24 DE AGOSTO DE 2015.**

PORTARIA Nº 6.170/2015, DE 24 DE AGOSTO DE 2015.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal,

Considerando a redução da carga horária da servidora, Sra. Jucineia Formigari em 1º de agosto de 2015;

Considerando a realização do Processo Seletivo nº. 004/2014-SECEL/PMS;

Considerando o Decreto nº. 3.172/2014, de 24 de novembro de 2014, que homologa a lista dos classificados no referido Processo Seletivo;

#### **RESOLVE:**

Art. 1º ADMITIR, o Sr. Maylon Castilhos, para exercer o cargo de Professor B – Educação Física, subárea Educação Infantil e Fund. – Anos Iniciais e Finais, percebendo o nível salarial B-Inicial, conforme tabela salarial da Lei Complementar nº 096/2010, de 14/12/2010 e alterações, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, em virtude de sua aprovação no Processo Seletivo nº. 004/2014/SECEL/PMS, por necessidade de atendimento aos serviços essenciais deste Município conforme o disposto no Art. 2º, III, da Lei Municipal nº 1.690/2008, a partir desta data.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº. 1.669/2008, de 17/06/2008.

Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder (SC), 24 de agosto de 2015.

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

MAYKEL ROBERTO LAUBE

Secretário de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

Publicada por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY

Assessor Jurídico

**ATA CONCORRÊNCIA 03/2015-PMS (SEQUÊNCIA 01)**

<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>MUNICIPIO DE SCHROEDER</b>  CNPJ: 83.102.491/0001-09 RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201 C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC	<b>CONCORRÊNCIA</b> <b>Nr.: 3/2015 - CC</b>
	Processo Administrativo: Processo de Licitação: 135/2015 Data do Processo: 08/07/2015

Folha: 1/1

**ATA DE REUNIÃO DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO****Número da ATA: 128/2015 (Sequência: 1)****OBJETO DA LICITAÇÃO:**

Outorga de concessão onerosa da "PRESTAÇÃO E EXPLORAÇÃO DO SERVIÇO DE TRANSPORTE COLETIVO DE PASSAGEIROS, DO MUNICÍPIO SCHROEDER conforme lei municipal 1.807/2010 e itinerário, regulamento dos serviços e demais anexos que fazem parte integrante deste instrumento convocatório

A comissão reuniu-se para abertura da licitação Para fornecer conhecimento do presente edital, é o mesmo publicado em resumo no mural Público Municipal, no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Santa Catarina (DOM/SC), no jornal de circulação regional - O Correio do Povo, no Diário Oficial do Estado de Santa Catarina, no Diário da União e disponibilizado na íntegra no site [www.schroeder.sc.gov.br](http://www.schroeder.sc.gov.br) do Município de Schroeder/ SC. Diante da ausência de participantes, caracterizada pela não apresentação envelopes de habilitação e propostas, bem como o credenciamento, devidamente protocolados no horário e data determinado no edital. O processo foi declarado deserto. Diante do acima exposto encerra-se a sessão.

Schroeder, 25 de Agosto de 2015

**COMISSÃO:**

Ivandra de Souza	- ..... - Presidente da Comissão de Licitação
Valderi Rocha de Camargo	- ..... - Membro
Eloir José Wendt	- ..... - Membro
Andreia Nass Friedemann	- ..... - Membro
Daniela Samulescki	- ..... - Secretária
Suzana Pereira Lopes	- ..... - Membro Suplente
Natália Kersten Brumüller	- ..... - Membro Suplente

# Serra Alta

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 127/2015

DECRETO Nº 127/2015 DE 25 DE AGOSTO DE 2015.

“DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DOS MEMBROS PARA COMPOR A COMISSÃO MUNICIPAL DE ESPORTES NO MUNICÍPIO DE SERRA ALTA/SC E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

FRANCISCO ARTUR BOTH, Prefeito Municipal de Serra Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são atribuídas:

#### DECRETA:

Art 1º Fica nomeada a Comissão Municipal de Esportes – CME do município de Serra Alta/SC, composta pelos seguintes membros:

#### COMISSÃO CENTRAL

Presidente: Leonel Teodoro

Vice Presidente: Antoninho Luiz de Souza

Secretario: Silmara Terezinha Freitas

#### COMISSÃO DISCIPLINAR:

- Adir Motter
- Silvania Zorzi
- Elton Germiniani
- Pedro Menegatt
- Eno José Sgarbi
- Juninho Valmorbida
- Renato Odair de Almeida

#### SUBCOMISSÃO TÉCNICA:

- Emerson Back
- Lewis Maté Heineck
- Vilmar Mignoni

#### SUBCOMISSÃO DISCIPLINAR:

Relator: Assessor Jurídico: Luiz Fernando Kreutz.

Membros Auditor: Volnei Luiz Ficagna

Auditor: Alcides Nelso Martinelli

Auditor: Adelar Mendes

Auditor: Lauro De Avila e Silva

Auditor: Celso Flavio Donida

Art. 2º As modalidades não contempladas com subcomissão, serão tratadas diretamente pela comissão central.

Art. 3º O objetivo da Comissão Municipal de Esportes – CME é o de estimular, desenvolver, difundir, promover, apoiar, aperfeiçoar a prática das diversas modalidades esportivas amadoras e profissionais do município de Serra Alta/SC.

Art. 4º Promover a articulação entre as entidades públicas e organizacionais privilegiando a execução da política de recreação, lazer e iniciação esportiva em favor das crianças e adolescentes, sobretudo nas comunidades carentes, visando seu desenvolvimento psicomotor e sua integração social.

Art.5º Propiciar a iniciação, formação, treinamento e aperfeiçoamento nas várias modalidades esportivas em todas as suas categorias, visando à representação do município de Serra Alta em competições intermunicipais e estaduais.

Art. 6º O serviço da Comissão Municipal de Esportes – CME será

considerada de caráter relevante, não lhe sendo atribuído qualquer vínculo empregatício, para fins deste objeto, entre a Prefeitura Municipal de Serra Alta e seus componentes, incluindo a não geração de direitos ou obrigação trabalhista ou social.

Art.7º Este Decreto terá validade até 31 de Dezembro de 2016

Art. 8º Este decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 3º da Lei Municipal nº. 958/2013 de 22/05/2013, revogando o DECRETO Nº 055 DE 28 DE FEVEREIRO DE 2013, e as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito 25 de agosto de 2015.

FRANCISCO ARTUR BOTH

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em data supra:

VANDERLI RUI DE GASPARI

Secretário de Administração

# Sombrio

## PREFEITURA

**DEC 139/2015**

DECRETO Nº 139, DE 03 DE AGOSTO DE 2015.

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO FISCAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SOMBRIO – SC.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SOMBRIO, Senhor Zênio Cardoso, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Sombrio, de 06 de abril de 1990 e o artigo 6º, da Lei nº 2189 de 04 de Dezembro de 2014, (Lei Orçamentária)

**DECRETA:**

Art. 1º. Fica aberto ao orçamento fiscal do Fundo Municipal de Saúde, crédito suplementar, no valor de R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais). na seguinte dotação orçamentária:

07.02 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

2.020 - Atendimento de Saúde Básica

3.1.90.00.00.00.00.00.0013 - Aplicações Diretas ..... R\$ 60.000,00

3.1.90.00.00.00.00.00.0012 - Aplicações Diretas ..... R\$ 20.000,00

Art. 2º A abertura de Crédito de que trata o art. 1º, correrá a conta do excesso de arrecadação das fontes 12 e 13.

Art. 3º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Sombrio – SC, 03 agosto de 2015.

Zênio Cardoso

Prefeito Municipal

Registrado e publicado nesta secretaria em data supracitada

José Sidnei Januário

Secretário Municipal de Finanças, Administração e Planejamento

**DEC. 140/2015**

DECRETO Nº 140, DE 03 DE AGOSTO DE 2015.

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO FISCAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SOMBRIO – SC.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SOMBRIO, Senhor Zênio Cardoso, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Sombrio, de 06 de abril de 1990 e o artigo 6º, da Lei nº 2189 de 04 de Dezembro de 2014, (Lei Orçamentária)

**DECRETA:**

Art. 1º. Fica aberto ao orçamento fiscal da Prefeitura Municipal de Sombrio, crédito suplementar, no valor de R\$ 46.000,00 (quarenta e seis mil reais), na seguinte dotação do orçamento vigente:

02.01 - SECRET. DE ADMINIST. E PLANEJAMENTO

2.004 - Gestão da Secretaria de Administração

3.3.90.00.00.00.00.00.0080- Aplicações Diretas ..... R\$ 46.000,00

Art. 2º A abertura de Crédito de que trata o art. 1º, correrá a conta do provável excesso de arrecadação da fonte 80 ( rec. próprios).

Art. 3º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Sombrio – SC, 03 agosto de 2015.

Zênio Cardoso

Prefeito Municipal

Registrado e publicado nesta secretaria em data supracitada

José Sidnei Januário

Secretário Municipal de Finanças, Administração e Planejamento



**DEC. 144/2015**

DECRETO Nº 144 DE 25 DE AGOSTO DE 2015.

DECLARA LUTO OFICIAL NO MUNICÍPIO DE SOMBRIO, POR TRES DIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SOMBRIO – SC, Senhor Zênio Cardoso, no uso das atribuições privativas que lhe confere o item VI, do Artigo 66, da Lei Orgânica Municipal e,

CONSIDERANDO o falecimento em 25 de agosto de 2015, do ilustre cidadão Sombriense Senhor JAIR COELHO, Funcionário Público Municipal, ocupante do Cargo de Fiscal de Tributos;

CONSIDERANDO a relevância de sua dedicação para o desenvolvimento econômico e Social do Município.

DECRETA:

Artigo Único É declarado LUTO OFICIAL no Município de Sombrio, por três dias, tendo em vista o falecimento do cidadão Sombriense Senhor JAIR COELHO, ocorrido no dia 25 de agosto de 2015.

Município de Sombrio-SC, 25 de agosto de 2015.

Zênio Cardoso

Prefeito Municipal

Registrado e publicado nesta Secretaria em data supracitada.

José Sidinei Januário

Secretário Municipal de Finanças, Administração e Planejamento

**PORT. 126/2015**

PORTARIA Nº 126 DE 25 DE AGOSTO DE 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SOMBRIO-SC, Senhor Zênio Cardoso, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Sombrio, de 06 de abril de 1990, em conformidade com a Lei nº 1.415 de 20 de Maio de 2003.

RESOLVE:

Designar o servidor Sr JOSÉ SIDNEI JANUÁRIO, Secretário Municipal de Finanças, Administração e Planejamento, nomeado através do Decreto nº 001, de 02 de janeiro de 2013, para representar, assinar, questionar e responder todos os atos referentes a Prestações de Contas e Convênios junto a Secretaria do Desenvolvimento Regional de Araranguá ou a qualquer outro Órgão Estadual que se refira a Prestações de Contas, Transferências e Convênios, que envolvam o Município de Sombrio – SC.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Sombrio - SC, 25 de agosto de 2015.

Zênio Cardoso

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada nesta Secretaria em data supracitada.

José Sidnei Januário

Secretário Municipal de Finanças, Administração e Planejamento

ATO 009



# GABARITO DEFINITIVO

ATO 009/iobv/001/15

PREFEITURA MUNICIPAL DE SOMBRIO – SAMAE

Concurso Público 001/2015 – 16/08/2015

**X - Anulada**

## Fundamental

### Auxiliar de Serviços Gerais

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
A	C	B	C	D	B	C	A	B	D	A	B	C	D	B	A	C	D	A	D

### Eletricista

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
A	C	B	C	D	B	C	A	B	D	C	A	B	A	D	A	D	C	B	D

### Encanador

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
A	C	B	C	D	B	C	A	B	D	C	A	C	B	D	B	C	A	D	A

### Motorista

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
A	C	B	C	D	B	C	A	B	D	B	C	X	A	A	C	D	A	A	D

Questão 18 Motorista, troca de gabarito.

### Operador de Equipamentos

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
A	C	B	C	D	B	C	A	B	D	A	D	B	C	C	A	B	D	D	A

### Pedreiro

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
A	C	B	C	D	B	C	A	B	D	C	B	A	D	A	D	C	C	D	A

### Vigia

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
A	C	B	C	D	B	C	A	B	D	A	C	D	B	A	D	D	B	A	C

## Médio

### Auxiliar Administrativo

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
B	A	C	D	B	D	C	A	D	B	C	D	B	A	B	D	A	C	D	B
21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40
C	B	A	C	D	D	A	B	A	C	A	B	D	C	D	A	X	C	A	C

Questão 37, Auxiliar Administrativo anulada por conter erro material de digitação na alternativa considerada correta.

**Fiscal**

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
B	A	C	D	B	D	C	A	D	B	C	D	B	A	B	D	A	C	D	B
21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40
C	B	A	C	D	D	A	B	A	C	D	D	C	B	A	C	B	B	D	A

**Leiturista**

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
B	A	C	D	B	D	C	A	D	B	C	D	B	A	B	D	A	C	D	B
21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40
C	B	A	C	D	D	A	B	A	C	A	D	B	D	C	B	A	C	D	A

**Operador de ETE/ETA**

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
B	A	C	D	B	D	C	A	D	B	C	D	B	A	B	D	A	C	D	B
21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40
C	B	A	C	D	D	A	B	A	C	D	A	X	C	B	A	D	A	D	C

Questão 36 Operador de ETE/ETA, troca de gabarito.

**Superior****Assessor Jurídico**

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
C	B	A	C	D	A	B	X	C	D	B	A	B	C	A	D	B	D	C	D
21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40
A	B	D	A	B	B	C	B	A	D	C	C	D	C	A	C	A	B	D	A

**Engenheiro Químico**

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
C	B	A	C	D	A	B	X	C	D	B	A	B	C	A	D	B	D	C	D
21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40
A	B	D	A	X	C	A	X	B	C	D	B	D	B	A	C	D	A	X	C

Sombrio, 24 de Agosto de 2015.

**ATO 012**

**Prefeitura Municipal de Sombrio**  
*Concurso Público Edital 001/2015 ADM*  
**JULGAMENTO DOS RECURSOS CONTRA QUESTÕES E PROVAS**

**ATO 012/CP/MS/ED1/15/ADM**

**DIVULGA O JULGAMENTO DOS RECURSOS CONTRA AS QUESTÕES DA PROVA ESCRITA DO  
EDITAL Nº 001/2015 DE CONCURSO PÚBLICO DA ADMINISTRAÇÃO DE SOMBRIO**

**O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SOMBRIO**, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, juntamente com a Comissão Municipal de Concurso Público, torna público as decisões dos pedidos de recursos contra as questões e provas escritas aplicadas em 16 de agosto de 2015, conforme segue:

**Conhecimentos Específicos cargos de Nível Fundamental**

**Questão 13 – Motorista**

Candidato: 99800, 99887

Os candidatos impetraram recurso sobre a questão mencionada, alegando em síntese que a resposta da mesma não está presente no Código de Trânsito Brasileiro.

**DEFERIDO:** Assiste razão aos recorrentes. O Código de Trânsito Brasileiro (CTB) previa, entre os sinais sonoros, "Um silvo longo e um breve" com a significação "Trânsito impedido em todas as direções". Contudo, Resolução nº 164/2004, aprovada em face do disposto no artigo 336 do CTB, alterou a classificação deixando de prever a sinalização indicada na questão em comento.

Ante o exposto, **defer-se** o pedido **anulando-se a questão**.

**QUESTÃO ANULADA**

**Questão 18 – Motorista**

Candidato: 99800

O candidato impetrou recurso sobre a questão mencionada, alegando em síntese que a alternativa correta seria a letra A e não B conforme gabarito.

**DEFERIDO:** Assiste razão aos recorrentes. Houve equívoco na indicação da resposta (é alternativa A e não B). A Resolução nº 164/2004 ao dispor sobre a sinalização horizontal define-a como "...um subsistema da sinalização viária que se utiliza de linhas, marcações, símbolos e legendas, pintados ou apostos sobre o pavimento das vias... A sinalização horizontal é classificada em: - marcas longitudinais; - marcas transversais; - marcas de canalização; - marcas de delimitação e controle de estacionamento e/ou parada; - inscrições no pavimento."

A mesma norma define os dispositivos auxiliares como "...elementos aplicados ao pavimento da via, junto a ela, ou nos obstáculos próximos, de forma a tornar mais eficiente e segura a operação da via. São apostos em série no pavimento ou em suportes, reforçando marcas viárias, ou ao longo das áreas adjacentes a elas.". Indubitavelmente, o catadióptrico é um dispositivo auxiliar.

Ante o exposto, **defer-se** o pedido para **alterar a resposta** da questão, considerando como correta a opção **A (auxiliar)**.

**TROCA DE GABARITO**

**Conhecimentos Gerais cargos de Nível Médio**

**Questão 03 – Língua Portuguesa**

Candidato: 95726

O candidato impetrou recurso sobre a questão mencionada, alegando que na alternativa "D" um número da sequência se repete (2).

**INDEFERIDO:** A alternativa apresentada no gabarito está correta e o fato de se ter uma alínea com numeração repetida não invalida a questão, pois "D" por si só já é incorreta, pois o enunciado apenas manda numerar a 2ª coluna de acordo com a primeira e assinalar a correta.

**QUESTÃO MANTIDA**

**Prefeitura Municipal de Sombrio**

Concurso Público Edital 001/2015 ADM

**JULGAMENTO DOS RECURSOS CONTRA QUESTÕES E PROVAS****Questão 07 – Matemática**

Candidato: 100652

O candidato impetrou recurso sobre a questão mencionada, alegando que a resolução da questão não fecha com a do gabarito.

**INDEFERIDO:** Em análise ao recurso interposto, cabe ressaltar que a imposição de recurso deve vir acompanhada de fundamentação, como determinado pelo Edital, porém o gabarito da questão está correto, segue resolução:

Resolução:

$$\frac{\frac{6}{5} + \frac{2}{7}}{\frac{7}{5}} = \frac{\frac{42 + 10}{35}}{\frac{7}{5}} = \frac{52}{35} \times \frac{5}{7} = \frac{52}{7} \times \frac{1}{7} = \frac{52}{49}$$

Portanto a questão possui solução, sendo o resultado igual a  $\frac{52}{49}$ .

Desta forma, INDEFERIMOS o recurso interposto e mantemos a alternativa correta como sendo "C)  $\frac{52}{49}$ ".

**QUESTÃO MANTIDA****Questão 09 – Matemática**

Candidato: 92783, 92995

Os candidatos impetraram recurso sobre a questão mencionada, alegando em síntese, que a mesma foi mal formulada e que deveria pedir a área das superfícies do cubo.

**INDEFERIDO:** Em análise ao recurso interposto, cabe ressaltar que a interpretação do enunciado da questão faz parte da resolução da mesma, no caso desta questão o enunciado cita "a área da superfície de um cubo", portanto a superfície do cubo compreende a soma da superfície de cada um dos seus lados. Como o cubo possui seis lados e superfície de cada lado mede 144 cm<sup>2</sup> (12 cm X 12 cm), logo a superfície do cubo mede 864 cm<sup>2</sup> (144 cm<sup>2</sup> X 6).

Portanto a questão possui solução, sendo o resultado igual a 864 cm<sup>2</sup>.

Desta forma, INDEFERIMOS o recurso interposto e mantemos a alternativa correta como sendo "D) 864 cm<sup>2</sup>".

**QUESTÃO MANTIDA****Questão 12 – Conhecimentos Gerais**

Candidato: 93494

O candidato impetrou recurso sobre a questão mencionada, alegando que não se trata de um recurso e que a questão não poderia citar partido político.

**INDEFERIDO:** Não assiste razão ao candidato. O presidente da Câmara dos deputados, Eduardo Cunha e seu partido o PMDB, estão envolvidos na operação Lava Jato, que investiga corrupção no Governo Federal. Portanto é um assunto pertinente e atualizado.

**QUESTÃO MANTIDA****Questão 14 – Conhecimentos Gerais**

Candidato: 93010

O candidato impetrou recurso sobre a questão mencionada, alegando o município de Balneário Arroio do Silva faz limite com o município de Sombrio, não constando em nenhuma alternativa.

**INDEFERIDO:** Não assiste razão ao candidato. Mesmo que fizesse limite, e fosse acrescentado o município Balneário Arroio do Silva, nas quatro alternativas da resposta da questão, só haveria uma possibilidade de acerto, portanto, a alternativa A.

Conforme mapa oficial do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE), os municípios de Sombrio e Balneário Arroio do Silva são separados por uma lagoa, e que suas linhas territoriais não estão paralelas. Portanto, não se limitam.

[ftp://geoftp.ibge.gov.br/mapas\\_tematicos/politico/unidades\\_federacao/sc\\_politico\\_2009.pdf](ftp://geoftp.ibge.gov.br/mapas_tematicos/politico/unidades_federacao/sc_politico_2009.pdf)

**QUESTÃO MANTIDA**

**Prefeitura Municipal de Sombrio**

Concurso Público Edital 001/2015 ADM

**JULGAMENTO DOS RECURSOS CONTRA QUESTÕES E PROVAS****Questão 17 – Informática**

Candidato: 96714, 93494

Os candidatos impetraram recurso sobre a questão mencionada, alegando que a mesma possui duas alternativas corretas (A e C).

**INDEFERIDO:** A banca avalia recurso e referencial, e mantém alternativa, uma vez que Conforme consta no site do fabricante do software (MICROSOFT) a única combinação para alternância entre janelas seria "Alt + Tab". Ctrl+Tab no Firefox por exemplo, serve para trocar entre páginas abertas na mesma janela.

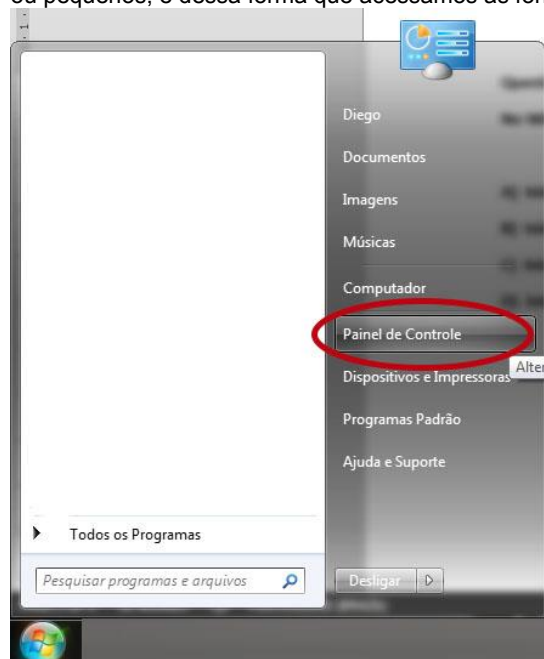
REFERÊNCIA:

MICROSOFT. **20 atalhos essencial do computador** – aplica-se ao Windows 7. Disponível em:<http://windows.microsoft.com/pt-br/windows7/20-pc-shortcuts>)**QUESTÃO MANTIDA****Questão 18 – Informática**

Candidato: 92995

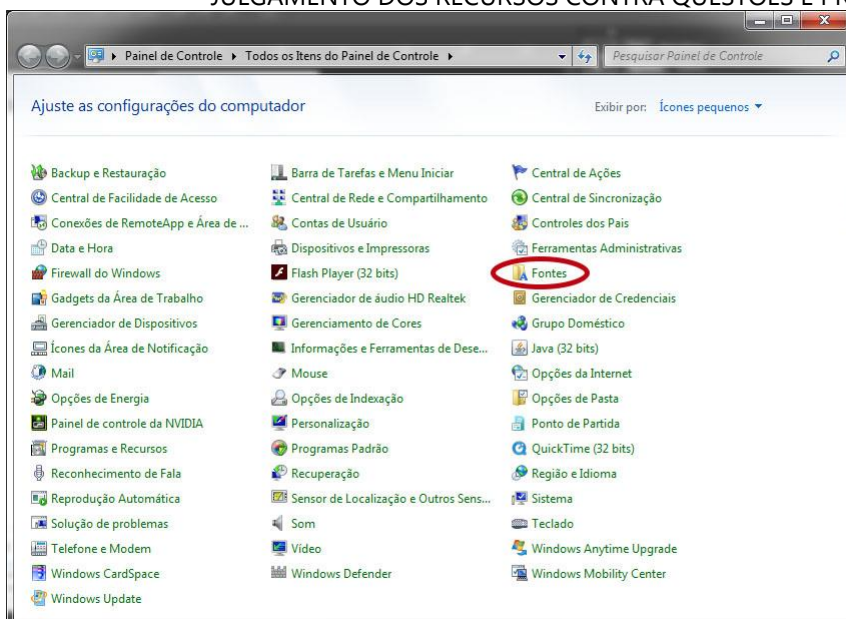
O candidato impetrou recurso sobre a questão mencionada, alegando que a mesma não está completa, não estando editadas todas as teclas de comando.

**INDEFERIDO:** Não assiste razão ao candidato. Como mostrado nas imagens abaixo, a sequência para visualizarmos as fontes do Windows são as descritas na resposta. Como informado pela candidata, no painel de controle, podemos mudar a forma de exibição dos ícones, porém, isso não interfere na resposta, já que cada usuário tem a sua configuração própria e que portanto, nas configurações de ícones grandes ou pequenos, é dessa forma que acessamos as fontes do sistema.





**Prefeitura Municipal de Sombrio**  
**Concurso Público Edital 001/2015 ADM**  
**JULGAMENTO DOS RECURSOS CONTRA QUESTÕES E PROVAS**



**QUESTÃO MANTIDA**

**Conhecimentos Específicos cargos de Nível Médio**

**Questão 21 – Legislação**

Candidato: 99757

O candidato impetrou recurso sobre a questão mencionada, alegando, em síntese que a alternativa “C – Vida” dada como correta, também é um direito social.

**INDEFERIDO:** O candidato alega que sem vida, não teriam direitos sociais e cita os artigos 1º, 2º e 3º da Constituição Federal.

Pois bem. A alegação do candidato não é específica, questiona genericamente e não se apresenta de forma coerente em relação à questão objeto do recurso. A questão é clara e o candidato deveria se atentar aos direitos sociais descritos no art. 6º da Constituição Federal. A vida é direito fundamental e não um direito social, conforme art. 5º do mesmo diploma legal.

**QUESTÃO MANTIDA**

**Questão 28 – Comuns aos Cargos**

Candidato: 99529, 100516

Os candidatos impetraram recurso sobre a questão mencionada, alegando que a questão leva à dupla interpretação e a alternativa estaria incompleta, porque não estaria especificado na alternativa C se é fundação pública ou privada, e compara a questão com outra aplicada em concurso diverso realizado pela empresa.

**DEFERIDO:** Assistem razão aos candidatos. Ocorre que a questão deveria ter especificado na alternativa C se seriam as fundações públicas ou privadas, visto que apenas as fundações públicas integram a Administração Pública Indireta, assim como foi especificado na alternativa B, pois apenas as empresas públicas integram a Administração Pública Indireta e não as empresas privadas.

**QUESTÃO ANULADA**

**Questão 31 – Auxiliar de Ensino Infantil**

Candidato: 92995, 92783

Os candidatos impetraram recurso sobre a questão mencionada, alegando em síntese que a mesma possui duas alternativas que podem ser consideradas corretas (C e D).

**Prefeitura Municipal de Sombrio****Concurso Público Edital 001/2015 ADM****JULGAMENTO DOS RECURSOS CONTRA QUESTÕES E PROVAS**

**INDEFERIDO:** Trata-se de questão cuja metodologia avalia a capacidade de julgamento do candidato com relação a temáticas e ideias, usando de exclusão de alternativa. E embora o candidato tenha interposto recurso no sentido, ponderamos os seguintes aspectos.

**ASPECTO 1** – A alternativa esperada como resposta ao enunciado da questão é “C”.

**ASPECTO 2** – Os candidatos não apresentam argumentação específica ou indicativa no recurso requerido. Apresenta uma indicação de sítio eletrônico com indicações amplas, o que não pode ser considerado pela banca examinadora como bibliografia oficial.

**ASPECTO 3** – A especificidade da resposta esperada reside na alternativa “C”, uma vez que “...quando uma criança inverte e troca letras maiúsculas...” diz respeito à dificuldades na área da escrita, ou seja, uma dificuldade nos processos de aprendizagem, no reconhecimento /diferenciação de letras maiúsculas e minúsculas.

**ASPECTO 4** – Se no enunciado houvesse apenas “...não deixa espaço entre palavras e não escreve em cima das linhas..”, caberia resposta adequada alternativa “D”. No entanto, há outros complementos, o que a faz inadequada.

E pelas explicações e considerações supracitadas, o nosso parecer é pelo INDEFERIMENTO do recurso em questão.

**Referências**

BRASIL. Educação infantil: saberes e práticas da inclusão : dificuldades acentuadas de aprendizagem ou limitações no processo de desenvolvimento. [4. ed.] / elaboração profª drª Rosana Maria Tristão (do nascimento aos três anos de idade – Universidade de Brasília/UnB, profª Ide Borges dos Santos (quatro a seis anos de idade) – MEC/SEESP (especialista em deficiência mental). – Brasília : MEC, Secretaria de Educação Especial, 2006.

Disponível em <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/dificuldadesdeaprendizagem.pdf>  
<http://br.guiainfantil.com/aprendizagem/101-problemas-de-aprendizagem-das-criancas.html>

**QUESTÃO MANTIDA****Questão 32 – Auxiliar de Ensino Infantil**

Candidato: 93494

O candidato impetrou recurso sobre a questão mencionada, alegando em síntese que a mesma deixa dúvidas para a resposta.

**INDEFERIDO:** Trata-se de questão cuja metodologia avalia a capacidade de julgamento do candidato com relação a temáticas e ideias, usando de exclusão de alternativa. E embora o candidato tenha interposto recurso no sentido, ponderamos os seguintes aspectos.

**ASPECTO 1** – A alternativa esperada como resposta ao enunciado da questão é “D”.

**ASPECTO 2** – A discalculia é uma dificuldade de aprendizagem específica, que afeta os processos relacionados com as habilidades matemáticas, o que inclui a contagem de cardinais e ordinais. Inclui ainda classificar números, seguir sequências (lógicas matemáticas), compreender conceitos matemáticos. E é o que justamente o enunciado propõe “...contar através dos cardinais e ordinais...”

E pelas explicações e considerações supracitadas, o nosso parecer é pelo INDEFERIMENTO do recurso em questão.

**Referências**

BRASIL. Educação infantil: saberes e práticas da inclusão: dificuldades acentuadas de aprendizagem ou limitações no processo de desenvolvimento. [4. ed.] / elaboração profª drª Rosana Maria Tristão (do nascimento aos três anos de idade – Universidade de Brasília/UnB, profª Ide Borges dos Santos (quatro a seis anos de idade) – MEC/SEESP (especialista em deficiência mental). – Brasília: MEC, Secretaria de Educação Especial, 2006. Disponível em

<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/dificuldadesdeaprendizagem.pdf>  
<http://br.guiainfantil.com/aprendizagem/101-problemas-de-aprendizagem-das-criancas.html>

<http://drauziovarella.com.br/crianca-2/dislexia/>

<http://www.centropsicopedagogicoapoio.com.br/o-que-e-discalculia/>

**QUESTÃO MANTIDA****Questão 37 – Auxiliar de Ensino Infantil**

Candidato: 94280

O candidato impetrou recurso sobre a questão mencionada, alegando em síntese que a questão não traduz o verdadeiro significado do “Brincar é Viver”, portando solicita anulação.

**Prefeitura Municipal de Sombrio****Concurso Público Edital 001/2015 ADM****JULGAMENTO DOS RECURSOS CONTRA QUESTÕES E PROVAS**

**INDEFERIDO:** Trata-se de questão cuja metodologia avalia a capacidade de julgamento do candidato com relação a temáticas e ideias, usando de exclusão de alternativa. E embora o candidato tenha interposto recurso no sentido, ponderamos os seguintes aspectos.

**ASPECTO 1** – A alternativa esperada como resposta ao enunciado da questão é “C”, pois

“...O lúdico proporciona um desenvolvimento sadio e harmonioso, sendo uma tendência instintiva da criança. Ao brincar, a criança aumenta a independência, estimula sua sensibilidade visual e auditiva, valoriza a cultura popular, desenvolve as habilidades motoras, diminui a agressividade, exercita a imaginação e a criatividade, aprimora a inteligência emocional, aumenta a integração, promovendo, assim, o desenvolvimento sadio, o crescimento mental e a adaptação social.” DALLABONA (2012)

**ASPECTO 2** – A alternativa “A” se faz inadequada como resposta esperada, pois há indicação da palavra que denota exclusão - “somente”, atribuindo a atividade “brincar” como finalidade única “para extravasar a agressividade inerente ao ser humano”. O que não sugere adequação nos termos do RECNEI (1998).

**ASPECTO 3** – A alternativa “B” se faz inadequada como resposta esperada, pois o ato de brincar não aliena a criança. Pelo contrário, nos termos do RECNEI (1998:27)

“...é preciso haver consciência da diferença existente entre a brincadeira e a realidade imediata que lhe forneceu conteúdo para realizar-se. Nesse sentido, para brincar é preciso apropriar-se de elementos da realidade imediata de tal forma a atribuir-lhes novos significados. Essa peculiaridade da brincadeira ocorre por meio da articulação entre a imaginação e a imitação da realidade. Toda brincadeira é uma imitação transformada, no plano das emoções e das ideias, de uma realidade anteriormente vivenciada.”

**ASPECTO 4** – A alternativa “D” se faz inadequada como resposta esperada, pois para a o ato de brincar não há restrições. Há uma multiplicidade de funções, que vão além das propostas na alternativa. Isto por que

“A função do brincar na infância é tão importante e indispensável quanto comer, dormir e falar. É por meio dessa atividade que a criança alimenta seu sistema emocional, psíquico e cognitivo. Ela elabora e reelabora toda sua existência por meio da linguagem do brincar, do lúdico e das interações com seus pares.”

E pelas explicações e considerações supracitadas, o nosso parecer é pelo INDEFERIMENTO do recurso em questão.

**Referências**

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. Referencial curricular nacional para a educação infantil / Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Fundamental. — Brasília: MEC/SEF, 1998.

Disponível em [http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/rcnei\\_vol1.pdf](http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/rcnei_vol1.pdf)

<http://www.posuniasselvi.com.br/artigos/rev04-16.pdf>

**QUESTÃO MANTIDA****Questão 38 – Auxiliar de Ensino Infantil**

Candidato: 94280

O candidato impetrou recurso sobre a questão mencionada, alegando em síntese que a alternativa A não está correta.

**INDEFERIDO:** Trata-se de questão cuja metodologia avalia a capacidade de julgamento do candidato com relação a temáticas e ideias, usando de exclusão de alternativa. E embora o candidato tenha interposto recurso no sentido, ponderamos os seguintes aspectos.

**ASPECTO 1** – A alternativa esperada como resposta ao enunciado da questão é “A”, pois o enunciado da presente questão traz a possibilidade de “...se trabalhar com as crianças” uma perspectiva de contextualização e realidade do aluno. É o que sugere a alternativa “A”.

Ademais, com a proposta pedagógica de Celestin Freinet, que vai além da “aula passeio”, é possível

“... contextualizar os problemas gerados pela prática social. FREINET também tem por certo que o trabalho escolar deve estar contextualizado, próximo à realidade do aluno. Algumas técnicas, ao serem utilizadas, avaliam-se de maneira integrada ou holística a aprendizagem adquirida pelos alunos. O tateio é a máxima na Pedagogia FREINET, tal como uma criança aprende em seus primeiros anos de vida, manuseando, tateando os objetos, sentindo, ouvindo” MATHEUS (2003:2)

**ASPECTO 2** – A alternativa “B” se faz inadequada como resposta esperada, pois a proposta pedagógica de Celestin Freinet não se restringe ao exposto na mesma.

**ASPECTO 3** – A alternativa “C” se faz inadequada como resposta esperada, pois a proposta pedagógica de Celestin Freinet não sugere uma abordagem temática avançada e distante da capacidade das crianças matriculadas na Educação Infantil curricular conforme preceitos do RECNEI (volume 2)

**Prefeitura Municipal de Sombrio**

Concurso Público Edital 001/2015 ADM

**JULGAMENTO DOS RECURSOS CONTRA QUESTÕES E PROVAS**

**ASPECTO 4** – A alternativa “D” se faz inadequada como resposta esperada, pois a proposta pedagógica de Celestin Freire não sugere uma abordagem temática específica e restrita como apresentada na alternativa.

E pelas explicações e considerações supracitadas, o nosso parecer é pelo INDEFERIMENTO do recurso em questão.

**Referências**

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. Referencial curricular nacional para a educação infantil / Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Fundamental. — Brasília: MEC/SEF, 1998.

Disponível em <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/volume2.pdf>

<http://fep.if.usp.br/~profis/arquivos/ivenpec/Arquivos/Orais/ORAL085.pdf>

**QUESTÃO MANTIDA****Questão 40** – Auxiliar de Ensino Infantil

Candidato: 93494, 92783, 92995, 96714

Os candidatos impetraram recurso sobre a questão mencionada, alegando em síntese que a alternativa correta seria letra D e não A conforme gabarito.

**INDEFERIDO:** Trata-se de questão cuja metodologia avalia a capacidade de julgamento do candidato com relação a temáticas e ideias, usando de exclusão de alternativa. E embora o candidato tenha interposto recurso no sentido, ponderamos os seguintes aspectos.

**ASPECTO 1** – A alternativa esperada como resposta ao enunciado da questão é “A”.

**ASPECTO 2** – O candidato de inscrição 93494 não apresentou uma interposição contra nenhuma alternativa da presente questão. Esboçou vivências e práticas da rotina contextualizada, mas não optou pela defesa, anulação ou argumentação desta ou daquela alternativa.

**ASPECTO 3** – O candidato de inscrição 92783 apresentou um sítio eletrônico “<http://tableautaubate.com.br/aprendizagem-significativa-o-abaco-e-a-construcao-do-numero/>” cuja argumentação não há referencial bibliográfico, argumentação cientificamente comprovada ou aceita no meio acadêmico.

**ASPECTO 4** – De acordo com INMETRO, o brinquedo apresentado na alternativa “A” tem indicação para crianças de 5 anos. Logo, pode ser utilizado na Educação Infantil, uma vez que esta se referencia dos 3 a 5 anos.

**ASPECTO 5** – A alternativa “B” se faz inadequada como resposta esperada, pois o brinquedo apresentado se destina à linguagem e alfabetização.

**ASPECTO 6** – A alternativa “C” se faz inadequada como resposta esperada, pois o brinquedo apresentado se destina à inclusão, sobretudo de alunos com deficiência auditiva e visual no processo da linguagem e alfabetização.

**ASPECTO 7** – A alternativa “D” se faz inadequada como resposta esperada, pois o brinquedo apresentado se destina à nutrição escolar.

E pelas explicações e considerações supracitadas, o nosso parecer é pelo INDEFERIMENTO do recurso em questão.

**Referências**

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Brinquedos e brincadeiras de creches: manual de orientação pedagógica. Brasília: MEC/SEB, 2012. Disponível em [file:///C:/Users/PC/Downloads/publicacao\\_brinquedo\\_e\\_brincadeiras\\_completa.pdf](file:///C:/Users/PC/Downloads/publicacao_brinquedo_e_brincadeiras_completa.pdf)

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. Referencial curricular nacional para a educação infantil / Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Fundamental. — Brasília: MEC/SEF, 1998.

Disponível em <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/volume2.pdf>

**QUESTÃO MANTIDA****Questão 32** – Fiscal de Tributos

Candidato: 100746

O candidato impetrou recurso sobre a questão mencionada, alegando que o enunciado da mesma deixou confusa a abreviatura (CYN) no código tributário.

**INDEFERIDO:** Não assiste razão ao recorrente ao alegar “confusão” na questão. Veja-se que a o enunciado da questão informa expressamente que o conhecimento cobrado se refere ao Código Tributário Nacional. O fato de ter constado a letra Y ao invés de T na expressão entre parênteses não cria qualquer dificuldade em resolver a questão. Ademais, não existe nenhuma legislação tributária que possua

**Prefeitura Municipal de Sombrio****Concurso Público Edital 001/2015 ADM****JULGAMENTO DOS RECURSOS CONTRA QUESTÕES E PROVAS**

designação/nomenclatura semelhante que pudesse fazer alguém supor não se tratar de conhecimento do Código Tributário Nacional.

Diante da óbvia e indubitável ausência de prejuízo para a resolução da questão, não há que se cogitar de anulação da mesma.

Ante o exposto, **indefer-se** o pedido **mantendo-se a questão e o gabarito divulgado**.

**QUESTÃO MANTIDA**

---

**Questão 38** – Secretário de Escola

Candidato: 101003

O candidato impetrou recurso sobre a questão mencionada, alegando em síntese que a questão/gráfico, deixa a questão aberta para conclusões em metas de qualquer ano.

**INDEFERIDO:** Trata-se de questão cuja metodologia avalia a capacidade de julgamento do candidato com relação a temáticas e ideias, usando de exclusão de alternativa. E embora o candidato tenha interposto recurso no sentido, ponderamos os seguintes aspectos.

**ASPECTO 1** – A alternativa esperada como resposta ao enunciado da questão é “B”.

**ASPECTO 2** – O candidato de inscrição 101003 não apresentou uma interposição contra nenhuma alternativa da presente questão; tão pouco pela defesa, anulação ou argumentação desta ou daquela alternativa.

**ASPECTO 3** – A alternativa “B”, quando relata com a meta IDEB média nacional em 2022 para 4ª série / 5º ano se associa aos seguintes conteúdos programáticos do cargo Secretário de escola:

- Plano Estratégico ou Plano de Ação;
- O planejamento funcional e suas limitações;
- Planejamento estratégico;
- Avaliação da escola;

De tal forma, a presente questão se faz legítima e devidamente contextualizada aos conteúdos programáticos do cargo Secretário de escola:

E pelas explicações e considerações supracitadas, nosso parecer é pelo indeferimento do recurso.

Referências

Disponível em <http://ideb.inep.gov.br>

**QUESTÃO MANTIDA**

---

**Questão 39** – Secretário de Escola

Candidato: 99757

O candidato impetrou recurso sobre a questão mencionada, alegando em síntese que a resposta da mesma não está correta.

**INDEFERIDO:** Trata-se de questão cuja metodologia avalia a capacidade de julgamento do candidato com relação a temáticas e ideias, usando de exclusão de alternativa. E embora o candidato tenha interposto recurso no sentido, ponderamos os seguintes aspectos.

**ASPECTO 1** – A alternativa esperada como resposta ao enunciado da questão é “D”.

**ASPECTO 2** – A alternativa “C” se faz inadequada como resposta esperada, pois se restringe à “escolha de conteúdos escolares”. Assim sendo, tal alternativa se distancia da proposição do enunciado quando abrange “âmbito da gestão escolar democrática” e indica o “conselho escolar” como fórum permanente para “tomar as decisões necessárias” e não como participações esporádicas e pontuais, mas algo sistemático, planejado e organizado.

**ASPECTO 3** – A temática da questão se vale dos parâmetros de qualidade na educação, mais precisamente na Dimensão “gestão escolar democrática”, constante do documento “Indicadores da qualidade na educação”, produzido pelo MEC e parceiros. Tal documento assegura que “...quando conselho escolar tenha à sua disposição informações sobre a escola em quantidade e qualidade suficientes para que possa tomar as decisões necessárias...” é um indicador de “conselhos escolares atuantes”.

E pelas explicações e considerações supracitadas, o nosso parecer é pelo INDEFERIMENTO do recurso em questão.

Referências

BRASIL. Ministério da Educação. Indicadores da qualidade na educação / Ação Educativa,

Unicef, PNUD, Inep-MEC (coordenadores). – São Paulo: Ação Educativa, 2004.

Disponível em [http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Consescol/ce\\_indqua.pdf](http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Consescol/ce_indqua.pdf)

**QUESTÃO MANTIDA**

---

**Prefeitura Municipal de Sombrio**  
*Concurso Público Edital 001/2015 ADM*  
**JULGAMENTO DOS RECURSOS CONTRA QUESTÕES E PROVAS**

**Questão 40** – Secretário de Escola

Candidato: 101003

O candidato impetrou recurso sobre a questão mencionada, alegando em síntese que a alternativa correta seria a letra A e não C conforme gabarito.

**INDEFERIDO:** Trata-se de questão cuja metodologia avalia a capacidade de julgamento do candidato com relação a temáticas e ideias, usando de exclusão de alternativa. E embora o candidato tenha interposto recurso no sentido, ponderamos os seguintes aspectos.

**ASPECTO 1** – A alternativa esperada como resposta ao enunciado da questão é “C”.

**ASPECTO 2** – De acordo com Censo Escolar/INEP 2014, o número de alunos matriculados no ensino fundamental das escolas municipais (rurais e urbanas) de Sombrio (SC), no ano de 2014, foi o seguinte:

1º ano	- 278
2º ano	- 240
3º ano	- 318
4º ano	- 287
5º ano	- 250
6º ano	- 229
7º ano	- 239
8º ano	- 184
9º ano	- 220

Logo, conclui-se que houve um decréscimo do número de alunos matriculados no 2º ano com 240 alunos e no 4º ano com 287 alunos, o que invalida a alternativa como resposta esperada.

E pelas explicações e considerações supracitadas, o nosso parecer é pelo **INDEFERIMENTO** do recurso em questão.

Referências

Censo Escolar/INEP 2014

**QUESTÃO MANTIDA****Questão 36** – Técnico Agrícola

Candidato: 100729

O candidato impetrou recurso sobre a questão mencionada, alegando, em síntese, que a questão careceu de informações referentes ao método de controle empregado, de forma que a questão se tornou incompleta e sem correção plausível.

**DEFERIDO:** Assiste razão o candidato. A banca aceita o recurso e concorda com a anulação da questão.

**QUESTÃO ANULADA****Questão 37** – Técnico Agrícola

Candidato: 100729

O candidato impetrou recurso sobre a questão mencionada, alegando, em síntese, que a transmissão da raiva, não necessariamente é transmitida por mordida. Sendo então as alternativas C e D corretas.

**INDEFERIDO:** A questão não deve ser anulada e o gabarito deve ser mantido.

O enunciado da questão é claro em questionar sobre a alternativa incorreta. Na alternativa C é comentado que a raiva tem como agente causal um vírus, que é transmitido pela mordida de um animal, de forma que em nenhum momento é afirmado que a sua transmissão ocorre somente por esta via.

**QUESTÃO MANTIDA****Questão 33** – Técnico de Enfermagem

Candidato: 99529, 100516, 95587, 95573

Os candidatos impetraram recurso sobre a questão mencionada, alegando que todas as alternativas estão corretas e a questão deve ser anulada. Interpretam a alternativa B como correta, alegando que o sistema tegumentar ou anexo da pele faz parte do mesmo e realiza proteção das estruturas externas do corpo.

**INDEFERIDO:** A banca avalia recurso e mantém questão, uma vez que o enunciado é claro ao solicitar qual das alternativas não é uma função da pele, e primeiramente ela não cita seus anexos. A função principal da pele é proteção das estruturas internas do corpo, ou seja, tudo que contem no seu interior, e sendo ela o órgão em contato com o meio externo (conceito externo: Tudo que está fora ou que vem de fora) tem que defender o que está na sua área de proteção, a interna.



**Prefeitura Municipal de Sombrio****Concurso Público Edital 001/2015 ADM****JULGAMENTO DOS RECURSOS CONTRA QUESTÕES E PROVAS**

O protocolo de cuidados de feridas (FLORIANÓPOLIS, 2008, p. 16 e 17) é claro ao designar a principal função da pele: “A Proteção das estruturas internas: a principal função da pele é proteger o organismo das ameaças externas contra ataques de microrganismos e corpos estranhos. Também protege o tecido subjacente e as estruturas de traumatismo mecânico. Ajuda a manter um ambiente estável no interior do corpo impedindo a perda de água, eletrólitos, proteínas e outras substâncias.”

O atlas do corpo humano (FERRON, RANCANO, 3333, p.) destaca que “a principal função da pele é a defesa do organismo que ela contém seu interior. Esta função defensiva é exercida ao proteger os órgãos internos de agressões externas”.

Desta forma, banca mantém questão.

**Referências**

SMS de FLORIANÓPOLIS. Protocolo de cuidados de feridas, julho 2008. Disponível em: <

[http://portal.pmf.sc.gov.br/arquivos/arquivos/pdf/26\\_10\\_2009\\_10.46.46.f3edcb3b301c541c121c7786c676685d.pdf](http://portal.pmf.sc.gov.br/arquivos/arquivos/pdf/26_10_2009_10.46.46.f3edcb3b301c541c121c7786c676685d.pdf)>

Grande atlas do corpo humano: anatomia, histologia e patologia. Barueri – SP: Manole, 2007, p. 65.

**QUESTÃO MANTIDA****Questão 34 – Técnico de Enfermagem**

Candidato: 99529, 95573

Os candidatos impetraram recurso sobre a questão mencionada, alegando que há duas alternativas corretas, a alternativa A apresentada pelo gabarito e a alternativa B, já que a diabetes é afirmativamente uma das causas principais de IRC, e alegam que cardiopatias também, uma vez que HAS é considerado uma cardiopatia.

**INDEFERIDO:** A banca avalia recurso e bibliografias apresentadas, e mantém a questão. Pois na questão das cardiopatias apesar da HAS engloba outras (tais como: angina do peito, Infarto Agudo do Miocárdio, Acidente Vascular Cerebral, Aterosclerose), não podendo generalizar que todas são causas PRINCIPAIS de IRC. Mas cabe destacar que as cardiopatias podem ser consideradas um fator de risco, já que podem ter como complicação a HAS.

De acordo com a Sociedade Brasileira de Nefrologia, “Diversas são as doenças que levam à insuficiência renal crônica. Tanto no Brasil como no exterior, o diabetes e a hipertensão arterial constituem as principais causas de doença renal crônica. A terceira causa em ordem de frequência, são as chamadas glomerulonefrites”.

Desta forma mantém-se questão.

**REFERÊNCIA**

SOCIEDADE BRASILEIRA DE NEFROLOGIA. Insuficiência renal. S.A. Disponível em:

<http://www.sbn.org.br/publico/insuficiencia-renal>

GUYTON, A.C; HALL, J, F. Tratado de fisiologia médica. Rio de Janeiro: Elsevier, 2006. p. 406 – 407

**QUESTÃO MANTIDA****Questão 35 – Técnico de Enfermagem**

Candidato: 99529

O candidato impetrou recurso sobre a questão mencionada, alegando em síntese que a mesma possui duas alternativas corretas (A e B)

**INDEFERIDO:** A banca avalia recurso e referência, e mantém a questão, uma vez que este solicita qual alternativa apresenta aspecto clínico do trabalho de parto VERDADEIRO, e de acordo com a revista Brasileira de Ginecologia e Obstetrícia (p. 416, ), as contrações com intensidade variável, dores apenas na região abdominal e a quando a deambulação não exerce efeito sobre as contrações, estamos falando de um aspecto do trabalho de parto falso, apenas as contrações em intervalos regulares apresentam-se como aspecto do trabalho de parto verdade. Abaixo quadro apresentando as diferenças clínicas do trabalho de parto verdadeiro e falso.

**Prefeitura Municipal de Sombrio**

Concurso Público Edital 001/2015 ADM

**JULGAMENTO DOS RECURSOS CONTRA QUESTÕES E PROVAS****Quadro 1 - Diferenças clínicas entre trabalho de parto e falso trabalho de parto.**

Trabalho de parto	Falso trabalho de parto
Contrações em intervalos regulares	Falso trabalho de parto
Contrações com intensidade crescente	Intensidade variável
Dores predominantemente na região sacral	Dores abdominais
Aumento das contrações ao deambular	O deambular não exerce efeito
Esvacimento e dilatação progressivos do colo uterino	Esvacimento e dilatações: se presentes, não evoluem

FONTE: BITTAR e ZUGAB, p. 416, 2009)

**REFERÊNCIA**BITTAR, R. E. ZUGAB, M. Tratamento do trabalho de parto prematuro. Revista brasileira de ginecologia e obstetrícia. V.31, n.8, 2009 – Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbgo/v31n8/v31n8a08.pdf>**QUESTÃO MANTIDA****Questão 35 – Técnico de Informática**

Candidato: 94298, 100298

Os candidatos impetraram recurso sobre a questão mencionada, alegando que a alternativa C dada como correta no gabarito não condiz com a função da mesma (Ctrl+Y).

**DEFERIDO:** Aos candidatos assiste razão, a tecla Ctrl+Y tem a função de refazer ou repetir uma ação, a resposta correta seria Ctrl+E para centralizar uma linha selecionada. Diante do erro material, a banca decide pela anulação da questão.**QUESTÃO ANULADA****Conhecimentos Gerais cargos de Nível Superior****Questão 06 – Conhecimentos Gerais**

Candidato: 101529, 98164,

Os candidatos impetraram recurso sobre a questão mencionada, alegando em síntese, que a mesma possui duas respostas incorretas (A e C). Que não foi o exército que dominou os demais poderes, e sim o executivo.

**INDEFERIDO:** Não assiste razão aos candidatos. O Poder Executivo foi controlado pelas forças armadas, (exército). Esse período ficou conhecido, como "Ditadura Militar", justamente pela dominação militar nos poderes da república.

Conforme previu o Edital do concurso, a fonte para elaborar a questão foi o Almanaque Abril 2015, página 327.

**QUESTÃO MANTIDA****Questão 07 – Conhecimentos Gerais**

Candidato: 93306, 99198, 99402

Os candidatos impetraram recurso sobre a questão mencionada, alegando, em síntese que: existem dois tratados de Roma; a questão está incompleta; questão não é atualidade e sim história.

**INDEFERIDO:** Não assiste razão aos recorrentes. De fato, foram inúmeros encontros diplomáticos para a formalização da Comunidade Econômica Europeia (CEE).

Mas os Tratados de Roma de 25 de março de 1957 são a certidão de nascimento de uma Europa unificada. Foi em Roma que esse acordo foi sacramentado.

Conforme previu o Edital do concurso, a fonte para elaborar a questão foi o Almanaque Abril 2015, página 303.

A única alternativa possível é a letra B, conforme sítios oficiais do governo Alemão e da Europa.

Fontes: [http://europa.eu/about-eu/eu-history/index\\_pt.htm](http://europa.eu/about-eu/eu-history/index_pt.htm)<http://www.dw.com/pt/tratados-de-roma-foram-o-marco-inicial-da-uni%C3%A3o-europeia/a-4453663>

Com relação ao conteúdo da questão, conforme Anexo III do conteúdo do edital, a questão corresponde à história que está perfeitamente inserida no conteúdo.

**Prefeitura Municipal de Sombrio****Concurso Público Edital 001/2015 ADM****JULGAMENTO DOS RECURSOS CONTRA QUESTÕES E PROVAS****CONHECIMENTOS GERAIS**

Aspectos da História, Geografia, Atualidades, Cultura, Cinema, Artes, tecnologia, Economia, e organização política do mundo, do Brasil, de Santa Catarina e do Município. Ciências naturais e meio ambiente

**QUESTÃO MANTIDA****Questão 08 – Conhecimentos Gerais**

Candidato: 99841, 100780, 100256, 93306

Os candidatos impetraram recurso sobre a questão mencionada, alegando, em síntese que a alternativa B também está incorreta, havendo assim duas respostas a serem assinaladas. Também que um tornado pode ser formado por interferência do “aquecimento global”.

**DEFERIDO:** Assiste razão aos candidatos. Os tornados são fenômenos meteorológicos. Um tornado é visto como uma coluna ondulante de nuvens que, aparentemente suspensa de uma espessa nuvem escura (Cumulonimbus), toca a terra. No seu centro, o ar torna-se rarefeito sob a influência da força centrífuga e sua pressão cai para quase a metade do seu valor normal. A velocidade dos ventos perto do centro da coluna só pode ser calculada, pois quaisquer instrumentos próximos são destruídos; provavelmente a velocidade alcance 480km/h.

A área central que produz danos sérios tem apenas 100 metros de largura, mas na medida em que o tornado avança, a coluna deixa atrás de si um longo rastro de destruição, em uma faixa com aproximadamente essa largura. Os tornados ocorrem em frentes frias, quando o ar quente está muito úmido e instável. Aparecem onde há diferenças extremas entre a direção das massas de ar frio e quente.

Os tornados são frequentes em Santa Catarina durante o outono e a primavera, quando a massa fria da Patagônia se choca com a tropical da Amazônia ou a quente do Oceano Atlântico e assim, provoca um choque térmico de ventos, que se manifesta como um pequeno ciclone.

Diante disto, a banca decide pela anulação da questão.

**QUESTÃO ANULADA****Questão 09 – Conhecimentos Gerais**

Candidato: 97743, 96113, 94437, 100564, 100780, 96111, 99402

Os candidatos impetraram recurso sobre a questão mencionada, alegando, em síntese que: a questão foi mal elaborada devido existir Teodósio I e II; que o Império Romano não foi dividido por Teodósio e sim após sua morte; que o assunto da questão não consta no conteúdo.

**INDEFERIDO:** Não assiste razão aos recorrentes. Parecer 1 - O candidato argumenta que existiram dois imperadores com nome de Teodósio, baseado em uma busca do Wikipédia. Ao longo da história, Teodósio foi nome de mandatários em diferentes nações e povos. O texto da questão faz referência ao imperador romano Teodósio (379 e 394), último imperador do Império Romano unificado.

Parecer 2 - Foi durante o seu reinado, em 395, com o objetivo de facilitar a administração e a defesa, que Teodósio compartilhou o poder entre os seus dois filhos: Honório ficou com o Império Romano do Ocidente, e Arcádio, que ficou com o Império Romano do Oriente.

Império Romano do ocidente, com capital em Roma; e Império Romano do Oriente, com capital em Constantinopla.

Conforme previu o Edital do concurso, a fonte para elaborar a questão foi o Almanaque Abril 2015, página 283.

<http://www.sohistoria.com.br/ef2/roma/p3.php>

<http://www.historiadomundo.com.br/romana/crise-do-imperio-romano.htm>

Parecer 3 - Conforme Anexo III do conteúdo do edital, a questão corresponde à história que está perfeitamente inserida no conteúdo.

**CONHECIMENTOS GERAIS**

Aspectos da História, Geografia, Atualidades, Cultura, Cinema, Artes, tecnologia, Economia, e organização política do mundo, do Brasil, de Santa Catarina e do Município. Ciências naturais e meio ambiente.

**Bibliografia Sugerida**

Almanaque Abril. Livros, Jornais, Revistas, Telejornais e outros materiais que abrangem o programa proposto e a critério do candidato, podendo ser quaisquer obras atualizadas sobre os conteúdos especificados.

**QUESTÃO MANTIDA****Questão 10 – Conhecimentos Gerais**

Candidato: 100780, 100564, 99329

Os candidatos impetraram recurso sobre a questão mencionada, alegando, em síntese que a mesma está confusa e possui dupla interpretação quanto a sua resposta, que não há critérios para definir as margens direita ou esquerda de um rio. E que a mesma não se enquadra no conteúdo do edital.

**Prefeitura Municipal de Sombrio**

Concurso Público Edital 001/2015 ADM

**JULGAMENTO DOS RECURSOS CONTRA QUESTÕES E PROVAS**

**INDEFERIDO:** Não assiste razão aos candidatos. Se ficarmos de costas para a montante (nascente) do rio, a margem direita será aquela que está à direita de quem desce o rio e a margem esquerda é aquela que está à esquerda. Esse critério serve tanto para delinear áreas de terras e divisas. A regra também serve para estabelecer critérios de navegação em rios.

Referências

<https://www.mar.mil.br/dhn/bhmn/download/cap-40.pdf><http://www.riomuriae.com.br/riomuriae/afluentes/afluentes.html>[http://pessoal.educacional.com.br/up/4660001/2828827/2013\\_6ano\\_Geografia\\_etapa02.pdf](http://pessoal.educacional.com.br/up/4660001/2828827/2013_6ano_Geografia_etapa02.pdf)<http://geografalando.blogspot.com.br/2013/05/hidrografia-brasileira-nocoes-gerais.html><http://www.dnit.gov.br/download/meio-ambiente/acoes-e-atividades/estudos-ambientais/br-319-ro-ponto-do-rio-madeira-eiv-riv/texto-do-riv-final.pdf>

Conforme Anexo III do conteúdo do edital, a questão corresponde à geografia que está perfeitamente inserida no conteúdo.

**CONHECIMENTOS GERAIS**

Aspectos da História, Geografia, Atualidades, Cultura, Cinema, Artes, tecnologia, Economia, e organização política do mundo, do Brasil, de Santa Catarina e do Município. Ciências naturais e meio ambiente.

**Bibliografia Sugerida**

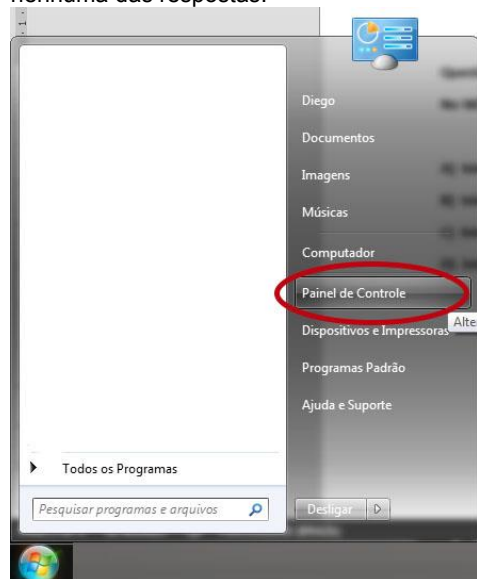
Almanaque Abril. Livros, Jornais, Revistas, Telejornais e outros materiais que abrangem o programa proposto e a critério do candidato, podendo ser quaisquer obras atualizadas sobre os conteúdos especificados.

**QUESTÃO MANTIDA****Questão 11 – Informática**

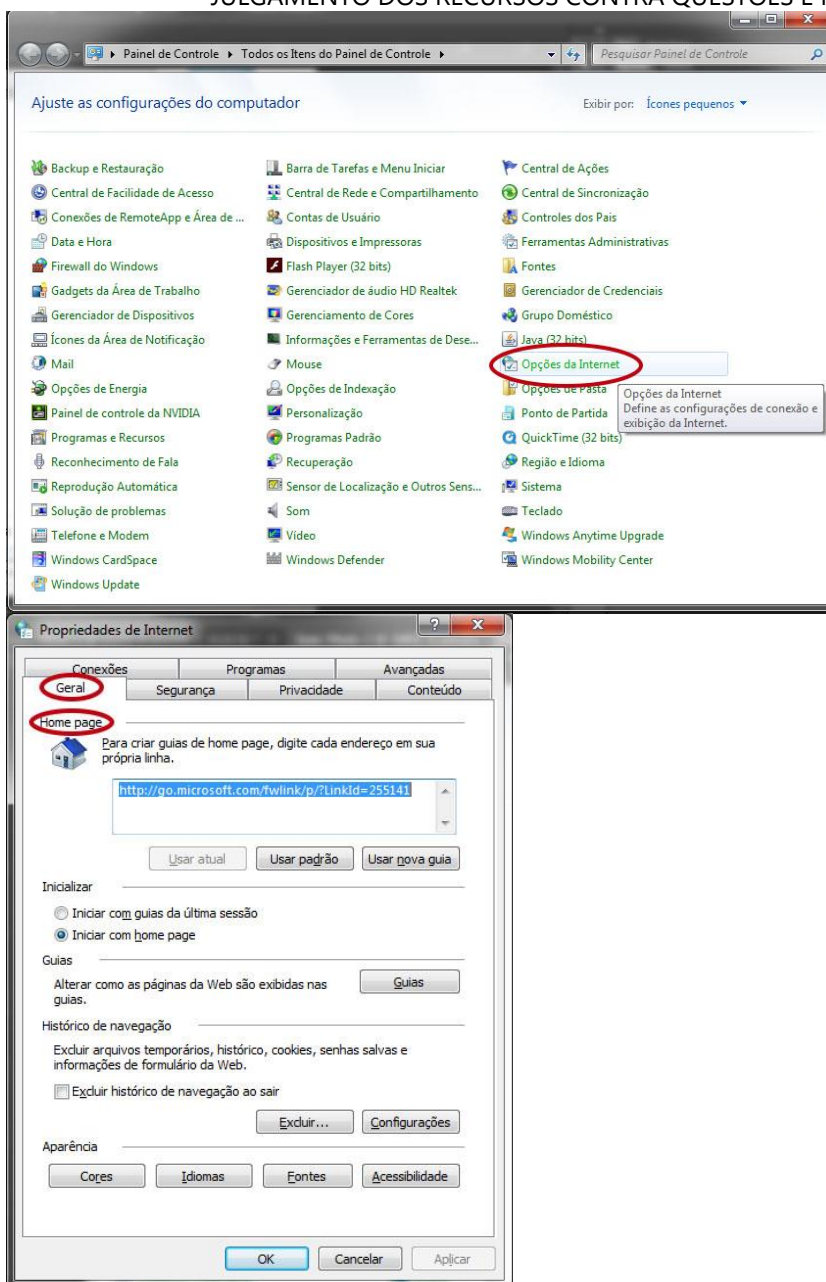
Candidato: 100564

O candidato impetrou recurso sobre a questão mencionada, alegando, em síntese que a mesma não possui alternativa correta.

**INDEFERIDO:** A banca avalia recurso e mantém a questão, devido bibliografia apresentada não ser de cunho científico, e como apresentado na sequência de imagens (abaixo), o caminho está correto, portanto, a resposta B está certa. O caminho traçado no recurso também é válido, porém não se enquadra em nenhuma das respostas.



**Prefeitura Municipal de Sombrio**  
**Concurso Público Edital 001/2015 ADM**  
**JULGAMENTO DOS RECURSOS CONTRA QUESTÕES E PROVAS**



**QUESTÃO MANTIDA**

**Questão 13 – Informática**

Candidato: 100779, 100780

Os candidatos impetraram recurso sobre a questão mencionada, alegando, em síntese que a mesma não possui alternativa correta.

**INDEFERIDO:** A banca avalia recurso e referencial, mantém questão, pois referencial apresentado não é de cunho científico, aceita entretanto que o comando descrito por ambos os candidatos, está correta, mas

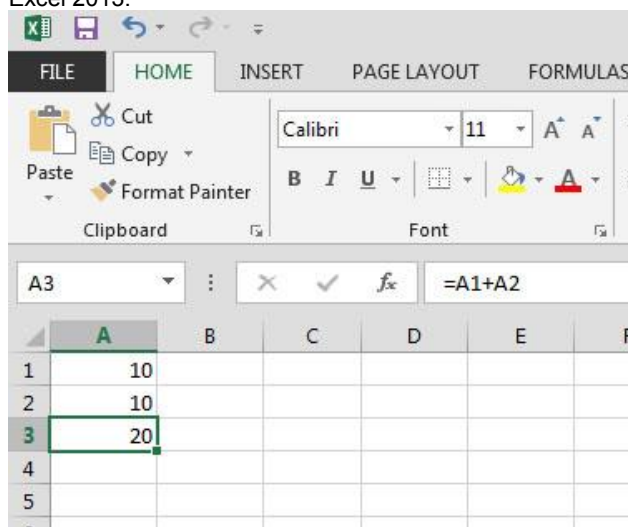
**Prefeitura Municipal de Sombrio**

Concurso Público Edital 001/2015 ADM

**JULGAMENTO DOS RECURSOS CONTRA QUESTÕES E PROVAS**

não há alternativas contendo as formulas apresentadas, e a alternativa B apresenta formula compatível com a soma (ver imagem abaixo)

Cabe ressaltar que a fórmula “=soma” é criada manualmente ou através do botão “AutoSoma” do Microsoft Excel 2013.

**QUESTÃO MANTIDA****Conhecimentos Específicos cargos de Nível Superior****Questão 16 – Legislação**

Candidato: 98221

O candidato impetrou recurso sobre a questão mencionada, alegando, em síntese que a mesma possui duas alternativas corretas (B e D).

**INDEFERIDO:** O candidato alega que a alternativa B não está disposta no Estatuto da Criança e do Adolescente-ECA, no entanto, a referida alternativa faz referência ao art. 10 do ECA que diz: Art. 10. Os hospitais e demais estabelecimentos de atenção à saúde de gestantes, públicos e particulares, são obrigados a: I - manter registro das atividades desenvolvidas, através de prontuários individuais, pelo prazo de dezoito anos; II - identificar o recém-nascido mediante o registro de sua impressão plantar e digital e da impressão digital da mãe, sem prejuízo de outras formas normatizadas pela autoridade administrativa competente; III - proceder a exames visando ao diagnóstico e terapêutica de anormalidades no metabolismo do recém-nascido, bem como prestar orientação aos pais; IV - fornecer declaração de nascimento onde constem necessariamente as intercorrências do parto e do desenvolvimento do neonato; V - manter alojamento conjunto, possibilitando ao neonato a permanência junto à mãe. Fonte: Estatuto da Criança e do Adolescente Interpretado (Costa Machado e Francismar Lamenza, Manole: 2012). Portanto, sem razão o candidato.

**QUESTÃO MANTIDA****Questão 19 – Legislação**

Candidato: 100256, 100564

Os candidatos impetraram recurso sobre a questão mencionada, alegando, em síntese que: a questão induz ao erro, deixando dúvidas entre as alternativas C e D; solicita troca de gabarito da alternativa C para D.

**INDEFERIDO:** Alegam que na alternativa D deveria estar escrito Código de Posturas e Meio Ambiente, pois o nome do código estaria incompleto.

No entanto, observa-se o parágrafo único do art. 46 da referida Lei: “Parágrafo Único - Serão leis complementares, dentre outras previstas nesta Lei Orgânica: (Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica nº. 8, de 2003). I - Código Tributário do Município; (Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica nº. 8, de 2003). II - Código de Obras; (Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica nº. 8, de 2003). III - **Código de Posturas**; (Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica nº. 8, de 2003). IV - Plano Diretor de



**Prefeitura Municipal de Sombrio**

Concurso Público Edital 001/2015 ADM

**JULGAMENTO DOS RECURSOS CONTRA QUESTÕES E PROVAS**

Desenvolvimento Integrado do Município; (Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica nº. 8, de 2003). V - Lei instituidora de regime jurídico dos servidores municipais; (Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica nº. 8, de 2003). VI - Lei Orgânica instituidora da guarda municipal; (Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica nº. 8, de 2003). VII - Lei de criação de cargos, funções ou empregos públicos. (Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica nº. 8, de 2003). (grifei)  
Portanto, sem razão o candidato.

Fonte: [http://gestoreeditais.com.br/midias/edital/25/319/lei-organica-consolidada-pdf\\_71.pdf](http://gestoreeditais.com.br/midias/edital/25/319/lei-organica-consolidada-pdf_71.pdf)**QUESTÃO MANTIDA**

---

**Questão 20 – Legislação**

Candidato: 101022, 99198, 97311, 94437, 99145, 100671, 100440, 94852, 93384, 98571

Os candidatos impetraram recurso sobre a questão mencionada, alegando, em síntese que a questão pede que se assinale a incorreta, sendo que a mesma possui duas alternativas incorretas (A e D). Que a alternativa A também está errada conforme emenda à Lei Orgânica de 2006.

**DEFERIDO:** Com razão os candidatos, já que o art. 17 da Lei Orgânica do Município de Sombrio traz a seguinte disposição: "A Câmara Municipal reunir-se-á anualmente na sede do Município, do dia quinze de Fevereiro a quinze de Julho e de primeiro de Agosto a trinta de Dezembro. (Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica nº. 12, de 2006)".

Fonte: [http://gestoreeditais.com.br/midias/edital/25/319/lei-organica-consolidada-pdf\\_71.pdf](http://gestoreeditais.com.br/midias/edital/25/319/lei-organica-consolidada-pdf_71.pdf)**QUESTÃO ANULADA**

---

**Questão 21 – Comuns aos Cargos**

Candidato: 99329, 100564

Os candidatos impetraram recurso sobre a questão mencionada, alegando em síntese que a questão está incompleta e que contém erro material.

**INDEFERIDO:** Não assiste razão aos candidatos. Os candidatos questionam o conceito de poder de polícia, no entanto, tal definição foi retirada da doutrina de NOHARA, Irene Patrícia. Direito Administrativo. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2014. p. 137, pelo que deve ser considerada correta.

**QUESTÃO MANTIDA**

---

**Questão 23 – Comuns aos Cargos**

Candidato: 99329

O candidato impetrou recurso sobre a questão mencionada, alegando em síntese que a questão solicitava a alternativa incorreta, e que a mesma possui duas incorretas (C e D).

**INDEFERIDO:** Não assiste razão ao candidato. O candidato alega que a alternativa C também estaria incorreta, no entanto, a alternativa C está correta. "Autarquia é entidade da Administração Pública Indireta, criada por lei específica. São pessoas jurídicas de direito público de capacidade exclusivamente administrativa". A alternativa foi retirada da doutrina de Celso Antônio Bandeira de Mello (2004, p. 147).

**QUESTÃO MANTIDA**

---

**Questão 31 – Advogado**

Candidato: 100864

O candidato impetrou recurso sobre a questão mencionada, alegando em síntese que a mesma possui duas alternativas corretas A e C.

**INDEFERIDO: Gabarito mantido: correta "C"** fundamentando-se no texto constitucional art.150.

Ressalta-se que a questão em tela trata-se do texto literal da Constituição Federal relacionado ao art. 150, o qual não faz referência no caso em tela a outros artigos do presente dispositivo legal.

**QUESTÃO MANTIDA**

---

**Questão 37 – Agente de Controle Interno**

Candidato: 100036, 100864, 101227

Os candidatos impetraram recurso sobre a questão mencionada, alegando em síntese que: na mesma falta previsão da lei 123/06 no edital do concurso público; divergências nas leis; alteração do gabarito para letra B.

**DEFERIDO:** Trata-se de questão cuja metodologia avalia a capacidade de julgamento do candidato com relação a temáticas e ideias, usando de exclusão de alternativa. E embora o candidato tenha interposto recurso no sentido, ponderamos os seguintes aspectos.

**Prefeitura Municipal de Sombrio**

Concurso Público Edital 001/2015 ADM

**JULGAMENTO DOS RECURSOS CONTRA QUESTÕES E PROVAS**

**ASPECTO 1** – O enunciado da presente questão referencia uma temática que não lhe é atribuída. A atribuição é referida à Lei 123 / 2006. De tal modo, se faz inadequada para a análise e vinculação da temática expressa. Optamos, pois pela anulação da questão.

E pelas explicações e considerações supracitadas, o nosso parecer é pelo DEFERIMENTO do recurso em questão.

**QUESTÃO ANULADA****Questão 39** – Agente de Controle Interno

Candidato: 100864

O candidato impetrou recurso sobre a questão mencionada, alegando em síntese que a alternativa D não seria correta.

**INDEFERIDO:** Trata-se de questão cuja metodologia avalia a capacidade de julgamento do candidato com relação a temáticas e ideias, usando de exclusão de alternativa. E embora o candidato tenha interposto recurso no sentido, ponderamos os seguintes aspectos.

**ASPECTO 1** – A alternativa esperada como resposta ao enunciado da questão é “D”.

**ASPECTO 2** – A alternativa “D” se faz adequada como resposta esperada, pois o registro da “depreciação” dos bens móveis e imóveis (de uso) deve ser “mensal” e não “anual”.

E pelas explicações e considerações supracitadas, o nosso parecer é pelo INDEFERIMENTO do recurso em questão.

Referências

A NOVA CONTABILIDADE DOS MUNICÍPIOS. Disponível em

<http://www.cnm.org.br/contadores/img/pdf/cartilha.pdf>

PORTARIA Nº 634, DE 19 DE NOVEMBRO DE 2013. Disponível em

[http://www3.tesouro.gov.br/legislacao/download/contabilidade/Portaria\\_STN\\_634\\_2013\\_Processo\\_Convergencia.pdf](http://www3.tesouro.gov.br/legislacao/download/contabilidade/Portaria_STN_634_2013_Processo_Convergencia.pdf)[http://www.tce.mt.gov.br/arquivos/downloads/00023287/TCE-MT%20\\_%20Nova%20Contabilidade%20P%C3%ABlica%20-%20web.pdf](http://www.tce.mt.gov.br/arquivos/downloads/00023287/TCE-MT%20_%20Nova%20Contabilidade%20P%C3%ABlica%20-%20web.pdf)**QUESTÃO MANTIDA****Questão 34** – Arquiteto

Candidato: 94709

O candidato impetrou recurso sobre a questão mencionada, alegando em síntese que a alternativa correta seria a letra A e não C conforme gabarito.

**DEFERIDO:** O enunciado da questão trata das exigências urbanísticas para o parcelamento de solo de acordo com a Lei nº 1.866/2010 que dispõe sobre o Parcelamento do Solo do Município de Sombrio, sendo que o assunto é exigido no presente edital de Concurso Público. Neste caso, o item III está incompleto uma vez que o art. 48 da lei supracitada dispõe que a infra-estrutura mínima para loteamentos de interesse social consistirá de no mínimo: *Vias de circulação; escoamento das águas pluviais; Rede de abastecimento de água potável; Soluções para esgotamento sanitário; e Rede para energia elétrica pública e domiciliar.* Desta forma, opta-se pela **alteração do gabarito “C” para a alternativa “A”**. Portanto, o recurso está deferido.

**TROCA DE GABARITO****Questão 38** – Assistente de Informática

Candidato: 98221

O candidato impetrou recurso sobre a questão mencionada, alegando em síntese que a resposta correta seria a letra A e não D conforme gabarito.

**INDEFERIDO:** A banca avalia recurso e referencial mas mantém como alternativa correta a D, pois na resposta A, mencionamos que após clicar em propriedades no computador, o usuário irá selecionar a aba “Proteção do Sistema”, porém, nessa tela, não existe nenhuma aba, somente o botão “Proteção do Sistema” para ai sim, acessarmos a aba “Proteção do Sistema”.

**QUESTÃO MANTIDA**

**Prefeitura Municipal de Sombrio**

Concurso Público Edital 001/2015 ADM

**JULGAMENTO DOS RECURSOS CONTRA QUESTÕES E PROVAS****Questão 34 – Assistente Social**

Candidato: 100479

O candidato impetrou recurso sobre a questão mencionada, alegando que a mesma possui erro de digitação na alínea B, onde está escrito em numeral (60) e por extenso “sessenta e cinco”, gerando dúvidas.

**INDEFERIDO:** A alternativa correta é a alínea A, portanto a alínea B citada pelo candidato é a incorreta e mesmo com erro de digitação não é motivo para anulação. Por si só já está errada.

**QUESTÃO MANTIDA****Questão 28 – Enfermeiro**

Candidato: 101036

O candidato impetrou recurso sobre a questão mencionada, alegando que a alternativa correta seria a letra C, já que a condição III deixa vago a informação, e que na literatura encontra-se outros fatores relevantes da doença além da idade.

**INDEFERIDO:** A banca avalia recurso e material bibliográfico, mas mantém questão, pois de acordo com Frandsen, Hafén e Karren (p.361, 2002) dentre a diferenciação da asma e da bronquiolite no item idade da vítima cita-se que na bronquiolite quase sempre ocorre em crianças com idade abaixo de 2 anos de idade (ver tabela 22.2).

Hospital Israelita Albert Einstein na Diretriz assistencial da Bronquiolite (2008), como critério de diagnóstico cita idade entre 0 a 2 anos de idade, desta forma reforçando a alternativa III quando a sua afirmação.

Cabe ressaltar, a fim de esclarecer último recurso do candidato, que a alternativa não exclui outros fatores causais para a patologia. A banca mantém questão.

<b>Tabela 22-2</b>		
<b>Asma e Bronquiolite</b>		
	<b>Asma</b>	<b>Bronquiolite</b>
<b>Causa</b>	Geralmente alergias ou estresse emocional	Infecção viral
<b>Fisiologia</b>	Os bronquíolos apresentam espasmo e constricção, produzindo edema e congestão nas membranas dos brônquios; muco espesso obstrui as vias aéreas	Os bronquíolos se inflamam em resposta à infecção
<b>Idade da Vítima</b>	Quase sempre por volta de 1 ano de idade	Quase sempre abaixo de 2 anos de idade

FONTE: FRANDSEN, HAFEN, KARREN (361, 2002).

**REFERÊNCIA**

HOSPITAL ISRAELITA ALBERT EINSTEIN. Diretrizes assistenciais – Bronquiolite: Diretrizes para o diagnóstico, tratamento e prevenção. Versão eletrônica, nov. 2008. Disponível em: <http://www.saudedireta.com.br/docsupload/1341342951Bronquiolite.pdf>

FRANDSEN, K. J.; HAFEN, B.Q; KARREN, K. J. **Primeiros Socorros para estudantes**. 2002.

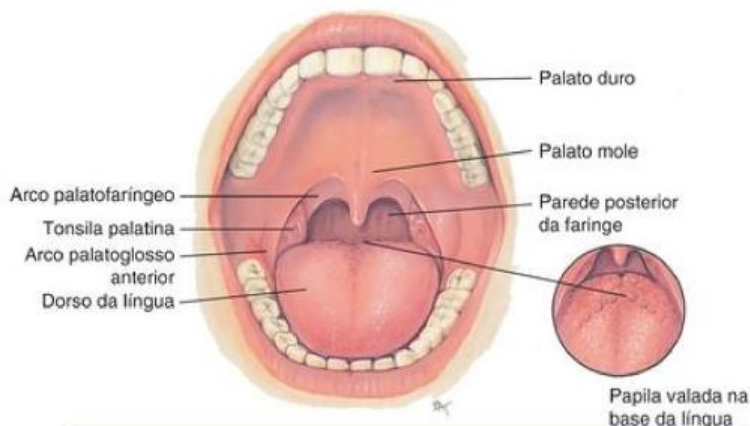
**QUESTÃO MANTIDA****Questão 31 – Enfermeiro**

Candidato: 97743

O candidato impetrou recurso sobre a questão mencionada, alegando que a figura da mesma está mal representada, que na imagem a localização III e IV são praticamente as mesmas, dando sentido duplo de resposta.

**INDEFERIDO:** A banca avalia recurso e referência, mas mantém a questão, pois de acordo com Jarvis (s.p.) na abordagem sobre as estruturas da boca, apresenta a imagem usada no concurso com a indicação das estruturas da boca, onde a alternativa IV corresponde a tonsila palatina e a estrutura III corresponde ao Arco Palatofaríngeo, a diferenciação é importante durante exame físico de enfermagem/médico.

**Prefeitura Municipal de Sombrio**  
**Concurso Público Edital 001/2015 ADM**  
**JULGAMENTO DOS RECURSOS CONTRA QUESTÕES E PROVAS**



9-3 Estruturas da boca.

FONTE: JARVIS, s.p., 2010.

**REFERÊNCIA**

JARVIS C. Guia de Exame físico para enfermagem. 5ªed. 2010.

**QUESTÃO MANTIDA**

**Questão 33 – Enfermeiro**

Candidato: 97743

O candidato impetrou recurso sobre a questão mencionada, alegando que não há alternativa correta, uma vez que na percussão da região do fígado iremos ouvir som maciço e não surdo.

**INDEFERIDO:** A banca analisa recurso e referência, aceita ambos, mas mantém questão, uma vez que para Barros (2010, p.224) “os sons maciços são ruídos surdos e secos”, e apesar de não ser tão frequente a utilização do termo surdo, ele pode ser encontrado na literatura, desta forma o profissional deve conhecê-lo.

Outros autores (LEMONE, et al, 2011, p.599) trazem na tabela de tons de percussão o surdo como de local da amostra sendo o fígado.

TABELA • 25.3 Tons de percussão		
Tom	Relativa intensidade	Local da amostra
Piano	Suave	Coxa
Surdo	Médio	Fígado
Ressonante	Alto	Pulmão normal
Hiper-ressonante	Muito alto	Pulmão com enfisema
Timpânico	Alto	Bolha de ar gástrica ou maçãs do rosto intumescidas

**REFERÊNCIA**

LEMONE, P.; et al. Fundamentos de enfermagem: a arte e a ciência do cuidado de enfermagem. 7.ed. Porto alegre: Editora Artmed. 2011

BARROS, A L.B. L. Anamnese e exame físico: avaliação diagnóstica de enfermagem no adulto. 2.ed. dados eletrônicos – Posto alegre: Artmed. 2010. Disponível em: [https://books.google.com.br/books?id=eXIFA56ylbAC&pg=PA224&dq=sons+percussao+exame+fisico+%2B+surdo&hl=pt-BR&sa=X&ved=0CBwQ6AEwAGoVChMI5vmY\\_fC4xwIVh3-QCh0jJgcw#v=onepage&q=sons%20maci%C3%A7os&f=false](https://books.google.com.br/books?id=eXIFA56ylbAC&pg=PA224&dq=sons+percussao+exame+fisico+%2B+surdo&hl=pt-BR&sa=X&ved=0CBwQ6AEwAGoVChMI5vmY_fC4xwIVh3-QCh0jJgcw#v=onepage&q=sons%20maci%C3%A7os&f=false)

**QUESTÃO MANTIDA**

**Prefeitura Municipal de Sombrio**

Concurso Público Edital 001/2015 ADM

**JULGAMENTO DOS RECURSOS CONTRA QUESTÕES E PROVAS****Questão 35 – Enfermeiro**

Candidato: 97743

O candidato impetrou recurso sobre a questão mencionada, solicitando cancelamento de questão devido existência de duas alternativas corretas, visto que no empiema também pode haver acúmulo de pus na cavidade pleural.

**INDEFERIDO:** A banca avalia recurso e referência, mas mantém questão. Pois o enunciado da questão além de trazer o acúmulo de líquido entre as pleuras visceral e parietal ela aborda situações em que a patologia vem a ser uma complicação de outras, empiema este líquido deveria ser descrito como infectado ou como pus e nem todas as doenças citadas no enunciado tornam-se doenças com relação causal com o empiema.

De acordo com Timby (2005, p.354 e 355) o derrame pleural é o acúmulo de líquido entre as pleuras visceral e parietal. Ele pode ser uma complicação da pneumonia, do câncer de pulmão, da tuberculose, da embolia pulmonar e da insuficiência cardíaca congestiva. Já o empiema é um termo genérico utilizado para indicar a presença de pus numa cavidade corpórea. No entanto, ele geralmente diz respeito à presença de pus ou líquido INFECTADO na cavidade pleural (empiema torácico).

**REFERÊNCIA**

TIMBY, B. K. Enfermagem médico-cirúrgica. 8.ed. Barueri – SP: Manole, 2005.

**QUESTÃO MANTIDA****Questão 33 – Engenheiro Agrimensor**

Candidato: 98164

O candidato impetrou recurso sobre a questão mencionada, alegando em síntese que a resposta correta seria letra B e não A conforme gabarito.

**INDEFERIDO:** O enunciado do item trata sobre as propriedades de mapas de pontos acerca do assunto de mapas temáticos. Neste caso, o item II está incorreto, tendo em vista que mapas construídos com base em mapas existentes, seja para a elaboração de mapas de regionalização e de concentração populacional, caracterizam-se por serem mapas zonais. Por outro lado, os mapas de pontos muitas vezes não são recomendados para representações que envolvem elevada quantidade de pontos, pois o excesso de pontos pode prejudicar a compreensão do mapa, conforme o entendimento do autor *Paulo Roberto Fitz, Cartografia Básica, ed. 1, Oficina de Textos*. Desta forma, opta-se pelo indeferimento do recurso.

**QUESTÃO MANTIDA****Questão 34 – Engenheiro Agrimensor**

Candidato: 92797, 98164, 101529

Os candidatos impetraram recurso sobre a questão mencionada, alegando em síntese que a alternativa correta seria a letra A e não B conforme gabarito.

**DEFERIDO:** O enunciado da questão versa sobre as propriedades de curvas de níveis, assunto inserindo no conteúdo de cartografia. Neste caso, a redação do item II está correta, tendo em vista que as curvas de níveis caracterizam-se por não poderem se cruzar, conforme entendimento dos autores *Junior, J. M. C., Neto, C. R., Andrade, J. S. C. O. Topografia Geral, EDUFPRPE*. Deste modo, opta-se pela **alteração do gabarito "B" para a alternativa "A"**. Portanto, o recurso está deferido.

**TROCA DE GABARITO****Questão 40 – Engenheiro Agrimensor**

Candidato: 98164, 101529

Os candidatos impetraram recurso sobre a questão mencionada, alegando em síntese que a alternativa correta seria letra A e não B conforme gabarito.

**DEFERIDO:** O enunciado da questão dispõe sobre escavações e movimentação de solos em obras de terraplenagem, levando em consideração a Lei nº 1.867/2010 que disciplina o novo Código de Obras do Município de Sombrio. Desta forma, o item II está correto, pois o art. 135 da mesma lei ressalta a necessidade de obtenção de licenciamento junto aos órgãos competente toda vez que haja atividades que envolvam escavações, movimentos de terra, arrimo e drenagem e outros processos de preparação e de contenção do solo. Desta forma, sendo o licenciamento ambiental uma modalidade de licenciamento, entende-se, em regra, que sua obtenção é cabível quando no desenvolvimento de movimentação de solos. Deste modo, opta-se pela **alteração do gabarito "B" para a alternativa "A"**. Portanto, o recurso está deferido.

**TROCA DE GABARITO**

**Prefeitura Municipal de Sombrio**  
**Concurso Público Edital 001/2015 ADM**  
**JULGAMENTO DOS RECURSOS CONTRA QUESTÕES E PROVAS**

**Questão 30 – Engenheiro Civil**

Candidato: 100671

O candidato impetrou recurso sobre a questão mencionada, alegando em síntese que as alternativas A e C devem ser consideradas corretas.

**DEFERIDO:** O enunciado da questão trata sobre a utilização de válvulas para controle da vazão de água em instalações hidráulicas. Desta forma, como a redação trata sobre dispositivo destinado a evitar que a pressão ultrapasse determinado valor, entende-se que a alternativa se refere à válvula redutora de pressão, e não a válvula de segurança de pressão, tendo em vista que este dispositivo é adotado para tubulações de gases, ar comprimido ou vapor, conforme entendimento do autor *Archibald J. Macintyre, Manual de Instalações Hidráulicas e Sanitárias, Editora Guanabara*. Deste modo, opta-se pela **alteração do gabarito “A” para a alternativa “C”**. Portanto, o recurso está deferido.

**TROCA DE GABARITO****Questão 34 – Engenheiro Civil**

Candidato: 99664

O candidato impetrou recurso sobre a questão mencionada, alegando em síntese ambiguidade no enunciado da mesma.

**INDEFERIDO:** Não há duplo entendimento em qualquer parte da redação do item, já que claramente o enunciado da questão estabelece o número de circuitos a ser considerado para definição do espaço mínimo destinado a reserva para futuras ampliações nos quadros de distribuição. Neste caso, a Tabela 59 do item 6.5.4.7 da NBR 5410:2004 Versão corrigida: 2008 que dispõe sobre instalações elétricas de baixa tensão estabelece nitidamente as diretrizes para efeito de dimensionamento dos quadros de distribuição elétrica. Desta forma, como a questão estabelece o número de 13 circuitos, analisando a tabela abaixo, percebe-se que deverá ser previsto o espaço mínimo de 4 reservas em número de circuitos. Portanto, com base no exposto, opta-se pelo indeferimento do recurso.

Quantidade de circuitos efetivamente disponível N	Espaço mínimo destinado a reserva (em número de circuitos)
até 6	2
7 a 12	3
13 a 30	4
N >30	0,15 N

Fonte: NBR 5410: 2004 Versão corrigida: 2008

**QUESTÃO MANTIDA****Questão 38 – Engenheiro Civil**

Candidato: 99664

O candidato impetrou recurso sobre a questão mencionada, alegando em síntese que o enunciado da mesma não especifica qual tipo de argamassa a questão trata.

**DEFERIDO:** A questão trata sobre a preparação de argamassa para revestimentos de paredes com base na NBR 7200:1998 que dispõe sobre execução de revestimento de paredes e tetos de argamassas inorgânicas. Desta forma, como a redação não especifica o tipo de argamassa, depreende-se que o enunciado da questão prejudica na resolução da alternativa correta. Portanto, opta-se pelo deferimento do recurso.

**QUESTÃO ANULADA****Questão 39 – Engenheiro Civil**

Candidato: 100671

O candidato impetrou recurso sobre a questão mencionada, alegando em síntese que o termo “piso cerâmico” do enunciado prejudica o entendimento da alternativa correta.

**DEFERIDO:** O termo piso cerâmico adotado no enunciado do item prejudica o entendimento da alternativa correta, uma vez que tal elemento não é usualmente adotado em revestimentos externos de paredes, e sim como revestimento de pavimento, tendo em vista suas propriedades específicas. Desta forma, opta-se pelo deferimento do recurso.

**QUESTÃO ANULADA**



**Prefeitura Municipal de Sombrio**

Concurso Público Edital 001/2015 ADM

**JULGAMENTO DOS RECURSOS CONTRA QUESTÕES E PROVAS****Questão 26 – Farmacêutico**

Candidato: 95513

O candidato impetrou recurso sobre a questão mencionada, alegando em síntese, que as referências apresentadas deixam claro que não há diferença entre excreção e eliminação.

**INDEFERIDO:** A questão não deve ser anulada e o gabarito deve ser mantido.

Considerando a referência trazida pelo candidato: o Livro didático Bases Farmacológicas da Terapêutica de Goodman&Gilman 12ª edição, página 26, e o trecho citado: “Os fármacos são eliminados pelo processo de excreção sem qualquer alteração ou são convertidos em metabólitos”. Podemos analisar que há diferença entre os conceitos de eliminação e excreção: logo que a excreção é o processo de eliminação do fármaco sem qualquer alteração. E a eliminação é feita através da conversão do fármaco em metabólitos (metabolização).

**QUESTÃO MANTIDA****Questão 27 – Fisioterapeuta**

Candidato: 93339

O candidato impetrou recurso sobre a questão mencionada, solicitando troca de resposta em gabarito para alternativa D, já que a literatura descreve a técnica de imobilização de cotovelo como o correto para o tratamento conservador da síndrome e não todo o membro superior como apresenta na alternativa.

**INDEFERIDO:** A banca avalia recurso e referencial, mas mantém questão, uma vez que segundo JHJDJSH (ALVES NETO, p.670, 2009), para tratamento conservador da síndrome do túnel ulnar distal deve-se repousar das atividades motoras com o membro superior, uso de splints, anti-inflamatórios não hormonais, gelo, acupuntura e fisioterapia.

Uma vez que a imobilização se dá para não haja movimentação do cotovelo e apoio do mesmo em superfície dura, pode ser indicado imobilizar todo o membro superior próximo ao corpo de forma eficaz. Para esta síndrome é indicado uso de gelo e não calor local.

REFERENCIA

ALVES NETO, O. Dor: princípios e pratica. Porto Alegre: Artmed. 2009.

**QUESTÃO MANTIDA****Questão 28 – Fisioterapeuta**

Candidato: 99145, 99841

Os candidatos impetraram recurso sobre a questão mencionada, alegando que há duas alternativas incorretas, devendo anular a questão. Visto que deveria na alternativa C descrever o padrão flexor de que membro, superior ou inferior. Bem como esta conduta seria realizada apenas em pacientes com hemiplegia.

**DEFERIDO:** A banca avalia e aceita recurso, onde duas alternativas então incorretas, e que na alternativa C há a necessidade de indicar o membro (superior).

**QUESTÃO ANULADA****Questão 32 – Fisioterapeuta**

Candidato: 99841

O candidato impetrou recurso sobre a questão mencionada, relatando que todas as alternativas estão corretas, uma x as lesões indicadas levam direta e indiretamente a disfunção da bexiga, intestino e genital por ser uma lesão baixa da coluna.

**DEFERIDO:** A banca avalia recurso e bibliografia, bem como revê questão e concorda com a justificativa do candidato.

**QUESTÃO ANULADA****Questão 35 – Fisioterapeuta**

Candidato: 93339, 99841

Os candidatos impetraram recurso sobre a questão mencionada, alegando que: Recurso 1 - candidata requer troca de resposta em gabarito para alternativa A.

Recurso 2 - candidato solicita cancelamento pois alternativa correta apresenta um erro de digitação, onde lê-se “Andados” onde deveria constar “andador”.

**Prefeitura Municipal de Sombrio****Concurso Público Edital 001/2015 ADM****JULGAMENTO DOS RECURSOS CONTRA QUESTÕES E PROVAS**

**INDEFERIDO:** A banca avalia recurso e referencial e mantém questão, uma vez que o erro de digitação não complica o entendimento da alternativa já que o complemento do termo dá o entendimento, principalmente para profissionais da área.

Em relação a troca de gabarito, não será realizada pois de acordo com Burke-Doe e Jobst (2014, p. 43), um andador com rodinhas dianteiras pode ser usado em paciente com congelamento da marcha para reduzir o risco de quedas, mas esse dispositivo pode não ser seguro para paciente com marcha festinante. Esse paciente em questão, não demonstra marcha festinante, assim, o andador com rodas dianteiras é a melhor escolha para ele. A bengala invertida (alternativa A) é usada para proporcionar um indicador visual para paciente com marcha congelada, mas provavelmente será insuficiente para reduzir risco de queda. Um andador padrão pode piorar episódios de congelamento e não será útil em quedas relativas à retropropulsão.

**REFERENCIA**

BURKE-DOE, A. JOBST, E. Casos clínicos: em fisioterapia e reabilitação neurológica. São Paulo: Artmed. 2014.

**QUESTÃO MANTIDA**

---

**Questão 38 – Fisioterapeuta**

Candidato: 99145

O candidato impetrou recurso sobre a questão mencionada, solicitando troca de gabarito para a alternativa A.

**INDEFERIDO:** A banca avalia recurso e referencial, mas mantém a alternativa, pois de acordo com BRUMITT e JOBST (p. 87, 2013) A capsulite adesiva primária pode ser encontrada em três estágios, 1º pré adesiva onde o indivíduo como ter dor constante com piora a noite, perda gradual do movimento a 3 meses (pode estar vinculado ao período de dor). A fase de congelamento que dura em torno de 4 a 12 meses e principalmente apresentando rigidez articular (perda de movimento).

**REFERENCIA**

BRUMIT, J. JOBST, E. Casos clínicos, em fisioterapia ortopédica. São Paulo: Artmed, 2013.

**QUESTÃO MANTIDA**

---

**Questão 39 – Fisioterapeuta**

Candidato: 101116

O candidato impetrou recurso sobre a questão mencionada, alegando que todas as alternativas estão corretas e apresentam deveres fundamentais do fisioterapeuta.

**INDEFERIDO:** A banca avalia recurso, mas mantém questão, uma vez que o enunciado é claro na identificação do código de ética, e do questionamento que solicita qual alternativa não apresente DEVERES fundamentais, sendo que a alternativa B apresenta uma RESPONSABILIDADE e não dever fundamental do fisioterapeuta, como solicita o enunciado.

**REFERENCIA**

COFFITO: Conselho Federal de Fisioterapia e Terapia Ocupacional. Disponível em <<http://www.coffito.org.br/site/index.php/fisioterapia/codigo-de-etica.html>>. Acessado em 18/08/2015.

**QUESTÃO MANTIDA**

---

**Questão 34 – Médico Veterinário**

Candidato: 95829

O candidato impetrou recurso sobre a questão mencionada, alegando em síntese que a resposta correta seria letra D e não A conforme gabarito.

**INDEFERIDO:** Não assiste razão ao candidato. A questão da qual o recurso se refere foi formulada a partir do livro Manual Saunders, Terapêutico Veterinário (Mark G. Papich). No qual a Codeína é citada como 1/10 da potência da morfina e o Cloridrato de Meperidina como 1/7 da potência da morfina. Além do mais no decorrer do enunciado da questão é citado que o fármaco tem sua ação por meio da ligação nos receptores mu e kappa nos nervos, sendo que segundo o mesmo autor o cloridrato de meperidina possui apenas ação nos receptores mu. Portanto não cabe para esta questão o recurso deferido.

**QUESTÃO MANTIDA**

---

**Prefeitura Municipal de Sombrio**

Concurso Público Edital 001/2015 ADM

**JULGAMENTO DOS RECURSOS CONTRA QUESTÕES E PROVAS****Questão 29 – Médico**

Candidato: 100780

O candidato impetrou recurso sobre a questão mencionada, alegando em síntese que a questão está mal formulada.

**INDEFERIDO:** Candidato solicita cancelamento da questão devido falta de clareza, este apresenta a FÓRMULA para chegar ao coeficiente de mortalidade geral que é:

**Coeficiente de Mortalidade Geral:**  $\frac{\text{Número total de óbitos, no período}}{\text{População total, na metade do período.}} \times 1.000$

A banca avalia recurso e referência, mas mantém questão. Uma vez que o enunciado é claro sobre a indagação de qual afirmativa é CORRETA sobre o Coeficiente de mortalidade geral. E De acordo com Pereira (2007, p.11) “é a relação entre o total de óbitos de um determinado local pela população exposta ao risco de morrer.”

Desta forma mantem-se a questão inalterada.

**REFERÊNCIA**

PEREIRA, S, D. Conceitos e definições da saúde e epidemiologia usados na vigilância sanitária. São Paulo. Março 2007. Disponível em: [http://www.cvs.saude.sp.gov.br/pdf/epid\\_visu.pdf](http://www.cvs.saude.sp.gov.br/pdf/epid_visu.pdf)

**QUESTÃO MANTIDA****Questão 31 – Médico**

Candidato: 94996

O candidato impetrou recurso sobre a questão mencionada, alegando que a resposta correta seria a letra C e não D conforme gabarito, pois essa opção, além de ter uma definição correta, enumera os 3 níveis de lesão: estiramento, ruptura parcial e ruptura total.

**DEFERIDO:** A banca avalia recurso e bibliografia enviada pelo candidato e aceita recurso, trocando o gabarito de **alternativa D para C**. Uma vez que a distensão “geralmente é resultado de esforço excessivo, envolvendo o estiramento e a ruptura de fibras musculares” (FRANDSEN; HAFEN; KARREN, P. 189, 2002)

**Alternativa CORRETA “C”.****REFERÊNCIA**

FRANDSEN, K. J; HAFEN, B.Q; KARREN, K. J. **Primeiros Socorros para estudantes**. 2002.

Demais citadas pelo candidato.

**TROCA DE GABARITO****Questão 34 – Médico**

Candidato: 94996

O candidato impetrou recurso sobre a questão mencionada, solicitando cancelamento devido presença de duas alternativas INCORRETAS. Onde na alternativa B possa ter ocorrido um erro de digitação ou falta de letras em alguma palavra que prejudique sua correta análise.

**INDEFERIDO:** A banca avalia recurso apresentado pelo candidato, mas mantém questão, uma vez que estes dados foram retirados na INTEGRAL, do Capítulo II – Fisiopatologia das doenças Falciformes (Manual de diagnóstico e tratamento de doenças falciformes – ANVISA, p.16, 2001). Abaixo imagem do manual:

**Prefeitura Municipal de Sombrio**  
**Concurso Público Edital 001/2015 ADM**  
**JULGAMENTO DOS RECURSOS CONTRA QUESTÕES E PROVAS**

**Capítulo II**

**FISIOPATOLOGIA DAS DOENÇAS  
FALCIFORMES**

A anemia falciforme, doença genética que levou ao conceito de "doença molecular" (14), é caracterizada por anemia hemolítica crônica e fenômenos vasoclusivos que levam a crises dolorosas agudas e à lesão tecidual e orgânica crônica e progressiva.

É causada pela substituição de adenina por timina (GAG->GTG), codificando valina ao invés de ácido glutâmico, na posição 6 da cadeia da  $\beta$ -globina, com produção de hemoglobina S (HbS). Esta pequena modificação estrutural é responsável por profundas alterações nas propriedades físico-químicas da molécula da hemoglobina no estado desoxigenado. Estas alterações culminam com um evento conhecido como falcização, que é a mudança da forma normal da hemácia para a forma de foice, resultando em alterações da reologia dos glóbulos vermelhos e da membrana eritrocitária.

FONTE: ANVISA, P. 16, 2001

**REFERÊNCIA**

ANVISA, Manual de Diagnóstico e tratamento de doenças falciformes, 2001. Disponível em: <http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/anvisa/diagnostico.pdf>

**QUESTÃO MANTIDA**

**Questão 38 – Médico**

Candidato: 94996, 100780

Os candidatos impetraram recurso sobre a questão mencionada, alegando que todas as alternativas são corretas e indica uma sintomatologia que deve ser investigada na suspeita de IAM.

**DEFERIDO:** A banca analisa recurso e referencial, bem como reavalia questão, e aceita recursos apresentados cancelando a questão. Uma vez que todas as alternativas apresentam sintomatologia que merece investigação quando a suspeita de IAM.

**QUESTÃO ANULADA**

**Questão 33 – Odontólogo**

Candidato: 96624

O candidato impetrou recurso sobre a questão mencionada, alegando em síntese que a resposta correta seria a letra C.

**INDEFERIDO:** A banca aliava solicitação e referencial, mas mantém a alternativa, uma vez que a incisão trapezoidal de Luebke e Ochsenbein é realizada a incisão horizontal na gengiva inserida quando a de Neuman e Novak é realizada na papila (GOLDBERG e SOARES, p. 385, 2011). (parte do livro abaixo)

**Incisão trapezoidal**

Considerada de primeira escolha, a incisão trapezoidal consiste de uma incisão horizontal e duas verticais, de modo que quando o retalho é divulsionado, a área de trabalho apresenta a forma de um trapézio.

Se a patologia e/ou iatrogenia estiverem em nível apical, a incisão horizontal é feita em gengiva inserida, e preferencialmente deve acompanhar o contorno da região cervical do dente, sendo denominada incisão de Luebke e Ochsenbein (Figura 18.25). Se o paciente tiver uma área de gengiva inserida bem ampla (larga), a incisão horizontal pode ser reta, sendo denominada de incisão de Wassmund (Figura 18.26). Todavia, deve-se dar preferência à incisão de Luebke e Ochsenbein.

**FIGURA 18.24**

Incisão triangular com incisão horizontal na papila (Neuman).

Se a patologia e/ou iatrogenia estiverem localizadas em nível de terço médio e cervical, a incisão horizontal é feita na papila e é denominada incisão de Neuman e Novak (Figura 18.27).

Na atualidade, não se utilizam nem a incisão de Partsch (semilunar) e nem a de Wassmund, uma vez que elas apresentam limitações de acesso.

Qualquer que seja o tipo de incisão, os seguintes cuidados devem ser tomados: fazer a incisão com a lâmina 15 ou 15C; fazê-la de forma firme e contínua,

Desta forma mantém-se a questão.

**REFERENCIA**

GOLBERG, F; SOARES, I.J. Endodontia: técnicas e fundamentos. 2.ed. Porto alegre: Artmed. 2011.

**QUESTÃO MANTIDA**

**Prefeitura Municipal de Sombrio**  
**Concurso Público Edital 001/2015 ADM**  
**JULGAMENTO DOS RECURSOS CONTRA QUESTÕES E PROVAS**

**Questão 39 – Odontólogo**

Candidato: 95419

O candidato impetrou recurso sobre a questão mencionada, alegando que há duas alternativas incorretas, solicitando desta forma, o cancelamento da questão.

**DEFERIDO:** A banca avalia recurso e referencial, apesar segundo a orientação da American Academy of Pediatric Dentistry (2008) apud (AVERY; DEAN; MCDONALD, p. 11, 2011), sobre a saúde bucal do bebê recomendar que “os profissionais de saúde e todos os interessados na saúde da criança devem apoiar a identificação de um tratamento caseiro para todas as crianças aos 12 meses de idade”, é de conhecimento clínico, prático e didático que esta conduta profissional deve ser executada a todas as crianças independente da sua faixa etária (sugere-se erro na tradução, de aos 12 meses de idade para até os 12 meses de idade). Desta forma a banca decide pela anulação da questão.

**REFERENCIA**

AVERY, D.R.; DEAN, J.; MCDONALD, R.E. Odontopediatria: para crianças e adolescentes. Ed.9. São Paulo – SP: Elsevier. 2011

**QUESTÃO ANULADA****Questão 25 – Comuns aos cargos de Professor e Gestor Pedagógico**

Candidato: 100256

O candidato impetrou recurso sobre a questão mencionada, alegando que não foi citado a fonte do texto e são trechos do site educarparacrescer.

**INDEFERIDO:** A questão remete ao conhecimento das Teorias de Aprendizagem e quem as defende. O fato de não aparecer a autoria é, obviamente, proposita, tendo em vista que o que se quer é que o candidato demonstre conhecimento, reconhecendo a postura teórica dos autores.

**QUESTÃO MANTIDA****Questão 30 – Professor de Educação Física**

Candidato: 93057

O candidato impetrou recurso sobre a questão mencionada, alegando em síntese que a mesma possui duas alternativas corretas (D e C).

**INDEFERIDO:** Não assiste razão ao candidato. O candidato alega que a alternativa C também estaria correta, no entanto, a qualidade física relacionada à diminuição do tempo de resposta muscular a um estímulo específico não é a flexibilidade, mas sim a velocidade de reação.

Bibliografia utilizada: BARBANTI, V. J. Teoria e prática do treinamento desportivo (1979) e Aptidão física: Um convite à saúde (1990).

**QUESTÃO MANTIDA****Questão 34 – Professor de Letras (Português/Inglês)**

Candidato: 100440, 94914, 100256

Os candidatos impetraram recurso sobre a questão mencionada, alegando em síntese que o enunciado da mesma está confuso, dificultando interpretação.

**DEFERIDO:** Apesar de que a bem conceituada gramática “Grammar for First Certificate” (Hashemi e Thomas, 2003), na qual esta questão foi baseada, categorize os substantivos como “Countable”, “Uncountable” e “Can be countable or uncountable” (p.86), e também apresente em sua chave de respostas (p. 230) a opção indicada como correta no presente concurso, o enunciado da questão poderia, de fato, ter apresentado uma construção alternativa com tradução mais aproximada de sua versão original, que segue:

*“Complete the diagram with the words that belong in each group (Always countable – Always uncountable – Can be countable or uncountable)” (p. 86).*

Assim, considera-se DEFERIDO o pedido de anulação da questão 34, com base na argumentação de que seu enunciado pode ter confundido os candidatos concorrentes à vaga, prejudicando assim suas pontuações.

**QUESTÃO ANULADA**

**Prefeitura Municipal de Sombrio**

Concurso Público Edital 001/2015 ADM

**JULGAMENTO DOS RECURSOS CONTRA QUESTÕES E PROVAS****Questão 39 – Professor de Letras (Português/Inglês)**

Candidato: 100256

O candidato impetrou recurso sobre a questão mencionada, alegando em síntese que a mesma não possui citação.

**INDEFERIDO:** Mesmo que por falha no ato de revisão não fora incluída a citação à PUC/SP no formato final da questão 39, considera-se INDEFERIDO o pedido de cancelamento da mesma pelo seguinte motivo:

1. A presença ou ausência da citação não alteraria a interpretação da questão em si. Sua anulação poderia prejudicar uma grande quantidade de candidatos que responderam corretamente o que de fato a questão põe em foco.

**QUESTÃO MANTIDA**

---

**Questão 29 – Professor de Séries Iniciais**

Candidato: 97168, 96111

Os candidatos impetraram recurso sobre a questão mencionada, alegando que: não há alternativa incorreta, todas são corretas em relação ao ensino na educação infantil; que na alternativa "D" cita artigo 18 mas não fala de qual lei.

**INDEFERIDO:** "As crianças que frequentam escolas de educação infantil ganham maior estímulo e tornam-se mais preparadas para ingressar no ensino obrigatório, com melhor aproveitamento escolar". Quem trabalha no universo escolar sabe que esta alínea **NÃO É REGRA**. Se os Centros de Educação Infantil não estimularem o desenvolvimentos das habilidades, as crianças não se tornaram competentes. É a situação ideal, mas pode ser que não ocorra efetivamente. Quanto ao art. 18, somente o candidato bem preparado sabe que somente a Lei de Diretrizes e Bases é que regulamenta o ensino, o ECA apresenta as leis de proteção à criança.

**QUESTÃO MANTIDA**

---

**Questão 38 – Gestor Pedagógico**

Candidato: 100779

O candidato impetrou recurso sobre a questão mencionada, alegando, em síntese que a alternativa "C" dada como correta está incorreta.

**INDEFERIDO:** A escola sempre será um espaço de construção do conhecimento e a pesquisa deve ser uma ferramenta de ensino e se o docente a estimula e busca respostas, juntamente com as crianças, será sim, alguém que produz ciência. Como ferramenta, a pesquisa deve ser auxiliar no processo de ensino/aprendizagem e não um caminho para quando a aprendizagem não se constrói efetivamente.

BAGNO, Marcos. Pesquisa na Escola. Saraiva: São Paulo, 2012.

**QUESTÃO MANTIDA**

---

Sombrio – SC, 24 de Agosto de 2015.

*Zênio Cardoso*  
*Prefeito Municipal*



## ATO 013



## REPUBLICA GABARITO DEFINITIVO

ATO 013/iobv/001/15

## PREFEITURA MUNICIPAL DE SOMBRIO

Concurso Público 001/2015 – 16/08/2015

**X – Anulada****Fundamental****Auxiliar de Serviços Gerais**

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
A	C	B	C	D	B	C	A	B	D	A	B	C	D	B	A	C	D	A	D

**Mecânico**

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
A	C	B	C	D	B	C	A	B	D	C	A	C	A	B	C	A	D	B	D

**Motorista**

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
A	C	B	C	D	B	C	A	B	D	B	C	X	A	A	C	D	A	A	D

Questão 18 Motorista, troca de gabarito.

**Operador de Equipamentos**

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
A	C	B	C	D	B	C	A	B	D	A	D	B	C	C	A	B	D	D	A

**Médio****Auxiliar Administrativo**

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
B	A	C	D	B	D	C	A	D	B	C	D	B	A	B	D	A	C	D	B
21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40
C	B	A	C	D	D	A	X	A	C	A	B	D	C	D	A	X	C	A	C

Questão 37 Auxiliar Administrativo anulada por conter erro material de digitação na alternativa considerada correta.

**Auxiliar de Ensino Infantil**

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
B	A	C	D	B	D	C	A	D	B	C	D	B	A	B	D	A	C	D	B
21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40
C	B	A	C	D	D	A	X	A	C	C	D	A	B	C	D	C	A	B	A

**Fiscal de Obras e Postura**

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
B	A	C	D	B	D	C	A	D	B	C	D	B	A	B	D	A	C	D	B
21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40
C	B	A	C	D	D	A	X	A	C	D	A	C	B	D	C	C	A	B	C

**Fiscal de Tributos**

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
B	A	C	D	B	D	C	A	D	B	C	D	B	A	B	D	A	C	D	B
21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40
C	B	A	C	D	D	A	X	A	C	D	D	C	B	A	C	B	A	C	A

**Secretário de Escola**

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
B	A	C	D	B	D	C	A	D	B	C	D	B	A	B	D	A	C	D	B
21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40
C	B	A	C	D	D	A	X	A	C	B	C	D	A	C	A	A	B	D	C

**Técnico Agrícola**

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
B	A	C	D	B	D	C	A	D	B	C	D	B	A	B	D	A	C	D	B
21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40
C	B	A	C	D	D	A	X	A	C	B	D	C	A	C	X	D	C	D	A

**Técnico de Enfermagem**

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
B	A	C	D	B	D	C	A	D	B	C	D	B	A	B	D	A	C	D	B
21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40
C	B	A	C	D	D	A	X	A	C	A	D	B	A	C	C	D	A	B	C

**Técnico de Informática**

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
B	A	C	D	B	D	C	A	D	B	C	D	B	A	B	D	A	C	D	B
21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40
C	B	A	C	D	D	A	X	A	C	A	B	D	B	X	A	D	C	A	B

**Técnico de Higiene Dental**

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
B	A	C	D	B	D	C	A	D	B	C	D	B	A	B	D	A	C	D	B
21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40
C	B	A	C	D	D	A	X	A	C	C	B	B	D	A	C	D	A	D	C

**Tesoureiro**

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
B	A	C	D	B	D	C	A	D	B	C	D	B	A	B	D	A	C	D	B
21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40
C	B	A	C	D	D	A	X	A	C	B	C	D	A	C	D	B	C	D	A

**Superior****Advogado**

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
C	B	A	C	D	A	B	X	C	D	B	A	B	C	A	D	B	D	C	X
21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40
A	B	D	A	B	B	C	B	A	D	C	C	D	C	A	C	A	B	D	A

**Agente de Controle Interno**

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
C	B	A	C	D	A	B	X	C	D	B	A	B	C	A	D	B	D	C	X
21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40
A	B	D	A	B	C	A	C	B	D	D	A	B	C	A	B	X	A	D	C

**Arquiteto**

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
C	B	A	C	D	A	B	X	C	D	B	A	B	C	A	D	B	D	C	X
21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40
A	B	D	A	B	B	D	C	A	D	B	A	C	A	A	D	B	D	A	C

Questão 34 Arquiteto, troca de gabarito.

**Assistente de Informática**

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
C	B	A	C	D	A	B	X	C	D	B	A	B	C	A	D	B	D	C	X
21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40
A	B	D	A	B	A	C	D	C	B	A	D	D	A	A	B	A	D	C	B

**Assistente Social**

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
C	B	A	C	D	A	B	X	C	D	B	A	B	C	A	D	B	D	C	X
21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40
A	B	D	A	B	A	C	D	B	C	A	D	C	A	C	C	B	D	B	A

**Enfermeiro**

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
C	B	A	C	D	A	B	X	C	D	B	A	B	C	A	D	B	D	C	X
21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40
A	B	D	A	B	C	D	A	C	B	C	C	A	D	B	A	D	C	B	A

**Engenheiro Agrimensor**

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
C	B	A	C	D	A	B	X	C	D	B	A	B	C	A	D	B	D	C	X
21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40
A	B	D	A	B	D	A	C	D	B	B	C	A	A	D	A	C	A	C	A

Questões 34 e 40 Engenheiro Agrimensor, troca de gabarito.

**Engenheiro Civil**

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
C	B	A	C	D	A	B	X	C	D	B	A	B	C	A	D	B	D	C	X
21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40
A	B	D	A	B	C	C	B	D	C	C	D	B	A	A	C	C	X	X	B

Questão 30 Engenheiro Civil, troca de gabarito.

**Farmacêutico**

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
C	B	A	C	D	A	B	X	C	D	B	A	B	C	A	D	B	D	C	X
21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40
A	B	D	A	B	B	A	A	C	A	B	C	A	D	C	A	B	D	C	B

**Fisioterapeuta**

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
C	B	A	C	D	A	B	X	C	D	B	A	B	C	A	D	B	D	C	X
21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40
A	B	D	A	B	C	A	X	B	D	C	X	A	D	B	A	C	D	B	A

**Fonoaudiólogo**

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
C	B	A	C	D	A	B	X	C	D	B	A	B	C	A	D	B	D	C	X
21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40
A	B	D	A	B	A	D	C	B	A	C	B	D	A	C	A	D	B	C	C

**Médico**

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
C	B	A	C	D	A	B	X	C	D	B	A	B	C	A	D	B	D	C	X
21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40
A	B	D	A	B	C	B	A	D	C	C	B	B	X	C	D	A	X	C	A

**Médico Veterinário**

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
C	B	A	C	D	A	B	X	C	D	B	A	B	C	A	D	B	D	C	X
21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40
A	B	D	A	B	C	A	B	D	C	A	B	C	A	D	C	B	A	D	C

**Nutricionista**

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
C	B	A	C	D	A	B	X	C	D	B	A	B	C	A	D	B	D	C	X
21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40
A	B	D	A	B	D	C	A	B	D	C	B	A	C	C	D	A	B	C	A

**Odontólogo**

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
C	B	A	C	D	A	B	X	C	D	B	A	B	C	A	D	B	D	C	X
21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40
A	B	D	A	B	C	A	D	B	D	C	C	A	B	D	A	B	C	X	A

**Psicólogo**

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
C	B	A	C	D	A	B	X	C	D	B	A	B	C	A	D	B	D	C	X
21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40
A	B	D	A	B	C	D	A	D	B	C	B	A	D	C	C	A	B	D	A

**Professor de Educação Física**

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
C	B	A	C	D	A	B	X	C	D	B	A	B	C	A	D	B	D	C	X
21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40
B	A	C	B	D	B	B	A	C	D	C	B	A	D	C	A	B	A	D	C

**Professor de História**

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
C	B	A	C	D	A	B	X	C	D	B	A	B	C	A	D	B	D	C	X
21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40
B	A	C	B	D	B	D	A	C	A	B	B	A	D	D	C	B	A	C	C

**Professor de Letras (Português/Inglês)**

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
C	B	A	C	D	A	B	X	C	D	B	A	B	C	A	D	B	D	C	X
21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40
B	A	C	B	D	C	A	C	D	B	B	A	D	X	B	A	D	C	A	D

**Professor de Séries Iniciais e Educação Infantil**

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
C	B	A	C	D	A	B	X	C	D	B	A	B	C	A	D	B	D	C	X
21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40
B	A	C	B	D	C	C	A	B	D	A	D	B	C	A	D	B	A	B	C

**Gestor Pedagógico**

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
C	B	A	C	D	A	B	X	C	D	B	A	B	C	A	D	B	D	C	X
21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40
B	A	C	B	D	C	B	C	D	A	D	B	A	C	B	A	D	C	D	A

Sombrio, 24 de Agosto de 2015.

**CONCURSO****Prefeitura Municipal de Sombrio***Concurso Público Edital 001/2015 SAMAE***JULGAMENTO DOS RECURSOS CONTRA QUESTÕES E PROVAS****ATO 008/CP/MS/ED1/15/SAMAE****DIVULGA O JULGAMENTO DOS RECURSOS CONTRA AS QUESTÕES DA PROVA ESCRITA DO EDITAL Nº 001/2015 DE CONCURSO PÚBLICO DO SAMAE DE SOMBRIO**

**O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SOMBRIO**, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, juntamente com a Comissão Municipal de Concurso Público, torna público as decisões dos pedidos de recursos contra as questões e provas escritas aplicadas em 16 de agosto de 2015, conforme segue:

**Conhecimentos Gerais cargos de Nível Fundamental****Questão 02 – Língua Portuguesa**

Candidato: 94814

O candidato impetrou recurso sobre a questão mencionada, alegando que a norma culta da língua não faz parte do currículo do ensino fundamental.

**INDEFERIDO:** Todas as pessoas são alfabetizadas de acordo com a Norma Culta da Língua Portuguesa. Segundo os Parâmetros Curriculares Nacionais, o uso adequado do idioma deve ser objeto de conhecimento em todas as fases de escolarização.

portal.mec.gov.br

**QUESTÃO MANTIDA****Questão 03 – Língua Portuguesa**

Candidato: 98766

O candidato impetrou recurso sobre a questão mencionada, alegando que não consta no edital que divisão silábica seria conteúdo da prova escrita.

**INDEFERIDO:** Escrever adequadamente faz parte do estudo ortográfico que contempla também a divisão das palavras em sílabas.

SACCONI, Luiz Antonio. Gramática Básica. 2a Ed. São Paulo: Nova Geração, 2011.

**QUESTÃO MANTIDA****Conhecimentos Específicos cargos de Nível Fundamental****Questão 13 – Motorista**

Candidato: A pedido da banca

A resposta da mesma não está presente no Código de Trânsito Brasileiro.

**DEFERIDO:** O Código de Trânsito Brasileiro (CTB) previa, entre os sinais sonoros, "Um silvo longo e um breve" com a significação "Trânsito impedido em todas as direções". Contudo, Resolução nº 164/2004, aprovada em face do disposto no artigo 336 do CTB, alterou a classificação deixando de prever a sinalização indicada na questão em comento.

Ante o exposto, **defer-se** o pedido **anulando-se a questão**.

**QUESTÃO ANULADA****Questão 18 – Motorista**

Candidato: 98766

O candidato impetrou recurso sobre a questão mencionada, alegando que Catadióptrico é um dispositivo auxiliar de sinalização horizontal e não sinalização horizontal.

**DEFERIDO:** Assiste razão ao recorrente. Houve equívoco na indicação da resposta (é alternativa A e não B). A Resolução nº 164/2004 ao dispor sobre a sinalização horizontal define-a como "...um subsistema da sinalização viária que se utiliza de linhas, marcações, símbolos e legendas, pintados ou apostos sobre o pavimento das vias... A sinalização horizontal é classificada em: - marcas longitudinais; - marcas transversais; - marcas de canalização; - marcas de delimitação e controle de estacionamento e/ou parada; - inscrições no pavimento."



**Prefeitura Municipal de Sombrio****Concurso Público Edital 001/2015 SAMAE****JULGAMENTO DOS RECURSOS CONTRA QUESTÕES E PROVAS**

A mesma norma define os dispositivos auxiliares como "...elementos aplicados ao pavimento da via, junto a ela, ou nos obstáculos próximos, de forma a tornar mais eficiente e segura a operação da via. São apostos em série no pavimento ou em suportes, reforçando marcas viárias, ou ao longo das áreas adjacentes a elas.". Indubitavelmente, o catadióptrico é um dispositivo auxiliar.

Ante o exposto, **defer-se** o pedido para **alterar a resposta** da questão, considerando como correta a opção **A (auxiliar)**.

**TROCA DE GABARITO****Questão 15 – Operador de Equipamento**

Candidato: 94814

O candidato impetrou recurso sobre a questão mencionada, alegando em síntese, que a expressão do item um "controlar a situação" causou entendimento dubio a questão.

**INDEFERIDO:** Não assiste razão ao recorrente ao alegar que "controlar a situação" (item 1) se iguala a "Manter a calma; e garantir a segurança" (item 3). Ademais as ações e sequência indicadas como corretas estão previstas na apostila de noções de primeiros socorros no trânsito disponível no endereço eletrônico do DETRAN/SC (<<http://detran.sc.gov.br/index.php/educacao/apostilas>>).

Ante o exposto, indefere-se o pedido mantendo-se a questão e o gabarito divulgado.

**QUESTÃO MANTIDA****Conhecimentos Gerais cargos de Nível Médio****Questão 13 – Conhecimentos Gerais**

Candidato: 99901, 93790

Os candidatos impetraram recurso sobre a questão mencionada, alegando em síntese, que para que a questão ser considerada correta, a alternativa precisaria ser confirmada pelo Banco Central do Brasil.

**INDEFERIDO:** Não assiste razão aos candidatos. O anúncio da compra das operações no Brasil do HSCB pelo banco Bradesco, foi ao mercado financeiro no dia 03 de agosto.

No mesmo dia, o Banco Central do Brasil, lançou nota oficial explicando que não participou das negociações. A alterações de controle e reorganizações societárias de instituições financeiras são negócios privados e o Banco Central não participa das negociações entre as partes.

"Uma vez que o contrato é fechado, as partes o trazem para a análise do Banco Central com vistas à aprovação da operação, condição imprescindível para que o negócio seja concluído", explicou o Banco Central.

O negócio foi feito. Essa aquisição é um negócio complexo e leva tempo. Só depois da análise do BC essa negociação será concluída. Poderá, até ser desfeito depois.

Fontes:

<http://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2015-08/bradesco-anuncia-compra-do-hsbc>

<https://www.bradesco.com.br/site/conteudo/interna/defaultLista.aspx?secaoId=589>

<http://exame.abril.com.br/negocios/noticias/bc-diz-que-nao-participou-de-negociacao-de-bradesco-e-hsbc>

**QUESTÃO MANTIDA****Questão 17 – Informática**

Candidato: 99742

O candidato impetrou recurso sobre a questão mencionada, alegando em síntese, que a alternativa correta seria a letra C.

**INDEFERIDO:** A banca avalia recurso e referencial, e mantém alternativa, uma vez que Conforme consta no site do fabricante do software (MICROSOFT) a única combinação para alternância entre janelas seria "Alt + Tab". Ctrl+Tab no Firefox por exemplo, serve para trocar entre páginas abertas na mesma janela.

REFERÊNCIA:

MICROSOFT. **20 atalhos essencial do computador** – aplica-se ao Windows 7. Disponível em:

<http://windows.microsoft.com/pt-br/windows7/20-pc-shortcuts>

**QUESTÃO MANTIDA**

**Prefeitura Municipal de Sombrio**

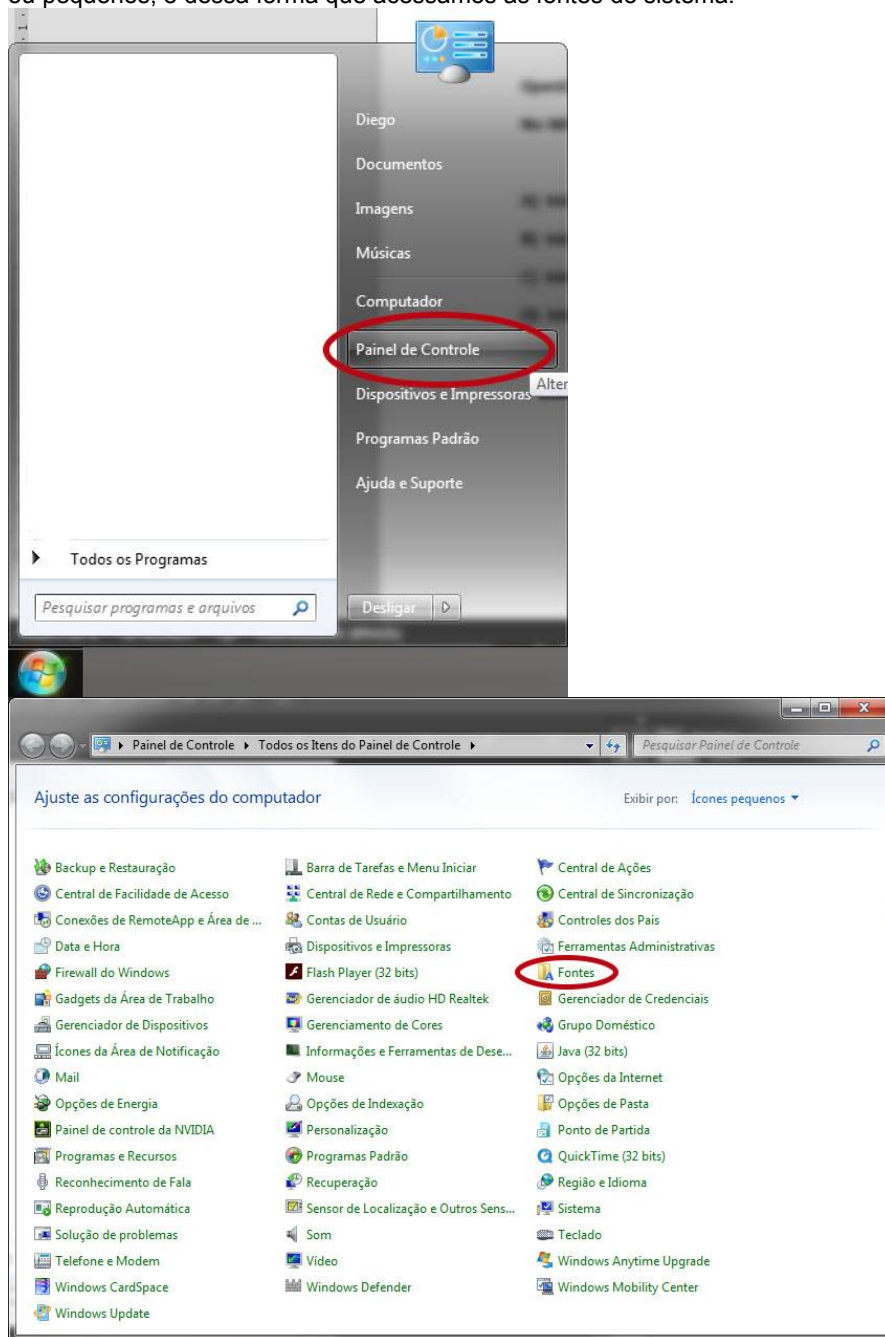
Concurso Público Edital 001/2015 SAMAE

**JULGAMENTO DOS RECURSOS CONTRA QUESTÕES E PROVAS****Questão 18 – Informática**

Candidato: 100449, 100751, 94417, 96017

Os candidatos impetraram recurso sobre a questão mencionada, alegando em síntese, que a mesma não está completa, não estando editadas todas as teclas de comando.

**INDEFERIDO:** Não assiste razão ao candidato. Como mostrado nas imagens abaixo, a sequência para visualizarmos as fontes do Windows são as descritas na resposta. Como informado pela candidata, no painel de controle, podemos mudar a forma de exibição dos ícones, porém, isso não interfere na resposta, já que cada usuário tem a sua configuração própria e que portanto, nas configurações de ícones grandes ou pequenos, é dessa forma que acessamos as fontes do sistema.

**QUESTÃO MANTIDA**

**Prefeitura Municipal de Sombrio**  
*Concurso Público Edital 001/2015 SAMAE*  
**JULGAMENTO DOS RECURSOS CONTRA QUESTÕES E PROVAS**

**Conhecimentos Específicos cargos de Nível Médio****Questão 21 – Legislação**

Candidato: 99742, 94062

Os candidatos impetraram recurso sobre a questão mencionada, alegando em síntese, que a alternativa “C – Vida” dada como correta, também é um direito social.

**INDEFERIDO:** A alegação do candidato não é específica, questiona genericamente e não se apresenta de forma coerente em relação à questão objeto do recurso. A questão é clara e o candidato deveria se atentar aos direitos sociais descritos no art. 6º da Constituição Federal. A vida é direito fundamental e não um direito social, conforme art. 5º do mesmo diploma legal.

**QUESTÃO MANTIDA****Questão 35 – Auxiliar Administrativo**

Candidato: 94417, 100974

Os candidatos impetraram recurso sobre a questão mencionada, alegando em síntese, que a mesma possui duas alternativas corretas.

**INDEFERIDO:** Trata-se de questão cuja metodologia avalia a capacidade de julgamento do candidato com relação a temáticas e ideias, usando de exclusão de alternativa. E embora o candidato tenha interposto recurso no sentido, ponderamos os seguintes aspectos.

**ASPECTO 1** – A alternativa esperada como resposta ao enunciado da questão é “D”.

**ASPECTO 2** – O pregão, na forma eletrônica, como modalidade de licitação do tipo menor preço, realizar-se-á quando a disputa pelo fornecimento de bens ou serviços comuns for feita à distância em sessão pública, por meio de sistema que promova a comunicação pela internet. (Decreto no 5.455/2005 art. 2)

**ASPECTO 3** – O pregão é a modalidade de licitação em que a disputa pelo fornecimento de bens ou serviços comuns do Governo Federal é feita em sessão pública, por meio de propostas de preços escritas e lances verbais. (Artigo 2º do Anexo I do Decreto 3.555/2000)

E pelas explicações e considerações supracitadas, o nosso parecer é pelo INDEFERIMENTO do recurso em questão.

Referências

SEBRAE. PREGAO PRESENCIAL E ELETRONICO. Disponível em

<http://www.comprasgovernamentais.gov.br/arquivos/micro-e-pequenas-empresas/pregao-presencial-e-eletronico-29out2014.pdf>

**QUESTÃO MANTIDA****Questão 38 – Auxiliar Administrativo**

Candidato: 93790

O candidato impetrou recurso sobre a questão mencionada, alegando em síntese, que a alternativa D também estaria correta.

**INDEFERIDO:** Trata-se de questão cuja metodologia avalia a capacidade de julgamento do candidato com relação a temáticas e ideias, usando de exclusão de alternativa. E embora o candidato tenha interposto recurso no sentido, ponderamos os seguintes aspectos.

**ASPECTO 1** – A alternativa esperada como resposta ao enunciado da questão é “C”.

**ASPECTO 2** – A presente questão traz em seu enunciado a especificidade “as fontes.” “.. dos documentos do “padrão ofício”, ou seja, como se deve constituir o formato das letras, seu tamanho, etc. E pelas explicações e considerações supracitadas, o nosso parecer é pelo INDEFERIMENTO do recurso em questão.

Referências

Manual de Redação da Presidência da República. Disponível em

[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/manual/manual.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/manual/manual.htm)

**QUESTÃO MANTIDA****Questão 40 – Auxiliar Administrativo**

Candidato: 93790

O candidato impetrou recurso sobre a questão mencionada, alegando em síntese, que no enunciado da questão não fica claro de que tipo de órgão a rotina administrativa se refere.

**Prefeitura Municipal de Sombrio****Concurso Público Edital 001/2015 SAMAE****JULGAMENTO DOS RECURSOS CONTRA QUESTÕES E PROVAS**

**INDEFERIDO:** Trata-se de questão cuja metodologia avalia a capacidade de julgamento do candidato com relação a temáticas e ideias, usando de exclusão de alternativa. E embora o candidato tenha interposto recurso no sentido, ponderamos os seguintes aspectos.

**ASPECTO 1** – A alternativa esperada como resposta ao enunciado da questão é “C”.

**ASPECTO 2** – O candidato de inscrição 93790 não apresentou uma interposição contra nenhuma alternativa da presente questão; tão pouco pela defesa, anulação ou argumentação desta ou daquela alternativa.

**ASPECTO 3** – Independente do “tipo de órgão”, atuar, na língua portuguesa, assume um significado que remete a ato de “processar, reunir documentos para formar um processo.”

E pelas explicações e considerações supracitadas, o nosso parecer é pelo INDEFERIMENTO do recurso em questão.

Referências

Manual de Redação da Presidência da República. Disponível em

[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/manual/manual.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/manual/manual.htm)

NOÇÕES DE TÉCNICAS DE ARQUIVO. Disponível em

<http://www.agazetacursos.com.br/downloads/finish/61-ministerio-da-saude/619-arquivologia>

**QUESTÃO MANTIDA**

---

**Questão 33 – Operador de ETA/ETE**

Candidato: 100449, 100751

Os candidatos impetraram recurso sobre a questão mencionada, alegando em síntese, que a questão possui duas alternativas corretas (A e B).

**DEFERIDO:** O enunciado da questão versa sobre os métodos de tratamento de água. Desta forma, entende-se que a redação prejudica no desenvolvimento da questão ao requerer a etapa de tratamento no qual predomina a aplicação de forças físicas, sendo que tanto o tratamento preliminar quanto às operações unitárias físicas correspondem a meios físicos cabíveis acerca dos métodos de tratamento de água. Desta forma, opta-se pelo deferimento do recurso.

**QUESTÃO ANULADA**

---

**Questão 34 – Operador de ETA/ETE**

Candidato: 93860

O candidato impetrou recurso sobre a questão mencionada, alegando em síntese, que a mesma induz ao erro, e que não pode ser considerada como correta conforme gabarito.

**INDEFERIDO:** A redação do item trata sobre o processo de coagulação e floculação em sistemas de tratamento de água, sendo que o conteúdo é previsto no presente edital do Concurso Público. Neste caso, o item II permanece correto, uma vez que o reagente mais utilizado como coagulante em ETA é o sulfato de alumínio, pelo fato de ser facilmente obtido e também pelo seu baixo custo de aquisição, conforme entendimento do autor *Azevedo Netto et al., Manual de Hidráulica, 8º ed., Capítulo 18 – Hidráulica Aplicada a Sistemas Urbanos, pág. 484*. Portanto, o recurso está indeferido.

**QUESTÃO MANTIDA**

---

**Questão 36 – Operador de ETA/ETE**

Candidato: 100751, 100449

Os candidatos impetraram recurso sobre a questão mencionada, alegando em síntese, que a alternativa C não estaria correta.

**DEFERIDO:** A redação do item trata sobre os equipamentos de proteção individual (EPI) quanto ao assunto de noções de segurança de trabalho em ETA/ETE, sendo o conteúdo exigido no presente edital do Concurso Público. Neste caso, a redação do item I permanece equivocada, assim como o item III, uma vez que o enunciado desta redação enseja a várias interpretações, confundindo o candidato quanto aos deveres e direitos do empregado e empregador. Por outro lado, a alternativa II está conforme, sendo amparada com base no item 6.6.1 da Norma Regulamentadora nº 06 do Ministério do Trabalho e Emprego que dispõe sobre EPI. Deste modo, opta-se pela **alteração do gabarito “C” para a alternativa “A”**. Portanto, o recurso está deferido.

**TROCA DE GABARITO**

---

**Prefeitura Municipal de Sombrio**

Concurso Público Edital 001/2015 SAMAE

**JULGAMENTO DOS RECURSOS CONTRA QUESTÕES E PROVAS****Conhecimentos Gerais cargos de Nível Superior****Questão 05 – Língua Portuguesa**

Candidato: 101241

O candidato impetrou recurso sobre a questão mencionada, alegando em síntese, que o enunciado não foi elaborado de forma adequada, confundindo o candidato.

**INDEFERIDO:** As Figuras de Linguagem estão divididas em: figuras de palavras, de construção e de pensamento. Portanto, o que foi solicitado está previsto no edital, o que talvez o candidato não saiba é que figuras de sintaxe são figuras de construção, uma subdivisão das figuras de linguagem.

SACCONI. Luiz Antonio. Gramática Básica. 2a Ed. São Paulo: Nova Geração, 2011.

**QUESTÃO MANTIDA****Questão 07 – Conhecimentos Gerais**

Candidato: 101241

Os candidatos impetraram recurso sobre a questão mencionada, alegando que o Tratado de Roma, deu-se em 1958 e não 1957, como apresentou a resposta da questão correta no gabarito. Alega também que para formar a Comunidade Econômica Europeia (CEE) outros tratados foram iniciados.

**INDEFERIDO:** De fato, foram inúmeros encontros diplomáticos para a formalização da Comunidade Econômica Europeia (CEE). Mas o tratado de Roma, em 1957, foi o que sacramentou esse acordo.

Conforme previu o Edital do concurso, a fonte para elaborar a questão foi o Almanaque Abril 2015, página 303.

A única alternativa possível é a letra B, conforme sítios oficiais do governo Alemão e da Europa.

Fontes: [http://europa.eu/about-eu/eu-history/index\\_pt.htm](http://europa.eu/about-eu/eu-history/index_pt.htm)

<http://www.dw.com/pt/tratados-de-roma-foram-o-marco-inicial-da-uni%C3%A3o-europeia/a-4453663>

**QUESTÃO MANTIDA****Questão 08 – Conhecimentos Gerais**

Candidato: 98688

O candidato impetrou recurso sobre a questão mencionada, alegando que a letra A, também pode ser considerada como resposta. Também alega que um tornado pode ser formado por interferência do “aquecimento global”.

**DEFERIDO:** Assiste razão ao candidato. Os tornados são fenômenos meteorológicos. Um tornado é visto como uma coluna ondulante de nuvens que, aparentemente suspensa de uma espessa nuvem escura (Cumulonimbus), toca a terra. No seu centro, o ar torna-se rarefeito sob a influência da força centrífuga e sua pressão cai para quase a metade do seu valor normal. A velocidade dos ventos perto do centro da coluna só pode ser calculada, pois quaisquer instrumentos próximos são destruídos; provavelmente a velocidade alcance 480km/h.

A área central que produz danos sérios tem apenas 100 metros de largura, mas na medida em que o tornado avança, a coluna deixa atrás de si um longo rastro de destruição, em uma faixa com aproximadamente essa largura. Os tornados ocorrem em frentes frias, quando o ar quente está muito úmido e instável. Aparecem onde há diferenças extremas entre a direção das massas de ar frio e quente.

Os tornados são frequentes em Santa Catarina durante o outono e a primavera, quando a massa fria da Patagônia se choca com a tropical da Amazônia ou a quente do Oceano Atlântico e assim, provoca um choque térmico de ventos, que se manifesta como um pequeno ciclone.

Diante disto, a banca decide pela anulação da questão.

**QUESTÃO ANULADA****Questão 09 – Conhecimentos Gerais**

Candidato: 101241

O candidato impetrou recurso sobre a questão mencionada, alegando que a questão não foi devidamente elaborada, e que o Império Romano teria sido dividido só depois da morte de Teodósio.

**INDEFERIDO:** Não assiste razão ao candidato. Foi durante o seu reinado, em 395, com o objetivo de facilitar a administração e a defesa, que Teodósio compartilhou o poder entre os seus dois filhos: Honório ficou com o Império Romano do Ocidente, e Arcádio, que ficou com o Império Romano do Oriente.

Império Romano do ocidente, com capital em Roma; e Império Romano do Oriente, com capital em Constantinopla.

**Prefeitura Municipal de Sombrio***Concurso Público Edital 001/2015 SAMAE***JULGAMENTO DOS RECURSOS CONTRA QUESTÕES E PROVAS**

Conforme previu o Edital do concurso, a fonte para elaborar a questão foi o Almanaque Abril 2015, página 283.

<http://www.sohistoria.com.br/ef2/roma/p3.php>

<http://www.historiadomundo.com.br/romana/crise-do-imperio-romano.htm>

**QUESTÃO MANTIDA****Conhecimentos Específicos cargos de Nível Superior****Questão 18 – Legislação**

Candidato: 93627

O candidato impetrou recurso sobre a questão mencionada, alegando que “prevalência dos direitos humanos” é um direito dos trabalhadores urbanos e rurais, de acordo com o art. 7º da CF, porque o artigo diz que podem haver outros direitos, já que o rol não é exclusivo.

**INDEFERIDO:** No entanto, sem razão o candidato, já que a referida alternativa diz respeito a um princípio da República Federativa do Brasil, de acordo com o art. 4º da CF, a não a um direito dos trabalhadores.

**QUESTÃO MANTIDA****Questão 19 – Legislação**

Candidato: 101241

O candidato impetrou recurso sobre a questão mencionada, alegando em síntese, que todas as alternativas estão corretas.

**INDEFERIDO:** Não assiste razão ao candidato. Observa-se o parágrafo único do art. 46 da referida Lei: “Parágrafo Único - Serão leis complementares, dentre outras previstas nesta Lei Orgânica: (Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica nº. 8, de 2003). I - Código Tributário do Município; (Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica nº. 8, de 2003). II - Código de Obras; (Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica nº. 8, de 2003). III - **Código de Posturas**; (Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica nº. 8, de 2003). IV - Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado do Município; (Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica nº. 8, de 2003). V - Lei instituidora de regime jurídico dos servidores municipais; (Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica nº. 8, de 2003). VI - Lei Orgânica instituidora da guarda municipal; (Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica nº. 8, de 2003). VII - Lei de criação de cargos, funções ou empregos públicos. (Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica nº. 8, de 2003). (grifei)

Portanto, sem razão o candidato.

Fonte: [http://gestoreditais.com.br/midias/edital/25/319/lei-organica-consolidada-pdf\\_71.pdf](http://gestoreditais.com.br/midias/edital/25/319/lei-organica-consolidada-pdf_71.pdf)

**QUESTÃO MANTIDA****Questão 23 – Comuns aos cargos de Assessor Jurídico e Engenheiro Químico**

Candidato: 98797, 97395

Os candidatos impetraram recurso sobre a questão mencionada, alegando em síntese, que a questão possui duas alternativas corretas (C e D).

**INDEFERIDO:** Não assiste razão aos candidatos. “Autarquia é entidade da Administração Pública Indireta, criada por lei específica. São pessoas jurídicas de direito público de capacidade exclusivamente administrativa”. A alternativa foi retirada da doutrina de Celso Antônio Bandeira de Mello (2004, p. 147).

**QUESTÃO MANTIDA****Questão 24 – Comuns aos cargos de Assessor Jurídico e Engenheiro Químico**

Candidato: 101241

O candidato impetrou recurso sobre a questão mencionada, alegando em síntese, que a questão possui duas alternativas corretas (A e B).

**INDEFERIDO:** O candidato alega que a alternativa B também estaria correta, porquanto a licitação é indispensável para o regime de concessão ou permissão de serviço público, no entanto, a questão se refere ao conceito de concessão de serviço público, e não a uma condição para a concessão de serviço público. A definição é da doutrinadora Maria Sylvia Di Pietro (2004, p. 278).

**QUESTÃO MANTIDA**



**Prefeitura Municipal de Sombrio**

Concurso Público Edital 001/2015 SAMAE

**JULGAMENTO DOS RECURSOS CONTRA QUESTÕES E PROVAS****Questão 25 – Engenheiro Químico**

Candidato: 93627

O candidato impetrou recurso sobre a questão mencionada, alegando em síntese, que o conteúdo “crimes contra a administração pública” não consta no conteúdo do cargo.

**DEFERIDO:** Assiste razão o candidato, no conteúdo de conhecimentos comuns aos cargos do edital, não consta tal assunto para o cargo de Engenheiro químico.

**QUESTÃO ANULADA****Questão 28 – Engenheiro Químico**

Candidato: 93627, 94845

Os candidatos impetraram recurso sobre a questão mencionada, alegando em síntese, que a alternativa não está correta, havendo divergência nos termos toxicidade.

**DEFERIDO:** O termo “toxicidade aguda” possui sua definição amparada no item 3.5 da NBR 10.004:2004 que dispõe sobre a classificação de resíduos sólidos. No entanto, levando em consideração as diversas definições acerca do item, assim como o enunciado da questão não menciona a referida norma, entende-se que a redação do item prejudicou no desenvolvimento da alternativa correta. Desta forma, opta-se pelo DEFERIMENTO do recurso.

**QUESTÃO ANULADA****Questão 34 – Engenheiro Químico**

Candidato: 101241

O candidato impetrou recurso sobre a questão mencionada, alegando em síntese, que a alternativa correta seria a letra D.

**INDEFERIDO:** O enunciado da questão trata sobre os aparatos adotados para medidas de volumes. Desta forma, o item II está equivocado, pois de acordo com o entendimento do autor Douglas A. Skoog, et al., Fundamentos de Química Analítica, 8º ed., “a precisão alcançável com uma bureta é substancialmente maior que a precisão de uma pipeta”. Por outro lado, o item não determina o tipo de pipeta se graduada, volumétrica ou portátil, provocando certa generalidade na redação. Portanto, o recurso está INDEFERIDO, permanecendo o gabarito atual.

**QUESTÃO MANTIDA****Questão 36 – Engenheiro Químico**

Candidato: 93627, 101241

Os candidatos impetraram recurso sobre a questão mencionada, alegando em síntese, que a alternativa está incorreta e alteração para a letra B.

**INDEFERIDO:** O enunciado da questão trata sobre a perda de carga em tubulações. Desta forma, a redação do item II, por não mencionar os fatores condicionantes que causam as perdas de cargas, sequer prejudica no desenvolvimento da questão, uma vez que o item expressa um conceito físico geral inerente aos tipos de perda de cargas atuantes em canalizações, conforme expressa o autor Celso P. Livi, Fundamentos de Fenômenos de Transporte, LTC. Por outro lado, o item III permanece incorreto, tendo em vista que a fórmula de Darcy-Weisbach é necessariamente adotada para estimar a “perda de carga distribuída” ao longo das tubulações, uma vez que seus resultados são mais confiáveis, correspondendo à situação real existentes nas tubulações, e não a “perda de cargas localizadas”, conforme entendimento dos autores: Azevedo Netto, et al., Manual de Hidráulica, 8º ed., Blucher, e Celso P. Livi, Fundamentos de Fenômenos de Transporte, LTC. Portanto, opta-se pelo INDEFERIMENTO do recurso.

**QUESTÃO MANTIDA****Questão 37 – Engenheiro Químico**

Candidato: 101241

O candidato impetrou recurso sobre a questão mencionada, alegando em síntese, que a mesma possui ausência de especificações, solicitando anulação da questão.

**INDEFERIDO:** O enunciado da questão versa sobre equipamentos adotados na análise de massas em estudos químicos. Neste caso, o item III do enunciado está correto, pois conforme o autor Douglas A. Skoog, et al., Fundamentos de Química Analítica, 8º ed., as “balanças auxiliares” são menos precisas que as analíticas tendo uso extensivo no laboratório analítico, oferecendo vantagens como rapidez, robustez, grande capacidade e conveniência, devendo ser utilizadas sempre que não seja necessária uma elevada sensibilidade no ensaio. Deste modo, entende-se que o enunciado do item III, ao refletir apenas a

**Prefeitura Municipal de Sombrio****Concurso Público Edital 001/2015 SAMAE****JULGAMENTO DOS RECURSOS CONTRA QUESTÕES E PROVAS**

definição acerca da principal finalidade desses dispositivos, não prejudica o candidato na resolução da questão. Portanto, o recurso está INDEFERIDO.

**QUESTÃO MANTIDA****Questão 38 – Engenheiro Químico**

Candidato: 101241

O candidato impetrou recurso sobre a questão mencionada, alegando em síntese, que a mesma possui duas alternativas corretas (A e D).

**INDEFERIDO:** O enunciado da questão trata sobre ensaios com balanças em laboratórios. Neste caso, de acordo com o autor *Douglas A. Skoog, et al., Fundamentos de Química Analítica, 8º ed.*, considera-se “empuxo” o erro de pesagem que se desenvolve quando o objeto que está sendo pesado apresenta uma densidade significativamente diferente daquela das massas-padrão. Desta forma, ainda que o efeito de densidade seja o fator preponderante para ocorrência do empuxo, entende-se que a anomalia é corretamente designada pelo termo “empuxo”, sendo o efeito da densidade apenas o mecanismo físico atuante, podendo ser definido como a razão entre a massa específica de uma substância e a de uma substância tomada como referência, conforme os autores *Paul. A. Tipler, Gene Mosca, Física para Cientistas e Engenheiros, Vol. 1, 6ª ed., LTC*. Deste modo, entende-se que o enunciado do item não prejudica na resolução da alternativa correta. Portanto, o recurso está INDEFERIDO.

**QUESTÃO MANTIDA****Questão 39 – Engenheiro Químico**

Candidato: 101241

O candidato impetrou recurso sobre a questão mencionada, alegando em síntese, que o enunciado da mesma não foi elaborado de forma adequada, confundindo o candidato.

**DEFERIDO:** O uso inadequado da expressão “mecanismo” prejudica no desenvolvimento da alternativa correta, tendo em vista que o termo “respostas quanto aos riscos” é considerado um “processo” acerca das etapas de gerenciamento de riscos em gestão de projetos, conforme entendimento dos autores *Marly. M. Carvalho e Roque. R. Junior, Fundamentos em Gestão de Projetos*. Desta forma, opta-se pelo DEFERIMENTO do recurso.

**QUESTÃO ANULADA****Questão 27 – Assessor Jurídico**

Candidato: 98688, 93386

Os candidatos impetraram recurso sobre a questão mencionada, alegando em síntese, que mesma possui mais de uma alternativa incorreta.

**INDEFERIDO:** Diante do apontamento de mudança do gabarito **resolve-se por manter como alternativa correta à alínea “C”**, conforme gabarito apresentado:

Visto que “convite” trata-se sim de uma das modalidades da licitação, contudo em sentido estrito, sendo que o processo licitatório possui além da modalidade convite outras modalidades distintas o que inviabiliza a referência apenas ao termo “convite”. Ressaltando ainda que a alínea “B” refere-se à literalidade do texto da Lei nº 866/93 (Lei de licitações) descrito no artigo 3º, §1º, II ainda que não por completo o que não descaracteriza a alternativa como correta.

**QUESTÃO MANTIDA****Questão 29 – Assessor Jurídico**

Candidato: 98797

O candidato impetrou recurso sobre a questão mencionada, alegando em síntese, que a mesma possui duas alternativas corretas (A e B).

**INDEFERIDO: Gabarito mantido: correta “A” artigo 17, § 1º CF**

Já com relação à posição de que a afirmativa “B” estaria correta cabe ressaltar que a situação é diversa no caso de ocupantes de cargo no Poder Executivo (presidente da República, governador de estado ou do Distrito Federal e prefeito municipal), a respeito dos quais é preciso distinguir duas hipóteses: a candidatura para cargo diferente do que já ocupa e a reeleição para o mesmo cargo. A Lei Complementar nº 64/90 prevê, em seu art. 1º, § 2º, uma regra específica para os vices (vice-presidente, vice-governador e vice-prefeito), segundo a qual eles poderão candidatar-se a outros cargos, preservando seus mandatos, desde que, nos seis meses anteriores ao pleito, não tenham sucedido ou substituído o titular. Já aqueles que podem concorrer à reeleição, ou seja, que podem se candidatar para o mesmo cargo por um único

**Prefeitura Municipal de Sombrio***Concurso Público Edital 001/2015 SAMAE***JULGAMENTO DOS RECURSOS CONTRA QUESTÕES E PROVAS**

período subsequente, sem necessidade de renunciar ao mandato ou se afastar do cargo (art. 14, § 5º, da Constituição).

**QUESTÃO MANTIDA****Questão 31** – Assessor Jurídico

Candidato: 98688, 97395

Os candidatos impetraram recurso sobre a questão mencionada, alegando em síntese, que a mesma possui duas alternativas corretas (A e C).

**INDEFERIDO: Gabarito mantido: correta “c” fundamentando-se no texto constitucional art.150.**

Ressalta-se que a questão em tela trata-se do texto literal da Constituição Federal relacionado ao art. 150, o qual não faz referência no caso em tela a outros artigos do presente dispositivo legal.

**QUESTÃO MANTIDA****Questão 38** – Assessor Jurídico

Candidato: 98797

O candidato impetrou recurso sobre a questão mencionada, alegando em síntese, que a mesma possui duas alternativas corretas (B e C).

**INDEFERIDO: Gabarito mantido: correta “b” por tratar-se da única alternativa incorreta, estando as demais em conformidade literal com a legislação.**

Conforme enfatizado do respectivo recurso a alínea “C” refere-se coerentemente ao texto constitucional não havendo portanto hipótese de incorreção.

**QUESTÃO MANTIDA**

Sombrio – SC, 24 de Agosto de 2015.  
Zênio Cardoso  
Prefeito Municipal

**RETIFICAÇÃO 01 MEDICO**

Estado de Santa Catarina  
**Prefeitura Municipal de Sombrio**  
**Edital n.º 001/2015 de CONCURSO PÚBLICO**

**RETIFICA PARECER DE RECURSOS E O GABARITO DEFINITIVO DO CARGO DE MÉDICO  
DO EDITAL Nº 001/2015 DO CONCURSO PÚBLICO DA ADMINISTRAÇÃO**

**O PREFEITO MUNICIPAL DO MUNICÍPIO DE SOMBRIO**, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, juntamente com a Comissão Municipal de Concurso Público, torna público o que segue:

1. Fica retificado o seguinte parecer da Prova de Médico:

**Questão 34 – Médico**

Candidato: 94996

O candidato impetrou recurso sobre a questão mencionada, solicitando cancelamento devido presença de duas alternativas INCORRETAS. Onde na alternativa B possa ter ocorrido um erro de digitação ou falta de letras em alguma palavra que prejudique sua correta análise.

**INDEFERIDO:** A banca avalia recurso apresentado pelo candidato, ~~mas mantém questão~~, **ANULANDO a referida questão**, uma vez que os dados foram retirados na INTEGRA, do Capítulo II – Fisiopatologia das doenças falciformes (Manual de diagnóstico e tratamento de doenças falciformes – ANVISA, p.16, 2001). Abaixo imagem do manual: **APRESENTANDO ERRO MATERIAL DE DIGITAÇÃO NA ALTERNATIVA “B”, QUE ONDE SE LE “ORGANIZA”, DEVERIA LER-SE ORGÂNICA, tornando a alternativa incorreta também.**

Capítulo II  
**FISIOPATOLOGIA DAS DOENÇAS  
FALCIFORMES**

A anemia falciforme, doença genética que levou ao conceito de “doença molecular” (14), é caracterizada por anemia hemolítica crônica e fenômenos vasoclusivos que levam a crises dolorosas agudas e à lesão tecidual e orgânica crônica e progressiva.

É causada pela substituição de adenina por timina (GAG->GTG), codificando valina ao invés de ácido glutâmico, na posição 6 da cadeia da  $\beta$ -globina, com produção de hemoglobina S (HbS). Esta pequena modificação estrutural é responsável por profundas alterações nas propriedades físico-químicas da molécula da hemoglobina no estado desoxigenado. Estas alterações culminam com um evento conhecido como falcização, que é a mudança da forma normal da hemácia para a forma de foice, resultando em alterações da reologia dos glóbulos vermelhos e da membrana eritrocitária.

FONTE: ANVISA, P. 16, 2001

**REFERÊNCIA**

ANVISA, Manual de Diagnóstico e tratamento de doenças falciformes, 2001. Disponível em:  
<http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/anvisa/diagnostico.pdf>

**QUESTÃO ANULADA POR HAVER MAIS DE UMA ALTERNATIVA INCORRETA.**

2. Em conformidade com o ato 012 de julgamento dos recursos contra as questões, especialmente o julgamento da questão de número 31, que é troca de gabarito e não anulação, bem como a retificação do julgamento da questão 34, o gabarito definitivo do cargo de Médico passa a ser o seguinte:



Estado de Santa Catarina  
**Prefeitura Municipal de Sombrio**  
**Edital n.º 001/2015 de CONCURSO PÚBLICO**

**Médico**

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
C	B	A	C	D	A	B	X	C	D	B	A	B	C	A	D	B	D	C	X
21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40
A	B	D	A	B	C	B	A	D	C	C	B	B	X	C	D	A	X	C	A

X - Anulada

C – Troca de gabarito

Município de Sombrio – SC, 24 de Agosto de 2015.

**Zênio Cardoso**  
***Prefeito Municipal***

# Sul Brasil

## PREFEITURA

### DECRETO 001/2015

DECRETO Nº 001, DE 05 DE JANEIRO DE 2015

Dispõe sobre a designação de servidores para exercer as funções de pregoeiro e equipe de apoio nas licitações realizadas na modalidade Pregão no Município de Sul Brasil-SC.

EDER IVAN MARMITT, Prefeito Municipal de Sul Brasil, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, em especial ao disposto na Lei 10.520 de 17.07.2002.

DECRETA:

Art. 1º. Fica designado o Servidor Municipal JOÃO PAULO GUBERT, para exercer a função de pregoeiro nos processos licitatórios na modalidade Pregão, em conformidade com o disposto no artigo 2º, inciso IV da Lei Federal 10.520 de 17 de julho de 2002.

Art. 2º. Ficam designados os Servidores Municipais abaixo relacionados para integrarem a equipe de apoio nos processos licitatórios na modalidade Pregão, em conformidade com o disposto no artigo 2º, inciso IV da Lei Federal 10.520 de 17 de julho de 2002:

I – JOSÉ REZENDE;

II – PAULO CESAR HUBNER;

III – ILAINE MAITE AMANN.

Art. 3º. As atribuições do pregoeiro e da equipe de apoio inclui, entre outras, o recebimento das propostas e lances, a análise de sua aceitabilidade e sua classificação, bem como a habilitação e adjudicação do objeto do certame ao licitante vencedor.

Art. 4º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º. Fica revogado o Decreto nº002/2014 e disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Sul Brasil,  
aos 05 de janeiro de 2015.

EDER IVAN MARMITT  
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado na Data Supra:

VALDECIR TOSETTO  
Diretor de Administração

### DECRETO 002/2015

DECRETO Nº. 002, DE 05 DE JANEIRO DE 2015.

DISPÕE SOBRE A DESIGNAÇÃO DA COMISSÃO MUNICIPAL PERMANENTE DE LICITAÇÕES E COMISSÃO DE REGISTROS CADASTRAIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

EDER IVAN MARMITT, Prefeito Municipal de Sul Brasil, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, de conformidade com o disposto no artigo 41, inciso VII da Lei Orgânica Municipal, artigo 6º, inciso XVI da Lei 8.666/93 e Lei Municipal nº 041/1993.

DECRETA:

Art. 1º. Fica constituída a Comissão Municipal de Registros Cadastrais, nos termos da Lei Municipal nº 041/93, composta pelos seguintes membros:

1. CLAUDEMIR SAUGO - Presidente
2. JOSÉ REZENDE - Secretário
3. GERI MARCOS SIGNOR – Auxiliar Direto

Art. 1º. Fica constituída a Comissão Permanente de Licitações do Município de Sul Brasil, nos termos da Lei Municipal nº 041/93, composta pelos seguintes membros:

1. CLAUDEMIR SAUGO – Presidente
2. JOSÉ REZENDE – Secretário
3. GERI MARCOS SIGNOR – Auxiliar Direto

Parágrafo único - O exercício da função de membro das Comissões de Licitações e Registros Cadastrais não será remunerado, considerando-se como serviço público relevante.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Sul Brasil,  
aos 05 de janeiro de 2015.  
EDER IVAN MARMITT  
Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO NA DATA SUPRA:

VALDECIR TOSETTO  
Diretor de Administração

### DECRETO 169/2015

DECRETO Nº 169, DE 17 DE AGOSTO DE 2015

CONCEDE LICENÇA MATERNIDADE A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL ELISANDRA ALBANI E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

EDER IVAN MARMITT, Prefeito Municipal de Sul Brasil, , Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial ao disposto na Lei Municipal nº 384 de 01.06.2001 – Estatuto dos Servidores Públicos.

DECRETA:

Art. 1º. Fica concedida a Licença Maternidade a Servidora Pública Municipal ELISANDRA, ocupante do cargo de Controlador Interno, pelo período de 180 dias, a contar do dia 16.08.2015 até 11.02.2016, conforme atestado médico anexo.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, ficando vinculado ao DOM, CONFORME Lei Municipal 1.027 de 06 de abril de 2015, Diário Oficial dos Municípios.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Sul Brasil,  
aos 17 de agosto de 2015.  
EDER IVAN MARMITT  
Prefeito Municipal

VALDECIR TOSETTO  
Diretor de Administração



**DECRETO 170/2015**

DECRETO Nº. 170 DE 17 DE AGOSTO DE 2015

DESIGNA O SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL JOÃO PAULO GUBERT PARA ATUAR COMO RESPONSÁVEL PELO DEPARTAMENTO DE CONTROLE INTERNO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

EDER IVAN MARMITT, Prefeito Municipal de Sul Brasil, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial ao disposto nos artigos 15º e 16 da Lei Municipal nº. 385, de 01 de junho de 2001 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º. Fica designado o Servidor Público Municipal de Sul Brasil-SC, JOÃO PAULO GUBERT, inscrito sob CPF nº 027.399.089-62 e RG nº 3517717 – SSP-SC, ocupante do Cargo em comissão de Chefe de Gabinete, atuar como Responsável pelo Departamento de Controle Interno com Carga Horária de 40 Horas Semanais com Lotação na Secretaria Municipal de Administração e Fazenda, tendo em vista a licença maternidade da servidora ELISANDRA ALBANI pelo período de 180 dias a contar da data de 16 de agosto de 2015.

Art. 2º. As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta de dotação própria prevista no orçamento.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, Vinculada ao DOM, conforme Lei Municipal nº 1.027 de 06 de abril de 2015, Diário Oficial dos Municípios.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Sul Brasil,  
17 de agosto de 2015.

EDER IVAN MARMITT  
Prefeito Municipal

VALDECIR TOSETTO  
Diretor de Administração

**DECRETO 172/2015**

DECRETO Nº 172, DE 19 DE AGOSTO DE 2015

DISPÕE SOBRE A COMPOSIÇÃO DOS MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

EDER IVAN MARMITT, Prefeito Municipal do Município de Sul Brasil, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais e em especial ao disposto no artigo 3º da Lei Municipal nº 082/94, de 14.06.94, e artigo 41, inciso VII DA Lei Orgânica Municipal

DECRETA:

Art. 1º - Fica constituído, na forma do artigo 3º da Lei Municipal nº 082/96 de 14 de junho de 1994.12, o CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE, do Município de Sul Brasil-SC, composto pelos seguintes membros das entidades que representam, para atuarem a partir desta data, conforme segue :

I - REPRESENTANTES DO GOVERNO

1 – TRABALHADORES DA SAÚDE

Titular: ALINE LEMES DE SOUZA  
Suplente: VIVIANA ORBEN

2 – DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE SAÚDE:

Titular: TEREZINHA LAUERMANN

Suplente: MARILENE MANN REOLON

3 – DEPARTAMENTO DE SAÚDE

Titular: CLEOMAR PROVENCY  
Suplente: FABIANE TANIA PESENATO

4 – DEPARTAMENTO DE SAÚDE

Titular: JULIO CEÉSAR CORREA  
Suplente: TATIANE TONEL

DECRETO Nº 172/2015 – Fls. 02

5 – DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Titular: MARIZETE DE SOUZA  
Suplente: RUBIA DE MATOS

6 – DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Titular: SIMONE R. FERRARI  
Suplente: DAIANE KLUGE

I - REPRESENTANTES DOS USUÁRIOS

1 – SEDE DO MUNICÍPIO, BARRA ESCONDIDA E JESUITA ALTA

Titular: CELIA DRUM HAASE  
Suplente: ELOÁ PICCININ

2 – LINHA GUABIROBA, LINHA BIASI E TRÊS AMIGOS

Titular: ZELIR BIASI  
Suplente: HERODES BUFON

3 – LINHA SÃO CARLOS, PROGRESSO E ALTO DA SERRA

Titular: JACIR GUBERT  
Suplente: IVANIR PROVENCY

4 – LINHA URU, LINHA NOVA APARECIDA E LINHA NOVA

Titular: PERCI PROVENCY  
Suplente: JAIRENE MOTTER

5 – LINHA ALTO RECREIO, LEMES, GUAJUVIRA E LINHA NOVA ESPERANÇA

Titular: MARCIA DE SOUZA  
Suplente: ROSELENE BOHNE HENZ

6 – PASTORAL DA SAÚDE

Titular: ARTULINO RODRIGUES  
Suplente: MARLI HENN

Art. 2º. O exercício da função de membro do Conselho Municipal de Saúde não será remunerado, considerando-se como serviço público relevante.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, Vinculada ao DOM, conforme Lei Municipal nº 1.027 de 06 de abril de 2015, Diário Oficial dos Municípios.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete de Prefeito Municipal de Sul Brasil, aos 19 de agosto de 2015.

EDER IVAN MARMITT  
Prefeito Municipal

Gabinete do Prefeito Municipal de Sul Brasil,  
aos 25 de agosto de 2015.

EDER IVAN MARMITT  
Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO NA DATA SUPRA:

VALDECIR TOSETTO  
Diretor de Administração

REGISTRADA E PUBLICADA NA DATA SUPRA:

VALDECIR TOSETTO  
Diretor de Administração

### LEI 1048/2015

LEI MUNICIPAL Nº 1.048 DE 25 DE AGOSTO DE 2015.

“Altera o artigo 6º da Lei Municipal nº 565 de 26.12.2005, que Institui a Contribuição para o Custeio dos Serviços de Iluminação Pública – COSIP, e REVOGA Lei Municipal 832 de 28 de agosto de 2012, e dá outras providências”.

O Prefeito Municipal de Sul Brasil EDER IVAN MARMITT, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, Faço saber que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica alterado o artigo 6º da Lei Municipal nº 565 de 26.12.2005, que Institui a Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública – COSIP, destinada ao custeio do serviço de iluminação pública, passando a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 6º Ficam estabelecidos os seguintes valores da COSIP:

Contribuintes proprietários, titulares do domínio útil, possuidores, a título precário ou não, de imóveis edificados e que tenham ligação regular e privada de energia elétrica no Município:

IMÓVEIS EDIFICADOS		
FAIXA DE CONSUMO DE ENERGIA	CONTRIBUINTES-VALOR EM R\$/ MENSAL	
	RESIDEN- CIAIS	NÃO RESIDENCIAIS
a) 0 a 30 Kwh	ISENTO	ISENTO
b) 31 a 50 Kwh	3,60	10,80
c) 51 a 100 Kwh	4,20	14,40
d) 101 a 200 Kwh	4,80	18,00
e) 201 a 300 Kwh	7,20	24,00
f) 301 a 400 Kwh	10,70	26,40
g) 401 a 600 kwh	15,20	33,60
h) 601 a 800 Kwh	18,40	37,50
I) 801 a 1.200 Kwh	24,60	45,00
j) 1.201 a 1.600 Kwh	27,80	49,20
l) acima de 1.600 kwh	32,20	54,10

Art. 2º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, vinculada a publicação no DOM Lei 1.027/2015.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário em especial a Lei 832 de 28 de março de 2012.

# Tigrinhos

## PREFEITURA

### DECRETO 079/2015

DECRETO Nº. 079/2015, DE 25 DE AGOSTO DE 2015.  
AUTORIZA A ALTERAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL ATRAVÉS DA ABERTURA DE UM CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL NO ORÇAMENTO VIGENTE DO MUNICÍPIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Tigrinhos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município e autorização contida no artigo 8º, inciso I, da Lei Municipal nº. 803/2015, de 25 de Agosto de 2015.

DECRETA:

Art. 1.º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir um Crédito Adicional Especial no valor de até R\$ 11.136,11 (onze mil, cento e trinta e seis reais e onze centavos), destinados a INCLUIR nova modalidade de aplicação e REFORÇAR dotações orçamentárias no orçamento vigente da Prefeitura Municipal, conforme discriminação a seguir:

ÓRGÃO: 05 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE  
UNIDADE: 02 – DEPARTAMENTO DE ESPORTES E CULTURA  
Proj./Ativ.: 13.392.1006.2.147 – Manutenção do Departamento de Cultura  
Modalidade Aplicação: 3.3.50.0000 – Transferências a Instituições Privadas Sem Fins Lucrativos (XXX) R\$ 6.633,50  
Fonte de Recurso: 0000 – Recursos Ordinários Livres

ÓRGÃO: 07 – SECRETARIA DE OBRAS, SERVIÇOS URBANOS, AGRICULTURA E INTERIOR  
UNIDADE: 01 – DEPARTAMENTO DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS  
Proj./Ativ.: 15.451.1011.1.168 – Recapeamento de Vias Públicas Urbanas  
Modalidade Aplicação: 4.4.90.0089 – Aplicações Diretas (XXX) R\$ 4.502,61  
Fonte de Recurso: 0089 – Alienação de Bens Destinados a Outros Programas

TOTAL R\$ 11.136,11

Art. 2.º Para dar cobertura ao valor de até R\$ 6.633,50 (seis mil, seiscentos e trinta e três reais e cinquenta centavos) previstos no artigo 1º deste Decreto, fica REDUZIDA a seguinte dotação orçamentária constante no orçamento vigente da Prefeitura Municipal:

ÓRGÃO: 05 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE  
UNIDADE: 02 – DEPARTAMENTO DE ESPORTES E CULTURA  
Proj./Ativ.: 13.392.1006.2.147 – Manutenção do Departamento de Cultura  
Modalidade Aplicação: 3.3.90.0000 – Aplicações Diretas (61) R\$ 6.633,50  
Fonte de Recurso: 0000 – Recursos Ordinários Livres

Art. 3.º Para dar cobertura ao restante do valor de até R\$ 4.502,61 (quatro mil, quinhentos e dois reais e sessenta e um centavos) previstos no artigo 1º deste Decreto, fica utilizada a receita proveniente do Provável Excesso de Arrecadação apurado na fonte de recurso 0089 – Alienação de Bens Destinados a Outros Programas.

Art. 4.º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TIGRINHOS,  
ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 25 DE AGOSTO DE 2015.  
RUDIMAR FRANCISCO GUTH  
PREFEITO MUNICIPAL

### DECRETO 080/2015

DECRETO Nº. 080/2015, DE 25 DE AGOSTO DE 2015.  
AUTORIZA A ABERTURA DE UM CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DO MUNICÍPIO ATRAVÉS DA REDUÇÃO DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS CONSTANTES NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Tigrinhos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município e autorização contida no artigo 8º, inciso I, da Lei Municipal nº. 805/2015, de 25 de Agosto de 2015.

DECRETA:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir um Crédito Adicional Suplementar no valor de até R\$ 270.279,84 (duzentos e setenta mil, duzentos e setenta e nove reais e oitenta e quatro centavos), destinados a REFORÇAR dotações orçamentárias constantes do orçamento vigente da Prefeitura Municipal, conforme discriminação a seguir:

ÓRGÃO: 01 – CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES  
UNIDADE: 01 – CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES  
Proj./Ativ.: 01.031.1000.2.001 – Manutenção da Câmara de Vereadores  
Modalidade: 3.1.90.01.0602 – Aplicações Diretas (1) R\$ 50.000,00  
Fonte de Recurso: 01.0602 – Recursos Ordinários Livres  
Modalidade: 3.3.90.01.0602 – Aplicações Diretas (3) R\$ 35.000,00  
Fonte de Recurso: 01.0602 – Recursos Ordinários Livres

ÓRGÃO: 02 – GABINETE DO PREFEITO  
UNIDADE: 01 – GABINETE DO PREFEITO  
Proj./Ativ.: 04.121.1001.2.002 – Manutenção do Gabinete do Prefeito  
Modalidade: 3.1.90.01.0000 – Aplicações Diretas (1) R\$ 20.000,00  
Fonte de Recurso: 01.0000 – Recursos Ordinários Livres

ÓRGÃO: 03 – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO  
UNIDADE: 01 – ADMINISTRAÇÃO GERAL  
Proj./Ativ.: 04.122.1002.2.014 – Manutenção da Secretaria de Administração  
Modalidade: 3.1.90.01.0000 – Aplicações Diretas (5) R\$ 45.279,84  
Fonte de Recurso: 01.0000 – Recursos Ordinários Livres

Proj./Ativ.: 28.128.1019.0.003 – Contribuição ao PASEP  
Modalidade: 3.3.90.01.0000 – Aplicações Diretas (15) R\$ 10.000,00  
Fonte de Recurso: 01.0000 – Recursos Ordinários Livres

ÓRGÃO: 04 – SECRETARIA DA FAZENDA  
UNIDADE: 01 – DPTO DE TRIBUTAÇÃO, FINANÇAS E CONTABILIDADE  
Proj./Ativ.: 28.843.1019.0.006 – Amortização Dívida Fundada Empréstimos  
Modalidade: 4.6.90.01.0000 – Aplicações Diretas (25) R\$ 50.000,00

Fonte de Recurso: 01.0000 – Recursos Ordinários Livres

ÓRGÃO: 06 – SECRETARIA DA SAÚDE E PROMOÇÃO SOCIAL  
UNIDADE: 02 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL  
Proj./Ativ.: 08.244.1143.2.139 – Proteção Social Básica  
Modalidade: 3.1.90.01.0000 – Aplicações Diretas (73) R\$ 40.000,00  
Fonte de Recurso: 01.0000 – Recursos Ordinários Livres

Proj./Ativ.: 08.244.1144.2.140 – Serviço de Proteção Social de Média Complexidade  
Modalidade: 3.1.90.01.0000 – Aplicações Diretas (78) R\$ 20.000,00  
Fonte de Recurso: 01.0000 – Recursos Ordinários Livres

TOTAL R\$ 270.279,84

Art. 2º. Para dar cobertura ao valor de que trata o artigo 1º deste Decreto, fica utilizado o valor de até R\$ 270.279,84 (duzentos e setenta mil, duzentos e setenta e nove reais e oitenta e quatro centavos), através da REDUÇÃO de dotações orçamentárias constantes do orçamento vigente da Prefeitura Municipal, conforme discriminação a seguir:

ÓRGÃO: 03 – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO  
UNIDADE: 01 – ADMINISTRAÇÃO GERAL  
Proj./Ativ.: 28.061.1019.0.004 – Sentenças Judiciais  
Modalidade: 3.3.90.01.0000 – Aplicações Diretas (14) R\$ 50.000,00  
Fonte de Recurso: 01.0000 – Recursos Ordinários Livres

ÓRGÃO: 05 – SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE  
UNIDADE: 02 – DEPARTAMENTO DE ESPORTES E CULTURA  
Proj./Ativ.: 13.392.1006.2.130 – Promoção de Aniversário do Município e Festa do Colono e Motorista  
Modalidade: 3.3.90.01.0000 – Aplicações Diretas (135) R\$ 40.000,00  
Fonte de Recurso: 01.0000 – Recursos Ordinários Livres

ÓRGÃO: 06 – SECRETARIA DA SAÚDE E PROMOÇÃO SOCIAL  
UNIDADE: 02 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL  
Proj./Ativ.: 08.244.1143.1.165 – Ampliação do CRAS  
Modalidade: 4.4.90.01.0000 – Aplicações Diretas (72) R\$ 22.078,42  
Fonte de Recurso: 01.0000 – Recursos Ordinários Livres

UNIDADE: 04 – FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO  
Proj./Ativ.: 08.244.1135.1.139 – Aquisição de Área de Terra p/ Construção de Unidades Habitacionais

Modalidade: 4.4.90.01.0000 – Aplicações Diretas (85) R\$ 80.101,42  
Fonte de Recurso: 01.0000 – Recursos Ordinários Livres

Proj./Ativ.: 16.244.1142.1.152 – Incentivo a Habitação  
Modalidade: 4.4.90.01.0000 – Aplicações Diretas (86) R\$ 1.000,00  
Fonte de Recurso: 01.0000 – Recursos Ordinários Livres

ÓRGÃO: 07 – SECRETARIA DE OBRAS, SERVIÇOS URBANOS, AGRICULTURA E INTERIOR  
UNIDADE: 01 – DEPARTAMENTO DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS  
Proj./Ativ.: 15.451.1014.1.012 – Pavimentação de Vias Urbanas c/ Pedras Irregulares  
Modalidade: 4.4.90.01.0000 – Aplicações Diretas (89) R\$ 10.000,00  
Fonte de Recurso: 01.0000 – Recursos Ordinários Livres

Proj./Ativ.: 15.451.1014.1.013 – Pavimentação de Passeio  
Modalidade: 4.4.90.01.0000 – Aplicações Diretas (90) R\$ 10.000,00  
Fonte de Recurso: 01.0000 – Recursos Ordinários Livres

Proj./Ativ.: 22.661.1136.1.141 – Concessão de Inc. Econômicos e Mat. p/ Indústrias  
Modalidade: 4.4.90.01.0000 – Aplicações Diretas (98) R\$ 5.000,00

Fonte de Recurso: 01.0000 – Recursos Ordinários Livres

Proj./Ativ.: 15.451.1011.1.160 – Construção de Trevo de Acesso a Área Industrial  
Modalidade: 4.4.90.01.0000 – Aplicações Diretas (88) R\$ 20.000,00  
Fonte de Recurso: 01.0000 – Recursos Ordinários Livres

UNIDADE: 03 – FUNDEAGRO – FUNDO MUN. DESENV. DA AGROPECUÁRIA  
Proj./Ativ.: 20.544.1017.1.157 – Aquisição e Implantação de Cisternas  
Modalidade: 3.3.90.01.0000 – Aplicações Diretas (108) R\$ 10.700,00  
Fonte de Recurso: 01.0000 – Recursos Ordinários Livres

Proj./Ativ.: 20.608.1017.2.142 – Melhoramento Genético do Rebanho Leiteiro e Corte  
Modalidade: 3.3.90.01.0000 – Aplicações Diretas (113) R\$ 21.400,00  
Fonte de Recurso: 01.0000 – Recursos Ordinários Livres

TOTAL R\$ 270.279,84

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TIGRINHOS, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 25 DE AGOSTO DE 2015.  
RUDIMAR FRANCISCO GUTH  
PREFEITO MUNICIPAL

### DECRETO 081/2015

DECRETO Nº. 081/2015, DE 25 DE AGOSTO DE 2015.  
AUTORIZA A ABERTURA DE UM CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DO MUNICÍPIO ATRAVÉS DA REDUÇÃO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA CONSTANTE NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Tigrinhos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município e autorização contida no artigo 8º, inciso I, da Lei Municipal nº. 806/2015, de 25 de Agosto de 2015.

DECRETA:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir um Crédito Adicional Suplementar no valor de até R\$ 100.000,00 (cem mil reais), destinados a REFORÇAR dotações orçamentárias constantes do orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde, conforme discriminação a seguir:

ÓRGÃO: 06 – SECRETARIA DA SAÚDE E PROMOÇÃO SOCIAL  
UNIDADE: 01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
Proj./Ativ.: 10.301.1010.2.118 – Saúde Bucal  
Modalidade: 3.1.90.01.0002 – Aplicações Diretas (14) R\$ 20.000,00  
Fonte de Recurso: 01.0002 – Recursos de Impostos p/ ASPS – Mínimo 176%

Proj./Ativ.: 10.301.1010.2.121 – Programa Saúde da Família  
Modalidade: 3.1.90.01.0002 – Aplicações Diretas (22) R\$ 80.000,00  
Fonte de Recurso: 01.0002 – Recursos de Impostos p/ ASPS – Mínimo 176%

TOTAL R\$ 100.000,00

Art. 2º. Para dar cobertura ao valor de que trata o artigo 1º deste Decreto, fica utilizado o valor de até R\$ 100.000,00 (cem mil reais), através da REDUÇÃO de dotação orçamentária constante do orçamento vigente da Prefeitura Municipal, conforme discriminação



a seguir:

ÓRGÃO: 07 – SECRETARIA DE OBRAS, SERVIÇOS URBANOS, AGRICULTURA E INTERIOR  
UNIDADE: 01 – DEPARTAMENTO DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

Proj./Ativ.: 15.451.1024.1.123 – Construção de Pavilhão e Infraestrutura

Modalidade: 4.4.90.01.0000 – Aplicações Diretas (93) R\$ 100.000,00

Fonte de Recurso: 01.0000 – Recursos Ordinários Livres

TOTAL R\$ 100.000,00

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TIGRINHOS, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 25 DE AGOSTO DE 2015.

RUDIMAR FRANCISCO GUTH

PREFEITO MUNICIPAL

### DECRETO 082/2015

DECRETO Nº. 082/2015, DE 25 DE AGOSTO DE 2015.

AUTORIZA A ALTERAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL ATRAVÉS DA ABERTURA DE UM CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DO MUNICÍPIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Tigrinhos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município e autorização contida no artigo 8º, inciso I, da Lei Municipal nº. 807/2015, de 25 de Agosto de 2015.

DECRETA:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir um Crédito Adicional Suplementar no valor de até R\$ 71.352,86 (setenta e um mil, trezentos e cinquenta e dois reais e oitenta e seis centavos), destinados a REFORÇAR dotação orçamentária constante no orçamento vigente da Prefeitura Municipal, conforme discriminação a seguir:

ÓRGÃO: 05 – SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE  
UNIDADE: 01 – DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO

Proj./Ativ.: 12.361.1005.1.173 – Ampliação e Reforma do Centro Esportivo Educacional

Modalidade: 4.4.90.0058 – Aplicações Diretas (XXX) R\$ 41.952,76

Fonte de Recurso: 0058 – Salário Educação

Modalidade: 4.4.90.0358 – Aplicações Diretas (XXX) R\$ 29.400,10

Fonte de Recurso: 0358 – Superávit Salário Educação

TOTAL R\$ 71.352,86

Art. 2º Para dar cobertura ao valor de R\$ 29.400,10 (vinte e nove mil, quatrocentos reais e dez centavos) de que trata o artigo 1º do Decreto, fica utilizado o recurso do superávit financeiro verificado no Balanço Patrimonial do exercício de 2014, apurado na fonte de recurso 0058 – Salário Educação.

Art. 3º Para dar cobertura ao valor de R\$ 24.974,44 (vinte e quatro mil, novecentos e setenta e quatro reais e quarenta e quatro centavos) previstos no artigo 1º deste Decreto, ficam utilizados parte dos recursos do Provável Excesso de Arrecadação apurado na fonte de recurso 0058 – Salário Educação durante o período de janeiro a junho de 2015.

Art. 4º. Para dar cobertura ao restante do valor de que trata o artigo 1º deste Decreto, fica utilizado o valor de até R\$ 16.978,32 (dezesesseis mil, novecentos e setenta e oito reais e trinta e dois centavos), através da redução das dotações orçamentárias constantes no orçamento vigente da Prefeitura Municipal, conforme discriminação a seguir:

ÓRGÃO: 05 – SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE  
UNIDADE: 01 – DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO

Proj./Ativ.: 12.361.1005.2.040 – Transporte Escolar Fundamental

Modalidade: 3.3.90.01.0058 – Aplicações Diretas (36) R\$ 3.000,00

Fonte de Recurso: 01.0058 – Salário Educação

Proj./Ativ.: 12.361.1005.2.113 – Manutenção do Ensino Fundamental

Modalidade: 3.3.90.01.0058 – Aplicações Diretas (42) R\$ 12.000,00

Fonte de Recurso: 01.0058 – Salário Educação

Proj./Ativ.: 12.362.1005.2.146 – Transporte Escolar Médio

Modalidade: 3.3.90.01.0058 – Aplicações Diretas (48) R\$ 1.978,32

Fonte de Recurso: 01.0058 – Salário Educação

TOTAL R\$ 16.978,32

Art. 5º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TIGRINHOS, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 25 DE AGOSTO DE 2015.

RUDIMAR FRANCISCO GUTH

PREFEITO MUNICIPAL

### LEI MUNICIPAL 803/2015

LEI MUNICIPAL Nº. 803/2015, DE 25 DE AGOSTO DE 2015.

AUTORIZA A ALTERAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL ATRAVÉS DA ABERTURA DE UM CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL NO ORÇAMENTO VIGENTE DO MUNICÍPIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TIGRINHOS, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faz saber que o Poder Legislativo aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir um Crédito Adicional Especial no valor de até R\$ 11.136,11 (onze mil, cento e trinta e seis reais e onze centavos), destinados a INCLUIR nova modalidade de aplicação e REFORÇAR dotações orçamentárias no orçamento vigente da Prefeitura Municipal, conforme discriminação a seguir:

ÓRGÃO: 05 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE  
UNIDADE: 02 – DEPARTAMENTO DE ESPORTES E CULTURA

Proj./Ativ.: 13.392.1006.2.147 – Manutenção do Departamento de Cultura

Modalidade Aplicação: 3.3.50.0000 – Transferências a Instituições Privadas Sem Fins Lucrativos (XXX) R\$ 6.633,50

Fonte de Recurso: 0000 – Recursos Ordinários Livres

ÓRGÃO: 07 – SECRETARIA DE OBRAS, SERVIÇOS URBANOS, AGRICULTURA E INTERIOR

UNIDADE: 01 – DEPARTAMENTO DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

Proj./Ativ.: 15.451.1011.1.168 – Recapeamento de Vias Públicas Urbanas

Modalidade Aplicação: 4.4.90.0089 – Aplicações Diretas (XXX) R\$ 4.502,61

Fonte de Recurso: 0089 – Alienação de Bens Destinados a Outros Programas

TOTAL R\$ 11.136,11

Art. 2.º Para dar cobertura ao valor de até R\$ 6.633,50 (seis mil, seiscentos e trinta e três reais e cinquenta centavos) previstos no artigo 1º desta Lei, fica REDUZIDA a seguinte dotação orçamentária constante no orçamento vigente da Prefeitura Municipal:

ÓRGÃO: 05 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE  
UNIDADE: 02 – DEPARTAMENTO DE ESPORTES E CULTURA  
Proj./Ativ.: 13.392.1006.2.147 – Manutenção do Departamento de Cultura  
Modalidade Aplicação: 3.3.90.0000 – Aplicações Diretas (61) R\$ 6.633,50  
Fonte de Recurso: 0000 – Recursos Ordinários Livres

Art. 3.º Para dar cobertura ao restante do valor de até R\$ 4.502,61 (quatro mil, quinhentos e dois reais e sessenta e um centavos) previstos no artigo 1º desta Lei, fica utilizada a receita proveniente do Provável Excesso de Arrecadação apurado na fonte de recurso 0089 – Alienação de Bens Destinados a Outros Programas.

Art. 4.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TIGRINHOS,  
ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 25 DE AGOSTO DE 2015.  
RUDIMAR FRANCISCO GUTH  
PREFEITO MUNICIPAL

#### **LEI MUNICIPAL 804/2015**

LEI MUNICIPAL Nº. 804/2015, DE 25 DE AGOSTO DE 2015.  
AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A CONTRIBUIR FINANCEIRAMENTE AO CENTRO DE EDUCAÇÃO PROFESSOR IVO LUIZ HONNEF, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TIGRINHOS, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faz saber que o Poder Legislativo aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a contribuir financeiramente a APP do Centro de Educação Professor Ivo Luiz Honnef, estabelecida no Município de Tigrinhos - SC, inscrita no CNPJ sob o nº 83.524.694/0001-93, o valor de até R\$ 6.633,50 (seis mil, seiscentos e trinta e três reais e cinquenta centavos), nos termos da presente Lei.

Art. 2º. Os recursos deverão ser aplicados exclusivamente na aquisição de uniformes aos alunos que participam da fanfarra escolar da instituição solicitante.

Art. 3º. O valor constante no artigo 1º da presente Lei será repassado em 01 (uma) única parcela, conforme cronograma de pagamentos do município.

Art. 4º. A entidade beneficiada fica obrigada a prestar contas para o Município em até 60 (sessenta) dias após o recebimento do auxílio, nos termos da Lei, constituindo-se dos seguintes documentos:

- a) Balancete de receita e despesa;
- b) Extrato bancário de conta específica;
- c) Documentos comprobatórios originais das despesas pagas com os recursos repassados;
- d) Cópia dos cheques emitidos; e,
- e) Declaração firmada pelo(a) presidente(a) e tesoureiro(a) da correta aplicação dos recursos recebidos.

Art. 5º. As despesas decorrentes da realização da presente Lei correm à conta da seguinte dotação orçamentária consignada no orçamento municipal:

ÓRGÃO: 05 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE  
UNIDADE: 02 – DEPARTAMENTO DE ESPORTES E CULTURA  
Proj./Ativ.: 13.392.1006.2.147 – Manutenção do Departamento de Cultura  
Modalidade Aplicação: 3.3.50.0000 – Transferências a Instituições Privadas Sem Fins Lucrativos (XXX)  
Fonte de Recurso: 0000 – Recursos Ordinários Livres

Art. 6º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TIGRINHOS, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 25 DE AGOSTO DE 2015.  
RUDIMAR FRANCISCO GUTH  
Prefeito Municipal

#### **LEI MUNICIPAL 805/2015**

LEI MUNICIPAL Nº. 805/2015, DE 25 DE AGOSTO DE 2015.  
AUTORIZA A ABERTURA DE UM CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DO MUNICÍPIO ATRAVÉS DA REDUÇÃO DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS CONSTANTES NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TIGRINHOS, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faz saber que o Poder Legislativo aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir um Crédito Adicional Suplementar no valor de até R\$ 270.279,84 (duzentos e setenta mil, duzentos e setenta e nove reais e oitenta e quatro centavos), destinados a REFORÇAR dotações orçamentárias constantes do orçamento vigente da Prefeitura Municipal, conforme discriminação a seguir:

ÓRGÃO: 01 – CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES  
UNIDADE: 01 – CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES  
Proj./Ativ.: 01.031.1000.2.001 – Manutenção da Câmara de Vereadores  
Modalidade: 3.1.90.01.0602 – Aplicações Diretas (1) R\$ 50.000,00  
Fonte de Recurso: 01.0602 – Recursos Ordinários Livres  
Modalidade: 3.3.90.01.0602 – Aplicações Diretas (3) R\$ 35.000,00  
Fonte de Recurso: 01.0602 – Recursos Ordinários Livres

ÓRGÃO: 02 – GABINETE DO PREFEITO  
UNIDADE: 01 – GABINETE DO PREFEITO  
Proj./Ativ.: 04.121.1001.2.002 – Manutenção do Gabinete do Prefeito  
Modalidade: 3.1.90.01.0000 – Aplicações Diretas (1) R\$ 20.000,00  
Fonte de Recurso: 01.0000 – Recursos Ordinários Livres

ÓRGÃO: 03 – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO  
UNIDADE: 01 – ADMINISTRAÇÃO GERAL  
Proj./Ativ.: 04.122.1002.2.014 – Manutenção da Secretaria de Administração  
Modalidade: 3.1.90.01.0000 – Aplicações Diretas (5) R\$ 45.279,84  
Fonte de Recurso: 01.0000 – Recursos Ordinários Livres

Proj./Ativ.: 28.128.1019.0.003 – Contribuição ao PASEP  
Modalidade: 3.3.90.01.0000 – Aplicações Diretas (15) R\$ 10.000,00  
Fonte de Recurso: 01.0000 – Recursos Ordinários Livres



**ÓRGÃO: 04 – SECRETARIA DA FAZENDA**

UNIDADE: 01 – DPTO DE TRIBUTAÇÃO, FINANÇAS E CONTABILIDADE

Proj./Ativ.: 28.843.1019.0.006 – Amortização Dívida Fundada Empréstimos

Modalidade: 4.6.90.01.0000 – Aplicações Diretas (25) R\$ 50.000,00

Fonte de Recurso: 01.0000 – Recursos Ordinários Livres

**ÓRGÃO: 06 – SECRETARIA DA SAÚDE E PROMOÇÃO SOCIAL**

UNIDADE: 02 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Proj./Ativ.: 08.244.1143.2.139 – Proteção Social Básica

Modalidade: 3.1.90.01.0000 – Aplicações Diretas (73) R\$ 40.000,00

Fonte de Recurso: 01.0000 – Recursos Ordinários Livres

Proj./Ativ.: 08.244.1144.2.140 – Serviço de Proteção Social de Média Complexidade

Modalidade: 3.1.90.01.0000 – Aplicações Diretas (78) R\$ 20.000,00

Fonte de Recurso: 01.0000 – Recursos Ordinários Livres

**TOTAL R\$ 270.279,84**

Art. 2º. Para dar cobertura ao valor de que trata o artigo 1º desta Lei, fica utilizado o valor de até R\$ 270.279,84 (duzentos e setenta mil, duzentos e setenta e nove reais e oitenta e quatro centavos), através da REDUÇÃO de dotações orçamentárias constantes do orçamento vigente da Prefeitura Municipal, conforme discriminação a seguir:

**ÓRGÃO: 03 – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO**

UNIDADE: 01 – ADMINISTRAÇÃO GERAL

Proj./Ativ.: 28.061.1019.0.004 – Sentenças Judiciais

Modalidade: 3.3.90.01.0000 – Aplicações Diretas (14) R\$ 50.000,00

Fonte de Recurso: 01.0000 – Recursos Ordinários Livres

**ÓRGÃO: 05 – SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE**

UNIDADE: 02 – DEPARTAMENTO DE ESPORTES E CULTURA

Proj./Ativ.: 13.392.1006.2.130 – Promoção de Aniversário do Município e Festa do Colono e Motorista

Modalidade: 3.3.90.01.0000 – Aplicações Diretas (135) R\$ 40.000,00

Fonte de Recurso: 01.0000 – Recursos Ordinários Livres

**ÓRGÃO: 06 – SECRETARIA DA SAÚDE E PROMOÇÃO SOCIAL**

UNIDADE: 02 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Proj./Ativ.: 08.244.1143.1.165 – Ampliação do CRAS

Modalidade: 4.4.90.01.0000 – Aplicações Diretas (72) R\$ 22.078,42

Fonte de Recurso: 01.0000 – Recursos Ordinários Livres

UNIDADE: 04 – FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO

Proj./Ativ.: 08.244.1135.1.139 – Aquisição de Área de Terra p/ Construção de Unidades Habitacionais

Modalidade: 4.4.90.01.0000 – Aplicações Diretas (85) R\$ 80.101,42

Fonte de Recurso: 01.0000 – Recursos Ordinários Livres

Proj./Ativ.: 16.244.1142.1.152 – Incentivo a Habitação

Modalidade: 4.4.90.01.0000 – Aplicações Diretas (86) R\$ 1.000,00

Fonte de Recurso: 01.0000 – Recursos Ordinários Livres

**ÓRGÃO: 07 – SECRETARIA DE OBRAS, SERVIÇOS URBANOS, AGRICULTURA E INTERIOR**

UNIDADE: 01 – DEPARTAMENTO DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

Proj./Ativ.: 15.451.1014.1.012 – Pavimentação de Vias Urbanas c/ Pedras Irregulares

Modalidade: 4.4.90.01.0000 – Aplicações Diretas (89) R\$ 10.000,00

Fonte de Recurso: 01.0000 – Recursos Ordinários Livres

Proj./Ativ.: 15.451.1014.1.013 – Pavimentação de Passeio

Modalidade: 4.4.90.01.0000 – Aplicações Diretas (90) R\$ 10.000,00  
Fonte de Recurso: 01.0000 – Recursos Ordinários Livres

Proj./Ativ.: 22.661.1136.1.141 – Concessão de Inc. Econômicos e Mat. p/ Indústrias

Modalidade: 4.4.90.01.0000 – Aplicações Diretas (98) R\$ 5.000,00

Fonte de Recurso: 01.0000 – Recursos Ordinários Livres

Proj./Ativ.: 15.451.1011.1.160 – Construção de Trevo de Acesso a Área Industrial

Modalidade: 4.4.90.01.0000 – Aplicações Diretas (88) R\$ 20.000,00

Fonte de Recurso: 01.0000 – Recursos Ordinários Livres

UNIDADE: 03 – FUNDEAGRO – FUNDO MUN. DESENV. DA AGROPECUÁRIA

Proj./Ativ.: 20.544.1017.1.157 – Aquisição e Implantação de Cisternas

Modalidade: 3.3.90.01.0000 – Aplicações Diretas (108) R\$ 10.700,00

Fonte de Recurso: 01.0000 – Recursos Ordinários Livres

Proj./Ativ.: 20.608.1017.2.142 – Melhoramento Genético do Rebanho Leiteiro e Corte

Modalidade: 3.3.90.01.0000 – Aplicações Diretas (113) R\$ 21.400,00

Fonte de Recurso: 01.0000 – Recursos Ordinários Livres

**TOTAL R\$ 270.279,84**

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TIGRINHOS, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 25 DE AGOSTO DE 2015.

RUDIMAR FRANCISCO GUTH

PREFEITO MUNICIPAL

**LEI MUNICIPAL 806/2015**

LEI MUNICIPAL Nº. 806/2015, DE 25 DE AGOSTO DE 2015.

AUTORIZA A ABERTURA DE UM CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DO MUNICÍPIO ATRAVÉS DA REDUÇÃO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA CONSTANTE NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TIGRINHOS, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faz saber que o Poder Legislativo aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir um Crédito Adicional Suplementar no valor de até R\$ 100.000,00 (cem mil reais), destinados a REFORÇAR dotações orçamentárias constantes do orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde, conforme discriminação a seguir:

**ÓRGÃO: 06 – SECRETARIA DA SAÚDE E PROMOÇÃO SOCIAL**

UNIDADE: 01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Proj./Ativ.: 10.301.1010.2.118 – Saúde Bucal

Modalidade: 3.1.90.01.0002 – Aplicações Diretas (14) R\$ 20.000,00

Fonte de Recurso: 01.0002 – Recursos de Impostos p/ ASPS – Mínimo 176%

Proj./Ativ.: 10.301.1010.2.121 – Programa Saúde da Família

Modalidade: 3.1.90.01.0002 – Aplicações Diretas (22) R\$ 80.000,00

Fonte de Recurso: 01.0002 – Recursos de Impostos p/ ASPS – Mínimo 176%

**TOTAL R\$ 100.000,00**

Art. 2º. Para dar cobertura ao valor de que trata o artigo 1º desta Lei, fica utilizado o valor de até R\$ 100.000,00 (cem mil reais), através da REDUÇÃO de dotação orçamentária constante do orçamento vigente da Prefeitura Municipal, conforme discriminação a seguir:

ÓRGÃO: 07 – SECRETARIA DE OBRAS, SERVIÇOS URBANOS, AGRICULTURA E INTERIOR

UNIDADE: 01 – DEPARTAMENTO DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

Proj./Ativ.: 15.451.1024.1.123 – Construção de Pavilhão e Infra-estrutura

Modalidade: 4.4.90.01.0000 – Aplicações Diretas (93) R\$ 100.000,00

Fonte de Recurso: 01.0000 – Recursos Ordinários Livres

TOTAL R\$ 100.000,00

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TIGRINHOS, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 25 DE AGOSTO DE 2015.

RUDIMAR FRANCISCO GUTH  
PREFEITO MUNICIPAL

### LEI MUNICIPAL 807/2015

LEI MUNICIPAL Nº. 807/2015, DE 25 DE AGOSTO DE 2015.

AUTORIZA A ALTERAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL ATRAVÉS DA ABERTURA DE UM CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DO MUNICÍPIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TIGRINHOS, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faz saber que o Poder Legislativo aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir um Crédito Adicional Suplementar no valor de até R\$ 71.352,86 (setenta e um mil, trezentos e cinquenta e dois reais e oitenta e seis centavos), destinados a REFORÇAR dotação orçamentária constante no orçamento vigente da Prefeitura Municipal, conforme discriminação a seguir:

ÓRGÃO: 05 – SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE  
UNIDADE: 01 – DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO

Proj./Ativ.: 12.361.1005.1.173 – Ampliação e Reforma do Centro Esportivo Educacional

Modalidade: 4.4.90.0058 – Aplicações Diretas (XXX) R\$ 41.952,76

Fonte de Recurso: 0058 – Salário Educação

Modalidade: 4.4.90.0358 – Aplicações Diretas (XXX) R\$ 29.400,10

Fonte de Recurso: 0358 – Superávit Salário Educação

TOTAL R\$ 71.352,86

Art. 2º Para dar cobertura ao valor de R\$ 29.400,10 (vinte e nove mil, quatrocentos reais e dez centavos) de que trata o artigo 1º da presente Lei, fica utilizado o recurso do superávit financeiro verificado no Balanço Patrimonial do exercício de 2014, apurado na fonte de recurso 0058 – Salário Educação.

Art. 3º Para dar cobertura ao valor de R\$ 24.974,44 (vinte e quatro mil, novecentos e setenta e quatro reais e quarenta e quatro centavos) previstos no artigo 1º desta Lei, ficam utilizados parte dos recursos do Provável Excesso de Arrecadação apurado na fonte de recurso 0058 – Salário Educação durante o período de janeiro a junho de 2015.

Art. 4º. Para dar cobertura ao restante do valor de que trata o artigo 1º desta Lei, fica utilizado o valor de até R\$ 16.978,32 (dezesesseis mil, novecentos e setenta e oito reais e trinta e dois centavos), através da redução das dotações orçamentárias constantes no orçamento vigente da Prefeitura Municipal, conforme discriminação a seguir:

ÓRGÃO: 05 – SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE  
UNIDADE: 01 – DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO

Proj./Ativ.: 12.361.1005.2.040 – Transporte Escolar Fundamental Modalidade: 3.3.90.01.0058 – Aplicações Diretas (36) R\$ 3.000,00

Fonte de Recurso: 01.0058 – Salário Educação

Proj./Ativ.: 12.361.1005.2.113 – Manutenção do Ensino Fundamental Modalidade: 3.3.90.01.0058 – Aplicações Diretas (42) R\$ 12.000,00

Fonte de Recurso: 01.0058 – Salário Educação  
Proj./Ativ.: 12.362.1005.2.146 – Transporte Escolar Médio

Modalidade: 3.3.90.01.0058 – Aplicações Diretas (48) R\$ 1.978,32  
Fonte de Recurso: 01.0058 – Salário Educação

TOTAL R\$ 16.978,32

Art. 5º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TIGRINHOS, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 25 DE AGOSTO DE 2015.

RUDIMAR FRANCISCO GUTH  
PREFEITO MUNICIPAL

**PORTARIA 156/2015**

PORTARIA Nº. 156/2015.

EXONERA SERVIDORA MUNICIPAL SRA. LAURETE TERESINHA WRZESINSKI WISSMANN, OCUPANTE DO CARGO COMISSIONADO DE ASSESSORA DE PLANEJAMENTO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RUDIMAR FRANCISCO GUTH, digníssimo Prefeito Municipal de Tigrinhos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais de acordo com o inciso VI do artigo 68 da lei Orgânica Municipal,

**RESOLVE:**

Art. 1º - Exonera a Servidora Pública Municipal Sra. LAURETE TERESINHA WRZESINSKI WISSMANN, do cargo Comissionado de ASSESSORA DE PLANEJAMENTO, cadastrada sob matrícula nº. 486/01, com carga horária de 40 (trinta) horas semanais, a partir de 31 de Agosto de 2015, conforme Legislação municipal vigente:

Lei Municipal 12/1997:

“Art. 56. A exoneração do cargo em comissão ou função de confiança dá-se:

I – A juízo da autoridade competente.

(...)”

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com a aplicação de seus reais efeitos a partir de 31 de Agosto de 2015.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TIGRINHOS,  
ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 26 DE AGOSTO DE 2015.  
RUDIMAR FRANCISCO GUTH  
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada nesta Secretaria em vinte e seis de agosto de dois mil e quinze.

Maicon Bruxel

Secretário Municipal de Administração e fazenda.

# Timbó

## PREFEITURA

### **AVISO TOMADA DE PREÇOS N.º 01 2015 TIMBOPREV - SERVIÇOS DE ASSESSORIA E CONSULTORIA DE MERCADO FINANCEIRO**

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE TIMBÓ  
INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DE TIMBÓ  
AVISO DE TOMADA DE PREÇO Nº 01/2015 -- TIMBOPREV

OBJETO: Prestação de serviços de assessoria e consultoria em relação ao mercado financeiro para os investimentos do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos Municipais de Timbó, em conformidade com as normas e princípios atinentes a Resolução CMN Nº 3.922/2010 do Banco Central do Brasil – BACEN, alterada pela Resolução CMN Nº 4.392/2014 do BACEN; da portaria MPS Nº 519/2011 – Ministério da Previdência Social, alterada pela Portaria MPS nº 170/2012, pela Portaria MPS Nº 440/2013 e pela Portaria MPS nº 65/2014 e suas alterações, conforme considerações constantes do anexo I do edital. ENTREGA DOS ENVELOPES: contendo os documentos de Habilitação, Proposta de Preços e Proposta Técnica até as 09h00min do dia 28 de setembro de 2015. ABERTURA: dia 28 de setembro de 2015 às 09h10min. Os interessados poderão obter a íntegra do edital diariamente no horário de expediente da Central de Licitações localizada na Avenida Getúlio Vargas, 700, Centro – Timbó/SC, ou no site: [www.timbo.sc.gov.br](http://www.timbo.sc.gov.br).

Timbó (SC), 25/08/2015

OSMAIR DE CASTILHO

Presidente do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos Municipais de Timbó

### **EXTRATO CONTRATO 2015.109 - PMT**

MUNICÍPIO DE TIMBÓ  
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS  
EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 2015/109

AUTORIZANTE: Município de Timbó.

AUTORIZADO: VPA Comércio de Pedras e Pavimentação LTDA.

OBJETO: Execução de serviços de pavimentação com lajota (tipo tijolão) da Rua Peroba, incluindo o meio fio de concreto pré-moldado, de uma área correspondente a 1.344,00m², de acordo com as especificações contidas no Processo de Inexigibilidade n.º 76/2015 e Edital de Credenciamento n.º 23/2015.

VALOR: R\$ 87.024,00 (oitenta e sete mil e vinte e quatro reais), sendo que o valor de R\$ 79.254,00 (setenta e nove mil, duzentos e cinquenta e quatro reais) será pago direta, integral e exclusivamente pelos moradores que aderiram ao sistema de mutirão e o valor de R\$ 7.770,00 (sete mil, setecentos e setenta reais) será pago pelo Município correspondente a pavimentação e demais serviços/materiais apenas ao percentual dos moradores que não aderiram ao referido sistema de mutirão, entroncamentos, cruzamentos, viradouros e interseções de ruas.

DATA DA ASSINATURA: 03/08/2015.

ORLEI ADAZIR PEDRON

Secretario de Obras e Serviços Urbanos

### **EXTRATO CONTRATO 2015.114 - FUNREPOM**

MUNICÍPIO DE TIMBÓ  
FUNDO MUNICIPAL DE REEQUIPAMENTO DA POLÍCIA MILITAR  
EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 2015/114

AUTORIZANTE: Município de Timbó através do Fundo Municipal de Reequipamento da Polícia Militar.

AUTORIZADO: Coringa Comércio e Representações de Equipamentos Eletrônicos de Segurança LTDA.

OBJETO: Prestação de serviços de manutenção mensal (preventiva e corretiva) do Sistema de Monitoramento Eletrônico de logradouros públicos à distância do Município de Timbó, com fornecimento de peças e componentes, incluindo serviços de suporte técnico, funcionamento e assessoria, correspondente ao item abaixo descrito, tudo de conformidade com o Edital de Pregão nº. 02/2015.

VALOR: R\$ 11.325,00 (onze mil trezentos e vinte e cinco reais)

DATA DA ASSINATURA: 24/08/2015.

MARIA ANGÉLICA FAGGIANI

Secretaria da Fazenda e Administração

### **EXTRATO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 2015.109 - PMT**

MUNICÍPIO DE TIMBÓ  
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS  
EXTRATO DE TERMO ADITIVO

EXTRATO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 2015/109

AUTORIZANTE: Município de Timbó.

AUTORIZADO: VPA Comércio de Pedras e Pavimentação LTDA.

OBJETO: Alteração da cláusula segunda do contrato administrativo nº 2015/109, sendo que o valor total R\$ 87.024,00 (oitenta e sete mil e vinte e quatro reais), passa a ser pago da seguinte forma: R\$ 71.872,50 (setenta e um mil, oitocentos e setenta e dois reais e cinquenta centavos) a ser pago direta, integral e exclusivamente pelos moradores que aderiram ao sistema de mutirão e o valor de R\$ 15.151,50 (quinze mil, cento e cinquenta e um reais e cinquenta centavos) a ser pago pelo Município correspondente a pavimentação e demais serviços/materiais apenas ao percentual dos moradores que não aderiram ao referido sistema de mutirão, entroncamentos, cruzamentos, viradouros e interseções de ruas.

DATA DA ASSINATURA: 14/08/2015.

ORLEI ADAZIR PEDRON

Secretario de Obras e Serviços Urbanos

**EXTRATO PRIMEIRO TERMO DE APOSTILAMENTO A ATA DE REGISTRO - 151.2014 FABIANA MOHR**

MUNICÍPIO DE TIMBÓ

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

EXTRATO DE TERMO DE APOSTILAMENTO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

EXTRATO PRIMEIRO TERMO DE APOSTILAMENTO A ATA REGISTRO DE PREÇOS 151/2014 PMT

CONTRATANTE: Município de Timbó através do Fundo Municipal de Assistência Social.

CONTRATADO: Fabiana Mara Mohr Stein Me.

OBJETO: Acréscimo de 1.455 um/kit ao item 01 (coffee break)..

DATA DA ASSINATURA: 18/08/2015.

DEISE A. N. MENDES

Secretária Municipal de Assistência Social

**EXTRATO TERCEIRO TERMO DE ADITIVO A ATA DE REGISTRO - 34.2014 ALTERMED**

MUNICÍPIO DE TIMBÓ

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

EXTRATO DE TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

EXTRATO TERCEIRO TERMO ADITIVO A ATA REGISTRO DE PREÇOS 34/2014 FMS

CONTRATANTE: Município de Timbó através do Fundo Municipal de Saúde.

CONTRATADO: Altermed Material Médico Hospitalar Ltda.

OBJETO: Equilíbrio econômico financeiro do item 22 (atenolol 50 mg cp), que fica acrescido proporcionalmente ao aumento ocorrido, passando a ser R\$ 0,0280.

DATA DA ASSINATURA: 19/08/2015.

ALFREDO JOÃO BERRI

Secretário Municipal de Saúde

**PRIMEIRA REPUBLICAÇÃO EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇO N.º 02 2015 SAMAE - MÃO DE OBRA ELETROELETRÔNICA**

MUNICÍPIO DE TIMBÓ

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

PREGÃO PRESENCIAL Nº.02/2015 SAMAE

ÓRGÃO GESTOR: Município de Timbó através do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto OBJETO: Registro de Preços para contratação de mão de obra eletro eletrônica, manutenção e instalação elétrica predial e manutenção de bombas, destinados a todos os setores da autarquia.

EMPRESAS FORNECEDORAS: Eletrotécnica F.C. Ltda Epp; Usinagens Elimar Ltda Me; ACMM Serviços de Energia Elétrica Ltda Me; Servtim Comércio de Materiais de Construção e Serviços Elétricos Ltda Me.

TOTAL ESTIMADO: R\$ 190.700,00 (cento e noventa mil e setecentos reais)

MODALIDADE: Pregão Presencial

VALIDADE DA ATA: 20/05/2016

Timbó, 21/05/2015

WALDIR GIRARDI

Diretor Presidente do SAMAE

**TERCEIRA REPUBLICAÇÃO EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇO N.º 116 2014 PMT - FORNECIMENTO DE MOBILIÁRIO**

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 116/2014 PMT

ÓRGÃO GESTOR: Município de Timbó

OBJETO: Registro de Preço para objetivando o fornecimento, montagem e garantia de mobiliário para atender as necessidades da administração (direta e indireta)

EMPRESAS FORNECEDORAS: Suprimóveis Eireli – Epp, Todt Móveis Ltda Epp, Dismacenter Sup. Informática Ltda, Célia Regina W. Sani Me, Papelaria Copiatic Ltda Me, M. Mobile Eireli Me, Coml. Vitória Ltda Me.

TOTAL ESTIMADO: R\$ 72.381,20 (setenta e dois mil trezentos e oitenta e um reais e vinte centavos)

MODALIDADE: Pregão Presencial

VALIDADE DA ATA: 25/11/2015

Timbó, 26/11/2014

MARIA ANGÉLICA FAGGIANI

Secretária da Fazenda e Administração



# Trombudo Central

## PREFEITURA

### 319/2015

PORTARIA 319/2015 DE 24 DE AGOSTO DE 2015  
EXONERA SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

SILVIO VENTURI, Prefeito do Município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas...

#### RESOLVE:

Art. 1º - EXONERAR A PEDIDO o servidor público municipal Sr. GUILHERME HUGO PAYERL, ocupante do cargo de provimento efetivo de agente de Defesa Civil, a partir do dia 07 de agosto de 2015.

Art. 2º - Retifica a portaria 310/2015.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogadas disposições em contrário.

Trombudo Central, 24 de Agosto de 2015.

SILVIO VENTURI

Prefeito de Trombudo Central

Esta Portaria foi registrada e publicada no Diário Oficial dos Municípios (DOM/SC).

MARIANE FERNANDES DA ROSA BONI

Secretária Municipal de Administração e Finanças (Interina)

### 320/2015

PORTARIA 320/15 DE 25 DE AGOSTO DE 2015.

REDUZ A CARGA HORÁRIA DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

SILVIO VENTURI, Prefeito do Município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas com base no Art. 32, - 2º da Lei complementar nº 816 de 31 de Outubro de 1990.

#### RESOLVE:

Art. 1º- REDUZIR a carga horária em 10:00 horas semanais, de 30:00 horas para 20:00 horas semanais, com redução proporcional dos vencimentos da servidora pública municipal Sra. HERIETE KARSTEN, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professora, a partir do dia 20 de agosto de 2015, conforme requerimento oficiado a Secretaria da Educação e do Esporte.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com efeitos retroativos à data de 20 de agosto de 2015, revogadas disposições em contrário.

Trombudo Central, 25 de agosto de 2015.

SILVIO VENTURI

Prefeito de Trombudo Central

Esta Portaria foi publicada e registrada no Diário Oficial dos Municípios (DOM/SC).

CATIA REGINA MARANGONI GEREMIAS

Secretária da Educação e do Esporte

### 321/2015

PORTARIA 321/2015 DE 25 DE AGOSTO DE 2015.

CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

SILVIO VENTURI, Prefeito do Município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas com base na Lei Complementar 816 de 31 de Outubro de 1990.

CONSIDERANDO o Art. 60, - 3º da Medida Provisória nº 664 de 30 de Dezembro de 2014;

#### RESOLVE:

Art. 1º - Conceder a servidora pública municipal Sra. ROSIANI HEINZ, ocupante do cargo de provimento efetivo em estágio probatório de



Assistente Social, licença para tratamento de saúde por 15 dias, conforme atestado médico emitido a partir do dia 24 de agosto de 2015.  
Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogadas disposições em contrário.

Trombudo Central, 25 de agosto de 2015.  
SILVIO VENTURI  
Prefeito de Trombudo Central

Esta Portaria foi registrada e publicada no Diário Oficial dos Municípios (DOM/SC).

HANELORE HEDLER  
Secretaria de Assistência Social e Habitação

### **322/2015**

PORTARIA 322/2015 DE 25 DE AGOSTO DE 2015.

SUPLEMENTA CARGA HORÁRIA.

SILVIO VENTURI, Prefeito do Município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei complementar nº 1.250/2000 de 07 de julho de 2000.

CONSIDERANDO: o funcionamento inadiável do serviço público essencial;

CONSIDERANDO: o superior interesse público;

RESOLVE:

Art. 1º - SUPLEMENTAR em 15:00 horas semanais a carga horária da servidora pública municipal Sra. DEBORA DE SOUZA KLAUMANN, ocupante do cargo de provimento temporário de Professora - ACT, a partir de 24 de agosto de 2015.

Art. 2º -Faz essa portaria devido a redução da carga horaria da professora titular a Sra. HERIETE KARSTEN, datado dia 20 de agosto de 2015.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com efeitos retroativos à data de 24 de agosto de 2015, revogadas disposições em contrário.

Trombudo Central, 25 de agosto de 2015.  
SILVIO VENTURI  
Prefeito de Trombudo Central

Esta Portaria foi registrada e publicada no Diário Oficial dos Municípios (DOM/SC).

CATIA REGINA MARANGONI GEREMIAS  
Secretária da Educação e do Esporte

# Turvo

## PREFEITURA

### DECRETO 44/2015

DECRETO Nº 044/15, de 24 de Agosto de 2015.

#### SUPLEMENTA DOTAÇÕES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RONALDO CARLESSI, Prefeito Municipal de Turvo/SC, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o disposto no art. 5º da Lei nº 2.222/14 (Lei Orçamentária Anual), de 12/12/2014. DECRETA

Art. 1º. Fica suplementado o crédito orçamentário no orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Turvo no valor de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) assim classificados:

09.01 – SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE  
20.608.0030.2.020 – MANUT. DO PARQUE EXP. IRIS OLIVO/REAL. FESTA COLONO  
3.3.90.00.00.00.00.00.0080.0 (111) – Aplicações Diretas .....  
..... R\$ 20.000,00

Art. 2º. A execução do disposto no art. 1º correrá à conta do excesso de arrecadação da Fonte 0080 no valor de R\$ 20.000,00.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo - SC, 24 de agosto de 2015.  
RONALDO CARLESSI  
Prefeito Municipal

Pub. e registrado o presente Decreto nesta Secretaria na data supra.

Roberto Carlos Patel – Secretário de Adm. e Finanças.

### PORTARIA 285/2015

PORTARIA Nº 285/15, de 13 de Agosto de 2015.  
NOMEIA AUXILIAR DE ENSINO DA EDUCAÇÃO INFANTIL, EM CARÁTER TEMPORÁRIO, NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TURVO, no uso de suas atribuições e de conformidade com o estabelecido na Lei nº 1.071/1994, combinado com a Lei Complementar nº 10/11 de 24 de Agosto de 2011,

#### RESOLVE

Art. 1º - Nomear pelo Processo Seletivo Simplificado nº 001/2014-SME, a Servidora abaixo relacionada, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, para exercer a função pública de Auxiliar de Ensino da Educação Infantil nas Escolas de Período Integral, do Plano de Cargos, Carreira e Remuneração do Magistério Público Municipal, com os vencimentos estabelecidos em Lei em substituição a servidora Sandra Vitali por ter sido remanejada.  
NOME CPF LOCAL DE TRABALHO  
Isabel Cristina T. Felisberto 548.389.590-87 C. E. I. P. Mª das Dores C. Angeloni

Art. 2º - O prazo de contratação em caráter temporário, relacionado no art. 1º desta Portaria, iniciará em 13 de Agosto de 2015 e encerrará em 11 de Dezembro de 2015.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo (SC), 13 de agosto de 2015.  
RONALDO CARLESSI  
Prefeito Municipal

Pub. e reg. a presente Portaria nesta Secretaria na data supra.

Roberto Carlos Patel – Secretário de Adm. e Finanças.

### PORTARIA 286/2015

PORTARIA Nº 286/15, de 13 de Agosto de 2015.

DETERMINA A INSTAURAÇÃO DE SINDICÂNCIA ADMINISTRATIVA E DESIGNA COMISSÃO PARA APURAR FATOS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TURVO, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o art. 124 e seguintes da Lei Municipal no 1.154/95 (Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Turvo).

#### RESOLVE

Art. 1º. Determinar a instauração de Sindicância e designa os Servidores Roberto Carlos Patel, Nestor Reco e Cintia Aparecida Silveira Brígido, para sob a presidência do primeiro, comporem a Comissão de Sindicância, destinada a apurar fatos envolvendo o acidente automobilístico no dia 20 de Julho de 2015 com o Veículo de Placa OKG – 2225 de propriedade do Município de Turvo, conduzido pelo servidor Edson Jair Dagostin.

Art. 2º. O prazo para conclusão dos trabalhos da Comissão será de 60 (sessenta) dias, a contar da publicação desta Portaria, podendo ser prorrogado por igual prazo.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo (SC), 13 de agosto de 2015.  
RONALDO CARLESSI  
Prefeito Municipal

Pub. e reg. a presente Portaria nesta Secretaria na data supra.

Roberto Carlos Patel – Secretário de Adm. e Finanças.

### PORTARIA 287/2015

PORTARIA Nº 287/15, de 14 de Agosto de 2015.

PRORROGA A CONTRATAÇÃO DE MOTORISTA II, ADMITIDO EM CARÁTER TEMPORÁRIO.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TURVO, no uso de suas atribuições e de conformidade com o estabelecido na Lei nº 1.001/1993, combinado com a Lei Complementar nº 09/11, de 24 de Agosto de 2011,

Considerando que o servidor se encontra em auxílio doença,

#### RESOLVE

Art. 1º - Prorrogar até 13 de Setembro de 2015 a contratação do servidor abaixo relacionado, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, exercendo a função pública de Motorista II, do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Turvo, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

SERVIDOR CPF MATRICULA

Antomar Alexandre Dal Pont 378.291.149-00 3247

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo (SC), 14 de agosto de 2015.

RONALDO CARLESSI

Prefeito Municipal

Pub. e reg. a presente Portaria nesta Secretaria na data supra.

Roberto Carlos Patel – Secretário de Adm. e Finanças.

### **PORTARIA 288/2015**

PORTARIA Nº 288/15, de 14 de Agosto de 2015.

PRORROGA A CONTRATAÇÃO E CONCEDE LICENÇA MATERNIDADE.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TURVO, no uso de suas atribuições e de conformidade com o estabelecido no artigo 90, da Lei nº 1.154/95 combinado com a Lei nº 1.071/1994 e Lei Complementar nº 09/11 de 24 de Agosto de 2011,

Considerando que a servidora encontra-se em Período Gestacional,

RESOLVE

Art. 1º - Prorrogar a contratação e conceder Licença Maternidade até o dia 15 de Dezembro de 2015 a servidora a baixo relacionada, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, exercendo a função pública de Telefonista, do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Turvo, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

NOME CPF MATRICULA

Cristiane Rampinelli Macarini 067.988.689-32 2896

Art. 2º - Conceder Licença Maternidade a servidora a baixo relacionada, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais exercendo o Cargo em Caráter Efetivo de Professor IV – Inglês, no período de 17 de Agosto de 2015 a 14 de Dezembro de 2015.

NOME CPF MATRICULA

Liandra Piazza Dal Pont 034.933.119-74 1887

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo (SC), 14 de agosto de 2015.

RONALDO CARLESSI

Prefeito Municipal

Pub. e reg. a presente Portaria nesta Secretaria na data supra.

Roberto Carlos Patel – Secretário de Adm. e Finanças.

### **PORTARIA 289/2015**

PORTARIA Nº 289/15, de 17 de Agosto de 2015.

CONCEDE LICENÇA MATERNIDADE.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TURVO, no uso de suas atribuições e de conformidade com o artigo 90, da Lei nº 1.154/95, de 11 de

Dezembro de 1995,

RESOLVE

Art. 1º - Conceder Licença Maternidade a servidora a baixo relacionada, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais exercendo a Função Pública de Agente Administrativo Escolar, no período de 17 de Agosto de 2015 a 14 de Dezembro de 2015.

NOME CPF MATRICULA

Cleimar Schiavini Nunes Rocha 057.510.839-89 3267

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo (SC), 17 de agosto de 2015.

RONALDO CARLESSI

Prefeito Municipal

Pub. e reg. a presente Portaria nesta Secretaria na data supra.

Roberto Carlos Patel – Secretário de Adm. e Finanças.

### **PORTARIA 290/2015**

PORTARIA Nº 290/15, de 17 de Agosto de 2015.

FAZ EXONERAÇÃO DE CARGO PERMANENTE POR MOTIVO DE APOSENTADORIA.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TURVO, no uso de suas atribuições e de acordo com o que estabelece os incisos "IX" e "XII" do artigo 52 da Lei Orgânica do Município de Turvo.

RESOLVE

Art. 1º - Exonerar o servidor ADMIR MAFFIOLETTI, CPF nº 376.914.579-87, matrícula nº. 0431, exercendo o Cargo de Provisório Efetivo de Motorista II, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Turvo, por motivo de aposentadoria.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo (SC), 17 de agosto de 2015.

RONALDO CARLESSI

Prefeito Municipal

Pub. e reg. a presente Portaria nesta Secretaria na data supra.

Roberto Carlos Patel – Secretário de Adm. e Finanças.

### **PORTARIA 291/2015**

PORTARIA Nº 291/15, de 17 de Agosto de 2015.

ALTERA CARGA HORÁRIA DE SERVIDORA NOMEADA EM CARÁTER TEMPORÁRIO, NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TURVO, no uso de suas atribuições e de conformidade com o estabelecido na Lei nº 1.071/1994, combinado com a Lei Complementar nº 10/11 de 24 de Agosto de 2011,

RESOLVE

Art. 1º - Alterar a carga horária da servidora ERICA FERREIRA GOULART CPF nº 041.730.229-05, matrícula nº 3363, exercendo a função pública de Professor IV – Artes, de 20 (vinte) horas

semanais para 30 (trinta) horas semanais, do Plano de Cargos, Carreira e Remuneração do Magistério Público Municipal, com os vencimentos estabelecidos em Lei em substituição ao servidor Rodrigo Casteller Vicentin que solicitou Licença sem Vencimentos.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo (SC), 17 de agosto de 2015.

RONALDO CARLESSI

Prefeito Municipal

Pub. e reg. a presente Portaria nesta Secretaria na data supra.

Roberto Carlos Patel – Secretário de Adm. e Finanças.

### **PORTARIA 291/2015**

PORTARIA Nº 291/15, de 17 de Agosto de 2015.

ALTERA CARGA HORÁRIA DE SERVIDORA NOMEADA EM CARÁTER TEMPORÁRIO, NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TURVO, no uso de suas atribuições e de conformidade com o estabelecido na Lei nº 1.071/1994, combinado com a Lei Complementar nº 10/11 de 24 de Agosto de 2011,

RESOLVE

Art. 1º - Alterar a carga horária da servidora ERICA FERREIRA GOULART CPF nº 041.730.229-05, matrícula nº 3363, exercendo a função pública de Professor IV – Artes, de 20 (vinte) horas semanais para 30 (trinta) horas semanais, do Plano de Cargos, Carreira e Remuneração do Magistério Público Municipal, com os vencimentos estabelecidos em Lei em substituição ao servidor Rodrigo Casteller Vicentin que solicitou Licença sem Vencimentos.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo (SC), 17 de agosto de 2015.

RONALDO CARLESSI

Prefeito Municipal

Pub. e reg. a presente Portaria nesta Secretaria na data supra.

Roberto Carlos Patel – Secretário de Adm. e Finanças.

### **PORTARIA 292/2015**

PORTARIA Nº 292/15, de 17 de Agosto de 2015.

CONCEDE LICENÇA PRÊMIO.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TURVO, no uso de suas atribuições e de conformidade com o artigo 6º da Lei nº. 1.001/93, de 03 de Maio de 1993, combinado com o artigo 98 e seguintes da Lei nº 1.154/95, de 11 de Dezembro de 1995 (Estatuto dos Servidores Públicos),

RESOLVE

Art. 1º - Conceder Licença Prêmio a Servidora SUSARA BAUER DA ROSA CPF nº. 776.283.229-72, matrícula nº. 1202, exercendo o cargo de provimento em caráter efetivo de Professor IV - História, no período de 17.08.2015 a 14.11.2015, referente ao período aquisitivo de 30.06.2004 a 30.08.2011.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo (SC), 17 de agosto de 2015

RONALDO CARLESSI

Prefeito Municipal

Pub. e reg. a presente Portaria nesta Secretaria na data supra.

Roberto Carlos Patel – Secretário de Adm. e Finanças.

### **PORTARIA 293/2015**

PORTARIA Nº 293/15, de 18 de Agosto de 2015.

DEMITE A PEDIDO ASSESSOR DE PLANEJAMENTO, ADMITIDO EM CARÁTER TEMPORÁRIO.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TURVO, no uso de suas atribuições e de acordo com o que estabelece os incisos, "IX" e "XII" do artigo 52 da Lei Orgânica do Município de Turvo,

RESOLVE

Art. 1º - Demitir a pedido o Servidor abaixo relacionado, ocupante da função pública de Assessor de Planejamento, do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Turvo.

NOME CPF MATRICULA

Marcio Roque 048.084.319-80 3371

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo (SC), 18 de agosto de 2015.

RONALDO CARLESSI

Prefeito Municipal

Pub. e reg. a presente Portaria nesta Secretaria na data supra.

Roberto Carlos Patel – Secretário de Adm. e Finanças.

### **PORTARIA 294/2015**

PORTARIA Nº 294/15, de 19 de Agosto de 2015.

NOMEIA PROFESSOR IV, EM CARÁTER TEMPORÁRIO, NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TURVO, no uso de suas atribuições e de conformidade com o estabelecido na Lei nº 1.071/1994, combinado com a Lei Complementar nº 10/11 de 24 de Agosto de 2011,

RESOLVE

Art. 1º - Nomear pelo Processo Seletivo Simplificado nº 001/2014-SME, o Servidor abaixo relacionado, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, para exercer a função pública de Professor IV, do Plano de Cargos, Carreira e Remuneração do Magistério Público Municipal, com os vencimentos estabelecidos em Lei, em substituição a servidora LIANDRA PIAZZA DAL PONT que se encontra em Licença Maternidade.

NOME CPF CARGO LOCAL DE TRABALHO

Marcio Roque 048.084.319-80 Inglês E. E. B. M. P. Laurita M. Bristot

Art. 2º - O prazo de contratação em caráter temporário, relacionado no art. 1º desta Portaria, iniciará em 19 de Agosto de 2015 e encerrará em 18 de Dezembro de 2015.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo (SC), 19 de agosto de 2015.  
RONALDO CARLESSI  
Prefeito Municipal

Pub. e reg. a presente Portaria nesta Secretaria na data supra.

Roberto Carlos Patel – Secretário de Adm. e Finanças.

#### **PORTARIA 295/2015**

PORTARIA Nº 295/15, de 19 de Agosto de 2015.

PRORROGA A CONTRATAÇÃO DE VIGIA, ADMITIDO EM CARÁTER TEMPORÁRIO.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TURVO, no uso de suas atribuições e de conformidade com o estabelecido na Lei nº 1.001/1993, combinado com a Lei Complementar nº 09/11, de 24 de Agosto de 2011,

RESOLVE

Art. 1º - Prorrogar até 09 de Outubro de 2015 a contratação dos servidores abaixo relacionados, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, exercendo a função pública de Vigia, do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Turvo, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

SERVIDOR CPF MATRICULA

Wanderlei Maciel 369.556.470-91 3244

Ana Silvia T. Parol 020.483.179-28 3407

Tarcisio Figueredo 613.357.629-49 3408

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo (SC), 19 de agosto de 2015.  
RONALDO CARLESSI  
Prefeito Municipal

Pub. e reg. a presente Portaria nesta Secretaria na data supra.

Roberto Carlos Patel – Secretário de Adm. e Finanças.

#### **PORTARIA 296/2015**

PORTARIA Nº 296/15, de 19 de Agosto de 2015.

PRORROGA A CONTRATAÇÃO DE OPERADOR DE TRATOR AGRÍCOLA, ADMITIDO EM CARÁTER TEMPORÁRIO.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TURVO, no uso de suas atribuições e de conformidade com o estabelecido na Lei nº 1.001/1993, combinado com a Lei Complementar nº 09/11, de 24 de Agosto de 2011,

RESOLVE

Art. 1º - Prorrogar até 09 de Outubro de 2015, a contratação dos servidores abaixo relacionados, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, exercendo a função pública de Operador de Trator Agrícola, do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Turvo, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

NOME CPF MATRICULA

Ivair dos Santos 725.944.209-30 3245

Antonio de Souza 733.806.799-68 3249

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo (SC), 19 de Agosto de 2015.

RONALDO CARLESSI  
Prefeito Municipal

Pub. e reg. a presente Portaria nesta Secretaria na data supra.

Roberto Carlos Patel – Secretário de Adm. e Finanças.

#### **PORTARIA 297/2015**

PORTARIA Nº 297/15, de 20 de Agosto de 2015.

PRORROGA A CONTRATAÇÃO DE AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS II, ADMITIDO EM CARÁTER TEMPORÁRIO.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TURVO, no uso de suas atribuições e de conformidade com o estabelecido na Lei nº 1.001/1993, combinado com a Lei Complementar nº 09/11, de 24 de Agosto de 2011,

RESOLVE

Art. 1º - Prorrogar até 09 de Outubro de 2015, a contratação dos servidores abaixo relacionados, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, exercendo a função pública de Auxiliar de Serviços Gerais II, do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Turvo, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

SERVIDOR (A) CPF MATRICULA

Antonio Bá 028.243.729-07 2760

Sandro Figueredo 021.583.809-26 2761

Bonifacio José Luiz 442.848.299-04 2770

Moacir Toretti Correa 017.583.449-03 2771

Donato Policarpe 494.948.569-53 2772

Dário Carbone dos Santos 560.223.109-97 2872

Lindomar Pinheiro 769.750.459-68 3012

Pedro Marques Silverio 692.668.409-04 2773

Zenaide Indalencio 067.248.289-45 3171

Valmir Trombin 552.334.739-68 3172

Neusa Camilo Pinheiro 690.722.649-91 3188

Edilson Damiani Fernandes 074.443.109-39 3220

Bernadeth Munari L. Ferreira 646.128.053-68 3336

Jonas Vicente Pereira 057.194.329-22 3369

Lorete Maria P. Felisberto 063.996.589-00 3370

Daniel Rosa dos Santos 078.481.949-14 3386

Eduardo Cordova Lopes 068.176.689-13 3387

Valcionir Costa 014.488.369-48 3402

João Carlos Da Costa 032.357.249-90 3437

Odair Jose Figueredo Pereira 029.739.699-48 3436

Rafael Morgerot Mazzucco 092.778.589-74 3435

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo (SC), 20 de agosto de 2015.

RONALDO CARLESSI  
Prefeito Municipal

Pub. e reg. a presente Portaria nesta Secretaria na data supra.

Roberto Carlos Patel – Secretário de Adm. e Finanças.



**PORTARIA 298/2015**

PORTARIA Nº 298/15, de 20 de Agosto de 2015.

PRORROGA A CONTRATAÇÃO DE TELEFONISTA, ADMITIDA EM CARÁTER TEMPORÁRIO.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TURVO, no uso de suas atribuições e de conformidade com o estabelecido na Lei nº 1.001/1993, combinado com a Lei Complementar nº 09/11, de 24 de Agosto de 2011,

RESOLVE

Art. 1º - Prorrogar até 09 de Outubro de 2015 a contratação da servidora abaixo relacionada, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, exercendo a função pública de Telefonista, do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Turvo, com os vencimentos estabelecidos em Lei, em substituição a servidora Cristiane Rampinelli Macarini que se encontra em Licença Maternidade.

SERVIDOR (A) CPF MATRICULA

Larissa Fernandes Gabriel 105.446.789-74 3433

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo (SC), 20 de agosto de 2015.

RONALDO CARLESSI

Prefeito Municipal

Pub. e reg. a presente Portaria nesta Secretaria na data supra.

Roberto Carlos Patel – Secretário de Adm. e Finanças.

**PORTARIA 299/2015**

PORTARIA Nº 299/15, de 24 de Agosto de 2015.

NOMEIA FARMACÊUTICO, EM CARÁTER TEMPORÁRIO, NA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TURVO, no uso de suas atribuições e de conformidade com o estabelecido na Lei nº 1.001/1993, combinado com a Lei Complementar nº 09/11, de 24 de Agosto de 2011,

RESOLVE

Art. 1º - Nomear pelo Processo Seletivo nº 002/2015 - SMS, o servidor abaixo relacionado, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, para exercer a função pública de Farmacêutico, do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Turvo, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

NOME CPF

Bruna Bardini Pescador 072.978.039-28

Art. 2º - O prazo de contratação em caráter temporário, relacionado no art. 1º desta Portaria, iniciará em 24 de Agosto de 2015 e encerrará em 03 de Agosto de 2016.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo (SC), 24 de agosto de 2015.

RONALDO CARLESSI

Prefeito Municipal

Pub. e reg. a presente Portaria nesta Secretaria na data supra.

Roberto Carlos Patel – Secretário de Adm. e Finanças.

**PORTARIA 300/2015**

PORTARIA Nº 300/15, de 24 de Agosto de 2015.

CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR QUE ESPECIFICA.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TURVO, no uso de suas atribuições e de conformidade com o artigo 138, XII, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE

Art. 1º - Conceder férias de 30 (trinta) dias ao servidor abaixo especificado, no período de 25.08.2015 a 23.09.2015, com gratificação especial de 1/3 a mais do que o vencimento normal.

MATR. SERVIDOR (A) PERÍODO DE AQUISIÇÃO

1892 Monica Dordete de Freitas 12.05.2013 a 11.05.2014

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo (SC), 24 de agosto de 2015.

RONALDO CARLESSI

Prefeito Municipal

Pub. e reg. a presente Portaria nesta Secretaria na data supra.

Roberto Carlos Patel – Secretário de Adm. e Finanças.



# Urussanga

## PREFEITURA

### LEI Nº 2.727

LEI Nº 2.727, de 21 de agosto de 2015.

Autoriza o parcelamento dos débitos inscritos em dívida ativa, ajuizados ou não, ou notificados de ofício, referente a impostos, taxas e contribuição de melhoria e concede redução dos valores de juros e multas incidentes sobre os débitos, e dá outras providências.

Eu, JOHNNY FELIPPE, PREFEITO MUNICIPAL DE URUSSANGA.  
Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou, e eu sanciono a presente lei.

Art. 1º Fica concedida redução nos valores das multas e juros incidentes sobre os débitos oriundos de impostos, taxas e de contribuição de melhoria, inscritos em dívida ativa, ajuizados ou não, ou notificados de ofício, como segue:

I – de 100% (cem por cento) quando pagos em parcela única;  
II – de 90% (noventa por cento) quando pagos em até 5 (cinco) parcelas, mensais e sucessivas;  
III – de 70% (setenta por cento) quando pagos em até 10(dez) parcelas, mensais e sucessivas;  
IV - de 60% (sessenta por cento) quando pagos em até 20(vinte) parcelas, mensais e sucessivas;  
V - de 50% (oitenta por cento) quando pagos em até 30(trinta) parcelas, mensais e sucessivas.  
- 1º Na hipótese de pagamento parcelado, será firmado termo de confissão de dívida, estabelecendo os prazos e condições.

- 2º Na hipótese de pagamento ou parcelamento de débitos que sejam objeto de execução fiscal, serão devidos os honorários advocatícios de sucumbência no patamar de 10% (dez por cento) do valor atualizado da dívida, a serem pagos juntamente com o vencimento da primeira parcela.

- 3º Na hipótese de pagamento parcelado na forma prevista nos incisos I, II e III, o valor da parcela não poderá ser inferior à R\$50,00 (cinquenta reais).

- 4º Na hipótese de pagamento parcelado na forma prevista nos incisos IV e V, o valor da parcela não poderá ser inferior à R\$500,00 (quinhentos reais).

Art. 2º Vencendo 3 (três) parcelas e não pagas no prazo estipulado, as demais vencerão antecipadamente para fins de execução fiscal, perdendo o contribuinte os benefícios aplicados sobre as parcelas vincendas.

Art. 3º Os benefícios de que trata esta lei vigorarão até 31 de outubro de 2015, podendo ser prorrogada a sua vigência por decreto do Poder Executivo, desde que não ultrapassado o exercício financeiro de 2015.

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal Lydio De Brida, em Urussanga,  
21 de agosto de 2015.

JOHNNY FELIPPE  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada na Secretaria de Administração e Finanças,  
aos vinte e um dias do mês de agosto de 2015.

JOANINHA COPETTI

Assistente Administrativo

### LEI Nº 2.728

LEI Nº 2.728, de 21 de agosto de 2015.

AUTORIZA O MUNICÍPIO DE URUSSANGA A SUPLEMENTAR DOTAÇÕES DO ORÇAMENTO VIGENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Eu, JOHNNY FELIPPE, PREFEITO MUNICIPAL DE URUSSANGA.  
Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal aprovou, e eu sanciono a presente lei.

Art.1º Fica o Município de Urussanga autorizado a suplementar R\$32.900,00 (trinta e dois mil e novecentos reais) nas dotações orçamentárias abaixo:

Projeto/Atividade:  
2.012 - MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL  
(113) 4.4.90.00.00.00.00.00 – 24.000,00

Projeto/Atividade  
1.004 – AMPLIAÇÃO E REFORMA DAS UNIDADES ESCOLARES DO ENSINO INFANTIL  
(114) – 4.4.90.00.00.00.00.00 – 8.900,00

Art. 2º Fica igualmente autorizado a anular o valor de R\$32.900,00 (trinta e dois mil e novecentos reais) na dotação orçamentária abaixo:

Projeto/Atividade:  
1.002 – AMPLIAÇÃO E REFORMA DE UNIDADES ESCOLARES DO ENSINO FUNDAMENTAL  
(29) 4.4.90.00.00.00.00.00 – 32.900,00

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Lydio De Brida, em Urussanga, 21 de agosto de 2015.

JOHNNY FELIPPE  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada na Secretaria de Administração e Finanças,  
aos vinte e um dias do mês de agosto de 2015.

JOANINHA COPETTI  
Assistente Administrativo

**LEI Nº 2.729**

LEI Nº 2.729, de 21 de agosto de 2015.

AUTORIZA O MUNICÍPIO DE URUSSANGA A SUPLEMENTAR DOTAÇÕES DO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Eu, JOHNNY FELIPPE, PREFEITO MUNICIPAL DE URUSSANGA. Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal aprovou, e eu sanciono a presente lei.

Art.1º Fica o Município de Urussanga autorizado a suplementar R\$146.417,20 (cento e quarenta e seis mil, quatrocentos e dezessete reais e vinte centavos) na dotação orçamentária do Fundo Municipal de Saúde abaixo:

Projeto/Atividade:

4.043 - MANUTENÇÃO DO PROGRAMA DE ASSISTÊNCIA FARMACEUTICA

(33) - 3.3.71.00.00.00.00 – 146.417,20

Art. 2º Fica igualmente autorizado a anular o valor de R\$146.417,20 (cento e quarenta e seis mil, quatrocentos e dezessete reais e vinte centavos) nas dotações orçamentárias do Fundo Municipal de Saúde abaixo:

Projeto/Atividade:

4.001 – MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

(9) - 4 4.90.00.00.00.00.00 – 81.417,20

Projeto/Atividade:

4.016 – MANUTENÇÃO DO CENTRO DE ATENDIMENTO PSICOSSOCIAL

(48) - 3 3.90.00.00.00.00.00 – 60.000,00

(49) - 4.4.90.00.00.00.00.00 - 5.000,00

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Lydio De Brida, em Urussanga, 21 de agosto de 2015.

JOHNNY FELIPPE

Prefeito Municipal

Registrada e publicada na Secretaria de Administração e Finanças, aos vinte e um dias do mês de agosto de 2015.

JOANINHA COPETTI

Assistente Administrativo

# Vargem Bonita

## PREFEITURA

### DECRETO N.055/2015

DECRETO N.º 055/2015, de 25 de agosto de 2015  
DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE VARGEM BONITA

MELANIA APARECIDA ROMAN MENEHINI, Prefeita de Vargem Bonita – SC, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 6º da Lei Municipal n.º 1028/2014 de 02 de dezembro de 2014:

#### DECRETA:

Art. 1º - Fica o Setor de Contabilidade, autorizado a abrir crédito suplementar a seguinte dotação orçamentária do Fundo Municipal de Saúde:

ÓRGÃO 09 – SECRETARIA DE SAÚDE E BEM ESTAR SOCIAL  
UNIDADE 02 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
PROJETO ATIVIDADE 2.030 – Manutenção das Atividades de Atenção Básica de Saúde  
Modalidade 31900.00.00.01.0088.0000 – Aplicações Diretas ..... R\$ 31.880,00

Parágrafo Único - Os recursos orçamentários para fazer face ao presente crédito adicional suplementar correrão à conta do excesso de arrecadação na Fonte de Recursos 00.01.0088.0000 – Alienação de Bens destinados a Programas de Saúde, de acordo com o - 3º do artigo 43 da Lei Federal 4.320/64 ..... R\$ 31.880,00

Art. 2º - Fica o Setor de Contabilidade, autorizado a abrir crédito suplementar a seguinte dotação orçamentária do Fundo Municipal de Saúde:

ÓRGÃO 09 – SECRETARIA DE SAÚDE E BEM ESTAR SOCIAL  
UNIDADE 02 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
PROJETO ATIVIDADE 2.030 – Manutenção das Atividades de Atenção Básica de Saúde  
Modalidade 31900.00.00.01.0067.0072 – Aplicações Diretas ..... R\$ 5.880,00

Parágrafo Único - Os recursos orçamentários para fazer face ao presente crédito adicional suplementar correrão à conta do provável excesso de arrecadação na Fonte de Recursos 00.01.0067.0072 – NASF Estado, de acordo com o - 3º do artigo 43 da Lei Federal 4.320/64 ..... R\$ 5.880,00

Art. 3º - Fica o Setor de Contabilidade, autorizado a abrir crédito suplementar a seguinte dotação orçamentária do Fundo Municipal de Saúde:

ÓRGÃO 09 – SECRETARIA DE SAÚDE E BEM ESTAR SOCIAL  
UNIDADE 02 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
PROJETO ATIVIDADE 2.033 – Manutenção de Programas de Alimentação e Nutrição  
Modalidade 33900.00.00.01.0002.0000 – Aplicações Diretas ..... R\$ 10.000,00

Parágrafo Único - Os recursos orçamentários para fazer face ao presente crédito adicional suplementar correrão à conta do provável excesso de arrecadação na Fonte de Recursos 00.01.0002.0000 – Recursos de Impostos – 15% Saúde, de acordo com o - 3º do

artigo 43 da Lei Federal 4.320/64 .....  
..... R\$ 10.000,00

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Vargem Bonita, em 25 de agosto de 2015.  
MELANIA APARECIDA ROMAN MENEHINI  
Prefeita Municipal

Registrado e publicado em 25/08/2015

SUÉLEN FAVRETTO  
Secretária de Administração e Finanças

### DECRETO N.056/2015

DECRETO N.º 056/2015, de 25 de AGOSTO de 2015  
DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE VARGEM BONITA

MELANIA APARECIDA ROMAN MENEHINI, Prefeita de Vargem Bonita – SC, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 4º da Lei Municipal n.º 1028/2014 de 02 de dezembro de 2014:

#### DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto crédito adicional suplementar à seguinte dotação do Orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde:

ÓRGÃO 09 – SECRETARIA DE SAÚDE E BEM ESTAR SOCIAL  
UNIDADE 02 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
PROJETO ATIVIDADE 2.030 – Manutenção das Atividades de Atenção Básica à Saúde  
Modalidade 319000.00.01.0038.0013 – Aplicações Diretas .....  
..... R\$ 69.400,00

Parágrafo único - Os recursos orçamentários para fazer face ao presente crédito adicional suplementar correrão à conta da anulação da seguinte dotação orçamentária:

ÓRGÃO 09 – SECRETARIA DE SAÚDE E BEM ESTAR SOCIAL  
UNIDADE 02 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
PROJETO ATIVIDADE 2.030 – Manutenção das Atividades de Atenção Básica à Saúde  
Modalidade 339000.00.01.0038.0013 – Aplicações Diretas .....  
..... R\$ 49.400,00  
Modalidade 449000.00.01.0038.0013 – Aplicações Diretas .....  
..... R\$ 20.000,00

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Vargem Bonita, em 25 de agosto de 2015  
MELANIA APARECIDA ROMAN MENEHINI  
Prefeita Municipal

Registrado e publicado em 25/08/2015

SUELEN FAVRETTO  
Secretária de Administração e Finanças

# Videira

## PREFEITURA

### ANULAÇÃO TOMADA DE PREÇOS Nº 15/2015-PMV

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDEIRA

EDITAL DE TOMADA DE PREÇO Nº 15/2015-PMV

O Prefeito Municipal de Videira comunica aos interessados que o edital da licitação na modalidade TOMADA DE PREÇO Nº 15/2015-PMV, a qual tem por objeto a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REALIZAR A RECUPERAÇÃO DE PARTE DO MURO DE CONTENÇÃO (TIPO GABIÃO) NA RUA XV DE NOVEMBRO, PELAS SECRETARIAS DE PLANEJAMENTO E INFRAESTRUTURA, CONFORME MEMORIAL DESCRITIVO E PROJETOS foi anulado. Informações na Av. Manoel Roque, nº 188, fone (49) 3566-9034 ou 3566-9012.

Videira, 25 de agosto de 2015.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

### DECRETO Nº 12.321/15

DECRETO Nº 12.321/15, DE 24 DE AGOSTO DE 2015.

Nomeia Auxiliar de Serviços Gerais

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Complementar nº 129/12 e alterações, bem como na Lei Complementar nº 118/11 e alterações,

RESOLVE

Art. 1º Nomear, VIVIANE PEREIRA DE LIMA, tendo em vista sua aprovação no Concurso Público referente ao Edital nº 002/2014, homologado em 13 de fevereiro de 2015, para exercer o cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais, criado pela Lei Complementar nº 118/11 e alterações, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração de Lei.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 24 de agosto de 2015.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 24 dias do mês de agosto de 2015.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL

Secretário de Administração

### DECRETO Nº 12.322/15

DECRETO Nº 12.322/15, DE 24 DE AGOSTO DE 2015.

Nomeia Auxiliar de Serviços Gerais

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Complementar nº 129/12 e alterações, bem como na Lei Complementar nº 118/11 e alterações,

RESOLVE

Art. 1º Nomear, REGIANE MACIEL, tendo em vista sua aprovação no Concurso Público referente ao Edital nº 002/2014, homologado em 13 de fevereiro de 2015, para exercer o cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais, criado pela Lei Complementar nº 118/11 e alterações, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração de Lei.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 24 de agosto de 2015.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 24 dias do mês de agosto de 2015.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL

Secretário de Administração

### DECRETO Nº 12.323/15

DECRETO Nº 12.323/15, DE 24 DE AGOSTO DE 2015.

Nomeia Auxiliar de Serviços Gerais

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Complementar nº 129/12 e alterações, bem como na Lei Complementar nº 118/11 e alterações,

RESOLVE

Art. 1º Nomear, ANA PAULA RODRIGUES, tendo em vista sua aprovação no Concurso Público referente ao Edital nº 002/2014, homologado em 13 de fevereiro de 2015, para exercer o cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais, criado pela Lei Complementar nº 118/11 e alterações, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração de Lei.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 24 de agosto de 2015.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 24 dias do mês de agosto de 2015.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL  
Secretário de Administração

**DECRETO Nº 12.324/15**

DECRETO Nº 12.324/15, DE 24 DE AGOSTO DE 2015.

Nomeia Auxiliar de Serviços Gerais

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Complementar nº 129/12 e alterações, bem como na Lei Complementar nº 118/11 e alterações,

RESOLVE

Art. 1º Nomear, FRANCIELLE APARECIDA HELEODORO DE BAIRROS, tendo em vista sua aprovação no Concurso Público referente ao Edital nº 002/2014, homologado em 13 de fevereiro de 2015, para exercer o cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais, criado pela Lei Complementar nº 118/11 e alterações, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração de Lei.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 24 de agosto de 2015.  
WILMAR CARELLI  
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 24 dias do mês de agosto de 2015.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL  
Secretário de Administração

**DECRETO Nº 12.325/15**

DECRETO Nº 12.325/15, DE 24 DE AGOSTO DE 2015.

Nomeia Auxiliar de Serviços Gerais

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Complementar nº 129/12 e alterações, bem como na Lei Complementar nº 118/11 e alterações,

RESOLVE

Art. 1º Nomear, DEIZE WERNER BARBOSA, tendo em vista sua aprovação no Concurso Público referente ao Edital nº 002/2014, homologado em 13 de fevereiro de 2015, para exercer o cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais, criado pela Lei Complementar nº 118/11 e alterações, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração de Lei.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 24 de agosto de 2015.  
WILMAR CARELLI  
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 24 dias do mês de agosto de 2015.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL  
Secretário de Administração

**DECRETO Nº 12.326/15**

DECRETO Nº 12.326/15, DE 24 DE AGOSTO DE 2015.

Nomeia Auxiliar de Serviços Gerais

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Complementar nº 129/12 e alterações, bem como na Lei Complementar nº 118/11 e alterações,

RESOLVE

Art. 1º Nomear, ELIZETE MARIA DE SOUZA FERNANDES, tendo em vista sua aprovação no Concurso Público referente ao Edital nº 002/2014, homologado em 13 de fevereiro de 2015, para exercer o cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais, criado pela Lei Complementar nº 118/11 e alterações, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração de Lei.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 24 de agosto de 2015.  
WILMAR CARELLI  
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 24 dias do mês de agosto de 2015.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL  
Secretário de Administração

**DECRETO Nº 12.327/15**

DECRETO Nº 12.327/15, DE 24 DE AGOSTO DE 2015.

Nomeia Professor – Área de Atuação: Educação Infantil

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Complementar nº 130/12 e alterações, bem como na Lei Complementar nº 122/12 e alterações,

RESOLVE

Art. 1º Nomear, CASSIA REGINA ZANINI, tendo em vista sua aprovação no Concurso Público referente ao Edital nº 003/2014, homologado em 17 de dezembro de 2014, para exercer o cargo de provimento efetivo de Professor – Área de Atuação: Educação Infantil, criado pela Lei Complementar nº 122/12 e alterações, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração de Lei.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.



Videira, 24 de agosto de 2015.  
WILMAR CARELLI  
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 24 dias do mês de agosto de 2015.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL  
Secretário de Administração

### **PORTARIA Nº 0627/15**

PORTARIA nº 0627/15

Autoriza o Uso do Centro de Eventos Vitória - CEVI

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 125, parágrafo 4º, da Lei Orgânica do Município, e a vista do que consta no Processo Administrativo nº 14.361/2015.

#### **RESOLVE**

Art. 1º Autorizar o uso do espaço do Centro de Eventos Vitória - CEVI, pelo Lions Clube Videira Centro, no dia de 14 de outubro de 2015, a partir das 20h00min às 22h00min, a fim de realizar a abertura das comemorações do 60º ano de fundação Lions Clube Videira Centro, nos dias 14 a 30 de outubro de 2015 para exposição histórica da existência e trajetória do Lions Clube Videira Centro.

-1º Os responsáveis pela organização do evento se comprometem a garantir as condições abaixo especificadas:

- Serviço de segurança no local do evento;
- Proibição de venda de produtos fumíferos (cigarros, charutos, etc), bebidas alcoólicas ou embaladas em garrafas de vidro, bem como lanches;
- Proibição de instalação de objetos e/ou equipamentos ou similares que possam danificar o local;
- Responsabilizar-se pelo uso e conservação dos bens pertencentes ao patrimônio público;
- Ao pagamento da taxa referente ao ECAD – Escritório Central de Arrecadação de Direitos Autorais, no prazo de 72 (setenta e duas) horas antes da realização do evento, nos casos de utilização de músicas de artistas que estão em atividade ou, que faleceram há menos de 70 (setenta) anos;
- Será de responsabilidade exclusiva da entidade, o pagamento de quaisquer despesas, tributos, tarifas, emolumentos, ou contribuições, federais, estaduais ou municipais, que decorram da presente autorização, bem como da atividade para a qual a presente autorização lhe é concedida, cabendo-lhe providenciar, especialmente os alvarás e seguros obrigatórios legalmente exigíveis e quaisquer outras exigências legais;
- Recolher imediatamente, ao término do evento, o material utilizado e deixar o local nas mesmas condições que foi encontrado;
- Não ceder o uso da área a terceiros, nem utilizá-la para fim diverso do ora estipulado;
- Recolher imediatamente, ao término do evento, o material utilizado e deixar o local nas mesmas condições que foi encontrado;
- Acondicionar o lixo acumulado durante o evento em sacos plásticos e colocá-lo em local apropriado;
- Em caso de extravio e/ou dano, total ou parcial, dos bens utilizados, obrigar-se-ão ao ressarcimento dos prejuízos decorrentes.

-2º A fim de apurar eventuais danos cabe a Secretaria Municipal de Turismo e Cultura, através de servidor devidamente qualificado, vistoriar e atestar, por meio de termo de devolução, as condições das dependências do Centro de Eventos Vitória quando da devolução do mesmo.

-3º A Prefeitura Municipal de Videira fica isenta de qualquer casuística sobre os participantes do referido evento, ficando os organizadores inteiramente responsáveis pelos mesmos.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 454/15.

Videira, 24 de agosto de 2015.  
WILMAR CARELLI  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 24 dias do mês de agosto de 2015.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL  
Secretário de Administração

### **PORTARIA Nº 0628/15**

PORTARIA nº 0628/15

Autoriza o Uso do Centro de Eventos Vitória - CEVI

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 125, parágrafo 4º, da Lei Orgânica do Município, e a vista do que consta no Processo Administrativo nº 13.531/2015.

#### **RESOLVE**

Art. 1º Autorizar o uso do espaço do Centro de Eventos Vitória - CEVI, pelo Ministério da Mulher da Igreja Adventista do 7º Dia, no dia 19 de setembro de 2015, a partir das 07h00min às 19h00min, a fim de realizar um Congresso de Mulheres, com o tema "Um Novo Tempo".

-1º Os responsáveis pela organização do evento se comprometem a garantir as condições abaixo especificadas:

- Serviço de segurança no local do evento;
- Proibição de venda de produtos fumíferos (cigarros, charutos, etc), bebidas alcoólicas ou embaladas em garrafas de vidro, bem como lanches;
- Proibição de instalação de objetos e/ou equipamentos ou similares que possam danificar o local;
- Proibição de realização de almoço no local do evento;
- Responsabilizar-se pelo uso e conservação dos bens pertencentes ao patrimônio público;
- Ao pagamento da taxa referente ao ECAD – Escritório Central de Arrecadação de Direitos Autorais, no prazo de 72 (setenta e duas) horas antes da realização do evento, nos casos de utilização de músicas de artistas que estão em atividade ou, que faleceram há menos de 70 (setenta) anos;
- Será de responsabilidade exclusiva da entidade, o pagamento de quaisquer despesas, tributos, tarifas, emolumentos, ou contribuições, federais, estaduais ou municipais, que decorram da presente autorização, bem como da atividade para a qual a presente autorização lhe é concedida, cabendo-lhe providenciar, especialmente os alvarás e seguros obrigatórios legalmente exigíveis e quaisquer outras exigências legais;
- Recolher imediatamente, ao término do evento, o material utilizado e deixar o local nas mesmas condições que foi encontrado;
- Não ceder o uso da área a terceiros, nem utilizá-la para fim diverso do ora estipulado;
- Recolher imediatamente, ao término do evento, o material utilizado e deixar o local nas mesmas condições que foi encontrado;
- Acondicionar o lixo acumulado durante o evento em sacos plásticos e colocá-lo em local apropriado;



I. Em caso de extravio e/ou dano, total ou parcial, dos bens utilizados, obrigar-se-ão ao ressarcimento dos prejuízos decorrentes.

-2º A fim de apurar eventuais danos cabe a Secretaria Municipal de Turismo e Cultura, através de servidor devidamente qualificado, vistoriar e atestar, por meio de termo de devolução, as condições das dependências do Centro de Eventos Vitória quando da devolução do mesmo.

-3º A Prefeitura Municipal de Videira fica isenta de qualquer casuallidade sobre os participantes do referido evento, ficando os organizadores inteiramente responsáveis pelos mesmos.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 454/15.

Videira, 24 de agosto de 2015.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 24 dias do mês de agosto de 2015.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL

Secretário de Administração

### **PORTARIA Nº 0629/15**

PORTARIA nº 0629/15

Autoriza o Uso do Largo da Estação Ferroviária

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 125, parágrafo 4º, da Lei Orgânica do Município, e a vista do que consta no Processo Administrativo nº 14.344/2015;

#### **RESOLVE**

Art. 1º Autorizar o uso do espaço do Largo da Estação Ferroviária, pela empresa De Marco Renault, nos dias 17 a 18 de setembro de 2015, das 08h30min às 12h00min e das 13h30min às 18h30min, a fim de realizar divulgação de veículos.

-1º Os responsáveis pela organização do evento se comprometem a garantir as condições abaixo especificadas:

- Serviço de segurança no local do evento;
- Fica vedado a instalação de objetos e/ou equipamentos ou similares que possam danificar a o local;
- Responsabilizar-se pelo uso e conservação dos bens pertencentes ao patrimônio público;
- Não ceder o uso da área a terceiros, nem utilizá-la para fim diverso do ora estipulado;
- Ao pagamento da taxa referente ao ECAD – Escritório Central de Arrecadação de Direitos Autorais, no prazo de 72 (setenta e duas) horas antes da realização do evento, nos casos de utilização de músicas de artistas que estão em atividade ou, que faleceram há menos de 70 (setenta) anos;
- Será de responsabilidade exclusiva da entidade, o pagamento de quaisquer despesas, tributos, tarifas, emolumentos, ou contribuições, federais, estaduais ou municipais, que decorram da presente autorização, bem como da atividade para a qual a presente autorização lhe é concedida, cabendo-lhe providenciar, especialmente os alvarás e seguros obrigatórios legalmente exigíveis e quaisquer outras exigências legais;
- Recolher imediatamente, ao término do evento, o material utilizado e deixar o local nas mesmas condições que foi encontrado;

h. Acondicionar o lixo acumulado durante o evento em sacos plásticos e colocá-lo em local apropriado;

i. Em caso de extravio e/ou dano, total ou parcial, dos bens utilizados, obrigar-se-ão ao ressarcimento dos prejuízos decorrentes.

-2º A Prefeitura Municipal de Videira fica isenta de qualquer casuallidade sobre os participantes do referido evento, ficando a empresa De Marco Renault inteiramente responsável pelos mesmos.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 24 de agosto de 2015.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 24 dias do mês de agosto de 2015.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL

Secretário de Administração

### **PORTARIA Nº 0630/15**

PORTARIA nº 0630/15

Concede Licença Prêmio

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 221 da Lei Complementar nº 129/12 e, à vista do que consta no Processo Administrativo nº 13870/2015,

#### **RESOLVE**

Conceder Licença Prêmio de 03 (três) meses ao servidor VALMIR CORDEIRO DA SILVA, Trabalhador Braçal, de 03 de novembro de 2015 até 03 de fevereiro de 2016, referente ao quinquênio de 16 de março de 2010 até 15 de março de 2015.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, produzindo seus efeitos a partir de 03 de novembro de 2015.

Videira, 24 de agosto de 2015.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 24 dias do mês de agosto de 2015.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL

Secretário de Administração

### **PORTARIA Nº 0631/15**

PORTARIA nº 0631/15

Concede Adicional de Pós-Graduação

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Complementar Municipal nº 118/11, de 21 de dezembro de 2011, e à vista do que consta no Processo Administrativo nº 13593/2015.

#### **RESOLVE**

Conceder Adicional de Pós-Graduação Lato Sensu, ao servidor FABIO DE OLIVEIRA WONZOSKI, ocupante do cargo de Profissional

De Educação Física – Basquete, a partir 10 de agosto de 2015.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 10 de agosto de 2015.

Videira, 24 de agosto de 2015.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 24 dias do mês de agosto de 2015.

VALMOR LUIZ DALL ´AGNOL

Secretário de Administração

### **PORTARIA Nº 0632/15**

PORTARIA nº 0632/15

Designa Servidora para substituir Presidente da Comissão de Sindicância nomeada pela Portaria nº 0414/14, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a solicitação da presidente da comissão de sindicância, bem como com o Despacho do Sr. Secretário de Administração, de fls. 280;

RESOLVE

Art. 1º Designar a servidora MIRIAM PASTORE VIECELLI, para exercer as funções de Presidente da Comissão de Sindicância, nomeada pela Portaria nº 0414/14, em substituição a servidora PATRICIA MARQUES DE LIMA.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 24 de agosto de 2015.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 24 dias do mês de agosto de 2015.

VALMOR LUIZ DALL ´AGNOL

Secretário de Administração

### **PORTARIA Nº 0633/15**

PORTARIA nº 0633/15

Autoriza Interdição de Ruas

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e, à vista do contido no Processo Administrativo nº 14477/2015,

RESOLVE

Art. 1º Autorizar a Interdição da Avenida Manoel Roque, em toda a sua extensão, nos dias 6 e 7 de setembro de 2015, a partir das 19:00h do dia 06 de setembro.

Art. 2º Autorizar a interdição das seguintes ruas, no dia 7 de setembro de 2015, a partir das 06:30h, para a Realização de Desfile Cívico alusivo às comemorações do Dia da Independência do Brasil:

I – Rua Juvelino Pires Curuca (toda extensão);

II – Rua Lauro Müller (esquina com a Rua Benjamim Graziotin sentido Rua Alberto Zoller e Rua Campos Novos);

III – Rua Antônio Ferlin (esquina com a Rua Lauro Müller até a Rua Adolfo Konder e Rua Alberto Leal);

IV – Rua José Formigheri (esquina com Avenida Manoel Roque até esquina com a Rua Fernando Egger);

V – Rua Antônio Pinto (esquinas entre a Rua Adolfo Konder e a Rua Vigário Lourenço);

VI - Alberto Zoller (esquina com a Rua Lauro Müller até a Rua Adolfo Konder);

VII – Rua Fiorindo Pires (toda a extensão)

VIII – Rua Adolfo Konder (esquina com a rua Antonio pinto até a Rua Alberto Zoler).

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 24 de agosto de 2015.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 24 dias do mês de agosto de 2015.

VALMOR LUIZ DALL ´AGNOL

Secretário de Administração

### **PREGÃO PRESENCIAL Nº 111/2015-PMV**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDEIRA

JULGAMENTO DO RECURSO

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 111/2015-PMV

O Sr. Prefeito Municipal de Videira torna público o julgamento do recurso interposto pela empresa MR COMÉRCIO E SERVIÇOS DE SOM LTDA. – ME no processo licitatório em epígrafe, cujo objeto é a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA LOCAÇÃO DE BANHEIROS QUÍMICOS, ESTRUTURAS DE PALCOS, TENDAS, CAMARINS, ESTANDES, SISTEMAS DE SONORIZAÇÃO, SEGURANÇAS, TRANSPORTES DOS ARTISTAS E SUA PRODUÇÃO, NECESSÁRIOS PARA ATENDER AS DEMANDAS DA EXPOVIDEIRA 2015, A SER REALIZADA PELA SECRETARIA DE TURISMO E CULTURA, o qual foi conhecido e, no mérito, julgado IMPROCEDENTE.

Videira, 24 de agosto de 2015.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

**PREGÃO PRESENCIAL Nº 141/2015 - PMV**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VIDEIRA

PREGÃO PRESENCIAL Nº 141/2015 - PMV

O Prefeito Municipal de Videira torna público que fará realizar o Pregão Presencial nº 141/2015 - PMV. 1. OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PRESTAR SERVIÇOS DE LIMPEZA E ASSISTÊNCIA TÉCNICA EM APARELHOS CONDICIONADORES DE AR DE USO DA DELEGACIA DE POLÍCIA REGIONAL DE VIDEIRA. 2. TIPO: MENOR PREÇO POR LOTE. 3. ENTREGA/PROTOCOLO DOS ENVELOPES E CREDENCIAMENTO: até as 14:00 horas do dia 17/09/2015. Abertura da sessão no mesmo dia às 14:00 horas. 4. OBTENÇÃO DO EDITAL: O Edital e seus anexos encontram-se à disposição dos interessados no site: [www.videira.sc.gov.br](http://www.videira.sc.gov.br). 5. INFORMAÇÕES: Através dos telefones (49) 3566-9026.

Videira/SC, 25 de Agosto 2015.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

---

**CÂMARA MUNICIPAL**

---

**EXTRATO CONTRATO Nº 07/2015 - CMV**

Contrato nº: 07/2015 - CMV

Data de Assinatura: 25/08/2015

Contratada: Funilaria Estrela Bertolin Ltda - ME.

Valor Total: R\$ 5.000,00 (cinco mil reais)

Licitação: Pregão Presencial 03/2015 – CMV

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REALIZAR CONserto NO TELHADO DO PRÉDIO DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES, SENDO: SUBSTITUIÇÃO DE CALHAS, RUFO, ALGEROSA, VEDANTE E MANTA ASFÁLTICA, INCLUINDO MATERIAL E MÃO DE OBRA.

**HOMOLOGAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 03/2015 - CMV**

A Câmara Municipal de Vereadores de Videira no mês 08/2015, comunica a homologação dos seguintes atos:

PREGÃO PRESENCIAL Nº 03/15

HOMOLOGAÇÃO: 25/08/15

CONTRATADA: Funilaria Estrela Bertolin Ltda - ME.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REALIZAR CONserto NO TELHADO DO PRÉDIO DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES, SENDO: SUBSTITUIÇÃO DE CALHAS, RUFO, ALGEROSA, VEDANTE E MANTA ASFÁLTICA, INCLUINDO MATERIAL E MÃO DE OBRA.

VALOR DA DESPESA: R\$ 5.000,00 (cinco mil reais).

CHRISTIANE ZIMMER - Presidente.

# Vitor Meireles

## PREFEITURA

**Decreto n.º 038/2015**

DECRETO n.º 038/2015

Suplementa Dotações Orçamentárias por provável excesso de arrecadação e Estabelece Outras Providências.

LOURIVAL LUNELLI, Prefeito Municipal de Vitor Meireles, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e fundamentos legais estabelecidos pela Lei Municipal nº 0900, de 18/11/2014.

DECRETA:

Art. 1º - Ficam suplementadas as seguintes dotações orçamentárias, pelo provável excesso de arrecadação:

0801 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

10.301.007.2011 – Manut. do Dep de Saúde e Assistência Médica

31000000.00 – Pessoal e Encargos Sociais

31900000.00 – Aplicações Diretas

0.1.3802 – Gestão do SUS - ESF ..... R\$ 13.500,00

0801 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

10.301.007.2011 – Manut. do Dep de Saúde e Assistência Médica

33000000.00 – Outras Despesas Correntes

33900000.00 – Aplicações Diretas

0.1.3800 – Transf. SUS/UNIÃO ..... R\$ 100.000,00

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 0659/09 e do Decreto nº 055/11, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Vitor Meireles (SC), 25 de Agosto de 2015.

LOURIVAL LUNELLI

Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO NA DATA

VITOR MEIRELES/SC, \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_.

PUBLICADO DE ACORDO COM O DECRETO Nº 055/11.

# Xanxerê

## PREFEITURA

### CONVITE AUDIÊNCIA PÚBLICA

PREFEITURA MUNICIPAL DE XANXERÊ  
CONVITE PARA AUDIÊNCIA PÚBLICA

A Prefeitura Municipal de Xanxerê, em observância a Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF, convida a comunidade em geral para AUDIÊNCIA PÚBLICA de Discussão da LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias e LOA - Lei Orçamentária Anual para o exercício de 2016. A audiência será realizada no dia 28 de agosto de 2015 (sexta-feira), às 14 horas, no Auditório da Prefeitura Municipal de Xanxerê, localizado na Rua Doutor José de Miranda Ramos, 455. Xanxerê - SC, 25 de agosto de 2015.

ADEMIR JOSÉ GASPARINI  
Prefeito Municipal

### DECRETO Nº AJG 178/2015

DECRETO Nº AJG 178/2015 de 21 de agosto de 2015.  
ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO GERAL DO MUNICÍPIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ADEMIR JOSÉ GASPARINI

Prefeito Municipal de Xanxerê SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelos incisos III e VII do Artigo 69 da Lei Orgânica Municipal e Lei Municipal nº AJG 3.713/2014 de 08.12.2014.

#### DECRETA

Art. 1º - Fica pelo presente decreto aberto crédito adicional suplementar no orçamento geral do Município, no valor de R\$ 90.830,00 (Noventa mil oitocentos e trinta reais) para a suplementação da seguinte programação de despesa:

12 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

12.1201.08.0244.0801.2026 – Manutenção do Fundo de Assistência Social

12.1201.08.0244.0801.2026.33500000.0100 – Transf. a inst. privadas R\$ 90.830,00

Art. 2º - Para satisfazer a abertura do crédito adicional suplementar de que trata o artigo anterior será anulada parcialmente as seguintes programações de despesas:

12 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

12.1201.08.0244.0801.2026 – Manutenção do Fundo de Assistência Social

12.1201.08.0244.0801.2026.33900000.0100 – Aplicações Diretas R\$ 90.830,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor nesta data, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE XANXERÊ SC

Em 21 de Agosto de 2015.

ADEMIR JOSÉ GASPARINI  
Prefeito Municipal

### DECRETO Nº AJG 179/2015

DECRETO Nº AJG 0179/2015

ALTERA A COMPOSIÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE DEFESA DO CONSUMIDOR - CONDECON, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ADEMIR JOSÉ GASPARINI, Prefeito Municipal de Xanxerê, SC, no uso das atribuições de seu cargo e com fundamento no artigo 69, incisos III e VIII, da Lei Orgânica Municipal,

Considerando que o Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil, Subseção de Xanxerê/SC – OAB - informou a troca de seu representante no Conselho Municipal de defesa do consumidor – CONDECON;

#### DECRETA

Art. 1º. Fica alterada a representatividade da Ordem dos Advogados do Brasil- OAB no Conselho Municipal de Defesa do Consumidor - CONDECON, art. 1º, inciso IV, do decreto nº AJG 070/2013, de 05.02.2013, passando a ter a seguinte representação:

IV - OAB subseção de Xanxerê

GERSON CATALAN - Titular  
DARCI SONAGLIO - Suplente

Art. 2º. Permanecem em vigor as demais disposições contidas no Decreto nº AJG 070/2013, de 05.02.2013 e Decreto nº AJG 0254/2014, de 06.10.2014.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Xanxerê/SC, 25 de agosto de 2015.

ADEMIR JOSÉ GASPARINI  
Prefeito Municipal

### PORTARIA Nº RH AJG 174/2015

PORTARIA Nº RH-AJG 174/2015

CONCEDE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

ADEMIR JOSÉ GASPARINI

Prefeito Municipal de Xanxerê, SC,

No uso de suas atribuições legais estabelecidas pela Lei Orgânica Municipal Artigo 69 inciso VI e VIII e Lei nº HW 1.776/91, Lei Complementar nº AM 2907/06, Decreto AM 096/08 e Lei BLB 3109/09. RESOLVE

CONCEDER a pedido, Licença Prêmio por assiduidade por um período de 30 (trinta) dias a partir de 24.08.2015 a 22.09.2015, a Servidora Pública Municipal Senhora NEIVA LUCIA PIASSESKI, nacionalidade brasileira, separada judicialmente, residente e domiciliada nesta cidade de Xanxerê - SC. portador (a) da CI nº 1.785.386-9 e CPF Nº 660.168.439-20, nomeada conforme Decreto nº AM 051/08 no cargo de PROFESSORA MAGISTÉRIO – ENSINO FUNDAMENTAL 1º A 4º SÉRIES, com 20 (vinte) horas semanais vinculada a Secretaria Municipal de Educação.

O deferimento atende ao requerimento protocolado sob nº 3109/2015, datado de 25.08.2015.

A licença prêmio concedida refere-se ao período de:  
22.05.2009 até 21.05.2012 (22 dias).  
22.05.2012 até 21.05.2015 (08 dias).

Esta portaria entra em vigor nesta data, retroagindo seus efeitos administrativos e financeiros ao dia 24.08.2015.

Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE XANXERÊ, SC.  
Em 25 de Agosto de 2015.  
ADEMIR JOSÉ GASPARINI  
Prefeito Municipal

### **RESCISÃO DE CONTRATO N° 0008/2015**

Rescisão de Contrato nº 0008/2015

Contratante: Município de Xanxerê.

Contratada: CPL Assessoria e Desenvolvimento Ltda.

Objeto: Locação e Manutenção de Software para uso na Secretaria do Desenvolvimento Agropecuário.

Fica rescindido o contrato de Prestação e Serviço a partir da presente data.

Xanxerê-SC, 24 de agosto de 2015. Ademir José Gasparini – Pref. Municipal.



## Consórcios

### CIGA

#### **AVISO DE LICITAÇÃO Nº 03/2015 - PROCESSO Nº 17/2015 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 02/2015**

Aviso de Licitação nº 03/2015

Processo nº 17/2015 - Pregão Eletrônico nº 02/2015

O Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal (CIGA) torna público que realizará licitação na modalidade Pregão Eletrônico, n.º 02/2015/CIGA.

OBJETO: efetuar registro de preços, com prazo máximo de 12 (doze) meses, para futuras aquisições de equipamentos, materiais de informática e eletroeletrônicos, conforme especificações contidas neste Edital.

Serão observados os seguintes horários e datas para os procedimentos que seguem:

- Início do Acolhimento das Propostas: 27/08/2015 às 08 horas.
- Data de Abertura das Propostas: 10/09/2015 às 08 horas.
- Data da Sessão do Pregão e horário da disputa: 10/09/2015 às 13 horas.

EDITAL COMPLETO: À disposição dos interessados, na Rua Santos Saraiva, n.º 1546, Bairro Estreito, CEP 88.070-101, Florianópolis/SC, no horário das 9 (nove) às 11:30 (onze e trinta) e das 13:30 (treze e trinta) às 17 (dezessete) horas. Edital disponível no site [www.ciga.sc.gov.br](http://www.ciga.sc.gov.br).

BASE LEGAL: Leis n.º 8.666/93 e 10.520/02 e Lei Complementar nº 123/06 e demais legislação pertinente.

Eventuais dúvidas poderão ser esclarecidas da seguinte maneira:

- E-mail: [ciga@ciga.sc.gov.br](mailto:ciga@ciga.sc.gov.br)
- Site: [www.ciga.sc.gov.br](http://www.ciga.sc.gov.br)
- Endereço: Rua Santos Saraiva, nº 1546, Estreito, Florianópolis/SC, CEP 88.070-101

Florianópolis, 25 de agosto de 2015.

MARCELLO ANDRÉ PREVIDI

Analista de Sistemas do CIGA

Pregoeiro do CIGA

### CIMCATARINA

#### **AVISO DE CHAMADA PÚBLICA Nº 0009/2015 - PNEUS**

AVISO DE CHAMADA PÚBLICA PARA PRÉ-QUALIFICAÇÃO DE BENS

EDITAL Nº 0009/2015

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 0126/2015

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE – CIMCATARINA, torna público que realizará CHAMADA PÚBLICA para PRÉ-QUALIFICAÇÃO DE BENS, para formação de um cadastro para futuras aquisições de Pneus e Correlatos, com base na Resolução nº 005 de 16 de março de 2015. A entrega das propostas e amostras com a indicação das especificações técnicas, (sem indicação de preço) dos bens a serem submetidos à avaliação terá início em 08/09/2015 e serão recebidas até 31/12/2015 na sede do CIMCATARINA, de segunda a sexta-feira das 08:00 às 12:00 horas e das 13:30 às 17:30 horas. Informações e/ou cópia na íntegra deste Edital: Rua Nereu Ramos, nº 761, 1º Andar, Sala 01, Centro. Fone (49) 3246 1206. Site: [www.cimcatarina.sc.gov.br](http://www.cimcatarina.sc.gov.br).

Fraiburgo(SC), 25 de agosto de 2015

Elói Rönna – Diretor Executivo

#### **AVISO DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 0017/2015 - MATERIAIS DE EXPEDIENTE**

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 0017/2015

REGISTRO DE PREÇOS Nº 0018/2015

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de Materiais de Expediente e Correlatos, para uso dos Órgãos Participantes do Consórcio Intermunicipal Catarinense - CIMCATARINA: Municípios de Abdon Batista, Brunópolis, Caçador, Curitiba, Fraiburgo, Frei Rogério, Ibiam, Iomerê, Macieira, Matos Costa, Monte Carlo, Pinheiro Preto, Rio das Antas, Salto Veloso, Tangará, Timbó Grande, Videira e o Consórcio Intermunicipal Catarinense – CIMCATARINA, durante o período de 01 de outubro de 2015 à 31 de março de 2016. JULGAMENTO: Menor Preço POR ITEM. RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: das 08:00 horas do dia 26/08/2015 até às 09:00 horas do dia 09/09/2015. ABERTURA E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS: das 09:01 às 09:30 horas do dia 09/09/2015. INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: às 09:31 horas do dia 09/09/2015. REFERÊNCIA DE TEMPO: horário de Brasília (DF). LOCAL: [www.bll](http://www.bll).

org.br. Acesso Identificado. Informações e/ou cópia na íntegra deste Edital: Rua Nereu Ramos, nº 761, 1º Andar, Sala 01. Fone (49) 3246 1206. Site: [www.cimcatarina.sc.gov.br](http://www.cimcatarina.sc.gov.br).

Fraiburgo (SC), 25 de agosto de 2015.

Elói Rönna – Diretor Executivo do CIMCATARINA

## **RESOLUÇÃO Nº 0022\_2015**

Resolução nº 0022/2015.

Dispõe sobre a nomeação de Comissão Especial para o Processo Administrativo nº 0126/2015, Edital nº 0009/2015-CIMCATARINA, Chamada Pública para Pré-Qualificação de Bens e dá outras providências.

O Diretor Executivo do Consórcio Intermunicipal Catarinense - CIMCATARINA, Sr. Elói Rönna, no uso de suas atribuições legais, contratuais e estatutárias, em cumprimento as disposições do Protocolo de Intenções, do Contrato de Consórcio Público e do Estatuto do CIMCATARINA, CONSIDERANDO as disposições da Lei 8.666/93, Lei 10.520/02, Lei 11.107/05, Decreto Federal 6.017/07 e Resolução 005/2015.

RESOLVE:

Art. 1º Nomear Comissão Especial para o Processo Administrativo nº 0126/2015, Edital nº 0009/2015-CIMCATARINA, Chamada Pública para Pré-Qualificação de Bens, com a função de receber, examinar e julgar todos os documentos e procedimentos relativos à pré-qualificação de bens, ficando assim composta:

I – Claudinei Marcio Morsoleto – CIMCATARINA - Presidente;

II – Mauro Marcelo Cizeski – CIMCATARINA – Membro;

III – Luiz Fernando Raldi – CIMCATARINA – Membro.

Art. 2º. Esta resolução entra a vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, em especial a resolução n. 0010/2015.

Fraiburgo, 25 de agosto de 2015.

Elói Rönna

Diretor Executivo do CIMCATARINA

---

## **CIS NORDESTE**

---

### **EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 005/2015-CISNORDESTE/SC**

EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 005/2015-CISNORDESTE/SC

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 034/2015

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO NORDESTE DE SANTA CATARINA - CISNORDESTE/SC Consórcio Público, constituído na forma de Associação Pública, com personalidade jurídica de direito público e natureza autárquica, inscrito no CNPJ sob o nº 03.222.337/0001-31, com sede na Rua Max Colin, 1843, Bairro América, CEP 89.204 635, em Joinville, Estado de Santa Catarina, neste ato representado por seu Presidente, Sr. José Chaves, prefeito do município de Garuva, no uso de suas atribuições, por intermédio de sua Pregoeira e Equipe de Apoio designados pela Resolução nº 02/2015, com fundamento na Lei nº 10.520/2002, Decretos nº 3.555/2000 e nº 5.450/2005, Resolução nº 02/2014-CISNORDESTE/SC, disposições previstas neste Edital e seus Anexos e, no que couber, Lei nº 8.666/93, comunica aos interessados que fará realizar licitação na modalidade "PREGÃO ELETRÔNICO", por meio de sistema eletrônico, sob regime de MENOR PREÇO GLOBAL, objetivando a escolha da proposta mais vantajosa para contratação de software de Controle de Processo Administrativo Licitatório, de acordo com os quantitativos estimados nas descrições abaixo e especificações constantes no Termo de Referência, parte integrante deste Edital e que se constitui no ANEXO I, a ser utilizado pelo CISNORDESTE/SC e municípios consorciados.

TIPO: MENOR PREÇO GLOBAL

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: das 08h00m do dia 27/08/2015 até às 09h00m do dia 09/09/2015.

INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: às 10h01m do dia 09/09/2015.

REFERÊNCIA DE TEMPO: Horário de Brasília (DF)

LOCAL: [www.bll.org.br](http://www.bll.org.br) "Acesso Identificado"

OBTENÇÃO DO EDITAL: No site [www.cisamunesc.org.br](http://www.cisamunesc.org.br) ou no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina ([www.diariomunicipal.sc.gov.br/site/](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br/site/)) ou na sede do CISNORDESTE/SC.

FORMALIZAÇÃO DE CONSULTAS/ENCAMINHAMENTOS:

Endereço: Rua Max Colin, nº 1843, Bairro América, CEP 89.204 635, em Joinville, SC

E-mail: [cisamunesc@cisamunesc.org.br](mailto:cisamunesc@cisamunesc.org.br) Telefone/Fax: (47) 34229838

#### **1 DO OBJETO**

0.1 O presente pregão tem como objeto a contratação de software de Controle de Processo Administrativo Licitatório para ser utilizado pelo CISNORDESTE/SC e municípios consorciados, de acordo com os quantitativos estimados nas descrições abaixo e especificações constantes no Termo de Referência, parte integrante deste Edital e que se constitui no ANEXO I.

ITEM	QTDE	UNID.	DESCRIÇÃO
1	17	Licença	Licença de uso de software de Controle de Processo Administrativo Licitatório, não exclusivo, para uso de forma temporária, não transferível, oneroso, sem limitação quanto ao número de usuários simultâneos, composta por: Cadastros, Controle de Execução de Processos e Relatórios, incluindo atualização legal, corretiva, evolutiva e suporte técnico e Hospedagem do Software.
2	1	Serviço	Serviços técnicos especializados de: - Implantação dos sistemas - Conversão dos dados existentes - Capacitação dos usuários
3	36	Hora	Hora Técnica para Serviços Especiais

1.2 Cada Município e o respectivo Fundo Municipal de Saúde, mesmo que com CNPJ's diversos e/ou com vários usuários cadastrados, serão considerados como 1 (uma) licença, independentemente do número de usuários cadastrados.

1.3 O quantitativo de licenças apresentado na tabela do item 1.1 consiste na soma do número de municípios consorciados e CISNORDESTE/SC, mas não necessariamente usuários do sistema.

1.4 Ressalva-se que o número de licenças a ser pago mensalmente poderá ser inferior à quantidade apresentada na tabela acima, tendo em vista que serão pagas, a cada mês, apenas as licenças dos Municípios com Atas de Registro de Preços vigentes no mês anterior ao do pagamento, sendo a licença do CISNORDESTE/SC isenta.

1.5 A quantidade de horas técnicas apresentada no item 3 é estimada, podendo ser realizadas em número inferior ou superior, conforme a necessidade e desde que autorizadas pelo CISNORDESTE/SC.

## 1 DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1 O Pregão, na forma Eletrônica será realizado em sessão pública, por meio da INTERNET, mediante condições de segurança - criptografia e autenticação - em todas as suas fases através do Sistema de Pregão, na Forma Eletrônica (licitações) da Bolsa de Licitações e Leilões.

1.2 Os trabalhos serão conduzidos pelo Consórcio Intermunicipal de Saúde do Nordeste de Santa Catarina, denominado Pregoeiro, mediante a inserção e monitoramento de dados gerados ou transferidos para o aplicativo "Licitações" constante da página eletrônica da Bolsa de Licitações e Leilões ([www.bll.org.br](http://www.bll.org.br)).

## 3 RECEBIMENTO E ABERTURA DAS PROPOSTAS E DATA DO PREGÃO

3.1 As propostas serão recebidas exclusivamente em meio eletrônico, na página [www.bll.org.br](http://www.bll.org.br), das 08h00m do dia 27/08/2015 até às 09h00m horas do dia 09/09/2015, iniciando a sessão de disputa de preços às 10h01m do dia 09/09/2015, tendo por referência o horário de Brasília (DF).

3.2 As propostas dos licitantes poderão ser enviadas, substituídas e excluídas até a data e hora definidas para o recebimento das propostas.

3.3 Após o prazo previsto para recebimento das propostas, o sistema não aceitará a inclusão ou alteração das mesmas.

## 4 CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO

3.1 Poderão participar desta Licitação todas e quaisquer empresas ou sociedades, regularmente estabelecidas no País, que sejam especializadas no objeto desta licitação e que satisfaçam todas as exigências, especificações e normas contidas neste Edital e seus Anexos.

3.2 Poderão participar deste Pregão Eletrônico as empresas que apresentarem toda a documentação por ela exigida para respectivo cadastramento junto à Bolsa de Licitações e Leilões.

3.2.1 Empresas em consórcio poderão participar da presente licitação, observados os critérios, requisitos, restrições e impedimentos estabelecidos pelo art. 33 da Lei nº 8.666/93.

3.3 Não poderá participar da licitação a empresa em processo de falência, concordata, recuperação judicial, concurso de credores, dissolução, liquidação ou que tenha sido declarada inidônea pela Administração Pública ou impedida legalmente.

## 5 REGULAMENTO OPERACIONAL DO CERTAME

5.1 O certame será conduzido pelo Pregoeiro, com o auxílio da equipe de apoio, que terá, em especial, as seguintes atribuições:

- acompanhar os trabalhos da equipe de apoio;
- responder às questões formuladas pelos licitantes, relativas ao certame;
- abrir as propostas de preços;
- analisar a aceitabilidade das propostas;
- desclassificar propostas, indicando os motivos;
- conduzir os procedimentos relativos aos lances e à escolha da proposta do lance de menor preço;
- verificar a habilitação do proponente classificado em primeiro lugar;
- declarar o vencedor;
- receber, examinar e decidir sobre a pertinência dos recursos;
- elaborar a ata da sessão;
- encaminhar o processo à autoridade superior para homologação e autorização da contratação;
- abrir processo administrativo para apuração de irregularidades visando a aplicação de penalidades previstas na legislação.

## CREDENCIAMENTO NO SISTEMA LICITAÇÕES DA BOLSA DE LICITAÇÕES E LEILÕES

4.2 A participação do interessado na licitação se dará por meio de participação direta ou através de empresas associadas à BLL – Bolsa de Licitações e Leilões, através da senha pessoal e intransferível do representante credenciado e subsequente encaminhamento da proposta de preços, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, observados data e horário limite estabelecidos, devendo manifestar, por meio de seu operador designado, em campo próprio do sistema, pleno conhecimento, aceitação e atendimento às exigências de habilitação previstas no Edital.

4.3 Os participantes que desejem operar por meio de empresa associada à BLL – Bolsa de Licitações e Leilões, deverão nomear através do instrumento de mandato com firma reconhecida, atribuindo-lhe poderes para formular lances de preços e praticar todos os demais atos e operações no site: [www.bll.org.br](http://www.bll.org.br).

4.4 O acesso do operador ao pregão, para efeito de encaminhamento de proposta de preço e lances sucessivos de preços, em nome do licitante, somente se dará mediante prévia definição de senha privativa.

4.5 A chave de identificação e a senha dos operadores poderão ser utilizadas em qualquer pregão eletrônico, salvo quando canceladas por solicitação do credenciado ou por iniciativa da BLL - Bolsa de Licitações e Leilões.

4.6 É de exclusiva responsabilidade do usuário o sigilo da senha, bem como seu uso em qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo à BLL - Bolsa de Licitações e Leilões a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

4.7 O credenciamento do fornecedor e de seu representante legal junto ao sistema eletrônico implica a responsabilidade legal pelos atos praticados e a presunção de capacidade técnica para realização das transações inerentes ao pregão eletrônico.

4.8 Caberá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

4.9 Qualquer dúvida em relação ao acesso no sistema operacional, poderá ser esclarecida pelo telefone: Curitiba-PR (41) 3042-9909 e FAX 3091-9654, através da Bolsa de Licitações e Leilões ou pelo e-mail contato@bll.org.br.

## 5 ABERTURA DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DOS LANCES

5.1 A partir do horário previsto no Edital e no sistema, terá início a sessão pública do pregão eletrônico, com a divulgação das propostas de preços recebidas, passando o Pregoeiro a avaliar a aceitabilidade das mesmas.

5.2 Todas as propostas classificadas serão consideradas lances na fase de disputas e ordenadas por valor. O sistema não identificará o autor dos lances aos demais participantes.

5.3 Aberta a etapa competitiva, os representantes dos licitantes deverão estar conectados ao sistema para participar da sessão de lances. A cada lance ofertado, os participantes serão imediatamente informados de seu recebimento e respectivo horário de registro e valor.

5.4 O fornecedor poderá encaminhar lance com valor superior ao menor lance registrado, desde que seja inferior ao seu último lance ofertado e diferente de qualquer lance válido para o lote.

5.5 Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

5.6 Fica a critério do Pregoeiro a autorização da correção de lances com valores digitados errados ou situação semelhante.

5.7 No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão Eletrônico, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances, retornando o Pregoeiro, quando possível, sua atuação no certame, sem prejuízos dos atos realizados.

5.8 Quando a desconexão persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão do Pregão Eletrônico será suspensa e terá reinício somente após comunicação expressa aos participantes, através de mensagem eletrônica (e-mail ou chat), divulgando data e hora da reabertura da sessão.

5.9 A etapa de lances da sessão pública será encerrada mediante aviso de fechamento iminente dos lances, emitido pelo sistema eletrônico, após o que transcorrerá período de tempo extra aleatório. O período de tempo extra ocorrerá em um intervalo entre 01 (um) segundo e 30 (trinta) minutos, aleatoriamente determinado pelo sistema eletrônico, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances, não podendo em hipótese alguma, as empresas apresentarem novos lances.

5.10 Face à imprevisão do tempo extra, os participantes deverão estimar o seu valor mínimo de lance a ser ofertado, evitando assim, cálculos de última hora, que poderá resultar em uma disputa frustrada por falta de tempo hábil.

5.11 Facultativamente, o Pregoeiro poderá encerrar a sessão pública mediante encaminhamento de aviso de fechamento iminente dos lances e subsequente transcurso do prazo de trinta minutos, findo o qual será encerrada a recepção de lances.

5.12 O Pregoeiro poderá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta diretamente ao proponente que tenha apresentado o lance de menor preço, para que seja obtido preço melhor, bem como decidir sobre sua aceitação.

5.13 O sistema informará a proposta de menor preço imediatamente após o encerramento da etapa de lances ou, quando for o caso, após negociação e decisão pelo Pregoeiro acerca da aceitação do lance de menor valor.

5.14 Quando for constatado empate, conforme estabelecem os artigos 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006, o sistema aplicará os critérios para desempate em favor da Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte. Após o desempate, poderá o Pregoeiro ainda tentar negociar um melhor preço.

5.14.1 Entende-se por empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 5% (cinco por cento) superior à proposta mais bem classificada.

5.15 Para efeito do direito à preferência atribuído às microempresas ou empresas de pequeno porte, conforme art. 44 desta Lei Complementar 123/06, ocorrendo o empate, proceder-se-á da seguinte forma:

5.15.1 a microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, situação em que será adjudicado em seu favor o objeto licitado;

5.16 No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem no intervalo estabelecido no subitem 6.14.1, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

5.17 O disposto nos subitens 6.14 a 6.16 somente se aplicará quando a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte.

5.18 Os documentos exigidos no presente edital deverão ser anexados através de upload de documentos na plataforma BLL, sob pena de desclassificação.

5.19 POSTERIORMENTE À DECLARAÇÃO DO VENCEDOR, OS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO DA EMPRESA VENCEDORA DEVERÃO SER ENCAMINHADOS EM ORIGINAIS OU CÓPIAS AUTENTICADAS, NO PRAZO MÁXIMO DE 05 (CINCO) DIAS ÚTEIS, CONTADOS DA DATA DA DECLARAÇÃO DO VENCEDOR NA SESSÃO PÚBLICA VIRTUAL, JUNTAMENTE COM A PROPOSTA DE PREÇOS CORRIGIDA CONFORME SEU ÚLTIMO LANCE, PARA O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO NORDESTE DE SANTA CATARINA – CISNORDESTE/SC

Endereço: Rua Max Colin, nº 1843, Bairro América, CEP 89.204-635, em Joinville, SC

E-mail: cisamunesc@cisamunesc.org.br

Telefone/fax: (47) 34229838

5.20 A sessão pública fica suspensa, ou seja, permanece em fase de classificação/habilitação até o recebimento da documentação original dentro das condições dispostas no item 6.19.

5.21 O não cumprimento do envio dos documentos de habilitação dentro do prazo acima estabelecido poderá acarretar nas sanções previstas no item 17.2.1 alínea f, deste Edital, podendo o Pregoeiro convocar a empresa que apresentou a proposta ou o lance subsequente.



5.22 Se a proposta ou o lance de menor valor não for aceitável, ou se o fornecedor desatender às exigências habilitatórias, o Pregoeiro examinará a proposta ou o lance subsequente, verificando a sua compatibilidade e a habilitação do participante, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta ou lance que atenda ao Edital. Também nessa etapa o Pregoeiro poderá negociar com o participante para que seja obtido preço melhor.

5.23 Caso não sejam apresentados lances, será verificada a conformidade entre a proposta de menor preço e valor estimado para a contratação.

5.24 A proposta de preços deverá ter a validade mínima de 60 (sessenta) dias, permanecendo este prazo em caso de omissão.

5.25 Constatando o atendimento das exigências fixadas no Edital e inexistindo interposição de recursos ou estando eles já decididos, o objeto será adjudicado ao autor da proposta ou lance de menor preço por item.

## 6 PROPOSTA NO SISTEMA ELETRÔNICO

6.1 O encaminhamento de proposta para o sistema eletrônico pressupõe o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação previstas no Edital.

6.2 O Licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.

6.3 No preenchimento da proposta eletrônica deverão, obrigatoriamente, ser informados no campo próprio todo o detalhamento do objeto, conforme a ficha técnica descritiva (Anexo IX). A não inserção de arquivos eletrônicos, bem como proposta eletrônica ou informações não contendo as especificações nos campos solicitados, implicará na DESCLASSIFICAÇÃO IMEDIATA do licitante, face a ausência de informação suficiente para classificação da proposta.

6.4 Fica vetada a identificação da licitante em qualquer campo da proposta, tal como timbres, abreviações (relacionadas a empresas), carimbos, telefones e outros, sendo que o descumprimento desta vedação acarretará na desclassificação da licitante no certame.

6.5 A microempresa ou empresa de pequeno porte, deverá, quando do cadastramento da proposta inicial de preço a ser digitado no sistema, informar no campo próprio da ficha técnica descritiva do objeto, o seu enquadramento nesta condição, nos termos da Lei Complementar nº 123/06, para fazer valer o direito de prioridade no desempate previsto nos arts. 44 e 45 da mesma lei.

6.6 SERÃO DESCLASSIFICADAS AS PROPOSTAS APRESENTADAS QUE CONTENHAM ITENS SEM ESPECIFICAÇÃO COMPLETA. O OBJETO DEVERÁ ESTAR TOTALMENTE E ESTRITAMENTE DENTRO DAS ESPECIFICAÇÕES CONTIDAS NO ITEM 1.1 e TERMO DE REFERÊNCIA – ANEXO I.

6.7 Na hipótese do licitante ser ME/EPP será necessário a informação desse regime fiscal no campo próprio da ficha técnica (ANEXO IX) sob pena do licitante enquadrado nesta situação não utilizar dos benefícios do direito de preferência para o desempate, conforme estabelece a Lei Complementar 123/2006.

6.8 As propostas deverão ser formuladas em formato texto(Word), planilha(Excel) e Adobe Reader 9.0, para Sistema Operacional Microsoft Windows XP – Office Premium 2000. As propostas cadastradas e que não puderem ser “abertas”, lidas e analisadas pelo Sistema Operacional Microsoft Windows XP – Office Premium 2000 e versões posteriores serão desclassificadas.

## 8 PROPOSTA ESCRITA E FORNECIMENTO

7

8

8.1 A licitante vencedora deverá enviar ao Pregoeiro a proposta de preços escrita, conforme modelo do Anexo II, com o valor oferecido, após a etapa de lances, em 01 (uma) via, rubricada em todas as folhas e a última assinada pelo Representante Legal da Empresa citado nos documentos de habilitação, em linguagem concisa, sem emendas, rasuras ou entrelinhas, no prazo estipulado no item 6.19, deste Edital.

8.2 A proposta deverá apresentar o valor total estimado, por item, para a contratação, considerando os quantitativos estimados na Tabela do item 1.1 deste Edital.

8.3 A proposta escrita deverá conter:

- a) o nome do proponente, endereço, razão social, o número do CNPJ e da Inscrição Estadual, número de telefone, fax e e-mail;
- b) todas as folhas datadas, assinadas e rubricadas pelo representante legal da pessoa jurídica;
- c) declaração de que os preços apresentados compreendem todas as despesas incidentes sobre o objeto licitado, tais como impostos, taxas, encargos sociais e trabalhistas, fretes e seguros;
- d) o prazo de validade da proposta de preços, que não poderá ser inferior a 60 (sessenta) dias, contados da abertura das propostas virtuais, estendendo-se pelos 12 (doze) meses da vigência contratual.
- e) o preço do objeto, discriminados em moeda corrente nacional, limitado a 02 (duas) casas decimais para os centavos;
- f) a discriminação do prazo de implantação do objeto, incluindo todas as configurações e treinamentos necessários, que deverá ocorrer até 31/12/2015.
- g) especificação/detalhamento completo do objeto oferecido, de acordo com as características apresentadas na Proposta Eletrônica, contendo informações técnicas que possibilitem a sua completa avaliação, totalmente e estritamente conforme descrito no item 1.1, deste Edital e o Termo de Referência – Anexo I;
- h) Dados Bancários, conforme ANEXO IV.

8.4 Atendidos todos os requisitos, será considerada vencedora a licitante que oferecer o MENOR PREÇO GLOBAL para atendimento do objeto.

8.5 Serão desclassificadas as propostas que conflitem com as normas deste Edital ou da legislação em vigor.

## 9 GARANTIA

9.1 A garantia dos serviços prestados será de no mínimo 60 (sessenta) dias, sem qualquer custo para o CISNORDESTE/SC, contados a partir do recebimento e aceite final da implantação do sistema.

9.2 O licitante vencedor se compromete a corrigir problemas técnicos que venham a ser constatados durante a vigência contratual, sem a implicação de quaisquer custos adicionais e em prazo não superior a 5 (cinco) dias úteis, contados da notificação realizada pelo CISNORDESTE/SC acerca de falhas ocorridas

## 10 DA HABILITAÇÃO

7  
8  
9  
10

10.1 TODA A DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO DEVERÁ SER ENTREGUE DENTRO DO PRAZO ESTABELECIDO NO ITEM 6.19, CONTENDO A SEGUINTE INDICAÇÃO:

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO NORDESTE DE SANTA CATARINA – CISNORDESTE/SC

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 005/2015-CISNORDESTE/SC

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 34/2015

(RAZÃO SOCIAL DA LICITANTE)

10.2 Para habilitação na presente licitação será exigida a entrega dos seguintes documentos:

a) ato constitutivo, estatuto, contrato social em vigor, Requerimento do Empresário (se for o caso), bem como a alteração contratual referente à mudança de razão social, na hipótese de haver a referida mudança, bem como a última alteração, devidamente registrada, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedade por ações, acompanhado dos documentos de eleição de seus administradores;

b) caso seja representada por procurador, este deverá apresentar procuração ou documento equivalente, com firma reconhecida do outorgante, cópia do respectivo RG - Registro Geral e CPF/MF – Cadastro de Pessoa Física do Ministério da Fazenda, a fim de comprovar os poderes do outorgante;

c) declaração de cumprimento pleno dos requisitos de habilitação, conforme modelo (ANEXO V).

Obs.: Se for Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte – EPP com problemas na habilitação, fazer constar tal ressalva e comprovando condição.

d) A condição de Microempresa e Empresa de Pequeno Porte, para efeito de tratamento diferenciado previsto na Lei Complementar nº 123/2006, deverá ser comprovada mediante apresentação da seguinte documentação:

i. comprovação de opção pelo Simples obtido através do site da Secretaria da Receita Federal, <http://www.receita.fazenda.gov.br/PessoaJuridica/simples/simples.htm>;

ii. declaração firmada pelo representante legal da empresa ou seu procurador, de não haver nenhum dos impedimentos previstos no - 4º do artigo 3º da Lei Complementar 123/06, conforme modelo (ANEXO VI).

e) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ;

f) Certidão Conjunta Negativa Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;

g) Prova de Regularidade com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do licitante;

h) Prova de Regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do licitante;

i) Prova de Regularidade com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS (Certificado de Regularidade do FGTS - CRF);

j) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa, nos termos da Lei federal nº 12.440/2011.

k) Declaração sobre a origem da tecnologia (Anexo X).

10.3 Os documentos relacionados na alínea d do subitem 10.2, para efeito de comprovação da condição de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, poderão ser substituídos pela Certidão expedida pela Junta Comercial, nos termos da Instrução Normativa do DNRC nº 103, publicado no D.O. do dia 22/05/2007, a qual terá validade até o prazo de 120 (cento e vinte) dias após o encerramento do exercício em que foi emitida para os casos em que a emissão tenha sido a partir de 1º de maio de 2012.

10.4 As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte também deverão apresentar os documentos referentes à regularidade fiscal. Todavia, apresentada a documentação, eventual restrição poderá ser sanada no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar do momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, como condição para a assinatura do contrato, na forma da Lei Complementar nº 123/06.

10.4.1 A não regularização da documentação no prazo previsto acima, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei nº 8.666/93, sendo facultado ao CISNORDESTE/SC convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

10.5 Os documentos devem apresentar prazo de validade, e poderão ser entregues em original, por processo de cópia devidamente autenticada, ou cópia não autenticada, desde que sejam exibidos os originais para autenticação pelo Pregoeiro/Equipe de Apoio ou possa ter a autenticidade comprovada por meios eletrônicos. Não serão aceitas cópias de documentos obtidas por meio de aparelho fac-símile (FAX), tampouco cópias de documentos ilegíveis.

10.6 Em nenhuma hipótese serão aceitos documentos com prazo de validade vencido.

10.6.1 Os documentos apresentados sem prazo de validade serão considerados válidos por 4 (quatro) meses após a sua expedição.

10.6.2 Os documentos cuja autenticidade possa ser atestada através da internet, mediante livre e gratuito acesso, não precisarão ser autenticados.

## 11 DA IMPUGNAÇÃO DO EDITAL

11.1 Decairá do direito de impugnar os termos do Edital aquele que não o fizer até 2 (dois) dias úteis antes da data designada para a realização do Pregão, apontando de forma clara e objetiva as falhas e/ou irregularidades que entende viciarem o mesmo.

11.1.1 Não será admitida a Impugnação do Edital por intermédio de fac-símile ou via e-mail, devendo a referida peça ser protocolada, instruída com documentos, junto ao CISNORDESTE/SC.

11.2 Caberá ao Pregoeiro decidir, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, sobre a Impugnação interposta.

11.3 Se procedente e acolhida a Impugnação do Edital, seus vícios serão sanados, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, exceto, quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

## 12 ADJUDICAÇÃO E RECURSOS

12.1 Verificado o atendimento das exigências fixadas neste Edital, o licitante será declarado vencedor.



12.2 A presente licitação será adjudicada ao licitante que apresentar proposta de MENOR PREÇO GLOBAL, desde que atendidas as exigências deste Edital e do Termo de Referência – Anexo I.

12.3 Declarado o vencedor, qualquer licitante poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer, desde que manifeste sua intenção, antes da adjudicação, através do sistema eletrônico. O licitante recorrente deverá fazer, via sistema, o registro da síntese das suas razões, devendo juntar memoriais com as razões detalhadas, até o dia 14/09/2015, na sede do CISNORDESTE/SC. Os licitantes interessados ficam, desde logo, intimados para apresentar contrarrazões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente. Dentro do prazo para apresentação de contrarrazões, será facultada vistas dos autos aos interessados.

12.3.1 Os memoriais de recurso deverão ter todas as páginas rubricadas, sendo assinado, com firma reconhecida, na última página. Deverá, ainda, ser apresentada cópia autenticada do documento de identidade do signatário, acompanhado de cópia autenticada do ato constitutivo da pessoa jurídica recorrente, sob pena de não ser conhecido.

12.3.2 A falta de manifestação imediata e motivada importará na preclusão do direito de recurso, bem como a falta de apresentação das razões de recurso, por memoriais, na forma do item 12.3 acarretará na mesma consequência.

12.3.3 Não será concedido prazo para recursos sobre assuntos meramente protelatórios ou quando não justificada a intenção de interpor o recurso pelo licitante.

12.3.4 Não será admitido que as Razões do Recurso sejam apresentadas por intermédio de fac-símile ou via e-mail, tampouco serão recebidas as razões ou contrarrazões apresentadas fora do prazo e/ou subscritas por representante não habilitado legalmente ou não identificado no processo para responder pelo proponente, devendo a referida peça ser protocolada junto ao Consórcio Intermunicipal de Saúde do Nordeste de Santa Catarina – CISNORDESTE/SC.

12.3.5 O acolhimento de recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

12.4 Não havendo manifestação dos licitantes quanto à interposição de recursos, o Pregoeiro adjudicará o objeto do certame à(s) empresa(s) declarada(s) vencedora(s), por item/lote, sendo submetido este resultado ao Presidente do CISNORDESTE/SC para homologação.

12.5 O(s) recurso(s), porventura interposto(s), não terá(ão) efeito suspensivo e será(ão) dirigido(s) ao Presidente do CISNORDESTE/SC, por intermédio do Pregoeiro, o qual poderá reconsiderar sua decisão, em 05 (cinco) dias ou, nesse período, encaminhá-lo(s) ao Presidente do CISNORDESTE/SC, devidamente instruído(s), para apreciação e decisão, no mesmo prazo.

12.6 No julgamento da habilitação e das propostas, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

12.7 O encaminhamento das razões de recurso e de eventuais contrarrazões pelos demais licitantes será realizado no âmbito do sistema eletrônico, ressalvada a hipótese de necessidade de instrução das razões ou contrarrazões recursais com documentos comprobatórios das alegações, os quais poderão ser encaminhados à sede do CISNORDESTE/SC, na forma do item 12.3.

12.8 Decidido(s) o(s) recurso(s) eventualmente interposto(s), será o resultado da licitação submetido ao Presidente do CISNORDESTE/SC para o procedimento de homologação da adjudicação do objeto desta licitação à(s) vencedora(s) ou, ainda, mediante justificativa, revogar a licitação.

### 13 DAS OBRIGAÇÕES DA VENCEDORA

13.1 Será de responsabilidade do licitante vencedor:

a) assinar ao contrato, no prazo de 5 (cinco) dias contados da convocação para realização do ato, sob pena de aplicação do art. 81 da Lei nº 8.666/93;

b) prestar com diligência, profissionalismo e segurança os serviços objeto certame, responsabilizando-se única, integral e exclusivamente pelas consequências e implicações dele decorrentes;

c) responsabilizar-se pela idoneidade e comportamento de seus colaboradores/prepostos, bem como pelos direitos trabalhistas deste, respondendo por qualquer prejuízo que venha a ser causado por estes em razão da execução do contrato a ser celebrado;

d) facilitar a fiscalização do contrato a ser celebrado, fornecendo os esclarecimentos e documentos solicitados, sem criar qualquer tipo de embaraço;

e) manter, até a assinatura do contrato e durante todo o período da vigência contratual, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas para prestação do objeto;

f) cumprir seus deveres de sigilo e de ética profissional, fazendo as recomendações oportunas e desenvolvendo todos os demais atos e funções necessárias ou convenientes ao bom cumprimento das atribuições contratadas;

g) orientar aos usuários do sistema acerca das práticas mais eficientes relacionadas ao objeto a ser contratado;

h) enviar, após a prestação do serviço, o documento fiscal ao email [cisamunesc@cisamunesc.org.br](mailto:cisamunesc@cisamunesc.org.br), acompanhado do arquivo XML oriundo da emissão da Nota Fiscal de prestação de serviços e boleto para pagamento com, pelo menos, 10 (dez) dias de antecedência à data de pagamento, sempre acompanhado de documentos comprobatórios de sua regularidade fiscal e trabalhista, conforme art. 29 e incisos da Lei nº 8.666/93.

i) manter a proposta que lhe classificou como vencedora;

j) fornecer o objeto, conforme cronograma a ser definido com o CISNORDESTE, até o dia 31/12/2015;

k) ler todas as condições da contratação, não podendo, posteriormente, alegar seu desconhecimento.

l) entregar integralmente o objeto, no prazo estabelecido, promovendo inclusive o treinamento dos usuários e configuração dos seus equipamentos;

m) responsabilizar-se por todas as despesas oriundas da entrega do objeto;

n) prestar suporte integral durante a implantação do sistema, bem como suporte aos usuários licenciados durante toda a vigência contratual;

o) acompanhar as publicações referentes ao presente certame, as quais serão veiculadas através do Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina, no site <https://www.diariomunicipal.sc.gov.br/>.

### 14 DO CONTRATO DE FORNECIMENTO

15

13.1 O licitante classificado em 1º (primeiro) lugar será convocado a firmar o contrato de fornecimento, no prazo de 3 (três) dias úteis após

a homologação, devendo o proponente manter-se nas mesmas condições da habilitação quanto à regularidade fiscal, reapresentando os documentos listados no subitem 10.2 que eventualmente tenham vencido desde sua habilitação.

13.2 O contrato a ser celebrado terá vigência de 12 (doze) meses, de 31/12/2015 a 31/12/2016, podendo ser prorrogado, a critério do CISNORDESTE/SC, por até 48 (quarenta e oito) meses, conforme inciso IV do art. 57 da lei nº 8.666/93.

13.3 O licitante que, convocado para assinar ao contrato, deixar de fazê-lo no prazo fixado, dela será excluído.

13.4 Na hipótese do fornecedor primeiro classificado ter seu contrato cancelado, não assinar, não aceitar ou não retirar sua via do contrato, no prazo e condições estabelecidas, poderão ser convocados os licitantes remanescentes, na ordem de classificação.

## 15 DOS PAGAMENTOS E DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

15.1 As rubricas orçamentárias a serem utilizadas são as de nº 1.1001.4.122.1.2.1.0..339000 – Fonte 102 – Elemento 39.11 – Locação de Software e 1.1001.4.122.1.2.1.0.339000 – Fonte 102 – elemento 39.08 – Manutenção de Software.

15.2 O pagamento do objeto do presente contrato será feito pelo CISNORDESTE/SC em favor do fornecedor, mediante depósito bancário em sua conta corrente, ou através de boleto bancário.

15.3 O valor mensal referente às licenças mencionadas no item 1 da tabela do item 1.1 deste Edital será calculado multiplicando-se o número de Municípios com Atas de Registro de Preços vigentes no mês anterior ao do pagamento, isenta a licença para o CISNORDESTE/SC, na qualidade de Órgão Gerenciador, sendo que o primeiro pagamento será realizado até o dia 01/02/2016, caso a implantação tenha sido concluída.

15.3.1 Caso a implantação não tenha sido concluída até 31/12/2015, será prorrogado, por igual número de dias, o prazo para o pagamento das mensalidades das licenças.

15.3.2 Nos meses em que não houver municípios com Atas de Registro de Preços vigentes, não será pago o valor referente às licenças.

15.4 O valor de implantação do software definido no item 2 da tabela do item 1.1 será pago juntamente com o pagamento da primeira mensalidade referida no item 15.3.

15.5 O pagamento das horas técnicas acaso prestadas, conforme item 3 da tabela do item 1.1, desde que autorizadas pelo CISNORDESTE/SC, serão faturadas e pagas na mesma data do pagamento das licenças.

15.5.1 Para pagamento das horas técnicas é imprescindível que haja acordo prévio quanto à realização das mesmas e que o licitante vencedor apresente detalhamento do que houver sido realizado durante estas horas.

15.6 Durante a vigência contratual, havendo interesse na utilização do sistema por parte de municípios que venham a se consorciar ou entidades que participem dos Procedimentos Licitatórios gerenciados pelo CISNORDESTE/SC, poderão ser acrescidas tantas licenças de usuário quanto as que se fizerem necessárias, respeitadas as limitações quantitativas definidas pelo - 1º do art. 65 da Lei nº 8.66/93, sem incidência de custo de implantação, treinamento e configuração de equipamentos.

15.7 Ressalva-se que deverá ser encaminhada a Nota Fiscal referente ao serviço prestado, acompanhada do arquivo XML, caso haja, bem como todos os documentos comprobatórios da regularidade fiscal do fornecedor, conforme art. 29 da Lei nº 8.666/93, pelo menos 10 (dez) dias antes do vencimento, os quais deverão estar válidos na data do pagamento.

15.8 O não encaminhamento dos documentos mencionados ou a existência de quaisquer irregularidades fiscais obsta o pagamento a ser realizado, até que a pendência seja regularizada.

15.9 No caso da retenção de pagamentos pelo não envio dos documentos mencionados no item 15.7 ou, ainda, em razão da constatação de irregularidade fiscal da CONTRATADA, uma vez regularizada a situação, o pagamento será realizado dentro de até 15 (quinze) dias do envio dos documentos válidos, sem quaisquer acréscimos ou atualizações.

15.10 Vencendo qualquer dos pagamentos em dia em que não haja expediente no CISNORDESTE/SC, o pagamento será prorrogado para o primeiro dia útil subsequente ao do vencimento.

15.11 Ocorrendo erro na apresentação das faturas, as mesmas serão devolvidas ao fornecedor para retificação, ficando estabelecido que o pagamento será efetuado após a apresentação da nova fatura devidamente retificada, dentro de até 15 (quinze) dias do envio do documento retificado.

15.12 É expressamente vedado ao fornecedor realizar a cobrança ou desconto de duplicatas através de rede bancária ou de terceiros.

## 16 DO REAJUSTE DOS PREÇOS

16.1 Os preços não serão reajustados durante os primeiros 12 (doze) meses da vigência contratual, sendo a atualização permitida, no caso de prorrogação, nos índices e condições estabelecidas na Minuta do Contrato – Anexo VII.

## 1 DAS E PENALIDADES ADMINISTRATIVAS

14

15

16

1

2

3

4

5

6

7

8

9

10

11

12

13

14  
15  
16  
17

16.1 A recusa injustificada da adjudicatária em assinar o contrato/Ata de Registro de Preços, aceitar ou retirar o instrumento equivalente dentro do prazo de 05 (cinco) dias, a contar da convocação, feita através do email cadastrado, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-a às penalidades legalmente estabelecidas.

16.2 De acordo com o estabelecido no artigo 77, da Lei nº 8.666/93, a inexecução total ou parcial do contrato enseja sua rescisão, constituindo, também, motivo para o rompimento do ajuste, aqueles previstos no art. 78, incisos I a XVIII.

16.2.1 Nas hipóteses de inexecução total ou parcial, poderá o CISNORDESTE/SC aplicar ao fornecedor as seguintes sanções:

a) advertência;

b) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Consórcio Intermunicipal de Saúde do Nordeste de Santa Catarina – CISNORDESTE/SC, por prazo não superior a 02 (dois) anos.

c) Por atraso superior a 5 (cinco) dias da entrega do objeto, fica o Fornecedor sujeito a multa de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, incidente sobre o valor total inadimplido, a ser calculado desde o 6º (sexto) dia de atraso até o efetivo cumprimento da obrigação limitado a 30 (trinta) dias;

d) Em caso de inexecução parcial ou de qualquer outra irregularidade do objeto poderá ser aplicada multa de 10% (dez por cento) calculada sobre o valor do contrato;

e) Transcorridos 30 (trinta) dias do prazo de entrega estabelecido no contrato, poderá ser considerado rescindido o Contrato, cancelado o Registro de Preços e aplicada a multa de 15% (quinze por cento) do valor total do contrato inadimplido.

f) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, podendo o Órgão Gerenciador ou Participante incluir as informações no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS), administrado pela Controladoria Geral da União e disponível em <http://www.portaldatransparencia.gov.br/ceis/Consulta.seam>

16.3 A multa moratória prevista na alínea c do item 17.6.1 é inacumulável com as multas sancionatórias previstas nas alíneas d e e do mesmo item, se decorrentes do mesmo fato gerador. Entretanto, tendo origem em fatos diversos, poderão ser cumuladas.

16.4 A aplicação de quaisquer penalidades decorrerá de processo administrativo, instaurado pelo Pregoeiro, garantida a ampla defesa e o contraditório, sendo realizadas as intimações através de mensagem eletrônica (email) com confirmação de leitura, enviada ao endereço eletrônico informado pelo licitante em seu cadastro, ou por correspondência com Aviso de Recebimento, enviado ao endereço da sede da pessoa jurídica.

16.5 Das decisões que cominarem penalidades, caberá recurso à Diretora Executiva do CISNORDESTE/SC, no prazo de 10 (dez) dias.

16.6 Ficará suspensa e exigibilidade de penalidades pecuniárias com valor inferior a R\$ 50,00 (cinquenta Reais), facultando-se à Administração exigi-las no caso de, cumulando-as com novas penalidades, o valor total superar a este limite.

16.7 No caso do item 17.6, sendo o fato punível, também, com penalidades não pecuniárias, nada obsta sua aplicação.

16.8 As multas eventualmente aplicadas deverão ser depositadas a favor do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Nordeste de Santa Catarina – CISNORDESTE/SC, dentro de, no máximo, 10 (dez) dias do trânsito em julgado da decisão administrativa que a houver aplicado.

## 18 DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

17

17.1 O contrato decorrente do presente certame poderá sofrer alterações, obedecidas as disposições contidas no - 1º do art. 57 e art. 65 da Lei nº. 8.666/93.

17.2 A participação na presente licitação implica na concordância, por parte do licitante, com todos os termos e condições deste Edital.

17.3 Nenhuma indenização será devida aos licitantes pela elaboração e/ou apresentação de documentação relativa ao presente Edital.

17.4 Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento, e considerar-se-ão os dias consecutivos.

17.5 Só se iniciam e vencem os prazos referidos neste Edital em dia de expediente do CISNORDESTE/SC.

17.6 O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará no afastamento/desclassificação do licitante, desde que seja possível a exata compreensão de sua proposta e a perfeita aferição de sua qualificação.

17.7 As normas que disciplinam este certame serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, sem comprometimento da segurança do futuro contrato.

17.8 A indicação do lance vencedor, a classificação dos lances apresentados e demais informações relativas à sessão pública do pregão constarão de ata divulgada no sistema eletrônico.

17.9 Este Edital deverá ser lido e interpretado na íntegra, de acordo com as normas citadas no preâmbulo.

17.10 O objeto deste Pregão poderá sofrer acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento), podendo as supressões superiores a esse limite serem ajustadas entre as partes, conforme o art. 65, -1º, da Lei 8.666/93.

17.11 O resultado desta licitação estará à disposição dos interessados, no Consórcio Intermunicipal de Saúde do Nordeste de Santa Catarina – CISNORDESTE/SC, logo após sua homologação.

17.12 Detalhes não citados referentes a prestação dos serviços, mas que a boa técnica leve a presumir a sua necessidade, não deverão ser omitidos, não sendo aceitas justificativas para sua não apresentação.

17.13 O Presidente do CISNORDESTE/SC poderá revogar a licitação em face de razões de interesse público, devendo anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de qualquer pessoa, mediante ato escrito e fundamentado.

17.14 O Pregoeiro e a Equipe de Apoio prestarão os esclarecimentos necessários, bem como responderão às dúvidas suscitadas, de segunda a sexta-feira, das 08h00min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min, através do telefone (47) 3422 9838, ou pessoalmente (Rua Max Colin, nº 1843, Bairro América, CEP 89.204-635, em Joinville/SC).

17.15 Não cabe à BLL - Bolsa de Licitações e Leilões qualquer responsabilidade pelas obrigações assumidas pelo Fornecedor com o licitador, em especial com relação à forma e às condições de entrega dos bens ou da prestação de serviços e quanto à quitação financeira da negociação realizada.

17.16 No caso de alteração da estrutura da pessoa jurídica contratada, desde que não haja prejuízos à Administração, os direitos e

obrigações decorrentes do contrato que vier a ser firmado poderão ser cedidos ou transferidos a terceiros, desde que demonstrem os requisitos de habilitação técnica e jurídica.

17.17 O Pregoeiro e Equipe de Apoio foram nomeadas através da Resolução nº 02, de 21 de janeiro de 2015.

17.18 São partes integrantes deste Edital os seguintes ANEXOS:

- a) ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA
  - b) ANEXO II – PREÇOS DE REFERÊNCIA
  - c) ANEXO III – MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL
  - d) ANEXO IV - DADOS BANCÁRIOS
  - e) ANEXO V - DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO PLENO DOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO
  - f) ANEXO VI – DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE
  - g) ANEXO VII – MINUTA DO CONTRATO
  - h) ANEXO VIII – TERMO DE ADESÃO AO SISTEMA DE PREGÃO ELETRÔNICO DA BOLSA DE LICITAÇÕES E LEILÕES DO BRASIL E DE INTERMEDIÇÃO DE OPERAÇÕES
  - i) ANEXO IX - MODELO DE PROPOSTA ELETRÔNICA
  - j) ANEXO X - DECLARAÇÃO SOBRE ORIGEM DA TECNOLOGIA
- Joinville (SC), 21 de agosto de 2015.  
JOSÉ CHAVES  
Presidente do CISNORDESTE/SC  
ANEXO I

## EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 005/2015-CISNORDESTE/SC

### TERMO DE REFERÊNCIA

#### 1 - INTRODUÇÃO

1.1 - O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO NORDESTE DE SANTA CATARINA – CISNORDESTE/SC é um Consórcio Público, constituído na forma de Associação Pública, com personalidade jurídica de direito público e natureza autárquica interfederativa, inscrito no CNPJ sob o nº 03.222.337/0001-31, e com sede na Rua Max Colin, 1.843, 1º Andar, Bairro América, no Município de Joinville, Estado de Santa Catarina, na forma da Lei Federal nº 11.107/05, de seu regulamento (Decreto nº 6.017/07).

1.2 - O objetivo do CISNORDESTE/SC é a realização dos interesses comuns dos entes consorciados na implementação de políticas de saúde pública.

1.3.1 – Municípios que já integram o CISNORDESTE/SC e que poderão vir a aderir, juntamente com suas autarquias e fundações, ao uso do sistema:

- I. Araquari/SC
- II. Balneário Barra do Sul/SC
- III. Barra Velha/SC
- IV. Campo Alegre/SC
- V. Corupá/SC
- VI. Garuva/SC
- VII. Guaramirim/SC
- VIII. Itapoá/SC
- IX. Jaraguá do Sul/SC
- X. Joinville/SC
- XI. Massaranduba/SC
- XII. Piên/PR
- XIII. Rio Negrinho/SC
- XIV. São Bento do Sul/SC
- XV. São Francisco do Sul/SC
- XVI. São João do Itaperiú/SC
- XVII. Schroeder/SC;

#### 2 – DO OBJETO

2.1 - Licença de uso de software de Controle de Processo Administrativo Licitatório, não exclusivo, para uso de forma temporária, não transferível, oneroso, sem limitação quanto ao número de usuários simultâneos, incluídas as atualizações legal, corretiva, evolutiva e suporte técnico, contendo as seguintes funcionalidades:

- 2.1.1 – Cadastros
- 2.1.2 – Controle e Execução de Processos
- 2.1.3 – Relatórios

- 2.1.4 Todas as seleções realizadas, em qualquer das telas, deverá permitir a definição de um ou vários critérios de seleção simultâneos;
- 2.1.5 Os documentos gerados pelo sistema deverão seguir uma numeração sequencial automática, de acordo com os critérios definidos pelo gestor do sistema junto ao CISNORDESTE/SC.
- 2.1.6 Os documentos gerados, assim como aqueles assinados digitalmente, deverão ser mantidos no banco de dados.
- 2.1.7 Todos os documentos enviados aos fornecedores deverão ser por este confirmados;
- 2.1.7 Todas as execuções realizadas poderão ser canceladas pelo gestor do sistema junto ao CISNORDESTE/SC, mantendo-se os registros

pertinentes, que deverão estar acessíveis aos interessados.

2.1.8 Poderão ser realizadas melhorias no sistema, tanto por iniciativa do desenvolvedor, bem como por requerimento do CISNORDESTE/SC.

2.2 - Serviços técnicos especializados de:

2.2.1 - Implantação dos sistemas

2.2.2 - Conversão dos dados existentes

2.2.3 - Capacitação dos usuários

a) deverá ser fornecido manual básico de funcionalidades para usuário e para fornecedor.

2.3 - Hora Técnica para Serviços Especiais.

2.4 - Hospedagem do Software e do Banco de Dados.

**3 - DA LICENÇA DE USO DE SOFTWARE NÃO EXCLUSIVO, PARA USO DE FORMA TEMPORÁRIA, NÃO TRANSFERÍVEL, ONEROSO, SEM LIMITAÇÃO QUANTO AO NÚMERO DE USUÁRIOS SIMULTÂNEOS.**

3.1 A licença de uso de software não exclusivo, para uso de forma temporária, não transferível, onerosa, de software de Controle de Processo Administrativo Licitatório deverá ser fornecida ao CISNORDESTE/SC, sem limitação quanto ao número de usuários ou equipamentos com acesso aos mesmos e sem qualquer tipo de bloqueio de acesso (chaves, senhas mensais, etc) por parte do desenvolvedor ou empresa contratada.

3.2 Todos os direitos sobre o código fonte dos Softwares, a Documentações, as informações técnicas correlatas e suas posteriores revisões, modificações, melhoramentos, customizações ou trabalhos derivados deles, todos e quaisquer direitos autorais, patentes, segredos comerciais, marcas e/ou quaisquer outros direitos referentes à propriedade intelectual são e continuarão a ser propriedade exclusiva do seu DESENVOLVEDOR ou de seus licenciadores.

3.3 Sem prejuízo das limitações ao uso dos Softwares os usuários não poderão, de maneira alguma, copiar, reproduzir, traduzir, adaptar, modificar, alienar, vender, locar, sublocar, ceder, transferir, no todo ou em parte, ou usar os Softwares para qualquer propósito diverso ao que foi especificamente autorizado, tampouco permitir que qualquer terceiro o faça.

3.4 - Os serviços de atualização legal, corretiva, evolutiva e suporte técnico, consistem no desenvolvimento de atividades que garantirão o funcionamento do sistema de Controle de Processo Administrativo Licitatório, conforme indicados a seguir:

3.4.1 - A atualização legal, corretiva, evolutiva e suporte técnico, que não serão pagos extraordinariamente à CONTRATADA compreendem:

- a) Manutenções preventivas e corretivas do Sistema fornecendo reparo de defeitos identificados em componentes de software, e fornecimento de versões atualizadas do Sistema;
- b) Atualização de versão do software, quando necessário, para o aprimoramento do mesmo e para atendimento de novas normas / leis nas esferas federais, estaduais e municipais;
- c) Monitoramento da integridade dos Bancos de Dados;
- d) Orientações sobre uso, configuração e instalação do software ofertado;
- e) Interpretações da documentação do software fornecido;
- f) Orientações para identificar a causa de falha ou defeito de software e a solução deste;
- g) Apoio para execução de procedimentos de atualização para novas versões do software instalado.
- h) As atualizações evolutivas, não provocadas pela contratante, também serão consideradas como atualização de sistema e deverão ser aplicadas/fornecidas, pela contratada, sem ônus para a contratante.

3.4.2 - Os serviços abaixo relacionados, terão custos adicionais para o CISNORDESTE/SC (Hora técnica especial):

- a) Customizações adicionais: consiste nas adequações do software para atendimento de melhorias que venham a ser solicitados pelo CISNORDESTE/SC (inclusão de novas funções, relatórios ou consultas), contemplando funcionalidades não exigidas nos requisitos técnicos deste termo de referência.
- b) Serviços de conversão e recuperação de dados (após implantação);
- c) Migração da solução contratada em caso de expansão ou troca de equipamentos do CISNORDESTE/SC;
- d) Serviços de suporte técnico presencial.
- e) Capacitação de novos usuários.
- f) Orientações para solução de problemas de desempenho e ajuste das configurações do software ofertado;
- g) Apoio na recuperação de ambientes em caso de panes ou perda de dados, por culpa do CISNORDESTE/SC.
- h) As solicitações de manutenção evolutiva, provocadas pela contratante deverão ter justificativa plausível, ficando ao cargo da empresa contratada apresentar ao solicitante o planejamento detalhado da manutenção evolutiva, incluindo: Tarefa(s) a ser(em) realizada(s), período(s) necessário(s) para desenvolvimento/implantação, valores para cada tarefa e valor final, considerando o valor da hora técnica apresentado em proposta a licitação.

3.5 - Os atendimentos locais, bem como customizações que gerarem custos deverão ser aceitos pelo gestor do contrato, para validar o pagamento dos mesmos.

3.6 - Todas as alterações no sistema, novas versões e ou manutenções deverão ser instaladas com a autorização do CISNORDESTE/SC.

3.7 - A empresa Contratada deverá disponibilizar a atualização de versão de todos os sistemas, sempre que necessário para atendimento da legislação federal vigente e das normas e procedimentos dos órgãos de fiscalização do CISNORDESTE/SC, sem quaisquer ônus adicionais, durante a vigência contratual.



3.8 - O atendimento a solicitação do suporte deverá ser realizado por atendente apto a prover o devido suporte ao sistema, com relação ao problema relatado, ou redirecionar o atendimento a quem o solucione.

3.9- No caso de parada do sistema, o atendimento de suporte deverá estar garantido nas 24 horas do dia, inclusive sábados, domingos e feriados.

3.10 - A Contratada deverá estar apta a acessar remotamente o sistema contratado, de forma a poder verificar condições de erros que não possam ser reproduzidas em seu ambiente interno.

3.11 - A Contratada deverá executar os serviços contínuos de manutenção legal e corretiva do sistema contratado, durante a execução do contrato:

a) Manutenção corretiva: é aquela decorrente de problemas de funcionalidade detectados pelo usuário, ou seja, funcionamento em desacordo com o que foi especificado relativo a telas, regras de negócio, relatórios e integração, com prazo máximo de até 10 (dez) dias úteis para conclusão;

b) Manutenção legal: em caso de mudança na legislação e banco de dados, entre outros, será elaborada uma programação para atendimento às mudanças ocorridas, sem prejuízos à operação do sistema, durante a vigência contratual.

#### 4 - DOS SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS

##### 4.1 - Implantação dos sistemas

4.1.1 - A implantação deverá ser iniciada até o dia 01/12/2015 e o prazo para execução das etapas de conversão, implantação e treinamento do sistema licitado será até o dia 31/12/2015.

4.1.2 – O CISNORDESTE/SC disponibilizará, durante o seu expediente, um responsável para dirimir dúvidas, acompanhar e fiscalizar a execução dos serviços e decidir as questões técnicas submetidas pela empresa contratada, registrando em relatório as deficiências verificadas.

4.1.3 - A empresa contratada deverá responsabilizar-se integralmente por sua equipe técnica, primando pela qualidade, desempenho, eficiência e produtividade, visando a consecução dos trabalhos durante toda a execução do contrato dentro dos prazos estipulados, sob pena de ser considerado infração passível de aplicação das penalidades previstas neste edital.

4.1.4 - A garantia dos serviços prestados será de no mínimo 60 (sessenta) dias, sem qualquer custo para a CONTRATANTE, contados a partir do recebimento e aceite final da implantação do sistema.

4.1.4.1 - A licitante vencedora deverá apresentar declaração de garantia, consistente no compromisso em corrigir problemas técnicos que venham a ser constatados durante a vigência contratual, sem a implicação de quaisquer custos adicionais e em prazo não superior a 5 (cinco) dias úteis, contados da notificação realizada pelo CISNORDESTE/SC acerca de falhas ocorridas

4.1.5 - O recebimento e aceite definitivo do sistema licitado deverão ser obrigatoriamente antecidos de procedimentos de validação pelo CISNORDESTE/SC, conforme item 11.

4.1.6 - Todas as decisões e entendimentos havidos entre as partes durante o andamento dos trabalhos e que impliquem em modificações ou implementações nos planos, cronogramas ou atividades pactuados, deverão ser prévia e formalmente acordados e documentados entre as partes.

4.1.7 - A empresa contratada responderá pelas perdas, reproduções indevidas e/ou adulterações que porventura venham a ocorrer nas informações da CISNORDESTE/SC e Municípios Consorciados, quando estas estiverem sob sua responsabilidade.

4.1.8 - A empresa contratada e os membros da equipe guardarão sigilo absoluto sobre os dados e informações do objeto da prestação de serviços ou quaisquer outras informações a que venham ter conhecimento em decorrência da execução das atividades previstas no Contrato, respondendo contratual e legalmente pela inobservância desta alínea, inclusive após o término do contrato.

##### 4.2 - Conversão dos dados existentes

4.2.1 - Esta etapa compreende a importação, reorganização e reestruturação dos dados existentes no sistema em uso pelo CISNORDESTE/SC para o sistema licitado, visando permitir a utilização plena destas informações. O CISNORDESTE/SC participará do trabalho operacional de levantamento dos dados cadastrais que forem necessários à implantação efetiva do sistema em conjunto com o suporte da empresa provedora do Sistema.

4.2.2 - A migração e o aproveitamento de dados históricos e cadastrais informatizados do CISNORDESTE/SC, relativos ao exercício fiscal da data da contratação são de responsabilidade da empresa fornecedora dos sistemas. A empresa Contratada deverá providenciar a conversão dos dados existentes para os formatos exigidos pelo sistema licitado mantendo a integridade e segurança dos dados.

4.2.3 - Na ausência da possibilidade de migração dos dados do banco atual, a contratada deverá providenciar, sem ônus para o Consórcio, a digitação de todos os itens corrigidos, sujeito a verificação posterior pelos responsáveis do objeto do Contrato.

4.2.4 - Efetuada a migração e consistência dos dados importados, as informações deverão ser homologadas pelo CISNORDESTE/SC, através de comissão instituída para este fim.

##### 3.3 - Capacitação dos usuários

4.3.1 - A contratada deverá apresentar o Plano de Treinamento, o qual deverá constar treinamento para os usuários do CISNORDESTE/SC,



compreendendo o uso de todas as funções do sistema pertencente a sua área de responsabilidade, conhecimento sobre as parametrizações a serem usadas, uso das rotinas de segurança, de back-up e restores, rotinas de simulação e de processamento, quando couberem.

4.3.2 - A contratada deverá treinar os usuários do sistema licitado dentro do período de implantação, numa carga horária de até 40 (quarenta) horas.

4.3.3 - O treinamento compreende: noção básica de estrutura de arquivos, bancos de dados, elaboração de relatórios, tabelas, independente de ser em sala de aula, laboratório ou em acompanhamento no ambiente de trabalho, permitindo que a equipe responsável do CISNORDESTE/SC possa efetuar checklist de problemas ocorridos antes da abertura de chamado para suporte da contratada.

4.3.4 - O CISNORDESTE/SC resguardar-se-á o direito de acompanhar, adequar e avaliar o treinamento contratado com instrumentos próprios, sendo que, se o treinamento for julgado insuficiente, caberá à Contratada, sem ônus para a Contratante, ministrar o devido reforço.

4.3.5 - As despesas relativas à participação dos instrutores e de pessoal próprio, tais como: hospedagem, transporte, diárias, etc. serão de responsabilidade da Contratada.

4.3.6 - Eventuais treinamentos complementares poderão ser requisitados mediante o pagamento de hora técnica de suporte (conforme valor indicado pela proponente vencedora em sua proposta de preços).

## 5 - HOSPEDAGEM DO SOFTWARE

5.1 - A Contratada deverá oferecer o serviço de hospedagem do "Sistema de Controle de Processo Administrativo Licitatório" em Datacenter para uso virtualizado nos computadores dos usuários de forma que possa ser acessado de qualquer local com conectividade de internet.

### 5.2 - Funcionalidades dos serviços:

- a) Disponibilização de espaço para armazenagem da base de dados do "Sistema de Controle de Processo Administrativo Licitatório", com garantia das ampliações necessárias para o seu bom funcionamento.
- b) Serviço no ar 24 (vinte e quatro) horas por dia, 7 (sete) dias na semana. Observando e desconsiderando fatores de força maior como: longas interrupções em energia elétrica, teleoperadoras, e manutenções programadas;
- c) Infraestrutura de Rede e Internet compatível com a quantidade de usuários simultâneos;
- d) Sigilo e guarda dos dados armazenados;
- e) Atualizações de novas versões do sistema contratado;
- f) Backup diário e noturno da base de dados do sistema, com a finalidade de recuperação de desastres.

## 6 – DA FORMA DE EXECUÇÃO

6.1 - O sistema deverá permitir vários acessos simultâneos às mesmas rotinas, ou ainda rotinas diferentes por usuários diferentes ao mesmo tempo.

6.1.1 - O sistema deverá permitir o cadastramento de usuários do CISNORDESTE/SC, usuários dos Municípios Consorciados (integrantes ou que venham a integrar-se ao consórcio) e para os usuários dos fornecedores.

6.1.2 – O sistema deverá permitir o acesso livre via web para consulta de dados necessários a transparência ativa, atendendo a Lei de Acesso a Informações e Lei de Transparência.

6.2 - Oferecer total segurança contra a violação dos dados ou acessos indevidos às informações para controlar o acesso ao sistema através de uso de senhas.

6.3 - Possuir controle de permissões de acesso de cada usuário dentro do sistema:

- a) As autorizações ou desautorizações, por usuário ou tarefa, deverão ser dinâmicas e ter efeito a partir do login do usuário;
- b) O sistema não deverá exigir a reconfiguração das permissões a cada exercício inaugurado.

6.4 - As atualizações deverão ser automaticamente atualizadas pela contratada.

6.5 - O sistema deverá permitir a sua operabilidade com ou sem uso do mouse (ex: habilitação das teclas "enter" e "tab"), dispensando-se a funcionalidade nos casos em que o sistema seja executado através de um browser não desenvolvido pela proponente.

6.6 – A Contratada deverá realizar backup diário e noturno da base de dados do sistema, com a finalidade de recuperação de desastres.

6.7 - O sistema deverá garantir a integridade relacional dos dados.

6.8 - Os demais elementos técnicos em que se apoiarão a contratação, incluindo os parâmetros mínimos de desempenho e qualidade exigidos, estão dispostos neste Termo de Referência.

## 7 - DO RECEBIMENTO DOS SERVIÇOS - TERMO DE ACEITE

7.1 - Quando da conclusão da implantação do sistema licitado o CISNORDESTE/SC deve emitir Termo de Aceite para aprovação, iniciando-se, então, a contagem do período de garantia de 60 (sessenta) dias.

7.2 - Enquanto não emitido o Termo de Aceite, o mesmo não será considerado como implantado.

## 8 – DA FINALIDADE DO SISTEMA

#### 8.1 - O sistema visa, dentre outras finalidades de interesse público:

- a) Prover ao CISNORDESTE/SC e Municípios Consorciados de uma solução tecnologicamente atual e homogênea, integrando as informações;
- b) Organizar o acervo disponível de informações existentes, numa base de dados integrada e estruturada;
- c) Prover os usuários e gestores de informações e ferramentas adequadas para o acompanhamento físico e financeiro exigido pela legislação;
- d) Disponibilizar informações ao público, visando tornar mais transparente as contratações públicas;
- e) Unificar, melhorar e ampliar as funções de consolidação de dados econômico-financeiros e avaliações automáticas das informações.
- f) Melhorar a execução de atividades e gerenciamento de informações de apoio;
- g) Garantir a confiabilidade das informações geradas e permitir o controle dos processos licitatórios;
- h) Promover a economia de recursos públicos e a redução de retrabalho, contribuindo para o aumento da produtividade dos empregados públicos;
- i) Agilizar o acesso às informações pelos órgãos de controle e pela sociedade em geral.

### 9 – DAS CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS DO SISTEMA DE CONTROLE DE PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO

#### 9.1 Especificações Gerais dos Cadastros

- a) de órgãos e unidades;
- b) de usuários e sua hierarquia;
- c) de fornecedores;
- d) de Processos Administrativos Licitatórios e Intenções de Registro de Preços;
- e) de Fontes de Recurso/dotação orçamentária;
- f) de grupos de objetos (bens e serviços);
- g) de objetos individuais (itens), com as respectivas unidades de medida, lotes múltiplos, preços de referência, entre outras informações relevantes;
- h) de modelos de documentos (editais, termo de adjudicação e homologação, contratos, atas de registro de preços aditivos, e-mail, solicitações/autorizações de fornecimento, decisões administrativas e outros necessários);
- i) de mensagens a serem lidas por outros usuários, com confirmação de leitura;
- j) de prazos de entrega;
- k) de ativação e desativação de itens, contratos e Atas de Registro de Preços;
- l) de calendário de Processos Administrativos Licitatórios.

#### 8.2 Especificações Gerais do Controle de Execução de Processos

##### 8.2.1 O cadastro de Intenção de Registro de Preços:

- a) Permitir o cadastro de condições quanto ao local, prazo de entrega, forma de pagamento, penalidades etc;
- b) Possibilitar a associação dos bens e serviços para formação do objeto a ser licitado;
- c) Permitir que os usuários quantifiquem a sua intenção de registro de preços;
- d) Permitir solicitação de inclusão de novos itens para o IRP;
- e) Geração automática da lista para licitação;
- f) Possibilitar o controle de saldos históricos.

##### 8.2.2 Processo Administrativo Licitatório:

- a) O cadastro do PAL deve controlar os prazos/datas/vigências do Edital de Licitação, lotes, itens e quantitativos por unidades participantes.
- b) O cadastro do PAL deve permitir a associação de fornecedores, de suas propostas relacionadas com os lotes, itens, quantitativos, apresentação e marcas.
- c) O cadastro do PAL deve permitir a inclusão dos dados do representante legal da empresa para o respectivo processo.

##### 8.2.3 Geração e Gestão de Documentos

8.2.3.1 Geração de Editais de Procedimentos Licitatórios, com base nos cadastros realizados na Intenção de Registro de preços e/ou Processo Administrativo Licitatório, podendo ser editado pelo gestor do sistema;

8.2.3.2 Importação de resultados de sessões eletrônicas realizadas em plataformas virtuais, vinculadas ao Edital/Processo Administrativo Licitatório correspondente;

8.2.3.3 Classificar as propostas para adjudicação e homologação, com geração dos respectivos, permitindo no caso de Registro de Preços a inclusão dos cadastros de reservas.

8.2.3.4 Geração automatizada de documentos, conforme modelo de documento cadastrado, tais como contratos a partir das propostas importadas, atas de registro de preços e seu aditivos, bem como os arquivos eletrônicos correspondentes, com possibilidade pesquisa, seleção de acordo com critérios definidos pelo usuário, impressão e envio dos mesmos para e-mails (cadastrados ou não);

8.2.3.5 Os contratos e ou atas de registros de preços deverão ser gerados por órgão e ou unidades para cada fornecedor com cadastro de prazos e vigências e a respectiva autuação, permitindo sua exportação no formato "PDF".

8.2.3.5.1 Deverá ser possível a assinatura digital de todos os documentos gerados, mantendo o documento digital na base de dados, disponível para consulta pelos interessados e com a possibilidade de assinatura pelos demais usuários responsáveis;

8.2.3.5.2 A liberação de geração de solicitações/Autorizações de Fornecimento pelos órgãos/entidades, a partir dos contratos ou Atas de Registros de Preços geradas será realizada exclusivamente pelo gestor do sistema junto ao CISNORDESTE/SC;

##### 8.2.4 Solicitação de Fornecimento da Ata de Registro de Preços:

- a) Possibilitar a geração de solicitação de fornecimento, por órgão ou unidade;

- b) Lançar automaticamente os saldos dos quantitativos e valores atualizados;
- c) Registrar na Solicitação de Fornecimentos o usuário (login) do sistema;
- d) Possibilitar alterações, exclusões de itens e ou cancelamento da solicitação;
- e) Gerar arquivo para impressão permitindo sua visualização em tela;
- f) Controlar a etapa para empenhamento;
- g) Permitir cadastro dos dados do empenho e possibilitar a vinculação/anexação do arquivo de empenho.

#### 8.2.5 Autorização de Fornecimento da Ata de Registro de Preços:

- a) Possibilitar a geração automática de Autorização de Fornecimento "AF" associada à solicitação, ao empenho, à ata de registro de preços e fornecedor.
- b) Registrar na AF o usuário (login) do sistema;
- c) Enviar a autorização de fornecimento permitindo a geração automática do e-mail para o fornecedor (contendo texto padrão do e-mail e arquivo da AF);
- d) Controlar a etapa de recebimento da AF junto ao fornecedor;
- e) Registrar na AF a data, horário do recebimento e e-mail do fornecedor;
- f) Lançar automaticamente as AF para controle de fornecimento, prazo de entrega, quantitativos e saldos;

#### 8.2.6 Controle de Execução da Autorização de Fornecimento "AF"

- a) Permitir ao usuário "Fornecedor" a visualização e atendimento da AF;
- b) Possibilitar o cadastro de recebimento da AF;
- c) Permitir cadastro dos dados da Nota Fiscal e possibilitar a vinculação/anexação do arquivo em PDF;
- d) Permitir ao usuário "Município" o cadastramento da data de recebimento e aceitação do fornecimento.
- e) Gerar automaticamente alertas e avisos (contendo o texto padrão) para atrasos de fornecimento;
- f) Permitir o cancelamento da AF e vinculação ao texto da Decisão.
- g) Possibilitar a pesquisa, seleção de acordo com critérios definidos pelo usuário, impressão e envio dos mesmos para e-mails (cadastrados ou não);
- h) Acompanhamento de solicitações/Autorizações de Fornecimento por situação e por órgão/entidade, com possibilidade de visualização, impressão e reenvio ao fornecedor;
- i) Possibilitar a inserção de observações quanto à estimativa de atendimento dos itens inclusos nas solicitações/Autorizações de Fornecimento, realizadas pelo fornecedor, usuário solicitante, autorizante ou gestor do sistema junto ao CISNORDESTE/SC;
- j) Gerar automaticamente as notificações de inadimplemento aos fornecedores, com o lançamento de respostas às notificações, podendo ser realizada pelos fornecedores, usuários ou gestor do sistema junto ao CISNORDESTE/SC, com a possibilidade de anexar documentos, com a alteração da situação da notificação (em aberto, respondida com decisão, respondida sem decisão, em recurso, arquivada), realizada exclusivamente pelo gestor do sistema;
- k) Possibilitar a inclusão de observações livres pelos usuários/fornecedores/gestor do sistema junto ao CISNORDESTE/SC vinculadas às solicitações/Autorizações de Fornecimento.

### 8.3 Especificações Gerais dos Relatórios

- a) Relatar quantidade inicial de itens registrados e saldos atuais dos mesmos, possibilitando a geração de relatórios de acordo com a seleção realizada pelo usuário (por período, por fornecedor, por órgão/unidade, por item, por procedimento administrativo licitatório ou outros critérios a serem definidos);
- b) Acompanhar situação de solicitações/Autorizações de Fornecimento (entregues, não entregues, entregues parcialmente, com o número de dias de atraso), possibilitando a geração de relatórios de acordo com a seleção realizada pelo usuário (por período, por fornecedor, por órgão/unidade, por item, por procedimento administrativo licitatório, por situação, por tempo de atraso), bem como os arquivos digitais correspondentes. Neste relatório, deverá ser possível efetuar cancelamentos de saldos de itens, bem como acompanhar todas as observações lançadas pelos usuários por solicitação/Autorização de Fornecimento, de acordo com o critério de seleção;
- c) Apresentar solicitações/Autorizações de Fornecimento entregues com atraso, indicando o número de dias do atraso e possibilitando o cálculo de eventuais multas, bem como a seleção por fornecedor, por órgão/entidade, por item, por número de dias de atraso), inclusive com a geração automática de Decisões Administrativas cadastradas como padrão, enviadas automaticamente aos fornecedores mediante comando do usuário, as quais poderão ser efetuadas exclusivamente pelo gestor do sistema junto ao CISNORDESTE/SC;
- d) Acompanhar as notificações, de acordo com sua situação, bem como da existência de penalidades pecuniárias inadimplidas e seus respectivos valores, de acordo com a data de vencimento e fornecedor.
- e) Resumir as solicitações/Autorizações de Fornecimento emitidas, podendo ser realizada a seleção por fornecedor, por período, por Processo Administrativo Licitatório, por item e outros critérios;
- f) Emitir relatórios de cancelamentos, podendo o relatório demonstrar, ou não, de acordo com a seleção do usuário, o motivo do cancelamento.
- g) Permitir a exportação de relatório nos formatos: XLSX e PDF no mínimo.
- h) Permitir a visualização do relatório em tela antes da sua impressão, utilizando-se de ferramenta integrada à aplicação, sem necessidade de instalação de aplicações adicionais. Permitir, na ferramenta integrada de visualização do relatório, realizar pesquisas no texto do relatório, salvar em formato PDF e imprimir.
- i) Emitir relatórios de acesso público para atendimento da transparência ativa.

### 10 - PROCESSO DE AVALIAÇÃO DE CONFORMIDADE

10.1 - Todos os requisitos técnicos relacionados no Termo de Referência são de atendimento obrigatório, ressalvada a consulta prévia formal ao CISNORDESTE/SC, sendo desclassificada a proposta que deixar de atender a qualquer dos requisitos especificados, todos considerados necessários ao bom funcionamento;

10.2 - O teste de conformidade será realizado pelo CISNORDESTE/SC, podendo se estender por até 60 (sessenta) dias a partir da implantação

do sistema.

#### 11 - DA CONTRATAÇÃO

11.1 - O contrato do objeto do presente Termo de Referência será firmado entre o Consórcio Intermunicipal Catarinense – CISNORDESTE/SC e a empresa proponente declarada vencedora.

11.1.2 - A contratação será formalizada para atendimento dos 17 (dezessete) municípios consorciados e respectivos Fundos Municipais de Saúde e/ou suas autarquias, além do CISNORDESTE/SC, podendo haver aumento posterior do número de Municípios usuários do software.

11.1.3 - Cada Município e o respectivo Fundo Municipal de Saúde, mesmo que com CNPJ's diversos e/ou com vários usuários cadastrados, serão considerados como 1 (uma) licença (item 1 da tabela descritiva do Objeto – 1.1 do Edital), para efeitos de cobrança.

11.1.4 O valor mensal referente às licenças mencionadas no item 1 da tabela do item 1.1 do Edital será calculado multiplicando-se o número de Municípios ou Órgãos com Atas de Registro de Preços vigentes no mês anterior ao do pagamento, isenta a licença para o CISNORDESTE/SC, na qualidade de Órgão Gerenciador, sendo que o primeiro pagamento será realizado até o dia 01/02/2016, caso a implantação tenha sido concluída.

11.1.4.1 Nos meses em que não houver municípios com Atas de Registro de Preços vigentes, não será pago o valor referente às licenças.

11.1.5 - O pagamento pelo uso das licenças (item 1 da tabela 1.1 do Edital), calculado na forma dos itens 11.1.3 e 11.1.4 deste Termo de Referência, será feito mensalmente, sendo o primeiro pagamento realizado juntamente com o pagamento mencionado no item 11.1.6.

11.1.6 – O valor de implantação do software (item 2 da tabela 1.1 do Edital) será pago juntamente com o pagamento da primeira mensalidade referida no item 11.1.5.

11.1.6.1 Caso a implantação não tenha sido concluída até 31/12/2015, será prorrogado, por igual número de dias, o prazo para o pagamento das mensalidades das licenças.

11.1.7 – O pagamento das horas técnicas acaso prestadas (item 3 da tabela 1.1 do Edital), desde que autorizadas pelo CISNORDESTE, serão faturadas e pagas na mesma data do pagamento das licenças.

11.2 - Uma vez celebrado o contrato a empresa contratada deverá atender ao CISNORDESTE/SC de forma direta.

11.2.1 - A contratada deverá atender de forma indireta (através do CISNORDESTE/SC) os Municípios consorciados (integrantes ou que venham a integrar-se ao consórcio) e os fornecedores.

#### 12 - DA VIGÊNCIA CONTRATUAL, DEMAIS PRAZOS E DO ACOMPANHAMENTO.

12.1 O contrato a ser celebrado terá vigência de 12 (doze) meses, de 31/12/2015 a 31/12/2016, podendo ser prorrogado, a critério do CISNORDESTE/SC, por até 48 (quarenta e oito) meses, conforme inciso IV do art. 57 da lei nº 8.666/93.

12.2 - A implantação deverá ser iniciada até o dia 01/12/2015 e o prazo para execução das etapas de conversão, implantação e treinamento do sistema licitado será até o dia 31/12/2015.

12.3 - O prazo de garantia para os serviços iniciais de implantação será de 60 (sessenta) dias, contados a partir do termo de aceite final de implantação do sistema, ficando durante este período, o contratante, isento do pagamento de atendimento "in loco", compreendendo atendimento técnico e despesas com alimentação e estada para atendimento no local.

#### 13 - DA SUPERVISÃO

13.1 - As ações constantes deste Termo de Referência serão acompanhadas e supervisionadas pelo CISNORDESTE/SC, que estabelecerá em comum acordo com a empresa contratada o planejamento para o desenvolvimento dos trabalhos envolvendo o acompanhamento, a análise e a aprovação dos relatórios e demais documentos gerenciais, necessários para o andamento dos trabalhos.

#### 14 – DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1 – Acaso o sistema a ser contratado não contemple, ainda, todas as funcionalidades listadas neste termo de referência, o licitante deverá consultar, formalmente, durante o prazo de recebimento das propostas, a possibilidade de oferecimento do sistema disponível, comprometendo-se a, no prazo máximo de 31/12/2015, efetuar as adequações, o que constará do contrato.

#### ANEXO II

EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 005/2015-CISNORDESTE/SC

## PREÇOS DE REFERÊNCIA

ITEM	QTDE	UNID.	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO R\$*	VALOR total ANUAL R\$*
1	17	Licença	Licença de uso de software de Controle de Processo Administrativo Licitatório, não exclusivo, para uso de forma temporária, não transferível, oneroso, sem limitação quanto ao número de usuários simultâneos, composta por: Cadastros, Controle de Execução de Processos e Relatórios, incluindo atualização legal, corretiva, evolutiva e suporte técnico e Hospedagem do Software.	200,00	40.800,00
2	1	Serviço	Serviços técnicos especializados de: - Implantação dos sistemas - Conversão dos dados existentes - Capacitação dos usuários	8.000,00	8.000,00
3	36	Hora	Hora Técnica para Serviços Especiais	100,00	3.600,00
Total Global (R\$)					52.400,00

## ANEXO III

## EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 005/2015-CISNORDESTE/SC

## MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL

Apresentamos nossa proposta para aquisição do objeto da presente licitação Pregão, na Forma Eletrônica nº 005/2015, acatando todas as estipulações consignadas no respectivo Edital e seus anexos.

## 1 – IDENTIFICAÇÃO DA LICITANTE:

NOME DA EMPRESA:

CNPJ e INSCRIÇÃO ESTADUAL:

REPRESENTANTE e CARGO:

CARTEIRA DE IDENTIDADE e CPF:

ENDEREÇO, TELEFONE/FAX:

EMAIL:

AGÊNCIA e Nº DA CONTA BANCÁRIA (conforme ANEXO IV)

## 2 – PREÇO (READEQUADO AO LANCE VENCEDOR)

(Deverá ser cotado, preço global para implantação do objeto, bem como custo mensal para a locação do sistema, por licença, limitados a 02 (duas) casas decimais, de acordo com o item 1.1 do Edital).

## 2.1. TABELA DE SERVIÇOS

ITEM	QTDE	UNID.	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO R\$*	VALOR total R\$*
1	17	Licença	Licença de uso de software de Controle de Processo Administrativo Licitatório, não exclusivo, para uso de forma temporária, não transferível, oneroso, sem limitação quanto ao número de usuários simultâneos, composta por: Cadastros, Controle de Execução de Processos e Relatórios, incluindo atualização legal, corretiva, evolutiva e suporte técnico e Hospedagem do Software.		
2	1	Serviço	Serviços técnicos especializados de: - Implantação dos sistemas - Conversão dos dados existentes - Capacitação dos usuários		
3	36	Hora	Hora Técnica para Serviços Especiais		
Total Global (R\$)					

\* Cotar valores com 2 (duas) casas decimais.

2.3 No preço cotado já estão inclusas eventuais vantagens e/ou abatimentos, impostos, taxas e encargos sociais, obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais, assim como despesas com transportes e deslocamentos e outras quaisquer que incidam sobre a contratação.

2.4 Durante a vigência contratual, poderão ser incluídas licenças para uso do software como usuário para outros municípios consorciados ao CISNORDESTE/SC.

2.5 Cada Município e o respectivo Fundo Municipal de Saúde, mesmo que com CNPJ's diversos e/ou com vários usuários cadastrados, serão considerados como 1 (uma) licença (item 1 da tabela acima), para efeitos de cobrança.

2.6 O número de licenças a ser pago mensalmente poderá ser inferior à quantidade apresentada na tabela acima, tendo em vista que serão pagas, a cada mês, apenas as licenças dos Municípios/Órgãos com Atas de Registro de Preços vigentes no mês anterior ao do pagamento, sendo isenta a licença referente do CISNORDESTE/SC.



2.7 O pagamento das horas técnicas acaso prestadas (item 3 da tabela 1.1 do Edital), desde que autorizadas pelo CISNORDESTE, serão faturadas e pagas na mesma data do pagamento das licenças.

### 3 – CONDIÇÕES GERAIS

3.1 A proponente declara conhecer os termos do instrumento convocatório e seus anexos, os quais regem a presente licitação.

### 4 - PRAZO E LOCAL DE ENTREGA

4.1 A implantação e liberação das licenças aos usuários deverá ser concluída até 31/12/2015, na sede do CISNORDESTE/SC, situada na Rua Max Colin, nº 1843, Bairro América, CEP 89.204 635 em Joinville/SC, ou virtualmente.

4.2 O treinamento aos Municípios consorciados, bem como as configurações dos equipamentos destes para utilização das licenças de uso do sistema poderão ser prestados através de ambiente virtual, desde que não haja prejuízo ao perfeito funcionamento do sistema, devendo ocorrer no prazo do item 4.1.

### 5 - GARANTIA

5.1 A garantia dos serviços prestados será de no mínimo 60 (sessenta) dias, sem qualquer custo para o CISNORDESTE/SC, contados a partir do recebimento e aceite final da implantação do sistema.

5.2 A proponente se compromete a corrigir problemas técnicos que venham a ser constatados durante a vigência contratual, sem a implicação de quaisquer custos adicionais e em prazo não superior a 5 (cinco) dias úteis, contados da notificação realizada pelo CISNORDESTE/SC acerca de falhas ocorridas

### 6 - PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO A SER CELEBRADO

6.1 O contrato será celebrado por 12 (doze) meses, vigendo de 31/12/2015 a 31/12/2016 podendo ser prorrogado por até 48 (quarenta e oito) meses, conforme art. 57, inciso IV da Lei nº 8.666/93.

### 7 - VALIDADE DA PROPOSTA COMERCIAL

7.1 No mínimo, 60 (sessenta) dias contados a partir da data da sessão pública do Pregão, estendendo-se pelos primeiros 12 (doze) meses da vigência contratual.

7.2 A interposição de recurso suspende o prazo de validade da proposta até decisão.

Obs.: (observações que o proponente julgue oportunas)

.

### LOCAL E DATA

NOME E ASSINATURA DO REPRESENTANTE DA EMPRESA

ANEXO IV

EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 005/2015-CISNORDESTE/SC

DADOS BANCÁRIOS E DO REPRESENTANTE LEGAL

ANEXO V

EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 005/2015-CISNORDESTE/SC

DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO PLENO DOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

\_\_\_\_\_ (RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA) \_\_\_\_\_ CNPJ nº \_\_\_\_\_, sediada em  
\_\_\_\_\_ (ENDEREÇO COMERCIAL) \_\_\_\_\_, declara, sob as penas da Lei nº 10.520, de 17/07/2002,  
que cumpre plenamente os requisitos para sua habilitação no presente processo licitatório.

OBS – Se for Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte – EPP com problemas na habilitação, fazer constar tal ressalva.

\_\_\_\_<CIDADE> \_\_\_\_\_ ( UF ), \_\_\_\_< DATA> \_\_\_\_\_

Assinatura do representante legal da empresa

Carimbo da empresa

ANEXO VI

EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 005/2015-CISNORDESTE/SC

DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESAS  
E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

A empresa \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ sob o nº \_\_\_\_\_, por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr.(a.) ou procurado \_\_\_\_\_, portador(a) da Carteira de Identidade nº \_\_\_\_\_, do CPF nº \_\_\_\_\_, DECLARA, sob as penas elencadas na Lei nº 8.666/93, que em conformidade com o previsto no art. 3º da Lei Complementar nº 123, de 15 de dezembro de 2006, ter a receita bruta equivalente a uma \_\_\_\_\_ (microempresa ou empresa de pequeno porte). Declara ainda que não há nenhum dos impedimentos previstos no - 4º, art. 3º da LC 123/06.

Assinatura e carimbo



Representante da empresa  
ANEXO VII

EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 005/2015-CISNORDESTE/SC

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 034/2015-CISNORDESTE/SC

MINUTA DO CONTRATO Nº ..... /2015

Aos ... dias do mês de ..... do ano de dois mil e ....., presentes de um lado, o CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO NORDESTE DE SANTA CATARINA – CISNORDESTE/SC, Consórcio Público, constituído na forma de Associação Pública, com personalidade jurídica de direito público e natureza autárquica interfederativa, inscrito no CNPJ sob o nº 03.222.337/0001-31, com sede na Rua Max Colin, nº 1843, América, no Município de Joinville, Estado de Santa Catarina, neste ato representado por seu Presidente, JOSÉ CHAVES, doravante denominado CONTRATANTE, e ..... pessoa jurídica de direito privado, situada na ....., nº ....., na cidade de ....., inscrita no CNPJ sob o nº ....., neste ato representada pelo ....., Sr. ...., doravante denominado CONTRATADO, tem entre si, justos e contratados a prestação do serviço descrito no objeto, sujeitando-se as partes às determinações da com fundamento na Lei nº 10.520/2002, Decretos nº 3.555/2000 e nº 5.450/2005, Resolução nº 02/2014, disposições previstas no Edital do Pregão Eletrônico de nº 005/2015-CISNORDESTE/SC e seus Anexos, nas seguintes condições

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 Contratação de software de Controle de Processo Administrativo Licitatório, de acordo com os quantitativos estimados na tabela abaixo e especificações constantes no Termo de Referência – Anexo I do Edital do Pregão Eletrônico nº 05/2015-CISNORDESTE/SC, do edital de licitação que originou este contrato:

ITEM	QTDE	UNID.	DESCRIÇÃO
1	17	Serv./Mês	Licença de uso de software de Controle de Processo Administrativo Licitatório, não exclusivo, para uso de forma temporária, não transferível, oneroso, sem limitação quanto ao número de usuários simultâneos, composta por: Cadastros, Controle de Execução de Processos e Relatórios, incluindo atualização legal, corretiva, evolutiva e suporte técnico e Hospedagem do Software.
2	1	Serviços	Serviços técnicos especializados de: - Implantação dos sistemas - Conversão dos dados existentes - Capacitação dos usuários
3	36	Serv./Horas	Hora Técnica para Serviços Especiais

1.2 Durante a vigência contratual, poderão ser incluídas licenças para uso do software como usuário para outros municípios consorciados ao CISNORDESTE/SC.

1.3 Cada Município e o respectivo Fundo Municipal de Saúde, mesmo que com CNPJ's diversos e/ou com vários usuários cadastrados, serão considerados como 1 (uma) licença (item 1 da tabela acima), para efeitos de cobrança.

1.4 Ressalva-se que o número de licenças a ser pago mensalmente poderá ser inferior à quantidade apresentada na tabela acima, tendo em vista que serão pagas, a cada mês, apenas as licenças dos Municípios com Atas de Registro de Preços vigentes no mês anterior ao do pagamento, sendo a licença do CISNORDESTE/SC isenta.

1.5 A quantidade de horas técnicas apresentada no item 3 é estimada, podendo ser realizadas em número inferior ou superior, conforme a necessidade e desde que autorizadas pelo CISNORDESTE/SC.

#### CLÁUSULA SEGUNDA – DO PREÇO

2.1 O CONTRATANTE pagará à CONTRATADA, para implantação do sistema e seu banco de dados, conversão dos dados existentes, treinamento e configuração das máquinas/estações de usuário, conforme definido no Termo de Referência – Anexo I do Edital de Pregão Eletrônico nº 05/2015-CISNORDESTE/SC a parcela única no valor de R\$ \_\_\_\_\_ ( \_\_\_\_\_ ) de acordo com a proposta comercial homologada

2.2 Pagará ainda o CONTRANTE, mensalmente, como locação da licença de uso do software implantado, o valor de R\$ \_\_\_\_\_ ( \_\_\_\_\_ ) por cada licença de utilização, atualização legal, corretiva, evolutiva e suporte técnico, bem como hospedagem do software;

2.3 O valor da Hora técnica para serviços especiais eventualmente necessários será de R\$ \_\_\_\_\_ ( \_\_\_\_\_ ).

2.4 No valor dos serviços já estão incluídos todos os custos e despesas com encargos fiscais, sociais e trabalhistas, inclusive transporte, deslocamentos que sejam necessários, taxas, impostos, seguros, licenças, suporte técnico e outros custos relacionados ao serviço.

#### CLÁUSULA TERCEIRA – DO PRAZO DE ENTREGA DO OBJETO

3.1 A implantação deverá ser iniciada até o dia 01/12/2015 e o prazo para execução das etapas de conversão, implantação e treinamento do sistema (item 2 da Tabela do item 1.1) será até o dia 31/12/2015

#### CLÁUSULA QUARTA – DOS PAGAMENTOS

4.1 O pagamento do objeto do presente contrato, será feito pelo CONTRATANTE em favor da CONTRATADA, mediante depósito bancário em sua conta corrente, ou através de boleto bancário.

4.2 O valor mensal referente às licenças estipulado no item 2.2 será calculado multiplicando-se o número de Municípios/Órgãos com Atas de Registro de Preços vigentes no mês anterior ao do pagamento, sendo isenta a licença para o CISNORDESTE/SC, na qualidade de Órgão Gerenciador, sendo que o primeiro pagamento será realizado até o dia 01/02/2016, caso a implantação tenha sido concluída.

4.2.1 Caso a implantação não tenha sido concluída até 31/12/2015, será prorrogado, por igual número de dias, o prazo para o pagamento das mensalidades das licenças.

4.2.2 Nos meses em que não houver municípios com Atas de Registro de Preços vigentes, não serão cobradas licenças.

4.3 O valor de implantação do software definido no item 2.1 será pago juntamente com o pagamento da primeira mensalidade, referida no item 4.2.

4.4 O pagamento das horas técnicas acaso prestadas, conforme item 2.3, desde que autorizadas pelo CONTRATANTE, serão faturadas e pagas na mesma data das licenças.

4.4.1 Para pagamento das horas técnicas é imprescindível que haja acordo prévio quanto à realização das mesmas e que o CONTRATADO apresente detalhamento do que houver sido realizado durante estas horas.

4.5 Durante a vigência contratual, havendo interesse na utilização do sistema por parte de municípios que venham a se consorciar ou entidades que participem dos Procedimentos Licitatórios gerenciados pelo CONTRATANTE, poderão ser acrescidas tantas licenças de usuário quanto as que se fizerem necessárias, sem incidência de custo de implantação, treinamento e configuração de equipamentos.

4.6 Ressalva-se que deverá ser encaminhada a Nota Fiscal referente ao serviço prestado, acompanhada do arquivo XML, caso haja, bem como todos os documentos comprobatórios da regularidade fiscal da CONTRATADA, conforme art. 29 da Lei nº 8.666/93, pelo menos 10 (dez) dias antes do vencimento, os quais deverão estar válidos na data do pagamento.

4.7 O não encaminhamento dos documentos mencionados ou a existência de quaisquer irregularidades fiscais obsta o pagamento a ser realizado, até que a pendência seja regularizada.

4.8 No caso da retenção de pagamentos pelo não envio dos documentos mencionados no item 4.5 ou, ainda, em razão da constatação de irregularidade fiscal da CONTRATADA, uma vez regularizada a situação, o pagamento será realizado dentro de até 15 (quinze) dias do envio dos documentos válidos, sem quaisquer acréscimos ou atualizações.

4.9 Vencendo qualquer dos pagamentos em dia em que não haja expediente no CONTRATANTE, o pagamento será prorrogado para o primeiro dia útil subsequente ao do vencimento.

4.10 Ocorrendo erro na apresentação das faturas, as mesmas serão devolvidas à CONTRATADA para retificação, ficando estabelecido que o pagamento será efetuado após a apresentação da nova fatura devidamente retificada, dentro de até 15 (quinze) dias do envio do documento retificado.

4.11 É expressamente vedado ao fornecedor realizar a cobrança ou desconto de duplicatas através de rede bancária ou de terceiros.

#### CLÁUSULA QUINTA – DO REAJUSTE

5.1 Os valores ora ajustados não serão passíveis de reajustes durante os primeiros 12 (doze) meses da vigência contratual, ressalvando-se o direito à revisão para manter o equilíbrio econômico-financeiro, mediante requerimento fundamentado e comprovado, conforme previsão do art. 65, alínea d da Lei nº 8.666/93.

5.2 Havendo prorrogação da vigência contratual, mediante aditivo ao presente contrato, o valor das licenças previstas no item 2.2 e das horas técnicas previstas no item 2.3, serão reajustados mediante a aplicação do INPC acumulado no período.

#### CLÁUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

6.1 Compete ao CONTRATANTE:

- a) cumprir e fazer cumprir as disposições deste Contrato;
- b) determinar, quando cabível, as modificações consideradas necessárias à perfeita execução do contrato e a preservação do interesse público;
- c) prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA;
- d) efetuar o pagamento à CONTRATADA, de acordo com o estabelecido na Cláusula Quarta
- e) fiscalizar a prestação dos serviços contratados.

#### CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

7.1 – É responsabilidade da CONTRATADA:

- a) prestar com diligência, profissionalismo e segurança os serviços objeto deste Contrato, responsabilizando-se única, integral e exclusivamente pelas consequências e implicações dele decorrentes;
- b) responsabilizar-se pela idoneidade e comportamento de seus colaboradores/prepostos, bem como pelos direitos trabalhistas deste, respondendo por qualquer prejuízo que venha a ser causado por estes em razão da execução do presente Contrato;
- c) facilitar a fiscalização do presente Contrato, fornecendo os esclarecimentos e documentos solicitados pela CONTRATANTE, sem criar-lhe qualquer tipo de embaraço;
- d) manter, durante todo o período da vigência contratual, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas para prestação do objeto;
- e) cumprir seus deveres de sigilo e de ética profissional, fazendo as recomendações oportunas e desenvolvendo todos os demais atos e funções necessárias ou convenientes ao bom cumprimento das atribuições contratadas;
- f) orientar ao CONTRATANTE e seus empregados acerca das práticas mais eficientes relacionadas ao objeto contratado;
- g) enviar o documento fiscal ao email [cisamunesc@cisamunesc.org.br](mailto:cisamunesc@cisamunesc.org.br), acompanhado do arquivo XML oriundo da emissão da Nota Fiscal de prestação de serviços e boleto para pagamento com, pelo menos, 10 (dez) dias de antecedência à data de pagamento, sempre acompanhado de documentos comprobatórios de sua regularidade fiscal e trabalhista, conforme art. 29 e incisos da Lei nº 8.666/93.
- h) manter a proposta que originou a presente contratação, conforme apresentada no certame, nas condições estabelecidas e dentro do prazo de validade da proposta
- i) fornecer o objeto deste contrato, no prazo definido e de acordo com as especificações exigidas;
- j) ler todas as condições da contratação, não podendo, posteriormente, alegar seu desconhecimento.
- k) entregar integralmente o objeto, no prazo estabelecido na Cláusula Terceira, promovendo inclusive o treinamento dos usuários e configuração dos seus equipamentos;
- l) responsabilizar-se por todas as despesas oriundas da entrega do objeto;
- m) prestar suporte integral durante a implantação do sistema, bem como suporte aos usuários licenciados durante toda a vigência contratual;
- n) corrigir problemas técnicos que venham a ser constatados durante a vigência contratual, sem a implicação de quaisquer custos adicionais e em prazo não superior a 5 (cinco) dias úteis, contados da notificação realizada pelo CONTRATANTE acerca de falhas ocorridas

#### CLÁUSULA OITAVA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

8.1 – Nas hipóteses de inexecução total ou parcial, poderá o CONTRATANTE aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

- a) advertência;
- b) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Consórcio Intermunicipal de Saúde do Nordeste de Santa Catarina – CISNORDESTE/SC, bem como com qualquer um dos municípios consorciados, por prazo não superior a 02 (dois) anos.
- c) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, diante do ressarcimento pelos prejuízos causados ao CONTRATANTE e após decorrido o prazo da penalidade aplicada conforme a alínea b;
- d) por atraso superior a 5 (cinco) dias da entrega do objeto, fica a CONTRATADA sujeita a multa compensatória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, incidente sobre o valor do contrato, a ser calculado desde o 6º (sexto) dia de atraso até o efetivo cumprimento da obrigação limitado a 30 (trinta) dias;
- e) em caso de inexecução parcial ou de qualquer outra irregularidade do objeto poderá ser aplicada multa sancionatória de 10% (dez por cento) calculada sobre o valor do contrato, sem prejuízo da multa prevista na alínea d;
- f) transcorridos 30 (trinta) dias do prazo de entrega estabelecido no contrato, caso não opte o CONTRATANTE por aplicar a multa prevista na alínea d, mantendo-se o contrato, será considerado rescindido o contrato, aplicando-se a multa sancionatória de 15% (quinze por cento) pela inexecução, calculada sobre o valor total da contratação, sem prejuízo da multa prevista na alínea d;

8.2 A aplicação das penalidades previstas nas alíneas a, b e c poderão ser cumuladas com a penalidade de multa.

8.3 Antes da aplicação de qualquer penalidade, a CONTRATADA será notificada extrajudicialmente, através de carta com aviso de Recebimento, enviada ao endereço que consta no seu cartão do CNPJ, facultando-lhe defesa administrativa, no prazo de 5 (cinco) dias.

8.4 Será considerado o valor global do Contrato, levando em conta a vigência estabelecida à Cláusula Décima Terceira, para cálculo das multas previstas nas alíneas d, e e f do item 8.1.

8.5 A escolha dentre as penalidades possíveis será realizada considerando a razoabilidade, proporcionalidade entre a conduta e os resultados negativos advindos e, ainda, a reincidência da CONTRATADA.

8.6 Se o descumprimento do Contrato gerar consequências gravosas ao CONTRATANTE, poderá este rescindi-lo de imediato, aplicando as penalidades pertinentes, resguardando-se o direito à indenização pelas perdas e danos.

#### CLÁUSULA NONA – DA RESCISÃO CONTRATUAL

9.1 A rescisão do presente poderá ser:

- a) determinada por ato unilateral e escrito do CONTRATANTE, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei nº 8.666/93;
- b) amigável, por acordo entre as partes, formalizada por escrito, desde que haja conveniência para a Administração;
- c) judicial, nos termos da legislação;
- d) em decorrência da prática de infração contratual, considerando-se os mesmos critérios definidos no item 8.4 e, ainda, facultando à CONTRATADA a apresentação de defesa administrativa, nos termos do item 8.3;

9.2 Constituem motivos para rescisão do presente, aqueles previstos no art. 78 da Lei nº 8.666/93;

9.3 No caso da alínea a do item 9.1, aplicar-se-á o art. 80 da Lei nº 8.666/93;

9.4 Resguardam-se os direitos do CONTRATANTE, no caso de rescisão administrativa, nos termos do inciso IX do art. 55 da Lei nº 8.666/93.

9.5 Poderá dar-se a rescisão/resilição, ainda, por interesse de qualquer das partes, sem a incidência de quaisquer ônus, após 30 (trinta) dias de realizada a notificação inequívoca à parte contrária, pela parte interessada, da intenção de rescindir/resilir o contrato.

9.6 No caso da rescisão prevista no item 9.5, a rescisão deverá ser formalizada por escrito e não poderá prejudicar procedimentos em andamento, os quais, se interrompidos, possam gerar prejuízos ao CONTRATANTE, permanecendo a vigência do Contrato, no que couber, até a conclusão dos referidos procedimentos.

9.7 Havendo rescisão contratual, independentemente do motivo, a CONTRATADA fica obrigada a não dificultar o procedimento da migração da base de dados mantida pelo CONTRATANTE, ressaltando-se que os procedimentos licitatórios eventualmente em curso, a critério do CONTRATANTE, deverão ser concluídos antes do encerramento da vigência contratual, garantida a contraprestação proporcional ao tempo de utilização dos serviços.

9.8 Rescindir-se-á o presente contrato, independentemente da aplicação de sanções, no caso de não aprovação do software no teste de conformidade referido no item 10.2 do Termo de Referência – Anexo I ao Edital de Pregão Eletrônico nº 05/2015 – CISNORDESTE/SC.

#### CLÁUSULA DÉCIMA – DAS ALTERAÇÕES DO CONTRATO

10.1 O contrato poderá sofrer alterações, obedecidas as disposições contidas no art. 65 da Lei nº 8.666/93.

10.2 O CONTRATANTE tem a prerrogativa de modificar unilateralmente o contrato, para melhor adequação à finalidades de interesse público, ressalvados os direitos da CONTRATADA.

dotação

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1 As rubricas orçamentárias a serem utilizadas são as de nº 1.1001.4.122.1.2.1.0..339000 – Fonte 102 – Elemento 39.11 – Locação de Software e 1.1001.4.122.1.2.1.0.339000 – Fonte 102 – elemento 39.08 – Manutenção de Software.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA VINCULAÇÃO AO PROCESSO LICITATÓRIO

12.1 O presente contrato está vinculado ao Processo Administrativo nº 034/2015-CISNORDESTE/SC, Pregão Eletrônico nº 005/2015 - CISNORDESTE/SC, realizado pelo Consórcio Intermunicipal de Saúde do Nordeste de Santa Catarina - CISNORDESTE/SC.

#### CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA

13.1 O presente contrato tem vigência de 12 (doze) meses, de 31/12/2015 a 31/12/2016, podendo ser prorrogado, a critério do CISNORDESTE/SC, por até 48 (quarenta e oito) meses, conforme inciso IV do art. 57 da lei nº 8.666/93, mediante a celebração de Aditivo Contratual para este fim.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1 A CONTRATADA declara estar ciente das suas obrigações para com o CONTRATANTE, nos termos do Edital da respectiva Licitação e da sua proposta, que passam a fazer parte integrante do presente ajuste e a reger as relações entre as partes, para todos os fins.

14.2 A execução do contrato será fiscalizada por representante da administração, o(a) Sr(a). \_\_\_\_\_

14.3 Acaso o sistema a ser contratado não contemple, ainda, todas as funcionalidades listadas no Termo de Referência – Anexo I ao Edital do Pregão Eletrônico nº 05/2015-CISNORDESTE/SC, tendo sido previamente consultada o CONTRATANTE, nos termos do item 14.1 do Termo de Referência mencionado, a CONTRATADA compromete-se a, no prazo máximo de 31/12/2015, efetuar as adequações.

14.4 Durante a prestação dos serviços, a CONTRATADA prestará toda a orientação necessária à melhor consecução do objeto deste Contrato.

14.5 O CONTRATANTE não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela CONTRATADA com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência do objeto contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

14.6 O presente Contrato não gera, em nenhuma hipótese, vínculo empregatício entre as partes.

14.7 A prestação do serviço não poderá ser subcontrada, seja total ou parcialmente.

14.8 Durante a vigência contratual, a CONTRATADA se obriga a manter a qualificação exigida para a prestação do serviço, bem como sua regularidade fiscal.

14.9 Aplica-se ao presente contrato as disposições da Lei nº 8.666/93, sem prejuízo da legislação civil, penal, tributária, trabalhista e consumerista.

14.10 No caso de alteração da estrutura social da CONTRATADA, havendo justificativa e manutenção dos requisitos de habilitação técnica e jurídica e, ainda, não ocorrência de prejuízos ao CONTRATANTE ou infringência às disposições legais, os direitos e deveres oriundos deste contrato poderão ser transferidos.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DO FORO

15.1 – É competente o foro da Comarca de Joinville, SC, para dirimir quaisquer dúvidas, porventura, oriundas da presente Ata de Registro de Preços.

E por estarem justas e compromissadas, as partes assinam o presente Contrato em 2 (duas) vias de igual teor e forma.

Joinville (SC), ... de ..... de 2015.

JOSÉ CHAVES Fornecedor

Presidente do CISNORDESTE/SC

Órgão Gerenciador

Assessoria Jurídica:

Testemunhas:

1ª – \_\_\_\_\_

2ª – \_\_\_\_\_

ANEXO VIII

EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 005/2015-CISNORDESTE/SC

#### TERMO DE ADESÃO AO SISTEMA DE PREGÃO ELETRÔNICO DA BOLSA DE LICITAÇÕES E LEILÕES DO BRASIL E DE INTERMEDIÇÃO DE OPERAÇÕES

1 – Por meio do presente Termo de Adesão, o Licitante acima qualificado manifesta sua adesão ao Regulamento do Sistema Eletrônico de Pregões Eletrônicos da Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil, do qual declara ter pleno conhecimento, em conformidade com as disposições que seguem.

2 – São responsabilidades do Licitante:

2.1 – tomar conhecimento de e cumprir todos os dispositivos constantes dos editais de negócios dos quais venha a participar;

2.2 – observar e cumprir a regularidade fiscal, apresentando a documentação exigida nos editais para fins de habilitação nas licitações em que for vencedor;

2.2.1 - observar a legislação pertinente, bem como o disposto nos Estatutos Sociais e nas demais normas e regulamentos expedidos pela Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil, dos quais declara ter pleno conhecimento;

2.2.2 - designar pessoa responsável para operar o Sistema Eletrônico de Licitações, conforme ANEXO \_\_\_\_;

2.2.3 - pagar a taxa pela utilização do Sistema Eletrônico de Licitações.

3 – O Licitante reconhece que a utilização do sistema eletrônico de negociação implica o pagamento de taxas de utilização, conforme previsto no ANEXO \_\_\_\_ do Regulamento Sistema Eletrônico de Licitações da Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil.

4 – O Licitante autoriza a Bolsa de Licitações e Leilões a expedir boleto de cobrança bancária referente às taxas de utilização ora referidas, nos prazos e condições definidos no ANEXO \_\_\_\_ do Regulamento Sistema Eletrônico de Licitações da Bolsa de Licitações e Leilões.

5 – (cláusula facultativa – para caso de uso de corretoras) O Fornecedor/Comprador outorga plenos poderes à sociedade corretora abaixo qualificada, nos termos dos artigos 653 e seguintes do Código Civil Brasileiro, para o fim específico de credenciá-lo e representá-lo nos negócios de seu interesse realizados por meio do Sistema Eletrônico de Licitações da Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil, podendo a sociedade corretora, para tanto:

5.1 – declarar que conhece e atende as condições de habilitação previstas no Edital;

5.2 – apresentar lance de preço;

5.3 – apresentar manifestação sobre os procedimentos adotados pelo pregoeiro;

5.4 – solicitar informações via sistema eletrônico;

5.5 – interpor recursos contra atos do pregoeiro;

5.6 – apresentar e retirar documentos;

- 5.7 – solicitar e prestar declarações e esclarecimentos;  
5.8 – assinar documentos relativos às propostas;  
5.9 – emitir e firmar o fechamento da operação;  
5.10 – praticar todos os atos em direito admitidos para o bom e fiel cumprimento do presente mandato, que não poderá ser substabelecido.

6 – O presente Termo de Adesão é válido até \_\_/\_\_/\_\_\_\_, podendo ser rescindido ou revogado, a qualquer tempo, pelo Licitante, mediante comunicação expressa, sem prejuízo das responsabilidades assumidas durante o prazo de vigência ou decorrentes de negócios em andamento.

Local e data:

Assinatura: \_\_\_\_\_  
(reconhecer firma em cartório)

Anexo ao Termo de Adesão ao Sistema Eletrônico de Licitações  
da Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil - (Licitante direto)  
Indicação de Usuário do Sistema

O Licitante reconhece que:

- a) a Senha e a Chave Eletrônica de identificação do usuário para acesso ao sistema são de uso exclusivo de seu titular, não cabendo à Bolsa nenhuma responsabilidade por eventuais danos ou prejuízos decorrentes de seu uso indevido;  
b) o cancelamento de Senha ou de Chave Eletrônica poderá ser feito pela Bolsa, mediante solicitação escrita de seu titular ou do Licitante;  
c) a perda de Senha ou de Chave Eletrônica ou a quebra de seu sigilo deverá ser comunicada imediatamente à Bolsa, para o necessário bloqueio de acesso;  
d) o Licitante será responsável por todas as propostas, lances de preços e transações efetuadas no sistema, por seu usuário, por sua conta e ordem, assumindo-os como firmes e verdadeiros;  
e) o não pagamento da taxa ensejará a sua inclusão no cadastro de inadimplentes da Bolsa, no Serviço de Proteção de Crédito e no SERASA.

Local e data:

Responsável: \_\_\_\_\_

Assinatura: \_\_\_\_\_  
(reconhecer firma em cartório)

#### ANEXO IX

EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 005/2015-CISNORDESTE/SC

MODELO DE PROPOSTA ELETRÔNICA

#### ANEXO X

EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 005/2015-CISNORDESTE/SC

DECLARAÇÃO SOBRE A ORIGEM DA TECNOLOGIA

A empresa \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ sob o nº \_\_\_\_\_, por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr.(a.) ou procurado \_\_\_\_\_, portador(a) da Carteira de Identidade nº \_\_\_\_\_, do CPF nº \_\_\_\_\_, DECLARA, sob as penas elencadas na Lei nº 8.666/93, para fins de exercício de direito de preferência previsto no art. 8º, - 3º do Decreto 7.174/2010, que a origem da tecnologia do serviço oferecido a fornecimento se enquadra na hipótese do inciso \_\_\_\_\_ do art. 5º do referido Decreto, abaixo transcrito, observando-se as definições trazidas naquela norma.

Art. 5º Será assegurada preferência na contratação, nos termos do disposto no art. 3º da Lei nº 8.248, de 1991, para fornecedores de bens e serviços, observada a seguinte ordem:

- I - bens e serviços com tecnologia desenvolvida no País e produzidos de acordo com o Processo Produtivo Básico (PPB), na forma definida pelo Poder Executivo Federal;  
II - bens e serviços com tecnologia desenvolvida no País; e  
III - bens e serviços produzidos de acordo com o PPB, na forma definida pelo Poder Executivo Federal.

Assinatura e carimbo  
Representante da empresa



**PRORROGAÇÃO DA VALIDADE DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO EDITAL NO 001/2014**

PRORROGAÇÃO DA VALIDADE DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO EDITAL No 001/2014

O PRESIDENTE do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Nordeste de Santa Catarina – CISNORDESTE/SC, o Sr. José Chaves, no exercício de suas atribuições legais e regimentais, e tendo em vista o contido nos autos do Processo Administrativo referente ao Processo Seletivo Simplificado nº 001/2014, resolve:

I - PRORROGAR, pelo período de 1 (um) ano, a contar da data de publicação da homologação, o prazo de validade do Concurso Público regido pelo Edital nº 001/2014, publicado na página 487 do Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina de 30/04/2014,

II - Este Edital entra em vigor na data de sua assinatura.

Joinville, 29 de Abril de 2015.

JOSÉ CHAVES

Prefeito de Garuva

Presidente do CISNORDESTE/SC

**CIS/AMARP****4 ADITIVO AO CONTRATO 12 2015 HSDS**

4º TERMO ADITIVO 2015 AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO 12/2015 IEAS - HOSPITAL SALVATORIANO DIVINO SALVADOR

Pelo presente instrumento de Aditivo, de um lado o Consórcio Intermunicipal de Saúde do Alto Vale do Rio do Peixe – CISAMARP, Consórcio Público com personalidade jurídica de direito público, inscrito no CNPJ nº 11.023.771/0001-10, com sede à Rua Manoel Roque, 99, Alvorada, Videira S/C, neste ato representado por seu Presidente, Sr. Gilberto Amaro Comazzetto, CPF 550.201.009-00 e de outro lado IEAS-HOSPITAL SALVATORIANO DIVINO SALVADOR, CNPJ 56.552.809/0003-03, situada na Rua Coronel Fagundes, 180 – Centro – Videira - SC, neste ato representada pelo seu representante legal Flamarion da Silva Lucas, CPF 658.498.760-49, considerando a concordância e o interesse das partes, resolvem, de comum acordo, alterar o Contrato de Prestação de Serviço 12/2015 IEAS - HOSPITAL SALVATORIANO DIVINO SALVADOR, conforme as Cláusulas a seguir especificadas:

**CLÁUSULA PRIMEIRA**

A lista de procedimentos da CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO – do Contrato de Prestação de Serviço passa a conter em sua relação os seguintes procedimentos:

PROCEDIMENTO	CODIGO SUS	VALOR CIS
Core biopsy Próstata 12 fragmentos	9016678*	520,00
Core biopsy Fígado	9016686*	520,00
Core biopsy Mama sem limite nódulos	9016694*	520,00
PAAF Mamária Punção Aspirativa por Agulha Fina sem limite nódulos	9016724*	300,00

\*Código próprio CISAMARP

Parágrafo único - (...)

(...)"

**CLÁUSULA SEGUNDA**

O presente aditivo terá vigência a partir de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

**CLÁUSULA TERCEIRA**

Para todos os fins de direito, excetuada a modificação constante da condição acima aditada, ficam ratificadas todas as demais disposições do Contrato de prestação de serviços, firmado entre as partes.

E, por estarem justos e acertados, assinam o presente em duas (02) vias de igual teor.

Videira, 24 de junho de 2015.

Gilberto Amaro Comazzetto

Flamarion da Silva Lucas

TESTEMUNHAS:

Marcélio José Borsatti  
425.790.239-68

Vera Matheus de Castro  
033.681.689-83

VISTO:

Humberto Dalpizzol  
OAB/SC 15588

**4 ADITIVO AO CREDENCIAMENTO 12 2015 HSDS**

4º TERMO ADITIVO 2015 AO TERMO DE CREDENCIAMENTO 12/2015 - IEAS - HOSPITAL SALVATORIANO DIVINO SALVADOR. Pelo presente instrumento de Aditivo, de um lado o Consórcio Intermunicipal de Saúde do Alto Vale do Rio do Peixe – CISAMARP, Consórcio Público com personalidade jurídica de direito público, inscrito no CNPJ nº 11.023.771/0001-10, com sede à Rua Manoel Roque, 99, Alvorada, Videira S/C, neste ato representado por seu Presidente, Sr. Gilberto Amaro Comazzetto CPF 550.201.009-00 e de outro lado IEAS - HOSPITAL SALVATORIANO DIVINO SALVADOR, CNPJ 56.552.809/0003-03, situada na Rua Coronel Fagundes, 180 – Centro – Videira - SC, neste ato representado pelo seu representante legal Flamarion da Silva Lucas, CPF 658.498.760-49, considerando a concordância e o interesse das partes, resolvem, de comum acordo, alterar o Termo de Credenciamento 12/2015, conforme as Cláusulas a seguir especificadas:

**CLÁUSULA PRIMEIRA**

A lista de procedimentos da CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO – do Termo de Credenciamento 12/2015, passa a conter em sua relação os seguintes procedimentos:

PROCEDIMENTO	CODIGO SUS	VALOR CIS
Core biopsy Próstata 12 fragmentos	9016678*	520,00
Core biopsy Fígado	9016686*	520,00



Core biopsy Mama sem limite nódulos	9016694*	520,00
PAAF Mamária Punção Aspirativa por Agulha Fina sem limite nódulos	9016724*	300,00

(\*) Código próprio CISAMARP.  
(...)”.

#### CLÁUSULA SEGUNDA

O presente aditivo terá vigência a partir de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

#### CLÁUSULA TERCEIRA

Para todos os fins de direito, excetuada a modificação constante da condição acima aditada, ficam ratificadas todas as demais disposições do Termo de Credenciamento 12/2015, firmado entre as partes.

E, por estarem justos e acertados, assinam o presente em duas (02) vias de igual teor.

Videira, 24 de junho de 2015.

Gilberto Amaro Comazzetto                      Flamarion da Silva Lucas

#### TESTEMUNHAS:

Marcélio José Borsatti                      Vera Matheus de Castro  
425.790.239-68                      033.681.689-83

Humberto Dalpizzol  
OAB/SC 15588

#### 5 ADITIVO AO CONTRATO 12 2015 HSDS

5º TERMO ADITIVO 2015 AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO 12/2015 IEAS - HOSPITAL SALVATORIANO DIVINO SALVADOR

Pelo presente instrumento de Aditivo, de um lado o Consórcio Intermunicipal de Saúde do Alto Vale do Rio do Peixe – CISAMARP, Consórcio Público com personalidade jurídica de direito público, inscrito no CNPJ nº 11.023.771/0001-10, com sede à Rua Manoel Roque, 99, Alvorada, Videira S/C, neste ato representado por seu Presidente, Sr. Gilberto Amaro Comazzetto, CPF 550.201.009-00 e de outro lado IEAS-HOSPITAL SALVATORIANO DIVINO SALVADOR, CNPJ 56.552.809/0003-03, situada na Rua Coronel Fagundes, 180 – Centro – Videira - SC, neste ato representada pelo seu representante legal Flamarion da Silva Lucas, CPF 658.498.760-49, considerando a concordância e o interesse das partes, resolvem, de comum acordo, alterar o Contrato de Prestação de Serviço 12/2015 IEAS - HOSPITAL SALVATORIANO DIVINO SALVADOR, conforme as Cláusulas a seguir especificadas:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA

A lista de procedimentos da CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO – do Contrato de Prestação de Serviço passa a conter em sua relação os seguintes procedimentos:

PROCEDIMENTO	CODIGO SUS	VALOR CIS
PAAF Tireóide Punção Aspirativa por Agulha Fina sem limite de nódulos	9016732*	300,00

\*Código próprio CISAMARP

Parágrafo único - (...)

(...)”.

#### CLÁUSULA SEGUNDA

O presente aditivo terá vigência a partir de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

#### CLÁUSULA TERCEIRA

Para todos os fins de direito, excetuada a modificação constante da condição acima aditada, ficam ratificadas todas as demais disposições do Contrato de prestação de serviços, firmado entre as partes.

E, por estarem justos e acertados, assinam o presente em duas (02) vias de igual teor.

Videira, 05 de agosto de 2015.

Gilberto Amaro Comazzetto                      Flamarion da Silva Lucas

#### TESTEMUNHAS:

Marcélio José Borsatti                      Vera Matheus de Castro  
425.790.239-68                      033.681.689-83

#### VISTO:

Humberto Dalpizzol  
OAB/SC 15588

#### 5 ADITIVO AO CREDENCIAMENTO 12 2015 HSDS

5º TERMO ADITIVO 2015 AO TERMO DE CREDENCIAMENTO 12/2015 - IEAS - HOSPITAL SALVATORIANO DIVINO SALVADOR. Pelo presente instrumento de Aditivo, de um lado o Consórcio Intermunicipal de Saúde do Alto Vale do Rio do Peixe – CISAMARP, Consórcio Público com personalidade jurídica de direito público, inscrito no CNPJ nº 11.023.771/0001-10, com sede à Rua Manoel Roque, 99, Alvorada, Videira S/C, neste ato representado por seu Presidente, Sr. Gilberto Amaro Comazzetto, CPF 550.201.009-00 e de outro lado IEAS - HOSPITAL SALVATORIANO DIVINO SALVADOR, CNPJ 56.552.809/0003-03, situada na Rua Coronel Fagundes, 180 – Centro – Videira - SC, neste ato representado pelo seu representante legal Flamarion da Silva Lucas, CPF 658.498.760-49, considerando a concordância e o interesse das partes, resolvem, de comum acordo, alterar o Termo de Credenciamento 12/2015, conforme as Cláusulas a seguir especificadas:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA

A lista de procedimentos da CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO – do Termo de Credenciamento 12/2015, passa a conter em sua relação os seguintes procedimentos:

PROCEDIMENTO	CODIGO SUS	VALOR CIS
PAAF Tireóide Punção Aspirativa por Agulha Fina sem limite de nódulos	9016732*	300,00

(\*) Código próprio CISAMARP.  
(...)”.

#### CLÁUSULA SEGUNDA

O presente aditivo terá vigência a partir de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

#### CLÁUSULA TERCEIRA

Para todos os fins de direito, excetuada a modificação constante da condição acima aditada, ficam ratificadas todas as demais disposições do Termo de Credenciamento 12/2015, firmado entre as partes.

E, por estarem justos e acertados, assinam o presente em duas (02) vias de igual teor.

Videira, 05 de agosto de 2015.

Gilberto Amaro Comazzetto

Flamarion da Silva Lucas

VISTO:

Humberto Dalpizzol

OAB/SC 15588

## TESTEMUNHAS:

Marcélio José Borsatti  
425.790.239-68Vera Matheus de Castro  
033.681.689-83Humberto Dalpizzol  
OAB/SC 15588**6 ADITIVO AO CONTRATO 12 2015 HS DS****6º TERMO ADITIVO 2015 AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO 12/2015 IEAS - HOSPITAL SALVATORIANO DIVINO SALVADOR**

Pelo presente instrumento de Aditivo, de um lado o Consórcio Intermunicipal de Saúde do Alto Vale do Rio do Peixe – CISAMARP, Consórcio Público com personalidade jurídica de direito público, inscrito no CNPJ nº 11.023.771/0001-10, com sede à Rua Manoel Roque, 99, Alvorada, Videira S/C, neste ato representado por seu Presidente, Sr. Gilberto Amaro Comazzetto, CPF 550.201.009-00 e de outro lado IEAS-HOSPITAL SALVATORIANO DIVINO SALVADOR, CNPJ 56.552.809/0003-03, situada na Rua Coronel Fagundes, 180 – Centro – Videira - SC, neste ato representada pelo seu representante legal Flamarion da Silva Lucas, CPF 658.498.760-49, considerando a concordância e o interesse das partes, resolvem, de comum acordo, alterar o Contrato de Prestação de Serviço 12/2015 IEAS - HOSPITAL SALVATORIANO DIVINO SALVADOR, conforme as Cláusulas a seguir especificadas:

**CLÁUSULA PRIMEIRA**

A lista de procedimentos da CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO – do Contrato de Prestação de Serviço passa a conter em sua relação os seguintes procedimentos:

PROCEDIMENTO	CODIGO SUS	VALOR CIS
Tomografia Computadorizada de Ouvido / Mastóide	9016112*	141,25

\*Código próprio CISAMARP

Parágrafo único - (...)

(...)"

**CLÁUSULA SEGUNDA**

O presente aditivo terá vigência a partir de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

**CLÁUSULA TERCEIRA**

Para todos os fins de direito, excetuada a modificação constante da condição acima aditada, ficam ratificadas todas as demais disposições do Contrato de prestação de serviços, firmado entre as partes.

E, por estarem justos e acertados, assinam o presente em duas (02) vias de igual teor.

Videira, 18 de agosto de 2015.

Gilberto Amaro Comazzetto

Flamarion da Silva Lucas

## TESTEMUNHAS:

Marcélio José Borsatti  
425.790.239-68Vera Matheus de Castro  
033.681.689-83**6 ADITIVO AO CREDENCIAMENTO 12 2015 HS DS**

**6º TERMO ADITIVO 2015 AO TERMO DE CREDENCIAMENTO 12/2015 - IEAS - HOSPITAL SALVATORIANO DIVINO SALVADOR .** Pelo presente instrumento de Aditivo, de um lado o Consórcio Intermunicipal de Saúde do Alto Vale do Rio do Peixe – CISAMARP, Consórcio Público com personalidade jurídica de direito público, inscrito no CNPJ nº 11.023.771/0001-10, com sede à Rua Manoel Roque, 99, Alvorada, Videira S/C, neste ato representado por seu Presidente, Sr. Gilberto Amaro Comazzetto CPF 550.201.009-00 e de outro lado IEAS - HOSPITAL SALVATORIANO DIVINO SALVADOR, CNPJ 56.552.809/0003-03, situada na Rua Coronel Fagundes, 180 – Centro – Videira - SC, neste ato representado pelo seu representante legal Flamarion da Silva Lucas, CPF 658.498.760-49, considerando a concordância e o interesse das partes, resolvem, de comum acordo, alterar o Termo de Credenciamento 12/2015, conforme as Cláusulas a seguir especificadas:

**CLÁUSULA PRIMEIRA**

A lista de procedimentos da CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO – do Termo de Credenciamento 12/2015, passa a conter em sua relação os seguintes procedimentos:

PROCEDIMENTO	CODIGO SUS	VALOR CIS
Tomografia Computadorizada de Ouvido / Mastóide	9016112*	141,25

(\*) Código próprio CISAMARP.

(...)"

**CLÁUSULA SEGUNDA**

O presente aditivo terá vigência a partir de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

**CLÁUSULA TERCEIRA**

Para todos os fins de direito, excetuada a modificação constante da condição acima aditada, ficam ratificadas todas as demais disposições do Termo de Credenciamento 12/2015, firmado entre as partes.

E, por estarem justos e acertados, assinam o presente em duas (02) vias de igual teor.

Videira, 18 de agosto de 2015.

Gilberto Amaro Comazzetto

Flamarion da Silva Lucas

## TESTEMUNHAS:

Marcélio José Borsatti  
425.790.239-68Vera Matheus de Castro  
033.681.689-83

Humberto Dalpizzol

OAB/SC 15588